REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI SUP. "C" AO Nº 39 SÁBADO, 2 DE ABRIL DE 2016

SECRETARIA-GERAL DA MESA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL E SUAS SUBCOMISSÕES

BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)
4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Roberta Lys de Moura Rochael
Coordenadora de Elaboração de Diários

José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL E SUAS SUBCOMISSÕES
1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Ata da 2ª Reunião, Ordinária, realizada em 23 de fevereiro de 2016 4
Ata da 3ª Reunião, Ordinária, realizada em 1º de março de 2016 24
Ata da 4ª Reunião, Ordinária, realizada em 8 de março de 2016 41
Ata da 5ª Reunião, Ordinária, realizada em 15 de março de 2016 68
1.2 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA
Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de fevereiro de 2016 99
Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de março de 2016 116
Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de março de 2016 121
1.3 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de fevereiro de 2016 126
Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de fevereiro de 2016 167
Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de fevereiro de 2016 216
Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de fevereiro de 2016 230
Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de fevereiro de 2016 253
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de fevereiro de 2016 267
Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de fevereiro de 2016 296
Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de fevereiro de 2016 317
Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de fevereiro de 2016 344
Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de março de 2016 354
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de março de 2016 365
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de março de 2016 376
Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de março de 2016 413
Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de março de 2016 441
Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de março de 2016 448
Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de março de 2016 465
Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de março de 2016 472
1.4 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI
1.4.1 – Subcomissão Permanente de acompanhamento do Setor de Mineração
Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de fevereiro de 2016 508
Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de março de 2016 526
1.5 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de março de 2016 554
1.6 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT
Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de março de 2016 588
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de março de 2016 626
1.7 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG
Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de novembro de 2015 665
Ata da 2ª Reunião, Ordinária, realizada em 2 de dezembro de 2015 669
Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de fevereiro de 2016 675
Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de fevereiro de 2016 678
Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de março de 2016 692

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2016, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e cinquenta e seis minutos do dia vinte e três de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, na sala número dezenove da Ala Alexandre Costa, sob a presidência dos senadores Raimundo Lira, presidente em exercício, e Hélio José, presidente eventual, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Gleisi Hoffmann, [Delcídio do Amaral e Walter Pinheiro, que têm faltas justificadas], Telmário Mota, Benedito de Lira, José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa, Cristovam Buarque, Ivo Cassol, Romero Jucá, Waldemir Moka, Omar Aziz, Valdir Raupp, José Agripino, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Lúcia Vânia, Fernando Bezerra Coelho, Roberto Rocha, José Medeiros, Douglas Cintra e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Lindbergh Farias, Reguffe, Ciro Nogueira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Davi Alcolumbre, Vanessa Grazziotin e Marcelo Crivella. A presidência declara aberta a reunião, submetendo à comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 1ª reunião, que é aprovada. O presidente comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 7 de 2016 (Aviso nº 48/MF), de 12 de fevereiro de 2016, do Ministério da Fazenda, encaminhando o relatório sobre o Programa de Recompras de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa dentro das Operações de Administração de Passivo realizadas no último trimestre de 2015; Ofício nº 1191/2015, de 15 de outubro de 2015, da Câmara Municipal de Barretos, São Paulo, encaminhando requerimento que solicita moção de apoio ao PLS nº 482 de 2011, que altera o Estatuto do Idoso; e Ofício nº 463/CM/2015, de 28 de outubro de 2015, da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Mato Grosso, encaminhando cópia de indicação a todos os senadores para que deem atenção especial ao PL nº 5568 de 2013. Os expedientes serão encaminhados aos membros da comissão por meio de ofício circular. Em seguida, a presidência inicia a apreciação dos itens constantes da pauta. **Item 1 -** Projeto de Resolução do Senado nº 6 de 2016, não terminativo, de autoria do senador Roberto Rocha, que "prorroga o prazo para o exercício da autorização estabelecido no art. 4º da Resolução nº 27, de 3 de setembro de 2014", tendo como relator o senador Fernando Bezerra Coelho, que oferece relatório favorável ao projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os senadores Roberto Rocha e Hélio José. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. Aprova, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **Item 2 -** Mensagem (SF) nº 71 de 2015, não terminativa, de autoria da presidente da República, que "encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 4º trimestre e para o ano de 2015, contendo estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, análise da evolução da economia nacional e justificativa da programação monetária", tendo como relatora a senadora Gleisi Hoffmann, que oferece relatório favorável nos termos do projeto de decreto legislativo que apresenta. Em 23/2/2016, foi apresentado voto em separado pelo senador Flexa Ribeiro. Anunciada a matéria, lido o voto em separado, usaram da palavra os(as) senadores(as) Gleisi Hoffmann, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Waldemir Moka e Benedito de Lira. Encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado. Votam vencidos os senadores Waldemir Moka, José Agripino, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Tasso Jereissati e Ataídes Oliveira. **Item 3 -** Projeto de Lei do Senado nº 46 de 2012, não terminativo, de autoria do senador Lauro Antonio, que "assegura aos estabelecimentos com atividades na área de turismo rural, ecoturismo e de aventura tarifação de energia elétrica equivalente à classe rural e suas subclasses", tendo como relator o senador Hélio José, que oferece relatório contrário ao projeto. Após a leitura do relatório, usa da palavra o senador Alvaro Dias. Encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto. A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa. **Item 4 -** Projetos de Lei do Senado nº 382 de 2011, não terminativo, de autoria do senador Vital do Rêgo, que "dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica", tendo como relator o senador Douglas Cintra, que oferece relatório favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 1-CAE (substitutivo). A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa. **Item 5 -** Emendas da Câmara dos Deputados a Projeto de Lei do Senado nº 1 de 2011, não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "dá nova redação ao art. 52 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola", tendo como relator o senador Alvaro Dias, que oferece relatório favorável às Emendas da Câmara dos Deputados nºs 1 e 3 e contrário à Emenda da Câmara dos Deputados nº 2. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para

reexame. **Item 6 -** Projeto de Lei do Senado nº 298 de 2011, complementar, não terminativo, de autoria da senadora Kátia Abreu, que "estabelece normas gerais sobre direitos e garantias do contribuinte", tendo como relator o senador Douglas Cintra, que oferece relatório favorável ao projeto e à Emenda nº 2 nos termos do substitutivo que apresenta. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **Item 8 -** Projeto de Lei do Senado nº 65 de 2014, não terminativo, de autoria do senador Paulo Bauer, que "altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, (Estatuto da Cidade), para dispor sobre o consórcio imobiliário como forma de viabilização de planos urbanísticos e instituir a requisição de imóveis para regularização, prevenção e recuperação de áreas insalubres, de risco ou atingidas por desastres", tendo como relator o senador Wilder Morais, que oferece relatório favorável ao projeto. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **Item 12 -** Projeto de Lei do Senado nº 373 de 2013, não terminativo, de autoria do senador Ciro Nogueira, que "altera o art. 2º do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, e o art. 27 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, para dispor sobre a notificação do devedor previamente à venda extrajudicial de bem objeto de alienação fiduciária em garantia, e dá outras providências", tendo como relator o senador Dalirio Beber, que oferece relatório favorável ao projeto com quatro emendas que apresenta. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **Item 14 -** Projeto de Lei do Senado nº 93 de 2015, não terminativo, de autoria da senadora Lídice da Mata, que "estabelece o percentual mínimo de cacau nos chocolates e seus derivados, nacionais e importados, comercializados em todo o território nacional e torna obrigatória a informação do percentual total de cacau nos rótulos desses produtos", tendo como relator o senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório favorável ao projeto com duas emendas que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os senadores Tasso Jereissati e Dalirio Beber. O presidente eventual da comissão, senador Hélio José, concede vista ao senador Tasso Jereissati. **Item 16 -** Projeto de Lei do Senado nº 181 de 2011, não terminativo, de autoria do senador José Pimentel, que "altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a fim de permitir a prorrogação de acordo ou convenção coletiva enquanto não for celebrado novo instrumento normativo", tendo como relator o senador Douglas Cintra, que oferece relatório favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto nos termos da Emenda nº1-CAE (substitutivo). A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Item 20 -** Projeto de Lei do Senado nº 635 de 2011, terminativo, de autoria do senador Walter Pinheiro, que "dispõe sobre o sistema de pagamentos e transferências de valores monetários por meio de dispositivos móveis (STDM)", tendo como relator o senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela prejudicialidade do projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, pela prejudicialidade do projeto. **Item 31 -** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 1 de 2016, de autoria do senador Flexa Ribeiro, que "requer, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, §2º, inciso V da Constituição Federal, que seja convidado o sr. Alexandre Tombini, presidente do Banco Central do Brasil, para que apresente os argumentos que justificam a manutenção da taxa de juros em 14,25%, após diversas sinalizações de que elevaria a taxa básica". Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 1 de 2016-CAE. É apreciado, ainda, o seguinte item extrapauta: Item 32 - Minuta de requerimento, de autoria do senador Roberto Rocha, que "requer nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, urgência para o Projeto de Resolução do Senado nº 6 de 2016, que 'prorroga o prazo para o exercício da autorização estabelecido no art. 4º da Resolução nº 27, de 3 de setembro de 2014'". Colocado em votação, a comissão aprova a apresentação para o Plenário do Senado. É lido o Requerimento n° 2 de 2016, de iniciativa do senador Flexa Ribeiro, que requer, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal, e no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta com a Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração - Subminera, e com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada a debater a situação do setor mineral do Brasil e o Novo Código da Mineração, com a participação dos seguintes convidados: Eduardo Braga - ministro das Minas e Energia; Simão Jatene - governador do Estado do Pará; Fernando Pimentel - governador do Estado de Minas Gerais; Laudívio Carvalho - deputado federal, relator do Novo Código na Câmara dos Deputados; Telton Elber Corrêa - diretor-geral interino do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM; José Fernando Coura - diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração - Ibram. São adiados os demais itens da pauta, a saber: **Item 7 -** Projeto de Lei do Senado nº 201 de 2015; **Item 9 -** Projeto de Lei do Senado nº 504 de 2013; **Item 10 -** Projeto de Lei do Senado nº 235 de 2014; **Item 11-** Projeto de Lei do Senado nº 359 de 2015; **Item 13 -** Aviso da Comissão de Assuntos Econômicos nº 2 de 2015; **Item 15 -** Projeto de Lei do Senado nº 172 de 2013; **Item 17 -** Projeto de Lei do Senado nº 8 de 2012; **Item 18 -** Projeto de Lei do Senado nº 100 de 2014; **Item 19 -** Projeto de Lei do Senado nº 195 de 2012; **Item 21 -** Projeto de Lei do Senado nº 280 de 2013; **Item 22 -** Projeto de Lei do Senado nº 190 de 2011; **Item 23 -** Projeto de Lei do Senado nº 463 de 2015, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 519 de 2015; **Item 24 -** Projeto de Lei do Senado nº

276 de 2007; **Item 25 -** Projeto de Lei do Senado nº 390 de 2015; **Item 26 -** Projeto de Lei do Senado nº 12 de 2014; **Item 27 -** Projeto de Lei do Senado nº 311 de 2009**; Item 28 -** Projeto de Lei do Senado nº 76 de 2015; **Item 29 -** Projeto de Lei do Senado nº 286 de 2015; e **Item 30 -** Projeto de Lei do Senado nº 203 de 2011. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo presidente em exercício da comissão, senador Raimundo Lira, e pelo presidente eventual, senador Hélio José, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico.

Senador RAIMUNDO LIRA
Presidente em exercício da Comissão de Assuntos Econômicos

Senador HÉLIO JOSÉ
Presidente eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 1ª Reunião.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos, para deles dar conhecimento:

- Aviso nº 7 – Aviso nº 48/MF, de 12 de fevereiro de 2016, do Ministério da Fazenda, encaminhando relatório sobre o Programa de Recompra de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa Brasileira dentro das Operações de Administração de Passivo realizadas no último trimestre de 2015;

- Ofício nº 1.191, de 2015, de 15 de outubro de 2015;

- Ofício nº 463/CM/2015, de 28 de outubro de 2015, da Câmara Municipal de Tangará da Serra.

O primeiro Ofício é do Município de Barretos, São Paulo.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Item 1 da pauta.

ITEM 1
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 6, DE 2016
- Não terminativo -

Prorroga o prazo para o exercício da autorização estabelecido no art. 4º da Resolução nº 27, de 3 de setembro de 2014.

Autoria: Senador Roberto Rocha.
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho.
Relatório: pendente.

Com a palavra o Relator, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Resolução do Senado nº 6, de 2016, do Senador Roberto Rocha, é submetido à apreciação deste Colegiado. A matéria foi distribuída à Comissão de Assuntos Econômicos, onde fui designado Relator.

O projeto é composto por dois artigos. O art. 1º prorroga por igual período o prazo para o exercício da autorização contida no art. 4º da Resolução do Senado nº 27, de 2014. O aludido certificado normativo concedeu originalmente 540 dias para que o Município de São Luís contratasse operação de crédito externo garantida pela União com o Banco Interamericano de Desenvolvimento para financiamento parcial do Programa de Revitalização do Centro Histórico de São Luís, conforme as condições que estatui.

O art. 2º constitui a cláusula de vigência e estipula que a norma resultante entrará em vigor na data de sua publicação.

O PRS 6, de 2016, não apresenta óbice de natureza constitucional, jurídica ou regimental. Sob o enfoque constitucional, é competência privativa do Senado Federal *autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios*, conforme o art. 52, inciso V, da nossa Carta Constitucional.

No tocante à juridicidade, a proposição se afigura correta. É adequado o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos – normatização via edição de Resolução do Senado. Conforme estatui o art. 231, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, o exercício das competências privativas da Câmara Alta dá-se por meio de resolução, norma primária prevista no art. 59, inciso VII, da Lei Maior.

A tramitação do PRS observou o Regimento Interno, que impõe ao art. 391 que *qualquer modificação dos compromissos originariamente assumidos depende de nova autorização do Senado*. Portanto, a propositura não é apenas pertinente, mas indispensável para os fins almejados. Por outra sorte, à CAE compete opinar sobre a matéria, com fulcro no que dispõe o art. 99, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal.

Relativamente ao mérito, ressalte-se que o PRS 6 não avança sobre as condições impostas para a contratação do crédito externo pelo ente interessado, especialmente arroladas no art. 2º da Resolução nº 27, de 2014.

Logo, mantêm-se as conclusões desta Casa Legislativa. Consubstancia, apenas, proposta para alteração de aspecto meramente formal da autorização original, qual seja, aditamento no prazo para a efetiva contratação, que prescindirá da competente aprovação do perfil de financiamento pela Secretaria do Tesouro Nacional e das características materiais pela Cofiex.

Ademais, ressalta-se a relevância do objeto, que recomenda o apoiamento na integralidade. O Centro Histórico de São Luís compreende uma área de 220 hectares, onde estão situados 1.400 imóveis tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Parte do sítio ostenta o título de patrimônio mundial, concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em razão da singularidade do conjunto arquitetônico colonial português.

Além disso, Sr. Presidente, durante o ano passado, sob a gestão do Ministro Joaquim Levy, ficaram suspensas todas as análises no âmbito do Cofiex para contratação de operações externas. E o prazo que tinha sido dado ao Município de São Luís está vencendo amanhã.

Portanto, é importante que haja essa deliberação com aditamento do prazo. Agora que já sob a gestão do Ministro Nelson Barbosa a Cofiex passa a examinar as propostas de contratação de empréstimo externo, que o Município de São Luís não seja prejudicado, tendo que se submeter a uma infernal burocracia para contratação desse empréstimo que é de vital importância, como foi aqui ressaltado pelo nosso parecer, que é a recuperação do Centro Histórico de São Luís.

Então, o nosso voto, em face do exposto, é pela aprovação do PRS nº 6, de 2016.

Sr. Presidente, estou aqui trocando algumas palavras com alguns companheiros da Comissão, e eu não poderia deixar de fazer uma manifestação a V. Exª.

A Ordem do Dia previa a eleição para Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu gostaria de uma palavra da Presidência sobre o que está acontecendo para que a eleição não seja procedida. Quais são as novas informações, os novos desdobramentos, por que foi adiada, postergada, portanto, essa decisão sobre a eleição da Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Darei essas informações, Senador Fernando Bezerra, com todo o prazer, mas a aprovação deste item 1, relatado por V. Exª, é muito importante e tem um valor sentimental muito elevado. Eu guardo na minha pequena biblioteca um livro sobre aqueles espaços antigos de São Luís, que, na época, me foi oferecido pelo Governador Epitácio Cafeteira – tenho a impressão de que foi revitalizado na época de quando ele era governador.

Portanto, estou muito feliz pela estima que tenho pelo Maranhão de ver que esse sítio vai ser novamente revitalizado, revigorado para que aumente o turismo em São Luís e possamos preservar a história na terra do Padre Antônio Vieira.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, está em votação o relatório do Senador Fernando Bezerra Coelho.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, peço a palavra para, desde já, agradecer a V. Exª pela presteza com que recebeu essa demanda da cidade de São Luís, colocando como nº 1 desta pauta, inclusive refazendo-a de ontem para hoje, uma vez que fomos todos pegos de surpresa com a necessidade de aprovar esse projeto, por causa do prazo, como disse aqui o nosso querido Relator, Senador Fernando Bezerra. Esse prazo vence amanhã.

Então, quero cumprimentá-lo, cumprimentar o Senador Fernando Bezerra, cumprimentar os membros desta Comissão pela aprovação desse projeto. E também pedir que seja colocado em urgência, para que a gen-

te possa levá-lo ainda hoje ao Plenário do Senado. Medida semelhante foi feita em favor do Distrito Federal semana passada, que também estava com prazo vencendo.

Esse recurso, em torno de US$13, US$14 milhões, hoje algo em torno de R$40, R$50 milhões de reais, é indispensável para a revitalização do Centro Histórico de São Luís, a única cidade fundada por franceses em nosso Estado, a única capital, e que necessita muito desses recursos.

Por isso eu reitero aqui os agradecimentos a V. Exª e aos nossos Senadores, ao tempo em que solicito que seja aprovado em regime de urgência para que vá ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Em votação o requerimento de urgência proposto pelo Senador Roberto Rocha.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento da CAE que pede urgência para a matéria.

Parabéns, Senador Roberto Rocha; parabéns, Senador Fernando Bezerra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Nobre Presidente, eu queria só fazer um testemunho.

Eu conheço bem São Luís, pois trabalhei no Maranhão três anos de minha vida, e a relevância deste projeto é muito grande porque o Centro Histórico de São Luís é um cartão postal e precisa, realmente, desses investimentos.

Então, quero parabenizar o nosso nobre Senador Roberto Rocha pela relevância e importância do projeto, e também a V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Respondendo, eu entendi a indagação do Senador Fernando Bezerra como sendo até uma... não uma questão de ordem, mas um esclarecimento.

Na semana passada foi encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa um requerimento do Líder do PT, solicitando a substituição do Senador Delcídio do Amaral pelo Senador Donizeti. Em função dessas informações, a pedido do Partido – porque é importante rememorar e confirmar que a Presidência da CAE, pela proporcionalidade, pertence ao PT; da mesma forma que o PMDB, como sendo a primeira Bancada, escolheu a Comissão de Constituição e Justiça para presidir, a segunda escolha pertence ao PT, e este escolheu a CAE, isso já foi feito em várias e várias oportunidades –, o que eu estava falando é que foi apresentado um requerimento na Secretaria-Geral fazendo essa substituição. Se tivesse sido procedido um encaminhamento desse requerimento pela Secretaria-Geral, ou seja, lido o requerimento no plenário do Senado, em seguida, o Presidente da Casa comunicaria à CAE a substituição do Senador Delcídio pelo Senador Donizeti e, então, ele não pertencendo mais à CAE, não poderia ser Presidente. Então, a pedido do Partido, nós fizemos a convocação de eleição, mas como esse requerimento não teve prosseguimento burocrático e regimental na Casa, não chegando aqui até a sexta-feira à noite a comunicação do Presidente com relação à substituição, nós tivemos que cancelar as eleições.

Então, no momento, quero informar também, pelo direito da Bancada do PT, que, em reunião da própria Bancada, eles escolheram a Senadora Gleisi Hoffmann, uma Senadora que tem muita experiência na Casa e muita experiência em administração, e foi a pessoa indicada, a Senadora indicada para ser, pelo PT, a próxima Presidente aqui, em eleição desse colegiado suprapartidário.

Qualquer nova informação, qualquer novo acontecimento, Senador Fernando Bezerra, teremos o maior prazer de informar e sempre com antecedência. Se, por acaso...

Senadora Gleisi, acabei de dizer aqui que V. Exª, por escolha da Bancada do PT, foi indicada como a próxima Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. Queremos apenas aguardar uma solução regimental ou política para que haja vacância do cargo de Presidente, porque, regimentalmente, ainda hoje, o Senador Delcídio do Amaral é Presidente. Então, na hora em que acontecer esta vacância, faremos a convocação da eleição. Teremos o maior prazer de fazer essa eleição aqui para a Senadora Gleisi Hoffmann, mas eu informarei com antecedência.

V. Exª fica satisfeito com os esclarecimentos, Senador Fernando Bezerra?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Está claro para mim.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Item 2.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 71, de 2015
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 4º trimestre e para o ano de 2015, contendo estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, análise da evolução da economia nacional e justificativa da programação monetária.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatório: Favorável nos termos do projeto de decreto legislativo que apresenta.

Observações:

1. Em 16/2/16, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

Informo que chegou um voto em separado do Senador Flexa Ribeiro, mas V. Exª vai ler o relatório. Se, em seguida, o Senador Flexa Ribeiro chegar, ele terá direito também de ler o voto em separado.

Aliás, o relatório já foi lido pela Senadora Gleisi Hoffmann na primeira reunião de 2016, realizada em 16 de fevereiro, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

Pergunto se a Senadora gostaria de fazer uso da palavra.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Aliás, esse relatório segue a mesma situação dos três primeiros relatórios que foram apresentados pelo Senador Lindbergh aqui na Comissão. O Senador acabou até nem lendo os relatórios, apresentando-os apenas, porque são matérias de praxe, de rotina: o Banco Central manda para cá o cumprimento do que ele tem que fazer para prestar contas a esta Casa sobre política monetária, e cabe-nos aprovar ou não.

O Senador Flexa tinha levantado alguns questionamentos, inclusive de que nós tínhamos dados que não eram realistas.

Eu, se me permitem, gostaria de fazer a análise do relatório, para mostrar que simplesmente estamos cumprindo o que determina a lei, não nos cabe algo além de aprovar ou não aprovar, até porque os dados, isso que veio para cá já aconteceu, refere-se ao terceiro trimestre de 2015.

Então, quanto à análise, Sr. Presidente, nos termos dos §§1º e 2º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, cabe a esta Comissão de Assuntos Econômicos emitir parecer sobre a Programação Monetária encaminhada a esta Casa trimestralmente. O parecer servirá de base para a aprovação ou rejeição *in totum* da matéria pelo Congresso Nacional, sendo vedada qualquer alteração, consoante determinação contida no §3º do artigo supramencionado.

Com a adoção do Plano Real, o Congresso Nacional passou a participar de forma mais ativa na definição de parâmetros e metas relativas à evolução da oferta de moeda e crédito na economia. Com efeito, as autoridades monetárias – além das audiências públicas em comissões nas duas Casas do Congresso, em conjunto ou separadamente – têm o dever de encaminhar ao Senado Federal a Programação Monetária para cada trimestre do ano civil.

Ainda que a adoção do regime de metas de inflação – era a isso que o Senador Lindbergh se referia na reunião passada –, a partir de 1999, tenha constituído a taxa básica de juros como o principal instrumento de política monetária para manter a inflação dentro dos intervalos de tolerância, o controle da evolução dos agregados monetários ainda se mantém como obrigação legal a ser cumprida e como medida coadjuvante no processo de controle do nível geral de preços.

Do ponto de vista metodológico, a Programação Monetária contém estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários (nos conceitos de moeda M1 e M4), metas indicativas de evolução trimestral e descrição das perspectivas da economia nacional para o trimestre em curso. As projeções são efetuadas com base em modelos econométricos, considerando a demanda por componentes dos meios de pagamento, a evolução do PIB e a trajetória esperada da taxa Selic, da taxa de câmbio e de inflação, entre outros elementos.

O Relatório sobre a Programação Monetária para o quarto trimestre e para o ano de 2015 mostra projeções tecnicamente consistentes. A expansão monetária projetada é menor que a ocorrida no bimestre julho-agosto, e é compatível com a meta de inflação, ainda que a taxa de inflação esteja flutuando em patamar acima do limite superior do intervalo de tolerância, nível que seria mais desejável.

Por fim, registro nossa expectativa de que a Autarquia, o quanto antes seja possível, retome a redução da Taxa Selic.

Pelas razões expostas, voto pela aprovação da Programação Monetária, assegurando a autonomia operacional do Banco Central, nos termos do seguinte:

> PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2015
> Aprova a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2015.
> O Congresso Nacional decreta:
> Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2015, nos termos da Mensagem nº 71, de 2015 (nº 380, de 2015, na origem), da Presidente da República.
> Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro, para ler o seu voto em separado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Raimundo Lira, nobre Senadora Gleisi Hoffmann, autora do parecer que trata da Mensagem 71, de 2015, que encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o 4º trimestre e para o ano de 2015, eu disse, no pedido de vista, que iria aprofundar o estudo sobre a questão do parecer relatório.

Acho que, por tudo que está sendo mostrado à sociedade brasileira e pela crise por que passa o País, cabe ao Senado Federal e, em especial, a esta Comissão se debruçar sobre os relatórios que são encaminhados pelo Banco Central, e, nesse aprofundamento da análise, solicitar não só o voto pelo conhecimento e arquivamento, mas também, quando necessário, como é este caso, pedir esclarecimentos, para que os Senadores e as Senadoras possam votar com melhor consciência daquilo que farão no momento do seu voto.

Do meu voto em separado, vou fazer só a leitura da parte e peço que seja aditado ao relatório da Senadora Gleisi.

A Relatora da matéria, Senadora Gleisi Hoffmann, apresentou um voto pela aprovação da matéria ao considerar que:

O Relatório sobre a Programação Monetária para o quarto trimestre e para o ano de 2015 mostra projeções tecnicamente consistentes [a palavra: "consistentes"]. A expansão monetária projetada [que é o que se discutiu em relação aos pareceres sobre os relatórios do primeiro, segundo e terceiro trimestres de 2015, relatados pelo Senador Lindbergh, e votei pela aprovação para que discutíssemos o último trimestre de 2015] é menor que a ocorrida no bimestre julho-agosto, e é compatível com a meta de inflação, ainda que a taxa de inflação esteja flutuando em patamar acima do limite superior do intervalo de tolerância, nível que seria mais desejável.

Em que pese concordar com a maior parte das ponderações da ilustre Relatora, há que se questionar a legitimidade das operações de *swap* cambial do Banco Central. O regime oficial de câmbio no Brasil é o de câmbio flutuante, ou seja, na política cambial explícita do Banco Central não existe um objetivo para o câmbio, que deverá ser determinado pelo mercado.

As intervenções só poderiam existir para controlar flutuações significativas de curto prazo – voltadas para reduzir a volatilidade – nunca para alterar o preço do dólar em relação às forças estruturais de mercado.

Desse modo, é inconcebível que a posição de *swap* cambial tenha chegado a cerca de US$120 bilhões, o que levou a um prejuízo de R$57 bilhões, declarado pelo próprio Banco Central na Mensagem ao Senado Federal nº 71, de 2015.

Entendemos, portanto, que houve quebra da política de câmbio flutuante, com prejuízos gravíssimos para os contribuintes e grande potencial de concentração de riqueza, já que, de modo geral, toda a sociedade brasileira se empobreceu com a desvalorização do câmbio, exceto aqueles que tiveram acesso a essas operações. Afinal, R$57 bilhões equivalem a quase dois programas Bolsa Família, Senadora Gleisi Hoffmann.

Por esta razão, defendemos e pedimos o apoio dos pares da Comissão de Assuntos Econômicos para o sobrestamento dessa matéria até que a Comissão de Assuntos Econômicos receba do Presidente do Banco Central explicações que possam esclarecer os motivos e as vantagens que justifiquem o prejuízo decorrente de tais operações.

Voto, Sr. Presidente.

Pelas razões expostas, voto pelo sobrestamento da Programação Monetária para o quarto trimestre de 2015 e pela apresentação do seguinte requerimento de informações complementares ao Banco Central do Brasil.

> REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES
> Requeiro, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, inciso I, alínea "a", e 216, incisos I e V, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Sr. Presidente do Banco Central do Brasil as seguintes informações atinentes às operações de *swap* cambial em 2015:
> 1. detalhamento das operações;
> 2. sua motivação:
> 3. objetivos esperados;
> 4. custos detalhados;
> 5. empresas beneficiadas; e
> 6. resultados colhidos em relação aos objetivos esperados.

Esse é o requerimento apresentado e esse é o voto, que coloco para a apreciação das Senadoras e dos Senadores membros da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sr. Presidente, vejo que não há nenhum impeditivo de nós buscarmos essas informações que o Senador Flexa coloca aqui, na Comissão. Aliás, já deve estar prevista a vinda do Presidente do Banco Central à Comissão. Ele tem que vir de período em período e, com certeza, pode responder isso. Mas também não há nenhum motivo para não encaminharmos um requerimento de informações para que ele nos fale sobre a política cambial.

Mas nós estamos tratando aqui de uma matéria já vencida, Senador, na realidade, já executada. Quer dizer, isso já aconteceu. Não há porque sobrestar a matéria. Eu concordo em aprovar o requerimento de informações sobre a questão da política cambial, porque acho importante termos os esclarecimentos, mas não sobrestar a matéria, até porque nós teríamos que ter sobrestado, então, os dos três primeiros trimestres, que foram aqui lidos e aprovados pelo Senador Lindbergh. E esse é um relatório sobre política monetária, emissão de moeda. É disso que estamos falando. Inclusive, colide com a política de metas de inflação. Nós já tratamos disso para mudar a metodologia.

Então, eu queria fazer um apelo ao Senador Flexa para que aprovássemos o relatório, porque não nos cabe outra coisa a não ser aprovar ou não. A projeção foi correta, tanto que foi cumprida. Aconteceu exatamente o que está aqui. E nós encaminharíamos esses pedidos que o Senador Flexa está fazendo em relação à política cambial, porque acho importante esta Casa conhecer, como um requerimento de informações, e também ficaríamos aqui com a liberdade total de perguntar isso ao Presidente do Banco Central quando ele viesse aqui. Mas cumpriríamos as regras da Comissão na aprovação de um relatório que já aconteceu, uma matéria já vencida.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu gostaria de informar, antes de dar a palavra ao Senador Flexa, que eu já estava conversando aqui com a assessoria da Presidência do Banco Central para que, neste ano, a gente cumpra, conforme o Regimento, quatro vindas do Presidente do Banco Central a esta Casa. Aí, apenas a título de simplificação dos procedimentos, considerando que o relatório trata de um assunto vencido, que já passou, pergunto se o Senador Flexa concorda em transformar seu voto em separado em requerimento de informação ao Banco Central. Quer dizer, será um documento oficialmente encaminhado ao Banco Central, mostrando todas as considerações que V. Exª fez no voto em separado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Raimundo Lira, com todo respeito e consideração que tenho à Senadora Gleisi Hoffmann, não podemos partir do pressuposto de que estamos discutindo matéria vencida. Não vejo nem sentido de estarmos votando isso, porque vamos referendar algo que já foi executado.

Isso acontece muito, Senador Tasso Jereissati, nas medidas provisórias, que passam a ter valor, a viger no momento em que são editadas e saem no *Diário Oficial*. Muitas delas decaem por decurso de prazo ou são rejeitadas, e eu até me pergunto se os atos praticados no prazo de vigência da medida provisória, enquanto é discutida no Congresso Nacional, são considerados válidos ou não, porque, se a medida foi rejeitada, e foram praticados atos quando era considerada em vigor... É o mesmo caso: se não dermos a atenção devida a esses relatórios, vamos continuar tendo o que está acontecendo, Senadora Gleisi. Vamos aprovar relatórios do primeiro, segundo, terceiro e quarto trimestre de 2015 no primeiro trimestre de 2016.

A presença do Presidente do Banco Central é muito bem-vinda à CAE, mas acabou de falar o Senador Raimundo Lira que vai propor que a vinda do Presidente se dê a cada trimestre, porque me parece que era a cada semestre.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Já é uma previsão regimental: a cada trimestre. São quatro vezes.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Isso, mas não sei se tem sido mantida essa frequência.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não. No ano passado, ele esteve aqui três vezes.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Então, faltou uma.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – E eu estava falando aqui com o assessor dele, no sentido de a gente já começar a programar essa vinda dele no primeiro trimestre, para que a gente possa cumprir regimentalmente as quatro participações do Presidente do Banco Central.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – De outra parte, Presidente, não vejo essa urgência tão importante para que a gente aprove o relatório de algo que já passou.

Na Engenharia, costuma-se dizer que, ao se atravessar uma ponte, a gente precisa ter as informações: qual é a carga que a ponte suporta, qual é o... Não é passar e dizer que passou pela ponte, pois poderia ter-se derrubado a ponte.

Então, a gente precisa ter, Senadora Gleisi...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Nós passamos, mas a ponte permaneceu, viu?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu espero que sim. Eu espero que as informações convençam a todos nós.

Agora, como não há urgência – já estamos no ano de 2015, já aprovamos três relatórios, do primeiro, segundo e terceiro trimestres – eu pediria, Senadora Gleisi, que pudéssemos sobrestar a matéria, aguardar as informações e votá-la. Se o Banco Central for ágil, acho que, dentro de duas a três semanas, podemos retornar com o projeto para a pauta e votá-lo com as informações que vão esclarecer qualquer dúvida que possa haver por parte da Srª Senadora, da própria Relatora – acho que não tem dúvida – e dos demais Senadores, como eu, que tenho as dúvidas que gostaria de ver esclarecidas pelo pedido objeto do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Para discutir, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu estava aqui imaginando o que deve estar pensando um telespectador, Senador Flexa Ribeiro, da TV Senado, que está acompanhando esta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Para nós... Estamos em 2015... Nós já estamos em 2016. Como é possível alguém compreender o que fazemos nós aqui discutindo uma programação monetária para o quarto trimestre de 2015 quando já estamos em 2016? O cidadão deve estar dizendo: "Não precisa explicar, eu só queria entender". O que fazemos nós nesta hora?

Eu vejo que a Presidência da República assinou a remessa dessa programação no dia 5 de outubro de 2015. Portanto, a meu ver, tardiamente. Uma programação dessa natureza, se é que se deseja realmente uma apreciação do Senado Federal, deve ser encaminhada a tempo para que a análise possa ser feita e o debate possa se estabelecer aqui com a aprovação ou a rejeição.

Portanto, esta discussão é inócua. Nós estamos discutindo o que já era, como se diz popularmente. Essa programação monetária já era. Enfim, Sr. Presidente, não vejo razão para votar. O Senador Flexa Ribeiro tenta, pelo menos, aproveitar esta oportunidade para obter informações que são úteis, mas, votar esta matéria, eu considero desnecessário, não vejo razão para votá-la. Nós deveríamos devolver esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Encerrada a discussão.

Com a palavra, a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sr. Presidente, só para fazer um esclarecimento.

Eu entendo o que o Senador Alvaro Dias colocou em relação a quem está nos acompanhando. Só que, infelizmente, essa tem sido a praxe da Casa. Não é este ano, agora, que isso está acontecendo, mas há anos e anos, muito antes de eu ser Senadora aqui inclusive.

Nós temos uma situação legal determinando isso. Talvez pudéssemos aqui, sem sobrestar a matéria, fazer uma alteração na lei que dispõe sobre isso e, daí, tornar efetivo. E quero dizer novamente: tudo o que foi projetado pelo Banco Central para esse trimestre de 2015 foi cumprido. Por isso, peço a V. Exª que votemos, que possamos votar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Em votação o relatório da Senadora Gleisi Hoffmann.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Cinco votos contra. Aliás, sete votos contra... Seis votos contra...

Senadora Gleisi Hoffmann...

Por favor, novamente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não. Vejam bem, quem vota contra o relatório da Senadora Gleisi Hoffmann está votando a favor do voto em separado do Senador Flexa Ribeiro.

Vamos tentar...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Que não é contra, é apenas para sobrestar a matéria enquanto não chegam as informações.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sim, mas ser contra o relatório significa estar a favor do voto em separado cujo objetivo é sobrestar a matéria.

Gostaria que os Srs. Senadores que não concordam novamente levantassem a mão por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não, não. Me parece que são seis votos contra.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Um, dois, três, quatro, cinco, seis... Onde é que está o sétimo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Ah, o Senador Agripino. Desculpem. Sete votos a sete.

Então, voto a favor do relatório da Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado.

A matéria vai ao plenário do Senado Federal.

Item 3.

Apenas, Senador Flexa, rememorando aqui um pouco o passado da minha vida, quando eu era criança, minha mãe dizia: "Lembre-se de que você só tem um pescoço", porque em tudo eu tomava uma posição. Agora, mesmo sem ter obrigação de votar, tive que tomar essa posição com coerência e com decisão.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pela ordem, Senador Benedito de Lira.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu compreendo a posição de V. Exª, como Presidente que comanda a Comissão de Assuntos Econômicos com proficiência e determinação, mas V. Exª está cumprindo um dever de ofício. Aí, entendo o voto de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos passar a palavra agora, pela ordem, ao Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente, um fato desse, na verdade, é uma discussão que não tem muita sustentabilidade, até porque cabe à Comissão priorizar as matérias que têm prazo para terminar. Se, por acaso, a Comissão tivesse discutido e votado esse relatório em 2015, o Senador Flexa Ribeiro estaria absolutamente coberto de razão; mas, não. Infelizmente, nesta Casa, esse não é um fato isolado da Comissão de Assuntos Econômicos, mas de todas as Comissões e de todo o processo legislativo. Em relação às matérias que têm certa importância, o prazo para terminar não é priorizado.

Então, fez muito bem quando indagou o Senador Alvaro Dias o que está pensando o telespectador da TV Senado. Em 2016, já praticamente no início do primeiro trimestre, esta Comissão está analisando um relatório do quarto trimestre de 2015. Na verdade, a meu juízo, esta é uma discussão inócua, sem qualquer tipo de relevância.

Por isso, sob a Presidência de V. Exª ou de quem vier substituí-lo como titular, porque V. Exª continuará Vice, eu queria pedir que priorizasse, através da Comissão, as matérias importantes, as matérias que têm prazo para terminar.

Era essa a observação que eu desejava fazer.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – São pertinentes as considerações de V. Exª, como são as do Senador Alvaro Dias.

Quero aqui dizer ao Senador Flexa Ribeiro que um procedimento desse, um trabalho, uma pesquisa para se fazer um voto em separado só faz engrandecer esta Comissão e esta Casa. É esse contraditório, é essa discussão que faz com que possamos, cada vez mais, melhorar o nosso trabalho. Na medida em que vamos identificando falhas, vamos criar a consciência de que devemos trabalhar de forma mais ágil, mais rápida possível para atender a todas as demandas do Senado Federal.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Presidente, ao votar a favor do requerimento do Flexa Ribeiro, eu o fiz porque o requerimento pedia informações. Enquanto isso, ficaria sobrestado. Agora, acho que o mais sensato foi a proposta da própria Senadora, que disse que isso vem acontecendo, é uma prática. Mas, daqui para frente, talvez a Mesa Diretora pudesse tomar a iniciativa de dizer que, daqui para frente, nós só vamos votar esse tipo de matéria antes do prazo de vencimento.

Realmente, fica coerente, porque aí, se houver alguma discordância, a Comissão vai se posicionar e o Banco Central terá, ainda dentro do prazo, condições de mudar, modificar ou, quem sabe, corrigir a proposta.

Eu só queria, a título de contribuição, mais uma vez dizer: votei porque acho que o fato de sobrestar por uma, duas, três sessões... Eu acho que nós acabaríamos aprovando o relatório da Senadora Gleisi Hoffmann, que não tinha outra alternativa a não ser propor essa mesma, até porque, como ela mesma já disse, isso tudo já aconteceu, isso tudo já é fato vencido. Mas o mais sensato é votarmos isso num prazo, antes que isso seja colocado aqui para nós. Assim a Comissão cumpriria a sua finalidade: a de uma comissão que fiscaliza exatamente o que precisa ser fiscalizado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Senador Moka, o mais grave é que o primeiro trimestre foi apreciado na semana passada – um ano depois, portanto. O primeiro, o segundo e o terceiro, um ano após. É preciso mudar essa estratégia. Nós não podemos ficar aqui fazendo esse jogo, analisando o que já foi.

Agradeço o aparte, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – É nesse sentido que eu acho que o nosso Presidente Raimundo Lira pode eventualmente propor à Diretoria, à Mesa Diretora, uma proposta que venha ao encontro disso. Aí, sim, vamos realmente fazer como deve ser feito.

É só a título de contribuição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Todas as considerações foram recebidas como boas contribuições. Enalteço novamente o voto em separado do Senador Flexa Ribeiro, pelo respeito que eu tenho por sua competência e por seu trabalho. Vamos aperfeiçoar esse processo.

Naturalmente temos que falar com a Secretaria-Geral da Mesa para que os encaminhamentos, os processados cheguem a esta Comissão nos prazos mais ágeis possíveis para que possamos aprová-los com a antecedência que exigem.

Vencida essa etapa do item 2, queremos dizer também que o atraso não dependeu da Senadora Gleisi Hoffmann, porque, no momento em que ela recebeu a missão de preparar o relatório, ela o fez com muita rapidez e com muita agilidade. Isso tem que ser reconhecido. Portanto, elogio o trabalho da Senadora Gleisi Hoffmann.

Vamos passar agora para o item 3.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, de 2012
- Não terminativo -

Assegura aos estabelecimentos com atividades na área de turismo rural, ecoturismo e de aventura tarifação de energia elétrica equivalente à classe rural e suas subclasses.

Autoria: Senador Lauro Antonio
Relatoria: Senador Hélio José
Relatório: Contrário ao projeto.
Observações:
1. Em 3/9/2015, foi realizada audiência pública para instruir a matéria;
2. A matéria será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos, vamos ao relatório.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2012, que tem como objetivo assegurar aos estabelecimentos com atividades na área de turismo rural, ecoturismo e de aventura tarifação de energia elétrica equivalente à classe rural e suas subclasses.

O autor do projeto, o ilustre Senador Lauro Antonio, do Estado de Sergipe, aponta, na justificação, a necessidade de fortalecer o turismo rural com medidas que incrementem a receita, gerem emprego e preservem o meio ambiente e o patrimônio cultural e aduz que a proposta é justa. Assim, o tratamento dispensado às propriedades rurais será estendido a esses estabelecimentos, ou seja, com a aprovação do projeto, haverá a aplicação de uma tarifa de energia elétrica reduzida, igual àquela aplicada à classe rural e às suas respectivas subclasses.

O projeto de lei é composto por dois artigos.

O primeiro artigo assegura a tarifação do fornecimento de energia elétrica equivalente à classe rural e suas subclasses aos estabelecimentos na área de turismo rural, de aventura e ecoturismo, devendo as unidades consumidoras requerer e comprovar suas atividades junto às concessionárias, demonstrando o respectivo cadastramento no Ministério do Turismo.

O art. 2º trata do início de vigência da lei.

A matéria foi lida em plenário no dia 13 de março de 2012 e encaminhada a esta Comissão de Assuntos Econômicos e à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), cabendo à última a decisão terminativa. A matéria não recebeu emendas no prazo regimental.

Análise do projeto.

Nos termos do art. 99, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta Comissão examinar aspectos relacionados a tarifas, entre outros assuntos correlatos.

Conforme estabelece o art. 180 da Constituição Federal, cabe à União promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e é legítima a iniciativa parlamentar, não havendo vícios de injuridicidade.

Registre-se que a técnica legislativa empregada na elaboração da proposição é correta, guardando observância com os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal.

O Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2012, é meritório, porque tem a intenção de estimular economicamente o ecoturismo. No entanto, deve-se atentar para o fato de que a redução de tarifa para um grupo de consumidores elevará a tarifa dos demais, inclusive para aqueles de baixa renda, podendo afetar o negócio de distribuição de energia elétrica.

Nesse sentido, o momento em que o País se encontra sugere cautela no aumento de impactos econômicos nas cadeias produtivas presentes na sociedade. O aumento da tarifa tem um efeito em cascata, impactando vários setores. O momento pelo qual o País passa é de tendência à retração da atividade econômica, não havendo espaço para medidas de ampliação de incentivos sem a devida medida compensatória, não sendo recomendáveis aumentos neste momento.

Voto.

Tecidas essas considerações, somos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2012.

Nobres Senadores e Senadoras presentes nesta Comissão, fizemos audiência pública, ouvimos todos os envolvidos e debatemos intensamente o assunto. Como há a questão da modicidade tarifária, achamos por bem, considerando a situação vigente em nosso País neste momento e o preço já bastante elevado das tarifas energéticas, principalmente devido à geração de energias térmicas poluentes, que causam chuvas ácidas – queremos trocá-las por energias alternativas, como a solar e a eólica – que não era conveniente, neste momento, fazer esse tipo de isenção para os consumidores rurais da área do ecoturismo.

Recomendamos então, neste momento, a rejeição do Projeto de Lei nº 46.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A matéria está em discussão.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Presidente, apenas quero acompanhar o parecer do Senador Hélio José, um parecer lúcido. Nós estamos vivendo um momento de crise econômica brutal e uma de suas razões, sem dúvida nenhuma, é a elevação das tarifas de energia elétrica, sobrecarregando empresas, pequenas empresas, microempresas. Nós temos informações de que algumas – ou muitas, não sabemos avaliar numericamente – microempresas tiveram que fechar suas portas exatamente em razão do custo elevado da energia.

Se nós adotarmos práticas de estímulo a determinados setores, por mais correta que seja a prática do estímulo, neste caso, ela se torna injusta. É preciso que o Poder Público busque outra modalidade de estímulo para o desenvolvimento do turismo rural e do ecoturismo, já que a medida proposta – e proposta com boa intenção pelo Senador Lauro Antonio, faça-se justiça a ele – neste momento, como diz o Senador Hélio José, é imprópria. Nós consideramos imprópria a adoção dessa medida de estímulo em função das circunstâncias de crise que estamos vivendo no Brasil, sobretudo com a elevação das tarifas de energia elétrica para o consumidor brasileiro.

É preciso reduzir a tarifa de energia para todos – esta é a realidade – até para que nós possamos retomar o crescimento econômico. A redução das tarifas de energia, hoje elevadas em excesso, é prioridade, mas de forma geral.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Hélio José.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo em decisão terminativa.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011
- Não terminativo -

Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica.

Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria: Senador Douglas Cintra
Relatório: Favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator, Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Sr. Presidente, nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE apreciar os aspectos econômico e financeiro da presente matéria.

Os custos decorrentes da aprovação do projeto revelam-se módicos à vista dos benefícios que trazem, tendo em vista o poder econômico dos *shopping centers*. Ademais, é de interesse público a criação de mecanismos de inclusão social das crianças com deficiência, muitas vezes impedidas de participar de brincadeiras e diversões nos equipamentos existentes.

Por outro lado, o parágrafo único do art. 4º da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Lei da Acessibilidade), já dispõe hoje sobre a matéria, prevendo que os parques de diversões, públicos e privados, devam adaptar, no mínimo, 5% de cada brinquedo e equipamento e identificá-los para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, tanto quanto tecnicamente possível.

Deve-se respeitar a organicidade do ordenamento jurídico, o inciso IV do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que reza que o mesmo assunto não poderá, em regra, ser disciplinado por mais de uma lei. Nesse sentido, propomos um substitutivo que incorpore o espirito do projeto em análise à Lei da Acessibilidade, a qual passará a mencionar não apenas os parques de diversões, mas também os centros de compras em geral, que também são atualmente verdadeiros espaços públicos.

Voto.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 382 de 2011, nos termos do substitutivo a seguir.

> EMENDA Nº – CAE (SUBSTITUTIVO)
> PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382 DE 2011
> Dispõe sobre a instalação em parques de diversões e centros de compras de brinquedos e equipamentos adaptados a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
> Art. 1º Dê-se ao parágrafo único do art. 4º da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, a seguinte redação:
> "Art. 4º
> .....
> Parágrafo único. Os parques de diversões, públicos e privados, e os centros de compras adaptarão e identificarão, no mínimo, 5% (cinco por cento) de seus brinquedos e equipamentos, para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, tanto quanto tecnicamente possível."
> Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o nosso voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PMB - DF) – Obrigado, Excelência, Senador Douglas Cintra.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Douglas Cintra.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, da CAE, Substitutivo.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em decisão terminativa.

Obrigado, nobre Senador Douglas Cintra.

Vamos apreciar o item 5 da pauta.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PMB - DF) – Pois não, Sr. Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Sr. Presidente, sou o Relator do item nº 5.

Considerando a difícil situação econômica vivida pelos brasileiros – mesmo propondo a presente norma, a norma que discutiríamos agora, o estabelecimento em lei de índice hoje remetido à norma infralegal, o que pode conferir maior segurança jurídica – a possibilidade de restringir o acesso de agricultores familiares ao Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar nos motiva e justifica o pedido de retirada da matéria de pauta para o seu reexame. Então, exatamente em função da crise e da hipótese de dificultar, de restringir o acesso de agricultores familiares ao Pronaf, estamos pedindo a retirada de pauta, para que haja o reexame da matéria.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PMB - DF) – Obrigado, Senador Alvaro Dias. A matéria está retirada de pauta para reexame. V. Exª irá reapresentá-la aqui, nesta Casa.

É o seguinte o item retirado de pauta.

ITEM 5
EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, de 2011
- Não terminativo -

Dá nova redação ao art. 52 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Alvaro Dias
Relatório: Favorável às Emendas da Câmara dos Deputados nºs 1 e 3 e contrário à Emenda da Câmara dos Deputados nº 2.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer pela prejudicialidade do PLS nº 126/1998 e das Emendas da Câmara dos Deputados nºs 1 a 3.

Pois não, Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Sr. Presidente, peço a retirada de pauta do item 6 em função de o Secretário da Receita Federal ter nos solicitado uma audiência para debater o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PMB - DF) – O.k., Senador Douglas Cintra. Está aceita a sua solicitação.

É o seguinte o item retirado de pauta.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 298, de 2011
- Não terminativo -

Estabelece normas gerais sobre direitos e garantias do contribuinte.

Autoria: Senadora Kátia Abreu
Relatoria: Senador Douglas Cintra
Relatório: Favorável ao projeto e à Emenda nº 2 nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo);
2. Em 14/7/2014, foi apresentada a emenda nº 2, de autoria do senador Francisco Dornelles.

O outro projeto é de autoria minha, e o Senador Walter Pinheiro é o Relator. Ele pediu para que adiássemos a leitura. Então, vamos adiar a leitura.

O nosso nobre Relator, Senador Flexa Ribeiro, está aqui presente. Então, vamos para o item 14 da pauta.

ITEM 14
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, DE 2015
- Não terminativo -

Estabelece o percentual mínimo de cacau nos chocolates e seus derivados, nacionais e importados, comercializados em todo o território nacional e torna obrigatória a informação do percentual total de cacau nos rótulos desses produtos.

Autoria: Senadora Lídice da Mata.
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.
Relatório: favorável ao projeto com duas emendas que apresenta.
Observações: *1. Em 1/4/2015, foi realizada audiência pública para instruir a matéria;*
2. A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

Vamos ouvir o nosso nobre Relator, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu gostaria só de uma informação – perdoe-me, Senador Flexa! Todos os demais itens anteriores ao item 14 foram retirados? Eu gostaria só de saber isso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PMB - DF) – Nobre Senadora Gleisi Hoffmann, alguns foram retirados, exatamente três. Um deles foi adiado, e dois foram retirados de pauta. Quanto aos demais, os Relatores não estão aqui presentes.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – O item 8 foi retirado de pauta?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PMB - DF) – O item 8, do Senador Wilder Morais, foi retirado de pauta.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – O item 9 também?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PMB - DF) – O item 9 foi pulado simplesmente por que o nosso Relator, o nobre Senador Cristovam Buarque, não está presente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – O item 10 também foi pulado por que o Relator não está aqui presente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PMB - DF) – Exato.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – O item 11 também foi retirado de pauta?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PMB - DF) – O da Senadora Marta não foi retirado. Só o pulamos em função da ausência da Relatora.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – E o item 12? O Senador Dalírio está aqui... Ah, ele foi retirado!

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PMB - DF) – Os itens 12 e 13, nobre Senadora Gleisi, também foram retirados de pauta.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Está bem. Então, por isso, estamos no item 14. Era só para eu saber e me organizar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PMB - DF) – Tranquilo, sem nenhum tipo de problema.

O nobre Senador Flexa Ribeiro está com a palavra para relatar o PLS nº 93, de 2015, constante do item 14.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador Hélio José, Srª Senadora, Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 93, de 2015, da nobre Senadora Lídice da Mata, é da maior importância.

A Senadora Lídice da Mata, no seu projeto, define o percentual mínimo de cacau nos chocolates e nos seus derivados, nacionais e importados, comercializados em todo o Território nacional e torna obrigatória a informação do percentual total de cacau nos rótulos desses produtos.

A Bahia hoje é a maior produtora de cacau, seguida do Pará, que, em ritmo acelerado, avança no sentido de se tornar, em curto prazo, Senador Tasso Jereissati, o maior produtor de cacau do Brasil, principalmente na região da Transamazônica. E é uma produção, Senadora Gleisi, de pequenos agricultores, é uma agricultura familiar. Pela qualidade das terras roxas daquela região, o fruto é da melhor qualidade, e a semente da qual é produzido o cacau tem condições de proporcionar um produto final de qualidade para disputar com os melhores do mundo.

A Senadora Lídice da Mata, em seu projeto, propõe alterar o percentual mínimo de cacau na confecção de chocolate de 20% para 35%. Quanto maior a quantidade de cacau na confecção de chocolate, melhor é o produto final – existem já chocolates em cuja embalagem você encontra 70% de cacau na composição. Mas o mínimo para que possa ser o produto denominado chocolate é de 20%.

O projeto da Senadora é importante porque vem fazer com que haja, por parte das indústrias fabricantes de chocolate, uma maior procura da fruta, da semente, e isso vai fazer aumentar o cultivo e dar uma condição melhor, como eu disse, à agricultura familiar, aos agricultores familiares.

Nós tivemos oportunidade, Senador Hélio José, de fazer, por iniciativa da Senadora Lídice da Mata, autora do projeto, uma audiência pública na Bahia, se não me engano em Ilhéus, e uma segunda audiência pública em Belém, para tratar deste assunto.

Então, o projeto é meritório, o parecer é favorável. Fiz apenas duas observações, com as quais, conversando com a Senadora Lídice da Mata, ela concordou. No seu projeto, ela propunha que o chocolate que não tivesse comprovado a quantidade mínima de 35% de cacau na sua composição tivesse que colocar no rótulo da embalagem "Isto não é chocolate", Senador Tasso Jereissati. "Isto não é chocolate", eu disse a ela, "Senadora, está fazendo propaganda para o chocolate. Então, com a sua concordância, vamos tirar isso da exigência." E outra questão que ela colocou no projeto: penalizava aqueles que não usassem os 35% de cacau na mistura com dois anos de reclusão. Então, eu também conversei com a Senadora Lídice da Mata para que pudéssemos retirar essas duas propostas que faziam parte do seu projeto e aprovar com louvor todo o restante.

Esse é o nosso parecer, pela aprovação, com a retirada dessas duas proposições da Senadora – com concordância da autora, é bom que se frise. A Senadora Lídice da Mata presta um grande serviço à cultura do cacau em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PMB - DF) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

V. Exª tem razão, acho que essa questão do cacau é fundamental. Chocolate está no gosto popular de todos, e temos realmente que defender essa maior inclusão do cacau.

A matéria está em discussão.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Eu gostaria de pedir vista da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PMB - DF) – Nobre Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Sobre a matéria, Senador Flexa: tenho o maior entusiasmo pela expansão da produção cacaueira no Brasil, até que o País retome o seu lugar, que foi dele, de líder na produção de cacau no mundo inteiro. Mas – talvez V. Exª já tenha tomado essas providências – é necessário ver o lado dos produtores de chocolate também, que deve ter sido discutido nessas audiências públicas. Eu queria ver, comparando com padrões internacionais – por exemplo, o famoso chocolate suíço – qual é a norma mínima de quantidade de cacau para ser considerado chocolate, para que isso não venha prejudicar a competitividade do chocolate feito no Brasil em relação aos produtores do mundo inteiro.

Então, eu gostaria de apenas checar essas condições com V. Exª para que possamos votar em próxima oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PMB - DF) – Correto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PMB - DF) – Pois não, nobre Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sem nenhuma dificuldade, nenhum problema, está correto o pedido de vista do Senador Tasso, acho que ele está correto em ter essa preocupação. Mas, Senador Tasso, os chocolates importados já têm um teor de cacau acima dos 35%. Como eu disse, quanto maior o teor de cacau, de melhor qualidade é o chocolate. Produtores nacionais já fabricam chocolates com 40%, com 50%, com 70% de cacau. Mas vamos aprofundar a pesquisa, aprofundar o que foi discutido nas duas audiências.

V. Exª, como grande empresário que ajuda este Brasil a se desenvolver, tem toda razão de querer aprofundar essa análise.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PMB - DF) – Senador Dalírio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Eu acho que as colocações feitas pelo Senador Flexa são muito pertinentes. A preocupação seria ver se a produção nacional, hoje, já comportaria esse percentual mínimo de 35%, porque, na verdade, ainda estamos importando cacau.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Aí é aquela operação *drawback*. Hoje nós temos em torno de 280 mil toneladas/ano de produção, e o consumo, no caso das indústrias de moagem do cacau, é muito próximo desse número. Então, talvez, a preocupação manifestada pelo Senador Tasso seria no sentido de sabermos se, considerando-se os 35%, não vamos passar a ser dependentes de importação para poder atender o normativo estabelecido através dessa medida. Eu acho que é uma preocupação procedente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PMB - DF) – Nobres Senadores, com a solicitação de vista feita pelo nobre Senador Tasso, fica concedida a vista.

Passamos agora ao próximo item de pauta.

ITEM 16
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, de 2011
- Não terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a fim de permitir a prorrogação de acordo ou convenção coletiva enquanto não for celebrado novo instrumento normativo.

Autoria: Senador José Pimentel.
Relatoria: Senador Douglas Cintra.
Relatório: Favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
1. A matéria será apreciada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e, em decisão terminativa, de Assuntos Sociais.

Senador Douglas Cintra, com a palavra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Sr. Presidente, em exame o Projeto de Lei do Senado nº 181 de 2011, do Senador José Pimentel, que altera o art. 615 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e acrescenta a essa norma o art. 615-A, para que o acordo ou a convenção coletiva de trabalho tenha sua vigência prorrogada até que seja celebrado novo instrumento normativo. Tal inovação pretende se contrapor à regra do §3º do art. 614 da CLT, que não permite a estipulação de acordo ou convenção por mais de dois anos.

O autor defende que o atual prazo limite da CLT não encontra fundamento lógico e desestimula a negociação coletiva, a qual, segundo ele, tem o poder de diminuir o conflito capital-trabalho. Aduz que a impossibilidade de prorrogação é prejudicial aos trabalhadores, já que o acordo ou convenção tende a ser mais benéfico do que a aplicação da legislação trabalhista.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Análise.

Conforme o inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE opinar sobre os aspectos econômico e financeiro da presente proposição.

Quanto à análise formal, não há vícios de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, aspectos que, de qualquer modo, serão mais bem apreciados na última comissão a analisar o projeto.

No mérito, a proposição aborda um ponto a ser aperfeiçoado em nossa legislação trabalhista. A impossibilidade de prorrogação de um acordo ou convenção entre as partes, ainda que mutuamente benéficos, pode gerar perda de bem-estar social.

Trata-se, assim, de paternalismo anacrônico da legislação, que merece atenção neste momento de piora dos índices de desemprego e informalidade. Sem a possibilidade de prorrogação de acordo ou convenção, em condições que as partes julguem melhores do que as da legislação, o contrato de trabalho torna-se menos adequado, aumentando as chances de demissão ou informalidade. Tal fato pode elevar a taxa de rotatividade de empregados e aumentar os questionamentos na já congestionada Justiça do Trabalho. Portanto, o projeto vai ao encontro da redução dos indicadores de desemprego, informalidade e rotatividade, estimulando relações de trabalho mais cooperativas.

Vale lembrar que a Orientação Jurisprudencial nº 322 da Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho considera inválida, por contrariar o § 3º do art. 614 da CLT, a cláusula de termo aditivo de acordo coletivo de trabalho que prorroga a vigência do instrumento coletivo originário por prazo indeterminado.

Por outro lado, há os que entendem que a previsão legal da prorrogação automática da vigência do instrumento coletivo, em caso da ausência de celebração de novo acordo ou convenção, poderia gerar um efeito inverso do esperado, gerando um desestímulo da prática da negociação coletiva. Desse modo, uma solução intermediária poderia ser estabelecer legalmente a possibilidade de prorrogação, mediante previsão expressa nesse sentido no próprio instrumento negocial, pelo tempo necessário à celebração de novo acordo ou convenção coletiva. Por isso, propomos substitutivo com tal teor.

> Voto.
> Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2011, de 2011, nos termos do substitutivo a seguir.
> EMENDA Nº -CAE (SUBSTITUTIVO)
> PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181 DE 2011
> Altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para permitir a prorrogação de acordo ou convenção coletiva enquanto não for celebrado novo instrumento normativo.
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º O art. 614 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:
> "Art. 614. .....
> § 3º Não será permitido estipular duração de convenção ou acordo superior a dois anos, ressalvadas as prorrogações, por até um ano no total, caso haja previsão expressa no instrumento coletivo em vigor, efetuadas enquanto se negocia a celebração de novo acordo ou convenção."

Sr. Presidente, eu também recebi uma solicitação de emenda aqui acrescentando: "... sendo inaplicável o princípio da ultratividade das cláusulas normativas cujas condições de trabalho vigoram no prazo assinado sem integrar de forma definitiva os contratos".

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Douglas Cintra.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Item 20.

ITEM 20
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 635, de 2011
- Terminativo -

Dispõe sobre o sistema de pagamentos e transferências de valores monetários por meio de dispositivos móveis (STDM).

Autoria: Senador Walter Pinheiro.
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.
Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com parecer pela prejudicialidade do projeto; e pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com parecer pela prejudicialidade do projeto;
2. A votação do relatório pela prejudicialidade da matéria será realizada pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015.

Conforme disposto na Instrução Normativa nº 5, de 2015, da Secretaria-Geral da Mesa, a apreciação da prejudicialidade da matéria será tomada pelo processo simbólico por se tratar de questão não preliminar ao mérito.

Com a palavra o Relator, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente Senador Raimundo Lira, Srs. Senadores, quero, primeiro, ressaltar aqui a autoria do Projeto de Lei do Senado nº 635, de 2011, o Senador Walter Pinheiro, por sua competência e conhecimento de causa na questão de mérito.

Quero registrar também, Senador Raimundo Lira, que a CCJ deveria fazer uma alteração no Código Penal. É que existe a infração de apropriação indébita financeira, mas não há a infração de apropriação indébita intelectual. Esse Governo é useiro e vezeiro em se apropriar de proposta de Senadores de todos os partidos – neste caso, é da própria Base – e da oposição. Há projetos que ficam tramitando aqui, a Base do Governo não deixa avançar e, em determinado momento, o próprio Governo copia o projeto e o encaminha como medida provisória.

Já fui vítima disso, Senador Tasso Jereissati – pelo que me lembre de imediato – em dois projetos de minha autoria. Havia um que abria para o capital estrangeiro a área da saúde: o Governo não o deixou caminhar e, depois, veio com medida provisória. O segundo, do capital estrangeiro para a aviação: o Governo agora também está acenando com uma medida provisória nesse sentido.

Neste caso do PLS nº 635, de 2011, de autoria do Senador Walter Pinheiro, nós temos de atentar para a data. A proposta do Senador é de 2011. O que ele propõe? Ele propõe regular a atuação das câmaras de compensação e dos prestadores de serviços de pagamentos e transferências de valores monetários a partir de terminais móveis, ou seja, de aparelhos celulares. Isso já é feito. Já está em uso.

Quando veio à CAE, foi distribuído para análise terminativa. Quando apreciado aqui, recebeu parecer favorável – à época, do Senador Alvaro Dias – com emendas de redação. Por aprovação dos Requerimentos nºs 239, 240 e 241, de 2012, dos Senadores José Agripino, Sérgio Souza e João Vicente Claudino, pediu-se a redistribuição deste projeto para a CCT e para a CMA – acho correto, porque o mérito trata de ciência e tecnologia, de fiscalização e controle e defesa do consumidor.

No entanto, com a demora na tramitação, ao retornar para a CAE, ainda terminativo, lá nas duas comissões, tanto na CCT como na CMA, os pareceres dos relatores foram pela prejudicialidade. Por quê? Porque em 2013, dois anos depois que o Senador Walter Pinheiro apresentou o seu projeto – lamentavelmente, porque não fizemos o nosso trabalho de agilizar a aprovação do projeto – o Executivo editou a Medida Provisória nº 615, de 17 de maio de 2013, convertida na Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013.

Aí, anda rápido. Aí, Senador Tasso e Senador Agripino, nos põem medida provisória goela abaixo: entra em maio e, em outubro, já está transformada em lei. E algumas são prejudiciais ao nosso País, haja vista a que desequilibrou o sistema elétrico nacional, fazendo com que a sociedade tivesse de arcar com bilhões e bilhões de prejuízo por aumento de tarifa para que o sistema não entrasse em colapso.

Neste caso, essa medida provisória transformada em lei regulou amplamente os chamados arranjos de pagamento e incluiu o Sistema de Pagamento e Transferência de Valores Monetários por Meio de Dispositivos Móveis (STDM) como um dos componentes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), exatamente o projeto do Senador Walter Pinheiro.

Então, registrando a autoria do Senador Walter Pinheiro no caso deste projeto, eu sou obrigado, como relator, a acompanhar, no voto, os votos dos relatores das Comissões de Ciência e Tecnologia e de Meio Ambiente e Fiscalização e Controle pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 635, de 2011, com os méritos para o Senador Walter Pinheiro.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Conforme disposto na Instrução Normativa nº 5, que eu já li, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador Flexa Ribeiro.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer preliminar da CAE pela prejudicialidade do projeto.

A matéria vai ao Plenário para as providências previstas no art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Os próximos itens da pauta, até o item 30, são terminativos.

Não havendo o quórum presencial de 14 Senadores, vamos passar ao item 31.

V. Exª quer que seja votado o seu requerimento, Senador Flexa, o item 31?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Já voltei!

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB) – O senhor veja, Senador, como o seu prestígio é grande!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Além do prestígio, há a amizade do Presidente, Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pode ter certeza disso.

ITEM 31
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 1, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja convidado o sr. Alexandre Tombini, presidente do Banco Central do Brasil, para que apresente os argumentos que justificam a manutenção da taxa de juros em 14,25%, após diversas sinalizações de que elevaria a taxa básica.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.
Observações:
1. O requerimento foi lido em 16/2/2016.

Com a palavra o autor do requerimento, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, o requerimento convida o Dr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central, a vir aqui. Como V. Exª já disse que virá proximamente, ainda neste trimestre... Já estamos alcançando o final do segundo mês, quer dizer, faltam pouco mais de trinta dias para fechar o trimestre. É para que possamos ter, do Presidente do Banco Central, os argumentos pela manutenção da taxa de juros, já que a sinalização que o Banco Central dava era de que a taxa de juros seria elevada. Podemos aproveitar essa vinda do Presidente do Banco Central para discutirmos as ações de *swap* cambial. Ele pode dar as informações aos Senadores componentes da CAE.

Essa é a justificativa. Peço aos meus Pares que possamos aprovar este requerimento e ter aqui, com muita alegria, a presença sempre honrosa e eficiente do Presidente Alexandre Tombini.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos colocar o requerimento em votação.

Em votação.

Os Srs. e Srªs Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento CAE nº 1, de 2016.

Vamos ler agora outro requerimento do ilustre Senador Flexa Ribeiro, que tem uma grande produção legislativa.

> Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 2 , de 2016
> Requer, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal, e no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta com a Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração - SUBMINERA, e com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada a debater a situação do setor mineral do Brasil e o Novo Código da Mineração. Nesse sentido, sugere-se a participação dos seguintes convidados: Eduardo Braga – Ministro das Minas e Energia; Simão Jatene – Governador do Estado do Pará; Fernando Pimentel – Governador do Estado de Minas Gerais; Laudívio Carvalho – Deputado Federal, relator do Novo Código na Câmara dos Deputados; Telton Elber Corrêa – diretor-geral interino do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM; José Fernando Coura – diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração - Ibram.
> Sala das Comissões, Senador Flexa Ribeiro.

Está lido e será colocado em votação na próxima reunião.
Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.
Muito obrigado a todos os Srs. e Srªs Senadores presentes.

(Iniciada às 10 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 27 minutos.)

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE MARÇO DE 2016, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e três minutos do dia 1º de março do ano de dois mil e dezesseis, na sala número dezenove da Ala Alexandre Costa, sob a presidência do senador Raimundo Lira, presidente em exercício, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Gleisi Hoffmann, Telmário Mota, Benedito de Lira, José Pimentel, Paulo Rocha, Wilder Morais, Ivo Cassol, Waldemir Moka, Omar Aziz, José Agripino, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Roberto Rocha, José Medeiros, Douglas Cintra e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Delcídio do Amaral, que tem falta justificada, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Davi Alcolumbre, Lúcia Vânia e Marcelo Crivella. A presidência declara aberta a reunião, submetendo à comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 2ª reunião, que é aprovada, e comunica aos membros que a comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento: Ofício CG/0642-C/2015, de 1º de dezembro de 2015, da Câmara Municipal da Estância Turística de Tupã, São Paulo, encaminhando cópia de moção de apoio para desoneração tributária de medicamentos. O expediente será encaminhado aos membros da comissão por meio de ofício circular. Em seguida, a presidência inicia a apreciação dos itens constantes da pauta. **Item 2 -** Projeto de Lei do Senado nº 65 de 2014, não terminativo, de autoria do senador Paulo Bauer, que "altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, (Estatuto da Cidade), para dispor sobre o consórcio imobiliário como forma de viabilização de planos urbanísticos e instituir a requisição de imóveis para regularização, prevenção e recuperação de áreas insalubres, de risco ou atingidas por desastres", tendo como relator o senador Wilder Morais, que oferece relatório favorável ao projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Item 4 -** Projeto de Lei do Senado nº 235 de 2014, não terminativo, de autoria do senador Alfredo Nascimento, que "altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação - SNV, para determinar que os investimentos públicos em infraestrutura e operação dos serviços de transportes sejam regidos por critérios econômicos e dá outras providências", tendo como relator o senador Roberto Requião, que oferece relatório favorável ao projeto com uma emenda que apresenta. O presidente em exercício designa o senador Waldemir Moka relator "ad hoc" da matéria. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CAE. A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa. **Item 5 -** Projeto de Lei do Senado nº 373 de 2013, não terminativo, de autoria do senador Ciro Nogueira, que "altera o art. 2º do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, e o art. 27 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, para dispor sobre a notificação do devedor previamente à venda extrajudicial de bem objeto de alienação fiduciária em garantia, e dá outras providências", tendo como relator o senador Dalirio Beber, que oferece relatório favorável ao projeto com quatro emendas que apresenta. A matéria é retirada de pauta, para reexame. **Item 7 -** Projeto de Lei do Senado nº 172 de 2013, complementar, não terminativo, de autoria do senador Walter Pinheiro, que "regulamenta o disposto no art. 156, § 3º, I da Constituição Federal, para fixar a alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza", tendo como relator o senador Fernando Bezerra Coelho, que oferece relatório pela prejudicialidade do projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, pela prejudicialidade do projeto. **Item 11 -** Projeto de Lei do Senado nº 472 de 2015, não terminativo, de autoria do senador Aloysio Nunes Ferreira, que "altera dispositivos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para estender os benefícios neles previstos às instituições públicas de ensino superior", tendo como relator o senador Roberto Rocha, que oferece relatório favorável ao projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. **Item 12 -** Aviso da Comissão de Assuntos Econômicos nº 1 de 2015, não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que "encaminha cópia do Acórdão nº 184/2015 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, referentes ao Acórdão 1.171/2014 - Plenário, que teve por objetivo avaliar a Segurança Energética do País (TC 019.228/2014-7), tendo como relator o senador Fernando Bezerra Coelho, que oferece relatório pelo conhecimento da matéria, pelo encaminhamento de requerimento de informações ao Ministério de Estado de Minas e Energia, e pelo seu posterior arquivamento. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, pelo encaminhamento de requerimento de infor-

mações ao ministro de Estado de Minas e Energia, e pelo seu posterior arquivamento. O referido requerimento foi incluído como item extrapauta nº 34. **Item 13 -** Aviso da Comissão de Assuntos Econômicos nº 2 de 2015, não terminativo, de autoria de Tribunal de Contas da União, que "encaminha cópia do Acórdão nº 994/2015 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, referentes ao Acórdão 184/2015 - Plenário, que teve por objetivo avaliar a Segurança Energética do País (TC 019.228/2014-7)", tendo como relator o senador Fernando Bezerra Coelho, que oferece relatório pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria. **Item 15 -** Projeto de Lei do Senado nº 180 de 2010, não terminativo, de autoria da senadora Kátia Abreu, que "acrescenta o art. 41-A a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para estabelecer a exigência de instalação de hidrômetro distinto para medir a água que será utilizada em estabelecimento e que não será lançada na rede coletora de esgoto", tendo como relator o senador Dalirio Beber, que oferece relatório contrário ao projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os(as) senadores(as) Waldemir Moka, Fernando Bezerra Coelho e Lídice da Mata. O presidente em exercício da comissão, senador Raimundo Lira, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **Item 18 -** Projeto de Lei do Senado nº 67 de 2015, não terminativo, de autoria do senador Romário, que "altera o artigo 45 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para estender o seguro de vida e acidentes para atletas em competições internacionais", tendo como relator o senador Jader Barbalho, que oferece relatório pelo arquivamento do projeto. A matéria é retirada de pauta, para reexame. **Item 19 -** Projeto de Lei do Senado nº 337 de 2012, não terminativo, de autoria do senador Tomás Correia, que "altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para universalizar a adesão de estudantes e instituições de educação superior participantes do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) a fundo de garantia de operações de crédito educativo", tendo como relator o senador Paulo Rocha, que oferece relatório contrário ao projeto. O presidente em exercício designa o senador José Pimentel relator "ad hoc" da matéria. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. **Item 20 –** Projeto de Lei do Senado nº 721 de 2007, não terminativo, de autoria do senador Paulo Paim, que "dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei n 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006, destinado às empresas dos setores de beneficiamento de couros e dá outras providências", tendo como relator o senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela prejudicialidade do projeto. O presidente em exercício designa o senador Waldemir Moka relator "ad hoc" da matéria. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, pela prejudicialidade do projeto. **Item 24 -** Projeto de Lei do Senado nº 390 de 2015, terminativo, de autoria do senador Antonio Carlos Valadares, que "altera a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, para permitir que valores referentes à compensação financeira possam ser abatidos da dívida dos entes com a União, nos termos que especifica", tendo como relator o senador José Pimentel, que oferece relatório pela rejeição do projeto. Após a leitura do relatório, usa da palavra o senador Flexa Ribeiro. Encerrada a discussão, o presidente em exercício da comissão, senador Raimundo Lira, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **Item 33 -** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 2 de 2016, de autoria do senador Flexa Ribeiro, que "requer, nos termos do art. 49, inciso X da Constituição Federal e no art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta com a Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração - Subminera, e com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada a debater a situação do setor mineral do Brasil e o Novo Código da Mineração, com a participação do ministro das Minas e Energia, Eduardo Braga; o governador do estado do Pará, Simão Jatene; o governador do estado de Minas Gerais, Fernando Pimentel; o deputado federal, relator do Novo Código na Câmara dos Deputados, Laudívio Carvalho; o diretor-geral interino do Departamento Nacional de Produção Mineral, Telton Elber Corrêa; e o diretor presidente do Instituto Brasileiro de Mineração, José Fernando Coura. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 2 de 2016-CAE.

É apreciado ainda o seguinte item extrapauta: **Item 34** - Minuta de requerimento de autoria do senador Fernando Bezerra Coelho, que "nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o Ato da Mesa nº 1 de 2001, solicita sejam requeridas ao ministro de Minas e Energia informações acerca do andamento do atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União acerca dos itens 9.3 e 9.4, contidas

no Acórdão nº 184 de 2015 - TCU - Plenário". Colocado em votação, a comissão aprova a apresentação do requerimento. São adiados os demais itens da pauta, a saber: **Item 1 -** Projeto de Lei do Senado nº 201 de 2015; **Item 3 -** Projeto de Lei do Senado nº 504 de 2013; **Item 6 -** Projeto de Lei do Senado nº 93 de 2015; **Item 8 -** Projeto de Lei do Senado nº 8 de 2012; **Item 9 -** Projeto de Lei do Senado nº 100 de 2014**;** **Item 10 -** Projeto de Lei do Senado nº 195 de 2012; **Item 14 -** Projeto de Lei do Senado nº 31 de 2015; **Item 16 -** Projeto de Lei do Senado nº 326 de 2013; **Item 17 -** Projeto de Lei da Câmara nº 88 de 2014; **Item 21 -** Projeto de Lei do Senado nº 280 de 2013; **Item 22 -** Projeto de Lei do Senado nº 190 de 2011; **Item 23 -** Projeto de Lei do Senado nº 463 de 2015, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 519 de 2015; **Item 25 -** Projeto de Lei do Senado nº 12 de 2014; **Item 26 -** Projeto de Lei do Senado nº 311 de 2009; **Item 27 -** Projeto de Lei do Senado nº 286 de 2015; **Item 28 -** Projeto de Lei do Senado nº 203 de 2011; **Item 29 -** Projeto de Lei do Senado nº 4 de 2007; **Item 30 -** Projeto de Lei do Senado nº 184 de 2011; **Item 31 -** Projeto de Lei do Senado nº 62 de 2007 e **Item 32 -** Projeto de Lei do Senado nº 121 de 2008. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo presidente em exercício da comissão, senador Raimundo Lira, e pelo presidente eventual, senador Benedito de Lira, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico.

Senador RAIMUNDO LIRA
Presidente em exercício da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 2ª Reunião.

Os Srs Senadores e as Srªs Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Informo que o Regimento Interno do Senado Federal, em seu art. 96-B, disciplina a indicação das políticas públicas a serem avaliadas pelas comissões permanentes.

Esta Comissão selecionará o assunto até o último dia útil de março.

Assim, com vistas a dar cumprimento ao disposto no mencionado dispositivo regimental, esta Presidência agradece a colaboração de V. Exªs no sentido de encaminharem sugestões de políticas públicas até o final de março.

Por fim, comunico o recebimento do seguinte documento para conhecimento: Ofício CG0642C/2015, de 1º de dezembro de 2015, da Câmara Municipal da Estância Turística de Tupã, São Paulo, encaminhando cópia de moção de apoio para a desoneração tributária de medicamentos.

O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Vamos iniciar agora a pauta. Vamos começar pelo item 7.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Agradeço, Sr. Presidente, a deferência.

Se V. Exª puder acatar uma sugestão, na sequência eu poderia relatar o item 12 e o item 13, que são matérias relativas ao Tribunal de Contas da União. O parecer já está à disposição dos membros desta Comissão. Poderíamos apreciar com muita brevidade.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Será atendido o pedido de V. Exª.

O início pelo item 7 da pauta mostra o prestígio do Senador Fernando Bezerra nesta Comissão e no Senado Federal.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 172, de 2013
- Não terminativo -

Regulamenta o disposto no art. 156, § 3º, I, da Constituição Federal, para fixar a alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

Autoria: Senador Walter Pinheiro.
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho.
Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.

Com a palavra o Relator, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, sugere o autor a fixação da alíquota mínima em 2% e sustenta essa sua iniciativa dizendo que isso neutralizaria a guerra fiscal promovida entre os Municípios e, portanto, afastaria graves distorções do sistema federativo brasileiro.

Relativamente à constitucionalidade e técnica legislativa, não há ajustes a serem feitos ao texto proposto.

Quanto ao mérito, ressaltamos a importância de acabar com a "guerra fiscal". A iniciativa do Senador Walter Pinheiro foi, portanto, louvável, pois demonstra sensibilidade com relação à matéria e preocupação com o grave conflito federativo. Entendemos, contudo, que a proposição resta prejudicada pela aprovação, nesta Comissão, do PLS 386, de 2012, de autoria do Senador Romero Jucá. O texto que foi aprovado pelo Senado Federal já tramitou junto à Câmara dos Deputados, que já devolveu a esta Casa o Substitutivo SCD 15, de 2015, o qual também prevê a fixação de alíquota mínima de ISS em 2%, e já se encontra pronto para votação pelo Plenário do Senado Federal.

Portanto, em face do exposto, opinamos pelo reconhecimento da prejudicialidade do PLS 172, de 2013, e pelo seu encaminhamento ao Plenário para as providências do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A matéria está em discussão.

Como não temos o quórum de 14 Senadores, nós podemos, se eventualmente houver discussão... (*Pausa.*)

Não havendo discussão, está encerrada a discussão.

Colocaremos em votação assim que obtivermos o quórum necessário de 14 Senadores.

Passamos ao item 12.

ITEM 12
AVISO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 1, de 2015
- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 184/2015 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, referentes ao Acórdão 1.171/2014 - Plenário, que teve por objetivo avaliar a Segurança Energética do País (TC 019.228/2014-7).

Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho
Relatório: Pelo conhecimento da matéria, pela realização de audiência pública para debater o assunto, bem como pelo encaminhamento de requerimento de informações ao Ministério de Estado de Minas e Energia, e pelo seu posterior arquivamento.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – O Tribunal de Contas da União, em cumprimento a sua competência constitucional de auxiliar o Congresso Nacional no exercício do controle externo, procedeu no sentido de informar ao Poder Legislativo dos desdobramentos do monitoramento do Acórdão n° 1.196/2010-Plenário, do Acórdão n°1.171, de 2014, que culminou no Acórdão n° 184, de 2015, ora em análise.

O procedimento de auditoria executado pela Corte de Contas visou avaliar a adequação das políticas e ações dos agentes do setor elétrico de forma a garantir o abastecimento nacional do mercado de energia elétrica com segurança, eficiência e sustentabilidade.

O critério de segurança energética pressupõe o atendimento da demanda nacional com qualidade e continuidade. Para tal, a Egrégia Corte demanda ao Poder Executivo que efetue a revisão das garantias físicas das usinas que atendem ao mercado nacional e, por consequência, adeque a efetiva disponibilidade de energia elétrica no curto prazo.

Para o planejamento de longo prazo, aquela corte manifesta preocupação no sentido de haver divergência quanto ao risco de déficit estrutural futuro. Enquanto o ONS alerta para risco superior a 5% nos anos de 2016 e 2017, o MME e a EPE têm protelado ajustes do modelo computacional tal qual mantenham o referido indicador dentro do risco indicado como razoável pelo Conselho Nacional de Política Energética.

Nessa linha, faz-se necessário despender esforços para a promoção dos ajustes ao modelo computacional, o que permitirá ao Poder Público adotar as medidas necessárias para a garantia do suprimento de energia elétrica dentro dos padrões de qualidade e continuidade de forma tempestiva.

Devemos salientar ainda que a revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas já estava prevista desde a década de 1990 (Decreto n° 2.655, de 02 de julho de 1998), com a revisão a cada cinco anos ou na ocorrência de fatos relevantes. Por analogia, podemos estender a todas aquelas que compõem o Sistema Elétrico Brasileiro. Entretanto, essas revisões não estão sendo realizadas a contento pelo Governo Federal e, como consequência, têm gerado inconsistência nos modelos de análise de segurança energética.

Portanto, é importante que seja realizada a plena revisão das garantias físicas das usinas pelo MME até a data limite de 31 de dezembro próximo, nos termos do acórdão em apreciação por esta Comissão.

Por fim, é salutar que a Corte de Contas mantenha o monitoramento do Sistema Elétrico Brasileiro para que sejam efetivamente executadas as decisões contidas no Acórdão nº 184, de 2015.

Voto.

Considerando o exposto, opinamos para que esta Comissão:

a) tome conhecimento do feito;

b) encaminhe requerimento de informações ao Ministro de Minas e Energia sobre o andamento do atendimento das determinações dos itens 9.3, 9.4, contidas no Acórdão nº 184/2015 – TCU-Plenário, nos termos da minuta a seguir apresentada; e

c) remeta o processado ao arquivo.

Passarei a ler a minuta do requerimento.

REQUERIMENTO Nº , DE 2015

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o Ato da Mesa nº 1, de 2001, solicito sejam requeridas ao Ministro de Minas e Energia informações acerca do andamento do atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União (TCU) acerca dos itens 9.3, 9.4, contidas no Acórdão nº 184, de 2015 – TCU-Plenário.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Informo que a Senadora Vanessa Grazziotin esteve aqui na Comissão e, como o painel não estava funcionando, ela assinou a lista de presença. Portanto, já temos o quórum necessário. Quatorze Senadores já seriam suficientes e, com a presença da Senadora Vanessa, já somos 15 Senadores presentes.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Podemos colocar o item 7 em votação, que já teve a discussão encerrada.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos concluir o item 12.

A matéria do item 12 está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Fernando Bezerra Coelho.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, pelo encaminhando de requerimento de informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia e pelo seu posterior arquivamento.

Voltamos à votação do item 7.

Como encerramos a discussão do item 7, colocamos em votação o relatório do Senador Fernando Bezerra Coelho.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, pela prejudicialidade do projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Item 13:

ITEM 13
AVISO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 2, de 2015
- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 994/2015 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, referentes ao Acórdão 184/2015 - Plenário, que teve por objetivo avaliar a Segurança Energética do País (TC 019.228/2014-7).

Autoria: Tribunal de Contas da União.
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho.
Relatório: Pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o trabalho ora apresentado pelo Tribunal de Contas da União decorre do Acórdão nº 994/2015 – TCU – Plenário, que, ao realizar auditoria operacional acerca do tema Segurança Energética, demonstra a inépcia e as deficiências da ação do Poder Executivo no setor elétrico brasileiro.

Conforme consta do relatório em análise, a superavaliação da garantia física do parque gerador tem sido equacionada com a realização de leilões de energia de reserva, o que aumenta o custo da produção de energia e penaliza o consumidor que, em função dessa desorganização estrutural do sistema, paga em duplicidade pela energia consumida.

Acompanhando proposta do Relator, o Tribunal expediu diligências e recomendações com o objetivo de que sejam tomadas providências para solucionar os problemas identificados.

As deficiências apontadas na operação do sistema elétrico brasileiro parecem explicar, em parte, a crise experimentada atualmente no setor, que só não é maior em função de estar havendo uma redução natural da carga em decorrência da recessão econômica, do aumento de tarifas e de campanhas de conscientização.

Importante salientar que os fatos explicitados pelo Tribunal já são de conhecimento dos agentes do setor há algum tempo, pois o tema Segurança Energética vem sendo objeto de fiscalização desde 2008, conforme o relatório de auditoria.

Diante disso, acreditamos que, no exercício da função fiscalizatória do Congresso Nacional, deveria ser promovida audiência pública para tratar dos temas ora trazidos ao seu conhecimento e, dessa forma, contribuir para o desfecho das pendências que vêm sendo observadas pelo Tribunal de Contas da União.

Todavia, Sr. Presidente, consideramos não haver necessidade de que a audiência pública ocorra no âmbito desta Comissão.

Em razão de requerimento de minha autoria, esse tema foi tratado na audiência pública da Comissão de Serviços de Infraestrutura ocorrida no dia 25 de novembro de 2015, cujo objetivo foi "avaliar o suprimento de energia elétrica no Brasil e as perspectivas da política energética para o futuro do País, com o objetivo de subsidiar o parecer final da Avaliação de Políticas Públicas para a Gestão de Recursos Hídricos, Saneamento e Energia".

Diante disso, não vislumbramos outras providências a serem tomadas por esta Comissão.

Voto.

Ante o exposto, opinamos pelo conhecimento e posterior arquivamento do Aviso da CAE nº 2, de 2015, do Tribunal de Contas da União.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Fernando Bezerra Coelho.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria.

Considerando que foi solicitada a retirada de pauta dos demais itens por seus respectivos Relatores, passamos agora ao item 4.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, de 2014
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação – SNV, para determinar que os investimentos públicos em infraestrutura e operação dos serviços de transportes sejam regidos por critérios econômicos e dá outras providências.

Autoria: Senador Alfredo Nascimento.
Relatoria: Senador Roberto Requião.
Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta.
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa.

Para o item 4, vou indicar como Relator *ad hoc* o Senador Waldemir Moka.

(Interrupção do som.)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Fui indicado aqui pelo Presidente como Relator *ad hoc*. O Relator é o Senador Roberto Requião.

Passo ao relatório.

Encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 235, de 2014, de autoria do Senador Alfredo Nascimento, que "altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação – SNV, para determinar que os investimentos públicos em infraestrutura e operação dos serviços de transportes sejam regidos por critérios econômicos e dá outras providências".

A proposição foi distribuída às Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infraestrutura (CI), à qual caberá decisão terminativa sobre a matéria. Não foram oferecidas emendas.

O projeto contém três artigos: o primeiro acrescenta os parágrafos terceiro, quarto e quinto ao art.11, e o segundo insere o art. 41-A na referida lei. O terceiro artigo é a cláusula de vigência, que é imediata.

As alterações do art. 11 estabelecem que os investimentos públicos em infraestrutura e operação dos serviços de transportes serão regidos por critérios econômicos, excetuando-se as obras necessárias à segurança nacional e as de caráter social cujos custos buscados deverão ser os menores.

A redação dada ao art. 41-A considera a BR-319 prioritária para a integração nacional. Ademais, define que a garantia de recursos necessários para a sua operação deve ser perene. Autoriza também o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) a realizar a restauração da rodovia no trecho entre o Município de Nhamundá, no Amazonas, e o de Porto Velho, em Rondônia, no prazo de dois anos.

Na justificação, o autor ressalta que o projeto visa a imprimir maior racionalidade no gasto dos recursos disponíveis para o setor de transportes ao vincular a aplicação de investimentos federais em obras e serviços de transportes à comprovação de sua viabilidade econômica, ressalvando-se os projetos de cunho social e os necessários à segurança nacional, de defesa de nossa longa fronteira e integração de comunidades fronteiriças mais afastadas com o restante da Nação. Ademais, busca garantir os recursos necessários às obras na BR-319.

Análise.

Compete à CAE opinar sobre o aspecto econômico e financeiro das matérias que lhe são submetidas.

Considerando que a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) deve se manifestar sobre o mérito, a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa, já que lhe cabe a decisão terminativa, a análise desta Comissão restringir-se-á aos aspectos econômicos e financeiros da matéria.

Do ponto de vista das finanças públicas, o projeto não fere a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000). Ao contrário, ao estabelecer que os investimentos públicos em infraestrutura e operação dos serviços de transportes serão regidos por critérios econômicos, o PLS 235, de 2014, colabora para a melhor aplicação dos recursos públicos, já que os investimentos em infraestrutura de transportes serão pautados por critério de eficiência na alocação desses recursos.

Quanto à autorização para realizar a restauração da BR-319, também não há afronta aos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que o Orçamento federal já prevê recursos para a manutenção de trechos rodoviários.

Todavia, quanto à inclusão do art. 41-A na Lei nº 12.379, de 2011, considero que a autorização para que o DNIT realize as obras necessárias na BR-319 é injurídico, já que nada acrescenta ao ordenamento jurídico, uma vez que esta autarquia já detém tal dever – o de fazer a manutenção que for adequada em toda a malha rodoviária federal, conforme prescrito na Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Entendo que o caminho mais adequado para se viabilizar as obras de restauração da BR-319, do ponto de vista legislativo, é incluir emendas específicas nesse sentido no Orçamento da União.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PLC 235, de 2014, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CCJ

Exclua-se do PLS 235, de 2014, o artigo 2º, renumerando-se o art. 3º que passará a ser o art. 2º.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Roberto Requião, que tem como Relator *ad hoc* o Senador Waldemir Moka.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAE.

A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura em decisão terminativa.

Para agilizar os trabalhos da Comissão, estamos votando os itens de acordo com a chegada dos Relatores.

Item 15.

ITEM 15
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 180, de 2010
- Não terminativo -

Acrescenta o art. 41-A a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para estabelecer a exigência de instalação de hidrômetro distinto para medir a água que será utilizada em estabelecimento e que não será lançada na rede coletora de esgoto.

Autoria: Senadora Kátia Abreu.

Relatoria: Senador Dalirio Beber.

Relatório: Contrário ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator, Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tenho o prazer de relatar um projeto de autoria da Senadora Kátia Abreu.

De acordo com a ementa, ele acrescenta o art. 41-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para estabelecer a exigência de instalação de hidrômetro distinto para medir a água que será utilizada em estabelecimento e que não será lançada na rede coletora de esgoto.

Relatório.

Vem para a análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2010, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que acrescenta o art. 41-A à Lei nº 8.087, de 11 de setembro de 1990, para estabelecer a exigência de instalação de hidrômetro distinto para medir a água que será utilizada em estabelecimento e que não será lançada na rede coletora de esgoto.

O projeto foi inicialmente despachado a esta Comissão de Assuntos Econômicos e seguirá depois para a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para análise e decisão terminativa.

Ao dar ao consumidor o direito de exigir a instalação de hidrômetro separado para o consumo de água que não será lançada na rede de esgoto, o projeto tem como objetivo reduzir a tarifa de esgoto, pelo menos para aqueles que exigirem o hidrômetro adicional.

Não foram oferecidas emendas à proposição no prazo regimental.

Análise.

É sabido que as concessionárias de abastecimento de água, ao cobrarem o serviço de tratamento de esgoto, não medem o esgoto efetivamente coletado. Elas costumam cobrar de seus consumidores uma taxa equivalente à de 80% a 100% do valor da água que passa pelo hidrômetro, muito embora uma parcela significativa dessa água não seja despejada na rede de esgoto.

São muitos os exemplos de uso de água que não entra na rede de esgoto. Numa residência, parte da água destina-se à rega de jardins, à manutenção de animais ou é escoada por meio da galeria de águas pluviais.

Nos canteiros de obras, parte da água é usada no preparo do concreto. Nas indústrias, a água pode ser usada para resfriamento. Em todos esses casos, a água não tem como destino a rede de esgoto.

Sendo assim, parece razoável cobrar do consumidor apenas pelo esgoto que efetivamente produzir. Nesse caso, o custo da coleta e do tratamento de esgoto deveria ser estabelecido com base na quantidade de sólidos coletados e não na quantidade de água que o consumidor utiliza.

Existem equipamentos para medir a vazão de esgoto, usando tecnologias de ultrassom ou eletromagnéticos, mas é muito mais fácil usar a alternativa de instalar um hidrômetro adicional para medir toda a água que não é lançada no esgoto. Essa é a proposta do PLS. Se o consumidor tem instalado esse hidrômetro, ao prestador do serviço fica vedada a cobrança de taxa de esgoto sobre essa água.

À primeira vista, a solução parece justa. Há, porém, diversas dificuldades.

Os primeiros desafios dizem respeito à implementação da proposta propriamente dita. Não fica claro quem pagará pela instalação do hidrômetro adicional. O fato de o consumidor poder exigir a instalação não significa necessariamente que a concessionária terá de pagar por isso. Hoje em dia, só a concessionária pode fazer a instalação. Dar ao consumidor o direito de exigir a instalação de hidrômetro adicional significa uma ampliação de seus direitos, o que, em si, é algo benéfico. Mas poder exigir a instalação não significa receber o hidrômetro de graça.

Se ficar acordado que o consumidor será responsável pelo pagamento da instalação, é de se esperar que apenas aqueles consumidores que usam a água de maneira mais intensa, e, portanto, têm melhor condição financeira, farão a instalação. Na prática, isso significa que as empresas e as residências mais privilegiadas pagarão proporcionalmente menos pelo serviço de tratamento de esgoto.

Do ponto de vista prático, como residências e empresas podem ter mais de uma saída de água que seja usada para fins que não levam à rede de esgoto, fica a dúvida: o consumidor poderá exigir a instalação de hidrômetro em cada uma dessas saídas de água?

Além disso, como as companhias de saneamento não têm poder de polícia, não terão condições técnicas de fiscalizar o hidrômetro especifico que mede o consumo da água que não será lançada na rede coletora de esgoto. Haverá, portanto, maior probabilidade de consumidores fazerem ligações clandestinas e aumentarem artificialmente o volume de água isenta da taxa de esgoto. O estímulo à burla ao sistema é um perigo muito real.

Há ainda dificuldades mais graves, associadas ao equilíbrio econômico-financeiro das empresas de saneamento. É sabido que as concessionárias têm um custo fixo para tratar o esgoto e este tem necessariamente de ser coberto, sob pena de se ameaçar a viabilidade econômica da empresa ou comprometer a qualidade dos serviços prestados.

Se a concessionária tiver de cobrir o mesmo custo de antes, com base em um volume menor de água, ela terá necessariamente de elevar a tarifa. Para uma empresa que tenha um custo de R$100, tanto faz cobrar R$10 por 10 litros de água que passam pelo hidrômetro ou R$20 pelos 5 litros de água que não foram excluídos da cobrança. Na prática, pressupondo-se que o equilíbrio econômico-financeiro da empresa será preservado, o projeto de lei vai apenas redistribuir os custos entre consumidores, favorecendo aqueles que exigirem o hidrômetro adicional.

Contudo, se as concessionárias forem impedidas de reajustar as tarifas, serão forçadas a cortar custos. Uma receita menor levará inevitavelmente ao comprometimento da qualidade do tratamento de esgoto, com consequências desastrosas.

Por fim, é preciso deixar claro que a proposição, que altera o Código do Consumidor, conflita com o marco regulatório do setor de saneamento, a saber, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e determina que:

Art. 12. Nos serviços públicos de saneamento básico em que mais de um prestador execute atividade interdependente com outra, a relação entre elas deverá ser regulada por contrato e haverá entidade única encarregada das funções de regulação e de fiscalização.

Fica claro, pelos termos da lei, que a política tarifaria do setor de saneamento e os mecanismos de medição, faturamento e cobrança dos serviços constituem competência exclusiva das agências reguladoras do setor. São estas que, com base nos compromissos assumidos com investimentos de ampliação e manutenção dos sistemas públicos de saneamento e nas metas dispostas nos Planos Municipais de Saneamento Básico, avaliam a tarifa a ser aplicada, bem como a possibilidade de incidência de subsídios tarifários e não tarifários com vistas à modicidade tarifaria.

Não cabe, portanto, introduzir formas de medição e cobrança de abastecimento de água e saneamento que não tenham o respaldo da agência reguladora e que estejam totalmente desvinculados dos planos de investimento em manutenção e ampliação da rede.

Por essas razões, consideramos inoportuna a edição de lei nos termos do projeto ora analisado.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2010.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Dalírio Beber.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, peço vênia ao Senador Dalírio para pedir vista desse projeto. Quero entendê-lo melhor. Confesso que aqui me pareceu, pelo menos pelos dados que tenho... Claro que os custos... O efeito disso para o meio ambiente é muito bom. Então, peço vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Fernando Bezerra, V. Exª concorda em pedir vista também para que possamos fazer vista coletiva?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sim, Sr. Presidente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – V. Exª já concedeu vista, já encaminhou esse projeto que acabamos de... Concedeu vista coletiva, não é?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu pedi a colaboração para ser vista coletiva para que ele esteja aqui na pauta da próxima reunião.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Certo.

Presidente, eu queria solicitar a palavra pela ordem apenas para colocar uma questão.

O item 6 da pauta é um projeto de minha autoria cujo Relator é o nobre e querido Senador Flexa Ribeiro, que solicitou a V. Exª a retirada de pauta em função de ter, na última semana – infelizmente não pude estar aqui, estava doente – havido uma solicitação de vista do Senador Tasso Jereissati.

Eu queria só, Sr. Presidente, dizer da importância desse projeto para a Bahia, para o Pará, para o Espírito Santo, para o Mato Grosso, para o Amazonas e para Rondônia, que são os Estados produtores de cacau. Trata-se de projeto de minha autoria para estabelecer o percentual mínimo de amêndoa de cacau no chocolate. Esse projeto foi construído a muitas mãos com os produtores de cacau da Bahia e do Brasil.

Na Câmara dos Deputados há mais dois projetos indo nessa mesma direção, já com substitutivo aprovado em três comissões – portanto, já em fase final. O nosso projeto é anterior a esses outros projetos da Câmara dos Deputados, e eu tenho confiança...

O Senador Tasso Jereissati me comunicou que houve um pedido da indústria de chocolate e me convidou, inclusive, para essa reunião amanhã.

O estabelecimento desse percentual mínimo, diferente do que se pensa, é uma adequação às exigências dos mercados internacionais. O nosso Brasil tinha uma exigência anterior que, com a quebradeira do cacau no período da vassoura-de-bruxa, foi retirada. Mas hoje, superada a crise da vassoura-de-bruxa e voltando-se a produzir cacau de qualidade, inclusive para o desenvolvimento de uma indústria própria, nacional, local inclusive, de chocolate, é extremamente importante que esse percentual volte a ser definido claramente para que a qualidade do chocolate produzido no Brasil seja igual ou compatível com as exigências que enfrenta a produção de chocolate no mercado europeu e também nos Estados Unidos. O que nós não podemos ter é uma indústria de chocolate que respeite esses padrões em seus países de origem e, no Brasil, ofereça um chocolate num padrão inferior.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senadora, eu considero esse projeto de V. Exª tão importante que, mesmo com o pedido de vista individual e sem o processado estar na Comissão de Assuntos Econômicos, na quinta-feira eu o coloquei novamente na pauta. Infelizmente, porém, até hoje o processado não chegou. São 5 dias, de acordo com o Regimento; o Senador que solicitou vista pode entregá-lo até o final do dia de hoje. Mas, se vai haver um entendimento com V. Exª, naturalmente a Comissão dará o tempo que V. Exª achar conveniente para que todos esses entendimentos sejam acordados.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Só para agilizarmos nossos trabalhos, já fiz a consulta ao Relator, o Senador José Pimentel. Estou pedindo vista do item 24, que é um projeto de iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares. Eu pediria a V. Exª que pudesse conceder a vista para ser apreciado na próxima semana. Item 24.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu vou anotar, porque só posso conceder vista após a leitura do relatório.

Vamos agora para o item 19.

ITEM 19
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, de 2012
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para universalizar a adesão de estudantes e instituições de educação superior participantes do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) a fundo de garantia de operações de crédito educativo.

Autoria: Senador Tomás Correia.
Relatoria: Senador Paulo Rocha.
Relatório: Contrário ao projeto.
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.
Eu solicito ao Senador José Pimentel que leia o relatório na condição de Relator *ad hoc*.

Muito obrigado, Senador.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Análise.

A iniciativa parlamentar é legítima para o projeto em análise, uma vez que, nos termos do art. 22, incisos VII e XXIV, da Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre, respectivamente, política de crédito e diretrizes e bases da educação nacional. Ademais, o assunto em tela não figura entre as competências privativas do Presidente da República, previstas nos arts. 61 e 84 de nossa Carta Magna. O PLS tampouco apresenta óbice no tocante à juridicidade e regimentalidade. Em particular, propõe inovação no mundo jurídico. A deliberação sobre a matéria por esta Comissão também é legítima, nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição está redigida em conformidade com a boa técnica legislativa, observando os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No mérito, compartilhamos da preocupação do autor com a dificuldade de estudantes de baixa renda de terem acesso ao crédito do Fies para cursar a educação superior devido à falta de fiadores. Entretanto, vemos problemas na extinção do mecanismo da fiança e na migração de todos os beneficiários do Fies para o fundo de garantia constituído com recursos da União e das próprias instituições de ensino superior.

O Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC) foi criado, no final de 2009, com o objetivo de tornar-se alternativa à fiança nos financiamentos do Fies a estudantes de baixa renda. Só podem ter acesso à garantia do Fundo estudantes matriculados em curso de licenciatura ou com renda familiar mensal per capita de até um salário mínimo e meio ou bolsistas parciais do ProUni. O Fundo conta com recursos do orçamento da União e as instituições de ensino superior que dele participam devem contribuir com 5% do valor da mensalidade paga pelo estudante.

O PLS em análise propõe tornar o Fundo o único mecanismo de garantia nos novos financiamentos do Fies, acabando com a necessidade do beneficiário do programa de encontrar um fiador entre seus parentes ou amigos. Uma busca, frise-se, muitas vezes, difícil e constrangedora. Porém, como vimos, o Fundo exige o aporte de recursos da União e das instituições de ensino superior, implicando custos para o setor público e para as universidades privadas, por isso, o acesso dos estudantes à garantia do fundo é restrito e a participação das instituições privadas era optativa. Entretanto, o art. 62 da Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, modificou a Lei n° 10.260, de 12 de julho de 2001, para vincular a participação de instituições de ensino superior no Fies à adesão dessas ao Fundo.

Dessa forma, um dos objetivos do PLS já foi alcançado: a adesão obrigatória das instituições de ensino superior ao Fundo. O outro, tornar o fundo garantidor a única forma de fiança para o Fies, implicaria custos para o Tesouro Nacional e para as instituições de ensino privadas, o que levaria a mensalidades mais altas para os cursos superiores financiados pelo Fies e, em momento de forte restrição fiscal, redução ainda maior de recursos para o programa de financiamento estudantil e, consequentemente, maior dificuldade de acesso ao crédito estudantil para aqueles que desejam cursar o nível superior, inclusive a população de mais baixa renda. Por esse motivo, entendemos que o PLS não deve prosperar.

Voto.

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela rejeição do PLS nº 337, de 2012.

É esse, Sr. Presidente, o parecer do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Paulo Rocha, que foi lido pelo Relator *ad hoc*, Senador José Pimentel.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos agora ao item 20 da pauta. Apesar de ser um projeto terminativo, não há necessidade do quórum presencial de 14 Senadores porque o relatório é pela prejudicialidade.

ITEM 20
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 721, de 2007
- Terminativo -

Dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei n 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006, destinado às empresas dos setores de beneficiamento de couros e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim.
Relatoria: Senador Valdir Raupp.
Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.
Observações:
1. A votação do relatório pela prejudicialidade da matéria será realizada pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015.

Peço ao Senador Waldemir Moka que leia o relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Passo direto à análise, Sr. Presidente.

Constitucionalidade, Juridicidade, Regimentalidade e Técnica Legislativa.

O PLS nº 721, de 2007, é constitucional, pois cabe à União legislar sobre direito tributário (art. 24, I, da Constituição Federal – CF), contribuições sociais (art. 149 da CF), entre as quais a Cofins (art. 195, I, "b", IV e § 12 da CF), e a Contribuição para o PIS/Pasep (arts. 195, I, "b", IV e § 12; e 239 da CF), cabendo ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre o sistema tributário (art. 48, I, da CF). É legítima a iniciativa de Parlamentar, a teor do art. 61 da CF.

A proposição é consentânea com o ordenamento jurídico nacional, contribuindo para aperfeiçoar a técnica de não-cumulatividade das citadas contribuições. Cabe à CAE o seu exame, dispensada a competência do Plenário, a teor dos arts. 91, I, e 99, IV, ambos do Regimento Interno do Senado Federal.

Quanto à técnica legislativa, apresenta duas falhas, passíveis de correção:

a) a ementa diz, equivocadamente, que o projeto dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, o que não é verdade, pois o articulado da proposição não faz nenhuma menção aos bens citados, os quais já foram contemplados com o desconto integral e imediato dos respectivos créditos pela Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007;

b) o art. 1º "desdobra-se" em um único inciso ("I"), e esse inciso I em uma única alínea ("a"). Os textos do inciso I e da sua alínea "a" deveriam ser realocados na parte final do *caput* do art. 1º, sem nenhum prejuízo à compreensão do texto.

Mérito.

Em fevereiro de 2008, a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda calculou o aumento do custo dos investimentos sobre os bens de capital, a saber: (i) vinte e quatro meses (à época) para a Cofins e a Contribuição para o PIS/Pasep; (ii) quarenta e oito meses para o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

O custo efetivo desse diferimento depende da situação financeira da empresa. Para uma empresa líquida, corresponde ao que deixa de receber por não aplicar os recursos no mercado financeiro. Para uma empresa endividada, corresponde aos juros pagos sobre o crédito que tem de tomar para financiar o longo prazo de recuperação do imposto. O órgão fazendário efetuou três estimativas de encarecimento do preço de uma máquina, que variavam de 2,6% para uma empresa líquida, a 5,3%, e a 8,2% para duas empresas endividadas. Concluiu que o problema tende a ser maior para empresas de menor porte, que são menos líquidas e pagam taxas mais elevadas no mercado financeiro.

O diagnóstico da SPE levou o Ministério da Fazenda a propor que a reforma tributária, encaminhada pelo então Presidente Lula ao Congresso Nacional na forma da Proposta de Emenda à Constituição, a PEC nº 233, de 2008, contemplasse a desoneração completa dos investimentos, inclusive por meio da redução gradual do prazo requerido para a apropriação dos créditos de tributos pagos na aquisição de máquinas e equipamentos.

Corroborando essa intenção, o chefe do Poder Executivo editou a Medida Provisória, MPV nº 428, de 12 de maio de 2008, convertida na Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, que reduziu de vinte e quatro para doze meses o prazo de apropriação dos créditos relativos à aquisição de máquinas e equipamentos (art. 1º).

Convém assinalar que, antes mesmo da apresentação da PEC nº 233, de 2008, por proposta do Poder Executivo, o Congresso Nacional aprovara a Lei nº 11.529, de 2007, determinando que os créditos da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep poderão ser descontados em seu montante integral, a partir do mês de aquisição no mercado interno ou de importação, na hipótese de referirem-se a bens de capital destinados à produção ou à fabricação dos produtos relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos classificados nos seguintes códigos da Tipi: 0801.3; 42.02; 50.04 a 50.07; 51.05 a 51.13; 52.03 a 52.12; 53.06 a 53.11; Capítulos 54 a 64; 84.29; 84.32; 8433.20; 8433.30.00; 8433.40.00; 8433.5; 87.01; 87.02; 87.03; 87.04; 87.05; 87.06; 94.01 e 94.03.

(Soa a campainha.)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Posteriormente, a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, oriunda da MPV nº 540, de 2 de agosto de 2011, alterou o art. 1º da Lei nº 11.774, de 2008, para reduzir, gradualmente, o prazo de doze meses para apropriação – que é o desconto – dos créditos da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep na aquisição, no País ou no exterior, de máquinas e equipamentos destinados à produção de bens e prestação de serviços. A partir de julho de 2012, a apropriação passou a ser imediata e integral.

Assim, o objetivo do PLS nº 721, de 2007, foi plenamente atingido. Em consequência, é aplicável o art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal, que preconiza a declaração de prejudicialidade de proposição que haja perdido a sua oportunidade.

O voto.

Diante do exposto, votamos pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 721, de 2007.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador Valdir Raupp, que foi gentilmente relatado pelo Senador Waldemir Moka na condição de *ad hoc*.

Os Senadores que concordam com o relatório, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, pela prejudicialidade do projeto.

A matéria vai ao plenário para as providências previstas no art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Agradeço ao Senador Waldemir Moka ter relatado dois projetos na condição de Relator *ad hoc*. Muito obrigado pela colaboração, Senador.

Passamos agora ao item 2 da pauta.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, de 2014
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, (Estatuto da Cidade), para dispor sobre o consórcio imobiliário como forma de viabilização de planos urbanísticos e instituir a requisição de imóveis para regularização, prevenção e recuperação de áreas insalubres, de risco ou atingidas por desastres.

Autoria: Senador Paulo Bauer.
Relatoria: Senador Wilder Morais.
Relatório: Favorável ao projeto.
Observações:
1. A matéria será apreciada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e, em decisão terminativa, de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Com a palavra o Relator, o Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Obrigado, Presidente Senador Raimundo Lira.

O relatório refere-se ao Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2014, do Senador Paulo Bauer, que altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade, para dispor sobre o consórcio imobiliário como forma de viabilização de planos urbanísticos e instituir a requisição de imóveis para regularização, prevenção e recuperação de áreas insalubres, de risco ou atingidas por desastres.

O consórcio imobiliário é uma forma de viabilização de planos de urbanização ou edificação por meio da qual o proprietário transfere ao Poder Público municipal seu imóvel e, após a realização das obras, recebe, como pagamento, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas, art. 46 do Estatuto da Cidade. O projeto detalha esse conceito, prevendo que o consórcio opere por meio de um fundo imobiliário, cujo capital deverá ser integralizado pelos proprietários dos imóveis necessários à execução do plano, podendo as respectivas quotas serem posteriormente convertidas em lotes ou unidades edificadas após a conclusão das obras.

Na justificação, o autor, Senador Paulo Bauer, aponta a dificuldade enfrentada pelo público em ações de prevenção, recuperação e reconstrução de áreas sujeitas a desastres. Em muitos casos, a reconstrução dessas áreas exige a adoção de modelos urbanísticos mais resilientes, que protejam a população contra futuros eventos meteorológicos adversos, como alagamentos e deslizamentos. Os lotes resultantes desse novo modelo...

Análise.

Nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE opinar sobre os aspectos econômico e financeiro da matéria.

As mudanças climáticas causadas pela emissão de gases geradores de efeito estufa é uma realidade que já atinge todo o Planeta. Entre essas mudanças, destaca-se a maior incidência de eventos extremos, como tempestades, furacões e tornados. No Brasil, a Região Sul tende a ser a mais atingida, o que justifica a preocupação do Senador Paulo Bauer, autor da proposição, que representa o Estado de Santa Catarina nesta Casa.

Nesse contexto, é oportuna a iniciativa de trazer para o Brasil o instituto do *land readjustment*, ou reparcelamento do solo, já amplamente praticado em países europeus e asiáticos. No Japão, país notoriamente vitimado por desastres, esse instituto é empregado não apenas para a reconstrução de áreas devastadas, mas também para a reurbanização do entorno de infraestruturas de transportes, como estações de trem ou metrô, e para o desenvolvimento urbano em geral.

O modelo institucional proposto, de incorporação dos imóveis existentes a um fundo imobiliário, permitirá que as áreas vulneráveis a desastres sejam amplamente reurbanizadas, de modo a que sejam tornadas mais resilientes, evitando-se a repetição de tragédias em áreas já atingidas por catástrofes, como lamentavelmente têm ocorrido em muitos casos. Com isso, não apenas a população será beneficiada, mas o próprio Poder Público, uma vez que as ações de defesa civil terão efeitos mais duradouros, evitando-se a necessidade de novas intervenções no futuro.

O sistema proposto também favorece a recuperação dos recursos despendidos pelo Poder Público, uma vez que estes poderão ser convertidos em quotas do fundo, que poderão ser posteriormente alienadas ou convertidas em imóveis de propriedade pública. Com isso, essas intervenções urbanísticas deixarão de ser vistas como despesas a fundo perdido, passando a ser consideradas projetos autofinanciáveis, integral ou parcialmente, que podem, inclusive, gerar receitas para o Poder Público.

Diante do exposto, o meu voto é pela aprovação do PLS nº 65, de 2014, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Wilder Morais.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Item 11.

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 472, de 2015
- Não terminativo -

Altera dispositivos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para estender os benefícios neles previstos às instituições públicas de ensino superior.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.
Relatoria: Senador Roberto Rocha.
Relatório: Favorável ao projeto.
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator, Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 472, de 2015, tem o objetivo de incluir as instituições públicas de ensino superior entre as entidades beneficiárias dos recursos provenientes da principal lei de fomento à cultura atualmente vigente no País. É um projeto de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O projeto altera o inciso IV do art. 9º da Lei nº 8.313, de 1991, para nele incluir as instituições públicas de ensino superior para fins de recebimento de recursos do Fundo Nacional da Cultura (FNC), dos Fundos de Investimento Cultural e Artístico e do incentivo a projetos culturais. Também altera o §3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 1991, para nele acrescer a alínea "i", que inscreve a educação pública de nível superior entre os segmentos beneficiários dos mecanismos de incentivos fiscais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).

A referida lei, mais conhecida como Lei Rouanet, estabeleceu as diretrizes para promoção, proteção e valorização de todas as formas de expressão cultural em nosso País, especialmente ao criar uma política de incentivos fiscais para os investimentos em cultura, tanto para pessoas físicas como jurídicas.

Por intermédio desse importante instrumento, foi instituído o Programa Nacional de Apoio à Cultura e oferecidos três importantes mecanismos de captação de recursos para o setor cultural brasileiro: o Fundo Nacional da Cultura, os Fundos de Investimento Cultural e Artístico e o incentivo a projetos culturais.

No mérito, entendemos que o valor da proposição é inegável, pois a atualização da legislação nesse campo normativo há muito vem sendo reclamada.

A educação pública no Brasil tem sido historicamente carente de recursos necessários para oferecer um ensino de qualidade a todos os brasileiros. Na atual conjuntura de crise econômica, em que até os escassos recursos destinados à educação estão sendo contingenciados, esse problema torna-se ainda mais grave.

Assim, nada mais oportuno que buscar fontes alternativas de recursos que possam minimizar as dificuldades enfrentadas pelas instituições públicas de ensino superior, a fim de permitir a promoção de seus projetos culturais.

Em razão do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 472, de 2015, do ilustre Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Roberto Rocha.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Item 24.

ITEM 24
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, de 2015
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, para permitir que valores referentes à compensação financeira possam ser abatidos da dívida dos entes com a União, nos termos que especifica.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares.
Relatoria: Senador José Pimentel.
Relatório: Pela rejeição do projeto.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Como foi solicitado o pedido de vista...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Nós temos acordo de vista coletiva. Portanto, eu vou fazer um resumo, até porque vamos discutir, com maior profundidade, essa matéria na sessão seguinte.

Esse projeto de lei tem como objetivo pegar os recursos da Previdência Social, do INSS, e transferi-los para os Municípios que têm outros créditos que não são da Previdência Social. A Constituição Federal determina que recursos da Previdência Social só podem ser aplicados para a Previdência Social própria dos Municípios. Exatamente por isso, essa proposta é inconstitucional.

Como nós temos acordo de dar vistas, diante do exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado Federal nº 390, de 2015.

Há aqui um conjunto de informações. Temos assistido a uma série de consultorias levantando potenciais créditos dos Municípios de 1967 para cá. Eles pegam a folha de pagamento de cada Município de 1967 para cá e calculam como se o Município tivesse desembolsado aqueles valores, quando, na verdade, os Municípios só passaram a contribuir com o INSS a partir de 1992, quando veio a nova lei de custeio e benefício da Previdência Social – V. Exª, na época, acompanhou de perto essa matéria aqui no Senado Federal e no Congresso Nacional. Portanto, essas consultorias levantam como se tivessem crédito desde 1967 até a data do prazo da consultoria, e apresentam no INSS como sendo crédito. A partir dali, a Previdência Social faz uma depuração.

A Previdência hoje tem um dos bancos de dados mais consistentes do Brasil. Ele foi estruturado a partir de 1994 e foi aprimorado em 2009 e 2010, quando eu fui Ministro da Previdência Social. É exatamente por isso, por conta desse banco de dados de 1994 para cá, que se permite o reconhecimento automático do direito previdenciário, concedendo o benefício em até meia hora. Nesse debate com os Municípios, grande parte já foi esclarecida e foi paga, mas temos ainda algumas divergências. A tentativa desse projeto de lei é pegar esses créditos e permitir que o Município pague outras obrigações e não vá para a Previdência própria municipal.

Hoje temos mais de 2 mil Municípios que têm regime próprio de Previdência municipal. Esse sistema, desde 2007, com a criação da Super-Receita, é fiscalizado pela Receita Federal do Brasil, que tem uma secretaria exclusiva para isso. Os controles ficaram muito mais fortes. E, com a edição do Plano Real, em 1994, e a estabilidade da moeda ao longo desse período, permitiu-se que a Previdência Social tivesse um controle mais consequente, mais transparente e mais justo para com toda a sociedade.

Por isso, o nosso voto é contrário a esse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª, Senador José Pimentel, é um dos maiores conhecedores da Previdência Social do País, até porque – é bom reconhecer – foi um dos melhores Ministros da Previdência que este País já teve. Foi um período de grande estabilidade na Previdência Social. É importante que isso seja destacado nesta Comissão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Reconhecemos a competência do Relator, a que V. Exª fez referência agora, mas precisamos aprofundar melhor a discussão do projeto, até porque Estados e Municípios passam, em consequência da crise nacional, por um momento de dificuldade extrema.

Só o meu Estado, o Pará, de transferências constitucionais obrigatórias, porque voluntárias ele não tem nenhuma... A Federação, o Governo da União, está de costas para o Estado do Pará. E o Pará contribui, e muito, para o Brasil. Como eu dizia, só no Estado do Pará, Senador Pimentel, de 2014 para 2015, as transferências constitucionais tiveram uma redução de R$500 milhões, e R$500 milhões para um Estado como o Pará, que V. Exª conhece, é um valor significativo. O Pará tem 35% da sua base econômica não tributável, que é a exploração de produtos primários. Deveria, portanto, ter o retorno, a compensação por parte da União, mas não o tem. Por isso, é importante que possamos nos debruçar sobre esse projeto do Senador Valadares.

Então, eu peço vista, respeitando, como eu disse, a competência e o conhecimento do Senador Pimentel como Ministro da Previdência que já o foi.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Flexa Ribeiro, o Senador Fernando Bezerra já havia pedido vista e, com a vista de V. Exª, passa a ser vista coletiva.

Aprovada a vista coletiva.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Peço desculpas a V. Exª, Presidente, eu estava participando agora de um ato muito importante, que foi a filiação do Senador Ferraço ao PSDB. Então, eu tive que me ausentar da reunião da CAE. Retornei, não só para prestigiar o Senador Pimentel, mas para defender o requerimento de minha autoria que está na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Flexa Ribeiro, o pedido de V. Exª vem só engrandecer o procedimento e a atividade da CAE. No passado, eu normalmente colocava em votação o requerimento com a presença do Senador que o havia apresentado, mas já tinha decidido, Senador Flexa Ribeiro, que o seu requerimento iria ser colocado em votação sem a sua presença.

Item 33.

ITEM 33
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 2, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal, e no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta com a Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração - SUBMINERA, e com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada a debater a situação do setor mineral do Brasil e o Novo Código da Mineração. Nesse sentido, sugere-se a participação dos seguintes convidados:
Eduardo Braga – ministro das Minas e Energia;
Simão Jatene – governador do Estado do Pará;
Fernando Pimentel – governador do Estado de Minas Gerais;
Laudívio Carvalho – deputado federal, relator do Novo Código na Câmara dos Deputados;
Telton Elber Corrêa – diretor-geral interino do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM;
José Fernando Coura – diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração - Ibram.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.
Relatoria:
Relatório:
Observações:
1. O requerimento foi lido em 23/2/2016.

Com a palavra, o autor do requerimento, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente Raimundo Lira, o requerimento, por si só, é explicativo. Nós aguardamos por quatro anos o encaminhamento ao Legislativo por parte do Executivo

do projeto do novo Código de Mineração – a legislação da matéria data da década de 40, 50, ou seja, está totalmente vencida. Esperamos quatro anos.

Eu tenho um projeto que trata especificamente, pontualmente, da CFEM, que é o *royalty* da mineração, aquilo que atinge diretamente Estados e Municípios no que diz respeito às condições de atendimento das demandas que os grandes projetos de mineração trazem para a área impactada. E esse projeto não anda. Depois de seis anos, eu consegui dar um passo, ou seja, está engatinhando. Como eu disse, quatro anos depois, o Governo mandou para a Câmara, e está lá há dois anos, dois anos e pouco, mas também não sai de lá.

Então, nós precisamos começar... O Senador Wilder, que é o Presidente da Subminera... Nós propusemos na CI e aqui na CAE que comecemos a discutir, Senador Pimentel, o Código de Mineração, para, quando ele vir para cá, nós já estejamos avançados na discussão. Ou seja, não vamos aqui também demorar anos para fazer as correções necessárias, que são muitas. A CFEM, como eu disse, é pontual, mas eu defendo que se faça a correção pontual, porque o ótimo é inimigo do bom.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – É o novo Código da Mineração?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É o novo Código da Mineração. Aí transforma o DNPM em agência reguladora; aí vem a mudança dos direitos de lavra. Porque hoje, Senador Raimundo Lira, quem tem informação privilegiada requer o direito de lavra, fica com o documento, coloca-o na gaveta e espera 10, 20, 30, 40 anos para, à frente, negociar aquele pedaço de papel. Quem perde com isso são todos os brasileiros.

O meu Estado foi abençoado por Deus com as suas riquezas, seja no subsolo, seja no solo, seja na cobertura florestal. Junto com Minas Gerais, são os dois maiores mineradores. Minas ainda é o maior hoje, o Pará caminha para superar Minas Gerais. Mas há outros Estados mineradores: Bahia, Goiás, Espírito Santo, Ceará. Então, isso é interesse de vários Estados brasileiros.

A proposta é que se faça essa audiência conjunta para que se ganhe tempo nisso. Nós já aprovamos na CI, está aqui na CAE, o Relator é o Senador Walter Pinheiro. Então, eu pediria a V. Exª, Senador Raimundo Lira, que, junto com o Presidente da Comissão de Infraestrutura e o da Subminera, possamos, o mais rapidamente possível – dependendo da agenda, podemos até fazer fora, para não atrapalhar as reuniões da CAE – numa quinta-feira, na terça ou na quarta à tarde.

Agora mesmo nós vamos ter uma audiência pública na Subminera, às 13 horas, daqui a pouco, de tal forma que o Senador Walter Pinheiro possa pedir pauta e apresentar o seu parecer para ser discutido e votado pelo Plenário da CAE.

Obrigado por V. Exª ter se disposto a colocar em pauta o requerimento mesmo com a ausência do autor.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Feito o encaminhamento pelo Senador Flexa Ribeiro, vamos colocar em votação o requerimento.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 02, de 2016.

Eu gostaria de pedir à Secretaria que entrasse em contato com a outra Comissão para que possamos marcar, com brevidade, essa audiência pública.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Agradeço a presença das Srªs e dos Srs. Senadores, de todos os presentes. Naturalmente, também agradeço o esforço e o apoio de todos os assessores e funcionários desta Comissão. Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 54 minutos.)

ATA DA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE MARÇO DE 2016, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia oito de março do ano de dois mil e dezesseis, na sala número dezenove da Ala Alexandre Costa, sob a presidência dos senadores Raimundo Lira, vice-presidente no exercício da presidência, e Gleisi Hoffmann, presidenta, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Donizetti Nogueira, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Benedito de Lira, José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa, Cristovam Buarque, Jorge Viana, Ivo Cassol, Romero Jucá, Waldemir Moka, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Omar Aziz, Valdir Raupp, Hélio José, José Agripino, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, José Medeiros, Marcelo Crivella e Eduardo Amorim. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Ciro Nogueira, Roberto Requião, Davi Alcolumbre, Alvaro Dias, Lúcia Vânia, Douglas Cintra e Wellington Fagundes, que tem falta justificada. A presidência declara aberta a reunião, submetendo à comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 3ª reunião, que é aprovada. O presidente comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 10 de 2016 (Aviso nº 22/2016-BCB), de 25 de fevereiro de 2016, do Banco Central do Brasil, encaminhando demonstrativo das emissões referentes ao mês de janeiro de 2016, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; e M. 156/15, de 3 de dezembro de 2015, da Câmara Municipal de Campinas, São Paulo, encaminhando cópia de moção que se refere ao PLC nº 77 de 2015. Os expedientes serão encaminhados aos membros da comissão por meio de ofício circular. Havendo número regimental, é declarada aberta a primeira parte da reunião destinada à eleição do presidente da Comissão de Assuntos Econômicos para o ano de 2016. A presidência comunica que a senadora Gleisi Hoffmann foi indicada pela liderança partidária para presidente. Submetida a indicação à apreciação, é eleita a senadora Gleisi Hoffmann, presidenta, por aclamação. Assumindo a presidência, usa da palavra a senadora Gleisi Hoffmann. Usam da palavra, ainda, os(as) senadores(as) Raimundo Lira, Ricardo Ferraço, Fernando Bezerra Coelho, Paulo Rocha, Vanessa Grazziotin, Romero Jucá, Hélio José, Telmário Mota, Tasso Jereissati, Humberto Costa, Waldemir Moka, José Agripino, José Pimentel, Ataídes Oliveira, Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Lídice da Mata e Marcelo Crivella. Em seguida, a presidência inicia a apreciação dos itens constantes da segunda parte da pauta. **Item 3 -** Projeto de Lei do Senado nº 93 de 2015, não terminativo, de autoria da senadora Lídice da Mata, que "estabelece o percentual mínimo de cacau nos chocolates e seus derivados, nacionais e importados, comercializados em todo o território nacional e torna obrigatória a informação do percentual total de cacau nos rótulos desses produtos", tendo como relator o senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório favorável ao projeto com duas emendas que apresenta. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **Item 11 -** Projeto de Lei do Senado nº 229 de 2009, complementar, não terminativo, de autoria do senador Tasso Jereissati, que "estabelece normas gerais sobre plano, orçamento, controle e contabilidade pública, voltadas para a responsabilidade no processo orçamentário e na gestão financeira e patrimonial, altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a fim de fortalecer a gestão fiscal responsável e dá outras providências", tendo como relator o senador Ricardo Ferraço, que oferece relatório favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os senadores José Pimentel e Tasso Jereissati. A presidenta da comissão, senadora Gleisi Hoffmann, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **São apreciados ainda os seguintes itens extrapauta: Item 22 -** Mensagem (SF) nº 20 de 2016, não terminativo, de autoria da presidente da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição, autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até USD 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Acre e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Saneamento Ambiental e Inclusão Socioeconômica do Acre - Proser", tendo como relator o senador Tasso Jereissati, que oferece relatório favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os(as) senadores(as) Flexa Ribeiro, Ricardo Ferraço, Ataídes Oliveira e Lídice da Mata. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova também a apresentação de requerimento de urgência para o projeto. **Item 23 -** Minuta de requerimento de autoria dos senadores Flexa Ribeiro e José Pimentel, que "nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, V do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência para o PRS advindo da Mensagem (SF) nº 20 de 2016, que propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até USD

150,050,000.00 (cento e cinquenta milhões e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Acre e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Saneamento Ambiental e Inclusão Socioeconômica do Acre - Proser". Colocado em votação, a comissão aprova a apresentação do requerimento. **Item 24 -** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 3 de 2016, de autoria do senador Ricardo Ferraço, que "requer, nos termos do art. 58, da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater a grave crise financeira que os estados brasileiros atravessam, bem como discutir as propostas do Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal do governo federal, com a presença do secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dyogo Henrique de Oliveira; a secretária de Estado da Fazenda do Espírito Santo, Ana Paula Vitali Janes Vescovi; a secretária de Estado da Fazenda de Goiás, Ana Carla Abrão Costa; o pesquisador do Ibre-FGV, José Roberto Afonso; o pesquisador do Ipea, Mansueto Almeida; e o diretor do Centro de Cidadania Fiscal, Bernard Appy. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 3 de 2016-CAE. **Item 25 -** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 4 de 2016, de autoria do senador Ricardo Ferraço, que "requer, nos termos do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para explicar o processo de deterioração fiscal que o país vive e quais são as medidas que o governo federal pretende adotar para estabilizar a trajetória ascendente de endividamento do setor público, com a presença do ministro da Fazenda, Nelson Henrique Barbosa Filho". Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 4 de 2016-CAE. São adiados os demais itens da pauta, a saber: **Item 1 -** Projeto de Lei do Senado nº 201 de 2015; **Item 2 -** Projeto de Lei do Senado nº 504 de 2013; **Item 4 -** Projeto de Lei do Senado nº 8 de 2012; **Item 5 -** Projeto de Lei do Senado nº 100 de 2014; **Item 6 -** Projeto de Lei do Senado nº 195 de 2012; **Item 7 -** Projeto de Lei do Senado nº 31 de 2015; **Item 8 -** Projeto de Lei do Senado nº 180 de 2010; **Item 9 -** Projeto de Lei do Senado nº 326 de 2013; **10 -** Projeto de Lei da Câmara nº 88 de 2014; **Item 12 -** Projeto de Lei do Senado nº 190 de 2011; **Item 13 -** Projeto de Lei do Senado nº 463 de 2015, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 519 de 2015; **Item 14 -** Projeto de Lei do Senado nº 12 de 2014; **Item 15 -** Projeto de Lei do Senado nº 311 de 2009; **Item 16 -** Projeto de Lei do Senado nº 390 de 2015; **Item 17 -** Projeto de Lei do Senado nº 286 de 2015; **Item 18 -** Projeto de Lei do Senado nº 203 de 2011; **Item 19 -** Projeto de Lei do Senado nº 4 de 2007; **Item 20 -** Projeto de Lei do Senado nº 62 de 2007; e **Item 21 -** Projeto de Lei do Senado nº 121 de 2008. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pela presidenta da comissão, senadora Gleisi Hoffmann, e pelo vice-presidente no exercício da presidência, senador Raimundo Lira, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico.

Senadora GLEISI HOFFMANN

Presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos

Senador RAIMUNDO LIRA

Vice-presidente no exercício da presidência da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 3ª Reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos, para conhecimento.

1) Banco Central do Brasil.

Aviso nº 10, de 2016 (Aviso nº 22/2016-BCB), de 25 de fevereiro de 2016, do Banco Central do Brasil, encaminhando demonstrativo das emissões referentes ao mês de janeiro de 2016, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

2) Correspondência.

M. 156/15, de 3 de dezembro de 2015, da Câmara Municipal de Campinas, São Paulo, encaminhando cópia de moção que se refere ao PLC nº 77, de 2015.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Pauta da reunião.

Assunto: eleição do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos para o ano de 2016.

Foi apresentada, até o presente momento, a candidatura da Senadora Gleisi Hoffmann para Presidente.

Informo aos senhores presentes que, pela proporcionalidade do Senado Federal, a Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos, como foi definido pelos Líderes, pertence ao PT.

A Senadora Gleisi Hoffmann foi escolhida pela Bancada do PT e indicada para assumir a Presidência.

Eu gostaria que o Plenário fizesse essa eleição por aclamação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pela ordem, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, inicialmente, eu gostaria de render a minhas homenagens a V. Exª, que nos conduziu, ao longo desse período, na condição de 1º Vice-Presidente e Presidente em exercício, na plenitude das suas prerrogativas e conduziu a Comissão de Assuntos Econômicos de maneira muito republicana, absolutamente democrática.

No instante em que, por derradeiro, V. Exª está nos convocando para a decisão da eleição da nova Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos, eu não poderia deixar de fazer este registro, pela forma habilidosa, pela forma cordata, pela forma firme, quando teve que ser firme, com que conduziu os trabalhos, mas, sobretudo, pelo grande aspecto agregador com que V. Exª nos conduziu ao longo desse período aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Então, minha palavra é uma palavra de congratulação a V. Exª, que deverá passar a Presidência da Comissão, mas continuará como nosso Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos numa pauta e numa quadra das mais desafiadoras para o nosso País.

A consulta que faço a V. Exª, se não houver nenhuma controvérsia, é se, ainda aproveitando a Presidência de V. Exª, nós poderíamos fazer uma inversão de pauta e a aprovação de alguns requerimentos que me parecem absolutamente inadiáveis, Sr. Presidente.

Sendo o Senado da República a Casa do Congresso que representa os Estados brasileiros, é sabido que a Federação brasileira, representada por nós Senadores aqui, no Senado, Senador Paulo Rocha, que nossos Estados passam por uma crise muito grande. Há uma deterioração do quadro econômico que se acelera em nossos Estados.

Então, pelo primeiro requerimento, estou requerendo uma audiência pública para que nós possamos discutir a real conjuntura dos Estados brasileiros. Para tanto, convido o Dr. Dyogo Henrique de Oliveira, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda; a Drª Ana Carla Abrão Costa, Secretária de Estado da Fazenda; o Dr. José Roberto Afonso, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas; o Dr. Mansueto Almeida, pesquisador do Ipea; o Dr. Bernard Appy, Diretor do Centro de Cidadania Fiscal; e a Drª Ana Paula Vitali Vescovi, Secretária de Estado da Fazenda, que são membros ativos do Confaz, para que nós possamos ter um espelho do quadro fiscal dos nossos Estados.

O que nós temos percebido em nossos Estados, Sr. Presidente, em razão da recessão, da profunda retração econômica, é que as nossas receitas estão caindo ladeira abaixo, e isso tem causado uma enorme preocupação em grande parte dos nossos Estados. Então, discutir a crise fiscal dos Estados brasileiros me parece uma agenda absolutamente inadiável para esta Comissão.

Outro requerimento, Sr. Presidente, é na direção de convidarmos...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – ... para vir à Comissão de Assuntos Econômicos...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Convidando o Ministro da Fazenda...

Se V. Exª me garantir a palavra, eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Está garantida, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Agradeço a vênia de V. Exª e a minha homenagem à Senadora Vanessa Grazziotin...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Obrigada.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – ...pelo Dia das Mulheres. A V. Exª e a todas a mulheres, não apenas as da Comissão de Assuntos Econômicos, mas às mulheres brasileiras. São temas importantes e eu queria muito contar com o concurso de V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Senador, pela gentileza de sempre.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – É um prazer e uma satisfação ser gentil com V. Exª.

Um outro requerimento convida o Ministro da Fazenda, Sr. Presidente. A economia brasileira está derretendo, Sr. Presidente, a olhos vistos. E parece-me chegado o momento de a Comissão de Assuntos Econômicos trazer o Ministro da Fazenda para que possamos discutir, debater, ouvindo o Ministro sobre qual é o seu plano

de trabalho. Ele assumiu recentemente o Ministério da Fazenda e nós não tivemos ainda a oportunidade, Senador Fernando Bezerra Coelho, de dialogarmos com o Ministro sobre seu plano de trabalho, de que maneira vamos vencer e superar as dificuldades por que passa o nosso Brasil, que já são dificuldades para além da crise conjuntural. É uma crise estrutural, Sr. Presidente.

São esses, por ora, os dois requerimentos que gostaria de merecer apreciação, por derradeiro, em uma homenagem a V. Exª. Que o Plenário pudesse permitir que V. Exª apenas conduzisse esses dois requerimentos e que pudéssemos incorporar esses dois temas na agenda de trabalho da Comissão de Assuntos Econômicos, até porque, em 2016, nós, por assim dizer, não tivemos ainda uma dinâmica e não trouxemos a esta Comissão esse quadro extraordinário e complexo em que vive o nosso País, com impactos sociais dos mais relevantes nos Estados federados.

Então, queria encaminhar a V. Exª, óbvio se não houver controvérsias, para que a gente possa incorporar esses temas aos nossos trabalhos.

Agradeço a V. Exª, reiterando os meus cumprimentos pela forma agregadora, diplomática e firme como tem nos conduzido ao longo desses meses como Presidente em exercício da CAE. As minhas homenagens são sinceras e são verdadeiras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Ricardo Ferraço, fico muito honrado, muito feliz e recompensado com as palavras de V. Exª. Saí de São Paulo hoje às 5h da manhã para estar aqui presidindo esta reunião, com muita honra e satisfação.

Na primeira parte da fala de V. Exª eu só tenho a agradecer e incorporar no meu currículo e na minha história as palavras de V. Exª...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – V. Exª está colhendo o que plantou.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com relação aos dois requerimentos...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – As palavras do Senador Ricardo Ferraço são compartilhadas pela ampla maioria, eu diria unanimidade, desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Muito obrigado, Senador Fernando Bezerra. V. Exª é muito generoso.

Respondendo à questão de ordem de V. Exª, esses requerimentos, por uma tradição da Comissão de Assuntos Econômicos, serão lidos no final da pauta. V. Exª terá a certeza de que eles serão lidos pela próxima Presidente, ao lado de quem estarei.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Que assim seja.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Passo a palavra, para uma questão de ordem, ao Senador Paulo Rocha e, em seguida, à Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Sr. Presidente, primeiramente, queria fazer as palavras de reconhecimento à sua condução na presidência e pelo grande Senador que V. Exª é, homenageando o processo democrático, transparente e tranquilo como sempre V. Exª conduziu os trabalhos aqui. E também presto minha solidariedade a V. Exª e a sua companheira, que estaria em São Paulo e o sacrifício que fez ao vir para cá às 5h da manhã, exatamente para cumprir seu papel de Senador, deixando sua companheira lá. Nossas homenagens também a ela pelo Dia da Mulher.

Eu queria oficializar aqui, como Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores no Senado, a indicação da companheira Gleisi Hoffmann, uma grande Senadora, um dos melhores quadros políticos do nosso Partido.

Ela tem experiência na lida política, tem experiência e competência no trato das questões de mérito aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, tem experiência de vida também na gestão pública, até porque foi Ministra da Casa Civil. Então, a nossa Bancada do Partido dos Trabalhadores não tem como não defendê-la. Com certeza, S. Exª dará continuidade ao processo e à importância que tem a Comissão de Assuntos Econômicos para o nosso Senado Federal. Portanto, inclusive em não havendo questionamentos e não havendo outro concorrente, até porque, por decisão do Colégio de Líderes e pela proporcionalidade da força partidária que temos aqui, no Congresso Nacional, coube a nós a Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos, pedimos que se processe a eleição por aclamação. Seria não só uma homenagem a essa grande Senadora, mas também uma homenagem às mulheres, já que o hoje é o Dia Internacional das Mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Respondendo à questão de ordem de V. Exª, Senador Paulo Rocha, divido em três itens: primeiro, no que me compete, fico também honrado, agradecido, feliz, recompensado por suas palavras. Eu diria também que reforço, como falei inicialmente, que a Presidência da Comissão, pela proporcionalidade, pertence à Bancada do PT. Por último, acerca da sua questão de ordem, eu já havia solicitado ao Plenário a votação por aclamação.

Passo, agora, para sua questão de ordem, a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin e, depois, ao Senador Romero Jucá.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Serei breve, brevíssima, Sr. Presidente. Mas, antes, eu gostaria de fazer minhas as palavras dos Senadores que me antecederam em relação às referências que fizeram a V. Exª, Senador Raimundo. (*Pausa.*)

Para economia de tempo, estou dizendo, Presidente Raimundo, que faço minhas as palavras dos Senadores que me antecederam naquilo que se refere às refere às referências a V. Exª.

Estamos muito acostumados a ouvir aquele velho ditado "atrás de um grande homem há uma grande mulher." Na realidade é "ao lado de um grande homem há uma grande mulher". E creio que vamos, a partir de agora, aqui, fazer um exercício tão democrático de ao lado de uma grande mulher, teremos, Senadora Gleisi, um grande homem que continuará dividindo com V. Exª as responsabilidades pela direção desta Comissão, que cumpre um papel tão importante neste momento.

Quero me solidarizar, não sabia do acontecido, e desejar a sua esposa Gitana, nossa querida amiga, outra grande mulher, que esteja muito bem e que se recupere de qualquer problema que esteja vivendo.

Sr. Presidente, apenas solicitei a questão de ordem para pedir que V. Exª encaminhe à apreciação do Plenário a sugestão que fez, de que a eleição fosse por aclamação, uma vez que temos aqui os partidos políticos e os blocos que indicam. Esta Presidência já vinha sendo exercida pelo PT, Partido dos Trabalhadores, que indica a Senadora Gleisi. Por acaso e por coincidência feliz do destino, Senador Ferraço, na sessão do dia 8 de março, que é o Dia Internacional da Mulher e estamos prestes a eleger a primeira mulher Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Para nós, mulheres, não só para a Senadora Gleisi, já é um evento a marcar esse dia, que é muito mais do que um dia de comemorações; para nós, é um dia de muita reflexão e um dia de muito debate sobre a situação ....

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador Ferraço, escuto a sua voz e não estou conseguindo ouvir a minha.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Hoje é dia das mulheres, e seria uma homenagem...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador Ferraço, só consegui ouvir a voz dele, não consegui ouvir a minha falando no próprio microfone.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Mas seria uma homenagem adicional que esta Comissão pode fazer...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu só queria concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... seria exatamente ouvir com mais atenção a palavra das Srªs Senadoras, mulheres.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É porque ele chegou atrasado e não ouviu a fala do Senador Ricardo Ferraço, com quem ele está conversando neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, Sr. Presidente, eu queria registrar – e tenho certeza de que falo em nome das mulheres em exercício nesta Casa, somos 12 mulheres – que a eleição da Senadora Gleisi representa um grande avanço.

Todas nós, Senadora Gleisi, nos sentiremos representadas pela sua presença na Presidência desta Comissão tão importante.

Muito obrigada. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senadora Vanessa, respondendo às suas questões de ordem, inicialmente, agradeço as considerações pessoais e informo que venho de São Paulo já trazendo a minha esposa com alta médica, o que é algo maravilhoso, principalmente em se tratando de ser o Dia Internacional da Mulher. Então, deu tudo certo, graças a Deus!

E, ainda, também ressaltar que eu já havia proposto – e vou continuar nessa linha – a eleição por aclamação.

Passo, agora, a palavra, para uma questão de ordem, ao Senador Romero Jucá.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Sr. Presidente, depois eu gostaria de fazer um...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiramente, eu gostaria de registrar a minha homenagem a todas as mulheres do Brasil, especialmente as de Roraima, dizendo que hoje é uma data internacional marcado por um evento de resistência e de luta das mulheres. Portanto,

é uma data simbólica. Mas todos nós sabemos e entendemos, nos nossos corações, que todos os dias são da mulher. Não há um dia específico; são todos os dias.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, claro!

Há dois tipos de homem: o que sabe que a mulher manda e o que não sabe que a mulher manda, ainda que ela mande. Então, não há o que discutir.

A outra questão é a seguinte: nós tivemos aqui, no início dos trabalhos, um processo de definição de espaços institucionais dos partidos para que estes indicassem os presidentes e vice-presidentes das Comissões. E coube ao PT a indicação da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos, assim como coube ao PMDB a indicação da Vice-Presidência, para a qual indicou o competente, diligente, preparado Senador Raimundo Lira, que tem exercido um brilhante mandato no Senado.

Então, aqui, pela Liderança do PMDB, eu quero registrar o nosso apoio à indicação da Bancada do PT do nome da Senadora Gleisi Hoffmann, bem como manifestar nossa posição favorável também à votação por aclamação, já que se trata, efetivamente, de uma substituição institucional definida pela Bancada do Partido dos Trabalhadores e, portanto, com toda a legitimidade possível para que se faça a substituição necessária.

Portanto, a posição do PMDB nessa questão é o cumprimento do acordo institucional e o apoio, na votação simbólica, ao nome indicado pela Bancada do PT, Sr. Presidente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Para uma questão de ordem, tem a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Sr. Presidente, eu só queria registrar que a serenidade e a seriedade com que V. Exª conduz os trabalhos desta Comissão nos satisfazem, nos aprazem. Desse modo, é muito importante estar aqui com V. Exª.

Pela Liderança do PMB, o Partido da Mulher Brasileira, do qual faço parte neste momento, eu quero parabenizar a Senadora Gleisi, uma guerreira, uma lutadora, que esteve conosco na Comissão Mista de Orçamento (CMO), mostrando a qualidade do seu trabalho. Desse modo, muito nos honra tê-la agora na Presidência desta importante Comissão neste dia tão importante, o Dia Internacional da Mulher.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Para uma questão de ordem, dou a palavra ao Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, sem nenhuma dúvida, esta Comissão, hoje, faz justiça a uma luta intensa e longa pela igualdade de direitos das mulheres dentro da sociedade brasileira. Hoje, sem nenhuma dúvida, a indicação da Senadora Gleisi, uma Senadora preparada, ativa, empenhada no seu trabalho, juntamente com V. Exª, um cavalheiro, um homem do bem, simpático, vai tocar esta Comissão para frente, atendendo a todas as necessidades não só do Senado, mas, principalmente, do Executivo e da Federação como um todo.

Mas a indicação da Senadora Gleisi é, sem dúvida nenhuma, uma justiça com as mulheres. Quero aproveitar essa indicação da Senadora para dizer que é mais um passo para que as mulheres sejam respeitadas. No meu Estado, na eleição passada, uma juíza foi humilhada e desrespeitada no exercício da sua função. Senadora Gleisi, a sua ascensão, o seu passo à vitória é uma resposta àqueles que desrespeitam as mulheres no exercício de suas funções. Quero parabenizá-la.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu gostaria de informar em breves palavras um pouco da história desta Comissão de Assuntos Econômicos.

No período da Constituinte, eu me reuni com alguns companheiros do Senado Federal e decidimos ir – por iniciativa minha, levei um grupo de técnicos da Casa –, aos Estados Unidos para ver o modelo da Comissão de Economia do Senado Federal dos Estados Unidos, que era uma comissão tida como muito poderosa, muito forte. Nós trouxemos mais ou menos o modelo adaptado às nossas realidades do Brasil e incorporamos, à época, à Comissão de Economia, à Comissão de Finanças e à Comissão de Agricultura. Criamos esta Comissão de Assuntos Econômicos que prosperou e é uma Comissão de grande importância hoje nesta Casa.

Vamos, agora, passar à votação.

Eu gostaria de apresentar o nome da Senadora Gleisi Hoffmann como candidata a Presidente.

V. Exª quer falar pela ordem, Senador Tasso?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pela ordem, Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Presidente, eu não poderia deixar, ao desejar à Senadora Gleisi uma Presidência tranquila, equilibrada, que tenho certeza que fará, de dar os meus parabéns e dizer que com certeza contará com nosso apoio nesta Comissão.

Mas também é importante ressaltar o trabalho de V. Exª como Presidente desta Comissão, que, num período difícil em que teve, como Vice-Presidente, que substituir o Presidente afastado, o fez com extrema competência e equilíbrio, conduzindo de maneira muito competente os trabalhos durante esse período. Eu queria deixar os nossos agradecimentos pela maneira como conduziu esta Comissão e deixar registrado a qualidade do trabalho de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Tasso, muito obrigado pelas considerações. Concordo totalmente com suas as palavras a respeito da Senadora Gleisi Hoffmann. No que se refere a minha pessoa, V. Exª sabe que o meu segundo Estado do coração é o Estado do Ceará, onde estudei na juventude. Portanto, há algo pessoal nas suas palavras.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Por isso que é competente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pela ordem, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu não iria me manifestar, para permitir que a votação acontecesse mais rapidamente, mas acho que na minha condição de Líder do Governo, recentemente saído da Liderança do PT, eu não poderia deixar de dizer que a Senadora Gleisi Hoffmann é uma excelente escolha, um dos melhores quadros políticos que temos nesta Casa, afirmativa, conhece profundamente todos os assuntos de que fala. Tenho certeza de que, à frente desta Comissão, ela vai dar contribuições importantes para o nosso País. Tenho certeza também de que ela será um ponto de construção de unidade, de consenso. O momento que o Brasil vive hoje é um momento em que precisamos cada vez mais construir pontes e não destruí-las, e tenho certeza de que a Senadora Gleisi Hoffmann vai trabalhar nesse sentido.

Eu queria fazer aqui um registro. O Regimento desta Casa tem que ser realmente a grande referência e o Regimento foi a grande referência. Quero externar publicamente os meus reconhecimentos ao Senador Eunício Oliveira, Líder do PMDB, ao Senador Romero Jucá, e aos nossos companheiros da oposição também.

Houve, no início um zum-zum-zum de que se tentaria um outro caminho, e acho que todos nós construímos uma coisa boa no momento difícil que estamos vivendo hoje.

Então, quero deixar isso registrado, e não poderia deixar de assinalar o trabalho de V. Exª, pessoa por quem tenho não só respeito e admiração, mas profunda amizade, o sentimento de saber que V. Exª, além de competente, é uma pessoa do bem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Obrigado, Senador Humberto Costa.

Pela ordem, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Raimundo Lira, quero dizer que V. Exª cumpriu uma missão difícil, num momento difícil, numa quadra difícil, quando o Presidente desta Comissão se encontrava em situação extremamente delicada. V. Exª conduziu esta Comissão com extrema serenidade, com muito equilíbrio. Aliás, são características de V. Exª esse equilíbrio, essa serenidade, a educação e a forma de tratar os Senadores e Senadoras.

Então, que as minhas primeiras palavras sejam de reconhecimento àquele que, no momento de crise, conduziu esta Comissão.

Agora, conforme disse o Senador Romero Jucá, esta é uma posição institucional. Cabe ao PT a indicação, e temos uma tradição nesta Casa de respeitar esses acordos. E o PT faz a indicação da Senadora Gleisi Hoffmann, e todos nós aqui sabemos da sua competência, da sua determinação e da sua garra.

Então, esta proposta de que a votação seja simbólica é uma demonstração de que a Comissão está disposta a fazer com que esta Comissão se reencontre o mais rápido possível, apesar de todo o esforço do nosso Presidente Raimundo Lira... Mas é claro que o Presidente reassumindo... V. Exª não deixou esta Comissão ficar inerte ou parada. V. Exª deu continuidade, mas agora vamos ter uma situação de normalidade.

Então, ao tempo em que parabenizo a Senadora Gleisi pela indicação do seu Partido, o PT, quero, em nome do PMDB, reconhecer o esforço e o trabalho de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Muito obrigado, Senador Waldemir Moka. No que se refere à minha pessoa, vou incorporar também, como fiz com os demais Senadores, no meu currículo, na minha história, essas palavras elogiosas, que são um incentivo ao meu trabalho.

E passo...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pela ordem, passo a palavra, agora, ao Senador José Agripino e, em seguida, ao Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente, fiz questão de vir a esta reunião, primeiramente, porque é a reunião em que, respeitada a proporcionalidade, o Partido dos Trabalhadores indica a Senadora Gleisi Hoffmann para exercer a presidência da Comissão de Assuntos Econômicos. E tenho a informação de que a eleição será feita por aclamação. Fiz questão de trazer a minha presença, para que a aclamação contasse com a presença de todos os partidos, sem exceção, mantendo a tradição e mantendo o princípio da proporcionalidade na indicação e na composição das Comissões.

Mas eu queria fazer uma manifestação, ainda que rápida, ao Senador Raimundo Lira, que é pela segunda vez Presidente da Comissão. Fui colega de S. Exª no mandato anterior, e S. Exª foi Presidente desta Comissão, duas vezes. É o seu perfil. É um misto de político e empresário, muito afeito às questões econômicas, uma personalidade hábil, de comportamento equilibrado e moderado, que contribuiu, nesse momento de turbulência que atravessamos, para que ela não chegasse, a turbulência, aos trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos. Ela transitou normalmente. As matérias foram apreciadas normalmente, e isso se deve muito ao perfil equilibrado, discreto, mas eficiente, do Senador Raimundo Lira, a quem quero homenagear por esses três mandatos como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Com cumprimentos à Senadora Gleisi Hoffmann, as minhas homenagens ao Senador Raimundo Lira, que deixa, dentro de poucos instantes, a Presidência da CAE.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço ao Senador José Agripino e incorporo as palavras no que se refere à minha pessoa, ao meu currículo, à minha história. Logicamente há um pouco do coração, pela nossa amizade de muitos anos, desde a Constituinte. Fico, portanto, agradecido. Endosso as suas palavras em relação à Senadora Gleisi Hoffmann.

Passo a palavra, pela ordem, ao Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, Senador Raimundo Lira, eu quero, primeiro, registrar a forma como V. Exª conduziu os trabalhos desta Comissão de Economia do Senado Federal, a nossa CAE. Esse processo permitiu uma tranquilidade nesse período de transição. Para mim, não é nenhuma novidade, porque conheço V. Exª, há bastante tempo, na nossa Região Nordeste, seja como empreendedor que é, seja como Senador que foi no dia de ontem e continua hoje. Portanto, para mim, não é nenhuma surpresa.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Quero também registrar a forma como os Líderes conduziram esse processo, respeitando o princípio da proporcionalidade, que dá uma tranquilidade ao funcionamento das mais diferentes Comissões do Senado Federal.

Na semana passada, a Comissão de Ciência e Tecnologia também teve idêntico procedimento. E aqui, quando V. Exª propõe a aprovação por aclamação, é o símbolo desse processo de condução, até porque a nossa Ministra de ontem e nossa Senadora de hoje Gleisi Hoffmann tem também uma postura muito tranquila na condução do processo.

Sabemos que, neste 2016, precisamos dar continuidade a esse grande debate que a CAE iniciou em 2015, para que o Brasil volte a crescer com crescimento econômico, com inclusão social e distribuição de renda. A nossa Ministra é uma estudiosa dessa matéria. Ontem mesmo, o Ministério do Desenvolvimento publicou o resultado sobre a balança comercial da primeira semana de março, que tem um resultado positivo de US$1,2 bilhão, e demonstrou que o grande crescimento da nossa exportação vem da exportação de manufaturados, que cresceu 15,6%, demonstrando que a nossa economia começa a reagir por um setor que traz dólares para a nossa economia.

Na semana passada, também tivemos a valorização do barril de petróleo, saindo dos seus US$27, US$28 para US$38, US$39, com impacto muito forte na balança comercial e também na redução da supervalorização do dólar. Ao mesmo tempo, a Vale do Rio Doce também teve, na semana passada, um crescimento significativo no seu setor de exportação de minérios, fruto dessa rearticulação em que o Congresso Nacional tem discutido a nossa economia, com apoio dos nossos Ministérios e da nossa Presidenta Dilma. Essa agenda esteve presente muito fortemente, no segundo semestre de 2015, nesta Comissão. E não tenho dúvida de que, com V. Exª, na Vice-Presidência, com a nossa Ministra Gleisi Hoffmann, na Presidência, e com os nossos pares, vamos fazer, Gleisi, um grande debate para continuar o crescimento econômico com geração de emprego e inclusão social.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Muito obrigado, Senador Pimentel.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – No que se refere à minha pessoa, eu agradeço sinceramente, é um incentivo ao meu trabalho. Concordo com as suas palavras em relação à Senadora Gleisi Hoffmann.

Não havendo mais...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Ataídes, pela ordem.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Só quero fazer um ligeiro comentário, Sr. Presidente. Primeiro, parabenizo V. Exª, como já disseram aqui os nossos companheiros, pela forma equânime, prudente...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Peço a todos silêncio para que possamos ouvir o Senador que está falando pela ordem. Muito obrigado.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ratificando, Sr. Presidente, eu o parabenizo por essa forma equânime, equilibrada e competente com que V. Exª vem conduzindo os trabalhos desta tão conceituada Comissão.

Sr. Presidente, V. Exª falou sobre a proporcionalidade. E nós respeitamos a proporcionalidade.

Mas quero fazer o registro de que, no início desta Legislatura, a 1ª Secretaria cabia ao Partido PSDB, mas, na verdade, houve votação no plenário, e acabamos perdendo essa Secretaria para outro Partido. Mas nós respeitamos, sim, esse acordo da proporcionalidade.

Sr. Presidente, o País não está bem. Não adianta querer mascarar a verdade. Contra os fatos não há argumentos, nós sabemos disso. Esta Comissão tem, entre suas atribuições, uma responsabilidade enorme, porque, além da crise social, ética e moral, estamos vivendo a pior crise, que é a econômica, que tem tudo a ver com esta Comissão. Isso tem tudo a ver com esta Comissão! Esta Comissão tem muito a contribuir. Aqui, temos de realizar audiências. O Senador Ferraço apresentou hoje aqui os dois requerimentos, e também espero que, ao final dos trabalhos hoje, sejam aprovados os aludidos requerimentos.

Dessa forma, não dá para imaginar que este País está no caminho certo! Temos hoje uma dívida que já ultrapassou os R$4 trilhões. No ano passado, pagamos R$501 bilhões tão somente da dívida pública interna e externa. Tivemos uma receita corrente de R$1,221 trilhão e pagamos R$501 bilhões tão somente de juros! Não adianta falar que este País está recuperando suas finanças, suas economias. Não adianta! A retração para este ano ficará acima de 4% do PIB; no ano passado, a retração foi de 3,8% do PIB. Tivemos uma perda de poupança, no ano passado, de R$53 bilhões. Só neste ano, já perdemos R$18 bilhões de poupança! Houve um déficit, um prejuízo no *swap* cambial de R$89 bilhões no exercício do ano passado. Só o prejuízo causado pelo BNDES, emprestando dinheiro subsidiado, de 2008 para 2015, foi de R$123 bilhões.

Enfim, Sr. Presidente, não dá! O Governo do PT nos colocou no fundo do poço. E o pior de tudo é que esse Governo quebrou um ditado milenar, o de que, depois da meia-noite, não escurece mais. Estou dizendo que estamos no fundo do poço, mas é possível que nós afundemos ainda mais neste mar de lama.

Volto a dizer, Sr. Presidente: esta Comissão deverá, então, ser presidida pela Senadora Gleisi Hoffmann, e peço a Deus que dê mais sabedoria a ela e a V. Exª, como Vice-Presidente, para que esta Comissão venha realmente a contribuir com nosso País e venha a tirar este País do fundo do poço.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Obrigado, Senador Ataídes. No que se refere às palavras dedicadas a mim, agradeço. É um incentivo ao meu trabalho. Os comentários que V. Exª fez em relação à economia mostram claramente que a Comissão de Assuntos Econômicos é o foro ideal para todas as discussões que interessam ao País.

Agora, passamos ao processo de votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com a eleição da Senadora Gleisi Hoffmann para Presidente no ano de 2016 permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada. Está eleita. (*Palmas.*)

Convido a eleita a ocupar seu lugar à Mesa na condição de Presidenta, a Senadora Gleisi Hoffmann. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Bom dia!

Quero aqui agradecer muito a confiança dos meus colegas Senadores e Senadoras, por me levarem à Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos. É um motivo de grande honra e satisfação ter meu nome aprovado para presidir a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. Agradeço à Bancada do meu Partido a confiança depositada em meu nome, ao ter me indicado para esta posição de tamanha relevância.

No formato atual, a CAE foi criada através da Resolução do Senado nº 18, de 1989, e teve como seu primeiro Presidente o nosso ilustre e competente Senador Raimundo Lira, pessoa por quem tenho muito respeito e consideração. Eu queria lhe agradecer muito, Senador Raimundo Lira, todas as orientações que recebi de V. Exª, todo o apoio e a condução brilhante que V. Exª teve durante esse período na Comissão. Foi um período

difícil para nós todos, que V. Exª conduziu com muito brilhantismo, e nós pudemos aqui decidir, discutir e votar matérias de grande relevância e de grande importância.

Para mim é realmente um desafio sentar ao lado de V. Exª, que dirigiu esta Comissão por três vezes e foi quem construiu esta Comissão. A Resolução de criação de CAE, logo após a Constituinte, foi de sua responsabilidade. A CAE, com certeza, é uma das comissões mais importantes do Senado, e não tenho dúvidas da responsabilidade que ela tem para com o País, para com o nosso desenvolvimento.

Então, eu queria dizer da alegria, mas também do desafio, do frio na barriga de estar aqui presidindo esta Comissão, ao lado de uma pessoa tão competente, com tanta experiência como V. Exª. Por isso, eu peço sua ajuda e sua paciência, para que a gente possa conduzir esta Comissão de maneira republicana, sim, de maneira a que todos possam contribuir para o debate e desenvolvimento do País.

Todos aqui conhecem a minha posição em relação ao Governo Federal e aos principais temas de debate no País. Porém, quero afirmar, desde logo, o meu compromisso de que, sempre que entender necessário defender minhas posições, o farei fora desta Presidência. Aqui procurarei agir de maneira a que todos possam colaborar, discutir, que os projetos sejam apreciados, independentemente da posição que assumo como integrante da Base do Governo.

Na condição de Presidenta da CAE, pretendo atuar como mediadora para que esta Comissão continue trabalhando de forma profícua e em defesa do nosso País. Aliás, eu gostaria sinceramente de contar com a ajuda de todos os meus pares, afinal, é a primeira vez que presidirei uma Comissão na Casa, para que os trabalhos possam fluir da melhor forma possível. Tenho a satisfação, como já disse aqui, de ter ao meu lado o Senador Raimundo Lira, que conduziu de forma exemplar os trabalhos desde a saída do Senador Delcídio do Amaral. Espero continuar contando com o seu auxílio para condução dos trabalhos.

Finalizo, explicitando minha enorme satisfação e registrando a coincidência, que muitos aqui registraram, que me alegra e me emociona. Afinal, exatamente no Dia Internacional da Mulher, 8 de março, data que celebra mundialmente as conquistas econômicas e sociais da mulher em nossa sociedade, estou tendo a honra de ser eleita a primeira mulher a presidir a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Eu queria também agradecer aqui à Drª Ilana, Diretora-Geral do Senado, que se faz presente, e fazer uma homenagem à Camila, que é a nossa Secretária da Comissão. Temos mulheres muito atuantes, está aqui a Senadora Lídice, a quem agradeço o apoio, e a Senadora Vanessa. Enfim, quero dedicar às mulheres hoje esta eleição, pelo fato de que temos uma caminhada de conquistas e vamos ter ainda uma caminhada de mais conquistas.

Quero também fazer um agradecimento muito especial e registrar a presença da minha mãe, que me acompanha hoje aqui, com quem aprendi muito da minha vida. (*Palmas.*)

E parabenizá-la pelo Dia da Mulher.

É isso.

Muito obrigada, Srs. Senadores, Srªs Senadoras. Podem contar comigo. Vamos procurar conduzir esta Comissão da melhor maneira possível, para ajudar no desenvolvimento do País e nas soluções que tanto precisamos para nossa economia.

Muito obrigada.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pela ordem, Presidente.

Por um lapso, eu me esqueci de agradecer a colaboração, a dedicação, o esforço de todos aqueles que fazem a Comissão de Assuntos Econômicos: a Camila, o Gonzaga, o Ricardo e todos os outros colaboradores e funcionários permanentes desta Comissão.

Encerrando, quero agradecer as palavras gentis, elogiosas e generosas da nossa Presidente, Senadora Gleisi Hoffmann. Sem dúvida nenhuma, vão ficar para minha vida toda as palavras de S. Exª, que vou incorporá-las ao meu currículo e à minha história.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não.

Senador Jorge.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Presidente Gleisi, os colegas falaram antes, mas eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar os colegas daqui do plenário de todos os Partidos pela grandeza que tiveram, que estão tendo de, entendendo, inclusive, o momento pelo qual o País passa – começou com o colega Ferraço e foi até o Senador Ataídes, o último –, todos estão separando os debates, os desafios que temos, as visões divergentes que temos e estão colocando o Senado à altura em que merece estar. Eu acho que esse gesto simbólico feito aqui, por aclamação, de alguma maneira traz luz a um ambiente tão ruim pelo qual atravessamos. É possível, sim, sentarmos todos no mesmo plenário e estarmos juntos até numa votação sem nenhuma exceção, por aclamação, como falou aqui o Senador José Agripino, que fez questão de vir para re-

presentar seu Partido aqui. E, claro, isso não acontece por acaso. Isso acontece porque tivemos um Presidente como o Senador Raimundo Lira. A Senadora Gleisi trouxe esses detalhes, essa riqueza de informação da história dele com esta Comissão.

Hoje, por obra não do acaso, mas são os sinais que nos animam a ter um pouco mais de esperança e fé, pela primeira vez temos uma mulher presidindo a CAE.

Senadora Gleisi, V. Exª, que é uma querida e especial amiga para todos nós, quero cumprimentá-la já por essa preliminar ao dizer que V. Exª vai saber diferenciar o seu papel de militante do Partido dos Trabalhadores do da Presidência da CAE. Tenho certeza de que V. Exª fará isso.

Isso é muito importante para que siga na CAE esse clima que as oposições e a base de apoio ao Governo criaram hoje aqui, dando uma demonstração para o País e para o Senado de que o confronto não é o melhor dos caminhos; que a busca do entendimento, a busca de encontrarem todos o que temos de melhor é talvez a melhor saída.

Concluo, parabenizando V. Exª, por estar assumindo a Presidência da CAE; e o Senador Raimundo Lira, por tudo o que fez nessa transição.

Quero dizer que o País, o nosso Brasil, espera, quer e precisa de cada um de nós o que temos de melhor, e não o de pior. Acho que, hoje, este Plenário está emprestando ao País, ao Senado o que ele tem de melhor.

Parabéns, Senadora Gleisi, pela Presidência e parabéns, Senador Raimundo Lira!

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Pela ordem, Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Jorge, pelas palavras.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Primeiro, quero parabenizar a Senadora Gleisi Hoffmann pela eleição, no Dia Internacional da Mulher, que é um dia para comemorar o que já conquistou, mas, sobretudo, para fazer uma reflexão e continuar no planejamento das conquistas necessárias para atender à possibilidade da igualdade entre homens e mulheres, na ocupação dos espaços, na vivência na sociedade como um todo.

Parabenizo V. Exª, no momento em que também estou estreando aqui na CAE. É minha primeira reunião na Comissão de Assuntos Econômicos. Quero agradecer à Liderança do meu Partido por me indicar.

Quero também dizer ao Senador Raimundo Lira que tenho prestado atenção nele, na serenidade com que conduz todo o processo da atuação dele aqui, no Senado, e, sobretudo, por ter conduzido a transição para ter um desfecho como o de hoje: votação por unanimidade, por aclamação.

Meus parabéns, Senador Raimundo Lira, e, sobretudo, meu agradecimento, porque eu tenho prestado muita atenção na sua capacidade de conciliação e na sua serenidade na condução do processo aqui, no Senado.

A todas as mulheres do meu País, do meu Estado do Tocantins, meus parabéns e o compromisso de que estamos nessa trincheira para ajudar a discutir, refletir e planejar para que as conquistas das mulheres possam seguir em frente a passos mais largos.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Donizeti. Agradeço as palavras e seja muito bem-vindo à Comissão de Assuntos Econômicos.

Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Apenas para parabenizar V. Exª e dizer que é uma satisfação que hoje, neste dia, a nossa Bancada seja, de alguma forma, homenageada com a sua presença na Presidência desta Comissão tão importante.

Ao mesmo tempo, eu quero dizer a V. Exª que nós estamos iniciando a sessão especial de homenagem às mulheres. O ideal seria que nós pudéssemos ter todos esses homens na sessão das mulheres, até porque tem sido uma praxe nesta Casa, infelizmente, que as sessões de homenagem à mulher no dia 8 de março tenham uma participação muito pequena dos homens. Nós consideramos que a luta das mulheres é uma luta de homens e mulheres neste País, para tornar o nosso País mais democrático e dar mais oportunidade para as mulheres.

Aliás, hoje praticamente 30% das famílias brasileiras são sustentadas por mulheres, e somos hoje quase 50% da mão de obra deste País. Portanto, tem tudo a ver com economia do País pensar o espaço da mulher de forma mais efetiva na sociedade brasileira e participar dessa luta.

Hoje, há uma coincidência. Há muitos anos que nós não temos o 8 de março caindo num dia normal de sessão legislativa. Então, seria muito bom se nós pudéssemos ter a sessão do Congresso cheia dos Líderes que aqui estão para discutir a economia.

Infelizmente, não vou poder ficar aqui, até porque acabamos de acertar com o Senador Flexa o projeto de nossa autoria. Ele vai encaminhar para o levantamento da discussão. Eu gostaria de poder participar desta

reunião deliberativa de hoje, até em homenagem a V. Exª, mas eu não posso deixar de cumprir o meu papel de estar na nossa sessão de homenagem às mulheres.

Muito obrigada.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço, Senadora Lídice, as suas palavras.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Daqui a pouco, quero me juntar a V. Exªs também nesta sessão importante que teremos hoje no Congresso Nacional.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Srª Presidente, primeiro, quero cumprimentá-la pela indicação que o Partido dos Trabalhadores fez de V. Exª.

Independentemente de qualquer divergência que nós exercemos nesta Casa, não há divergência de ordem pessoal, há divergência de ordem política. É bom que seja assim. É necessário que o Congresso seja plural e é necessário também que mantenhamos não apenas a civilidade, mas também a cordialidade no trato, até pelo respeito às diferenças. O entendimento e a convivência com a diferença são uma premissa, uma preliminar no ambiente democrático.

Ao cumprimentar V. Exª pela eleição à unanimidade de seus membros, eu quero dizer que a sua primeira manifestação foi muito positiva, na medida em que V. Exª, como nossa Presidente, passa a ser Presidente do conjunto dos partidos e da representação que têm assento na Comissão de Assuntos Econômicos. Então, o segundo passo que V. Exª está dando – o primeiro foi a eleição à unanimidade, pelo que estou cumprimentando enfaticamente – foi essa postura de V. Exª que nos enche de otimismo e de animação para que esta Comissão, de fato, possa exercer um papel protagonista em torno dos temas relevantes para a Federação brasileira. Inclusive, isso foi alvo de uma conversa aqui com V. Exª na reunião anterior.

De modo que eu reitero aqui a minha satisfação, o meu estímulo e a minha animação em ver V. Exª começar pela porta da frente, colocando-se efetivamente como Presidente de todos os partidos que têm assento nesta Casa, para que nós possamos ter aqui os debates mais duros, mas dentro da civilidade, do respeito e da cordialidade, que são premissas num ambiente de absoluta civilidade.

Meus cumprimentos a V. Exª. Estou aqui à disposição para contribuir com o bom debate na Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Ferraço. Agradeço suas palavras. Vou precisar muito da sua colaboração. Isso nos ajuda a conduzir a Comissão.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Marcelo Crivella; em seguida, o Senador Tasso Jereissati.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Srª Presidenta, hoje o item 3 da pauta é a discussão sobre o chocolate. Há alguma coincidência? (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – A Senadora Lídice comentando que é 30% de cacau.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Você guardou o chocolate para ela, não é? Estava esperando uma dama ilustre e doce assumir para discutir o chocolate da Lídice.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Mas ela diz que é amargo o chocolate.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – O chocolate é amargo, Lídice?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Trinta por cento de cacau.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Trinta e cinco.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Trinta e cinco?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone*.) – Fabricação da Bahia.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Ela vai distribuir para todos nós.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Parabéns, Senadora!

Acho que a senhora foi preparada pelo povo brasileiro, desde a sua militância na nossa maior hidrelétrica de Itaipu, como Ministra da Casa Civil, auxiliando no primeiro mandato da Presidenta Dilma, mas também neste momento difícil do seu Partido e do Brasil. Eu tenho certeza de que a senhora vai brilhar aqui, na Presidência, pelos seus conhecimentos e tirocínio, pelo seu equilíbrio, pela sua alma feminina.

Nós temos assuntos tão importantes a discutir nesta Comissão que eu tenho certeza também de que, cada vez que uma autoridade for convocada, se não vier vai pecar duas vezes. Primeiro, peca contra o Senado Federal; depois, peca contra uma dama ilustre, que não merecia, de maneira nenhuma, uma descortesia. Por-

tanto, eu desejo à senhora toda a boa sorte. Que Deus a abençoe e ilumine e que a senhora tenha uma grande gestão à frente da Comissão de Economia do Senado Federal!

Parabéns, Senadora Gleisi!

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Marcelo Crivella, agradeço suas palavras. V. Exª já foi meu colega Ministro, quando estivemos juntos no ministério. É uma pessoa por quem tenho um carinho muito especial. Muito obrigada.

Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Gleisi, mais uma vez, dando meus parabéns, na expectativa de que, realmente, V. Exª fará o trabalho que todos nós esperamos. A forma como V. Exª começou a sua Presidência destaca claramente essa intenção, e tenho certeza de que o seu espírito público vai provar isso. Parabéns!

Mas, se V. Exª permitir, eu queria começar o trabalho...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Com certeza.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – ... pedindo a V. Exª que tome a sua primeira decisão, hoje, em uma homenagem especial ao Acre e ao Senador Jorge Viana e ao grande Governador Tião Viana. Que V. Exª inclua, extrapauta, uma autorização de empréstimo que é fundamental para o desenvolvimento do Estado do Acre. E, se puder, também faça uma inversão de pauta, dada a importância e a urgência desse projeto.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Tasso, pelas palavras. Tenho certeza de que nós vamos ter uma convivência aqui para procurar soluções para o País. Espero contar muito com o seu conhecimento, sua experiência, para que possamos trabalhar juntos.

Senador Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu não poderia me furtar de trazer também uma palavra aqui parabenizando V. Exª por essa eleição unânime, mostrando o prestígio e o reconhecimento de que V. Exª goza dos seus pares, aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Tive o privilégio de participar com V. Exª do primeiro Governo da Presidente Dilma, e posso dar o testemunho da sua capacidade de trabalho, do seu zelo, da sua dedicação, da sua paixão em servir o Brasil. Tenho absoluta certeza de que, à frente desta Comissão, V. Exª será um fator de animação do debate econômico que nós temos que vivenciar. Parabéns!

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Fernando Bezerra, e é recíproco. Também tive o privilégio de conhecer o seu trabalho e a sua competência como Ministro. Atuamos muito juntos no enfrentamento a desastres naturais.

V. Exª foi responsável pela implantação de um grande sistema, que hoje responde muito ao País. Fico muito feliz com as suas palavras.

Vamos, então, retomando, iniciar a segunda parte desta reunião de Comissão, que é a nossa pauta de hoje.

Já há pedido sobre a mesa do Senador Tasso Jereissati para fazer o ingresso, extrapauta, da Mensagem nº 20, da Presidência da República, que autoriza a contratação de operação de crédito no valor de US$150 milhões entre o Governo do Estado do Acre e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Os recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Saneamento Ambiental e Inclusão Socioeconômica do Acre (Proser).

Pergunto a esta Comissão se todos estão de acordo com a inclusão extrapauta e com a inversão de pauta solicitada pelo Senador Tasso Jereissati.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – A proposta é de invertermos a pauta e abrirmos a reunião votando essa matéria?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Isso. Essa é a proposta do Senador Tasso, que estou submetendo ao Plenário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Aprovado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – As Srªs e os Srs. Senadores que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

EXTRAPAUTA
ITEM 22
MENSAGEM (SF) Nº 20, de 2016
- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até USD 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Acre e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Saneamento Ambiental e Inclusão Socioeconômica do Acre - PROSER".

Autoria: Presidente da República
Relatório: Favorável, nos termos do PRS que apresenta.

Passo, então, a palavra ao Senador Tasso Jereissati para que faça a leitura do relatório.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – A Mensagem nº 20, de 2016, da Presidente da República, ora sob análise desta Comissão, contém pleito para que seja autorizada operação de crédito externo, com garantia da União, do Estado do Acre junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Saneamento Ambiental e Inclusão Socioeconômica do Acre.

O Programa tem como objetivo "contribuir para os esforços do Governo do Acre em promover a inclusão social e econômica de seus pobres das áreas urbanas e rurais, incluindo as populações mais pobres e em maior situação de desvantagem, que vivem em áreas isoladas do território do Acre".

O programa em questão foi considerado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), na forma da Recomendação nº 1.316, de 18 de maio de 2012, homologada pelo Ministro de Planejamento, Orçamento e Gestão. A operação foi ainda credenciada no Banco Central do Brasil sob o Registro de Operação Financeira (ROF) TA709525.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda prestou as devidas informações sobre as finanças da União, na condição de garantidora da operação, bem como analisou as informações referentes ao mutuário. No Parecer nº 91/2016/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 26 de fevereiro de 2016, o órgão manifestou-se favoravelmente ao oferecimento da garantia, condicionada à verificação, pelo Ministério da Fazenda, da adimplência do mutuário para com a União e suas entidades controladas, à formalização do respectivo contrato de contragarantia e ao cumprimento das condições especiais prévias ao primeiro desembolso.

Por seu turno, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por intermédio do Parecer nº 266/2016/PGFN/COF, de 29 de fevereiro de 2016, não apresenta óbices à realização da operação, sujeitando-a às condicionalidades previstas pela STN.

Em suma, nosso voto.

O pleito encaminhado pelo Estado do Acre encontra-se de acordo com o que preceitua a legislação vigente, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2016

Autoriza o Estado do Acre a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Estado do Acre autorizado a contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Saneamento Ambiental e Inclusão Socioeconômica do Acre - PROSER".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I - Devedor: Estado do Acre;

II - Credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

III - Garantidor: República Federativa do Brasil;

IV - Valor: até US$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V - Modalidade: Margem Variável;

VI – Desembolso: Em parcelas consecutivas, sendo a primeira em 2016 e a última em 2019, de acordo com cronograma a ser estabelecido em contrato(...)

As demais condições do empréstimo estão aqui registradas, estão já colocadas diante da Mesa.

Nosso voto, portanto, é para que esse projeto seja aprovado, para que essa resolução seja aprovada, principalmente porque nós estamos vivendo um momento crítico, gravíssimo, de proliferação de mosquitos causadores de doenças infecciosas que têm preocupado o País e o mundo.

Portanto, um projeto desse, de saneamento, é extremamente oportuno e urgente.

É este o meu voto, Srª Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Para discutir, Srª Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Para discutir, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, que já havia solicitado, e, depois, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senadora Gleisi Hoffmann, eu a parabenizo pelo dia de hoje, assim como parabenizo todas as Senadoras e todas as colaboradoras do Senado Federal.

Srs. Senadores, eu quero parabenizar os meus amigos Governador Tião Viana e Senador Jorge Viana, pois vamos votar favoravelmente ao pedido de empréstimo do Governo do Estado do Acre, importante para dar continuidade ao projeto e também para a geração de emprego e renda.

Só peço, Senadora Gleisi Hoffmann, que V. Exª, como Presidente, agora, da Comissão de Assuntos Econômicos, junto ao Governo Federal, consiga liberar os empréstimos já autorizados pelo Congresso Nacional ao Estado do Pará, um dos menores Estados da Federação, senão o menor, no que se refere à proporção entre dívida e receita corrente líquida, que é de algo em torno de 12%.

Nós temos empréstimos, com o BNDES, com o BID, com a CAF, que, apesar de aprovados pela Casa, não são liberados.

Com relação ao do BID, nós tivemos que aprovar, na semana passada, um projeto de decreto legislativo para prorrogar o prazo de 540 dias, que é o prazo que tem para poder contratar o empréstimo, por mais 540, porque o Estado do Pará, apesar de ter a menor relação entre dívida e receita corrente líquida, não teve seus empréstimos liberados nesses 540 dias.

Então, vou votar favoravelmente, mas quero pedir a V. Exª o encaminhamento desse projeto de empréstimo ao Governo do Acre ao Plenário do Senado em regime de urgência, para que possamos aprová-lo, se possível, ainda hoje, e quero pedir o apoio de V. Exª, Presidente da CAE, para que, junto ao Governo Federal, também libere os projetos, que estão represados pelo Governo, não só do Pará, mas também dos outros Estados, em especial aqueles Estados que estão muito aquém da sua capacidade em termos de endividamento, como é o caso do Estado do Pará, que precisa estar com os projetos que serão tocados por esses financiamentos prontos para serem iniciados para gerar emprego e renda para ajudar o Brasil.

Então, eu pediria que V. Exª pudesse, junto ao Governo central, fazer o mais rapidamente possível a liberação desses financiamentos do Acre, do Pará e dos outros Estados que estão pendentes.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não, Senador Flexa. V. Exª tem razão. Nós temos várias operações de crédito. Eu vou buscar informações e procurar trazer a esta Comissão e fazer esforços para que a gente possa colocar na pauta de votação.

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Os do Pará já foram aprovados. Foram aprovados há 540 dias. Só precisa...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Ah, sim! Já foram aprovados aqui, como será o do Acre.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Só falta liberar.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Inclusive, eu tenho a informação de que o Ministro da Fazenda está se dispondo a vir à Comissão. Eu gostaria de partilhar isto com V. Exªs, porque acho que seria importante a vinda de S. Exª aqui para fazer esses esclarecimentos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O Governador Simão Jatene esteve, junto comigo, na semana retrasada, em audiência com o Ministro Nelson Barbosa para tratar do assunto.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Está certo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Então, só peço a V. Exª, com seu prestígio como Presidente da CAE, que ajude o Estado do Pará, que é como o Paraná, que, se perder o "ná", vira Pará também. (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Está certo.

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Srª Presidente, é conhecida a forma meticulosa e criteriosa como o Senador Tasso Jereissati se dedica a qualquer avaliação designada a seu concurso. E essa é uma das prerrogativas mais importantes da Comissão de Assuntos Econômicos. É um desdobramento de um

comando constitucional que confere à Comissão de Assuntos Econômicos autorizar operações de crédito aos nossos Estados. E, efetivamente, justifica a aprovação desse crédito com tamanha velocidade e até excepcionalidade, já que a nossa praxe aqui é ler, conceder vista para que possamos tomar conhecimento, ler o material adequadamente, analisar sobretudo o nível de endividamento do Estado, a receita corrente líquida, até porque há resoluções que definem esses critérios...

Mas eu acho que a epidemia que estamos vivendo em nosso País, por ausência de investimentos no campo do saneamento básico, como foi reiterado pelo Senador Tasso Jereissati, nos abre um caminho para uma aprovação excepcional, como está regulado por essa resolução que preside esse tipo de avaliação aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. E o Estado do Acre se encontra absolutamente em condições de contratar essa operação de crédito, que é muito importante, fundamental. Já foi feita uma primeira *tranche*, uma primeira etapa, trata-se de uma segunda etapa, de um projeto complementar a um projeto já desenvolvido pelo Governador Tião Viana.

Portanto, eu estarei manifestando o meu voto favorável em função da forma criteriosa e, sobretudo, em razão dessa excepcionalidade. Nós estamos diante de uma epidemia, que é a epidemia do *Aedes aegypti,* do vírus da zika e assim por diante, em que esses investimentos em saneamento são de fundamental importância. Mas não podemos transformar isso em uma prática. Isso não pode ser uma prática. Nós precisamos nos debruçar sobre cada uma dessas operações de crédito.

Então, eu voto favoravelmente porque conheço a forma meticulosa e o compromisso do Senador Tasso com as questões e os princípios relacionados à responsabilidade e à austeridade fiscal, mas quero crer que essa exceção não irá se transformar em uma realidade, sob pena de estarmos fazendo aqui em 2016 o que fizemos em 2014, quando discutimos muito esse tema aqui e as operações de crédito explodiram Brasil afora, inclusive dando conta de ausência de limite, mas, por decisão monocrática, por assim dizer, do Ministro da Fazenda, quando foram excepcionalizadas muitas operações de crédito que saíram do controle.

Então, quero manifestar o meu voto favorável pela qualidade do projeto, pela circunstância e conjuntura da epidemia que estamos vivendo, mas faço este apelo para que possamos colocar esse tema dentro de um rumo adequado.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Devidamente registrado, Senador Ricardo Ferraço.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Para discutir, Senador Ataídes, Senadora Lídice e, na sequência, Senador Tasso.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Presidente.

Usando aqui as palavras do Senador Ferraço com relação ao nosso colega, companheiro e amido Tasso Jereissati, por quem tenho uma imensa admiração, tudo que o Senador Tasso faz, faz com muita sabedoria e segurança. Entretanto, Senador Tasso e Senador Jorge Viana, nós não vamos resolver o problema dos nossos Estados endividando-os mais. Os Estados, hoje, Srª Presidente e Srs. Senadores, devem aproximadamente R$1 trilhão! Eu não tenho esse número exato, mas a dívida hoje dos Estados com a União e com os bancos internacionais e nacionais é superior a R$1 trilhão. Então, o que vai resolver o problema do Acre hoje não é a liberação desse empréstimo. O que poderia resolver o problema do Acre seria conter as suas despesas correntes. Esse é o negócio.

Esse é o problema hoje do Brasil. O problema do Brasil hoje não é aprovar mais impostos, Senador Flexa. Não vai ser a CPMF que vai resolver o problema do Brasil. Não vai resolver o problema de o Brasil endividar mais o nosso povo. O que vai resolver o problema do Brasil é a competência e a responsabilidade de adequar as suas contas correntes. Não justifica hoje o Brasil ter 24 mil cargos comissionados e terceirizados neste País. Só os Estados e Municípios devem hoje para a União, quero ratificar, R$463 bilhões.

Eu até digo aqui ao nosso colega Senador Jorge Viana que o Acre já está chegando à casa dos R$5 bilhões de dívidas. Imagino que a receita corrente do Acre, que eu não tenho aqui em mãos, deve ser próxima das receitas correntes líquidas do meu Estado do Tocantins, que devem ser de algo em torno de R$6 bilhões. Ou seja, está praticamente devendo uma arrecadação anual. Isso é muito preocupante!

O povo brasileiro, Senador Ferraço, está endividado. Mais de 64% do povo brasileiro está com a sua renda mensal comprometida. Este Senado Federal, este Congresso Nacional tem uma responsabilidade muito grande, porque, se continuar emprestando dinheiro como sempre emprestou, eu não sei a que ponto o País um dia vai chegar. Isso é muito preocupante!

Eu voto, Srª Presidente, com o nosso Relator, Senador Tasso Jereissati, mas quero preocupar minha imensa preocupação com o endividamento dos nossos Estados, dos nossos Municípios e do nosso povo. Eu acho que esta Casa tem que acender a luz vermelha para esse assunto.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Está registrado, Senador Ataídes.

Passo a palavra à Senadora Lídice, a quem já agradeço o chocolate que está distribuindo.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada, Presidente.

Quero apenas registrar também, como o Senador Flexa Ribeiro, Srª Presidente, a nossa aprovação ao projeto, o mérito imenso dele, mas, ao mesmo tempo, pedir a V. Exª que nos ajude na liberação de outros financiamentos que foram aqui aprovados. Nós temos na CAF um financiamento da cidade de Alagoinhas, uma das maiores cidades do Estado da Bahia, selecionada para um grande projeto de urbanização da cidade. Ele já foi aprovado no Senado, assinado pelo Ministro, e nós estamos aguardando a sua liberação, a assinatura final do contrato entre a CAF e a cidade.

Como isso passa por uma intermediação política, eu peço que V. Exª, Presidente desta Comissão, nos ajude, ajude o povo baiano, ajude a grande cidade de Alagoinhas, cidade onde me criei. Não nasci lá, mas lá me criei. A cidade é um dos principais polos da indústria de bebidas do Estado da Bahia e do Brasil. Lá nós temos cervejarias importantes, refrigerantes importantes, como a Coca-Cola.

Eu quero aproveitar a oportunidade para dizer que estou distribuindo um chocolate artesanal que tem 56% de cacau.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Uma delícia! Nota dez! Muito bom!

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Ele é produzido na Bahia, mas também sua produção no Pará. Em oportunidade próxima, vamos fazer no Senado uma degustação de chocolates produzidos no Brasil, na Bahia, no Pará, e também fora do Brasil, na França, com cacau brasileiro, da Bahia.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Peço que me chame.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Em oportunidade breve, os senhores terão o prazer de participar dessa degustação.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Muito bem! *Merchandising* da Senadora Lídice para o chocolate baiano.

Com a palavra o Senador Tasso e, em seguida, o Senador Pimentel.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Primeiramente, agradeço as palavras do Senador Ferraço e do Senador Ataídes.

Aproveitando as palavras do Senador Ferraço, faço uma sugestão a esta Comissão. Existe um número grande de Estados e Municípios pleiteando empréstimos que estão guardados ou seguros na Receita Federal, no Ministério da Fazenda, na Secretaria do Tesouro. Aproveitando as palavras do Senador Ferraço, quero fazer uma sugestão para que V. Exª possa pensar. Temos, hoje, mais grave do que a crise financeira e da dívida, a crise da zika e da dengue. Sem dúvida nenhuma, se tivéssemos infraestrutura de saneamento básico em nosso País, essa crise não existiria. Tanto que ela é própria e típica de países em que os mosquitos podem se desenvolver. Em países desenvolvidos da Europa, no Japão, nos Estados Unidos, pelo menos do centro para o norte dos Estados Unidos, esse mosquito não existe. Sugiro que V. Exª solicite ao Ministro da Fazenda que dê prioridade absoluta a todos os projetos de infraestrutura de saneamento básico, uma razão que consideramos fundamental para votarmos favoravelmente a esse projeto do Governador Tião Viana, do Acre.

Então, essa é a sugestão que faço diante dessa epidemia que o Brasil está sofrendo e que realmente é muito mais grave do que qualquer outra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço a sugestão. Vamos encaminhar ao Ministro da Fazenda, em nome da Comissão, a sua proposição.

Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Srª Presidenta, deixo para falar depois da votação porque o quórum está diminuindo e precisamos garantir. Peço a V. Exª que após...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Está bem.

Senador Flexa, pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Quero parabenizar o Senador Tasso pela visão republicana que tem, independentemente de questão partidária e ideológica, de trabalhar pelo Brasil, como sempre é feito pelo PSDB. Somos oposição ao Governo, mas somos a favor do Brasil, como o Senador Tasso colocou aqui.

Como disse o Senador Ferraço, todos os pareceres da lavra do Senador Tasso são feitos com estudo, com consciência daquilo que ele propõe para aprovação ou, às vezes, pela rejeição, e têm o apoio não dó do PSDB, mas também dos membros das Comissões de que ele participa.

Eu só pediria a V. Exª que ampliasse a solicitação do Senador Tasso pedindo ao Ministério da Fazenda que pudesse listar todos os pedidos de empréstimos aprovados pelo Congresso, pela Cofiex, pela Secretaria do Tesouro Nacional que estão retidos lá no Ministério da Fazenda e também a relação entre dívida e receita corrente líquida de cada Estado ou Município que esteja pleiteando esse empréstimo. Assim, isso poderá ser socializado não só com os membros Senadores da CAE, mas com toda a sociedade brasileira, que, às vezes, clama por esses financiamentos. O Senador Tasso tem toda razão em priorizar os de saneamento, mas os outros são tão importantes quanto esses, como os de infraestrutura, de melhoria para a educação, de segurança, de tudo de que precisa o País para oferecer melhores serviços para todos os brasileiros.

Então, peço só que V. Exª amplie a solicitação do Senador Tasso, priorizando, como ele já fez, o saneamento, mas dando continuidade. Peço até que seja por ordem cronológica das aprovações.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – O.k.

São dois pedidos, Senador Flexa. Um é para que tenhamos acesso à relação das operações de crédito. Talvez fosse melhor mandarmos um requerimento de informações para que o Ministério da Fazenda nos mandasse isso. E o outro...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Encaminharei a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Ótimo.

E o outro, já na solicitação do Senador Tasso, é para que possamos observar a ordem cronológica, mas dando prioridade àqueles de saneamento básico, em razão da dengue e do zika vírus.

Encerrada a discussão.

As Srªs e os Srs. Senadores favoráveis ao relatório do Senador Tasso permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Srª Presidente, peço a urgência.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Urgência, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Submeto à Comissão o requerimento de urgência apresentado aqui para que a matéria vá ao Plenário do Senado Federal.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – As Srªs e os Srs. Senadores que forem favoráveis permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório vai ao Plenário do Senado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Jorge Viana, com a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Srª Presidente, eu queria, cumprimentando, mais uma vez, V. Exª, agradecer a relatoria, a colaboração, o prestígio e a dimensão que o Senador Tasso dá a esse projeto, a essa proposta.

A grande maioria dos recursos previstos nesse projeto vai ser investida nos Municípios de menor IDH do Estado do Acre, nos Municípios isolados. E o foco do projeto é saneamento ambiental, saneamento básico, algo de que o Brasil precisa tanto em todos os seus Municípios.

Dessa forma, quero muito agradecer a seriedade, que não é nenhuma novidade, como ele tratou o tema e quero agradecer ao Senador Flexa pelas palavras e pela homenagem que faz também ao Governador Tião Viana, que é um médico infectologista, formado lá na Universidade Federal do Pará, e que tem um dos maiores compromissos com o saneamento básico. S. Exª passou por aqui, presidiu a Casa, foi Vice-Presidente do Senado, e é um Senador muito querido, que deixou bons amigos como o Senador Tasso.

Eu queria, por último, também agradecer as palavras do Senador Ferraço e do Senador Ataídes e cumprimentá-los pelas observações que fazem, pelas preocupações que trazem, para que nós possamos, na Casa da Federação, nos preocupar com a situação de Estados e Municípios e com a qualidade da chegada desses recursos.

Esse projeto, por exemplo, não será usado para suprir caixa do Estado ou deficiências que há no Estado, embora haja propostas nesse sentido, que terminam agravando a situação ou postergando a sua solução. Ele será aplicado para investimentos. E não tenho dúvida de que é uma ação de médio e de longo prazos; é uma segunda etapa.

Então, eu só queria cumprimentar todos os colegas Senadores, especialmente esses que fizeram uso da palavra para endossar esse projeto e que trouxeram relevantes posicionamentos, como este dos Senadores Tasso e Flexa, de nos anteciparmos e buscarmos entender essa fila de projetos visando o financiamento que existe hoje no Tesouro, no Ministério da Fazenda, e que podem e devem ser debatidos aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

Muito obrigado, Srª Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Pela ordem.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Jorge.

Nessa ordem, Senador Ricardo Ferraço, Senador Pimentel e Senador Flexa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Srª Presidente, apenas uma sugestão, se V. Exª e, naturalmente, os meus colegas também assim considerarem: como já são 12h04 e ainda temos uma pauta com 21 itens, eu queria sugerir a V. Exª e aos pares que nós priorizássemos aqueles projetos que têm seus Relatores presentes. Há muitos projetos aqui cujos Relatores não estão presentes. Então, que nós pudéssemos ir direto à Ordem do Dia chamando aqueles projetos cujos Relatores estão presentes, para que possamos, assim, agilizar os nossos trabalhos.

Esta é a sugestão que faço a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Acolhida a sugestão.

Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Srª Presidente, eu deixei de falar durante a discussão da matéria anterior para dar celeridade ao processo. Porém, eu quero registrar que essa proposição de convidar o Ministro da Fazenda para vir a esta Comissão dialogar com todos nós aqui sobre o conjunto de projetos de crédito que estão no Ministério da Fazenda é fundamental.

Esse requerimento proposto pelo Senado Flexa Ribeiro vai nos subsidiar nessa discussão porque vai trazer, além da quantidade, também a ordem cronológica aqui apresentada pelo Senador Tasso Jereissati.

Quero adiantar que, na última sexta-feira, foi feita uma reunião com os 27 Governadores ou, na sua impossibilidade de comparecimento, Vice-Governadores para tratar exatamente de como flexibilizar o endividamento dos entes do Pacto Federativo com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal e, ao mesmo tempo, de como atender esse conjunto de projetos de empréstimos que foram apresentados no ano de 2015 ou de 2016 e ainda não foram liberados.

Nessa agenda, na reunião da última sexta-feira, dois ou três governadores não se sentiram totalmente contemplados, porque pretendiam um limite maior do que o desenho que lhes estava sendo feito e que é possível acolher, e, nesta semana, o Ministro da Fazenda está tratando exatamente desses dois ou três Estados que pretendiam um limite superior ao que ali se apresentava.

Quero adiantar que não há nenhum dos Estados da Região Norte ou Nordeste neste pleito. Nós, das regiões Norte e Nordeste, somos aqueles entes do Pacto Federativo que têm o menor índice de endividamento, e, como a água só corre para o mar, essas reivindicações de maior endividamento são exatamente dos Estados mais ricos da Federação.

Aqui, o Senador Flexa Ribeiro tem toda razão: o Estado do Pará tem baixíssimo índice de endividamento comprometido com sua receita corrente líquida, mas os grandes sempre, seja nas grandes negociações dos anos 70 e 80, seja, mais particularmente, na pactuação entre 1997 e 1999, antes da Lei de Responsabilidade Fiscal, foram os mais beneficiados. E é exatamente por isso que querem, mais uma vez, um tratamento diferenciado.

Quero também registrar que nós precisamos discutir a resolução sobre o endividamento da União, que está na ordem do dia do Senado Federal, e a proposta que o Governo está fazendo, dialogando com todos os Parlamentares, independentemente de ser da base ou da oposição. Esse é um tema do Estado nacional, e deveremos discutir aquela resolução dentro desse contexto do Pacto Federativo.

Por isso, este tema aqui trazido, Senador Tasso Jereissati, é fundamental para que a CAE possa antecipar-se e ajudar nessa construção de saída da grave crise econômica por que o Pacto Federativo está passando.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Nós vamos encaminhar nesse sentido, Senador Pimentel.

Com a palavra o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Srª Presidente, Senadora Gleisi Hoffmann, quero associar-me às palavras do Senador Pimentel discordando só da questão temporal. Mas ele tem toda a razão.

Espero que a gente possa discutir, Senador Pimentel, com o Ministro da Fazenda e, em seu nome, com o Governo sobre que critérios vão ser adotados para que sejam concedidos esses novos financiamentos, porque, como o Senador Pimentel bem colocou, isso penaliza aqueles Estados que estão com a sua relação entre

dívida e receita corrente líquida lá embaixo. Eu não sabia do resultado da reunião de sexta-feira, que exclui os Estados do Norte e Nordeste.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Não, é o contrário: os Estados do Norte e do Nordeste...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Têm espaço fiscal.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – ... aceitaram a nova pactuação. Avançou.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Ah, sim! Eu entendi errado. Desculpe-me. Já fiquei preocupado aqui.

Mas eu gostaria que houvesse uma regra clara, republicana, que não fosse partidária, para que esses Estados com condições de projeto e de endividamento tivessem acesso a financiamento, para promover a geração de emprego e renda.

Aproveito, já que eu pedi a palavra pela ordem, para fazer um pedido a V. Exª. A sugestão do Senador Ferraço é iniciar pelos Senadores Relatores que estejam presentes. Como sou Relator do item 3, que, pela solicitação do Senador Ricardo Ferraço, seria o primeiro da pauta, peço que ele seja retirado de pauta, pois estamos negociando com a autora, Senadora Lídice da Mata, e com o Senador Tasso Jereissati, pelo setor produtivo, para que possamos chegar a um entendimento, o que ainda não foi possível. O processado está com o Senador Tasso Jereissati, que pediu vista, mas peço que seja retirado de pauta.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – O.k.

É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, de 2015
- Não terminativo -

Estabelece o percentual mínimo de cacau nos chocolates e seus derivados, nacionais e importados, comercializados em todo o território nacional e torna obrigatória a informação do percentual total de cacau nos rótulos desses produtos.

Autoria: Senadora Lídice da Mata
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Favorável ao projeto com duas emendas que apresenta.
Observações:
1. Em 1/4/2015, foi realizada audiência pública para instruir a matéria;
2. Em 23/2/2016, foi concedida vista ao senador Tasso Jereissati, nos termos regimentais;
3. A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.)

Vamos começar então por quem está presente aqui.

Antes, eu gostaria de passar a V. Exªs uma informação: o Ministro da Fazenda nos contatou para se propor a vir à Comissão fazer um debate para tratar desses temas aqui colocados e também de outros temas. Para tanto, sugere a última semana de março ou a primeira semana de abril, porque deve fechar a proposta até o dia 23 de março, inclusive, de acordo com os Estados e Municípios, para recuperação das finanças locais.

Então, eu gostaria de colocar isto à Comissão. Nesse sentido um requerimento do Senador Ricardo Ferraço que vamos ler no final da pauta.

Eu só queria saber da Comissão da possibilidade de ajustar a agenda para a última semana de março ou primeira semana de abril, se vocês me derem essa possibilidade, porque ele também depende de algumas agendas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O que for mais próximo, Presidente. Então, que seja a primeira reunião logo após o dia 23. Seria, em razão da Semana Santa, na última de março.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Isso. Passando a Semana Santa, seria na última de março.

Ele falou que estava só dependendo de um compromisso internacional e que, se não viesse na última, viria na primeira, mas a intenção dele é vir na última. Acho que nós já podemos deixar mais ou menos...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Em 29 de março.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Na última de março.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu vou apresentar o requerimento, e ele já traria, nesta última semana de março, a posição solicitada no requerimento que vou apresentar à CAE.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Está bem. Então, deixamos como data de referência o dia 29 de março. Se, por acaso, houver algum problema com a agenda do Ministro... Ele pediu só para ter essas duas datas.

Outra presença aqui que também acho importante é do nosso Presidente do Banco Central, Ministro Tombini, que se propõe a estar aqui no dia 22 de março para fazer a sua apresentação trimestral à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

Então, submento à Comissão. Se todos estiverem de acordo, nós já deixamos marcado o dia 22 de março para a vinda do Ministro Tombini. (*Pausa.*)

Então, está marcado.

Senador Donizeti e Senador Ricardo Ferraço, pela ordem.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Era minha colocação. Acho que a senhora fez o encaminhamento, Presidenta Gleisi, de que a data do dia 29 é referência. Se o Ministro não puder vir nessa data, vem na primeira semana de abril, mas que não passe dessa data.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – Que não seja no dia 1º de abril.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Acho que não vai ser coincidente a data da Comissão.

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Seguindo essa orientação, vamos ao item 11, de que sou o Relator. Eu queria pedir a palavra a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Está bem.

Só para deixar claro aqui, o primeiro projeto foi retirado de pauta, o Relator do item 2, Senador Cristovam, não se encontra presente, assim como o Relator do item 4, Senador Medeiros, e o Relator do item 6, Senador Ciro... Quanto aos demais itens, seus Relatores não se encontram presentes. Então, o primeiro item da pauta com Senador Relator presente é o item 11.

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 229, de 2009
- Não terminativo -

Estabelece normas gerais sobre plano, orçamento, controle e contabilidade pública, voltadas para a responsabilidade no processo orçamentário e na gestão financeira e patrimonial, altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a fim de fortalecer a gestão fiscal responsável e dá outras providências.

Autoria: Senador Tasso Jereissati

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

1. A matéria foi apreciada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo);

2. Em 13/4/2010 e 23/9/2015, foram realizadas audiências públicas para discutir a matéria.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Muito obrigado.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este é um projeto da maior relevância, extenso, complexo, um projeto estruturante, e não é um projeto que está focando na conjuntura que estamos vivendo. Tanto é que o autor do projeto, Senador Tasso Jereissati, apresentou essa proposta ainda em 2009 – nós estamos em 2016 –, há sete anos, já com uma visão estruturante sobre a necessidade de melhorarmos a organização da Lei nº 4.320, editada em 1964, que não guarda, portanto, mais nenhuma compatibilidade com os dias atuais do mundo em que estamos vivendo.

Ao longo desse período, Srª Presidente, Srªs e os Srs. Senadores, muitas audiências públicas foram feitas, com debates intensos envolvendo não apenas as Srªs e os Srs. Senadores que tiveram interesse no assunto, mas também quadros técnicos do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento, do Tribunal da União, e somos unânimes na avaliação de que a Lei nº 4.320, de 1964, que está completando 52 anos de idade, precisa ser revista à luz da nossa realidade.

Quero ressaltar, inicialmente, que esse projeto não está sendo, portanto, pensado à luz das circunstâncias e da conjuntura atual. Tampouco é um projeto endereçado a qualquer tipo de conjuntura. Trata-se do aperfeiçoamento do marco legal fundamental para o exercício eficiente das atividades de todo o setor público do País. Ou seja, ele envolve não apenas a União, mas também Estados e Municípios.

Eu não acredito que vamos encontrar no Brasil especialista que defenda a manutenção da Lei nº 4.320. Essa lei, portanto, no tempo, precisa ser aperfeiçoada, e é o que nós estamos propondo em nosso relatório, a partir da boa iniciativa do Senador Tasso Jereissati.

Em maior ou menor escala, os governos, no plural, de uma forma ou de outra, desse ou daquele partido, adoram um orçamento fictício. Adoram. Uns usam mais, outros usam menos, uns usam com menos criatividade, outros usam com mais, uns são mais responsáveis do ponto de vista da disciplina fiscal, outros, menos, mas a verdade é que a conjuntura está nos impondo um encontro com a verdade, e me parece absolutamente inadiável, Srª Presidente, que nós devemos, aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, debater, enfrentar esse projeto e deliberar sobre ele.

Srª Presidente, nós estamos, agora, em 2016, consignando em nosso Orçamento R$180 bilhões de restos a pagar, ou seja, compromissos que foram feitos em orçamentos anteriores e que estão sendo contabilizados. Para que possamos ter uma ideia, isso representa algo como três vezes o orçamento de investimento do Orçamento Geral da União em todo o País. São três anos de investimento que nós estamos consignando em restos a pagar, o que não é absolutamente ilegal, é legal, mas eu acho que nós precisamos aperfeiçoar essas regras, porque, na prática, nós estamos convivendo com três orçamentos em um.

O projeto, enfim, buscou dividir as atribuições da Lei de Responsabilidade Fiscal de tal forma que praticamente não necessitará de modificações ou adaptações na Lei de Responsabilidade Fiscal. Ou seja, ele foi concebido em torno desse guarda-chuva. Assim, as regras fiscais propriamente ditas ficam com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Essa nova lei cuida do processo de gestão do ciclo orçamentário. Trata-se de uma medida estruturante para as finanças públicas e que vai justamente complementar a Lei de Responsabilidade Fiscal, objetivando racionalizar a gestão das finanças públicas, melhorar a qualidade do gasto público e reforçar os princípios necessários da disciplina fiscal, que, a meu juízo, precisam ser princípios universais.

A nova lei, longa e complexa, aborda várias frentes do processo de planejamento e orçamento não apenas da União, mas também de Estados e Municípios. Ao todo, o nosso substitutivo contém 93 artigos, que tratam de todas as etapas do planejamento, da elaboração e também da execução, assim como da contabilidade e do controle. Foi fruto de um trabalho conjunto, como eu disse aqui anteriormente, com quadros técnicos de excepcional qualidade da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do TCU, do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento, com contribuições as mais diversas, inclusive de técnicos de governos subnacionais.

O substitutivo teve a preocupação de endereçar medidas para resolver as seguintes questões e desafios: desarticulação do planejamento público para a alocação de despesas públicas considerando critérios de médio prazo; orçamento irrealista com despesas para além da capacidade fiscal do Estado; gestão fiscal na boca do caixa, com acúmulo elevado de restos a pagar, como evidenciamos aqui anteriormente; insegurança jurídica com legislação de caráter permanente sendo repetida anualmente nas leis de diretrizes orçamentárias; falta de convergência aos padrões e melhores práticas internacionais.

A nova lei, portanto, exige que o PPA seja simplificado e compatível com o programa, inclusive, do candidato eleito ao cargo do Executivo. Ademais, antecipa os prazos de envio e apreciação do PPA para torná-los iguais aos da Lei de Diretrizes Orçamentárias e exige que os entes com mais de 200 mil habitantes explicitem a estratégia fiscal prospectiva de dez anos adiante.

Ou seja, estamos criando uma compatibilidade entre os governos que são eleitos de forma legítima, com o voto popular, e que, ao se elegerem, são obrigados a fazerem suas gestões com PPAs de outros governos. Estamos indicando que esse PPA, evidentemente, seja o norte, seja a bússola da Lei de Diretrizes Orçamentárias. É preciso que haja plena compatibilização.

É necessário também que, de uma vez por todas, entendamos que a disciplina fiscal ou nossas metas fiscais não são apenas um desafio e um objeto do Governo Federal. Elas precisam ganhar, sobretudo, Brasil afora, capilaridade, para que essa cultura possa ser revista em todos os níveis federados, e estamos propondo que possamos começar esse trabalho de maneira graduada e transitória nos Municípios que tenham mais de 200 mil habitantes e que já disponham de uma estrutura organizacional.

A lei prevê a criação do Sistema Nacional de Investimentos Públicos e de Bancos de Projetos, exigência válida para os entes da Federação com mais de 200 mil habitantes. O objetivo é que normas gerais harmonizem na Federação as etapas de formulação, seleção, implementação, avaliação e monitoramento das iniciativas e dos projetos de investimento.

Os bancos de projetos serão sistemas informáticos georreferenciados, com acesso público, constituídos por projetos de investimentos que receberam parecer técnico pela aprovação, trazendo informações que permitam o monitoramento e o acompanhamento da execução desses investimentos. Salvo algumas exceções, para que seja inserido na Lei Orçamentária, um projeto de investimento precisa, antes, constar do banco de projetos do ente.

Ou seja, estamos reforçando a etapa de prevenção e de planejamento, dada a sistemática presença, no Estado brasileiro, em todos os níveis, da descontinuidade das iniciativas.

Na minha visão, começaríamos a estruturação dessa organização nos 143 Municípios com população superior a 200 mil habitantes – de todos os nossos Municípios, apenas 143 têm mais de 200 mil habitantes – e partiríamos depois para os demais entes federados.

Vamos ser sinceros, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores: o povo brasileiro, o contribuinte brasileiro não aguenta conviver por muito tempo mais com uma carga tributária de uma dimensão como essa sem que lhe sejam oferecidos serviços de qualidade compatível. Ou seja, precisamos, na prática, fazer mais com menos, e o melhor caminho para fazermos mais com menos é a utilização das ferramentas de planejamento.

Exige-se, na Lei de Responsabilidade Orçamentária, o quadro fiscal de médio prazo, indicando o espaço fiscal para novos gastos, de forma a impedir que se assumam novas obrigações sem previsão de financiá-las.

Além disso, a LDO definirá a previsão de receita que deverá constar na Lei Orçamentária, quebrando os incentivos que existem hoje. Nós Congressistas elevamos artificialmente a previsão de receita para colocar emendas, trazendo maior realismo ao Orçamento. Sem as receitas artificiais, espera-se o amadurecimento das discussões do Orçamento entre os Poderes, cabendo ao Parlamento apontar onde devem ser cortadas despesas para que as metas fiscais sejam alcançadas.

Quanto à Lei Orçamentária, passa-se a exigir um quadro anexo que contenha as estimativas de desembolso para cada projeto de investimento plurianual, demonstrando o impacto futuro das decisões hoje aprovadas. Atualmente, os projetos de investimentos novos competem no Orçamento com os projetos em execução, gerando as chamadas obras inacabadas, interrompidas por falta de recursos, evidentemente como consequência da ausência de um planejamento integrado.

Neste nosso substitutivo que oferecemos à proposta do Senador Tasso, exige-se que as obras já em execução tenham prioridade sobre as obras novas. Não é possível que as obras que se iniciaram fiquem pelo meio do caminho e que se comecem obras novas, num absoluto desrespeito ao esforço do contribuinte brasileiro.

O projeto também altera os prazos de envio dos projetos da LOA para as assembleias estaduais, 15 de setembro, e municipais, 30 de setembro, objetivando que os entes já saibam o montante de transferências que irão receber e façam o seu próprio orçamento em bases realistas.

Na execução orçamentária, exige-se o fortalecimento do mecanismo criado na Lei de Responsabilidade Fiscal que restringe a inscrição de despesas em restos a pagar. Está previsto que o governante só poderá fazer a inscrição se tiver saldo suficiente em caixa em todos os anos do seu exercício. O objetivo aqui é restringir a assunção de obrigações sem que haja disponibilidade financeira para honrá-las.

Na área de contabilidade, onde a Lei nº 4.320 está bem desatualizada, deixa-se claro que o objetivo da contabilidade aplicada ao setor público será o patrimônio do ente, movimento recentemente iniciado no Brasil. A ideia é que o órgão central de contabilidade da União estabeleça normas específicas com base nos princípios emanados do Conselho Federal de Contabilidade, conforme padrões universais internacionais, e que sejam ratificadas por conselhos de gestão fiscal, previstos, inclusive, já na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Na área de controle, o projeto exige que instituições sejam responsáveis pela comprovação do emprego de recursos de transferências recebidas, independentemente de quem esteja à frente da sua administração, com direito de regresso.

Quanto à avaliação das políticas públicas para a União, a criação ou alteração de programa de ajuda estatal ao desenvolvimento de empresas será condicionado à avaliação de sua estrutura conceitual e à existência de estratégia de avaliação.

Dessa forma, Srªs e Srs. Senadores, está claro que esse projeto tem um caráter estruturante para melhorar a gestão das finanças públicas no País e, portanto, a meu juízo, deve ser visto dentro de uma perspectiva suprapartidária.

Ou seja, nós não estamos aqui diante de um projeto que possa interessar ao Governo ou à Oposição. O que nós estamos tentando fazer é incorporar novos métodos, ferramentas de organização do Estado brasileiro que possam gerar uma conexão e uma ponte mais objetiva com o contribuinte brasileiro, de modo a iniciar um processo de disciplina em relação a esses campos todos.

O setor público no Brasil está absolutamente desorganizado, e não vai aqui nenhuma crítica, sinceramente, à conjuntura, Srª Presidente. Esse é um fato da vida real, e a vida não é como eu ou como nós gostaría-

mos que ela fosse. Ela é como é! De forma demasiada, o Brasil tem empurrado com a barriga o enfrentamento de um conjunto de problemas que só está se acumulando e apresentando como consequência uma maior desorganização. E isso é, de certa forma, vergonhoso para todos nós, porque nós precisamos, de uma forma ou outra, justificar a existência do Estado brasileiro diante da elevada carga tributária. O Estado brasileiro tem dívidas altíssimas com a sociedade, e uma delas, quero crer, é esta: o seu nível de organização.

Nós não estamos aqui propondo que esse projeto seja uma bala de prata para a conjuntura fiscal. Não, não é isso. Nós estamos propondo uma forma de melhor organizarmos as nossas finanças públicas em todo o seu ciclo, do planejamento à execução, ao monitoramento e ao controle, sobretudo com enormes ferramentas de transparência.

A única certeza que tenho, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é que não temos o direito de continuar como estamos, porque, onde estamos, estamos mal demais.

É uma síntese, Srª Presidente, dos princípios, dos valores, das metas que estamos incorporando em nosso substitutivo, evidentemente cumprimentando o Senador Tasso Jereissati, como autor dessa iniciativa.

Nós estamos submetendo, portanto, à Comissão de Assuntos Econômicos essa proposta, para que possamos deliberar sobre esse material.

Esse projeto não é terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos, mas eu acho que o Senado da República dará uma grande contribuição à organização das finanças públicas se nós evoluirmos no enfrentamento desse projeto.

Muito obrigado a S. Exª e aos Srs. Senadores.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Pela ordem, para discutir.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Srª Presidenta, eu quero concordar com o autor e o Relator sobre a necessidade de atualizar a Lei nº 4.320, de 1964. De lá para cá, já tivemos uma emenda constitucional que foi, na verdade, uma nova Constituição, nos anos 60, e tivemos a Constituição cidadã de 1988. Portanto, essa norma de 1988 traz uma série de controles da sociedade, dos órgãos públicos, do Estado nacional, e a Lei nº 4.320, por ser anterior, não atende esses pré-requisitos. Da mesma forma, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é do início deste século XXI, traz uma série de conceitos, de preceitos e de controles que têm choque direto com a Lei nº 4.320. Portanto, quero parabenizar o autor e o Relator pela oportunidade de atualizar esse arcabouço jurídico.

Quero lembrar também que, se não for atualizada a Lei de Execução Fiscal, que é dos anos 70, aqui vamos pouco andar, porque hoje nós temos, só da União, R$1,2 trilhão em execução fiscal federal, e leva-se, em média, 12 anos para que esse processo chegue ao final, e temos no Carf, que é o conselho dos contribuintes, algo em torno de R$650 bilhões, e leva-se ali, em média, oito anos.

Portanto, aqueles que fazem planejamento tributário levam em torno de 20 anos para recolher os seus tributos, enquanto os demais contribuintes pagam em dia ou em um curto espaço de tempo. O grave problema no Brasil não é apenas de controle, mas também porque alguns não pagam impostos. Não são mais de 4 mil os contribuintes que estão nessa ciranda. É por isso que nós precisamos de, com a mesma urgência com que vamos cuidar da lei de controle, cuidar também da lei de arrecadação, porque temos algo em torno de R$2 trilhões de tributos já identificados pela Receita Federal do Brasil – não estou falando do Pacto Federativo, mas especificamente da União –, e esses R$2 trilhões dão algo em torno de 40% do Produto Interno Bruto, quase o tamanho da nossa dívida.

Esses devedores nunca pagaram impostos. Eles utilizam esse artifício, que se inicia pelo Carf. A Operação Zelotes está cuidando disso. Tivemos aqui, no Senado Federal, uma comissão parlamentar de inquérito para tratar disso pouco divulgada, porque aqueles que fazem isso são também aqueles que financiam as campanhas eleitorais e as propagandas de televisão e não pagam seus impostos. Nesse período, você tem vários Refis e tem um conjunto de normas, mas, quando eles não conseguem impedir o seu recolhimento, eles matam a empresa. Portanto, nós temos aqui esses R$2 trilhões, cuja arrecadação foi identificada como de difícil recebimento, porque uma parte, lamentavelmente, mata a empresa quando chega a hora de pagar.

Por isso, quero parabenizar os autores e, ao mesmo tempo, conclamar esta Comissão para que a gente possa enfrentar essa questão da Lei de Execução Fiscal.

Como resultado da CPI do Carf, o nosso Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, criou um grupo de trabalho de juristas, presidido pelo Superior Tribunal de Justiça, para apresentar um novo projeto de atualização do Carf, para que esses devedores contumazes dos impostos da União possam também recolher, como fazem os demais empreendedores do Brasil.

Quero pedir vista, até porque são 93 artigos, um trabalho de fôlego, muito importante, para que a gente possa aprofundar esse debate na próxima reunião.

Meu nobre Relator e meu nobre autor, é muito mais para que eu possa contribuir com o debate na próxima semana e possamos continuar a discussão.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Concedido vista ao Senador Pimentel.

Com a palavra o Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Vista coletiva.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Vista coletiva.

Nós não temos mais assuntos em pauta.

Com os Senadores Relatores presentes, vamos passar aos requerimentos.

Antes, eu gostaria de parabenizar o Senador Tasso Jereissati...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidenta, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Embora haja um encaminhamento, eu queria ver não seria possível alguém fazer a relatoria *ad hoc* do PLS nº 8, de 2012, porque eu gostaria de pedir vista desse projeto, em função de ele ter *link* direto com a base social com a qual eu milito...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Qual é o item, Senador?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – É o item 4.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Item 4.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Como não estarei aqui na semana que vem, em virtude de uma viagem internacional, eu queria ver se seria possível haver uma relatoria *ad hoc* e a possibilidade de eu pedir vista.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu acho que estamos com a Comissão já esvaziada e com uma sessão no plenário do Congresso. Sugiro ao senhor... Eu falo com o Senador José Medeiros para ver se é possível que ele coloque o relatório na sua volta.

Então, suspendemos esse item e colocamos o relatório quando V. Exª voltar.

É o seguinte o item adiado:

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, de 2012
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, para dispor sobre a distribuição entre os estados de recursos públicos federais para a agricultura familiar e para os empreendimentos familiares rurais.

Autoria: Senador Ciro Nogueira
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: Favorável ao projeto.
Observações:
1. A matéria será apreciada pelas Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; e, em decisão terminativa, de Agricultura e Reforma Agrária.)

Eu vou ler os requerimentos.

Antes, parabenizo o Senador Tasso e o Senador Ferraço pela iniciativa. Nós precisamos realmente modernizar a Lei nº 4.320. Esse é um esforço que devemos fazer, independentemente de posições políticas ou do Governo que está aí.

Aliás, a gente está fazendo essa construção na Lei de Responsabilidade das Estatais, de que o Senador Tasso é Relator. Avançamos em muitos pontos. É óbvio que podemos não concordar em alguns, e nos que não concordarmos iremos discutir, mas não tenho dúvida de que esses instrumentos, de que essas legislações são fundamentais para melhorarmos a governança da administração pública brasileira.

Então, também quero...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – ...participar ativamente dessa discussão.

Falarei com o Senador Pimentel e com o Senador Donizeti para que possamos nos integrar.

Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu quero parabenizar pela iniciativa da lei, pelo relatório minucioso do Senador José Medeiros, e fico com a preocupação, até porque ainda não conheço o substitutivo, que vou procurar conhecer em profundidade, porque, do meu ponto de vista, PPA, LDO e LOA não dão conta de um projeto de Estado.

Um projeto de Estado precisa ter planejamento de longo prazo com visão de longo prazo. E é preciso que no art. 165 da Constituição brasileira a gente acresça... E tem um projeto de lei da nossa autoria tramitando, se não me engano na Comissão de Constituição e Justiça, já com relatório favorável do Senador Lindbergh Farias, que trata de incluirmos o planejamento estratégico de longo prazo com visão mínima de 20 anos.

Então, vou, na vista coletiva, procurar compreender esse substitutivo, ver se é possível alguma emenda que possa dar conta disso que estou colocando, porque, do meu ponto de vista, precisamos discutir que país queremos construir para os próximos 30 anos, quanto custa construir esse país e quem paga a conta da construção desse país.

Se não respondermos a essas perguntas, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, faremos um remendo atrás do outro para superar problemas conjunturais e não estaremos tratando da questão macro do planejamento de longo prazo.

Nesse sentido, gostei muito da ideia do projeto, achei o relatório do Senador muito detalhado, e vamos nos debruçar sobre isso para debater que país queremos entregar para os próximos 30 anos, para entregar para a próxima geração, quanto custa construir esse país e quem paga essa conta.

Obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu que agradeço, Senador Donizeti.

Sobre a mesa, três requerimentos para leitura, para deliberarmos sobre eles na próxima reunião.

EXTRAPAUTA
ITEM 24
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 3, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater a grave crise financeira que os estados brasileiros atravessam, bem como discutir as propostas do Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal do governo federal. Para tanto, recomenda-se a presença dos seguintes convidados: Dyogo Henrique de Oliveira, secretário-executivo do Ministério da Fazenda; Ana Paula Vitali Janes Vescovi, secretária de Estado da Fazenda do Espírito Santo; Ana Carla Abrão Costa, secretária de Estado da Fazenda de Goiás; José Roberto Afonso, pesquisador do Ibre-FGV; Mansueto Almeida, pesquisador do IPEA; e Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

EXTRAPAUTA
ITEM 25
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 4, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para explicar o processo de deterioração fiscal que o país vive e quais são as medidas que o governo federal pretende adotar para estabilizar a trajetória ascendente de endividamento do setor público. Para tanto, recomenda-se a presença do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, Nelson Henrique Barbosa Filho.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

O Sr. Ministro Nelson Barbosa, como nós já discutimos aqui, deve estar conosco no dia 29 ou na primeira semana de abril.

O terceiro requerimento é de autoria do Senador Roberto Rocha. Como S. Exª não se encontra presente, assim como quem o subscreveu, nós deixaremos para ler o requerimento na próxima reunião da CAE, conforme determina o Regimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Antes, eu gostaria de perguntar a V. Exª porque, como não há controvérsia em relação a esses requerimentos, não votamos esses requerimentos de uma vez. Não há controvérsia, são requerimentos convergentes. Ganharíamos tempo, por economia processual, e aceleraríamos os nossos contatos com a possibilidade de constituição dessas agendas. Se V. Exª assim entender, faremos assim; senão, votamos na próxima quarta. Seria apenas para economia processual.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Há um ato da Comissão. Obviamente, só estamos nós dois aqui, na Comissão. Eu penso que não haveria problema, mas não sei se seria bom colocarmos em votação sem a presença dos demais Senadores. O ato diz que teriam de ser lidos nesta reunião e votados na próxima. V. Exª pede...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – É verdade, mas exceções existem.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu penso que, inclusive, em relação à vinda do Ministro Nelson não há nenhum problema, porque S. Exª já se dispôs a vir aqui. Então, nós poderíamos já colocar em votação esse requerimento. Não vejo problema.

Quanto ao segundo, como há um número maior de convidados, não sei se há algum outro Senador que possa querer fazer sugestão também.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Se, eventualmente, algum Senador quiser incorporar outro nome, é sempre muito bem-vindo, porque, na prática, trazer a realidade dos Estados brasileiros para a Comissão de Assuntos Econômicos me parece um tema inadiável. Hoje, Srª Presidente, o Governador Pezão, do Estado do Rio de Janeiro, está anunciando que não sabe nem como nem quando vai pagar a folha de pagamentos do mês de fevereiro. E olha que nós estamos falando de um dos mais importantes e poderosos Estados do nosso País! Então, esse me parece ser um tema que interessa a todos nós, na medida em que é visível a deterioração das finanças dos Estados brasileiros, lembrando que somos nós, Senadores, constitucionalmente, representantes dos Estados aqui, no Congresso brasileiro. É o apelo que faço a V. Exª, apenas com um propósito: ganharmos tempo.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Não havendo objeções, coloco em votação os dois requerimentos apresentados pelo Senador Ricardo Ferraço.

Os Senadores que concordam com a aprovação permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 44 minutos.)

ATA DA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2016, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dez minutos do dia quinze de março do ano de dois mil e dezesseis, na sala número dezenove da Ala Alexandre Costa, sob a presidência da senadora Gleisi Hoffmann, presidenta, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Telmário Mota, José Pimentel, Paulo Rocha, Cristovam Buarque, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, José Agripino, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Lúcia Vânia, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, José Medeiros, Douglas Cintra, Marcelo Crivella, Wellington Fagundes, Eduardo Amorim, Elmano Férrer e Blairo Maggi. Deixam de comparecer os senadores Donizeti Nogueira, Lindbergh Farias, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Roberto Requião, Omar Aziz e Davi Alcolumbre. A presidência declara aberta a reunião, submetendo à comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 4ª reunião, que é aprovada. A presidenta comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 12 de 2016 (Aviso nº 135-GP/TCU), de 8 de março de 2016, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia, em mídia digital, do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC-025.893/2014-9, na sessão de 24/2/2016, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam; Carta da Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil do Estado do Mato Grosso, de 24 de novembro de 2015, encaminhando manifestação sobre o Projeto de Lei do Senado nº 275 de 2012; Ofício nº 500/2015/Congemas, de 19 de novembro de 2015, do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social, encaminhando manifestação sobre proposta de redução dos recursos do Programa Bolsa Família em 2016; Ofício nº 17/2015, de 9 de dezembro de 2015, do Parlamento Metropolitano - RMC, encaminhando moção de iniciativa da Câmara Municipal da Estância Climática de Morungaba, São Paulo; Ofício nº 0125/2016/S/CMV/SB, de 16 de fevereiro de 2016, da Câmara Municipal de Vereadores de São Borja, Rio Grande do Sul, encaminhando moção de apelo solicitando a prorrogação do prazo para equacionamento do déficit atuarial dos municípios com seus Regimes Próprios de Previdência Social de Servidores Públicos; e Ofício nº 129/2016-CMM, de 17 de fevereiro de 2016, da Câmara Municipal de Mococa, São Paulo, encaminhando manifestação em relação à defasagem da tabela do Imposto de Renda. Os expedientes serão encaminhados aos membros da comissão por meio de ofício circular. A presidência inicia a apreciação dos itens constantes da pauta. **Item 1 -** Mensagem (SF) nº 19 de 2016, não terminativo, de autoria da presidente da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até USD 59,050,000.00 (cinquenta e nove milhões e cinquenta mil dólares norte-americanos), de principal, entre o município de São Bernardo do Campo, estado de São Paulo, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - Bid, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Fortalecimento do Sistema Único de Saúde de São Bernardo do Campo", tendo como relator o senador José Pimentel, que oferece relatório favorável nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os senadores Alvaro Dias e Ronaldo Caiado. A presidenta da comissão, senadora Gleisi Hoffmann, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **Item 2 -** Projeto de Lei do Senado nº 201 de 2015, não terminativo, de autoria do senador Hélio José, que "dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica por fonte primária renovável, sobre a definição dos grupos e classes tarifárias, recepciona o Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios (Prodeem) e redireciona o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), cria novas fontes de financiamento da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE), dá novas redações às leis de nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e de nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências", tendo como relator o senador Walter Pinheiro, que oferece relatório favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os(as) senadores(as) Fernando Bezerra Coelho, Lúcia Vânia, José Pimentel, Ataídes Oliveira e Alvaro Dias. A presidenta da comissão, senadora Gleisi Hoffmann, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **Item 3 -** Projeto de Lei do Senado nº 504 de 2013, não terminativo, de autoria do senador Wilder Morais, que "altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre a desapropriação por utilidade pública, para dispor sobre a desapropriação para reparcelamento do solo", tendo como relator o senador Cristovam Buarque, que oferece relatório favorável ao projeto. Após a leitura do relatório, usa da palavra o senador Marcelo Crivella. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa. **Item 5 -** Projeto de Lei do Senado nº 31 de 2015, não terminativo, de autoria do senador Alvaro Dias, que "altera as Leis nos 6.360, de 23 de setembro de 1976, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para regular o registro e a importação de medi-

camentos órfãos", tendo como relator o senador Ronaldo Caiado, que oferece relatório favorável ao projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os(as) senadores(as) Alvaro Dias, Marcelo Crivella, Waldemir Moka e Lúcia Vânia. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. **Item 6 -** Projeto de Lei do Senado nº 180 de 2010, não terminativo, de autoria da senadora Kátia Abreu, que "acrescenta o art. 41-A a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para estabelecer a exigência de instalação de hidrômetro distinto para medir a água que será utilizada em estabelecimento e que não será lançada na rede coletora de esgoto", tendo como relator o senador Dalirio Beber, que oferece relatório contrário ao projeto. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. **Item 10 -** Emendas de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara nº 167 de 2015, complementar, de autoria do deputado Mauro Mariani, que "altera a Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006", tendo como relator o senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório contrário à Emenda nº 2-Plen oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 167 de 2015 - complementar. A presidenta designa o senador José Pimentel relator "ad hoc" da matéria. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário à Emenda nº 2-Plen oferecida ao PLC nº 167 de 2015. **Item 11 -** Projeto de Lei do Senado nº 463 de 2015, terminativo, de autoria do senador Lasier Martins, que "altera a Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, para estender o prazo para o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional, relativos ao Pasep - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 519 de 2015, terminativo, de autoria do senador Paulo Paim, que "altera a redação do art. 12 da Lei n° 12.810, de 15 de maio de 2013, que dispõe sobre o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.715, de 25 de novembro de 1998, 11.828, de 20 de novembro de 2008, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.222, de 9 de maio de 2001, 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.110, de 25 de abril de 2005, 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e 9.514, de 20 de novembro de 1997; e revoga dispositivo da Lei no 12.703, de 7 de agosto de 2012, para ampliar o prazo dos débitos relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Pasep passíveis de parcelamento", tendo como relator o senador José Pimentel, que oferece relatório pela aprovação do PLS nº 463 de 2015 com uma emenda que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 519 de 2015. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o PLS nº 463 de 2015 com a Emenda nº1-CAE, por treze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção, ficando prejudicado o PLS 519 de 2015, nos termos regimentais. **Item 13 -** Projeto de Lei do Senado nº 311 de 2009, terminativo, de autoria do senador Fernando Collor, que "institui o Regime Especial de Tributação para o Incentivo ao Desenvolvimento e à Produção de Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Reinfa e estabelece medidas de estímulo à produção e ao consumo de energia limpa", tendo como relator o senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 1 a 5-CI, nos termos do substitutivo que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os senadores José Pimentel, Marcelo Crivella e Raimundo Lira. A presidenta da comissão, senadora Gleisi Hoffmann, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **Item 15 -** Projeto de Lei do Senado nº 286 de 2015, terminativo, de autoria do senador Ronaldo Caiado, que "altera o art. 294 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que "Dispõe sobre as Sociedades por Ações", tendo como relator o senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do projeto. Após a leitura do relatório, usa da palavra o senador José Pimentel. A presidenta da comissão, senadora Gleisi Hoffmann, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **Item 17 -** Projeto de Lei do Senado nº 4 de 2007, terminativo, de autoria do senador Alvaro Dias, que "dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de insumos e equipamentos especificados, utilizados na produção de leite", tendo como relator o senador Telmário Mota, que oferece relatório pela rejeição do projeto, ficando prejudicadas as emendas apresentadas. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame.

Foram lidos e serão apreciados posteriormente os seguintes requerimentos: Requerimento n° 5 de 2016, de iniciativa do senador Raimundo Lira, que "requer, com base no art. 58, § 2º, incisos II e V da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, para discutir a proposta de revisão das Condições Gerais de Transporte (CGT) e das regras de aprovação de voos pela Agência Nacional de Aviação Civil, com a presença do diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil, Marcelo Pacheco dos Guaranys; e da coordenadora do Departamento de Relações

Institucionais da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor - Proteste, Maria Inês Dolci"; Requerimento n° 6 de 2016, de iniciativa do senador Roberto Rocha e outros, que "requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta comissão, em conjunto com a Comissão de Constituição e Justiça (Requerimento nº 14 de 2015-CCJ, aprovado na reunião de 19/08/2015) e com a Comissão de Educação, Cultura e Desporto (Requerimento nº 98 de 2015-CE), para debater o Projeto de Lei da Câmara nº 93 de 2014, que institui o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura - Procultura; altera as Leis nºs 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e 9.250, de 26 de dezembro de 1995; revoga as Leis nºs 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 9.312, de 5 de novembro de 1996, 9.999, de 30 de agosto de 2000, 11.646, de 10 de março de 2008, e dispositivos das Leis nºs 8.849, de 28 de janeiro de 1994, 9.064, de 20 de junho de 1995, 9.065, de 20 de junho de 1995, 9.874, de 23 de novembro de 1999, e das Medidas Provisórias nºs 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, e 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; e dá outras providências, com a presença, sem prejuízo da inclusão de outros posteriormente indicados, do ministro da Cultura, Juca Ferreira; do compositor e ex-secretário estadual de Cultura da Paraíba, Chico César; do pesquisador e ex-secretário estadual da Bahia, Albino Rubim; do presidente da Fundação Pedro Calmon, Zulu Araújo; da presidente da Escola Cinema Darcy Ribeiro, Irene Ferraz; do diretor executivo da Rede do Instituto Cidade Viva, Fernando Portella; do produtor cultural, Miguel Gomes; da coordenadora da Agenda 21 da Cultura e referência na área de ballet e dança, Regina Miranda; do diretor de teatro e de tv, Moacyr Goes; da ex-diretora da Casa da Gávea e da Funarte, Myriam Brum; da socióloga, professora da FGV, ex-secretária de Cultura do Estado do Rio de Janeiro e ex-presidente do Ipea, Aspasia Camargo; engenheiro, ator e urbanista, criador do Circo Voador e da Fundição Progresso, o que revitalizou o patrimônio histórico do Recife Antigo, Pelourinho, Porto Geral de Corumbá e hoje atua com a Casa do Empreendedor Urbano (CEU), coletivo de empresas de economia criativa e formação de empreendedores, Marcio Calvão Moura; e da diretora e organizadora do Festrio, Wilma Barbosa". São adiados os demais itens da pauta, a saber: **Item 4 -** Projeto de Lei do Senado nº 195 de 2012; **Item 7 -** Projeto de Lei do Senado nº 326 de 2013; **Item 8 -** Projeto de Lei da Câmara nº 88 de 2014; **Item 9 -** Projeto de Lei do Senado nº 229 de 2009**;** **Item 12 -** Projeto de Lei do Senado nº 12 de 2014; **Item 14 -** Projeto de Lei do Senado nº 390 de 2015; **Item 16 -** Projeto de Lei do Senado nº 203 de 2011; **Item 18 -** Projeto de Lei do Senado nº 62 de 2007; **Item 19 -** Projeto de Lei do Senado nº 121 de 2008; **Item 20 -** Projeto de Lei do Senado nº 444 de 2007. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pela presidenta da comissão, senadora Gleisi Hoffmann, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico.

Senadora GLEISI HOFFMANN
Presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Bom dia!

Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 4ª Reunião.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam queiram, por favor, permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento dos seguintes para seu conhecimento:

Do Tribunal de Contas da União, Aviso nº 12/2016, de 8 de março de 2016, encaminhando cópia em mídia digital do Acordo proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo 025893/2014-9, na sessão de 24/2/2016, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

Correspondências:

Carta da Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil do Estado do Mato Grosso, de 24/11/2015, encaminhando manifestação sobre o Projeto de Lei do Senado nº 275/2012.

Ofício nº 550/2015, de 19/11/2015 do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social, encaminhando manifestação sobre a proposta de redução de recursos do Programa Bolsa Família em 2016.

Ofício nº 17/2015, de 09/12/2015 do Parlamento Metropolitano, encaminhando moção de iniciativa da Câmara Municipal da Instância Climática de Morungaba, São Paulo.

Ofício nº 125, de 16/02/2016 da Câmara Municipal de Vereadores de São Borja, Rio Grande do Sul, encaminhando moção de apelo, solicitando a prorrogação do prazo para equacionamento do déficit atuarial dos Municípios com os seus regimes próprios de previdência social de servidores públicos.

Ofício nº 129, de 17/02/2016 da Câmara Municipal de Mococa, São Paulo, encaminhando manifestação em relação à defasagem da tabela do imposto de renda.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Passamos, então, à nossa pauta de hoje.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Srª Presidenta, se V. Exª concordar, nós poderíamos fazer a leitura dos pareceres e deixarmos para votar tão logo atinjamos o quórum. Assim, adiantaríamos a pauta, se V. Exª concordar.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sem problema.

Então, vamos ao item 1:

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 19, de 2016
- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até USD 59,050,000.00 (cinquenta e nove milhões e cinquenta mil dólares norte americanos), de principal, entre o Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Fortalecimento do Sistema Único de Saúde de São Bernardo do Campo".

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador José Pimentel
Relatório: Favorável nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta.

De acordo com a Resolução nº 43, do Senado Federal, encontram-se presentes, para acompanhar a apreciação da matéria, o Sr. Leandro Espino, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretária do Tesouro Nacional e, representando o Município de São Bernardo do Campo, a Srª Odete Carmen Gialdi, Secretária Municipal de Saúde.

Com a palavra o Relator, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Srª Presidenta desta reunião, Srs. Senadores, Srªs Senadoras:

Relatório

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Município de São Bernardo do Campo (SP), por intermédio da Mensagem nº 19, de 2016, solicitando autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Fortalecimento do Sistema Único de Saúde de São Bernardo do Campo".

A operação de crédito externo pretendida encontra-se com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF), do Banco Central do Brasil (Bacen), sob o número TA711126.

Com efeito, ela será contratada com base na taxa de juros vinculada à Libor, acrescida de *spread* e, de acordo com cálculos da STN, deverá apresentar custo efetivo da ordem de 3,69% a.a., flutuante conforme a variação da Libor.

Análise

De imediato, constata-se que a atual situação de endividamento do Município de São Bernardo do Campo (SP) comporta a assunção de novas obrigações financeiras advindas com a contratação desse novo empréstimo.

Como ressaltado nos próprios pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional, anexos à Mensagem encaminhada ao Senado Federal, o Município de São Bernardo do Campo (SP) atende aos limites definidos nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal. Em particular, os limites definidos nos incisos I, II e III do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, que tratam, respectivamente, do montante anual passível de contratação, do montante máximo de comprometimento da receita corrente líquida com amortizações, juros e demais encargos financeiros da dívida consolidada e do montante da dívida consolidada dos Municípios.

Fundamentada nos parâmetros que ela utiliza para avaliar o risco de a União conceder a garantia solicitada, a Secretaria do Tesouro Nacional entendeu que o Município de São Bernardo do Campo (SP) apresenta capacidade de pagamento suficiente. Embasada em estudo sobre o comprometimento das transferências federais e das receitas próprias do Município, afirma que há disponibilidades financeiras para a cobertura das obrigações advindas do empréstimo, pois as margens disponíveis apuradas são suficientes para cobrir eventual dívida que venha a ser honrada pela União.

Mais ainda, de acordo com a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios da Secretaria do Tesouro Nacional, em sua Nota nº 81, de 8 de junho de 2015, os resultados fiscais obtidos na análise demonstram que o Município possui capacidade de pagamento B+, suficiente para fazer frente à totalidade dos encargos da dívida, considerada inclusive os da operação de crédito pleiteada. Possui, portanto, situação fiscal forte e risco de crédito baixo.

Por fim, quanto às exigências de adimplência, fica destacado no processado que o Município de São Bernardo do Campo (SP) não possui pendências com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos dela recebidos. Quanto à verificação de adimplência financeira do Município em face da Administração Pública Federal e suas entidades controladas, inclusive sobre a prestação de contas dos recursos dela recebidos, nos termos da Resolução nº 41, de 2009, do Senado Federal, a adimplência referida deverá ser verificada por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

Em suma, satisfeitas as condições financeiras estipuladas pelas referidas resoluções do Senado Federal, não há motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização do Senado ao pleito em exame.

Relativamente à garantia da União, cabe destacar a previsão do oferecimento de contragarantias da parte do Município de São Bernardo do Campo (PR), conforme os termos das Leis Municipais nºs 6.360 e 6.365, de 2014, autorizativa da presente operação de crédito. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o Município e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas tributárias de que trata o art. 156, nos termos do art. 167, §4º, todos da Constituição Federal.

Destaque-se, entretanto, que não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Município de São Bernardo do Campo (PR) nos últimos anos.

Portanto, estão sendo observadas as exigências definidas na Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, e no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto às exigências e condições para a prestação de garantia por parte da União.

Em conclusão, a operação de crédito em exame atende às exigências previstas nos arts. 6º, 7º e 21 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, observando, assim, os limites de endividamento nela estabelecidos, assim como o previsto na Resolução nº 40, de 2001, também do Senado Federal.

As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 48, de 2007, e nºs 40 e 43, de 2001, são atendidas pelo Município de São Bernardo do Campo (SP), conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

Volto a registrar, Srª Presidente e Srs. Senadores, que o comprometimento é de B+. Portanto, uma das maiores margens dos 5.570 Municípios do Brasil está com São Bernardo do Campo. Por isso, o pleito encaminhado pelo Município de São Bernardo do Campo encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do projeto de resolução devidamente publicado nesta Comissão e também nas páginas do Senado Federal.

É esse, Srª Presidente, o nosso parecer.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço, Senador Pimentel, a leitura do relatório.

Como havíamos combinado, não temos quórum para fazer a votação – faltam apenas três –, e vamos dar como lido o relatório e deixar aberta a discussão. Assim que tivermos quórum, voltaremos a esse item para deliberação.

Item 2:

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, de 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica por fonte primária renovável, sobre a definição dos grupos e classes tarifárias, recepciona o Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios

(Prodeem) e redireciona o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), cria novas fontes de financiamento da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE), dá novas redações às leis de nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e de nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências.

Autoria: Senador Hélio José
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa.

Temos, por costume na Comissão, por orientação que havia recebido também do Senador Raimundo Lira, que presidiu a CAE, que, quando não estão presentes os relatores dos projetos, fazemos a suspensão, sem apreciá-los, esperando que cheguem à Comissão.

Neste caso, não estão presentes nem o Senador Relator nem o Senador que apresentou o projeto. Então, também, vamos passar o item 2.

Item 3:

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 504, de 2013
- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre a desapropriação por utilidade pública, para dispor sobre a desapropriação para reparcelamento do solo.

Autoria: Senador Wilder Morais
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Favorável ao projeto.
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa.

O Senador Cristovam também não está. O Senador Wilder tinha pedido para designarmos um Relator *ad hoc,* mas seria importante que ele estivesse aqui. Acho que não haveria problemas de se fazer um relatório *ad hoc,* mas é importante o Relator também estar presente à discussão do projeto. Eu até tinha conversado com o Senador Moka para ver a possibilidade. Ele aceitou, mas também deixaríamos esperando sua chegada.

Item 4:

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, de 2012
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para tornar obrigatório o uso de sistema antitravamento das rodas (ABS) nos veículos automotores.

Autoria: Senador Cyro Miranda
Relatoria: Senador Ciro Nogueira
Relatório: Favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CI;
2. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Também não estão aqui nem o autor nem o Relator.

Item 5:

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 31, de 2015
- Não terminativo -

Altera as Leis nos 6.360, de 23 de setembro de 1976, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para regular o registro e a importação de medicamentos órfãos.

Autoria: Senador Alvaro Dias
Relatoria: Senador Ronaldo Caiado
Relatório: Favorável ao projeto.
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Da mesma forma, não estão aqui nem o autor, nem o Relator.
Item 6:

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 180, de 2010
- Não terminativo -

Acrescenta o art. 41-A a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para estabelecer a exigência de instalação de hidrômetro distinto para medir a água que será utilizada em estabelecimento e que não será lançada na rede coletora de esgoto.

Autoria: Senadora Kátia Abreu
Relatoria: Senador Dalirio Beber
Relatório: Contrário ao projeto.
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa;
2. Em 1º/3/2016, foi concedida vista coletiva.

Também não está a autora, nossa atual Ministra da Agricultura, Kátia Abreu, nem o Relator.
Item 7:

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 326, de 2013
- Não terminativo -

Acrescenta ao Título IV da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, o Capítulo VIII-A para dispor sobre o trabalho exercido a distância.

Autoria: Senador Eduardo Amorim
Relatoria: Senador Roberto Requião
Relatório: Favorável ao projeto.
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Também não estão presentes nem o autor nem o Relator.
Item 8:

ITEM 8
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, de 2014
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, para isentar as cultivares de plantas e flores ornamentais de domínio público da obrigatoriedade de inscrição no Registro Nacional de Cultivares - RNC.

Autoria: Deputado Junji Abe
Relatoria: Senador Ronaldo Caiado
Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta.
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Também não está presente o Relator.
Item 9:

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 229, de 2009
- Não terminativo -

Estabelece normas gerais sobre plano, orçamento, controle e contabilidade pública, voltadas para a responsabilidade no processo orçamentário e na gestão financeira e patrimonial, altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a fim de fortalecer a gestão fiscal responsável e dá outras providências.

Autoria: Senador Tasso Jereissati
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
1. A matéria foi apreciada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo);
2. Em 13/4/2010 e 23/9/2015, foram realizadas audiências públicas para discutir a matéria;
3. Em 8/3/2016, foi concedida vista coletiva.

Também não está presente nem o autor nem o Relator.
Item 10:

ITEM 10
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 167, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006.

Autoria: Deputado Mauro Mariani
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Contrário à Emenda nº 2-PLEN oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 167 de 2015 - Complementar.
Observações:
1. Em 16/2/2016, a CAE aprovou parecer favorável ao PLC nº 167 de 2015 com a Emenda nº 1-CAE;
2. Em 24/2/2016, foi apresentada a Emenda nº 2-PLEN, de autoria da senadora Rose de Freitas.

O Relator é o Senador Flexa Ribeiro. Aqui, há também um pedido de relatoria *ad hoc* feito pelo Senador Eunício Oliveira.

Como o autor é o Deputado Mauro Mariani, já discutimos essa matéria e há, pelo que entendi aqui, consenso na Comissão, penso que poderíamos também, nesse caso, ler *ad hoc* o parecer e o deixarmos, junto com item 1, para votação assim que chegar quórum. Se a Comissão concordar, eu pediria para o Senador José Pimentel ler esse relatório.

É o item nº 10, matéria que V. Exª conhece bem. É uma matéria em que há acordo, e o autor não é Senador. O Relator é o Senador Flexa. Se V. Exª pudesse ler o relatório *ad hoc*...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara nº 167, de 2015 - Complementar, foi apreciado por esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), tendo recebido o Parecer nº 9, de 2016-CAE, favorável nos termos da Emenda nº 01 - CAE, de redação. No prazo regimental, foi apresentada a Emenda nº 2 – PLEN, da Senadora Rose de Freitas, ora sob análise.

O PLC estabelece que o Microempreendedor Individual (MEI) poderá utilizar a sua residência como sede do estabelecimento, quando não for indispensável a existência de local próprio para o exercício da atividade.

A emenda n° 2 – PLEN acrescenta, como possibilidades de sede de estabelecimento de Microempreendedor Individual, o uso de escritórios compartilhados ou virtuais.

A autora argumenta que a utilização de escritórios compartilhados ou virtuais como sede de pequenos negócios tem se disseminado cada vez mais, com o intuito de racionalizar custos, ter maior intercâmbio com outros empreendedores e permitir ganho de escala do negócio, que muitas vezes necessita de reduzido espaço físico.

Análise:

Em que pese à meritória intenção da autora de explicitar a possibilidade do uso de escritórios compartilhados ou virtuais como sede de estabelecimento, há que se questionar a necessidade desse aditamento, pois a legislação em vigor não veda tais hipóteses e, como a própria autora aponta, trata-se de práticas já disseminadas.

Temos que considerar, ainda, que caso a emenda seja aprovada, o projeto terá que retornar à Câmara dos Deputados, o que atrasará bastante sua transformação em norma jurídica.

Dessa forma, deve ser rejeitada a Emenda nº 2.

Diante do exposto, votamos pela rejeição da Emenda nº 2 ao Projeto de Lei da Câmara nº 167, de 2015 - Complementar.

Esse é o parecer, Srª Presidente, apresentado pelo Senador Flexa Ribeiro. Quero registrar que essa matéria também está sendo discutida no Projeto de Lei nº 125, que veio da Câmara dos Deputados e faz profunda mudança no sistema do Simples Nacional. Portanto, a rejeição aqui não implica a retirada da discussão da matéria no Congresso Nacional e tem como finalidade, conforme o Senador Flexa Ribeiro, dar celeridade a outra parte do projeto, que é de iniciativa da Câmara Federa. Caso o Senado aprove irá à sanção presidencial.

Por isso, Srª Presidente, subscrevo o parecer, na totalidade, do Senador Flexa Ribeiro.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Pimentel.

Continuamos sem quórum para deliberar, faltando dois Senadores apenas. Deixamos o parecer lido e aberto à discussão. Assim que tivermos quórum, voltamos à matéria.

O próximo item é o 11.

ITEM 11
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 463, de 2015
- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, para estender o prazo para o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional, relativos ao PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.

Autoria: Senador Lasier Martins e Paulo Paim.
Relatoria: Senador José Pimentel.

O projeto é terminativo, portanto, precisamos de quórum para votar.

Consulto a Comissão se podemos dar sequência à leitura do relatório e também aguardar quórum para fazermos a discussão e deliberação.

Com a palavra o Senador José Pimentel, Relator. É o item nº 11. (*Pausa.*)

São dois projetos, um de autoria do Senador Lasier Martins, para estender o prazo para o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional, relativos ao Pasep (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público), e outro de autoria do Senador Paulo Paim, também relativo ao mesmo tema.

Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Relatório.

Vêm ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa, os Projetos de Lei do Senado nº 463, de 2015, e nº 519, de 2015, cujas ementas reproduzimos acima.

Os projetos de lei em comento têm redação praticamente idêntica, com exceção das ementas, do enunciado dos seus arts. 1ºs e do texto das respectivas justificações.

Não obstante essas diferenças periféricas, ambos os projetos tratam de abrir novamente o prazo de adesão ao parcelamento dos débitos relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) de que trata o art. 12 da Lei nº 12.810, de 2013, e de estendê-lo aos débitos vencidos até 30 de junho de 2015. Para tanto, trazem a mesma proposta de nova redação para o referido artigo.

Além do novo prazo, as duas proposições permitem que os débitos cujos fatos geradores tenham ocorrido até a mesma data, que forem apurados posteriormente, possam ser incorporados ao parcelamento, garantindo a inclusão e formalização de novos débitos até o último dia útil do terceiro mês subsequente ao da publicação da lei que deles se originar.

Por fim, os dois projetos estabelecem que a inclusão de novos débitos a parcelamento já vigente ensejará o recálculo das prestações mensais pelo número de parcelas restantes do parcelamento anterior, conforme o novo prazo.

O art. 2º dos dois projetos estabelece que a lei deles resultante entrará em vigor na data da publicação.

Os autores justificam suas iniciativas com base no argumento de que as finanças de Estados e Municípios encontram-se particularmente fragilizadas pela crise econômica pela qual passa o País, sem que tenham prosperado quaisquer medidas efetivas para restaurar o equilíbrio das contas públicas dos entes federados.

Lembram ainda que muitos dos débitos junto ao Pasep têm origem em entendimentos divergentes sobre o cálculo de tributos, que, embora pagos de boa-fé, acabaram não sendo aceitos pela Receita Federal.

Como consequência, tal endividamento acabou se avolumando, inclusive impedindo os entes subnacionais de terem acesso a transferências, empréstimos e avais importantes para manter a saúde financeira de suas administrações.

De fato, consta que somente o Rio Grande do Sul, cuja situação fiscal é reconhecidamente crítica, deve R$388,7 milhões relativos ao Pasep, incluindo multas e juros.

Em 9 de julho, o PLS 463, de 2015, foi distribuído à CAE, em decisão terminativa e, encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Em 10 de agosto, o PLS 519, de 2015, também foi encaminhado à CAE, em decisão terminativa, tampouco tendo recebido emendas no prazo regimental.

No dia 16 de setembro, a Mesa do Senado aprovou o Requerimento nº 1.056, de 2015, de minha autoria, para a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 519, de 2015, e nº 463, de 2015, por versarem sobre matérias análogas.

Em 24 de setembro último, fui designado Relator da matéria.

Análise.

Por se tratar de decisão terminativa, compete à Comissão analisar a matéria quanto à juridicidade, constitucionalidade, técnica legislativa e também quanto ao mérito, nos termos dos arts. 91 , 92, 97 e 99 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Desde já, importa apontar que não se vislumbra óbice jurídico ou constitucional à tramitação dos referidos projetos de lei.

Compete privativamente à União legislar sobre sistemas de poupança, a teor do art. 22, inciso XIX, da Constituição Federal (CF), e, concorrentemente com Estados e Distrito Federal, direito tributário, financeiro e econômico, conforme o art. 24, inciso I, da Carta Magna.

Ademais, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre as matérias de competência da União, especialmente sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas, segundo dispõe o art. 48, inciso I, da CF.

Quanto à técnica legislativa, ambos os projetos encontram-se em acordo com o que preconiza a Lei Complementar (LCP) nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Passemos à análise do mérito.

O Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público foi instituído pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, com o objetivo de arrecadar recursos das administrações públicas federal, estadual, distrital e municipal, para distribuição aos servidores públicos ativos na forma de depósitos em contas bancárias individualizadas. Àquela altura, a participação dos Estados e Municípios era facultativa, a depender de lei específica de competência do respectivo ente, nos termos do art. 8º da referida lei complementar.

Com o advento da Constituição Federal de 1988 (art. 239), os recursos arrecadados passaram a financiar o seguro-desemprego e o abono anual a trabalhadores com remuneração mensal de até dois salários mínimos, o que desestimulou Estados e Municípios a permanecerem vinculados ao programa, uma vez que seus servidores deixaram de usufruir do benefício da adesão.

Ato contínuo, diversos entes passaram a editar legislação no sentido de se excluírem da obrigação de contribuir para o Pasep. Entretanto, o Supremo Tribunal Federal (STF), em diversas oportunidades, consolidou o entendimento de que o programa, entre outros aspectos, tem caráter tributário, e que é obrigatório o pagamento pelos entes federados.

O fato é que, no intervalo de tempo até que tal entendimento fosse fixado, Estados e Municípios deixaram de contribuir para o Pasep, em meio a grande controvérsia jurídica e ocasionando um acúmulo de saldos devedores em relação a esse tributo.

Cabe lembrar que, uma vez que não fosse suspensa a exigibilidade das contribuições, haveria inscrição dos devedores no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), impossibilidade de obtenção de certidão negativa relativa à prova da regularidade fiscal, impedimento de se firmar convênios e inviabilização de financiamentos mediante operações de crédito, além de sujeição à retenção das quotas nos respectivos Fundos de Participação.

A relevância da matéria deu ensejo a diversas iniciativas legislativas que buscaram solução para a quitação das referidas dívidas.

Assim, em maio de 2002, foi editada a Medida Provisória (MPV) nº 38, dispondo sobre o parcelamento de débitos tributários dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive instituindo regime especial de parcelamento da contribuição para o Pasep, que, todavia, perdeu eficácia, mediante ato declaratório do Presidente do Congresso Nacional, decorrido seu prazo de vigência sem conversão em lei.

Posteriormente, foi editada a MPV nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, convertida na Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, que instituiu o parcelamento dos referidos débitos com vencimento até 31 de dezembro de 2002 e opção pelo parcelamento até 31 de dezembro de 2003.

Em 24 de junho de 2008 (Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 446.536 do Paraná, interposto pelo Município de Medianeira), o Supremo Tribunal Federal decidiu, nos termos do voto do Ministro Eros Grau e de outros precedentes, pela exigibilidade da contribuição pelas unidades da Federação, pois a Constituição de 1988 retirou o caráter facultativo, bem assim a necessidade de legislação específica para adesão dos entes estatais ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.

No dia 10 de fevereiro de 2009, o Poder Executivo editou a MPV 457, convertida na Lei nº 11.960, de 29 de junho de 2009, permitindo o parcelamento de débitos de responsabilidade dos Municípios, suas autarquias e fundações, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), nas seguintes condições especiais: em até duzentas e quarenta parcelas mensais, para as contribuições sociais à seguridade social relativas ao empregador e, em até sessenta parcelas mensais, para os débitos relativos às contribuições sociais dos empregados.

Mais recentemente, a Medida Provisória nº 574, de 28 de junho de 2012, estabeleceu medidas para estimular o pagamento de débitos relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas autarquias e fundações. Porém, sua vigência foi declarada encerrada.

Por fim, foi editada a Medida Provisória nº 589, de 13 de novembro de 2012, convertida na Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, que se pretende alterar por meio dos Projetos de Lei do Senado nºs 463 e 519, ambos de 2015.

A Lei nº 12.810, de 2013, por meio do disposto em seu art. 12, estabeleceu a possibilidade de parcelamento dos débitos do Pasep vencidos até 28 de fevereiro de 2013, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa da União, ainda que em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tivessem sido objeto de parcelamento anterior não integralmente quitado.

Ficou ainda estabelecido o seguinte:

> i. a opção pelo parcelamento deveria ser formalizada até 30 de agosto de 2013, na unidade da Receita Federal do Brasil de circunscrição do requerente (§ 3º);
> ii. o parcelamento foi de 240 parcelas a serem retidas no FPE e no FPM e repassadas à União (*caput*);
> iii. a partir da adesão ao parcelamento, ficou vedada qualquer retenção referente a débitos de parcelamentos anteriores incluídos no parcelamento de que trata a lei (§ 3º);
> iv. os débitos parcelados tiveram redução de 100% (cem por cento) das multas de mora ou de ofício, de 50% (cinquenta por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) dos encargos legais (§ 2º); e
> v. os débitos cujos fatos geradores ocorreram até 28 de fevereiro de 2013, que foram apurados posteriormente, puderam ser incorporados ao parcelamento, mediante aumento do número de parcelas, não implicando no aumento do valor das prestações (§ 1º).

Essencialmente, como já se viu, ambas as proposições ora em comento tratam de abrir novamente o prazo de adesão ao parcelamento de que trata o art. 12 da Lei nº 12.810, de 2013, e de estendê-lo aos débitos vencidos até 30 de junho de 2015.

Além disso, permitem que os débitos cujos fatos geradores ocorreram até a mesma data, que forem apurados posteriormente, possam ser incorporados ao parcelamento, garantindo a inclusão e formalização de novos débitos até o último dia útil do terceiro mês subsequente ao da publicação da lei que deles se originar.

Por fim, os dois projetos estabelecem que a inclusão de novos débitos a parcelamento já vigente ensejará o recálculo das prestações mensais pelo número de parcelas restantes do parcelamento anterior, conforme o novo prazo.

Considerando a dificuldade de se levarem adiante medidas que aliviem o fardo financeiro de Estados e Municípios, dada a própria situação delicada das contas da União, a aprovação da matéria se afigura salutar, possibilitando a quitação dos débitos em um ritmo compatível com o nível atual das receitas dos entes subnacionais da Federação.

Há que se lembrar, ainda, que para a Fazenda Nacional é mais vantajoso receber em prazo mais dilatado do que ver a inadimplência sair do controle e a população penalizada pela incapacidade das administrações estaduais e municipais de proverem serviços públicos de nível adequado às suas necessidades.

Finalmente, decorridos já vários meses desde a apresentação das proposições, cabe atualizar o prazo de adesão de que tratam para o dia 31 de dezembro de 2015, o que fazemos por meio de emenda.

Voto:

Diante do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 519, de 2015, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 463, de 2015, com a seguinte emenda, trazendo o prazo para dezembro de 2015.

Por isso, Srª Presidente, estamos dando provimento ao Projeto de Lei nº 463, por ser anterior ao Projeto de Lei nº 519, conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal.

É esse, Srª Presidenta, o nosso voto.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço, Senador Pimentel, Relator da matéria, ao tempo em que lembro que a matéria do item 11 é terminativa e não temos quórum presencial para votá-la. Então, suspendo a discussão, até que tenhamos o quórum presencial.

E gostaria, de acordo com o que já havíamos combinado, voltar aos itens que já foram lidos para que possamos votá-los.

Assim, volto ao item 1, que autoriza a contratação de empréstimo para o Município de São Bernardo do Campo junto ao BID.

O relatório já foi lido pelo Senador Pimentel. A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Apenas para um registro, que, aliás, é reiterado, em outras oportunidades já fiz o mesmo registro.

Já que há uma norma praticada pela Casa de aprovar esses projetos, não há da minha parte nenhuma motivação em colocar qualquer obstáculo, mas eu registro o fato de que há irresponsabilidade no País em relação ao endividamento. O País não consegue mais pagar juros e serviços da dívida, gasta 50% do que arrecada para o pagamento de juros e serviços da dívida e continua autorizando empréstimos externos, ou seja, impulsionando a dívida pública.

Nós não sabemos onde vamos parar dessa forma.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Continua em discussão.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente, o §9º da leitura que foi feita pelo Senador Pimentel deixa claro que o exame de adimplência do mutuário. Aqui diz: "

> Relativamente ao necessário reexame de adimplências de obrigações constitucionais e legais do Mutuário, inclusive as relacionadas com a União e suas entidades controladas, com vistas à concessão da garantia, essas são verificadas mediante análise de documentos e consulta de regularidade fiscal relacionadas com os números de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) dos respectivos órgãos da Administração Direta, notadamente para os efeitos do art. 40, §§ 1º e 2º da Lei Complementar no 101, de 2000; a tal propósito, há pendências em relação ao ente, conforme consulta feita, nesta data, ao Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias.

A propósito, há pendências – em negrito – em relação ao ente, conforme consulta feita nesta data ao Serviço Auxiliar de Informação para Transferências Voluntárias.

Assim, como é de rotina, solicito vista ao processo, com o prazo de uma semana que nos é dado, para que a gente possa, exatamente, esclarecer esse fato.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – De acordo com o Ato nº 1, da CAE, sobre tramitação de matérias de operação de crédito, nós concedemos vista coletiva, já que a resolução assim o determina. Votaremos a matéria na próxima reunião.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Passarei à discussão do item 10, uma vez que o respectivo relatório já foi lido pelo Senador José Pimentel. Depois, nós voltaremos aos demais itens.

A matéria altera o Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte para permitir ao MEI utilizar a sua residência como sede do estabelecimento.

O relatório é pela rejeição da emenda apresentada.

Está aberta a discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Flexa Ribeiro lido *ad hoc* pelo Senador José Pimentel.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Voltamos, agora, ao item 2 da pauta.

Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica por fonte primária renovável, sobre a definição dos grupos e classes tarifárias, entre outras modificações no setor elétrico.

Com a palavra o Relator, Senador Walter Pinheiro, aqui presente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Srª Presidente, esse é um projeto de suma importância, principalmente levando-se em consideração o que já foi sobejamente debatido no último período, por conta dessas modificações profundas ocorridas no setor elétrico ou até na política de desenvolvimento energético do Brasil – e acho que esse é o aspecto mais importante – e lembrando aos pares desta nobre Comissão que esta é uma matéria de caráter não terminativo, mas que tem muito a ver com o debate aqui desta Comissão, em que pese que, no próximo passo, na Comissão de Serviços de Infraestrutura, nós tenhamos condições efetivas até de um detalhamento mais técnico dessa matéria.

Eu entendo que aqui é importante frisar que a matéria trata da questão da compra, pela Eletrobras, do excedente de energia, algo que é fundamental, principalmente levando-se em consideração a parte da chamada geração distribuída, Senadora Gleisi.

A outra parcela é a que determina a questão do fomento, por parte da União, por intermédio da Conta de Desenvolvimento Energético, que é fundamental para o processo de desenvolvimento, principalmente em se tratando do bom debate que todos têm feito sobre as chamadas fontes renováveis.

Ainda, em relação à questão da conexão dos consumidores de baixa tensão com potência instalada e com geração distribuída, apesar de ser esta uma matéria que tem muito a ver com o caráter técnico da conexão, esta conexão representa exatamente a possibilidade de redução de custos e, consequentemente, tratamos aí de tarifa e de uma série de aspectos do custo dessa energia, o que, volto a frisar, é algo afeito a esta Comissão.

Outro aspecto dessa matéria para o qual quero chamar a atenção diz respeito à medição de energia elétrica de baixa tensão. O projeto busca uma definição de que a tensão seja binômia, com a clara separação entre a remuneração do serviço de distribuição e transmissão do fornecimento de energia. Portanto, há o aspecto também fundamental da polêmica sobre a questão da remuneração desses serviços, uma vez que, no Brasil, a gente convive, de forma inclusive salutar, com essa modificação, das relações entre o distribuidor, entre aquele que tem a capacidade de transmitir, e até o aspecto da geração, visto que, em diversas etapas no nosso sistema, nós temos o mesmo gerador assumindo papéis preponderantes na chamada transmissão, vide o caso específico do Nordeste, com a nossa querida Chesf.

Portanto, é um aspecto importante adentrar nessa seara.

Cria o adicional de conexão distribuída para ser pago por todas as unidades consumidoras. Com isso, busca o autor coibir os abusos, mas, ao mesmo tempo, cobrir os custos para conexão de geração distribuída em tensão de até 50kV. Portanto, a ideia é a busca do provimento para custeio por meio também da conta de desenvolvimento, ou seja, da CDE, e da instalação de sistema de geração distribuída.

Quero chamar a atenção, Senador Fernando Bezerra, V. Exª que é também um Senador que tem se envolvido nessa área, para esse debate de geração distribuída, que é um debate que, de certa forma, ganhou o mundo e, necessariamente, nós vamos adentrar aqui nessa posição, espero eu, num curto espaço de tempo, com a expansão principalmente da nossa energia solar, visto que essa é uma experiência patrocinada por dois grandes países que avançaram bastante nessa área, Alemanha e Itália, que fizeram uma revisão considerável na sua matriz.

Outra é a taxa que se refere ao valor de referência do combustível, o uso exclusivo de derivado de petróleo para geração de energia. Aliás, nós vivenciamos isso nesse período próximo passado, na medida em que as nossas termelétricas foram acionadas para suprirem a falta de energia, o que efetivamente até gerou um pouco o que todos nós conhecemos, a chamada remuneração por risco hidrológico. Isso ocasionou um pouquinho a elevação das despesas por parte do Poder Público e principalmente das nossas principais geradoras estatais, na medida em que, para cumprir contratos, uma empresa tipo a Chesf, por exemplo, era quase que obrigada a comprar essa energia gerada pelas termelétricas para ofertar nos lugares onde ela, por conta desse chamado risco hidrológico, estava tendo a impossibilidade de cumprimento dos contratos.

Outro aspecto é o que determina que a Câmara de Comercialização de Energia seja responsável pela gestão dos valores referentes à parcela dos não gerenciáveis, os chamados recursos recebidos pelos consumidores, usuários finais. Portanto, busca aqui também o Relator fazer essa movimentação de maneira a assegurar, por exemplo, que as contas do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, inclusive nos bancos, meu caro

Pimentel, que é um árduo defensor dessa matéria, regionais federais, como maneira de gerenciar essa conta muito mais no aspecto, Senador Pimentel, de desenvolvimento do que somente no aspecto arrecadatório.

Determina, ainda, que os consumidores sejam diferenciados pela tabela de classificação da atividade econômica. Estabelece também como proposta o projeto que a subvenção econômica para fomento à geração e ao consumo tenha prazo finito. Essa é uma forma de a gente ampliar a capacidade de utilização por parte da CDE a partir, principalmente, dos contratos firmados com a Eletrobras, ou seja, prazo de 10 e 20 anos.

Determina que a tarifa para iluminação pública deixe de ser subsidiada. Vai-se fazendo uma redução disso, dando um prazo de cinco anos para transformar em realidade sem que esse impacto possa ser sentido de imediato, principalmente, volto a dizer, para o setor elétrico, que respira agora, particularmente, a partir dessa retomada dos nossos lagos – ainda temos a retomada das chuvas e consequentemente a possibilidade de recuperação do nível satisfatório dos nossos lagos pelo País afora. Mas é importante que essa matéria possa entrar de maneira bem clara na ordem do dia.

Determina também que a União disponibilize recursos financeiros via Banco de Desenvolvimento Econômico e Social, o nosso BNDES, para que os consumidores subsidiados instalem geração própria de energia elétrica, portanto, também ainda buscando fontes de financiamento.

Veda os empreendimentos fotovoltaicos de grande porte que cubram extensa área de terra e que possam prejudicar fauna e flora.

Eu quero chamar atenção para isto, Senador Fernando: essa é uma experiência que eu tive oportunidade de, junto com V. Exª, acompanhar o chamado Intersolar, um dos eventos mais importantes do mundo, evento que debate essa área. Muita gente tomou a decisão de grandes áreas... Eu, inclusive, visitei, Senador Fernando Bezerra, em Almeria, na Espanha, e em outros lugares... E agora fizemos um grande debate no Estado da Bahia sobre quais são os erros dessas chamadas fazendas solares imensas. Até porque, Senadora Gleisi, depois temos um custo elevadíssimo com linha de transmissão para levar essa energia gerada, o tempo para implantação dessas linhas. Ao mesmo tempo, temos o conflito, tanto dessas fazendas imensas quanto das próprias linhas de transmissão, com a nossa fauna e flora.

Portanto, enfrentamos problemas de ordem ambiental, às vezes exagerados, às vezes também corretos, porque acaba causando problemas. Então, mudar para outro viés é fundamental para que se tenha a capacidade de expandir essa nova matriz e, ao mesmo tempo, fazer a chamada relação de convivência dando o tratamento adequado a nossa fauna e flora.

Reformula o Programa de Incentivo a Fontes Alternativas. Trata também da questão do incentivo de competência da União, que, no caso, é especificar o imposto sobre as operações relativas a combustíveis, lubrificantes, energia elétrica e minerais do Brasil.

Aliás, Senador, ontem, eu participava de um debate muito importante sobre a questão mineral e aqui quero fazer um paralelo. Nós descobrimos uma mina de tálio na Bahia. O tálio, hoje, é praticamente utilizado, Senador Pimentel, somente na China e na região do Cazaquistão. A Bahia tem uma mina hoje de tálio. Para quem quiser se localizar: ali na Tabela Periódica, o tálio é um elemento que fica entre o índio e o gálio. É extremamente necessário para a eletrônica e vital na medicina, principalmente nos contrastes e mais vital ainda para os equipamentos de imagem da área de saúde.

No entanto...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Nós importamos isso.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Nós importamos.

E essa mina encontrada, Senadora Gleisi, tem condição de abastecer o consumo mundial...

(Interrupção do som.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu bati aqui sem querer...

(Interrupção do som.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Pronto, liberou.

Senadora Gleisi, hoje essa mina explorada dá para abastecer o consumo mundial durante 6 anos – só essa mina! Portanto, esses nossos recursos minerais precisam ser olhados com um pouquinho mais de carinho e, principalmente, é preciso pensar numa política não só para a extração disso, mas também numa política de beneficiamento e uso desses recursos.

Lembro, a propósito, da sílica encontrada lá na Bahia, em Belmonte, a céu aberto, que é uma das melhores do mundo. Uma sílica, para produzir semicondutores, tem que ter cinco noves, ela tem que ser 99999 depois de tratada. A da Bahia tem quatro pelo menos, ela é 99995 – faltam ainda esses quatro pontinhos.

O projeto estabelece, ainda, o prazo de cinco anos para a subvenção à geração a partir de carvão mineral; elimina a obrigação de que as cotas da CDE sejam proporcionais às vigentes; estipula o limite de 30% da arrecadação da CDE para subvenção às fontes subvencionadas; elimina a possibilidade de que recursos da CDE sejam transferidos à Reserva Global de Reversão (RGR) e à Conta de Consumo de Combustíveis; altera os parâmetros de carga e tensão a serem observados no estabelecimento das metas de universalização de energia elétrica.

Quero me ater basicamente a esse aspecto, mais do que à leitura formal dessa questão, e dizer que opinamos pela aprovação da matéria, inclusive tendo claro o que representa. E deixamos mais claro ainda: este é um projeto que vou ainda, como parceiro, assim como Fernando Bezerra e o próprio autor dessa matéria, vamos ter condição de, amiúde, detalhar esse projeto na Comissão de Infraestrutura.

Espero, inclusive, que, até lá, o Ministério de Minas e Energia, que tem feito críticas e às vezes aparece aqui de última hora para pedir a retirada do projeto, pelo menos, nesse tempo entre a CAE e a CI, procure os Parlamentares para tentarmos receber as comissões, porque no Ministério as pessoas têm muito mais condições e capacidade do que eu para ajudar na elaboração de uma legislação que possa orientar esse importante setor.

Meu voto é pela aprovação com as modificações que apresentei.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço, Senador Walter Pinheiro.

A matéria está em discussão.

Senador Fernando Bezerra pede a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiramente, quero parabenizar o autor, Senador Hélio José, por essa importante iniciativa, apontando para o estímulo e apoio à geração de energia de fontes renováveis. Quero parabenizar o Senador Walter Pinheiro pela qualidade do seu relatório e do seu substitutivo.

Mas gostaria de pedir vista no sentido de poder tentar incorporar novos aperfeiçoamentos.

Quero registrar, inclusive, algo que foi destacado pelo Senador Walter Pinheiro. Na última sexta-feira, na Barragem de Sobradinho, próximo à minha cidade de Petrolina, houve a implantação de um projeto-piloto que está sendo levado a efeito pelo Ministério de Minas e Energia. Tivemos a oportunidade de receber o Ministro Eduardo Braga, que já vinha da instalação do projeto-piloto na Usina de Balbina, de aproveitamento da geração de energia colocando painéis solares na superfície dos lagos. E eu gostaria justamente de aprofundar mais a análise nesse substitutivo porque penso que esses projetos-pilotos podem ser a base de um programa muito mais amplo, especificamente para o Nordeste brasileiro.

Nós temos um problema sério porque temos grandes barragens, grandes reservatórios e um dos problemas dessas grandes barragens é a evaporação da água que ocorre. E esses painéis solares podem reduzir, e muito, a evaporação nas superfícies desses grandes lagos, sobretudo em um Estado como o Ceará, que tem barragens de grande volume, de grandes espelhos d´água, como o caso da Barragem do Castanhão, a Barragem de Orós e tantos outros lagos e barragens que foram construídas pela Codevasf ou pelo DNOCS.

Então, a ideia do meu pedido de vista é poder saber se, de fato, os estímulos que estão aqui sugeridos pelo autor, Senador Hélio José, e pelo Relator, Senador Walter Pinheiro... Se não poderíamos incorporar já novos passos que estão sendo dados pelo Ministério de Minas e Energia para que possamos ter aqui uma indicação nesse relatório, nesse substitutivo, de mecanismos e estímulos mais explícitos para essa iniciativa que ora se inicia e que é muito promissora para o Nordeste brasileiro.

Quero lembrar, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que hoje as águas do São Francisco, 70% delas, são destinadas à produção de energia. E apenas 30% vão para o consumo humano e para a irrigação. E a irrigação do Semiárido nordestino brasileiro é responsável por emprego, renda e importantes transformações.

Então, penso que essa iniciativa que está se apresentando com esses dois projetos-pilotos, na Usina Balbina e no Lago de Sobradinho, na Hidrelétrica de Sobradinho, podem ser bastante ampliados e, por isso, eu não queria perder a oportunidade de aprofundar a análise para que pudéssemos sinalizar um apoio a esse programa que está se iniciando.

Portanto, solicito vista ao substitutivo do Senador Walter Pinheiro.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Está concedida vista.

Antes, pela ordem, Senadora Lúcia Vânia, que havia pedido e, depois, o Senador Pimentel.

Ainda temos inscritos os Senadores Ataídes e Alvaro Dias.

Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Srª Presidente, serei rápida. Apenas para cumprimentar o Senador Walter Pinheiro e o Senador Bezerra por pedir vista, porque acho que é um projeto que merece realmente uma análise.

Quero cumprimentar o Senador Walter Pinheiro pelo relatório, principalmente porque se trata de uma questão de ajuste do sistema.

Acho que essas medidas todas elencadas aqui são as que vêm corrigir uma série de distorções dentro do próprio sistema.

O que eu queria perguntar ao Senador Walter Pinheiro é em relação ao art. 17, que reformula o programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica, inclusive revogando a isenção concedida aos consumidores de baixa renda no seu custeio, estabelecendo novas regras para a segunda fase desse programa. Eu gostaria de ter pelo menos uma visão de quais seriam essas regras.

Já que se pediu vista, se V. Exª achar por bem a gente discutir isso futuramente, não tem o menor problema.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pela ordem, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Srª Presidente, quero saudar o Senador Walter Pinheiro pelo seu parecer e suas preocupações. Evidentemente, um tema como esse que inova profundamente a nossa matriz energética requer um debate maior. Por isso, o Senador Fernando Bezerra está pedindo vista. Eu quero também pedir vista coletiva e adiantar que, hoje, o Ceará já tem energia suficiente para o seu abastecimento, através do sistema eólico.

O Rio Grande do Norte também vai no mesmo caminho. E agora, com a energia solar principalmente utilizando o espelho d´água das nossas barragens, dos nossos açudes, que já são terras públicas, não vamos fazer novas desapropriações. Nós temos os nossos canais. Temos o canal da integração que vai do Castanhão a Fortaleza e de Fortaleza a Pecém. São mais de 200km de canal já construído. E o abastecimento da região metropolitana de Fortaleza é fruto desse canal.

Podemos perfeitamente, ao longo desse canal, ter esse sistema de placas a que o nosso Senador Fernando Bezerra aqui faz referência, que além de gerar energia vai evitar a sua evaporação. Esse canal é programado para transportar algo em torno de 26m^3/s e, nesse período de seca, do qual que estamos iniciando o quinto ano, ele está com 5m^3/s a 6m^3/s e vai até Pecém, o nosso porto onde há uma zona de exportação, um parque industrial que vai consumir muita energia, e aqui pode haver uma fonte limpa para complementar esse setor. Sem esquecer as várias barragens médias e grandes que estão em todos os Estados da Região Nordeste, tendo como principal delas a Barragem de Sobradinho; mas está em várias outras barragens.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – E nós precisamos aprimorar essa tecnologia, esses projetos pilotos que estão sendo lançados. Isso é fundamental para que a nossa academia, as nossas universidades possam melhorar. Por exemplo, o nosso Castanhão, além de ser um excelente reservatório de água, é também um grande produtor de tilápia. Como nós podemos ter um projeto de geração de energia solar sobre esse grande lago, mas ao mesmo tempo permitindo a continuidade da produção de tilápia, para que os piscicultores que ali trabalham possam se movimentar por baixo dessas placas sem ter graves problemas de saúde?

Portanto, é um projeto muito importante, fundamental para nós. E as águas na nossa região, que hoje geram energia, seriam destinadas ao abastecimento humano, animal, e também à geração de fruticultura.

Por isso, Srª Presidenta, a vista é necessária e a estamos apoiando.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Concedida vista coletiva.

Ainda estão inscritos os Senadores Ataídes Oliveira e Alvaro Dias sobre essa matéria. Eu indago os Senadores se querem fazer uso da palavra.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu vou ser bem breve, Senadora Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu quero parabenizar – não tem como deixar de fazê-lo – o Senador Hélio José, autor do projeto, e o Senador Walter Pinheiro, pela relatoria.

Esse tema, Srª Presidente, é de fundamental importância para o País. Nós podemos, sem sombra de dúvida, resolver o problema da nossa matriz energética no País.

Eu percebo, porque já conversei anteriormente com o Senador Walter Pinheiro, que ele é um dos Senadores que conhecem muito desse assunto. Aqui, agora, ele até me deu algumas orientações e já participou de várias feiras.

Então, esse projeto está realmente em boas mãos.

Eu ia pedir vista, mas o Senador Bezerra pediu. Então, também estendo o pedido de vista coletiva.

Inclusive, há um projeto nosso, Senador Pinheiro, que já passou aqui, pelo Senado Federal, e que está na Câmara, em que pedimos a isenção do Imposto de Importação sobre essas placas de energia fotovoltaica. E agora vem esse projeto de sua relatoria que atende a um punhado de outros quesitos importantes, para que o País realmente se debruce sobre essa energia fotovoltaica.

É interessante que aqui temos o silício, que é a matéria-prima dessas placas fotovoltaicas. E temos aqui com abundância, como o vento, também o sol.

Eu só acho que o Brasil tem que ir um pouco mais além do projeto, Senador Walter Pinheiro. O Brasil precisa ter a sua indústria própria de fabricação dessas células. É só a tecnologia, mas a tecnologia conseguimos trazer da China, da Alemanha, da Coreia do Sul, dos Estados Unidos, não é difícil.

Esse programa, até então de incentivo, já é um caminho enorme, mas volto a defender que o País precisa urgentemente de uma grande indústria de fabricação dessas células de energia fotovoltaica. Mas acredito que logo nós chegaremos lá.

E podemos, sem dúvida nenhuma... A energia...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eólica.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – A eólica e a fotovoltaica vão resolver o problema da energia no País.

Muito obrigada, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Senadora Gleisi, é rápido.

Já que falamos em energia elétrica, em fonte primária renovável, gostaria de aproveitar o ensejo para, mais uma vez, formular um apelo ao Governo, especialmente à Petrobras, no sentido de preservar o Projeto Xisto em São Mateus do Sul.

Enquanto se buscam alternativas, há indícios de que um projeto daquela importância, não apenas para o Paraná, mas para o País, possa ser suspenso, o que seria um prejuízo enorme, econômico, social.

A importância daquele projeto para aquela região especificamente e, mais do que isso, para todo o Estado, é visível e já identificada em resultados concretos, de receita pública, inclusive, de geração de emprego, de desenvolvimento regional e de geração de energia.

Não há nenhum risco à preservação ambiental, já que o sistema utilizado não é o do fracionamento hidráulico, que promove depredação ambiental. É um sistema anterior, que preserva o meio ambiente, e, por essa razão, o Instituto Ambiental do Paraná avaliza o projeto.

Portanto, nós já conversamos com o Ministro Eduardo Braga, como V. Exª, a Bancada do Paraná. Eu pessoalmente conversei como Ministro Eduardo Braga, que disse que está ao nosso lado na defesa desta causa: a manutenção desse projeto.

Eu diria que seria uma economia às avessas. Fala-se em economia, que a Petrobras estaria em dificuldade e que seria uma economia. Em matéria de economia, seria um grão de areia no deserto do Saara, mas, em matéria de benefícios para o Estado, para o País, a curto, médio e longo prazo, certamente isso é significativo.

Por isso, nós esperamos que essa posição do Ministro Eduardo Braga seja vitoriosa no Governo e que a Petrobras ceda, evidentemente, a esse apelo, que não é nosso, que não é da oposição, que é do Paraná, da sociedade, de todos nós, paranaenses e, certamente, do bom senso, da inteligência e da competência administrativa.

É o que nós esperamos.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Quero me somar às palavras de V. Exª na defesa dessa planta do xisto em São Mateus.

Além do Ministro Eduardo Braga, estivemos também com o Vice-Presidente, Michel Temer, que nos assegurou estar junto nessa caminhada.

Não é a primeira vez que a planta do xisto sofre uma avaliação para ser retirada como investimento da Petrobras, e acredito que não vamos deixar isso acontecer.

Conversei também com a Assessoria da Presidência da Petrobras, que disse a nós que não está com essa matéria sendo avaliada em sentido de urgência. Então, acredito que temos muito para conversar para manter essa planta que tanto benefício traz ao Estado do Paraná, como disse V. Exª, e também ao Brasil.

O Projeto de Lei 201/2015, do item 2, está com vista coletiva.

Passamos ao item 3 da pauta, que altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre a desapropriação por utilidade pública, para dispor sobre a desapropriação para reparcelamento do solo.

Com palavra o Relator, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Srª Presidenta, fico satisfeito por poder ser Relator de um projeto que faz parte, a meu ver, das necessidades do Brasil de modernizar suas regulamentações. Aqui, por exemplo, trata-se de regulamentar um decreto-lei de 1941. Tudo mudou de lá para cá. A gente precisa tomar medidas como essa e, por isso, fico satisfeito de ser Relator.

De maneira rápida, quero dizer que, na redação proposta para o *caput* do art. 4º, determina-se que a desapropriação poderá abranger área contígua necessária ao desenvolvimento da obra ou destinada ao reparcelamento do solo – coisa absolutamente necessária nos dias de hoje.

Nos parágrafos subsequentes: (a) define-se "reparcelamento do solo" como "a reconfiguração do traçado de lotes e logradouros, para viabilizar o adequado aproveitamento do solo urbano", e nossas cidades muda-

ram completamente desde então; (b) autoriza-se a incorporação ao patrimônio público, na condição de bens dominicais, ou a alienação a terceiros, dos lotes resultantes de reparcelamento do solo e das unidades imobiliárias sobre eles eventualmente edificadas; (c) exige-se que, na hipótese de reparcelamento do solo integrado à obra pública, a declaração de utilidade pública delimite as áreas indispensáveis à realização da obra e as que se destinam ao reparcelamento; e, finalmente, (d) condiciona-se a declaração de utilidade pública à prévia aprovação pelo Município do respectivo projeto.

O autor da iniciativa, Senador Wilder Morais, considera os instrumentos de que atualmente dispõem os Municípios insuficientes para viabilizar a revitalização e o adensamento de áreas urbanas degradadas, em que há infraestrutura subaproveitada e acesso ao transporte coletivo. Essa política seria, por sua vez, fundamental para reverter o atual modelo de crescimento urbano baseado em condomínios fechados distantes da malha urbana e locomoção por meio de automóveis. O insucesso das técnicas atualmente adotadas decorreria da excessiva fragmentação dos lotes existentes, que dificulta seu remembramento para formação de lotes maiores, sobre os quais poderiam ser construídas edificações multifamiliares.

O reparcelamento do solo seria um aperfeiçoamento da "desapropriação por zona".

A vinculação da intervenção ao planejamento urbano seria assegurada pela prévia aprovação pelo Município do respectivo projeto de reparcelamento.

As etapas de mediação e arbitragem propostas seriam obrigatórias para o Poder Público.

As demais propostas viabilizariam a aquisição dos imóveis sem o desembolso de recursos financeiros, a exemplo do que já ocorre no âmbito de incorporações imobiliárias.

Indo direito à análise, Srª Presidente, compete à CAE, nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria, como esta.

A revitalização de áreas urbanas degradadas é um objetivo fundamental do urbanismo.

Seu adensamento é fundamental para substituir o modelo de mobilidade fundado no transporte individual por outro, baseado no transporte coletivo, na caminhada e na bicicleta, pois esses meios de locomoção não são economicamente sustentáveis em baixas densidades. Daí a necessidade desse reparcelamento. Nos países desenvolvidos, isso vem sendo feito.

O mercado imobiliário é reconhecidamente incapaz de promover essa renovação, pois isso demanda a ampliação de espaços públicos e o remembramento de lotes pequenos em lotes maiores, o que só se viabiliza na improvável hipótese de que todos os proprietários estejam dispostos a aliená-los para um mesmo incorporador.

A permuta do imóvel original por outro a ser construído na mesma região tem sido amplamente adotada em outros países e evita o processo de expulsão branca comumente associado a esse tipo de intervenção.

Consideramos que, ao introduzir novas formas de desapropriação amigável, o projeto contribuirá para viabilizar projetos de revitalização de áreas degradadas, que são tão comuns hoje nas verdadeiras "monstrópoles" em que nós transformamos as nossas cidades.

Pelo exposto, voto pela aprovação.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço, Senador Cristovam Buarque.

A matéria está em discussão.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Srª Presidente, para discutir.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não, Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Eu acho que o Senado Cristovam Buarque vai na direção correta. Cidades segregadas – isto é provado – são violentas. Cidades em que há pobres e ricos convivendo no mesmo espaço são criativas. Então, eu acho que, nesse projeto, nós podemos conciliar interesses de requalificação de áreas sem que haja o que ele falou, essa remoção branca, que é colocar pessoas de menor poder aquisitivo longe das áreas onde há os maiores centros de trabalho.

Eu voto favoravelmente, Sr. Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Cristovam Buarque.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu fico satisfeito que tenha sido aprovado o meu relatório, porque, de fato, é preciso modernizar a maneira de apropriação e desapropriação dos terrenos no espaço urbano brasileiro. Entretanto, eu quero dizer que o meu parecer saiu mais facilmente, porque vai para essa outra comissão, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Eu quero que lá se analise com cuidado, para que não termine um projeto muito bem intencionado do Senador Wilder virando algo que seja de proveito das imobiliárias, das empresas que produzem, é verdade, habitação, mas que terminam ganhando mais que o usuário futuro. Então, eu fico satisfeito por ele ter sido aprovado. Eu creio que é um projeto positivo, que vai na direção da modernização do espaço urbano, mas eu ficarei mais tranquilo depois de ouvir o debate na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – É este o trâmite, Senador Cristovam Buarque: a matéria irá à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

No item 4, a relatoria é do Senador Ciro Nogueira, que não se encontra.

Passamos ao item 5.

Com a palavra o Relator, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Muito obrigado, Presidente e demais Senadores e Senadoras.

O projeto é de autoria do Senador Alvaro Dias, que realmente vem buscar uma saída digna para aqueles que tanto dependem do que chamamos de medicamentos órfãos, pois a burocracia tem dificultado a vida e o tratamento dessas pessoas.

Quanto ao relatório, vem ao exame desta Comissão o projeto de lei de autoria do Senador Álvaro Dias que altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária para regular o registro e a importação de medicamentos órfãos.

O art. 1º da proposição acrescenta inciso XXVI ao art. 3º da Lei nº 6.360, de 1976, para conceituar "medicamento órfão" como medicamento ou imunobiológico destinado especificamente à profilaxia, ao tratamento ou ao controle de doenças raras ou negligenciadas.

Já o art. 2º do PLS altera a mesma lei supracitada para definir que: a) a importação de medicamentos órfãos por pessoas físicas, em quantidades apropriadas para uso individual, desde que não sejam submetidos a regime especial de controle e não se destinem à revenda ou comércio, não dependerá de prévia e expressa manifestação favorável do Ministério da Saúde; b) o procedimento de autorização para a importação de medicamento órfão por empresa importadora obedecerá a rito simplificado, dispensada a exigência de registro prévio ao consumo no Ministério da Saúde, quando o produto tiver sua comercialização aprovada pelo órgão responsável pelo registro de medicamentos da União Europeia ou dos Estados Unidos da América; c) as exigências técnicas, administrativas e jurídicas aplicáveis às empresas importadoras de medicamento órfão dependerão de regulamento próprio posterior; e d) para a dispensação de medicamento órfão sem registro, será exigida a assinatura, por parte do paciente ou de seu responsável legal, de declaração de ciência dos riscos inerentes ao uso de medicamento não registrado no País.

O art. 3º do PLS apenas altera o art. 68 da Lei em voga para prever que a ação de vigilância sanitária abrangerá, entre outras hipóteses, os medicamentos importados.

Análise.

De acordo com o art. 99, incisos I e III, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta Comissão opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros das matérias que lhe sejam submetidas e sobre comércio exterior.

Preliminarmente, não vislumbramos vícios de inconstitucionalidade formal orgânica na proposição, uma vez que compete à União legislar privativamente sobre comércio exterior. Ademais, não há vícios de inconstitucionalidade formal subjetiva na matéria.

Também não existem óbices econômicos ou financeiros à proposição.

Quanto ao mérito, é inegável que o projeto traz benefícios para a população, confere garantia de acesso à saúde conforme estabelece o art. 196 da Constituição Federal de 1988, e, consequentemente, assegura o direito à vida aos cidadãos brasileiros.

Os fármacos abarcados pelo PLS são denominados órfãos porque, em condições normais de mercado – esta é a definição – não há estímulos para que a indústria farmacêutica invista, pesquise, desenvolva e co-

mercialize tais medicamentos, uma vez que são destinados a um pequeno contingente de doentes, seja em quantidade numérica ou em poder de compra.

Isso ocorre, porque o setor farmacêutico apresenta custos elevadíssimos para a produção de um novo medicamento. De fato, colocar um produto farmacêutico no mercado de consumo implica altos investimentos em pesquisa, desenvolvimento e *marketing* e vultosos custos iniciais intrínsecos à produção dos fármacos. Outros fatores que dificultam a entrada de novos medicamentos são: a existência de proteção patentária por períodos consideráveis, a existência de órgãos de fiscalização e regulação, com cada vez mais rígidas exigências sanitárias, de qualidade das instalações e de confiabilidade dos produtos, a alta concentração do mercado em poucos grandes *players*.

Todos esses fatos nós já tivemos a oportunidade de relatar aqui, com relação a todas as normas de constitucionalidade, do cumprimento das regras exigidas na avaliação do projeto e também sobre a não existência de óbices econômicos ou financeiros.

Conforme bem salientado pelo autor do projeto em sua justificação, "os regulamentos vigentes sobre importação de medicamentos e os mecanismos legais e burocráticos interpostos são responsáveis, hoje, por uma série de problemas para a saúde e o bem-estar de pacientes que dependem de medicamentos indisponíveis no mercado nacional, especialmente no que diz respeito aos assim chamados medicamentos órfãos.

Assim, em vista das dificuldades legais e burocráticas, a grande maioria dos pacientes e serviços de saúde que necessitam importar medicamentos indisponíveis no mercado nacional buscam o concurso de empresas importadoras que, pela mesma razão, por vezes são forçadas a atuar de forma clandestina. Com efeito, a falta de uma política pública ampla que leve em conta as especificidades e ofereça respostas para as diferentes necessidades das pessoas acometidas por doenças raras representa uma barreira que impede o acesso do paciente à assistência adequada. Nesse sentido, a burocracia envolvida na importação dos medicamentos talvez seja a pior das barreiras produzidas pelo Estado.

Portanto, o PLS em análise é eficaz em seu intuito de cuidar do interesse público comum, de facilitar aos doentes o acesso aos fármacos necessários para o seu tratamento e, desse modo, preservar a vida de milhares de brasileiros que dependem da importação de medicamentos ausentes no mercado nacional, que sofrem com a grande burocracia e as elevadas incertezas do processo de importação.

Voto.

Diante de todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2015.

Presidente, quero reforçar aqui, como médico que sou, a iniciativa do nobre colega Senador Alvaro Dias, pois, sem dúvida nenhuma, convivemos no dia a dia com esta dificuldade enorme: as pessoas e familiares pedindo a outros, que moram nos Estados Unidos, que possam trazer esses medicamentos, dando, enfim, espaço à clandestinidade e dificultando, cada vez mais, a área burocrática.

O Senador Alvaro Dias realmente define o que seja um medicamento órfão, cria as condições para quebrar toda a burocracia, mas exige do paciente ou do seu responsável que assine a responsabilidade por aquilo. Logicamente, pede-se que seja apresentada uma receita prévia pelo médico que atende o paciente no Território nacional.

Então, eu aplaudo a iniciativa, e o voto é pela aprovação.

Peço o apoio dos demais membros da CAE.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço ao Senador Ronaldo Caiado.

Quero aqui só fazer uma saudação ao nosso Senador e sempre Presidente Raimundo Lira, que me dá a honra de estar aqui ao meu lado na Mesa de direção dos trabalhos.

A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias e, em seguida, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Presidente, Gleisi, apenas para cumprimentar o Senador Ronaldo Caiado pelo parecer, pelo relatório que apresenta. É o parecer de um especialista, de um médico que entende que a saúde do povo deve ser a suprema lei. É dessa forma que estamos tratando essa matéria.

Esse projeto nasceu de uma audiência pública que realizamos aqui no Senado Federal – o Senador Moka participou. Dessa audiência pública participaram a Anvisa, o Ministério da Saúde, laboratórios e representantes de familiares acometidos por doenças graves e impedidos de se medicar em função das restrições burocráticas.

Desta audiência, recolhemos essa sugestão de projeto a respeito do qual hoje estamos deliberando.

O nosso projeto objetiva mitigar, portanto, o problema de pessoas cuja saúde e vida dependem da importação desses medicamentos ausentes no mercado nacional e sofrem todas essas dificuldades impostas pela burocracia estatal.

Poderemos relatar aqui alguns fatos.

Além do drama que as famílias trouxeram a esta audiência pública, de pessoas que faleceram em razão da ausência desses medicamentos e de pessoas que podem falecer em razão também da ausência deles, tivemos alguns fatos que devem ser ressaltados.

Uma autoridade nacional foi obrigada a usar, em função de possuir recursos próprios, um jato particular para buscar medicamento em Madri, na Espanha. Pôde fazer isso porque possuía recurso para tanto, outros não podem.

Uma senhora de laboratório, constantemente assediada para importação desses medicamentos, acabou detida, presa na Alemanha. Eu fui convocado, inclusive, como testemunha para destacar a honorabilidade dessa senhora e as razões desse comportamento e, através de um laboratório no Brasil, tentar importar medicamentos que encontram esta barreira legal.

Obviamente, nós temos que superar esse impasse burocrático e legal para permitir às pessoas alcançadas pelo infortúnio da doença grave a possibilidade de se salvarem com a importação desses medicamentos, já que eles não são produzidos aqui, como disse o Senador Caiado, porque seriam produzidos em pequena escala e, obviamente, economicamente, não interessa a laboratórios realizar essa produção. Então, a solução é a importação, e nós temos que permitir essa importação de forma legal. É o que propõe esse projeto.

Eu agradeço, desde já, o apoio dos Srs. Parlamentares. Não é terminativo aqui, ainda irá à CAS para a análise definitiva.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu aproveito a oportunidade para parabenizar V. Exª pela iniciativa da matéria.

Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Srª Presidente, o Senador Alvaro Dias foi muito feliz quando propôs essa iniciativa. Não é só o paciente privado que vai se beneficiar, mas o Estado brasileiro. Nós temos uma doença rara no Brasil chamada mucopolissacaridose. Alguns brasileiros nascem sem uma determinada enzima. Se eles não tomarem o medicamento, órfão, morrem. Se não tiverem assistência desde pequenos, ficam muito deformados também.

Nós gastamos R$300 milhões por ano para tratar cerca de duas ou três centenas de brasileiros. É a conta que o Brasil tem: R$300 milhões por ano! Esse medicamento vem dos Estados Unidos. Existe biossimilar produzido na Coreia do Sul. O tratamento poderia ser muito mais barato. Agora, eu acompanhei o trâmite na Anvisa e vi que é impossível – impossível! –, Senador Moka, com tão poucos pacientes, aprovar um biossimilar no Brasil.

Agora, com o projeto do Senador Alvaro, se esse biossimilar é reconhecido na União Europeia e nos Estados Unidos, a situação se modifica. Hoje, graças a Deus, nós temos R$300 milhões por ano para importar o medicamento para esses pacientes, mas demora. Quando o Governo tem problemas econômicos, as pessoas vão à Justiça, os que moram em São Paulo vão contra o Governo de São Paulo, vão contra o Governo Federal... No Rio de Janeiro, a mesma coisa. Há problema de caixa para liberar. E sempre que ele é comprado dessa maneira, sem planejamento, sai mais caro. Os laboratórios dizem que, se houvesse uma encomenda regular, ele poderia ter um preço menor. Mas acabam sendo comprados de maneira corrida e por um preço maior.

Então, eu acho que hoje nós estamos votando um projeto de extrema relevância para o nosso País, de extrema relevância para o Estado brasileiro, para simplificar a importação, inclusive pelo Estado, de medicamentos órfãos, que hoje geram uma despesa enorme.

Há pouco, nós comentávamos isto com o Senador Lasier Martins: na CCT, nós aprovamos um projeto paralelo a este, para desburocratizar os estudos clínicos. Mas, com essa importação de remédios órfãos – quando aprovados na União Europeia e nos Estados Unidos e fornecidos para o mundo, porque aí há demanda –, nós poderíamos economizar muito sem prejudicar o tratamento desses brasileiros.

Parabéns, Senador, por este projeto! V. Ex contribui muito e engrandece o bravo Estado do Paraná.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Com a palavra o Senador Moka e, em seguida...

É para discutir a matéria, Senadora?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Então, a senhora falará logo após o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu quero parabenizar o Senador Alvaro Dias pela oportunidade. Eu participei dessa audiência a que o Senador Alvaro Dias se referiu e me lembro dos depoimentos, dos dramas, porque o médico, aqui, no Brasil, conhece a medicação, a chamada doença rara, porque, evidentemente, ela acomete um número significativo, é claro, mas pequeno, proporcionalmente. Então, o la-

boratório não tem interesse de patentear ou de fabricar em função da escala do medicamento. Mas acontece que o médico, muitas vezes, trata o paciente com uma medicação bem menos eficiente do que aquela que poderia ser importada. Só que a importação, até agora, é um negócio... É tanta burocracia, que torna isso muito difícil. De forma que este projeto vem realmente resolver, se aprovado, esse problema.

Eu quero parabenizar o autor pela oportunidade e o Relator, Senador Ronaldo Caiado, que fez um relatório à altura do conhecimento que tem sobre a matéria. Então, fica aqui o meu apoio e, mais do que isso...

Como o Senador Marcelo Crivella falou, é de autoria da Senadora Ana Amélia e do Senador Walter Pinheiro, e eu tenho o orgulho de subscrevê-lo, um projeto de pesquisa clínica, que é uma forma de acelerar a pesquisa clínica, ou seja, de fazer com que os prazos para que se possa realmente pesquisar remédios e fazer com que eles sejam, depois, aprovados e devidamente normatizados pela Anvisa e possam ser comercializados. Então, são coisas similares, mas as doenças raras, a que se referiu o Senador Alvaro Dias, como eu disse, chamam a atenção porque o problema tem pouca visibilidade.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Srª Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Senadores, a exemplo do que falou aqui o Senador Moka, eu quero cumprimentar o Senador Alvaro Dias pela sua sensibilidade, que, para mim, não é surpresa. Ele é sempre um Parlamentar aplicado, um Parlamentar preocupado com a situação daqueles que mais precisam, mas esse projeto, como disse aqui o Senador Crivella, é altamente importante.

Nós temos, em Goiás, o xeroderma pigmentoso, que é também uma doença rara, e temos grandes dificuldades de importação dos medicamentos para seu tratamento. Então, a simplificação desse trâmite burocrático virá, sem dúvida nenhuma, facilitar a vida daqueles que já são contemplados com a doença, que é terrível, pois eles, além da dificuldade de enfrentar a doença, ainda tem a dificuldade de enfrentar a vinda desse medicamento. Então, o medicamento órfão, que é produzido em pequena escala, não atrai o interesse dos laboratórios, e essa simplificação facilitará a vida dessas pessoas já tão sofridas e tão desesperançadas quanto ao Poder Público.

Quero, portanto, abraçar o Senador Alvaro Dias, quero cumprimentá-lo e cumprimentar também o Relator da matéria, Senador Ronaldo Caiado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Ronaldo Caiado.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Pela ordem, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Senadora Gleisi Hoffmann, na condição de Relator designado para o item 9, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que trata de uma profunda alteração na Lei nº 4.320, uma lei que reestrutura toda a organização orçamentária e financeira do País – estamos tratando de nova lei das finanças públicas –, gostaríamos de pedir o adiamento dessa matéria, uma vez que estamos dialogando com o Ministério do Planejamento e o Ministério da Fazenda na direção de alguns ajustes compreendendo e entendendo a complexidade dessa matéria e a necessidade da busca de uma convergência.

Por isso mesmo, peço a V. Exª o adiamento dessa matéria para que ela continue em pauta, uma vez que foi concedida vista coletiva, para que nós possamos fazer esses ajustes, esses entendimentos e, tão logo possamos, deliberemos sobre essa matéria aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não, Senador Ricardo Ferraço.

Inclusive, o Ministério do Planejamento também entrou em contato conosco para dizer que tem interesse em fazer a discussão e a composição da matéria, que acha que é uma matéria pertinente para o momento.

Então, acho que é um bom encaminhamento para que nós possamos fazer a discussão de uma matéria que tem um impacto tão grande nas finanças públicas.

É o seguinte o item adiado:

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 229, de 2009
- Não terminativo -

Estabelece normas gerais sobre plano, orçamento, controle e contabilidade pública, voltadas para a responsabilidade no processo orçamentário e na gestão financeira e patrimonial, altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a fim de fortalecer a gestão fiscal responsável e dá outras providências.

Autoria: Senador Tasso Jereissati
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
1. A matéria foi apreciada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo);
2. Em 13/4/2010 e 23/9/2015, foram realizadas audiências públicas para discutir a matéria;
3. Em 8/3/2016, foi concedida vista coletiva.)

Eu queria fazer uma sugestão...

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não, Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu vou tratar aqui de um requerimento meu que vai ser lido aqui no término da reunião. Vou apenas tratar do assunto aqui rapidamente, porque sempre, no final da reunião, há poucos Srªs e Srs. Senadores, e eu considero o assunto de muita relevância.

Agora, no mês de março, dia 6 de março, a Anac tomou uma decisão de fazer algumas mudanças em relação ao relacionamento dos consumidores com as empresas de transporte. Foi uma coisa que eu considerei inoportuna, considerando que estão ficando vagos três cargos na Anac, e o Governo apresentou ao Senado Federal o nome de três pessoas, todas elas com muita experiência nessa área, técnicos com currículo muito bom. No final de administração do atual Presidente da Anac, ele não poderia, nunca, ter tomado uma decisão, a resolução de grande importância de sugerir a cobrança pelas empresas do custo de cada mala, de cada bagagem. Isso existe nos Estados Unidos e na Europa, mas para empresas de baixo custo. É uma opção que o cliente tem. Ele opta por um voo com mais conforto e sem pagar a bagagem ou por um tipo de transporte mais popular chamado de baixo custo, mas pagando a bagagem, uma ou duas bagagens que queira levar.

É algo totalmente diferente do que existe no Brasil. O Brasil não tem nenhuma empresa de baixo custo, mas também reduziu o peso da bagagem que é isenta de 32 quilos para 23 quilos no voo internacional.

Enfim, são medidas que jamais poderiam ter sido tomadas neste momento, porque é fim de administração. Após a aprovação, pelo Senado, do nome desses três técnicos de grande relevância, de currículo muito bom, dever-se-ia completar a diretoria da Anac para que uma resolução desse porte fosse tomada. E mais ainda: dando apenas 30 dias para discussão em termos dos interesses do consumidor.

Então, eu vou ler esse requerimento, chamando as pessoas responsáveis por essa resolução aqui, mas, como é de grande relevância, eu achei melhor já adiantar o assunto para as Srªs e os Srs. Senadores aqui da CAE.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sim.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Se for possível votarmos agora o item 11, que já relatamos, ainda temos quórum. Se não, vai cair o quórum.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu iria sugerir exatamente isso, Senador Pimentel. V. Exª já leu o relatório. São dois projetos de lei que estendem o prazo para o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos ao Pasep. São projetos do Senador Lasier Martins e do Senador Paulo Paim, com a sua relatoria.

Então, coloco em discussão o Item nº 11. É terminativo. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, colocamos em votação o relatório apresentado pelo Senador Pimentel.

Quem vota com o Relator vota "sim"; quem vota contrário ao projeto vota "não".

A votação é eletrônica. (*Pausa.*)

Vamos fazer, então, a votação nominal.

Por favor, a lista de Senadores, para a gente não perder tempo.

Às vezes dá problema.

Eu vou chamar por Bancada.

Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Voto com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Abriu a votação. Vocês querem votar agora?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Vamos aí mesmo, porque é mais rápido. É muito mais rápido que aquilo lá, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Então, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Voto conhecido, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Com o Relator, "sim".

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senadora Lúcia Vânia. (*Pausa.*)

Senador Lasier Martins.

Desculpe-me.

Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Com o Relator, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Com o Relator, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Muito bem.

Foram 12 votos...

Senador Alvaro Dias. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Alvaro Dias.

É o projeto sobre o Pasep. (*Pausa.*)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Voto com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada.

O projeto está aprovado.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Só para eu terminar o encaminhamento.

Aprovado.

Então, a Comissão aprova o PLS 463, de 2015, Com a Emenda nº 1-CAE, ficando...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Desculpem-me.

Vamos colocar em votação a emenda.

Consulto o Plenário se podemos repetir a votação do projeto para a emenda acompanhando o Relator. (*Pausa.*)

Os Senadores que votaram pela aprovação do projeto votam "sim" para a emenda do Relator.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Comissão aprova o PLS 463, de 2015, com a Emenda nº 1, da CAE, ficando prejudicado o PLS 519/2015, nos termos dos arts. 92 e 164 do Regimento Interno.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não.

Com a palavra o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Venho à Comissão para acompanhar exatamente essa votação pela relevância que ela tem para o meu Estado.

Esse Projeto nº 463, de minha autoria, é fruto de um pedido do Secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul, pois, como sabem todos, não só o Rio Grande do Sul, mas vários Estados estão em situação deprimente do ponto de vista econômico. Portanto, agradeço a sensibilidade do Relator, Senador Pimentel, pela votação, porque se abre agora o novo prazo para adesão ao parcelamento dos débitos com o Pasep.

Agradeço muito a compreensão dos colegas.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço, Senador Lasier.

Retomamos a pauta.

Item 6.

Pergunto se o Relator gostaria de fazer o uso da palavra.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Apenas porque quem primeiro pediu vista, que depois foi transformada em coletiva, foi o Senador Moka, que não sei se deixou alguma informação ou algum relatório a respeito da matéria para ser lido.

De qualquer forma, reafirmo aquilo que o relatório produziu na época em que foi lido até dizendo que o setor de saneamento é bem atípico, em função de termos as competências para as questões de saneamento, que são municipais – são mais de 5.500 Municípios –, e nós não temos uma agência reguladora única em nível nacional. As agências reguladoras são, normalmente, estaduais, mas a Lei nº 11.445 permite ainda que o próprio Município constitua sua agência reguladora e fiscalizadora.

Portanto, o entendimento, a aplicação dessa proposta pela Senadora Kátia Abreu é muito interessante, mas difícil de ser praticada em função dos desequilíbrios que poderão existir até de um Município para outro dentro da mesma região metropolitana.

Então, nós reafirmamos o nosso parecer pela rejeição da proposta.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Dalirio, o Senador Waldemir Moka não fez nenhuma menção aqui e também não apresentou nenhuma consideração.

A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Dalirio Beber.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

Item 7. Nós não estamos com os Senadores Eduardo Amorim e Roberto Requião presentes.

Item 8. Também não temos a presença do Senador Ronaldo Caiado, que seria o Relator.

O item 9 já teve o encaminhamento proposto pelo Senador Ricardo Ferraço.

O item 10 nós já votamos.

O item 11 nós já votamos.

O item 12 é terminativo, e nós não temos quórum para seguir com a pauta.

Vamos, então, para a leitura dos requerimentos que estão sobre a mesa.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não, Senador.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Não poderíamos fazer a leitura dos itens, mesmo dos itens terminativos?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu consulto a Comissão.

Adotamos isso no início da reunião para esperar quórum. Na realidade, nós tivemos o entendimento aqui de que leríamos os relatórios para esperar quórum. Como nós avançamos na pauta, não sei se seria o caso, porque estamos com a Comissão bastante esvaziada. Quando lemos o parecer, obviamente, estamos reduzindo o prazo já de tramitação da matéria.

Mas eu consulto a Comissão sobre se há concordância.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Por exemplo: há o item 13, que eu relato, há outro item...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sim.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – ..., vamos relatar os dois itens de que o Senador Walter é Relator e pedir vista coletiva dos dois para que possamos dar continuidade na próxima reunião.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Está bem.

Então, vamos para o item nº 13.

O projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra o Relator, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Srª Presidente, esse projeto objetiva, com o regime especial, desonerar pessoas jurídicas que exerçam atividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de equipamentos utilizados na geração de energia por fontes alternativas específicas, bem como de novas tecnologias de armazenamento e geração de energia dessas fontes e, claro, de bens de consumo que dela façam uso.

A proposição – e é importante chamar atenção para este caráter – submete-se ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, ao condicionar a eficácia do novo regime à realização do cálculo da estimativa do montante da renúncia de receita decorrente do Reinfa.

Também é bom salientar que a atividade de geração dessas fontes poderá ser empreendida por pessoa física ou jurídica, sob o regime de produção independente e de comercialização livre. As empresas distribuidoras priorizarão a compra da energia dessas três fontes a um preço não inferior ao cobrado hoje para fontes convencionais. Mas é importante salientar que a compra dessa energia pelo consumidor final estará isenta, Senador Raimundo Lira, dos tributos previstos por essa proposição.

Nós fizemos a análise da matéria, sob o aspecto, inclusive, do cumprimento de todas as tratativas e todas as normas legais, pelo menos naquilo que tange ao Regimento Interno do Senado Federal, nos incisos I e IV do art. 99, combinado com o inciso I do art. 91, que atribui competência a esta Comissão para opinar, em caráter terminativo, sobre proposições de autoria de Senador que tratem de tributos ou matérias com relevantes aspectos econômicos e financeiros, como é o caso dessa referida matéria.

Ainda nesse aspecto, que não é o aspecto mais técnico da intenção, mas é o aspecto que consubstancia, meu caro Senador Pimentel, a existência da propositura, a criação dos benefícios fiscais propostos aqui, no âmbito do imposto de importação, do IPI, da própria contribuição, no caso, aqui, o PIS/Pasep e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e todas essas, eu diria que essa criação encontra fundamento constitucional no art. 153, incisos I e IV, assim como também no art. 195, inciso I-B, e no art. 239 da nossa Lei Maior, portanto, fixa a competência para tal atitude patrocinada pelo Senador Fernando Collor.

Portanto, não enxergamos óbice ou algo que possa, eu diria, importar em proibição para que o Senador pudesse apresentar a sua proposição.

É importante consignar também que esse PL atende à exigência específica da concessão de benefícios que se encontra presente no §6º do nosso art. 150 da nossa Constituição Federal.

Portanto, essa é uma matéria também que, vale salientar, teve a sua análise, Senador Pimentel, na Comissão de Infraestrutura, na qual eu tive também a oportunidade de participar, buscando inclusive aprimorar o contexto da matéria. E até aqui, neste caso específico, nós produzimos algumas emendas de aperfeiçoamento, no que diz respeito, por exemplo, à Emenda nº 2 da CI, que propõe aprimorar a redação do dispositivo, além de inserir o art. 3º na forma de parágrafo.

Vale salientar que neste caso específico aqui, a Emenda nº 3, que faz uma inserção do §8º no art. 3º do PLS, é injurídica, em virtude do que já dispõe inclusive o art. 17 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004. Portanto, encontramos essa colisão, na medida em que esse aspecto do art. 17 já autoriza, nas vendas efetuadas com suspensão, a isenção, a alíquota zero ou a não incidência de contribuição PIS/Pasep e Cofins, a manutenção, pelo vendedor, dos créditos vinculados a essa operação.

Portanto, é importante também salientar a necessidade de uma maior precisão na Emenda nº 4, porque alteramos sua redação para indicar exatamente o índice mínimo de 70% de nacionalização de equipamentos, o que é bom frisar. Isso está inserido no contexto da propositura do Senador Fernando Collor, nos enunciados do inciso I e do inciso III do art. 2º do PLS.

Vale destacar também que nessa Emenda nº 1, a que já fiz referência, o Senador propõe a inclusão de biomassa. Inclui também aí as pequenas centrais hidrelétricas, as PCHs, as térmicas a gás, entre outras fontes que alavancarão efetivamente esses benefícios tributários.

Quero chamar a atenção aqui dos meus nobres pares para que o art. 7º do projeto precisou do que eu chamaria de um ajuste, muito mais voltado à questão do modelo regulatório desse setor, vigente efetivamente na indústria de energia elétrica. Portanto, esse aliás é até – quero chamar a atenção – um dos marcos regulatórios até mais consistentes produzidos por todos nós. Eu tive a oportunidade de participar, junto com meu amigo Senador Pimentel, dessa jornada na Câmara dos Deputados, e, portanto, não seria de bom alvitre que a gente não cumprisse à risca esse que é um dos marcos regulatórios consistentes que nós enfrentamos aqui, eu diria até, com muita satisfação.

Portanto, isso foi definido pela Lei nº 10.814, de 15 de março de 2004, e, principalmente, o regulamenta, e isso ajuda no chamado ajuste à compra de sua energia ao consumo com pequena margem de sobra. Portanto, esse excesso da chamada energia, de 3%, mais ou menos, não é reconhecido pela Aneel e não são repassados

para a tarifa, o que é algo que, inclusive, também – volto a frisar – da boa regulação, e isso, de certa maneira, ajuda o consumidor final. E, de certa forma, as concessionárias têm reclamado de um certo prejuízo. Portanto, na busca desse equilíbrio entre o que podem suportar as concessionárias e, principalmente, o que deve suportar o consumidor, opta, efetivamente, o regulador pelo consumidor, o que é o seu papel, importante, sem perder a perspectiva de enaltecer o papel das regras para a competitividade no setor.

Portanto, nesse aspecto, o planejamento das distribuidoras é feito para haver uma sobra apreciável de energia, o que, na prática, significa uma sobra de energia que, como estava previsto neste artigo a que eu me referi anteriormente, o art. 7º, não deverá ocorrer. É mais razoável, inclusive, a introdução da possibilidade de uma estrutura tarifária chamada horo-sazonal, para você trabalhar tanto com baixa tensão quanto com alta tensão.

Por isso, o PLS admite as possibilidades de medidores solicitados.

Eu diria que se faz a necessidade de ajuste ao art. 8º, que é exatamente o que diz respeito à produção independente, e nós introduzimos essas modificações buscando a comercialização livre, as atividades garantidas pelo gerador – volto a dizer, mais uma vez –, em obediência ao nosso marco regulatório do setor elétrico, que tem já uma posição independente da fonte.

Portanto, a escolha de modalidade de produção ou comercialização é uma prerrogativa do gerador, e, nesse momento, ele solicita autorização ao órgão competente, que é a Aneel. Portanto, não há nem ruptura, nem a retirada dessas faculdades que foram conferidas pelo legislador brasileiro à nossa agência de regulação. Nesse aspecto, a nosso ver, era essa, eu diria, injuridicidade que o projeto cometia, pois há outorga ao gerador, há o próprio direito, que a legislação já garante, qualquer que seja esse suporte apresentado.

Por isso, nós adotamos essa política, e o projeto inova nesse próprio artigo ao admitir a entrada de pessoas físicas na chamada produção independente, o que, à época... Nós estamos falando de uma lei que foi produzida, Senadora Gleisi, em 1995, a Lei nº 90.074. Portanto, àquela época, poucos imaginavam ou ousavam falar da produção independente, meu caro Pimentel, fotovoltaica, eólica ou coisa do gênero ou dessa expansão que há no mundo.

Então, essa é uma das inclusões que eu julgo de suma importância. A inclusão da pessoa física no rol daqueles que podem optar por produzir energia de forma independente é uma inovação no marco legal, e, obviamente, essa figura, por exemplo, não usufruiria, mantidas as condições normais de pressão e temperatura, não teria o direito de se habilitar ao Reinfra por não ser pessoa jurídica.

Logo, nesse sentido...

Outra coisa fundamental é que o projeto também toca, Senadora Gleisi, de forma muito enfática nessa geração distribuída. É um fato... Conectar diretamente o sistema, como eu já havia falado, inclusive, no projeto anterior. Há uma redução de custo considerável dessa energia vendida, e essa redução de custo com não investimento em sistema de distribuição, portanto, não será incentivada. A energia produzida de forma distribuída será jogada já em uma rede, em um sistema existente, meu caro Raimundo Lira, o que não demandará necessidade de aporte de investimentos e tampouco infraestrutura para tal.

Ademais, essa geração não pagará os encargos da chamada distribuição, o que reduz mais ainda os custos e a carga nesses serviços e determina, claro, um processo de desoneração para o consumidor final.

Então, eu acho importante salientar essas mudanças.

Finalmente, sugerimos mudança na redação, visando a substituir os termos "energia limpa" e "fonte de energia marítima"... Não é que eu julgue que a tratativa ou a forma como esses sistemas foram tratados esteja errada do ponto de vista da nossa língua, mas eu faria esse ajuste muito mais para seguir o chamado jargão técnico do setor, transformando essa redação para o que nós poderíamos chamar de "energia alternativa" e "fonte de energia maremotriz", ajustando de forma muito mais correta e, eu diria, redacional, indo ao encontro do que o setor utiliza.

Portanto, estão aqui apresentadas as sugestões, as alterações.

O nosso voto é pela aprovação, com as emendas e o substitutivo que ora apresento a essa matéria.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Muito bem.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Vista, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Muito bem, Senador Walter Pinheiro.

Há um pedido de vista do Senador José Pimentel.

Concedida vista. Vista coletiva, então.

Vamos passar, conforme ajustado...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Presidenta, eu só queria...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não, Senador Marcelo.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Eu só queria parabenizar o Senador Collor e o Senador Walter Pinheiro.

Esse assunto é importantíssimo para o nosso País. É importantíssimo para a Bahia, que está fazendo grandes parques eólicos no sertão, e para o Nordeste brasileiro.

Walter, você tem certeza de que isso não é prerrogativa exclusiva do Executivo? Nós podemos legislar?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Podemos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Podemos?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Seria ótimo, realmente, se nós pudéssemos...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Se é objeto do Executivo, nós fizemos essas correções, porque é prerrogativa. As outras coisas foram mantidas.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Queira Deus que seja sancionado! Vai contribuir muito para o avanço da produção de energia no País.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Item 15.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado. Portanto, vamos ler o relatório e deixar em aberto a discussão.

Com a palavra o Relator, Senador Walter Pinheiro.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – O normal é pedir vista após o relatório, mas, como estamos com o quórum reduzido e já foi feito o pregão, peço vista, e o nobre Relator, Walter Pinheiro, poderá proferir o seu voto.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não.

Vista concedida.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Então, eu posso apresentar aqui... Na realidade, acho que seria importante ressaltar o aspecto econômico, Senador Pimentel, dessa matéria, que, para esta Comissão, tem um peso fundamental.

Sobre a juridicidade, observa o projeto aspectos importantes, entre eles: inovação, porque ele adota o critério de sistema simplificado para sociedade anônima; efetividade; espécie normativa adequada, já que o direito societário demanda lei ordinária; coercitividade; e generalidade, visto que as normas do projeto, a nosso ver, se aplicam, indistintamente, a todas as sociedades anônimas de capital fechado com o patrimônio líquido indicado.

Então, não vejo por que não dar sequência a essa matéria. Portanto, faz-se necessária, como pretende aqui o nobre autor, Ronaldo Caiado, mais uma atualização do valor e seu incremento para R$10 milhões, buscando que mais e mais sociedades anônimas possam se valer do sistema simplificado de publicidade dos seus atos societários, reduzindo, assim, a burocracia negocial e o custo brasil.

Por isso, o voto é pela aprovação.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Muito bem.

O projeto tem pedido de vista coletiva.

Como não há mais quórum para deliberar sobre os assuntos em pauta, passo à segunda parte da reunião, que se destina à leitura dos requerimentos apresentados à Mesa.

Requerimento de autoria do Senador Raimundo Lira.

> Com base no art. 58, §2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para discutir a proposta de revisão das Condições Gerais de Transporte e das regras de aprovação de voos pela Agência Nacional de Aviação Civil. Para fornecer informações, expor opiniões e responder aos questionamentos dos Srs. Parlamentares, sugiro que para a mencionada audiência sejam convidadas as seguintes autoridades representantes: Sr. Marcelo Pacheco dos Guaranys, Diretor Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), e Srª Maria Inês Dolci, Coordenadora do Departamento de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste).

O requerimento já foi apresentado e defendido pelo Senador Raimundo Lira e constará da pauta da próxima reunião para deliberação.

Também sobre a mesa requerimento de autoria do Senador Roberto Rocha, subscrito pelo Senador José Pimentel, que esteve presente na reunião até agora e pediu para que o lêssemos também para entrar na deliberação da próxima reunião da Comissão.

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a realização de audiência pública nesta Comissão, em conjunto com a Comissão de Constituição e Justiça (Requerimento nº 14, de 2015, aprovado na reunião de 19 de agosto de 2015), com a Comissão de Educação, Cultura e Desporto (Requerimento nº 98, de 2015), para debater o Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2014, que Institui o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (Procultura), e dá outras providências, com os seguintes convidados, sem prejuízo da inclusão de outros posteriormente indicados: Juca Ferreira, Ministro da Cultura; Chico César, compositor e ex-Secretário Estadual de Cultura da Paraíba; Albino Rubim, pesquisador e ex-Secretário Estadual da Bahia; Zulu Araújo, Presidente da Fundação Pedro Calmon; Irene Ferraz, Presidente da Escola de Cinema Darcy Ribeiro; Fernando Portella, Diretor Executivo da Rede do Instituto Cidade Viva; Miguel Gomes, produtor cultural; Regina Miranda, referência na área de balé e dança; Coordenadora da Agenda 21 da Cultura; Moacyr Góes, diretor de teatro e de TV; Myriam Brum, ex-Diretora da Casa da Gávea e da Funarte; Aspásia Camargo, socióloga, professora da FGV, ex-Secretária de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, ex-Presidente do Ipea; Márcio Calvão Moura – engenheiro, ator e urbanista, criador do Circo Voador e da Fundição Progresso, revitalizou o patrimônio histórico do Recife Antigo, Pelourinho, Porto Geral de Corumbá; hoje atua com a Casa do Empreendedor Urbano (CEU), coletivo de empresas de economia criativa e formação de empreendedores; Wilma Barbosa – Diretora e Organizadora do Festrio.

Esses dois requerimentos vão estar na pauta para deliberação na próxima reunião dos trabalhos da CAE. Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – O requerimento do Senador Raimundo Lira, na realidade, também vai para...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – É. Nós temos uma resolução aqui que dá uma entrada... E já foi aprovado na Comissão esse procedimento.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Eu só queria chamar a atenção desse aspecto porque me parece, inclusive, que vence esta semana o mandato do dirigente da Anac, Marcelo dos Guaranys. Pode acontecer, inclusive, de termos de fazer essa discussão em período adiante.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Com o novo Presidente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – É. Ou se ele for reconduzido...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sim, com ele.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – De qualquer maneira, ele terá que se afastar. Se vencer o mandato e aqui não houver a sabatina, ele, de qualquer maneira, não estará como dirigente da Anac. Era só isso, mas acho que, talvez, a gente possa resolver isso com a vinda de alguém da Anac ou do próprio em um processo adiante.

Mas acho que é importante essa provocação – provocação, no bom sentido – do Senador Raimundo Lira, Senadora Gleisi, porque esse debate sobre a utilização da chamada barriga de avião é um debate que o mundo fez a partir, inclusive, da utilização de carga. E aí concordo plenamente com ele. Não dá para transpor isso para o Brasil sem observar, por exemplo, as outras modificações.

Quando esse debate foi estabelecido na Europa, em busca de maior utilização... Uma companhia aérea, por exemplo, faz de tudo para diminuir a quantidade de bagagens que um passageiro leva no assento, porque, uma vez que ele paga o porão, a companhia banca com carga, principalmente carga de valor agregado alto e de baixo peso. Falo isso por conta da utilização cada vez maior. Não é à toa, Senadora Gleisi, que Campinas tem um volume de carga maior até do que Guarulhos. Então, essa política tinha de ser discutida nesse aspecto, Senadora. Mas a Europa, via Comunidade Europeia, tomou a decisão de introduzir, para compensar esse processo de diminuição da bagagem, a questão da redução do custo das passagens, dos voos dentro da Europa. Não são somente voos regionais, são voos, inclusive, entre os países, que é a adoção das chamadas companhias de baixo custo, que também utilizam essa lógica para manter os seus custos. Mesmo os aviões pequenos que não levam bagagem do passageiro que comprou aquele assento por um preço muito baixo disponibilizam essa barriga do avião para levar carga de baixo valor agregado, para compensar esse voo com passagem de custo baixo. Portanto, é dessa adoção que precisaríamos ter o acompanhamento. Eu até concordo com a modificação, mas ela teria de vir acompanhada dessa outra alternativa.

Por exemplo, uma passagem de João Pessoa, uma das cidades mais importantes do Nordeste... Eu até brinco muito com os paraibanos dizendo que considero que João Pessoa é uma das capitais mais alegres e tem uma alta qualidade de vida. Eu costumo dizer que João Pessoa é uma cidade do interior no litoral.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Pode não ser a mais importante, mas é a mais bonita.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Eu a acho uma cidade fenomenal, em todos os seus aspectos. Ela não é mais bonita do que a minha Salvador, mas eu considero que é uma cidade que tem uma qualidade de vida excepcional.

Então, se você vai de João Pessoa para Campina Grande, o custo desse voo regional é altíssimo! Se você pegar, por exemplo, um voo de Campina Grande para Juazeiro do Norte, você vai pagar os olhos da cara. É mais fácil sair de João Pessoa ou de Campina Grande para São Paulo... Vou dizer mais: você paga menos por um voo de Fortaleza para Madri do que por um para Juazeiro do Norte. Quem está duvidando do que estou dizendo... Por exemplo, há uma série de promoções de voos de Fortaleza para Madri, por US$350.00, por US$400.00. Hoje, pagamos mais que isso para fazer voos regionais na Bahia, na Paraíba...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – No Paraná também.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – ..., no Paraná...

No Paraná, inclusive, há uma situação complicada.

Avançou-se muito o processo de utilização de aeroportos nas cidades por conta do desenvolvimento econômico de várias cidades que não a capital, mas isso não chegou acompanhado da oferta de voos, o que, consequentemente, eleva o custo de cada passagem. Então, esse é um debate que a Anac tinha de fazer conosco. Não é só chegar e dizer que aumentou, que nós vamos ter de pagar. O sujeito já paga caro pelo assento e ainda vai pagar caro pela mala que leva? Vamos devagar com o andor, porque o santo é de barro.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Senador Walter Pinheiro, essa decisão da Anac, primeiro, é exótica, repetindo o que falei. A diretoria está incompleta e o Presidente está terminando o seu mandato. Como é que se toma uma decisão de tamanha importância, que afeta milhões, dezenas de milhões de brasileiros que são usuários do sistema de transporte aéreo do País?

Segundo, tem uma pegadinha, que é um período de 30 dias para a discussão dessa questão. E há uma segunda pegadinha, que é a decisão mais importante, que mais onera o consumidor, a partir de 2017. Pode-se dizer que 2017 está muito distante, mas não está. Daqui a pouco chegamos a 2017.

Aí eu faço uma comparação, Senador Walter Pinheiro. A diferença entre uma empresa de transporte aéreo normal, podemos dizer, do sistema tradicional, como foi a Varig durante toda a sua existência no País, e o sistema de transporte aéreo de baixo custo é a diferença entre um restaurante *à la carte* e um restaurante *self-service. O* restaurante *à la carte* não pode cobrar o preço que cobra o *self-service* porque quebra e o restaurante *self-service* não pode cobrar o preço do restaurante *à la carte* porque não vai ter cliente consumidor que pague. Então, cada um na sua categoria econômica, cada um com suas características, como falou V. Exª.

Não se pode fazer essas mudanças sem se fazer todas as mudanças que foram objeto de discussão, durante anos, nos Estados Unidos e na Europa. Dar 30 dias para a população brasileira, para o consumidor brasileiro discutir uma questão como essa?

E eu queria pedir o apoio de V. Exª para que pudéssemos encontrar aqui, no Congresso Nacional, não só a discussão, mas a anulação dessa decisão da Anac, por dois motivos: primeiro, porque a diretoria estava incompleta e, segundo, porque o Presidente estava no final de exercício.

Há na Casa a indicação, pelo Governo, de três nomes para compor a diretoria da Anac, e todos nomes que têm um currículo muito bom, técnicos de renomado reconhecimento nessa área.

Portanto, temos que tomar uma decisão em relação a isso.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Minha preocupação era só essa questão do lapso de tempo em relação à saída dele.

Mas deixe-me só dizer uma coisa: o senhor tocou num ponto... Acho que tínhamos que aproveitar, inclusive, Senadora Gleisi, para ir para além da mala, que foi essa resolução, e para discutir. Nós estamos com outro projeto aqui, que é a questão dos 49% na Casa.

Mas o que leva... Vou dar aqui três exemplos bem simples, para todo mundo entender o que é esse jogo na aviação.

A Korean Air faz um voo de São Paulo para Seul e, obrigatoriamente, precisa fazer uma escala, a escala técnica de tripulação, porque não há condição de se fazer um voo por mais de 12 ou 13 horas. É natural que seja preciso trocar a tripulação, reabastecer a aeronave. Enfim, há uma série de aspectos. E o que eles fazem? Fazem uma parada em Los Angeles. É por isso que fazem promoção. De São Paulo para Los Angeles, vendem passagem barata, para o avião não ir batendo lata até Los Angeles. De Los Angeles para lá, arriscam encher o avião para chegar a Seul. Aí fazem outra promoção de Los Angeles para Seul.

A Air China faz a mesma promoção no seu voo de São Paulo para Pequim, que tem uma escala técnica em Madri. Então, compra-se uma passagem para Madri por US$400.00, ou até menos. Por quê? Porque ela tem de parar. Se ela sai vazia, cobrando um preço altíssimo, deixa de carregar passageiros.

Então, esse é um jogo que tem de ser também colocado na questão da bagagem.

E a outra companhia que faz isso é, por exemplo, a Singapore Airlines. De São Paulo para Singapura, ela faz a sua parada em Barcelona. Então, quem quiser comprar bilhete barato vai lá e pega exatamente essas dicas.

Agora, isso foi construído num debate, envolvendo-se, inclusive, diversas entidades do mundo. Permitiu-se isso.

E, por último, Senador Raimundo, uma coisa pela qual briguei muito na Comissão de Infraestrutura e que não conseguimos viabilizar na Anac. Por que um avião que sobrevoa João Pessoa e vai para São Paulo não pode fazer uma parada em João Pessoa e abrir esses lugares para levar gente a preço mais baixo de João Pessoa para São Paulo? É o caso do avião que vem da Europa e sobrevoa João Pessoa ou do avião que vem, Senadora Gleisi, lá do extremo sul e sobrevoa Curitiba. Por que não pode parar ali?

A pessoa desce... O sujeito que vai de Curitiba para São Paulo vai pagar uma passagem mais barata, e a companhia não teria aquele lugar vendido, porque já estaria com o lugar vendido da sua origem até o seu destino. Assim fez a Europa. "Ah, mas lá na Europa tudo é muito próximo...".

Aqui, a alegação que me deram na época foi a de que teríamos problema de alfândega. O sujeito que vem da Europa e desce em João Pessoa teria de fazer a alfândega. E como faz quem fica no avião que vai para São Paulo? E como faz na Europa, onde cada lugar em que o cidadão desce é um país? É até muito pior.

Então, é feito. É bobagem. Com isso, se ganharia em escala, se ganharia em oferta, e, obviamente, tanto a companhia aérea quanto os consumidores seriam beneficiados. As companhias aéreas iriam andar com os seus voos lotados e os consumidores iriam poder andar de avião a um custo muito mais barato.

Portanto, agregue-se a isso a tal da mala, porque, senão, aí é que ninguém mais vai viajar. Viajar sem a mala não é possível. Estão querendo colocar mala demais nas costas do consumidor brasileiro. Já chega!

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – É muito pertinente essa discussão, Senador Walter e Senador Raimundo Lira. Penso que temos que marcar uma audiência o quanto antes.

De qualquer sorte, nós não poderíamos marcar para semana que vem porque nós vamos ter o Presidente do Banco Central aqui no dia 22. Mas eu já pedi aqui à nossa secretária, Camila, para ver todos os pedidos de audiência pública, para podermos hierarquizar e trazer uma proposta para a Comissão, porque, de fato, é muito relevante isso.

O custo da passagem aérea está muito alto, e não há razão para isso. É mais caro pagar passagem para algumas localidades do Brasil do que para fora do Brasil.

Nós fizemos todo um investimento em infraestrutura, nos aeroportos, nas concessões e temos uma regulamentação de aviação regional.

O Paraná, por exemplo, tem uma região, o sudoeste do Paraná, com um desenvolvimento muito grande, com agricultura familiar, e nós não temos nenhum voo de carreira. Nenhum! E todas as outras regiões têm. Para o sudoeste do Paraná, onde fica Francisco Beltrão e Pato Branco, não há nenhum voo de carreira. E é caríssimo se você for colocar o voo porque as companhias não consideram que a demanda vai se formar em um curto espaço de tempo.

Então, eu acho que é muito relevante esta discussão, e nós temos que fazê-la...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. *Fora do microfone*.) – ... modelo do negócio.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Com certeza. Com certeza. E já aproveitamos para discutir também a questão do capital estrangeiro.

Então, nós vamos trazer, na próxima semana mesmo, na audiência do Ministro Tombini, uma proposta das audiências públicas, pois, com certeza, este tema vai ser um tema priorizado, até porque é um tema que a população tem reivindicado muito.

Antes de encerrar os trabalhos, comunico que, nesta quinta-feira, dia 17, às 10h, no Plenário nº 2 da Câmara dos Deputados, teremos uma reunião conjunta com a CMA, CMO e demais comissões pertinentes da Câmara dos Deputados, com a presença do Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, e que contaremos, também, com a presença do Ministro Alexandre Tombini na CAE na próxima terça-feira, dia 22, em atendimento ao art. 99, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, para a qual contamos com a presença de todos os Srs. Senadores e Srªs Senadoras.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 37 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e três de fevereiro de dois mil e dezesseis, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Donizeti Nogueira, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Otto Alencar, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim, Douglas Cintra, Humberto Costa, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Alvaro Dias e Vanessa Grazziotin**.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge Viana, Jader Barbalho, Lídice da Mata e João Capiberibe**.** Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. LEITURA DE AVISOS. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes avisos que ficarão à disposição dos Senhores Senadores na secretaria da comissão: Ofício SGP nº 5.538, de 2015, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; Ofício nº 1.526, de 2015, do Senado Federal; Aviso nº 8, de 2016; Resposta ao Ofício nº 27, de 2010, da CCT, de 17 de março de 2010; Aviso nº 33-GP, do TCU; e Ofício nº 08, de 2016, do Senado Federal. Passa-se à PAUTA. ITEM 2) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 10, de 2015 - Não Terminativo. Encaminha cópia do Acórdão nº 1856/2015 - TCU - Plenário, acompanhado dos respectivos Relatório consolidado de levantamento das auditorias, das fiscalizações e demais ações de controle realizadas por este Tribunal até o mês de junho/2015 nos objetos relacionados com os Jogos Olímpicos e ParaolímpicosRio-2016, com o objetivo de avaliar essas ações e definir os novos passos a serem adotados. (TC 007.973/2015-2). Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Paulo Rocha. Relatório: Pelo arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo arquivamento da matéria. ITEM 3) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, de 2014 - Não Terminativo. Dispõe sobre planos de assistência funerária, sua normatização, fiscalização e comercialização e dá outras providências. Autoria: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação com a emenda nº 1-CAE. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CAE/CMA, e aprovado Requerimento de Urgência para a matéria apresentado pelo Senador Ronaldo Caiado (Item 17). ITEM 5) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 138, de 2015 - Não Terminativo. Veda a importação de pele de cães, gatos e animais selvagens exóticos e de artigos dela derivados. Autoria: Deputado Felipe Bornier. Relatoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Retirado de pauta pelo relator. ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 676, de 2015 - Não Terminativo. Dispõe sobre a embalagem para a comercialização de soda cáustica líquida e água sanitária, e dá outras providências. Autoria: Senador José Maranhão. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação da matéria. ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2014 – Terminativo. Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para garantir a reprodução das cheias naturais a jusante dos reservatórios operados por agentes públicos e privados. Autoria: Senador Kaká Andrade. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Lido o relatório e adiadas a discussão e a votação da matéria. ITEM 14) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 2, de 2016. Com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a convocação do Ministro Ricardo Berzoini e o convite a pessoas relacionadas a Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo (Bancoop), para comparecer à audiência pública a ser realizada na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), a fim de discutir as fraudes contábeis que culminaram no encerramento das atividades da Cooperativa. Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Resultado: Rejeitado. ITEM 16) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 4, de 2016. Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a reativação dos trabalhos da Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas - CMAOBRAS, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, destinada a acompanhar e fiscalizar os recursos públicos federais investidos em obras inacabadas; listar os empreendimentos mais importantes nessas condições, apontando suas causas e identificando, se possível, responsabilidades; e propor medidas legislativas que possam corrigir os problemas existentes e evitar novas ocorrências, pelo prazo de 10 (dez) meses. Autoria: Senador Ataídes Oliveira. Resultado: Aprovado. É aprovada a inclusão EXTRAPAUTA da seguinte matéria: ITEM 17) MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , DE 2016. A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) requer, nos termos dos arts. 336, inciso III, 337 e 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a

imediata apreciação do Projeto de Lei da Câmara nO 50, de 2014, que "Dispõe sobre planos de assistência funerária, sua normatização, fiscalização e comercialização e dá outras providências". Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Ficam adiadas as demais matérias. A Presidência declara encerrada a reunião às onze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador OTTO ALENCAR
Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Havendo quórum suficiente, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto às Srªs e aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Leitura de avisos, ofícios e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos: Ofício SGP nº 5.538, de 2015, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; Ofício nº 1.526, de 2015, do Senado Federal; Aviso nº 8, de 2016; Resposta ao Ofício nº 27, de 2010, da CCT, de 17 de março de 2010; Aviso nº 33-GP, do TCU; e Ofício nº 08, de 2016, do Senado Federal.

Informo que a relação dos documentos lidos será encaminhada oportunamente por *e-mail* para os gabinetes de todos os membros, com *links* para acesso aos seus conteúdos, de forma que os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras possam manifestar-se sobre eles, se assim desejarem.

Há um atraso momentâneo no encaminhamento desses conteúdos para os gabinetes. Isso se deve a um problema com as impressoras que produzem cópia eletrônica dos documentos.

Passamos à pauta.

Aviso nº 8...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pela ordem, Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu peço, Sr. Presidente, a inversão de pauta do item 16, que é um requerimento de minha autoria, sobre obras inacabadas, uma vez que nós temos agora uma reunião no Conselho de Ética, com o Presidente.

Eu consulto V. Exª se podemos fazer essa inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Consulto o Plenário sobre se concorda com a inversão da pauta. (*Pausa.*)

O Senador Humberto Costa concorda? (*Pausa.*)

Então, já com a concordância dos Srs. Senadores, coloco em votação o item 16.

ITEM 16
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 4, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a reativação dos trabalhos da Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas - CMAOBRAS, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, destinada a acompanhar e fiscalizar os recursos públicos federais investidos em obras inacabadas; listar os empreendimentos mais importantes nessas condições, apontando suas causas e identificando, se possível, responsabilidades; e propor medidas legislativas que possam corrigir os problemas existentes e evitar novas ocorrências, pelo prazo de 10 (dez) meses.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

Em discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir.

Em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Indico os seguintes Senadores para compor a Subcomissão de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas: Senadores Donizeti Nogueira, Valdir Raupp, Ataídes Oliveira, Roberto Rocha e Douglas Cintra, os mesmos Senadores que, no ano passado, compuseram essa Comissão.

Está aprovado o requerimento, inclusive com a indicação dos nomes que foram citados agora.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Voltamos ao início, ao item 1 da pauta.

ITEM 1

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 8, de 2014

- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 2176/2014 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, referente aos autos da auditoria operacional a fim de avaliar o processo de concessão florestal federal, autorizado pelo acórdão nº 3494/2012 - TCU - Plenário (TC 046.126/2012-0).

Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senador João Capiberibe
Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento
Observações:
-A matéria constou nas pautas dos dias 01/12/2015 e 16/02/2016.

Com a palavra o Relator. (*Pausa.*)

Não está presente.

Passamos ao item 2, cuja relatoria é do Senador Paulo Rocha.

ITEM 2

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 10, de 2015

- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 1856/2015 - TCU - Plenário, acompanhado dos respectivos Relatório consolidado de levantamento das auditorias, das fiscalizações e demais ações de controle realizadas por este Tribunal até o mês de junho/2015 nos objetos relacionados com os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio-2016, com o objetivo de avaliar essas ações e definir os novos passos a serem adotados. (TC 007.973/2015-2).

Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senador Paulo Rocha
Relatório: Pelo arquivamento
Observações:
-A matéria constou nas pautas dos dias 24/11/2015, 01/12/2015 e 16/02/2016.

V. Exª, que é o Relator, tem a palavra.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Sr. Presidente, nobres colegas, este é o relatório do TCU que trata da fiscalização e controle das obras relacionadas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio-2016. É aquela fiscalização e acompanhamento de praxe do TCU.

Nesse sentido, o documento sob análise consubstancia o acórdão dos Ministros do TCU, reunidos em sessão plenária, no que respeita aos tópicos, que, em síntese, dão ciência à Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro, determina à Secretaria de Controle Externo, determina à Autoridade Pública Olímpica (APO), com a mesma fundamentação legal das determinações anteriores, envia cópias do Acórdão ao Ministério do Esporte, à Controladoria-Geral da União, à Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados, à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, à Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal e pede para arquivar os autos nos termos que determina o Regimento Interno do TCU.

O acórdão, Sr. Presidente, reflete o posicionamento dos Ministros do TCU, reunidos em sessão do Plenário, e se coaduna com os princípios e as regras legais vigentes no ordenamento jurídico.

Ao Senado Federal compete manter-se a par do assunto e estar alerta às possibilidades de aprimoramento da legislação que porventura se apresentem.

Pelo exposto, visto que esta Comissão tomou conhecimento da matéria, voto pelo arquivamento do Aviso da CMA nº 10, de 2015, do Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum Senador que queira discutir, está encerrada a discussão.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Meio Ambiente pelo arquivamento da matéria.

Passamos ao item 3.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, de 2014
- Não terminativo -

Dispõe sobre planos de assistência funerária, sua normatização, fiscalização e comercialização e dá outras providências.

Autoria: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação com a emenda nº 1-CAE
Observações:
-Matéria apreciada pela CAS, com parecer favorável ao projeto, e pela CAE com parecer favorável ao projeto com a emenda nº 1-CAE.
-Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.

O Relator, Senador Flexa Ribeiro, não está presente. Então, designo o Senador Humberto Costa para que possa ser Relator *ad hoc*.

Acabou de chegar o Flexa Ligeira. Não é Flexa Ribeiro, mas Flexa Ligeira.

Com a palavra o nobre Senador Flexa Ribeiro, para relatar.

V. Exª chegou na hora certa para relatar o projeto do nobre Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador Otto Alencar, Srªs e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, quero justificar minha demora. Eu estava na Comissão de Ciência e Tecnologia relatando alguns processos. Por isso a demora para chegar à Comissão de Meio Ambiente, tão bem presidida por V. Exª.

Estou feliz porque a novela de que V. Exª será o ator principal, da qual será o grande orientador, está para iniciar. Eu tenho visto a chamada.

Quando vejo o Velho Chico, lembro-me sempre do Senador Otto Alencar, que é o grande orientador do autor da novela.

Tenho certeza de que V. Exª vai aparecer no vídeo em algumas cenas, quando o Ibope vai lá em cima, a audiência ... E é possível que V. Exª seja chamado para o quadro de atores da Rede Globo. Eu não tenho dúvida disso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Flexa Ribeiro, eu não tenho, em hipótese alguma, essa vocação para ator. O autor é o Benedito Ruy Barbosa. Eu realmente estive em São Paulo com a sua filha, Edmara Ruy Barbosa, para levar subsídios sobre a história do rio, que conheço desde os 15 anos de idade. Eles colheram alguns subsídios. A única coisa que espero que a novela possa mostrar que é preciso tomar todos os cuidados agora para o rio não morrer.

Com essas chuvas de agora, a vazão do rio aumentou para quase cinco mil metros cúbicos por segundo. A vazão média é de 2,9 mil metros cúbicos por segundo. E a cor da água do Velho Chico – eu estive esta semana lá – é a mesma cor das águas do Rio Doce, contaminado pela represa da Samarco que rompeu. As águas estão parecendo sangue, vermelhas, pela erosão, pela quantidade de sedimento que entra no rio. Hoje, o rio recebe, por ano 30, milhões de toneladas de sedimento.

Então, eu espero que a novela possa fazer também a demonstração...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – A parte educacional.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... de que é preciso um atendimento de urgência para o Velho Chico.

Como diz o Bispo de Barra, Dom Luiz Cappio, o Velho Chico esteve algum tempo na UTI. Na UTI há quem cuide. Agora está pior: está na fila do SUS, e ninguém cuida dele. O Bispo Luiz Cappio é quem diz isso, aquele fez greve de fome pela revitalização.

Então, espero que a novela possa mostrar essas chagas todas que o homem causou ao rio para que ele possa ser recuperado e volte a ser exuberante como era quando eu o conheci, aos 15 anos, lá pela década de 60, em 64, por aí.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, pela história de vida de V. Exª e por V. Exª ter, ao longo do seu mandato inicial, aqui, no Senado Federal, defendido os interesses do Brasil, da sua Bahia e, em especial, do Velho Chico, pelo conhecimento que V. Exª tem de tudo que já aconteceu, do que foi o Velho Chico – V. Exª, na infância, teve oportunidade de usufruir da beleza do Velho Chico –, tenho certeza de que sua luta vai ter eco junto às autoridades, junto ao Poder Federal, para que se possa realmente fazer o que deveria ter sido feito.

Apesar de eu não ser do Nordeste, acompanho essa luta de vários Senadores para que, antes da transposição, tivesse sido feita a revitalização, porque transpor algo que não existe ou pode deixar de existir não tem efeito nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O rio começou a sofrer com as suas chagas a partir de 1982. Então, há décadas que ele não recebe nenhum tratamento. Não se plantou uma árvore para preservar uma nascente, um afluente. Isso vem acontecendo.

O que aconteceu agora em São Paulo, com o Cantareira, com a dificuldade da água, chamou a atenção do Brasil, tanto que eu defendo muito que o Governo Federal tenha um programa nacional de recursos hídricos para a preservação da água, das nascentes. De outra forma, a população futura, os nosso filhos, os nossos netos vão passar grande dificuldade para tomar um banho, para beber uma água de boa qualidade, para a irrigação, para a produção de energia, embora os reservatórios estejam em condição bem melhor do que antes.

O reservatório de Sobradinho chegou a 1% do volume útil. Agora, na última semana, na sexta-feira, estava com 26% do volume útil. Se o rio não estivesse entupido, assoreado, aterrado, o reservatório teria hoje 50% do volume útil. Mas, como o rio perdeu o seu calado, ficou raso, o que acontece? As águas entram no rio e se espalham, formando vários deltas no trajeto do Rio São Francisco, em 2.780km de extensão. Formam-se deltas artificiais em função do calado raso por entupimento, por aterramento, por assoreamento. Então, a Barragem de Sobradinho deveria ter, hoje, 50% do volume útil, mas está com 26%, e isso não vai sustentar esse período de estiagem que acontece na cabeceira do Rio São Francisco.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É verdade, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Vamos à matéria, porque os nossos amigos aqui estão todos aguardando há muito tempo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Se nós ficarmos conversando, não discutindo, sobre...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Podem achar que somos o Rolando Lero para que o projeto não seja votado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não, não, pelo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Vamos à votação do projeto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pelo contrário. Não é Rolando Lero, não. É porque esse assunto da água doce é um dos assuntos mais importantes a serem discutidos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente. E o fórum é aqui mesmo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – E no futuro nós vamos ter problemas de abastecimento para o ser humano.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É muito grave, muito grave.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Então, precisamos ver. Nós na Amazônia temos água para exportar. Eu brinco sempre dizendo que nós deveríamos exportar para o resto do mundo água do Rio Amazonas, engarrafada ou em navios, para se ter um outro olhar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – A Bahia, há 60 anos, também tinha. Não tem mais.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ..., um outro olhar para a nossa região.

Mas vamos ao exame e ao parecer do PLC nº 50, de 2014, de autoria do nobre Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que nos com sua presença nesta reunião em que vai ser discutido e votado o parecer.

O projeto do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que é o Projeto de Lei nº 50, de 2014, dispõe sobre planos de assistência funerária, sua normatização, fiscalização e comercialização e dá outras providências.

O projeto estabelece que a comercialização de planos funerários será de responsabilidade de empresas administradoras de planos de assistência e que o funeral poderá ser executado pela própria empresa ou por empresa funerária cadastrada ou contratada. Além disso, define plano funerário ou serviço de assistência funerária como sendo o conjunto de serviços contratados a serem prestados ao titular e seus dependentes na realização das homenagens póstumas.

A proposição estabelece condições para que seja autorizada a comercialização dos planos, além de impor uma série de obrigações, tais como: patrimônio líquido contábil mínimo, capital social mínimo, reserva de solvência, realização de auditoria contábil independente e comprovação de quitação dos tributos.

Há previsão de dispensa das exigências para as microempresas.

O projeto assegura às empresas que já comercializam planos o direito de manter em vigor os contratos firmados, mas determina a suspensão das atividades das empresas que não cumprirem as exigências.

O art. 9º incumbe os órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor de fiscalizar as empresas. Estabelece, ainda, que as administradoras de planos funerários, excetuadas as microempresas que já estejam em operação há, no mínimo, um ano, deverão registrar anualmente relatório de auditoria independente e modelo do contrato comercializado no cartório da sua localidade-sede e das localidades em que promoveram a comercialização, bem como apresentá-los anualmente ao órgão fiscalizador.

Por fim, o projeto estipula o prazo de cento e oitenta dias para a entrada em vigor da lei resultante da proposição.

Na justificação, o autor do projeto destaca a existência de empresas que promovem a comercialização de planos de assistência funeral e a necessidade de ação regulatória, para minimizar a atuação de agentes inescrupulosos e prevenir e proteger a economia popular.

Muito corretos a observação e o projeto do Senador Mendes Thame, no intuito de proteger o consumidor e a população de modo geral.

A matéria foi aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com uma emenda de redação, e é agora submetida à CMA, após o que será apreciada pelo Plenário.

Análise, Sr. Presidente.

Concordamos, na íntegra, com o parecer oferecido pela CAE, que destaca a relevância da iniciativa do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame em regular o mercado de planos de assistência funerária.

Ao prever regras para a comercialização de planos e para a fiscalização desse mercado pelo Estado, o PLC promove o interesse público e o respeito aos direitos do consumidor, beneficiando especialmente a população de baixa renda, que constitui a principal consumidora desses planos.

Como bem argumenta o parecer da CAE:

Com as medidas do PLC nº 50, de 2014, diminui-se consideravelmente a possibilidade de que gestões fraudulentas ou ineptas tornem as empresas insolventes, atingindo o consumidor em um momento de particular fragilidade emocional. Ao se estabelecer parâmetros legais para a comercialização dos planos e a solvência das empresas ofertantes, busca-se, assim, garantir a contraprestação dos serviços contratados, protegendo um público em geral hipossuficiente contra más práticas.

Finalmente, cabe alertar para a necessidade de ajuste redacional no caput do art. 2º da proposição, nos termos da emenda apresentada pela CAE.

Voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2014, e, no mérito, por sua aprovação, com a emenda de redação apresentada pela CAE.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Só para dizer que entendo esse projeto como muito importante. Tive oportunidade de ser Relator dele em uma das comissões. Acho que isso vai permitir que esse tipo de atividade se faça de forma regulada, evitando qualquer tipo de prejuízo para os eventuais consumidores.

Nesse sentido, quero manifestar aqui o meu voto favorável ao relatório do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Para discutir, Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Quero parabenizar o Deputado Mendes Thame, com quem conversei há pouco, pelo projeto, iniciativa importante.

Mas eu queria propor ao Relator uma pequena emenda de redação que não prejudicasse o projeto. Seria só para reafirmar a presença do Código de Defesa do Consumidor. Seria no art. 11, que ficaria assim: "Para todos os efeitos legais, a contratação de plano de assistência funerária caracteriza relação de consumo, e aplica-se o Código de Defesa do Consumidor". A emenda seria: "... e aplica-se o Código de Defesa do Consumidor". É uma emenda de redação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, quero cumprimentar pela iniciativa o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, com quem tive a oportunidade de conviver na Câmara dos Deputados por vários mandatos.

Ele é um Parlamentar extremamente dedicado, estudioso, conhecedor profundo das matérias que propõe e sempre foi uma voz muito respeitada na Câmara dos Deputados. Não é diferente o seu prestígio também no Senado Federal, pelo reconhecimento de todos nós que tivemos oportunidade de conviver no seu dia a dia.

Relatada pelo não menos competente, sério e dedicado Senador Flexa Ribeiro uma matéria que já vem se arrastando na Câmara e no Senado há vários anos, quero apresentar à Mesa um requerimento de urgência para que esse projeto chegue ao plenário, seja apreciado pelo Pleno do Senado Federal e encaminhado para sanção. Afinal de contas, a todos nós chegam casos de pessoas, a todo momento, queixando-se de planos que foram vendidos e que, depois, as pessoas desapareceram, todos sabemos que o Ministério Público tem que se ocupar de promover diligências atrás de pessoas que venderam planos que não têm a menor capacidade de atender aquilo que propuseram.

Esse projeto de lei propõe exatamente a normatização e também a fiscalização desses planos.

Minha posição é favorável, e peço aos demais pares a apreciação do requerimento de urgência para que a matéria seja apreciada pelo Plenário.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Presidente, só para registrar aqui o nosso apreço pelo Deputado Mendes Thame, que está fazendo um belo trabalho nessa área. E registro também que sou Relator do projeto na CAE e que vamos agilizar para que o aprovemos o mais rapidamente possível.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Ronaldo Caiado, logo após a votação do projeto, colocaremos o requerimento de V. Exª, de regime de urgência para o projeto, em votação.

Encerrada a discussão...

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, o Senador Donizeti propõe que se faça uma emenda de redação no art. 11. A emenda da CAE é no art. 2º... O art. 11 do projeto do Deputado Thame diz: "Para todos os efeitos legais, a contratação de plano de assistência funerária caracteriza relação de consumo". O Senador Donizeti, que já consultou o autor do projeto, que concordou, propõe que se faça uma extensão na redação incluindo "... e aplica-se o Código de Defesa do Consumidor".

Da nossa parte, não há nenhum óbice. Como o autor também está de acordo, eu acato a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Mas eu considero que seja uma redundância. No caso, eu já tinha visto isso, que pode alterar o projeto e, de alguma forma, fazê-lo voltar para a Câmara.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Se houvesse esse risco, o Senador Donizeti...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Existe a possibilidade.

Eu acho que a defesa do consumidor, num caso dessa natureza...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Já está observada legalmente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... é só acionado pelo consumidor.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, o direito de consumidor é uma prerrogativa de todos nós; já existe uma matéria. Há um Código de Defesa do Consumidor, que permanece para todas as áreas...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O consumidor é que provoca isso. E pode alterar o corpo do projeto e ter de voltar para a Câmara.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – ..., seja essa na parte funerária, seja do cidadão que comprou uma geladeira, uma bicicleta... Todos nós temos essa prerrogativa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pode alterar o corpo do projeto e ter de retornar para a Câmara.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – E, Senador Donizeti, o próprio projeto, no art. 9º, já diz que cabe ao Sistema Nacional de Defesa do Consumidor a fiscalização das empresas. Já está...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Não é nosso objetivo embaralhar não. Então, está bem, retiro a ideia da emenda e vamos à votação do projeto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Então, pronto, Sr. Presidente, emenda rejeitada, vamos à frente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Encerrada a discussão.

Em votação. (*Pausa.*)

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Palmas.*)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pela ordem.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr. Presidente, peço que veja a possibilidade de invertermos a pauta para discutirmos agora o item 14.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª aguarda só um instante para que eu possa colocar o requerimento de urgência em votação? Logo depois, atenderei V. Exª.

Em votação o requerimento proposto pelo Senador Ronaldo Caiado, para que a matéria tramite em regime de urgência.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Consulto o Plenário se há alguma restrição à proposição do Senador Donizeti Nogueira para inversão da pauta para apreciação do projeto do item 14. (*Pausa.*)

Como não há objeção, vamos ao item 14 da pauta.

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Acho que sou Relator do item 12. Acho que são dois relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª quer também inversão?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Se for rápido, tudo bem, porque tenho de ir para a CAE.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Certo. Logo depois do 14, coloco o item 12 em apreciação.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) –

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 2, de 2016

- Não terminativo -

Com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a convocação do Ministro Ricardo Berzoini e o convite a pessoas relacionadas a Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo (Bancoop), para comparecer à audiência pública a ser realizada na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), a fim de discutir as fraudes contábeis que culminaram no encerramento das atividades da Cooperativa.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Em discussão.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, quero agradecer ao nobre Parlamentar Donizeti, que solicitou a inversão de pauta do requerimento de minha autoria, item 14.

Como V. Exª acabou de ler, o objetivo é trazermos aqui, para a Comissão, que tem esta finalidade de fiscalização e controle, aquilo que foi denunciado e que foi mostrado por toda imprensa, tanto televisionada quanto escrita. Mais de cinco mil pessoas que participavam dessa Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo (Bancoop) realmente foram vítimas de um estelionato. A cooperativa foi criada e, pelas denúncias que existem hoje, foi utilizada como intermediária para repassar dinheiro às campanhas eleitorais, com saques milionários em dinheiro. Também foi mostrado que parte desse dinheiro era destinado aos próprios dirigentes da cooperativa. No entanto, ficou claro que essa entidade serviu para encher o bolso de todos aqueles dirigentes como também serviu para o financiamento de várias campanhas eleitorais.

O Senado Federal tem a obrigação, principalmente esta Comissão, de esclarecer por que os outros cinco mil cooperados do Bancoop não têm hoje sequer a oportunidade de ter uma perspectiva do seu apartamento e nem uma conclusão acerca daquilo que foi cobrado pela Bancoop.

Logo a seguir, essa empresa foi transferida para a OAS e, daí, todos os desdobramentos.

O Presidente Lula tem o tríplex, e, realmente, os demais prédios não tiveram a mesma celeridade e muito menos tiveram os cooperados a possibilidade de sonharem, amanhã, em ter o seu próprio apartamento.

Então, com a gravidade dessa denúncia e como tenho a convicção absoluta de que o PT sempre esteve na tese de defender os trabalhadores – e foram exatamente trabalhadores que repassaram parte do seu salário para financiar aquilo que é o sonho de todo cidadão, ou seja, ter a sua casa própria –, eu enxergo o gesto do Senador Donizeti como sendo uma preocupação em dar prosseguimento a essas investigações, ainda porque não é possível que o trabalhador, que foi penalizado com grande parcela do seu salário mensal, fique hoje totalmente sem perspectiva de ter a sua casa própria.

Ora, a convocação do Ministro Ricardo Berzoini não é a convocação de um ministro por acaso; ele é uma pessoa que estava diretamente ligada à cooperativa, fazendo parte das decisões da cooperativa. Com a sua vinda aqui, acredito que nós teremos a oportunidade de ouvir outros também que poderão nos explicar o porquê dessa falência da Bancoop e o porquê de não se fazer a entrega dos apartamentos aos demais cooperados.

Sendo assim, Sr. Presidente, eu peço o apoio dos demais pares a esta que é uma demanda feita principalmente a nós, Senadores, que recebemos centenas de telefonemas por dia desses cooperados que estão sem receber a menor resposta por parte da Bancoop e que, hoje, simplesmente, depois de terem trabalhado anos e anos, ouvem dizer: "Olha, o dinheiro sumiu; o gato comeu e desapareceu". E eles não têm as suas casas, os seus apartamentos. No entanto, o prédio em que fica o apartamento do Lula já está concluído, até com elevador interno, para ser entregue a fim de que ele possa desfrutar daquela vista maravilhosa ali do Guarujá.

Então, Sr. Presidente, a convocação que faço é para que venha o Ministro Berzoini e explique como se deu essa tramitação na Bancoop; por que a Bancoop chegou a esse final tão triste e melancólico; e por que a negociação feita com a OAS foi apenas para que esse prédio, especificamente, fosse concluído, sendo que os demais não tiveram a mesma atenção por parte do Ministro Berzoini, que é do Partido dos Trabalhadores e, como tal, se intitula defensor dos trabalhadores. Enquanto isso, o que nós vimos foi exatamente o contrário: os trabalhadores serem assaltados naquilo que é o seu direito, ou seja, ter a sua casa própria com o seu próprio esforço e o seu próprio salário.

Então, peço aos demais pares a votação favorável ao requerimento de minha autoria e agradeço também ao Senador Donizeti por ter pedido a inversão de pauta diante de tão importante e momentosa matéria, que todo o Brasil discute no momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pela ordem, com a palavra o Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, esta audiência, a meu ver, é de extrema importância para esclarecer, para levar informações ao povo brasileiro sobre essa história da Bancoop, uma empresa constituída na década de 90, especificamente em 1996, pelo atual Ministro e então Presidente do PT, Ricardo Berzoini.

Eu vejo, Sr. Presidente, que esta douta Comissão tem a obrigação, salvo melhor juízo dos nossos pares, de trazer aqui, através de convite – eu não vejo maiores... – a presença do Ministro Berzoini.

A Bancoop vem sendo investigada – e a imprensa tem noticiado no dia – pelo Ministério Público desde 2007 por acusações de lavagem de dinheiro, superfaturamento e desvio de recursos. O questionamento maior é: como uma das maiores e mais importantes construtoras de imóveis do Estado de São Paulo, com mais de 15 mil cooperados, mesmo tendo recebido vultosos aportes financeiros somando mais de R$40 milhões, a partir de 2013 transformou-se numa empresa com um déficit estimado em torno de R$100 milhões?

Ressalto, Sr. Presidente, ainda, que cerca de 8,5 mil famílias sofreram prejuízos devido à Bancoop. Desse total de famílias lesadas, cerca de 3 mil famílias nem chegaram a receber os seus imóveis construídos pela entidade.

Daí a relevância da realização dessa audiência pública, Sr. Presidente, para que a sociedade receba as explicações sobre as fraudes contábeis que resultaram no encerramento das atividades da Bancoop.

Sr. Presidente, não podemos nos eximir dessa responsabilidade. Nós precisamos levar essas informações ao povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Como não há nenhum outro Senador para discutir...

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, apesar de todo o esforço dos ilustres Senadores que me antecederam de tentar envolver o Ministro Berzoini nessa questão, constitucionalmente o Ministro responde pelos seus atos enquanto Ministro e não por questões alheias, diferentes daquilo que é sua atividade como integrante do Governo e membro do Poder Executivo. Então, isso não caberia de forma alguma. Segundo, porque o Ministro Berzoini não tem qualquer relação com os fatos que foram aqui citados pois ele foi fundador da cooperativa e depois se afastou, e os fatos aconteceram em momento em que ele exercia atividades totalmente diferentes daquela da Bancoop. Não era integrante da sua diretoria, de nenhum conselho. Portanto, nada que diga respeito a ele.

Além de esse tema ter sido objeto de exploração por parte dos meios de comunicação e da oposição, já foi objeto inclusive de investigação. Houve uma CPI na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo que, em nenhum momento, estabeleceu qualquer responsabilização do Ministro Berzoini. Além disso, há um entendimento já feito pela cooperativa, por informações que vi pelo jornal, de entregar ao Ministério Público toda a documentação relativa a essas denúncias, inclusive apresentando uma versão diferente. Houve uma inviabilidade, na visão deles, de a cooperativa cumprir com seus compromissos, e foi feito um entendimento, inclusive envolvendo o Ministério Público, para que essas obras pudessem ser realizadas por empresas outras.

Então, nesse sentido, por entender especialmente que não é assunto que diga respeito ao exercício do mandato do Ministro como Ministro e o nosso como Senadores, peço a rejeição desse requerimento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, é lamentável que, todas as vezes em que se queira esclarecer um assunto da gravidade e da importância do caso da Bancoop, haja sempre, por parte da situação, do Governo, um impedimento de convite às pessoas – não ao Ministro Berzoini, Senador Humberto Costa. Não é ao Ministro Berzoini; é ao cidadão, quando lá atrás ocupou a função de fundador ou de administrador da Bancoop.

No meu Estado do Pará, nós estamos falando... A imprensa tem divulgado as questões das pessoas que foram prejudicadas. Muitas delas, com sacrifício, fizeram a poupança para adquirir o seu imóvel, seu lar, e só se fala em São Paulo, São Paulo, São Paulo. Mas isso ocorreu no Brasil. No meu Estado do Pará, também a Bancoop deixou várias pessoas, centenas de pessoas numa situação de terem feito o aporte e não terem recebido a unidade em um empreendimento, Senador Paulo Rocha, lá na Augusto Montenegro.

Então, eu acredito que esclarecer... Nós não estamos aqui fazendo juízo de valor com relação ao Ministro Berzoini. Nós só queremos esclarecimento.

Então, eu vou votar favoravelmente ao requerimento do Senador Caiado. Espero que nós consigamos fazer essa audiência aqui.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – O objetivo do requerimento trazido à Comissão de Fiscalização e Controle e também à de Meio Ambiente, em primeiro lugar, não é nenhuma tentativa de envolver... Acho que o Senador Humberto Costa não usou a palavra correta. Ninguém quer "envolver".

O que se quer é aquilo que é dito todo dia na mídia: há 5 mil pessoas da Bancoop que não receberam – está certo? – seus apartamentos. Ora, a tentativa é de dar uma solução a essas pessoas.

Agora, querendo ou não, o Ministro Berzoini foi cabeça pensante na estruturação da cooperativa chamada Bancoop. Isso ninguém pode tirar dele. Ele, junto com o atual, o ex-tesoureiro do PT, Vaccari, eles estiveram exatamente na operação da cooperativa.

Que a função de um ministro de Estado não é cuidar de cooperativas nós sabemos muito bem. Mas nem por isso, ao ser Ministro de Estado, tudo o que ele praticou anteriormente ao seu mandato de Ministro pode ser deletado. Senão, seria uma maravilha: o cidadão comete todos os crimes, chega a ministro de Estado e, a partir daí, está imune a tudo anterior; ou seja, só passa a responder por aquilo que está na Pasta.

Quer dizer que nós não podemos, como colocou o Senador Ataídes, independente de ser convocação, já que é uma prática aqui na Casa, no Senado...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, eu pedi minha inscrição.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – ...apesar de o Regimento determinar o contrário, se não for convocação, convite. Nós sempre acolhemos essa alteração desde que haja uma data determinada para que possamos ter pelo menos a condição de esclarecer esses fatos.

Nós não podemos, Sr. Presidente, minimizar uma situação como esta, em que são milhares os brasileiros que pagaram pela sua casa própria e hoje estão totalmente, aí, sem a menor resposta do Governo. Um Governo que se intitula "Minha Casa, Minha Vida", de repente, esse Governo passa a ser... Está certo? O cidadão que depositou dinheiro para comprar sua própria casa ficou sem ela para, amanhã, financiar não só os dirigentes da cooperativa como também campanhas eleitorais.

Essa matéria está ressurgindo agora com outro grau de informações e também de dados, e, à época do levantamento feito no Congresso Nacional, nós não tínhamos, as informações, como se tem hoje.

Então, como tal, é fundamental, Sr. Presidente, possamos reiniciar também, e, no Senado Federal, esta Comissão não passar omissa por essa denúncia tão grave a que nós estamos assistindo todo dia na mídia nacional.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Serei breve, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Primeiro, para lamentar: o Senador pede a palavra pela ordem, mas faz uma segunda manifestação defendendo seu entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu já concedi a outros Senadores e não podia...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu sei...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – E não podia discriminar o Senador...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu sei, mas eu acho que isso é uma falta de respeito aos seus colegas, principalmente aos que estão inscritos, Sr. Presidente. Só estou registrando, nada mais.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª não estava ainda inscrita quando ele pediu. V. Exª pediu depois.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu pedi antes, Presidente, mas tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pediu depois. Eu tenho uma boa memória; pediu depois.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas eu vou falar rapidamente, não vou usar o tempo que...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Como já concedi a outros Senadores a mesma condição, não podia negar ao Senador Ronaldo Caiado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pois é, mas com a orientação de que os Senadores utilizem da palavra para fazer questão de ordem, não para ficar dez minutos defendendo...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª tem a palavra agora. Pode exercê-la na sua magnitude.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada. Eu agradeço.

Primeiramente, quero dizer que concordo com a fala do Senador Humberto Costa, assino embaixo e, até por economia de tempo, não vou repetir.

Mas gostaria de reforçar o fato determinado pela Constituição brasileira no seu art. 58, §2º, inciso III, que trata da convocação de ministros. Só é possível que um ministro venha ao Senado Federal, ao Parlamento brasileiro, para tratar de assuntos relativos à sua Pasta, o que não é objeto do requerimento do Senador Caiado, que tem um único objetivo. Aliás, todas as semanas, a gente discute um requerimento aqui. Eu, sinceramente, aguardei com muita ansiedade e expectativa a realização da reunião e hoje, porque eu sabia que viria um outro requerimento. Só que eu não achava que era esse.

Eu achava que Senadores, aqui tão ciosos que são para ouvir Parlamentares, ex-Parlamentares e ex-Presidentes e debater assuntos de corrupção, iriam convocar o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Eu achei que ele ia convocar o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso para explicar todos os fatos também gravíssimos publicados pela imprensa. Mas não foi.

E, exatamente pelo que determina a Constituição, eu voto contra, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Encerrada a discussão, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitado pela maioria dos Senadores presentes, contra os votos...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Peço verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Verificação de votação.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Uma coisa que eu conheço bem é Regimento, Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Ele pede verificação de votação.

Peço a lista dos presentes, por favor.

Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO. *Fora do microfone*.) – Pela rejeição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA. *Fora do microfone*.) – Pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senadora Regina Sousa. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Valdir Raupp. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO. *Fora do microfone*.) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O requerimento está rejeitado pela maioria dos Srs. Senadores e Senadoras, que votaram contra o requerimento.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Um instante. O Senador Valdir Raupp solicitou primeiro, e pede a inversão de pauta para os itens 7 e 12.

Os Srs. Senadores que aprovam a solicitação... (*Pausa.*)

Não havendo objeção, vamos apreciar o item 7 e, depois, o item 12.

Antes, porém, concedo a palavra ao Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Presidente.

Presidente Otto, o Congresso Nacional, hoje, está no 26º lugar em termos de credibilidade. Nós precisamos, Sr. Presidente, resgatar a credibilidade desta Casa. E, da forma como este Plenário acabou de decidir – e respeitamos porque o Plenário é soberano –, eu lamento, Sr. Presidente, que um requerimento de busca de informações seja rejeitado dessa forma. Assim, nós não vamos resgatar a credibilidade desta Casa nunca!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu só quero me posicionar totalmente contrário às palavras do Senador que me antecedeu, porque não é inventando e querendo construir palanque em cima das pessoas que não têm nada a ver com o assunto que nós vamos resgatar a credibilidade do Senado.

É preciso mais. É preciso que o Senado tome outras providências. Então, aqui, querer fazer palanque em cima das pessoas que não têm responsabilidade sobre o assunto, só para ouvir aqui a "babação" dos setores da oposição, isso não vai resgatar a credibilidade do Senado. É preciso mais, e estou disposto a fazer mais. Vamos começar fazendo uma profunda reforma política. Vamos começar fazendo muitas coisas, inclusive submetendo à sociedade brasileira um plebiscito para uma Constituinte exclusiva, para fazer uma reforma política e mudar esse estado de coisas que está aí, mas não aqui querendo fazer palanque em cima de cidadão honesto e sério.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Valdir Raupp.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Esse assunto está vencido já.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, pela ordem...

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Vamos ficar discutindo um assunto que já está vencido?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Não é isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Ronaldo Caiado, vamos perder inclusive o quórum qualificado para algumas matérias terminativas aqui.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, acho que a discussão está indo em um nível tão tranquilo. As pessoas colocam as suas posições. Não há por que essa exaltação nem da Senadora Grazziotin, nem do Senador Donizeti. Não há por que isso! Se eles acham que devem convocar outras pessoas, que convoquem. Agora, não podem tirar a prerrogativa minha, como Líder de Partido que sou, como Senador da República, de poder buscar esses esclarecimentos. Agora, dizer que o Ricardo Berzoini não tem nada a ver com a Bancoop e que alguém aqui estaria buscando o nome dele para fazer trampolim...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O que a Bancoop tem a ver com a Secretaria, como o Ministério que dirige o Ministro Berzoini, Senador Caiado?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Não estou falando da honra dele. Estou falando...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não. Estou só perguntando o que a Bancoop tem a ver com a Secretaria-Geral da República.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Acho que essa é uma discussão que não contribui...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Só estou respondendo àquilo que... As denúncias estão a público. Ou, por acaso, o Ministro Ricardo Berzoini nunca esteve à frente da Bancoop ou ele não conhece a Bancoop, ele nunca viu a Bancoop, ele não fundou a Bancoop?

O que é estarrecedor é que, diante desse colapso moral e ético do Governo que vocês defendem aqui... Essa é a realidade! Isso é o caos instalado no Brasil para tentar sustentar uma estrutura que está totalmente apodrecida. Vocês criaram a contabilidade criativa e também o caos criativo. O Governo da Presidente Dilma... O mínimo que teríamos que fazer é interditá-la. O mínimo que teria que se fazer, neste momento, é aprovar um estado de emergência no Brasil. No Brasil, estamos vendo o quadro deteriorar 100%, mas as pessoas chegam aqui desenhando uma situação como se nada tivesse, como se as coisas estivessem maravilhosas e como se o Brasil ainda estivesse em uma situação de poder ainda dizer que esse atual Governo tem que se rebelar para não dar explicações dos fatos que ocorreram.

Ora, Sr. Presidente, pelo amor de Deus, acho que deveríamos ter bom senso neste momento e cuidarmos do que é nossa responsabilidade, que são os Estados que representamos e que estão totalmente falidos. As pessoas estão inviabilizadas em suas atividades profissionais. Mas o Brasil, hoje, está desenhando um quadro em uma comissão de fiscalização e controle como se aqui estivesse uma maravilha. Não tem nada! Não tem problema algum! Céu de Brigadeiro! O Brasil sem inflação, sem denúncia de corrupção na estrutura do Estado, sem problema de desemprego, sem questões graves de inflação. É como se tudo estivesse normal! O Governo está pilotando o quê? É um governo totalmente desqualificado. Esse Governo tinha que ser interditado!

No regime democrático, é inaceitável as pessoas quererem beneficiar-se da prerrogativa de ser Presidente da República, de manter um governo dividindo ministérios para alguns aquinhoados e muito bem apadrinhados, em detrimento de 220 milhões de brasileiros. Essa é a realidade com que temos que conviver. A minha indignação é em relação a essa tentativa de o Governo, em toda busca nossa de esclarecer um fato, vir com essa arrogância e com esse destempero sobre as nossas iniciativas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Ronaldo Caiado, vamos concluir para começar o assunto.

Senador Valdir Raupp.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Em respeito ao Senador Valdir Raupp, não vou continuar o debate. Poderia requerer o artigo...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Vamos aprovar os projetos que estão aqui e são importantes. Essa discussão fica muito sem nenhum sentido.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senado Valdir Raupp, para relatar o item 7.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – O Senador Ronaldo Caiado tem que se acostumar a perder. Eles perderam a eleição, agora perdem um requerimento e querem...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Vamos parar com as provocações, porque importa trabalhar, votar aqui, produzir.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 676, de 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre a embalagem para a comercialização de soda cáustica líquida e água sanitária, e dá outras providências.

Autoria: Senador José Maranhão
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação
Observações:
-A matéria constou nas pautas dos dias 01/12/2015 e 16/02/2016.
-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAS.

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Encontra-se nesta Comissão, para exame e decisão, o Projeto de Lei do Senado nº 676, de 2015, de iniciativa do Senador José Maranhão, estruturado em três artigos.

O *caput* do art. 1º estabelece que os produtos soda cáustica líquida (hidróxido de sódio) e água sanitária (hipoclorito de sódio) somente poderão ser comercializados no varejo quando acondicionados em embalagem plástica rígida, opaca, reforçada, de difícil ruptura, hermética e com tampa de dupla segurança, à prova de abertura por crianças, "de maneira a assegurar que não seja facilmente aberta mesmo após a sua primeira abertura".

O parágrafo único do art. 1º determina que o rótulo dos produtos referidos no *caput* deve conter advertência, em destaque, na forma do regulamento, informando o risco de lesões e intoxicações graves, com possibilidade de óbito.

O art. 2º define que o descumprimento das disposições da lei que porventura resultar da aprovação desse projeto configurará infração sanitária e sujeitará o infrator às penalidades previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1997, sem prejuízo das demais sanções de natureza civil, administrativa e penal cabíveis.

O art. 3º estipula que a lei em que eventualmente se converter a proposta entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor aponta que o objetivo do projeto é proteger crianças e adolescentes contra a ingestão acidental do produto. Ele também argumenta que existe falta de supervisão e negligência dos responsáveis no que tange ao ato de guardar essas substâncias em locais acessíveis a crianças e ao seu acondicionamento em embalagens inadequadas e atrativas.

Após a apreciação deste colegiado, o PLS nº 676, de 2015, será remetido à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas à proposição.

Voto.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 676, de 2015.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, quero cumprimentar a iniciativa do Senador José Maranhão, como também do Relator, Senador Valdir Raupp.

Como médicos que somos, e por ser também meu irmão mais jovem um cirurgião torácico, sabemos a gravidade que esse projeto ataca, no sentido de corrigir as sequelas provocadas pela soda cáustica ou pela água sanitária.

Hoje, a incidência de estenose de esôfago por crianças que muitas vezes, sem ter noção do conteúdo e pela embalagem que às vezes chama atenção, é normal a criança utilizar aquele recipiente para beber ou provar o que está ali dentro.

Ora, quanto às lesões provocadas, se o paciente não vai a óbito, aquela parte do esôfago fica totalmente contraída, fibrosada, e o paciente se torna incapaz de se alimentar, porque o estrangulamento é tal que as pessoas normalmente são submetidas a várias cirurgias.

Nós temos hoje uma das maiores autoridades do mundo, um professor do Rio Grande do Sul que se dedicou, além do transplante de pulmão, à parte de tratamento cirúrgico com técnicas especializadas para corrigir a estenose do esôfago: o Prof. Camargo. É um dos maiores nomes da Medicina brasileira nessa área de cirurgia torácica, também tratando dessa parte de que o Senador José Maranhão se ocupou, oportunamente, com muito cuidado, ao redigir o projeto, exigindo não só uma embalagem muito mais rígida, como também aquilo que é fundamental: a tampa.

Que ela possa ter todo aquele mecanismo que dificulta à pessoa ter condições de manipular ou de abri-la.

Quero parabenizar o Senador José Maranhão e o nosso Relator.

O voto é favorável.

Sr. Presidente, entendo ser matéria relevante que deveria ser rapidamente apreciada pelo Plenário do Senado Federal. Não sei se ela é terminativa nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não é terminativa.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Não sendo terminativa, Sr. Presidente, gostaria também de apresentar o mesmo requerimento, após a votação, para que essa matéria fosse encaminhada ao plenário do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O requerimento de V. Exª pode ser apresentado na CAE, já que será apreciado na Comissão de Assuntos Econômicos também.

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA pela aprovação do projeto.

E eu passo ao item 12.

Aliás, antes disso vou retirar o item 5, por solicitação do Senador Ronaldo Caiado. Está retirado de pauta.

É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 138, de 2015
- Não terminativo -

Veda a importação de pele de cães, gatos e animais selvagens exóticos e de artigos dela derivados.

Autoria: Deputado Felipe Bornier
Relatoria: Senador Ronaldo Caiado
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo
Observações:
-A matéria constou nas pautas dos dias 01/12/2015 e 16/02/2016.
-Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – As alterações que farei apresentarei na próxima semana, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Para a próxima semana.

Passo a palavra ao Senador Valdir Raupp para que ele possa ler. É terminativo. Ele vai ler e será votado em outra oportunidade. Já dou a condição da leitura a V. Exª.

ITEM 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2014
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para garantir a reprodução das cheias naturais a jusante dos reservatórios operados por agentes públicos e privados.

Autoria: Senador Kaká Andrade
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela rejeição
Observações:
-A matéria constou nas pautas dos dias 06/10/2015, 20/10/2015, 27/10/2015, 10/11/2015, 24/11/2015, 01/12/2015 e 16/02/2016.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Obrigado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pela ordem, Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Como essa matéria é terminativa e nós já não temos quórum, peço licença ao nobre Senador Valdir Raupp, que vai fazer a leitura do relatório, para ausentar-me, pois sou chamado também na Comissão de Assuntos Econômicos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, sem nenhuma dúvida.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Valdir Raupp, para a leitura do parecer.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 344, de 2014, de autoria do Senador Kaká Andrade. A proposição pretende acrescentar o art. 15-A à Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos.

Nos termos do art. 1º da iniciativa, acrescenta-se o art. 15-A à PNRH, para determinar que o poder outorgante adotará providências para garantir a reprodução das cheias naturais a jusante dos reservatórios operados por agentes públicos e privados. O art. 2º da proposição estabelece que a vigência da lei resultante inicia-se na data da sua publicação.

Na justificação da matéria, seu autor defende que a maneira como são operados os reservatórios de água neste País compromete a biodiversidade de espécies aquáticas e a oferta de recursos pesqueiros nas bacias hidrográficas. As outorgas emitidas aos operadores de reservatórios, portanto, devem considerar as condições naturais de escoamento dos cursos d´água, de modo a minimizar os impactos da intervenção antrópica.

Dessa forma, justifica-se que a alteração da legislação é necessária para determinar que o poder outorgante avalie os valores de vazão de descarga de reservatório que se aproximem das condições naturais da respectiva bacia hidrográfica. Ainda conforme a justificação do projeto, o resultado seria a salvaguarda da reprodução das espécies aquáticas e a potencialização de repovoamento de peixes no âmbito da bacia.

Não foram apresentadas emendas.

Apresentamos relatório a esta Comissão, que, contudo, não chegou a ser votado, pois vislumbramos a necessidade de reexame da matéria, com a apresentação deste novo relatório.

Do voto, Sr. Presidente.

Em razão do exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Como não temos quórum qualificado e o projeto é terminativo, ficará para a próxima reunião. Os outros itens da pauta também são terminativos.

Não havendo quórum, declaro encerrada a presente reunião.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2016.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia quinze de março de dois mil e dezesseis, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Ataídes Oliveira, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Paulo Rocha, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, João Capiberibe, Douglas Cintra e Blairo Maggi**.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Acir Gurgacz, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Jader Barbalho, Otto Alencar, Lídice da Mata e Eduardo Amorim**.** Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e passa à LEITURA DE AVISOS. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes avisos que ficarão à disposição dos Senhores Senadores na secretaria da comissão: Ofício nº 503/2015, Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira; Ofício nº 622/2015/GP, Câmara Municipal de Votuporanga; Ofício nº 409/2015-EX, Câmara Municipal de Governador Valadares; Aviso nº 83/GP/TCU; Aviso nº 9, de 2016; Mensagem (MSF) nº 10, de 2016; Mensagem (MSF) nº 11, de 2016; Mensagem (MSF) nº 12, de 2016; Aviso nº 98 TCU-Plenário; Aviso nº 104 GP/TCU; Aviso nº 109 GP/TCU; AMA nº 15, de 2012; Ofício nº 76, de 2016 – eca, Câmara Municipal de Amparo, São Paulo; Ofício nº 021, de 2016, da Câmara Municipal de Monte Alto, São Paulo; OEC/029/2016 – bnp, Câmara Municipal de Bebedouro, São Paulo; Ofício nº 182/2015, da Câmara Municipal de Iracema, Ceará; e Aviso nº 11, de 2016. A seguir, a Presidência faz um discurso sobre o dia internacional do consumidor, comemorado na data de hoje. Usam da palavra os Senhores Senadores Ronaldo Caiado e João Capiberibe. Não havendo quórum para deliberação de matérias, nos termos do art. 109 do Regimento Interno, a Presidência declara encerrada a reunião às dez horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ATAÍDES OLIVEIRA
Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Bom dia a todos

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Leitura dos avisos, ofícios e demais documentos recebidos nesta Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos: Ofício nº 503/2015, Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira; Ofício nº 622/2015/GP, Câmara Municipal de Votuporanga; Ofício nº 409/2015-EX, Câmara Municipal de Governador Valadares; Aviso nº 83/GP/TCU; Aviso nº 9, de 2016; Mensagem (MSF) nº 10, de 2016; Mensagem (MSF) nº 11, de 2016; Mensagem (MSF) nº 12, de 2016; Aviso nº 98 TCU-Plenário; Aviso nº 104 GP/TCU; Aviso nº 109 GP/TCU; AMA nº 15, de 2012; Ofício nº 76, de 2016 – eca, Câmara Municipal de Amparo, São Paulo; Ofício nº 021, de 2016, da Câmara Municipal de Monte Alto, São Paulo; OEC/029/2016 – bnp, Câmara Municipal de Bebedouro, São Paulo; Ofício nº 182/2015, da Câmara Municipal de Iracema, Ceará; e Aviso nº 11, de 2016.

Informo que a relação dos documentos lidos foi encaminhada por *e-mail* a todos os gabinetes de todos os membros, com o *link* para o acesso a seus conteúdos, de forma que os Srs. Senadores possam se manifestar, se assim desejarem.

Lamentavelmente, nós não vamos à pauta, Senador Ronaldo Caiado, Senador João Capiberibe.

Hoje é o Dia Mundial do Consumidor, um marco da cidadania no Brasil. O Código de Defesa do Consumidor é um dos grandes marcos da nossa cidadania, editado, em 1990, com a Lei nº 8.078, de 1990.

É ele que tem amparado direitos básicos do consumidor: a reparação dos danos materiais ou morais, a prestação de informações claras e precisas sobre produtos e serviços, a proteção contra a publicidade enganosa e contra produtos e serviços perigosos e nocivos à saúde. Tem sido o CDC, enfim, o grande responsável pela construção de relações mais éticas e equilibradas entre quem compra e quem vende produtos e serviços de qualquer tipo.

Nunca é demais lembrar que o consumidor sempre é o elo mais fraco da cadeia de consumo. Por isso mesmo, a importância de um amparo legal, eficiente e abrangente para defendê-lo.

Considerado até hoje uma das legislações mais avançadas do mundo na defesa do consumidor, o CDC também estimula uma concorrência mais saudável entre as empresas não apenas pela ameaça de punição por infração à lei como pela cobrança de melhoria na oferta de produtos e prestação de serviços.

Apesar da necessidade de atualização por conta de mudanças na legislação e nas relações de consumo e de avanços tecnológicos, como o comércio eletrônico, é fundamental garantir as conquistas asseguradas na lei. Essa garantia só é possível com a ampla divulgação do Código e a conscientização de consumidores e empresas.

Há no Senado Federal projeto de lei para atualização desse Código. Eu percebo que, Senador Caiado, precisamos avançar urgentemente na discussão e na aprovação da atualização desse Código que, eu repito, é um marco da cidadania no País.

V. Exªs querem se manifestar, Senador Caiado, Senador Capiberibe?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, realmente, como V. Exª já informou à Comissão, não teremos como dar início à pauta. Já é a terceira semana em que nós estamos adiando essa pauta importante da Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização. Há alguns requerimentos, como o do assunto específico da Hemobrás, que já está sobre a mesa para ser deliberado há bastante tempo.

Na esteira da exposição feita pelo nobre Presidente em defesa do Código de Defesa do Consumidor, eu quero também fazer referências a esse importante projeto com que nós conseguimos, pelo menos, minimizar o sofrimento do cidadão, que, como muito bem V. Exª coloca, é o elo fraco dessa estrutura, mas que é o responsável para que haja o mercado, o varejo, o consumo no País. Como tal, esta Casa soube pelo menos iniciar esse processo em que haverá melhoras, com cada dia avançando mais. Hoje, há outra parte do comércio, que é o comércio pela internet, que é outra realidade, em que nós teremos que debruçar, para que o consumidor não seja tão vulnerável a tantas fraudes como as fraudes a que nós assistimos neste momento.

Ao encerrar minha fala, eu quero fazer, em primeiro lugar, a todos que nos assistem e a todos os presentes na Comissão uma referência ao que foi o dia de domingo. Indiscutivelmente, foi algo que o País jamais viu anteriormente, superou Diretas Já e foi o maior movimento de cidadania que a população brasileira já expressou, com foco bem direcionado, com objetivo claro, que é exatamente fazer chegar ao fim essa estrutura de Governo que tanto mal tem trazido à população, tanto descrédito tem trazido à classe política brasileira, objetivamente àqueles que se propuseram a assumir o poder, como também buscar uma saída.

Segundo o último dado apresentado do PNAD, Sr. Presidente, agora – acabou de sair –, são 8,6 milhões de desempregados em 2015. É o maior percentual desde que o PNAD foi instalado como referência de pesquisa, que busca diretamente nos domicílios. É uma análise confiável. A perspectiva de chegarmos a mais de 10 milhões de desempregados até o final do ano é uma realidade. A ascendência dessa curva é extremamente preocupante.

Acredito que, neste momento, o Senado Federal tem que se debruçar com uma pauta que nos foi imposta pela sociedade brasileira, que é exatamente a discussão do *impeachment*, para que a gente possa sinalizar com um novo projeto para que o País saia dessa crise de governabilidade que está instalada. Nós não podemos viver sob ameaça, a todo dia, de MST, de Exército, de Stédile, de CUT, enfim, de pessoas que acham que podem falsear ou desviar a atenção do que aconteceu domingo e trazer o debate para uma nomeação de um ex-Presidente, que é uma teoria da fraude, é um espúrio, é uma afronta ao brasileiro, é um tapa na cara de 6 milhões de brasileiros que foram às ruas no último domingo. É algo que realmente passa a ser provocativo no momento em que o objetivo é única e exclusivamente desviar o foco da jurisdição da Justiça Federal para trazer para o Supremo Tribunal Federal, como se o Supremo Tribunal Federal fosse dar guarida a quem comete crimes.

Nós estamos vivendo um momento de total deterioração deste Governo, e nós não podemos, como líderes que somos, Senadores que somos, deixar de ter a responsabilidade de debater esse tema, que é o mais relevante. As ruas nos impuseram uma pauta, que é exatamente a discussão do *impeachment* e da saída para o Brasil da crise.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo espaço que me é concedido. V. Exª sabe que somos agora chamados na outra comissão, na CAS, para que possamos lá dar continuidade a uma pauta que se iniciou exatamente às 10h30 da manhã.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Muito obrigado, Senador Ronaldo Caiado.

Com a palavra o Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado, Presidente. Cumprimento V. Exª e cumprimento o Senador Caiado.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para estender um convite a todos aqueles que estão acompanhando esta reunião e que estão nos ouvindo pela TV Senado e pelos meios de comunicação do Senado. Hoje, às 14h30, na Comissão de Transparência e Governança Pública, nós teremos uma audiência para ouvir os presidentes e representantes das agências reguladoras. É sabido que essas agências têm uma função importante, e hoje é o Dia do Consumidor. As agências têm essa importância de assegurar – digamos – os direitos e as garantias dos serviços de energia, transporte, saúde, etc. As agências foram criadas para prestar esse serviço aos

consumidores. No entanto, há uma série de entraves, de problemas, que impedem que elas prestem o melhor serviço, de acordo com aquilo que tinha sido idealizado. Aproveito para convidar V. Exª e todos aqueles que participam desta reunião da nossa Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor. É muito feliz este dia com esse debate que teremos. Estarão presentes ali o Presidente da Anvisa, da Anatel e de algumas agências. Não deu para convidar todas, porque se estenderia por muito tempo, mas convidamos cinco agências para participar desse primeiro encontro. É claro que, dependendo dos resultados e da avaliação que fizermos, vamos continuar ouvindo as demais. Nós queremos que as agências sejam cada vez mais transparentes em relação a suas atividades. É esse o nosso objetivo nessa audiência pública.

Queria fazer referência também ao domingo. Acho que todos nós percebemos que houve uma grande manifestação da sociedade brasileira. Agora, foi uma manifestação pouco precisa: uns combatiam a corrupção, outros combatiam o Governo, enfim, havia uma grande diversidade de posições dentro da massa humana, que tomou conta das ruas no Brasil.

Eu tenho uma visão muito diferente tanto de um polo como de outro que disputam o Poder – eu não tenho essa pretensão de disputa do poder, a minha pretensão é um pouco maior: eu quero mudar a sociedade, transformar a sociedade. Essa disputa de Poder entre PSDB e PT terminou levando-nos a uma encruzilhada. Hoje, quando se pergunta muito bem: quem é que vai conduzir o processo de *impeachment* da Presidente Dilma? É o Presidente da Câmara. O Presidente da Câmara é réu em vários processos. Então, há uma desqualificação enorme da atividade política.

Eu senti também que vários políticos foram hostilizados. Eu acho que temos que ter uma leitura mais profunda do que está ocorrendo em nosso País. A hostilização não teve, como objetivo, só o PT, só a Presidente Dilma, mas foi generalizada aos políticos, e acho que a sociedade tem razão: passamos esses anos sem dar respostas que deveriam ter sido dadas.

Acho que a corrupção não é um desvio de conduta pessoal. Em alguns países sim, podemos até considerar, porque a corrupção é ato raro em alguns países, e os corruptos terminam se suicidando. Então, esses sim são desvios de conduta pessoal. No Brasil, é um sistema.

Acho que vivemos um dos momentos mais democráticos do ponto de vista do combate à corrupção e ao fim da impunidade. Acho que as investigações que acontecem em todo o País não podem sofrer descontinuidade. Acho que temos que pensar numa solução para manter o que está aí: resolver o problema da crise política, da crise econômica, mas perseverar em relação a esse combate necessário da corrupção no País.

Acho que essa bandeira da ética é uma bandeira que é complicada. Não vamos nos confundir com o udenismo do passado, absolutamente não. O que temos é que sustentar as investigações. Quaisquer que sejam os acordos futuros para sair da crise política, os políticos é que vão ter que dar respostas. Não vamos poder improvisar, não vamos importar político de Marte ou de Saturno não. Esses políticos que a sociedade elegeu, pelo menos no regime democrático é assim, vão ter que dar resposta. Qualquer que seja a resposta, tem que colocar a defesa intransigente do aprofundamento das investigações, é isso.

O que há de diferente nesses 500 anos de Brasil são essas investigações em curso que já levaram para a cadeia os magnatas da construção civil, algo inusitado em nosso País, isso jamais teria acontecido. E as investigações mostram que há uma implicação de uma parcela importante do Congresso Nacional: já são quase 80 Senadores e Deputados. Então, temos que ter uma atenção para a gravidade do momento que estamos vivendo e destacar aqui que, qualquer que seja a saída possível, temos que preservar essas investigações.

Uma outra questão que me parece fundamental: nos últimos anos, tivemos avanços importantes no campo da transparência, leis que ajudam o cidadão a acompanhar as despesas públicas, gastos públicos, a requerer informação ao Estado. A Lei de Acesso à Informação, a Lei da Transparência, a Lei Complementar nº 131 são leis que quebraram a opacidade do Estado, o Estado se tornou mais transparente em todos os níveis. No entanto, não bastam as leis, é necessário que haja uma ampla mobilização para exercer controle social. Confesso que estou inteiramente empenhado nesta direção: de mobilizar o que me for possível mobilizar para que a sociedade passe, de fato, a exercer o controle social.

Há um movimento que aos poucos vai ganhando corpo nas redes sociais, que é o Fiscaliza BR. São pessoas que estão interessadas em exercer controle. Eu estava vendo uma matéria deles, há pouco, que mostra que vários Ministros ganham acima de R$70 mil por mês. A Constituição diz que não se pode ultrapassar o limite de um Ministro do STF. Há juízes que ganham acima de R$100 mil, promotores de justiça, então é uma casta que não respeita a Constituição Federal. Se um cidadão se apropria dessas informações, evidentemente, vai nos cobrar posicionamento em relação a eliminar essas desigualdades na remuneração de agentes do Estado.

Eu vejo que temos agora as leis que obrigaram os entes públicos a expor as suas receitas e despesas, e agora nós temos que nos mobilizar para nos apoderarmos desses instrumentos, para aprendermos a acessar e navegar nos portais de transparência e acompanhar essas despesas a fim de separar o bom gestor, aquele

que aplica de maneira correta e parcimoniosa os recursos públicos, e aquele que dilapida, gasta mal e, em alguns casos, desvia esses recursos.

Nós temos esta missão de mobilizar a sociedade. Nós estamos discutindo dentro do nosso Partido para que o Partido assuma definitivamente essa causa. A política não se faz sem causa. Nós temos que ter uma causa, e esta causa é republicana, uma causa que pode nos unir. Dentro da nossa Bancada, nós estamos discutindo essa unidade em torno da mobilização e da tomada de consciência de que, controlando os gastos, nós podemos talvez não acabar a corrupção, porque isso é da natureza humana, os desvios de conduta podem até existir, mas como sistema nós precisamos acabar. E ela acaba com o controle social de um lado e com as investigações, o julgamento e a punição de outro.

Eu informo a V. Exª que amanhã mesmo nós teremos um julgamento que estou classificando como histórico, no Amapá, o meu Estado. Pela primeira vez, imagine, na história do Estado, o Tribunal de Justiça se reúne para julgar o Presidente da Assembleia Legislativa, o Deputado Moisés Souza, que está afastado do cargo de Presidente, mas continua Deputado, e o ex-Secretário da Mesa também. São políticos da maior importância que serão julgados amanhã. E a sociedade acompanha com muito interesse, porque o Amapá pode sair do campo da impunidade a partir de amanhã.

Nós estamos acompanhando de perto esse julgamento, porque ele apenas começa o processo. Eu estou falando que é o começo do fim, se é que o fim tem começo. Mas é o começo do fim da impunidade. A nossa expectativa é de que haja punição, porque, pelos dados contábeis da história do Estado do Amapá, a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Contas desviaram, nos últimos 20 anos, algo em torno de R$2 bilhões. Isto foi extraído da Contabilidade Pública, do Balanço Geral do Governo.

Dois bilhões de reais seria dinheiro suficiente para dotar de água tratada e esgoto sanitário todas as cidades do Amapá e ainda sobraria algum dinheiro. Então, essa gente condenou as pessoas a viverem na insalubridade esses anos todos. Portanto, a expectativa nossa é de que o julgamento chegue a um veredito capaz de punir pelos crimes cometidos ao longo da história, porque isso não começou agora. A acusação é de que eles desviaram R$5 milhões e poucos mil reais, mas faz parte desse todo de R$2 bilhões que desapareceram e não se transformaram em obras e serviços para a comunidade daquele Estado.

Eu falo pelo Amapá, porque conheço os dados, os números do orçamento de cabeça. Não sei de outros Estados e não poderia falar. E nem da União, porque eu acompanho as finanças públicas da União, mas estou ainda aprendendo. Mas do meu Estado eu conheço os dados das receitas e a distribuição do orçamento e também das despesas.

Portanto, insisto no convite para hoje, às 14h30, na Comissão de Transparência e Governança Pública, sobre o tema Agência Reguladora, com a presença dos presidentes, que vão estar ali para fazer uma exposição e depois responder as nossas questões.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Agradeço, Senador João Capiberibe, por suas boas e sábias palavras. Agradeço também pelo convite da audiência pública e estarei lá, se Deus permitir.

Senador Capiberibe, V. Exª falou sobre a transparência no País. Eu sempre disse, ao longo do tempo, que a falta de transparência coadunada com a impunidade era o grande problema do País. Mas hoje eu percebo que mesmo diante desse quadro catastrófico em que estamos vivendo, economicamente, socialmente, moralmente, as nossas instituições estão andando.

Eu percebo que o Poder Judiciário está fazendo a sua parte. Eu percebo que o Ministério Público Federal também está fazendo a sua parte, assim como a nossa competente Polícia Federal. Agora, cabe ao Congresso Nacional fazer a sua parte.

Domingo, dia 13, como bem V. Exª colocou, mais de seis milhões de brasileiros foram às ruas. Eles também fizeram a parte deles. Lá no meu querido Estado do Tocantins, eu vi senhores e senhoras com mais de 70 anos de idade com os rostos pintados de verde e amarelo. Eles não fizeram aquilo porque queriam fazer. Deixaram seus lares, em pleno domingo à tarde, para ir às ruas. E lá, inclusive, debaixo de chuva, onde eu também estava.

Então, o povo, no Brasil, também fez a sua parte. Mas este Congresso Nacional, agora, tem que fazer a parte dele, porque se não fizer, eu não sei o que vai acontecer neste País.

O Senador Ronaldo Caiado levantou um tema extremamente relevante: o problema do desemprego no País. Para mim, é o dragão que está jorrando fogo. E este Governo do PT ainda não acendeu a luz nem mesmo amarela.

Nós não temos hoje dez milhões de desempregados neste País, não temos! Eu fiz uma reunião aqui, uma audiência, Senador João Capiberibe, com representante da coordenadoria de pesquisas do IBGE e também com a coordenadoria de pesquisas do Ministério do Trabalho e Emprego, e cheguei à plena convicção de que essa metodologia usada pelo IBGE, através da PNAD Contínua, é errática. Por quê?

O cidadão que está desempregado e durante 30 dias procurou emprego e não conseguiu encontrar sai da estatística de desempregado para desalentado; hoje, algo em torno de quatro milhões de pessoas.

Quem está no seguro-desemprego é considerado empregado. Olha que coisa heterodoxa. Quem está no seguro-desemprego é desempregado! E hoje representa mais de sete milhões, no País.

Ou seja, se pegarmos as pessoas economicamente ativas no Brasil, que é algo em torno de 101 milhões de brasileiros, e calcularmos ou adicionarmos esses pseudo desalentados, como também quem está no seguro-desemprego e em outros benefícios, mais a estatística do IBGE, de dez milhões de brasileiros, hoje vamos chegar a mais de vinte milhões de pessoas desempregadas no País. Esse percentual é superior a 20% e eu faço aqui um desafio a qualquer um neste País a me mostrar que não temos mais de 20 milhões de pessoas economicamente ativas desempregadas.

Eu faço esse desafio aqui e agora, neste momento. E não estou incluindo os nem-nem, que nem estudam, nem trabalham, Senador Capiberibe, jovens de 15 a 29 anos, a maior força robusta da nossa mão de obra. Aí, são mais 10 milhões de jovens. Ou seja, o quadro é alarmante, perigosíssimo. Imagino esses 30 milhões de brasileiros indo às ruas por todo este País. É um risco iminente. Mas alguma coisa vai acontecer. Espero que este Senado Federal e a Câmara façam a sua parte porque, se não fizerem, vai ficar muito ruim e muito pior ainda para este País.

Lamentavelmente estamos na terceira reunião sucessiva sem quórum. Posso dizer que o Senado Federal parou.

Portanto, encerro esta reunião.

Muito obrigado a todos.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2016.

Às nove horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e dois de março de dois mil e dezesseis, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Donizeti Nogueira, Paulo Rocha, Otto Alencar, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, João Capiberibe, Humberto Costa e Vanessa Grazziotin**.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge Viana, Acir Gurgacz, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Jader Barbalho, Ronaldo Caiado, Eduardo Amorim e Douglas Cintra**.** Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação das atas da 2ª e 3ª reuniões da comissão. As atas foram aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal. Passa-se à LEITURA DE AVISOS. A Presidência comunica o recebimento da Proposta de Fiscalização e Controle nº 1, de 2016; e dos seguintes avisos que ficarão à disposição dos Senhores Senadores na secretaria da comissão: Aviso nº 112-TCU-Plenário; Ofício PR/DL 41, de 2016, da Câmara Municipal de Jundiaí – SP; Ofício 340, de 2016, da Câmara Municipal de Fortaleza – CE; Ofício 25, de 2016, da Câmara Municipal da Estância Climática de São Bento do Sapucaí – SP; Aviso nº 156-GP-TCU; Ofício SGP nº 6034, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; e Aviso nº 148-GP-TCU. A seguir, a Presidência faz um discurso sobre o dia mundial da água. Usam da palavra os Senhores Senadores Ataídes Oliveira e Donizeti Nogueira. Não havendo quórum para deliberação de matérias, nos termos do art. 109 do Regimento Interno, a Presidência declara encerrada a reunião às dez horas e sete minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador OTTO ALENCAR
Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 2ª e da 3ª Reuniões da CMA.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas foram aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Informo o recebimento da Proposta de Fiscalização e Controle nº 1, de 2016, de autoria do Senador Davi Alcolumbre, que solicita sejam investigadas e apuradas as denúncias relacionadas com a delação premiada do Senador Delcídio do Amaral relativas à Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

A matéria será distribuída para confecção de relatório preliminar.

Comunico ainda que o Regimento Interno do Senado Federal, em seu art. 96-B, disciplina a indicação das políticas públicas a serem avaliadas pelas comissões permanentes. Esta Comissão deverá selecionar o assunto até o último dia útil de março, com vista ao cumprimento do disposto no mencionado dispositivo regimental.

Esta Presidência agradece a colaboração de V. Exªs no sentido de encaminharem sugestões de avaliação de políticas públicas para que possamos escolher até o dia 29, próxima terça-feira, qual será a política pública a ser avaliada por esta Comissão em 2016.

Leitura de avisos, ofícios e demais documentos recebidos pela Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos:

– Aviso nº 112-TCU-Plenário;

– Ofício PR/DL 41, de 2016, da Câmara Municipal de Jundiaí – SP;

– Ofício 340, de 2016, da Câmara Municipal de Fortaleza – CE;

– Ofício 25, de 2016, da Câmara Municipal da Estância Climática de São Bento do Sapucaí – SP;

– Aviso nº 156-GP-TCU;

– Ofício SGP nº 6034, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; e

– Aviso nº 148-GP-TCU.

Informo que a relação dos documentos lidos foi encaminhada por *e-mail* para os gabinetes de todos os membros com *links* para acesso aos seus conteúdos, de forma que os Srs. Senadores possam se manifestar, caso assim desejem.

Hoje é o Dia Mundial da Água, que tem tudo a ver com a nossa Comissão de Meio Ambiente. Já discutimos e debatemos aqui vários assuntos relacionados com a água, com a preservação dos mananciais, das fontes, das nascentes, dos rios, como foi o caso, no ano passado, da revitalização do Rio São Francisco.

Eu tive, Srs. Senadores e Senadoras, a grande alegria de, há cerca de três semanas, iniciar, no Município de Bom Jesus da Lapa, a implantação da primeira fábrica de florestas, que consiste em, numa área de mais ou menos dez hectares, se fazer toda a correção do solo, implantar irrigação por gotejamento e começar o plantio das mudas das árvores que nascem com mais facilidade e mais rapidez nas nascentes e nos afluentes do Rio São Francisco. É um trabalho em que já temos experiência na Bahia, em Sauípe, no litoral norte, e que se, por acaso, fosse levado com prioridade para o Governo Federal e até para os governos estaduais, nós teríamos em pouco tempo o replantio das matas ciliares das nascentes e dos afluentes do Rio São Francisco, do nosso querido Velho Chico.

O Dia Mundial da Água foi criado pela Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas, através da Resolução A/RES/47/193, de 21 de fevereiro de 1993, declarando todo dia 22 de março de cada ano como Dia Mundial das Águas – DMA, para se observar a partir de 1993, de acordo com as recomendações da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento contidas no Capítulo 18 (Recursos Hídricos) da Agenda 21.

Nesse dia de 1992, a ONU divulgou um importante documento: a Declaração Universal dos Direitos da Água. Este texto apresenta uma série de medidas, sugestões e informações que servem para despertar a consciência ecológica da população e dos governantes para a questão da água.

Aproveito a oportunidade para fazer uma reflexão sobre o tema.

Todos conhecem a nossa luta, a luta dos Senadores e Senadoras da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal para alertar as entidades governamentais sobre a necessidade de ações para revitalização de todos os rios, de todas as nascentes no Brasil como um todo, até porque, no levantamento feito, até os rios mais caudalosos do nosso País já estão com sua vazão diminuída. É o caso, por exemplo, do Rio Tocantins, que já diminuiu sua vazão, nos últimos dez anos, em quase 10%, além de outros rios importantes do País.

É bom lembrar que essa situação que já atingiu os rios do Nordeste brasileiro, de Minas Gerais, o Rio Doce, o Rio São Francisco e outros rios, o Rio Paraíba do Sul, no Estado de São Paulo, vai atingir também, sem nenhuma dúvida, se continuar a matança das árvores, os rios do norte do Estado, os mais caudalosos, onde também pode acontecer essa situação.

Nós temos denunciado, sistematicamente, a situação de penúria de todos os rios, de todos os mananciais, essenciais à vida de grande parte do povo brasileiro. Infelizmente, ainda não conseguimos traduzir os alertas em ações governamentais que sinalizam por parte do Governo o entendimento da urgência e relevância do assunto da água. Não adianta deslocar grandes equipes para participar de eventos internacionais sobre meio ambiente se não realizarmos o dever de casa de forma ágil e rápida, tratando da saúde dos nossos rios, ainda mais quando se trata de rios que têm uma importância vital para a sobrevivência do povo nordestino, do povo brasileiro.

No ano passado, nós apresentamos um requerimento, que foi aprovado aqui, para eleger a política pública a ser avaliada nas comissões e ações governamentais a revitalização do Rio São Francisco. Foram duas emendas: uma da Bancada baiana, para revitalização do rio, e outra pela CMA, que nós aprovamos e está no Orçamento da União, para revitalização do Rio São Francisco. Porém, até agora, a única iniciativa foi a que nós tomamos, com a Prefeitura de Bom Jesus da Lapa, para começar a Fábrica de Florestas para a revitalização do Rio Corrente, um dos principais afluentes da margem esquerda do Rio São Francisco no Estado da Bahia.

Por mais que possamos alertar, parece que não há uma consciência sobre o perigo da morte dos rios em todo o Brasil, com consequências gravíssimas para a natureza e para o abastecimento humano, animal, industrial, para irrigação e para geração de energia. Não há outro elemento deixado por Deus na Terra, no globo, que possa substituir a água. Eu vejo as preocupações com o petróleo, que pode ser substituído pelo etanol, pelo xisto, pela biomassa, pela eólica, pela energia solar, pelo nitrogênio, mas substituir a água absolutamente nenhum outro elemento da natureza pode.

Tivemos a crise hídrica de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, e, se o Governo Federal e os governos... Aliás, é de responsabilidade dos três níveis de governo: federal, estadual e municipal. Se esses governos não tomarem uma providência imediata, logo, logo, daqui a 10 ou 20 anos, o povo brasileiro, em várias áreas do Brasil, terá dificuldade para o abastecimento humano, como é o caso de Estados do Nordeste brasileiro, do Estado de Alagoas, de Sergipe, do Semiárido da Bahia, do Estado de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, do Ceará, e, mais grave ainda, do Estado da Paraíba, que não tem manancial de superfície ou subaquático para suprimento de seus habitantes e precisa realmente das águas do Rio São Francisco. A transposição está em andamento, mas, sem a revitalização, ficará muito difícil.

Um ser humano, em média, para suas necessidades mínimas, necessita de cerca de 600m³ de água *per capita* ano, e a Paraíba não tem sequer a metade disso. Portanto, a situação é bem grave no Estado da Paraíba.

Chamo a atenção hoje, no Dia Mundial da Água, de todos os Srs. Senadores e Srªs Senadoras e todos os que estão assistindo à TV Senado, para este momento de gravidade que nós vivemos, e parece que não está acontecendo absolutamente nada.

A crise da água hoje é quase tão importante quanto a crise econômica que o País está vivendo, com dificuldades na oferta de empregos e a alta da inflação. Portanto, neste Dia Mundial da Água, dia 22 de março, criado pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, através da resolução que citei, chamo a atenção de todos os brasileiros que nos acompanham e todos os Senadores e Senadoras, para que todos nós possamos pensar e repensar os investimentos necessários para a preservação da produção da água. E só produz água quem planta árvores, porque são exatamente as árvores que favorecem a porosidade do solo para a penetração e a manutenção dos mananciais subaquáticos, dos talvegues e nascentes dos rios. Portanto, chamo a atenção para isso neste dia.

Não temos ainda quórum para deliberação. Só temos oito Senadores.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Passo a palavra ao Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sr. Presidente, enquanto chegam mais alguns Senadores para que possamos ter o quórum hoje, pois temos uma pauta longa, conforme V. Exª já nos colocou, também sigo na mesma direção a respeito do Dia Mundial da Água.

V. Exª, logo pela manhã, me deu o prazer de passar em nosso gabinete e nos doar, nos entregar os dez mandamentos do nosso querido Padim Ciço, que, em 1928, colocou que os animais iriam morrer de sede, que os rios iriam secar e por aí adiante. Evidentemente, um homem abençoado por Deus, porque não faz parte, imagino eu, da sabedoria humana fazer uma previsão de tamanha conclusão, como esta sobre a água.

Sr. Presidente, eu queria só fazer aqui um breve relato, indo na mesma linha de V. Exª, com relação ao Dia Mundial da Água, que tem tudo a ver com esta douta Comissão de Meio Ambiente. No Dia Mundial da Água, é nosso dever fazer uma reflexão sobre o uso que temos feito da maior riqueza natural do Planeta. Não existe possibilidade de vida sem água. Todos sabemos disso. Mesmo assim, esse recurso natural não tem merecido nem de longe o respeito necessário à sua preservação.

O índice de desperdício da coleta à distribuição é alarmante: 37%, de acordo com o Instituto Trata Brasil; ou seja, de cada 100 litros de água coletados e tratados, 37 litros são perdidos por conta de vazamentos causados por falhas técnicas nas tubulações e sistemas públicos de distribuição, por conta de ligações clandestinas ou medições incorretas no consumo. A água desperdiçada seria suficiente para encher seis cantareiras por ano. Vejam só. Do ponto de vista financeiro, o prejuízo gira em torno de R$8 bilhões por ano. É claro que precisamos cada um de nós fazer nossa parte para evitar o desperdício, com o exercício cidadão da consciência ambiental. Vale registrar que o consumo *per capita* de água no Brasil gira em torno de 165 litros por dia, bem mais do que o 110 litros suficientes para atender necessidades básicas de uma pessoa, segundo a ONU.

A agricultura, indústria e comércio também têm sua parcela de responsabilidade, seja pela pouca difusão de processos, como o reúso da água, seja pela omissão em casos de vazamento ou pelo manejo incorreto na captação de sistemas locais de abastecimento. Mas se é lamentável a falta de consciência ambiental por parte das empresas e da população, é injustificável a negligência governamental com a eficiência e manutenção do sistema de distribuição de água no País.

Não é aceitável tampouco a falta de firmeza na proteção das nascentes e na cobrança de multas ambientais, além da péssima gestão de nossos recursos hídricos.

São rotineiras País afora as imagens de rios poluídos por esgotos domésticos, resíduos hospitalares, agrotóxicos e efluentes industriais. O desmatamento, outro problema grave, intensifica os processos de erosão e de assoreamento de rios e lagoas.

Vale ressaltar que a regra geral no Brasil, infelizmente, é o não pagamento de multas ambientais. Dados do TCU mostram que, entre 2009 e 2013, foram quitados menos de 2% das multas aplicadas pelo Ibama. Por fim, convém lembrar que mais de 35 milhões de brasileiros ainda não têm acesso a serviços básicos de abastecimento de água: 35 milhões de brasileiros.

A meta oficial é universal, o acesso à água até 2023, mas, como tudo que se diz neste Governo não se cumpre, é pura retórica. Estudos da CMI indicam que, a continuar no ritmo atual, a universalização vai atrasar pelo menos 20 anos. São dados importantes, eu repito, para reflexão de todos nós no dia de hoje.

Encerro, Sr. Presidente, chamando a atenção para um projeto importante, que deve entrar em pauta muito em breve, que é o PLS 54, de 2016, do Senador Cássio Cunha Lima, que torna crime ambiental o der-

ramamento de chorume no solo ou nos recursos hídricos por caminhão de lixo. Meu compromisso, Sr. Presidente, como membro desta Comissão e seu Vice-Presidente, é fazer o possível para proteger nossos recursos hídricos e frear o desperdício de água no Brasil. Esse também é o compromisso, tenho certeza, de cada um dos membros desta douta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senador Ataídes. V. Exª recebeu hoje os dez mandamentos do Padre Cícero, que eu trouxe aqui para ler para o Plenário. O Padre Cícero listou dez mandamentos na década de 1920 ainda e recomendou o que o povo não deveria fazer:

1) Não derrube o mato, nem mesmo um só pé de pau;

2) Não toque fogo no roçado nem na caatinga;

3) Não cace mais e deixe os bichos viverem;

4) Não crie o boi nem o bode soltos; faça cercados e deixe o pasto descansar para se refazer;

5) Não plante em serra acima, nem faça roçado em ladeira muito em pé; deixe o mato protegendo a terra para que a água não a arraste e não se perca a sua riqueza;

6) Faça uma cisterna no oitão de sua casa para guardar a água da chuva;

7) Represe os riachos de cem em cem metros, ainda que seja com pedra solta;

8) Plante cada dia pelo menos um pé de algaroba, de caju, de sabiá ou outra árvore qualquer, até que o sertão todo seja uma mata só;

9) Aprenda a tirar proveito das plantas da caatinga, como a maniçoba, a favela e a jurema; elas podem ajudar você a conviver com a seca;

10) Se o sertanejo obedecer a estes preceitos, a seca vai aos poucos se acabando, o gado melhorando e o povo terá sempre o que comer;

11) Mas, se não obedecer, dentro de pouco tempo o sertão todo vai virar um deserto só".

Pelo menos no meu Estado, parte do Sertão da Bahia na área de Uauá, Curaçá e Raso da Catarina já são um deserto pelo desmatamento. Então, mais ou menos 100 anos atrás, Padre Cícero Romão Batista, do Ceará, pregou esses dez mandamentos, que o homem não seguiu. Por isso, o homem hoje vive as grandes dificuldades de abastecimento de água.

Eu presenteei aqui o Senador Ataídes, que, na semana passada, me provocou sobre o assunto, ele que é também um defensor da água. Eu trouxe um exemplar para ele, e vou deixar um aqui na Comissão de Meio Ambiente. Se algum Senador desejar, o Raimundo pode tirar cópia ou qualquer um de vocês tirar cópia e entregar a quem está assistindo aqui a esta reunião da Comissão de Meio Ambiente, que é uma coisa importante.

Há 100 anos, um padre pensar na preservação ambiental, prevendo que poderia acontecer o que está hoje ocorrendo no Nordeste brasileiro e em várias áreas do Brasil.

Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, nós vivemos um tempo de um grande estresse hídrico, de grandes crises hídricas, e há 100 anos, iluminado pela sabedoria e pelos espíritos que o guiavam, Padre Cícero fazia a cartilha do que fazer para evitar o que viria.

Então, hoje, ainda é tempo. Podemos recuperar as matas ciliares, recuperar as matas nas nascentes, podemos recuperar essas regiões que estão ficando desérticas, para que as gerações futuras não tenham isso mais agravado.

Quando tomei posse aqui, no dia 3 de fevereiro de 2015, no meu discurso de posse eu dizia dessa preocupação com a questão dos recursos hídricos, das necessidades do Estado; ou seja, que a União, os Estados e os Municípios não podiam mais ficar com a responsabilidade de disciplinar, fiscalizar e punir eventuais crimes ambientais, mas sobretudo que a União, os Estados e os Municípios tinham que ter uma ação proativa no sentido de trabalhar a ideia da recuperação.

De lá para cá, temos encaminhado alguns projetos de lei nesse sentido. Temos, já na Câmara em tramitação, um que trata de inserir na Lei de Recursos Hídricos como objetivo o aproveitamento da água das chuvas. E, hoje, aqui nesta Comissão, temos um projeto de lei de minha autoria que trata da captação de água da chuva, obrigando, nos projetos para construções acima de 300m, no relatório da Senadora Lídice da Mata, a coleta de água para reúso, para irrigar os jardins, lavar as calçadas, com essa preocupação de que precisamos aproveitar melhor a água. Vejo também que há um projeto de lei aqui que trata de inserir na Lei de Recursos Hídricos campanhas publicitárias obrigatórias de conscientização de melhor uso da água.

Penso que podemos seguir a lição do Padre Cícero hoje, 100 anos depois, forçados pela reação da própria natureza. Quer um exemplo mais forte de reação da natureza do que essa questão do mosquito *Aedes aegypti*?

É um mosquitinho que traz uma tragédia, um drama para a população mundial. Isso é a natureza reagindo aos abusos que nós, seres humanos, homens e mulheres, temos provocado pelo desequilíbrio.

Meus parabéns, Senador Otto, por trazer esses dez mandamentos para nós, dos quais queremos ser seguidores a partir de agora, e a geração passada não quis segui-los.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senador Donizeti Nogueira. Agradeço a participação e reconheço o compromisso de V. Exª com o meio ambiente, com a preservação ambiental, assim como dos outros Senadores.

Só temos oito Senadores e não temos como tocar a reunião para apreciar as matérias. Portanto, declaro encerrada a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE FEVEREIRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e sete minutos do dia três de fevereiro de dois mil e dezesseis, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima e da Senadora Fátima Bezerra. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº140 de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para o ciclo de debates sobre: "O mundo do trabalho: desemprego, aposentadoria e discriminação", com foco nas consequências da greve dos peritos da Previdência Social. O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Luiz Carlos de Teive e Argolo, Diretor Sindical do Sindicato Nacional dos Médicos Peritos – SNMP; Darcy Santana Vitobello, Coordenadora do Grupo de Trabalho Previdência Social da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão – PFDC e Subprocuradora-Geral da República; Rudinei Marques, Presidente o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado – FONACATE; Thaís Riedel, Presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB-DF e Presidente do Instituto Brasiliense de Direito Previdenciário – IBDPrev; Marco Antônio Gomes Perez, Chefe do Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional do Ministério do Trabalho e Previdência Social; Nemésio Tomasella de Oliveira, Médico - Representante do Conselho Federal de Medicina; Eglif de Negreiros Filho, Diretor de Assuntos Jurídicos da Federação Nacional dos Médicos – FENAM; José Borges de Carvalho Filho, Coordenador-Geral de Negociação e Relações Sindicais da Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG; Valeir Ertle, Secretário Nacional de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores – CUT; João Paulo Ribeiro, Representante da CSPB – Confederação dos Servidores Públicos do Brasil e da CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil; Francisco Eduardo Cardoso Alves, Diretor Presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social – ANMP; Sérgio Antonio Martins Carneiro, Diretor de Saúde do Trabalhador do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. O Senhor Presidente passa a palavra aos convidados para as suas considerações finais. O Senhor Presidente registra a presença de pessoas presentes no Plenário. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: 1) Solicitar ao Governo, por meio do Ministério do Planejamento, presente na reunião, que dialogue com os interessados, a exemplo da Associação/Sindicato dos Médicos Peritos, com o objetivo de chegar a um acordo em relação às reivindicações da categoria. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e a Senadora Fátima Bezerra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e sete minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Peço desculpas a todos. Estamos iniciando a reunião com seis minutos de atraso, o que não é normal aqui. Abrimos 9h em ponto mesmo. Mas estive na Comissão de Assuntos Sociais. Há lá um projeto importante que será votado, mas o parecer é favorável por parte do Relator, o Líder Humberto Costa, que trata de questão de interesse dos trabalhadores. Mas vamos à nossa audiência de hoje.

Declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 140, de 2015, desta Comissão, de minha autoria e de outros, para debater neste momento as consequências da greve dos peritos da Previdência Social, com foco no mundo do trabalho, o direito dos peritos, o direito dos trabalhadores e a posição do Governo, que aqui será colocada.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado através do número 0800-612211.

Eu queria fazer um rápido comentário sobre essa questão, dizendo que agradeço a todos que aceitaram o nosso convite para o debate sobre essa preocupação – depois vocês podem confirmar os números – com uma greve que durou 140 dias, aliás,151 dias. Enfim, o nosso objetivo aqui é discutir essa greve, o movimento e para aonde vamos. Esperamos, claro, que, ao fim do debate, apontemos caminhos, sempre na linha da conciliação, do entendimento, atendendo à demanda dos peritos, e que o Governo possa, acompanhando o debate, pois vai participar também, colocar o seu ponto de vista sobre o que é possível construirmos.

Obviamente nunca neguei, desde que a greve começou, uma grande... Tenho aqui um discurso longo que atualiza a questão da greve, mas não vou ler. Como acompanhei, conheço o tema, tive também contato com as centrais, as confederações, que estavam muito preocupadas com a situação dos que precisam dos senhores, os peritos, que são profissionais que deliberam se o cidadão pode ou não retornar ao trabalho.

Aí se criou aquela situação de o trabalhador não receber da Previdência nem da empresa. Nós entendemos, e eu sou daqueles que sempre defendem... Nenhum movimento paredista se inicia porque alguém goste de fazer greve. Quando alguém faz greve, é por uma circunstância do momento, quando o processo de negociação, de entendimento, de uma forma ou de outra, não avançou. E é natural que as partes se posicionem cada uma da sua forma. E, do lado dos trabalhadores, a greve sempre é a última consequência, que ninguém gosta, repito. Eu fiz muitas greves obrigado a fazer – fiz e não me arrependo daquelas que fiz – e fui sempre na linha do entendimento no final de todo o processo.

Hoje mesmo temos a greve dos aeronautas. Os aeroportos, pelo menos 12 deles, não estão com atividade normal, praticamente cem por cento parados. Das 6h às 8h, se não me engano, foi que aconteceu isso. E isso dá um entrave, pelos comentários que ouvi, de a normalidade só voltar às 16h. Mas é uma greve também pela qual eles estão buscando, pelo que percebi, um reajuste de 11%. A categoria busca... Inclusive, alguns falaram comigo, mandaram uma nota que vou ler em plenário.

Então, eu já soube que alguns peritos que viriam aqui não puderam vir devido a essa questão dos voos. Inclusive peritos de Porto Alegre, que fizeram contato comigo também lá.

Mediante esse quadro rápido que aqui atualizei, vamos montar a primeira Mesa. Vamos ter duas Mesas para debater o tema. Eu já estou aqui com as duas Mesas.

Qual a primeira Mesa e qual a segunda?

Ela já separou direitinho a primeira Mesa e a segunda Mesa.

Ali está a lista dos convidados.

Então, de imediato, para que comecemos a ganhar tempo, chamo para a primeira Mesa o Secretário Nacional de Assuntos Jurídicos, um líder sindical também, que conheço há muito tempo, o Sr. Valeir Ertle, da Central Única dos Trabalhadores. Ele está aqui. Nós o convidamos a vir compor a mesa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só um minutinho.

Deixa eu ler primeiro. Depois que eu ler, se não tiver, a senhora pode reivindicar falar, vir para a mesa. É que são duas Mesas. Deixe-me só fazer a leitura. Se eu não ler, não posso responder. Deixe-me fazer a leitura aqui. Em seguida, a senhora pede pela ordem.

Chamamos agora Darcy Santana Vitobello, coordenadora do Grupo de Trabalho Previdência Social da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

A senhora é a segunda da lista.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas não tem problema. Os dois estão na lista aqui. A leitura não significa a ordem de fala, pessoal.

A senhora pode se sentar ao meu lado. A senhora é muito bem-vinda.

A ordem dos fatores não altera aqui. A chamada não altera.

Chamo agora o Luiz Carlos Teive Argolo, diretor sindical do Sindicato Nacional dos Médicos Peritos.

Chamo agora – é o caso que a senhora levantou – o Sr. Francisco Eduardo Cardoso Alves, Diretor-Presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social.

Chamo agora, para essa primeira mesa, o Sr. Rudinei Marques, Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado, Fonacate.

Chamo agora Thaís Riedel, filha de um grande amigo meu, Ulisses Riedel. Não como não me lembrar sempre dele. Mas o mérito aqui é seu, não dele. Ele já tem todos os méritos que a história dele, para orgulho de todos nós, debita com muita satisfação.

A Thaís Riedel é Presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB do Distrito Federal-+ e Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário. Essa é a primeira Mesa.

Teremos uma segunda Mesa, pessoal. Normalmente, a assessoria que monta a reunião organiza pela ordem de chegada das pessoas, não há preferência entre primeira e segunda Mesa.

Na segunda Mesa, teremos Eglif de Negreiros Filho, Diretor de Assuntos Jurídicos da Federação Nacional dos Médicos (Fenam); Nemésio Tomasella de Oliveira, médico, representante do Conselho Federal de Medicina; Marco Antonio Gomes Pérez, Chefe do Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional do Ministério do Trabalho e Previdência Social; Sérgio Antonio Martins Carneiro, Diretor de Saúde do Trabalhador do Instituto Nacional do Seguro Social, e José Borges de Carvalho Filho, Coordenador-Geral de Negociação e Relações Sindicais da Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

O SR. VALEIR ERTLE – Senador Paim, uma questão de ordem, acho que é importante. Eu gostaria de falar depois que a Previdência e os peritos falassem. Não deveria ser por ordem de chegada, acho que é importante os peritos falarem antes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tudo bem, posso ordenar aqui e combinar com vocês. Mas a ordem de chegada é porque aqui se inicia às 9h. Eu não posso montar as Mesas com aqueles que não estão aqui, nem sei se vão vir. Acontece normalmente, muitas vezes você convida, o camarada confirma e depois ele não vem. Estou te explicando, mas tem fundamento o que você falou, e vou seguir sua sugestão. A moçada monta de acordo com a chegada das pessoas, mas, mediante a sua ponderação, que acho que procede, podemos organizar aqui entre nós, que era também sua preocupação. Nós podemos organizar a ordem das falas. Eu não tenho problema algum com isso.

Agora, é importante também que a gente vá intercalando, fale alguém dos peritos, fale alguém do Governo, fale alguém das centrais, aí vamos montando o debate.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode dar sua contribuição.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Como o tema é centrado na greve dos peritos e a audiência pública vai ter uma miríade de opiniões, que é o que uma democracia busca, penso que seria mais produtivo o Dr. Argolo começar falando, porque ele vai fazer uma introdução, até para que quem não tem muita familiaridade com o tema entenda porque chegamos onde chegamos, e aí falar o Ministério Público, o Governo, os conselhos, a CUT, e eu finalizar pela ANMP, até já numa fala de conciliação, pegando todas as observações e sugestões, para atender ao intuito da audiência, que é chegar numa definição comum, para a gente poder avançar e resolver o problema. Penso que seria mais produtivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tudo bem, mas eu acho, inclusive, que temos que deixar alguém do Governo por último, porque eles têm que ouvir todas as reivindicações, o que foi ponderado e o que eles podem sugerir. Isso não prejudica o debate. Depois que o último falar, o debate vai continuar. Para onde vamos avançar? Então, pela proposta sua...

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Eu ficaria mais para a segunda Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você para a segunda Mesa, e o Luiz Carlos...

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Começaria abrindo a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Acho que não há problema algum.

Vamos lá, podem sugerir.

O SR. MARCO ANTONIO GOMES PÉREZ – Sugiro que a gente termine; depois de se colocar a associação e o sindicato, a gente coloca a posição atual do INSS, porque nós preparamos uma fala em que o Ministério vai expor a visão geral das necessidades e demandas que existem dessa categoria para a Previdência Social, e o INSS mais especificamente da situação em que se encontra atualmente a perícia médica. Então, seria interessante, primeiro, o pessoal colocar e fechar com a fala do INSS.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está bem. Só para situar vocês, a assessoria me informa que, da segunda Mesa – por isso eles estão corretos na orientação – só há um presente.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Não, estou vendo todos aqui. Dr. Nemésio, Marco Pérez, Sérgio Carneiro, Borges.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Chegaram agora. Está bem. Quem prefere ir para a segunda Mesa?

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Eu acho importante não haver duas falas dos peritos na mesma Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quem fala pelos peritos na primeira Mesa?

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Dr. Argolo. Eu falo na segunda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Dr. Argolo. Quem pode, nesta Mesa, falar entre os representantes do Governo?

Por favor, vamos ajustar aqui, pessoal.

Não tenho problema algum com as Mesas, não, porque todos vão ter que falar. (*Risos.*)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone*.) – Mas é melhor ouvir as exposições, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O senhor falaria nesta Mesa ou prefere na segunda?

Na segunda? Está bem. Vamos lá.

De imediato, pessoal, a menina vai atualizar, e eu já vou passar a palavra, conforme entendimento feito por unanimidade, para o Diretor Sindical do Sindicato Nacional dos Médicos Peritos, o Sr. Luiz Carlos de Teive e Argolo.

Quero lembrar que o tempo é de dez minutos para cada um. Peço que fiquem, de preferência, dentro do tempo para facilitar, ao final, alguns encaminhamentos.

O SR. LUIZ CARLOS DE TEIVE E ARGOLO – Inicialmente, bom dia a todos. É com muita honra que participo desta Mesa.

Eu gostaria de parabenizar o Senador Paim, que preside esta Mesa, sempre buscando o entendimento e priorizando o cidadão usuário, assim como a Drª Darcy Vitobello, como Procuradora dos direitos do Cidadão, coordenadora do Grupo de Trabalho (GT) da Previdência, corrigindo, ou melhor, aditivando a minha fala; a Drª Thaís Riedel, que participa da Mesa; o Rudinei Marques, Presidente da Fonacate. Vale a ressalva para estender que se trata do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado. Cumprimento o representante do Governo, Marcos Peres. Acho que não faltei ninguém da Mesa.

Eu gostaria de me identificar como Diretor Sindical do Sindicato Nacional dos Médicos Peritos, da ANMP. Por favor, eu gostaria de começar a minha apresentação, fazendo um breve preâmbulo da nossa existência propriamente dita.

Lá pelos anos de 1990, 1985 ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Só para pedir, porque percebo que o convidado fica um pouco não à vontade quando falam no plenário. Eu também não fico à vontade. Digo que também não fico. Quando estou falando, prefiro que o Plenário fique em silêncio. Então, faço um apelo a todos para que fiquemos em silêncio para ouvir nossos convidados.

O SR. LUIZ CARLOS DE TEIVE E ARGOLO – Pois não, obrigado.

No nosso início, não existíamos como carreira, com sua especificidade. Nos anos de 1985 e por toda a década de 90, tivemos uma carreira com um quadro, quase na sua maioria, de médicos credenciados. Eram os chamados terceirizados. Chegamos ao cume por volta de 2003, quando a própria Previdência tinha um déficit por conta desse gigantesco passivo de perícias terceirizadas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ CARLOS DE TEIVE E ARGOLO – Não, não, eu ainda não estou...é anterior.

Continuando, de perícias terceirizadas, que avolumavam não só o dispêndio ao Erário como avolumavam o passivo de segurados que permaneciam em benefício, sem resolução. Ou seja: a perícia era um ônus para o Estado. E chegamos às cifras, no ano de 2013, de benefícios em manutenção, da ordem de 14 milhões. Tínhamos um estoque, na época, de quase 1,7 mil benefícios mantidos.

Ora, com a interveniência e participação do interesse do cidadão, à época – aqui vale mencionar que o Procurador da República da época, Luiz Francisco, nos ajudou bastante em busca de uma carreira mais para o interesse do cidadão – o Estado não podia sangrar com o dispêndio financeiro com que sangrava sem a resolutividade necessária para a especificidade do papel do perito médico previdenciário.

E assim, houve a parceria e o envolvimento da Procuradoria à época efetivamente no interesse do cidadão: melhor atendimento, celeridade e com objetivo também de estancar a sangria do dinheiro público. Foi quando, então, o Presidente Lula entendeu o papel da perícia e, no início do seu governo, quando nós já estávamos em greve – ficamos em greve por 89 dias, a primeira greve do governo Lula –, sentamos a negociar, exaurimos a negociação e o governo do Presidente Lula chegou a definição de que deveria haver uma carreia com especificidade como foi criada no ano de 2004.

A partir de então, fomos enxugar o quadro dos terceirizados, uma vez a carreira criada. Sucederam-se dois concursos públicos para substituir esses terceirizados ao longo de outros dois anos, 2005 e 2006. Após fevereiro de 2006, acaba a etapa da terceirização da perícia médica e fica um quadro completamente de concursados, quadro próprio da Previdência.

De 2006 a 2009, 2010, houve todo um crescimento da carreira. Próximo eslaide, por favor.

Como eu mencionei, em 2004, a carreira foi criada com a Lei nº 10.876 e, algumas vezes, modificada, aditada, com as Leis nº 11.907, nº 12.269 e nº 13.135 recente.

Responsável pelo reconhecimento do papel da perícia médica, é bom salientar no que o nosso papel diferente do papel do perito, do papel de um médico assistencialista. O médico assistencialista tem por prerrogativa máxima diagnosticar, tratar e acompanhar o paciente, com todas as suas variáveis. O médico perito reconhece a incapacidade laborativa no âmbito do Regime Geral da Previdência e do regime próprio. Ora, o que é isso? É exatamente a repercussão da doença sobre a vida laboral desse trabalhador. E aí difere quando há uma mesma doença repercutindo por atividades diversas.

Esse é o reconhecimento da incapacidade laborativa. E isso é que difere o papel típico do médico perito, que tem as suas especificidades em uma carreira típica de Estado: reconhecer o direito do benefício por incapacidade por parte do cidadão.

Nós, hoje, somos apenas 4.330 peritos médicos em atividade – referência: janeiro/2016.

Assim como houve, de 2010 para cá, toda um enxugamento no reconhecimento do papel da perícia, dessa mesma forma, houve o enxugamento do quadro efetivo dos médicos peritos. Há cinco anos que quase 3 mil peritos, ao longo desses cinco anos, vêm se exonerando ou se aposentando. Uma média de quase dois peritos por dia útil de exoneração. Ou seja, existe todo um enxugamento do quadro funcional.

Nós realizamos, com esse quadro de 4.330 peritos, 14 milhões de avaliações médicos periciais por ano, sendo que 50% dessas avaliações são presenciais nas agências da Previdência.

A média de 14, 5 avaliações por dia útil por perito era de menos de 0,2% de queixas registradas junto à Ouvidoria e demais órgãos. Ou seja: não é tanto quanto a mídia mostra publicamente o inconformismo no atendimento da perícia.

Vale ressaltar que não é só a nossa atividade em uma agência da Previdência – aquilo que vocês conhecem e que sai na mídia, as filas, o embaraço no atendimento –, mas realizamos 67 tipos de atividades em sete Ministérios e mais o Poder Judiciário. Ou seja: mantemos o serviço, sim, ao Ministério da Fazenda, no caso, perícia de isenção de Imposto de Renda; ao Ministério do Desenvolvimento Social, o benefício do LOAS assistencial; no Ministério das Cidades, perícia para isenção de IPI, perícia do Denatran: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, perícia do SIASS; Ministério do Trabalho e da Previdência, fiscalização do ambiente de trabalho (CRPS); Poder Judiciário, perícias judiciais, demandas e conciliação. No Ministério dos Transportes, perícias para direitos de idosos, da Anamt; Controladoria-Geral da União, perícias médicas em procedimentos administrativos. Ou seja: há uma média de concessão global anual de 70%.

Aqui, tento mostrar a quanto chegou, ao longo desse tempo, a demanda estoque e peritos. Vejam os senhores que, até o ano de 2007...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ CARLOS DE TEIVE E ARGOLO – ...quando houve o segundo concurso, tivemos uma evolução no quadro funcional.

De 2007 para cá, tivemos pequenos concursos, de maneira que quase coincidem o acesso e a saída, portanto, do nosso estoque anterior, que chegou a quatro mil, quinhentos e pouco, hoje temos apenas quatro mil, trezentos e trinta e poucos peritos.

A demanda do crescimento do número de requerimentos é crescente sempre, não diminui. E há o estoque, que voltou a crescer estupidamente e já passa de mais de dois milhões de perícias em estoque.

Eu gostaria de mostrar aos senhores que vivemos um momento muito crítico de necessidade de ajuste fiscal, necessidade de criação de receita para o Governo de forma mais ampla. É indubitável ter de falar...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ CARLOS DE TEIVE E ARGOLO – ...aliás, a Perícia nunca falou de cifras, mas é indubitável ter de falar que, nos gastos anuais por incapacidade, o Governo chega a essa soma de R$125 bilhões. Ou seja: essa é a área em que transita a perícia médica. Desses R$125 bilhões, temos, eu diria, não um desperdício, mas um gasto que chega à ordem de R$68 bilhões – vejam o que estou falando: R$68 bilhões! –, que ultrapassa a perspectiva de arrecadação com a criação da CPMF.

Vejam os senhores: de perícias judicias, que são aqueles segurados que procuram a Justiça para requerer seu direito, uma vez tendo perícia indeferida, chega a ordem de R$20 bilhões de benefícios que o juiz concede sem a realização de perícia.

Historicamente, quando há a participação de um perito do INSS, essas denegatórias são mantidas na ordem de 95%, ou seja, são revertidas apenas 5%. Onde se está gastando R$20 bilhões poderíamos estar gastando, ao máximo, R$1 bilhão.

As aposentadorias por invalidez, que deveriam ser revistas companhias aéreas cada dois anos, não são realizadas no período previsto em lei. Não são.

O LOAS também, que não é um benefício da Previdência, e, sim, um benefício da ação social e que tem a sua previsão de realização de revisões bianualmente, essas também não são realizadas. É outro dispêndio financeiro para os cofres públicos. Além disso, há os auxílios-doença, que são prorrogados por decisão de concessão administrativa, ou seja, trata-se dos segurados que têm a prorrogação do pagamento daquele benefício enquanto aguarda a realização da perícia por falta de quadro funcional para efetivação dessa perícia.

E ainda há outras demandas judiciais por ações civis públicas, que hoje imperam no País afora, das mais variadas formas, ou seja, existe demanda de Ministério Público ou de Defensoria Pública; ações civis públicas que sangram os cofres públicos na ordem de R$68 bilhões. Desses R$68 bilhões, poderíamos, com certeza, chegar ao máximo de R$16 bilhões, ou seja, seriam R$52 bilhões que poderiam estar sendo mais bem gastos.

Quando digo reconhecer direito do que fazemos como precípuo na nossa atividade, eu gostaria de dizer aos senhores que não temos forma arrecadatória de mostrar o nosso trabalho. Nós temos, sim, o bem gastar, e é a demonstração desses números que estamos trazendo para os senhores em um momento tão crítico por que passa o País, de necessidade do bem gastar e de parar com essa sangria de voltar a CPMF.

Eu gostaria de terminar a minha fala, Senador, perguntando: a quem interessa acabar com a carreira da perícia médica? A quem interessa suprimir, esconder esses números?

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

O SR. LUIZ CARLOS DE TEIVE E ARGOLO – Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Luiz Carlos de Teive e Argolo, Diretor Sindical do Sindicato Nacional dos Médicos Peritos. Eu dei em torno de 15 minutos, mas faço o apelo a todos que fiquem em torno de dez minutos.

Passamos a palavra à Drª Darcy Santana Vitobello, que é Subprocuradora Federal dos Direitos do Cidadão e Coordenadora do Grupo de Trabalho da Previdência Social.

A SRª DARCY SANTANA VITOBELLO – Bom dia a todos. Eu agradeço o convite para participar desta audiência pública, saúdo a todos os presentes em nome do Senador Paulo Paim e gostaria de colocar algumas coisas.

Há uma dificuldade, às vezes, em entender o que é o Ministério Público. Nós temos os procuradores da República, os procuradores regionais da República e os subprocuradores-gerais da República, que ficam na PGR, último degrau da carreira. Então eu não sou Subprocuradora Federal dos Direitos do Cidadão; eu sou Subprocuradora-Geral da República e coordeno este Grupo de Trabalho da Previdência e Assistência Social, que integra a estrutura da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. O Procurador Federal é o Dr. Aurélio Rios. Esse Grupo tem por função coordenar atividades dos colegas nos diversos graus da carreira e atuar administrativamente junto ao INSS, para tentar resolver as questões.

Então são dois vetores: um, os colegas são autônomos, e nós tentamos – e são várias condenações que existem – coordenar essas atividades dos colegas porque eles propõem ações civis públicas em todo o Brasil. Esse Grupo não tem nenhum poder de determinar o que os colegas fazem e nem de propor ações civis públicas. Então, esse seria o nosso trabalho. Dentro disso, todo o foco é o cidadão e, para atender o cidadão, para que essa fila que eu considero, hoje, escondida – e nós todos conhecemos as histórias, a imprensa mostrando a fila física do INSS, as pessoas morrendo muitas vezes na fila –, hoje nós temos o quê? E essa fila foi agravada com a greve dos servidores e com a greve dos peritos, mas ela vem de antes.

Reconhecemos, sim, que o INSS tem feito um esforço grande para administrar isso aí, que é fundamental a carreira dos peritos e tivemos muitos avanços na questão dos demais benefícios. Mas por que a questão da perícia? Porque o benefício do auxílio-doença está centrado na perícia.

Neste momento, por exemplo, de crise econômica, o que ocorre é que, muitas vezes, o segurado tenta substituir o seguro-desemprego pelo auxílio-doença.

Então, há naturalmente uma demanda grande, isso ocorreu na outra crise econômica que houve, e a demanda aumenta demais.

Como o Ministério Público vê a situação? Ele não vê que isso possa ser resolvido satisfatoriamente com o aumento do número de peritos. Então, sempre a proposta do Ministério Público é que se privilegie a boa-fé do cidadão e que, em determinado número de casos, a concessão do benefício seja feita sem perícia.

O Dr. Aurélio sempre, em seu discurso, usa o exemplo do bicho-de-pé. Ele pergunta: por que eu preciso de um perito para fazer uma perícia sobre bicho-de-pé quando já existe um atestado médico e esse auxílio-doença vai ser por um período curto?

Então, o que o Ministério Público quer é que a perícia seja valorizada, que os peritos sejam valorizados, que eles sejam ocupados com coisas muito relevantes, a exemplo de um caso sério nosso que é diagnosticar as doenças psiquiátricas, psicológicas, o que é muito difícil. Nós consideramos indispensável que seja feita a perícia nesses casos, nos casos longos.

O Dr. Argolo aqui falou da revisão das perícias das aposentadorias por invalidez. Isso realmente é um drama que nos persegue. Há várias coisas. Eu vi no elenco que ele colocou que os peritos têm uma sobrecarga de trabalho inclusive fora do INSS. Então como se vai resolver esse problema só com o aumento de peritos? Não se resolve. Portanto, temos que racionalizar melhor, valorizar o perito, utilizá-lo numa atividade, como a gente diz, mais nobre, que demanda mais técnica, maior conhecimento. Essa é a proposta do Ministério Público.

Falando da greve, já fui coordenadora de um GT na greve de 2010, se não me engano, e na atual greve. Isso causa uma situação que já é dramática. Tivemos o caso de Imperatriz. Sempre dou o exemplo de Imperatriz, onde chegou a haver um tempo médio de 180 dias de espera; esse é o tempo médio, o que não significa que as pessoas não esperem mais do que isso. Em diversos casos, o Ministério Público sempre está falando com o Ministro, com o Presidente da Dataprev, com presidentes do INSS, tentando resolver essas questões.

Além disso, os colegas entram com ações judiciais, como aconteceu recentemente. E o que ocorre é que está cada vez mais grassando o problema de colegas pedirem que os benefícios sejam implantados, todos, sem nenhuma perícia. A colega Ana Padilha, do Rio, já tem uma ação sobre esse caso da greve, entrou com uma ação conexa pedindo isto: que, se o INSS não fizer em 45 dias as perícias, implante todas. Isso é dramático, porque sabemos que temos que privilegiar a boa-fé do segurado, mas também não podemos ignorar que existem vários problemas no mercado, que há os profissionais que inflam fila – não são segurados, mas pessoas que maleficamente fazem isso. Nós estamos trabalhando junto com o INSS, inclusive, há um projeto em Aracaju, para que todas as perícias iniciais, todos os benefícios iniciais sejam por perícia e que, nas prorrogações, seja dispensada a perícia.

O Brasil não pode se dar ao luxo de, para garantir a segurança, ter uma sobreposição de trabalho. O médico assistente ou muitas vezes os médicos do SUS fazem a perícia. E o que diz o Aurélio? Ora, se o atestado médico é falso, vamos processar essas pessoas. Isso é caso de polícia. Agora, não podemos partir do pressuposto de que os médicos que não são peritos são bandidos, que vão ficar sempre dando atestado falso.

Então, todos os profissionais merecem fé.

Os segurados merecem fé. Precisamos acabar com essa cultura, no Brasil, de que as pessoas são desonestas até prova em contrário. Nós estamos, no Ministério Público, lutando para mudar essa ideia, essa cultura que nós temos, todos nós brasileiros. Então, esse é o ponto.

Ao longo disso, nós estamos sempre lutando pela melhoria das condições do perito. Agora, não podemos ser sindicato, atuar como sindicato. Mas, para que o segurado seja bem atendido, é preciso melhorar as condições de trabalho do perito, as salas de perícia, dar equipamentos que faltam... Recentemente, isso foi cobrado mais uma vez. A licitação para comprar estetoscópio, martelinho, várias coisas básicas que muitas vezes faltam na sala dos peritos. E o Ministério Público está atento a tudo isso, às condições de trabalho, à questão da gestão. Agora, o Ministério Público também não pode gerir o INSS.

A ANMP entregou um estudo ao Ministério Público um estudo sobre questões de gestão. Nós encaminhamos um pedido ao INSS para que avaliasse. Acabou de chegar a resposta e vamos enviar à Associação Nacional dos Peritos para que se manifeste sobre isso, porque normalmente há um conflito muito grande entre as informações da ANMP e as informações do INSS. Então, nós precisamos ter segurança. Inclusive, esteve nos jornais, recentemente, uma notícia de que com os dados sobre as perícias realizadas que o INSS informa a ANMP não concorda.

Então, basicamente, é isso. Eu conclamo os peritos a voltarem a trabalhar integralmente, porque o prejuízo para o cidadão tem sido muito grande. Voltaram, mas não para prestar todos os serviços. Então, conclamo que acabem com a greve e continuem a negociação.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Essa foi a Drª Darcy Santana Vitobello, coordenadora do Grupo de Trabalho Previdência Social e Subprocuradora-Geral da República, que faz um apelo para o entendimento, com o que todos ganham.

Seguindo a lista, passamos a palavra agora ao líder Presidente do Fórum Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Sr. Rudinei Marques.

O SR. RUDINEI MARQUES – Bom dia, Senador Paim, na pessoa de quem cumprimento todos os membros da Mesa, senhoras e senhoras.

Vou ser bastante objetivo. Vou falar um pouco do que foi e do que tem sido a campanha salarial de 2015, que ainda não terminou, falar um pouco das carreiras de Estado, muitas das quais ainda não fecharam acordo

com o Governo, e, depois, do caso específico dos médicos peritos previdenciários, que eu conheço relativamente bem não só pela nossa parceria lá na Fonacate, mas porque já auditei agências da Previdência e sei de toda a pressão por que eles passam, da falta de condições de trabalho, das maiores vicissitudes, das agressões, das pressões para concessão de benefícios, que são muito grandes, e por isso eles têm que ter garantias especiais, como as carreiras de Estado. Não se pode admitir terceirização nessa área. Mas vamos começar pela campanha salarial.

É claro que nós evoluímos em termos de negociações com o Governo. De 2003 a 2010, acho que ninguém, em sã consciência, poderia dizer que nós não evoluímos. Foram constituídas mesas de negociação. Mal ou bem nós sentamos para conversar com o Governo, pudemos apresentar nossa pauta.

Eventualmente, não somos respondidos, mas faz parte do processo. Então, evoluímos. De 2011 até 2014, deu uma parada nesse processo, nós não percebemos que tenha havido um grande salto, pelo contrário, houve uma estagnação, mesas pouco resolutivas, enfim, histórias que muitos aqui conhecem. Mas a campanha salarial de 2015 começou em março. Dia 20 de março de 2015, o Ministro Nelson Barbosa, então Ministro do Planejamento, chamou todas as entidades de classe e disse: "Vamos começar, esses são os parâmetros gerais, esse é nosso calendário." No mês seguinte, mandou o PLDO para o Congresso, fixando a data de 21 de agosto para que os projetos de lei fruto das negociações salariais estivessem tramitando.

Pois bem. Viramos o ano, e algumas carreiras ainda não conseguiram fechar acordo. Algumas votaram uma primeira proposta do Governo, e o Governo retirou a proposta no meio do caminho, "não, não é mais janeiro, agora é agosto". Ou seja, muitos atropelos, injustificáveis, porque lá em março já se sabia que nós estávamos em um ano difícil, com uma situação fiscal comprometida, que não haveria grandes avanços em termos financeiros, então já se sabia que o quadro era difícil, e mesmo assim houve uma série de atropelos injustificáveis.

Boa parte das carreiras foram fechar acordo em dezembro, quando o Governo, lá em março, disse que o calendário finalizaria no dia 21 de agosto. Por que o Governo diz isso e depois há toda uma série de atropelos e pressões?

Então, tenho certeza de que é um caso... Já estive aqui em audiência com o Senador Paim em várias ocasiões. Nós precisamos de regras. Primeiro, uma política de pessoal bem definida no serviço público federal, que nós não temos ainda. E, dentro dessa política de pessoal, uma política de negociação salarial, que também não temos, com regras de conciliação, de mediação, de arbitragem, que é tudo que nós precisamos para resolver casos como esses, que vão se arrastando, ninguém dá a palavra final, e quem é penalizado é o cidadão que depende do benefício, que tem que amargar falta de concessão para suas necessidades, não consegue dar conta de suas necessidades básicas.

Aliás, nesse caso específico dos médicos peritos, o Governo acabou sendo beneficiado, porque não teve que desembolsar, parece que são mais de 4 bilhões de caixa que ele fez com a greve dos peritos médicos previdenciários. Também não dá para aceitar esse tipo de coisa.

Então, precisamos ter regras de negociação salarial. Enquanto não tivermos isso, vamos ter casos como o dos médicos peritos, como o grupo fisco, que até hoje também não conseguiu ter êxito na sua negociação salarial, os delegados e peritos da Polícia Federal, os diplomatas, são todas carreiras que não tiveram ainda finalização da negociação salarial a que o Governo deu início no dia 20 de março de 2015. Eu queria deixar isso bem pontuado aqui, porque, sem essas regras, nós vamos continuar vivendo situações como essas, até que tenhamos uma legislação que dê conta desse caso.

Sobre a questão específica dos peritos médicos previdenciários, o que a gente observa nesse caso? Que não só é mais oneroso para o Estado ter gente de fora, como, se não houver uma carreira forte, com garantias e com independência, para conceder ou não conceder benefício, esses profissionais vão estar sempre sendo sujeitos a pressões de toda ordem, porque o sujeito que chega ali está convencido de que ele tem direito, mas alguém eventualmente vai ter que dizer um não, e tem que ser uma carreira sólida, bem estruturada e com garantias para dizer o não na hora necessária, é claro.

Sobre a terceirização, o que ocorreu por conta da 13.135, delegação para outros profissionais para o exercício dessas atribuições, nós entendemos que é um absurdo, não poderia estar acontecendo algo dessa natureza. Tem que haver uma carreira forte, sólida e com toda a independência para o exercício dessas funções.

Mais ainda: sobre a complexidade dessa atividade. A gente sabe que há uns casos de bicho de pé que acredito que sejam uma parcela muito insignificante do volume e do tipo de tarefas que os médicos peritos têm que dar conta.

O meu colega filósofo, professor da Universidade de Berlim, estava fazendo uma análise, em um livro dele muito legal *Sociedade do Cansaço*, em que ele faz uma leitura a partir de categorias patológicas da condição da nossa sociedade pós-moderna, tanto do ponto de vista político como social. Ele diz que passamos da era bacteriológica, da era viral e, hoje, estamos vivendo na era neuronal. Tanto é que matéria do *Correio Braziliense* de

domingo – se não me engano – mostrava que mais de 5% da população mundial é a cometida de depressão, fora todos os outros problemas neuronais.

E são difíceis de serem detectados. Os médicos têm que se debruçar sobre esses casos e não podem trabalhar sob pressão. Isso é que eu quero dizer. Ele tem que ter tempo para analisar a situação, se for o caso de fazer uma consulta mais estendida. Ele não pode trabalhar em uma linha de produção.

Para isso, é claro, tem que haver todas as garantias que o art. 247 da Constituição confere às carreiras de Estado.

Por fim, conclamo a todos – temos aqui o Borges, lá da SRT, e outros representantes do Governo – para que encontremos rapidamente uma solução para essa situação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Líder Rudinei Marques, Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), que vai na mesma linha dos outros painelistas na busca de uma conciliação, de um entendimento que não permita... Pelo que eu sei, ficou uma greve chamada greve branca ainda. Uma volta, mas a disposição para negociar, e chegar a um entendimento. Um estado de greve.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso, um distensionamento.

E pelo que vi, todos falam aqui na busca de um acordo, de um entendimento que não permite que os trabalhadores – eu usei esse termo durante a greve – fiquem no limbo. Como diz aquela frase, entre o mar e o rochedo, a ostra que acaba pagando a conta.

E não é bom para ninguém. Não é bom para os peritos, não é bom para o Governo naturalmente. Há todo um desgaste. E além do desgaste, há esse desconforto, até pela quase denúncia – não digo denúncia – que o Rudinei faz, quando diz que houve uma economia de quase R$5 bilhões. Na verdade, não é bom para ninguém, então. Acho que nem o Governo gostaria de estar em uma situação como esta.

Mas são os dados e os números que estão na mesa e têm que ser colocados. Por isso fiz questão que em cada mesa um representante do Governo fale depois que as questões forem colocadas.

Agora, passamos a palavra, com satisfação, à Drª Thaís Riedel, que é Presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB-DF e Presidente do Instituto Brasiliense de Direito Previdenciário (IBDPrev), que estará também aqui amanhã no debate sobre Previdência e Precarização do Trabalho, numa reunião que se iniciará às 9h, com a presença também das centrais sindicais e especialistas no tema.

Por favor, Drª Thaís.

A SRª THAÍS RIEDEL – Bom dia a todos. Gostaria de agradecer, primeiramente, ao Senador Paulo Paim, pela oportunidade e convite para o debate desse tema tão importante. Nós da OAB estamos muito atentos a todas essas questões que envolvem direito de inúmeras pessoas, assim como o Instituto Brasiliense de Direito Previdenciário, que é uma entidade que procura aprofundar e estudar esse debate de tamanha relevância para o País.

Não falarei de números, mas de um pouco do que está por trás dos números. Eu acho que a minha tônica tem que ser um pouco mais em relação à questão dos direitos e da sociedade. E esse tema "greve dos peritos" tem um contorno diferenciado, porque é a ponta de um *iceberg*. E por quê? Porque há todo um sistema, que é o Sistema Previdenciário, na verdade o Sistema de Seguridade Social, que depende desse ato "perícia".

E o que acontece? A nossa Constituição – e, nesse ponto, esse tema abrange dois direitos fundamentais: saúde e trabalho – garante saúde para todos (art. 196), sendo um dever do Estado dar saúde. Por outro lado, existe todo o Sistema de Seguridade Social que tem como base o primado do trabalho e objetiva alcançar o bem-estar e a justiça social. Quem será o instrumento para alcançar isso? O Sistema de Seguridade Social: saúde para todos, para que todos possam estar com saúde para trabalhar, e, trabalhando, contribua para a Previdência, a fim de se prevenir do quê? Dos riscos sociais. E aqueles que não têm condições de contribuir, a assistência para os hipossuficientes.

Então, nesse modelo constitucional, na ótica previdenciária, existem certos benefícios previdenciários – e aqui não é só o auxílio-doença: auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, auxílio-acidente, para identificar se há sequelas, o próprio benefício de prestação continuada, quando é o caso de um deficiente, para identificar ou não se há incapacidade para o trabalho, no caso de pensão requerida por um deficiente... Então, são inúmeros os benefícios que dependem dessa perícia para a identificação ou não da contingência – aqui, especificamente, a incapacidade para o trabalho.

Então, o Direito Previdenciário vem fazer o quê? "Olha, quando não houver a capacidade para o trabalho, eu, Estado, irei trazer um benefício para que você não passe por um estado de necessidade". E a perícia é

a linguagem que o Direito reconhece para identificar ou não se há essa incapacidade. Então, é o momento em que o mundo jurídico se utiliza da medicina para identificar ou não aquela situação jurídica.

Pois bem; então, nessa proteção da sociedade contra os riscos sociais... Existem inúmeros riscos. Qualquer pessoa pode ter um acidente de trabalho, pode ter uma doença, e, desses riscos, uma vez ocorrendo a contingência, há, então, a prestação.

No Direito Previdenciário a gente diz que existem danos reais e danos presumidos. Por exemplo, com a aposentadoria por idade, o sistema presume que a pessoa com a idade "x" estará incapacitada para o trabalho. Então, ela não terá de passar por uma perícia. Mas, em outras situações, o dano é real, ou seja, ele necessita da perícia para identificar ou não se há ou não essa incapacidade para o trabalho.

O que eu quero dizer com isso? Todo o Sistema Previdenciário, hoje, é modelado no sentido de se verificar, em certos benefícios, se há ou não essa incapacidade. E a perícia é essencial. Assim, quando a perícia não é feita ou não é bem-feita, quem tem ali os seus direitos violados – a gente está falando do princípio da dignidade da pessoa humana – é a própria população.

Então, o direito à saúde, que é um direito fundamental... Na falta de saúde, o Estado deve proteger a população dos riscos inerentes, o risco doença.

Assim, gostaria de acentuar, primeiramente, que a falta da perícia afeta todo o sistema. Aqui, então, não é uma questão apenas de greve ou não greve, mas do sistema como um todo, que tem, hoje, como um dos seus pilares a perícia.

Então, por um lado, os peritos devem ter condições adequadas de trabalho e, por outro, a população tem o direito de exigir uma prestação de serviços adequada. Não há condições de uma pessoa doente esperar 89 dias por uma perícia! Então, tem de haver uma boa vontade de parte do Governo de ver que essa greve especificamente gera todos esses reflexos.

Então, o diálogo e o bom senso devem prevalecer no sentido de que esse serviço seja bem prestado, porque a doença e a morte não esperam; elas acontecem todos os dias!

Eu conheço situações – nós, advogados, evidentemente, trabalhamos com pessoas nessa situação – de pessoas com cardiopatia grave que podem, a qualquer hora, bater as botas enquanto esperam pela perícia.

E o que acontece? Aí é uma questão de a gente entender todo o sistema. Se não há um processo administrativo eficiente no âmbito do INSS, isso, inevitavelmente, vai parar na Justiça. E, aqui, o tempo corre contra o segurado – para ele não bom. E, às vezes, o sistema paga até mais caro.

Assim, há uma efetiva violação do princípio da dignidade da pessoa humana nessa situação, e a via judicial acaba sendo a única saída, o que vem a trazer outros problemas, pois nós sabemos que a via judicial está abarrotada de processos. O tempo também aí corre contra. E, então, no final das contas, o sistema, como um todo, fica deficiente.

Então, deve ser dada total prioridade à resolução dessa greve, porque é a população doente que está passando por extremas necessidades, muitas vezes morrendo. Desse modo, o direito fundamental do cidadão à saúde e ao trabalho, que é o que dignifica a pessoa, estão sendo extremamente violados.

Lógico que, na reforma, inclusive, vieram novas propostas, tais como aquelas que diziam; "Ah, então, agora, quando não houver perito, vamos fazer convênios com outros médicos..." Será que isso simplesmente resolve? Não! Porque, primeiro, há uma falta de médicos. O Brasil é um continente! Deveria haver muito mais peritos – e peritos compromissados. E, daí, quando a gente tem essa possibilidade de trazer servidores trabalhando por essa causa pública, eu digo: será que essa é a solução? Não! A solução é muito mais ampla; ela passa, primeiramente, pela prevenção do risco doença.

Os países desenvolvidos trabalham muito na prevenção do acidente do trabalho. Então, mais fiscalização nas empresas para que o acidente não ocorra. Isso porque, quando não há prevenção, ocorre o acidente, e isso gera os devidos benefícios: ou o auxílio-doença, ou aposentadoria por invalidez, ou a pensão por morte.

Então, trabalhar, investir na prevenção do risco, que é até mais barato para o Governo, e com fiscalização. Além disso, dentro das agências, fiscalização também em relação a esses direitos dos segurados; uma total prioridade na resolução desses conflitos, e, assim, quando o risco ocorrer – porque ele acontece, inevitavelmente, por mais que a gente previna, às vezes, o risco acontece –, que haja um tratamento digno para esse segurado, porque ele já está doente. Do contrário, além da doença física, há a questão psicológica. Se ele já não tinha a questão psicológica, vai passar a tê-la, porque só de ele pensar que vai ter de esperar tantos meses para ter o benefício e que vai voltar a trabalhar, isso já gera outras doenças.

(Soa a campainha.)

A SRª THAÍS RIEDEL – Então, eu concluo nessa ótica talvez um pouco mais jurídica, humana, mas para mostrar que a questão é muito séria e envolve ali milhares, milhões em recursos e também vidas. E é nesse

sentido que eu peço – e a OAB está à disposição se precisar intermediar, se precisar, de alguma forma, ajudar no diálogo – que a gente faça uma análise aprofundada dessa questão, não só da questão da greve ou não greve, mas do sistema como um todo, no qual a perícia é fundamental.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi a Drª Thaís Riedel, Presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB e Presidente do Instituto Brasilense de Direito Previdenciário.

Só esse dado que você traz aqui, praticamente três meses de espera do cidadão, de fato, preocupa a todos.

Vou passar a palavra, em seguida, ao representante do Governo, mas, desde ontem, nós tivemos um debate aqui do trabalho escravo, e eu tenho usado muito o termo "humanizar a política". Nós estamos aqui fazendo política. E a Drª Thaís entrou nesse ângulo de humanizar esse debate, porque, efetivamente, a situação do segurado em relação à Previdência... Eu nem vou falar todos os casos que eu acompanhei. Alguém poderá dizer: "Não, mas isso é uma exceção". Não é exceção. Este eu acompanhei, porque foi no meu gabinete. O camarada voltou e morreu dali a três dias. Estou dando um exemplo. Eu queria pelo menos que ele estivesse lá encostado, trabalhando, enfim. Se voltou porque teve alta dos peritos... Não sei se teve, eu sei que ele voltou a trabalhar, e eu naturalmente acolhi.

Há outro caso que vou citar agora. O camarada está há seis meses. Isso no meu gabinete, posso dar o nome depois, se alguém tiver dúvida dele. Ele não trabalha. Mas o que eu faço? Demito-o, mando-o para a Previdência e digo que não, aqui não dá? Eu o mantenho no meu gabinete e digo: Fique sentado aí. Mas não tem condição nenhuma de trabalhar. É um caso que eu tenho no meu gabinete.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu estou relatando um fato, não estou culpando ninguém. Eu estou pegando a linha que a doutora pegou, de humanizar o debate. Nós temos que olhar essa realidade. Como é que faz um cidadão como esse? Eu estou dando esse exemplo. Ele vai para a fábrica, e o empregador diz: "Não, mas aqui você não fica". Esse empregador não vai pagá-lo. É claro que eu pago.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu sei tudo isso que a senhora está falando. A senhora tem que permitir. Vai haver debate no final, a senhora vai poder se inscrever. Eu estou relatando um fato, para ilustrar o debate. E isso é no meu gabinete. Eu estou perguntando o que faço. Eu o demito? Ele vai morrer de fome na sarjeta. Vai morrer de fome!

E não adianta um debate que façamos aqui. O nome dele é Luiz, é funcionário do meu gabinete. Só vou dar o primeiro nome. Se eu não pagar o salário dele, ele vai morrer. E o que fazemos? Ele não tem condição nenhuma de trabalhar. Não tem condição. É claro, a única saída, doutor, desculpe falar isso neste momento, é entrar no jurídico. A única forma é entrar no jurídico, não há outra saída. Quem é sindicalista aqui sabe que, em casos como este, não há saída a não ser entrar no campo jurídico, para tentar, por força de lei, fazer que ele seja reintegrado.

Eu dei só um exemplo, para ilustrar este debate. Este é um debate, de fato, muito delicado, a situação daquele que depende da decisão da Previdência. Eu não estou nem falando se é perito ou não perito, depende da decisão do campo da Previdência, onde vão decidir se ele vai trabalhar ou não vai trabalhar. Dizer que ele vai trabalhar, e ele chega à empresa... Eu, por exemplo, venho de uma forjaria, onde havia dezenas de casos. O camarada da forjaria me disse: "Não, mas aqui esse cara, assim, não trabalha". Daí ele volta, depende de uma decisão, de novo, do perito. Querendo ou não, a lógica é essa. Aí fica nesse vai e vem, e ele fica três meses, às vezes, sem receber. Mas, agora, tudo isso aqui pode complicar mais a sua vida aqui.

Por favor, Dr. Marco Antônio Gomes Perez, Chefe do Departamento de Política de Saúde e Segurança Ocupacional do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

O SR. MARCO ANTÔNIO GOMES PEREZ – Bom dia a todos e a todas.

Eu quero, mais uma vez, agradecer o convite para estar aqui nesta Comissão de Direitos Humanos, uma Comissão muito ativa. Eu acho que, no ano passado, eu vim umas três ou quatro vezes aqui para discutir sobre epilepsia, deficiência, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se o senhor me permitir, só para ilustrar, foram 150 audiências, 600 painelistas e 15 mil pessoas passaram neste plenário no ano passado. E você esteve aqui diversas vezes.

O SR. MARCO ANTÔNIO GOMES PEREZ – Isto. Eu estou só parabenizando a atividade desta Comissão e a importância dos temas tratados aqui para o cidadão brasileiro. Eu acho que é muito importante e tem interface direta com a Previdência Social.

Bom, primeiramente, quero destacar que a minha fala aqui é relacionada com o Ministério da Previdência Social, não ao INSS. Vai haver uma fala do INSS na próxima mesa. O Ministério da Previdência Social dá as diretrizes gerais da Previdência, mas a parte operacional é feita pelo Instituto Nacional do Seguro Social. Então, é a mesma diferença que existe entre o MEC e uma universidade. Se uma universidade entra em greve, o MEC intervém e tudo, mas a solução está na universidade – isso no caso de uma universidade federal e o MEC, por exemplo.

Então, a minha fala será um pouco mais ampla. E eu quero abordar, muito rapidamente, a importância e a necessidade da perícia médica na Previdência Social brasileira. Então, a minha fala vai ser toda no sentido de valorizar essa categoria dentro do que existe hoje na Previdência Social.

Para começar, eu acho que é importante defendermos a Previdência Social brasileira, que está completando um século de existência. A Previdência Social brasileira é extremamente generosa se comparada ao que acontece no restante do mundo. Nós temos, aí, uma série de conquistas do trabalhador e da sociedade brasileira, que, hoje, por meio da Constituição Federal de 1988, estão consagrados no âmbito da Seguridade Social, como muito bem colocado aqui pela Drª Thaís. A Seguridade Social engloba a saúde como um direito universal, a Previdência e o trabalho, que, agora, cada vez mais, são tratados no âmbito conjunto, e a assistência social.

Então, a nossa sociedade, por meio de conquistas dos trabalhadores, do começo do século XX até hoje, acabou por ter no nosso País um Sistema Previdenciário extremamente eficiente. Outros países colocam: "Como é que o Brasil consegue cobrir..." Um país com a história do Brasil, que até há pouco mais de 100 anos, era um país onde havia escravidão! Então, eles colocam essa questão de como é que nós conseguimos, no século XX, superar e hoje cobrir 72,5% da nossa população com ações previdenciárias, com cobertura e proteção da Previdência Social da população economicamente ativa, que vai dos 16 aos 59 anos, concedendo, em 2014, entre benefícios acidentários e não acidentários, previdenciários, quase 30 milhões de benefícios – 27,8 milhões de benefícios – e, fazendo a análise para o BPC, o benefício de prestação continuada da Loas, da assistência social, de 4,3 milhões de pessoas, ou seja, 4,3 milhões de benefícios concedidos que passaram pela Previdência Social para o trabalhador ter uma certa proteção, esse trabalhador hipossuficiente também, que está ali ainda na condição de não contribuinte, embora a proporção de trabalhadores segurados venha aumentando na última década em nosso País. Não sabemos o que vai acontecer do ano passado para este ano em função da crise econômica, mas a tendência era de aumento.

Sabemos que a política de previdência social é uma grande política de distribuição de renda, especialmente em um país como as desigualdades sociais que o Brasil apresenta. O Brasil é um dos países de maior desigualdade social no mundo. A Previdência Social é um grande contribuinte para a distribuição de renda. Hoje, a gente sabe que cerca de 25 milhões de pessoas estão acima da linha de pobreza, acima da linha da pobreza absoluta, graças à distribuição de renda promovida pela Previdência Social.

Então, eu gostaria de fazer um preâmbulo a essa minha fala, em primeiro lugar, valorizando a Previdência Social do Brasil, uma conquista que vai completar um século, uma conquista que custou muitas vidas, mas muitas vidas mesmo, de trabalhadores brasileiros, que, lá no começo do século XX, numa greve, eram combatidos pelo Governo à bala. Não havia lei de greve; não havia nada disso.

Então, em primeiro lugar, a gente tem que preservar esse sistema.

Pois bem; dentro desse sistema, que está dentro do contexto da Seguridade Social, como vem trabalhando esse pilar da Previdência Social e como é que vêm sendo enfrentados diversos desafios para se manter – e vem se mantendo?

Houve privatizações na Argentina da época do Menem, no Chile, na América Latina. No Brasil não, não permitimos. Argentina e Chile tiveram quebradeiras na Previdência, mas o Brasil não. Está aqui a nossa Previdência – com muitas dificuldades, é certo, é correto – estamos aqui mantendo um sistema público previdenciário que garante que pelos menos 25 milhões de trabalhadores estejam acima da linha da pobreza só pelo fato de estarem contribuindo, só pelo fato de terem contribuído, de estarem recebendo aposentadoria ou algum benefício. Estamos falando de um objeto muito sério para a população brasileira, para o desenvolvimento do nosso País, para as condições de vida e renda de toda a população brasileira. Existem Municípios cuja economia é estimulada e mantida em boa parte pela distribuição de renda promovida pela Previdência Social.

Esse preâmbulo é fundamental. Quando falarmos de um problema da previdência, estaremos falando de um problema nacional, que vai repercutir na vida de todos os cidadãos deste País, mesmo que não seja dependente da previdência – vai haver um trabalhador lá que vai estar na situação que foi citada aqui, por exemplo, pelo nosso Senador.

Qual é a importância da medicina para a seguridade social brasileira e para a previdência social, para esse pilar da seguridade social brasileira que é a previdência social? Qual é a importância do médico para chegarmos na perícia?

Quero primeiro falar do médico. Sei que aqui estão pessoas convidadas do CFM, da área médica, e acho que isso é muito importante, até porque sou médico e fui do CRM de São Paulo também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Foi a greve nos aeroportos que trouxe alguns problemas.

O SR. MARCO ANTÔNIO GOMES PEREZ – É, foi a greve, não é?

Bem, qual é a importância da medicina, primeiro, para a seguridade social? É fundamental para avaliar as condições de saúde. O médico é um profissional de saúde importante entre outros, não é o único e não pode ser o único profissional de saúde, é fundamental que a saúde seja abordada sob diversos ângulos do conhecimento científico, mas ele é muito importante, é fundamental.

O médico, primeiro, tem que estar presente em todos os Municípios do País. É fundamental para a seguridade social brasileira – e aí estou falando de saúde, previdência e assistência social – que todos os Municípios do Brasil tenham médico. Isso é o básico, é o zero. Então, a primeira coisa que o Governo Federal tem que pensar em relação à medicina é zerar o déficit de médicos em nosso País. O Mais Médicos é bom ou é ruim? Não sei. O que sei é que precisa ser zerado esse déficit, esse é o primeiro ponto fundamental. Nós precisamos de assistência à saúde, e isso depende do médico em todos os Municípios.

Qual é a importância da medicina para a previdência social como pilar da seguridade social?

A nossa previdência...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCO ANTÔNIO GOMES PEREZ – Vou ser bem breve.

A nossa previdência social tem uma série de benefícios que dependem de avaliações técnicas de diversos profissionais. São avaliações administrativas, para ver a condição de segurado, se esse segurado está dentro dos parâmetros legais para receber o seu benefício, e avaliações técnicas. Entre as avaliações técnicas, a do médico é fundamental, por isso existe a perícia médica dentro da previdência social.

A previdência hoje trabalha com benefícios por incapacidade. Esses benefícios por incapacidade incluem o auxílio-doença. Esse auxílio-doença pode ser por um acidente de trabalho ou não. Ele vai cobrir o período em que o trabalhador necessita estar afastado do trabalho para tratar de sua doença. Há a aposentadoria por invalidez no caso do trabalhador que não consegue mais se recuperar para o trabalho. Há o auxílio-acidente também. Então, os benefícios por incapacidade prescindem da avaliação de um profissional de saúde e, aí, o médico tem papel fundamental.

Outro conjunto de benefícios: aposentadorias.

A aposentadoria por idade ou por tempo de contribuição não necessariamente precisa da avaliação do profissional de saúde e do profissional médico. Agora, a aposentadoria especial...

Nós temos dois tipos de aposentadoria especial no Brasil. Nós temos a aposentadoria especial para o trabalhador que esteve exposto a condições de trabalho que podem gerar danos à sua saúde, ela está prevista na Constituição – "danos à saúde" já traz à mente o papel do profissional de saúde e do profissional médico. Há a aposentadoria da pessoa com deficiência. O conceito de deficiência hoje, pregado pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, coloca que a condição individual de saúde do indivíduo em interação com as barreiras sociais pode deixar essa pessoa numa situação de inferioridade, numa situação inferior à das demais pessoas, e prescinde também de uma avaliação do profissional de saúde, mas também do profissional do serviço social, porque o problema não é só de saúde – o problema da deficiência é um problema das barreiras sociais. Então, precisamos também, para esse tipo de avaliação, de um profissional da área de serviço social – é um desafio para o INSS aumentar a sua quantidade de profissionais nessa área, além, é claro, da quantidade de profissionais médicos que precisa ser aumentada.

Quais são os desafios hoje da perícia? A Previdência precisa do profissional médico – isso é um ponto pacífico para nós – e precisa do profissional médico no âmbito do serviço público – ninguém está falando aqui em terceirizar ou repassar essa competência para absolutamente ninguém, estamos falando no âmbito do serviço público, profissional público. Há essa necessidade.

Como é que avaliamos hoje, junto à sociedade, os problemas e as dificuldades que a Previdência Social vem enfrentando? Por meio das instâncias estabelecidas de controle social. Nós temos o Conselho Nacional de Assistência Social; temos o Conselho Nacional de Saúde, que pauta muitos problemas da perícia médica especificamente; temos o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; e temos o Conselho Nacional de Previdência Social. Então, pelo menos quatro conselhos de controle social demandam para a Previdência Social melhorias nas condições de atendimento da população, incluindo perícia médica. Então, a sensibilidade do Ministério da Previdência – não poderia ser de outra forma – está nesses conselhos, por meio dos quais a população traz para as instâncias de governo as suas demandas. A partir daí, vamos verificar quais são as

necessidades que a população brasileira tem no âmbito da seguridade social, especificamente da Previdência Social, em relação a seus profissionais e em relação, especificamente – o nosso tema – à perícia médica do INSS.

Quais são as queixas que chegam da perícia médica para o Governo brasileiro no âmbito do Ministério do Trabalho e Previdência Social?

(Soa a campainha.)

O SR. MARCO ANTÔNIO GOMES PEREZ – Primeiro: a avaliação da incapacidade, essa dupla avaliação de incapacidade que o Estado brasileiro acaba fazendo, esse retrabalho. O Sistema Único de Saúde faz, emite, o médico assistente emite. O médico assistente é fundamental para a seguridade social brasileira, seja no âmbito público ou na saúde suplementar. Essa avaliação de incapacidade é feita pelo médico assistente e é fundamental que seja feita, porque é o médico assistente que vai estar lá direto com seu paciente e dizer o que ele pode e o que ele não pode fazer – "Você não pode ficar nervoso", "Você é diabético, você tem que sair para lanchar às 10 da manhã, você tem que fazer quatro refeições". É o médico assistencial que tem que estar ali. Então, precisamos qualificar melhor a medicina assistencial brasileira para responder às demandas da seguridade social e da previdência social.

Qual é a outra demanda que chega para o Ministério do Trabalho e Previdência Social por meio desses conselhos? Humanização da assistência. Essa, acho, é a mais forte, a que pega. Há vários relatos sobre problemas de humanização. Não é o ponto a ser debatido aqui, mas essa é uma queixa muito importante. O trabalhador não pode ser mal atendido, não pode ser desprezado pelo profissional da assistência social ou da Previdência Social, seja ele da área administrativa ou seja ele da área de saúde ou da perícia médica.

E essa é uma queixa que chega com frequência, infelizmente. Então, temos que investir na avaliação da incapacidade. Hoje existe uma sobreposição do serviço público, não estou falando de terceirização nem de privatização. No serviço público existe um retrabalho de avaliação de incapacidade.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCO ANTÔNIO GOMES PEREZ – Então, isso precisa ser melhorado. Isso precisa ser melhorado junto à perícia e à medicina assistencial.

Há uma necessidade de humanizar a perícia. É fundamental.

E a outra queixa é a fila, a tal da fila. Como é que a gente elimina essa fila? Hoje o maior prejuízo que a Previdência Social causa aos cofres públicos é a fila, porque você vai ter que pagar esses trabalhadores que já poderiam ter retornado ao trabalho. Com a greve, então, nem se fala. Essa greve vai gerar um prejuízo enorme para o Estado brasileiro, porque milhares ou, talvez, milhões de trabalhadores vão ter que receber muito além do que deveriam receber e quem vai pagar é o contribuinte, são todos os trabalhadores. Isso vai ser cotizado entre todos os trabalhadores.

Então, quando a gente fala de uma greve de perícia médica em que se joga, já estava ruim a fila, mas ao se jogar piorou muito mais, nós estamos falando em jogar no bolso do trabalhador brasileiro, que é contribuinte todo mês, essa greve. Então, isso vai ser jogado no bolso do trabalhador, não tenha dúvida, porque nós vamos ter que pagar os dias que o trabalhador já poderia ter retornado e não retornou. E quem paga? Quem custeia a Previdência Social brasileira? É trabalhador e empregador, gente. Não é a Presidente da República, nem...

Então, isso vai custar, além do custo social de o trabalhador ficar fora, do prejuízo que as empresas estão tendo por não terem reposto essa mão de obra que poderia já ter sido reposta, o bolso do contribuinte brasileiro vai pagar o prejuízo dessa greve. Está aí o prejuízo.

A fila vai ser resolvida de que forma? Hoje a maior demanda e que engrossa essa fila, que endossa mais essa fila, a maior demanda é justamente o auxílio-doença. É aquele benefício de 20 dias, 25 dias, que tem sobreposição com a assistência médica dada pelo Estado brasileiro, e que é obrigação do Estado. Não estou falando em privatizar não, é público, o que o Sistema Único de Saúde deveria fazer.

Então, essa sobreposição faz com que o perito deixe de fazer, ou deixe de lado, que é necessário e necessitamos do perito para isso, fazer algo que é exclusivo do perito, é exclusivo.

A diferenciação do trabalho do perito, em qualificá-lo para avaliar melhor a relação entre adoecimento e trabalho, deficiência, que hoje está aumentando. A gente precisa deste perito para coisas que são muito mais específicas e trabalhar em uma linha muito mais de auditar aquilo que chega para a Previdência do que propriamente ficar um a um, avaliando ponto a ponto cada atestado do SUS que chega ali na mão dele.

Não faz sentido a Previdência Social pagar um médico perito que vai pegar um barco, que vai no meio da floresta, a um local para avaliar uma pneumonia de 20 dias, se houver um médico ali que vai fazer isso, por que ele vai ter que pagar um barco, um médico? Não tem sentido, esse perito deveria estar avaliando lá a aposentadoria da pessoa com deficiência, que é específica. Você determinar deficiência é uma coisa muito própria...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCO ANTÔNIO GOMES PEREZ – ... hoje. Avaliar Aposentadorias especiais, os benefícios de longo prazo, reavaliar as aposentadorias por invalidez, o que foi colocado aqui. E isso deveria estar fazendo o perito. Muito mais do que avaliar algo que está sobreposto com a medicina assistencial.

Então, essa diferenciação a gente precisa fazer. E isso faz parte de uma adequação. Eu, como médico, acho que a lei da carreira da perícia médica é inadequada, desde a jornada de trabalho, é inadequada para o médico e para o serviço público. Essa carreira precisa ser adequada, eu acho que a gente precisa mexer nisso, valorizar o médico perito, mas valorizar também a medicina assistencial pública, que é obrigação do Estado brasileiro.

Era isso que eu tinha. Desculpe-me, eu passei um pouco do tempo. Há só um ponto que também é fundamental, desculpa, Senador, a questão da reabilitação.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCO ANTÔNIO GOMES PEREZ – Hoje nós temos dois pontos frágeis na Previdência Social: a perícia médica, que é o objeto de debate aqui, mais a reabilitação.

Você excluir do mercado de trabalho pessoas que não tiveram condições de serem reabilitadas é ruim, primeiro, para o trabalhador e, segundo, para o País. Nós precisamos também do perito médico para trabalhar a reabilitação junto com a "reabilitação física" – entre aspas – que é feita pelo Sistema Único de Saúde. Hoje há uma dissociação enorme entre o que o SUS faz e o que a perícia médica faz em termos de reabilitação, ou o serviço de reabilitação indicado pelo perito – é o perito que indica a reabilitação. Esse é outro ponto no qual queríamos investir mais, mas não conseguimos fazer isso porque o perito está avaliando aquele atestado de 25 dias que fica não sei quantos meses na fila – o Sérgio pode falar melhor da fila.

Então, eu acho que precisamos valorizar a carreira do médico perito, especificando melhor o que é típico do médico perito e afastando essa sobreposição que existe hoje.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Marco Antônio Gomes Perez, Chefe do Departamento de Políticas de Saúde e Segurança do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Eu dei para ele em torno de 25 minutos, mas se pode entender que foi adequado, porque aqui falaram 10, 20, 30, 40 minutos numa posição mais de questionamento. Ele tinha que responder. Farei a mesma coisa na Segunda Mesa. Houve um falando pelo Governo e quatro, praticamente, numa posição no mínimo de questionamento.

O SR. RUDINEI MARQUES – Foram três, porque ela também falou pelo Governo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, mas ela fez uma série de questionamentos, o Ministério Público foi muito firme.

Vocês hão de convir comigo que não há equilíbrio nesta Mesa. O correto seria dois a favor e dois contra. Eu nem me preocupei com isso, nem orientei assim. Ouvimos 4 pessoas questionando, eu inclusive – comigo, eu botaria 5. Questionei, dei esse exemplo inclusive, e botei a responsabilidade onde? Botei na Previdência. Não falei que foi o perito o culpado ou não, porque eu não sei o que aconteceu. Não havia perito? Se não havia perito, o perito não é culpado – o cara vai lá e não há perito para analisar, nem o que morreu nem o que está lá. Então, foram 5, praticamente, falando, questionando essa situação. O Dr. Marco falou 25 minutos sozinho. Então, não me digam que eu fui aqui tendencioso.

O SR. RUDINEI MARQUES – Tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tranquilo.

Então vamos lá. Esta Mesa, então, está destituída. O debate não termina aqui, o senhor vai falar de novo...

O SR. RUDINEI MARQUES – Na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se quer fazer uma questão de ordem, faça.

O SR. RUDINEI MARQUES – Eu queria só fazer um reparo a respeito de duas falas se possível, da Drª Darcy e do Dr. Marco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Terá oportunidade num segundo momento.

O SR. RUDINEI MARQUES – O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora nós vamos para a Segunda Mesa, e todos terão direito à palavra novamente. Agradeço a todos.

Começamos a Segunda Mesa chamando o Dr. Nemésio Tomasella de Oliveira, que é médico e representa aqui ao Conselho Federal de Medicina; chamamos Francisco Eduardo Cardoso Alves, Diretor-Presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social; chamamos Valeir Ertle, Secretário Nacional de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores – seja bem-vindo, Valeir, que todas as vezes que é convocado está conosco aqui. Chamamos também Sérgio Antônio Martins Carneiro, Diretor de Saúde do Traba-

lhador do Instituto Nacional do Seguro Social, INSS; chamamos o Coordenador-Geral de Negociações e Relações Sindicais da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. José Borges de Carvalho Filho; chamamos, por fim, o Diretor de Assuntos Jurídicos da Federação Nacional dos Médicos (Fenam), Dr. Eglif de Negreiros Filho.

Composta a Segunda Mesa, sem nenhum prejuízo para o debate, eu pergunto se o JP também quer falar pela Central.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Depois eu falo pela Central.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Fala pela Central e pela CSPB.

Estou me dirigindo ao JP, porque ele é um líder sindical da Central e também da CSPB. Ontem, inclusive, fez aqui um belo depoimento e está convidado para hoje e para amanhã também.

Depois você fala pela CSPB.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Senador, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não?

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – A ordem da fala vai ser igual?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos manter a mesma linha de antes, na tendência de que os representantes do Governo, na minha avaliação, têm que ouvi-los, para colocar o seu ponto de vista. Sem ouvir, eles vão dizer que a greve está aí, que até o momento não houve uma solução de que todos nós gostaríamos. A intenção é ouvi-los, que eles falem, como fez aqui o Dr. Marcos, que deu a sua visão do problema ouvindo a todos, sem prejuízo de todos depois fazerem questionamentos.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Eu só ia pedir, como haverá dois médicos, dois "não Governo" falando, que se intercalasse, então me colocasse para depois da fala do Sr. Valeir. Como haverá dois "governos" falando no final, eu acharia interessante a ANMP ouvir primeiro o que o INSS tem para falar, até porque está se discutindo um modelo novo de perícia médica, até onde eu sei, sobre o qual a gente gostaria de mais informações. Gostaria de poder falar depois dos dois, e o Governo encerraria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Para encerrar, eu quero manter essa linha que eu mantive na primeira. O Dr. José Borges Carvalho Filho encerraria? Pode ser?

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Pelo Planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso. Pelo Planejamento. Pode ser?

O SR. SÉRGIO ANTONIO MARTINS CARNEIRO – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode sugerir, não tem problema. Pode falar.

O SR. SÉRGIO ANTONIO MARTINS CARNEIRO – Eu não tenho problema. O problema é que, para enriquecer o debate, essa lógica mesmo... O Governo também está aqui para ouvir. Isso é importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu sei disso. Eu cumprimento o Governo, porque está aqui com três representantes, para ouvi-los. É uma forma de prestigiar a audiência, esta Comissão e os peritos.

O SR. SÉRGIO ANTONIO MARTINS CARNEIRO – Então, eu acho que é importante.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Então, para alternar, para não ficar o CFM e depois a ANMP, me coloque um pouco mais para baixo, para fazer essa intercalação, deixando o Governo por último.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está bom. Chamamos o Sr. Nemésio Tomasella de Oliveira, médico que aqui representa o Conselho Federal de Medicina.

O SR. NEMÉSIO TOMASELLA DE OLIVEIRA – É com muito prazer que a gente está aqui. O CFM realmente nunca se esquivou das condições quando chamado pelo Parlamento. Então, estamos aqui representando o nosso Presidente, Carlos Vital. Ele hoje está em reunião com os 27...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Desculpe, mas é praxe desta Comissão, e por isso vou te interromper, registrarmos toda vez que chega um Senador. Quero registrar, prestigiando este debate desta Comissão, e todos os temas polêmicos a que ele tem vindo – isso é muito bom –, o Líder do PSDB, Cássio Cunha Lima. Seja bem-vindo, Senador!

O SR. NEMÉSIO TOMASELLA DE OLIVEIRA – Aliás, também é o Senador Cássio Cunha Lima um parceiro nosso no Conselho Federal de Medicina. Que se registre aqui.

O Dr. Carlos Vital se reúne com os nossos 27 Presidentes dos Estados brasileiros, mais o DF. É por isso, Senador, que ele não está aqui.

Eu fico muito feliz em saber que o senhor, mais uma vez, colocou no *timing* da situação essa situação dos médicos peritos e do INSS. Quando assumimos a Câmara Técnica de Medicina Legal e Perícias Médicas do Conselho Federal, nós vimos a importância de chegarmos e sentarmos, a Associação Nacional de Médicos Peritos e a Previdência Social, representada naquele momento pela ex-Diretora de Perícias Médicas, Drª Dóris Leite, que em dois momentos esteve conosco lá no Conselho Federal. Uma coisa importante a salientar neste

ponto é que eles – a Drª Dóris, juntamente com seus assessores – sempre buscaram realmente condições de melhorar a perícia médica no Brasil, mas quando chegava a nível superior, nós, nessas duas reuniões, observávamos que não havia via de mão dupla. Nós levávamos os problemas e a Previdência não tinha o retorno como nós almejávamos.

Eu ia fazer uma apresentação, mas como já fui repetitivo, vou fazer meu PowerPoint aqui rapidinho, porque o debate é muito mais salutar.

Primeiro, em janeiro, nosso Presidente, Carlos Vital, esteve visitando o Ministro da Previdência Social, externando ao Ministro a preocupação do Conselho Federal, como entidade médica, como defensor da sociedade e do nosso paciente, e neste caso, defensor do beneficiário da Previdência Social, sobre a perrenga "médicos peritos *versus* Previdência Social". Isso foi agora, no finalzinho de janeiro.

Em relação à perícia, foi aprovada nesta Casa, em 2013, a nossa Lei do Médico, a Lei nº 12.842.

O seu art. 4º fala que a realização de perícia médica e exames médicos legais são atos privativos do médico. Isso nós não podemos compartilhar com nenhuma das outras treze profissões da área da saúde. E o importante é que nós não devemos falar em perícia pequena ou grande; perícia é um exame e por isso deve ter o seu dever legal.

O gestor – esse ponto é importante – tem que dar condições para o cidadão beneficiário ter um melhor atendimento pelos médicos peritos, que já foram elencados aqui. O Dr. Francisco, da ANMP, vai também levar até os senhores.

Da decisão final sobre a incapacidade laboral. Nós temos um parecer exarado no Conselho Federal de Medicina que normatiza a atividade médica no Território nacional. Nós precisamos ter autonomia do médico assistente e do médico perito. E quem dá a palavra final? O médico perito. A palavra final é do médico perito. O assistente tem sua autonomia, falará tudo para o paciente.

Inclusive, a gente tem que divulgar, no CFM, essa resolução, para evitar que o médico crie expectativa no seu paciente de que ele será aposentado na Previdência: "O senhor vai lá, entrega um documento, ficará dois a três anos afastado..."

Nós vamos divulgar – porque é um compromisso com os senhores que estão aqui – esse nosso parecer aos 400 mil médicos brasileiros.

A greve dos peritos foi informada ao CFM. Só um parêntese, Senador: lá no nosso Estado do Tocantins – eu represento o Estado do Tocantins no CFM – nós estamos há três dias paralisados. Paralisamos os 19 hospitais públicos do Estado do Tocantins. Cerca de mil médicos estão paralisados, mas jamais o Conselho Regional de Medicina e o Conselho Federal de Medicina vão deixar a urgência e a emergência. Então, todo momento orientamos o médico brasileiro para quando se deparar com uma greve.

A representante da OAB muito bem aqui salientou que o servidor público deve, tem condições... Quando não há mais como chegar a uma solução, o Supremo Tribunal Federal nos permite que como servidores paralisemos o serviço público.

Enfim, vou finalizar, porque acho que o debate é muito mais importante. Nós temos que defender e fortalecer a carreira dos peritos e buscar a conciliação entre o gestor federal e a Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social, evitando – vou plagiá-lo – deixar no limbo o nosso paciente, o nosso beneficiário.

Por fim, vou ajudar o Senador com o meu tempo, porque vai sobrar um pouquinho para os demais. Foi comentado aqui sobre o Programa Mais Médicos. Eu queria, se o senhor assim permitir, sugerir uma audiência a respeito do Mais Médicos. Nós teríamos o máximo de prazer... Porque aqui, em 2015, finalizamos mais uma demografia médica do Brasil. Em qualquer CRM se pode entrar no portal médico e vocês verão ali a distribuição do médico brasileiro. Então, ficamos à disposição para em qualquer outro momento, se vocês quiserem, virmos aqui discutir sobre o Mais Médicos, porque esse não é o tema de hoje.

Senador, muito obrigado e estou aqui à disposição. E preocupado porque esse perrengue nós temos de resolver. É importantíssima essa audiência.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Nemésio Tomasella de Oliveira, representante do Conselho Federal de Medicina.

Aqui não há problema nenhum. Fica já solicitado à nossa Secretaria dos trabalhos que procuremos, mediante acordo e discussão também com os órgãos do Governo, um debate sobre o Mais Médicos. É um debate que sempre cai bem, pois é muito positivo. Sua sugestão está acatada.

Agora, passamos a palavra. Eu fiz um acordo em que um representante do Governo falará antes e um encerrará. Então, agora passamos a palavra ao Dr. Eglif de Negreiros Filho, Diretor de Assuntos Jurídicos da Federação Nacional dos Médicos (Fenam).

O SR. EGLIF DE NEGREIROS FILHO – Bom dia, Sr. Presidente da Comissão, ilustre Senador Paulo Paim.

Trago o abraço fraternal da Fenam, do Presidente Otto Baptista. Trago também o abraço e o agradecimento ao grande Senador Cássio Cunha Lima, Líder do PSDB, que tem, ao longo dos anos, ajudado muito a causa dos médicos brasileiros.

A Federação Nacional dos Médicos, que representa 420 mil médicos brasileiros, entidade legítima, tem lutado neste Brasil todo pela categoria médica. Hoje a saúde pública, a saúde, está um caos, mas nós, como entidade, como brasileiros, precisamos unir forças, pensamentos e sentimentos em prol do nosso bem maior, que é a nossa comunidade. Estamos aqui discutindo, lutando, buscando objetivos com apenas um objetivo maior, que é o nosso povo, que nós conhecemos, que é sofrido, povo que sofre na fila da Previdência, na fila dos hospitais, na fila dos ambulatórios, enfim, sofre, e sofre muito. Nós precisamos resgatar esse estado de coisas. O Senador Paulo Paim, ao longo de sua carreira brilhante do Senado, diuturnamente tem feito esse resgate, essa luta. É uma gota no oceano, onde existem milhares de gotas que estão se somando e fortalecendo essa luta, Senador. Muito obrigado ao Senador.

Sr. Senador, o perito é vital, é fundamental, de uma importância inimaginável. A Fenam tem lutado, junto com a Associação dos Peritos, do Francisco e de toda a diretoria. Tem lutado por essa causa, que não é nossa, Senador; é de todos. Temos, sim, Senador, que desarmar os espíritos, porque aqui não é palco de vaidades. Nós lidamos com vidas, com vidas sofridas. Conclamo aos meus queridos amigos aqui presentes que façam uma profissão de fé e vão às 3h da manhã a qualquer fila por esse Brasil afora, de Deus, e você vai ver, Senador, os relatos dramáticos. Você vai ver as lágrimas brotarem daqueles olhos cansados de trabalhadores e trabalhadoras, Senador, que estão ali há três, quatro, cinco ou seis horas, ao relento, que estão há dias esperando, com esperança de conseguir a sua consulta, o seu atendimento, a sua perícia. Senador, há de se acabar, e tenho certeza de que esta Mesa vai dar o pontapé final para se acabar com esse estado de coisas na Previdência. A carreira dos médicos peritos é fundamental, mas é mais ainda fundamental que os peritos retornem ao trabalho pleno, mas com todas as garantias, seguranças e cuidados que eles merecem. A Fenam está mediando, está ombreada com todos nesta Mesa, em prol do resgate não só dos peritos médicos, mas de toda a categoria médica, e mais ainda, Sr. Presidente, ilustre Senador Paim, nós estamos querendo o resgate imediato da dignidade dos pacientes que estão ao léu, jogados nas nossas filas.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem pela fala, Dr. Eglif de Negreiros Filho, Diretor de Assuntos Jurídicos da Federação Nacional dos Médicos, que faz aqui um apelo pela conciliação, pelo entendimento, para se desarmarem os espíritos. É na linha do que nós temos hoje aqui também tentando encaminhar toda essa discussão. E o objetivo final é que saiamos daqui – essa palavra sua eu sou obrigado a repetir – com os peritos voltando a trabalhar com todo o seu potencial e naturalmente com o máximo de estrutura possível, mediante um acordo possível.

Eu sempre digo aos representantes do Governo, que também estão aqui, que entre o ideal e o possível eu fico pelo menos com o possível. Quanto ao ideal, a gente vai perseguir sempre! Então, temos de trabalhar dentro do possível.

Mediante o acordo feito aqui na Mesa, vai falar um representante do Governo e depois falarão mais três representantes da sociedade. Depois encerramos com o Dr. Sérgio, em nome do Governo. Certo, Dr. Sérgio?

Passamos a palavra ao Sr. José Borges de Carvalho Filho, Coordenador-Geral de Negociação e Relações Sindicais da Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O SR. JOSÉ BORGES DE CARVALHO FILHO – Bom dia a todos.

Eu venho aqui representando o Sérgio Mendonça para dizer que a nossa secretaria tem desenvolvido, orientado e coordenado todo o processo de negociação com os servidores públicos ao longo desses últimos treze anos.

A gente iniciou o processo de negociação neste Governo já a partir de 2003, não como um projeto político, pedagógico, mas como de fato o exercício da negociação, do diálogo enquanto um instrumento, uma ferramenta para podermos aproximar, conhecer melhor e resolver os grandes conflitos que vivemos nessa relação, que hoje já não são tantos quantos aqueles que existiam quando começamos esse processo.

É um processo que vai se aperfeiçoando. A gente vai construindo formas de aperfeiçoar o diálogo, que não é hoje regulamentado dentro dos princípios da Convenção nº 151. Um pleito que temos mantido, um objetivo que temos buscado é a regulamentação de todo processo negocial no âmbito do setor público. A gente sabe como é fundamental trabalharmos em bases mais harmônicas, organizadas, com previsibilidade. Mas a despeito de tudo isso, a gente vem mantendo essa mesa nacional de negociação.

Fizemos, ao longo desses anos todos, mais de uma centena de acordos. E não só acordos relativos às questões de trabalho econômicas, de aspecto econômico e social, como também acordos relativos à compensação de eventuais greves e trabalhos não realizados. A gente tem trabalhado no sentido de construir, de

ajudar a Administração Pública a ter elementos minimamente de gestão, para exercer aquilo que realmente é a finalidade dos órgãos da Administração Pública Federal.

Nessa conjuntura atual – o Rudinei até mencionou aqui, anteriormente, na primeira Mesa – nós começamos a negociação, no ano de 2015, em 20 de março, numa reunião do Ministério do Planejamento, tentando passar um pouco os parâmetros dessa negociação, mostrando a conjuntura em que a gente está vivendo, os limites, organizando esse processo que se iniciou logo em seguida.

Ao longo desse período, fizemos aproximadamente umas 80 a 90 reuniões com todas as entidades. Fechamos agora, no final de 2015, 32 acordos. Esses acordos hoje protegem um contingente de mais ou menos 1,1 milhão de servidores públicos. Nós temos ainda um pequeno número de entidades com as quais não se concluiu a negociação, dentre elas está o pessoal dos peritos médicos.

Sentimos que há a disposição dos médicos peritos para concluir esse processo. Ainda ontem tivemos mais uma reunião e temos evoluído. A nossa preocupação é exatamente esta: é uma greve que impacta muito fortemente os setores mais desprotegidos da sociedade. E a preocupação é redobrada nesse caso, da parte do Governo temos uma preocupação muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me, como fiz antes, registrar a presença também da Senadora Fátima Bezerra, uma militante permanente também desta Comissão. Ela, inclusive, vai me representar numa outra reunião, porque ficarei aqui trabalhando com vocês.

Sejam bem-vindos a Senadora Fátima e o Senador Cássio. (*Palmas.*)

As palmas são uma forma de cumprimentá-los.

Continuamos o nosso trabalho. Obrigado.

O SR. JOSÉ BORGES DE CARVALHO FILHO – Temos essa preocupação redobrada em lidar com a busca de soluções num ambiente de composição, de respeito mútuo, de compreender um pouco os lados. Também solicitamos o tempo inteiro que a entidade compreenda a situação, a conjuntura que vivemos, e mais ainda as questões relacionadas ao público que é afetado por essas questões.

Em relação ao que me referi, ao último encontro que tivemos, que foi ontem à noite: algumas coisas avançaram e esperamos que, ao longo dos próximos dias, consigamos efetivamente concluir esse processo. É muito difícil, mas vamos tentar. Se não for possível, paciência, mas a tentativa existe, a disposição do Governo é clara, o Ministério do Planejamento está todo aberto, a Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho está extremamente preocupada, extremamente aberta para que possamos ser palco da construção de um grande acordo com os médicos peritos. Na verdade, temos agora que torcer para que os médicos colaborem um pouco também para que possamos fechar esse acordo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, muito bem!

Cumprimentamos o Sr. José Borges de Carvalho Filho, Coordenador-Geral de Negociação e Relações Sindicais da Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que já nos deu uma boa notícia: já houve mais uma reunião depois que a greve, de fato, terminou. Claro que ainda há desdobramentos do chamado estado de greve, mas é reconfortante saber que já houve uma reunião ontem e que há a disposição, demonstrada aqui, de querer construir um grande entendimento – vou usar essa palavra porque acho que ela cabe para os dois lados.

Dentro do possível, acho que caminharemos para uma solução. É uma boa notícia para aqueles que estão assistindo. Há muita gente que não valoriza o trabalho em audiências públicas. Eu sempre digo que, se 1% dos brasileiros estiverem assistindo, serão 2 milhões de pessoas formadoras de opinião que acabarão comentando o que ouviram de pessoas que participam diretamente desta audiência pública em que nós aqui, com alegria, recebemos todos vocês.

Parabéns por sua fala na linha do entendimento e da conciliação.

Agora vamos chamar o nosso... As centrais aqui... Não é por preferência, mas por ordem de chegada, viu, João Paulo? Você chegou depois dele. Então, tu vais falar depois dele.

Agora vai falar o Secretário Nacional de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Seguidamente o Valeir Ertle vem aqui representar a CUT, todas as vezes em que é convocado – digo convocado, não digo convidado!

O SR. VALEIR ERTLE – Com certeza.

Primeiramente, quero desejar bom dia a todos e a todas, às pessoas que nos estão acompanhando pela TV Senado e parabenizar o Senador Paulo Paim, que tem se empenhado em trazer todos os assuntos que chegam ao seu gabinete, à Comissão, no sentido de fazer de debates. Já participei, em várias ocasiões, de debates. É importante estarmos discutindo todas essas questões. E quero cumprimentar todos os membros da Mesa. Não vou nominar um por um, para não perdermos tempo, pois este é um assunto muito importante.

Fiz parte do Conselho Nacional da Previdência Social por quase cinco anos, e este foi o tema que mais debatemos dentro do Conselho, mas nunca conseguimos chegar a um entendimento. Só conseguimos chegar a um entendimento entre os conselheiros. Fizemos propostas, discutimos um novo modelo de perícia médica, mas, na prática, não conseguimos implementá-lo, porque a própria Associação Nacional de Peritos não concordava, não entendia que seria importante estarmos discutindo um novo modelo de perícia médica.

Há questões fundamentais que dever ser discutidas. Olha o prejuízo social de milhões de trabalhadores que estão à deriva, que estão sem poder receber seus benefícios no momento em que mais precisam. Quando o trabalhador fica doente, quando ele precisa de assistência, de auxílio-doença, ele está desamparado. Quando ele precisa comprar um medicamento, olha só por quanto tempo ele fica sem receber!

Então, o maior prejudicado é o trabalhador, que fica na fila esperando para ser atendido, além do prejuízo que tem o operário, em que o representante da Associação disse que ele economiza. Pelo contrário, se uma pessoa tem 30 dias de atestado e vai ter de ficar esperando seis meses por uma perícia para poder voltar ao trabalho, quem está perdendo com isso? Além de o trabalhador perder, pois não estará recebendo durante seis meses, nós estamos pagando toda a conta dos cofres públicos, que são sangrados.

É muito importante que se faça um debate sobre essa questão. Temos de alterar essa questão. O Argolo disse que há 0,2% apenas de reclamação na Ouvidoria. Isso acontece porque as pessoas não vão para a Ouvidoria.

Agora, olhem quantas reclamações recebem as entidades sindicais! Olhem quantos milhares de ações sindicais há na Justiça sobre este tema, de recurso de médico assistente que não concorda com as decisões da perícia. Esse é um problema muito sério.

A minha maior frustração foi sair do Conselho da Previdência Social sem conseguir chegar a uma mudança de entendimento para resolver a questão.

Como o Marcos colocou, e concordo plenamente com a posição da Darcy, acho que temos que humanizar as perícias médicas. Somos o único país no mundo em que o atestado de um médico do SUS é questionado e precisa de perícia.

Por isso, as centrais sindicais todas discutiram, e há uma proposta defendendo um novo modelo de perícia. Nossa proposta é que seja feita perícia a partir de 90 dias e que, sim, 20% ou 30% sejam auditados pelos peritos, para que estes possam verificar se não há problema.

Como a Drª Darcy falou, precisamos mudar a cultura do povo brasileiro. Essa mentalidade de que os médicos sempre vão dar atestado tem de acabar. Isso tem que mudar. A lei de Gerson no Brasil tem que acabar. Os médicos dão o atestado precisam ser responsáveis têm de ser responsáveis por isso. Dentro de 30 dias, ele tem de ser responsável por aquele atestado. Se ele cometeu algum deslize, ele tem de pagar pelo seu erro.

Então, toda essa fila persiste em função de tudo isso. Se o médico dá 30 dias de atestado, mas o trabalhador demora 60 dias para conseguir fazer uma perícia médica, ele tem um prejuízo enorme, pois quer voltar ao trabalho e não consegue e fica todo esse período sem auxílio-doença, sem auxílio por acidente de trabalho.

Temos de valorizar, sim, a carreira da perícia médica. Mas isso não significa que temos de fazer todas as perícias médicas. Acho que há situações em que ela não é necessária, como o próprio Argolo falou, como a revisão das aposentadorias. Há perícias fundamentais e são específicas. Quantas situações em que não há um perito específico para fazer determinada análise? Então, isso é o que precisa ser investido na questão da perícia. Nem todo atestado precisa de perícia. Isso precisa ser discutido. Temos de melhorar essa situação. E há várias situações. Como o próprio Senador Paim colocou, há pessoas que recebem alta e não têm a menor condição de trabalhar. A empresa não tem adequação. Temos de discutir a reabilitação profissional. É necessária maior responsabilidade nesse sentido, verificando todos os problemas.

Hoje, não há qualquer ação regressiva da Previdência Social. As empresas cometem atrocidades, deixam as pessoas aleijadas, e quais as ações regressivas da Previdência Social? O médico poderia estar verificando as condições que a empresa tem. Ele poderia estar fazendo isso, com mais qualidade, para fundamentar as ações regressivas da Previdência Social.

Por que as pessoas começam a receber o auxílio-acidente? Temos de fazer um combate, um trabalho diferente, uma campanha de conscientização tanto dos trabalhadores quanto dos empresários para que realmente diminua esse número de acidentes, causados, muitas vezes, pelo próprio local de trabalho inadequado ou por muitas horas de trabalho.

Essa é uma situação que precisamos discutir. Não admitimos, em hipótese alguma – inclusive, participei de um debate, a que o Dr. Argolo também estava presente, no Conselho Nacional da Previdência Social –, a Associação de Médicos Peritos usar, muitas vezes, o número não concedido de benefício para os trabalhadores como campanha salarial, usando como *slogan* os bilhões economizados para a Previdência Social em cima dos trabalhadores para campanha salarial.

Então, as centrais sindicais, os defensores dos trabalhadores não admitem usar isso como argumento, conforme estava no *site* e em todos os *slogans* usados no debate. Isso é inadmissível!

O nosso grande problema é que a Previdência Social é uma caixinha e não interage com os demais Ministérios. Isso é um absurdo! Temos de pensar a questão de forma diferenciada. Fazer reabilitação profissional sem discutir, sem ter interação com o Ministério da Saúde, do Trabalho, sem interação com o Ministério da Educação, ou seja, para estar formando as pessoas para se readequarem ao local de trabalho, isso não existe. Então, é necessário que haja uma ação multidisciplinar com todos os Ministérios, para que possamos estar realmente trabalhando todas essas questões.

Esperamos que a solução dos médicos peritos seja resolvida o mais brevemente possível, porque quantos milhões estão nessa situação!? O prejuízo é imenso para todos os trabalhadores. Realmente, temos de nos aprofundar. Esperamos que a Previdência Social ache uma solução nesse sentido, que discuta um novo modelo de perícia médica, que passe a valorizar os peritos, acabando com essa fila e todo esse prejuízo.

A própria Rede Globo fica colocando gravações sobre a forma como os trabalhadores são tratados. Na maioria das vezes, não se pode generalizar falando de todos os peritos, mas há como humanizar as perícias médicas. Há muitos peritos que realmente tratam os trabalhadores como lixo. Não podemos aceitar isso, em hipótese alguma! As pessoas, muitas vezes, não querem submeter-se à perícia para não passarem pelo trauma e pela humilhação que já tiveram em outras situações. Não podemos admitir isso! Temos que humanizar as perícias médicas e mudar esse conceito.

Se um médico da saúde fornece um atestado de 30 dias... Temos de mudar o nosso entendimento. Já tínhamos um acordo, de todos os conselheiros, de fazermos uma experiência de um novo modelo, em que, para até 60 dias, fosse validado o atestado médico e que 20% ou 30% dos casos fossem auditados pelos peritos, para verificar se não há qualquer tipo de problema. E o médico que vier a conceder um atestado falso deve ser punido! Acho que devemos mudar esse conceito. No Brasil, não dá para aceitar essa posição sobre o serviço.

O médico da Previdência dá um atestado de 30 dias por causa de um problema, ou de 60 dias, e ainda tem de passar por perícia e ser questionado e validado esse atestado. Então, temos que mudar esse conceito e resolver essa situação, porque ela é inadmissível. Nós temos que acabar com a fila da perícia médica. Não se admite um país como o Brasil nessa situação. Temos de fazer uma força-tarefa para acabar com essa situação, porque um milhão de trabalhadores estão sem o benefício. Há pessoas que querem voltar ao trabalho e não conseguem em função desse problema. Nós temos que resolver. Espero que 100% dos peritos voltem ao trabalho, que possamos encontrar uma forma de resolver isso e que achemos uma alternativa para resolver essa situação. Fazer perícia médica em atestados de 20 ou 30 dias não é a solução. Eu concordo com a Drª Darcy que nós temos de achar uma solução.

Nós, do Conselho, tínhamos pensado em uma solução para apresentar, por mais que houvesse divergência com a Associação dos Médicos Peritos, que não concordava com a proposta do Conselho Nacional da Previdência Social. Mas temos de pensar um modelo, temos de fazer uma experiência pelo menos para verificar, a fim de avançarmos no sentido de valorizar os peritos para fazer o trabalho necessário e não qualquer tipo de perícia, milhões de perícias por dia, que sobrecarregam os peritos, e o trabalho que eles realmente têm que fazer eles acabam não fazendo em função do tempo, da correria do dia a dia para atender as filas caóticas. Há uma reclamação constante. A gente vê, todos os dias, a imprensa falando sobre isso.

Obrigado a todos e a todas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Valeir Ertle, Secretário Nacional de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores, que também vai na mesma linha, de todos que aqui falaram, do entendimento e da conciliação, para que o estado de greve termine, mas que se faça o acordo possível, o qual é bom para todo mundo.

João Paulo Ribeiro, que falará em nome da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, eu o convido para vir até a mesa.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO (*Fora do microfone.*) – Eu falo daqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Fala daí? Venha até a mesa e alguém que aqui está...

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO (*Fora do microfone.*) – Não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você que sabe. Depois, não vá dizer que eu não coloquei você na mesa.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Paim, você é nossa autoridade máxima.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele tem essa liberdade porque é meu amigo pessoal.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Eu falo daqui.

Primeiro, eu queria cumprimentar todos da Mesa, em especial o companheiro Francisco, da ANMP.

Nós, da CTB, respaldamos e defendemos a reivindicação dos trabalhadores. Não vamos entrar em questionamento, porque quem sabe dos problemas são os representantes legais. Nós não questionamos essa colocação.

O que queremos fazer aqui é primeiro tentar contornar, porque, no momento, não podemos achar que são normais greves acima de dois, três meses. Ninguém acha que é... Isso é uma coisa desumana. Agora, o problema não é dos sindicatos, não é das associações, dos representantes dos trabalhadores; o problema é que o sistema não está certo. Nós não temos, hoje, representação. Nós não temos negociação coletiva. O Paim sabe muito bem disso, porque passou nesta Casa.

Quero saudar também o Senador Cássio Cunha Lima.

E foi um Senador do PSDB, o Senador Anastasia, que, brilhantemente, conseguiu resolver, *pro tempore*, a nossa questão, que está chegando na Câmara, e esperamos que os Deputados façam como fez o Senado, que está sendo o baluarte de grandes debates e de algumas questões importantes. Tem as bobagens também, é óbvio, mas o Senado está melhor, e conseguimos expressar melhor as nossas questões a partir do momento em que...

Há causas polêmicas e soluções que estamos querendo resolver há muito tempo hoje conseguimos resolver, como a questão da negociação coletiva. Por exemplo, a associação não tem respaldo de negociação. Não sei o que é isso, porque quem discute é o sindicato. E tem várias representações.

O Ministério do Planejamento... Por isso, eu ainda brinquei com o Borges. Desculpe-me a intimidade, Dr. Borges.

Com o mecanismo que o Ministério do Planejamento usa para negociar, não tem negociação. Não há negociação. Não há elementos palpáveis para se negociar nem com representantes da associação.

Nós achamos, inclusive, que é um consenso nas centrais. É o seguinte: quem discute e negocia são os sindicatos, mas quem tem que saber de fato o que é a associação. Nós temos de ser ouvidos. E, provavelmente, tem o sindicato também. Agora, entre nós servidores públicos está pacificado. Isso não é problema do Governo; é problema dos trabalhadores a organização sindical.

Então, não entramos nessa discussão. Por que eu digo isto? Porque, em alguns momentos, o Planejamento chama todo mundo. Já chegou a colocar, na época do saudoso Duvanier, quase 50 representantes. Isso é... Não existe negociação nesse âmbito. Então, nós achamos que o elemento da negociação coletiva deve existir e ser feito com respeito.

Segundo, estávamos ouvindo os companheiros aqui, mas como posso discutir sobre médico perito com uma classe e esquecer a outra? Por exemplo, eu queria saber do Senador por que o Ministério da Saúde não está aqui. Acho meio esquisito isso. Porque os médicos deveriam... Porque médico é médico. Não sei se agora eles estão no âmbito do Ministério do Trabalho e Previdência ou se estão no Ministério da Saúde.

Hoje, por exemplo, a minha mãe gosta do Mais Médicos pra caramba. Inclusive, ela disse que estava querendo aprender espanhol. Achei isso legal. Agora, não sei se é a população que tem de aprender espanhol ou se os médicos cubanos é que estão auxiliando, ajudando. Se é bom ou não, não quero entrar no mérito. Eles estão aí para ajudar. A população tem de ser ouvida. Aí, algumas vezes, precisamos começar a ouvir um pouco mais.

Outro ponto. Sabemos muito bem que, se uma pessoa fica doente, ela não quer saber. A população está doente e está precisando ser atendida, não interessa se a pessoa que está lá é concursada ou não, pois ela quer atendida.

Essa é a nossa briga, Senador Paim, sobre o Governo, irresponsavelmente – digo isto, porque a solução não se deve ao fato de termos maus administradores –, construir a Ebserh, a base onde atua a Fasubra, para fazer apenas gestão, para agora, com um PSS, na luta do dia de hoje, pelo PL nº 555/15, que é a questão do Estatuto das Estatais, vai fazer com que se privatizem tudo.

É isto que queremos? Queremos mudar elemento para a privatização? "Ah, não é, não! É coisa bonita. Não vai ser desse jeito". Vai ser sim! O Governo faz uma questão e, depois, deixa a pavimentação toda para quem vai privatizar.

Hoje, na OIT, a principal discussão é a seguinte: acabaram com todas as fontes de capital. Ele precisa de privatizar, e os poucos lugares, é no serviço público. Puxa vida! Vamos ficar discutindo, dar esse elemento, pavimentação e tudo o mais para a privatização? Somos contra isso! E o Governo ajuda e muito isso.

Não adianta fazer discurso aqui dentro, dizendo que estão ajudando, querendo isso, querendo aquilo... Mentira! Não é verdade! Vamos discutir! Nós, das centrais sindicais, estávamos expostos! Nós, da Confederação dos Servidores Públicos, que, no caso, sou dirigente lá, não sou estou nem representando, estamos tentando fazer negociação com o Ministério do Planejamento, mas não somos recebidos! Como o trabalhador pode ser ouvido se o Governo não abre espaço para todos?

A única questão que assinamos foi quando entramos na Justiça, para assinar um termo de compromisso. Aí, tudo está delineado: recebemos esses aqui e aqueles ali. Pô, bicho, precisamos saber quem negocia de fato!

A mesma negociação, voltando a essa questão, não tem elemento. Infelizmente, o Sérgio Mendonça, um companheiro, e o Borges, outro companheiro, tentam, mas o Governo veta. Se algum dia, o Sérgio Mendonça, o Borges, o Wladimir, estiverem iluminados naquela mesa, sabe o que acontece? Simplesmente é barrado pelo Governo. Não há condições! Não temos mecanismos para trabalhar! E os companheiros médicos peritos, com toda razão e justeza de suas reivindicações, não vão conseguir! Se algum dia eles convencerem o Sérgio Mendonça ou outro, não passa. Se, por acaso, ainda conseguirem convencer um Deputado, a Dilma veta. Não sei o que acontece, gente! Pelo amor de Deus!

Precisamos começar a saber, de fato, conhecer e compreender o que é o serviço público, porque trabalhador valorizado, profissionais valorizados resolvem várias questões. Uma delas, a pior, a corrupção. Por que eles têm de ter bons salários? Para evitar corrupção! Esse é um dos elementos. Ajuda. Isso é elementar para a gente! Vamos debater! Não precisamos fazer dupla jornada. Investimos mais na questão do serviço público.

Então, Senador Paim, fico satisfeito por fazer uso da palavra, pois não quero usar todo o meu tempo, não esquecendo do meu camarada, da CTB também, da Aner. A base dele tem oito mil, e o Governo negocia com quem tem mil.

No advento, novamente, Senadores, vamos conseguir negociação coletiva, mas nós precisamos de outros elementos. Precisamos de outras questões. Acho que precisamos colocar todos, e o problema de representação, vamos resolver entre os trabalhadores. Não é o Governo que vai resolver.

Segundo, dar atenção e respeito a todos os segmentos, para que a população não perca. Aí, Francisco, vou dizer que, no mínimo, os médicos peritos ajudaram o Governo, porque o que a Globo fazia ajudou o Governo a economizar. A greve foi boa para o Governo. Foi isso que a Rede Globo disse. Deixaram de ser pagos alguns bilhões. Talvez seja isso que não quis negociar.

Estou dizendo que o Governo insinua e rotula para a população isto: de repente, é um bem para a população e para o Governo a população perder e o Governo fazer economias num momento de crise.

Então, vamos tentar chegar a um consenso, mas o grande elemento que nós, da Confederação e da Central, achamos é o seguinte: faltam adventos e faltam elementos importantes para que consigamos construir a organização sindical, para conseguirmos o advento da negociação coletiva, sem deixar o prejuízo para a população, que sofre todas as vezes que o serviço público entra em conflito com o Governo.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

O líder sindical João Paulo Ribeiro falou em nome da CSPB e também da CTB, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, obviamente, cobrando mais negociação, mais diálogo, mais entendimento não só com os peritos, mas também com outros setores do serviço público.

Passo a palavra agora para o Diretor-Presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social, Dr. Francisco Eduardo Cardoso Alves.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Bom dia a todos!

Eu gostaria de agradecer ao Senador Paulo Paim pela oportunidade da audiência, gostaria de agradecer pela presença do Senador Cássio Cunha Lima, Líder do PSDB no Senado, o que muito nos valoriza e honra, agradecer à Senadora Fátima Bezerra, que passou aqui para nos prestigiar, e a todos os presentes.

Com certeza, vou passar um pouco dos 10 minutos, mas acho que a minha fala é importante porque um dos grandes problemas da perícia médica é que poucas pessoas, no Brasil, sabem, de fato, o que é perícia médica. Então, vamos tentar elucidar aqui algumas questões que, creio, já servirão até como respostas para algumas das honrosas propostas que ouvimos de alguns dos debatedores.

Começo a minha fala terminando com a do diretor Argolo: a quem interessa acabar com a carreira pública de peritos médicos previdenciários? Interessa aos peritos? Creio que não. Interessa aos segurados? Nunca ouvi alguma fala nesse sentido. Interessa às entidades patronais? Interessa aos sindicatos? Interessa ao Governo? Interessa ao INSS? Todas as falas aqui são no sentido de valorizar a perícia. Então, o que estamos diagnosticando aqui é que talvez haja um confundimento do que é o papel do perito médico.

No ano passado, tivemos a MP nº 664, que previa a terceirização da atividade médica pericial até para convênio com empresa, Sistema S e médicos ligados a sindicatos. A quem interessa isso? O trabalhador ser periciado pelo médico do patrão ou pelo médico do sindicato? Onde fica isenção dessa perícia? O trabalhador poderia ficar constrangido de procurar o médico conveniado da empresa para dizer que está com alguma doença e ficar com medo de ser demitido ou de isso se espalhar na empresa?

Precisamos, antes de entrar na discussão do novo modelo de perícia ou de propostas para perícia, entender o que é a perícia médica.

A perícia médica é um serviço essencial para o Governo. Quando o cidadão vai ao hospital e não encontra o médico cirurgião, no caso de uma cirurgia grave, morre. O cidadão, quando vai ao INSS pedir um benefício, pode ter direito ao mesmo, mas o Governo impõe a realização de uma perícia. Por quê? Por que ele duvida da boa-fé do cidadão? Não! Por que ele acha que o médico que deu o atestado é um fraudador? Não! Isso se chama segurança do sistema.

Então, nesses benefícios financeiros concedidos pelo INSS a quem está afastado por doença é necessário deixar bem claro que o direito se faz quando o cidadão acometido por doença se torna incapaz para o trabalho.

E quem diagnostica a incapacidade para o trabalho? É o cardiologista? Não! É o médico do SUS? Não! É o perito médico.

Então, seja para o paciente que está com bicho-de-pé, seja para aquele que está com dor fantasma do membro amputado, quem vai definir se aquela doença o incapacita para o trabalho que ele realiza é o perito médico.

Esse é o nosso trabalho, Drª Darcy, Sr. Valeir. O perito médico não é polícia. Não estamos aqui para fazer trabalho de polícia! Não estamos aqui para verificar se o atestado é verdadeiro ou falso! Até é comum, infelizmente, que, no nosso trabalho, tenhamos acesso a milhares, milhares e milhares de atestados graciosos ou fraudulentos – isto é comum –, mas isso é ônus do nosso trabalho. Não estamos aqui para checar isso como função precípua. Quando isso ocorre, nós encaminhamos para as devidas esferas. Diga-se de passagem, raramente isso vai para a esfera judicial e o fraudador é condenado. Raramente. O perito médico apenas constata se o requerente, naquele momento, está incapaz ao trabalho ou não. E a incapacidade, para o auxílio-doença, para os benefícios do INSS, necessariamente, tem que ser por doença, a não ser que se mude a lei.

Vou esperar para não atrapalhar o Dr. Sérgio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Na verdade – farei como eu fiz na primeira Mesa –, para quem está expondo, qualquer fala no plenário descentraliza o foco da exposição. Por isso, peço o silêncio de todos. O senhor tem razão em ter parado.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Muito obrigado.

Existem vários tipos de incapacidade. Você pode definir incapacidade de âmbito social, econômico, instrucional, psicológico, mas o perito mérito está adstrito à lei. Só podemos julgar incapacidade por doença. Quando o cidadão entra na Justiça – como o próprio Sr. Valeir colocou aqui, são milhares de ações na Justiça, e, às vezes, a Justiça concede em desfavor da decisão do perito –, ele leva em consideração – e lemos várias sentenças nesse sentido – situações do âmbito social, do âmbito psicológico, do âmbito da instrução do cidadão, do estigma da doença, do viés econômico... O perito médico não pode afastar por isso. Se eu fizer um laudo dizendo que aquele cidadão está apto por doença, mas que está incapaz por questão social ou econômica, eu tomo um PAD, a qualquer momento, da CGU. Eu vou responder no TCU. Essa não é minha função, mas o juiz pode, porque o juiz pode tudo. Essa é a garantia que nós temos na democracia. É por isso que, às vezes, a perícia é negada no INSS e é concedida no Judiciário. O perito médico não tem poder de juiz. Nós temos um poder que é diferente do de outros servidores administrativos do âmbito federal. Nós temos uma função judicante no INSS. O que o perito fala o INSS ou o Governo não pode contrariar. Se eu falei que está incapaz, tem que declarar incapacidade. No Direito, não. O perito pode chegar para o juiz e falar que está incapaz. O juiz pode, e às vezes o faz, desconsiderar o laudo do perito, dizer que não concorda. O INSS não pode fazer isso. Por que eu falo isto? Como você vai entregar uma função judicante reconhecedora de direito para médicos terceirizados ou médicos que não são da carreira própria? Para médicos que não estão sob a égide da corregedoria, da auditoria e da diretoria técnica do INSS?

Outra coisa: o médico perito não diz que a pessoa está apta ao trabalho, quem diz é o médico do trabalho. O perito apenas atesta se há incapacidade para o trabalho. Isso é uma coisa em que venho batendo há anos com a Diretoria de Saúde do Trabalhador: capacidade não é antônimo de incapacidade. Capacidade laborativa por doença ou incapacidade é diferente de aptidão ao trabalho. Na capacidade, a pessoa não tem impedimento, no nosso caso, médico, para o trabalho. A aptidão envolve um conjunto de características individuais que vão ao aspecto emocional, educacional, instrucional, econômico e de saúde.

Não somos fiscais. Quando a perícia diz que tantos bilhões estão sendo gastos, não é que estejamos tirando dinheiro do trabalhador necessitado, mas que estamos evitando que a Previdência gaste com quem não tem direito. Essa é a diferença. Perícia médica não faz propaganda dizendo que está economizando dinheiro de trabalhador pobre, doente e incapaz. Nós estamos evitando que um trabalhador que não está pobre, nem incapaz e nem doente fique ganhando benefício. Neste momento, no INSS, milhares de gestantes que obtiveram na Justiça direito a auxílio-doença na época de sua gravidez que estão com esse benefício em manutenção há mais de um ano, e esse benefício não é cessado porque não há perito para fazer revisão judicial. Em alguns casos, passa de dez anos. O bebê já nasceu, já está andando, já está indo para a faculdade e a mãe ainda está

ganhando o benefício porque ela estava grávida. Foram mais de dez mil casos que eu consegui levantar. A perícia está aqui para isso.

A perícia médica tem obrigação de reconhecer adequadamente o direito do requerente à percepção de benefício por incapacidade e por doença. Então, vamos lá: bicho-do-pé. Se a pessoa é lavradora, com certeza, muito provavelmente, a incapacidade vai ser reconhecida. Se a pessoa é procuradora da República, não, vai trabalhar. Não é a doença o foco, é a doença com sua profissiografia. Isso o médico assistente não tem condição de fazer! Não tem!

Nós temos uma função judicante, administrativa. O que o perito afirma – isto eu já falei –, o INSS é obrigado a seguir.

Por causa de vários problemas inerentes à estruturação e ao modelo da perícia nos últimos anos, principalmente por causa do desmonte da carreira, que vem sendo promovido desde 2009 – e aí não vou levantar a culpa de A, B ou C; isso é um processo sistêmico –, o INSS achou que, ao invés de reforçar a carreira, para ter um corpo sólido, público, eficaz, quer afundar de vez a carreira, e vem buscando novos modelos. E esses novos modelos alternativos na perícia médica habitual são baseados em alguns pilares: crítica ao chamado modelo medicocêntrico. Agora, como criticar o modelo se esse modelo sofre com o desinvestimento? Eu não invisto no modelo e digo que o problema é o médico? Enquanto se buscou a perícia sem perito, a carreira ficou jogada às traças. E o sistema não evolui.

Vamos lá!

Perícia simples de curta duração não precisa passar pelo perito. Alguém define para mim, por favor, o que é uma perícia simples?

Quando se sabe que a perícia será simples ou de curta duração? Nós só vamos saber disso após a perícia ser realizada. É a mesma história que estão tentando fazer na obstetrícia, quanto ao fato de parto simples não precisar de médico, nem de cesariana, tendo que ser feito ou no hospital, em casa, com doula e com enfermeira. Você só vai saber se o parto é simples 48 horas depois que o bebê nasceu, porque, mesmo depois que o bebê nasce de parto normal, pode haver complicação.

Então, é um absurdo querer desconstruir ou tirar pedaços da Medicina porque falta médico. Ao invés de se investir no médico, no quadro, você tenta tirar pedaços: "Não, isso aqui é simples, isso aqui não sei o quê." Mas quem é que tem o poder de definir o que é simples? Quando que vou definir...?

Quantas vezes chegou um cidadão à minha sala de perícia achando que era um negócio simples e saiu de lá aposentado por invalidez? E, para falar para o cidadão que achava que a leucemia terminal dele era lambuja, que ele iria ser aposentado, e esse cidadão saiu chorando da sala, dizendo que eu condenei ele à morte, ao ponto de a gente fazer todo um esquema quando ocorrer esse tipo de caso? Então, não é nada simples. Medicina não é simples.

Outra coisa que tem que ser falada: o hospitalizado não precisa de visita do perito. Ministro Gabas andou falando isso. Nunca precisou, Ministro Gabas. É que o sistema não conhece a próprio lei. Art. 76 do Decreto 3.048: "A Previdência Social deve processar de ofício o benefício, quando tiver ciência da incapacidade do segurado sem que este tenha requerido auxílio-doença." Quantas ações o Ministério Público Federal moveu em desfavor do SUS e do INSS por não ter cumprido esse artigo do Decreto de 1999 até hoje? Zero!

Por que que estamos em crise? Esse é um mero gráfico em que, lá para idos de 2006 e 2007,...

(*Soa a campainha.*)

... quando a carreira se solidificou, a gente teve uma aproximação com carreiras afins, procurador do INSS, auditor fiscal do trabalho, analista da Receita Federal. E, de 2007 para cá, olhem o descolamento: a curva da perícia ficou lá embaixo, e as outras carreiras subiram!

Estudo de evolução do poder de compra do perito médico previdenciário, século XXI. Em cima, é pelo número de cestas básicas, Dieese, e embaixo pelo número de salário mínimo. Olhem a depreciação da valorização da remuneração do perito!

A gente fez uma tabela também, rapidamente falando, sobre a análise das carreiras dos últimos dez anos. As carreiras afins tiveram aumento acumulado de quase 100%; perito médico, 50%.

O próprio estudo do INSS 2014, para médicos com jornada de 40 horas em várias situações. Desculpem pela qualidade do gráfico. Lá na outra ponta é médico do Ipea e médico de Brasília e aquele amarelo pequeninho lá no final é o perito médico. Temos o pior salário atualmente para uma jornada de carreira de 40 horas. Será que é por isso que há tanta exoneração de perito?

Vamos lá!

Vou fazer um *pout-pourri* das tentativas do INSS de substituir o médico. Foi o famoso tabelão em 2010, em que o INSS propunha datas de afastamento sugeridas por tabelas. Eles sugeriam três dias para cervicalgia e 90 dias para câncer de cérebro, porque, depois, óbvio, acabou, não era precisa mais. Ou morreu... Não é?

Então, a própria CUT, na época, foi contra isso e nos apoiou defendendo a valorização da carreira do perito. E, de lá para cá, diversos modelos travestidos de novo modelo, alguns fazendo a entrada automática do beneficiário no sistema, com o perito tendo que cuidar depois, outros colocam o perito para fazer a entrada do sistema e depois haveria prorrogações automáticas. Eu não sei qual a vantagem disso porque, no fim, terá que ser o perito que vai ter que encerrar o caso.

Uma coisa interessante desses modelos é que todos eles falam de novo modelo e de modelo multiprofissional, onde o médico é o único profissional. Vai-se precisar de médico para entrada, de médico para manter e de médico para tirar. A única diferença aqui é que estamos tirando atribuição do médico perito e entregando para médicos terceirizados ou médicos que não são peritos. O fato é que estamos há cinco anos com novos modelos que não saem do papel. E aí vai uma crítica também ao Conselho Nacional. O colega falou que ficou quatro ou cinco anos no Conselho Nacional de Previdência Social, que o principal tema era perícia médica, que ele nunca conseguiu resolver nada e saiu de lá frustrado. Por que a ANMP não é partícipe ou não é chamada para discussões do Conselho Nacional? A única vez em que me lembro que participamos foi em 2011, com o Argolo, de uma reunião sobre o primeiro novo modelo. "O prédio está caindo. Vamos chamar o arquiteto, o biólogo, o turismólogo, o oceanógrafo, o advogado, o procurador da República, vamos discutir." Cadê o engenheiro? Não é assim, querem discutir perícia médica sem o médico. "Ah, mas o INSS tem lá o representante que é perito médico." Tem, eventualmente. A lei diz, inclusive, que ele pode ser um não médico, dependendo da escolha da Presidência. E ele está lá como INSS, não como categoria. Então, combinam-se os pacotes e se esquecem de combinar com os russos. Chegam para a gente e dizem "a partir de amanhã é assim." Como assim? Aí fala que a ANMP é intransigente, que acha que não precisa de um novo modelo? É complicado.

Vou pular isto, porque já foi dito.

Quero deixar aqui que a ANMP acha que as filas de perícia são duplamente iníquas. Elas geram pagamentos graciosos para segurados que já recuperaram a capacidade laboral e deixam o segurado doente sem fonte de renda. No momento de crise orçamentária, então, não é aceitável nenhuma das duas situações. Para cada R$4,00 que o Tesouro Nacional gasta, R$2,00 vão para juros da dívida, R$1,00 vai para o Regime Geral, e um quarto desse Regime Geral já é benefício por incapacidade.

A política de esvaziamento e desvalorização do perito penaliza os segurados que aguardam perícia e premia os que já recuperaram a capacidade e deveriam receber alta, que é um termo leigo. Na verdade, a gente não dá alta. Perícia do INSS tem função judicante reconhecedora de direito. Não somos policiais, mas a nossa função, que não pode ser dada a nenhum outro médico – porque aí entra no Código de Ética Médica; o médico não pode ser perito do seu próprio paciente – é que, além de reconhecer a doença, você tem que definir se há incapacidade ou não e qual é o tempo da incapacidade, de acordo com a profissão de cada um. Isso é preocupante quando vemos que o INSS é o maior litigante da Justiça brasileira. Com certeza, a maior parte desses processos são de auxílio-doença.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Está bem. Peço mais cinco, se puder.

Em dez anos de atuação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já te dei 20, mas vou te dar mais três.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Está bem. Vou acelerar aqui.

Em dez anos de atuação o Ministério Público interagiu com o INSS. O INSS fez em torno de mais de 50 promessas de ações sugeridas pelos procuradores da República. Apenas uma promessa foi cumprida nesses dez anos: o ponto eletrônico.

Quantidade de ações movidas pelo Ministério Público contra os gestores: nenhuma.

Quantidade de ações movidas pelo Ministério Público contra os peritos ou apenas contra o servidor visando privatizar a atividade médica: em torno de 55. Foi o que consegui contar.

Médico perito não organiza agenda, não participa de planejamento, não ordena construção de agência, não define concurso, não gere nada, mas, na visão dominante atual do Ministério Público, o médico perito é culpado por todos os problemas.

Da greve já foi falado.

Graças, inclusive, em parte, creio, a esta audiência, Senador Paim, nós retomamos as negociações em clima amplamente favorável. Eu queria gradecer, inclusive, ao Secretário Borges pelo tom de cordialidade da conversa de ontem. Agradecemos também ao Senador Acir, que intermediou e mediou a conversa com o Governo. Tenho plena certeza de que, em poucos dias, a categoria estará plenamente disposta a fechar um acordo que seja bom para todas as partes.

Só para lembrar, a culpa por essa greve estar longa não é nossa. Só para o Ministério da Previdência, mandamos 28 ofícios pedindo uma reunião, mas o Ministro Rossetto não nos respondeu nenhuma vez. Aí fica difícil, mas vamos chegar lá.

Perícia médica não é brincadeira. O que trabalhamos aqui representa mais do que toda dotação do Ministério da Saúde e da Educação juntos. Enquanto se discute regra 85/95, fator previdenciário e CPMF, o gasto com a Previdência de benefício por incapacidade é extremamente maior, o que não era para ser gasto de economia.

(Soa a campainha.)

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – E para terminar, eu só queria falar uma coisa: o médico do SUS não existe. O médico do SUS é um nome genérico que se dá a milhares de médicos com milhares de contratos de trabalho, com milhares de empregadores que prestam serviço para o SUS, que é o sistema público de saúde e atua como uma operadora. O SUS paga procedimento. A estrutura própria do SUS inclui 5 hospitais no Rio de janeiro, 2 ou 3 em Brasília e uma coisa ou outra aqui e acolá. Para o resto, o SUS se utiliza da estrutura dos Estados, dos Municípios e, principalmente, dos hospitais privados filantrópicos, que responderam, em 2014, a 50% dos leitos de internação no SUS. Em 4 mil Municípios, única e exclusivamente, os hospitais existentes de referência para internação são hospitais filantrópicos privados e 70% dos médicos que atendem pelo SUS atendem nesses hospitais, santas casas etc. Ou seja, apenas 30% dos 120 mil médicos que prestam serviço para o SUS no Brasil são concursados públicos. Então, qualquer proposta que vise permitir que o SUS, que já não consegue funcionar direito para quase nada, emita laudos de incapacidade para o INSS significará entregar isso na mão de agentes privados, não são públicos.

Eu queria deixar bem claro o seguinte. Quando se fala "médicos do SUS", dá aquela segurança: "Ah, são médicos públicos". Mentira! Não são. A maior parte é de médicos privados. Mesmo os públicos são contratados especificamente para uma função. Eu sou médico público em São Paulo, sou infectologista no Emílio Ribas, todo mundo sabe aqui. Eu sou infectologista, e vão me tirar para fazer perícia? Vão pegar meu laudo para usar em perícia? Vou ser perito do meu próprio paciente? Então está errado. Isso tem que acabar.

Essa desconstrução do médico... Valoriza-se o médico dizendo que ele é tão importante que ele tem que ficar para as funções mais nobres, enquanto as funções mais básicas podem ser feitas por outro. Não, isso é desvalorização do médico. Ninguém além do médico – no caso, o perito – pode dizer o que é perícia simples ou perícia complicada.

Eu agradeço. Não deu tempo de falar tudo que eu queria. Eu espero ter esclarecido alguns conceitos e a postura da ANMP em relação a essas propostas que estão sendo feitas no âmbito governamental. Se Deus quiser, nós vamos fechar esse acordo, acabar com a greve e repor o trabalho devido. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Francisco Eduardo Cardoso Alves, Diretor-Presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social, que faz uma série de considerações, mas, ao mesmo tempo, já cumprimentou aqui a reunião que houve ontem à noite. Na visão dele, a possibilidade de acordo é grande para que o estado de greve não mais aconteça e os peritos possam, com todo o seu potencial, atender toda a população.

Passamos a palavra agora ao Dr. Sérgio Antonio Martins Carneiro, Diretor de Saúde do Trabalhador do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O SR. SÉRGIO ANTONIO MARTINS CARNEIRO – Bom-dia a todos e a todas.

Eu queria cumprimentar o Senador Paulo Paim. Quero parabenizá-lo pela iniciativa, Senador, porque esse é um assunto que tem angustiado todos, a sociedade, o Governo, a categoria de peritos, da qual sou membro. Sou médico perito da Previdência e estou no cargo de Diretor de Saúde do Trabalhador. Este é um assunto que nos tem angustiado muito, e a tentativa de solucionar o problema perdura já há alguns meses. Eu acho que iniciativas como esta favorecem o debate.

Com relação à questão da pauta de reivindicação da categoria, eu quero dizer que nós estamos muito tranquilos. O próprio presidente da associação usou um quadro do qual fizemos um documento na Previdência Social e no INSS e encaminhamos, em relação ao posicionamento, o que achamos das 30 horas, o que achamos da remuneração, da solicitação de concurso público – nós fizemos várias solicitações de concurso público. Então, fica bem claro que a posição, pelo menos do INSS, da diretoria, foi publicamente encaminhada ao Ministério do Planejamento, que teve que avaliar com outras categorias. Mas o posicionamento da Previdência foi muito claro em relação às questões da jornada, da remuneração e do concurso público.

Mas eu queria começar aqui a minha fala usando uma expressão usada pela Drª Thaís, que aqui representa a OAB. Usada inicialmente por ela, depois perpassou a fala de todos, o João Paulo também a usou: ela falou que essa é a ponta de um *iceberg*.

Na verdade, quando falamos em perícia médica, nós estamos falando de uma parte do processo de concessão do benefício por incapacidade, ou seja, de como o Estado reconhece a incapacidade, de como o Estado avalia a capacidade laboral e dá consequência a isso no pagamento do benefício ou no não pagamento do benefício.

É esse olhar que precisamos ter para responder o seguinte: como o Estado tem que reconhecer o trabalhador que está incapaz para o trabalho e que precisa ter acesso a algum tipo de benefício, seja ele temporário ou permanente? Nós estamos falando dos auxílios-doença, erroneamente chamados de auxílio-doença, porque, na verdade, não se trata da remuneração de alguém que tem uma doença, mas da consequência da doença ou da incapacidade – já começa errado o nome do benefício, que, no fundo, é um benefício por incapacidade. Estamos falando também da aposentadoria por invalidez. Então, é uma função nossa avaliar essa capacidade laboral.

Quando nós pensamos nesse processo, nós temos que pensar desde a hora em que o segurado se filia ao Regime de Previdência Social, em quando ele adoece ou é vítima de algum acidente – na empresa não houve prevenção, e ele teve que se afastar por um determinado período – na avaliação dessa capacidade, até o pagamento no banco, na hora em que ele recebe. Então, nós temos que ver que se trata de um processo inteiro que vai desde o momento em que ele se filia.

Na nossa legislação brasileira, e aí eu digo por que é um *iceberg*... Nós estamos falando do sistema contributivo, porque o sistema de seguridade social no Brasil – e o Senador tem colocado muito isso – é misto: ele é contributivo e não contributivo. Aliás, esse é um modelo que o mundo tem adotado como o mais importante, porque, quando você opta só por um tipo de modelo, você acaba excluindo uma parte da sociedade. Lembro o modelo beveridgiano, inglês, que botava todo mundo no sistema social – as pessoas perguntavam: "Para que eu vou contribuir se eu tenho um benefício?" – e o seguro se esvaziava. E lembro o modelo bismarckiano, alemão, em que só tinha direito quem era contribuinte, o que excluía uma parte da sociedade.

Como é o nosso sistema hoje? O nosso sistema fala em seguridade social e, com isso, exclui trabalho e educação desse sistema de proteção – ele diz que é previdência, saúde e assistência social. Para nós é muito importante entender que o trabalho é fundamental nesse sistema de proteção, porque seguridade é proteção. Então, tem que incluir a área do trabalho e tem que incluir a área da educação, porque nós estamos fazendo a formação e a capacitação desse trabalhador. E trata-se também de proteger o trabalhador quando falamos em educação.

Nosso sistema criou uma legislação... Por que eu estou falando isso? Porque ele criou uma legislação que permite que o cidadão brasileiro, aos 70 anos, comece a contribuir para o sistema contributivo, e dá uma isenção de carência de um ano. Aos 71 anos, ele vai à Previdência Social e diz assim: "Eu estou com uma artrose que não me permite..." E aí o perito tem que fazer as marcações da data do início da doença, da data do início da incapacidade, e acaba dizendo que essa pessoa tinha uma doença preexistente. E ele vai para a rua dizer assim: "Olha aí, o perito me negou e está dizendo que, aos 71 anos, eu tenho que trabalhar." Então, como não há...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO ANTONIO MARTINS CARNEIRO – Não, neste momento não, querida. Depois eu abro. Eu ouvi todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Faço um apelo, mais uma vez, à senhora. Eu só vou dar a palavra, além dos convidados, para três pessoas no plenário. A senhora já usou a palavra por duas vezes.

O SR. SÉRGIO ANTONIO MARTINS CARNEIRO – O que o nosso sistema faz? Como ele não cria uma regra, não tem um impedimento do ponto de vista legal – isso há em vários sistemas do mundo – essa atribuição fica para o médico perito, que, na ponta, tem que... A atividade de perícia é uma atividade que tem uma natureza conflituosa, uma essência conflituosa, porque há uma expectativa de direito do segurado – quando procura a Previdência, espera ser atendido. Só que ele não quer saber, alguém diz para ele "Comece a contribuir..." Eu penso que alguém aos 70 anos já deveria estar recebendo um benefício social. Ele não tem que entrar num sistema contributivo em que, no mínimo, terá que ficar 15 anos – se se somarem todas as condições – para poder sair.

Não é razoável que alguém, aos 70 anos, comece a entrar no sistema contributivo. Mas, como não há um limite legal, esse limite tem que ser dado pelo interditor, lá na ponta, que é o perito.

Os benefícios temporários... E hoje o maior problema dos sistemas de seguridade do mundo diz respeito, fundamentalmente, aos benefícios por incapacidade, que são aqueles que não são previsíveis. A aposentadoria é previsível – paguei por 20, por 30, por 35 anos, dependendo se é aposentadoria especial ou se é aposentadoria da pessoa com deficiência – tem uma previsibilidade – previ aquilo que vai entrar e aquilo que vai sair. Os benefícios temporários, no Brasil, não têm prazo, e nós temos pessoas há 20, 30 anos recebendo benefícios

temporários, em situações que já não são mais de saúde, mas envolvidas nesse contexto mais social, de pessoas que estão idosas, de pessoas que estão com doenças – o sistema vai gerando e vai inchando sem ter uma saída.

Eu vou apresentar aqui alguns eslaides para ilustrar por que estamos falando de uma ponta de *iceberg*.

Sobre esse sistema cabe uma rediscussão aqui no Parlamento. No ano passado foi encaminhada pelo Governo uma proposta de alteração que aumentava o prazo em que os trabalhadores ficavam a cargo da empresa. Em qualquer lugar do mundo, não são 15 dias, porque 15 dias eram na época das doenças agudas – hoje já não se trata mais assim, o perfil epidemiológico da população é de adoecimento, mas não são mais principalmente as doenças agudas. Então, por que a empresa só fica 15 dias com o trabalhador? Há essa cultura que diz assim: "Ah, ficou doente? Mande para o Estado, mande para a Previdência." E como a nossa Previdência não tem um sistema de arrecadação diferenciado entre o que é gerado pelo trabalho e o que não é gerado pelo trabalho – tudo cai no mesmo bolo – isso vai se tornando uma situação quase insolúvel. Então, eu acho que é fundamental rediscutir esses prazos, inclusive aqueles em que o trabalhador fica afastado por conta da empresa, porque, a partir do 16º dia – não interessa se ele precisará de um dia, dois dias, três dias ou quatro dias – ele entra na Previdência e precisa passar por perícia médica.

Eu só vou levantar alguns dados aqui para nós vermos o que está acontecendo na Previdência, porque eu acho que é esse o debate que nós temos que fazer e eu acho que é fundamental nós falarmos de perícia médica. Essa é uma atividade muito específica, é uma atividade que exige formação em clínica, exige formação em especialidades – pelo menos naquelas mais comuns: cardiologia, oftalmologia, psiquiatria, ortopedia – requer conhecimento nessas áreas, requer conhecimento da epidemiologia, requer conhecimento de medicina do trabalho, requer conhecimento de legislação. Então, a formação de um médico perito é uma formação custosa, que requer dele um olhar mais amplo, para além daquela especialidade em que ele se formou. Então, é uma mão de obra fundamental, especializada, e que está sendo, em nosso entender, mal usada. Ela precisa ser bem usada. Essa é a discussão que nós estamos fazendo.

Olhem: isso aí é de 2007 para 2013 – nós estamos falando de seis anos. Vejam o movimento que aconteceu na Previdência Social: nós saímos de 49 milhões e, em 2013 – estamos fechando agora os dados de 2015 – nós chegamos em 69 milhões de segurados, ou seja, a Previdência Social está num movimento enorme de inclusão. Nenhum sistema dos que nós levantamos no mundo incluiu 20 milhões de pessoas em seis anos, como ocorreu na Previdência Social.

Aqui passaram, na Casa, vários projetos deles, inclusive os do PEX, relativo às agências da Previdência Social. Não é só um movimento de aumento do número de segurados, é também um movimento de interiorização que está havendo no INSS, de aumento do número de agências. Nós aumentamos várias agências por ano. Nós saímos de 1,3 mil nessa época, e hoje são mais de 1,6 mil agências, ou seja, é o INSS chegando cada vez mais perto da população para garantir direitos à população. Esse é o movimento que nós estamos vendo em relação ao número de segurados, em relação ao número de benefícios requeridos, em relação ao número de benefícios concedidos.

Nós hoje temos quase meio milhão de pessoas em benefícios de longa duração. O que são benefícios de longa duração? São aqueles benefícios com três anos ou mais de duração – esses são dados relativos ao ano passado, mas a situação não mudou muito. Uma boa parte é judicial, outra é não judicial – há um processo de judicialização enorme desse processo de concessão de benefícios por incapacidade. Ou seja, nós temos meio milhão de pessoas. Então, o problema não é só botar para dentro. Botamos para dentro, mas não conseguimos sair com essas pessoas do outro lado. Então, nós temos que pensar isso como um processo, como um todo.

Isso aí é só a distribuição de como é que ela está.

Além disso, há as ações civis públicas. Nós estamos com 500 mil, e nós temos ação civil pública no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Londrina, Paraná, Porto Velho, Imperatriz, Maranhão, Fortaleza, Aracaju, agora Mato Grosso, e estamos com várias outras aí já entrando. Por quê? Porque não conseguimos responder à expectativa do segurado do ponto de vista da sua avaliação e do ponto de vista da concessão do benefício.

O modelo que temos é esse aí. Quer dizer, no caso de todo e qualquer segurado que entra na Previdência Social, para obter benefícios previdenciários de qualquer natureza, de qualquer espécie, ele passa pela avaliação do perito. Este é o modelo que estamos vivendo: saímos de 49 milhões para 69 milhões; 1,3 mil agências para 1,6 mil; saímos de um processo basicamente centralizado nas capitais para um o processo de interiorização. E tudo passa, para a concessão de benefícios de qualquer natureza – pedido de prorrogação, reabilitação profissional, aposentadoria por invalidez, negação – e volta num sistema cada vez mais...

Para esse modelo aí, só há uma saída – é verdade o que a Associação coloca – só há uma saída: contratar médico, contratar médico, contratar médico, contratar médico, contratar médico e contratar médico. Isso, porque é um modelo no qual todo e qualquer...

E tratamos de forma diferente todo e qualquer benefício por incapacidade: uma coisa é a avaliação de uma aposentadoria por invalidez; uma coisa é a avaliação de uma pessoa com deficiência; uma coisa é a avaliação de uma aposentadoria especial; e outra coisa é o reconhecimento do benefício por 20, 30 dias. Mas não interessa para nós. Para nós, se trata de forma igual os diferentes, e temos uma fila da qual se vai chamando cada um nesse processo.

Ano passado a Casa levantou essa questão aqui, e o Parlamento já aprovou a Lei nº 13.135, que possibilita convênios, exatamente por considerar que o sistema não está dando conta da forma como a população espera.

Bom, o que estamos falando? E eu acho que talvez seja o momento mais importante que temos aqui, que é o de pensar quais são as alternativas que nós vamos ter, porque, no nosso entendimento, não é possível esse modelo.

O Valeir citou isso aí, mas é o seguinte. Nós fizemos um *benchmark*. Temos feito acordos de cooperação, estamos nos diálogos setoriais com a comunidade europeia, até para conhecer os sistemas de vários países do mundo, para entender como é que os países fazem em relação a isso. Nenhum país trata o problema da forma como o tratamos, e somos um País onde há dificuldades para o provimento de médicos nas cidades, mas principalmente no interior do País. Então, não há sentido, não é só a questão de fazer de ofício.

Vamos ter que fazer, de ofício, cada um de que somos comunicados. Não é só fazer de ofício, é preciso criar um fluxo de forma que possamos fazer o reconhecimento de parte dos benefícios – e para parte dos benefícios, necessariamente, precisamos que haja uma perícia.

No que estamos pensando? E esse é um debate do qual o Parlamento precisa se apropriar, a sociedade também. O Valeir já viu isso no Conselho Nacional de Previdência Social. Então, é um processo que vem amadurecendo, mas, no fundo, quem tem que definir as regras para a concessão do benefício é o Conselho Nacional de Previdência Social.

Mas no que se está pensando fundamentalmente aí? Sabemos que essa entrada na Previdência Social se dá por uma avaliação pericial. Então, ele está entrando no seguro, ele está solicitando um benefício para o seguro. Se ele está solicitando um benefício, ele vai ser avaliado: eu vou marcar o período de carência dele, a data do início da incapacidade, a data do início da doença, se ele tem direito, a quanto ele tem direito e tal. Então, esse tempo aí é um tempo razoável para que ele possa ficar afastado, porque o objetivo do benefício temporário não é a aposentadoria; o objetivo é que ele possa recuperar capacidade e possa ser reinserido no mercado de trabalho.

Fundamentalmente... E aí já tenho divergências em relação ao que seja esse perito médico, Francisco, designado pelo SUS: ele não é o médico assistente; ele só vai ser no caso em que ele for designado enquanto perito.

A lei fala em perito médico, mas essa separação precisa ser feita, porque a assistência tem vínculo: entre quem está sendo atendido e quem não tem vínculo.

É diferente o tratamento do médico assistente e o do médico perito, e essa isenção precisa... A perícia médica tem que ser feita pelo perito médico, isso é fato já claro. Estivemos, inclusive, com o Dr. Carlos Vital na semana passada para dizer quais são os casos em que, a partir de um determinado período, eu posso aceitar esse atestado do médico assistente – e aí não é perícia, aí é um reconhecimento simplificado a partir do relatório dado, do atestado do médico assistente. É isso que nós estamos discutindo, inclusive, no Conselho.

E estamos discutindo agora, no Conselho Regional de Medicina, quais são os dados fundamentais necessários para que possamos fazer o que nós estamos chamando de "gestão do afastamento". Essa gestão do afastamento relaciona-se ao período que podemos aceitar. Então, faz-se a perícia e, se precisar de mais, ele administra com seu médico assistente um período para que ele possa sair da Previdência Social, mas 30% acabam permanecendo nesse sistema e o vão lotando.

Qual é a saída? E aí há uma divergência realmente conceitual, e talvez até jurídica. Eu queria só relatar aqui que a função da carreira do médico perito está prevista na Lei nº 11.907. No parágrafo 3º do art. 30, a primeira coisa que há é a "emissão de parecer conclusivo quanto à capacidade laboral para fins previdenciários".

Quando falamos de capacidade, estamos falando de um fenômeno, não é uma doença em si. Nós estamos falando de um fenômeno, porque a mesma doença se manifesta de forma diferente nas diferentes pessoas, e as pessoas têm funções trabalhistas diferentes. Por isso, o processo precisa ser pensado, e o mundo já está falando em classificação internacional de funcionalidade.

Por que o mundo está falando de classificação internacional de funcionalidade? Funcionalidade tem tudo a ver com capacidade para o trabalho. Então, não é um fenômeno. Quando alguém passa...

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO ANTONIO MARTINS CARNEIRO – Quando alguém passa pela perícia, é afastado, e começa a ser afastado por mais de seis meses, pode ter certeza de que outros fenômenos estão agregados ao problema da doença, fenômenos sociais estão agregados à questão da doença.

Nós estamos trabalhando nessa ideia – e essa é uma discussão que está sendo feita, inclusive, no Conselho Nacional de Previdência – que é a entrada ser pelo perito e passar por determinados critérios, como número de dias, tipo de patologia, informação. Você avalia aquela pessoa e, aí, nós vamos trabalhar a saída, vamos pensar numa política para reinserir essas pessoas no mercado de trabalho.

Senador, o senhor levantou uma coisa aqui que, no senso comum... O senhor falou: "O que eu faço com o meu funcionário?" O senso comum diz assim: "Aposenta". O senso comum diz assim: "Não, essa pessoa não tem capacidade. Então, aposenta." Nós temos que pensar que todo ser humano tem alguma capacidade, e essa capacidade precisa ser potencializada não só do ponto de vista físico, mas do ponto de vista social, da inserção. O que essa pessoa pode fazer? Porque toda vez que nós reabilitamos – e o nosso grande desafio é reabilitar pessoas – nós deixamos de pagar para o contribuinte e nós ganhamos um contribuinte. É dupla a mão. Então, o investimento que nós temos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu gostaria só é que se encaminhasse para a reabilitação, só isso.

O SR. SÉRGIO ANTONIO MARTINS CARNEIRO – Exatamente. Mas sabe por quê? A nossa força de trabalho hoje está centrada na entrada: saber quem entra, quem não entra, quem não pode. Nós estamos avaliando cinco dias, seis dias, dez dias, aposentadoria. E não vamos dar conta, com as dimensões do País, de botar médico perito em todos os lugares.

Nós temos que fazer gestão do afastamento: separar aquilo que precisa ser avaliado daquilo que nós podemos recepcionar sem perícia.

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO ANTONIO MARTINS CARNEIRO – E aí não é perícia, é uma discricionariedade da Previdência Social dizer: "Nesses casos, eu vou reconhecer o atestado do médico lá de fora". Não é todo e qualquer caso, mas é preciso definir essas regras para investir, exatamente, na saída.

E esse investimento da saída – só para completar, esse é o reconhecimento simplificado – tem a ver exatamente com isso que nós estamos fazendo. Não adianta mais eu ficar chamando esse segurado e ficar passando pelo perito, passando pelo perito, passando pelo perito. Nós temos que discutir com esse segurando quais são as alternativas que ele pode ter: "O que o senhor pode fazer? O seu caso é de formação e capacitação, para eu encaminhá-lo para o Pronatec? O seu caso é de colocar nas cotas que estão garantidas em lei? O seu caso é de retorno imediato? Ou o seu caso é para aposentadoria por invalidez?". Isso é trabalhar... Não é perícia multiprofissional, porque nós não temos...

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO ANTONIO MARTINS CARNEIRO – Nós estamos falando de equipe multiprofissional, que é o que nós já usamos hoje, Senador, para avaliar as pessoas com deficiência. Nós usamos hoje, para avaliar, o BPC. O BPC hoje já é avaliado pelo médico e pelo assistente social. Então, não é um fenômeno único que nós estamos criando.

Agora, para concluir, eu só queria dizer o seguinte. O INSS não resolve esse problema sozinho, porque esse problema da proteção é um problema da seguridade social, e a grande dificuldade que nós temos hoje no Governo Federal é a articulação de políticas entre as diversas áreas sociais. Nós não conseguimos fazer intersetorialidade realmente, porque essa ação da seguridade exige esse conceito de seguridade social ampliada, que inclui educação, que inclui trabalho.

Esse cidadão brasileiro, quando chega a nós, é chamado de segurado; quando ele vai ao SUS, ele vira usuário; quando ele vai à assistência social, ele vira beneficiário; quando ele vai ao Ministério do Trabalho, ele vira desempregado; e quando ele vai ao MEC pedir um curso, ele vira aluno do Pronatec. Então, esse aluno do Pronatec, desempregado, segurado, beneficiário ou usuário, é um cidadão que é visto a partir da ótica do órgão e não a partir dele, das necessidades que ele tem e do que os órgãos federais podem fazer para, nesse sentido, resolver esse problema.

Então, eu só queria concluir dizendo o seguinte. A perícia médica é fundamental para os processos que nós temos hoje – tanto na entrada, quanto no meio, como na saída – e nós não podemos prescindir dela. Não há nenhuma proposta para acabar com a carreira; não faz sentido dizer que nós estarmos propondo a extinção da carreira quando estamos pedindo concurso, reivindicando em relação à questão das horas da carreira. Então, não há esse movimento de acabar com a carreira. Podem ficar tranquilos, porque o objetivo não é esse,

é só que precisamos racionalizar esse serviço, nós precisamos melhor atender para poder chegar à população, e criar um critério que nós possamos chamar de gestão do afastamento.

O que diferencia uma boa perícia de uma má perícia? Nós podemos dizer que é a habilidade do perito, a capacidade que ele tem – isso também é importante –, mas é o conjunto de informações que nós temos.

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO ANTONIO MARTINS CARNEIRO – Quanto mais informações nós tivermos desse segurado, melhor será a avaliação que poderemos fazer de sua capacidade laboral e mais facilmente poderemos encontrar, junto com ele, uma saída para o segurado, porque não somos nós que decidimos, é uma saída que tem que ser feita juntamente com o segurado que está aí batendo às nossas portas, ou que está dentro da Previdência há anos e anos sem conseguir sair dela.

É isso. Estamos abertos ao debate desse modelo de gestão.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Sérgio Antonio Martins Carneiro, Diretor de Saúde do Trabalhador do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Eu, claro, sinto-me contemplado na sua fala. Oxalá todas as propostas que V. Exª levanta – e levanta muito bem – sejam concretizadas. Estou vendo que a intenção é muito boa, mas não conseguimos, até hoje, concretizar propostas, e milhões de pessoas continuam numa situação muito, muito difícil. Eu estou falando do dia a dia, da prática lá – ando muito com os sindicatos, os sindicatos estão aqui também. A intenção é boa, tomara que funcione, vamos trabalhar para isso.

Bom, nós vamos para as considerações finais de cada um de nossos convidados.

Vamos começar com o Sr. Argolo.

Nas considerações finais, nós damos em torno de cinco minutos para cada um. Então, eu peço a cada um que, se puder, fique nos cinco minutos.

Então, com a palavra, Luiz Carlos de Teive e Argolo, Diretor Sindical do Sindicato Nacional dos Médicos Peritos, tanto para dar a sua opinião como para fazer algum questionamento.

O SR. LUIZ CARLOS DE TEIVE E ARGOLO – Perfeito.

Eu vou tentar passear pela fala de todos, porque eu tenho observações a fazer.

Eu começaria pela Drª Darcy Vitobello, que eu conheço há mais de dez anos.

Ela se posiciona sobre o AX Longo – AX Longo é aquele segurado que entrou em benefício e, de fato, caducou lá sem nenhuma solução, ou seja, ele não foi recuperado, reabilitado, não teve alta e não se definiu pela aposentadoria. Isso tudo, Drª Darcy, é porque não há perito para realizar perícia.

O reconhecimento do direito sem perito para realizar a perícia é uma utopia. Eu já sou aposentado, ingressei na Previdência em 82, eu vivi esse momento. A Casa vai quebrar a cara de novo. Quem quer fazer isso não conhece, não tem história de vivência dentro da Previdência, dentro do INSS, não conhece. Então, falar de perícia sem perito... Isso não existe!

Eu queria pontuar algo também sobre o que disse o Valeir. Na única vez em que fui convidado, eu tomei conhecimento ali – como vocês, conselheiros – através do ex-Presidente Rauchild, sobre o novo modelo e me assustei: era a perícia inicial advinda de um médico qualquer. Aquilo foi, me parece, em 2011. Em 2007, a Associação já havia proposto o atestado médico eletrônico literalmente legalizado, sob forma, inclusive, de o CFM homologar o atestado eletrônico do médico. Houve alta resistência do médico assistente, que não queria se submeter a perder o tempo, de seu serviço privado ou público, preenchendo um atestado para a concessão de benefício do INSS. Então, não diga que eu me contrapus. Eu fui surpreendido naquele momento. Depois fomos sentar, negociar com o Rauchild o quê? "Ah, vocês querem uma carreira de auditor? Vamos sentar e aceitar a carreira de auditor."

Da mesma forma, hoje não adianta ficar em quatro gabinetes discutindo com quem não conhece, com quem não tem a vivência da perícia. Para quem? Cadê os rostos? Quem são? Somos nós. Então, não é ficar em gabinete discutindo perícia, a perícia tem que participar. Não pode ficar em gabinete, sem a experiência de longa vida da perícia. Até porque todo esse cenário já houve. Nós ficamos 26 anos sem concurso público. E foi o Presidente Lula que reconheceu e estruturou a carreira. Depois, a carreira foi secada.

Surpreende-me o Ministério Público. Do direito do cidadão... Em momento algum aqui falou da necessidade de reestruturar agências; em momento algum falou da parceria com o cidadão. Ele falou da parceria que tem com o INSS. Ou seja, Drª Darcy, o direito do cidadão é de todos, também nosso. O perito também é trabalhador, Valeir. O perito é trabalhador. Não vamos nos discriminar, vamos nos olhar nesse sentido. Quando lutamos, é pelo interesse amplo de todos, do bem comum da Previdência. A nossa saga, a nossa luta é por isso. Nós não

ganhamos dinheiro a mais nem a menos para conceder ou negar benefício. É bom que isso seja dito aqui. Não existe essa determinação, nem nós nos sujeitaríamos a tamanho absurdo. Então, vamos deixar isso bem claro.

Há outra coisa que foi mencionada aqui pelo companheiro João Paulo: "Claro que a AMNP não tem representação." Discordo peremptoriamente! As entidades associativas, como a Anfip e tantas outras, têm direito de representação legal sim, são as que vivenciam o problema. Temos que ser ouvidos – nós somos uma entidade representativa de 5.390 trabalhadores – como qualquer outra. Não podemos ficar alheios à participação da discussão, o problema é nosso. E, diga-se de passagem, os senhores nos conhecem pelo que a mídia divulga, os senhores não conhecem nossas atividades.

Eu espero muito que a fala do colega Francisco tenha contemplado muitos anseios dos senhores, que demonstraram completo desconhecimento do que é a nossa atividade. Ninguém aqui falou do déficit de perito.

A Casa, quando menciona déficit de perito, evoca a necessidade de perito, perito e perito, até, permita-me, com tom subliminar de dizer que isso não é possível, de dizer que com isso não vamos chegar a lugar nenhum, que o modelo não é esse, esconde a real necessidade de contratação de médicos. Quando o colega fala que não há médico, que médico é igual a médico... Não, amigo, médico não é igual a medico não.

Espero que, com a explanação do Dr. Francisco, tenha ficado claro que médico tem o seu papel – não vamos nos preterir – mas o perito tem o seu papel específico. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, esse foi o Luiz Carlos de Teive e Argolo, que fez suas considerações finais pontuando e respondendo alguns questionamentos.

Passo a palavra agora à Subprocuradora-Geral da República Drª Darcy Santana Vitobello.

A SRª DARCY SANTANA VITOBELLO – Eu acho que, por todas as falas aqui, ficou claro que existe um conflito: a ANMP defende a exclusividade da perícia, e muitas das outras partes entendem que precisa haver uma flexibilização disso.

Eu queria esclarecer que o Ministério Público não tem parceria com o INSS. O Ministério Público tem duas formas de atuação: extrajudicial e judicial. O GT, preponderantemente, atua no âmbito extrajudicial e, para tentar resolver questões, nós vamos lá ao INSS, a todos os presidentes.

Aliás, eu quero registrar aqui que eu li no blogue que disseram que eu sou amiga da Drª Elisete. Não, nunca fui amiga da Drª Elisete. Eu a conheço de São Paulo, porque ela era gerente em São Paulo, mas não sou amiga dela.

E lidei com todos os presidentes. O Dr. Argolo disse que me conhece há dez anos, e há dez anos estou lidando com os presidentes todos do INSS, a começar do Valdir, que hoje é Ministro do Planejamento. E também, todas as vezes em que a Associação pediu, foi recebida pelo Ministério Público.

Então, divergências, às vezes, de posicionamento não significam parceria com o Governo. A nossa função é procurar atender o cidadão. E há uma coisa que eu acharia interessante aqui, porque discutimos, discutimos o problema da greve, mas não foi dito por ninguém aqui onde está o impasse para uma solução.

A greve se alongou. Apesar de o Judiciário ter declarado a ilegitimidade ativa da Associação numa medida cautelar, a greve continuou. Estamos com uma dificuldade de parceria, inclusive para fechar acordo juridicamente. Como se vai fechar esse acordo com a Associação, se o Judiciário disse que é um sindicato?

Eu vi também... Gostaria até, se fosse possível, de um esclarecimento, porque o Dr. Argolo está aqui como representante do Sindicato Nacional dos Médicos Peritos. Eu confesso que desconheço a existência desse sindicato, e gostaria de saber se ele foi criado nesse final de ano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Depois ele responde.

A SRª DARCY SANTANA VITOBELLO – Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Essa foi a Drª Darcy Santana Vitobello, Subprocuradora-Geral da República, com as suas considerações finais.

Rudinei Marques, Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate). (*Pausa.*)

O Rudinei já foi.

Drª Thaís? (*Pausa.*)

Já foi.

Então, agora o Dr. Marco Antônio Gomes Perez, que fala pelo Ministério do Trabalho e Previdência.

O SR. MARCO ANTÔNIO GOMES PEREZ – Primeiro, gostaria de agradecer todas as falas. Acho que este debate foi muito enriquecedor, ao menos para mim. Gostei muito de ouvir mais uma vez a Associação dos Médicos Peritos se posicionando aqui, e o Ministério está totalmente aberto para conversar com a Associação, pelo menos o Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional.

Foi feita, logo no início, uma pergunta: a quem interessa o fim da carreira do médico perito? Eu acho, pelas falas que ouvi aqui, que não interessa a nenhum dos falantes.

Pelo menos foi o que entendi de cada fala aqui: não interessa a ninguém que esteve nesta audiência a extinção ou o fim da carreira do perito.

Eu queria só fazer um destaque, parabenizando o Dr. Francisco, colega, pela fala e dizer que médico do SUS existe. Eu sou médico do SUS. Então, ele existe, está aqui presente. Graças a Deus, o Sistema Único de Saúde tem-se estruturado.

Saúde pública não é só assistência médica. Temos problemas gravíssimos na assistência médica, mas saúde pública é aumentar a expectativa de vida, que no Brasil vem aumentando; é ter o maior programa mundial de vacinação, que é o do Brasil; é ter o maior número de transplantes feitos pelo sistema público, que é o Brasil que tem; é ter institutos de pesquisa na área de biotecnologia e vacinas que falam de igual para igual com os institutos da Suíça, dos Estados Unidos. Então, quando falamos de saúde pública e de SUS, não estamos falando só de assistência médica, que, sim, precisa melhorar e muito. Assistência médica. Mas o SUS é muito mais que assistência médica, e estão aí os indicadores: mortalidade infantil baixando; mortalidade materna ainda ruim, mas baixando; a mortalidade específica por doenças cada vez mais sendo prolongada, hoje temos tratamento.

Temos um sistema de vigilância do zika. O Brasil foi o país que identificou o problema do zika, que estava aí no mundo inteiro. O Brasil levantou a bandeira e falou: olha, temos um problema. E hoje nós sabemos que o problema é mundial. Então, temos um sistema de vigilância também bastante eficiente e reconhecido no mundo inteiro.

Por fim – acho que a fala ficou muito clara –, o problema do reconhecimento da incapacidade é o grande nó que temos hoje no que diz respeito à perícia. Isso tem a ver com o conceito de perícia.

Em primeiro lugar, precisamos dizer que o médico assistente reconhece a incapacidade para a grande maioria das incapacidades que temos hoje no Brasil. A grande maioria dos afastamentos no Brasil, hoje, são com menos de 15 dias. Há um atestado médico, cujo modelo é dado pelo CFM, que diz "incapaz para o trabalho durante tantos dias", e isso é aceito pela empresa, é aceito pela lei. Então, quem reconhece a incapacidade para o trabalho, para a maioria dos casos, hoje, no Brasil, é o médico assistente, não é o perito do INSS, porque os afastamentos não requerem o benefício previdenciário. O médico perito vai trabalhar para fins da perícia previdenciária e ele é fundamental para isso, acima de 15 dias. Então, hoje existe, sim, esse reconhecimento.

Há uma sobreposição muito clara, e nas falas isso foi colocado. Quando um médico do trabalho – eu já trabalhei, sou médico do trabalho em algumas empresas – dá aptidão para o trabalho, ele está dizendo se a pessoa está capaz ou não para o trabalho. Isso pode gerar conflito com a perícia. E gera. Quando o médico assistente diz que o afastamento é de 20 dias e não de 14 ou 15 dias, ele também vai gerar porque ele passa a competência para o perito.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCO ANTONIO GOMES PÉREZ – Para terminar, o perito está relacionado, sim, na questão da avaliação da incapacidade, com outros profissionais médicos. Essa definição precisa ser mais clara para fins previdenciários, porque hoje existe um conflito tanto com o médico assistencial quanto com o médico do trabalho. Eu não questiono aqui que quem tem que dizer a palavra final é o perito previdenciário, sem dúvida, isso está na lei. Agora, nem toda incapacidade para o trabalho, talvez, necessite de perícia. É isso que se está questionando. Hoje, pela lei, com menos de 15 dias, não necessita de perícia.

Então, houve uma proposta aqui de alongar essa franquia de 15 dias. A proposta era para 30, isso pode ser negociado. Os empresários não gostaram, claro que não, mas há uma necessidade que temos que ver: será que toda incapacidade necessita da avaliação pericial da Previdência? Acho que, com menos de 15 dias, com certeza não. Talvez possamos mexer nesses dias? Eu acho que a discussão está muito aí, no que diz respeito ao conceito.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Marco Antonio Pérez, Chefe do Departamento de Políticas de Saúde do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Agora, passamos a palavra ao Dr. Nemésio Tomasella de Oliveira, representante do Conselho Federal de Medicina.

O SR. NEMÉSIO TOMASELLA DE OLIVEIRA – Eu fiz algumas observações aqui. Em relação ao Valeir, seria importante, quando a gente falar em atendimento humanitário...

Lá no conselho, parece que estão querendo demonizar a nós, médicos. Parto humanizado e não sei, não sei. Nós teríamos que acabar com isso.

Nós temos médicos mal-educados, juízes mal-educados, promotores. Então, nós temos hoje autonomia do paciente e do médico para orientar esse indivíduo que foi mal atendido na perícia dele a ir ao conselho

regional e fazer sua denúncia ao médico responsável, como nós temos que fazer, como cidadão, contra todos que não nos atenderem.

Hoje é vedado, no art. 93 do nosso Código de Ética, ser perito ou auditor do próprio paciente. Hoje está lá no Código de Ética Médica. Nós vamos agora, depois de alguns anos, passar a discutir novamente o Código de Ética Médica. Agora, não vejo nenhum momento de chegar a associação nacional, os gestores federais e sentarem e conversarem a respeito disso. Mas hoje é impeditivo. Seria importantíssimo. E, quando se for discutir, na Comissão Nacional de Previdência Social, perícias médicas, eu não vejo por que a Associação Nacional de Médicos e Peritos não estar lá com voz e voto. Então, eu pediria aqui que fosse visto isso, porque é inadmissível. Você vai discutir um prédio caindo e não há os responsáveis que estão lá, no dia a dia, pegando na cabeça e no chifre do boi.

No CFM, como defensor da sociedade, do paciente, no caso beneficiário, estamos à disposição dos senhores, no que for possível, para ajudar a acabar com essa situação, com todos os atores envolvidos.

Senador, mais uma vez, eu o parabenizo pela audiência pública. O CFM sempre, quando chamado a esta Casa, está à disposição.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Nemésio Tomasella de Oliveira, médico. Objetivo e rápido, deixou uma sugestão, que foi acatada...

O SR. NEMÉSIO TOMASELLA DE OLIVEIRA – Cirurgião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Cirurgião. Estou vendo.

Sugere um debate sobre a questão do Mais Médicos e já agora ele reforça – é um dos encaminhamentos que nós pretendemos fazer, mas ele também destacou – que os peritos sejam chamados para estar nos fóruns que debatam as questões de interesse do setor e na saúde no seu todo, que é uma proposta que eu tenho certeza de que será avaliada.

Passamos a palavra ao Diretor de Assuntos Jurídicos da Federação Nacional dos Médicos (Fenam), Sr. Eglif de Negreiros Filho.

Por favor, Doutor.

O SR. EGLIF DE NEGREIROS FILHO – Sr. Senador Paulo Paim, aos presentes e aos colegas aqui debatedores, boa tarde. À Drª Promotora, meus parabéns.

Eu quero dizer aqui que a Federação Nacional dos Médicos, que representa 420 mil médicos e centenas de sindicatos médicos, nesse Brasil afora, legítima representante dos médicos, está apoiando, caminhando e trabalhando em conjunto, dando toda segurança jurídica à Associação Nacional de Médicos e Peritos, entidade que presta relevantes serviços aos médicos peritos. Portanto, tem, sim, o amparo sindical forte e aguerrido, porque os médicos peritos são fundamentais.

A valorização dessa carreira é valorizar e melhorar o atendimento e é contemplar os nossos segurados, os nossos pacientes, a nossa comunidade, porque o médico, qualquer que seja ele, digo, o profissional que é valorizado, que é remunerado, que tem boas condições de trabalho, gera um ambiente bom, salutar, ímpar, para que os interesses maiores que são do seu cliente, sejam plenamente atendidos.

Sr. Senador Paulo Paim, muito obrigado pela participação da Fenam nesse debate. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Sr. Eglif de Negreiros Filho, pelo seu posicionamento, claro, rápido e objetivo, fortalecendo esta reunião.

Passamos a palavra agora para o Coordenador-Geral de Negociação e Relações Sindicais da Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), José Borges de Carvalho Filho.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES (*Fora do microfone*.) – Agora respira, né?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, é que...

O SR. JOSÉ BORGES DE CARVALHO FILHO – Compartilha com a minha estatura. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O meu sonho, quando era menino, não era ser Senador. Eu queria ser locutor! Então, eu invento aqui de vez em quando. (*Risos.*)

Vai lá, doutor.

O SR. JOSÉ BORGES DE CARVALHO FILHO – Eu agradeço em nome da Secretaria e do Sérgio Mendonça, com certeza, que está sempre aqui presente. Hoje, infelizmente, ele não pôde vir e pediu para que eu cumprisse essa tarefa, que eu achei até que fosse mais complexa. Mas, em função da reunião de ontem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Bem lembrado! No fim eu vou falar isso.

O SR. JOSÉ BORGES DE CARVALHO FILHO – ... as questões foram mais direcionadas e eu acho que a gente está caminhando para um desfecho favorável nesse sentido, não obstante todas as outras questões apresentadas tanto pelo Dr. Sérgio quanto pelos demais membros da instituição e também da entidade. Quero deixar claro que a preocupação do Planejamento, que é o órgão que tem a incumbência de promover a

negociação, o entendimento, sempre foi no sentido de evitar que essa greve fosse mais danosa para a população do que foi. Infelizmente, não conseguimos plenamente nossos objetivos, mas agora, neste momento, estamos conseguindo concluir um processo – espero que o concluamos – de forma que façamos isso dentro dos limites possíveis. Temos também limitações muito grandes. A conjuntura não está fácil para todo mundo, para toda a população.

Há um questionamento da Drª Darcy sobre as questões que estão dando centralidade a esse debate, que estão emperrando ainda essa discussão, que até ontem estavam colocadas como elementos de dificuldade para negociação. Mas como o processo já está em andamento, eu prefiro que a gente continue a negociação e, se depois quiserem algum esclarecimento, podemos fazê-lo.

Muito obrigado, Senador. Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Sr. José Borges de Carvalho Filho, Coordenador-Geral de Negociações e relações Sindicais da Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Deixe-me dizer que fiquei feliz de você reafirmar essa posição do processo de negociação.

Valeir, por favor, Secretário Nacional de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O SR. VALEIR ERTLE – Primeiramente, foi muito importante esse debate porque o debate é salutar. É só assim que a gente consegue, dentro da divergência, avançar e chegar a um entendimento.

Aquela bendita audiência de que você falou foi quando eu tomei posse no Conselho da Previdência Social. Eu cheguei no meio do furacão, discutindo. Houve outros debates. Teve a participação do ex-Presidente da associação, e houve alguns debates para os quais nós os convidamos, para participar de reuniões. Eles não foram até o Conselho para debater. Acho que, por mais divergências que tenham, têm que colocar sua posição, para a gente tentar construir uma proposta comum nesse sentido.

Infelizmente, antes do governo Lula, havia um desmonte do Estado. Foi recuperado o Estado, e graças a Deus houve vários concursos de vários segmentos. É fundamental fortalecer o Estado para haver um atendimento digno para o cidadão. No caso das perícias médicas, os peritos têm que ser fortalecidos nesse sentido. O perito também é um trabalhador. A gente defende o trabalhador. A gente sabe que há problemas com todas as profissões, infelizmente. A gente procura trabalhar, mas infelizmente há problemas em todas as profissões, e muitas vezes, por causa dos maus, a gente acaba generalizando nesse sentido.

Acho que temos que discutir um novo modelo de perícia médica. Da forma que está hoje, não dá. Não dá para ficar essa fila enorme, não dá para ficar um prejuízo enorme para os trabalhadores, para ficar toda essa insegurança. Há pessoas que pedem pelo amor de Deus para o médico dar só 15 dias de atestado para ele não entrar na perícia, porque já passou por situações... Aquela espera, aquela ansiedade, aquela situação psicológica, é muito difícil. Nós temos que acabar com essa fila, discutir um novo modelo que chame todos os entes para a mesa e achar uma alternativa. Quando tu falaste, naquela ocasião, do atestado eletrônico... Nós temos que mudar essa situação. Acho que o médico, se for dar 30 dias de atestado, tem que se responsabilizar: "por isso, por isso, precisa de 30 dias para se recuperar." Não precisa fazer a perícia e verificar se esse atestado realmente procede, se tem procedimento, se realmente tem a validade dos 30 dias.

Então, nós temos que discutir uma alternativa nesse sentido. Ninguém quer. A CUT jamais quer acabar com a perícia médica. Para nós, não interessa: queremos que seja fortalecido, deve haver alternativas.

Há várias questões, há déficit de peritos. Se é preciso fazer uma perícia específica, não existe. Eles não dão conta, em função da fila enorme, e é necessário priorizar a fila para as pessoas que estão nessa situação. Então, temos que discutir.

Quando falamos em humanizar as perícias, eu acho que fila de mais de 30 dias, na situação em que estamos hoje, seis meses esperando perícia, isso é desumano. Humanizar não é só porque está demorando a perícia, mas humanizar porque temos que melhorar o atendimento, tem que ser de pronto. Não dá para aceitar. Há várias decisões judiciais hoje que concedem o benefício, e, muitas vezes, em função de um maior prazo, acaba ocorrendo um prejuízo para toda a sociedade, não só para os trabalhadores.

Eu quero agradecer ao Paulo Paim por este debate. Eu acho que é importante. Espero que, hoje à tarde, consiga-se fazer um acordo importante, espero que avance nesse entendimento.

Eu sei que, na campanha salarial, não se consegue tudo que quer, mas eu acho que é processo para trabalharmos.

Espero que voltem, o mais brevemente possível, os peritos a trabalhar de forma definitiva e que nós consigamos minimizar essa situação que está caótica: há pessoas que, na hora em que mais precisam, ficam seis meses numa situação que é lamentável.

Então, eu quero parabenizar pelo debate e espero que tenha solução o mais breve possível, que seja hoje se possível. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi Valeir Ertle, Secretário Nacional de Assuntos Jurídicos da CUT.

João Paulo Ribeiro, representante da CSPB (Confederação dos Servidores Públicos do Brasil) e CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil).

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Vou tentar ser bem objetivo também, Senador, porque eu acho que o debate foi posto, e nós vimos todos os problemas que nós temos aqui. Vamos ver se nós conseguimos resolver. Eu acho que esse é o objetivo.

Primeiro, é o seguinte: Argolo, eu disse que defendo, e nós assinamos embaixo, toda e qualquer reivindicação dos médicos peritos da associação, tanto é que, em nome do Presidente da CSPB, nós tínhamos dificuldade em negociar – e eu falei com o Borges.

A CSPB, como confederação – inclusive, diga-se de passagem, a única legalizada, pelo que é hoje lei –, nós mandamos um ofício e dissemos o seguinte: que essas entidades abaixo discriminadas negociam em nome dos trabalhadores, isso no guarda-chuva da gente, porque era negado. Chegou um ofício dizendo que só os médicos negociavam pelos médicos. O.k., mas nós não estamos dizendo o contrário. Nós não negamos. Nós queríamos uma forma com que pudéssemos entrar na negociação, então nós não estamos discutindo.

Agora, o que eu disse aqui e vou repetir, o Negreiros saiu: nós defendemos o sistema confederativo. Quem negocia em nome dos trabalhadores é o sindicato. Não há problema, vá lá e negocie. Agora, quem assina? Porque, se eu começar a acreditar em associações, como nós éramos antes de 1988, então não precisava ser sindicato. Então, eu defendo o movimento sindical. Eu não posso defender o sistema negocial associativo. Associação tem um outro viés. Eu sou de associação, mas nós, servidores públicos, todos éramos de associação. Eu nego a existência da forma como é feito o sistema de negociação de associações. Acabou. Nós estamos num outro patamar. A OIT nos deu direito, de 1978 para cá, de nos organizar como sindicatos. Com a Constituição, depois desse tempo todo, nós conseguimos nos organizar como sindicato. Então, vamos ser sindicato. Representação é sindical.

Negreiros, eu tinha falado de você no seguinte: a federação é sindicato, pronto! Está dentro do sistema confederativo. Ou respeitamos isso e trabalhamos todos juntos, ou não trabalhamos. Eu vou falar: "Ah, servidor público não pode se organizar." Nós não temos direito à organização sindical, gente, até hoje, nós não temos direito à negociação coletiva. As pessoas confundem o que é trabalhador do serviço público. Eu quero discutir isso. Então, é isso que nós estamos fazendo.

Para voltar à nossa temática – e eu não quis fazer nenhuma delonga –, a verdade é a seguinte: ou sentamos todos para negociar isso aqui, ou não vai resolver. Quando eu disse, na minha fala – agora eu vou falar um pouco mais pausadamente –, eu acho que o problema é o seguinte: para quem é trabalhador do serviço público, nós temos que ouvir o público. É isso. Se alguém achar que, de repente, uma greve... Eu, por exemplo, não gosto de fazer greve, faria greve em uma semana, porque, se nós fizermos greve, de verdade, uma semana, no serviço público, nós paramos tudo e nós negociamos tudo. O problema é que não há greve legal. Nós temos que fazer.

Eu gostaria de fazer um dia de greve, como os aeroviários estão fazendo no dia de hoje, e espero que as companhias negociem com eles, porque ninguém de nós, pelo menos eu, não vou voltar para o meu Carnaval de Salvador, por exemplo – estou doido para ir a Salvador, já falei até para o Presidente. Eu quero ver minha família! Talvez nós não voltemos, por quê? Porque alguém se nega a reconhecer os trabalhadores lá dentro. Isso não pode parar.

O Ministério do Planejamento tem de negociar; eles têm de ter instrumentos – e aí têm de valorizar que foi um pedido que a Condsef, os companheiros da Condsef falavam, não posso deixar o meu amigo Joseilton falar, mas nós da CSPB falamos o seguinte: nós queríamos o advento que foi feito agora, recente, próximo a essa reforma, para conseguir. Não é possível que eu sente à mesa e não discuta carreira, não discuta recursos humanos. A função da relação do trabalho havia perdido, que é só negociar. Você negocia sem dinheiro? Ô rapaz, pare com isso! Ninguém é bobo, e aí eu acho que o caso aqui, eu estava até falando com o Marco Antonio, tem problemas. Como resolver?

Os médicos peritos aqui estão dizendo em cima da lei.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – A lei é isso. Quem fala são os médicos. Agora, porque está em cima de uma legislação. Se não está resolvendo para a população, nós vamos sentar, a comunidade, e resolver. Eu acho que estamos aqui para resolver. Eu acho que por isso nós respaldamos, eu acho que um outro ente é o Ministério da Saúde, nós temos de estar em conexão, porque depois cada um quer puxar sardinha para sua brasa.

Eu nem pensei em ser médico na minha vida, mas acho que cada um tem de se resolver nas suas especificidades, e temos de tentar resolver para o bem da comunidade e da sociedade. Esse é o nosso papel como trabalhadores do serviço público.

Agradeço, mais uma vez, o meu mestre, Senador Paulo Paim, como meu presidente fala, o baluarte dos direitos trabalhistas. Eu acho que nós fizemos mais uma etapa, contribuindo para a sociedade aqui dentro.

Obrigado e, se fui equivocado em alguma das falas, peço desculpa em nome das duas entidades que aqui represento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, João Paulo Ribeiro, Representante da CSPB (Confederação dos Servidores Públicos do Brasil) e da CTB (Central dos Trabalhadores do Brasil).

Dr. Francisco Eduardo Cardoso Alves, Diretor Presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social, com a palavra.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Obrigado, Senador. Eu queria encerrar, primeiro, agradecendo a audiência de todos, agradecendo ao Senador mais uma vez, e informar que hoje, às 17h30, haverá uma nova rodada de negociação, onde espero, se Deus quiser, a gente já consiga a chegar a um termo de acordo com o Governo. Eu tenho certeza de que as coisas estão caminhando nesse sentido.

Não é intenção da perícia e nunca foi fazer greve por fazer. Toda vez que a gente faz greve é porque a gente busca um acordo e, se acontecer alguma dificuldade nesse caminho, vamos superá-la, porque o que todo mundo aqui quer é que o trabalho volte ao normal. Não interessa a ninguém a situação do jeito que está, até porque se passa a questionar o próprio trabalho do perito quando a gente chega a uma situação de impasse como a que a gente está vivendo.

Gostaria de agradecer à Senadora Fátima por sua presença.

Existem algumas palavras aqui que me incomodam: humanizar. Eu me arrepio porque eu me olho assim como se eu fosse um demônio no espelho, um lobisomem, um drácula. Eu não sou humano, eu sou médico, eu sou frio, eu sou cruel. Gente, vamos parar com isso! Humanizar ato médico é igual a tirar atos do médico. Tem de humanizar? Sim, a gente tem de humanizar todo o sistema. Como é que vou culpar o perito por ser duro quando ele trabalha em uma agência onde o chão é uma tampa de esgoto, como existe no Rio de Janeiro? Ou quando ele vai pegar um processo no armário e é mordido por um rato, como ocorreu em Santos? Ou quando ele trabalha com 48 graus de temperatura interna, porque aquele prédio alugado não tem climatização, e o trabalho é interrompido, como ocorreu nesse último verão em Campinas, na Baixada Santista, no Rio de Janeiro? Ou quando uma jiboia entra na agência como em São Luís, no Maranhão? Ou quando todos os dias são feitas milhares, e milhares, e milhares, e milhares de agressões e ameaças, dois assassinatos, uma recente tentativa de assassinato em Governador Valadares? Toda hora, perito é ameaçado de morte, e ninguém faz nada!

Então, exigir humanização só do perito é uma covardia. Quantos casos de assédio moral nós estamos percebendo dentro do Instituto? Isso tem de ser trabalhado. Por que a relação entre chefe administrativo e perito tem de ser na base do ódio e da violência? Por que tem de se meter no trabalho em que não é para se meter? O médico tem de ter autonomia para trabalhar. Toda hora recebo relato, como Presidente da ANMP, que o chefe invadiu a porta da agência, perguntando para perito por que aquele cidadão só teve 30, 60 ou teve o benefício negado. O que é isso? Isso é diário, diário. Então, temos que humanizar, sim, toda a Previdência, não só os peritos.

Flexibilização.

Isso me lembra aqueles planos econômicos do passado, da época do governo neoliberal do passado. "Vamos flexibilizar aqui e ali", nós já entendíamos que flexibilizar era algo muito ruim que vinha para nós. Flexibilizar o quê? "Ah, isso aqui é médico, mas como é simples, não precisa ser o médico." Aí volto à pergunta: quem define o que é simples?

Segunda pergunta, há ainda que se esclarecer de novo: o médico perito não avalia atestado.

(Soa a campainha.)

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – O médico perito avalia um cidadão e sua incapacidade de acordo com a sua profissão. Não é um atestado do médico do SUS ou particular que vai definir isso, senão não precisava de perito.

Agora, atendendo a algumas perguntas que a Subprocuradora fez, o Sindicato Nacional dos Peritos Médicos existe, ele foi criado em 2014, na gestão do ex-Presidente. Ele está em processo de carta sindical no Ministério do Trabalho. Houve uma eleição concomitante à da associação, e esse é um movimento que várias associações de servidores públicos têm feito, nos últimos anos, de criar um braço sindical para se adequar ao que o colega João falou.

Inclusive, a Fenam está aqui conosco, porque a Fenam é parceira nesse processo, e o nosso sindicato será, se Deus quiser, oficializado como filiado à Federação Nacional dos Médicos. O Dr. Argolo foi eleito para o cargo que ele ocupa agora.

E quem dá a legitimidade, Drª Darcy, para a ANMP representar a categoria nessa negociação são os peritos, não é uma Ministra do STJ que toma uma decisão teratológica que diz que não podemos representar a categoria numa greve. Quem nos dá a força para representar são os 5.300 peritos do Brasil, que obedecem, seguem e concordam com as decisões da ANMP. Quando a ANMP fala "para", eles param; quando a ANMP fala "anda", eles andam. Por quê? Porque eles confiam na diretoria que elegeram, uma diretoria que sacrifica a vida pessoal e familiar para poder defender a categoria em todo o Brasil. Essa é a força.

É por isso que o Borges, o Sérgio Mendonça, Presidente do INSS, Senadores e todo os demais corpos do Ministério se sentam conosco para discutir a carreira. Não é um reconhecimento da Ministra do STJ ou uma carta que dará esse reconhecimento. Então, quem nos legitima são os 90% da categoria que são filiados à associação.

Só para finalizar, eu também sou médico do SUS, mas não do SUS, sou da Secretaria Estadual de Saúde. O senhor deve ser também de alguma secretaria.

(Soa a campainha.)

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Setenta por cento dos médicos do SUS não são médicos concursados. Eu queria deixar isso bem claro: onde vocês estão enfiando a possibilidade de concessão de benefício.

Por fim, eu concordo com o Dr. Sérgio e com o Dr. Marco, existe, sim, um conflito conceitual. Mas existe outro conflito que eu acho que é pior, que é o da falta de diálogo. O Governo não está chamando a ANMP para conversar sobre isso. Eu vi agora o eslaide que é o nosso futuro, em tese, ali em jogo, e eu desconhecia esse fluxo. Eu pedi até que o Dr. Argolo tirasse uma foto, porque nós não temos acesso a esse material. E descubro que até no CNPS isso já foi discutido, e não discutem nada conosco! E querem o quê, depois? Que recebamos isso como uma bomba no colo, "ah, está tudo bem agora". Não, não é assim que funciona, tem que chamar a ANMP para o diálogo, não só para discutir a carreira...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Estou encerrando.

Não só para discutir o fim da greve, mas para discutir o futuro. Vocês querem discutir o novo modelo?

(Soa a campainha.)

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Vamos discutir, mas conosco. A ANMP tem que ser consultada e ouvida, e não comunicada, como tem sido nos últimos anos.

Bom, se eu deixei escapar alguma coisa... Eu queria agradecer a todos pela presença. Eu peço que todos, agora, diante dessa fala, contribuam para que a carreira seja valorizada, porque este é o único caminho para resolver o problema do INSS. Não há outro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Francisco Eduardo Cardoso Alves, Diretor Presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social.

Por fim, antes de passar ao último painelista para as considerações finais, eu vou passar a palavra... (*Pausa.*)

Se quiser, ele fala primeiro, depois você fala e eu encerro.

Por favor, Dr. Sérgio Antonio Martins Carneiro, Diretor de Saúde do Trabalhador do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

O SR. SÉRGIO ANTONIO MARTINS CARNEIRO – Pelo menos a minha é menor aí, não é, Senador? (*Risos.*)

Neste momento que o Senador falou do fim, eu me lembrei da fala de ontem, que eu li na imprensa, do Senador Renan, na abertura aqui. Ele disse que se espera que este ano seja um ano que tenha início, meio e fim.

Então, eu acho que esta é uma expectativa que temos, de que este ano realmente tenha início, meio e fim. Eu me identifiquei muito com esse momento que nós estamos vivendo. E o que ficou claro aqui é que nós estamos vivendo uma crise do modelo de concessão do benefício, de gestão do afastamento, de avaliação. É uma crise, porque chegamos a uma situação de ter mais de cem dias de greve, greve do administrativo, greve da perícia... Então, há um movimento que significa que algo precisa ser revisto. Eu sempre penso que a crise não é o fim, mas é a possibilidade que nós temos de rever coisas. E a clareza de que nós estamos necessitando de algo novo é a situação que nós estamos vivendo aqui agora. Porque, se voltarmos também à mesma forma, ao mesmo jeito de fazer, isso aqui vai estourar de novo, em algum tempo, porque isso revela muito mais uma crise do modelo, do sistema, falado por todo mundo aqui. Nós sabemos que existe o problema da perícia, mas o problema não é só da perícia, é de como nós reconhecemos e concedemos o benefício por incapacidade. É essa a questão que está colocada, e aí está colocado em xeque o atual modelo.

O INSS tem feito um movimento de aproximação, Senador, do movimento social, da sociedade e dos outros ministérios. Mas o que, efetivamente, está sendo colocado? Nós acabamos de realizar agora – dia 21, no mês passado – uma reunião sobre a questão da reabilitação integral, juntando o Ministério da Saúde, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a parte do Ministério do Trabalho que está se juntando à Previdência Social, o INSS e o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social), para discutir exatamente a seguridade, porque talvez um dos problemas que tenhamos com a seguridade seja devido a ela ser uma abstração colocada lá, visto que não temos um conselho, não temos um sistema de financiamento único e não temos um sistema de informação entre todos os órgãos. Então, quando se faz seguridade sem um sistema de informação único do Governo Federal que junte os órgãos, sem um financiamento único, sem um conselho que defina, cada um consolida ações muito próprias de cada órgão, da saúde, da Previdência e da assistência social.

Nós estamos pautando a questão da reabilitação e nós estamos falando de reabilitação integral, porque a reabilitação integral abrange o aspecto físico da pessoa – porque precisa fazê-lo –, abrange o aspecto da formação, da capacitação das pessoas – estamos falando aí da educação –, abrange o aspecto do profissional – e essa área é particularmente nossa, pois se refere a capacitar essa pessoa para o mundo do trabalho – e abrange a questão da inserção no mundo social. E aí nós estamos falando da área do desenvolvimento social, porque esse reabilitado precisa ser amparado, do ponto de vista social, para ser inteirado.

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO ANTONIO MARTINS CARNEIRO – Então, é esse o movimento que nós estamos fazendo. Inclusive já vamos ter um novo debate e iniciar alguns processos por meio dos quais possamos, para além de avaliar se essa pessoa tem direito ou não a um benefício, saber como inseri-lo no mercado de trabalho.

Então é isso, e quero dizer que nós estaremos sempre à disposição do Parlamento, da Casa, aqui do Senado, para, quando nós formos chamados, contribuirmos com o debate. E, no que se refere àquilo que está dentro de nossas possibilidades, estaremos encaminhando.

Então, muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Sérgio Antonio Martins Carneiro, Diretor de Saúde do Trabalhador do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Parabéns.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Fátima Bezerra com a palavra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois é, Senador, eu não pude ficar na presente audiência, conforme V. Exª comunicou, uma vez que tínhamos uma outra reunião. Inclusive, eu o representei na outra reunião.

Mas eu quero, de forma breve, saudar aqui a todos os companheiros e companheiras; saudar as centrais sindicais – a CUT, a CTB –; a Associação Nacional dos Médicos Peritos; o Luiz Carlos Argolo, Diretor Sindical do Sindicato Nacional dos Médicos Peritos; enfim, todas as entidades e as instituições.

Mais uma vez eu quero destacar o papel do Senador Paim aqui no Congresso Nacional, especificamente aqui na Comissão de Direitos Humanos, da qual sou integrante também, na medida em que esta Comissão tem sido, sem dúvida nenhuma, uma trincheira permanente na luta em defesa dos direitos sociais dos trabalhadores e das trabalhadoras, na luta em defesa da cidadania.

É muito importante o papel da Comissão de Direitos Humanos, o protagonismo que esta Comissão vem tendo, sob a coordenação do Senador Paim – a gente tem que fazer esse registro sim, por uma questão de justiça. Veja bem, os trabalhos legislativos, neste ano de 2016, tiveram início à tarde, ontem, mas, pela manhã, foi a primeira comissão a abrir as suas portas.

E ontem, inclusive, pela manhã, tratando de um tema, de um debate extremamente importante, estratégico, que era o tema...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Do trabalho escravo.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... do trabalho escravo. E hoje traz aqui também um tema dos direitos sociais dos trabalhadores, com foco na greve de vocês, na greve dos peritos, na greve dos médicos.

Eu quero, portanto, de forma breve aqui, mais uma vez expressar a minha solidariedade a vocês. Lá no Rio Grande do Norte, tenho sido procurada, até porque o mandato tem esse perfil, até pela minha própria origem, sou professora, sindicalista, etc. E, portanto, é um mandato, desde Deputada Estadual, Deputada Federal, e agora Senadora, parceiro da luta dos trabalhadores, que é nosso dever, nossa obrigação.

Então, Paim, eu tenho sido procurada, lá no meu Estado também, pelos peritos, pelos médicos, e quero aqui tão somente, mais uma vez, expressar a nossa solidariedade, o que já fiz em outras ocasiões, e me colocar à disposição para, junto com o Senador Paim, somar nessa luta em busca do entendimento. Já são mais de 150

dias de greve. Eu sei o que é isso, porque eu já fiz muita greve na minha vida. E sei da angústia por parte da categoria e da angústia grande por parte da população, por parte dos beneficiários, por parte dos segurados.

Você imagine o transtorno que isso tudo está causando. Segurado que chega lá, não só na hora de pedir o benefício, Paim, mas, inclusive, depois, o acompanhamento que deve ser feito na hora de sair do benefício também. É claro que todo mundo fica preocupado, principalmente vocês, quando a gente vê a imprensa por aí afora, mostrando a *via crucis* da população que chega, e as agências não estão funcionando para esse tipo de serviço.

Que o Governo avance! Que o Governo avance, a exemplo do diálogo que houve com outros setores, com outras categorias. O que nós esperamos, concretamente – hoje inclusive haverá uma audiência com o Dr. Sérgio Mendonça, às 17h30 –, é que possa se chegar a um entendimento hoje, que o Governo avance. Contando, também – e eu sei que contará, e tem contado – com a compreensão de vocês, claro que sim.

E tudo isso à luz daquilo que todos nós desejamos e queremos, que é o respeito e a valorização da categoria. É isso, meus amigos, aqui apenas para trazer a nossa palavra aqui. Estas audiências são importantes sim, não só pelo que elas oportunizam de conhecimento do problema, de se ter um diagnóstico melhor da situação, não só por isso, mas por outro aspecto muito importante, que é vocês provocarem o Parlamento, demandarem o Parlamento, para que o Parlamento cumpra esse papel, que é o papel de fazer a mediação, de fazer exatamente a interlocução.

Então, é isso, Paim. Minha solidariedade. Estou ao lado do Senador Paim para contribuir com a negociação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Eu queria registrar a presença do Sr. Sebastião Soares da Silva, Diretor de Formação Sindical e Qualificação da Nova Central.

Pessoal, já são 13h. Normalmente, em uma audiência pública, no final a gente dá os encaminhamentos, e temos feito isso, eu diria, com bastante sucesso.

Primeiro, quero cumprimentar a todos que estão aqui, independente do nome de cada um. Mas quero cumprimentar especialmente o Governo – e é difícil eu fazer isso, e vou dizer o porquê. Quem é do Governo sabe, "Paulo Paim elogiando, nossa, é difícil! Ele só faz crítica, e cobra isso, e cobra aquilo!" (*Risos.*)

Porque normalmente, pessoal, no fim de uma audiência pública como essa, no estado de greve, qual é a reivindicação da categoria? "Paim, vê lá com esse ministério, com aquele e com outro, arruma lá para nos receber e retomar a negociação, avançar."

O Governo, dessa vez, se antecipou à audiência pública. Eu tenho de dar os cumprimentos. Isso é muito bom. O que o Governo fez? A audiência pública era hoje, o Governo chamou a categoria ontem. Mas isso é muito bom! Quero cumprimentar mesmo o Governo. E já marcou o desdobramento, porque a reunião das 17h30 não é porque estamos aqui; já foi marcada com vocês antes, já está marcada para as 17h30.

Então, esse é o Governo que eu gostaria sempre de ver, ouviu? Num estado de greve se antecipa aos fatos. Tem uma audiência? Não tem problema: vamos lá. E mandou três ministérios para cá. Mandou representantes de três ministérios, do mais alto nível, que aqui dialogaram. E como toda a categoria se organizou, naturalmente – e com as centrais que estão aqui, as confederações –, qual é o encaminhamento? O encaminhamento é esse que vocês já deram.

Saímos daqui todos fortalecidos. A comissão se sentiu prestigiada; o Governo, no meu entendimento, está atendendo o primeiro passo, que é um processo, de fato, de negociação, e, pelas palavras dos representantes do Governo, aqui, da busca efetiva de solução – que, no meu entendimento, vai acontecer hoje, às 17h30. Então, para mim, da Comissão de Direitos Humanos, para nós todos, aqui, esse é o nosso papel.

Muito obrigado a todos, a todos mesmo.

Contem conosco hoje e sempre. (*Palmas.*)

Quer fazer uma colocação? Faça.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Eu queria só registrar e agradecer a presença do Dr. Samuel Abranques, nosso Vice-Presidente; do Dr. Miroslau Bailak, nosso Delegado de Cascavel; e a todos os peritos que venceram a crise aérea ou que não precisaram vencer a crise e vieram aqui nos prestigiar. Eu queria me reunir com vocês agora, aqui na saída.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Está encerrada a audiência pública de hoje e, às 17h30, teremos uma reunião do Governo com os peritos.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 07 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE FEVEREIRO DE 2016, QUINTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia quatro de fevereiro de dois mil e dezesseis, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim e Lindbergh Farias. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº140 de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para o ciclo de debates sobre: "O mundo do trabalho: desemprego, aposentadoria e discriminação", com foco nas reformas previdenciárias, trabalhistas e econômicas, anunciadas pelo Governo. O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Denise Lobato Gentil, Professora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro –UFRJ; Ronaldo Curado Fleury, Procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho – MPT; João Paulo Ribeiro, Diretor de Assuntos do Poder Legislativo da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB; Carlos Silva, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT; Mario Guimarães Junior, Direção Nacional da Fasubra Sindical; Assis Melo, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul – Representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST; Miguel Salaberry Filho, Secretário de Relações Institucionais da União Geral dos Trabalhadores – UGT; Edilson Montrose, Representante da Intersindical; Valeir Ertle, Secretário Nacional de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Thaís Riedel, Presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB-DF e Presidente do Instituto Brasiliense de Direito Previdenciário – IBDPrev; Floriano Martins de Sá Neto, Vice-Presidente de Política de Classe da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP; Daro Marcos Piffer, Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central – SINAL; Edison Guilherme Haubert, Presidente do Movimento dos Servidores Públicos Aposentados Pensionistas – MOSAP; Ogib Teixeira de Carvalho Filho, Vice-Presidente Executivo da Central Pública do Servidor ; Manoel Isidro dos Santos Neto, Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual – FENAFISCO. O Senhor Presidente passa a palavra à Dra. Denise Lobato Gentil para as suas considerações finais. O Senhor Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no Plenário: Rosa Maria Campos Jorge, Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT; Cíntia Rangel Assumpção, Diretora Mulheres, Infância e Juventude da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB; Luis Carlos Paes de Castro, Relações Externas do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central – SINAL; Diego Monteiro Cherulli, Assessor Jurídico da Federação das Associações e Departamentos Sindicais de Aposentados, Pensionistas e Inativos do DF e Representante da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP; Maria José Ponciano, Fórum Nacional da Sociedade Civil pelos Direitos da Pessoa Idosa. O Senhor Presidente registra a presença de pessoas presentes no Plenário. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: 1) fazer um grupo de trabalho para produzir material acerca das receitas e despesas do sistema previdenciário, com o objetivo, dentre outros, de informar as pessoas sobre a inexistência de déficit na Previdência. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Lindbergh Farias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e cinquenta e oito minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 140, de 2015, de minha autoria e da autoria de outros Senadores, para debater o mundo do trabalho, abordando a Previdência, as anunciadas reformas trabalhistas, os ajustes fiscais e todo tipo de prejuízo que venha a acontecer para os trabalhadores, principalmente para aqueles que estão para se aposentar e para os aposentados.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tiverem interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, link www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Nós teremos duas Mesas, ou três, se necessário, pela importância do tema que vamos enfocar aqui. Claro que vamos falar também do desemprego.

Quero, com alegria, cumprimentar aqui o meu parceiro, meu amigo Assis Melo, que foi Deputado Federal e fez um brilhante trabalho, mas, infelizmente, não voltou. Por outro lado, o Rio Grande do Sul ficou lá com a liderança dele para os metalúrgicos de Caxias do Sul. É uma liderança estadual. Eu gostaria muito que ele tivesse voltado, mas, de uma forma ou outra, ele está sempre nas lutas. Ele agora está enfrentando lá – eu tenho acompanhado – a questão do desemprego.

Ontem, na tribuna do Senado, eu fiz um comentário sobre a Roberson. E você poderá, na sua fala, inclusive, dizer como está essa situação, que preocupa a todos. Em um momento como este, de recessão, de desemprego, nós aqui tivemos que fazer uma série de movimentos, principalmente liderados pelos movimentos sociais, pelas centrais, pelas confederações, pelas associações, pelas entidades da área pública e também da área privada, claro, sempre voltados para os trabalhadores, porque uma série de retrocessos estava por acontecer. Felizmente, graças a esse apoio que sempre tivemos aqui, um apoio muito bem articulado por parte de todas as lideranças, nós conseguimos fazer com que algumas matérias não fossem votadas aqui, no Senado. Entre elas – sei que tu peleou lá na Câmara, mas fomos derrotados pelos conservadores –, o PL da terceirização. Aqui, graças, principalmente, a todas as entidades que hoje vão falar aqui, além de outras tantas que não falaram...

E cumprimento você também, que fez um brilhante evento lá na Câmara de Vereadores, mas eu não pude estar presente. Lá você fez um debate sobre a terceirização.

Nós conseguimos travar a terceirização. Se quiserem aprovar, vai ser para...

O companheiro Calixto aqui é um grande lutador de todos os tempos. O Calixto é de todos os tempos, hein! Nós somos só um pouco mais novos, novos na idade, mas ele é novo na luta, que se renova sempre.

É uma alegria ver o Calixto aqui, além dos outros companheiros que estão chegando.

Então, antes mesmo de formatar a Mesa, eu quero dizer que o eixo aqui vai ser as ditas preanunciadas reformas trabalhista e previdenciária.

E, nesse sentido, eu quero agradecer muito a uma convidada especial que nós trouxemos para o dia de hoje, que é a Dr. Denise Lobato Gentil, Professora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ela escreveu livros e artigos, os quais eu li, principalmente aquele que trata da farsa do déficit da Previdência. Eu estou aqui sintetizando, mas ela, naturalmente, vai aqui colocar detalhadamente o que pensa; e que é o que eu penso também, não é?

Então, eu queria, de imediato – depois, no meio, eu vou comentando com vocês –, que formatássemos essa primeira Mesa. E eu digo sempre que as Mesas, pessoal, não são por preferência: quem monta a Mesa é a equipe aqui, e ela monta pela ordem de chegada – os primeiros vão chegando, os convidados, monta-se a Mesa e, em seguida, vai-se para uma segunda Mesa e para uma terceira Mesa, se for necessária.

Só para dizer, pela importância deste momento, que, no ano passado, nós realizamos mais de 152 reuniões, entre audiências, aqui e nos Estados, e deliberativas – praticamente, uma a cada dois dias. E, também, foram ouvidos 600 painelistas; e 15 mil pessoas passaram por este plenário no ano passado. E retomamos este ano, já, com uma audiência sobre trabalho escravo.

E conseguimos, hoje, baseados na audiência sobre trabalho escravo que foi articulada muito bem com as forças do Poder Judiciário, aprovar a derrubada do requerimento de urgência daquele PL que iria regulamentar o trabalho escravo. Então, foi uma vitória importante, ontem. Eu quero agradecer a todas as entidades que ajudaram a trazer, inclusive, aqui, na terça-feira, o Prêmio Nobel da Paz, Sr. Kailash Satyarthi – a presença dele foi fundamental. Com ele, nós estivemos com o Senador Renan; com ele, nós estivemos com o Senador Jorge Viana. E estivemos aí no plenário, e o Senador Cristovam conseguiu as assinaturas de que nós precisávamos. Colocamos em votação o requerimento e derrubamos por unanimidade, graças, eu diria, principalmente a esse movimento, a essa articulação e ao apoio do Prêmio Nobel da Paz, Sr. Kailash Satyarthi.

Ontem foi uma grande vitória nós termos votado e, de uma vez por todas, tirado a urgência daquele PL que iria regulamentar o trabalho escravo. Eu sempre digo que o trabalho escravo a gente proíbe e não regulamenta.

Então, pela vitória de ontem, eu quero dar uma salva de palmas a todos os lutadores, que todas as vezes, quando convocados, aqui estiveram. (*Palmas.*)

Eu lembrava que a NR 12, também, foi uma luta semelhante a essa. Conseguimos, também, retirar a urgência aqui no Senado – foi uma reunião de emergência que chamamos.

Como foi também de emergência na terça-feira pela manhã, porque o Senado abriria os trabalhos à tarde, com o Congresso. Mas nós conseguimos. Agradeço, também, ao Presidente Renan; ele abriu uma exceção

e permitiu que esta Comissão trabalhasse na terça-feira pela manhã – antes que o Congresso abrisse – para receber o Prêmio Nobel da Paz, Sr. Kailash Satyarthi, e fazer o debate sobre o trabalho escravo.

Tivemos aqui, também, muito boa, no dia de ontem, uma audiência pública sobre a greve dos peritos. E avançamos também: a partir do momento em que marcamos a audiência, o Governo, de forma correta, chamou os peritos para negociar na noite que antecedeu a audiência; e, no dia de ontem, aqui, com três ministérios presentes, ajustamos todo um processo de negociação para que a greve dos peritos, que estão ainda em estado de greve, termine efetivamente. Porque, além do interesse, claro, dos profissionais, que nós queremos valorizar, que são os peritos da Previdência, nós também estamos preocupados com os milhões de trabalhadores que não recebem nem da Previdência e que nem podem trabalhar porque eles não tinham os laudos dos peritos. Então, firmamos, praticamente, um acordo. E eles já tinham outra reunião ontem à noite. Então, graças também a esse movimento com as entidades todas que estavam aqui presentes, isso aconteceu.

E, no dia de hoje, a preocupação é maior. Com essa história da reforma da Previdência – e aqui eu vou terminar a minha introdução –, eu fiquei mais preocupado ainda, porque vi que um dos conselheiros do Governo – e não tenho nada contra ele, que tem direito ao ponto de vista dele, mas eu sei que está sendo ouvido, é o ex-Ministro Delfim Neto, e eu vi uma entrevista dele – diz claramente os três pontos sobre os quais ele aconselhou o Governo a ter posição.

E, aí, me preocupei com o discurso da Presidenta aqui no Parlamento, isso eu falei na tribuna e estou falando aqui, pessoal. Falei ontem à noite na tribuna. Reforma da Previdência, eles recomendam, o tal de ajuste fiscal e, por fim, recomendam a reforma trabalhista. São as três questões que ela acha, pela fala dela. Não estou aqui fazendo crítica pessoal a ninguém, muito menos à Presidenta. Mas quem viu o pronunciamento da Presidenta, viu que o enfoque foi muito na reforma da Previdência. E a reforma da Previdência nós já fizemos há três meses atrás, quando aprovamos a fórmula 85/95, ainda a contragosto de muita gente. Nós achamos que seria uma saída intermediária.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Gosto amargo, exatamente. Mas assim mesmo acabamos engolindo. Agora, vem uma que, todo mundo sabe, será muito mais pesada.

E é importante que os servidores públicos que estão aqui tenham a certeza, como dois e dois são quatro, não escapam dessa reforma – não escapam. Não pensem que será só do regime geral. Se estão pensando em passar para 65 todos, como é que não irão passar também os servidores? Então, para os servidores acabou também 55, 60 anos, que é hoje o direito de aposentar. Irá todo mundo para 65 anos. Então, as mulheres irão trabalhar, no mínimo, dez anos a mais.

Eu só estou dando uma introdução aqui. A doutora que chegou também, nossa querida Riedel, vai participar do debate e esteve ontem aqui conosco.

Mas vamos lá, vocês é que irão falar, eu só faço uma rápida introdução.

É com muita alegria que eu chamo e quero dizer que agradeço muito, porque a gente fez o convite para ela, que, de imediato, respondeu que estaria aqui, a Professora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Drª Denise Lobato Gentil, a quem eu recebo com uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Inclusive, quero dizer que o pessoal de Santa Catarina – a senhora esteve lá – elogiou-a muito e estará acompanhando aqui, para ouvir a sua palestra do dia de hoje.

Então, vamos, conforme combinamos. A primeira Mesa, pela ordem de chegada. A Denise foi uma das primeiras a chegar, por isso está em primeiro lugar. Não é por todo o mérito do seu trabalho, não. (*Risos.*)

Isso é brincadeira, é pelo mérito do seu trabalho.

Ronaldo Curado Fleury, Procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho (MPT), que esteve conosco ontem, durante todo o dia. (*Palmas.*)

E poderá falar um pouco também da importância de termos tido terça-feira, nesta mesa, o prêmio nobel da Paz.

Carlos Silva, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait). (*Palmas.*)

Mario Guimarães Junior, Direção Nacional da Fasubra Sindical. Está aí também o Mario. (*Palmas.*)

João Paulo Ribeiro, JP, Diretor de Assuntos do Poder Legislativo da CSPB. (*Palmas.*)

E também representa a Central. O João Paulo ontem participou, antes de ontem participou também, ativamente aqui. Quero cumprimentar o João Paulo. Não havia mais lugar na mesa. O João Paulo disse: "Não se preocupe, Senador, eu falo daqui do plenário mesmo". É essa grandeza pela causa, e não em estar ou não na Mesa, João Paulo. E fez um belo depoimento aqui em todas as audiências de que participou. Mas hoje vamos fazer uma série de Mesas, e todos estarão nas Mesas.

João Paulo já chamamos.

Assis Melo, nosso convidado especial, ex-Deputado Federal, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul, que aqui irá falar hoje pela CTB, representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.

O João Paulo também é um dos diretores da CTB, mas o Assis foi indicado hoje para falar pela CTB; o João Paulo fala, como fez muitas vezes aqui, pela CSPB.

Seja bem-vindo, Assis Melo. (*Palmas.*)

E José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

E todas as outras centrais e confederações – eu repito, pessoal – fiquem todos tranquilos, foi pela ordem de chegada. Vejam aqui na segunda lista, rapidamente: Edilson Montrose, Representante da Intersindical; Hugo Cavalcanti Melo Filho, Juiz, membro da Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho; Floriano Martins,vai falar pela Anfip; Daro Marcos Piffer, vai falar pelo Sinal; Valeir Ertle, vai falar pela Central Única dos Trabalhadores; Manoel Isidro dos Santos Neto, Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual (Fenafisco); Ruth Coelho Monteiro, Secretária Nacional de Cidadania e Direitos Humanos da Força Sindical; Edison Guilherme Haubert, Presidente do Movimento dos Servidores Públicos Aposentados Pensionistas (Mosap); Miguel Salaberry Filho, lá do meu Rio Grande também, Secretário de Relações Institucionais da União Geral dos Trabalhadores.

E também na segunda Mesa, Thaís Riedel, Presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB/DF e Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário. Eu sempre digo Instituto brasileiro, mas é Instituto Brasiliense. É que sua palestra é tão abrangente, que você fala pelo Brasil. Presidente do Instituto Brasiliense – não brasileiro – de Direito Previdenciário.

Vamos começar nosso debate. Alguns Senadores confirmaram que viriam aqui hoje, como o Senador Requião, muito interessado no tema, Senador Lindbergh. Outros só não vieram porque teriam que viajar, mas pediram cópia do vídeo.

Vamos começar com a palestra da Drª Denise.

Drª Denise, por favor.

O tempo de cada convidado, Drª Denise, é de 10 minutos. A senhora terá 20 minutos. Se necessário for, ampliaremos, pela importância da palestra de abertura sobre a Previdência.

A SRª DENISE LOBATO GENTIL – Bom dia a todos.

Quero iniciar agradecendo muito ao Senador Paim por me ter convidado para participar desta audiência com vocês aqui. Espero trazer algumas contribuições para o debate de enorme importância, de urgência e de tantas polêmicas. Pretendo aqui colocar mais algumas polêmicas em cima das que já existem.

Vou começar falando um pouco da situação fiscal do País, que se transformou no tema mais importante do cenário econômico brasileiro. A austeridade fiscal passou a ser considerada a principal saída – se não a única – para nós revertermos um sistema recessivo. Um momento de grande desaceleração da economia, como 2015, e como provavelmente será 2016, tem no ajuste fiscal a grande meta do Governo. Isso se transforma num grande pesadelo também para a classe trabalhadora, que entende que ajuste fiscal é sinônimo de corte de gastos e que esse corte de gastos vai atingir necessariamente os benefícios sociais e isso vai implicar uma sentença amaldiçoada de sacrifício da renda dos trabalhadores, principalmente.

Então, a reforma da Previdência, como antecipou há pouco o Senador Paim, é tomada como a mais urgente das reestruturações. É sobre ela que vou me concentrar. Tem sido divulgado que a Previdência em 2015 passou por um déficit de R$85 bilhões aproximadamente. E é em cima desse suporto déficit que o Governo pretende trabalhar, criando a CPMF, reeditando a DRU, unificando os sistemas, unificando as regras, que passaram a ser as mesmas para homens e mulheres, para trabalhadores urbanos e trabalhadores rurais, para setor público e setor privado. Estão no ar essas propostas.

Vai haver também o estabelecimento de uma idade mínima para aposentadoria por tempo de contribuição. Aqui eu queria fazer uma ressalva. Temos ouvido muito que a nossa Previdência não tem uma idade mínima. Não é verdade, nós temos uma idade mínima. A idade mínima da aposentadoria por idade é de 65 anos para os homens e 60 para as mulheres. O que nós não temos é idade mínima da aposentadoria por tempo de contribuição. Tudo parece indicar que é como se nós tivéssemos um sistema altamente benevolente, que não tem idade mínima de uma maneira geral.

Muito se tem falado da desvinculação do salário mínimo do piso previdenciário. Acho que essa é a medida mais grave de todas, tem-se comentado muito isso. O Governo também tem sido pouco tolerante com acúmulos de benefícios. Acumular pensões com aposentadorias provavelmente vai ser alvo desse debate. O Governo pretende uma regra de transição de 20 a 30 anos para que essas medidas sejam implementadas, mas até isso está sendo questionado. Se a regra de transição for muito longa... Há economistas dizendo que deve ser de, no máximo, 15 anos.

Enfim, a justificativa oficial para se fazer a reforma da Previdência é o fato de que temos uma transição demográfica, um envelhecimento da população, porque a expectativa de vida fica cada vez mais longa e há baixa taxa de natalidade da população brasileira.

Isso faria com que no futuro atingíssemos gastos excepcionalmente altos que quebrariam o sistema previdenciário público.

Aí, o Governo assume um senso, comporta-se com um senso de responsabilidade enorme com relação à Previdência que eu julgo desproporcional à responsabilidade que ele tem tido com o futuro da educação, da segurança, da saúde, do saneamento básico. Então, é realmente bastante inconcebível que a profundidade dessa responsabilidade com o futuro da Previdência seja assim tão premente hoje, quando a gente tem problemas muito graves para resolver no presente.

O ajuste fiscal, portanto, passou a ser a justificativa para fazer a reforma da Previdência, e é sobre isso que eu quero levantar quatro pontos, aqui, rapidamente.

É impossível falar de Previdência sem comentar sobre política macroeconômica. O Governo Dilma produziu uma reorientação na política macroeconômica que significou uma política de juros mais altos, após 2013; significou uma política macroprudencial de redução de crédito, uma política fiscal de contenção de gastos, principalmente de contenção de investimento público.

Eu quero chamar atenção, aqui, para que o ajuste fiscal vem sendo feito há muito tempo. É quase paradoxal que o Governo esteja sempre sendo cobrado pelo ajuste fiscal quando ele já vem reduzindo gastos desde 2011. E depois de 2013, a redução desses gastos foi ainda mais profunda. E exatamente essa redução dos gastos derrubou a economia brasileira.

O investimento público, que foi o alvo... A taxa de crescimento real do investimento público, como vocês podem ver ali naquela tela, do período Lula de 2007 a 2010, era de 35,3% ao ano: a média anual de crescimento do investimento. No Governo Dilma, essa média caiu para 0,7% ao ano. Tem dois anos desse período de 2011 a 2014 em que a taxa de crescimento do investimento é negativa. Em 2011 e em 2013 a taxa de crescimento foi negativa.

É claro que não tem como não olhar para 2014, que tem uma taxa de crescimento elevada. Foi um ano de eleições e de obras, principalmente para as Olimpíadas e para a Copa do Mundo. Então, 2014 é um ano excepcionalmente alto, mas é um ano atípico no meio dessa quadra de anos aí.

Então, o investimento público cai e puxa para baixo o investimento agregado, o investimento da economia como um todo.

A gente sai de uma taxa de crescimento do investimento agregado de 9,9%, no período de 2007 a 2010, para uma taxa de 1,8%, no período de 2011 a 2014.

A queda do investimento é particularmente atingida pela Petrobras, que não está aí na estatística, mas nos anos de 2013, 2014 e 2015 sofreu um baque muito grande nos seus investimentos, e isso puxou a taxa para baixo.

Quero chamar atenção, quando exponho esse dado de investimento, para que foi por aí que começou o ajuste fiscal do Governo. E a desaceleração do investimento no primeiro governo Dilma não reflete apenas um objetivo conjuntural, um objetivo de curto prazo, de contenção fiscal para enfrentar uma crise, é muito mais do que isso, trata-se de um viés privatizante da política; trata-se de uma reorientação da política econômica que demonstra uma redução da intervenção do Estado como Líder do crescimento econômico e a preferência por criar estímulos fiscais e creditícios ao capital privado, às empresas privadas, abrindo um espaço para sua atuação na economia;

Daí se explicam os leilões de concessão de oferta de infraestrutura, os incentivos tributários e as subvenções ao capital privado na área de educação e de saúde. Não seria exagero dizer que há uma redefinição das funções do Estado a partir de 2011, com um viés claramente privatizante de redução do Estado, que é efeito do ajuste fiscal que se iniciou não agora, mas principalmente desde 2013.

Ao lado disso, o Governo fez um pacote de desonerações tributárias muito grande, para dar esse estímulo ao investimento privado para torná-lo líder desse processo de crescimento.

As desonerações durante o Governo Dilma se transformaram no eixo principal de estímulo ao crescimento econômico.

O valor das renúncias em 2015 atingiu montante superior ao que foi gasto em 2014 com saúde, educação, assistência social, transporte e ciência e tecnologia. Essa é a magnitude das desonerações. Esse quadro que vou mostrar agora para vocês dá uma clara demonstração de que as desonerações tributárias foram o carro-chefe da política fiscal do Governo Dilma para estimular os investimentos privados. Ali, na coluna que está marcada, mais à esquerda, vocês podem ver que de 2014 para frente R$253,9 bilhões deixaram de ser arrecadados, renúncia de receita do Estado em favor das empresas privadas. Em 2015, R$282 bilhões. Em 2016,

R$271 bilhões. O Governo abriu mão dessa receita em favor das empresas privadas. Isso significa quase 5% do PIB. E aqui, deste lado, coloco as desonerações que afetam a seguridade social, ou seja, as desonerações com contribuições sociais.

Na área da Previdência Social, em 2015, por exemplo, o Governo abriu mão de R$62,5 bilhões. Em 2016, abrirá mão de R$54 bilhões na área de Previdência Social, da contribuição para a Previdência Social.

De Cofins, o Governo também tem aberto mão de cifras enormes de receita: R$58 bilhões em 2014; R$70 bilhões em 2015; em 2016, de R$64 bilhões é a previsão. A mesma coisa Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e o PIS/Pasep.

Nesta coluna, coloco o total das desonerações da receita da Seguridade Social que, como vocês podem ver, é mais de 50% do total das desonerações praticadas pelo Governo. As desonerações da seguridade social atingem em torno de 2,7% do PIB. O Governo renuncia essas receitas que deveriam estar a serviço do atendimento das necessidades da população na área de saúde, na área de assistência social, na área de Previdência e que vão se transformar em margem de lucro do setor privado. E o que é pior, essa estratégia não funcionou porque tanto a redução do Estado para estimular o investimento privado com leilões de infraestrutura dos serviços públicos na área de portos, aeroportos, etc., como as desonerações tributárias, que estão muito ligadas – inclusive a privatização nos setores de saúde e de educação – não resultaram em aumento dos investimentos, foram um retumbante fracasso. Pelo contrário, os investimentos têm caído progressivamente. Particularmente o setor industrial tem sofrido baixas incríveis. Neste ano – as estatísticas já saíram –, a queda da produção industrial foi de 8,3% e ano passado já tinha caído em 3%. Isso, evidentemente, resulta um enorme desemprego na economia, porque o investimento privado não decola, atingiu níveis bastante elevados no ano de 2015. O investimento caiu, o desemprego. Nós perdemos 1,5 milhão de postos de trabalho, segundo o Caged, do Ministério do Trabalho.

O rendimento real dos trabalhadores também caiu 3,7% em 2015, foi a maior queda desde que a série se iniciou, em 2002. A massa de renda real dos trabalhadores também caiu em 5,3% ano passado. O ajuste fiscal derruba a economia e cerceia, ceifa as receitas da Seguridade Social por provocar desemprego, queda de renda e aumento da informalidade dos trabalhadores.

A política fiscal do Governo realmente se tornou um retumbante fracasso. Agora, a desoneração em grande escala – se por um lado prejudica a economia, a taxa de investimento, o consumo das famílias – por outro lado, ela prejudica o financiamento futuro das políticas sociais. Não é aceitável que o Governo conceda esse patamar estratosférico de isenção tributária e agora proponha cortar o gasto para adaptar a essa nova receita.

Não é razoável que se abra mão dessa magnitude de receitas e, não tendo funcionado, o Governo agora proponha o corte de gastos. É algo quase intencional: você primeiro acerta as receitas para provocar a reforma da Previdência.

Então, essas desonerações foram concedidas num período de taxas de juros extremamente altas, sem nenhuma exigência como contrapartida, nem na forma de elevação dos investimentos, nem exigências de geração de emprego, nem de preservação ambiental. Não foram exigidas garantias de direitos trabalhistas às empresas que tiveram essas desonerações, nem garantias de proteção social. Quer dizer, são desonerações concedidas sem nenhuma contrapartida.

Então, eu defendo a ideia de que a queda que vai ocorrer no mercado de trabalho dos postos de trabalho, a queda que vai ocorrer na receita da Previdência, da Seguridade Social como um todo, a partir de 2011, é fruto da péssima política macroeconômica do Governo. Então, a queda aqui corresponde a taxas de crescimento real da receita da Seguridade Social, que se torna negativa já em 2014 e 2015. Elas caem desde o início do Governo Dilma.

Então, o problema é o seguinte: não há nada de errado com a Previdência; o que está errado é o modelo econômico do Governo, é a política recessiva caótica, que gera esse pesadelo para os trabalhadores no que diz respeito aos seus benefícios sociais. E por que não há nada errado com a Previdência? Porque, apesar de tudo isso, ela continua gerando superávit; à revelia dessa política macroeconômica caótica, a Seguridade Social continua gerando superávits.

Esse aqui é um quadro tradicional com o qual tanto eu quanto a Anfip costumamos fazer essa demonstração, para provar que a Seguridade Social continua gerando superávit, mesmo num período de queda sistemática de crescimento do PIB e num período de recessão, como agora. Reparem 2013/2014: o superávit em 2013 foi de R$67 bilhões; em 2014, houve uma queda substancial para R$35 bilhões. Reparem que eu não estou levando em consideração, do lado das receitas previdenciárias, a ausência de repasses do Governo.

O Governo desonerou a folha. Ele deveria ter ressarcido a Previdência das perdas de receita com a folha, e não fez o repasse de forma completa. Se tivesse feito, essa receita daqui de cima, de R$337 bilhões, teria que aumentar em R$12 bilhões, que foi o valor que a Anfip estima, o Floriano vai dizer depois, que o Governo não

ressarciu com as desonerações da folha. Mas, mesmo assim, não ressarcindo receita e fazendo pesadas desonerações, como a que eu mostrei há pouco, na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, na Cofins, no PIS/Pasep, as receitas superam o total de gastos da Seguridade Social.

Reparem que aqui está o total dos gastos, com toda a área social, incluindo Bolsa Família, toda a área de saúde, incluindo o SUS, todos os benefícios previdenciários, inclusive o custeio destes Ministérios: o Ministério da Saúde, o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério da Previdência. Todo o custeio e todos os benefícios estão reunidos aqui. Não há uma despesa fora daqui.

E esse complexo sistêmico que forma a Seguridade Social tem um gasto que ainda é inferior à arrecadação. Em 2013/2014, nós tivemos superávit. Eu fiz um estudo para 2015 que ainda corresponde a dados preliminares, porque alguns dados ainda não saíram. Então, há alguns dados de receita e despesa que não são significativos, que ainda não saíram, mas reparem a preocupação: há uma queda brutal do superávit da Seguridade Social, por quê? Porque a Seguridade Social é movida por variáveis que dependem do desempenho da economia – o nível de emprego, o nível de informalidade, o valor médio dos salários, a massa de salários e a massa de lucros também, porque a Seguridade Social tem receitas que incidem sobre o faturamento e sobre o lucro. Se a economia desacelera, como desacelerou em 2015, em mais de 3,5% – há uma queda do PIB de mais de 3,5%! –, o resultado é uma queda do superávit da Seguridade Social, que hoje eu estimo que foi em 16 bilhões.

Reparem, mais uma vez, que eu não estou levando em consideração o não ressarcimento de receitas do Governo à Previdência, em decorrência da desoneração da folha. Se fosse levado em consideração, evidentemente esse superávit seria substancialmente superior.

Então, não há nada de errado com a Previdência. A Previdência tem um sistema que se mostra sólido, mesmo numa profunda crise, como a da economia brasileira. Então, é preciso que se ressalte,...

(Soa a campainha.)

A SRª DENISE LOBATO GENTIL – ... como o Senador Paim já falou antecipadamente, que a reforma da Previdência já começou a ser feita muito antes, desde 2012, com o Funpresp. O Funpresp foi regulamentado em 2012; em seguida, veio uma contrarreforma na área de seguridade social, que mexeu no seguro-desemprego, no abono salarial, na pensão por morte, na aposentadoria por tempo de contribuição, no auxílio-doença – isso aconteceu no mês de dezembro de 2014. Isso nem esfriou ainda, e o Governo vem com uma nova rodada em cima dos gastos. Por quê? Em primeiro lugar, na minha avaliação, porque o Governo tenta dar uma resposta ao mercado, acredita nessa ideia de que, se disser ao mercado que vai haver uma reforma da Previdência, ele consegue se legitimar melhor no poder, nos esquemas de poder. Isso é um problema, porque o Governo acaba absorvendo a mesma ideologia que foi imposta para a Europa de que o ajuste fiscal tem que passar pela destruição do Estado do bem-estar social. É isto que está acontecendo na Europa: a liquidação do *welfare state* europeu vem num momento de crise, em que o ajuste fiscal é tomado como uma solução para converter a crise. Acontece que o ajuste fiscal só tem provocado mais recessão na Europa, e aqui, no Brasil, não seria diferente também, tem provocado mais recessão.

Eu queria levantar só mais um ponto – eu sei que o meu tempo pode estar acabando neste instante, em nove minutos. Ganha hegemonia o discurso alarmista sobre o envelhecimento populacional. As estatísticas são absolutamente impressionantes, mas a questão que se coloca para nós, que somos os principais atingidos por uma reforma da Previdência, é como enfrentar esse problema por uma perspectiva que não seja conservadora, incorporando soluções de um novo projeto de desenvolvimento do País.

Eu queria levantar alguns pontos. Não se pode, não é possível escolher uma perspectiva sempre catastrofista para avaliar essa transição demográfica, congelando o futuro numa imagem totalmente alarmista. Há outros ângulos a serem analisados, e eu queria colocar exatamente isso aqui.

Em primeiro lugar, o envelhecimento da população vai implicar uma queda do gasto com a educação das crianças e dos jovens entre 0 e 17 anos de idade. Isso vai significar uma sobra orçamentária nos gastos com educação. O Governo vai poder certamente, se essa for a sua linha política, universalizar o ensino básico, elevar a qualidade do ensino, eliminar o analfabetismo. Isso é absolutamente essencial para aumentar a produtividade dos trabalhadores ativos no Brasil. Para você controlar os resultados de um sistema previdenciário no futuro, a variável mais importante é produtividade. Para isso, é preciso investir pesadamente em educação, ciência e tecnologia, estímulos à inovação. É isso que fará cada trabalhador ativo no futuro produzir muito mais, portanto, mais do que o suficiente para sustentar o crescimento do número de pessoas inativas. Então, a redução do gasto com educação vai permitir um aprofundamento das estratégias nessa área, o que vai levar, portanto, a uma maior produtividade dos trabalhadores, se essa for a decisão.

A segunda perspectiva que nós temos que encarar é que a situação favorável será de aumento da força de trabalho feminina. A transição demográfica vai implicar um crescimento da força de trabalho feminina, e

isso vai exigir políticas de regulação no mercado de trabalho que façam com que haja um estímulo ao ingresso da mulher nesse mercado. Isso vai significar que a política macroeconômica deve mirar o pleno emprego, deve mirar a redução da informalidade, a redução da precariedade do trabalho feminino e, sobretudo, deve mirar a redução da discriminação contra as mulheres que existe no mercado de trabalho, inclusive no que diz respeito aos patamares salariais das mulheres.

No que diz respeito à grande preocupação, que é o setor de saúde e de previdência, certamente esses gastos vão subir. Na população mais idosa, os gastos com urgência e emergência serão maiores, aqueles relacionados com as doenças crônicas também vão se elevar e o gasto com previdência, lógico, também se elevará. Mas eu vejo aí um pessimismo seguramente exagerado quanto ao impacto desses gastos com saúde e previdência. Por quê? Porque, como economista, nós sabemos que os gastos que são realizados com previdência e com saúde são transferências de renda que saem do Estado e vão para famílias que estão extremamente necessitadas. Normalmente, são famílias de baixa renda, como é o caso dos gastos previdenciários, em que mais de 70% dos benefícios estão localizados em um salário mínimo. São pessoas que, ao receber esse benefício, vão imediatamente gastá-lo com alimentação, medicamentos, transporte, vestuário.

Esse gasto vai ser diretamente injetado na economia, vai aumentar o consumo das famílias. Esse consumo das famílias vai provocar um estímulo à produção. Esse estímulo da produção vai significar novos postos de trabalho, ativação da economia e, portanto, maior renda. E a maior renda implicará maior capacidade de arrecadação. Essa arrecadação maior, por sua vez, será capaz de cobrir o aumento dos gastos. Então, o papel do gasto previdenciário é extremamente dinâmico. Ele não serve apenas para combater a pobreza entre os idosos ou a pobreza entre os trabalhadores de baixa renda. Ele também serve para produzir um enorme dinamismo na economia.

O Brasil é uma escola. Entre 2003 e 2010, foi a política social que deu o grande norte do crescimento do PIB para o País. O nosso problema, nessa fase, foi que nós não fizemos mudanças estruturais. E essas mudanças estruturais não são reforma na previdência, reforma trabalhista. Não são essas mudanças estruturais a que eu estou me referindo. Eu estou me referindo a mudanças na estrutura produtiva. Nós não fizemos uma política industrial direcionada para substituir importações, para estimular as exportações, para nos tornar um país menos vulnerável às crises externas. Foram essas transformações estruturais que nós não galgamos durante uma etapa do crescimento econômico baseado na redistribuição de renda e na transferência monetária de renda.

É necessário um padrão de crescimento que não apenas gere transferência de renda, mas que também aumente o patamar de produtividade. E, para isso, nós precisamos de política de desenvolvimento industrial, política de ciência e tecnologia, de investimentos em infraestrutura. Quer dizer, essa é uma escolha política, é uma escolha pelo desenvolvimento.

O que eu quero dizer é que nós não temos um determinismo demográfico a enfrentar. O nosso problema central não é um problema demográfico. Nós temos um problema macroeconômico. Nós temos um problema socioeconômico. Nós temos um problema de escolha política de que país nós queremos para o futuro, porque, se nós quisermos outro patamar de desenvolvimento econômico, o envelhecimento não é um problema, o envelhecimento é uma solução, já que ele vai se transformar no grande estímulo a um processo de crescimento com industrialização.

Não vou ter tempo de me aprofundar, mas os gastos com saúde, inclusive de saúde com idosos, podem estimular uma cadeia industrial profunda dentro da economia que pode gerar grandes taxas de crescimento e de produtividade.

Para finalizar, eu quero dizer que as previsões para o futuro, que são feitas sobre o crescimento demográfico de velhos, sobre a transição demográfica, são previsões cheias de subjetivismo. Se você olha as previsões, é inescapável reconhecer o subjetivismo. Quais são as variáveis que estão nessas previsões? A massa salarial, a taxa de inflação, o crescimento vegetativo, a variação anual do PIB, o reajuste do salário mínimo, o reajuste dos benefícios. São variáveis completamente imprevisíveis.

Eu duvido que haja um economista, neste salão, que diga de quanto será o crescimento do PIB em 2016 e de quanto será em 2017.

Então, quando a gente olha essas estimativas, inclusive de inflação, são estimativas que aumentam a inflação e jogam o PIB para baixo, e o que é pior, não incluem a variável produtividade, como se os trabalhadores ativos fossem continuar produzindo o que produzem hoje. Ora, em 2030 ou em 2040, esse trabalhador produtivo será capaz de produzir muito mais, em função do desenvolvimento tecnológico, que é a grande característica do capitalismo brasileiro. Então, eu não sou capaz de acreditar que no futuro nós teremos uma queda tão brutal das receitas da Previdência a ponto de justificar uma reforma draconiana hoje, em 2016.

Por fim, eu acho que a conclusão a que a gente pode chegar, de tudo isso, é que o Governo foi de fato capturado pelo mesmo discurso de austeridade fiscal que vem sendo difundido na Europa e que está desmon-

tando o estado de bem-estar social europeu, como eu já disse antes. Esse ajuste fiscal, paradoxalmente, agrava a situação fiscal. Eu tenho aqui um último quadrinho mostrando para vocês que o Governo vê a piora do resultado fiscal, a cada vez que ele faz o ajuste fiscal. O resultado piora, como piorou agora em 2015, e o Governo decide cortar os gastos. O corte dos gastos certamente levará à queda do crescimento. A queda do crescimento vai provocar uma queda da arrecadação, e a queda da arrecadação produzirá a piora do resultado fiscal. Nós continuaremos neste círculo vicioso, em que o ajuste fiscal não resolve nem o problema do investimento do Governo, porque não vai ser cortando gastos sociais que o Governo vai ter dinheiro para investimento, porque vai cair a arrecadação; não resolve o problema da inflação, porque a inflação não é de demanda, a inflação é de custos, a inflação é cambial, neste País, principalmente, é inflação de serviços; não resolve o problema da taxa de juros, que continuará alta, porque a inflação não vai diminuir; e nem nos devolve os postos de trabalho perdidos. Então, a reforma da Previdência nos parece muito mais uma resposta às exigências do mercado, que resultará certamente em uma regressão do sistema de proteção social, que vai se encarregar de anular boa parte dos ganhos que os mais pobres obtiveram na última década.

É isso. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Meus cumprimentos à Professora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Drª Denise Lobato Gentil, pela sua exposição.

Eu comentava aqui na mesa – rapidamente, para não atrapalhar a palestra – que os números que a senhora coloca aqui são de fato assustadores. Permite-se abrir mão de recursos da ordem de R$256 bilhões, se eu não me engano.

A discriminação com a mulher está aí no País. Só para concordar com a senhora, devemos entender que a mulher é discriminada, e o único lado da discriminação positiva é esse que permite que ela se aposente com cinco anos de diferença de idade em relação ao homem. Aqui no Congresso, nós estamos há quase dez anos lutando para aprovar um projeto, do qual eu fui Relator, que diz só o seguinte: "no mundo do trabalho, a mulher terá os mesmos direitos que o homem". Não conseguimos aprovar. Não se consegue aprovar. Já está na Constituição, só que nós colocamos uma multazinha para quem não cumprir. Não tem jeito. Foi aprovado na Câmara, está aqui no Senado. Fui Relator. A última vez que eu soube, o mandaram para a Comissão de Reforma Agrária. Depois, parece que iam mandar para a Comissão de Infraestrutura. Foi isso mesmo. Deve estar na Infraestrutura agora. É não querer entender o quanto a mulher é discriminada, e você tem toda a razão.

Por isso, estou alertando muito, inclusive os servidores públicos, porque às vezes o servidor público fica achando que essa reforma vai ser só do regime geral. Não vai! É grave em todos os sentidos. Como é que alguém vai ter a cara de pau de dizer o seguinte: "para o trabalhador do regime geral, agora vai ser 65 anos; para a servidora pública, 55"? Claro que não! O pacote vem pronto no momento em que vier. Nós temos que ter claro que essa luta é de todos os trabalhadores, da área pública e da área privada. Todos serão atingidos.

Queria cumprimentar muito a Profª Denise. As informações que eu recebia da sua palestra, que era objetiva, direta e desmontava a tal de farsa do déficit da Previdência, de fato, a senhora desmontou aqui. Não tenho nenhuma dúvida quanto a isso.

A SRª DENISE LOBATO GENTIL – A desoneração de 282 bilhões tem de ser encostada no déficit que, supostamente, é de 85 bilhões. O Governo diz que tem um déficit de 85 bilhões na Previdência, mas faz uma desoneração de 282 bilhões. Há uma inconsistência aí, uma incoerência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com certeza absoluta.

Meus cumprimentos.

Vamos passar, de imediato, a palavra para o Dr. Ronaldo Curado Fleury, Procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho, que vai, dentro dos seus dez minutos, fazer o possível para situar o tema.

O SR. RONALDO CURADO FLEURY – Prometo ficar dentro do tempo.

Eu agradeço, Senador Paulo Paim, o convite ao Ministério Público do Trabalho, e, em nome do Senador Paulo Paim, cumprimento todos os integrantes da Mesa e todos os demais aqui presentes.

Quanto à palestra da Profª Denise, eu já tive oportunidade de ler seus artigos. Colegas meus, professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro, já haviam comentado comigo sobre a Professora, e eu confesso que eu fiquei absolutamente assustado com os dados trazidos pela senhora não só sobre a quantidade de valores de desoneração de receita de que o Governo abre mão. E o Senador Paulo Paim é testemunha que, no final do ano passado, eu praticamente trouxe uma barraca, um colchão para cá, lutando para conseguir recompor uma proposta orçamentária que possibilitasse ao Ministério Público do Trabalho continuar na sua atuação de combate ao trabalho escravo, combate ao trabalho infantil. Conseguimos – e o Senador Paim foi extremamente, não diria nem importante, vital para isso – diminuir o prejuízo, mas ontem estavam aqui os dois coordenadores nacionais do Ministério Público do Trabalho, da Coordenadoria Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, e

ambos com passagens pagas por eles. Nós não temos dinheiro para pagar passagem e diária para um procurador vir a Brasília, para defender um tema como trabalho escravo. Essa é a realidade do Ministério Público do Trabalho hoje. Estamos mudando de prédio para economizar e vemos essa desoneração. O Ministério Público do Trabalho se acha mais importante? De modo algum.

Um outro tema que a senhora colocou, que para mim é essencial, é o que a sociedade pede em troca dessas desonerações. Bem, vamos desonerar? Vamos, mas você vai dar como contrapartida aumento de emprego, investimento em tecnologia, aumento salarial, algo que traga um retorno social.

Uma outra área que V. Sª citou é a questão da diminuição do Estado, esse monstro colocado pela imprensa todo dia que é o Estado brasileiro, a dimensão do Estado. Hoje mesmo, enquanto eu levava meu filho à escola, estavam falando sobre a dimensão do estádio, dimensão do Estado...

Nessas concessões aos portos que foram colocadas aqui, qual é a contrapartida social pedida? Zero.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Portos e aeroportos.

O SR. RONALDO CURADO FLEURY – Portos e aeroportos. Sequer há a vinculação, a obrigação para que os concessionários cumpram a legislação social. Eu não estou nem falando em dar uma contrapartida, um algo a mais; eu estou falando em cumprir a lei, uma cláusula: nós estamos concedendo um serviço público. Se você não cumprir a legislação social, você vai perder.

Estou falando só em exigir que se cumpra o que ele já tem que cumprir. É a lei. E a realidade que se nos apresenta é o constante descumprimento da legislação trabalhista – o Carlos está aqui e não vai me deixar mentir. É o dia a dia dele correr atrás dos auditores fiscais do trabalho, correr atrás justamente do descumprimento da legislação trabalhista. Os concessionários dos portos brasileiros são useiros e vezeiros em descumprir a legislação trabalhista: não fazer repasse à Previdência, etc.

Vou fazer 50 anos agora, dia 23. Eu estou lendo – eu não sei se é um bom hábito ou mau hábito ler vários livros ao mesmo tempo – *Tempos Líquidos*, de Bauman, que fala da necessidade de se impor uma mudança, de criar um clima de caos.

Eu falei sobre a questão do terrorismo, que foi a justificativa para todos os atos de represália, principalmente dos Estados Unidos, de criar um clima cada vez maior de terrorismo, criar o medo. E quando a Srª Denise nos apresenta esses números mostrando que a Previdência é superavitária...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Apesar de...

O SR. RONALDO CURADO FLEURY – Apesar de abrirmos mão de R$289 milhões – e a gente lutando por dez milhões aqui, hein, Paim? –, ela é superavitária.

Anteontem, salvo engano, vindo para cá, a nossa assessora de imprensa do Ministério Público do Trabalho nos passou justamente a matéria sobre a proposta da reforma, onde se alarmava que o déficit da Previdência é enorme e que, se não aprovar, a partir de pouquíssimos anos, acabou e ninguém mais aposenta. Ou seja, vamos vender o caos para que justifiquemos o que a queremos impor.

E assim o é, em todas as áreas sociais, as constantes tentativas de reforma nas áreas sociais. O momento que nós vivemos, a quantidade de ataques que a legislação social vem sofrendo é um momento absolutamente delicado.

O Senador Paulo Paim estava falando de ontem, quando estávamos com o Prêmio Nobel da Paz, Kailash Satyarthi. Falávamos do trabalho, principalmente, do Senador Paulo Paim, do Senador Cristovam Buarque, do Senador Paulo Rocha e de todos os outros que conseguiram a assinatura dos Líderes para a retirada da urgência. Nós estávamos tratando do quê? De uma proposta legislativa que regride 120 anos na história. Trabalho escravo, a partir de agora, será só se estiver algemado, trancado. Espera aí: mas isso foi quando nós conseguimos a Lei Áurea. Nós já evoluímos. Nós estávamos tratando disso aqui, e foi um sufoco, não foi, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se a gente trouxe o Prêmio Nobel da Paz...

O SR. RONALDO CURADO FLEURY – Trouxemos o Prêmio Nobel da Paz para conseguir segurar um pouco.

A NR 12, também uma luta que nós tivemos aqui nesta mesma CDH, onde se falava que o Ministério do Trabalho estava querendo impor regras; regras que foram negociadas, inclusive, com a participação direta dos empresários, que votaram essas regras. A partir do momento que as regras passaram a não ser boas, eles falaram: "não, vocês estão querendo impor." Mas você votou, você concordou.

A terceirização...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tivemos que viajar por 25 Estados...

O SR. RONALDO CURADO FLEURY – Pois é. E eu costumo dizer o seguinte: eu já nem falo mais sobre a precarização. O meu argumento é capitalista. O capitalismo pressupõe capital e trabalho. A terceirização prega o capital sem o trabalho. Eu tenho uma empresa e não tenho empregada; eu tenho uma universidade e não tenho professores. Mas quem dá aula? "Não; uma empresa vem aqui e presta serviço".

Então, a terceirização vai contra o próprio capitalismo. A questão das demissões em massa, tema que será aqui tratado, que tem a ver com a questão dos incentivos fiscais... Estávamos conversando – não é, Assis? – sobre o problema da Robertshaw, a empresa instalada há mais de 40 anos no interior do Rio Grande do Sul, em Caxias, que recebe incentivo fiscal, vai para Manaus.

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CURADO FLEURY – Em contrapartida, em vez de trazer benefícios, ela traz o desemprego para Caxias. "Não, mas está criando lá." Mas, espere aí. O que o País ganhou com isso?

Então, penso que há uma necessidade – e já estou terminando, Senador – de que o Estado brasileiro, o Governo brasileiro, exija, caso ele continue nessa política de desonerações ou de diminuição do Estado, que haja uma contrapartida efetiva dessas empresas que estão assumindo esses serviços públicos, ou que, pelo menos, no mínimo, que cumpram a legislação social – no mínimo!

São essas as considerações que eu gostaria de fazer. Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Ronaldo Curado Fleury, que falou pelo Ministério Público do Trabalho, ele que é Procurador-Geral.

Vamos, de imediato, então, passar a palavra ao Sr. João Paulo Ribeiro, Diretor de Assuntos do Poder Legislativo da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB).

E eu alertava, antes – não é, João Paulo? –, que o serviço público pode colocar as barbas de molho, porque essa reforma vai pegar eles também.

Com você a palavra.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Bom dia a todas as companheiras e a todos os companheiros!

Faço minhas as palavras do Procurador Ronaldo. Acho que a Professora Denise deveria ter falado por último, Paim. Confesso que eu fiquei mais triste do que já ando ultimamente. (*Risos.*)

Para nós não são dados assim, professora... Isso, porque nós sabíamos, até porque, para quem atua principalmente no setor público federal, em Brasília, falamos sobre isso nos debates constantemente. Agora, é assustador o que a senhora colocou aqui.

E nós não temos solução. Mesmo sendo de uma central, sendo uma das maiores confederações, penso com meus amigos aqui, meus colegas de luta, que não temos muito o que fazer, Senador, porque estamos fazendo tudo, mobilizando e sensibilizando a sociedade.

Eu, até para entrar no tema aqui, fico pensando: gente, nós temos que ir para a rua, nós temos que começar a fazer mobilizações, nós temos que ocupar os conselhos municipais, estaduais, a comunidade de bairro. Gente, acabou, acabou a trégua!

Nós temos que ir para dentro das comunidades e começar a debater. É isso que nós temos que fazer. Acabou a trégua e temos que tentar botar o Brasil de novo nos trilhos, porque nós estamos perdendo a esperança.

Não há argumento, porque está aí. E nós estamos nessa batalha não é de hoje. Para quem tem um pouco mais de experiência, para não falar velho. Não é? Para quem sofreu os oito anos de Fernando Henrique e depois, na sequência, achando que iria melhorar, a gente viu um negócio desses. É complicado, gente. Vamos lá, vamos tentar ver se conseguimos acertar.

Não é tudo um caos, acabou o mundo! É óbvio que aqui a gente não precisa dar aula para ninguém, como a professora, nem tenho capacidade para isso, é óbvio que não é esse caos. Há setores que é óbvio que nos últimos dez anos, 12 anos, melhoraram. Ninguém vai poder falar, ninguém vai dizer, por exemplo, que nas universidades...

Não posso falar, mas eu sou dirigente, sou da base da Fasubra, nós não podemos falar que não houve contratações. Nós ficamos oito anos sem contratações, e houve muitas contratações, renovou-se completamente. Mário Júnior é um produto dessa renovação; o companheiro Vinícius, que é da base da Fasubra, de que fui dirigente por muitos anos, é produto dessa renovação, a qual não tínhamos, mas enfim...

Então, posso elencar várias coisas, miséria, etc. Agora, vejam que estamos pensando para o futuro. Foi feito um espaço, foram feitas algumas coisas, mas temos que olhar para frente.

Só isso é suficiente? Acho que não. Por isso que estou falando da trégua.

Abro um preâmbulo aqui, Senador Paulo Paim, porque sei que você é um dos nossos ícones.

O Presidente João Domingos já havia se escalado, e nós estamos com uma série de problemas. Ele não conseguia chegar a tempo para esta palestra. Ele me ligou ontem à noite, desesperado, pedindo mil perdões, porque não deixaria de participar nunca de um debate como este.

Abro esse parêntese da justificativa dizendo o seguinte: nós, da CSPB, estamos um pouco tristes. Nós soltamos uma nota ontem, no nosso *site,* de que a companheira Francisca das Chagas Silva, uma mulher negra,

trabalhadora, diretora do sindicato rural de Miranda do Norte, no Maranhão, foi encontrada num lamaçal, nua, toda quebrada, estuprada, perfurada. É por essa luta que nós estamos aqui. O movimento sindical ainda está sendo assassinado, o movimento sindical ainda está sendo massacrado no campo. Nós estávamos discutindo ontem com o Nobel – e você estava falando com o Procurador Ronaldo – que a nossa luta é ainda de morte. Algumas pessoas podem ser ameaçadas se falarem a verdade, se disserem a verdade, se lutarem pela verdade e lutarem pela ordem.

Eu faço isso porque é uma militante nossa. Nós, da CSPB, estávamos muito tristes quando foi encontrado o corpo da companheira, mas eu digo o seguinte: a luta dela vai continuar, e outras pessoas podem tombar, mas nós estamos aqui para esse embate, para mudar essa realidade e fazer uma sociedade justa e igualitária para todos.

Nós aqui, eu digo em nome do Senador que conheço há muitos anos, não temos medo de morrer. Esse assassino vai ser punido! Eu espero que um dia a justiça seja feita. Se não for daqui da Terra, será divina, com a certeza, porque eu acredito em Deus.

Digo isso porque, também, quando nós chegamos aqui e colocamos uma série de coisas, nós falamos assim: no setor público, que é a área em que a CSPB atua.

Nós temos agora o advento da Funpresp. Como a professora tinha colocado, não deu certo, porque, de 2008 para cá, um dos principais motivos que deu grande problema na economia mundial foram os fundos de pensões. No entanto, na contramão da história, é implementada uma lei criando um fundo de pensão privado – porque não é público –, e, agora, como nós fazemos campanha de não adesão, porque todo mundo sabe ler e diz: "Vamos entrar nisso aí para quê?" Simplesmente, fizeram uma lei – agora se transformou em lei, a de nº 13.183, salvo engano, fruto da Medida Provisória nº 636 – cuja adesão é automática, e por quê? Temos que bombar, nós temos que ter dinheiro. Você não pode ter o poder. "Ah, mas, em 90 dias, você pode recusar." Se eu não consigo convencer, eu imponho. Esse é o primeiro erro. Vai haver um momento em que vai impor mesmo, até porque as pessoas que entraram de 2013 para cá já estão todos no regime geral. Dizem que há estabilidade no serviço público, que oferece um salário que, comparado com alguns outros, é até razoável, mas, se você está acostumado com um salário de R$10 mil, contribui por R$10 mil, mas, depois, se aposenta com R$4 mil. Hoje, no caso, isso não faz sentido, e as pessoas pensam que todo mundo, principalmente quem atua no serviço público, é bobo.

Já fizeram de tudo conosco. Estava falando com os companheiros do Sinal, não dá mais, Paim. Nós vivemos discutindo o seguinte: nós somos os únicos que pagamos a Previdência. Não avança, não vamos conseguir, porque eles querem fazer no regime geral o que já fizeram com o serviço público, ampliando para o serviço público. Se os prefeitos – e aí é uma análise que o Diap tem – e os governos dos Estados vierem e defenderem o Governo, o Governo também coloca. Essa é uma análise que o Diap tem de que se coloca também a mudança geral e amplia-se, inclusive, o valor da contribuição por trabalhador no serviço público, mas isso é acordo. Prefeitos, governadores, vamos pegar todo mundo e lascar todos os trabalhadores de uma vez.

Agora, se não houver esse acordo, principalmente em ano eleitoral, vai ficar só dos companheiros do regime geral, e nós temos que ser solidários nessa hora. A classe trabalhadora deve se unir e sair com a bandeira como um problema nosso. Ampliar a idade do regime geral tem que ser problema do servidor público. Nós estamos nos colocando à disposição, nós disponibilizamos todo o recurso material e contribuição financeira para ajudar na luta para impedir essa reforma da Previdência. Chega! Não dá mais! Vamos nos mobilizar! Eu acho que essa é a única saída. Você tem que convencer.

A única maneira hoje, já que você não consegue, e não há mesa de negociação, e os argumentos estão caindo por terra... O único argumento é a luta, são as denúncias. Essa é a única saída que temos daqui para frente, e achamos que não há outra maneira de fazer.

Concordo que o modelo econômico, desde a implementação, é o modelo mais conservador e se mantém na mesma linha, não muda, não há inovação nenhuma, e provavelmente, no mundo, capital é exploração. Se é exploração, você não tem como mudar isso. Nós temos que ter uma economia mais saudável, voltar a crescer, porque a única maneira de você não ter desemprego é gerando crescimento.

E, aí, tomo a liberdade de dizer que, para o investimento público-privado, as infraestruturas produtivas, ampliando os instrumentos de financiá-las, bem como criando um ambiente de regulação que garanta a segurança jurídica... Retomar e ampliar o investimento no setor de energia, com o petróleo, o gás, as fontes renováveis, em especial a Petrobras; destravar o setor da construção civil, garantindo segurança jurídica das empresas; criar condições de aumento da produção e das exportações de indústria de transformação; priorizar a adição de política de incentivo e sustentabilidade no setor produtivo, e não desoneração.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Não é desoneração, porque depois falta simplesmente o ganho para o trabalhador. O investimento no público acaba fazendo. E eles invertem, dizendo que estão querendo adotar incentivo, mas não há retorno.

Por exemplo, as empresas que tiveram todos esses incentivos, doutora, começaram a demitir. Não há mecanismo de punição. Entidade, empresa que faz acordo, e demite, que não tem emprego, não pode ter, e deveria devolver. Essa é a lógica.

Tivemos anos de investimento e incentivo, e simplesmente não houve retorno. Não dá para ceder, e depois os empresários fazerem o que querem só para terem lucro. Então, temos que começar a acabar com esses mecanismos, e tem que haver punição.

E aí finalizo, para não me estender muito, Senador Paulo Paim, dizendo que nós deixamos assim. É óbvio que o Procurador Ronaldo ou nós estamos dizendo que não há punição etc., mas acho o seguinte, uma das coisas que deixamos de falar...

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – ... aqui com o Nobel da Paz foi a seguinte, eu não conheço, posso estar enganado, mas não há uma prisão de pessoas que fizeram trabalho escravo, que tenham sido presas comprovadamente, eles não ficam presos. Então, isso é uma das coisas que temos que fazer, que é investir. E também a saída não é criar prisões privadas, privatizar as prisões.

Enfim, gente, eu queria contribuir bem rapidamente. E já antecipadamente vou dizer que eu preciso sair, porque moro numa cidade em que a dificuldade de voo é muito grande, e tenho um voo agora daqui a pouco.

Mais uma vez, agradeço e deixo à disposição a companheira Marli, a companheira Cíntia, da CSPB, que estão aqui e podem passar depois as informações para o nosso setor.

Muito obrigado. E vamos conseguir a unidade da classe trabalhadora para enfrentar todas as mazelas propostas pelo Governo atual. É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Esse foi o João Paulo Ribeiro, que falou pela CSPB.

Eu sei que o Procurador vai ter que sair e também o JP. Fiquem à vontade. Muito obrigado. Obrigado, JP.

Pessoal, eu vou passar de imediato para o Carlos Silva, que vai falar pelo Sinait, mas gostaria de fazer um comentário rápido sobre a fala do JP, pessoal.

Calculem, vocês, se vocês são governo. Como é que vocês vão explicar para a sociedade...? Vejam o Governo, como ele vai explicar, se mandar para cá uma reforma em que o trabalhador do regime geral vai para 65 anos, e o serviço público não? Claro que não vai pessoal.

Eu tenho insistido nisso, porque isso aqui é uma audiência pública preventiva, é uma prevenção ao que vem por aí. Se o regime geral vai para 65 anos, o trabalhador do serviço público também irá, pessoal, porque é inexplicável, até para quem quer vender o peixe. Como é que ele vai dizer: "Não, o pedreiro, o metalúrgico, 65; o servidor público do Congresso Nacional, 55?" Não há lógica.

Então, tem que se ter claro que a bomba vem em cima de todos. E a nossa intenção com essa audiência é, a partir dela, continuar a viagem nos Estados, debatendo previdência, reforma trabalhista, precarização, terceirização, enfim, tudo aquilo que a gente tem conseguido estabelecer para uma trincheira de resistência.

Carlos Silva, que fala pelo Sinait, é Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

O SR. CARLOS SILVA – Bom dia, Senador Paim!

Bom dia, colegas aqui de Mesa!

Quero cumprimentar a todos os colegas que nos assistem aqui e também pela TV Senado.

É uma honra poder fazer parte deste debate tão importante para o nosso País e para o nosso Estado. Eu vou tentar trazer aqui para todos a nossa perspectiva, a perspectiva dentro do mundo do trabalho dos auditores fiscais do trabalho diante desse quadro, desse cenário.

Senador, depois de ouvir a brilhante exposição da Profª Denise, a quem aproveito para parabenizar – certamente ela já deve ter recebido muitos parabéns, mas eu gostaria de dar o meu aqui –, e conhecendo a realidade de como estamos diante de todas as posições que o Governo tem tomado em relação ao trabalhador, nós avaliamos que este momento representa um momento extremamente delicado e que traz consigo duas posições que eu avalio serem posições de sordidez, digamos, na apresentação das supostas reformas trabalhistas e previdenciárias no bojo da reforma e do ajuste da economia.

A primeira delas é associar de uma maneira integrada a perspectiva de que os problemas da nossa economia estarão resolvidos com a reforma trabalhista e previdenciária. Não à toa que esses temas estão sendo tratados de maneira conjunta, como se um só fossem. Isso não é verdade, mas assim têm sido apresentados.

A outra sordidez é uma estratégia que, na minha perspectiva, é uma estratégia de *marketing*, que deixa de tratar essas medidas como de ajuste fiscal para chamá-las de medidas de retomada do crescimento. Na verdade, continua sendo o mesmo ajuste fiscal de antes, talvez agora muito mais imperioso e muito mais nefasto do que o que conhecemos até então.

Os números que a professora apresentou nos preocupam, entre eles não somente o desemprego, mas a redução do rendimento dos trabalhadores, a redução da massa salarial, combinado com o aumento da informalidade. As razões de ser desses dados econômicos, desses dados que representam a estrutura da nossa economia, não apenas têm fundamento na desaceleração da economia, mas também têm fundamento na conduta de empregadores que apostam na impunidade por saber que o Estado, por este Governo aqui representado, não tem dado a prioridade necessária às suas autoridades de fiscalização para coibir, portanto, sonegações de todas as formas, que não aparecem no estudo apresentado pela Profª Denise, mas que, tenho certeza, transformariam aqueles números muito mais estarrecedores do que já são.

A sonegação no mundo do trabalho é uma grande realidade encarada e combatida pelos auditores fiscais do trabalho, no dia a dia, como lembrou aqui o Procurador-Geral do Trabalho, com relação às inúmeras irregularidades trabalhistas que, sem dúvida alguma, transformam o dia a dia dos trabalhadores num pesadelo, como disse a Profª Denise.

Esse pesadelo só aumenta, só ganha agora novos ares de terror com o que se apresenta na perspectiva de reforma trabalhista e reforma previdenciária. Aliás, o nome é inapropriado, porque nada tem de reforma e nada tem de transformadora. É retirada de direito mesmo. Reforma seria aquela que traz uma pauta positiva para a sociedade, que reestrutura algo que não está caminhando bem, mas o que nós temos ouvido, com esse nome dado, com esse apelido de reforma, segue noutra direção, a direção que nós estamos há um bom tempo combatendo e aqui, mais uma vez, dialogando para escancarar, de todas as formas possíveis, para que a sociedade compreenda e para que o Governo entenda que estão tratando com pessoas que têm discernimento para entender suas opções de atuação na condução política do nosso País.

As MPs 664 e 665 foram duramente combatidas aqui por esta Casa, foram duramente combatidas pelos movimentos sociais, pelas entidades sindicais, pelos auditores fiscais do trabalho, porque representaram um caminho curto, um atalho para o enfrentamento de problemas estruturais que não vêm sendo tratados da maneira como toda medida de sustentabilidade e de solidez econômica exigiriam do Governo e que não têm sido assim conduzidos por ele.

Só para exemplificar e para deixar claro como tem sofrido o nosso trabalhador, temos em pauta, em discussão, o PLC 30. Em relação a esse, o Senador Paim já bem aqui falou que já andamos em 25 capitais, fazendo uma bela e ampla discussão envolvendo a sociedade. Aliás, tem que ser assim quando discutimos a vida e o futuro da nossa população: nós precisamos envolvê-la.

Nós tínhamos, até há pouco tempo, pelo menos no finalzinho do ano passado, o compromisso do Senador Renan Calheiros em deixar que esse tema se esgotasse ao máximo em sua discussão. Ele não se esgotou! Esse tema ainda precisa de muito debate, precisa de muito esclarecimento, precisa da participação maciça de todos que integram esse horizonte precarizante da terceirização. Mas agora temos uma sinalização de que ele será pautado, porque "é preciso garantir o direito dos 12 milhões de trabalhadores".

Ontem tivemos uma grande vitória, mais uma vez capitaneada pela CDH do Senado, na figura do Senador Paim, e todos nós estamos juntos aqui, mais uma vez. A redução da maioridade trabalhista, o fantasma do negociado sobre o legislado, que certamente está no bojo dessa reforma disfarçada, trabalhista, a sustação da NR-12, a sustação da lista suja do trabalho escravo, o sucateamento deliberado da casa do trabalhador na estrutura governamental do Poder Executivo Federal, que é o Ministério do Trabalho e Emprego. Nessa reforma administrativa, que juntou Trabalho e Previdência, não aconteceu absolutamente nada a não ser a mudança do nome do Ministério. Nada mudou! Aliás, acredito que agora temos outros problemas, que são os conflitos internos da incompatibilidade do dia a dia da rotina dessas duas casas.

Portanto, temos, na verdade, uma cegueira deliberada para o enfrentamento dos problemas com que temos hoje nos preocupado e que, aliás, que representam o dever de casa não feito, não cumprido. Por quê? Porque a terceirização escraviza, sonega, colabora para esse quadro pelo qual e justificam esses ajustes fiscais, com retiradas de direito. A informalidade sonega, traz um duro golpe à continuação do fomento e do financiamento das políticas públicas, como a sonegação do FGTS, por exemplo, que agora parece que virou a bola da vez, "o FGTS vai resolver o problema de Brasil".

O FGTS é patrimônio do trabalhador, o FGTS é uma conquista do trabalhador. E há, nessa perspectiva de utilização como vem sendo anunciada, para salvar a esperança e a confiança do mercado, riscos que não estão sendo avaliados na sua amplitude e na sua profundidade: a sonegação de contribuições previdenciárias

conhecidas como – agora não é mais seguro de acidente de trabalho – Gilrat; as contribuições sociais para financiar a aposentadoria especial.

Nós temos um espaço, também pegando um gancho da fala do colega JP, que retratou o problema dos fundos de pensão, que têm um universo de aproximadamente 2 mil, quase 1,5 mil em situação irregular. Gente, isso é tarefa de casa não cumprida, isso é arrecadação não garantida, porque o Estado, com a responsabilidade que tem de fiscalizar o fiel cumprimento da legislação, não o tem feito, por quê? Porque as instituições que dão força e fortalecem inclusive as próprias políticas públicas dos Estados de fiscalização não têm tido a prioridade necessária para proteger o direito dos trabalhadores, do cidadão, direitos conquistados, não de graça, entregues, mas conquistados, cravados na nossa Constituição cidadã de 88.

Nós temos, portanto, um quadro, e não me parece que estejamos enfrentando as reais causas dos problemas que temos hoje para a nossa sociedade. Nós temos medidas que estão encurtando o enfrentamento e estão tratando de maneira superficial as soluções dos problemas, de forma que, sem nenhuma dúvida, o quadro apresentado...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS SILVA – ... brilhantemente pela Profª Denise não terá restabelecida a sua condição de normalidade com as medidas que estão aí anunciadas.

Para finalizar, concluo dizendo que nós, Sinait, auditores fiscais do trabalho sempre valorizamos esse espaço de discussão e acreditamos no alcance que ele tem, fazendo uma denúncia à sociedade brasileira, cobrando providências do Governo brasileiro acerca do sucateamento do Ministério do Trabalho e Previdência Social, do sucateamento da auditoria fiscal do trabalho, que clama por recomposição do seu quadro. Nós temos, colegas, o pior quadro dos últimos 20 anos. Os auditores fiscais do trabalho, neste momento de recessão, neste momento de crise de emprego, são o equilíbrio na desproporção em que o capital avança, devorando os seus direitos. Os auditores fiscais do trabalho estão aí, portanto, para minorar e garantir o fiel cumprimento...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS SILVA – ... pelo menos, do que já temos de proteção social garantida no nosso ordenamento jurídico.

Faço essa denúncia, acreditando que esse caminho é também um caminho necessário, é um dos caminhos que, certamente já apresentado por nós em outras oportunidades, tem sido desprezado pelo Governo e é um caminho que não promove o retrocesso social certamente trazido com as medidas que estão postas, anunciadas pelo Governo.

Tenho certeza de que todos os auditores fiscais do trabalho não abrirão mão da sua missão de continuar lutando em defesa dos trabalhadores, mas precisamos de condições de continuar a fazer esse trabalho, que é o nosso dia a dia, que é a nossa missão.

Obrigado, Senador Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Carlos Silva, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Deixem-me dar uma informação aqui, porque o Carlos tocou no assunto, e eu também fico preocupado. É claro que assisti ao discurso da Presidente Dilma, e já levantei as minhas preocupações, e assim também ao pronunciamento do Presidente do Congresso, Renan Calheiros. Ontem eu fui falar com ele: "Presidente, eu sou o relator do PL 30, e, da forma como foi colocado na sessão do Congresso, dá a impressão de que ele vai entrar quase em regime de urgência." Ele respondeu: "Paim, diga aos trabalhadores e líderes sindicais que o que queremos é regulamentar a situação dos 13 milhões [e ele falou isso mesmo no pronunciamento dele] de terceirizados." Se for isso, está resolvido. Está resolvido.

Aprovamos o projeto amanhã. Aí dialoguei com ele, e ele disse: "Faça, construa uma relação de forma tal que seja dado aos 13, 5 milhões de trabalhadores o mesmo direito dos outros trabalhadores."

Isso, a princípio, é o que falei com ele. Então, a intenção é regulamentar a situação dos 13 milhões e não ampliar para os outros 40 milhões que têm carteira assinada. Só para tranquilizar, essa fala eu fiz com ele hoje. Vamos manter o mesmo calendário, que termina em maio, com o ciclo nacional, em um grande evento. Daí vamos apresentar o nosso relatório, que é pela rejeição do que veio da Câmara e pela aprovação de um outro construído pelas centrais e entidades que estão nessa caminhada conosco – o Fórum Nacional contra a Terceirização – que vai apenas regulamentar a situação dos 13 milhões, assegurando-lhes a mesma condição dos outros trabalhadores.

Isso é o que conversei com ele, pessoal. Claro que Congresso é Congresso, vai para o voto, vai haver debate, é aquilo tudo que vocês sabem, mas, da parte dele, ele fez esse esclarecimento.

O SR. CARLOS SILVA – Senador, o senhor me concede dois segundos? Só para fazer um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas tem de ser bem rápido, porque, de fato, aqui a lista está apertada.

O SR. CARLOS SILVA – Obrigado, Senador.

Só para complementar, porque eu não poderia deixar de dizer isto: os auditores fiscais do trabalho, Senador Paim, em razão desse quadro caótico de mais de 1,2 mil cargos vagos e de condições de trabalho inadequadas, estão em greve. Nós estamos em greve desde 24 de agosto do ano passado e não temos conseguido avanço nas negociações, especialmente para garantir reposição do nosso quadro com Governo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Desde agosto?

O SR. CARLOS SILVA – Então, exponho aqui o nosso pedido de apoio, para que possamos retornar à normalidade, porque isso muito nos angustia, mas sabemos que esse é um dos institutos extremos, porque a negociação não conseguiu ser frutífera. No entanto, estamos aqui crentes de que vamos avançar no sentido de melhor oferecer o serviço ao trabalhador deste País e garantir, portanto, sua proteção. Os auditores estão em greve.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Desde 24 de agosto do ano passado?

O SR. CARLOS SILVA – Vinte e quatro de agosto de 2015, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos tirar então, aqui, ao final, no mínimo, uma resolução no sentido de que se abra... Mas estão negociando?

O SR. CARLOS SILVA – Não é bem uma negociação, é uma imposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Bom, vamos ver em que podemos ajudar depois.

Mário Guimarães Junior, Direção Nacional da Fasubra Sindical.

O SR. MARIO GUIMARÃES JUNIOR – Bom dia a todos e a todas. A Fasubra Sindical hoje está aqui presente também com o Vinícius, que me acompanha aqui como Diretor Nacional da Falsura. Gostaria de, em nome da Fasubra, agradecer o espaço para esta audiência.

Agradecemos ao Senador Paulo Paim por conceder à Fasubra este espaço para fazer o debate e agradecemos também o espaço por compartilhar com todos os colegas da Mesa este importante debate.

Na nossa compreensão, quando olhamos para o País em sua condição econômica dependente e subalterna, conseguimos compreender que o quadro que encaramos conjuntural se depara com diversos projetos que visam desmontar o Estado democrático de direito.

O debate sobre a Previdência que estamos realizando aqui hoje e sobre a reforma trabalhista está necessariamente conectado com o PLS 555, que muda o estatuto das empresas públicas, que normatiza juridicamente a privatização de uma ampla esfera do Estado; ele está conectado ao PLC 30/15, que chegou aqui nesta Casa, no Senado, com a proposição de ampliar a terceirização para todos os postos do Estado, porque, hoje, pela lei não é permitido terceirizar. O PLC chega aqui, nesta Casa, pelo PL 4330, da Câmara dos Deputados, com esse objetivo. Nós podemos citar aqui a Funpresp, que drena recursos públicos para a iniciativa privada, que ataca a Previdência dos novos servidores públicos federais que ingressaram de 2013 para cá; um projeto que não valoriza, portanto, a carreira dos trabalhadores e das trabalhadoras do serviço público.

Podemos citar a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), que vem para privatizar os hospitais universitários e desmontar a saúde pública no País, desmontar os grandes centros de pesquisa. Lá na Federal do Maranhão, a EBSERH acabou de fechar um centro de pesquisa. Recentemente, a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde divulgou uma nota repudiando o fechamento desse centro de pesquisa.

Nós podemos citar as bacias petrolíferas de Libra, que foram leiloadas, que continham pelo menos 12 bilhões de barris de petróleo; nós podemos citar o projeto que está aqui no Senado, que pode ser votado ainda neste semestre, que prevê a autonomia do Banco Central; nós podemos citar a PEC 395, que altera o art. 206 da Constituição Federal e faz com que os cursos de especialização e mestrado possam ser taxados nas universidades, ser cobrado o seu fornecimento. Então, é um ataque à educação pública.

É todo um processo que, com a queda da taxa de lucro de diversas frações do capital, detectamos o quê? Que há uma movimentação internacional para livres movimentações de capitais especulativos que intensifica a precarização das condições de trabalho e reduz gastos sociais. OS aspectos que caracterizam essa tendência conjuntural foram, de certa forma, abordados aqui na Mesa nas falas que me antecederam.

Seguridade social, na concepção da Fasubra, pelo Estado democrático de direito que foi instituído pela Constituição Federal, é um direito do cidadão e um dever do Estado. A seguridade social tem o tripé saúde, previdência e assistência social, não é só a previdência. Os arts. 194 e 198 da Constituição Federal disciplinam bem isso.

Qual é o grande argumento do Governo Federal? Qual é o grande argumento que os defensores desta reforma da Previdência que estamos debatendo aqui alegam? Que há um déficit. Como a Profª Denise apresentou aqui, esse discurso não é cientificamente comprovado. Estudos mostram que o superávit da seguridade social, em 2008, é de R$63 bilhões. O superávit, em 2009, quando o mundo estava passando por uma crise, foi de R$ 32 bilhões. O superávit da seguridade social, em 2010, foi de R$55 bilhões. O superávit da seguridade social, em 2011, foi de R$76 bilhões; em 2012, R$83 bilhões; em 2013, R$78 bilhões; e o superávit de 2014, R$54 bilhões. Então, que déficit é esse que o Governo Federal está alegando, que a mídia propaga, para justificar essa reforma, que vem, junto com as demais, atacar nossos direitos, atacar o Estado democrático de direito? Essa justificativa não cola. As contas que o Governo apresenta não levam em consideração os recursos do Cofins, da CSLL, das receitas de loterias, que também são receitas que fazem parte da seguridade social.

Em especial, é importante destacar que esta reforma Previdência que está sendo anunciada vai atacar brutalmente as mulheres, porque aumentar, no caso do serviço público federal, como o Paim está sinalizando, a possibilidade de 55 anos para 65 anos, é aumentar em dez anos a idade para se aposentar no serviço público federal. Na iniciativa privada, aumentar de 60 para 65 anos, o Estado está ignorando toda uma conjuntura em que uma mulher tem dupla, tripla jornada de trabalho. Então, é todo um mecanismo em que o Estado está caminhando para, em vez de proteger o cidadão, na verdade atacar e deixar a população desprotegida.

Se verificarmos a amplitude de toda a política que está sendo desenvolvida, podemos perceber que estamos caminhando para uma sociedade sem direitos, aquela mesma sociedade contra a qual lutamos na proposta da Alca, em 2001. Fizemos plebiscitos, 14 milhões de votos, um movimento popular, sindical, aqui no País. A população disse "não" à Alca.

Todos esses preceitos que estão na Agenda Brasil, proposta pelo Senador Renan Calheiros – uma agenda que, na nossa concepção, faz com que o Estado brasileiro seja capturado pelo mercado, pelas ações do capital –, todas essas premissas estavam embutidas no projeto da Alca, que foi derrotado pelo movimento dos trabalhadores aqui no País.

Vale ainda destacar que em 2014, no processo eleitoral – acho que todos e todas devem lembrar –, a Presidenta Dilma, na época candidata, afirmou explicitamente que no mandato dela não haveria nenhuma perda de direitos, nem que a vaca tossisse. Isso não se configurou. Essa afirmação dela não caracterizou o primeiro ano do seu mandato. E não está caracterizando, agora, este segundo mandato, ainda mais com o pronunciamento que ela fez, sinalizando pela reforma da Previdência.

No dia 24 de fevereiro, a Fasubra organizará uma paralisação nacional, que tem como eixo central a luta contra a PEC 395, que amplia a privatização da educação pública no País, no caso, o aspecto da especialização e do mestrado. Temos como eixo da paralisação a luta contra o Funpresp, porque o Funpresp está naufragando. Os servidores públicos federais não estão aderindo ao Funpresp, porque sabem que é uma fria, porque sabem que o Funpresp não dá garantia à Previdência por ocasião da aposentadoria. E nós vamos continuar mobilizando os servidores, para não aderirem ao Funpresp. Então, a nossa paralisação do dia 24 também tem esse eixo. Outro eixo é a luta contra a EBSERH, que privatiza os hospitais universitários.

Nessa conjuntura, na paralisação do dia 24 nós também debateremos outros temas que envolvem a universidade e certamente, Senador, a reforma da Previdência é um tema que será debatido durante a paralisação, será debatido pela categoria.

E, após o dia 24 de fevereiro, cabe a nós não só desenvolver uma atuação aqui dentro do Congresso Nacional – que infelizmente tem atuado em benefício do mercado e contra as classes trabalhadoras em geral –, mas, além disso, a partir de fevereiro e março agora, temos que mobilizar as classes trabalhadoras às ruas, organizar as paralisações...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – V. Sª tem um minuto, meu amigo.

O SR. MARIO GUIMARÃES JUNIOR – ... e organizar... Caso o Governo venha a insistir com essa reforma da Previdência, é muito importante que a CTB, que a NCST, a CUT, junto com a CSP-Conlutas, com a Intersindical, organizem uma poderosa greve aqui neste País, para que possamos resistir a esse...

(Soa a campainha.)

O SR. MARIO GUIMARÃES JUNIOR – ... duro ataque que o Governo está fazendo às classes trabalhadoras.

Por fim, quero agradecer o espaço para o debate e dizer que há dinheiro. Há dinheiro. Por dia, nós gastamos mais de R$2,6 bilhões com a dívida pública, para a qual a Dilma vetou uma auditoria prevista pela Constituição Federal. Trata-se de uma dívida que não sabemos de onde veio, como foi contraída, como é que cresceu tanto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concluindo.

O SR. MARIO GUIMARÃES JUNIOR – Então, é muito importante seguirmos nessa campanha, para derrubar esse veto da auditoria, Senador. Quero pedir apoio do senhor para derrubarmos esse veto, a fim de que

possamos ter recursos públicos para investir na educação, na saúde – na Previdência não precisa, porque ela é superavitária – e em outras áreas, como cultura, esporte e lazer, e assim não será preciso recorrer a falácias, a políticas que prejudicam os nossos direitos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Mario Guimarães Junior. Conte com o nosso apoio. O Mario é da Direção Nacional da Fasubra Sindical.

Passo a palavra agora ao Assis Melo, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul, minha cidade natal, que fala aqui pela CTB, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.

O SR. ASSIS MELO – Quero dar um bom dia ao Senador e, em nome da Denise, saudar todas as mulheres que estão neste plenário e também as que estão nos assistindo pela TV Senado, os representantes de entidades sindicais, as organizações do Estado.

O Senador Paim leu aqui leu requerimento, um requerimento bastante amplo porque trata da questão do mundo do trabalho, previdência, aposentadoria. E nós, Senador estamos preocupados, sim, com este debate porque ele tem um conteúdo político, econômico e, por que não dizer também, ideológico.

Nós estamos no século XXI, mas é preciso nos darmos conta de que algumas medidas estão voltando ao século XVII. Então, no nosso entendimento, está havendo um total regresso do ponto de vista do avanço, do pensamento conservador, não apenas no Brasil, no mundo todo. É preciso nos darmos conta disso. Quando nós colocamos uma das questões primeiras para nós que é a questão da democracia e a democracia no Brasil está ameaçada. É preciso nos darmos conta disso porque quem não sabe da importância disso talvez saia dizendo palavras de ordem em prol da ditadura ou até mesmo do fascismo. Há uma intolerância hoje do ponto de vista dos direitos humanos e nós estamos aqui na Comissão de Direitos Humanos do Senado. Ainda ontem, encontrei aqui o pessoal de um bloco de carnaval de 1978, Senador Paim. E lembro que, em 1978, eu saí de Vacaria e fui morar em Caixas e não tinha nem 16 anos e, antes disso, era quase terceirizado por uma empresa que trabalhava na época para uma madeireira, eu começava a trabalhar às 4h no mato para fazer o trabalho e não recebíamos salário, recebíamos vale para comprar comida, essa coisa toda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me só que eu registre, como faço sempre, a presença do Senador Lindbergh Farias que disse para mim que viria aqui. Então, seja bem-vindo.

É um lutador e foi fundamental para decisões ontem no Plenário do Estatuto das Estatais.

O SR. ASSIS MELO – Eu só queria fazer esse preâmbulo rápido para não dizer que vou fugir do tema porque as questões hoje colocadas servem, sim, ao mercado e nem mesmo ao setor produtivo, porque há uma transferência hoje das empresas para o setor financeiro. Muitas empresas, hoje, são administradas por grupos econômicos e, quando o Governo, deu a desoneração para as empresas, as empresas – porque são associadas ao capital financeiro – pegaram o dinheiro e aplicaram na bolsa e vivem da especulação e não exclusivamente da produção.

Eu acho que esse sistema e a crise toda... E nós vamos ver as bolhas, especialmente daqueles que vivem da crise, porque não existem dois perdendo e, nós, lá no Rio Grande do Sul, soubemos bem disso, porque temos uma trajetória de lá em que vamos para a sexta vez campeões e, quando nós ganhamos, os gremistas sempre perdem. Nós, aqui, do ponto de vista dos trabalhadores...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E quando os gremistas ganham...

O SR. ASSIS MELO – Nós perdemos.

A questão do desemprego hoje no mundo e no Brasil, com o avanço tecnológico vai se perder em torno de cinco milhões de empregos no mundo. Agora, e a questão da economia, da crise que corta também no salário dos trabalhadores e o emprego e a economia não avança.

Por outro lado, os benefícios fiscais que já foram citados, mas é importante que se saiba que a empresa Robertshaw, que diz que vai fechar as suas portas em Caxias, é uma empresa internacional, tem a sua filial nos Estados Unidos, produz, tem empresas em dez países e diz que vai fazer na Índia o termóstato para vender no Brasil, mas com as tarifas da Zona Franca de Manaus, que no ICMS é 98% a menos, do produto importado é 88% a menos. E ainda o IPTU, que talvez lá em Caxias seja 9% e lá é 3%. E esses benefícios, todos, para a empresa, para quê? Para demitir 500 trabalhadores e trabalhadoras, que a maioria lá na Robertshaw – o Senador Paim conhece muito bem – é de mulheres. Então, esses são os benefícios.

Nós temos cobrado aqui e estou em Brasília exatamente porque vim falar com o Ministro da Indústria e Desenvolvimento. Não nos parece que, neste caso, esses benefícios todos sejam para gerar desemprego. Então, é esse equilíbrio que nós precisamos realmente discutir. Nós não vamos, no nosso entendimento, resolver o problema da economia e até mesmo da previdência querendo que só os trabalhadores paguem a conta. Porque no Estado do Rio Grande do Sul, o Governo aumentou o imposto sobre energia elétrica, combustível e outros produtos lá. Quem paga a conta? Nós trabalhadores, porque a conta de luz está mais cara no Rio Grande do

Sul, o combustível no Rio Grande do Sul está mais caro. Então, essas questões todas são repassadas ao consumidor. Se nós também quisermos equilibrar as contas do Governo tem que taxar as grandes fortunas. Por que não se faz isso? Qual é a razão? Claro que nós sabemos: como nós vamos taxar as grandes fortunas quando, no Congresso, a grande maioria é de afortunados? Daí não dá. Ninguém vai querer mexer no próprio bolso.

Então, essas discussões, por exemplo, do ponto de vista também do equilíbrio fiscal, da questão de como a gente faz hoje a cobrança dos impostos, que é regressivo ao invés de ser progressivo, porque quem paga impostos realmente são os trabalhadores. Mas só para citar a questão do Imposto de Renda. Hoje, se eu for discutir aumento de salário na data base, eu não ganho aumento para os trabalhadores, eu ganho um aumento para o imposto de renda, porque, se eu aumento, o trabalhador fica em uma escala baixa, não é corrigido a tabela do imposto de renda. E, do ponto de vista do salário do trabalhador, concretamente, não há aumento. Então, nós ficamos em um círculo. Nós tentamos aumentar o poder de comprar do salário dos trabalhadores e não conseguimos.

E aqui que está a encerrar o meu tempo. Eu só quero, Senador, fazer uma homenagem a nossa fiscal do Ministério do Trabalho Aida Becker, que foi uma pioneira na luta pela NR-12.

Antes de deixar o meu mandato na Câmara Federal, nos fizeram, na Comissão do Trabalho, uma audiência pública para discutir a questão da NR-12. E lembro que, há pouco tempo, a Aida Becker andava por aqui me mandando WhatsApp desesperada exatamente porque querem sustar a NR-12. E qual é o grande problema da NR-12? É que vai proteger o trabalhador, para que o trabalhador não deixe o dedo levar uma prensa, para que não perca a vida. E aí lá, quando fizemos a audiência pública, infelizmente, o setor econômico disse que é muito caro. Quer dizer que proteger a máquina é muito caro. A vida do trabalhador não precisa.

Então, Senador mais uma vez, em nome da CTB, em nome do nosso Presidente Adilson Araújo, Presidente Nacional da nossa central, quero saudar o debate. É claro que são temas importantes e instigantes para nós e a CTB e demais centrais sabem que nós estamos aqui na luta e de olho na questão da terceirização.

Essa, sim, nos dá uma grande preocupação, porque o terror está colocado.

(Soa a campainha.)

O SR. ASSIS MELO – E é preciso flexibilizar tudo em nome apenas do lucro. Então, Senador, conte conosco, conte com a CTB, conte com os trabalhadores e trabalhadoras metalúrgicos de Caxias do Sul e região, porque nós estamos aqui nesta luta em defesa do emprego, do desenvolvimento econômico do nosso País, e queremos realmente que o Brasil possa voltar a crescer, a se desenvolver, gerar emprego e qualidade de vida aos seus trabalhadores e ao seu povo.

Era isso, Senador. Obrigado, em nome da CTB. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Assis Melo, que é Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul e representou aqui a CTB. Ele nos fala da situação desesperadora dos trabalhadores da Robertshaw.

Quero dizer que, sobre a NR-12, felizmente, fizemos aqui, com a presença de todo esse público, duas audiências e asseguramos a presença do Líder da Oposição, o Senador Cássio Cunha Lima. Ele veio para o debate e, no fim do debate, ele se comprometeu e retirou – tem que ser dito – o requerimento, que já tinha sido aprovado, de urgência. A NR-12 seria aprovada à tarde no plenário e, graças ao movimento que você fez lá na Câmara e que esta Comissão fez – porque não fui eu, foi a Comissão –, a NR-12 saiu de pauta. Então, não está mais na pauta. E peço que tranquilize a nossa líder, a quem você fez uma homenagem.

Passamos a palavra, neste momento, a José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, um líder sindical que tem marcado a sua época numa postura de muito equilíbrio, sempre colaborando, toda vez em que é convidado a vir a esta reunião. Se o Calixto não vier porque está viajando, ele manda sempre alguém aqui representando a Nova Central.

Então, seja bem-vindo.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Bem, o Senador já falou sobre...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quero só dizer que nós estamos ao vivo para todo o Brasil, pela Rádio Senado, pela TV Senado e, naturalmente, pela Agência Senado.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Ele já falou sobre a idade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu não falei da idade, não. Eu não citei a nossa idade, nem a sua nem a minha. (*Risos.*)

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Falou sobre o idoso, porque velho é um termo mais pesado. Mas eu sou velho mesmo – a história é essa.

Mas eu queria cumprimentar o Senador Paulo Paim, cumprimentar a senhora e os companheiros membros desta mesa, os dirigentes sindicais presentes e, como diz o meu colega Omar José Gomes, este seleto plenário. E quero dizer da nossa satisfação em podermos participar um pouco deste debate.

O Senador sugeriu três pontos para que nós pudéssemos discorrer um pouco: desemprego, aposentadoria e discriminação. Nós temos um texto aqui escrito, que não é grande, e nós não nos atemos mais a números, inclusive porque os números, por mais que nós nos esforcemos, nunca coincidem com os números do próprio governo. Então, nós fizemos um texto mais conceitual, digamos assim.

O Brasil não aproveitou o seu período de crescimento para incrementar medidas que inibissem concretamente a ocorrência de expressivo número de desligamentos, caracterizando o fenômeno da intensa rotatividade no mercado de trabalho. Agora, em tempos de crise, o prejuízo para a classe trabalhadora é ainda mais preocupante, porque sofre com alarmantes índices de desemprego. E, na medida em que se verifica o aumento da rotatividade, também se verifica o crescimento do desemprego, importando no aumento dos níveis de informalidade da economia e da insegurança em relação a remunerações e de acesso do trabalhador ao sistema de proteção social e à Previdência.

Segundo o IBGE, a taxa de desemprego apurada nas seis principais regiões metropolitanas do Brasil ficou em 6,8% na média de 2015, contra 4,8% no ano anterior.

A taxa é a maior desde 2009 é a maior desde 2009, quando ficou em 8,1%.

Para agravar a situação, o Poder Público vem tomando medidas que incentivam o aumento do desemprego, prejudicando sobremaneira os trabalhadores brasileiros, como o caso da edição Medida Provisória nº 665, de 2015, a qual foi convertida em Lei nº 13.134, também de 2015.

Segundo a referida lei, para se ter direito ao primeiro acesso ao seguro-desemprego, é necessário que o trabalhador comprove ter trabalhado pelo menos 12 meses nos últimos 18 meses. Se for o segundo requerimento de seguro-desemprego, esse prazo mínimo será de nove meses, nos últimos doze meses, e, a partir do terceiro requerimento, o prazo será de 6 meses.

Ora, as edições das proposições legislativas não estão levando em consideração o alto índice de rotatividade no País. Isso porque, de acordo com Dieese, sobre números de rotatividade no Brasil predominam empregos de curta duração, que assim se caracteriza como outro indicador da flexibilidade contratual de trabalho.

Entre 2002 e 2013, cerca de 45% dos desligamentos aconteceram com menos de seis meses de vigência do contrato de trabalho e, em cerca de 65% dos casos, sequer atingiram um ano completo. Dessa forma, verifica-se uma grave violação ao princípio da vedação ao retrocesso social.

Ora, o alto índice de rotatividade no País se consolida como um dos fatores que elevam a precarização da relação de trabalho, devendo ser contida a partir de ações legislativas regularmente instituídas para tanto.

Neste espírito, uma intervenção legislativa regulamentar, o art. 239 da Constituição Federal, o qual tem o condão de não somente coibir a rotatividade, mas também de evitar a incidência das demissões injustificadas verificadas no mercado de trabalho, preservando a estabilidade das relações empregatícias seria de extrema importância, senão vejamos.

A Constituição de 1988, no seu art. 239, diz exatamente o seguinte:

Art. 239. A arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social, criado pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, criado pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, passa, a partir da promulgação desta Constituição, a financiar, nos termos que a lei dispuser, o programa do seguro-desemprego e o abono de que trata o § 3º deste artigo.

E o §4º diz:

§ 4º O financiamento do seguro-desemprego receberá uma contribuição adicional da empresa, cujo índice de rotatividade da força de trabalho superar o índice médio da rotatividade do setor, na forma estabelecida por lei.

Dessa forma, tem-se por essencial a apresentação de projeto de lei com aptidão para regulamentar o aludido dispositivo constitucional, fixando os critérios de aferição dos índices médios de rotatividade em cada setor econômico, instituindo nova modalidade de contribuição especial, revertida em favor do fundo de gestão e financiamento do programa de seguro-desemprego incidente sobre as empresas que apresentem uma rotatividade da força de trabalho acima da média.

Ademais, há a Convenção 158 da OIT, que estabelece, como condição para dispensa pelo empregador, causas realmente justificadas, como as de motivação fundadas no desempenho ou comportamento do empregado, ou em necessidade de funcionamento das empresas. E o art. 4º diz que "não se dará término à relação de um trabalhador a menos que exista para isso uma causa justificada relacionada com sua capacidade ou seu comportamento ou baseada nas necessidades de funcionamento da empresa, estabelecimento ou serviço".

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Nesse sentido, o art. 1º da Constituição Federal estabelece, dentre os fundamentos da República, a dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho, além de ter como objetivo, no art. 3º, a construção de uma sociedade justa, livre e solidária. Portanto, com vistas a dar concretude aos termos da carta política, faz-se necessário também a regulamentação da referida convenção.

Como se sabe, o art. 7º, IV, da Constituição Federal institui o direito a um salário mínimo legal capaz de atender às necessidades básicas do trabalhador e de sua família, como moradia, educação, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, e também garante a preservação do poder aquisitivo mediante reajustes periódicos. O Governo Federal encontra legitimidade para a promoção de políticas públicas voltadas à valorização do salário mínimo a aposentados junto ao Regime Geral de Previdência Social.

Estou quase terminando.

Ressalte-se que, em 2015, foi publicada a Lei nº 13.183, que dispõe sobre a nova regra de cálculo das aposentadorias por tempo de serviço. A partir da referida lei, o cálculo levará em consideração número de pontos alcançados, somando a idade e o tempo de contribuição do segurado. Além da soma dos pontos, é necessário também cumprir a carência, que corresponde ao quantitativo mínimo de 180 meses de contribuição para as aposentadorias. Alcançados os pontos necessários, será possível receber o benefício integral, sem aplicar o fator previdenciário.

A progressividade ajusta os pontos necessários para obter a aposentadoria de acordo com a expectativa de sobrevida dos brasileiros. Assim, até 30 de dezembro de 2018, para se aposentar por tempo de contribuição, sem incidência do fator, o segurado terá que somar 85 pontos, se mulher, e 95 pontos, se homem. A partir de 31 de dezembro de 2018, para afastar o uso do fator previdenciário, a soma da idade e do tempo de contribuição será de 86, se mulher, e de 96, se homem. A lei limita esse escalonamento até 2026, quando a soma, para as mulheres, deverá ser de 90 pontos e, para homens, de 100%.

Ademais, em dezembro de 2015, foram veiculadas notícias acerca da reforma trabalhista e previdenciária, que será realizada no ano de 2016. Segundo o Ministro da Casa Civil, Jaques Wagner, a Presidenta deverá otimizar três a quatro eixos da economia para apresentar ao Congresso Nacional.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Porém, não deu detalhes sobre os eixos, mas afirmou que poderão ser, além da Previdência, a simplificação tributária, a livre negociação de questões trabalhistas entre empregadores e empregados, mediante desburocratização. De acordo com o Ministro da Fazenda, Nelson Jobim, a proposta de reforma da Previdência, que introduz uma ideia mínima para a aposentadoria, será enviada ao Congresso Nacional ainda neste primeiro trimestre.

Diante do exposto, considerando a relevância das entidades sindicais na construção das relações de trabalho e na defesa dos interesses do trabalhador, não há que se admitir a elaboração de quaisquer propostas legislativas e/ou atos normativos...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – ... que venham a impactar, direta ou indiretamente, as relações de trabalho brasileiras sem a oitiva do movimento sindical, para que a reforma não cause uma retirada de conquista dos trabalhadores, o que é inaceitável.

Senador, eu vou terminar a leitura, mas eu queria mais um minutinho só para dar uma informação de que talvez nem todos tenham conhecimento, exatamente pelo fato do tempo.

Como eu já vivi muito mais do que vocês todos, naturalmente, eu venho de uma época em que, desde 1946, eu comecei a trabalhar com carteira assinada. Tive o privilégio de nunca ficar desempregado.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Àquela altura, já se discutia a Previdência Social, mas existiam os institutos específicos: havia o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários como um modelo de previdência social; existia o instituto IAPI, por exemplo, dos industriários; e assim sucessivamente.

Acontece que os institutos do Estado brasileiro, de modo geral, não tinham condições de manter as suas obrigações como os institutos das categorias privadas tinham. Então, o Ministro, à época – se não me falha a memória, Nascimento e Silva –, resolveu unificar todo o sistema previdenciário. Aí, aconteceu o que nós estamos vivendo até hoje.

Então, é bom que nós tenhamos certeza de que essa discussão existiu à época, existe agora e vai existir sempre. Nós nunca vamos deixar de discutir a Previdência Social. Pelo tempo que eu tenho dessa discussão, eu

acho que até posso desafiar que não há um governo, no nosso País, talvez no mundo, que não discuta a Previdência Social permanentemente, achando sempre que a previdência social traz dificuldades para o Estado brasileiro ou para o País. Quer dizer, é sempre deficitária. E, quanto nós olhamos a Previdência considerando o sistema de seguridade social, é mais fácil chegamos à conclusão de que não existe realmente esse déficit que é tão falado pelo nosso Governo.

Quer dizer, nós vamos enfrentar um período dramático de discussão, até porque não está havendo segurança jurídica em nada. Porque aquela história de três Poderes independentes, porém harmônicos entre si, também desapareceu. Não há independência de Poderes, muito menos harmonia. E, além de tudo, não há mais respeito a ninguém e a nada. Acabou aquela história de que, quando se falava em um Senador da República, se fazia uma reverência. Hoje não existe mais isso; tudo é chacota. Então, não existindo respeito, não existe segurança jurídica.

E nós sabemos: o empresário não investe por amor à Pátria; ele investe com a certeza do seu lucro e do seu capital.

E o Governo não tem dinheiro para investir na obrigação da economia privada. Então, enquanto não acabar essa demanda entre os Poderes, vai ser muito difícil sairmos dessa crise que estamos vivendo, que é, acima de tudo, com toda a vênia, uma crise ética e uma crise moral.

Muito obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o José Calixto Ramos que, com sua experiência, mostrou a preocupação enorme principalmente com a reforma da Previdência e a questão do mundo do trabalho.

Passamos a palavra para o representante da UGT, o líder Miguel Salaberry Filho, que falará pela União Geral dos Trabalhadores.

Quero dizer para o meu querido Senador Lindbergh Farias que ele fala no momento que entender mais adequado, como é praxe nesta Comissão.

O SR. MIGUEL SALABERRY FILHO – Bem, Senador Paulo Paim, quero cumprimentar o gaúcho, o nosso Senador – que não é do Rio Grande do Sul, mas é do Brasil, eu não canso de me referir a isso. Cumprimentando o Senador, cumprimento os demais membros da Mesa; e cumprimento a Profª Denise Gentil pela lição, pela palestra em que ela trouxe os números que realmente existem na Previdência. Quero cumprimentar o companheiro...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permite-me?

Senador Lindbergh, você não conseguiu chegar, mas a palestra dela é imperdível. É imperdível. Quero apenas fortalecer o que você... Mas ela vai fazer o fechamento, ainda. Ela vai falar no final, em nome de toda a Mesa.

O SR. MIGUEL SALABERRY FILHO – Cumprimentando a professora, cumprimento todas as mulheres que estão aqui no plenário, as que estão nos ouvindo e nos assistindo através da TV Senado.

Cumprimento o Senador Lindbergh Farias. Eu não esqueço, Senador, das nossas brigas no movimento estudantil, daquilo que defendia lá e o que hoje está defendendo aqui. Então, hoje, nós temos os dois lados, não é? Aquele movimento que se fazia, em que se lutava, e hoje V. Exª está aqui legislando e defendendo não só os brasileiros, mas principalmente o movimento estudantil, que hoje está um pouco desacreditado, pela falta de liderança – que existe não só no movimento estudantil...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Daqui a pouco vai haver uma campanha: "Volta, Lindbergh!"

Isso é para descontrair. Eles querem é te manter aqui como Senador e, quem sabe, como governador no amanhã.

O SR. MIGUEL SALABERRY FILHO – É.

Senador Paim, depois de ouvir a palestra, a lição, a aula que recebemos da Profª Denise, e o que o companheiro Calixto falou e me tirou a palavra – porque aqui eu trouxe, a pedido do Presidente Ricardo Patah e do nosso Vice-Presidente e ex-Deputado Roberto Santiago, as nossas posições e resolução do terceiro congresso... Onde estão as nossas propostas de reforma, e o nosso congresso era de reforma... Brasil, é a hora das reformas – esse foi o motivo, foi o tema principal do nosso terceiro congresso, realizado em junho de 2015 lá em São Paulo.

Aqui estão as nossas propostas. O companheiro Calixto pontuou, e eu não vou ser repetitivo. Eu sou um trabalhador que começou a trabalhar em 1960. Quando o Calixto disse 1954, eu achei que eu era o decano aqui na Mesa. Quando comecei a trabalhar, existia uma legislação específica. Aqui, quando se forma o mundo do trabalho – vou tentar ser rápido, porque se deixar eu levo quatro horas falando aqui –, quando se fala no mundo do trabalho... Quando eu iniciei no mundo do trabalho, existia uma legislação, e essa legislação trabalhista me dizia que eu trabalharia dez anos, teria uma estabilidade e teria meus reajustes pela inflação.

Quando lutamos, e isso o meu falecido pai e a minha mãe... Meu pai era estrangeiro, era uruguaio, tupamaro, veio para o Brasil trazido pelo companheiro Getúlio Vargas, o que muito me honra. Então, eu sou lá do tempo do Getúlio, e vim passando até aqui. As discussões, os debates e os problemas são os mesmos. Meu pai me ensinou a fazer política partidária.

Então, antes de entrar na escola, eu entrei na escola da política partidária, o que me honra muito.

Quero dizer, referente ao mundo do trabalho: as coisas vieram mudando, aí, trocaram a nossa estabilidade pelo FGTS, nunca optei pelo FGTS, aposentei-me, continuo na luta sindical e quero dar depoimento desta audiência pública, Senador Paulo Paim, Senador Lindbergh Farias. O meu depoimento de vida é que deveremos lutar por aquilo que entendemos melhor para o Brasil. E, quando se elege um Presidente da República, e, desde Getúlio Vargas, que foi um ditador, depois, veio a ser eleito, aprendi e, depois, no tempo da ditadura, lutei – fui fundador do PT, junto com os companheiros que estão aqui, o Valeir, que participava comigo no Conselho da Previdência –, então, entendo, quando há uma eleição, a eleição é por aquele determinado. Então, não defendo Governo atual, nem anteriores, defendo a democracia, isso me espanta muito. Por quê? Quando se fala em democracia, e passei pela ditadura, lutei contra a ditadura, o que eu ganhava do meu salário, que era o salário de 60 mil, 30 mil eu entregava para a comissão que estava fundando o Partido dos Trabalhadores. Muito me honra ter sido fundador, tanto do PT quanto da CUT. Contribuí, acho que a contribuição... Só se faz política com transparência, de nada adianta se querer fazer movimento sindical sem custeio, ou eleger um Deputado, ou um Senador sem custeio, tem que haver o financiamento, e defendo isso. Então, passei por tudo isso, não quero, passei, vivi.

Quando falamos do desemprego no Brasil, o desemprego é a situação globalizada. Antigamente, para se conseguir uma notícia do exterior, ela vinha 30 dias depois, hoje, é instantânea. Hoje, temos a nossa imprensa, a imprensa do movimento sindical, onde temos rádio, TV, tudo na *web*, e temos como nos comunicar, e as redes sociais estão aí. As coisas mudaram, e mudaram muito, desde o tempo do Senador Paim, quando lá, no Rio Grande do Sul, do Senador Lindbergh, quando no movimento estudantil, e eu como um dirigente sindical, que muito me honra, e aprendi que temos que respeitar as leis, quando está fora, é um discurso, quando está dentro é outro, e é o que está acontecendo agora. Então, temos que ter o respeito, prego o respeito. E o desemprego que está aí, estou como dirigente sindical no Rio Grande do Sul, o Senador sabe, o companheiro sindicalista, nosso ex-Deputado que muito faz falta aqui, também na Câmara dos Deputados, o Assis Melo. Temos problemas na base, como ele tem no setor metalúrgico, tenho lá no Rio Grande do Sul. O Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, com seu ex-Deputado, o Romildo Bolzan Júnior, está lá fazendo um tipo de administração que todo mundo elogia, mas ninguém sabe o que está acontecendo com os trabalhadores que estão lá, no Grêmio. Verdade que está há 60 anos no Grêmio, e que, hoje, estamos lutando para que ele consiga incorporar a inflação na data-base, e o Ministério do Trabalho, a Auditoria Fiscal, a Procuradoria estão tomando as providências. Nós, na data-base, fizemos um acordo, a convenção coletiva com 10%, em maio do ano passado e o Grêmio disse que não daria porque não tem Governo Federal, não tem Ministério Público, não tem ninguém que o faça dar e não está dando e está lá achatando os trabalhadores do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense.

Acho que temos que aproveitar sempre as oportunidades de falar, não só para o Rio Grande do Sul, mas para o Brasil. E um parêntese, Senador, tivemos o Fórum Social Mundial lá, no Rio Grande do Sul, que muitos criticam, porque dizem que aquele Fórum não é importante, e acho que é, porque dá oportunidade para que todos os movimentos sociais, movimentos sindicais, lideranças partidárias possam lá discutir o contraponto do outro Fórum Social Mundial. Ele é importantíssimo, e o Assis Melo está aqui, o nosso ex-Deputado e Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, sabe da importância do Fórum Social Mundial, que, ano que vem, vai se repetir e vamos ter a oportunidade de fazer todas as críticas para esse setor econômico, não só do País, mas a globalização.

Então eu estava falando do desemprego, Senador, e eu queria deixar registrado, e V. Exª vai receber um documento da UGT referente a esse problema do Rio Grande do Sul, não só do Caxias, mas também do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, e chegaria na aposentadoria.

(Soa a campainha.)

O SR. MIGUEL SALABERRY FILHO – A campainha vai tocar muitas vezes.

Sei do tempo, Senador, e vou tentar reduzir. Eu queria falar da aposentadoria e dizer a todos que estão nos assistindo, ouvindo, os Senadores que estão lá dando entrevista, que quando o meu pai morreu, ele era militar, era chefe da Casa Civil do Leonel Brizola, ele não descontava. Criaram lá uma lei que denominaram Lei Peracchi, só que o Peracchi era de outro partido, naquele tempo do PSD que existia na época, e o meu pai era do PTB do Getúlio. Como ele não queria saber de direita em hipótese alguma, ele era radical, era tupamaro e

era brasileiro naturalizado por força do casamento com a minha mãe brasileira, ele não autorizou a descontar aquele valor.

(Soa a campainha.)

O SR. MIGUEL SALABERRY FILHO – Quando ele morreu, ele tinha um salário muito bom, nós éramos de classe média alta, perdemos. A aposentadoria da minha mãe era zero, foi quando nós, dez irmãos, começamos a trabalhar, porque ele morreu em 1964, porque ele lutava a favor da democracia e não da ditadura.

O meu pai me disse que quando ele morresse ele não queria um centavo que não fosse seu direito. E aí veio então que a minha mãe teria que requerer porque ele teria direito e tal. Ela resolveu não requerer porque entendia que a luta dele, que a morte dele era pela democracia. E hoje ela morreu, não recebeu, nós não requeremos, nunca quisemos o direito que teríamos de ela receber tudo aquilo, como todos receberam, até o Presidente Lula recebe o salário por aquele período em que ele esteve na luta.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Tem mais um minuto.

O SR. MIGUEL SALABERRY FILHO – Vou tentar ser mais sintético. Eu entendo.

O meu depoimento é um depoimento, não é uma defesa. A defesa o Calixto já fez, o que ele falou aqui está no nosso congresso. Estou querendo dar um depoimento do que realmente eu vivi que está acontecendo hoje.

Quando se fala em reforma da Previdência, em reforma trabalhista, em reforma da economia, temos que sentar e discutir realmente. E falo a cavaleiro na história, porque eu contribuí para que nós elegêssemos nosso Presidente Lula. Ele fez um trabalho que entendo excelente. Infelizmente na política aqui do Congresso Nacional tem que haver os acordos. E temos bons Deputados, maus Deputados, bons Senadores, maus Senadores. Então eu entendo, Senador, que V. Exª está no caminho certo, está discutindo aquilo que vai vir, que nós já conhecemos.

E estou dando um depoimento porque tudo isso o Calixto já falou, nós já passamos. O Senador Lindbergh Farias também já passou por isso. Então pelos depoimentos, por todas as falas que estão sendo feitas aqui acho que V. Exª está no caminho correto.

Para finalizar, eu só queria dar um depoimento. Há dois dias aconteceu um fato lamentável na segurança nossa no Brasil inteiro, não só no Rio Grande, mas aqui em Brasília. Um servidor aqui do Senado passou na concessionária, pegou o carro, foi buscar seus dois filhos na escola e foi assassinado, pela falta de segurança que temos neste País.

Então, Senador, aqui é a Comissão de Direitos Humanos, nós temos, V. Exª tem a obrigação, junto com o Senador Lindbergh Farias, de levantar esse problema da segurança, da saúde por que estamos passando no País no momento.

Era esse o meu depoimento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Esse foi o Miguel Salaberry Filho, que falou pela UGT.

Já fizemos aqui algumas dezenas de audiências públicas sobre segurança e saúde, com a mesma preocupação que você levantou. Só no ano que passou, foram em torno de 152 reuniões sobre trabalho escravo, direito do trabalhador, saúde, plano de saúde e segurança, que o senhor levantou muito bem.

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – Senador, só para registrar, esse funcionário que foi assassinado era servidor do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Exatamente. Nós acompanhamos.

Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Paulo Paim, queria cumprimentar a todos que estão nesta audiência pública. Na verdade, vim aqui porque eu queria escutar muito a Denise Lobato, quero conversar com ela depois, quero fazer até algumas perguntas aqui também. Porque, quando se fala em reforma da Previdência, há uma campanha na mídia que distorce números. Então, nós temos que trabalhar com informações muito concretas para enfrentar esse debate.

Eu, na verdade, estou muito preocupado com o clima que nós estamos enfrentando no País. Fala-se muito em golpe e, de fato, é um golpe afastar uma Presidente eleita, sem base jurídica. Mas há um outro golpe em curso aqui, estão tentando impor a aplicação de um projeto neoliberal neste País, das mais diversas formas. Eu me assustei muito nesta semana com a fala do Presidente do Senado, Renan Calheiros, na abertura dos trabalhos legislativos, sobre a pauta do Congresso Nacional. O primeiro ponto que ele falou, da pauta do Congresso Nacional, foi terceirização. Voltou a esse tema, que foi aprovado na Câmara dos Deputados com a

articulação do Eduardo Cunha, mas aqui, em um primeiro momento, até o Presidente Renan tinha ficado do nosso lado, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se me permitir, só para ficar claro, eu falei com ele ontem. Ele disse o seguinte: "Paim [eu sou o Relator do PL], você fique tranquilo que eu quero é regulamentar os 13 milhões de terceirizados". Se for isso, podemos votar o projeto dessa maneira.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu estou muito esperto com aquele discurso ali...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Claro, claro, claro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – ... porque não foi só terceirização.

O segundo ponto que ele colocou foi Banco Central independente. Só se for independente do Brasil, porque o Banco Central, hoje, já é capturado pelo mercado. E eles querem, agora, ter mandato fixo. Veja bem o que acontece no Brasil: no ano passado, em 2015, nós pagamos R$500 bilhões de juros. Só para termos uma ideia, o orçamento da saúde é algo em torno de R$100 bilhões. Da educação, de menos de R$100 bilhões. Pagamos R$500 bilhões de juros. Nós temos a maior taxa de juros do mundo!

Eu fui autor de um projeto – foi votado no final do ano passado, Senador Paulo Paim, e até nós ganhamos, 32 a 31, só que era um projeto de lei complementar e eram necessários 41 votos – para que o Banco Central tivesse um duplo mandato: não só o controle da inflação, mas também a preocupação com o crescimento e geração de empregos, como é o Banco Central norte-americano. Veja bem, essa proposta de Banco Central independente é o fim, é algo que nós temos que lutar de todas as formas aqui para impedir que ela seja votada.

Mas não é só isso, ele falou: terceirização, Banco Central independente, lei de responsabilidade das estatais, o PL nº 555 que, na verdade, é a privatização das empresas públicas. Você transforma toda empresa pública em sociedade anônima (S.A.). Quando você transforma em S.A., o centro da empresa pública é o lucro. Caixa Econômica Federal, por exemplo, que faz um trabalho em relação ao Bolsa Família. Aquilo não tem como se explicar, se vira S.A. O BNDES, que é um banco de desenvolvimento, que tem que pensar, às vezes, no desenvolvimento regional, tem que pensar no desenvolvimento nacional, tem que ter taxas de juros mais baratas. Se vira uma S.A., você desvirtua completamente. Eu dou um exemplo, como transformar a Embrapa em uma S.A.? A Ebserh, aquela empresa que é para cuidar dos hospitais universitários, como transformar em uma S.A.? Então, esse é outro ponto do projeto.

Há um quarto ponto – que eles querem votar ainda agora, nesses próximos 30 dias –, que é o PL nº 131, do Senador José Serra, que retira – hoje, na exploração do pré-sal, a Petrobras é operadora única e tem 30% de todos os campos do pré-sal –, eles querem tirar, eles estão tentando transformar isso como se fosse um ônus. É um bônus! Foi o Estado brasileiro, foi a Petrobras que descobriu o pré-sal. O pré-sal está lá, já está descoberto! Eles querem tirar a Petrobras. E, em um momento que o barril de petróleo está abaixo de US$30. Na verdade, é entregar o nosso pré-sal para essas multinacionais do petróleo, de uma forma...

Há um outro projeto do Senador José Serra, sobre o limite das dívidas públicas, que, na verdade, é um plano de austeridade de longo prazo. Eu e o Senador Paulo Paim votamos aqui contra o ajuste fiscal do Governo.

Eu tenho muito orgulho de ter feito isso, em abril do ano passado, porque nós torcemos muito para que as coisas deem certo – não é, Paim? –, mas não havia como dar certo. Com a economia em recessão, o Governo me faz um ajuste fiscal, um contingenciamento violento, de mais de R$108 bilhões, e, ao mesmo tempo, aumenta a taxa de juros. Não havia como dar certo. E nós votamos aqui contra esse ajuste fiscal. Estamos tendo esta posição crítica em relação ao Governo.

Esta semana, fiquei muito preocupado não só com o discurso do Renan, mas também com a mensagem lida pela Presidente Dilma, porque ela, infelizmente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu levantei a mesma preocupação que V. Exª levanta.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – A mensagem lida pela Presidente Dilma, infelizmente, foi de ajuste fiscal, reforma fiscal e mais reforma da Previdência. Nós vamos resistir!

Em relação à reforma da Previdência, nós não vamos deixar essa pauta entrar aqui. (*Palmas.*)

Independentemente de qualquer posição, eu quero deixar isto claro. Eu acho que é um grande equívoco nosso, entendeu? Neste momento, nós teríamos que estar preocupados com a recuperação do crescimento econômico, com a proteção dos empregos... Muita gente diz "ah, não há o que fazer!" Há o que fazer, sim!

Agora, no Canadá, foi eleito primeiro-ministro um "cara" muitíssimo interessante, e foi eleito dizendo claramente para o povo do Canadá: "Eu vou fazer déficit público por três anos para fazer a economia crescer." Porque nós estamos numa situação que é a seguinte: as famílias não estão gastando mais do que sua renda, por causa da crise, estão segurando, assim como as empresas... Só há um jeito de fazer esta economia crescer:

o Estado brasileiro, o Governo brasileiro fazendo investimento público, fazendo gasto social, para puxar... E precisa baixar essa taxa de juros, que é uma excrescência total. Mas é preciso fazer isso.

Esse discurso do superávit... Falar em superávit primário num momento de recessão como este que estamos vivendo é uma loucura! É uma loucura!

Então, nós temos que ter forças neste momento, Senador Paulo Paim, para mostrar que o rumo está errado. Eu digo sempre que o melhor amigo nem sempre é o que fica calado; o melhor amigo é o que está dizendo "está errado o caminho! Está errado o caminho!"

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E ajudar não é bater palmas numa hora desta, mas fazer o que V. Exª está fazendo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – E nossa preocupação é a seguinte: nós tivemos, neste Brasil, um processo de inclusão social que é inegável. Nós saímos de 12% de desemprego, com o Fernando Henrique Cardoso, e chegamos, no final de 2014, em dezembro de 2014, com 4,3% de desemprego. Nós não podemos aceitar que regridamos tudo isso em dois anos, que a taxa de desemprego volte a ser de 12%, que percamos todas as conquistas desses últimos anos.

Então, eu acho que agora é fundamental o movimento sindical estar organizado, ter uma postura independente. Eu tenho conversado com muita gente que diz "olha, nós somos contra esse golpe, mas nós somos contra essa política de reforma da Previdência, contra esse caminho em que o Governo está andando." Temos que falar grosso também do lado de cá, porque, do lado de lá, falam grosso.

Eu acho que há uma ilusão no Governo, Senador Paulo Paim, que é de, num momento como este, de guerra... Nós estamos num momento de luta política radicalizada. Acho que há alguns que pensam "ah, se eu colocar a bandeira da reforma da Previdência, eu vou tentar neutralizar o lado de lá, o andar de cima." No fundo, eu só consigo entender essa explicação, que é um equívoco total. Essa turma está vindo para cima, quer...

Então, eu acho fundamental, nesta batalha de 2016, a gente se preparar muito para este debate sobre a reforma da Previdência. Eu quero dizer a vocês que o Senador Paulo Paim, nesse sentido, é o nosso líder, mas, aqui, nós vamos organizar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Somos parceiros.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Não, aqui nós vamos organizar uma trincheira, viu?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos caminhar juntos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – O Senado Federal está melhor do que a Câmara, porque, no Senado, aqui, a gente tem um bloco progressista, de gente de vários partidos, que junta sempre uns 30 Senadores, e a gente tem ganhado propostas importantes, a gente tem ganhado da direita aqui, no Senado. A gente, aqui, conseguiu aprovar o fim do financiamento empresarial, em votação. Nós ganhamos. Nós também seguramos a terceirização aqui. Então, o Senado está sendo um pouco um contraponto à Câmara dos Deputados.

Agora, eu acho que, nesse debate sobre a Previdência, Denise, há muita falta de informação, de informações básicas. A gente tem que ser bem didático e repetir. Inclusive, eu vim aqui hoje muito para conversar contigo, para, depois, conversarmos por cinco minutos, porque, primeiro, a Previdência deficitária... Aí entra naquele debate sobre a Constituição, sobre o sistema de seguridade social. Esse é um primeiro ponto em que temos que entrar e que é importante.

Segundo, pioraram, em 2014, em 2015, os números da Previdência? Qual foi o impacto da desoneração nesse momento? Porque aí seria muito cruel.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tudo isso ela mostrou aqui, no painel.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Ela mostrou, e eu perdi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ela tem os dados aqui. Ela deu um *show* aqui.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu vim aqui para aprender com ela. Estou precisando de argumentos, porque estamos aqui sempre, o dia inteiro... Aqui, são tantas batalhas, e, agora, nós temos que ter essa informação para o debate público. Porque seria muito cruel, depois de se dar desoneração para as grandes empresas, dar uma desequilibrada nos números da Previdência e atacar os trabalhadores, os mais pobres.

Essa ponte para o futuro do PMDB, pessoal, é impressionante! Uma das propostas centrais dele é desvincular o salário mínimo da Previdência. Eles não esquecem o grande... Olha, eu tenho para mim, naquele período do governo Lula em que tivemos um grande crescimento no País, em que criamos aquele grande mercado, aquele consumo de massa no País, que o papel fundamental foi da Previdência, foi do poder do salário míni-

mo na Previdência. O impacto daquilo foi muito maior que o do Bolsa Família e do que qualquer outra coisa, Senador Paulo Paim.

Então, eu queria muito que a Denise repetisse – até peço desculpa –, porque vim aqui mesmo para tentar pegar esses números. Eu acho que é muito importante trabalharmos com informação, porque hoje é quase um senso comum no Brasil – é tanta repetição – de que a Previdência é deficitária, de que a Previdência é um problema, de que o problema da Previdência tem que ser resolvido.

E o fundamental – encerro, porque já estou falando muito aqui – é que a grande questão é que eles discutem sempre a questão do resultado primário, do déficit primário, porque eles querem que sobre dinheiro para pagar juros da dívida. Esse é o grande pacto das elites nacionais. Na verdade, não é só o sistema financeiro que ganha com esses juros altos. Hoje, das 250 maiores empresas do Brasil, 247 têm o seu departamento financeiro e tributário que fica ali: ou o cara faz investimento ou aplica em títulos da dívida pública. E hoje todo mundo está aplicando em títulos da dívida pública, porque você ganhar juros de 14,25%, parado... Onde tem isso?

Então, a grande questão hoje do Brasil é que esse pessoal quer comprimir os gastos públicos para sobrar dinheiro para pagamento de juros da dívida. Eles não falam disso. Eles só falam sempre o seguinte: olha, o superávit primário, o déficit primário... O superávit primário e o déficit primário não têm a importância que tem o déficit nominal, que é o que inclui os juros. Para os senhores terem ideia, em 2014, o déficit nominal foi de 6,7% do PIB e o déficit primário foi de 0,6%, de juros, foi de 6,1%. Déficit primário de 0,6% é uma média internacional muito baixa. Tivemos, agora, em 2015, um déficit de 10 pontos, só que quase 9 pontos foram de pagamento de juros. E eles não discutem isso.

(Manifestação da plateia.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Nós vamos votar pela derrubada do veto. Eu vou votar pela derrubada do veto. É um grave equívoco aquele veto da Presidente Dilma. (*Palmas.*)

Então, veja bem: de 10% do déficit nominal, 9% para pagamento de juros e 1% de déficit primário, mas eles querem tirar os 10 bilhões do Bolsa Família, eles querem apertar a Previdência...

E essa outra parcela enorme que beneficia é o pacto das elites no Brasil. Não é só o sistema financeiro, os grandes empresários brasileiros. Todo mundo ganha dinheiro nessa mamata, 500 bilhões no ano passado.

Então, não podemos aceitar isso. Eu não aceito um debate de reforma da Previdência sem que se discuta Banco Central, sem que se entre a fundo no que está acontecendo aqui, no Brasil.

Então, estamos aqui na resistência, pessoal. Vocês têm que nos ajudar porque aqui, no Senado, há espaço para derrubarmos um bocado de propostas como essa, mas o que eles querem fazer agora – nós temos que ter clareza disto – é, independente de mudar o Governo, aplicar uma política de regressão do direito dos trabalhadores, aplicar uma política neoliberal aqui, no País, e, infelizmente, com colaboração, em vários momentos, dos setores do Governo e do Governo. Isso é que é cruel, é que é duro aceitarmos aqui neste momento.

Então, companheiros, eu estou junto nesta luta e queria muito que a Denise...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ela vai falar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – ..., se puder, tivesse um espaço para conversar aqui com a gente, porque eu acho fundamental que a gente trabalhe com informação, porque informação falta a todo mundo, até a nós aqui, para a gente enfrentar esse debate com qualidade aqui, no Senado Federal.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Esse foi o Senador Lindbergh Farias, que deu uma bela contribuição.

Então, agora vai falar o último desta Mesa. Depois, vamos para uma segunda Mesa, com dados e números, tenho certeza, dos próximos painelistas.

Com a palavra o representante da Intersindical, o líder Edilson Montrose.

O SR. EDILSON MONTROSE – Bom dia a todos e a todas, aos colegas componentes da Mesa.

Um bom-dia especial e agradecimento ao Senador Paulo Paim pelo convite.

Bom dia aos presentes aqui no plenário, ao Senador Lindbergh, que teve uma atuação decisiva aí nesse retardamento da entrada do PLS 555, de abertura de capital das estatais.

A Intersindical Central da Classe Trabalhadora foi fundada em março 2014. Na época, centenas de militantes de 19 Estados brasileiros. E agora, em março deste ano, ou seja, daqui a dois meses, estaremos no nosso segundo congresso.

Atendo-me ao tema que norteou esta audiência pública, a reforma da Previdência, e a partir da brilhante exposição da Profª Denise Lobato Gentil, a gente tem que lembrar que a previdência ser um direito dos trabalhadores é um padrão civilizacional básico, né? Se a gente considerar a inclusão dos direitos civis, políticos e sociais, com os sociais vindos no segundo meado do século XIX, a previdência é o primeiro direito social que

é instituído como política de Estado. Ou seja, atacar a previdência é atacar a dignidade humana na sua plena acepção do termo, é descartar todo aquele trabalhador e trabalhadora que, durante anos a fio, labutou, fez a riqueza do país quando ele mais está precisando.

Diante disso, a caracterização que a Intersindical Central da Classe Trabalhadora tem desses 13 anos do Governo do PT é que ele aplicou uma política neoliberal. Matiza-se, há uma diferença de grau e algumas qualitativas em relação ao período anterior, óbvio, mas é uma diferença mais na escala. É a diferença de quantas doses de benzetacil neoliberal a gente vai ter. Se é com o Governo de agora, que aplica determinadas quantidades, ou se é de uma oposição de direita, ultradireita, ultraneoliberal, reacionária e conservadora. Ou seja, é um quadro difícil da classe trabalhadora brasileira, mas nós vamos sair vitoriosos dele, assim como nos saímos nos anteriores. Assim a gente avalia.

Ou seja, se a gente colocar neoliberalismo como privatização, abertura comercial, liberalização financeira, superávit primário, desregulamentação trabalhista, sacralização da dívida pública... Foi bem lembrado aqui pelo Senador Lindbergh, que falou há pouco, que a dívida pública brasileira está constitucionalizada: art. 166 da Constituição. Lá é previsto que não cabe ao Congresso ter nenhuma opinião a respeito das rubricas orçamentárias que desrespeitam a dívida pública. Isso é uma das premissas do neoliberalismo no mundo, não é?

Se a gente colocar as primeiras experiências neoliberais que houve... E olhem a perversidade disso: as primeiras foram, aqui, na América Latina, no Chile do Pinochet, com os Chicago Boys, e na Argentina do Videla, com o Martínez de Hoz. Basta lembra que o Chile do Pinochet matou mais de 15 mil chilenos, com cifras bem módicas. A Argentina, mais de 30 mil. Tanto que, na época, o Milton Filho deu uma entrevista para o jornal *El Mercurio*, do Chile, dizendo que a democracia não era um valor que ele considerava essencial no ordenamento jurídico, ou seja, numa gestão estatal. E muito das políticas neoliberais, seja dos ideólogos ou dos governos que a aplicam, colocam isto: parte do orçamento dele, do chamado gasto público, você retira do debate, você retira da pauta deliberativa, você constitucionaliza no sentido de que a população, de a classe trabalhadora não possa opinar sobre ela, nem ela nem os representantes eleitos por ela, como, por exemplo, no caso do Congresso. A proposta de independência do Banco Central não é nada mais do que isso. Aliás, muitas vezes se colocavam, na época da eleição de 2014, a diferença entre independência e a autonomia operacional. Isso é eufemismo. Ambas querem dizer a mesma coisa. Você fixar mandatos e desvincular em relação ao mandatário do Executivo não é nada mais do que garantir que aquela política rentista vai continuar independentemente do mandatário que vier a ser eleito a cada quatro anos. Ou seja, é um retrocesso tremendo.

Esse Projeto de Lei nº 555, que trata da abertura de capital das estatais, sob o argumento falacioso de que teria que ter mais probidade a Administração Pública, para que as empresas estatais não sejam vilipendiadas, não sejam mutiladas via corrupção, na verdade, quer institucionalizar isso, porque você garante que o capital privado nacional e internacional tenha ingerência nessas empresas públicas. Ou seja, o modo como se publiciza isso na imprensa... E a imprensa tem grande culpa, porque elas são grandes grupos empresariais e, obviamente, não vão representar o que nós trabalhadores estamos propondo.

Em relação à reforma da Previdência, eu acho que, diante da exposição da Denise e dos demais companheiros que me precederam, eu não teria muito a falar. A Intersindical Central da Classe Trabalhadora coloca-se contra essa unificação de idade de homens e mulheres.

Não é uma novidade que, nas relações conjugais, no Brasil e em grande parte do mundo, o machismo ainda impera, infelizmente. Então, a maioria das mulheres neste País têm dupla, tripla jornada. Infelizmente, muitos companheiros não atinaram para, algo que deveria ser óbvio, que já deveria ter criado sinapse na conduta de deles, o fato de que não há nada na compleição física e biológica do homem que os impeça de fazer os trabalhos de casa. É apenas uma convenção social perversa que faz com que eles não compreendam isso. Ou seja, não há por que igualar isso em relação a homens e mulheres.

Há também a questão dos trabalhadores da zona rural, que sofrem com condições de trabalho aviltantes, muitas vezes. Tanto que, numa audiência pública realizada há dois dias sobre o trabalho escravo, foi ressaltada essa condição à qual eles estão sujeitos.

Nós temos que ter, por parte do movimento sindical, junto às bases que nós representamos e o restante da classe trabalhadora brasileira, essas atitudes de desnaturalizar esses argumentos que são veiculados pela mídia, seja pelo Governo, seja pela oposição de direita, de dizer que a Previdência tem déficit.

Eu acho que nós temos que multiplicar esse trabalho, essa pesquisa da Profª Denise Gentil e de outros pesquisadores no Brasil. Temos que colocar de forma didática, para que o trabalhador possa absorver isso, possa se apoderar disso e possa participar na luta, porque, do contrário, fica um monólogo extremamente mentiroso em relação à própria situação do trabalhador.

Na Intersindical, nós temos a seguinte opinião. O Governo, como foi dito, fala muito fino com os banqueiros. Ou seja, na mensagem da Presidenta deste ano, ela fala da reforma da Previdência, ela fala da prorrogação da DRU até 2023 e majoração de 20% para 30%...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Deixe-me só dizer uma coisa, Senador Paulo Paim. Há uma coisa muito importante: além da DRU, estão inventando uma desvinculação de receitas dos Estados e dos Municípios, o que é um escândalo, porque isso significa, concretamente, redução de recursos na educação e na saúde na ponta em Estados e Municípios. Este é um ponto novo, que pouca gente está sabendo, de que pouca gente falou.

Edilson, você está falando uma grande fala desde o começo, mas eu acho que tínhamos que chamar atenção.

Senador Paulo Paim, eu acho que V. Exª poderia chamar uma audiência pública para tratar desse tema, porque isso vai ter um impacto muito grande na ponta, porque o Município está ali e há as vinculações constitucionais de educação e saúde. Se você desvincula 20% dos Municípios, você vai ter um impacto gigantesco na vida das pessoas. Então, esse é um ponto que não está sendo explorado, de que ninguém falou, mas na fala da Presidente, infelizmente, há a DRU e essas duas coisas novas: desvinculação de receita de Estados e de Municípios.

Desculpe, Edilson, pela interrupção.

O SR. EDILSON MONTROSE – Não, obrigado pela contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Foi bom o aparte, porque ninguém fala o que o Edilson falou agora, da mudança de 20% para 30%. Ninguém está falando isso. Foi importante...

O SR. EDILSON MONTROSE – É isso que vocês dois disseram: a DRU de 20% para 30%, de Estados e Municípios...

Eu tenho que dizer também que a arrecadação de muitos Municípios do Brasil vem praticamente do Governo Federal. A base arrecadatória é tão pequena...

E olha a perversidade: qual é a proposta do Governo Federal para resolver isso? É implantar a DRU... Não basta o Governo Federal, pois os Municípios também... O que é a DRU? É o desvio de recursos do orçamento para várias finalidades, entre elas o pagamento da dívida. E quem são os detentores da dívida? Como o senhor falou, como o Senador Lindbergh falou agora há pouco, grandes bancos e empresas, indústrias se beneficiam com isso.

Isso é colocado como se fosse categoria inativa, ponto pacífico, como se não coubesse discussão, como se isso fosse sacralizado, tal como o respeito à democracia no sentido de democracia liberal. Estou me recordando de uma fala do José Saramago em uma edição do Fórum Social Mundial, quando falou que a democracia é como toda santa: nem é discutida. Mas que tipo de democracia é? Dar uma autonomia operacional e independência do Banco Central é uma perversidade contra a própria democracia. É falta de toda e qualquer *accountability* e controle social. Como se pode dar livre vazão a uma entidade que não foi eleita?

Só para concluir, Senadores, quero falar sobre a terceirização.

Com relação a esse projeto, o PL 4.330, agora PLC 30, que está aqui, no Senado, também tenho a mesma preocupação que o Senador Lindbergh colocou agora há pouco. Nós da Intersindical não damos crédito a alguns quadros que parlamentares e políticos colocam, mas nos mantemos vigilantes. Vamos lembrar que, em abril do ano passado, a Intersindical junto com as demais centrais sindicais estava aqui na frente, mais especificamente na frente da Câmara dos Deputados, e fomos impedidos de entrar. Formalmente, esta é a Casa do povo, mas fomos impedidos de entrar aqui e fomos recebidos, como diz a música, com tiro, porrada e bomba, literalmente. Vários companheiros saíram feridos. E esse foi o maior ataque à classe trabalhadora em mais de 70 anos de vigência da CLT. A terceirização não foi forjada pelos trabalhadores, mas foi inventada pelo capital e com um argumento só: rebaixar o custo da mão de obra. Rebaixar o custo da mão de obra.

Então, seja o governo, seja a oposição de direita, que é ultrarreacionária, que é ultraneoliberal... Basta ler a entrevista do Armínio Fraga no Estadão, ainda no ano passado, defendendo a desvinculação orçamentária das políticas de saúde e educação. E é essa mesma que o Delfim está propondo.

Ou seja, há uma conjunção, um uníssono, um monólogo entre setores do Governo e dessa oposição de direita nesses ataques à classe trabalhadora. Diante disso, a Intersindical vai fazer o que fez nesses seus dois anos de vigência formal e sete anos de existência prática: colocar-se nas ruas contra todo esse tipo de ataque à classe trabalhadora brasileira. E é preciso lembrar que este é um ano eleitoral. Então, todo e qualquer operador do sistema político faz o seu cálculo eleitoral. Alguns Deputados vão tentar se eleger prefeitos de capitais ou de cidades de pequeno e médio porte ou vão apoiar quadros que eles indiquem, e nós vamos fazer campanha contra todo e qualquer operador político que se coloque contra os direitos da classe trabalhadora.

Esta é a contribuição que a Intersindical veio trazer aqui.

Desculpem-me por ter me alongado no tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tudo bem.

Muito bem, Edilson Montrose, representante da Intersindical!

Vou pedir aos companheiros que estão na Mesa que retornem ao plenário – a Denise fica – para irmos para a segunda Mesa.

De imediato, chamamos o representante da Central Única dos Trabalhadores – essa será a ordem das falas, que foi também a da chegada –, Valeir Ertle.

Chamamos a Drª Thaís Riedel, Presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB-DF e Presidente do Instituto Brasiliense de Direito Previdenciário.

Chamamos Floriano Martins de Sá Neto, Vice-Presidente de Política de Classe da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – Anfip.

Chamamos Daro Marcos Piffer, Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central – Sinal.

Chamamos Edison Guilherme Haubert, Presidente do Movimento dos Servidores Públicos Aposentados Pensionistas – Mosap.

Chamamos Ogib Teixeira de Carvalho Filho, Vice-Presidente Executivo da Central Pública do Servidor.

E chamamos o Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual – Fenafisco Sr. Manoel Isidro dos Santos Neto.

De imediato, passamos a palavra ao representante da Central Única dos Trabalhadores.

E vamos fazer um apelo que sempre fizemos: é importante o silêncio no plenário, da mesma forma que foi na primeira mesa. É isso que vai permitir, inclusive, que a TV Senado, que está transmitindo ao vivo, capte a palavra de cada um dos nossos convidados.

O.k, pessoal?

Lugar à mesa haverá. Nós adaptamos aqui. Sempre há lugar. Fiquem tranquilos!

O SR. VALEIR ERTLE – Primeiramente, bom dia a todos e a todas!

Quero cumprimentar todos os membros da Mesa.

Cumprimento o Paim por esta iniciativa. É muito importante fazer este debate.

Quero cumprimentar a Profª Denise pela brilhante exposição.

Acho que será importante se puder disponibilizar sua apresentação para o Paim, para que ele a encaminhe para todas as entidades.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso seria muito bom.

O SR. VALEIR ERTLE – São dados fundamentais e importantes para debatermos, para fazermos um contraponto, em função da proposta da reforma da Previdência.

Primeiramente, essa não é a proposta do Governo que a gente apoiou. Quando nós apoiamos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fazendo soar a campainha*.) – Vou fazer, de novo, um apelo. É muito importante ouvir as centrais sindicais. Neste momento, está falando o representante da CUT. Peço àqueles que estão conversando de pé que conversem aqui ao lado, no corredor ali fora. Faço este apelo aqui. Há um corredor enorme ao lado. O.k?

O SR. VALEIR ERTLE – Essa não é a proposta do Governo que foi eleito. Essa é a proposta da oposição.

Então, como a Profª Denise falou, vamos atender ao deus mercado? Agora, o mercado define as regras, define o que tem de ser feito, para ficarmos de bem com o mercado, para que o País volte a crescer, para que volte a haver investimento externo? Esse é um contrassenso e um absurdo! Fazer essa proposta de reforma da Previdência é um contrassenso.

Já debatemos isso. Já tive a oportunidade de debater quando veio aqui a proposta de 2014. Já foi feita uma reforma. Recentemente, foi feita uma reforma da Previdência Social. O ideal seria que tivéssemos uma previdência... A CUT defende uma previdência pública e universal para todos, para todos os segmentos, sem distinção, mas a gente sabe que é muito difícil a gente avançar nesse sentido. A gente sabe que o jogo de interesses é muito grande. Isso não é possível, mas temos de discutir isso.

Não podemos, em hipótese alguma, permitir que sejam prejudicados os trabalhadores que começaram a trabalhar cedo. Quando se discute idade mínima de aposentadoria, quem é prejudicado? É o trabalhador que começa a trabalhar aos 16 anos. Muitos começam a trabalhar muito antes. Meu pai era da lavoura, e comecei a trabalhar na lavoura com 7 anos, junto com meu pai. Quantas pessoas estão estudando e trabalhando na roça nesse sentido!? Agora, o que faz o filho da classe média alta, o filho do rico? Ele faz sua universidade, faz sua especialização, faz seu doutorado, faz seu mestrado e começa a trabalhar aos 28 anos, aos 30 anos, muitas vezes. Então, esse pode se aposentar por idade. Agora, os trabalhadores que começam a trabalhar com 16 anos para ajudar no sustento da família e que são arrimo de família é que serão os prejudicados. Então, não podemos, em hipótese alguma, aceitar que seja colocada idade mínima na Previdência Social.

É um contrassenso, num País como o nosso, com tanta desigualdade, com tanta discriminação que sofre a mulher, que tem dupla ou tripla jornada de trabalho, querer impor a questão isonômica, igualando o tempo da mulher e do homem. Isto é um contrassenso. Num país como o nosso, onde há uma deficiência muito grande e onde a mulher realmente trabalha em dupla ou tripla jornada, isso é um contrassenso, é um absurdo! Não podemos aceitar, em hipótese alguma, essa situação.

Essa é uma história antiga, não é, Paulo Paim? Quando da reeleição do governo Lula, houve a mesma história, houve toda aquela proposta de reforma da Previdência Social. Foi criado um GT. O ex-Presidente da CUT companheiro Artur coordenou esse GT com os empresários, com os companheiros das universidades... Vários segmentos da sociedade discutiram, debateram isso e chegaram à conclusão de que não havia a necessidade de se fazer a reforma da Previdência, por todos os dados que a Drª Denise apresentou.

A Previdência não tem déficit. O setor privado teve um superávit de mais de R$25 bilhões no ano passado.

Sempre falam sobre a previdência rural. A previdência rural é assistência social, é seguridade social, foi incluída na Constituição de 1988. E é justo. Quantas pessoas trabalham na roça para poderem produzir os alimentos para nós que vivemos na cidade? Então, isso é justo. É um contrassenso querer igualar e fazer do setor rural o mesmo segmento. Esse é um contrassenso.

A CUT encomendou, no fim do ano, uma pesquisa, um estudo do Vox Populi, que agora é Vox do Brasil... Vocês já o divulgaram. Quem não o viu pode acessar a página da CUT e verificar isso.

Fizemos uma pesquisa inclusive para verificar vários temas. Um deles foi a Previdência Social, para saber se os trabalhadores eram favoráveis ou contrários à reforma da Previdência, e 88% dos trabalhadores brasileiros, da classe trabalhadora, são contrários à reforma da Previdência. Esses são dados que estão na...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Oitenta e oito por cento?

O SR. VALEIR ERTLE – Sim, 88%!

Quanto à questão dos programas sociais, a pesquisa era para saber se os trabalhadores são contrários ou favoráveis aos investimentos em programas sociais, e 75% da classe trabalhadora são favoráveis aos investimentos em programas sociais.

Quanto aos programas para dificultar as demissões, 82% dos trabalhadores são favoráveis a algum tipo de programa, dizendo que são um contrassenso as demissões.

Quanto à questão da moradia, 83% querem mais investimento em moradia. Há um déficit de moradia muito grande.

Quando à educação, 85% são favoráveis a que haja mais investimento.

Quanto à taxa Selic, que é um absurdo, como foi colocado aqui, a maioria da classe trabalhadora, 83%, é favorável a que se baixe a taxa Selic. O Senador Lindbergh falou que houve R$550 bilhões de pagamento de juros no ano passado! É um contrassenso! É um absurdo! Não se admite isso! Toda vez, a CUT, juntamente com as demais centrais sindicais, defende que se tem de baixar o juro. É um contrassenso. Isso vai na contramão da história nesse sentido.

Já debatíamos isso. Quando houve a oportunidade de proposta da reforma passada, Senador Paim, quando houve a discussão sobre as reformas feitas na Previdência Social, nós e a CUT sempre nos colocamos contrariamente à desoneração fiscal da folha de pagamentos. A Profª Denise colocou que foram R$182 bilhões! Então, é o seguinte, é o que discutíamos na época: vai ser desonerada a folha? Eu fazia parte do Conselho da Previdência Social até setembro do ano passado. Sempre discutíamos esse tema no Conselho da Previdência Social. Sabemos de todos os atrasos do Governo de repor, de repassar para a Previdência Social aqueles valores da desoneração. Sempre colocamos o seguinte: com a desoneração, sem nenhuma contrapartida social, o que se dará? Lá na frente quem vai pagar o pato novamente? Será a classe trabalhadora! Os empresários simplesmente embolsaram R$182 bilhões de ganhos. Muitos foram encaminhados para a sua matriz e não foram investidos no Brasil. Então, é um contrassenso, um absurdo!

Agora, quer-se fazer uma reforma em função do déficit que há, mas o déficit é uma falácia. Inclusive, o próprio Governo sempre divulgou. Nós estávamos no Conselho e cobrávamos isso, mas nunca foi divulgado o déficit da Previdência Social. Agora, está-se colocando o déficit? Por que há déficit? Pela questão do setor rural, pela questão do setor público. Quanto ao setor público, é o seguinte: o Governo tem de colocar a parte dele. O setor privado não tem a parte do Governo, a parte dos empresários, a parte dos trabalhadores? Onde está a parte do Governo que teria de estar contada? Então, só faz arrecadação do que é descontado dos servidores públicos, mas a parte patronal não está dentro disso. A União é patronal, ela é a empregadora dos servidores públicos. Sempre coloca só o que arrecada, mas a parte que teria de ser colocada não é colocada.

E quantos bilhões foram desviados da Previdência Social? Com o que foi construída a Ponte Rio-Niterói? Então, há várias questões, há todo um investimento.

A desvinculação da receita da Previdência Social – hoje se gasta em vários segmentos – é um contrassenso. Não podemos ver a Previdência Social só com a arrecadação da Previdência Social. A Profª Denise foi muito feliz. Temos de ver a questão da seguridade social. Está dentro da seguridade social. Há várias questões da Previdência Social que são da seguridade social. Então, é o conjunto. A previdência está dentro da seguridade social. Não podemos separá-las, apesar de todo o ataque. E há o absurdo de R$182 bilhões da seguridade social só no ano passado.

Então, é um contrassenso. O Governo dá benesses muito grandes, é muito bonzinho para o setor empresarial, fez toda essa desoneração e, agora, quer que os trabalhadores paguem o pato.

(Soa a campainha.)

O SR. VALEIR ERTLE – Então, a CUT é totalmente contra a reforma da Previdência. Juntamente com as demais centrais sindicais, vamos fazer toda a luta necessária para que, realmente, não haja essa reforma da Previdência, porque é um contrassenso essa proposta do Governo. É um contrassenso, porque os trabalhadores começam a trabalhar cedo, e vão aplicar a idade mínima! Por mais que haja, como foi colocado, a regra de transição, com 20 ou 30 anos, vai continuar essa desigualdade social no Brasil por muito tempo ainda. Os trabalhadores, para poderem se sustentar e para serem arrimo de família, começam a trabalhar muito cedo.

Então, não podemos admitir essa reforma. É um contrassenso. Vamos discutir isso.

Os dados da Denise são muito importantes para divulgarmos. Já colocamos isso. Sempre fomos contrários a qualquer tipo de desoneração da folha porque se sabe que, lá na frente, dão com uma mão para os empresários e tiram com duas dos trabalhadores. Chega de os trabalhadores sempre pagarem a conta. Quando há conta, ela sempre estoura na mão dos trabalhadores, na mão da categoria mais hipossuficiente.

(Soa a campainha.)

O SR. VALEIR ERTLE – Obrigado. Desculpem pelo tempo. Pelo adiantado da hora, não dá para falar. Eu teria muita coisa para falar, para debater. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Valeir Ertle falou pela CUT. É totalmente contrário a essa reforma da Previdência.

Ele deu um dado aqui que achei interessante, que não havia sido colocado na pesquisa realizada, ou seja, 88% dos trabalhadores – praticamente 90% – são contra à dita reforma da Previdência.

Passamos a palavra agora à Drª Thaís Riedel, que é Presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB e Presidente do Instituto Brasiliense de Direito Previdenciário.

A SRª THAÍS RIEDEL – Boa tarde a todos.

Gostaria, inicialmente, de agradecer o convite por mais uma vez estar aqui debatendo esse tema tão importante.

A OAB do Distrito Federal, assim como o IBDPREV (Instituto Brasiliense de Direito Previdenciário), tem-se preocupado muito com essa questão da reforma previdenciária, porque ela tem partido de uma premissa equivocada, que é um déficit. E, quando a Drª Denise vem trazendo dados que mostram uma outra realidade, isso também é sentido por nós, operadores do Direito, porque, da mesma forma que o Governo vem aqui trazer números para diminuir direitos sociais, ele também leva aos juízes, aos ministros, aos desembargadores números para deixar uma questão jurídica virar financeiro-econômica e influenciar nas decisões dos nossos tribunais.

Então, estou muito feliz, até porque eu disse à Drª Denise Gentil, assim como digo ao pessoal da Anfip, que utilizei os dados. Foram muito importantes os dados que eles trazem sobre essa realidade, até no meu livro sobre o princípio da vedação do retrocesso, porque nós estamos enfrentando um retrocesso em matéria de direito social. Após muita luta, muita morte, muito avanço nos direitos sociais, conseguimos ter uma Constituição que trouxe um modelo para se alcançar o bem-estar da população brasileira e a justiça social, que é o sistema de seguridade social com o tripé: saúde, assistência e previdência. Saúde a todos. Como eu disse ontem, sem saúde ninguém trabalha; com o trabalho, você contribui para se prevenir dos riscos sociais, porque, quando ocorre o risco da doença, da morte, da incapacidade para o trabalho, você não tem condição de trabalhar. Então, vem o Estado, trazendo condições mínimas de sobrevivência. E assistência social para aqueles que não podem ou não devem trabalhar.

Nessa ótica, quando olhamos a seguridade, não há déficit. Por que o Governo fala que há déficit? Porque ele vê exclusivamente os dados da Previdência, utiliza-se de determinadas contribuições diretas. O que vem de contribuição direta para mim, nas guias, DARFs que nós fazemos? Aquilo que eu gasto, porque ele também paga rural, que é assistência; ele paga LOAs, entre outras situações, e dá déficit.

Portanto, essa conta matemática tem sido vista em um formato que não se traduz naquilo que foi concebido pela nossa Constituição, que é o sistema de seguridade social. Aí, separa-se aquilo que é inseparável,

porque o modelo foi feito assim para funcionar e, dessa forma, fazer a redistribuição de renda, que é a justiça social, e o bem-estar social. Daí, partimos para a realidade da Europa, porque, lá, sim, já houve um momento de alcance muito maior do bem-estar, para aplicar esse modelo ao nosso, e nós nem conseguimos ainda chegar a esse modelo de bem-estar.

Então, efetivamente, estamos passando por um processo de retrocesso, e existe um princípio constitucional, que é o princípio da vedação do retrocesso. Esse princípio não foi originário nosso. Foi de Portugal, com Canotilho, que mostra que, em relação a matérias principalmente de direitos sociais, há um andar, um caminhar. A sociedade tem que evoluir e precisa cada vez mais ter uma legislação que consiga proteger a sociedade. Assim, numa perspectiva jurídico-evolutiva da sociedade, sempre que houver um avanço na concretização em sede legislativa de normas definidoras de direitos fundamentais e sociais e direito previdenciário – direito da saúde está dentro dos direitos fundamentais –, fica vedada ao legislador a possibilidade de, injustificadamente, extinguir ou reduzir o nível de concretização já conquistado.

Aqui, não estou querendo dizer que o sistema não deva ser revisto. A realidade muda. Se as pessoas estão vivendo mais, esse é um dado que tem de ser visto, sim, num contexto de uma reforma, mas uma reforma para melhorar, porque previdência não é problema; previdência é solução.

Então, nós, do Direito Previdenciário, estamos atentos – a OAB e os institutos também – ao fato de que aqui está havendo, como já houve no ano passado – nós, inclusive, fizemos pareceres e os entregamos para os Deputados, Senadores, nas medidas provisórias, mostrando todas as inconstitucionalidades, todo o retrocesso –, retrocesso de direito social, e nós estamos aqui à disposição para trabalhar em conjunto com as entidades sindicais, em conjunto com os movimentos sociais, em conjunto com os estudiosos, para trazer esses números, porque o que tem acontecido aqui tem acontecido também na Justiça. Trata-se de uma questão de direito fundamental, e o INSS fala aqui que vai dar um déficit maior na Previdência de tanto. Uma vida virou número!

Nesse sentido, temos de utilizar a ótica, sempre numa reforma, do risco. Qual é o risco que a sociedade está enfrentando? É esse risco que tem como ser calculado atuarialmente. A realidade muda para o bem e para o mal.

Portanto, a proposta da reforma – ainda não temos o texto – procura trazer uma idade mínima para a aposentadoria, tempo de contribuição, desvinculação do salário mínimo como base, equiparação homens/mulheres, mudanças demográficas, o que estaria ali em um momento futuro, acentuando o déficit.

Será que esses números apresentados retratam a realidade? Será que a nossa cultura, hoje, traz um risco? Em que medida? É esse risco que tem de ser analisado. Se for provado que o risco do brasileiro, hoje, para uma aposentadoria por idade, não é 65 para o homem e 60 para mulher, mas é 62, cadê a prova do risco?

Portanto, utiliza-se de uma premissa equivocada, que é o déficit, para reduzir direitos. É isso que não podemos aceitar. O sistema tem que ser sempre revisto, obviamente, ao longo dos anos, porque a realidade brasileira muda.

Ontem mesmo tivemos – e aí seria uma mudança positiva – o Projeto de Lei Complementar nº 14, de 2015, ampliando para 15 dias a licença-paternidade. Por quê? Porque, hoje, diante do risco, diante da análise da realidade, os homens têm participado desse momento. Agora, será que ao equiparar homens e mulheres, a dupla jornada, hoje, já está equiparada, que é o que justifica também, além da questão física?

São muitos os fatores que devem ser vistos de forma aprofundada. Não podemos ter retrocesso em matéria de direito social. Nós temos que caminhar sempre para frente, evoluir. Podemos mudar, mas sempre de acordo com a realidade brasileira, e o objetivo final, que é o que a nossa Constituição propõe, é o alcance do bem-estar da população. Então, não pode, por questões econômicas, o trabalhador, que é aquele que tem custeado a Previdência, pagar o preço dessa reforma.

Então, o que temos repetido constantemente – e isso é unânime entre os estudiosos de Direito Previdenciário – é que não há déficit.

(Soa a campainha.)

A SRª THAÍS RIEDEL – As reformas restritivas de direito têm uma premissa equivocada. Entende-se que, enquanto houver a probabilidade de ocorrência de um dano, cujo risco social já seja protegido pela ordem jurídica, através de direitos sociais, não pode o legislador, mesmo sob o poder reformador da Constituição, retirar do ordenamento ou restringir sua proteção sem alguma medida compensatória, enquanto o risco ainda existir, sob pena de violar o princípio da vedação do retrocesso. Se o risco ainda existe ou é maior, nós vamos diminuir direito? Não faz sentido, e não é o que a nossa ordem constitucional estabelece.

Eu sei que a minha ótica tem de ser um pouco mais jurídica até pelas entidades que eu represento, mas elas se complementam.

(Soa a campainha.)

A SRª THAÍS RIEDEL – Eu gostaria de dizer que nós, tanto a OAB do Distrito Federal – em que sou Presidente da Comissão de Seguridade Social – como os institutos de Direito Previdenciário – aqui também represento o Instituto Brasiliense de Direito Previdenciário –, estamos à disposição. Faremos inclusive seminários específicos e produções jurídicas a fim de contribuir para o debate.

E, aqui, convoco a todos para que deste dia saiamos com um grupo de trabalho. Não dá para a mídia continuar repetindo esse discurso de déficit. As pessoas falam, e a mídia repete. Todo jornalista que vem falar comigo diz: "Doutora, diante do déficit, a senhora acha que o direito tal...". E eu pergunto: "Que déficit?".

Então, como disse o próprio Senador Lindbergh, nós temos que ter informação. Nós temos que conseguir inteligentemente produzir o material. Acredito que as entidades sindicais, que têm uma força muito grande, têm que utilizar suas assessorias de imprensa.

(Soa a campainha.)

A SRª THAÍS RIEDEL – Devemos nos unir no projeto de divulgar isso, fazer um contramovimento, fazer a nossa proposta de reforma para o bem, para aquilo que a Constituição prevê, que é o alcance da justiça social e do bem-estar.

Obviamente, o Senador Paulo Paim poderia encabeçar esse movimento. Eu gostaria que nós saíssemos daqui com o compromisso de produzir o material. Nós nos comprometemos a fazer a parte jurídica para municiar os Senadores e os Deputados na hora da votação, a fim de que votem conscientes em relação àquilo que realmente tem acontecido, e não com base em premissas equivocadas.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Thaís Riedel, Presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB e também do Instituto Brasiliense de Direito Previdenciário.

Por mim, já está acatada sua proposta de nós formarmos aqui um grupo pequeno, quase uma subcomissão, no sentido de aprofundar o debate e produzir material com informação, na linha do que também propôs o Senador Lindbergh.

Com satisfação também, convidamos o Presidente da Anfip, que nos tem subsidiado historicamente aqui no Congresso com dados relativos à farsa do déficit da Previdência.

Chamamos Floriano Martins de Sá Neto, Vice-Presidente de Política de Classe da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO – Bom dia e boa tarde a todos e a todas que nos acompanham pela TV Senado, colegas e entidades aqui presentes.

Ao cumprimentar o Senador Paulo Paim, cumprimento todos. Cumprimento também a Profª. Denise, que facilitou muito o meu trabalho, porque nós assinamos embaixo do que ela apresentou.

Aproveito para fazer a propaganda mais uma vez, Paim: todo ano, a Anfip publica uma edição de *Análise da Seguridade Social*. Este será o décimo sexto ano consecutivo que tratamos desse assunto tão pouco conhecido, que é a seguridade social. Nós falamos, mas o assunto não prospera. Há 20 anos eu falo de seguridade social, e as pessoas sempre perguntam: "Nossa! O que é isso? Nós temos isso?". Temos. Temos uma política que está na Constituição Federal e que foi um grande avanço. O Paim participou da Constituição, foi Deputado Constituinte, e sabe da importância dos debates.

O que falavam da seguridade social é que nós tínhamos na Constituição um programa de Primeiro Mundo, mas não tínhamos recursos financeiros para bancá-lo. Essa é uma tremenda de uma mentira que nós estamos desmistificando ao longo de todos esses anos. A Constituição é de 1988, não é Paim? Daqui a pouco, vai fazer 30 anos. Eu espero que, quando fizer 30 anos, nós consigamos fazer com que as pessoas conheçam um pouco mais sobre seguridade social. É uma utopia, mas vamos perseguir isso, entendendo que a Constituição foi muito feliz nesse sentido.

O que aconteceu em todos os governos, e não vou deixar nenhum de fora, é que não se cumpriu a Constituição Federal, não se criou o Ministério da Seguridade Social justamente para lidar com todas as políticas de seguridade social. Nós teríamos a política e o financiamento. Ou seja, seria perfeito. Seria o grande ministério a se contrapor ao ministério da área econômica. E isso não aconteceu ao longo de todos esses anos. Ao contrário, fui fazer uma pesquisa na internet e observei que, do art. 194 ao art. 204 da nossa Constituição, que estão nos capítulos que tratam da Seguridade Social, há uma grande quantidade de emendas à Constituição Federal.

Fala-se em reforma esses anos todos. Na última – eu vou falar de 2002 –, havia um ponto que eu acho importante. Quando lemos os jornais e assistimos à televisão, a impressão que dá é que entramos no túnel do tempo e voltamos aos anos 90. É inflação, é crise econômica, é desemprego, é ataque aos direitos sociais, é perseguição a sindicalistas, a movimentos sociais, criminalização. Para nós, servidores públicos, a dificuldade

é imensa para defender os direitos das nossas categorias. E nós somos legitimamente eleitos. O Governo não nos dá a condição que no passado nós tínhamos de representação. Isso é muito difícil.

Eu, como auditor fiscal, oriundo da Previdência Social, vou falar um pouco sobre a questão financeira. Eu já disse que assinamos embaixo do que a Profª. Denise apresentou há pouco. Quero falar basicamente sobre o que nos foi dito para ocupar o tempo e que já está divulgado, dessa reforma que virá e que está sendo construída, a meu ver, de maneira totalmente errada. Em uma sala como esta, em algum edifício público, existe uma equipe de burocratas que está fazendo e vai levar à Presidente a proposta de reforma, pensando única e exclusivamente na parte financeira. Ou seja, mais uma vez, os trabalhadores, os aposentados e os pequenos empresários pagando uma conta com que não temos nada a ver. Se há um desequilíbrio, e há mesmo um desequilíbrio, entre as receitas e as despesas, que se busquem outras maneiras, mas não empurrem essa conta para a classe trabalhadora.

Lembro-me de que, na última reunião do novo conselhão, ouvimos uma fala do presidente do Bradesco que achei muito interessante e na qual me fixei. Ele disse que, na crise econômica, todos perdemos. Beleza! No dia seguinte, saiu o resultado do lucro do Bradesco. E a pergunta é esta: "Perdeu quem, cara pálida?". Desculpem o termo, mas está muito claro que há um setor que nunca perde e há um setor, que é o resto, que perde sempre.

Senador, é muito importante que nós nos contraponhamos rapidamente, porque é fogo contra fogo. Vem fogo de lá, irá fogo de cá. Os trabalhadores, os aposentados e os servidores públicos estaremos unidos, com certeza. Atacou um, não interessa, atacou o outro também. Vamos juntos parar, de uma vez por todas. Porque o que vai sobrar?

Eu até vou dizer para a Presidente: "Presidente, se a senhora quer mesmo fazer uma proposta, então mande uma proposta acabando com o art. 193, que diz: 'A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais'".

Por favor, vista logo a carapuça e mande uma emenda à Constituição acabando com o art. 193, porque aí nós acabamos logo com essa história de ficarmos a todo momento discutindo. Senador, a reforma está sendo feita aos pouquinhos; ela vem sendo feita, e nós tivemos as pensões reformadas. Esse é o grande problema. Às vezes, parece que são bodes, e, daqui a pouco, vem uma medida provisória, vem um decreto, daqui a pouco vem alguma coisa que vai impedir e vai levar, por exemplo, a essa situação posta agora de se acabar de vez com a aposentadoria por tempo de contribuição. Nós temos 17% dos beneficiários atuais aposentados ou beneficiários do INSS, do Regime Geral – são 5,4 milhões de aposentados – por tempo de contribuição. A idade média é 55 anos. Passar isso para 65 significa isto mesmo: o cara está com 55, e vai passar para 65. É muito sério o que se está propondo para ser feito. Mesmo que venha dourada a pílula, dizendo-se que vai ser em 30 anos, eu não acredito muito nessas bondades. Acho que a maldade vem e vai servir, pelo menos, para que a gente acorde e saia daquele túnel do tempo, em que voltamos para os anos 90. Paim, eu quero entrar no século XXI, eu quero saber de justiça social, ou seja, transformar o 193 em efetivo, melhorar; que não tenhamos mais trabalho escravo, que existe em pleno século XXI em nosso País, e está cheio.

No meu caso específico, como auditor fiscal da Receita Federal do Brasil, o que estamos tentando dizer ao Governo... Aqui, Paim, da mesma forma como os colegas fiscais do trabalho, estamos numa campanha salarial interminável, desde abril do ano passado. O Governo vai-nos empurrando com a barriga; apresentou uma proposta ridícula, que foi rejeitada. Aí, nos chama; ou seja, é não compreender que, por exemplo, no caso específico das contribuições previdenciárias, que estão na seguridade social e nas demais contribuições, o servidor público, o auditor fiscal tem uma contribuição muito forte. Ele poderia ser chamado para responder a essa crise, que também é uma crise de financiamento. O problema hoje com a atual estrutura de que a Receita Federal dispõe é que não temos os meios para correr atrás dos sonegadores, porque eles continuam existindo, eles sempre existiram e hoje estão se aproveitando desse momento de fragilidade das instituições.

(Soa a campainha.)

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO – Senador, quero chamar a atenção sobre essa questão do tempo. Em 2003, foi aprovado o teto da Previdência Social do Regime Geral, R$2.000. Isso equivalia a dez salários mínimos. Hoje, temos um teto de R$5.189, seis salários mínimos. Acredito que, em mais dez anos, aquilo dos anos 90, a agenda liberal de privatizar a Previdência Social vai ser conseguida dessa forma.

Esta última fala é para chamar a atenção. A seguridade social não tem que ser mexida; ela vai sofrer o baque, já sofreu em 2014, vai sofrer em 2015. Estamos fechando os números, Profª Denise, realmente, e o baque foi muito grande, mas ela vai continuar existindo e é perfeitamente sustentável. O que falta mesmo é que venha alguém de fato, um governo, para assumir que nós temos uma política social muito forte, muito boa, faltando apenas ser implementada.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Floriano Martins de Sá Neto, Vice-Presidente de Política de Classe da Anfip.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Floriano, vocês têm esses dados para nos passar aqui? Às vezes, eu fico assistindo a esses debates e sinto que vocês falam como se nós soubéssemos de tudo. Estou doido atrás de dados.

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO – Senador, está aqui. Nesses 15 anos, ninguém nunca nos falou: "Está errado". Existe alguma diferença conceitual, mas são coisas pequenas, mínimas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Obrigado, Floriano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nós temos usado, em todos os debates, os dados da Anfip e da Drª Denise.

Daro Marcos Piffer, Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal).

O SR. DARO MARCOS PIFFER – Bom dia, quase boa tarde a todos.

Senador Paulo Paim, muito obrigado mais uma vez pelo convite para estar aqui presente e participar dessas discussões. Cumprimento também meus companheiros de Mesa, todos os presentes e aqueles que estão nos ouvindo pela TV Senado.

A gente vai ficando para o final e vai diminuindo muito, praticamente tudo já foi falado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só tem uma vantagem, os que falam no final acham que estão em prejuízo; pelo contrário, os que falam no final, com certeza, estão falando ao vivo para todo o Brasil. Até 10h, 11h, 11h15, ainda há outras comissões; agora está tudo centrado nesta aqui.

O SR. DARO MARCOS PIFFER – Em contrapartida, para aproveitar isso, vamos tentar fazer uma síntese um pouquinho reforçada de tudo que foi exposto aqui durante esta audiência.

A começar pela brilhante exposição da Drª Denise. A única coisa que acho que a gente deveria acrescentar a essa exposição dos dados dela, aliando com o que já falou a Drª Thaís, é que nós precisamos de fato denunciar veementemente a forma como são divulgadas e tratadas as contas da Previdência, conforme até mesmo o Senador Lindbergh já citou aqui. Quando é divulgado, costumeiramente retira-se parte das receitas, exatamente as receitas de contribuição social e receitas do PIS/Pasep são retiradas como se não fizessem parte da Previdência, como se aquilo não fosse receita da Previdência. E ainda incrementam as despesas misturando dados de Previdência, de Seguridade e de Assistencialismo, o que ainda não foi comentado aqui, de forma que o número fique negativo, produzindo uma falácia e repetindo isso de forma a se criar um mantra dentro da mídia, para induzir a sociedade a conclusões errôneas e necessidades equivocadas.

Pego um trecho que me chamou bastante a atenção na exposição da Drª Denise que diz assim: a previsão dessa reforma é cheia de subjetivismo. Aí eu pergunto: qual reforma não foi, qual política implantada por este Governo não foi? Nós estamos vivendo hoje o economicismo, tudo baseado em previsões econômicas, em catástrofes econômicas. Desculpem os amigos economistas, mas eu me lembro de que, desde a faculdade, havia uma piadinha, um chiste sobre economistas em que os economistas passavam metade do seu dia prevendo e buscando soluções para os problemas futuros e a outra metade do dia se justificando por que as previsões não ocorreram, por que suas projeções não deram certo.

Lembro as últimas políticas, que foram as mais citadas aqui, como a política de renúncia fiscal deste Governo. É tão necessário fazer ajuste fiscal e o Governo faz uma política de renúncia fiscal, altera o nome, chama de desoneração, para não falar que é renúncia. Essa política de renúncia fiscal queria produzir a manutenção do emprego, queria produzir crescimento, mas ela desemboca na perda de 1,5 milhão de empregos. Baseada em quê? Baseada em previsões subjetivas, sem a mínima consistência matemática, vamos dizer assim.

Aí vêm atacar os direitos sociais. Em menos de 20 anos, é a terceira vez que se fala em reforma da Previdência. Já foram feitas duas, vamos para a terceira, como se a reforma da Previdência fosse aquele remedinho santo que se pega nas florestas da Amazônia, para curar todos os males econômicos, aqueles remedinhos que curam problemas de cardiologia, bicho do pé, artrite... A Constituição está fazendo 28 anos este mês, e há dois preceitos constitucionais lá em que não se mexe, que é o Imposto sobre Grandes Fortunas, já citado aqui, e a auditoria da dívida, que já foi citado aqui também.

E aí nós estamos numa luta inglória, com a PEC 555 – e eu espero que o meu colega do Mosap vá centrar-se nela. Há dez anos, nós estamos nessa luta para tirar uma incongruência que é o cidadão já aposentado continuar contribuindo para a aposentadoria geral, numa inversão de lógica, porque, em tudo que você investe – no sistema financeiro, por exemplo –, o objetivo é ter um retorno posterior; e, quando eu tiver o retorno, eu não preciso continuar investindo. Por que essa lógica se contrapõe para a Previdência?

E aí o Floriano já citou o Bradesco, e eu, como do Banco Central, não posso deixar de citar os bancos; mas é o caso do Itaú também: nessa reversão de coisas, o Itaú hoje publicou o balanço dele; é mais de R$23 bilhões de lucro! O que significa? Significa que é um valor maior do que o que o Governo distribui em Bolsa Família,

que atende a 40 milhões de pessoas. Então, vamos repetir isto: um único banco lucrou mais do que o Governo gasta em benefício para 40 milhões de pessoas. Nós precisamos reverter essa lógica. E, ainda por cima, com a previsão de crescimento das receitas de 9% para o ano de 2016; 9%! Isso é o crescimento chinês! E qual é a nossa previsão de crescimento do Brasil em 2016? Crescimento negativo. E esse é um banco brasileiro, não é um banco estrangeiro.

E essa malfadada política de ajuste fiscal, que vem há bons anos, desde o início do Governo da Dilma, o que está provocando na realidade? Falta de investimento, falta de fiscalização, falta de políticas públicas perenes que visem a um crescimento. Em contrapartida, o que nós estamos vendo como resultado? Aumento da corrupção, aumento dos abusos econômicos e financeiros, seja por formas de sonegação, de agiotagem, de corrupção, seja lá de que forma for.

Temos de lembrar, Senador Paim, que esse Governo foi eleito pelo povo para ter foco no coletivo, no bem-estar social da coletividade e da sociedade! E o que esse Governo está fazendo é se abstraindo da vida econômica, política e social da população, e abstrair-se disso é um preceito de direita, e não de um governo que se diz de esquerda.

Por fim, eu queria salientar ainda que o Governo toma atitudes antagônicas, porque, primeiro, vieram com a história de retirar dentro do serviço público...

(Soa a campainha.)

O SR. DARO MARCOS PIFFER – ... do regime próprio, retirar o abono de permanência através de uma PEC que vai fazer com que muitos daqueles que continuam trabalhando se aposentem, o que aumenta a conta da Previdência.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – O nome disso é burrice, sob qualquer aspecto, esse abono permanência. (*Risos.*)

O SR. DARO MARCOS PIFFER – E lembrando que, dentro do serviço público, 30% da força de trabalho de vários órgãos do Governo é composta de servidores beneficiários disso. Então, é um prejuízo latente que só vai fazer o quê? Aumentar a conta da Previdência, para justificar a reforma da Previdência.

Então, nós temos que ficar...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Esse abono permanência eu acho que eles viram que era tanta burrada, sob qualquer aspecto, que pararam de falar nisso. Está aí, deixaram um pouco de lado, porque, sob qualquer aspecto... Na UFRJ, no Rio de Janeiro, o reitor me disse que poderia haver a aposentadoria de 20% dos professores.

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Ou eles estão pensando em não contratar outros para substituir? Isso é impossível. Se contratarem, vai ser muito mais caro, Senador Paulo Paim! É uma loucura completa; é o tipo daquela proposta do ajuste burro: pensar de última hora assim, para economizar R$1 bilhão e ter um prejuízo muito maior!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Gasta dois.

O SR. DARO MARCOS PIFFER – Sem dúvida alguma.

Encerrando, Senador, pela desculpa de que eles não têm recursos para garantir o poder de compra dos servidores, que já é corroído pela inflação, fazem essa campanha salarial estendida, vêm pretendendo fazer essa reforma, ou seja, todas as grandes ideias de se reduzirem despesas é simplesmente pegar lá a contabilidade e dizer "eu preciso reduzir este número aqui", e ninguém pensa em mexer na estrutura de poder que já está estabelecida, principalmente essa, atacando e destruindo a Previdência dos servidores em geral, dos servidores públicos e do regime geral...

(Soa a campainha.)

O SR. DARO MARCOS PIFFER – ... sempre com a desculpa de "gastos correntes". Essas medidas têm transformado a Previdência num emaranhado de regras e que não levam ao objetivo dela, que é o benefício daquele que já lutou muito, já trabalhou, já deu seu sangue pelo País e pela sociedade.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, muito bem.

Esse foi o Daro Marcos Piffer, presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central.

Vamos de imediato, então, para o Edison Guilherme Haubert, presidente do Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap).

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – Boa tarde a todos e a todas.

Eu quero cumprimentar o Senador Paulo Paim; na pessoa dele, cumprimento todos os Senadores que porventura estejam ouvindo esta Comissão; em especial, quero cumprimentar o Senador Lindbergh.

Cumprimento todos os dirigentes, todos os presidentes de associações e sindicatos.

Cumprimento também todos os servidores e todos os trabalhadores brasileiros.

Nós, na verdade, não temos muito mais o que falar aqui, a não ser usar o termo da solidariedade; solidariedade com tudo aquilo que já foi dito aqui hoje.

E, falando em solidariedade, eu não poderia, como servidor aposentado do Senado Federal, deixar de me manifestar em relação àquele trágico acontecimento com o Eli Roberto Chagas, um servidor ativo aqui do Senado, que infelizmente perdeu a vida de uma maneira trágica, burra, mas como consequência da dificuldade de pessoas que estão vivendo neste País, quero crer, sem recursos. E, quando estão sem recursos, muitas vezes, buscam o extremo. E foram matar justamente uma pessoa que está trabalhando. Então, eu, como aposentado do Senado Federal, aposentado do serviço público e presidente do Movimento Nacional dos Servidores Aposentados e Pensionistas, quero transmitir a nossa solidariedade à família; e especialmente me refiro à pensionista, pois agora a família, a partir de ontem, vai receber menos 30% de recursos para continuar vivendo a sua vida – a família e os filhos desse servidor. Vejam a consequência que um fato desses traz.

Eu queria também, após ouvir todas as palestras, parabenizar a Profª Denise, que é professora de universidade, e pedir a ela que transmita essa sua mensagem aqui a todos os professores das universidades brasileiras – federais, estaduais e também particulares –, porque nas universidades é que se forma a grande informação e formação. Então, as universidades são um instrumento extraordinário para se juntar... Já se juntaram, mas ainda precisamos mais que todos os professores, todas as professoras, todos os trabalhadores das universidades estejam realmente irmanados com maior força agora.

O ajuste fiscal já foi por demais falado. Não há mais necessidade de nós discutirmos. De que há necessidade de um ajuste fiscal ninguém tem dúvida, mas o ajuste fiscal não pode vir exatamente para atingir e precarizar direitos dos trabalhadores brasileiros.

Em consequência do ajuste fiscal, vem a reforma da Previdência, a nova reforma, que, aliás, é uma velha reforma, porque reforma, como alguém disse, não tem nada de novo, a não ser insistir na retirada de direitos do trabalhador brasileiro e do servidor público brasileiro. Quando se atingem o trabalhador e o servidor público, nós estamos também atingindo a própria sociedade, porque o trabalhador gera riqueza através do seu trabalho. O servidor público atende à sociedade através do seu trabalho, das suas repartições. Então, toda vez que se atingem direitos de trabalhadores e servidores, de uma forma ou de outra, nós estamos atingindo a sociedade brasileira como um todo, além de atingir, logicamente, as famílias dos servidores e as famílias dos trabalhadores, como consequência de defasagem de recursos necessários para a sua sobrevivência.

O Instituto Mosap (Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas) é integrado por quase todas as entidades que aqui já falaram e que ainda vão falar. Nós não podemos aceitar, por exemplo, a aprovação da DRU, que hoje é de 20%, para 130%, para livremente poderem usar para o que nós não sabemos. Já foi dito até que é para aumentar o pagamento dos juros da dívida. Então, nós, como movimento, somos absolutamente contrários a esse aumento da DRU, sem que venha uma especificação clara e absoluta de informação de onde vai ser aplicado esse dinheiro que vai ser desvinculado, por exemplo, da seguridade social, que perde com isso. Onde vai ser aplicado esse dinheiro? Isso nunca foi dito claramente para nós. Então, nós não podemos aceitar.

A CPMF é outro instrumento que, infelizmente, vai atingir justamente os mais fragilizados, porque, toda vez que um trabalhador brasileiro preencher um cheque, ele já vai pagar, ele vai ter que pagar. O servidor público, da mesma forma. Enfim, quando todo o povo brasileiro preencher um cheque, vai sair um dinheirinho para um caixa. Quando o Jatene insistiu com a ideia com a criação da CPMF, era para resolver o problema da saúde, mas não se resolveu o problema da saúde. A saúde brasileira é uma grande dificuldade. Eu não vou usar outros termos, mas ela representa uma grande dificuldade. Toda e qualquer pessoa que precisar da saúde sente. Quem tem plano de saúde também se prepare, porque o Governo agora parece que quer liberar os planos de saúde para os aumentos que eles acharem convenientes, sob o argumento de que o mercado regularizaria e que talvez até baixariam. Mero e ledo engano, não vai baixar. Pelo contrário, aí, sim, nós vamos ver onde vão ficar os nossos aposentados, os nossos pensionistas, os nossos trabalhadores brasileiros.

Somos também contra o abono de permanência, é lógico, porque o abono de permanência, da forma como veio, sendo extinto, vai criar um monte de dificuldades e não vai resolver coisa nenhuma. Pelo contrário.

Desonerações da folha. Eu li 327 bilhões do ano de 2011 até 2015. E o Governo não abre mão para que o Congresso, livremente, harmonicamente, aí, sim, possa discutir ou...

(Soa a campainha.)

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – ... pelo menos tentar aprovar aquelas matérias que dizem respeito... E me refiro à PEC 555, que é contribuição previdenciária do servidor aposentado e pensionista, que foi aprovada no Supremo. Aliás, o Congresso aqui aprovou, mas o Supremo lá também disse que era constitucional, por sete votos a quatro, sob a ótica e o argumento da necessidade do ajuste... Se o Supremo não usou ajuste fiscal, pelo menos o Presidente, à época, dizia que precisaria compatibilizar as despesas com a Previdência, já naquela época dita como deficitária, mas está amplamente demonstrado por todos quantos aqui falaram que ela é superavitária.

(Soa a campainha.)

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – Nós vamos ter que aprovar isso.

E há mais ainda. Há a questão do FGTS. Eu li, nestes dias, que o Nelson Barbosa, em Davos, estava dizendo que uma equipe dele estaria estudando a liberação de um percentual do Fundo de Garantia para os bancos poderem oferecer consignados. Ora, um banco empresta um dinheiro que é garantido pelo próprio dinheiro do trabalhador?! Como isso?! Eu não entendi, nem posso entender.

O meu tempo está terminando. Eu teria que falar muito mais, mas eu não posso deixar de, neste momento, agradecer muito a presença e a fala do Senador Lindbergh. Ele e o Senador Paulo Paim comungam da mesma ideia...

(Soa a campainha.)

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – ... de que ser Senador, não importa se são Senadores do Governo ou não, é para a sociedade, para realizar aquilo para o qual eles foram eleitos, para também realizar aquilo que a Constituição determina e para ter a coragem suficiente de denunciar o seu próprio Governo. Isso não precisa ser público – se quiser público, melhor ainda –, mas nas instâncias possíveis...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Fazer o bom combate.

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – Eu entendi que vão fazer e eu apelo ao Congresso Nacional para que tenha a mesma sensibilidade. Que os Líderes do Governo e os Líderes partidários também da Base do Governo tenham a mesma sensibilidade com que o Senador Lindbergh falou hoje aqui – e o Senador Paulo Paim disse que é o mesmo pensamento dele.

(Soa a campainha.)

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – Eu falo só isso, falamos de coração, mas digo que nós não perdemos a esperança para o Brasil, mas também nós não perdemos e não vamos perder a oportunidade de, juntamente com todos quantos aqui se manifestaram, buscar o que é nosso direito, o que a sociedade tem direito, sobretudo os trabalhadores e os servidores públicos.

(Soa a campainha.)

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – Nós não queremos pagar essa conta que não é nossa. Nós podemos até ajudar, mas, claro, nós não construímos e, por isso, nós estamos brigando, juntamente com os demais, para as soluções do Brasil que nós entendemos que precisam acontecer, mas sem matar trabalhador e sem matar servidor público.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Edison Guilherme Haubert, que fez um discurso emocionado desde o início.

De imediato, então, o Ogib Teixeira de Carvalho Filho, que é Vice-Presidente Executivo da Central Pública do Servidor. Depois teremos somente mais um painelista, sem prejuízo, claro, de permitir que pelo menos duas pessoas do plenário falem. A Rosa já está, com o dedinho dela, inscrita, o Luiz... A senhora também? (*Pausa.*)

Não? A senhora vai também, ou não? (*Pausa.*)

Também. Então, dá o nome, porque eu não tenho o nome de todos aqui. Do Luiz eu tenho, da Rosa eu tenho. A senhora? O nome? (*Pausa.*)

Maria José Aiston.

O.k., por favor, o Manoel Isidro dos Santos Neto, Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual – Fenafisco.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, é primeiro o Ogib Teixeira; em seguida, você.

O SR. OGIB TEIXEIRA DE CARVALHO FILHO – Boa tarde a todos. Muito obrigado, Senador Paim, pela oportunidade. Senador Lindbergh, muito obrigado por estar aqui, dando-nos o prazer de ouvir o que nós temos que falar, mas, infelizmente, nós temos que dizer também que, depois de ouvir tanto, temos que restringir a nossa fala, porque o assunto está esgotado.

Cada um de nós tem uma visão da mesma coisa; o problema é o mesmo. Nós estamos trabalhando há muito tempo. Eu sou Consultor da Câmara, já fui do Legislativo, e passei para o Orçamento; então, eu trabalho nisso desde a Constituinte. Nós criamos esses orçamentos separadamente, para ver se nós estancávamos, naquela oportunidade, os saques que se faziam ao Orçamento da Previdência.

Nós conseguimos dar alguma, uma certa transparência, e no processo, na evolução disso, nós tivemos os auditores fiscais da Previdência separados dos auditores fiscais da Receita. Isso era muito importante, mas o Orçamento começou a passar pela Receita e, tomando um banho na Receita, ele vinha para a Previdência um pouco desfalcado. Mas, ainda assim, nós tínhamos um espelho do que se arrecadava com mais precisão. Então, o Governo deu o golpe fatal: ele juntou a receita da Previdência com a receita da Fazenda, juntou o grupo, e isso criou algumas oportunidades maiores de se fazer uma confusão, levando a situação a quase como era antes. Então, é uma situação em que se precisa pensar também, separar novamente aqueles responsáveis pela arrecadação da Previdência daqueles responsáveis pela receita da Fazenda.

É uma coisa que precisamos colocar, porque isso criou algumas dificuldades para os colegas. Nós temos discutido a Previdência, e eu me aposentei em uma reforma inteligente da Previdência. Aposentei-me, obrigatoriamente, eu e só mais um milhão e pouco, quando o Fernando Henrique fez a primeira reforma. E eu saí com 30 anos. Eu me aposentei aos 46 anos de idade. Eu comecei a trabalhar na Câmara e saí da Câmara. E isso, para mim, foi um ultraje. Obrigaram-me a aposentar-me e, como eu passei a ser um encargo, um milhão e tantos passou também, junto comigo.

Eu estou falando isso para vocês terem uma ideia do foco que os reformistas dão, que a Previdência é caixa, não é competência. Sendo caixa, eles só veem o que eles têm agora: "Eu quero fazer isto; quanto eu tenho de caixa?" Esquecem-se de que eu contribuí durante tantos anos para mim. Então, o meu dinheiro tinha que estar lá, não é? Não há o que falar em caixa da Previdência. O meu dinheiro tem que estar lá; o Estado é o garantidor de que esses recursos estejam lá. E esta visão nunca foi abordada, nem aqui, no Congresso, nem em lugar nenhum. Nunca foi discutido isso.

Nunca foi discutido isso.

Assim como o Fundo de Garantia tem uma conta separada, o servidor também deveria ter uma conta separada da Previdência, para que ele tivesse informação. Mas não pode ser da mesma forma que é feita no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. O que significa o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço se todos sacam a custo zero? Quem é que garante a remuneração? Por que nós não vinculamos esse Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ao empréstimo que o governo faz junto aos bancos privados para remunerar igualmente?

Por que não pensamos em fazer uma reforma aqui no Congresso? Não sei se vocês estão reparando, mas o Congresso é, realmente, a Casa do poder, é onde se decide. Nós estamos apreciando isso hoje, fortemente, porque nós temos dois Presidentes fortes, não pelos mesmos motivos nem pelos mesmos motivos que nós gostaríamos de ter essa informação, mas a Casa é que tem o poder, é a Casa que faz a regulamentação, a regulação do Estado. Nós estamos percebendo isso aos poucos e, com uma visão de Estado, nós estamos aprendendo. Por isso, nós criamos a Central do Servidor, a Pública, com uma nova visão, diferente da das outras centrais. E eu gostaria muito de dizer a vocês que a nossa visão só vai somar.

Os profissionais do serviço público trabalham no serviço público. Os profissionais do serviço público não são esses que, eventualmente, entram dando as suas colaborações e destruindo aquilo em que tocam. Eles não têm a visão de futuro, eles têm a visão de momento. Eles estão ali para resolver um problema – dizem a eles "Resolvam isso aqui, nós queremos que se faça isso" – depois eles vão embora.

Esta crise que estamos enfrentando, dura, foi criada por uma dessas pessoas. Chega um Ministro, vindo de um banco, sugere e implanta modificações macroeconômicas – corretas, mas é como remédio: o veneno na dose certa mata, o remédio na dose certa cura. Implantou uma reforma fiscal e acabou com todo mundo. O único setor que está levando vantagem com a reforma implantada pelo Ministro Levy é o setor financeiro. Se ninguém percebeu isso, eu lamento. Só que nós vamos levar entre um e dois anos para chegar ao fundo do poço. Se vocês acham que a crise está começando, ela ainda tem muito para trilhar. Nós temos que trabalhar muito, conversar muito, informar ao Congresso muito, trazer os dados que o Congresso diz que não tem para que tenha informação. Que nós possamos ter a força de convencimento, de argumentação, para que os nossos

congressistas possam votar conhecendo os números, conhecendo os dados, conhecendo o que acontece. Não é aprovando uma medida que vem do Executivo...

Se formos aprovar novamente a CPMF, o que vai acontecer? Quando você mexe na tributação, você mexe na distribuição de renda – eu peço para o meu colega para falar como economista. Toda vez que o governo mexe, ele ajusta distribuição de renda, e a gente tem que olhar para onde ele está levando essa renda. Toda vez que o governo mexe em alguma coisa, ele está mexendo na distribuição de renda. Como nós queremos essa distribuição?

Nós temos hoje o Orçamento na Câmara dos Deputados, na Comissão Mista, para ser aprovado. Nele, quase 50% é dos bancos. Repetindo: quase 50% é dos bancos! Esse Orçamento vai ser aprovado sem auditoria da dívida? Esse Orçamento vai ser aprovado sem que isso seja discutido? Esse Orçamento está transferindo todos os recursos arrecadados pela União – pela União – para o sistema financeiro. Isso não foi discutindo em nenhum momento aqui dentro, e se está discutindo reforma tributária, reforma previdenciária, para tirar mais dos mesmos.

(Soa a campainha.)

O SR. OGIB TEIXEIRA DE CARVALHO FILHO – Distribuição de renda se faz assim.

Então, Presidente, eu gostaria que essa conversa tivesse uma visão mais macro, porque ela tem razões não reveladas. Ela tem razões que são mencionadas por alto, mas não são reveladas exatamente por quem está lucrando. Foi revelada aqui com os lucros dos bancos, estão dizendo, mas nós temos mais sistema financeiro levando isso aí.

Então, com essas palavras, eu quero dizer que a Pública, a Central do Servidor, está aberta à conversação com todos os colegas. Digo àqueles servidores públicos que quiserem conhecer a Pública: estamos à disposição para informá-los sobre a nossa nova proposta.

Foi um prazer falar com vocês e para vocês. Obrigado (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi Ogib Teixeira de Carvalho Filho, Vice-Presidente Executivo da Central Pública do Servidor.

De imediato, Manoel Isidro dos Santos Neto, Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco).

Estamos acelerando em função do horário.

O SR. MANOEL ISIDRO DOS SANTOS NETO – Boa-tarde a todas e a todos. É um prazer imenso estar aqui fazendo parte desta audiência pública.

Inicio cumprimentando o Senador Paulo Paim e, ao mesmo tempo, parabenizando-o pela iniciativa desta audiência pública cujo tema é "O mundo do trabalho: desemprego, aposentadoria e discriminação".

Cumprimento também o conterrâneo, Senador Lindbergh Farias – sou de João Pessoa.

Cumprimento a Professora Denise Gentil e, em nome dela, cumprimento todos os companheiros e companheiras da Mesa, também parabenizando-a pela brilhante palestra. A Fenafisco também subscreve tudo o que a senhora aqui falou – a exemplo do que fez a Anfip, não é isso companheiro Floriano?

Companheiros e companheiras, se a Previdência não está quebrada, como se comprovou hoje aqui por meio da palestra da Professora Denise Gentil... Estão querendo fazer mais uma reforma da previdência com o discurso de que ela está quebrada, e a Fenafisco, Senador Paulo Paim, é totalmente contrária a mais uma reforma na previdência. Eu gostaria que se consignasse isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O SR. MANOEL ISIDRO DOS SANTOS NETO – Se a previdência não está quebrada e estão querendo fazer mais uma reforma na previdência, o que está por trás disso, Professora Denise Gentil?

Aqui já se falou bastante, e eu pouco ou quase nada vou poder acrescentar ao tema "Desemprego, aposentadoria e discriminação", mas eu gostaria de reforçar algumas coisas que foram ditas chamar atenção para alguns pontos.

Se a Previdência não está quebrada e estão querendo fazer mais uma reforma da Previdência; se a DRU hoje é de 20% e estão querendo aumentar para 30%... Acredito eu que o motivo está aqui: o que se quer é sangrar mais ainda a seguridade social – seguridade social, para nós lembrarmos, é previdência, assistência e saúde.

A saúde: todos nós, brasileiros, estamos sofrendo na pele. Eu passei por uma experiência com minha mãe, que acabou falecendo. Minha mãe tinha plano de saúde, mas, pela urgência do problema dela, teve de ir para um hospital público. Eu só vi a cena que vi em João Pessoa, no Hospital de Emergência e Trauma, em filmes de guerra, só vi em filmes de guerra: as macas no corredor, de um lado e de outro, e as pessoas sendo tratadas ali de todo tipo de doença.

Então, no caso da saúde, nós estamos sentindo na pele a falta de investimento, apesar dos superávits de mais de R$40 bilhões, todos os anos, na seguridade social. Eu, sinceramente, não vejo motivo para a saúde estar passando pelo que está passando, pois a seguridade – da qual faz parte a saúde, é financiada por ela – tem superávit de R$40 bilhões. Por que a saúde está esse caos? Por que os brasileiros estão pagando, sentindo na pele?

Previdência: por que servidores e trabalhadores estão sendo chamados a pagar uma conta que não devem mais uma vez? Será que estão querendo impedir que quem não está aposentado se aposente, morra de pé, feito vela? E o único objetivo – é o que quero trazer aqui, já foi dito aqui – é garantir o pagamento da dívida pública.

Se nós pegarmos os dados de 2014, veremos que quem está competindo com o pagamento da dívida, que consumiu 45,11% do Orçamento da União, é a previdência, junto com saúde e assistência: a assistência usou 3,08% do Orçamento; a saúde, 3,98%; e a previdência, 21,76% – a dívida, lembro, 45%.

Então, previdência e dívida... A dívida está competindo, querendo buscar esses recursos da previdência, que está dentro da seguridade social. Já que está ainda superavitária... O pensamento é: 20% são insuficientes, vamos buscar 30% – amanhã vão querer buscar 40%. Enquanto houver dinheiro na seguridade, eles vão continuar querendo sangrá-la.

O companheiro da Pública disse que, na Constituinte, tentaram criar um dispositivo para evitar os saques. Eles encontraram outra fórmula, que é a DRU, mas, para facilitar mais ainda o sangramento, estão buscando recursos na previdência.

Eu vejo uma oportunidade muito importante aqui nesta audiência pública – e parabenizo novamente o Senador Paim, que reuniu aqui todas as entidades sindicais e associativas. Nós precisamos da união geral dos trabalhadores para nos contrapormos às agendas neoliberais que estão a todo vapor. Se nós, servidores e trabalhadores, não reagirmos, seremos massacrados mais uma vez, iremos pagar uma conta que não devemos, companheiros e companheiras. Precisamos nos unir, mais do que nunca. Todas as centrais sindicais, confederações, federações, associações e todos os sindicatos, temos que chamar um movimento geral dos trabalhadores para nos contrapormos a essas agendas neoliberais.

O Senador conterrâneo Lindbergh disse o seguinte.

(Soa a campainha.)

O SR. MANOEL ISIDRO DOS SANTOS NETO – "Estão tentando impor uma pauta neoliberal".

Estão? Eu acho que quem não deve impor esta pauta neoliberal é o Governo, porque o que eu estou vendo é o Governo impondo uma pauta neoliberal a todos nós, servidores e trabalhadores. Nós precisamos reagir, mas não participando do movimento Fora Governo, mas de um movimento contra a agenda neoliberal do Governo, porque não foi com essa agenda que este Governo foi eleito. Eu não votei neste Governo para que ele impusesse uma agenda dessa para todos nós, servidores e trabalhadores.

Então, Senador Paulo Paim, a Fenafisco, que representa o Fisco Estadual e Distrital e que tem 30 sindicatos filiados em sua base, de todas as unidades da Federação, sente-se honrada por estar participando desta audiência pública. Parabéns a V. Exª por esta iniciativa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Meus cumprimentos ao Manoel Isidro dos Santos Neto, que falou pela Fenafisco.

Bom, pessoal, a Drª Denise, por estar com um problema de voo, vai ter que sair antes do término da nossa audiência pública. Então, eu passo a palavra a ela, para as suas considerações finais, sem prejuízo depois para as quatro pessoas do plenário, quatro líderes do plenário, que pediram a palavra. Eu darei a cada um deles cinco minutos para nós tentarmos terminar até as 14 horas – o limite aqui é 14 horas, quando têm início os trabalhos do plenário e somos obrigados a encerrar aqui.

A SRª DENISE LOBATO GENTIL – Obrigada, Senador.

Eu acho que há um ponto comum às falas de todos nós nesta audiência. Eu acho que todos nós nos fazemos a pergunta de sempre, ou seja: por que a reforma da previdência se não há necessidade de reforma da previdência? Essa foi a sua pergunta final. Quer dizer, não há necessidade fiscal de uma reforma, mas há a necessidade política de determinada fração da sociedade de que essa reforma aconteça.

Eu costumo dizer, como pesquisadora no campo das finanças públicas, que o Orçamento é o campo de condensação de forças. Se você quiser saber como anda a luta política, a luta de classes numa sociedade, consulte o Orçamento, porque vai estar lá, com certeza, quem está se apropriando do Orçamento Público, quem está levando vantagens tanto do lado dos tributos quanto do lado dos gastos. Então, a peça orçamentária é emblemática da luta de classes numa sociedade. É por isso que considero legítima a definição "campo de condensação de forças".

O Orçamento Público, a política fiscal, pode definir os fluxos de capitais entre o País e o resto do mundo. Ela pode definir se vai haver investimento ou se não vai haver investimento privado; ela pode definir se riquezas financeiras vão ser erguidas ou se riquezas industriais vão ser erguidas; o Orçamento pode definir se os trabalhadores vão se apropriar da produtividade do trabalho deles ou se não vão. Quer dizer, a peça, esse ser que é o Orçamento, define a divisão da riqueza na sociedade com grande facilidade, tanto pelo lado dos tributos quanto pelo lado dos gastos.

O momento que nós vivemos é um momento muito grave, é um momento gravíssimo, é um momento de grande retrocesso, como todas as falas aqui pontuaram, tanto no campo dos direitos sociais como no mundo do trabalho.

O ajuste fiscal tornou-se neste instante um fator de desmonte do Estado de bem-estar social, e não apenas dos direitos sociais, mas até do funcionamento das instituições que estão por trás desses direitos – elas se precarizaram de tal forma que o desmonte é completo. Até a burocracia por trás desses direitos, no aparelho estatal, está se desmontando, por todas as questões administrativas de custeio dessa máquina e tudo mais.

Então, as consequências da mudança de rumo da política macroeconômica imposta pelo Governo Dilma, principalmente a partir de 2013... Reparem bem: este ajuste não vem de agora, não está saindo por uma pressão política do ano de 2014, 2015, ele antecede isso – prestem atenção! Não há nada de muito novo neste ajuste fiscal, a não ser o fato de ele ter se tornado agora muito mais violento, muito mais radical. Isso vem sendo feito desde 2011, se aprofundou um pouco mais em 2013, e agora tomou grandes proporções, em 2015 e 2016.

Então, hoje, o estágio precário do diálogo político... Reparem bem: hoje neste País, o debate político está restrito ao ajuste fiscal, desenvolvimento econômico é uma pauta que não existe. Hoje se discute quem vai perder no ajuste fiscal e quem vai ganhar – para vocês verem o nível de pobreza do debate, do debate político e do debate econômico do País!

Discute-se se vai passar CPMF, se vai vir a DRU, se vai diminuir idade... Tudo em função de quanto se vai economizar, agora, no médio ou no longo prazo, mas é esse o debate. É isso que está mobilizando a classe. É isto que os sindicatos estão fazendo: tentando defender a renda dos trabalhadores, que, se sabe agora, está na rota – como eu disse antes – do pesadelo de ter que disputar centavos da renda – é um butim!

O que é a luta hoje? A gente se encontra hoje... Defender os direitos previdenciários e os direitos trabalhistas hoje significa lutar contra a política macroeconômica atual. Isso não é pouco, isso é muita coisa. Lutar contra a política macroeconômica passou a ser o nosso alvo. Já não estamos mais no campo da defesa específica de cada um, de cada setor, de cada segmento do mercado de trabalho, de cada sindicato, de cada classe. Nós estamos agora lutando todos juntos contra a política macroeconômica do Governo, que é uma política extremamente desagregadora, de uma crueldade enorme – eu costumo dizer que a política macroeconômica é um ser coletivo sem alma.

Enfim, as políticas que se baseiam na solidariedade social, na liberdade para conseguir conquistar a sobrevivência, foram banidas. Hoje o que se tem é o bloqueio à liberdade de conquista da sobrevivência. O que se tem hoje é uma política de concentração de renda, de desagregação social total, produzida por essa facilidade que tem o Orçamento Público de interferir na disputa de classes de uma sociedade.

Eu fico muito feliz por ter sido convidada para este debate, por ter partilhado esta manhã e pedaço desta tarde com vocês. Fico muito feliz de estar sendo útil. Quando eu vim para cá, pensei: "Eu tenho que deixar ali o melhor de mim". Eu vim para isso. E eu espero, de fato, ter conseguido isso – são muitos anos de pesquisa.

Além do meu agradecimento, eu desejo a vocês o bom combate. Nós temos aqui dois Senadores que se transformaram em dois gigantes dessa causa – por sorte estão aqui conosco neste dia. Eu desejo a eles boa sorte e o melhor de todos os combates.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Professora Denise Lobato Gentil, professora da UFRJ. Ela vai ter que sair por problema de voo, mas nós vamos continuar a nossa audiência pública.

Doutora, muito, muito obrigado. Você foi brilhante, deu uma grande contribuição a todos os líderes que estão aqui.

Por sua vinda e por sua posição, Doutora Riedel, nós vamos montar aquela comissão para aprofundar o debate sobre a previdência e fazer o que ela disse aqui no final: vamos ao bom combate.

Muito obrigado.

Senador Lindbergh, sei que você vai acompanhá-la agora... Muito bem! Uma salva de palmas para os dois então, para o Senador Lindbergh e para a Doutora Denise. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – De imediato, passo a palavra para a sempre líder dos trabalhadores, amiga de jornadas longas, que é a Rosa.

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Obrigada, Senador Paim. Obrigada, Senador Lindbergh, por sua fala, por suas posições.

O nosso Presidente Carlos Silva, do Sinait, falou, e eu, como vice-presidente, gostaria também de deixar aqui registrada a posição do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, dos Auditores Fiscais do Trabalho de todo o País, que são terminantemente contra a proposta de reforma trabalhista e previdenciária.

Entendemos que esses dois temas caminham juntos e temos certeza de que todas as vezes que esse tema vem à tona, a reforma, não é para melhorar, é no sentido de piorar. Quem dera nós tivéssemos uma proposta que viesse no seguinte sentido: "Vamos reformar o direito do trabalho e o direito previdenciário para melhorar as condições da sociedade, da classe trabalhadora". Infelizmente, não é a isso que estamos assistindo.

Senador, o senhor tem feito aqui um trabalho brilhante, trabalho que registro com muita alegria, porque tenho acompanhado isso e ido com o senhor a diversos Estados nessa luta contra a terceirização, na luta contra todas as tentativas de redução do combate ao trabalho escravo, que nós também estamos travando aqui. Temos, cada vez mais, que seguir em frente.

Aquilo que a Professora Denise falou aqui no final é verdade. O que é que está por trás de uma reforma da previdência e de uma reforma trabalhista neste momento – parece completamente despropositado – um momento de crise econômica, em que é justamente o pobre, o trabalhador, quem mais sofre? Ora, a resposta não é tão difícil. A resposta é: o mercado. O mercado quer a previdência. A seguridade é de uma riqueza tamanha, tem um orçamento tão grande... Quantas empresas privadas de previdência estão de olho nesse mercado? Querem botar a mão no bolso do trabalhador, pegar essa fatia riquíssima da seguridade para enriquecer mais ainda o sistema privado de previdência. Tem endereço certo a resposta que a Presidente da República deu quando falou em reforma da previdência. A reforma da previdência nada mais é do que o desejo de atender o jogo do mercado, que quer, sim, botar a mão nos cofres da previdência.

E a reforma trabalhista? Nós evitamos, no final do ano passado, que uma emenda capenga fizesse com que fosse aprovado o acordado sobre o legislado – mais uma vez, mais uma tentativa! E isso continua na pauta de muitos Parlamentares desta Casa. Nós temos que fazer esse enfrentamento.

Nós já conseguimos, muitas vezes, evitar o pior aqui, Senador, com o seu apoio. E eu acho que nós vamos ter que formar aquele grupo que tínhamos sugerido, um fórum de combate ao retrocesso social, que o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E foi fortalecido aqui pela proposta...

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Pela proposta da Drª Thaís Riedel.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso.

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Eu gostaria de dizer ao senhor que o Sinait gostaria muito de participar desse grupo para nós estudarmos em conjunto o que é que está, realmente, por trás dessa reforma da previdência, que ataca e reduz o direito do trabalhador, especialmente o direito das mulheres, Senador. Estão atacando as mulheres. As mulheres deste País precisam saber disto: são as mulheres as principais prejudicadas se esse projeto for adiante.

E quero dizer para o senhor – só mais um minutinho – que os auditores fiscais do trabalho estão em greve desde o dia 24 de agosto por absoluta falta de condições de trabalho.

(Soa a campainha.)

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Nós estamos com mais de 1,1 mil cargos vagos numa categoria que tem 3,6 mil cargos. Quer dizer, isso é um assalto ao direito do trabalhador; quando não está presente o agente público encarregado de garantir que o direito do trabalhador seja respeitado, é porque está sendo atacado justamente o trabalhador.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Muito bem! Ouvimos a líder Rosa, do Sinait.

De imediato, passamos a palavra para Cintia Rangel, diretora da CSPB.

A SRª CINTIA RANGEL ASSUMPÇÃO – Boa-tarde a todos.

Eu faço questão de firmar aqui uma posição representando a CSPB e de agradecer as explanações de todos os participantes.

Eu, infelizmente, não consegui ver toda a apresentação da Profª Denise, mas a posição da CSPB em relação à reforma da Previdência e à reforma trabalhista, que de alguma forma tem sido intentada durante todos esses anos, a apresentação da Professora Denise e a explanação dos senhores não deixam qualquer dúvida quanto aos equívocos e interesses contidos nessas reformas, que buscam atender ao interesse das ordens do mercado em detrimento dos trabalhadores.

É preciso lembrar a este Governo que ele caminha para um suicídio político e social, porque fomos nós, no ano passado, quando a questão do *impeachment* foi colocada, foram os movimentos sociais e os movimentos dos trabalhadores que foram às ruas defender a permanência e a autonomia da democracia, a permanência da Presidente eleita. Parece-me que ela se esquece daqueles que lhe foram aliados e vai atender aos interesses daqueles que em nenhum momento vão se sentir gratos a este Governo.

Sabemos que o mercado e a oposição, aqui no Congresso, vão continuar com os ataques na defesa do *impeachment* e na instalação de CPIs que vão cada vez mais desgastar o Governo. Eu faço menção à Drª Thaís quando ela faz referência ao art. 193, em cuja construção o Senador Paulo Paim teve grande importância: "A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais." A classe política neste Brasil e, lamentavelmente, este Governo têm se esquecido desse compromisso firmado na Constituição de 1988. Quando ela veta uma auditoria da dívida pública, além de não garantir a ordem social prevista, ela afronta a Constituição, permitindo o anatocismo, que significa juros sobre juros, que está levando às privatizações, que está levando às reformas trabalhistas e que exige hoje uma reforma previdenciária.

E aí nós nos lembramos da independência do Banco Central, levantada agora pelo Presidente do Senado. É bom lembrar do que leva a querer a independência do Banco Central: o próprio mercado, porque decidir sobre taxa de juros, executar metas de inflação, baixar as regulamentações de mercado interessa a quem? Quem será o escolhido para o Banco Central, para ocupar a cadeira do Banco Central? O mercado financeiro, com o único papel de continuar defendendo.

Eu queria também, Senador, reforçar aquilo que já foi dito pelos representantes dos movimentos sociais, pela classe trabalhadora, pelas entidades sindicais: o seu mandato como Senador e esta Casa, especificamente esta Comissão, têm sido uma trincheira na defesa dos interesses da classe trabalhadora. Por pior que tenham sido os ataques, precisamos também lembrar do ano de 2015, que foi logo ali, em que, de alguma forma, a classe trabalhadora, unida, conseguiu vencer grandes batalhas. A questão da terceirização: a sua presença, essa sua caravana pelo País tem colocado cada vez mais foco na questão da terceirização e dos interesses neles contidos. As Medidas Provisórias nºs 664 e 665, que afrontaram direitos, mas...

(Soa a campainha.)

A SRª CINTIA RANGEL ASSUMPÇÃO – ... graças à sua perseverança, conseguimos reduzir entre esses ainda mais nefastos que estavam ali contidos.

Eu faria referência também à alternativa à fórmula 85/95. Isso foi uma vitória. Também a questão da regulamentação do trabalho doméstico, o Estatuto do Deficiente, de que o senhor se orgulha tanto.

É preciso que nós, classe trabalhadora, tenhamos também a convicção de que a vitória do fim do financiamento das empresas nas campanhas vai permitir que a classe trabalhadora talvez venha retomar esse espaço nesta Casa, o espaço ocupado na Constituinte de 1988, que construiu essa obra, que precisa ser renovada e efetivada.

Muito obrigada, Senador, por tudo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu que agradeço, Cíntia, por você ter discorrido sobre os principais projetos em que atuei como relator ou como autor.

Agora passo a palavra para o Luiz Carlos Paes de Castro, do SINAL.

O SR. LUIZ CARLOS PAES DE CASTRO – Bem, Senador Paulo Paim, inicialmente, obrigado pela oportunidade.

Na realidade, o nosso sindicato já esteve muito bem representado aqui no debate pelas palavras do nosso presidente, Daro, mas eu, a partir das várias falas, dos vários depoimentos, fiquei com um pouco de vontade de externar algumas preocupações que eu tenho sobre esse debate e sobre o momento que nós estamos vivendo no Brasil e como nós, trabalhadores, servidores públicos, como as centrais sindicais, os sindicatos, como a intelectualidade deste País, os movimentos sociais, como a gente pode contribuir para ajudar o Brasil a sair dessa situação de dificuldade, superar mais rapidamente essa crise e retomar o caminho do desenvolvimento, com a valorização do trabalho, com o aumento de conquistas sociais, e não com retrocessos.

Então, para além da resistência e dessa posição reativa aos ataques a direitos, que é justa e necessária – e já foi muito bem colocado aqui por todos nessa questão da Previdência em especial –, eu acho que nós precisamos ter uma posição de maior protagonismo também, de colocar uma agenda diferente. Há pouco, o Isidro falava sobre isso. Nós temos que resistir aos ataques, mas nós precisamos entrar no debate político, no debate dos rumos que o Brasil precisa adotar para sair dessa situação, colocando a nossa colher aí nesse problema.

Então, nós precisamos disputar a agenda política. Alguém já falou aqui: a Presidenta Dilma, por uma série de razões e contingências – não vou entrar aqui nisso –, adota, no início do seu segundo mandato – já tinha adotado algumas posições no primeiro mandato e agora, no segundo mandato –, uma agenda que não foi a

agenda na qual nós votamos. Aqui falou-se muito bem. Ela disse que não ia retroceder nos direitos nem que a vaca tossisse. E a vaca tossiu, não é?

Então, eu acho que nós precisamos fazer esse debate. A crise que nós vivemos não é crise, também, só de governo. Porque a gente pensa assim: "não, é só o governo..." É uma crise sistêmica, é uma crise do sistema capitalista de produção, que periodicamente vive crises profundas, que começou quando quebraram, lá, as companhias hipotecárias americanas em 2007, agravou-se em 2008, quebrou o Lehman Brothers, etc., em 15 de agosto, se não me falha a memória, e continua no mundo. É a crise de um modelo, de um modo de acumulação do capital e, em especial, nesse período mais recente, um modelo de acumulação baseado nas finanças muito mais do que na exploração do trabalho, na fábrica, na indústria. Quer dizer, os trabalhadores estão querendo é ser explorados, estão querendo ter o emprego para ser explorados pelo capital, e muitos sequer têm essa possibilidade de ser explorados. Estão doidos para ser explorados, para, pelo menos, ganhar um salário para poder alimentar a sua família. Quer dizer, é uma fase perversa.

Às vésperas do Fórum Econômico de Davos, foi divulgado aí na imprensa internacional e no Brasil que 62 habitantes do planeta acumulam uma riqueza que é similar...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ CARLOS PAES DE CASTRO – ... à riqueza de 3,5 bilhões de habitantes, que é a metade mais pobre do planeta. Então, aqui nessa sala, quando nós começamos – hoje já somos menos, agora, mas começamos com mais de 60. Então, podem se reunir aqui nessa sala 62 pessoas que representam a riqueza da metade do restante do planeta. Então, isso é um absurdo. É inaceitável! É inaceitável! É inaceitável que 1 milhão de pessoas no ano passado tenham sido obrigadas, por uma política de domínio do mundo, do império americano, dos seus aliados da Europa conservadora, que crianças, jovens, adultos, velhos tenham que sair da Síria, do norte da África, do Oriente Médio, fugindo da guerra provocada pelos interesses maiores.

E, no Brasil, então, companheiro, a gente precisa fazer esse combate...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ CARLOS PAES DE CASTRO – Estou finalizando.

A nossa agenda deve incluir a reforma tributária. Não se admite que a maior parte dos tributos sejam indiretos, que vêm do consumo, da produção. Nós precisamos reduzir – estou encerrando – os tributos que incidem sobre a produção e consumo e aumentar os tributos sobre a renda, sobre os ganhos financeiros, distribuição de lucros e dividendos, que não são tributados no Brasil – o Brasil é um dos raros países no mundo que não tributam lucros e dividendos –, as heranças, e por aí vai.

Nós temos que fazer esse debate. É como a professora falou, nós temos que fazer justiça social, de um lado, pela arrecadação, ou seja, quanto você e quem está contribuindo de um lado, e, por outro lado, para onde os recursos estão sendo destinados.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ CARLOS PAES DE CASTRO – Então, essa é uma questão que nós, do movimento sindical, precisamos pautar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concluindo. Estamos com problema de tempo.

O SR. LUIZ CARLOS PAES DE CASTRO – Fechando.

A política de juros altos, câmbio, de tudo isso nós temos que apropriar e fazer esse debate, porque isso diz respeito à nossa vida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Luiz Carlos Paes de Castro, do SINAL.

Vamos, de imediato, devido ao tempo, estou acelerando, pois teriam que falar aqui também os representantes dos aposentados, por exemplo, da área privada. Passo a palavra para o Diego.

Diego é advogado da Federação dos Aposentados de Brasília e pertence à Cobap.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Boa tarde, Senador.

Primeiramente, queria agradecer ao senhor por mais esse exemplo de atuação política. O senhor é um advogado, no sentido mais estrito da palavra, dos direitos sociais. É uma honra o Brasil ter o senhor à frente dessa luta.

Basicamente, o que tenho a falar é repetir o que todos disseram. Não estamos em déficit, nunca estivemos. E pretendemos fazer um grupo de estudo para apresentar um programa para todos os Senadores e Deputados, para que esse tipo de alegação mentirosa e falaciosa do Governo não passe novamente e que os direitos não sejam novamente cerceados.

É um prazer poder colaborar novamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Diego, que falou pela Federação dos Aposentados aqui de Brasília.

Por fim, deixei para dar ao final a palavra a uma mulher, para ela encerrar o nosso plenário. Vai falar Maria José, que é líder de aposentados e pensionistas. E eu, a convite dela, estive em uma grande conferência em Fortaleza. Foram tantos os Estados! E ela participou também de um debate muito bom que fiz no meu gabinete, com ministros, sobre a meia-entrada, garantindo a meia-entrada para todos os idosos. E nós mantivemos...

A SRª MARIA JOSÉ PONCIANO – Conseguimos derrubar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O seu argumento foi decisivo.

A SRª MARIA JOSÉ PONCIANO – Boa tarde a todos. E aqui representando, Senador, o Fórum Nacional da Sociedade Civil pelos Direitos da Pessoa Idosa, que repudia, naturalmente, todas as tentativas de reforma da Previdência, todas as tentativas de retirada de direitos.

Agora, eu gostaria de salientar dois pontos que considero fundamentais nessa discussão de hoje, que são referenciais teóricos, porque quem faz uma reforma da Previdência tem a caneta e faz lá a sua reforma, mas existem os referenciais teóricos que originaram, como disse aqui o meu Presidente Dário – eu também sou filiada ao SINAL –, que falou dos mantras que vão se repetindo... Então, são referenciais teóricos sobre os quais a gente tem que falar aqui, Senador. A gente já até tentou fazer uma audiência pública sobre esse tema, a gente não conseguiu se organizar.

O Ipea – e é preciso que se diga, isso é uma denúncia – tem dois artigos, dois textos, que estão na internet, que fundamentam essas reformas que estão acontecendo aqui, que a gente está discutindo aqui hoje: um fala sobre a questão das mulheres, se não me engano é o Texto para Discussão nº 1840, está na internet.

Ele faz todo um estudo e aponta para a necessidade da retirada da aposentadoria mais cedo para as mulheres. Está lá com todas as letras, um estudo de pessoas que estão fazendo estatística sobre envelhecimento, e chegam a essa conclusão. Um outro fala exatamente sobre a questão do aumento da idade, usa todo um estudo estatístico e chega à conclusão de que os aposentados têm que se aposentar com 65 anos, isso sem antes não sugerir a retirada de todos os outros direitos que estão no Estatuto do Idoso.

Então, isso é muito grave, e essas comissões, esses estudos, têm que se debruçar sobre esses referenciais teóricos e tentar minar esses referenciais, que é um trabalho que o Fórum Nacional tenta fazer, fora cartilha do Banco Mundial, que também aponta para essas restrições de direito.

Só para referendar, porque a Profª Denise falou sobre as estatísticas catastróficas, os prenúncios catastróficos para justificar a retirada de direitos. Gostaria de lembrar que, há algumas décadas atrás, tínhamos a previsão de explosão demográfica, que era também catastrófica e traria resultados terríveis para a população, como fome, mas a explosão demográfica não aconteceu, ela se reverteu. Da mesma forma, isso que eles hoje chamam de implosão demográfica, que é o envelhecimento crescente, pode também não se concretizar – essas questões negativas – e ele pode se reverter.

Então, acho que temos também que estudar essas questões e apontar isso, para que, na memória das pessoas, isso seja o contraponto a esse tipo de situação, para não chegarmos na situação de estarmos combatendo quem vai assinar a caneta. Temos que combater os referenciais teóricos. Seria essa a questão que eu gostaria de trazer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Maria José, representando aposentados e pensionistas.

Pessoal, vamos ter que terminar, o horário não permite mais. Sei que todos gostariam de falar novamente. Vejo o olhar da Rosa, como que questionando por que não lhe dei mais cinco minutos, e o Luiz, "por que você terminou logo?". Eu ia falar mais três só.

Pessoal, quero dizer que a nossa audiência pública atingiu todos os objetivos, que é mostrar, inclusive, para o Governo – podem ter certeza de que ele assistiu toda a nossa audiência pública, do início ao fim: ele tem que saber que vai haver o bom combate. Nós não vamos aceitar nem reforma trabalhista, nem reforma previdenciária. (*Palmas.*)

Isso ficou muito claro aqui, foi unânime e, como fizemos o combate na terceirização e conseguimos segurar; fizemos o combate na NR 12, conseguimos segurar; fizemos o combate ao trabalho escravo, conseguimos

segurar; fizemos o combate ao negociado sobre o legislado, conseguimos segurar, não vai ser agora, em duas questões de honra para nós, que é mexer nos interesses dos aposentados e daqueles que vão se aposentar.

Até recebi, confesso que não vou passar para vocês aqui, no meu celular, nessas mensagens que mandam, a seguinte pergunta: "A mulher não trabalha?" É uma mulher dona de casa dizendo isso. Não sei se vocês já receberam. Se não receberam, vou mandar para vocês. Ela vai dizendo: "Eu não trabalho? Mas quem é que faz o café, quem é que levanta e que lava roupa, quem é que cuida dos filhos, quem é que vai para rua e paga as contas?" Enfim, ela fala tanto, que achei que ia passar meu salário para a minha já. (*Risos.*)

Então, é uma demonstração, pessoal, de que tem que ter esse carinho, esse cuidado, com o trabalho das mulheres.

E ainda a dupla e tripla jornada, como foi falado aqui. Além de trabalhar – muitas trabalham fora naturalmente, hoje a maioria –, ainda trabalham em casa, e nós, homens, trabalhamos muito menos em casa. Vamos ser muito francos: não trabalhamos nem um terço do que elas trabalham em casa. Inclusive, a forma como elas naturalmente cuidam dos filhos, que é muito melhor do que nós cuidamos. Nós saímos, vamos para lá, vamos para cá, vamos viajar e elas administram.

Então, queria dizer que, para mim, é um discurso pífio que há de ser derrotado no plenário, querer que a mulher, que é discriminada... A única discriminação positiva é essa, a única que eu conheço é essa. Todos os dados mostram, inclusive no mundo do trabalho. Ela ganha um pouquinho mais da metade do que o homem ganha. Está comprovado com dados e com números. Eu repito: não conseguimos aprovar aqui um projetinho simples, que diz que a mulher tem que ter o mesmo direito que o homem, não conseguimos aprovar isso, porque botamos a multa quando for comprovado que não é pago de acordo com o que manda a Constituição e essa própria lei.

Enfim, pessoal, eu sei, e como aqui foi colocado por alguns: "É, mais embora tu digas que tu conversaste com o Presidente e ele disse que a terceirização seria somente para os 13 milhões...". Claro que o estado de mobilização é importante, pessoal, senão eu não estaria com a coluna doendo, viajando o Brasil todo. Eu não fui viajar os Estados só para pegar a relatoria. Eu fui para ajudar na mobilização. E, agora mesmo, antes de o Congresso começar a trabalhar, nós já estávamos aqui, na segunda-feira, organizando, junto com os dirigentes, a reunião de terça, que se deu graças também à presença, claro, do Prêmio Nobel da Paz, que nos ajudou muito ontem, estando no plenário. Diversos Senadores trabalharam intensamente. Destaco, claro, por uma questão de justiça, o Senador Jorge Viana, o Senador Paulo Rocha e o Senador Cristovam Buarque, mas todos trabalharam, pessoal, intensamente, participaram aqui e foram para o plenário para chegar lá com o requerimento que foi colocado em votação. O Senador Romero Jucá também, pessoal. Temos que admitir, às vezes a gente queria esse ou aquele Senador, mas o Senador Romero Jucá ficou sensível aos argumentos dos Senadores e do Prêmio Nobel da Paz, que estava lá no plenário também, naquele momento. O próprio Senador Renan Calheiros também fez questão de que ele fosse ao plenário.

Então, eu não sou daqueles que vivem sempre no campo do pessimismo. Se eu fosse um pessimista ao natural, eu repito, eu não estaria viajando aos Estados. Se eu fosse pessimista, eu nunca teria sido candidato ao Senado, e o Calixto sabe. Era uma disputa muito, muito difícil, com uma Senadora também, uma boa Senadora estava no páreo, era eu ou ela. E o Calixto, lembro-me, foi ao Estado e disse, numa grande plenária organizada lá: "Olha, com todo respeito à Senadora, mas eu vou pedir o voto para o Senador." Estou dando como exemplo. Todas as centrais sempre apoiaram a minha caminhada, então, eu não quero fazer nenhuma discriminação, e todo o movimento dos servidores públicos também, das mais variadas áreas.

Mas eu falo isso mais, pessoal, para mostrar que a gente tem que ter a fé e a esperança de que dá para vencer, porque, senão, a gente nem entra na batalha. Sobre a terceirização, muitos não acreditavam que a gente ia pegar a relatoria, e pegamos a relatoria.

Muitos não acreditavam e diziam que política de cotas era sonho, e fomos até ao Supremo para discutir lá, e eu fui lá. Lembro-me, um Senador era contra e eu a favor, fomos debater no Supremo, mas eu fui com fé de que a energia do universo ia nos ajudar e que nós íamos ganhar o debate lá, no fórum do Supremo, e fiz a defesa lá e ganhamos por dez a zero. E era o Demóstenes Torres, na época, não estou julgando-o aqui agora, porque não é o papel, e ele fez a defesa da sua forma, e ganhamos.

Então, pessoal, temos que ter fé, e eu quero ter fé de que nós vamos aprovar, sim, é a regulamentação dos 13,5 milhões de trabalhadores que vivem praticamente sob o regime de escravidão. É o contraveneno. E nós sabemos que em todo lugar a situação deles é desesperadora.

Por isso, pessoal, muita fé. Muita fé e muita luta, e muita mobilização. Como dizia o nosso já falecido e querido Adão Pretto, um pé no Parlamento e um pé na rua. O que ele dizia? Saber fazer a mobilização, as caminhadas, as pressões, mas também saber fazer o debate dentro do Parlamento, dialogando, conversando.

Olha, muitas e muitas coisas. Como o estatuto, esse marco regulatório das estatais, que estava sendo dado por perdido. Mexe para cá, mexe para lá, e estamos construindo uma redação possível até de aprovar por unanimidade, com a relatoria do Senador Tasso Jereissati.

Quem não lembra aqui dos servidores públicos, o Relator do PSDB inclusive, Senador Douglas Cintra? Construímos com eles, negociação coletiva, e o projeto foi aprovado.

Então, temos que ter muita fé, muito mobilização, muita pressão, muito poder de argumentação, para fazer com que questões como estas avancem.

Nossa querida Maria José, fomos para uma reunião com ministros e pessoas do Governo, e com artistas globais juntos, não é porque sejam da Globo, artistas internacionais que estavam trabalhando para que não tivesse mais meia-entrada para o idoso da forma que está no Estatuto da Juventude, do qual fui relator. Eu disse: fui relator, como é que vou voltar atrás em uma coisa que relatei e conseguimos aprovar e que foi uma briga no plenário? A Maria José estava lá, e lembro-me de uma procuradora, se não me engano, de Pernambuco, que fez uma bela defesa. No fim, o Ministro se convenceu. Depois, o Ministro me ligou, e vou dizer o nome do Ministro porque é uma questão de justiça: "Paim, os argumentos foram fundamentais, estou convencido. Vou falar para a Presidenta para manter a meia-entrada para os idosos." Foi, na época, o Ministro Miguel Rossetto, que trabalhava na Casa Civil. E conseguimos.

Então, não dá para achar que... O Estatuto da Pessoa com Deficiência foi aprovado recentemente, foram três, quatro relatores, casualmente de minha autoria. Mas foi fundamental a relatoria do Romário, a relatoria da Mara Gabrilli, do PSDB, do Celso Russomanno, do PRB. Todos foram fundamentais para aquela matéria ser aprovada.

Portanto, pessoal, apesar da onda conservadora, temos que ter clareza de que é possível chegar lá, é preciso mudar e é possível vencer.

Está encerrada a nossa audiência pública.

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 13 horas e 58 minutos.)

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA (REUNIÃO DE TRABALHO) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE FEVEREIRO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezoito minutos do dia quinze de fevereiro de dois mil e dezesseis, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Paulo Paim. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Reapresentação do Relatório dos trabalhos da CDH do ano 2015 e exibição do programa da TV Senado "Senado Agora" sobre as reuniões da CDH, exibido no dia 19/01/2016. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais e agradece o trabalho dos Senadores e Sanadoras membros da CDH, bem como a equipe da CDH e funcionários/as de demais setores e gabinetes envolvidos no trabalho da CDH. O Senhor Presidente convida Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para colaborar com a apresentação do Relatório dos trabalhos da CDH do ano 2015. O Senhor Presidente concede a palavra a Clovis Araujo, Professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e cinquenta e dois minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a terceira reunião extraordinária de trabalho da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à apresentação do relatório dos trabalhos da CDH no ano de 2015, à exibição do programa Senado Agora, da TV Senado, enfim, das reuniões da CDH exibidas no período de 2015.

Qual é o objetivo? Trabalhamos muito, fizemos muito nesse período. Sou daqueles que dizem que fizemos muito, mas que ainda há muito por fazer, com certeza absoluta.

Eu fiz questão que a Mariana, que é Secretária-Geral da Comissão, coordenadora da equipe da Comissão, estivesse aqui e apresentasse esse trabalho. Alguns números eu poderei citar aqui, de forma bem ampla, mas, depois, a Mariana entrará nos detalhes e eu comentarei acerca da importância deste ano.

Acho que, nos meus 30 anos de Parlamento – iniciei na Constituinte, fui quatro vezes Deputado e duas vezes Senador –, 2015 foi o ano em que mais trabalhamos. Acho que em 2015 trabalhamos até mais do que na Constituinte, e olhem que na Constituinte trabalhávamos quase que direto. A Comissão, com as audiências nos Estados – fomos a 21 Estados e vamos a mais seis agora; neste fim de semana iremos a mais dois, que você vai listar –, realizou, como está no relatório feito pelo próprio Senado Federal, audiências por que passaram mais de 600 painelistas. Seiscentos painelistas! Quinze mil pessoas estiveram aqui, neste plenário. Entre audiências e reuniões, com certeza, foram em torno de 200, embora, oficialmente, vamos computar 152, somando tudo. No entanto, tenho certeza de que foram mais de 200 reuniões, o que daria mais que uma a cada dois dias úteis. Seria mais que uma a cada dois dias se tomarmos os dias úteis.

Resolvi apresentar porque valoriza o trabalho da Comissão, valoriza a equipe, tanto a daqui como a daqueles que viajaram comigo pelo País, e, ao mesmo tempo, porque o Brasil tem que saber que aqui, no Senado, a gente trabalha.

Eu poderia resgatar inúmeras iniciativas que foram muito positivas. Por exemplo, a NR 12, teria sido aprovada, em regime de urgência, graças ao trabalho feito aqui, na Comissão, juntamente com todo o movimento social, os sindicatos, federações, confederações e entidades ligadas ao sistema judiciário, ao serviço público e à área privada. Graça a esse trabalho, nós conseguimos travar aquilo que seria a votação, em regime de urgência, já aprovada, da NR 12.

Conseguimos, graças também ao trabalho feito intensamente pela equipe da Comissão e, repito, por todo o movimento social, que trabalhou articuladamente, enfrentar aquela história de quererem aprovar a lei, que já estava em uma medida provisória, pela qual o negociado estaria acima da lei. Ou seja, poder-se-ia negociar tudo, e, assim, não mais valeria a própria CLT. Conseguimos também mudar essa medida. Depois de uma decisão tomada aqui, na Comissão, com este plenário lotado, nós fomos a uma sessão do Congresso e lá colocamos a decisão da Comissão, de todo o Colegiado e de todas as entidades, inclusive do Fórum Nacional de Defesa dos Trabalhadores, de que aquele projeto só passaria por cima dos nossos cadáveres. Houve aque-

le impacto no Plenário do Congresso, e, no fim, o projeto foi derrotado quase que por unanimidade. A ampla maioria decidiu que, de fato, nós estávamos com a razão em relação ao negociado.

A outra questão, que foi fundamental – nem estou falando aqui dos projetos que nós, depois, iremos comentar –, foi a história do trabalho escravo. Por inúmeras vezes, houve um movimento para aprovar a regulamentação do trabalho escravo. Nós nos articulamos aqui, na Comissão, com a sociedade civil organizada... Quero aqui lembrar aquele artista da Globo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sim, o Wagner Moura, a quem quero muito agradecer. Ele, todas as vezes que provocado, esteve conosco, esteve, inclusive, junto ao Presidente Renan, com a equipe aqui, bem como com Senadoras e Senadores desta Comissão, e nós conseguimos, no final, com a presença do ganhador do Prêmio Nobel da Paz – e não me peçam para dizer o nome dele, um indiano... Depois, alguém pode dar essa informação... A gente pode soletrar. Não sei se aparece no relatório o nome desse grande líder mundial, que me disse que viajou a mais de cem países só nessa luta contra o trabalho escravo, ajudando, inclusive, na libertação de milhares de pessoas que estavam em regime de escravidão. Enfim, com a vinda dele aqui – e aí faço uma menção ao Senador Cristovam, que achei importante... Porque nós todos estivemos aqui, fizemos documentos, fizemos moções de apoio à PEC do trabalho escravo e contra a dita regulamentação, porque trabalho escravo a gente proíbe, não regulamenta. Ainda assim, nós estávamos com problemas em conseguir a assinatura de todos os Líderes. Então, o Senador Cristovam nos ajudou muito, e nós conseguimos, ao final, a assinatura de todos os Líderes.

Claro que, aqui, eu tenho de elogiar todos os Senadores desta Comissão, que trabalharam juntos e, com isso, nos possibilitaram derrotar a proposta, inclusive com a participação do Relator do projeto, o Senador Romero Jucá, que concordou, e nós retiramos a urgência. Desse modo, está garantido que nós não queremos trabalho escravo no Brasil, que o que nós queremos é a proibição do trabalho escravo.

Tudo isso, conforme disse o Prêmio Nobel da Paz que esteve aqui conosco, classifica-nos, em nível internacional – oxalá em nível mundial, pois sonhar não é proibido –, cada vez mais, para que sejamos referência em matéria de direitos humanos. E quando eu digo "a gente", refiro-me ao Brasil. Que o Brasil continue na linha de frente do combate ao trabalho escravo e na defesa dos direitos humanos!

O Augustino me passou aqui uma nota que me deixou feliz, pois ela demonstra a representação do Brasil no Planeta em matéria de direitos humanos. Informa aqui a nota que o juiz brasileiro Roberto Caldas toma posse hoje, dia 15, na Presidência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Eleito para o cargo em novembro de 2015, o jurista sergipano, de 53 anos, 30 dos quais de prática profissional, já responde pela entidade desde o dia 1º deste ano.

Dentre os novos casos apreciados pela Corte nos próximos dias, está a denúncia contra a suposta omissão do Estado brasileiro no caso da Fazenda Brasil.

Ele vai estar na Presidência, mas nem por isso ele vai deixar de julgar um caso daqui, do Brasil.

Só o reconhecimento de ele ser eleito o primeiro juiz brasileiro Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos mostra que nós estamos avançando e vamos continuar combatendo, sim, na questão dos direitos humanos em qualquer parte do planeta, inclusive aqui, no Brasil. Aqui é importante porque já cita um caso, o da Fazenda Brasil Verde, que toca nessa questão dos direitos humanos, que envolve indício de trabalho análogo à escravidão em uma fazenda particular do Pará entre os anos 80 e 2000. Não importa se foi ontem ou anteontem, vai ter que responder por essa questão.

Entre as principais atribuições da Corte está a de zelar pela correta aplicação e interpretação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos por todos os países que ratificaram o tratado de 1969.

Não vou fazer nenhum discurso de abertura, mas eu queria que me passassem aqui a lista dos Senadores e Senadoras da Comissão. (*Pausa.*)

Eu queria, na abertura dos trabalhos, agradecer muito, claro, primeiro, a toda a equipe da Comissão. Digo isto porque eles é que fazem o dia a dia da Comissão, a Mariana, o Augustino. Enfim, pedi a relação dos funcionários e depois quero citar um por um. Mas quero também, com muito carinho, fazer a leitura do nome dos Senadores e Senadoras que são membros desta Comissão, pelo trabalho exaustivo, permanente e corajoso e por todo o apoio que sempre me deram aqui, nesta Comissão. Nunca houve uma crítica à conduta da equipe da Comissão ou ao trabalho da Mesa que eu presido.

Então, quero agradecer à Senadora Regina Sousa, uma lutadora indiscutível pelos direitos humanos, à Senadora Angela Portela, também uma grande militante, à Senadora Fátima Bezerra, grande militante dos direitos humanos, ao Senador Donizeti Nogueira, grande militante, ao Senador Benedito de Lira, que, quando provocado, sempre esteve aqui, ao Senador Lindbergh Farias, que fez uma bela participação na última semana,

à Senadora Ana Amélia, que fez questão de vir para esta Comissão pela repercussão, segunda ela mesma disse, dos trabalhos que aqui acontecem, ao Senador Telmário Mota, companheiro nosso de todas as horas, ao Senador Cristovam Buarque, que eu já elogiei, ao Senador Humberto Costa, Líder da Bancada, sempre presente, – sendo convocado, ele vem e sempre ajuda nos encaminhamentos –, ao Senador Dário Berger, uma liderança nova, com certeza, companheiro de todas as horas, ao Senador Hélio José, que, inclusive, realizou inúmeras audiências públicas e me substituiu algumas vezes na Presidência. Quero destacar também que a Senadora Regina Sousa foi o Senador que mais presidiu depois de mim. Agradeço à Senadora Rose de Freitas, que, quando convocada, sempre esteve aqui, ao Senador Omar Aziz, sempre presente também, ao próprio Senador Valdir Raupp, que nunca deixou de vir aqui dar sua contribuição, como fez, inclusive, na semana passada, à Senadora Simone Tebet, que é uma militante dos direitos humanos e se soma às outras mulheres, na mesma linha, ao Senador Sérgio Petecão, pelos inúmeros relatórios, à Senadora Marta Suplicy, que, em temas polêmicos, aqui participou conosco, sempre na mesma linha da defesa dos direitos humanos, ao Senador Ricardo Ferraço, na mesma linha, ao Senador Ataídes Oliveira, ao Senador Flexa Ribeiro, ao Senador Cássio Cunha Lima – podem ver que estou citando a Bancada do PSDB e do DEM, que nunca deixaram de estar presentes e de fazer o bom debate, contribuindo para esta Comissão –, ao Senador João Capiberibe, nosso grande Vice-Presidente, companheiro que orgulha a todos nós, ao Senador Randolfe Rodrigues, esse jovem Senador, que é um orgulho nacional, ao Senador Magno Malta, sempre com sua oposição muito clara e muito firme, mas com o mesmo objetivo – podemos, às vezes, divergir, os Senadores podem divergir entre si de pontos de vista, mas faz parte da democracia e do bom debate –, ao Senador Vicentinho Alves, na mesma linha, ao Senador Eduardo Amorim, a quem presto meus elogios, ao Senador Marcelo Crivella, sempre presente, ao Senador Romário, que foi, inclusive, Relator do Estatuto da Pessoa com Deficiência, a meu pedido... Ficou lá tudo aquilo que eu pedi para ele. Ele disse: "Olha, Paim, não vou mexer em nada, a não ser que você queira mexer." Com isso, ele contribuiu muito para que o projeto fosse aprovado no plenário do Senado. E agradeço ao Senador José Medeiros, um dos Senadores mais presentes nesta Comissão.

Agradeço muito a todos os Senadores. Foi uma alegria participar com eles e com elas durante o ano de 2015, e, com certeza, não será diferente em 2016.

Ainda na abertura, eu queria destacar o papel da Agência Senado, o papel da TV Senado, o papel da Rádio Senado, o papel, enfim, de todo o sistema de comunicação do Senado, pela cobertura sem nenhum tipo de discriminação. Aqui não existe essa história de que tem que se dar mais valor para o Ministério da Indústria e Comércio ou outro qualquer, como fazem os governos. Aqui, nós damos o mesmo valor para a Comissão de Assuntos Econômicos, para a Comissão de Assuntos Sociais, para a Comissão de Direitos Humanos. A TV Senado, nesses 20 anos, deu um exemplo de comunicação transparente, tranquila, honesta – por que não dizer? –, porque nós sabemos que desonestidade não existe só nesse ou naquele setor. À TV Senado queremos fazer todos os elogios possíveis. Não falaremos mais por falta de tempo, mas eu já fiz um discurso na tribuna elogiando os 20 anos da TV Senado.

A TV Senado nos acompanhou, inclusive, em muitos Estados. Só não acompanhou quando não era possível mesmo. Mas, assim mesmo, a equipe da TV Senado, seus diretores auxiliaram em contato com a Assembleia, porque, nas audiências públicas que fiz discutindo precarização, trabalho escravo, defesa da democracia, principalmente o PL 30, da terceirização, a TV Senado sempre, de uma forma ou de outra, deu cobertura, dando inclusive espaço para que eu dialogasse com os presidentes das Assembleias e eles produzissem lá toda a audiência pública e remetesse para cá. Eu mesmo assisti a uma meia dúzia de audiências públicas durante o recesso parlamentar. Ou seja, quase todas já foram ao ar.

Então, ficam aqui nossos parabéns à nossa TV Senado e, por extensão, a toda a equipe de imprensa, de mídia da Agência Senado.

Mariana, essa é a introdução que eu gostaria de fazer, cumprimentando toda a equipe. Se me derem a relação da equipe que está trabalhando hoje aqui, inclusive dos estagiários – não tem pressa –, eu queria elogiar todos.

Agradeço também à equipe do meu gabinete, que é coordenada pela Ivonete, que é terapeuta, mas que já está há quase 20 anos comigo, mas quero cumprimentar também toda a equipe. Só não vou citar o nome de todos porque eu teria que citar o nome de todos os gabinetes, da Fátima, da Angela, da Regina, mas quero agradecer muito às equipes que sabem fazer esse diálogo, para não confundir o trabalho do gabinete com o trabalho da Comissão, mas em um trabalho em sintonia.

Meu agradecimento especial a você, Mariana, que está aqui, mas eu o estendo a todos, naturalmente. Por isso, fiz questão que você apresentasse o relatório desse período.

Para mim, digo de coração, o trabalho aqui é de equipe, pessoal, não só deste Senador. É um trabalho de todos os Senadores e de todas as Senadores e da equipe. Para viajar e fazer audiências públicas em todas

as Assembleias Legislativas dos Estados, inclusive daqui, do DF, é preciso ter uma equipe trabalhando, deslocando gente, de uma forma ou de outra, para que isso aconteça. Foi aí que eu recebi, então, o relatório como Relator de um dos PLs mais importantes que é o PL 30, que trata da terceirização.

Agradeço muito, Mariana, a todos os homens e mulheres que trabalharam na linha dos direitos humanos para que este momento acontecesse e você agora apresentasse o relatório.

Eu pediria que, primeiramente, fosse ao ar o vídeo do trabalho da Comissão que a TV Senado fez e que, então, a partir daí, você começasse a detalhar.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

(Continua a execução de vídeo.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um belo trabalho da TV Senado.

Antes de passar a palavra para a Mariana, que vai apresentar esse relatório que já está na tela, eu queria cumprimentar – está por ordem alfabética – todos os funcionários da Comissão.

Cumprimento o Augustino Pedro Veit, grande Augustino, que foi militante dos direitos humanos. Ele não está aqui de graça. Ninguém cai de graça em algum lugar. Ele era um grande militante lá no tempo da ditadura, ajudava muito os que eram perseguidos, junto com o Jair Krischke, que era a nossa grande referência em direitos humanos no Rio Grande do Sul naquele período.

Eu era sindicalista e você já trabalhava com ele, não é?

É uma alegria ter voltado a trabalhar com você aqui na Comissão de Direitos Humanos.

Quero cumprimentar o Christiano de Oliveira Emery, que eu conheci quando ele ainda trabalhava com o Flávio Arns, para pessoas com deficiência. Já naquela oportunidade eu conversei com ele – eu estava chegando ao Senado – e lhe pedi que viesse trabalhar conosco. Mas ele, fiel ao Senador com quem ele estava trabalhando, o Flávio Arns, que é muito meu amigo, me disse: "Paim, eu vou ficar um pouco mais. Quem sabe a gente se encontra nas comissões". E nós nos encontramos nas comissões, para alegria de todos nós.

Cumprimento o Cleriston Monteiro Barbosa, um jovem que era estagiário na Câmara e veio trabalhar conosco e, sem sombra de dúvida, nos surpreendeu a todos. Ele tem feito um trabalho exemplar. Inclusive, no período das viagens, ele é responsável pela Comissão. Ele tem me acompanhado e feito um belo trabalho, por delegação que vocês, que são um time, digamos, não de mais velhos, mas de mais sábios aqui no conhecimento da Comissão, deram a ele. Ele está fazendo um belo trabalho.

O Hugo Rodrigues Ferreira é recente, um dos mais novos a chegarem aqui.

Com certeza absoluta, essa juventude vem com um pique enorme. Eu estou muito feliz com o trabalho do Hugo, do Cleriston e de toda a moçada que chegou aqui como estagiária. Alguns deles, confesso, daqui ou da Câmara, já são funcionários do meu gabinete. Há uma série de meninos e meninas que fizeram estágio na Câmara. Depois, um indica o outro e passam a ser funcionários do meu gabinete. Você mesmo indicou dois, não é? É uma moçada que está chegando e chegando bem, sem demérito nenhum – eu sou autor do Estatuto do Idoso – daqueles que têm mais idade, que também estão comigo há muito tempo. Alguns estão comigo há 30 anos, iniciaram comigo quando eu era Deputado na Constituinte e estão comigo até hoje trabalhando e cumprindo muito bem seu papel lá no Rio Grande do Sul e aqui. Mas a maioria trabalha no Rio Grande do Sul. A maioria tem mais de 60 anos, e não abro mão da experiência acumulada que eles têm.

Cumprimento a Maria Aparecida, a Cida, que está conosco desde que aqui cheguei da outra vez, quando eu fui Presidente num período anterior. Sempre com uma simplicidade, mas com uma sabedoria acumulada. Inclusive, quando eu estou com problema de estômago, é o chazinho dela que me salva. É um chazinho que ela traz de sua casa, um chá de boldo, que eu tomo com muita alegria.

Quero agradecer muito à Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, que é a secretária da Comissão, pelo trabalho incansável que ela faz aqui, coordenando a equipe, com muita sabedoria, com muita tranquilidade, sabendo dialogar não só internamente, mas com os outros setores daqui para fora.

Agradeço à Nilva de Fátima Silva de Oliveira, que trabalha juntamente com a Dª Cida, como copeira, por quem tenho enorme carinho.

Agradeço ao Ronaldo Alves de Carvalho, que está conosco há muito tempo e ajuda a montar e, depois, dá os encaminhamentos de todo o trabalho da Comissão, e à Silvana Egídio Mendonça Costa, uma jovem que está conosco, na Comissão, há cerca de seis anos. Fui Presidente, depois veio outro, aí veio outro, então eu voltei, e ela continua aqui, naturalmente, pela sua competência.

Parabéns a todos!

Passo a palavra à Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária-Geral da Comissão.

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – Bom dia a todos!

Inicialmente, apesar de o Senador ter agradecido a toda a equipe – e eu agradeço os elogios que me foram feitos –, não posso deixar de agradecer a cada um que faz parte da Comissão e que torna todo o trabalho possível.

Agradeço muito ao Augustino, que cuida das nossas audiências públicas, faz as articulações, tem toda essa experiência, essa bagagem necessária para fazer um trabalho de excelência.

Agradeço ao Christiano, que é meu adjunto e uma pessoa em quem confio extremamente, um grande parceiro, que cuida do Sigad, de vários processos, sempre acompanhando, sempre sendo muito parceiro; agradeço ao Cleriston, que chegou com todo gás e está acompanhando as diligências da terceirização, juntamente com o Senador, fazendo um trabalho brilhante; agradeço ao Hugo, nosso estagiário, que foi muito bem selecionado porque é realmente excepcional, que acompanha as audiências públicas, uma pessoa muito rápida, muito ágil; agradeço à Cida e à Nilva, pessoas maravilhosas, que estão sempre prontas para nos servir e tornar o trabalho aqui possível, pessoas de quem gosto muito; e agradeço ao Ronaldo e à Silvana, que estão nos bastidores, elaboram as pautas das reuniões, os resultados, tudo com muita competência.

Registro aqui que todos da equipe são extremamente comprometidos e extremamente competentes...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu não tinha o nome dela aqui e pensei em falar depois.

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – São todos muito competentes, muito comprometidos. Realmente, quero agradecer muito a todos vocês.

Agradeço também ao Gonzaga e ao Dirceu, nossos diretores, que estão sempre prestando apoio quando precisamos. Eles nos orientam, são pessoas que têm experiência acumulada e, com isso, conseguem contribuir demais para o trabalho. Agradeço ainda a todas as pessoas dos gabinetes tanto do Senador Paim quanto dos demais membros das Comissões, ao Ronald, do gabinete da Senadora Regina Sousa, que está aqui acompanhado, e também ao Samuel, do gabinete do Senador Hélio José. São todos muitos parceiros. Além disso, agradeço a vários outros setores do Senado Federal, à TV Senado, à Agência Senado, à Rádio Senado, à Diretoria-Geral, à Taquigrafia, que está aqui todos os dias, a quem agradeço na pessoa da Jaqueline, ao Serviço de Tradução, à Diretoria das Comissões, à Gráfica... Enfim, existe toda uma estrutura por trás do nosso trabalho.

Quero dizer, Senador, que só trabalhamos com esse comprometimento porque admiramos demais seu trabalho. Vemos aqui, diariamente, o resultado do seu trabalho incansável. Acho que V. Exª é o Senador que mais trabalha aqui. Não tenho dúvida disso. V. Exª está aqui, nas Comissões, pela manhã e no Plenário à tarde e, além disso, atende todos que o procuram.

Ele atende todas as pessoas mesmo.

Então, eu quero dizer da minha admiração pelo senhor, que está no lugar certo, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, um canal do Senado com a sociedade. Realmente, o seu trabalho trouxe resultados incríveis para a sociedade, e estamos aqui para contribuir exatamente com a melhoria dos direitos das pessoas e de todos. Por isso, estamos muito felizes em poder colaborar com seu trabalho nesse biênio 2015/2016, querido Presidente Paulo Paim, e com o nosso Vice-Presidente João Capiberibe.

A Comissão de Direitos Humanos tem três subcomissões: a Subcomissão Permanente de Justiça de Transição, a Subcomissão Permanente de Defesa dos Direitos das Mulheres e a Subcomissão Permanente para Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Tivemos muitos resultados positivos no ano passado, principalmente pelo trabalho incansável do Senador Paim, nosso Presidente. Foram 152 reuniões, sendo que 99 delas foram audiências públicas destinadas a instruir proposições legislativas e debater assuntos relevantes para o País, quase todas audiências públicas interativas.

Eu queria registrar a importância do canal e-Cidadania, que é um canal de abertura do Senado com a sociedade por meio do qual as pessoas podem participar das audiências com comentários e perguntas, que são aqui registradas pelo Presidente e pelos demais debatedores.

Foram 29 reuniões deliberativas, que têm por objetivo de votar proposições. Foram examinadas 76 proposições legislativas, sendo 53 projetos de lei do Senado, 2 substitutivos da Câmara dos Deputados, 7 projetos de lei da Câmara, 13 sugestões e 1 ofício "S" e 193 requerimentos aprovados. Eu destaco essas sugestões por serem exatamente um canal de abertura do Senado com a sociedade. E como a sociedade pode participar? Acho que é muito interessante divulgar isto porque aqui tivemos propostas muito interessantes. Foram trazidos temas bastante relevantes para o Senado através da sociedade, como a regulamentação do uso da maconha, o aborto, sem fazer aqui qualquer juízo de valor. São temas importantes que devem ser debatidos aqui.

Essas sugestões podem ser apresentadas por entidades da sociedade civil, tais como associações, fundações, sindicatos, e também por cidadãos. Através do canal e-Cidadania, qualquer pessoa pode registrar a sua proposta. E se essa proposta receber, dentro de quatro meses, o apoio de 20 mil pessoas, ela vira uma sugestão e vem para a Comissão de Direitos Humanos, onde será discutida pelos membros da Comissão.

Outro trabalho importante da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa é o recebimento de denúncias de violações aos direitos humanos, que chegam aqui todos os dias e são examinadas pelos Senadores, e são dados vários encaminhamentos a essas denúncias. É o Senado atuando também como...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mariana, só um comentário rápido sobre a SUG, proposta que vem da sociedade organizada.

Eu tive a satisfação de ler, com muito carinho, aqui – todas são importantes, mas nem todas nós podemos transformar em projetos –, uma sugestão que tratava da escola em tempo integral, com uma argumentação, uma justificativa muito bem construída. Ela chegou aqui e foi aprimorada pela Consultoria. Além de defender e aprovar aqui, eu usei porque fui Relator do projeto de escola de tempo integral na Comissão de Educação. E quero cumprimentar essas iniciativas que vêm da sociedade. Essa, por exemplo, é fundamental. Nós falamos que a verdadeira revolução no Brasil passa pela educação. Eu entendo que essa revolução vai passar no dia em que nós tivermos, efetivamente, em todo o País, escolas de tempo integral.

Para mim, a contribuição que veio da sociedade sobre esse tema... Eu já era apaixonado pela causa, que vem lá do ex-Governador do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, do inesquecível Leonel Brizola e dos seus CIEPs, mas, depois que li, inclusive, o conteúdo que veio nessa SUG... As pessoas que a fizeram aqui se sintam homenageadas, porque ela foi fundamental para o debate que eu fiz na Comissão de Educação, onde, tenho certeza, ela também terá um bom caminho.

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – Essa SUG veio, eu não mencionei aqui, do projeto Jovem Senador, um projeto extremamente relevante aqui, no Senado, para o qual são selecionados jovens que fazem as melhores redações. Então, vem um jovem de cada Estado do País. Aqui, todo ano, se reúnem, debatem projetos de lei, e esses projetos são apresentados em forma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me, Mariana, dizer que a proposta do Jovem Senador veio lá do meu Rio Grande. Eu estive lá no Rio Grande do Sul e vi, em uma cidade do interior, a proposta do Jovem Senador. Eu trouxe a ideia e a apresentei aqui, no Senado. Eu a apresentei para o Presidente do Senado à época, e ele, de fato, se empolgou com a ideia e, de pronto, montou uma comissão coordenada pela Claudia Lyra, ex-Secretária da Mesa, que já se aposentou. A Claudia Lyra me disse: "Senador Paim, o Presidente acatou a sua sugestão". Eu apresentei em forma de projeto de resolução, que vai à Mesa, e, para alegria nossa, hoje o Jovem Senador é uma realidade enorme, algo já com repercussão em todo o País, e, em quase todas as assembleias, já existe esse mesmo programa agora, que é o Jovem Deputado, o Jovem Senador e o Jovem Vereador.

Então, para mim, é importante ter destacada essa iniciativa que trouxe do Rio Grande, que, aqui, o Presidente da Casa acatou e que, hoje, é uma realidade.

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – Claro.

E também agradecemos pelo trabalho da Consultoria do Senado, que acompanha bastante esse projeto.

Então, entre fevereiro e dezembro de 2015, a CDH e suas subcomissões realizaram 128 reuniões, entre audiências públicas, reuniões deliberativas e reuniões de trabalho.

Podemos destacar, no primeiro semestre de 2015, a aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que é de autoria do Senador Paim, que ele já mencionou aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só um comentário rápido, se me permite.

Eu sou autor também dos Estatutos do Idoso e do da Igualdade Racial e sou Relator do da Juventude, mas esse, eu diria, é o Estatuto que mais mexeu com as emoções, porque nós viajamos o País com uma equipe, vendo as realidades, vendo pessoas, às vezes, escondidas dentro de casa, acorrentadas, amarradas, porque os pais, naquele período, ainda tinham vergonha de dizer que tinham um filho naquelas condições, que eram pessoas especiais e que tinham de ser tratados com um carinho especial.

Graças a Deus, depois de muito debate, pois havia uma discordância muito grande no início entre aqueles que queriam manter a Política Nacional da Pessoa com Deficiência e os que entendiam que podíamos ter uma lei maior que abraçasse tudo, que hoje é o Estatuto da Pessoa com Deficiência, depois de muito, muito debate, de quase 20 anos batendo na mesma tecla, batendo na mesma tecla... Houve momentos em que cheguei a dizer: "Bom, se é assim, eu vou retirar o projeto." "Não, não precisa retirar também." Mas foi uma forma de tencionar para aprovar.

Quero aqui cumprimentar muito os Relatores. Acho que é uma questão de justiça. Essa é uma obra para mim, como eu disse ali antes, que beneficia 45 milhões de pessoas. Se beneficia 45 milhões de pessoas é por-

que muita gente trabalhou. Então, eu cumprimento todos os Deputados, todos os Senadores, o Executivo, que trabalhou intensamente junto conosco, o próprio Judiciário, que também contribuiu, mas mais os Relatores. O Relator Flávio Arns foi o primeiro Relator. Quando apresentei o projeto, ele fez a chamada introdução, porque ele foi Presidente da Apae. Ele fez a apresentação do projeto.

Agradeço ao Flávio Arns, ao Celso Russomanno, de quem quase ninguém fala, mas que foi fundamental também na discussão do Estatuto... Depois, passou para Mara Gabrilli, que foi também fundamental, e, por fim, aqui, no Senado, como o Flávio Arns já não estava mais, pois se tornou Vice-Governador do Paraná, o Senador Romário assumiu a relatoria e deu, então, o seu parecer pela aprovação.

Fiz questão de destacar aqui que foram realizados, se não me engano, em torno de 1.500 encontros regionais. Só aqui, no Senado, foram mais de 30 encontros e cinco conferências nacionais. Nós dividimos o País em cinco regiões, e as entidades é que discutiam e tiravam os seus pontos de vista, sugerindo aprimoramentos aqui. Depois, nós fizemos um último evento aqui, com a presença do Senador Flávio Arns, que foi fundamental, ainda na aprovação, para que o Estatuto ficasse em sintonia com a Convenção Internacional da Pessoa com Deficiência. E conseguimos também aprová-lo aqui. Aprovamos tanto o Estatuto como essa sintonia em nível internacional. Felizmente, deu certo e hoje é uma realidade.

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – Outros projetos que podem ser destacados: o PLS nº 171, de 2013, que dispõe sobre o apadrinhamento legal; o 240, de 2014, que disciplinou o Programa de Aquisição de Alimentos; a SUG 16, de 2014, que institui a Semana dos Direitos Humanos nas escolas do País, o que é muito importante para que todos os jovens possam se lembrar dos direitos humanos e saber que, além de terem esses direitos, têm de respeitar os direitos de todas as pessoas; o PLS nº 68, de 2015, que torna desnecessária a compensação de jornada para o servidor público federal que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência. Então, essa pessoa poderá se dedicar mais ao seu parente com deficiência. Destacamos o PLS nº 89, de 2015, que cria mecanismos de proteção às vítimas e testemunhas vulneráveis, o PLC nº 106, de 2012, que garante acessibilidade aos portais públicos da internet para as pessoas com deficiência, e o PLS nº 45, de 2015, que proíbe a cobrança de taxa adicional para alunos com deficiência em escolas públicas e particulares.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em relação a esse projeto, pessoal, por incrível que pareça, houve, num determinado Estado, um juiz que concedeu uma liminar para que a pessoa com deficiência pagasse uma taxa extra. Onde nós chegamos?!

Claro que nós ganhamos na Justiça, mas, por segurança, nós deixamos aqui, por iniciativa dos Senadores – e a Comissão aprovou por unanimidade –, esse projeto.

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – No segundo semestre de 2015, destacamos a aprovação do PLS 217, de 2015, que incrementa o valor *per capita* destinado à alimentação de alunos de escolas situadas em Municípios de extrema pobreza, do PLS 119, de 2015, que dispõe sobre o uso do botão de pânico no cumprimento de medidas protetivas de urgência da Lei Maria da Penha. Foi até exibida no Fantástico matéria sobre a utilização desse botão no Espírito Santo, Estado pioneiro na implementação da medida, que estava obtendo grandes resultados. E isso virou lei para que todos os Estados do Brasil sigam esse exemplo no combate à violência contra a mulher.

Lembramos ainda o PLS 212, de 2013, que altera a Lei de Assistência Social para elevar o limite da renda familiar que enseja o recebimento do Benefício de Prestação Continuada. O Senador Paim foi autor de vários projetos de lei nesse sentido para que mais pessoas tivessem acesso a esse benefício. Destacamos a aprovação do PLS 483, de 2013, que determina a obrigatoriedade de locadoras de veículos em aeroportos disporem de veículos adaptados para pessoas com deficiências, do PLS nº 193, de 2015, que estabelece a obrigação de novas edificações de uso coletivo disporem de elevadores com capacidade de transportar pessoas em maca, do PLS 228, de 2014, que assegura a presença de cuidador na escola para atender o educando com deficiência, e, assim, essa pessoa tenha um acompanhamento que lhe garanta um aprendizado mais efetivo e o atendimento de suas necessidades, do PLS 287, de 2013, que regulamenta o direito de greve dos servidores públicos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa luta pelo direito de greve dos servidores públicos, pessoal, para se ter uma ideia, vem desde a Constituinte.

Quando terminou o processo da Constituinte, 1986-1988 – e eu fui Constituinte –, em 1989, eu apresentei o projeto e não consegui aprová-lo durante esses quase 30 anos.

E agora, graças ao movimento dos Senadores, nós conseguimos aprová-lo, e esperamos seja aprovado também na Câmara dos Deputados.

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – É por isso que eu digo que a luta é incansável, Senador, mas, até obter o resultado, o senhor está ali, determinado, persistente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso. Faz parte. Enquanto o Velhinho não resolver que eu tenho que ir lá para cima, estou aqui, brigando.

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – O que for preciso para gerar o resultado que a sociedade espera.

A SUG 21/2014 também já foi destacada pelo Senador, que estabelece a educação integral nas escolas, é muito importante para a educação dos nossos jovens, porque o pilar da sociedade é a educação. Nossa sociedade só vai se desenvolver realmente quando isso for prioridade.

E o PLS 518/2015, que define crime de racismo praticado na internet.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse, se me permitirem, pessoal, é um projeto que casualmente fui eu que apresentei, porque começou essa onda de se perseguir qualquer tipo de negro ou negra que tivesse destaque, principalmente na TV, nos filmes, enfim, artistas. Foi a Taís Araújo e foi aquela outra menina, que apresenta a seção sobre o tempo na Rede Globo.

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – Maju.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Maju. Covardemente agredidas pela internet. Tivemos outros exemplos, enfim, de jogadores, também agredidos pela internet, chamados disso ou daquilo – não vou repetir aqui, agora. Então, quando aconteceu, já tínhamos o projeto, e só reforçamos a aprovação com mais rapidez.

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – Também destacamos a aprovação do relatório das políticas públicas de combate à violência contra a mulher, cuja Relatora foi a Senadora Regina Sousa. Foi aprovada aqui a publicação desse relatório, por meio de um livro – o trabalho vai ser feito pela gráfica do Senado –, para que isso possa chegar às escolas, aos alunos, aos professores, enfim, a organizações que trabalham no combate à violência contra a mulher.

Também foram realizadas diversas diligências pelos Senadores da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa aqui foi principalmente o de Brasília, Senador Hélio José.

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – Diligência em São Sebastião, Distrito Federal, que teve por objetivo verificar a situação de ameaça a que estão submetidas as famílias no acampamento Tiradentes, na cidade de São Sebastião, assim como aferir as condições em que estão vivendo, bem como verificar o andamento do processo de consolidação de assentamento dos acampados na área junto à Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do GDF e da Terracap. Esteve à frente dessa diligência o Senador Hélio José.

Houve a diligência em Curitiba, Paraná, para apurar excessos cometidos pela polícia do Estado do Paraná contra professores e demais manifestantes. Esteve à frente dessa diligência o Senador Paulo Paim, juntamente com a Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E o Senador Requião também. Os três Senadores estivemos lá e participamos ativamente contra aquele crime cometido contra os professores no Estado do Paraná.

A Senadora Gleisi Hoffmann foi, sem sombra de dúvida, uma líder de contestação nessa briga, o Senador Requião também, e eu fui a convite deles, em nome da Comissão. E fizemos, inclusive, audiência pública aqui sobre esse mesmo tema.

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – Houve diligências no Riacho Fundo I para tratar de ameaças de demolição a que estão sujeitas famílias da Área de Regularização de Interesse Específico (Arine) Sucupira. Esteve à frente dessa diligência o Senador Hélio José, e, como providências, tivemos a verificação da possibilidade de elaborar um termo de ajustamento de conduta para os terrenos ocupados na região para possibilitar a permanência de famílias, sem ameaças de demolição de suas casas, ou seja, preservar a moradia de várias famílias, e verificar que providências seriam necessárias para a Secretaria de Agricultura do GDF regularizar as áreas situadas nessa região.

E diversas diligências que trataram do tema terceirização...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como vamos entrar no tema terceirização, eu queria definir duas formas de apresentação. Primeiramente, dizer que esse projeto que estava encalhado na Câmara – e que bom que estava! – há mais de 11 anos, do dia para a noite, o atual Presidente botou a matéria em votação, e veio para o Senado. Eu estava hospitalizado porque tinha feito uma pequena cirurgia, mas, quando eu vi o projeto e a forma como ele tinha sido aprovado, pedi licença ao médico, e ele disse que de cadeira de rodas eu podia voltar. Aí eu voltei de cadeira de rodas, e, de imediato, fizemos aqui uma audiência pública; depois dela, fizemos uma no auditório Petrônio Portella, com a presença de mais de mil dirigentes sindicais e lá tomamos a decisão de viajarmos por todo o País, para a população saber o que é esse projeto de terceirização, que permite a terceirização mesmo na atividade-fim. Ou seja, que seja precarizado, não se pagando na íntegra os direitos dos trabalhadores.

A partir daí, já fomos a 21 Estados, com a presença sempre dos Senadores – pelo menos um Senador do Estado participou em cada evento, já que nem todos podiam, claro. Eu fui a todos. E agora vamos retomar, na quinta-feira em um Estado e, sexta-feira, em outro. Vamos deixar para mostrar no momento adequado.

Mas quero destacar, neste momento da abertura, para fazer um corte diferenciado na sua fala e mesmo na minha, que todas as audiências tiveram a cobertura ou da assembleia legislativa ou da TV Senado, em parceria. Com isso, a matéria foi reproduzida, passou nos horários da noite ou mesmo no recesso. Mas também houve um trabalho belíssimo da CSPB (Confederação dos Servidores Públicos do Brasil), que vai com uma equipe, filma tudo e vai transformar essas viagens num documentário e também num livro.

Então, eu queria que passasse agora o resumo do trabalho da CSPB sobre essa questão da terceirização. No fim do evento, fazemos um pequeno debate de 10 a 15 minutos, e a jornalista Grace Maciel, a nosso pedido, fez um resuminho de três minutos de como é o programa público e notório que acabamos apresentando no final de cada evento, com a participação do presidente da assembleia, de Deputados, de Senadores e de parte do movimento social.

Por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi um resumo feito pela jornalista. Na verdade, fomos a todos os Estados. Esse é um pequeno documentário que ela apresentou em 2015. Só faltam seis Estados. Vamos comentar a partir deste momento como foi até agora e como será nos próximos seis.

Você poderia resumir na tela esses Estados aonde nós fomos até o momento.

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – Então, em maio de 2015, houve a diligência de terceirização em Belo Horizonte, Minas Gerais. Em junho, em Florianópolis, Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vocês podem ver ali o Senador Requião, como eu havia comentado, a Senadora Gleisi e a nossa presença com as lideranças e Deputados locais.

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – Em Curitiba, no Paraná. Depois, no dia 25 de junho, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ali, o presidente da assembleia fez a abertura. Estavam todas as centrais sindicais, todas as confederações, o plenário para 1200 pessoas totalmente lotado, e ainda a participação de empresários, de confederações de porte do meu Estado, que também questionaram a forma como o projeto está redigido e que vai criar inclusive um impasse jurídico.

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – Até pelas fotos, é possível ver a ampla participação da sociedade em todas essas diligências.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não houve uma em que a casa não estivesse lotada.

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – Sim. O espaço sempre era pequeno, porque realmente houve a participação da sociedade, que demonstra que o interesse das pessoas realmente foi muito grande.

No dia 26 de junho, houve a diligência no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa aí, pessoal, do Rio de Janeiro, não tem como não comentar, foi emblemática, pela participação não só das entidades, das centrais, das confederações, mas também do Aerus. E lá eles botaram uma faixa que nunca mais vou esquecer, que dizia: "Muito obrigado, Senador Paim". O pessoal do Aerus ainda não tinha conseguido a vitória junto ao Governo para receber o que tinham de direito. Recebiam em torno de R$9 a R$10 mil por mês e estavam ganhando salário mínimo. Fiquei emocionado, porque me disseram "Muito obrigado". Eu perguntei: "Obrigado por quê?". E eles disseram: "Obrigado pela luta. Nós sabemos que vamos vencer". E felizmente deu certo. Jamais vou esquecer a presença deles.

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – No dia 29 de junho, em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em São Paulo, pessoal, tiveram de abrir o espaço da assembleia, que tem um espaço móvel, porque acho que foi a maior em número de pessoas. Proporcionalmente, pode ser que não, mas estavam lá cerca de 1500 pessoas. Pode-se ver a presença de líderes de todas as áreas, e muito firme. Meus cumprimentos a todos que lá participaram.

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – No dia 3 de julho, em Recife, Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aí, só ao olhar as fotos, verão que não há dúvida de que não havia inclusive lugar na mesa. Tivemos de fazer duas ou três mesas, pela presença e pelo interesse.

Quero destacar aqui o Judiciário e as entidades do setor, porque temos Executivo, Legislativo e Judiciário. Todas as entidades do Judiciário presentes e muito firmes e contra o projeto. O Legislativo, naturalmente,

representado por nós. E, em muitos Estados, estavam presentes inclusive o governador ou o vice-governador, participando também do debate.

Então, parabéns também a Recife (PE).

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – Dia 21 de julho, em Fortaleza (CE).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em Fortaleza, podem ver que o pessoal teve de sentar-se no chão, pela quantidade de pessoas, casa lotadíssima, sempre na assembleia. A gente faz questão de fazer a atividade na assembleia. Vocês vão ver que, ao meu lado, à esquerda, está o Senador José Pimentel, que participou do início ao fim do evento.

Aí, nessa atividade, eu me lembro de que o momento mais marcante foi quando nós entregamos, pela primeira vez – está ali uma menina cadeirante e, lá atrás, mais dois meninos deficientes –, em braile, o Estatuto da Pessoa com Deficiência aprovado. Foi uma produção aqui da Gráfica do Senado. A Gráfica do Senado tem uma produção muito qualificada, eu diria, inclusive de material em braile. E lá eu entreguei a cada um deles uma cópia do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que já é lei, em braile.

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – Dia 22 de julho, em Natal (RN).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vocês vão ver lá a Senadora Fátima Bezerra, e estão ali outros líderes do Judiciário, a apresentadora do programa e os dirigentes, que ocupam todos os espaços aí.

Em cada audiência dessas, houve disputa pela fala, pela importância do evento. Falaram em torno de 50 pessoas – 30 pessoas, 40 pessoas, 50 pessoas, conforme o local. Normalmente, uma audiência dessas inicia-se às 14h e termina às 19h, 20h; quando é de manhã, inicia-se às 9h e termina lá pelas 13h ou 14h.

Aí já é João Pessoa. Vocês vão ver a participação intensa ali de líderes dos trabalhadores, de todos os setores, Deputados estaduais e federais e, naturalmente, Senadores.

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – Dia 29 de julho do ano passado, em Manaus (AM).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Dá para situar daqui, podendo-se ver a participação intensa da Senadora Vanessa Grazziotin. Eu estou dizendo o que está na tela, mas todos foram convidados. Alguns Senadores tiveram outros compromissos, mas a Senadora Vanessa participou do evento do início ao fim e ajudou a dar um brilho especial ao evento no Estado dela.

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – No dia 31 de julho, em Boa Vista (RR).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está lá o Telmário Mota, ativo aqui na Comissão. Foi também um evento muito forte e emocionante.

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – Dia 6 de agosto, em Teresina (PI).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quem é que está lá com destaque na foto?

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – Senadora Regina Sousa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso! Senadora Regina Sousa, que nos recebeu no aeroporto, acompanhou-nos durante todo o período; enfim, ela teve participação intensa, e lá percebi – claro que também outros – o quanto ela é querida pelo povo do Estado dela.

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – Dia 7 de agosto, em São Luís (MA).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em São Luís do Maranhão, pode-se ver que estão lá as centrais, umas com mais placas, outras com menos, mas todas estão participando ativamente.

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – Dia 18 de setembro, em Salvador (BA).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi uma sessão histórica. Foi lá que o Senador Otto Alencar anunciou que eu seria o Relator do processo da terceirização, o PL 30. A casa lotada. Acho que ali não há nenhuma foto do plenário, mas estavam assistindo em torno de mil pessoas, e ele, na sua fala, disse: "Eu queria dizer que vou indicar o Senador Paim para ser o Relator do PL da terceirização". Claro que havia uma expectativa muito grande de que eu fosse o Relator da terceirização, do PL 30, devido ao meu envolvimento contra esse projeto que veio da Câmara.

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – Dia 25 setembro, tivemos essa diligência aqui em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aqui em Brasília, também ficou lotadíssimo o plenário da assembleia legislativa, que aqui é chamada de Câmara Distrital, com a participação intensa de inúmeros Deputados. O Deputado Chico Vigilante participou muito bem, como também o Senador Hélio José. Foi um grande momento do debate da terceirização.

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – Em Porto Velho, Rondônia, no dia 22 de outubro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Porto Velho, Rondônia. O pessoal também pode olhar lá a participação dos Senadores, e todas as galerias, tanto do primeiro como do segundo andar, estavam lotadas.

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – Em Rio Branco, Acre, no dia 23 de outubro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em Rio Branco, no Acre, o Senador Jorge Viana estava viajando. Mas quero destacar aqui que ele colocou toda sua equipe à minha disposição. Desde o momento em que ali cheguei, tive um tratamento ideal, tanto no Piauí como no Acre e em todos os lugares. Mas em alguns lugares o tratamento foi de Chefe de Estado. Mas não é pelo Paim; é pela causa em que eles acreditam e na qual eu também acredito. Quero deixar aqui meus agradecimentos.

Também agradeço ao Senador Pezão, que é atuante aqui e também esteve lá e participou ativamente dos debates. Eu fui visitar uma cooperativa para ver como funcionava lá e fiquei muito impressionado com a qualidade de vida. E foi uma discussão positiva que fizemos no Acre, com a participação do Pezão, que é um Senador de Oposição.

Sérgio Petecão. O Pezão é o Governador do Rio de Janeiro. Sérgio Petecão! O Sérgio é Petecão; Petecão e Pezão também, não é? (*Risos.*)

O Sérgio Petecão nos acompanhou, participou ativamente, fez um belo pronunciamento. Isso para mim é importante porque não importa quem é oposição ou situação. Todos se somaram. O Petecão é um Senador de oposição, mas nem por isso deixou de estar lá fazendo o bom debate e concordando conosco. E o Jorge Viana estava lá com sua equipe toda. Inclusive, fui recebido pela Vice-Governadora, muito simpática, que me concedeu uma hora e pouco para mostrar os trabalhos que estão fazendo no Acre.

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – No dia 5 de novembro, em Belém (PA).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Olhem, pessoal. Vejam Belém, Pará. Nem todos os Senadores puderam estar presentes. Mas o Senador que esteve todo o tempo na audiência foi o Senador Flexa Ribeiro. Essa é uma demonstração de que não é a questão ideológica aqui; é um debate sobre quem quer ver, de fato, a regulamentação do PL 30, no sentido de melhorar a vida de 13 milhões de brasileiros e não de estender a precarização para 45 milhões.

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – Em Macapá, Amapá, no dia 6 de novembro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Lá também estiveram Deputados e Senadores.

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – Randolfe Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Randolfe Rodrigues está ali ao meu lado. É um jovem Senador e esteve todo o período conosco também. Fez uma bela participação.

É bom lembrar que, na Bahia, também esteve a Lídice da Mata. O Walter Pinheiro estava adoentado e não pôde ir.

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – Dia 19 de novembro, em Vitória (ES).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – No Espírito Santo, foi uma audiência muito marcante. O pessoal fez um movimento bem forte deixando bem claro que não aceita esse projeto vindo da Câmara dos Deputados.

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – Ao final de cada uma dessas audiências que debateram a terceirização, foi lida e aprovada a carta de cada Estado contra a terceirização e gravado o programa de entrevistas Público e Notório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Olha, eu queria, primeiro... Não sei se temos algum programa Público e Notório. Nenhum deles?

Nós vamos encerrar. Já fizemos aqui todas as homenagens, conforme foi combinado, pela importância desses eventos. Eu falei muito aqui da TV Senado. Está aqui uma das...

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – A Andréa. Obrigada, Andréa, pelo apoio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A Andréa que fez aquele belo programa – eu assisti a ele e dele pedi cópia – onde você faz uma análise do trabalho da Comissão.

Eu queria terminar apresentando, se você tiver o programa que a Andréa fez...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já foi passado. Mas tem ele integral? O programa dela? Pode ser? Pode.

Porque eu assisti a ele integral, em que você faz o comentário, e ela aparece comentando. E eu apresentaria um do Público e Notório integral. Pode escolher o Estado. Aí nós encerramos.

Quer passar o Público e Notório e depois se encerra com o dela?

Nós vamos encerrar depois, porque em cada Estado lemos a carta do Estado. Muda o conteúdo, mas, no mérito, não muda nada. Eu vou pedir aqui para a Mariana que, no encerramento, leia a carta e, depois, encerraremos.

Vamos à apresentação.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Agora, com a palavra a Mariana.

Parabéns, Andréa, pelo belíssimo trabalho.

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – Então, os próximos Estados onde haverá audiências, para tratar da terceirização são Mato Grosso, em Cuiabá, no dia 18 de fevereiro de 2016.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Dia 18 é nesta quinta-feira. Qual é o horário?

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – Às 14h.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Às 14h.

Quero aqui, de público, aproveitando o fato de estarmos ao vivo pela TV Senado, Agência Senado e Rádio Senado, dizer que tenho um convite para estar numa reunião muito importante em São Paulo no dia 18 de fevereiro, mas não tenho como desmarcar.

Então, lamento. É uma reunião importantíssima, mas vou ter de manter o calendário, porque, no ano passado, devido a um problema de doença – e aí a culpa foi minha –, tive de trocar a agenda para essa data.

Assim, estarei lá, sim. Algumas me perguntaram se eu estaria em São Paulo. Realmente, gostaria muito de estar em São Paulo, mas não estarei e, sim, na audiência pública para discutir, pela amplitude das questões, trabalho escravo, PL 30, não aceitando que o negociado esteja acima da lei e, claro, a própria democracia.

Então, está confirmado que vou estar lá sim, se Deus quiser, no dia 18, às 14h, na Assembleia Legislativa.

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – No dia 19 de fevereiro, nesta sexta-feira, na Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quero somente enfatizar também que não tenham dúvida de que, quando souberam que eu poderia ir a São Paulo no dia 18, não iria também a Campo Grande.

Estarei em Campo Grande com toda a equipe, convidando sempre os três Senadores, Deputados, Deputadas, vereadores, representantes do Executivo local também – prefeito, vice-governador, o governador – e a sociedade organizada no seu todo. São plenárias livres. Todos são convidados e todos fazem uso da palavra.

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – Vai ser às 14h, no dia 25 de fevereiro, na quinta-feira da outra semana, na Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, em Aracaju.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Também agradeço muito os convites que tenho recebido. O pessoal também queria muito que eu estivesse, nessa oportunidade, na Festa da Uva, em Caxias do Sul. Recebi convites do presidente da festa recebi aqui, do prefeito da cidade, das princesas e rainhas, de que fui jurado, quando escolhidas, mas, infelizmente, só poderei estar lá na última ou na primeira semana de março, porque, até lá, as agendas me obrigam a ficar em Brasília.

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – No dia 26 de fevereiro de 2016, sexta-feira, às 15h, na Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas, em Maceió.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso. Quando digo em Brasília, quero dizer Brasília, como um eixo para outros Estados.

Estarei também em Maceió, sim, com toda a equipe, convidando os três Senadores, Deputados, Deputadas e a sociedade em geral para o debate importantíssimo que faremos lá, com previsão inclusive da presença do Governador do Estado.

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – No dia 10 de março, quinta-feira, às 14h, na Assembleia Legislativa do Estado de Tocantins, em Palmas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso. Confirmado.

Queria também dizer ao Senador Vicentinho que, afinal, vamos comer aquele peixe na beira do rio, como V. Exª disse que ia acontecer. Também tem que haver um lado de descontração, não é?

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – No dia 11 de março, sexta-feira, às 14h, na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, em Goiânia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Estarei lá. Querem cantar parabéns pelo meu aniversário, mas só se for antecipado, porque meu aniversário é no dia 15. Estão preparando uma festa. Eles sabem que eu faço aniversário em março, mas é no dia 15. Nem por isso deixarei de dar um abraço em todos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vou comer arroz com pequi. Estarei sem falta em Goiás. Gosto muito da cidade.

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – Por fim, haverá um grande evento de encerramento desse debate sobre a terceirização, em Brasília, Distrito Federal, no dia 12 de maio de 2016, quinta-feira, que acontecerá no Ginásio Nilson Nelson.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nós ainda estamos discutindo o local, e a data talvez seja alterada, mas a intenção é que, durante o mês de maio, que é o mês do trabalhador – que lembramos em 1º de Maio –, faremos o encerramento dessa cruzada nacional pelos 27 Estados. Faltam estes, que terminaremos em março, não é?

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Teremos o mês de abril para organizar, e, em maio, faremos esse grande evento aqui na Capital.

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO – Certo. Agora, a Carta do Estado contra a Terceirização...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O senhor gostaria de fazer alguma observação? Pode fazer, por favor. Aperte o botão verde.

O SR. CLÓVIS ARAÚJO – Sou o Prof. Clóvis, do Distrito Federal.

Seria interessante tentar articular, até pela proximidade e de estar instalada aqui a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, conversar com o companheiro Lisboa, para ver se é possível enviarmos uma caravana mínima a Goiânia, no evento que antecede o de Brasília, até mesmo no sentido de preparar, motivar e empolgar, haja vista as últimas notícias de terceirização em educação, de que nem concurso público será realizado para educação de Goiás, através das OSs. Só esse lembrete.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Somos parceiros. Vamos combinar o jogo e bombar o evento, para destacar essa questão da educação. Nós todos dizemos que a revolução, de fato, da paz, do saber e do conhecimento passa pela educação, mas não se valoriza a educação. O senhor tem toda razão de fazer essa provocação positiva para reforçar o evento.

O SR. CLÓVIS ARAÚJO – Peço desculpas novamente, mas até se noticiou agora, nos jornais de domingo, a possibilidade concreta de os salários terem a necessidade de voltar a tempos idos, em que havia a complementação do salário mínimo, e é um absurdo se pensar nisso nos dias de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tudo isso podemos debater lá, mas é bom que o senhor tenha levantado o assunto aqui. E nós naturalmente somos contra. Em vez de avançar na qualidade de vida com a remuneração daqueles que são nossos mestres, fala-se hoje em retrocesso.

Por fim, vamos encerrar agora o nosso balanço do que foram os trabalhos, um balanço resumido da Comissão de Direitos Humanos. Em cada Estado, lemos a carta em relação à terceirização.

Peço à Mariana que faça a leitura. Esta é uma delas, mas, com pequenas mudanças, em todos os Estados, foram lidas e aprovadas por unanimidade. E tenho certeza de que não será diferente nos outros cinco Estados.

Por favor, Mariana.

A SRª MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO –

Carta do Estado contra a Terceirização

O Senador Paulo Paim, o Fórum Nacional em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores ameaçados pela terceirização e todas as entidades reunidas em Audiência Pública proposta pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal e da Assembleia Legislativa do Estado [esta carta foi aprovada em todos os Estados] afirmam seu repúdio ao atual texto aprovado pela Câmara dos Deputados relativo ao PL 4330/2004, agora nominado no Senado PLC 30/2015, que corresponde a uma radical reforma trabalhista supressora dos direitos conquistados na luta, sob o eufemismo da contratação de empresas especializadas. No limite, teremos empresas sem empregados e trabalhadores sem direitos.

A defesa do projeto fundamenta-se na geração de postos de trabalho quando as evidências empíricas demonstram em contrário e que a criação desses é resultado do dinamismo econômico. Além disso, se apoiam na tese de maior eficiência e ganhos de produtividade para justificar essa forma de contratação predatória.

Entretanto, o que se observa é que a terceirização institui uma nova dinâmica degradando o trabalho, interferindo nas relações de solidariedade entre os trabalhadores e fragmentando a organização sindical.

Essa realidade se aprofundará com a aprovação do PLC 30 que, ao estender a terceirização para todas as atividades da empresa [inclusive atividades-fim], permite que esse trabalho possa ser executado através da contratação de cooperativas, PJ's, empresas individuais, OSCIP's e empresas ditas "especializadas", além de permitir a quarteirização.

Todos os estudos demonstram que a prática da terceirização é indissociável de menores salários, jornada de trabalho prolongada, maior rotatividade, exposição a maiores riscos e acidentes no ambiente de trabalho;

ou seja, essa forma de contratar expõe o trabalhador a situações de humilhação, insegurança e de perda de identidade de classe. Portanto, a sua principal motivação é a redução de custos e a pulverização de formas legitimas de organização dos trabalhadores.

Na prática, o PLC 30 joga a CLT no lixo. Ataca os direitos dos trabalhadores. Não se trata apenas de um ataque às conquistas históricas da classe trabalhadora; é também contra toda a sociedade brasileira, que vivenciará, caso o projeto seja aprovado, uma forte redução do mercado interno, com impactos diretos sobre a geração de emprego, paralisando o processo de distribuição de renda e de redução das desigualdades.

O PL 30/2015, a despeito de prometer a efetividade dos direitos trabalhistas, serve, na verdade, para dividir ainda mais a classe trabalhadora, a tal ponto de impossibilitar sua organização e mobilização sindical, promovendo a perda de direitos. Portanto, a luta dos trabalhadores e da sociedade não deve ser pela modificação do projeto de lei, mas por sua total rejeição.

Dessa forma, os cidadãos aqui reunidos externam seu mais absoluto repúdio ao texto aprovado, esperando que o Senado seja capaz de refletir seriamente sobre o tema, barrando a aprovação deste grande ataque à classe trabalhadora e à sociedade brasileira e propondo uma nova regulamentação condizente com os direitos e conquistas de todos os trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa é a carta lida em cada Estado. A carta, às vezes, sofre pequenas adaptações de Estado para Estado. Podem ver que aqui ela leu a carta de forma genérica, sem citar o Estado. Às vezes, um Estado ou outro coloca um componente a mais, falando, inclusive, da sua realidade, o que acontece, inclusive, em muitas assembleias e câmaras de vereadores e no próprio Congresso Nacional na questão da terceirização.

Eu tinha dito antes que o Prêmio Nobel da Paz esteve conosco. Estava com dificuldade no nome dele, mas o nome dele é Kailash Satyarthi. Esteve conosco aqui durante dois momentos: numa audiência pública e, depois, estivemos junto com ele lá na presença do Vice-Presidente do Senado, Jorge Viana; depois, no plenário, com o próprio Presidente Renan Calheiros. Ele ficou muito bem impressionado com o trabalho que nós estamos fazendo – nós, digo, o Congresso Nacional – e o próprio Executivo, no combate ao trabalho escravo. Nas palavras dele, seria um retrocesso se nós tivéssemos aprovado um PL que vai na linha de ser um retrocesso em relação à lei atual e à própria PEC que combate o trabalho escravo. E, antes de ir embora, ele falou comigo que estava muito feliz porque soube que nós havíamos rejeitado a urgência àquele projeto que vai na linha da regulamentação do trabalho escravo, que eu entendo que deve ser proibido.

Eu queria ainda destacar para todos que hoje nós teremos, no plenário do Senado, às 11h, uma sessão da CNBB, da Campanha da Fraternidade de 2016, que tem como tema "Casa comum, nossa responsabilidade".

Eu, aqui, de pronto, quero cumprimentar a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil pelo lançamento, no dia 10 de fevereiro, da Campanha da Fraternidade de 2016, que tem como tema "Casa comum, nossa responsabilidade", que trata principalmente do saneamento básico. O lema da campanha é "Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca".

É importante que encerremos agora, pois a sessão vai começar às 11h e precisamos nos deslocar para lá. Mas já aviso que, amanhã, teremos uma audiência pública que tem como tema as doenças negligenciadas, proposta pelo Senador José Medeiros. Na quarta-feira, deveremos ter uma reunião deliberativa e, na quinta-feira e na sexta-feira, teremos audiências nos Estados.

Assim, encerro a nossa audiência de hoje, na certeza de que demos mais um passo para que o povo brasileiro saiba da luta não só da Comissão de Direitos Humanos, mas de todos os homens de bem deste País que, como diz uma frase de que gosto muito, fazem o bem sem olhar a quem.

Está encerrada a nossa reunião de hoje.

(Iniciada às 9 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 52 minutos.)

ATA DA 4ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia dezesseis de fevereiro de dois mil e dezesseis, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador José Medeiros**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores José Medeiros, Flexa Ribeiro, Hélio José, Donizeti Nogueira, Vincentinho Alves, Telmário Mota e das Senadoras Ana Amélia, Regina Sousa e Fátima Bezerra. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº151 de 2015-CDH, de autoria do Senador José Medeiros, para debater e obter: "subsídios que orientem a atuação do Senado Federal a respeito da formação médica para o diagnóstico e o tratamento das doenças negligenciadas". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Leontina da Conceição Margarido, Presidente do Departamento de Dermatologia da Associação Paulista de Medicina; Alexandre Medeiros de Figueiredo, Diretor de Gestão da Educação na Saúde do Ministério da Saúde – DEGES/SGTES/MS; Vinícius Ximenes, Diretor de Desenvolvimento da Educação em Saúde da Secretaria de Educação Superior – SESU - Ministério da Educação; Sigisfredo Luis Brenelli, Diretor Presidente da Associação Brasileira de Educação Médica – ABEM; Henrique Batista e Silva, Médico - Representante do Conselho Federal de Medicina. O Senhor Presidente passa às seguintes pessoas presentes no Plenário: Marly Araújo, Representante do Grupo de Apoio as Mulheres Atingidas pela Hanseníase – GAMAH; Eglif de Negreiros Filho, Diretor de Assuntos Jurídicos da Federação Nacional dos Médicos – FENAM; Artur Custódio Moreira de Sousa, Conselheiro Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE e Coordenador Nacional do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase. Às dez horas e vinte e oito minutos o Senhor Presidente passa a presidência para a Senadora Ana Amélia. Às dez horas e trinta minutos a Senhora Presidente devolve a presidência para o Senador José Medeiros. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. O Senhor Presidente registra a presença de pessoas presentes no Plenário. Fazem uso da palavra os Senadores José Medeiros, Hélio José e as Senadoras Ana Amélia e Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e quarenta e dois minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador José Medeiros

Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 151, de 2015, da CDH, de minha autoria e do Senador Paim, para obter subsídios que orientem a atuação do Senado Federal a respeito da formação médica para o diagnóstico e o tratamento de doenças negligenciadas.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentário ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no *link* Senado.leg.br/e-Cidadania, e pelo Alô Senado, através do 0800-612211.

Eu queria agora chamar os convidados para comporem a Mesa.

Vou chamar a Drª Leontina da Conceição Margarido, Presidente do Departamento de Dermatologia da Associação Paulista de Medicina; o Dr. Henrique Batista e Silva, médico representante do Conselho Federal de Medicina; o Dr. Alexandre Medeiros de Figueiredo, Diretor de Gestão da Educação na Saúde do Ministério da Saúde; o Dr. Sigisfredo Luís Brenelli, Diretor Presidente da Associação Médica (Abem); o Dr. Vinícius Ximenes, Diretor do Desenvolvimento da Educação em Saúde da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação; e o representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Queria registrar também a presença da Dª Marli Araújo, representante do Grupo de Apoio às Mulheres Atingidas pela Hanseníase.

Tenho a satisfação de dar início a esta audiência pública decorrente do Requerimento nº 151, de minha autoria.

Ao reunirmos nesta ocasião as autoridades brasileiras das esferas políticas e técnico-científicas, temos o propósito de estabelecer um sério e decisivo debate acerca da forma de enfrentar de maneira assertiva e consequente as denominadas doenças negligenciadas. Devidamente reconhecidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), essas quase duas dezenas de moléstias, entre as quais a dengue, a hanseníase, a leishmaniose, a esquistossomose, a doença de Chagas, a malária e a tuberculose, impõem sofrimento a mais de um bilhão de pessoas, situadas em 149 países do mundo.

As doenças negligenciadas alcançam especialmente as populações mais vulneráveis e pobres do Planeta, com o custo anual de vários bilhões de dólares. Como se sabe, a precariedade e a insuficiência do sistema de saneamento básico e a falta de controle dos decorrentes vetores que ocorrem nas regiões mais pobres são fatores determinantes para o avanço e a consolidação dessas doenças.

Por outro lado, essas moléstias acabam despertando pouco interesse na indústria farmacêutica global e nos grandes centros de pesquisa, fragilizando ainda mais essa parcela de homens, mulheres e crianças que representam perto de 15% da humanidade. Tem-se dessa forma um trágico e perverso ciclo vicioso que consagra uma assimetria triste, grosseira e insustentável no padrão de saúde básico dos nossos contemporâneos.

Não bastasse esse já consolidado e constrangedor quadro, que impõe dor e flagelo a um bilhão de seres humanos, as primeiras semanas de 2016 deixaram o mundo em sobressalto. Acelerada emergência do zika vírus em diversos países, sobretudo no Brasil, agrega novos e tétricos danos ao perverso universo das moléstias negligenciadas. Inclusive, quando solicitamos a realização desta audiência, nem imaginávamos o quanto atual ela seria na discussão desse tema.

Assim, esse novo desafio se impõe, especialmente a nós, brasileiros, que, na condição de observadores ou pacientes, acompanhamos a crescente e severa evolução dos males transmitidos pelo mosquito Aedes Aegypti. Em nosso principal e mais avançado centro metropolitano, a cidade de São Paulo, por exemplo, registram-se 39 novos casos de dengue a cada dia.

O Senado da República e esta comissão, em especial, solidarizam-se com os brasileiros e as autoridades sanitárias federais, estaduais e municipais, buscando contribuir no encaminhamento e aceleração de soluções para esta relevante e grave questão de saúde pública.

Nesta linha, haveremos de discutir aqui ao longo das próximas horas a formação médica para o diagnóstico e o tratamento de doenças negligenciadas. A intenção diante da sofrida realidade que ora prevalece é evitar ou reduzir no futuro o impacto de moléstias que hoje vêm vitimando centenas de brasileiros, em escala lamentavelmente ascendente.

Sob a liderança da Organização Mundial de Saúde e com a decisiva participação do Brasil e de diferentes de outras nações, observamos uma rápida e forte mobilização global no combate ao zika vírus. Que a reflexão e o debate que ora inauguramos nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa concorram para a minimização da dor e do sofrimento das populações vulneráveis.

Quero registrar aqui a presença do Senador Hélio José, da Senadora Ana Amélia, que está aqui desde o início. Acaba de chegar aqui também a Senadora Regina Sousa, começando aqui praticamente o nosso primeiro dia de trabalho.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente. Também penso que um dos convidados, o Dr. Vinícius Ximenes, que é Diretor de Desenvolvimento da Educação em Saúde da Secretaria de Saúde, o Sesu, do Ministério da Educação, também já chegou.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Ah, sim, por favor. Já o convidamos. Por favor, tomem seus assentos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Senador Medeiros.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sim, Senador Hélio José, com a palavra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Senador, vou ter de dar uma chegada à gráfica do Senado, pois hoje é o Dia do Gráfico e haverá um evento que começará às 10 horas. Mas quero cumprimentá-lo pela importância deste evento. Acho que é um assunto muito importante para o País e V. Exª traz uma discussão que nos ajuda muito a nos posicionarmos nesta Casa.

Desejo que ocorra tudo bem no debate. Daqui a pouco, espero ainda participar de uma parte do debate. Estamos tendo um debate sobre o tema aeroespacial na Comissão de Ciência e Tecnologia também, da qual sou Vice-Presidente e o Senador Medeiros é membro. Mas prometo que retornarei aqui. Vou lá homenagear os nossos gráficos e, daqui a pouco, estarei aqui de volta.

Muito obrigado, Medeiros.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Muito obrigado, Senador.

Os Senadores aqui presentes podem usar a palavra a qualquer momento. Se quiserem fazer uso da palavra primeiro, também têm essa liberdade; se não, eu quero passar a palavra para a Drª Leontina da Conceição Margarido.

A SRª LEONTINA DA CONCEIÇÃO MARGARIDO – Obrigada. Nobilíssimo Sr. Senador José Medeiros; nobilíssimos senhores, outros Senadores aqui presentes. Inicialmente, eu quero agradecer, imensamente, e, ao mesmo tempo, parabenizá-lo pelo corajoso enfrentamento de tema tão importante para o nosso País. Realmente é um privilégio tentar colaborar com V. Exª nessa fundamental missão.

Eu peço licença, se eu poderia levantar-me, para apresentar os eslaides. Obrigada.

Nós vamos tratar, então, dessas doenças, como o Exmo Sr. Senador já adiantou, as doenças negligenciadas. Mas eu quero intensificar os comentários para doenças milenarmente negligenciadas.

Neste eslaide nós podemos ver que mais de 100 milhões de pessoas convivem com as endemias clássicas, que hoje são denominadas doenças negligenciadas ou também doenças tropicais negligenciadas. Tem havido vários protocolos de cooperação técnica entre a Organização Mundial de Saúde e a Pan-Americana de Saúde, para controlar e eliminar essas moléstias no período. O último convênio firmado foi de 2015 a 2020.

É muito importante que o Brasil acentue o controle e a luta contra as doenças tropicais negligenciadas, porque elas são infecciosas, são infectocontagiosas, incapacitantes para a vida diária e para o trabalho. E também muitas, por serem milenares, carregam os estigmas psicoemocionais, e também fazem o doente evoluir para a morte. A Organização Mundial de Saúde, recentemente, incentivou os países com esses problemas a fazerem um aumento de investimentos de 0,1% da atual despesa nacional com saúde, para controlarmos esses pacientes.

As doenças negligenciadas, como já foram mencionadas, são as que estão no quadro: sífilis congênita, continua um grande problema no nosso País; tuberculose, moléstia de Hansen, malária e as outras já mencionadas.

Eu discordo um pouco, peço permissão, de que essas moléstias sejam apenas relacionadas com a pobreza. Esse conceito afasta tanto a população de doentes como também afasta a classe médica desses pacientes. São moléstias que atingem todas as camadas sociais, desde os nobres até os plebeus. A sífilis congênita, como nós vemos neste eslaide, tem sido muito bem tratada – houve um plano nacional de saúde para controlar essa moléstia, no período de 2012 a 2015, porque a curva epidemiológica dessa moléstia tem sido ascendente constante nos últimos anos, um grave problema.

Mas eu queria citar moléstias milenares. Hipócrates, 460 a 377 anos antes de Cristo, já convivia com tuberculose, com moléstia de Hansen – à época chamada de lepra, com a malária e outras. E ele sempre afirmava, precursor do pensamento científico médico, que nós deveríamos prevenir essas doenças, impedindo, portanto, as sequelas e os estigmas.

Aqui está uma criança que estava com diagnóstico incorreto, mas tratava-se de uma tuberculose cutânea primária.

Queremos salientar, como conversávamos há pouco com a Exma. Senadora Ana Amélia, que nós temos um problema grave também dessa doença milenar. Em 2013, tivemos quase 74 mil doentes novos, tivemos uma taxa de óbitos de 2,3 por 100 mil habitantes. O Brasil está entre os países com maior endemia também de Tuberculose. Aqui há Tuberculose nos imunodeprimidos. Tanto por AIDS como em transplantados, o quadro torna-se muito mais exuberante e disseminado. Saliento que, em 2010, morreram sete vezes mais pessoas com Tuberculose do que por Dengue, e essas não tinham AIDS. Em relação à Tuberculose, já existem vários trabalhos para controlar esse processo também no nosso país, a exemplo da Frente Parlamentar de Luta Contra a Tuberculose, estabelecida na Câmara em 23 de março do ano passado.

Eu queria pedir permissão para me aprofundar na moléstia de Hansen, a antiga Lepra, citada no Egito Antigo há mais de três mil anos antes de Cristo. Nessa época, a moléstia deveria ser diagnostica pelos sacerdotes, que abençoavam esse doente, falavam que ele estava morto para a vida, no mundo, mas que viveria eternamente em Deus. Lepra é uma terminologia usada também nas bíblias hebraicas e em outras bíblias. Na bíblia hebraica significa desonra, vergonha, desgraça. Essa terminologia também afastou os doentes e a classe médica dos diagnósticos precoces e dos tratamentos. Hipócrates usou pela primeira vez na Medicina essa terminologia, porém ele não descreveu moléstia de Hansen, ele descreveu o Vitiligo. A Moléstia de Hansen foi nitidamente, completamente descrita com a sua característica principal, que é o envolvimento do sistema nervoso periférico, pelos indianos, que dividiam a Moléstia em dois grandes grupos: não contagiantes, mas com agressão neuromuscular muito importante e precoce, e o grupo contagiante, que compromete todos os órgãos e sistemas, exceto o sistema nervoso central. Na década de 80, a OMS adota classificação similar à dos indianos. A Europa recebeu esses doentes, principalmente através dos exércitos de Alexandre, O *Grande*. Na Europa, o problema da moléstia de Hansen, da antiga Lepra, constituiu-se numa endemia grave.

Peço licença também para fazer um paralelo entre o que ocorreu com o Rei Balduíno IV, de Jerusalém, na época o futuro rei, e a nossa época atual. Em 1.170, aos nove anos, o Rei Balduíno foi constatado como portador da doença. Diagnosticada de modo muito precoce pelo seu professor Guilherme de Tiro. Na fase bem inicial, quando a moléstia tem cura total, nos dias de hoje, não deixa nenhuma sequela. Aos treze anos, o Rei Balduíno é coroado rei, cognominado *Rei Leproso*, porque toda a Europa já sabia que ele era portador dessa inominável moléstia. Mas, nessa época inexistia tratamento. Então, ele teve diagnóstico precoce, não tinha tratamento, porque o primeiro tratamento eficaz apareceu em 1941, no sul dos Estados Unidos. Esse rei foi um grande herói das Cruzadas na Idade Média. Era chamado de O Porco porque tinha a moléstia de Hansen e também era cristão. Portanto, os muçulmanos o denominavam dessa forma. Voltaire dizia que de tudo que obtivemos e adquirimos nas Cruzadas, a lepra foi a única coisa que conservamos. Esse grande herói causava um grande estímulo para os seus exércitos. Já incapacitado, com pernas amputadas, com falta de um braço, ele era levado nas guerras numa liteira, onde causava um furor muito grande, apavorava os muçulmanos, que fugiam e perdiam a guerra. Portanto, ele foi um grande herói.

Hoje, 2012, nós temos no mundo um mapa epidemiológico evidenciando Brasil e Índia com os maiores índices da moléstia. Em 2004, a Organização Mundial de Saúde demonstra que o Brasil ultrapassa a Índia, considerada berço da moléstia, em número de doentes registrados. Nas Américas, o Brasil tem o maior e muito importante número de doentes — 93% dos casos novos são brasileiros —, 92% do total de doentes nas Américas são brasileiros.

No Brasil, nós temos essas áreas de maior endemia, considerando ainda que a maioria dos nossos doentes é do grupo contagiante. Variando de região para região, nós temos um número de crianças doentes variável de 7,5 a 15%. O maior risco de contrair a moléstia é nestes Estados: Mato Grosso, Pará, Maranhão, Tocantins, Goiás, Rondônia e Bahia. Na Amazônia Legal, estão concentrados quase 39% dos casos novos com a moléstia de Hansen, salientando que Mato Grosso ostenta os maiores índices, seguido por Tocantins, Rondônia, Maranhão e Pará. No sul do nosso País, há menor número de casos registrados. No Mato Grosso, 6,1% de doença em menores de 15 anos, e 7% dos doentes já foram diagnosticados com incapacidade grave, 35% da população vive em Municípios com prevalências superiores a cinco doentes por 100 mil habitantes. A taxa desejada é de menos de um doente para 10 mil habitantes.

Vários Estados do Brasil, inclusive Mato Grosso, tem travado uma guerra constante, há muitos anos, para controlar essa moléstia. Mato Grosso, por exemplo, implantou a poliquimioterapia há mais de dez anos, mas não houve diminuição dos índices da moléstia. Há reservatórios de doentes não detectados que mantém-se como fontes de infecção. Existem políticas de aumento de cobertura dos serviços, aumento de cobertura da poliquimioterapia, que têm sido insuficientes. Mato Grosso, por exemplo, teve aumento de 128% no número de unidades de saúde para notificar e tratar esse agravo. É uma área hiperendêmica. A detecção mantém-se inalterada ao longo de todo esse trabalho. O Brasil inteiro vem vivenciando situação similar.

A Organização Mundial de Saúde considera que a multidrogaterapia seria a chance de eliminar a moléstia, mas nós afirmamos, por um conhecimento de cerca de 40 anos de trabalho nessa área, que apenas a multidrogaterapia não diminuirá os nossos índices para menos de um doente para 10 mil habitantes. Há que se fazer diagnóstico precoce da moléstia de Hansen, mas, para isso, nós precisamos melhorar o ensino e o treinamento de todos os graduandos da área médica e de modo intensivo, para que controlemos endemias tão graves como essa.

A meta da Organização Mundial de Saúde, volto a dizer, é ter menos de um doente para cada dez mil habitantes. Essa meta, senhores, foi estabelecida em 1991, para que fosse atingida até 1995. Foi sendo prorrogada, pelo fato de não ter sido cumprida, a cada cinco anos, e, agora, está prorrogada para o período de 2015, para 2020.

A maioria dos doentes brasileiros é contagiante. Os mapas epidemiológicos há muito se sabe que representam apenas a ponta de um verdadeiro *iceberg*. Considera-se que todo brasileiro seja um contato de doente de hanseníase. A estratégia global atual da OMS é reduzir a carga da doença, diagnóstico e tratamento precoces, reduzir as incapacidades através do diagnóstico precoce.

Da época de Balduíno IV, da Idade Média, para a nossa época, houve um avanço técnico-científico muito intenso, porém o nosso problema continua. Nós sabemos que o bacilo tem uma predileção pelo sistema nervoso periférico. Ao adentrar o organismo, ele invade o nervo. Então, é uma doença que interessa primeiramente ao neurologista, mas há de interessar a todo especialista da Medicina. Ele se multiplica no nervo, cai no sistema linfático, corrente sanguínea para, depois, acometer a pele. No grupo não contagiante, o comprometimento é neural e cutâneo. No grupo contagiante, a maioria dos brasileiros, todos os órgãos e sistemas são acometidos, exceto o sistema nervoso central. Sabemos como o bacilo entra no nervo, quais os mecanismos. Inicialmente, depois de quatro a cinco anos da infecção, em média, o doente apresentará área com formigamento, com dor-

mência e leve hipocromia, a cor da pele um pouquinho mais clara. Isso tem passado despercebido e a chance do diagnóstico precoce é perdida.

Nós podemos fazer diagnóstico dessa moléstia em dois minutos, fazendo um teste que se chama histamina, fazendo uma pressão na pele para liberar histamina. Na área normal, aparece um vermelho grande e, na área comprometida pelo bacilo no nervo, não aparece o vermelho grande, o que chamamos de Tríplice Reação de Lewis. Dois minutos. Nós precisamos ensinar a classe médica, desde a graduação, que esse teste diferencia, inclusive, não só as manchas hipocrômicas de várias doenças, como alergias, mas também várias neuropatias periféricas. Se nós não diagnosticarmos nessa fase inicial, que tem passado despercebida, o nosso doente, depois de quatro, oito, dez anos, evoluirá ou para o grupo não contagiante, com acometimento intenso e precoce dos nervos, ou para o grupo contagiante, que acomete todos os órgãos e sistemas.

Está aqui. Doente que já tem a moléstia há uns oito, dez anos: nervo intensamente espessado com placas na pele, não contagiante. Nervo, na cirurgia, muito espessado, que pode ser observado na ultrassonografia. Mas, clinicamente, doentes com dez, quinze anos de doença já têm atrofias musculares nas mãos, atrofias também articulares e também amiotrofia de outros grupos musculares das extremidades.

Crianças com doenças não contagiantes, que ficam curadas, porém com sequelas para o resto da vida delas. Isso nós precisamos impedir. Ela não contagiou ninguém, mas ela ficou com sequela, com área dormente, para o resto da vida dela.

Doentes contagiantes. Tudo isso que se vê na pele se pode enxergar nas vísceras e em outros órgãos e sistemas. Todos eles carregados com grande quantidade de bacilos, que são eliminados predominantemente pelo nariz, pela boca, contagiando todas as pessoas com quem essa pessoa convive, comprometendo vasos, comprometendo olhos, nariz e boca. Há desabamento da pirâmide nasal muito tardiamente, é um doente contagiante, perda dos dentes e comprometimento da língua, da orofaringe toda, da faringe. Há um grande aglomerado de bacilos em todas essas áreas da faringe e da boca...

(Soa a campainha.)

A SRª LEONTINA DA CONCEIÇÃO MARGARIDO – ...aumento do fígado, aumento do baço, comprometimento genital – também deve ser considerada uma doença sexualmente transmissível – e comprometimento ósseo e úlceras nas extremidades.

Vemos também doentes que têm processos reacionais não diagnosticados, com processos inflamatórios que são confundidos com outras inflamações que aumentam as sequelas, comprometendo, mais ainda, o nervo, a pele, coagulação intravascular disseminada, e o doente evoluindo para óbito, iridociclite, para cegueira, poliartrite, poliartralgia; confundidos com doenças reumatológicas, mas que podem ser diferenciadas com úlceras traumáticas, porque o exame de sangue também evidencia comprometimento favorável a erros diagnósticos. A clínica é soberana.

Comprometimento do fígado, do baço, dos linfonodos.

Então, é uma doença que interessa a qualquer especialidade, porque esses comprometimentos, inclusive do testículo, vão fazer com que o homem evolua para a esterilidade. A mulher grávida, sofrendo essas reações, pode evoluir com aborto, natimorto, recém-nascidos de baixo peso, além das lesões cutâneas que mantêm o estigma.

O rim desse doente também é acometido e ele evolui para insuficiência renal crônica.

Amputações por causa de tromboses arteriais, e o doente pode evoluir a óbito nessa fase.

Tudo isso tem tratamento. O doente fica curado, mas também com sequelas, porque uma das medicações pigmenta não só a pele, mas também as vísceras.

Nós temos feito, desde 1999, campanhas que começaram nas favelas de São Paulo, levando alunos e residentes preparados para diagnóstico precoce. Depois, essas campanhas foram estendidas para o Maranhão, para o Acre, para o Baixo Amazonas, também para diagnóstico precoce da moléstia. Observou-se nessas campanhas, aqui, uns dados de São Paulo, que havia uma média de 6,5% de doentes com moléstia de Hansen, talvez demonstrando endemia oculta.

Qual a vantagem da busca ativa desses doentes?

Nós fazemos mais de 80% dos diagnósticos de MH na fase bem precoce, inicial, não contagiante. Nesse caso, o paciente fica curado, sem sequela nenhuma, e interrompemos a cadeia epidemiológica e fazemos uma grande economia para o Estado, porque um doente inicial gasta US$10 por mês, durante seis meses, para ficar curado, enquanto que, com diagnóstico tardio, ele vai gastar US$20 por mês, durante um a dois anos, e muitas necessidades desse doente antigo não são atendidas. Por exemplo, o tratamento cirúrgico, fisiátrico e a recuperação de várias incapacidades. Além disso, o tratamento das sequelas emocionais e sociais não tem preço, é incalculável.

Outras doenças também são diagnosticadas nessas campanhas.

Qual o impacto que uma campanha dessas traz para o Hospital Universitário? No Hospital das Clínicas, esse levantamento de 2007 a 2009 evidenciou que o percentil de doentes matriculados notificados pelo Hospital das Clínicas, em relação ao Município, representava 43% dos doentes matriculados, e, em relação ao Estado, 5,8% dos doentes matriculados.

Então, senhores, houve um grande avanço técnico-científico do tratamento específico, mas nossa endemia continua grave, comparável à situação da Europa na Idade Média. Em 1174, o Rei diagnosticado com Hanseníase evoluída e, em 2012, nossas crianças, da mesma forma. Em 1174, o Rei Balduíno com grandes incapacidades.

Está aqui um doente do Acre também com amputações graves e também com problemas de cegueira.

O Instituto Presbiteriano Mackenzie, através do seu Presidente, assim como a Associação Paulista de Medicina, através do seu Presidente Florisval Meinão, e o Departamento Científico de Dermatologia e a Associação das Mulheres Médicas de São Paulo têm-se empenhado muito. Sugerimos que aumentemos o diagnóstico precoce, a detecção das reações e neurites, reabilitação das incapacidades.

Uma coisa que poderíamos fazer muito: aumentar o número de doses de BCG, porque, sabidamente, se eu aumento o número de doses de BCG, eu aumento a proteção imunológica da nossa população e eles vão desenvolver menos moléstia de Hansen. Mas uma coisa muito importante é o ensino precoce. Tudo isso, atividades baseadas nos princípios de igualdade e justiça social.

A educação médica atual no Brasil está alinhada com organismos internacionais para melhorar a saúde da população. A população precisa de médicos bem qualificados, bem treinados e capacitados para diagnosticar e tratar precocemente. Esses médicos precisam ter aptidões, não importando se faz cirurgia, medicina da família e comunidade, pediatria, ginecologia ou clínica médica. Mas precisamos incluir nesses programas as doenças negligenciadas milenarmente. Precisamos treinar os outros especialistas que já estão trabalhando. E, insisto, precisamos aumentar os cursos teóricos e práticos obrigatórios exigidos pelo MEC e pelo Ministério da Saúde. Precisamos disponibilizar aqueles capilares com histamina para fazer diagnósticos altamente precoces. E acredito que o padrão ouro para o MEC seria capacitar os graduandos da área médica.

Ultimamente, a medicina tem sido muito judicializada. Há alguns anos, o Governo Federal foi obrigado a indenizar doentes com hanseníase internados compulsoriamente na época de 24 até 65. Essa perda da chance do diagnóstico e tratamento precoces tem feito com que órgãos públicos e também médicos sejam judicializados, sofram penalidades. Isso está no capítulo de um livro do Instituto Presbiteriano Mackenzie.

Então, senhores, insisto muito que precisamos diagnosticar na fase bem inicial para impedir o acometimento sistêmico. A saúde é um direito de todos e dever do Estado. O atendimento integral com prioridade para as atividades preventivas é o ideal.

A Associação Paulista de Medicina, o Instituto Presbiteriano Mackenzie e eu agradecemos imensamente o privilégio de estar aqui e a atenção de todos os senhores. Muito obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Agradecemos as palavras da Drª Leontina e passamos imediatamente a palavra ao Dr. Alexandre Medeiros de Figueiredo. E vamos dar o mesmo tempo que demos à Drª Leontina, ou seja, 20 minutos mais cinco.

O SR. ALEXANDRE MEDEIROS DE FIGUEIREDO – Bom dia a todos e a todas.

Primeiramente, em nome do Senador José Medeiros, quero parabenizar e cumprimentar a todos os Senadores da Casa pelo compromisso com a saúde pública brasileira e por trazer um tema de tão grande relevância para a população para uma discussão importante conosco do Governo Federal, MEC, Ministério da Saúde e os representantes do CFM, da Associação Paulista, dos movimentos sociais e das pessoas que são acometidas por essas patologias. Considero isso bastante relevante.

Também quero cumprimentar a Drª Leontina, Presidente do Departamento de Dermatologia da Associação Paulista; o colega Henrique Batista da Silva, que representa aqui hoje o Conselho Federal de Medicina; o Brenelli, representando a ABEM, que é a Associação Brasileira de Educação Médica; e o companheiro Vinícius Ximenes, que também atua no Ministério da Educação e tem inúmeras parcerias conosco no Ministério da Saúde.

Vou fazer uma fala bastante breve, até para que possamos privilegiar o debate e aproveitar este momento tão especial.

Em primeiro lugar, queria colocar que, pensando nas características da sociedade brasileira e do sistema público de saúde brasileiro, esta é uma discussão de grande relevância, porque, além de discutirmos o acesso universal, o cuidado integral e também a questão da participação popular, temos como um dos princípios constitucionais do nosso sistema de saúde a discussão sobre equidade. E a questão das doenças negligenciadas, ela é extremamente relacionada com a necessidade de garantir equidade, saúde para todos e saúde como direito.

Todos nós, cidadãos brasileiros, temos direito a ter acesso à saúde, e é disso especificamente que nós estamos falando aqui. Esse é um problema – as iniquidades em saúde – na verdade é um problema mundial, e é

por isso que as doenças negligenciadas são reconhecidas internacionalmente assim, como doenças negligenciadas, e a negligência não se dá pelo número de pessoas que ela acomete. Pelo contrário, nós temos, como brilhantemente o Senador José Medeiros colocou, nós temos 1 bilhão de pessoas acometidas por doenças negligenciadas, um sétimo da população mundial, mas pouquíssima pesquisa, pouquíssimo avanço tecnológico nesta área. Nós ainda utilizamos, para tratar a doença de Chagas, medicações de 20, 50 anos atrás; hanseníase, todas essas medicações, as linhas de pesquisa mundialmente colocadas, e por isso o apelo da OMS, de investimento, elas são muito restritas, comparando com doenças que muitas vezes têm um número muito menor de acometidos, mas que acometem setores da sociedade que têm condições de consumir saúde. Como nós defendemos que saúde é um direito, nós não concordamos, e por isso achamos tão importante essa discussão.

Queria trazer, basicamente, na apresentação a lista de doenças negligenciadas, é uma apresentação bastante singela, e depois colocar algumas ações que nós, do Ministério da Saúde, estamos realizando na formação de profissionais de saúde que já estão inseridos no sistema de saúde, que são alguns números do que é que a gente já tem feito nos últimos quatro anos de formação em algumas das doenças referentes à formação de médicos e outros profissionais de saúde relacionados a essas doenças negligenciadas.

Pode passar o próximo, por favor?

Então, aqui, apenas a definição de doenças negligenciadas. Nós recorremos ali a uma publicação da Academia Brasileira de Ciências, porque as doenças negligenciadas podem ter mais de um conceito, e o foco maior são, em geral, doenças infectoparasitárias que acometem populações de baixa renda e que são endêmicas no mundo há milhares de anos. A grande verdade é que boa parte das doenças negligenciadas existem no mundo há bastante tempo e, apesar de todo avanço tecnológico, pouco temos feito para solucionar esse problema. Falo "nós temos feito pouco", mas não é uma questão necessariamente apenas do Brasil. É preciso uma articulação mundial para que a gente possa garantir pesquisa e avanço tecnológico nesta área, para que a gente, assim, possa ter o direito à saúde garantido não só no Brasil, mas em outros países do mundo.

Aqui são as doenças negligenciadas, essas com maior prevalência no Brasil. Então a gente tem a doença de Chagas, a leishmaníose, a malária, a filariose, as microbacterioses, as clamidioses, ictioses, a dengue, febre amarela, outras arboviroses, agora zika, raiva, hantavirose, hepatites virais, gastrenterites virais, as micoses profundas, que ainda acometem e são endêmicas em algumas regiões do País, e também envenenamento por animais peçonhentos, onde a gente tem muito pouca definição de novas formulações terapêuticas.

Aqui, trazendo sinteticamente, esse é o número que a gente conseguiu sistematizar de ontem para hoje, que são as ações que nós fizemos, esse é o número de matriculados em ações de educação à distância realizadas pelo Ministério da Saúde nos últimos quatro anos. Então, nós temos 63.564 pessoas que fizeram cursos autoinstrucionais ou especializações, enfim, alguma formação em conjunto com a UNA-SUS e universidades públicas brasileiras sobre esses temas: hanseníase, como já foi tão bem explorado o tema aqui pela Drª Leontina, mas também dengue, chikungunya, tuberculose, que é uma outra doença negligenciada.

Coloco aqui, por fim, algumas perspectivas.

Nós, do Ministério da Saúde, estamos – e certamente isso tem sido uma discussão conjunta com o MEC – à disposição para estabelecer parcerias com as associações médicas, com as universidades, especialmente com o contingente das universidades federais brasileiras, que têm uma *expertise* muito grande, que têm grupos extremamente atuantes na área, para trabalhar na perspectiva de desenvolver módulos educacionais para fazer formação para os profissionais que já estão na rede.

Lembro que acho que é de suma importância nós termos clareza do grande desafio que está colocado. Não é um desafio apenas o diagnóstico e o tratamento médico. Precisamos qualificar as nossas ações de vigilância, de comunicação com a população. É extremamente importante que a população tenha clareza do que acontece, que ela também consiga compreender e ver que há possibilidade, efetivamente, de cura, e que essas doenças não devem gerar exclusão.

Tenho certeza de que várias das pessoas que são acometidos ou que foram acometidos por tuberculose e hanseníase sofrem, por exemplo, só pra citar algumas, discriminação nas suas comunidades. Por isso, há grande dificuldade, inclusive, de procurar serviços de saúde. Como médico, na atenção básica, várias vezes já presenciei essas situações. Houve, por exemplo, estigmatização, no País, ao longo do tempo, com a exclusão nos grandes sanatórios. Por isso, temos movimentos sociais importantes, como o Morhan, que defendem e lutam para que não sejam excluídos. A exclusão foi, muitas vezes, a forma de lidar com esse problema, mas é extremamente desumana, e não devemos compactuar com ela. De tal forma, há claramente – e a Drª Leontina já colocou – a necessidade de atuarmos, também, numa grande mobilização, junto aos movimentos sociais, juntos às comunidades, para entender o problema e para atuar em conjunto.

Um dos grandes problemas da nossa dificuldade de erradicar doenças como a hanseníase, por exemplo, é que o diagnóstico demora a ser dado – como já foi apresentado. Com isso, não fazemos o tratamento dos

contactantes, que são as pessoas que têm o bacilo, que têm o Mycobacterium, desculpem, e não fazem tratamento. Ficam assintomáticos, mas estão contagiando, porque têm o Mycobacterium. De certa forma, como têm poucos sintomas, continuam passando a doença para outras pessoas. Se não fizermos o tratamento de todos, vamos, com certeza, ter dificuldade para reduzir a incidência e a prevalência de hanseníase no País. A tuberculose se dá da mesma forma. Então, precisamos atuar nessa linha com bastante clareza porque são doenças estigmatizantes também e trazem bastantes problemas para os seus portadores. Eu já tive pessoas que mudaram de casa, na sua comunidade, porque, ao serem diagnosticados, sofreram preconceito por parte dos vizinhos, por exemplo. Para tratar a tuberculose, a pessoa teve de mudar de comunidade porque não se sentiu à vontade a partir do momento em que foi feito o diagnóstico. Então, precisamos trabalhar nessa linha.

Também precisamos ir para além da formação e não pensar só no diagnóstico e no tratamento. Precisamos pensar em como fazer vigilância, como notificar os casos, como mobilizar a população, como investir, também, em pesquisa. Precisamos fortalecer a nossa formação na área da saúde para lidar com situações como essa que estamos vivendo. Nós temos, hoje, um mundo globalizado onde diversas viroses, diversas bactérias – mas especialmente vírus – podem se disseminar no mundo com grande rapidez. Para que consigamos dar uma resposta rápida, como estamos trabalhando e fazendo em relação à zika, precisamos ter profissionais com essa capacidade já mobilizados.

É uma tendência mundial, e em alguns outros momentos foi comum na história da humanidade, algum tipo de doença emergir. Isso aconteceu quando Alexandre voltou para Europa. Isso aconteceu quando a peste bubônica foi passada a partir da rota da seda. O comércio, a livre circulação de pessoas, que é tão importante nós garantirmos no mundo, traz essa possibilidade de estarmos vivenciando o fato de doenças endêmicas em outros países estarem sendo trazidas para cá, e também o contrário está ocorrendo. Então, precisamos ter uma formação para além do diagnóstico e tratamento, precisamos de uma formação que pense também na vigilância, em estratégia de mobilização social, para que consigamos ter respostas adequadas.

Por fim, quero colocar também que, na parceria que temos com o MEC, todos esses módulos educacionais e tudo o que produzimos em conjunto com as associações, com as entidades médicas – e desde já as convidamos para serem parceiras nessa construção de ofertas educacionais –, está disponível também para os nossos alunos de graduação. Precisamos formar o aluno que está hoje na graduação, o nosso residente, e precisamos também continuar formando aqueles 2,4 milhões de trabalhadores da saúde que estão hoje já exercendo as suas atividades.

Portanto, temos de fazer um esforço nacional, um esforço de toda a sociedade, e nós, no Ministério da Saúde, contamos com o apoio dos Senadores, com o apoio das entidades médicas e das nossas universidades federais, estaduais, privadas. Contamos com todos para que possamos garantir saúde para a população brasileira e não precisar discutir no futuro sobre doenças negligenciadas. Queremos estar aqui comemorando a erradicação ou pelo menos o combate dessas doenças. Que pelo menos baixemos a incidência, já que é difícil erradicar – é verdade, é difícil erradicar –, de hanseníase, de tuberculose, de sífilis congênita, de todas essas doenças e que possamos não mais denominá-las de "doenças negligenciadas", mas que possamos, sim, dar a atenção necessária para evitar o sofrimento da população que é acometida por essas doenças que não podemos negligenciar de forma alguma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Presidente.

Como foi estabelecida pelo Presidente, na ordem dos trabalhos, a liberdade, vou aproveitar a exposição do Dr. Alexandre, com vistas ao que a Drª Leontina falou antes a respeito de aplicar uma dose maior de BCG, como efeito preventivo da hanseníase.

Eu faço essa pergunta porque, nesse momento precisamente, o Ministério da Saúde não tem BCG, nem antitetânica, nem várias outros, como se diz, antídotos ou prevenções, para a população brasileira. Está se sugerindo um aumento da dose, mas nós não temos nem sequer a primeira dose, uma única dose. Essa é a primeira questão que eu faço.

O senhor fala também desse conceito de evitar o sanatório, o que é mais moderno, dentro da questão dos direitos humanos, inclusive, no intuito de evitar a segregação. Qual seria a forma, Dr. Alexandre – e eu lhe pergunto como médico, como sanitarista ou como agente de saúde pública –, de se evitar isso com uma pessoa portadora da hanseníase contagiante, colocada no ambiente da família? Como ela fica, se não há sanatório, se você não tem um ambiente próprio para isso?

O SR. ALEXANDRE MEDEIROS DE FIGUEIREDO – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Eu desconheço que esteja faltando BCG em nossas unidades.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A imprensa está mostrando isso aqui em Brasília.

O SR. ALEXANDRE MEDEIROS DE FIGUEIREDO – Mas eu desconheço isso como um problema muito grande da rede. Na verdade, a BCG é feita nas maternidades brasileiras e nas Unidades Básicas de Saúde brasileiras. Precisamos sempre estar fazendo a BCG, até porque ela previne contra formas graves de tuberculose e reforça também a imunidade contra hanseníase, já que as duas patologias são causadas por microbactérias: o lepra e o tuberculosis. Esse é um ponto.

No protocolo da hanseníase, quando identificamos os contactantes, todas as pessoas que são diagnosticadas com hanseníase, vamos à casa dessas pessoas para fazer a segunda dose da BCG. Isso é o que está no protocolo. Essa questão precisa ser efetivamente realizada, porque nem todo mundo faz isso. Mas está claro no protocolo que, a partir do momento em que se diagnostica um caso de hanseníase, nós devemos fazer uma busca aos contactantes, visitar a casa, ver se há alguma outra pessoa que tenha sintomas de hanseníase, e mesmo aquelas que não têm sintomas. As que têm sintomas de hanseníase, nós devemos tratá-las o mais rápido possível; e as que não têm, devemos fazer a segunda dose da BCG.

Em relação à necessidade ou não de retirada do convívio social e familiar, ela é desnecessária, porque, a partir do momento em que se faz a primeira dose, que é feita no tratamento, essa pessoa deixa de contagiar outras pessoas. O que precisaríamos fazer? Acabar com o estigma, ou seja, fazer diagnóstico precoce e atuar no tratamento de forma rápida e efetiva, porque isso faz com que não precisemos mais recorrer à exclusão.

Outro ponto importante, Senador, é saber o que acontece em relação à hanseníase. Passam-se anos como portador da bactéria, do microbacterium. Há um atraso, mas, enfim, na primeira dose, quando se detectou e tratou, efetivamente já está resolvendo o problema, mas o contágio já aconteceu naquela família há anos. Temos que acabar com a corrente de transmissão. Segregar e excluir as pessoas é um dano muito maior, muito mais nefasto do que esse pequeno número de dias entre a dose e a erradicação da possibilidade de transmissão.

Nesse sentido, ficamos muito tranquilos para deixar claro que não é necessário mais tirar do convívio familiar nenhuma pessoa que está diagnosticada com hanseníase para que ela possa ser tratada em algum hospital. O tratamento é rápido e fácil. Ele demora um tempo, mas, a partir da primeira dose, já conseguimos resolver a questão, já começamos a cortar o ciclo de transmissão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Apenas um esclarecimento sobre a vacina, sobre a BCG. No Rio Grande do Sul, está faltando também, embora lá a incidência, conforme foi demonstrado na exposição da Drª Leontina, dessas doenças seja em um índice menor do que no conjunto, comparada, por exemplo, ao Mato Grosso, que é o Estado do Senador José Medeiros. Mas, de qualquer maneira, a prevenção é o melhor remédio sempre. Por isso, faço essa questão e agradeço a sua resposta.

O SR. ALEXANDRE MEDEIROS DE FIGUEIREDO – Eu vou levar as questões ao departamento pertinente, que trabalha com essa questão...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

O SR. ALEXANDRE MEDEIROS DE FIGUEIREDO – ...para que possamos avaliar o que está acontecendo.

Há uma questão referente à BCG especificamente, que nós precisamos fazer e que está no âmbito de treinamento.

Hoje, o que se pode fazer e o que se tem de começar a trabalhar no Brasil é a formação dos técnicos de enfermagem que aplicam a BCG, porque nem todo técnico de enfermagem consegue fazer isso. Esse é um problema que, hoje, ainda não é visível. Não é um problema de falta, mas nós estamos já olhando para ele, porque, no futuro, nós precisaremos de técnicos de enfermagem com essa habilidade. Alguns estão se aposentando e precisamos repor e formar pessoas para que não tenhamos esse problema no futuro. Na formação profissional, nós precisamos começar a trabalhar nela hoje para que não estejamos discutindo isso como um problema no futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – a Drª Leontina pediu para fazer um complemento.

Com a palavra.

A SRª LEONTINA DA CONCEIÇÃO MARGARIDO – V. Exª, Senadora Ana Amélia, levantou pontos muito importantes.

A internação compulsória da moléstia começou no nosso País em 1924 e foi, na realidade, até quase 1976-80. O Walter Leser foi um grande professor de saúde pública de São Paulo e do Brasil e sempre falou que o maior erro da Medicina no Brasil teria sido essa internação compulsória.

Exatamente como o Dr. Alexandre falou, quando se diagnostica e trata o doente, interrompe-se a cadeia epidemiológica. O problema é que muitos pacientes, ou por falta de orientação ou por falta de seguimento,

fazem tratamento irregular ou abandonam o tratamento precocemente, e criam um problema muito maior: transmitem bacilos resistentes às drogas já utilizadas no SUS, o que é um problema grande. E isso ocorre não só na classe social de baixa renda, mas também na classe social alta. Eu tenho visto doentes de classe social muito alta que não são diagnosticados precocemente, só são diagnosticados depois de muitas sequelas. Esse é um problema que, portanto, continua acometendo ricos e pobres, e o tratamento irregular é muito ruim.

Em São Paulo, também nós temos falta de BCG, porque nós temos pedido BCG para os familiares de doentes de classe social alta, que também não têm encontrado. O seu questionamento é absurdamente importante e nós precisamos corrigir, porque essa é uma arma poderosa, assim como o treinamento na graduação e a oferta de histamina.

Nós precisamos de histamina, mas também precisamos que esse graduando saiba fazer a histamina ou que simplesmente pegue a tampa de uma caneta bic ou qualquer instrumento e faça uma pressão sobre a mancha e fora da mancha para fazer a diferenciação de manchas da hanseníase e de outras doenças e de neuropatias periféricas da hanseníase e de outras neuropatias.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Com a palavra o Dr. Vinícius Ximenes.

O SR. VINÍCIUS XIMENES – Bom, primeiramente bom dia para todos, para todas.

Meu nome é Vinícius Ximenes. Sou Diretor de Desenvolvimento em Educação e Saúde, que é uma diretoria vinculada à Secretaria de Educação Superior do MEC responsável pela formação na área da saúde em nível de graduação e residências em saúde.

Eu queria saudar a todos aqui presentes, a partir do Senador José Medeiros, da Senadora Ana Amélia – inclusive na segunda-feira conversamos sobre Uruguaiana, onde teremos a implantação do curso de Medicina a partir do mês de março, a partir da Unipampa –, e, basicamente, agradecer a oportunidade deste debate sobre o tema das doenças negligenciadas, ou até a questão das doenças tropicais negligenciadas. Sabemos que os países, principalmente ao redor da linha do Equador, têm uma incidência maior dessas doenças, e não é ao acaso, existem questões históricas, sociais e de desenvolvimento humano que marcam o porquê de essas doenças se concentrarem ali, além da questão específica da etiologia dessas doenças. Isso nos ajuda a esclarecer algumas contradições, algumas questões que envolvem o mundo da saúde e garante o importante debate naquilo que nós chamamos de epidemiologia social.

É um grande desafio, obviamente, para todos os sistemas de saúde do mundo, hoje, doenças como essas, e isso envolve também inovação, tecnologia e produção de conhecimento.

Ter apresentações qualificadas como as que foram feitas pelo Alexandre e pela Drª Leontina ajudam bastante para podermos economizar algumas questões e focar naquilo que é, talvez, a vocação do MEC nesse debate, ou seja, a formação na graduação e dos especialistas na área da saúde, mas, especialmente, na Medicina, que tem um papel fundamental no diagnóstico. Nessa doença, a questão crucial é o diagnóstico precoce. Então, obviamente, vou me ater às questões que envolvem a temática específica do Ministério da Educação.

Vejam bem, o debate das doenças negligenciadas ajuda, sobremaneira, uma discussão que a Organização Mundial de Saúde, especialmente a partir de 2007, fez no chamado Relatório Marmot. Michael Marmot é um pesquisador inglês que, durante vários anos, com uma equipe multicêntrica, consolidou o debate atual sobre a questão dos determinantes sociais em saúde no mundo. Assim, o debate sobre as doenças negligenciadas tem uma forte conexão com o debate mais atual que a Organização Mundial da Saúde tem feito em relação a essa questão dos determinantes sociais.

Vejam bem, como foi muito bem colocado pela Drª Leontina, essas doenças negligenciadas estão presentes nas diversas classes sociais, mas, desde o século XIX, e o nosso Rudolf Virchow, que foi um importante médico à época, e esta Comissão atualmente vem tratando sobre isso, as diversas classes sociais, os diversos segmentos da sociedade adoecem de forma diferente. No caso das doenças negligenciadas, uma questão fundamental e visível é que a incidência dessa doença nas diversas classes sociais é diferente. Todas as classes sociais vivem o fenômeno dessas doenças e obviamente os seus impactos, mas os segmentos mais vulneráveis das diversas sociedades são acometidos por essas doenças com uma incidência muito maior, ou seja, há novos casos muito mais visíveis e muito mais potentes em relação a classes sociais que têm obviamente uma condição de acesso, de recurso, de tratamento e de vivência da doença muito mais controlada, com potencial de sucesso terapêutico, e de cuidado para as consequências crônicas que podem advir dessas doenças.

O desafio da pesquisa dessas doenças envolve muitas vezes esta questão fundamental: elas são doenças, entre aspas, "marcadas pelo estigma da pobreza". É importante colocar isto: existe um estigma muito forte entre essas doenças e a pobreza. Muitas vezes, o desenvolvimento científico, o investimento muitas vezes do aparato das políticas de saúde em diversos países do mundo, os interesses da indústria farmacêutica são limi-

tados para encontrar soluções, como, por exemplo, uma produção do conhecimento compatível ao desafio e a todo o drama dessas doenças, como foi muito bem colocado pelos nossos expositores anteriores. Nesse sentido, precisamos preparar os nossos profissionais de saúde para enfrentar esse mundo que obviamente busca uma maior equidade, para viver nesse mundo e construir uma nova condição de saúde, uma melhor condição de saúde para uma geração em relação à nossa atual.

Nesse sentido, vimos conduzindo um processo de reformas na formação dos profissionais de saúde, especialmente na formação dos profissionais médicos, que é um nicho decisivo para um sucesso de diversas políticas públicas de saúde na atualidade no nosso País.

Vou deixar disponível essa apresentação. Inclusive percebi que há alguns ajustes que vieram da edição, mas vou corrigir agora durante a apresentação.

Estamos construindo, desde o ano de 2001, um ciclo de reformas na formação dos profissionais da saúde no Brasil a partir da estruturação de diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação na área da saúde. A partir do advento da LDB em 1996, a partir do ano de 2001, iniciou-se esse processo de implementação de diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em saúde. Em 2014, e aqui a correção em relação à minha apresentação, nós tivemos um aperfeiçoamento das diretrizes curriculares nacionais de 2001, que obviamente buscam conectar a educação médica brasileira a um desafio que vários pesquisadores na área de educação médica têm trazido, que é pensar o ensino médico à altura dos desafios da saúde no século XXI. Nesse sentido, várias conquistas da reforma sanitária brasileira conseguimos trazer e aprofundar nessas diretrizes curriculares de 2014 em relação às diretrizes curriculares dos cursos de Medicina de 2001.

Vale ressaltar que essas diretrizes curriculares de 2001 já tinham um avanço importante. E tudo que tinham de positivo foi garantido, incorporado nessas diretrizes curriculares de 2014, que fizeram um processo de aperfeiçoamento.

Nós podemos dizer que as diretrizes curriculares de 2014 institucionalmente marcam para a gente um aprofundamento de um processo de reforma na educação médica em curso e, obviamente, essa reforma na educação médica tangencia questões que envolvem o debate sobre as doenças negligenciadas.

Nesse sentido, uma questão que é fundamental para nós pensarmos essa reforma na educação médica e como atender questões como, por exemplo, as doenças negligenciadas é a questão de uma reforma do ponto de vista da nossa formação de especialistas no Brasil.

Veja bem a Medicina a partir da especialização do conhecimento. Obviamente isso trouxe para a gente louros muito importantes do ponto de vista do desenvolvimento da Medicina, seja na atenção, seja na produção do conhecimento; mas essa hiperespecialização da prática médica, em que nós estamos vivendo atualmente e já temos vivido ao longo dos últimos anos, também traz para gente um fenômeno paradoxal.

Que fenômeno paradoxal é esse? O grande aporte de exames e o grande aporte de tecnologias, muitas vezes, mascaram uma fragilidade que os nossos profissionais têm apresentado ao longo do tempo. Qual? Uma certa fragilidade naquilo que nós chamamos de clínica geral. Ou seja, muitos profissionais são tecnicamente excelentes cirurgiões, são excelentes psiquiatras, são excelentes anestesiologistas, mas a bagagem que vem da graduação para a etapa inicial da formação do especialista é deficitária do ponto de vista do conhecimento médico geral, que é fundamental para dialogar com os problemas de saúde mais frequentes e para uma organização do raciocínio clínico do médico para uma melhor performance no seu desenvolvimento profissional.

Então, nesse sentido, uma etapa da reforma da educação médica, que nós estamos realizando hoje, é que todos os profissionais médicos brasileiros, a partir do ano de 2019, que é quando nós devemos universalizar a residência médica no Brasil, ou seja, para cada egresso da graduação médica, nós temos uma vaga de residência médica – será uma etapa fundamental para a formação da maior parte desses especialistas –, farão um estágio, em um ano, em clínica geral dentro dos programas de residência em Medicina geral de família e comunidade.

A Medicina de família e comunidade ou Medicina geral de família e comunidade é uma área do conhecimento que equivale à mesma coisa da clínica geral dos ingleses, da Medicina de família dos espanhóis, da Medicina geral integral dos cubanos, da Medicina de família dos canadenses. Em cada país muda a denominação dessa área do conhecimento, mas ela é fundamental para aperfeiçoar esse conjunto de competências aqui listadas, que eu trago nessa apresentação, para que o profissional, obviamente, independentemente de ser um clínico geral, um médico de família, ou se vai buscar outra especialidade, consolide uma base de conhecimento para obviamente ter essa clínica de excelência, que é fundamental para o que nós estamos falando.

Como foi muito bem colocado pela Senadora Ana Amélia, hoje o modelo asilar de você lidar com tratamento de doenças como tuberculose e hanseníase é obsoleto, porque os países que conseguiram dar certo em políticas de enfrentar essas questões não o fizeram com o modelo asilar. Fizeram com modelos que fortemente se basearam em sistemas de saúde acessíveis, que têm uma base de organização do acesso ao serviço de saúde, uma base comunitária de acesso ao serviço de saúde.

Ou seja, serviços acessíveis significam serviços a que facilmente a população consegue ter acesso – ao profissional médico ou à equipe de saúde –, em que profissionais qualificados, com uma boa capacidade de clínica, conseguem fazer o diagnóstico precoce dessas doenças e que consigam ao longo do tempo construir um vínculo para esse paciente, para fazer aquilo que a gente chama, na Medicina, de longitudinalidade, ou seja, conseguir acompanhar esse paciente ao longo do tempo, trazer adesão ao tratamento, conseguir contornar, por exemplo, iatrogenias que possam vir ou efeitos adversos que venham dos tratamentos.

Por exemplo, em tratamento como o da tuberculose ou o da hanseníase, há pacientes que têm uma grande dificuldade no uso de medicamentos; os efeitos colaterais, muitas vezes, acabam sendo um fator de perda de adesão aos tratamentos. E, obviamente, conseguir fazer manejos de questões que envolvem ordem psicossocial. Por exemplo, a questão familiar: se há um familiar que tem hanseníase, como a família convive com esse paciente?

Se há um familiar que tem hanseníase, como é que a família convive com esse paciente? Como é que a gente esclarece que a fisiopatologia dessa doença é lenta, que há uma série de questões e que não é o fato de se tocar no paciente ou de estar em contato com o paciente em dado momento que vai fazer com que se passe a doença para todo mundo?

Então, garantir sistemas de saúde acessíveis, com longitudinalidade, com um profissional com boa capacidade clínica para o diagnóstico precoce, para que se consiga, obviamente, obter esse conjunto de competências para a adesão e para o manejo em torno da doença, é fundamental para o sucesso no tratamento. Onde isso deu certo, eles fizeram dessa forma. Onde a gente construiu o modelo asilar, a gente não conseguiu erradicar essa doença e muito menos controlá-la.

Digo isso porque sou médico sanitarista, sou médico de família. Morei numa região onde eu atendia como médico e como professor, no Alto Sertão paraibano. Lá houve algo muito interessante. Na cidade onde eu morava, no Alto Sertão da Paraíba, havia um antigo asilo de hansenianos. Incrivelmente, ela continua sendo a região da Paraíba com uma das maiores incidências da doença hoje. Por quê? Existem várias hipóteses. Uma das hipóteses é a de que, como a região se tornou referência para os pacientes que queriam se isolar da sociedade por conta do estigma, acabou-se criando naquela região uma alta frequência da doença, que se tornou crônica. Digamos que houve uma cronicidade epidemiológica, e, hoje, é uma doença de difícil controle naquela região.

Então, essas são questões fundamentais. Obviamente, o debate sobre a reforma da educação médica tem tudo a ver com esse aumento da capacidade da *performance* clínica dos profissionais.

Além disso, existe um espírito ético. Há um documento nosso do Ministério da Educação que norteia, desde 2012, a abertura de novos cursos de Medicina nas universidades federais. Então, existe um compromisso das políticas de educação médica na atualidade, com respostas às necessidades sociais de saúde da nossa população. Precisamos ter uma educação médica que não vire as costas para as necessidades sociais, para que se consiga enfrentar, talvez, um dos grandes desafios da atualidade, que é o tema da equidade. Esse, talvez, seja o maior desafio hoje de todos os países para se pensar em políticas de saúde. Como a gente consegue atender as diversas necessidades e enfrentar a questão da vulnerabilidade e a questão das desigualdades injustas? A produção do conhecimento ainda ser muito aquém do que é a necessidade do ponto de vista das doenças negligenciadas é um forte demonstrativo de iniquidade, de uma forte desigualdade injusta. A população já enfrenta tantas dificuldades, tantos percalços na sua vida! Obviamente, ela enfrenta essas doenças negligenciadas, estigmatizantes, com alta repercussão do ponto de vista de morbidade, de incapacidade. E nada é feito, fica-se sem reagir e sem obter realmente uma resposta a essas doenças mais efetiva do ponto de vista científico.

Essa é uma questão importante para a nossa reflexão. Nesse sentido, a gente vem tentando construir a educação médica, o ensino médico no País, esse ponto de vista, mudando um pouco como fazer a educação médica. Hoje, queremos que os profissionais médicos tenham uma forte vivência na realidade do sistema de saúde, nos seus vários níveis de atenção, especialmente na atenção básica, na atenção primária, em que se concentram 80% dos problemas de saúde mais frequentes, para que esses profissionais, obviamente, tenham uma capacidade muito maior para lidar com a realidade daqueles pacientes que serão tratados.

Vejam bem: eu me formei há pouco menos de dez anos e fui trabalhar na região do Alto Sertão da Paraíba, com altíssima frequência de hanseníase. Vejam bem: entre casos novos, entre casos e tratamentos, entre pacientes com sequelas, ou seja, com reações hansênicas – existe também todo um cuidado no tratamento –, eu atendia mais de 30 pacientes numa área em que havia quatro mil pessoas. Isso é muita coisa! Para quem não é da área, devo dizer que isso é muita coisa do ponto de vista epidemiológico. Em toda a minha graduação, vi um caso de hanseníase, por mais que eu tenha estudado os livros sobre essa doença.

Obviamente, o ensino médico foi feito tradicionalmente com base nos hospitais terciários e quaternários. Fazer o ensino médico meramente nos hospitais que agregam alta densidade tecnológica, onde é muito mais fácil eu ver, muitas vezes, um transplante cardíaco do que eu ver um paciente com hanseníase, vai criando

distorções ao longo do tempo, inclusive no raciocínio clínico dos profissionais. Os profissionais acabam vendo um paciente com hanseníase, com vários daqueles sinais que foram muito bem trazidos aqui pela Drª Leontina, mas não conseguem enxergar que aquilo pode ser hanseníase.

Eles veem várias outras coisas que, obviamente, não têm uma alta frequência epidemiológica em algumas populações, mas ficam com o olhar voltado para a questão das doenças, que chegam aos níveis terciário e quaternário, e não conseguem ter um olhar mais abrangente para a prática médica.

Então, fazer a prática médica baseada na integração Ensino-Serviço-Comunidade é hoje um paradigma importante em relação ao que viemos conduzindo na reforma da educação médica no País.

As diretrizes curriculares nacionais de 2014, atuais, trabalham estas três áreas do conhecimento: atenção, gestão e educação. Elas têm de se dar de forma equilibrada para a formação dos profissionais médicos.

É importante que cada um desses eixos, que estão hoje dentro das nossas diretrizes curriculares nacionais, tenham um forte apontamento lançado, do ponto de vista de lidarem com questões como estas: como identificar questões que envolvem a diversidade de ordem biológica, subjetiva, ética, racial, socioeconômica, cultural; como conseguir ter essa capacidade contextualizante para a prática médica.

(Soa a campainha.)

O SR. VINÍCIUS XIMENES – Envolve o debate, do ponto de vista de como pensar em se envolver com as políticas públicas e poder participar delas, no sentido da priorização daqueles problemas sociais que demandam maior impacto, do ponto de vista das políticas públicas e, obviamente, da educação e saúde; trabalhar com os profissionais aquilo que chamamos de "apender ao longo de toda a vida", inclusive para que ele tenha essa capacidade de renovar o seu conhecimento e de se renovar diante, talvez, de desafios como esse que eu trouxe. Um profissional que vem de uma realidade em que hanseníase era algo muito pouco visível, vai trabalhar com realidades cujo impacto epidemiológico é importante.

Acho que, do ponto de vista do enfrentamento dessas doenças, nós temos questões que envolvem a produção do conhecimento e o impacto maior das políticas de promoção à saúde, de prevenção. Aí existe uma série de variáveis que envolvem a competência dos profissionais de saúde de trabalharem nesses aspectos da promoção e da prevenção da saúde; e, ao mesmo tempo, o resgate de uma clínica de qualidade, de excelência, que consiga agregar um conjunto de competências para podermos fazer essa prática de saúde acessível, longitudinal e comprometida com a questão da equidade.

É isso que eu queria trazer.

Fico à disposição para dúvidas e para o debate em relação a esse conjunto de mudanças.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Agora, com a palavra o Dr. Sigisfredo Brenelli.

O SR. SIGISFREDO LUIS BRENELLI – Bom dia a todos. Agradeço, em nome do Senador, a oportunidade.

Represento, aqui, as escolas médicas do País, e é muito importante este espaço para podermos falar e discutir, porque, sempre que se fala de alguma coisa, vai na questão da formação do médico. E formar médico, como formar qualquer outro profissional, não é uma coisa tão simples assim. Precisamos de recursos humanos, de recursos materiais, de cenários, de aprendizagem.

O Dr. Vinícius fala da questão do terciário e quaternário, mas das 266 faculdades que funcionam hoje, nem 140 estão em hospitais terciários, e muitos deles estão bastante ruins de situação. Nem dá mais para ter aluno.

Então, não acho que o problema maior seja esse. Acho que o maior problema é que não conseguimos discutir, realmente, a questão de uma política de formação de recursos humanos para a saúde. Nós avançamos, temos avançado. Criamos o Mais Médicos. Acho que agora temos de evoluir para "mais saúde", e essa discussão precisa ser mais ampliada pela sociedade.

A formação do profissional tem que ser boa para poder ensinar, ter espaço, ter gente que ensine.

Fizemos uma diretriz curricular que agora é lei, que a escola não entende direito e de que a sociedade organizada nem participou. Quer dizer, nós queremos ampliar a discussão de como vamos formar médicos, nós queremos que a sociedade vá para as instituições formadoras e diga: "Olha, você tem que ensinar isto porque é disto que eu, consumidor, preciso". Mas nem essa nova diretriz curricular, que é uma lei que está imposta para as novas escolas seguirem em curto prazo, nós conseguimos discutir. E sentimos falta de outros atores nessa discussão. Na escola médica mesmo, poucos tivemos espaço para a discussão, para a nova definição das diretrizes. Embora sejam muito boas, elas são complexas, são difíceis.

Está na hora de a sociedade participar da discussão, e acho que este é um espaço importante. Em nome das escolas, venho pedir que comecemos a discutir seriamente no País uma política de formação de recursos humanos. Ou haverá sempre o problema de que se não estamos formando direito, os gastos com saúde e com

educação permanente serão cada vez maiores. Se não há dinheiro nem para formar direito, onde vamos arrumar mais recursos para a educação permanente a fim de alcançarmos o nível de saúde de que a população precisa?

Quando se fala em doença negligenciada, creio que também está na hora de mudarmos isso. Há todas as doenças negligenciadas e mais uma série de outras doenças. Por exemplo, por que nunca falamos do alcoolismo, que mata mais de 7 milhões de brasileiros e não se faz nada a esse respeito? Com relação ao *crack*, houve um tempo em que se tentou fazer uma política pública, mas o assunto ficou perdido no meio das discussões e dos problemas que temos. Eu tenho 34 anos de trabalho no serviço público. Preocupa-me ver que 90% das enfermarias dos hospitais públicos estão cheias, direta ou indiretamente, por pacientes com sequelas do álcool. E nós não falamos nada sobre o álcool. Ou seja, é negligenciado.

Nós temos que redefinir algumas coisas, ou ficaremos sempre falando a mesma coisa, Senador, e pouco iremos para frente, não vamos evoluir. Precisamos começar a empoderar algumas outras profissões com relação aos diagnósticos.

Por exemplo, só o médico pode fazer o diagnóstico de hanseníase? Esse é um problema em que ainda estamos em um nível do século XIX, um país que é a sexta economia mundial. Se esperarmos formar a quantidade de médicos que vamos formar daqui para frente e que eles saibam diagnosticar, não vai dar tempo. Nós vamos chegar no século XXII com estatísticas ainda do século XIX.

Outro problema que eu acho que é negligenciado é a violência urbana. De acordo com a Abem, apenas 9% das faculdades de Medicina hoje oferecem estágios formais sobre como lidar com a violência, e é com isso que o recém-formado vai trabalhar. Então, a população está correndo risco, pois a terceira causa de morte é a violência urbana. E quem é que vai cuidar dessa violência? Um aluno que não aprendeu nada na graduação?

O que havia no meu convite era o seguinte: como o Senado brasileiro, como esta Comissão pode ajudar na formação dos profissionais. O que eu quero pedir é que haja um espaço para discutir, para que o País comece a pensar realmente numa política de Estado de formação de recursos humanos na saúde, que vai muito além do que nós demos conta de fazer até agora. Fizemos bastante, temos feito, mas acho que está na hora de irmos além para resolver esses problemas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Muito obrigado, Dr. Sigisfredo.

Agora, com a palavra o Dr. Henrique Batista e Silva, representante do Conselho Federal de Medicina.

O SR. HENRIQUE BATISTA E SILVA – Em primeiro lugar, quero agradecer ao Senador José Medeiros o honroso convite para estar aqui representando o Conselho Federal de Medicina. Quero também saudar todos os presentes aqui, autoridades e pessoas interessadas neste rico debate, assim como os componentes da Mesa: a Profª Leontina, o Prof. Brenelli, o Dr. Vinícius Ximenes e o Dr. Alexandre Figueiredo.

O Conselho Federal de Medicina é uma autarquia que se destina, por legalidade, conforme a Lei nº 3.268, à fiscalização e à normatização do exercício da Medicina. No seu percurso histórico, desde 1957, tem passado por algumas fases mais predominantes, como a fase cartorial, a fase de fiscalização, a fase de julgamento. Ultimamente temos reconhecido o Conselho Federal de Medicina como interlocutor importante nessas questões como essa de debate de políticas de saúde. Daí a importância desse tema. Quero mais uma vez salientar e agradecer a presença aqui.

As apresentações anteriores facilitaram a minha fala e vou me concentrar em dois problemas que acredito sejam muito importantes para que a gente possa pensar na formação, aprofundando o tema como esse das doenças negligenciáveis: a questão do conflito entre a Medicina e a indústria farmacêutica, que já foi falada pelo Prof. Vinícius, como também a questão da assistência às doenças negligenciadas e a indústria farmacêutica. Eu quero passar alguns eslaides nesse sentido.

É claro que as doenças negligenciadas recebem baixa prioridade da assistência no Brasil porque apresentam baixa mortalidade, têm alta prevalência, incidência, mas a mortalidade é muito baixa. E, naturalmente, ocorrem principalmente em regiões pobres não só do Brasil, mas em todos os países tropicais, de modo geral, e alcançam uma grande parte da população mundial. Elas atingem em torno de 2,7 milhões de pessoas que vivem com menos de dois dólares por dia. Evidentemente, já foi aqui salientado que não é somente uma doença da pobreza, atinge também pessoas de uma faixa salarial maior. Mas não há dúvida de que é necessário a gente chamar atenção para essa questão da pobreza e das doenças negligenciáveis. Isto está em um trabalho divulgado em 2010.

Na análise e no aprofundamento dessa questão há limitação da análise epidemiológica, porque são dados muitas vezes não confiáveis. Temos uma subnotificação dessas doenças; temos também um sub-registro, porque são doenças que alcançam pessoas que têm pouco acesso ao serviço de saúde, que também não têm

uma boa instrução. Isso passa pela questão de educação e saúde, pois a nossa população não tem educação suficiente.

Nós vivemos num País em que há por volta de 35 milhões de pessoas analfabetas, que não sabem ler ou que não sabem escrever o seu nome. Isso é um fato notório grave para enfrentarmos essa questão de saúde. A educação também é um fato importante nessa questão da política de saúde. Muitos casos também não são diagnosticados, seja porque na formação médica existe uma inapetência para essas questões, seja porque o próprio médico não é suscitado, sensibilizado para fazer esses diagnósticos a tempo. É uma questão bastante ampla, mas, de certo modo, a gente tem que reconhecer essas limitações que ocorrem em relação às doenças negligenciadas.

Outra questão é o financiamento. São fármacos, drogas, princípio ativos que não apresentam retorno financeiro para a indústria farmacêutica. Não há uma inovação nesses medicamentos, nessas drogas; são substâncias usadas há mais de 50 anos. Portanto, ainda há muitos efeitos colaterais prejudiciais, não há uma evolução de novas moléculas que possam ser mais eficientes e mais eficazes no tratamento dessas doenças, porque não há interesse, claro, da indústria farmacêutica para essa pesquisa, não há interesse lucrativo. Evidentemente, temos um fato: esse conflito da ação da indústria farmacêutica com relação a desenvolver pesquisas que possam trazer novas drogas que melhorem ou curem as pessoas com essas doenças.

É preciso lembrar, no campo da ética e da moralidade, que não é próprio da coragem gerar dinheiro, mas, sim, da ousadia; nem é próprio da arte militar e da Medicina gerar dinheiro, mas, sim, a Medicina gerar saúde e a arte militar gerar vitórias. Esse é um fato que devemos encarar nessas questões que são concretas, mas que não deixam de ter um aspecto axiológico envolvido.

A disputa entre o interesse próprio e o altruísmo está no coração da moralidade. É inequívoco que nós não podemos discutir assuntos desse tipo, dessa profundidade sem levar em conta os valores e os direitos humanos. É por isso que nós estamos aqui nesta instância, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para discutir aspectos concretos que possam ter eficiência, mas é evidente que temos que levar sempre pelo lado da moralidade e dos aspectos éticos. É isso que nós, no Conselho Federal de Medicina, exercitamos no nosso dia a dia.

Não há dúvida de que estamos vivendo uma sociedade contemporânea, e é inequívoca também a questão da globalização. Hoje nós vivemos numa sociedade cujo fundamento básico econômico é o capitalismo. Nesse sentido é que se insere a indústria e o comércio de modo geral, com seus objetivos naturais de obter lucro nas suas atividades do dia a dia. Assim, as circunstâncias que nós temos é que a economia que nós vivemos é a economia de mercado capitalista. Essa é uma realidade. Esse é o mercado que vigora no mundo inteiro.

Há, naturalmente, uma disputa comercial intensa em todos os setores, com aumento dos custos pela questão de se desenvolverem produtos cada vez melhores. Na divulgação desses produtos, 30% do gasto com essas novas aquisições científicas e tecnológicas é feita no *marketing*, como propaganda, em que se usam técnicas e modos de estratégia de vendas cada vez mais intensos e competitivos. E a indústria farmacêutica tem uma participação muito importante na Medicina ao financiar congressos ou ao trazer benefícios pessoais para os médicos. Essa é uma questão do conflito para o qual eu chamei a atenção no início da minha fala e que interfere na prescrição e na conduta médica em todos os campos, tanto na Medicina privada, quanto na Medicina pública.

Contudo, não é preciso demonizarmos essa questão da indústria farmacêutica. Isso eu trago para lembrar que a indústria farmacêutica também pode ser considerada como um querubim ou um serafim, ou seja, é um anjo também que traz suas consequências. Nós sabemos que muitas e muitas das drogas eficazes que temos hoje foram decorrentes de um processo lento e oneroso de pesquisa na área da indústria farmacêutica. Hoje a mortalidade diminuiu, a longevidade do homem brasileiro aumentou muito nesses 25 anos, 30 anos – a expectativa de vida aumentou de 49 anos para 70 anos. Isso é uma conquista insofismável da indústria, que se dá porque ela pesquisa novas droga; por isso, ela detém o monopólio da pesquisa e ela financia a pesquisa dentro daquele diapasão de que deve receber um retorno financeiro.

Com isso, nós vivemos uma era também do imperialismo científico. Em todas as áreas – na Medicina, na formação do médico, no exercício da Medicina como um todo –, há de se reconhecer que existe um imperialismo científico e que norteia as nossas ações. Essa é uma evidência que não pode ser esquecida ou vilipendiada.

A indústria farmacêutica, no mercado mundial, trabalha com cerca de US$300 bilhões/ano. No Brasil, as multinacionais respondem por 80% de participação nesse comércio, e a indústria nacional, 20%. Vejam como é discrepante a diferença entre a indústria estrangeira e a indústria nacional.

São 500 laboratórios, e diziam que nós ocupávamos a sétima. Parece que agora estamos na oitava ou na nona, em razão das dificuldades financeiras e econômicas que estamos vivendo, nos últimos anos, no mercado financeiro mundial.

Há uma mobilização de recursos em torno de US$10 bilhões por ano. É uma quantia grande, é uma quantia reconhecida com que nos defrontamos no dia a dia. A previsão dos fabricantes de remédios aqui, no Brasil, é de que esse setor venha a crescer de 7% a 10% ao ano. Também não sei se esta previsão vai se fazer presente.

Nós temos um conflito que precisa ser resolvido. Para isso, trazemos a questão do debate, do diálogo, da aproximação dos diversos atores que fazem parte dessa questão, que são as doenças negligenciadas. Então, há um caráter social relevante. É insofismável que há um caráter social e cultural importante, mas é preciso que levemos em conta que a promoção política é fundamental e é por isso, mais uma vez, que eu elogio este debate aqui patrocinado pela Comissão de Direitos Humanos.

A assistência à saúde não pode nem deve ser comparada a uma mercadoria. Esta é a questão: a saúde não pode ser considerada um objeto a ser comprado, nem em troca de um recurso, de um lucro, somente nesse aspecto. Precisamos levar isso em conta, porque a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos assim estabelece no seu art. 3º.

O que temos de fazer diante dessa situação? Isso foi colocado aqui e chama a atenção de nós todos para que precisamos enfrentar isso como um grande desafio que afeta o Poder Público, aqui representado, e as organizações da sociedade civil. É necessário procurarmos um consenso, uma aproximação entre essas duas áreas do conhecimento humano, para que avancemos nessa questão das doenças negligenciadas, tão deletéria, tão irracional, de tantos flagelos.

Voltando aqui ao Código de Ética, como nós enfocamos essa questão? Como norteamos os médicos para se comportarem? Nós temos 25 princípios fundamentais. O primeiro é que a Medicina é uma profissão a serviço da saúde do ser humano e da coletividade – e esse assunto aqui interessa ao ser humano e à coletividade – e será exercida com autonomia, sem nenhum tipo de discriminação por nenhum tipo de doença, de gênero, de condição social. O médico deve ter seu enfoque dessa maneira.

O outro é o seguinte: o alvo de toda a atenção do médico é a saúde do ser humano, em benefício do qual deverá agir com o máximo de zelo e o melhor da sua capacidade profissional. É isso que está no nosso Código de Ética, é isso que nós diuturnamente discutimos com os nossos 400 mil médicos que exercem a profissão no País.

Outro princípio fundamental importante para esta discussão é que o trabalho do médico não pode ser explorado por terceiros com objetivo de lucro, finalidade política ou religiosa. O trabalho tem que ser feito voltado unicamente para a saúde do ser humano.

Como nós, então, enfrentamos essa questão do conflito com a indústria farmacêutica, que é um problema muito sério? O médico empenhar-se-á em melhorar os padrões dos serviços médicos e assumir sua responsabilidade em relação à saúde pública, à educação sanitária e à legislação referente à saúde. Assim, nós obedecemos às leis vigentes no País, sempre enfocando a responsabilidade do médico como um ser que pode modificar as condições de vida para o bem-estar da população.

Isso tudo é feito levando em consideração a responsabilidade individual do médico e a coletiva. O médico enfoca essas duas questões de maneira gêmea. Cada vez mais há a nossa sensibilidade com relação a humanidades em Medicina, humanidades médicas, não só a questão da humanização como um processo de atendimento, mas também elevando a sensibilidade do médico e até buscando em outras disciplinas, como as artes de um modo geral, a sensibilidade para o ser humano, para a pessoa que está sendo atendida pelo médico. Esse é um ponto que fizemos questão de enfatizar no último fórum que nós tivemos sobre humanidades e Medicina.

Aí levantamos os princípios norteadores da bioética moderna, como o respeito à vida, a autonomia tanto do médico quanto do paciente... Hoje o médico deixou de ser um elemento apenas norteador numa relação assimétrica com o paciente. O paciente tem que ser ouvido. Tem que ser explicado, tem que ser dito o que vai ser feito, dentro de uma autonomia respeitosa, numa relação em que cada vez mais se busca a simetria, evidentemente, numa ação que seja benéfica e que não traga danos ao paciente.

Já foi muito bem colocada pelo meu antecessor a questão da justiça, principalmente da equidade. Esses são determinantes sociais de saúde em populações excluídas, com alto grau de vulnerabilidade social. Esse é um fato claro nessas questões que estamos discutindo, de doenças tropicais, pouco valorizadas pela assistência médica no Brasil.

Esse é um trabalho do IPEA que eu fiz questão de salientar. Ele faz um estudo da epidemiologia das doenças negligenciadas no Brasil e também um levantamento dos gastos federais com medicamentos. Foi um texto que eles apresentaram para a discussão.

Na análise epidemiológica, eles salientaram muito bem estas cinco doenças: tuberculose, malária, hanseníase, leishmaniose e doença de Chagas. Fazem um estudo aprofundado. Isso foi feito em 2010. Não sei se existe outro documento que trata desse assunto, mas considerei extremamente importante trazê-lo para os senhores.

Algo que ficou muito claro, como ele disse, é que no Brasil os gastos do Ministério da Saúde com medicamentos para os programas de assistência farmacêutica das doenças que nós estamos aqui considerando são pequenos em relação aos gastos com outros programas. Eles verificam que outros programas do Ministério da Saúde têm maior valorização do que esse das doenças negligenciadas.

Isso talvez ocorra porque os medicamentos ainda têm ação patentária ou então porque sejam muito baratos. Enfim, não há, de maneira alguma, interesse das indústrias. É mais outro conflito que fica evidente, assim como a escala de fornecimento e tudo o mais.

O Brasil é um dos países em desenvolvimento que mais investem recursos em estudos de novas formas de tratamento para essas doenças. É claro que o esforço ainda é muito grande.

Nos últimos 12 anos, apesar dos poucos recursos que são destinados à área da saúde, em pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Medicina, corroborada por um estudo do Tribunal de Contas da União, nós verificamos que algo em torno de R$171 bilhões deixaram de ser aplicados nas ações de saúde. Mesmo com pouco dinheiro, uma quantia considerável, de R$171 bilhões, deixou de ser aplicada, talvez por falta de algum tipo de projeto. Enfim, alguma coisa não ficou muito clara. De qualquer maneira constatamos essa grande falha no financiamento da assistência de saúde no País.

Nós temos como estratégia que o Estado – porque a responsabilidade sobre essas questões é do Estado – e o Governo, como executor, devem atentar bem para isso, mas é preciso mais uma vez salientar a participação necessária e efetiva de entidades representativas da sociedade.

São estratégias que englobam ações integradas de prevenção e controle, evidentemente trazendo à discussão o incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento de medicamentos para doenças negligenciadas que merecem destaque, como foram as cinco salientadas aqui. Sem esse tipo de investimento em pesquisa e em desenvolvimento, nós vamos continuar com uma deficiência enorme nas questões relativas à prestação de serviço à população brasileira.

Eu destaco alguns programas aqui no livro das atividades governamentais, como o Programa Especial para Pesquisa e Treinamento em Doenças Tropicais e a iniciativa de medicamentos para doenças negligenciadas. Quero destacar bem esta iniciativa, DNDi, organização não governamental que foi criada em 2003, por ação dos Médicos Sem Fronteiras, e recebeu uma vultosa quantia por ter recebido o Prêmio Nobel em 1999, decidindo criar essa organização que tem várias associações, inclusive com entidades públicas brasileiras, como é o caso da Fiocruz e do Lafepe, que é um laboratório de Pernambuco.

São duas entidades nacionais que têm colaborado bastante nas pesquisas. Já foram desenvolvidos, parece-me, seis novos medicamentos, principalmente para o tratamento da malária e da tuberculose. Outra coisa que chama muito a atenção é o fato de que as Parcerias Público-Privadas devem também ser incentivadas, como no caso do combate à malária e à tuberculose. São parcerias muito importantes.

Também há o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento em Doenças Negligenciadas no Brasil, a Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde e as PPPs para a pesquisa e o desenvolvimento de novas drogas no combate a novas doenças.

Chamo a atenção para uma estratégia muito importante, que é o Programa Saúde da Família, porque esse Programa tem características muito favoráveis nessa questão das doenças negligenciadas, como o atendimento integral e a promoção da saúde. Ele tem uma abordagem territorial e ambiental muito boa e conta com uma equipe multiprofissional. Então, o diagnóstico não deve somente ser feito pelo médico. Hoje, o médico trabalha em equipe. Cada vez mais, é importante trabalhar em equipe.

Nesse sentido, a gente diz que a Medicina tem uma vinculação muito grande com a técnico ciência, sem dúvida. Mas a gente está procurando resolver isso. A gente procurou resolver isso da seguinte maneira. Há uma frase que achei muito forte e que diz que "a indústria farmacêutica possui os médicos e dita o curso da educação, da pesquisa e, em última análise, da prática da Medicina em níveis previamente inimagináveis". Esse é um trabalho feito por Sarmiento em 2001.

Então, entendemos o seguinte: no nosso capítulo sobre ensino e pesquisa médica, há o art. 104, que diz que é vedado ao médico "deixar de manter independência profissional e científica em relação a financiadores de pesquisa médica, satisfazendo interesse comercial ou obtendo vantagens pessoais". Então, no campo da pesquisa, na área da saúde pública, a gente também tem de caminhar no sentido de uma independência para nortear o que devemos pesquisar.

Em 2011, criamos um protocolo firmado entre a Interfarma, que é uma associação de indústrias farmacêuticas estrangeiras, a Associação Médica Brasileira, a Sociedade Brasileira de Cardiologia e o Conselho Federal de Medicina. Nós criamos esse protocolo de regras de boas práticas exatamente para diminuir o conflito que existe entre a indústria farmacêutica e o médico, buscando a autonomia do médico e uma base de relacionamento, com a troca de informações bem consensuais na assistência médica, que sejam transparentes, admitidas de

forma não disfarçada. Com isso, temos uma grande vantagem: os médicos melhoram o relacionamento com a indústria farmacêutica, que tem uma importância muito clara; a indústria proporciona mais credibilidade e transparência; e a sociedade vem a lucrar, pois passa a entender melhor a eficácia e a eficiência da prescrição, fortalecendo a relação entre o médico e o paciente.

Sobre a hanseníase, em 2005, nós divulgamos a Resolução nº 1.780, que dispõe sobre a responsabilidade ética das instituições e dos profissionais médicos na prevenção, no diagnóstico e no tratamento dos portadores de hanseníase, Professora.

(Soa a campainha.)

O SR. HENRIQUE BATISTA E SILVA – É dito:

Art. 1º. O atendimento profissional a pacientes portadores de hanseníase é imperativo moral da profissão médica, e nenhum médico pode recusá-lo ou deixar de participar [...].

Parágrafo único. Tal imperativo é extensivo às instituições médico-assistenciais de qualquer natureza, pública ou privada.

Encerrando minha participação, quero destacar que, no Conselho Federal de Medicina, nós dispomos de 14 comissões, de 35 câmaras técnicas e de 34 participações em câmaras técnicas externas, no Ministério da Saúde e em outras entidades públicas e privadas.

Quero destacar as comissões, pois nós trabalhamos bem esse assunto: a Comissão de Ensino Médico, onde fizemos recentemente um fórum com a Abem, exatamente aprofundando a questão da Lei nº 12.871, na questão do ensino; a Comissão de Bioética; a Comissão de Direito Médico; a Comissão de Humanidades Médicas, importante para essa questão; a Comissão de Ações Sociais – para o seu plenário esse assunto poderá ser levado –; e a Comissão do ProSUS. Entendemos que o Sistema Único de Saúde é fundamental para a saúde do povo brasileiro e para todos nós como conquista social.

Assim, quero agradecer aos senhores a nossa participação e colocar à disposição o Conselho Federal de Medicina. Agradeço por esta honrosa presença aqui, neste debate.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Agradeço as palavras do Dr. Henrique.

Quero registrar a presença do Dr. Eduardo Queiroz, da Fundação Maria Cecília, que está nos visitando e muito nos honra com sua presença.

Temos agora que encerrar a reunião, devido à reunião do Colégio de Líderes, mas ainda quero passar a palavra à D. Marly, que está nos visitando, e ao Dr. Eglif, que quer ter a palavra também.

Passo a palavra à D. Marly para suas considerações.

A SRª MARLY ARAÚJO – Bom dia. Sou paciente de hanseníase, fui tratada em 2000. Uma das coisas que eu gostaria de colocar para a escola médica, para o Conselho Federal de Medicina é que até hoje os médicos se recusam a atender pacientes de hanseníase. Eles o atendem, quando fazem o diagnóstico: "Não quero mais ser seu médico" ou "Não vou mais ser seu dentista" e por aí vai.

Quanto ao isolamento que foi falado aqui, eu brinco sempre que o preconceito contra a hanseníase vem na hora errada, vem na hora em que a gente está tratando, em que a gente deixou de transmitir. A pessoa viveu com a gente dez, vinte anos enquanto a gente era transmissor, quando a gente para... Uma das coisas que acho que está na hora de a gente começar a pensar é no tipo de proteção para as pessoas que estão adoecendo hoje. Uma proteção de assistência completa, porque as pessoas ficam incapacitadas para o trabalho, as sequelas de hanseníase não são consideradas deficiência, você consegue um emprego, mas o seu diagnóstico não entra como deficiência, e você não consegue recolocar essas pessoas no mercado de trabalho. Uma coisa que quero deixar para o Senado Federal e para as pessoas pensarem: as sequelas de hanseníase podem não ser aparentes, mas são incapacitantes. No meu caso, perdi a força. Como eu, muitas empregadas domésticas. Como é que você vai contratar uma pessoa que deixa cair tudo das suas mãos, que não torce um pano de chão? Então, a gente tem que começar a pensar numa assistência a essas pessoas.

Quanto ao diagnóstico, eu estive durante uma semana com o Dr. Marco Andrey, com uma equipe de Brasília e outra do Hospital das Clínicas de Ribeirão. Em uma semana, pelo terceiro ano consecutivo, a gente consegue diagnosticar praticamente 25% dos casos novos do Distrito Federal. Se se fizer uma campanha hoje, uma grande campanha dos sinais sintomáticos, para que os médicos fiquem alertas quanto a isso... Porque tem médico que me pergunta se hanseníase ainda existe, médico que trabalhou comigo na Secretaria de Saúde. Se isso acontecer, os 30 mil casos provavelmente pularão para cem mil. Só com uma grande campanha, com uma grande mobilização vamos conseguir, daqui a 20 anos, eliminar essa doença. Com um aumento muito grande dos casos, uma descoberta precoce de muitos casos quebra a cadeia de transmissão. Não vejo outra saída para a hanseníase.

Acho que hanseníase, tuberculose, leishmaniose, essas doenças negligenciadas e muitas outras deveriam ser matéria obrigatória em todos os cursos de Medicina, mas não em dermatologia, porque na dermatologia ele vai ver outras coisas; tinha que ser hanseníase. Quando adoeci, eu fiquei tão revoltada por passar sete anos dentro da Coordenação de Hanseníase, dentro do Departamento de Saúde Pública e ninguém fazer meu diagnóstico, que procurei o Presidente do Conselho Regional de Medicina aqui e consegui com ele publicar um artigo sobre dados, peguei no Ministério, eles escreveram um artigo muito bom. Os médicos acordaram: "Marly, ainda existe isso?" Eu digo: "Existe". Então, acho que o Conselho Federal, os Conselhos Regionais, as Escolas de Medicina, temos todos que nos juntar para informar que a hanseníase existe e que o diagnóstico, felizmente ou infelizmente, sai num exame clínico. Se o médico não vê, ele só lê, ele não vai saber fazer. O exame é clínico!

Eu tenho dois sobrinhos que se formaram – um, numa universidade particular; outro, numa universidade pública –, e os dois tiveram, durante o curso, o assunto específico da hanseníase. Todo o assunto específico de hanseníase foi abordado, durante todo o curso de Medicina, em 12 horas; duas horas por ano de curso de Medicina. Ninguém aprende hanseníase em 12 horas. As pessoas saem sem saber nada de hanseníase. E essa despesa de treinar todo mundo fica depois para o Ministério. Mesmo os treinamentos que estão acontecendo hoje no Mais Médicos e outros... Eu tenho uma amiga que foi para o treinamento de saúde no Mais Médicos e ficou horrorizada. Foram oito horinhas de aula sobre hanseníase.

Então, nós temos de começar a pensar em hanseníase, porque não há, como na tuberculose, um exame que dê "positivo" ou "negativo". O exame que vai fechar o diagnóstico é o exame clínico – a Drª Leontina me corrija.

Então, que as pessoas estudem hanseníase, para ninguém... Eu hoje brigo pelo diagnóstico da hanseníase para ninguém sofrer o que eu sofri, porque quase me convenceram de que eu era doida, e eu me aposentei com o diagnóstico de alguma doença mental, porque eu não aceitava o diagnóstico de LER – o que, de fato, não era.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Nós é que agradecemos, D. Marly.

Passamos a palavra ao Sr. Eglif, diretor de Assuntos Jurídicos da Federação Nacional dos Médicos (Fenam).

O SR. EGLIF DE NEGREIROS FILHO – Em primeiro lugar, bom dia a todos.

Senador José Medeiros, eu fui convidado pelo Senador Paulo Paim para também participar da Mesa, pela Federação Nacional dos Médicos, e trazer uma contribuição, mas quero parabenizar aqui os colegas – a Leontina, o Henrique, o Vinícius, o Sigisfredo, o Alexandre. Foi ótimo, foi maravilhoso, porque cada um foi colocando uma peça no quebra-cabeça e fechando com brilhantismo um tema que é muito preocupante para nós, médicos. Muito preocupante! Isso porque a razão nossa, de todos aí na frente, de todos aqui, a razão dos médicos é tratar os nossos pacientes. E, para tratar os nossos pacientes, os médicos têm de estar muito bem aparelhados de conhecimento e de condições de trabalho.

Senador, a Federação Nacional dos Médicos (Fenam)... Quero parabenizar também minha querida amiga ali, que expôs um espinho na carne que é verdade; a senhora está coberta de razão.

Mas, Senador José Medeiros, eu quero parabenizá-lo e ao Senador Paulo Paim pela propositura de realização da audiência; quero parabenizar todos aqui, agradecer e dizer que a Fenam (Federação Nacional dos Médicos) está à disposição sempre desta valente Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Nós é que agradecemos, Dr. Eglif.

Agora eu passo a palavra à Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu quero cumprimentá-lo pela audiência, mas, primeiro, pedir desculpa porque aqui, nesta Casa, infelizmente, as coisas acontecem ao mesmo tempo. Então, eu tive de me ausentar para votar algumas coisas em outra Comissão que precisava de quórum. Assim, eu perdi a maior parte das exposições, tanto que fiquei com perguntas. A minha pergunta a respeito da formação do médico – não só do médico, mas de todo o pessoal da área da saúde – tratava dessas questões, mas eu acho que ela já me respondeu, ela basicamente já me deu ali uma resposta, e eu acho que, se não houver na formação, não vai tratar mesmo não.

Eu estava me lembrando de que tive casos de hanseníase na minha família, pessoas bem próximas, e ninguém me pediu um exame para... Mas me pedem 500 exames. Eu até brinco com meu médico: "Eu preciso fazer esse monte de exames mesmo?" A gente passa um mês fazendo exames. Mas nunca ninguém se preocupou com essa coisa. Então, quer dizer, faz parte da formação. Acho que precisa estar na formação realmente.

A outra coisa eu queria colocar talvez como sugestão. Nós temos um Conselho Nacional de Saúde que discute as políticas; então, tinha que haver um membro desse Conselho que fosse representante desse grupo,

desse segmento das doenças negligenciadas que conseguisse pauta. Se não vai para a pauta, não é visto e não vai ser nunca tratado.

Eu fico irritada quanto tenho algumas coisas e digo para o médico: "Ah, isso não tem jeito, não. Isso eu também tenho". Sinusite por exemplo. Doutor, eu sofro muito com sinusite. "Ah, isso não tem nada, não. Isso eu também tenho". Quer dizer, há algumas coisas a que as pessoas não se dedicam a estudar. Alguém tem que se dedicar a estudar essas coisas. E o palco da discussão deve ser o Conselho Nacional de Saúde, que é quem discute as políticas públicas da área.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Passo a palavra ao Conselheiro Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), Artur Custódio Moreira.

O SR. ARTUR CUSTÓDIO MOREIRA DE SOUSA – Bom dia.

Saúdo esta Comissão por ter abordado esse tema.

Na verdade, como membro do Morhan, Coordenador Nacional do Movimento de Hanseníase, quero indicar algumas questões.

O Dr. Ximenes colocou muito bem quando disse que é uma questão de falta de equidade. As dez doenças negligenciadas neste País sofrem do problema da falta de equidade. Talvez o mais importante para o Senado se debruçar nessa questão seja tentar diminuir esse vácuo que existe entre as doenças negligenciadas e as políticas que têm de ser desenvolvidas. Só para citar um exemplo, o Brasil é o primeiro lugar do mundo em incidência da hanseníase.

A hanseníase foi colocada agora na Comissão de Direitos Humanos da ONU. A ONU lança uma resolução de direitos humanos, o Brasil é chamado a responder à comissão, e o Governo não respondeu. Somente os movimentos sociais responderam ao pedido da ONU.

Então é importante que o Senado pressione e auxilie o Ministério da Saúde na execução de algumas políticas.

Só para lembrar, foi assinado também pela AMB o apelo global contra o preconceito com relação à hanseníase. É preciso avançar nisso.

No campo da formação, o Ximenes falou muito bem sobre isso, mas quero lembrar que, por exemplo, lá em Recife, quando o Ximenes desenvolveu uma grande campanha, chamada campanha dos espelhos, entrando na questão da educação e saúde, nós descobrimos muitos casos de hanseníase. E veio no embalo, com a campanha dos espelhos, a obesidade e outras questões.

Na verdade, estamos lidando com uma doença que tem uma distribuição irregular. O Brasil, com seus mais de 30 mil casos de hanseníase, tem no Rio Grande do Sul a menor incidência. E, por ter a menor incidência, apresenta a maior quantidade de casos que chegam com sequelas no serviço de saúde, porque os médicos não estão vendo mais. E é onde está a maior concentração de escolas médicas. Porém, na formação, não se vê o paciente, não se vê a pessoa atingida pela doença.

Então, como vamos desenvolver isso? Como vamos trazer para esse profissional que está sendo formado em áreas de baixa endemia, mas que também devem ter política pública, a vigilância desses casos em relação a outros?

Por último, quero lembrar que este Congresso Nacional votou outra lei, que é a Lei do Dia Nacional de Luta Contra a Hanseníase, comemorada no mesmo Dia Mundial de Combate à Hanseníase.

Infelizmente, desde que foi votada, não houve mais campanha nacional de televisão. E digo campanha nacional de mídia. Não digo campanha de redes sociais ou campanhas localizadas. Quando nós íamos lá para o interior da Paraíba, com o Ximenes fazendo campanha de hanseníase lá, o que nós víamos? A pessoa tinha antena parabólica, que pega a rede nacional. Então não adianta fazer campanha de televisão local. Assim não se abrangem esses Municípios.

Então é importante que esta Comissão...

Como a Comissão de Direitos Humanos da ONU tem chamado para si – como uma forma de resolver essa falta de equidade com relação às doenças negligenciadas – a responsabilidade sobre a hanseníase, talvez seja importante esta Comissão de Direitos Humanos olhar para a questão da hanseníase, ampliando para a Doença de Chagas, que mata silenciosamente neste País milhares de pessoas por ano.

Então nós precisamos avançar, sim, nas políticas públicas com relação à hanseníase.

(Soa a campainha.)

O SR. ARTUR CUSTÓDIO MOREIRA DE SOUSA – O Ministério da Saúde precisa se debruçar sobre isso e talvez pensar que campanha de hanseníase tem que haver todo ano.

E o olhar da educação e da saúde talvez seja melhor e menos viciado do que o olhar do próprio programa de hanseníase. Como vocês têm a prática da gestão participativa, de chamar os movimentos sociais, de discutir, que a gente se debruce sobre isso.

E, por último, quero aconselhar que talvez este debate possa ter outra etapa, que seria chamar os movimentos sociais. É claro que nós temos um pouco mais de movimentos sociais na hanseníase, mas existem o movimento social da doença de Chagas e outros que estão nascendo e podem colaborar com esse debate.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Muito obrigado.

Dado o nosso tempo extremamente apertado, vou conceder um minuto para cada um fazer as suas considerações finais, começando pelo Dr. Brenelli.

O SR. SIGISFREDO LUIS BRENELLI – Quero lembrar que só dar curso não adianta, senhora. É preciso realmente expor a realidade para se poder enxergar, senão doze horas de aula não resolvem, nem cem horas de aula. Por isso, a questão do currículo tem que ser repensada de forma totalmente diferente e passa por aquilo que o Prof. Henrique falou, de tentar entender que na hora em que vai começar a se formar como profissional da saúde, você tem que ter um compromisso com a saúde, que é muito mais do que um compromisso biológico ou individual, é social.

O SR. ALEXANDRE MEDEIROS DE FIGUEIREDO – Bom, agradeço novamente a oportunidade para participação. Coloco que nós estamos à disposição no Ministério da Saúde para continuar o debate. Aproveito para convidar a Marly e o Artur para que possamos discutir sob a perspectiva de quem sofre efetivamente, como montamos as nossas capacitações. Queremos discutir junto com o Conselho Federal de Medicina, com as universidades, com a Fenam, com o Senado, e queremos especialmente entender o que não funciona. Talvez a D. Marly e o Artur tenham colocado aqui de forma muito brilhante o que precisamos melhorar nas nossas qualificações, nos nossos processos de trabalho.

Então, é uma perspectiva nova que estamos desenvolvendo no Ministério da Saúde – na SGTES, especificamente –, que é exatamente escutar grupos de usuários de uma determinada patologia para pensarmos como se consegue construir o cuidado, porque não é apenas a prescrição, é como eu chego, como eu comunico. Vários aspectos que a senhora trouxe, D. Marly, são importantes para a formação, e eles têm que estar presentes em qualquer formação que formos fazer.

E queremos convidá-los – eu sou Conselheiro Nacional de Saúde – para que nos encontremos no Conselho Nacional de Saúde. Temos o Morhan, há representantes lá. Nós estamos à disposição. Quero colocar para a Senadora Regina que levarei ao Conselho Nacional de Saúde esta discussão, já que sou Conselheiro, e levar para o CFM. Agradeço a participação. Acho que foi uma participação muito interessante e estamos sempre abertos para o debate profícuo, que leve à melhoria da saúde pública brasileira. É isso que nós desejamos.

Obrigado.

A SRª LEONTINA DA CONCEIÇÃO MARGARIDO – Mais uma vez, eu quero parabenizar V. Exª por uma iniciativa de tamanha importância para o nosso País.

Eu gostaria muito de insistir para que haja um aumento da educação, do treinamento teórico e prático sobre as nossas grandes endemias brasileiras, hoje chamadas "negligenciadas", incluindo a moléstia de Hansen, milenarmente estigmatizada e marginalizada. Jesus foi o primeiro que historicamente incluiu os leprosos da época e a mulher, que eram considerados fora da sociedade.

Então, uma maneira de incluir, tratar e eliminar um problema de saúde pública é melhorar a educação, aumentar as doses de BCG e ensinar a todos os graduandos as manifestações iniciais, precoces, e o uso da estamina, que é barato, prático, e em dois minutos a gente diferencia o início dessa moléstia, impedindo a evolução e evitando que a gente continue tendo um grande número de casos contagiantes no nosso País.

Sr. Senador, mais uma vez, que Deus o abençoe, e que nós consigamos melhorar esse grave problema no nosso País. Parabéns!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Eu que agradeço. Começou a reunião do Colégio de Líderes. Eu vou passar a Presidência para a Senadora Regina, que vai encerrar, e desde já agradeço a todos os participantes por este belíssimo debate de extrema importância para a sociedade brasileira, principalmente para o meu Estado de Mato Grosso.

Os números colocados aqui são bastante preocupantes, porque nós estamos ali – eu ouvi aqui o termo – numa hiperendemia. Na verdade, não é nem uma epidemia.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone*.) – Hiperendemia

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Então, nós estamos com esse desafio no Estado de Mato Grosso é muito maior do que no restante do País. Como Mato Grosso é um Estado que está em pleno desenvolvimento, lá nós estamos assim numa espécie de fartura de tudo: fartura de

grãos, fartura de minérios, mas também fartura de faltar tudo. Então, a gente precisa muito desse aporte do Governo Federal, do Ministério, para que o Estado possa sair desse *ranking*.

Vou passar a palavra para o Dr. Henrique.

O SR. HENRIQUE BATISTA E SILVA – Obrigado, Senador José Medeiros.

Eu tenho mais uma vez a oportunidade de agradecer por estar presente neste debate, ressaltando a importância do tema. Esse é um tema que alcança todos nós. Quero dizer o seguinte: quando terminamos uma reunião desse tipo, acredito que nós, os componentes da Mesa, todos aqui, mas principalmente os componentes da Mesa, porque representam instituições públicas, têm um compromisso. Acho que cada um de nós tem um compromisso aqui, tanto o Dr. Alexandre Figueiredo, do Ministério da Saúde, o Ministro Ximenes, do Ministério da Educação, quanto nós outros, o Prof. Brenelli, da Abem, e a Profª Leontina.

No meu caso, Dª Marly, acredito que essa questão de os médicos recusarem a atender os pacientes não está exatamente dentro do norteamento nem dentro da normatização da nossa profissão, como foi mostrado aí. A senhora viu a nossa Resolução nº 1.780, que trata desse tema, ou seja, o médico é obrigado moralmente a atender. Mas eu quero chamar a atenção para o fato de que não basta a gente falar. É preciso que a gente saia daqui com alguma coisa de concreto para poder fazer a coisa funcionar. Senão, a gente fica falando, falando, divagando e não sai do lugar.

Todos nós aqui temos um compromisso. Eu me comprometo a levar ao plenário do Conselho Federal de Medicina uma proposta. Acho que cabe criar uma instância, uma comissão que trate de um problema tão sério quanto este de doenças negligenciadas. Eu acredito que a gente poderia já aqui ter os representantes, inclusive também uma representação do coletivo da sociedade para fazer parte disso. Assim, a gente poderá universalizar essa questão para os conselhos regionais e também para as faculdades de Medicina.

A gente está trabalhando muito agora em consonância com a Abem, porque nosso interesse é melhorar o ensino médico. Temos críticas com relação a uma quantidade muito grande de faculdades de Medicina que estão sendo abertas no Brasil. São mais de 266. Acho que já passaram da conta. Mas a gente tem que fazer uma crítica construtiva, com o respeito que as instituições merecem, num Estado de direito democrático como é o Brasil.

Então, mais uma vez agradeço a todos.

O SR. VINÍCIUS XIMENES – Bom, primeiramente agradecer a oportunidade. Acho que o debate é muito rico. A própria rodada de comentários já trouxe vários temas para a gente – o Brenelli. Esse é um debate importante, porque não se trata somente dos médicos, pois o profissional de enfermagem é fundamental no processo de diagnóstico e acompanhamento do paciente; também a fisioterapia é importante no que diz respeito à reabilitação. Então, há uma série de discussões que envolvem toda a formação na área da saúde.

O Dr. Henrique fez um debate que envolve a formação, a Justiça e a equidade, que são fundamentais para a modernização da ética e bioética no Brasil.

O Dr. Alexandre Medeiros fez um debate sobre a educação permanente, que é também fundamental, porque muitas vezes um médico que se formou em determinada região do Rio Grande do Sul, por exemplo, não vai ter pacientes com hanseníase. Mas como esse paciente aprende a aprender ao longo de toda a vida... Se ele vai morar no interior da Paraíba, que consiga ter conhecimento acessível e possa adquirir competência para garantir um melhor acompanhamento desses pacientes.

A Dª Marly trouxe uma questão muito importante, que é o debate da seguridade como um todo. Ou seja, além do debate do diagnóstico com os pacientes, há também todo o cuidado integral do paciente. O debate da seguridade tem que vir para o centro dessa roda.

A Senadora Regina discutiu a questão dos exames. Acho que ela foi muito feliz, porque hoje existe uma indústria dessa coisa do *check-up* e, muitas vezes, não há um método clínico centrado na pessoa, para entender a necessidade daquela pessoa, a dimensão familiar dela.

Um paciente comunicante de uma família que tem hanseníase merece fazer o bloqueio vacinal preventivo e, em alguns casos, fazer o exame dermatoneurológico, quando há manchas, sinais, achados.

Artur, você com esse cabelo grande está diferente, amigo; eu não estava reconhecendo. Acho que é uma questão muito importante. Eu, como médico, aprendi muito com o Morhan. Uma coisa que nós temos buscado trabalhar com a questão médica atual, Senador – para fechar a minha fala –, é: aprender junto com os movimentos sociais – isso é uma questão fundamental.

A questão da hanseníase envolve o debate do autocuidado. As pessoas estão, no nosso mundo, perdendo a consciência corporal. A pessoa não consegue ver o próprio corpo, identificar um sinal ou sintoma, porque ela não tem um espelho em casa. E o Morhan é o movimento que eu acho que traz uma contribuição fundamental para a gente aprender, junto com a sociedade, como se cuidar e resgatar uma dimensão cuidadora da vida.

Muito obrigado pela oportunidade!

Nós do Ministério da Educação estamos totalmente abertos para que o Senado, os movimentos sociais, as instituições de entidade civil e autárquicas possam participar conosco desse movimento de reforma da educação médica no País.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Muito obrigado, Dr. Eglif, Artur, D. Marly, todos os que fizeram parte da Mesa.

Está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 9 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 42 minutos.)

ATA DA 5ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE FEVEREIRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e trinta e quatro minutos do dia dezessete de fevereiro de dois mil e dezesseis, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e Senadoras Paulo Paim, Regina Sousa, Angela Portela, Ana Amélia, Telmário Mota, Hélio José, Valdir Raupp, Marta Suplicy, Flexa Ribeiro, João Capiberibe, Randolfe Rodrigues, José Medeiros e Vicentinho Alves. O Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação das Atas da primeira a terceira Reuniões, que são dadas por aprovadas. Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2013. Terminativo. Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta (Substituído por *ad hoc*). Relatoria *ad hoc*: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2011. Terminativo. Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. Item 3. Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 2015. Não Terminativo. Altera a Lei nº 12.592, de 18 de janeiro 2012, para dispor sobre o contrato de parceria entre os profissionais que exercem as atividades de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador e pessoas jurídicas registradas como salão de beleza. Autoria: Deputado Ricardo Izar. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Favorável ao Projeto, com quatro Emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta, a pedido da relatoria para reexame. Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 664, de 2015. Não Terminativo. Inclui o art. 244-C na Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para tipificar o crime de induzimento, instigação ou auxílio à automutilação de criança ou adolescente. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador José Medeiros (Substituído por *ad hoc*). Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Amélia. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Vista coletiva concedida. Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 737, de 2015. Não Terminativo. Institui os territórios étnico-educacionais como forma facultativa de organização da educação escolar indígena. Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Senador Benedito de Lira (Substituído por *ad hoc*). Relatoria *ad hoc*: Senadora Regina Sousa. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. Item 6. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 1, de 2016. Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater, no Dia Internacional da Mulher que se comemora em 08 de março, o avanço das políticas públicas nas ações de enfrentamento à violência contra mulheres. Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. Item 7. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 2, de 2016. Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um Ciclo de Debates nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater "A crise política, econômica, social e ética no Brasil à luz dos Direitos Humanos". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 8. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 3, de 2016. Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "A privatização do sistema prisional brasileiro". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado, com a inclusão do convidado, Desembargador Siro Darlan de Oliveira, da 7ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Item 9. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 4, de 2016. Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater e homenagear o transcurso dos "Vinte anos da TV Senado". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 10. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 5, de 2016. Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "Índices de reajuste dos planos de saúde no Brasil". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. **Extrapauta**. Item 11. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 6, de 2016. Requer, com fundamento no disposto

no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "Aplicabilidade do Estatuto da Pessoa com Deficiência". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 12. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 7, de 2016. Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "A Luta pelo Direito das mulheres". A presente audiência foi sugerida pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Técnico- administrativos em Instituições de Ensino Superior do Brasil – FASUBRA. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 13. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 8, de 2016. Com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para instruir o PLC 119/2015 - "Acrescenta o art. 54-A à Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado, com a inclusão do convidado, Líder Indígena, Marcos Terena. Item 14. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 9, de 2016. Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, como Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal – CDH, requer a realização de audiência pública, com o objetivo de lançar o Livro com o Relatório da Comissão Camponesa da Verdade, CCV – Violação de Direitos no Campo 1946-1988. Autoria: Senador João Capiberibe. Resultado: Aprovado. Às doze horas o Senhor Presidente passa a Presidência para a Senadora Regina Sousa. Às doze horas e vinte minutos a Senhora Presidente eventual devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, João Capiberibe e as Senadoras Ana Amélia, Regina Sousa e Marta Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e trinta e um minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 1ª e 3ª Reuniões da CDH, bem como da Ata da 1ª Reunião de Trabalho desta Comissão. Aqueles que as aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nós vamos começar pela votação dos projetos não terminativos, aproveitando a presença da Senadora Ana Amélia.

Eu pergunto à Senadora Ana Amélia se ela pode relatar *ad ho*c um projeto de autoria do Senador Ciro Nogueira, relatoria do Senador José Medeiros.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com muito prazer, Senador, se a Secretaria me der o texto da relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É o item 4.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 664, de 2015
- Não terminativo -

Inclui o art. 244-C na Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para tipificar o crime de induzimento, instigação ou auxílio à automutilação de criança ou adolescente.

Autoria: Senador Ciro Nogueira
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.
Observações:
Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Senadora Ana Amélia, Relatora *ad hoc*, para apresentar o relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vou direto à análise, agradecendo a iniciativa do Senador Paulo Paim, Presidente da nossa CDH.

A proposição do Senador Ciro Nogueira, cuja relatoria, a titularidade é do Senador José Medeiros, é relevante ao tratar da segurança física e psíquica de crianças e adolescentes, tema que deve merecer sempre desta Casa prioridade por parte do legislador e também do Estado brasileiro. Observa-se, no campo psiquiátrico, que os fatores precipitantes dos comportamentos autolesivos são complexos, mas podem ser entendidos, de maneira geral, como uma acumulação de tensão, ansiedade, impulsividade, história de trauma na infância, aliados muitas vezes com o comportamento em grupo, próprio da adolescência. É o famoso *bullying*, que a gente também conhece e sabe como funciona.

É sabido que o ambiente social em que o jovem se encontra influencia o seu comportamento, tanto positiva quanto negativamente. Com o amplo acesso à internet, cada vez mais crianças e adolescentes, ainda em formação da personalidade, estão expostos à convivência virtual com os mais diversos tipos de pessoas.

Partindo dessa realidade, o PLS 664, de 2015, inova no campo penal, porque a atual legislação somente trata da penalização ao induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio (Código Penal, art. 122) e ao incitamento ao crime (Código Penal, art. 186). Nem um nem outro tipo penal abarcam, portanto, situações em que a criança ou adolescente são induzidas à prática da automutilação ou *cutting*, seja por meio de contato físico, seja por meio de contato virtual (art. 2º, §3º, do PLS 664, de 2015).

Além disso, a norma objeto da alteração proposta para veicular a modificação pelo PLS 664, de 2015, afigura-se adequada, por serem justamente os adolescentes e as crianças mais vulneráveis e influenciáveis pela pressão social de amigos e conhecidos e, portanto, são as mais suscetíveis a praticarem um comportamento, mesmo que lesivo, por imitação. É no ECA, portanto, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que deve constar o comando proibitivo da prática de induzimento à automutilação.

Contudo, observamos que o texto apresentado necessita de um reparo destinado a aprimorar a técnica legislativa, conforme disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, procurando adequá-lo ao conjunto harmônico de tipos previstos no Código Penal.

Da maneira como está, as penas previstas para o tipo, caso o crime se consume na forma simples ou ocorra lesão corporal grave ou morte mesmo, são maiores do que a pena prevista para o tipo de induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio, nos termos do previsto pelo art. 122, §1º, II, do Código Penal, que trata do aumento de pena quando a vítima é menor.

Dessa forma, pode-se pensar até na consequência esdrúxula de ser preferível induzir uma criança ou adolescente ao suicídio do que instigar que ela se automutile, em termos de reprimenda penal.

Veja, é uma constatação muito clara das distorções da própria lei, do Código.

Sugerimos, portanto, uma diminuição da pena prevista no tipo penal criado pelo projeto em análise, tornando-a proporcional ao delito cometido e harmônica com os demais dispositivos da legislação penal em vigor no nosso País.

O voto, em razão do que foi exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 664, de 2015, com a seguinte emenda:

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 664, de 2015, a seguinte redação:

"Art. 2º .....

"Art. 244-C. .....

Pena – detenção, de seis meses a um ano; se a lesão corporal se consuma, a pena é de um a dois anos de reclusão.

§ 1º Se do ato resulta lesão corporal de natureza grave, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, a pena é de um a três anos de reclusão.

§ 2º Se resulta em morte, a pena é de dois a seis anos de reclusão.

Esse é o voto dessa iniciativa do Senador Ciro Nogueira, com relatoria do Senador José Medeiros, cabendo-me a relatoria *ad hoc*, determinada pelo Presidente Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Ana Amélia, que foi Relatora *ad hoc*.

Em discussão a matéria.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Presidente, eu gostaria de pedir vista do projeto, porque acho a intenção boa, mas eu gostaria de estudá-lo, porque se trata do ECA, e gosto sempre de ler um pouco mais. Prometo que não demorarei no retorno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pedido de vista concedido. Vista coletiva. Volta na próxima semana.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Votamos a matéria na próxima reunião.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não, Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Presidente, hoje estava na pauta para votar, não sei se acabou sendo retirado ou não, mas eu gostaria de pedir para...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, não foi retirado de pauta, está na pauta, para votar, o item 3.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu vou pedir para retirá-lo. Trata-se da Lei nº 12.592, de 18 de janeiro de 2012, que dispõe sobre o contrato de parceria entre os profissionais que exercem as atividades de cabeleireiro, barbeiro e esteticista, manicure e pedicure, depilador e maquiador e pessoas jurídicas registradas como salão de beleza.

Esse é um projeto de autoria do Deputado Izar, e eu sou Relatora. Eu gostaria de retirá-lo para exame e para possíveis entendimentos que já estão agora ocorrendo, e que ele venha impreterivelmente à votação na semana que vem, se V. Exª concordar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concordo com V. Exª e cumprimento V. Exª. Eu recebi um telefonema da Senadora Rose de Freitas no mesmo sentido, de que se desse mais uma semana para que se chegasse a um acordo. O próprio autor do projeto original, Ricardo Izar, esteve aqui com seus assessores fazendo o mesmo pedido. Queria conversar com V. Exª, na busca de um acordo. E eu sempre acho que é melhor um acordo do que um litígio que vire uma decisão permanente. Permanente, eu digo, e longa para se dar uma decisão. Se há essa perspectiva...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Não, eu acho que a perspectiva já amadureceu em conversas hoje de manhã com o próprio Deputado Izar, com o Marcio Michelasi, do Sindicato Pró-Beleza, de São Paulo, que é o sindicato dos profissionais autônomos. Está com um bom encaminhamento, e nós vamos, então, retirar para exame, para atender as reivindicações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu também queria cumprimentar a decisão da Senadora Marta. As lideranças da categoria do nosso Rio Grande do Sul também me procuraram. E eu penso que uma semana a mais para aperfeiçoar e para haver o consenso numa matéria tão importante do ponto de vista social... Porque eu penso que o eixo desse projeto é aumentar a formalidade do trabalho tão importante que é hoje o trabalho de beleza, que eu chamo, no caso do salão. E isso é importante no Brasil inteiro, de norte a sul, todo. É uma área altamente empregadora de mão de obra, e eu penso que essa decisão da Senadora tem um aspecto extremamente relevante na construção, até a próxima semana, com o autor, a Relatora, as lideranças envolvidas, as centrais sindicais, os próprios empresários, de uma alternativa que seja o meio, que seja boa para todos os lados. Então, queria também agradecer e cumprimentar, Senador Paim, a sua atuação nesse processo, que foi sempre de muita moderação e muito equilíbrio. Eu acho que é dessa forma que a gente constrói leis de eficácia e importantes para o País. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Agradeço muito à Senadora Marta Suplicy, que me procurou ontem no plenário, ainda, com esse objetivo, ver como poderíamos encaminhar. Chegamos, lá, a essa possibilidade. Até comuniquei à senhora, hoje, que havia um interesse de lideranças, também do Rio Grande do Sul, e que a tendência era essa; mas, claro, queriam que a Relatora aqui anunciasse.

O projeto estava na pauta para ser votado e mesmo aqueles que pensam diferente, mas acham que dá para construir – como colocou muito bem, dos sindicatos –, também pediram para não votar hoje. Foi unânime. Todos os setores disseram: "Se der para não votar hoje e dar no mínimo mais uma semana para construirmos alguma alternativa..."

Então, o projeto sai de pauta e volta na semana que vem.

Vamos ao item 5.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 737, de 2015
- Não terminativo -

Institui os territórios étnico-educacionais como forma facultativa de organização da educação escolar indígena.

Autoria: Senador Telmário Mota
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
Tramitação: CDH e terminativo na CE.

A Relatora *ad hoc*, Senadora Regina Sousa, já consultada, se propõe a dar o parecer.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 737, de 2015, que institui os territórios étnico-educacionais como forma facultativa de organização da educação escolar indígena.

Relatório. Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei do Senado nº 737, de 2015, de autoria do Senador Telmário Mota. Essa proposição se propõe a instituir os territórios étnico-educacionais como forma facultativa de organização da educação escolar indígena.

O PLS, em seu art. 1º, intenciona alterar o art. 8º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. A alteração proposta passa por acrescer o §3º ao referido art. 8º, dispondo que a educação escolar indígena será facultativamente organizada por meio de territórios étnico-educacionais, na forma de regulamento.

O art. 2º do PLS, por fim, determina que a lei proposta entre em vigor na data de sua publicação.

O autor da proposição observa que, embora exista arcabouço jurídico que assegure o direito à educação escolar diferenciada para os povos indígenas – assegurada, no ensino fundamental regular, a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem –, pouco sucesso se verifica nas respectivas políticas públicas. Assim, observa-se um quadro geral de pouco apoio do Estado às escolas indígenas, que ficam obrigadas a operar com improviso e poucos recursos.

Assim, o autor do PLS entende que a composição de territórios étnico-educacionais é uma maneira de proporcionar aos indígenas a participação e acompanhamento das deliberações que tratem da educação que lhes será oferecida pelo Estado brasileiro.

Após o crivo desta Comissão, o PLS será enviado à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para exame em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

Análise. Compete à CDH, nos termos do inciso III do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos.

No que toca à constitucionalidade da proposição, verifica-se que ela atende às competências legislativas constitucionais. Compete à União, nos termos do inciso XIV de seu art. 22, legislar privativamente sobre populações indígenas. Ademais, nos termos do inciso IX do art. 24 da Constituição Federal, compete à União legislar concorrentemente sobre educação.

Não vemos óbices legais ou jurídicos ao PLS em análise.

Quanto ao mérito, entendemos que o PLS é de grande valor e merece prosperar. A organização da educação escolar indígena, colocada adequadamente como algo de observação facultativa, é, sim, uma maneira de se tentar aproximar os mais interessados – as comunidades indígenas – das tomadas de decisões que lhes são diretamente benéficas.

Pensamos, inclusive, que a introdução do §3º ao art. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aperfeiçoa o conteúdo já importante dessa mesma lei, em seus arts. 78 e 79, que tratam da educação dos povos e comunidades indígenas.

Voto. Em vista do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 737, de 2015.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Senadora Marta Suplicy, para discutir.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu gostaria de relatar uma experiência que pode dar uma concretude a esse projeto.

Quando nós fizemos os CEUs em São Paulo... Temos na cidade três grupos indígenas, que são bastante representativos. Esses grupos, eu imaginei que, provavelmente...

Eu gostaria de fazer um ato para que eles pudessem participar também dos CEUs, pois, em todas as regiões onde se criava CEU, as pessoas da comunidade opinavam sobre o que queriam ou achavam bom.

Então, eu lembro que nós tínhamos uma maquete do CEU, que é uma beleza, porque tem uma creche maravilhosa, tem uma infraestrutura de três piscinas, um centro de cultura gigantesco, uma infraestrutura realmente rara até em escola privada das mais caras. E chamamos os três caciques para mostrar a maquete e ver

se eles tinham alguma opinião e tal. Qual não foi a minha surpresa quando eles olharam a maquete e disseram que não queriam aquilo que eu achava uma maravilha. Eu perguntei por quê. E eles falaram: "Porque não tem nada a ver com a gente. Nada! Nós não queremos isso. A gente não quer piscina, a gente não quer desse jeito. A gente não quer concreto; a gente quer oca." Eu falei: "Puxa vida, vocês têm razão. Está tudo errado. Nós vamos fazer outro para vocês. E o que vocês querem desse projeto?" Eles falaram: "A gente quer a biblioteca e a sala de computação."

Foi um aprendizado fantástico! E, depois, eles falaram: "Nós exigimos" – não queriam, eles exigiram –, "para aceitar que seja feito esse projeto, que seja bilíngue; que se ensine Guarani". E eu falei: "Mas onde eu vou arrumar professor de Guarani?" Mas nós arrumamos professor de Guarani, e eles tiveram ensino bilíngue.

E aí, quando fomos fazer o estudo para saber como era a comunidade, o diagnóstico, nós vimos a carência. Foi instituído um pré-bolsa família, que era o projeto de Renda Mínima em São Paulo, que chegou a abrigar 12% da população, e os indígenas eram os mais desnutridos, carentes. Então, foi um progresso extraordinário para aquelas crianças, que puderam usufruir também do Renda Mínima.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Depois desse depoimento, só se garantiu com mais certeza que o projeto será aprovado.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam...

Passo a palavra ao Senador João Capiberibe, antes da votação final.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Eu estava refletindo sobre a proposta, que parte de um Senador de Roraima, o Senador Telmário Mota, que tem uma identidade grande com a diversidade étnica no seu espaço territorial. E achei muito interessante o relato da Senadora Marta Suplicy.

Realmente, há um desencontro de culturas. Nós temos uma dificuldade enorme de entender a diversidade. Fiquei imaginando um índio tomando banho de piscina. Ele está acostumado a... Foram os indígenas que ensinaram os europeus a tomar banho, porque os portugueses, quando chegaram por aqui, não tinham esse costume saudável dos indígenas. Os índios, a cada momento, mergulham no rio e tomam banho. Mas as políticas públicas são sempre muito conflitantes com as questões culturais.

Eu vou lhe relatar um caso. Certa vez, alguém assumiu um posto na Funai, nessas indicações, nesses loteamentos políticos. Nomearam um apadrinhado. E esse apadrinhado da Funai resolveu mandar uns porcos para os índios waiãpis, que são guaranis. Imaginem, no meio da floresta, os guaranis... Resultado da dispersão dos guaranis da Costa Atlântica, eles foram parar no coração da Floresta Amazônica. É muito estranho alguém que fala Guarani chegar lá, como, por exemplo, um paraguaio... Eu presenciei isso uma vez. Um cidadão do Paraguai foi fazer uma visita entre os waiãpis e, lá chegando, deu-se conta de que entendia o que eles falavam. E ele começou a se perguntar: mas eles são guaranis iguais? Falam a mesma língua que falam os paraguaios, só que estão no coração da floresta.

E aí levaram os porcos para lá, e, dali a pouco, um ano, um ano e meio depois, houve o maior problema na aldeia, porque eles não costumam abater os animais de estimação, os animais que eles criam eles não comem. Então, vocês imaginem as diferenças culturais.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – O porco ainda era mais um para ser alimentado.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – E o porco estava dando o maior trabalho, um transtorno na aldeia.

A mesma coisa nós tivemos com a merenda escolar, porque a merenda escolar tinha um certo padrão de alimentação, depois foi que nós regionalizamos a alimentação, até, imagine, alguém que nasceu, cresceu às margens dos rios da Amazônia se alimentar de formulados vindos do sul brasileiro; é incompatível, então nós adaptamos à alimentação local.

Antigamente era o MEC que comprava a alimentação, era tudo comprado em Brasília e distribuído para o Brasil todo. É quase inimaginável, hoje é meio surrealista eu falar isso aqui, muita gente diz "não, não pode ser", mas era assim, e aí eles mandavam açúcar e sal para as comunidades indígenas, e eles não consomem açúcar e sal. E aí ficava aquilo ali, criando um problema terrível na aldeia, porque atraía inseto, formigas, o açúcar se dissolvia, era um problema danado, mas eles eram obrigados a falar.

Quando eu assumi o Governo do Amapá, eu me dei conta dessa situação e disse "não, vocês não podem fazer isso". Como é que vocês vão mandar açúcar e sal para uma comunidade que não usa isso? Então realmente essa questão da aproximação com as comunidades indígenas é algo bem novo no Brasil e, principalmente, no mundo oficial brasileiro.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Senador, se me permite, Presidente, meio jogando conversa fora, mas com isso me lembrei, não tem nada a ver com etnia, mas, quando os CEUs foram constru-

ídos, nós fizemos as tais das piscinas, e a primeira vez que fomos visitar uma comunidade onde os buracos já estavam cavados, a comunidade dizia assim: "Mas o que vem aqui?" E eu falava: "O que você imagina que vem aqui?" "Vem aquela coisa tóxica." Ninguém imaginava que naquela pobreza, porque são todos em regiões de favela, aquilo poderia ser um lazer tipo uma piscina.

Bom, mas nós não entendemos a dimensão da não compreensão e fomos inaugurar as piscinas. E aí percebemos que a maioria nunca tinha visto uma piscina, só na televisão, e então punham a mão dentro da piscina para ver como era. E depois, para o uso da piscina, alguns entravam na piscina com a roupa, porque São Paulo não é uma cidade praiana; em Santos, por exemplo, ou no Rio de Janeiro, todo mundo tem um maiô, bem ou mal, mas lá não tinha um calçãozinho. Então, nós tivemos uma enorme doação, que foi da Valisere, que deu, sem etiqueta, calçãozinho para 21 CEUs, foram sei lá quantos mil calçõezinhos por CEU.

Então, são essas coisas que a gente vai aprendendo, que não entram no nosso radar, mas quando a gente vai na realidade, seja na diversidade ou seja em outra classe social, é uma coisa muito chocante. Fora que a prefeitura também não tinha salva-vidas e, pela lei, você não pode ter piscinas sem salva-vidas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, esse aí é o mundo real, esses depoimentos são importantes porque as pessoas têm que saber o que efetivamente acontece lá na periferia, na vila.

Em votação.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto. Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue para a Comissão de Educação.

Vamos agora a uma série de requerimentos.

ITEM 6

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 1, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater, no Dia Internacional da Mulher que se comemora em 08 de março, o avanço das políticas públicas nas ações de enfrentamento à violência contra mulheres.

Autoria: Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Então, já é quase uma tradição se fazer um debate no 8 de março.

É importante para a gente ser em 8 de março porque é o mesmo dia do Prêmio Bertha Lutz, que é às 11h, e faríamos de 9h às 11h, com poucos convidados, mais para dar continuidade, inclusive, ao processo que a gente já iniciou aqui, nesta Comissão, de avaliação das políticas de enfrentamento à violência.

Então, a gente gostaria que fosse nesta data, até para fazer parte do calendário que vai haver, a Procuradoria e a Câmara Federal ainda vão se juntar para fazer um calendário, mas esta audiência já faria parte deste calendário, juntamente com o prêmio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Regina Sousa.

Teríamos, então, uma audiência pública para discutir as ações de enfrentamento à violência contra a mulher no dia 8, com início às 9h até a hora de iniciar o plenário, que deve ser entre 11h e 11h30.

Em votação o requerimento. Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 2, de 2016. Como sou o autor deste item, peço à Senadora Regina Sousa, se puder, fazer a leitura para mim do requerimento de minha autoria.

Passo a Presidência à Senadora Regina Sousa.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada Senador.

ITEM 7

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 2, de 2016

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um Ciclo de Debates nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater "A crise política, econômica, social e ética no Brasil à luz dos Direitos Humanos".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Regina Sousa, como toda segunda-feira, pela manhã, nós temos aqui audiências públicas. E no ano que passou nós aprovamos um ciclo de debates nesta Comissão com o objetivo de discutir as questões muito ligadas à área do trabalho, Previdência e assistência.

Esse requerimento visa debater, em um ciclo de debates, a crise política, econômica, social e ética no Brasil à luz dos direitos humanos.

Os convidados serão indicados para cada reunião que nós realizarmos. Chamaremos especialistas das mais variadas áreas, apontando alternativas, principalmente para a crise que o País passa.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 8

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 3, de 2016

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "A privatização do sistema prisional brasileiro".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Todos sabem que o sistema prisional brasileiro, já foi dito até pelo Ministro da Justiça, é um sistema falido e que não colabora para a recuperação e, muito menos, para responder à questão da violência no Brasil.

E há um movimento para privatizar todo o sistema prisional. Nesse sentido, inúmeras entidades, preocupadas com a situação do conjunto do sistema prisional, pediram que a gente realizasse essa audiência pública para discutir a violência, a situação dos presídios e a suposta privatização dos presídios.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, submetemos à votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 9

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 4, de 2016

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater e homenagear o transcurso dos "Vinte anos da TV Senado".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse requerimento, na verdade, é um pedido aqui da Casa, que eu aceitei, já fiz um pronunciamento inclusive em plenário, para que a gente possa, na ótica dos direitos humanos, falar sobre o que representaram e representam os 20 anos da TV Senado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Vamos votar o Requerimento nº 5, de 2016, também do Senador Paulo Paim, que "requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater 'Índices de reajuste dos planos de saúde no Brasil'".

Vou passar a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Parece-me que o requerimento anterior, nós acabamos não votando. Eu falei mais rápido que...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Desculpe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – O anterior é da audiência pública sobre as penitenciárias?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – "Vinte anos da TV Senado".

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Eu queria dar uma palavrinha...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Em discussão o Requerimento nº 4, "Vinte anos da TV Senado".

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Da TV Senado?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – O anterior, que eu esqueci de colocar em votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas você pode...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Mas eu queria fazer uma sugestão, Presidente, em relação à audiência pública relativa...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sobre a questão dos presídios, Presidenta.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – ... aos presídios. Eu queria sugerir um convite ao Desembargador Siro Darlan, que é desembargador no Estado do Rio de Janeiro e é membro da Associações Juízes para a Democracia. Ele publicou um texto que, entre outras coisas, fala o seguinte:

O Brasil já possui mais de 700 mil encarcerados [uma população carcerária gigantesca] e ainda assim a sede de prisões continua proliferando na magistratura. Essa filosofia do encarceramento nasce com os primórdios de nossa Nação que foi transformada pelos colonizadores em terra do degredo.

Portanto, é um texto muito contundente. Eu acho que ele tem inteira razão, e seria importante estender um convite para ele participar desta audiência. Eu gostaria muitíssimo de estar presente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Acatada a sugestão.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – O autor acata a sugestão, então, está acrescido aqui, depois pegamos o nome com o Senador Capiberibe.

Eu vou encaminhar a votação do Requerimento nº 4, sobre os 20 anos da TV Senado, que eu esqueci.

Senadores e Senadoras que concordam com essa audiência pública, para debater e homenagear o transcurso dos "Vinte anos da TV Senado", permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, voltamos ao Requerimento nº 5, de 2016, também do Senador Paulo Paim.

ITEM 10
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 5, de 2016
- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "Índices de reajuste dos planos de saúde no Brasil".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Os planos de saúde no Brasil, de fato, deixam muito – muito – a desejar. Não é só a questão do valor da prestação que é absurda. Eu fiz um pronunciamento no plenário e mostrei que, enquanto a inflação não chegou a dois dígitos, naquele mesmo período, os planos de saúde chegaram a um aumento na ordem de 20% a 150% – de 20% a 150%.

Calculem um cidadão – vamos pegar um cidadão de classe média já – que paga o plano de saúde para o casal e para os filhos, gastando em torno de R$5 mil. Peguem esses R$5 mil e aumentem 150%.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Fica impagável.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Fica impagável. Estou dando só um exemplo. Eu recebi exemplos como esse que aqui citei. E como esse pronunciamento que eu fiz em plenário teve de fato uma – não gosto da palavra repercussão – boa movimentação em nível nacional, inúmeras pessoas pediram que fizéssemos uma audiência pública e os convidássemos para vir aqui explicar o que é isso.

O pior de tudo é que nós ficamos sabendo agora, hoje, que já há um pleito para aumentar ainda mais. Aumentam de 20 a 150%, e já estão querendo, no início do ano, aumentar mais uma vez, sem sequer conhecermos a inflação de janeiro e fevereiro.

Devido a isso, nós pretendemos chamar os órgãos do Governo responsáveis pela área, chamar representantes dos planos de saúde e chamar, também, representantes da área da defesa do consumidor.

Depois que nós voltamos, após o recesso de fim de ano, de todas as falas que fizemos, essa foi, de fato, uma demanda que veio de baixo para cima. A indignação da população com os planos de saúde é algo que, pelo número de correspondências que recebi, leva-nos a fazermos esse movimento para aprofundar esse debate.

Era esse o objetivo.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Em discussão o requerimento.

Apenas para complementar a sua fala, após os 60 anos, fica impossível a pessoa fazer um plano de saúde. É melhor fazer a poupança, guardar o dinheiro, porque são caríssimos. Não há como.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E ainda, muitas vezes, ficam na fila dos hospitais em uma maca, como aconteceu até com um funcionário do meu gabinete, que tem plano de saúde aqui do Senado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E ainda tenho que dizer que o plano de saúde do Senado é um dos melhores. É o que eu tenho também. O meu plano é esse aqui do Senado. É um dos melhores. Calculem os outros.

Senadora, eu queria pedir a V. Exª ainda a possibilidade de nós colocarmos, extrapauta, outros três requerimentos.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Coloco em votação a inclusão de requerimentos extrapauta.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão.

Requerimentos extrapauta.

Requerimento nº 6, do Senador Paulo Paim.

EXTRAPAUTA
ITEM 11
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 6, de 2016
- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "Aplicabilidade do Estatuto da Pessoa com Deficiência".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Senador Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Explico rapidamente.

O Estatuto entrou em pleno vigor a partir do mês de janeiro, e nós percebemos alguns absurdos de parte da iniciativa privada.

Vejam o absurdo: no Paraná, conseguiu-se uma liminar para que a pessoa com deficiência pagasse uma cota extra na escola particular em relação àquele que não é deficiente, uma discriminação hedionda. Ganhou-se a liminar, e depois, claro, a liminar foi derrubada, já que o Estatuto, inclusive, proíbe isso.

Tivemos outro problema sério em relação aos automóveis, que têm que ser adaptados para as pessoas com deficiência, mediante critérios básicos, para que elas possam comprar o veículo baseadas, inclusive, naqueles descontos assegurados por lei. Também isso mereceu, de nossa parte, alguns cuidados.

Por isso, reunidos com órgãos inclusive do Governo, chegamos à conclusão de que seria importante trazer ao debate nesta Comissão a aplicação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que interessa a 45 milhões de brasileiros.

É isso.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 7, também do Senador Paulo Paim.

EXTRAPAUTA
ITEM 12
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 7, de 2016
- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "A Luta pelo Direito das mulheres". A presente audiência foi sugerida pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior do Brasil – FASUBRA.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Com a palavra o Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Explico, Senadora Regina.

Como, aqui no Senado, eu coordeno a Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres, fomos procurados pela Federação das Mulheres e também pela Fasubra e seu departamento que atua principalmente nessa área das mulheres para que – sem prejuízo da audiência que teremos dia 8, pela manhã, aqui, proposta pela Senadora Regina, e da sessão à tarde, no plenário, de homenagem a 8 de março, Dia das Mulheres – nós tivéssemos, na segunda-feira, pela manhã, naquele espaço que temos sempre, um debate sobre a questão das mulheres no mundo do trabalho.

Elas querem demonstrar o que está acontecendo, inclusive com essa discussão sobre se a mulher merece ou não ter cinco anos de diferença em relação à aposentadoria, já que é um debate que virá, pessoal. Isso aqui não é segredo.

Nós estivemos ontem – não é, Regina? – com o Ministro da Fazenda, o Ministro Nelson Barbosa, com a presença de dez ou onze Senadores, se não me engano, e ele, com muito equilíbrio, com muita tranquilidade, mostrou que, de fato, hoje o chamado "conselho popular" está reunido com alguns ministros, onde estão centrais, confederações, a Cobap, e eles vão apresentar essa discussão. De fato, a discussão é sobre a idade mínima, e vai entrar nesse campo da diferença... Ele não entrou em dados e números da questão das mulheres, porque hoje as mulheres se aposentam com 55, e os homens com 60. Pela nova forma que está se dando a essa questão, está sendo colocado na imprensa – se for verdadeiro, vamos ver – que a mulher não só vai trabalhar mais cinco anos, mas vai trabalhar dez anos, porque a intenção é unificar, pelo que sabemos, em 65. A mulher sai de 55 para 65, ficando dez anos a mais, e o homem sairia dos 60 para os 65.

Não vou aqui fazer o debate. Já fizemos uma audiência pública aqui, na semana retrasada, que tratou desse tema. Houve unanimidade dos que estavam nesta sala, superlotada, de que havia discordância e não aceitam essa proposta, mas, como disse muito bem o Ministro, "vocês não conhecem ainda a proposta". Tudo bem. Eu respondi da seguinte forma, na minha fala, e a nossa querida Presidenta aqui, a Regina, foi na mesma linha. Eu disse: "Ministro, toda vez que me falam em reforma trabalhista, em reforma previdenciária, eu sei o que vem: retirada de direito dos trabalhadores." Isso, a peãozada sabe. Os trabalhadores sabem disso. Não precisava dizer: "Olha, não aceitarei nenhuma proposta que venha a retirar direito dos trabalhadores ou dos aposentados." É só dizer. Vem uma reforma da previdência ou reforma trabalhista, é isso o que vai acontecer. Tanto que eu gravei no Estado, num programa do PT que vai ao ar toda semana, onde eu digo que votarei contra, encaminharei contra a reforma trabalhista e a reforma previdenciária. Então, estou deixando claro que vamos ter aí um bom debate, e isso vai para o nosso programa, no Rio Grande do Sul, sobre esse tema.

Então, mais do que nunca é legítimo nós fazermos esse debate aqui na Comissão, para tratar desse tema, que é sobre os direitos das mulheres.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – O.k.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mais, pessoal: quero lembrar que essa reunião sobre os presídios será pela manhã, e foi um movimento também das mulheres. Mulheres e homens. Naturalmente, o presídio interessa a todos. Será no dia 7, pela manhã. E à tarde teremos esse debate, também nesse calendário, na segunda-feira à tarde, sobre a luta do direito das mulheres. Na terça de manhã, liderada, coordenada – eu não estarei aqui – e presidida pela nossa querida Regina, teremos então essa homenagem e o debate sobre o enfrentamento da violência às mulheres. E depois, às 11h, no plenário.

Por fim...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Requerimento nº 8... É o último?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É o último.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Também do Senador Paim.

EXTRAPAUTA
ITEM 13
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 8, de 2016
- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para instruir o PLC 119/2015 - "Acrescenta o art. 54-A à Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Capiberibe, esse é um assunto que V. Exª conhece como ninguém. O Telmário Mota também.

Nós temos, na verdade, um debate sobre o Estatuto do Índio há mais de 20 anos nesta Casa. E é um tema que não avança. Eu participei, atuei diretamente, até como autor do Estatuto do Idoso, da Igualdade Racial, da Pessoa com Deficiência, fui Relator do Estatuto da Juventude... Tudo isso nós aprovamos. Demorou, mas aprovamos. Mas o Estatuto do Índio está há mais de 20 anos, e não se avança um passo. Por isso, setores nos procuraram para debater. No fundo, é isso mesmo: o Estatuto do Índio interessa ou não interessa? Vamos trabalhar para aprovar? Não vamos trabalhar? Vamos acrescentar algum artigo? O objetivo é esse, fazer um grande evento no mês de abril, para discutir a questão indígena, com o título "Estatuto do Índio".

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Devolvo a Presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Capiberibe com a palavra.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente, solicito a V. Exª, se possível, incluir, extrapauta, requerimento de minha autoria que se encontra sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Consulto os Senadores e Senadoras se concordam com a inclusão do requerimento extrapauta.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado, então, Senador Capiberibe, passamos ao requerimento de sua autoria, cuja inclusão extrapauta foi aprovada.

EXTRAPAUTA
ITEM 14
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 9, de 2016
- Não terminativo -

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, como Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal – CDH, requer a realização de audiência pública, com o objetivo de lançar o Livro com o Relatório da Comissão Camponesa da Verdade, CCV – Violação de Direitos no Campo 1946-1988.

Autoria: Senador João Capiberibe.

Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Tivemos aqui o lançamento do relatório da Comissão Nacional da Verdade, memória e justiça com um levantamento exaustivo feito com as violações de direitos humanos praticadas no período da última ditadura, que vai de 1964 a 1985, muito concentrado nos acontecimentos na área urbana. A comissão se desdobrou e levantou as violações praticadas contra camponeses, e está faltando em relação aos indígenas.

Esse relatório está pronto, e a ideia é que façamos um lançamento, aqui na Comissão, até porque esse período da nossa história não pode ser esquecido para que isso não volte a se repetir.

Eu fico numa situação muito emblemática porque estamos vivendo na democracia e, hoje, nós temos violações permanentes, diárias de direitos humanos, praticados pelo aparato de segurança pública. A violência oficial se constituiu numa cultura do aparelho de Estado brasileiro, e faço uma relação muito forte entre o acontecimento do dia 20 de janeiro de 1971, em que representantes das forças de segurança da ditadura, da Aeronáutica, invadiram o apartamento do ex-Deputado Rubens Paiva, no dia 20 de janeiro, dia de São Sebastião, e do seu corpo nunca mais se teve notícia.

No dia 14 de julho de 2013, policiais militares da UPP da Rocinha estiveram na casa do pedreiro Amarildo e o levaram, e seu corpo também desapareceu. Ele foi torturado, assassinado e teve seu corpo desaparecido. Então, se vê, muitos anos depois – um caso aconteceu em 1971, o outro, em 2013 – uma identidade, algo assim muito semelhante, o que mostra que essa cultura da violência oficial se instalou em definitivo, e uma das razões que levaram a isso é que, aqueles que assassinaram e torturaram políticos, militantes sociais ficaram impunes. Eles foram anistiados antes que suas vítimas, e isso nós não conseguimos mudar até agora.

Existe uma proposta de lei, de revisão da Lei de Anistia para que, pelo menos historicamente, se puna, para acabar com a impunidade no Brasil. Enquanto nós não fizermos uma revisão nessa questão, como os outros países fizeram: na Argentina, todos aqueles que praticaram, ex-presidente da República, não apenas os que executaram, mas também aqueles que comandaram e mandaram, todos foram para a cadeia; no Chile, no Uruguai.

Só no Brasil que eles gozaram da impunidade e, não só isso, eram reverenciados até há pouco tempo.

Enquanto nós não nos entendermos com esse passado cruel, nós não vamos resolver o problema da tortura no presente, porque nós não estamos mais discutindo a tortura na ditadura. Nós estamos discutindo as violações dos direitos humanos na democracia. Mas elas estão intimamente relacionadas, tanto é que, no dia 20 de janeiro de 1971, desaparece, em pleno Leblon, um empresário, ex-Deputado Federal; e, em julho de 2013, um operário da Rocinha.

Então, realmente, há um cruzamento na linha do tempo entre esses dois personagens. E é nisso que precisamos insistir para inclusive retirar esse nome. Imaginem que até hoje ainda homenageamos um torturador. Então, a violência oficial no País é cultural, homenageamos Filinto Müller, damos nome a uma ala do Senado Federal de um torturador lá do Estado Novo.

Quer dizer, este País é um país feito por poucos, para poucos, que impõe as suas práticas ao longo de toda a sua história e continua até hoje. Por isso, é importante fazer o lançamento desse relatório da Comissão da Verdade Camponesa para que possamos ter uma ideia do que aconteceu no campo, no período da última ditadura, no nosso País.

Era isso, Sr. Presidente.

Peço o apoio aos meus pares.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Não havendo quem mais queira discutir, vamos colocar em votação.

Em votação o Requerimento nº 9, de autoria do Senador João Capiberibe.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Antes de terminar, eu queria somente registrar a presença conosco aqui do líder Marcos Terena, de quem casualmente hoje falamos. Uma salva de palmas, ele tem um trabalho belíssimo. (*Palmas.*)

Pode saber Marcos Terena, que já aprovamos requerimento para discutir a questão indígena no mês de abril, que é a grande jornada. Você já está convidado aqui, de público, para ser um dos painelistas sobre o tema. Eu tenho acompanhado o seu trabalho. Você é um exemplo de liderança, que, independente de ser negro, índio, branco, cigano, amarelo, todos gostariam de ter. Você é um líder que orgulha a todos nós!

Eu queria ainda informar ao Plenário que, conforme acertamos, está confirmada a audiência pública sobre terceirização. Eu já tenho ampliado, o tema vai além agora. Discutiremos terceirização, trabalho escravo, Previdência, negociado sobre o legislado, e a defesa da democracia.

Está confirmado Cuiabá, Mato Grosso, dia 18, quinta-feira, às 14h, na Assembleia Legislativa do Estado.

Está confirmado também Mato Grosso do Sul, Campo Grande, sexta-feira agora, dia 19, às 14h, também na Assembleia Legislativa do Estado.

Confirmado também Aracaju, Sergipe, dia 25, às 15h, na Assembleia Legislativa do Estado.

Ainda Maceió, Alagoas, dia 26, sexta-feira, na Assembleia Legislativa do Estado.

Depois, no dia 10 de março de 2016, Palmas, Tocantins, uma quinta-feira, às 14h, Assembleia Legislativa do Estado.

Por fim, Goiânia, Goiás, no dia 11/03, sexta-feira, às 14h, também na Assembleia Legislativa do Estado.

A nossa intenção é, no mês de maio, fazer o encerramento aqui, em Brasília, onde vai ser apresentado o resultado dessas nossas visitas aos 27 Estados da Federação, incluindo naturalmente o DF, quando será lida a Carta à Nação, sendo, naturalmente, pelo resultado que existe até o momento de 21 Estados, contra a terceirização da atividade-fim; contra a fórmula com que querem regulamentar o trabalho escravo no Brasil; contra aquilo que querem, conforme anunciado, em matéria de reforma da Previdência; contra a tal da reforma trabalhista, que inclui o negociado acima da própria lei e, naturalmente, em defesa da democracia, que é o item que também acabamos incluindo, mediante acordo com todos os setores.

Essas são as informações que tínhamos.

A próxima audiência que teremos será na segunda-feira, dia 22, com o tema "Produção de equipamentos utilizados pelas instituições policiais", iniciativa do Senador José Medeiros.

Na sequência, praticamente o que falei aqui.

Está encerrada a nossa reunião da Comissão de Direitos Humanos no dia de hoje. Que Deus nos acompanhe e nos oriente.

(Iniciada às 11 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 31 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE FEVEREIRO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e dezesseis, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, José Medeiros e da Senadora Ana Amélia. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 84 de 2015-CDH, de autoria do Senador José Medeiros, para debater: "O aprimoramento do marco normativo sobre a produção de equipamentos utilizados pelas instituições policiais no Brasil". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais e, logo após, passa a Presidência dos trabalhos para o Senador José Medeiros. O Senhor Presidente eventual apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Coronel Coaraci Nogueira de Castilho, Representante da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso; Eduardo Aggio de Sa, Chefe de Gabinete do Departamento de Polícia Rodoviária Federal – PRF; Coronel Elias Miler da Silva, Diretor de Assuntos Legislativos da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais – FENEME; Coronel Leonardo José Rodrigues de Sant'Anna, Chefe do Estado Maior da Polícia Militar do Distrito Federal; Claudio Augusto Joaquim Moreira, Conselheiro da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança – ABIMDE; Everson Feuser, Diretor Parlamentar da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – FENAPRF; Coronel Fábio Barbosa Pizeta, Presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal; Tenente William Miller, Secretário do Conselho Nacional de Comandantes Gerais; Flavio Werneck Menegelli, Presidente do Sindicato dos Policiais Federais do Distrito Federal – SINDIPOL. O Senhor Presidente eventual concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. O Senhor Presidente eventual faz os seguintes encaminhamentos: 1) solicitar à ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) que elabore norma técnica de segurança para viatura policial militar e civil; 2) a CDH coloca-se à disposição para o recebimento de sugestões legislativas das entidades representativas dos policiais, a fim de regulamentar a segurança e a importação de equipamento policial, bem como outros itens que julgar necessários. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, José Medeiros e a Senadora Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e sete minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 84, de 2015, de autoria do Senador José Medeiros, para debater o tema: "O aprimoramento do marco normativo sobre a produção de equipamentos utilizados pelas instituições policiais no Brasil".

Esta audiência será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/e-Cidadania, e também pelo Alô Senado, através do 0800-612211.

Enquanto os nossos convidados estão chegando e o Senador também está se deslocando para cá, eu vou fazer uma pequena introdução. Toda segunda-feira pela manhã, as audiências públicas da TV Senado são transmitidas ao vivo para todo o País. E a gente, na abertura, faz um breve comentário para situar os telespectadores sobre o tema do debate.

Esta audiência pública tem como propósito debater a modernização dos equipamentos policiais utilizados pelas instituições de defesa do País. Para esse fim, convidamos personalidades de notável saber e com vasta experiência na área, às quais já antecipamos aqui nossos agradecimentos pela presença.

Em primeiro lugar, cabe recordar aqui a escalada das ações violentas perpetradas contra os agentes de defesa do País sem que estes estejam minimamente preparados em matéria de equipamento para sua defesa pessoal e para a defesa de todos nós.

A precariedade dos equipamentos por meio dos quais os nossos policiais estariam supostamente protegidos dá sinais evidentes do descaso das autoridades com essa área tão importante da segurança nacional. Mais recentemente, no interior de Alagoas, um policial rodoviário foi fatalmente vitimado por um disparo de um revólver calibre 38 que simplesmente transfixou o colete que usava, ou seja, atravessou o colete que usava. Obviamente, se estivesse devidamente paramentado, seu nome não estaria nas estatísticas mórbidas do País.

O retardo na atualização dos equipamentos de segurança de que dispõem os agentes brasileiros para o combate à criminalidade acaba por disparar artigos e mais artigos contra a Defesa Nacional. Tal paradoxo não se justifica nem nas ficções cinematográficas, quanto mais na crua e nua realidade violenta do Brasil.

De nada adianta a democracia nacional chamar por mais direitos humanos se a própria sobrevivência policial corre risco cada vez mais. Diante desse quadro, nada mais oportuno do que esta iniciativa do Senador Medeiros para que se estabeleça, via Comissão de Direitos Humanos do Senado, um debate sobre esse tema.

Nesta audiência pública, pretendemos discutir a regulamentação dos materiais de emprego policial à luz de dois eixos fundamentais: de um lado, apontaremos a necessidade de se aprimorar o controle de qualidade e confiabilidade dos equipamentos; do outro, o que exploraremos é a regulamentação restritiva à proteção da indústria nacional e uma possível abertura ao mercado externo que poderia elevar os padrões de qualidade dos equipamentos.

Enfim, sem mais delongas, nós vamos iniciar os nossos debates.

Eu ainda faço aqui um breve comentário, aproveitando a chegada dos nossos convidados.

Primeiro, eu fiz questão de vir abrir esta audiência pública, de iniciativa do Senador Medeiros, porque há, em setores da sociedade, a visão de que direitos humanos só existem para cuidar de presos e bandidos. Essa é uma visão totalmente equivocada. Os direitos humanos existem para cuidar de todos os seres humanos, seja um policial, alguém que esteja no cárcere, alguém que esteja sob tortura. Para cuidar de todos esses casos existem os direitos humanos.

Falo isso com a maior tranquilidade. Não foi nem uma vez nem duas que fiz audiência pública no meu Estado com a Polícia Militar do Estado, pela situação degradante de suas condições de trabalho – muitas vezes tiveram até que fazer paralisações. Eu estava ao lado deles porque entendia que era correto o que faziam em função da situação das viaturas, do armamento, do equipamento de produção de baixa qualidade. Sempre estive ao lado deles, como estou aqui, entendendo ser fundamental que se debata a segurança dos equipamentos que nossos policiais usam para defender nossas vidas, nossas famílias, enfim, o nosso povo, e tudo o que estrutura as nossas vidas. Então, foi com satisfação que vim abrir neste momento esta audiência – e pela responsabilidade que tenho – na linha do respeito aos direitos humanos que observamos em relação a todos os brasileiros, sejam militares ou civis.

O Medeiros deve estar chegando, mas quero ainda comentar que estive no Estado dele neste final de semana, foi uma bela audiência pública lá em Mato Grosso. Ele esteve durante todo o tempo comigo – eu, na Presidência; e ele, como Senador, me ajudando. Foi um evento onde se discutiu desde a reforma da Previdência até a terceirização, que, como todos sabem, significa precarizar o mundo do trabalho. Discutiu-se a reforma da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a defesa da democracia e o trabalho escravo, que é uma bandeira que nós aqui na Comissão também estamos levantando: dizemos que trabalho escravo não se regulamenta, é preciso proibi-lo. Eu quero cumprimentar a participação do Senador Medeiros lá, onde mostrou uma posição muito clara sobre esse tema.

Depois fomos para Mato Grosso do Sul, onde fizemos esse mesmo debate lá na Assembleia Legislativa, com a mesma qualidade que tivemos no Mato Grosso. Então, foram dois eventos de suma importância para mim. Esses eventos fazem parte...

Senador, só estou fazendo elogios. Disse que estive no seu Estado, que fiz questão de vir abrir esta audiência e que depois vou passar-lhe a Presidência.

Eu dizia, Medeiros, na abertura, que se vendeu a imagem neste País de que direitos humanos existem só para cuidar de bandidos. Essa imagem é totalmente equivocada, errada, atrasada e burra, porque os direitos humanos existem para cuidar de todos, sejam civis ou militares. Falava isso abertamente para os nossos convidados.

Fiz questão de estar aqui devido ao desejo de dizer isto: direitos humanos existem para tratar dos interesses de todos os brasileiros, sejam civis ou militares, independentemente da situação em que estejam no momento, para isso servem os direitos humanos.

Falava também da nossa ida ao seu Estado. Foi uma audiência muito representativa. Disse que você ficou na coordenação dos trabalhos comigo e que, depois, fui a Mato Grosso do Sul, onde também foi muito interessante e, de lá, retornei a Brasília.

No próximo fim de semana vamos para Sergipe e para Alagoas, vamos para esses dois Estados. Estivemos em Cuiabá e em Campo Grande e, no próximo fim de semana, iremos a Aracaju e Maceió. Depois, no dia 10/3 e 11/3, iremos a Goiânia discutir os temas que relatei aqui, desde trabalho escravo e terceirização até reforma da Previdência e democracia.

Fiz questão de fazer essa rápida introdução, Medeiros.

Eu queria, neste momento, passar a presidência dos trabalhos para o Senador Medeiros. Ele vai formatar a Mesa. Há uma forma de atuação que eu uso: o Senador que apresenta o requerimento... Normalmente ele apresenta e advoga o requerimento. Eu faço diferente nesta Comissão: quem apresenta preside; eu faço a abertura e passo a presidência para o Senador que teve a iniciativa do tema.

Por isso, de imediato, vou passar a presidência dos trabalhos para o Senador Medeiros para que ele formate a Mesa. Estou na correria, todo mundo sabe, às segundas-feiras não paro nunca. A partir das 11h30, teremos uma sessão em homenagem aos aposentados brasileiros e idosos. Se vocês já tiverem concluído – se não tiverem concluído, quando concluírem – passem no plenário, porque serão todos bem-vindos lá para essa homenagem aos idoso brasileiros.

Vou tratar de organizar aquela sessão, e o meu querido Presidente em exercício assumirá aqui, agora. Seja bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Vamos dar início e formatar a Mesa 1, vamos ter duas Mesas.

Chamo o Coronel Coaraci Nogueira de Castilho, representante da Policia Militar do Estado de Mato Grosso; Eduardo Aggio de Sá, Chefe de Gabinete do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (PRF); Coronel Elias Miler da Silva, Diretor de Assuntos Legislativos da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais (Feneme); Coronel Leonardo José Rodrigues de Sant'Anna, Chefe do Estado-Maior da Policia Militar do Distrito Federal; e Cláudio Augusto Joaquim Moreira, Conselheiro da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (Abimde).

A Mesa 2, logo em seguida, quando terminarmos esta Mesa, será agora formatada. Será composta dos nomes que vou anunciar agora: Everson Feuser, Diretor Parlamentar da Federação Nacional dos Policiais Federais (FENAPRF); Tenente Coronel Alessandri da Rocha Almeida, Secretário de Assuntos Políticos do Conselho Nacional de Comandantes Gerais; Sr. Flavio Werneck Menegelli, Presidente do Sindicato dos Policiais Federais do Distrito Federal (Sindipol); Coronel Marcos Araújo, Subcomandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal; Fabio Barbosa Pizeta, Presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal.

Para darmos início, passo a palavra ao Coronel Castilho.

O SR. COARACI NOGUEIRA DE CASTILHO – Bom dia a todos. É um grande prazer, uma grande honra representar o Coronel Alves, Comandante da Polícia Militar do Estado do Mato Grosso.

Quero, nesta hora, neste momento, parabenizar brilhantemente pela ideia o nosso Senador Medeiros com relação ao marco normativo, que estabelece regras, diretrizes ou características para atividades e seus resultados. Isso é muito importante porque segurança é cara, segurança é respeito com a dignidade do ser humano tanto do policial militar como da sociedade como um todo.

Iremos fazer uma breve apresentação. Como o tema é amplo, vamos fazer uma apresentação, falar um pouco de algumas experiências que aconteceram.

Aprimoramento do marco normativo sobre a produção de equipamentos utilizados pela instituição policial do Brasil.

O Coronel Gley Alves de Almeida Castro já comandou o Batalhão da Polícia Militar de Sinop, o Batalhão Ambiental, o 4º Batalhão de Várzea Grande, o 3º Batalhão de Cuiabá. Também foi coordenador de polícia comunitária da Secretaria de Justiça e Segurança Pública. Hoje, é o atual Comandante-Geral da nossa Polícia Militar do Estado do Mato Grosso.

O Brasil é o segundo maior fabricante de armas leves no Ocidente. O País tem 17,6 milhões de armamentos. A produção e comércio cresceram progressivamente nos últimos 30 anos, principalmente durante o início da ditadura militar, entre 1974 e 1983. Hoje, a indústria movimenta aproximadamente R$100 milhões por ano e está concentrada em três principais fabricantes: Taurus, CBC e Imbel.

O Brasil nos últimos anos, em quantidade, é o maior exportador de armas curtas para os EUA, a maior parte desse volume pertence à Taurus. A CBC, por sua vez, tem o monopólio da produção e comércio de cartuchos no Brasil e a Imbel está mais voltada para mercado militar com a produção de fuzis de assalto.

Os Estados Unidos são o maior comprador de armas brasileiras.

Quanto à posse de armas leves no Brasil, observa-se grande heterogeneidade dentro dos Estados do País. Enquanto em grandes metrópoles, como Rio de Janeiro e São Paulo, predominam as pistolas, em regiões agrárias os revólveres e fuzis são mais comuns. E 57% do armamento que existe no território brasileiro é ilegal.

De acordo com estudos, quem tem a posse da maior parte dessas armas são criminosos ou indivíduos que compram os artefatos no mercado informal para uso privado.

Problemas com armas de fogo.

O mercado de armas para os brasileiros não parece promissor. Dados obtidos pela Revista Dinheiro junto ao Exército Brasileiro mostram que a produção de armamentos no País caiu de 768 mil unidades, em 2012, para 484 mil, em 2014. A empresa brasileira Taurus era líder em vendas de armas leves nos EUA, mas começou a sofrer com grandes problemas de falhas em seus armamentos. A Taurus possui acordo, em uma corte federal dos Estados Unidos, concordando em pagar US$30 milhões em indenizações, custas processuais e campanhas de *recall* por conta do risco de disparos não intencionais de suas pistolas e revólveres. Em 2015, até setembro, o prejuízo líquido da Taurus somava R$248 milhões.

Alguns casos que trago aqui.

Um ano atrás, no dia 15 de fevereiro, o americano Donald Simms, morador do Estado de Alabama, recarregava sua pistola Taurus PT609, calibre 9mm, quando a arma disparou acidentalmente. A bala o feriu na mão, atingiu de raspão o braço de sua esposa e se alojou no pescoço de seu filho de 11 anos, matando o garoto.

No dia 04 de abril de 2014, o Investigador Renan Stefano Bellini, 28 anos, quando chegou em sua casa percebeu a presença de criminosos. Quando efetuou um disparo no tórax do primeiro bandido, a sua pistola parou de funcionar por causa de uma pane de chaminé, logo no segundo disparo, momento em que o bandido alvejou o investigador.

Aqui está a pistola e, acima, a foto do investigador.

Um deputado e um senador democratas apresentaram um projeto para cancelar a polêmica PLCAA, lei assinada em 2005 pelo então Presidente George W. Bush, que exime de culpabilidade os fabricantes de armamentos pelo uso dos produtos.

A democrata Hillary Clinton, candidata à presidência pelo partido e favorita na disputa, já indicou que deve apoiar esse tipo de ação. Se passar, a lei pode dar início a uma nova fase na indústria bélica, que terá de ser mais cuidadosa no que se refere à sua clientela.

Enquanto fabricantes de armas de outros países não entrarem no Brasil, as fábricas nacionais nunca serão obrigadas a melhorarem seus produtos.

Dentro da política de fortalecimento da segurança, em 2015, o governador de MT, Pedro Taques, realizou a entrega de 600 pistolas Glock, tida pela instituição como uma das melhores do mercado. Segundo o governador, em oito meses de gestão, a PM tem demonstrado um excelente serviço, mas tem plena consciência de que é preciso promover totais condições de trabalho, que passa por investimentos em equipamento, armamento e capacitação.

Problemas com viaturas.

Policiais dizem que há falta de manutenção. Entre as reivindicações mais comuns dos policiais militares está a manutenção das viaturas utilizadas todos os dias pela corporação e também coletes e munições vencidos. Uma sequência de acidentes com viaturas da Polícia Militar do Distrito Federal, que resultou, inclusive, na morte de um cabo, fez a corporação instituir uma comissão que viajará aos Estados Unidos para aprender com a polícia de Michigan sobre segurança de veículos.

A Polícia Militar do DF adquiriu 318 veículos Pajero em 2012. E optou por veículos mais altos, segundo a corporação informou ao *Jornal de Brasília* na época, para que pudessem "subir meio-fio e passar por terrenos irregulares".

A falta de estabilidade dos veículos, no entanto, já tinha sido apontada pela corporação, há quase um ano, quando, após uma sequência de acidentes, decidiram que os utilitários de luxo não seriam mais usados por grupamentos que trafegam a mais de 60km/hora.

O próprio fabricante indica que não pode trafegar em velocidade alta, principalmente em curvas. É preciso carros que ofereçam mais segurança, mais adequados para a defesa da população.

Caso recente: uma viatura da Polícia Rodoviária Federal de Rondonópolis (MT), capotou na BR-163/364, sentido Cuiabá, depois que o veículo desestabilizou ao desviar de um buraco na manhã de quinta-feira passada (18/02).

O Governador Pedro Taques, em 2015, entregou 27 viaturas para 27 Municípios do interior do Estado.

As caminhonetes L200 Triton serão usadas pela Polícia Militar e fazem parte de um lote de 50 veículos alugados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp).

O Secretário de Segurança Pública, Fábio Galindo, afirmou que as novas viaturas já possuem o padrão internacional de identidade visual e ressaltou que a Sesp trabalha para que todos os municípios recebam veículos novos.

Hoje em dia, a polícia mais equipada do país é a de São Paulo. Em 2015, o Governo do Estado investiu cerca de R$ 30 milhões em seis veículos importados e mais de R$ 14 milhões nas armas de fogo.

As viaturas podem transportar cerca de 24 policiais militares e são equipadas para ultrapassarem obstáculos como valas e fossos, além de transporem profundidades para tráfego submerso em água.

Os veículos têm equipamento de GPS, com mapas, rotas e referências, e contam com sistema de transmissão de imagens captadas por câmeras de visão noturna. Também podem circular em condições de baixa luminosidade.

Sobre as armas, foram compradas 5.992 pistolas de calibre 40, com preço total de R$ 11,7 milhões, e 2.000 espingardas de calibre 12, no valor total de R$ 2,4 milhões.

(Soa a campainha.)

O SR. CORONEL COARACI NOGUEIRA DE CASTILHO – Pois bem, meus amigos, irmãos e companheiros das coirmãs, estamos aqui representando o Comandante-Geral, Coronel Alves, e quero agradecer a brilhante ideia do Senador Medeiros de estar projetando, estabelecendo regras e diretrizes para que, num futuro bem próximo, com a responsabilidade não apenas dos Estados, mas do Governo Federal, possamos ter regras e diretrizes para que todas as Polícias – Militar, Civil, Federal e Rodoviária – tenham equipamentos que possam realmente trazer a segurança do policial como um todo e, consequentemente, a segurança da sociedade brasileira.

A segurança pública não é barata, mas nós temos que ter realmente a responsabilidade, como está tendo o Senador Medeiros, ao colocar esse marco de diretrizes, normas e regras para que possamos, num futuro bem próximo, ter a segurança que nós almejamos no nosso dia a dia e no nosso trabalho.

Quero agradecer e coloco-me à disposição de todos para perguntas eventuais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Obrigado, Coronel Castilho, por sua apresentação e parabenizo-o pelo tempo preciso.

E aviso aos convidados que, como temos duas Mesas, serão concedidos dez minutos para cada, com a tolerância de mais cinco minutos para terminar a apresentação.

Passo a palavra, agora, ao Eduardo Aggio de Sá, chefe de gabinete do Departamento de Polícia Rodoviária Federal aqui em Brasília.

O SR. EDUARDO AGGIO DE SA – Bom dia a todos!

Quero cumprimentar o Senador Medeiros pela brilhante iniciativa de discutir um assunto tão importante como é a questão dos equipamentos de proteção e segurança que os policiais do nosso País fazem uso e quero agradecer.

Inicialmente, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, com atuação em todo o Território nacional, tem enfrentado, ou melhor, na verdade tem notado algumas situações relativas aos equipamentos de uso controlado. Como relatado, a gente vive em um País onde existe uma escalada crescente da violência – e da violência a que estão expostos nossos policiais – e uma crescente escalada dos confrontos com armamentos letais.

Inicialmente, em relação a armamentos, nós temos percebido que existe uma discrepância em termos de qualidade entre os equipamentos que são empregados pelas polícias brasileiras e pelas polícias no exterior. Temos aí um programa de regulamentação quanto aos calibres e uso de calibres, uma regulamentação feita pelas Forças Armadas – na verdade, pelo Exército Brasileiro – e uma restrição quanto ao uso do calibre 9mm. Hoje, o calibre 9mm é empregado exclusivamente pela Polícia Federal e pelas Forças Armadas.

Nós entendemos, e aí em cooperação com o FBI... O FBI, na década de 80, fez uma migração para o calibre 40 S&W (Smith and Wesson), e recentemente retornou ao calibre 9mm por questão de efetividade do calibre e por conta de situações como a possibilidade de redução de eventuais maus usos, panes e outras questões que existem envolvendo isso.

Ainda em relação aos produtos controlados, nós temos aí um problema com os coletes brasileiros e a normatização que é utilizada para regulamentá-los no País. Em 2006, o Departamento de Justiça americano, que regula as especificações técnicas desses coletes, através do NIJ-0101, de 2006, reformulou as normas a respeito dos coletes a serem empregados naquele país. Contudo, o Brasil, até a presente data, adota uma regulamentação anterior, que é a norma de 2004. A gente acredita que a manutenção da norma anterior traz problemas sérios aos utilizadores desses coletes, tendo em vista que os critérios submetidos na nova norma – ressalto, de 2006 – são mais exigentes.

Temos ainda outros problemas relacionados à compra, à aquisição de equipamentos ou de produtos de menor potencial ofensivo. As polícias do Brasil, polícias federais, polícias estaduais, submetem-se à autorização das Forças Armadas, na verdade, do Exército Brasileiro, para poder adquirir, por exemplo, produtos de menor potencial ofensivo, tais como gás de pimenta e equipamentos de condução elétrica. Nós acreditamos que esse

tipo de regulamentação deve ser feito *interna corporis*, tendo em vista a promoção de direitos humanos e o escalonamento do uso da força.

Em relação ainda a equipamentos para uso em armas de fogo, temos uma problemática com o uso, por exemplo, de apontadores *lasers* e miras optrônicas, entre outros, que têm uma forte correlação com a assertividade e o desescalonamento do uso do armamento letal. Ou seja, hoje, para que um departamento de polícia, e aí eu trago a experiência do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, faça a aquisição, por exemplo, de um produto acessório a uma arma de fogo, é necessário submeter uma solicitação ao Exército Brasileiro. Essa solicitação acaba gerando uma burocracia, um impedimento que nós enxergamos como não sendo tão salutar quanto a decisão *interna corporis* ou a se submeter isso ao Ministério da Justiça.

Seguindo, em relação a viaturas, a gente enxerga uma problemática com relação às especificações técnicas e os equipamentos de segurança ativa e passiva e a incapacidade de entregar viaturas à altura do nível de desempenho necessário para que sejam empregadas nos departamentos de polícia.

Em contato com as agências americanas e agências europeias, nós vemos que existem veículos desenvolvidos especificamente para as polícias, em que existe um reforço do chassi e o acréscimo de equipamentos de proteção dos utentes do veículo.

Em relação às nossas questões, existe um ponto também importante que é a questão do acesso a um produto de qualidade. Hoje, os colecionadores, atiradores e caçadores no País têm a possibilidade de compra de qualquer equipamento pelo mundo afora através de uma licença de importação que pode ser requisitada com o Exército Brasileiro. Hoje, um policial federal, um policial rodoviário federal, um policial militar, um policial civil ou um guarda municipal não tem condição de fazer a mesma aquisição. Ele fica restrito à indústria nacional, sendo que se trata de um equipamento para preservação de sua vida e preservação da vida dos cidadãos com que ele está interagindo.

Nós acreditamos que esse tratamento desigual entre uma categoria de colecionadores, atiradores e caçadores e os policiais federais, estaduais ou guardas municipais é desproporcional e entendemos que é papel do Legislativo brasileiro interferir em questões como essa, que são de repercussão extremamente importante na segurança pública nacional.

Outra questão que nos preocupa é a repercussão disso na atuação do policial. Nós entendemos que um policial bem equipado, um policial com equipamentos confiáveis tem condição de desempenhar o seu serviço com muito mais segurança e, portanto, oferecer uma taxa de letalidade muito menor à sociedade brasileira.

Reitero o agradecimento ao Senador Medeiros pela brilhante ideia e brilhante iniciativa de trazer esta pauta à tona e pela oportunidade da discussão e agradeço à Inspetora Maria Alice, Diretora-Geral do Departamento, que represento neste momento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Agradecemos as palavras do Eduardo, que neste ato representa o Departamento de Polícia Rodoviária Federal e passo a palavra ao Coronel Elias Miler da Silva, Diretor de Assuntos Legislativos da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais (Feneme).

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – Senador Medeiros, pela Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais, que tem como Presidente o Coronel Marlon, eu saúdo V. Exª e agradeço por este convite para, mais uma vez, estar aqui, no Senado Federal, na Casa dos Estados, para poder debater um tema de grande importância não somente para os profissionais de segurança pública, mas de importância para a sociedade brasileira.

V. Exª, que é oriundo da atividade policial, tem a vivência prática e conhece a realidade e a necessidade deste Brasil, mormente integrando uma instituição que tem a responsabilidade de proteger o Brasil na vasta malha rodoviária brasileira. Então, V. Exª, que esteve lá na frente, lá na ponta, conhece bem essa realidade, e o Senado Federal é feliz com a presença de V. Exª aqui porque consegue fazer o que poucos fazem: trazer a realidade para o debate no campo político e teórico. Então, a presença de V. Exª aqui é de suma importância para a sociedade brasileira, e nós, pela Federação dos Oficiais, queremos estar sempre irmanados com o senhor e parabenizá-lo por esta iniciativa, que abre as portas desta Casa de suma importância não só para o Estado, mas para o povo brasileiro, e também queremos aqui, mesmo em sua ausência, deixar registradas as palavras do Senador Paulo Paim desde o tempo de Deputado, um baluarte, homem que defende a sociedade, e também falamos com tranquilidade porque, infelizmente, não somos eleitores dele, não somos da Brigada Militar, mas reconhecemos o trabalho dele à frente desta Casa, desta Comissão, defendendo, realmente, os direitos humanos.

Quando o Senador Paim era Deputado, juntamente com o Deputado Marcos Rolim, fez uma caravana em defesa dos direitos humanos dos policiais, porque é muito fácil, Senador Medeiros – e V. Exª conhece isso bem – atirar pedras e colocar a responsabilidade de todas as mazelas sociais nos profissionais de segurança

pública. É muito fácil! E nós encontramos em V. Exª, Senador Paim, aqueles que tentam trazer a realidade e fazer a defesa dos direitos humanos para toda a sociedade brasileira.

Saúdo a Mesa aqui presente, saúdo os colegas presentes, os profissionais desta Casa e o Senado Federal por esta oportunidade, uma vez que estamos pela TV Senado, Senadora, para todo o Brasil.

O Coronel Marlon, Presidente da Feneme, que é de Santa Catarina, nos incumbiu de virmos mais uma vez a esta audiência pública debater este tema, já colocado aqui pelos que me antecederam de forma brilhante e pontual.

Mas eu queria também ampliar este debate para dizer que não adianta somente focarmos no equipamento e darmos o equipamento da melhor qualidade para o policial, para o profissional de segurança pública se não tivermos as condições ideais, se não tivermos recursos humanos adequados para inclusive operar esse equipamento.

Então, nesse sentido, queremos ressaltar que o Brasil é um país que está em guerra. Existe uma guerra não declarada neste País, e alerto esta Casa que é de suma gravidade debatermos neste encontro, Senador Medeiros, com profissionais de segurança pública do exterior, seja da Gendarme argentina, seja da Guarda Civil Espanhola, e eles ficam abismados. Eles falam: "Miler, o Brasil está matando 60 mil pessoas por ano! Juntando todas as guerras deste mundo, não matam 60 mil pessoas." Existe um estado de guerra não declarada neste País, e convoco o Senado Federal para intervir. E V. Exª está tomando a frente neste sentido. São 60 mil pessoas mortas pelo crime oficialmente. Os Estados Unidos da América perderam em dez anos de guerra do Vietnã 50 mil pessoas. Na Síria, morrem 2,5 mil a 3 mil pessoas. No Afeganistão, Estado de guerra, e, neste País, morrem 60 mil pessoas. E, no confronto com o Estado legal, a instituição a que V. Exª também pertence, no confronto com o Estado legal, a polícia, se defendendo, infelizmente, vem vitimar 3 mil pessoas.

A manchete no jornal é colocada da seguinte maneira: "O Brasil tem a polícia que mais mata. A polícia mata 3 mil pessoas e está numa crescente". Fazem uma análise parcial e distorcida e não olham que essa polícia, no confronto para salvar a vida de 60 mil, infelizmente vem a vitimar 3 mil pessoas, mas as 57 mil pessoas, isso não é manchete, isso não causa preocupação.

Então, quero aproveitar este momento, esta Casa e a Comissão de Direitos Humanos para dizer que, à medida que, no confronto, os policiais infelizmente vitimam 3 mil pessoas, morrem no Brasil por ano 500 policiais. É o país onde mais matam agentes públicos no mundo. Matam mais policiais neste Brasil do que na Inglaterra, onde morrem de 4 a 20 policiais por ano. Aqui, matam-se mais agentes do Estado, cem vezes mais, e isso infelizmente não é matéria, não é notícia.

Então, a partir desta situação, deste quadro de guerra não declarada, temos o aparato de segurança pública; o Brasil que tem a maior fronteira seca do mundo, e V. Exª, pela Polícia Rodoviária Federal, tenta conter nas fronteiras tráfico de armas, de drogas, e não consegue. Para o bandido, para o crime organizado, que é transnacional, chegam os melhores equipamentos e as melhores armas. Para os bandidos no Rio de Janeiro chegam metralhadoras, fuzis com tiro traçante, com mira a *laser*, e o policial do Rio de Janeiro vai combater o crime com o fuzil FAL, da Segunda Guerra Mundial, e ainda querem que esse policial seja como um policial da Suíça.

Senhores e senhoras, Excelências, tragam o Bope americano e o coloquem com o 38, que a PM ainda utiliza, para combater o tráfico lá na Favela da Rocinha, no Alemão. Mas, infelizmente, alguns ficam filosofando, fora da total realidade.

Então, trazendo agora para o equipamento, nós temos o Estatuto do Desarmamento, importante lei que desarmou a população, mas não desarmou o bandido. A polícia – foi colocado aqui pelos meus antecessores –, seja ela qual for, tem que ter autorização do Exército Brasileiro para comprar uma arma, uma burocracia que não existe em nenhum local do mundo. E tem que comprar arma da indústria brasileira, sob a premissa de que tem que valorizar a indústria nacional. Nós pagamos quatro vezes mais pela arma brasileira – e uma arma de má qualidade, munição de má qualidade –, e não nos deixam importar uma arma de qualidade, para defender a vida do policial e a vida da sociedade, do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Lembrando que o próprio Exército compra Glock para seus batalhões de operações especiais.

O SR. CORONEL ELIAS MILER DA SILVA – Infelizmente, é essa situação que V. Exª colocou. Alegam que é para preservar a indústria brasileira.

Senhoras e senhores, em São Paulo, nós temos um cemitério só de PMs mortos em serviço e que nunca foi objeto de demonstração, nesta Casa ou na Câmara. Há um cemitério lá só de PMs mortos em atividade. Não cabe mais. Mas isso não é notícia na Rede Globo, não é notícia no Fantástico, porque um policial, quando morre, não é notícia.

O Deputado Major Olimpio, meu amigo lá de São Paulo, um guerreiro, fez a denúncia de que a Polícia Militar paulista – como bem disse o Coronel Castilho, é bem equipada e tenta, nessa regra do jogo, comprar as

armas aqui – comprou 5 mil submetralhadoras da Taurus, que estão paradas porque não prestam; comprou 80 mil pistolas da Taurus, que estão disparando sozinhas e ferindo os policiais. Estão agora fazendo revisão delas. Das 80 mil, fizeram em 1,5 mil. O policial chega a sua casa, se a arma cair, dispara e o acerta. Ele vai tentar se defender no confronto e a arma acaba engasgando; na linguagem comum, ela trava.

Então, nessa situação, Senador Medeiros, fechando essa nossa colocação, tramitam na Câmara dos Deputados – eu tenho certeza de que V. Exª também tem essa iniciativa aqui – projetos que isentam de impostos a compra de armas, que permitem comprar equipamento, arma e munição do exterior.

É um absurdo! O criminoso compra arma no tráfico, a preço baixo, sem impostos, e o Estado legal, para enfrentar o criminoso, tem que pagar impostos e comprar armas. E aí eu comparo, Senador Medeiros: é equivalente a um jogo de futebol – está ali o Werneck, que bem sabe isso, como agente da Polícia Federal – em que um juiz controla um time e para o outro time ele fala: "isso não é problema meu." É um jogo perdido. Um time não pode usar chuteira de ferro, tem que respeitar as regras, tem que jogar no *fair play*, e o outro pode ficar à vontade! Então V. Exª, que esteve lá na ponta, sabe que essa é a realidade.

O que pedimos é que, desta audiência pública, saia de fato uma análise do quadro real e que não haja reserva de mercados, e que os policiais, primeiramente, tenham as condições de recursos humanos, homem bem selecionado, bem formado, bem treinado e com equipamentos de qualidade e valorizado, para que, de fato, com condições psicológicas e humanas e com equipamento, esse policial possa defender a sua vida e a sociedade, para cumprir o juramento que fez lá na sua formatura: defender a sociedade com o sacrifício da própria vida.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Agradecemos as palavras do Coronel Elias Miler.

Quero registrar, aqui, que acaba de chegar na nossa audiência a Senadora Ana Amélia, muito atuante pelo Estado do Rio Grande do Sul, que, no momento em que quiser fazer uso, estará com a palavra.

Lembramos também que as associações – um dos objetivos dessas audiências públicas é justamente esse – podem dar sugestões sobre mudança na legislação. Essas audiências têm justamente esse fito de debatermos, procurarmos saídas e angariamos subsídios para a atividade deste Parlamento.

Passo a palavra ao Coronel Leonardo José Rodrigues de Sant'Anna, Chefe do Estado Maior da Polícia Militar do Distrito Federal.

O SR. CORONEL LEONARDO JOSÉ RODRIGUES DE SANT'ANNA – Senador José Medeiros, bom dia; em nome de V. Exª cumprimento os demais membros da Mesa.

Fico muito feliz de neste momento representar não apenas a Polícia Militar do Distrito Federal, nesta fala, o Coronel Marcos Antônio Nunes de Oliveira, mas também trazer que esta não é uma fala da Polícia Militar do Distrito Federal, esta é uma fala da população do Distrito Federal, da população do nosso País, que eu represento neste momento. E gostaria de salientar que de forma triste esta acaba sendo também a fala do Cabo Renato, falecido na Polícia Militar do Distrito Federal defendendo a população contra agressores sociais, no momento em que não possuía um equipamento à altura – no caso, uma viatura policial – de maneira que pudesse fazê-lo de forma efetiva. Então, aqui fica a nossa principal colocação ao início dessas considerações.

Eu gostaria de mencionar, antes de tudo, que diferentemente de outras categorias, as polícias militares têm tido um tratamento apartado do que o nosso cliente precisa. Então, trabalhamos para o cidadão, para que o nosso cliente principal esteja sempre bem atendido no que consideramos ser o bem mais importante, em qualquer sociedade civilizada, que é a própria vida. E quando os instrumentos que para nós são disponibilizados para a defesa da vida desse cidadão não são os melhores, eu não posso optar, dizer que esse ou aquele instrumento pode funcionar nessa ou naquela condição. E pior, acabo sendo impedido de fazer a aquisição dessa ferramenta da proteção da vida do cidadão.

Talvez seja esse o ápice deste momento, desta discussão, porque a partir do instante em que existe uma regra para defesa da vida e uma regra que coloca o cidadão em condição de, infelizmente, alguém que precisa depender de uma norma, de uma autorização específica, muitas perguntas aqui acabam sendo respondidas. Os 50 mil homicídios por ano, os 500 policiais por ano, tudo isso acaba sendo respondido.

Então, como mencionou o colega da Polícia Rodoviária Federal, precisamos entender qual é a razão de, no momento em que sou questionado sobre uma bala perdida, não ser questionado sobre o porquê de não poder ter uma mira a *laser*. Alguém tem que nos responder – como cidadãos – essa pergunta. Essa é a primeira questão que gostaria de colocar.

No caso do policial que faleceu, Cabo Renato, nós tivemos... Faço aqui apenas uma breve correção no que foi mencionado pelo Coronel Castilho. Nós já estivemos em Michigan. Começamos essa pesquisa em 2012 e houve um segundo momento em 2014; eu estive naquele Estado no ano de 2015. E os policiais nos pergunta-

ram: "Por que não existe uma regulamentação nacional para uma viatura policial? Qual é o interesse que gira em torno da vida dos cidadãos"?

Então, se nós buscarmos todas as NBRs existentes no País, não existe uma NBR que regule a compra de uma viatura preparada para atividade policial. Eu me obrigo a adaptar um veículo civil eu coloco adesivo, coloco luz, coloco rádio e digo que aquilo é uma viatura policial, quando, na verdade, nós sabemos que não o é. Na verdade, sabemos que se trata de uma adaptação equivocada para um instrumento de trabalho, eu não estou falando de um instrumento, de uma ferramenta de locomoção, estou falando de instrumento do trabalho.

Nós questionamos também quando entramos em um *site* da internet – qualquer um dos senhores e das senhoras pode entrar também – e verificamos que uma ferramenta, que um veículo como aquele custa fora do Brasil – e eu posso colocar ali toda taxa de impostos que desejar – US$ 31 mil. Se eu colocar mais US$9 mil de equipamento, de blindagem – uma blindagem que não posso trazer para cá, inclusive –, a norma que determina que eu cheque blindagem de coletes e de viaturas, a norma que nós seguimos no País, é uma norma internacional. Se eu quiser blindar lá e trazer esse veículo para cá, eu não posso. Mesmo que eu coloque US$9 mil de taxa de blindagem de quaisquer outros equipamentos que deseje, esse veículo chega mais barato do que o veículo de que hoje eu posso fazer aquisição para o meu policial utilizar. É algo que eu gostaria de colocar também para que todos nós pudéssemos repensar.

No que se refere a armamentos, no que se refere à munição eu acredito que não precise acrescentar mais dados porque a informação mencionada por nossos colegas anteriormente foi bastante qualificada.

Hoje, se eu quiser fazer aquisição de uma de uma arma 9 mm que vai baratear o meu custo de treinamento, que vai baratear a condição de execução dos disparos de arma de fogo, não adianta aqui a gente falar de questionamento do tipo de ponta, da morfologia do projetil, que ele é mais ou menos efetivo porque a tecnologia já avançou isso tudo, não é aqui nenhum ponto de questionamento. Eu posso, sim, ter uma munição 9mm, nós temos policiais aqui nesta plenária e nós sabemos que quando eu tento fazer um treinamento com uma policial feminina com uma arma ponto 40, que tem um recuo um pouco maior, eu tenho mais tempo nesse treinamento e acaba sendo também um treinamento mais caro em um país em que nós sabemos que infelizmente esse não é o quesito que é considerado para a capacitação do seu profissional de segurança.

Ainda falando de capacitação e treinamento – e, aí, cabe, acredito, para todos os Estados e para todas as instituições –, se nós buscarmos verificar quanto custa uma diária internacional, passagem de ida e volta para os Estados Unidos, o curso em uma instituição, uma corporação como a Smith & Wesson Academy, por exemplo, eu acredito que, pelas contas que nós fizemos até agora, é mais barato pegar um policial daqui, colocar no avião, pagar diária internacional, pagar para ele lá fora os dois mil tiros, R$195, R$198 cada caixa com mil cartuchos de munição. É mais barato do que treinar aqui. Eu gostaria que alguém também nos trouxesse uma resposta sobre isso: custo do treinamento. Temos sido, como o Coronel Miler bem colocou, questionados acerca da qualidade do trabalho oferecido pelo nosso profissional.

Ainda falando de outros equipamentos e de outras ferramentas que são necessárias para o cumprimento dessa atividade, o Batalhão de Operações Especiais do Distrito Federal ainda demora na aquisição de ferramentas, de armas específicas para as atividades, que são armas que vêm de fora do País. Temos ali o Coronel Fábio Pizeta, hoje Presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal. Ele aguardou sete anos para aquisição do armamento. Senhores, eu gostaria de repetir: ele aguardou sete anos para aquisição do armamento e ainda não conseguiu, Senador, chegar com esse armamento aqui no Distrito Federal, porque se trata de armas que são importadas.

Nós gostaríamos de mencionar que hoje uma tropa que é utilizada em larga escala como a tropa que mais lida com crime violento letal intencional, o CVLI, que são as tropas de patrulhamento tático embarcado, primeiro, não tem a viatura adequada, como acabei de mencionar, com uma cápsula que permita ter mais espaço, com um armamento, uma colocação específica do armamento dentro daquela viatura, bem como também não pode adquirir as armas de que necessita. E nesse caso eu gostaria de falar de uma arma com um cano menor...

(Soa a campainha.)

O SR. LEONARDO JOSÉ RODRIGUES DE SANT'ANNA – ... que permita um desembarque mais ágil. Não sei se todos têm conhecimento, mas é uma tropa que realiza, em média, por noite, em torno de 70 abordagens cada equipe. Dessa forma, fazendo entre 70 e 75 abordagens, eu falo de um embarque e desembarque a cada 20 minutos. Então, como é que eu vou fazer isso com um equipamento que não é o equipamento adequado? E quando eu falo desse tipo de tropa, a gente pode mencionar a mais conhecida no País, que é a Rota Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar. Então, é mais ou menos esse o tipo de trabalho a que os nossos profissionais são submetidos para defender o cidadão, para defender a sociedade.

Nesse mesmo ponto, nessa mesma linha, eu gostaria de tratar de outros tipos de tema. Infelizmente o tempo aqui não é previsto, mas ontem, por exemplo, nós tivemos, no período da tarde, a residência do Senador Romário invadida por três pessoas. Graças a Deus a Polícia Militar do Distrito Federal foi efetiva nesse sentido, nós pudemos prender todos esses agressores sociais. Essas pessoas entraram pelo lago, que é um ponto que acaba sendo vulnerável em relação à atividade que nós realizamos aqui em Brasília. E eu pergunto: em relação aos equipamentos que eu gostaria de ter para mobiliar o meu policial, mobiliar as minhas equipes de trabalho para serem mais efetivas ainda... E não é porque se trata da residência do Senador, mas, dentro de um trabalho preventivo, caso eu não tenha esses equipamentos, esse trabalho se encontra prejudicado, ele se encontra cada vez menos efetivo. Então, é importante que nós mencionemos esse tipo de assunto aqui.

Lembro que tudo que nós falamos em termos de efetividade, em termos de produtividade, em termos do que nós desejamos de aplicação do nosso profissional se inicia nas práticas de boa gestão. E isso não sou eu questão digo. São os educadores, são os acadêmicos que tratam desse tema que falam sobre a prática da boa gestão. Se eu não consigo realizá-la por não conseguir também oferecer ao meu profissional um bom equipamento, um bom armamento, uma boa ferramenta de trabalho, nós estaremos constantemente sendo questionados em relação à qualidade do que os gestores de polícia fazem em relação ao cidadão do País de uma maneira geral. Então, é muito bom que nossos telespectadores que possam estar nos vendo agora, que quem busca essa informação possa ter essa base de comparação.

Por fim, eu gostaria de mencionar que é muito complexo nós exigirmos a qualidade dos nossos profissionais sem que esses quesitos sejam respondidos. O que nós desejamos aqui é uma resposta do Estado acerca de uma qualidade profissional que tem sido cobrada. O que nós desejamos, e esta audiência é perfeita para isso, é a ferramenta adequada para isso, é que o nosso cidadão saiba que nós não temos apenas um problema de polícia; nós temos um problema que envolve decisores que estão em um nível diferente do que nós, gestores de polícia, nos encontramos agora.

Eu gostaria também de fazer um paralelo internacional para todos que nos ouvem neste momento. Eu iniciei, por intermédio da Polícia Militar do Distrito Federal, minha atividade como consultor de treinamento das Nações Unidas aos 26 anos de idade. Então, desde 1997, eu o faço. E o questionamento é o mesmo, tanto dentro do Brasil como fora do Brasil: em um país com bastante problema, em um país totalmente dilapidado em termos de gestão, eu consigo, como consegui nos anos de 2005 e 2006, capacitar diversos profissionais com uma arma que meu profissional não consegue ter aqui no Brasil.

Então, eu consegui que uma arma que o nosso policial gostaria de possuir chegasse ao Timor Leste, um país completamente destruído, onde todas as tropas especiais de fronteira – e fronteiras já tratadas por esta Mesa – foram capacitadas por um grupo de 6 profissionais, 2 brasileiros – o Capitão Emerson da Polícia Militar de Santa Catarina e eu – 2 colegas de Portugal e 2 colegas espanhóis, até que nós concluíssemos todas aquelas turmas que protegeriam as fronteiras do país.

Fica a última pergunta: por que eu não consigo ter a mesma ferramenta aqui no Brasil?

Gostaria de finalizar, Senador, agradecendo a oportunidade de falar em nome do cidadão do Distrito Federal, de falar em nome dos nossos policiais e – repito – em especial em nome de um profissional que teve 13 anos de sua vida dedicados à Polícia Militar do Distrito Federal cujo filho de 9 anos de idade e cuja esposa estiveram no cemitério no sábado próximo retrasado. A ele, à família e ao filho dele, pela falta de equipamento, a única coisa que pudemos entregar foi uma bandeira dobrada da Polícia Militar do Distrito Federal. Eu não gostaria mais de fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Agradecemos as palavras do Coronel Leonardo. Essa é uma realidade que tem se alastrado por todo o País. Tem sido uma constante, ou quase isso, Coronel, a entrega desse adereço às famílias, e é justamente por isto que temos que debater o assunto: para que situações como essas não perdurem.

Passo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Senador José Medeiros, não sou especialista em matéria de segurança, falo aqui como cidadã e representante do Rio Grande do Sul, Estado cuja polícia militar é mais que centenária, é bicentenária a nossa Brigada Militar do Rio Grande do Sul, uma instituição muito respeitada pelos gaúchos.

O meu Estado também é um Estado legalista. O Rio Grande do Sul foi o Estado onde o plebiscito sobre o desarmamento teve o maior índice contrário, porque também é no Rio Grande do Sul onde se registra o maior número de armas de fogo. É uma tradição histórica, é comum ver a imagem de um gaúcho com uma faca atravessada na cintura ou um revólver. Essas imagens remontam à história de um Estado muito combativo, eu diria até revolucionário no bom sentido, o Rio Grande do Sul. Também há muito respeito aos hábitos que os europeus trouxeram, como a caça, mas com períodos determinados, com registros, com clubes. Tudo

isso fez do Rio Grande do Sul um Estado legalista, que deu essa resposta à sociedade quando houve o plebiscito sobre o desarmamento.

Talvez por isso o Rio Grande do Sul tenha o maior número de empresas produtoras de armamentos, grandes empresas, empresas exportadoras. Prestei muita atenção às críticas que o Coronel Miler fez a respeito dessa qualidade. A indagação que faço – não sei se o Dr. Cláudio já falou, mas é este o questionamento... Segundo informações que tenho, e por ter visitado algumas empresas, grande parte dessas armas são exportadas, e são exportadas para países como os Estados Unidos, que são rigorosos quanto à funcionalidade do armamento. Então, eu queria saber se a arma que é exportada é uma arma só para esporte ou se é uma arma específica para uso militar.

A qualidade da munição da indústria brasileira foi colocada sob suspeita, isso me preocupa muito. É uma indústria altamente tributada, geradora de divisas como exportadora que é. Então, por ser de um Estado produtor e exportador de armas, tenho muita curiosidade sobre o assunto. Gostaria que o representante do setor se manifestasse sobre isso.

Percebo também nesta discussão... E aí vem a história do equipamento e do veículo usado nas operações militares. Claro que não me cabe, por não ser técnica, fazer essa avaliação, mas eu pergunto o seguinte quanto aos caminhões usados pelos corpos de bombeiros: esses equipamentos são importados?

Eles são muito eficientes em sua operação. Nunca ouvi dizer que tombou um caminhão de bombeiros, nunca ouvi dizer que tombou, e é emergência, ele sai correndo, sai em alta velocidade, com sirene ligada, como saem, claro, os policiais.

Então, faço essas colocações para saber qual a diferença, para uma leiga como eu em segurança pública, entre um veículo usado em uma perseguição policial a um bandido e um equipamento, também militar, já que o Corpo de Bombeiros opera dependendo das polícias militares. Como funcionam? São adaptados aqui? Tecnicamente funcionam aqui?

Falou-se muito aqui na experiência americana, mas o Coronel Leonardo, que foi o último, falou muito da Argentina, falou da Espanha – o Coronel Miler também falou. Esses nossos vizinhos como estão nessas operações? Acho que, mais perto, você pode até ter uma visão do que eles podem fazer nas respectivas polícias até para estreitar a relação.

Então, eram essas questões. Eu já queria colocar para o Dr. Cláudio essas ponderações a respeito das críticas para saber se são ou não são procedentes. Qual é a razão? Não estamos querendo, não há um interesse comercial – não levanto nenhum suspeita – de empresas que fazem um *marketing* muito mais eficiente, tal como: "minha arma é muito melhor do que a X ou Y, a minha tem um desempenho melhor".

Fui jornalista, Coronel Miler, e, como o senhor falou, às vezes faço a autocrítica sobre os dois lados de um episódio, os dois lados. Na verdade, o senhor usou a palavra "imparcial", mas acho que é "parcial", ou seja, quando só se dá um lado, no caso, o lado das mortes ocorridas, e não dá o lado das vítimas militares que morreram em combate. É um combate.

Além do mais, estamos falando aqui de um País que não se modernizou: coletes à prova de bala, que estão sucateados e não funcionam mais, porque, quando velhos, também deixam de ser eficazes. Armamentos: o bandido hoje os traz de fora hoje, de qualquer lugar, porque a nossa fronteira é um queijo suíço, dito pela própria Polícia Federal, por não suprir com material de informação. A Tecnologia hoje está disponível, *drones* para fazer vigilância na fronteira, e não os usamos, não temos essa utilidade, a Polícia sabe, as instituições sabem que não usamos, e não há esse recurso tecnológico. À noite, a vigilância fotografa a movimentação do contrabando nessa região, que digo que é um queijo suíço, de tantos furos, e que é por onde entram esses armamentos.

Hoje, a diferença entre o poder de armamentos e de instrumentos tecnológicos do bandido comparados aos da Polícia Militar é desproporcional em todos os aspectos – todos os aspectos. E mais: há o risco de o crime organizado buscar na instituição militar aqueles soldados que saem das Forças Armadas preparados durante cinco, seis anos, oferecendo um ganho extraordinário. Esse também é outro risco, porque é uma mão de obra qualificada que vai acabar nas mãos do crime organizado. Então, temos que oferecer também para essa juventude uma oportunidade que não seja o mau caminho, que seja o aproveitamento profissional adequado.

Cumprimento novamente o Senador José Medeiros, que é aqui uma revelação que veio da Polícia Rodoviária Federal do Mato Grosso e tem contribuído muito para um debate importante não só nessa área, mas em outros setores. Quero, então, cumprimentá-lo.

Foi uma surpresa, Coronel Castilho, vê-lo aqui. Conversamos todos os dias, mas eu não sabia sinceramente da sua formação e do seu preparo. Parabéns. Eu o vejo como um assessor parlamentar de grande qualidade.

Parabéns a todos.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Agradecemos as palavras da Senadora Ana Amélia, que é uma espécie de curinga aqui no Senado, porque é realmente qualificada até devido um pouco à sua ex-profissão...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Um curinga bom.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Um curinga bom. (*Risos.*) Estou me referindo à carta do baralho, não ao Curinga inimigo do Batman. (*Risos.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É a lembrança que temos.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Mas ela é, realmente, uma Senadora muito qualificada.

Aproveito para dizer que viajei, agora, no final de semana, por 10 Municípios do nortão de Mato Grosso, região que foi totalmente colonizado por sulistas, especialmente gaúchos, que fizeram toda a estrutura econômica da região. E, lá, a Senadora é uma *pop star*. Então, eu vim de lá, agora, com inúmeros pedidos para dar um abraço na Senadora Ana Amélia; alguns pedindo até que eu dissesse a V. Exª que eles a acham extraordinária, enfim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vamos levar a Comissão de Agricultura para lá, Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Vamos fazer isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Lucas do Rio Verde, Rondonópolis, cidades onde há muitos gaúchos.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Exato. Eu estive em Guarantã, Itaúba, Sinop, e, em todos esses lugares, eles querem saber da Senadora Ana Amélia. E isso não é de graça, não é por ser conterrânea deles, mas é porque, realmente, a Senadora abrilhanta os debates aqui com muita qualidade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Eu passo a palavra ao Sr. Cláudio Augusto Joaquim Moreira, Conselheiro da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e de Segurança (Abimde).

O SR. CLAUDIO AUGUSTO JOAQUIM MOREIRA – Muito obrigado por esta oportunidade de estar aqui. Eu agradeço ao Senador José Medeiros.

A Abimde, como ele disse – e é bom frisar –, é a Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança. Ela incorporou a atividade de segurança há alguns anos já passados, há mais de 10 anos, mas ela começou como a indústria de material de defesa, ou seja, como Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa, englobando empresas como Embraer, Avibras e outras empresas tipicamente do segmento de defesa.

Eu quero agradecer também as palavras da Senadora Ana Amélia, que, de certa forma, poupam alguma coisa que eu iria colocar, porque essas empresas todas aqui citadas, do segmento legal de armas letais – e a Abimde também tem o segmento, como disse, de menor poder ofensivo, que a gente chama de não letais, mas, enfim, é uma questão de terminologia –, não só produzem no exterior, na Alemanha, nos Estados Unidos, embora sejam empresas brasileiras, mas várias polícias internacionais, inclusive dos Estados Unidos, compram armamentos dessas empresas. E eu acho que não caberia aqui, neste momento, pelo menos eu não vejo assim, discutir-se a qualidade desta ou daquela arma; eu acho que o problema existe, não fora assim, seria um absurdo todos aqui reunidos falando dessas situações todas e imaginarmos que o problema não existe. Existem problema! Várias vezes esses problemas foram aqui citados pelos palestrantes da mesa, e eu vi várias cabeças batendo positivamente. Então, nós temos um grande grupo aqui reunido em cima de um problema que é extremamente complexo, porque interesses nacionais e interesses internacionais estão em jogo. E, por trás disso, existem outros elementos, além da segurança do policial, que é fundamental que ocorra. Os números são avassaladores do ponto de vista das estatísticas, e a gente tem que, talvez partindo aqui desta Casa, lidar com essa situação.

Então, eu quero, desde já, colocar a Abimde à disposição desta Casa e do que mais for a sequência dos episódios aqui constituídos... Não sei se vai ser criada uma comissão ou se vai elaborar um projeto, ou se vai se contratar alguém... Por exemplo, eu ouvi críticas aqui a um antigo dispositivo que é o controle pelo Exército, por meio da DFPC – Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados. Foi aqui, várias vezes citado que isso atrasa o processo. Então, por tudo isso, acho que o Brasil está evoluindo, o mundo está evoluindo.

Eu acabo de chegar de férias na Europa, ontem, e fui contatado por pessoas do segmento não letal ou de menor poder ofensivo oriundas da Rússia no sentido de que talvez nós possamos criar, no âmbito dos BRICS,

no âmbito de seus países-membros – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul –, uma comissão para tratar da "estandardização" e regulamentação de produtos de menor poder ofensivo.

O mundo inteiro – a Europa, inclusive – está sendo submetido a essas pressões sociais e políticas, todos nós estamos acompanhando a questão das migrações, isso está trazendo uma enorme instabilidade. Em Portugal, houve um estudo de um grupo de várias universidades europeias – que, infelizmente, eu ainda não consegui –, que chegou a uma conclusão de que a questão de defesa e segurança não pode mais ser uma coisa exclusiva de Força Armada e Polícia, deve haver segmentos sociais participando do processo.

Várias universidades se envolveram. E estou para obter esse documento, porque acho que o mundo está cada vez menor e temos que participar desses esforços.

Com todas essas palavras que estou aqui proferindo, quero enfatizar o objetivo delas, Senador, que é exatamente colocar a Abimde, com seu corpo técnico, à disposição para que a gente possa trabalhar em conjunto no sentido dos interesses brasileiros fundamentalmente, dos interesses dos policiais, da população brasileira e da indústria brasileira, no melhor interesse nacional.

Basicamente é o que eu teria a dizer. Não tenho como pontuar cada um desses assuntos, porque não os conheço nessa profundidade específica, mas coloco novamente a Abimde à disposição do Senado, do Senador e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Nós que agradecemos, Dr. Cláudio.

Agora, vamos à segunda Mesa. Vamos pedir aos membros da primeira Mesa que assumam a bancada. Depois da segunda Mesa, vamos ter a possibilidade de os presentes fazerem as suas considerações a respeito do tema para encerrarmos a nossa audiência.

Chamo, para formação da segunda Mesa, Everson Feuser, Diretor Parlamentar da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FENAPRF); Coronel Fábio Barbosa Pizeta, Presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal; Tenente William Miller, Secretário do Conselho Nacional de Comandantes Gerais; Flávio Werneck Menegelli, Presidente do Sindicato dos Policiais Federais do Distrito Federal (Sindipol); e Coronel Marcos Araújo, Subcomandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal.

Lembro àqueles que estão começando a nos ouvir agora pela Rádio Senado e TV Senado que esta audiência tem o objetivo de debater "O aprimoramento do marco normativo sobre a produção de equipamentos utilizados pelas instituições policiais no Brasil". Contamos com a presença de profissionais e Parlamentares para debater o assunto e chegarmos a angariar subsídios para possível normatização e uma melhor regulamentação desses produtos.

Passamos a palavra ao Everson Feuser, Diretor Parlamentar da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FENAPRF).

O SR. EVERSON FEUSER – Muito obrigado, Senador, nosso colega e parceiro. Muito bom dia a todos! Bom dia, Senadora Ana Amélia, fazendo referência aos nossos colegas do Rio Grande do Sul.

Bem, senhores, o tema iniciado hoje nos traz algumas reflexões muito importantes. Primeiro, eu gostaria de dizer a todos aqui o seguinte: quem vos fala neste momento é aquele que está na ponta, sofrendo realmente com esse tipo de problema. Eu sou policial, depois de amanhã regressando ao meu Estado. Além de Diretor Parlamentar da nossa federação, concorro a escala de serviço e estarei lá de serviço, para prestar serviço à sociedade, para defender a nossa sociedade e dar a ela a segurança de que ela precisa.

Senhores, eu tenho família. Eu tenho filhos. Eu tenho uma vida que realmente não merece ser descartada, assim como foram tantas vidas de colegas nossos. Eu aqui já posso citar, inicialmente, dois colegas que trabalhavam comigo e foram executados, de joelhos, em frente a dois assassinos, que friamente tiraram suas vidas, isso há mais de dez anos. E pasmem os senhores: hoje, um desses assassinos está beneficiado pela prisão domiciliar.

Então, temos muitas coisas que precisamos melhorar na legislação, na proteção da nossa sociedade, porque quando eu digo proteção à nossa sociedade, eu digo aos senhores o seguinte: quando eu sair de casa na quarta-feira próxima, eu não vou sair de casa para me proteger. Eu não saio de casa para me proteger. Eu não uso uma arma de fogo porque eu, Everson Feuser, preciso de proteção. Eu uso uma arma de fogo porque, naquele momento em que estou lá, eu sou o Estado brasileiro, eu sou o Estado que deve dar proteção ao nosso cidadão. Então, naquele momento, a qualidade desse equipamento não quer dizer respeito a mim apenas. Eu estou ali para defender a sociedade.

Várias e várias noites, eu, assim como outros pares policiais rodoviários federais, policiais militares, policiais federais e tantos outros profissionais, no momento em que escolhemos ser um agente do Estado para proteger a sociedade, sabemos do risco que vamos correr. Então, Senadora Ana Amélia, quando eu saio de casa, eu sei que efetivamente eu posso não voltar. Foi a escolha que eu fiz, foi para isso que eu escolhi ser um

profissional de segurança pública. Essa é a minha escolha, é isso que eu vou ser. E hoje, no Brasil, o que parece é que, quando nós vestimos nosso uniforme – e diga-se de passagem que nós temos orgulho de vestir o nosso uniforme, garanto aos senhores que todo profissional de segurança pública tem esse orgulho –, quando nós vestimos esse uniforme, nós não nos transformamos em super-heróis. Hoje o pensamento que existe é que nós, simplesmente por estarmos envoltos em um manto sagrado para nós, nós nos transformamos em um super-herói que ali está numa condição superior. O criminoso ficaria lá embaixo, na latrina da sociedade, enquanto o super-herói está lá em cima, com os seus superpoderes, pronto para disparar um raio paralisante no criminoso, e ele pronto, parou por ali mesmo e não vai fazer mais nada. Esse é um sonho que nós temos realmente! Todo profissional de segurança pública, eu garanto a vocês, gostaria que nós não precisássemos utilizar uma arma que matasse o criminoso. Se houvesse tecnologia hoje capaz de fabricar uma arma que congelasse, que paralisasse o criminoso, e nós pudéssemos ir lá e fazer a prisão do indivíduo, para nós estaria resolvido. Nós não somos assassinos, nós não nascemos para isso, nós não somos assim. Nós temos família, nós somos pessoas que precisam realmente cumprir nossa missão, trazer o sustento para nossa casa, mas nós temos família e sabemos que a nossa família também precisa e merece ser defendida.

Senador Medeiros, parabenizo V. Exª de forma bastante forte aqui no sentido de iniciar esse trabalho e aproveito a oportunidade para fazer um encaminhamento: que se crie, de alguma forma, uma comissão, uma entidade, um órgão que trate realmente da regulamentação, da normatização das características dos itens, objetos, equipamentos, acessórios, armamentos, viaturas que são utilizados pelos órgãos de segurança pública no Brasil. Nós, aqui, não devemos brincar de segurança pública.

Quando eu entrei na Polícia Rodoviária Federal, em 1996 – infelizmente, tenho que dizer –, o cidadão respeitava a Polícia. Nós éramos respeitados como policiais; hoje, nós somos desafiados. Quando nós vamos abordar um cidadão, uma das primeiras coisas que ele questiona é porque está sendo parado, pergunta qual o problema, como se nós saíssemos de manhã já com um pensamento como este: "ah, estou vendo o Coronel Leonardo. Vou fiscalizar o Coronel Leonardo". Nós não conhecemos ninguém. Nós somos imparciais. Escolhemos os nossos alvos de fiscalização de uma maneira aleatória ou baseados em suspeitas que nós, como profissionais de segurança pública, adquirimos ao longo do tempo, o que a gente chama, na polícia, de tirocínio.

Hoje, nós temos profissionais de segurança pública excelentes que estão perdendo o interesse, Senadora. Confesso a vocês que estou com 20 anos de trabalho e hoje eu já torço para que chegue a hora da minha aposentadoria, porque hoje eu temo pela minha vida. Eu não temo pela minha vida só num confronto. Não é assim que nós morremos. Eu temo pela minha vida quando estou utilizando uma viatura que usa um pneu como aquele que eu gosto de usar no meu carro, de perfil baixo, que, na hora em que eu preciso dele para ultrapassar um bloqueio, vai me deixar na mão. Então, hoje, as nossas viaturas são veículos de passeio fantasiadas de viaturas. É o carro do super-herói; é o batmóvel. Colocamos lá uma pintura, um giroflex, uma sirene que faz barulho e entendemos que o policial está protegido. Nós tivemos, há pouco tempo, acho que há menos de três meses, três PRFs baleados dentro da viatura, na região de Barra do Turvo, se não estou enganado, próximo à divisa entre Paraná e Santa Catarina, porque eles foram verificar uma situação e, quando chegaram ao local, três ou quatro meliantes simplesmente abriram fogo. Eles não querem saber se aquele é o super-herói. Eles vão disparar. E esses tiros simplesmente transfixaram a carroceria da viatura, que é uma lata, uma lata de azeite. Hoje em dia, o azeite não vem mais em lata. Eu sou da época da lata de azeite. Mas ela é uma latinha fina, que não segura nada. Se o policial tiver sorte, vai esbarrar em alguma coluna, vai esbarrar em alguma peça do motor, para não transfixar, mas nós não temos essa sorte. Nós, infelizmente, não temos essa sorte.

Então, realmente, a nossa preocupação vem imbuída do sentido de... Citamos muito o armamento estrangeiro, Senadora, mas não porque queiramos deixar de adquirir o equipamento nacional. Eu garanto que a senhora ou que qualquer um dos presentes que pesquise na internet sobre panes com a pistola... Não vou citar marcas porque acho que não me cabe. Mas pesquise lá! Todo mundo conhece as marcas das nossas armas nacionais. Pesquise lá sobre pane de armas utilizadas pelas polícias brasileiras! São inúmeros casos. E eu garanto aos senhores nós profissionais de segurança pública estamos sentindo isso na pele. E sabem o que está acontecendo? Nós mesmos estamos indo atrás... Assim como nós estamos aqui hoje. Foi preciso que um Senador policial promovesse este encontro. Então, nós vamos atrás disso hoje. Nós, a partir deste momento e a partir já de algum tempo, nós estamos também buscando os nossos direitos. Infelizmente, muitas vezes somos deixados de lado, muitas vezes somos criminalizados por termos optado por essa profissão, que julgamos nobre, pela escolha de vida de nunca sermos ricos, pela escolha de vida de nunca termos uma vida abastada, mas pela escolha de vida de saber que optamos por colaborar para que tenhamos uma sociedade mais justa.

Então, senhores, na quarta-feira, quando eu voltar ao meu posto de trabalho, lá em Joinville, já vou voltar mais aliviado e com a certeza de que, hoje, foi dado um primeiro passo de um caminho muito importante de que, queira Deus, eu possa ainda participar e colher os frutos deste trabalho ainda antes de me aposentar.

Muito obrigado, Senador Medeiros, muito obrigado a todos, e tenhamos sucesso nesta nossa empreitada.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Muito obrigado, Everson pelas suas palavras.

Vamos passar a palavra agora ao Coronel Fábio.

Na verdade, eu havia anunciado o Coronel Marcos, mas, na verdade, o Coronel Fábio está aqui em substituição ao Coronel Marcos Araújo, como Presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal.

Com a palavra, Coronel.

O SR. FÁBIO BARBOSA PIZETA – Bom dia! Muito obrigado, Senador, a quem parabenizo pela iniciativa. Este tema tem de ser realmente discutido.

Bom dia, companheiros; bom dia, Senadora.

Estamos vivendo um momento muito complexo no Brasil. Para o senhor ter ideia, Senador, até a data de hoje, já temos, no ano de 2016, 82 policiais mortos no Brasil, como um todo. Mortos exatamente porque estamos num sistema de segurança pública do século XIX, com fortes resquícios do Império. E estamos no século XXI numa República. No entanto, ainda temos essa situação e esses efeitos colaterais, como citado aqui pelos colegas, de 50 mil mortos por ano no Brasil por armas de fogo, homicídios ,uma guerra.

Como representante dos oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal, gestores da corporação, digo ao senhor que é muito difícil a gente trabalhar sem condições de adquirir o melhor equipamento. Cada região do País possui uma característica própria. A gente colocar como uma determinada arma serve de norte a sul, num país continental como o nosso, é complicado. Uma arma usada no Distrito Federal com certeza não poderá ser usada na Amazônia, que tem um clima mais úmido. Uma viatura utilizada no Rio Grande do Sul, de repente, não vai ser possível utilizá-la no Nordeste. Então, há várias diferenças e uma legislação federal que amarra e dificulta ao gestor fazer as aquisições corretas dentro daquilo que ele enxerga como sendo o melhor equipamento. E pode ser esse equipamento tanto nacional, como internacional ,que ele vai ter a mesma dificuldade para sua aquisição. Fala-se de armamento, fala-se da viatura, que, na verdade, é uma viatura porque a chamamos de viatura. É a maneira que utilizamos para falar de um veículo automotor. A distinção é chamá-la de viatura, mas, na verdade, é um veículo que segue o CTB (Código de Trânsito Brasileiro) no sentido do luminoso, da suspensão, características de fábrica. Não são características de fábrica para a polícia. Se a polícia adquire um equipamento, uma viatura e coloca uma blindagem nesse veículo, perde a garantia da suspensão. Então, não se coloca a blindagem para não perder a garantia do veículo. Se acontecer alguma coisa posterior, e o veículo venha a capotar, a fábrica não vai se responsabilizar. Então, há várias dificuldades relativas à legislação que colocam nós, gestores, numa situação muito complicada, numa responsabilidade muito grande de colocar o homem na linha de frente.

Hoje, um policial trabalha em torno de 12 horas na sua escala de serviço na Polícia Militar do Distrito Federal. No entanto, todo dia há ocorrências complexas, e o policial passa, às vezes, mais de 24 horas na atividade. E isso resulta em quê? Ele está com um colete à prova de bala pesado, porque o colete à prova de balas brasileiro é pesado. Não tem como adquirirmos o colete à prova de água internacional; há uma dificuldade da legislação. Então, hoje nós temos um problema: o absenteísmo dentro da Polícia Militar do Distrito Federal é muito alto. E nós passamos a ter uma pessoa com problema de coluna, com problema no joelho, ou seja, tudo por conta de carregar um equipamento pesado, de estar com o equipamento pesado dentro de um veículo complexo.

Então, estar aqui hoje tratando desse assunto é fundamental para que nós possamos mudar esse panorama todo, mudando essa legislação.

Com isso, termino a minha fala, dizendo, Senador, que nós, policiais do Brasil, somos heróis, por trabalhar como trabalhamos, com os equipamentos que nos chegam às mãos. Nós somos heróis.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Muito obrigado, Coronel Fábio pelas suas palavras.

Com a palavra, agora, o Tenente Wiliam Miller, que está substituindo o Coronel Alexandre, que ficou retido, vamos dizer assim, na rodovia porque os militantes do Movimento dos Sem Terra invadiram a rodovia, e a pista está toda interditada. Infelizmente, temos que passar por esse tipo de coisa.

Com a palavra, o Tenente William.

O SR. TENENTE WILLIAM MILLER – Senador José Medeiros, em nome do Coronel Sílvio Benedito Alves, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Goiás e Presidente do Conselho Nacional dos Comandantes-Gerais das Polícias Militares, e do Tenente-Coronel Alexandre da Rocha Almeida, que é o Secretário de Articulação Política, cumprimento V. Exª e também V. Exª, Senadora Ana Amélia Lemos, uma fiel parceira nossa nesta Casa.

Gostaríamos de acrescentar apenas alguns pontos para este importante debate.

A evolução tecnológica é inegável. Cada vez que nos reunimos, temos oportunidade de nos surpreender com o fato de que, cada vez mais, temos novos equipamentos, e tudo avança muito rápido. Se alguém aparecer com um celular de dez anos atrás, no mínimo quem está junto vai dar uma risada e falar: "e esse tijolo que você está usando?". E assim não pode funcionar a parte da segurança pública.

Recordo que, no ano de 2004, quando trabalhei na Câmara dos Deputados como assessor parlamentar, nas Comissões, se não levássemos o avulso impresso ou então a assessoria de comunicação não o entregasse, o Parlamentar não tinha acesso ao projeto. Já hoje em dia, não. Todos lá têm computador nas Comissões, e o Parlamentar tem acesso. Então, tudo está evoluindo, e nenhuma instituição do Estado – isso inclui a área de segurança pública – pode ficar à parte das evoluções sociais.

Um aspecto que trago aqui para os senhores é a questão da fronteira, porque debater segurança pública, debater o combate ao crime sem debater a questão da fronteira, Senador, é como querer resolver o problema de uma casa que está encharcada por conta de goteiras que tem – debater aqui como trocar a pessoa que está limpando a água, trocar o rodo, trocar o pano –, mas não solucionar o problema, a origem do problema, essa goteira que vem de fora, não consertar o telhado.

A maioria dos crimes e das drogas que a Polícia Militar, que aqui estamos representando, combate no dia a dia, na sociedade e nas cidades, não são fabricados no Brasil. Então, se continuarmos a debater isso no aspecto muito interno e não pararmos para enxergar o problema das fronteiras que assolam nosso Brasil, esse problema não vai se resolver. Mas, sem dúvida nenhuma, atualizar os nossos equipamentos, as nossas viaturas, os nossos coletes, os nossos armamentos, faz parte, sim, do bom combate, em paralelo à questão da fronteira, que jamais pode ser deixada de lado.

Falando no aspecto tecnológico, em âmbito de Brasil, que o Conselho Nacional representa, vale citar novamente citar o Sul do País. Santa Catarina, em abril de 2015, inaugurou um aplicativo chamado PMSC Mobile. Ele vai funcionar dentro do *tablet* das viaturas e já leva para a equipe que está na viatura o local da ocorrência, todo o andamento, ajuda a equipe no preenchimento da ocorrência. Se houver alguma dúvida de como proceder, esse aplicativo tira essa dúvida e tudo é resolvido ali no local, *on-line*.

E trago outro ponto, Senador, a questão das infrações de menor potencial ofensivo. Esse aplicativo também é acompanhado de uma impressora térmica e tudo é resolvido no local

Senhores, mais de 80% das ocorrências que a Polícia Militar atende são de infrações de menor potencial ofensivo. Via de regra, lesão corporal leve ou lesão corporal culposa, ameaça, invasão em domicílio, todas essas ocorrências são de menor potencial ofensivo. O que isso quer dizer? Desde 1995, com o advento da Lei 9.099, que institui o Juizado Especial Criminal, o agente que pratica uma infração de menor potencial ofensivo, como essas que falei para os senhores – ameaça, invasão de domicílio, injúria, calúnia – se assumir o compromisso de comparecer em juízo a ele não se impõe prisão em flagrante.

O que isso quer dizer em termos práticos, para quem está acompanhando esse debate num primeiro momento? Que aquela viatura não vai ter que se deslocar até uma delegacia para registrar a ocorrência. Tudo é resolvido ali no local. E as ocorrências, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul que são os pioneiros na lavratura do TCO, que demoravam de 30 a 40 minutos para terminar são concluídas em seis ou sete minutos, agora. Isso acima de tudo é uma questão de direitos humanos, inclusive os do infrator, porque aqui temos de falar de direitos humanos do policial, que é deixado muito de lado, mas também dos direitos humanos do infrator.

O infrator de menor potencial ofensivo não vai ser colocado numa viatura, não vai ser conduzido, não vai ficar ali esperando em filas gigantescas, na delegacia, para ser atendido. E acima de tudo, os direitos humanos dos cidadãos, porque quando um policial tem de se deslocar em alguns Estados como Minas Gerais, já está comprovado que são 200 quilômetros para registrar uma ocorrência de ameaça. Qual o valor das vidas que seriam poupadas com a presença da viatura naquele local?

Então, tem um valor estimado, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, da ordem de milhares de reais que seriam poupados, ou estão sendo poupados com a lavratura do termo circunstancial de ocorrência no local do fato. Mas essa prática ainda não existe em todo o Brasil.

A Polícia Rodoviária Federal já pratica em dezenove Estados, mas a Polícia Militar ainda não, em sua totalidade. E existe, Senador José Medeiros, um grande representante da Segurança Pública nessa área que sabe da resistência existente nos Estados. Vários tribunais de justiça já editaram provimento reconhecendo o termo circunstanciado da Polícia Militar, mas ainda assim existe um *lobby* contrário a essa atuação que aflige primeiramente o cidadão.

Então, nesta Comissão de Direitos Humanos, não podemos deixar de falar jamais da lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrência pela Polícia Militar; e também desse belo exemplo de Santa Catarina, por meio do PMSC Mobile, que deve ser inclusive patrocinada e difundida por outros Estados.

Já tivemos o Major Tasca que veio a Brasília fazer uma exposição sobre esse equipamento. Todo mundo ficou maravilhado com isso. Então, por que não seguir adiante? Por que não dar mais esse passo? Não só para a Polícia Militar, mas, principalmente, para a população brasileira?

O Coronel Sant'Anna muito bem falou do Senador Romário, quanto àquele incidente que ocorreu, e agora falou no aspecto positivo. O Senador Romário marcou um belo gol para a população brasileira quando apresentou o PLS nº 395, de 2015, o qual coloca termo a qualquer discussão sobre a lavratura do TCO, embora haja entendimento do Supremo e entendimento unânime dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público, mas ainda assim persiste... Então, ele propôs o PLS nº 395, que está em excelentes mãos, na relatoria do Senador José Medeiros.

Esse PLS põe termo reconhecendo que todo policial que comparecer à ocorrência tem atribuição, dever de lavrar o Termo Circunstanciado de Ocorrência, liberando as partes no local e continuando no policiamento, assim preservando vidas.

O Conselho Nacional de Comandantes-Gerais presa pela padronização. Qualquer instituição policial e principalmente as instituições policiais militares não podem deixar de atuar de forma padronizada. Por isso, o Coronel Silva montou uma comissão de alguns comandantes-gerais para estudar inclusive padronização de uniforme das polícias, para quem vir de fora não chegar e observar: aqui a polícia usa um uniforme, ali a polícia usa outro uniforme. Pode ter alguns itens diferentes, de acordo com o clima da região, mas se quer padronizar os uniformes da Polícia Militar.

E, com certeza, tal padronização também passa, Senador, pela padronização de equipamentos da polícia. Padronização de viatura e de armamento.

Para concluir, cito a PEC nº 24, de 2012, aqui no Senado Federal, que já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e está pronta para a pauta do Plenário. Essa PEC traz o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública. E por meio do teor dessa PEC é possível investimento na área de equipamentos.

Então, as polícias em geral têm de evoluir para combater o crime de forma devida. E esse combate passa necessariamente por investimentos. Essa PEC é uma medida viabilizadora desse combate.

Por isso, sendo bem sucinto na apresentação, agradecemos, em nome do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais, a oportunidade de estar aqui presente e nos colocamos sempre à disposição.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Agradecemos as palavras do coronel. Pelo microfone, achei que a senhora queria falar.

Só fazendo uma correção, eu falei que o Coronel Fábio estava representando Coronel Marcos de Araújo. Na verdade, é o Coronel Leonardo – não é verdade? – que está representando. Falha nossa.

Agora passamos a palavra ao Werneck, neste ato representando a Fenapef, Flávio Werneck.

O SR. FLÁVIO WERNECK MENEGELLI – Senador José Medeiros agradeço primeiro a presença na nossa recente posse na Federação Nacional dos Policiais Federais. Nós tivemos assembleia-geral na semana passada. Agradeço a presença de V. Exª na nossa posse.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – E tinha que ter coragem para ir lá. Na recepção, quem estava lá era o japonês da Federal.

O SR. FLAVIO WERNECK MENEGELLI – Inclusive, veio fazer um passeio no Congresso conosco.

Senadora Ana Amélia, demais colegas de Mesa, é muito complicado ser o último a ter a palavra. Nós tivemos aqui um debate vasto acerca das dificuldades na aquisição de equipamentos, sejam eles quais forem. Muitos podem estar aqui pensando que a Polícia Federal seria exceção dentro das Polícias, mas não é. Temos vários colegas que não têm acesso a colete balístico, melhor dizendo, acessam colete balístico com prazo de validade vencido. Recentemente foi feita uma grande troca após uma denúncia. Os policiais federais deveriam estar usando um radiocomunicador chamado Tetrapol, mas não estão, usam o celular particular de cada um, porque Tetrapol não foi colocado em funcionamento desde os Pan-Americanos.

Os policiais federais deveriam ter viaturas adequadas, mas como todos colocaram aqui, nós não temos viaturas adequadas. Inclusive, vários acidentes foram causados por compra equivocada de veículos no Departamento de Polícia Federal.

Então, poderia aqui tecer um rosário de problemas em aquisição ou falta de equipamentos na Polícia Federal, mas acho que esse não é o objeto aqui, tendo em vista que vários colegas já colocaram que é um problema generalizado de todas as polícias brasileiras. Dentro dessa situação convocada pelo Senador José Medeiros, eu vejo que nós temos um objeto maior, que é o direito à vida de todo e qualquer policial, porque sem equipamento você coloca a vida de todo e qualquer policial em xeque diuturnamente.

Eu gostaria de pedir desculpas antecipadamente, mas eu vou ter que fazer uma leitura breve de uma Portaria Interministerial nº 2, de 15 de dezembro de 2010. Essa portaria estabelece as Diretrizes Nacionais de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública. Ela foi assinada pela Secretaria

de Direitos Humanos e pelo Ministério da Justiça, em dezembro de 2010. Eu vou ler só os arts. 1º e 2º e vou passar pontuando os capítulos rapidamente, para não deixar o pessoal com sono. Tenho que fazer essa sua leitura.

Art. 1º Ficam estabelecidas as Diretrizes Nacionais de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública, na forma do Anexo [...].

Art. 2º A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e o Ministério da Justiça estabelecerão mecanismos para estimular e monitorar iniciativas que visem à implementação de ações para efetivação destas diretrizes em todas as unidades federadas, respeitada a repartição de competências prevista no art. 144 [...].

Ou seja, a deveria estar havendo esforços. Ou seja, implementação na seara federal, no âmbito federal, e esforços para aplicação nos Estados e Municípios.

Pois bem, vem falando dos direitos dos policiais e o que o Estado deveria colocar à disposição dos policiais do Brasil, direitos constitucionais e participação cidadã. Já começamos com alguns problemas porque aos colegas policiais não é dado direito trabalhista, policiais trabalham à noite sem adicional noturno, policiais trabalham em áreas perigosas sem periculosidade, em áreas insalubres sem insalubridade.

E aí eu posso continuar com os direitos trabalhistas. E nós vamos buscar, porque a grande maioria dos direitos trabalhistas não são estendidos às carreiras policiais.

Participação cidadã também é uma dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – É meio que "faça o que eu falo, mas não faça o que eu faço", não é?

O SR. FLAVIO WERNECK MENEGELLI – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – A Senadora Ana Amélia, por exemplo, é Presidente da Comissão de Agricultura, e a legislação, a própria fiscalização é extremamente draconiana. Qualquer produtor, se piscar, se relaxar, estará enquadrado, por exemplo, em trabalho degradante, escravo e tal. Se um produtor ou qualquer empresário brasileiro se comportasse da forma como o Estado se comporta com os profissionais de segurança pública, não tenho dúvida, Senadora Ana Amélia, estaria enquadrado na lista suja do trabalho escravo.

O SR. FLAVIO WERNECK MENEGELLI – O segundo ponto, Senador, é valorização da vida. O segundo ponto do texto da portaria é valorização da vida. E aí eu volto, de novo, à compra dos equipamentos adequados para valorização da vida. E não só a esse ponto. A portaria interministerial começa com: proporcionar equipamentos de proteção individual e coletiva aos profissionais de segurança. E aí vem falando todas as determinações que deveriam ser seguidas pelo Governo.

Vem depois falando de direito à diversidade. Nós tivemos um recente problema na Academia Nacional de Polícia em que o Sindicato dos Policiais Federais teve que ingressar com um mandado de segurança no que diz respeito, vou abrir um parêntese rápido, às mulheres. Hoje nós temos mais de 60% da população brasileira, com nível superior, formada de mulheres. E a prova da Polícia Federal já é uma prova em que, pelos próprios índices, já se observa a preferência pelo gênero masculino. Na academia só temos 20% de mulheres e 80% de homens. E durante a academia, que é fase do concurso, alteraram, Senador, deliberadamente, uma das provas físicas. A prova física feminina exigia barra estática, no edital do concurso. E lá dentro da academia eles exigiram das mulheres a barra dinâmica. Então, de 20% de mulheres, baixou para de 10% a 12% de mulheres. Eu brinquei que deve ter alguém que não gosta de mulher na Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Como nós temos telespectadores que estão nos acompanhando, explique o termo técnico barra dinâmica e...

O SR. FLAVIO WERNECK MENEGELLI – A barra estática é a barra em que a mulher apenas firma e segura durante 30 segundos, até 30 segundos. A barra dinâmica é a barra como o homem tem que fazer a prova: tem que ficar com o braço ereto, puxar uma barra e ficar ainda uns segundos que lhe cobraram na barra estática.

Então, nós entendemos isso como uma afronta ao gênero feminino, ao direito ao acesso às vagas dentro da Polícia Federal. Estamos combatendo isso no Judiciário via mandado de segurança. Então, direito à diversidade está aqui na portaria.

Nós temos saúde e, dentro do termo "saúde", fala claramente que as corporações deveriam dar assistência de qualidade aos policiais e sua família. Hoje a indenização para o policial, o policial federal e rodoviário federal, para falar na seara de âmbito federal, contratar um plano de saúde gira em torno de R$140,00 a R$180,00, com o aumento agora concedido, que era de R$70,00 anteriormente. Eu faço um desafio: se qualquer um dos senhores, com R$140,00 a R$180,00, contratar um plano de saúde de qualidade no Brasil, apresente aos policiais federais e aos policiais rodoviários federais, para ele e para sua família.

Passando pela reabilitação e reintegração, projetos de reabilitação e reintegração pós-trauma policial, seja físico, seja psicológico, dignidade e segurança do trabalho. E aí vamos novamente... O edifício-sede da Po-

lícia Federal, o Máscara Negra, não tem Habite-se, não tem escada de incêndio, foi condenado pelo Corpo de Bombeiros, tem uma área que está com trânsito impedido porque há um vidro que ameaça cair e nada é feito.

Isso coloca em risco não só a vida dos policiais que laboram lá, mas de todo e qualquer cidadão que precisa dos serviços e entrando no Máscara Negra. Estou citando o principal prédio da Polícia Federal. Se o principal prédio está dessa forma, imaginem os demais.

(Soa a campainha.)

O SR. FLAVIO WERNECK MENEGELLI – Há a exigência de seguros e auxílios, pois o policial não tem acesso nem a auxílio, via subsídio, nem seguro.

Em seguida, há habitação, cultura, lazer, educação, produção de conhecimentos, estrutura de educação em direitos humanos e valorização profissional ao final deste documento.

Ele já existe. Ele é de dezembro de 2010. Fiz questão de fazer essa leitura, para que todos entendam que precisamos, além de uma regulamentação, de uma quebra de paradigmas em segurança pública. Todos esses dados, desde equipamentos até condições diuturnas de trabalho, perpassam pelo direito à vida de todo e qualquer policial.

Como já é praxe nos meus discursos, vou provocar um pouco. Como foi citado pelo Coronel Fábio, temos uma polícia do século XIX, em pleno século XXI, e a análise que todos nós, policiais, fazemos é a de que, infelizmente, Senadores e Senadoras, vamos ter de chegar a um ponto de violência extrema no País para que sejam tomadas as devidas atitudes por parte do Executivo.

Então, precisamos da ajuda desta Casa, do Legislativo, no sentido de forçar essas alterações, porque, muitas vezes – e todos nós já escutamos isso aqui –, o Executivo exige uma composição de forças, de *lobbies* corporativos que em nada auxiliam a prestação de serviços da sociedade, prestação de serviço da segurança pública.

Para mudar a segurança pública brasileira, precisamos da implementação do ciclo, do ingresso único, nas carreiras policiais, alterações no Código de Processo Penal, deixando de lado o corporativismo na má acepção da palavra.

Enquanto não buscarmos essas alterações, a meritocracia no ambiente policial, não vamos conseguir equipamentos, implementar saúde, auxílios, educação e nada do que está na Portaria. Isso tudo se transforma em letra morta. Ela está aí desde 2010, e nenhuma linha foi colocada e implementada, porque o sistema é inadequado, não mais dá à população brasileira a prestação de serviço de segurança pública necessário.

Para terminar, gostaria de citar novamente o comparativo da nossa segurança pública com a vinda de D. João VI e D. Pedro I. À época, D. João VI e D. Pedro I conseguiam locomover-se perfeitamente de carroça no Rio de Janeiro e, em Petrópolis, de carruagem. Ela era um meio de transporte adequado à época, mas a evolução da sociedade, hoje, praticamente acabou com as carruagens e com as carroças. O que temos hoje são veículos altamente possantes.

Se a segurança pública não se adequar aos veículos altamente possantes, que estão na mão da criminalidade, e continuar com a carroça e a carruagem, para ir atrás da bandidagem, não vamos a lugar algum, a não ser que o motor do veículo da bandidagem quebre.

Vamos modernizar a nossa segurança pública, seja no tocante a equipamentos, seja no tocante a situações estruturais.

Sr. Senador, já encaminho aqui, a pedido dos policiais federais, alteração no CPP, para que, tendo em vista as novas tendências do Governo Federal no sentido de dar à AGU a divisão dos honorários de sucumbência, e à Receita Federal o bônus de eficiência, seja oferecida ou tratada, nesta Casa, alteração no CPP ou em legislação apartada, para que, no caso de todas as apreensões feitas pelos policiais, pelas corporações policiais, seja dado imediatamente o perdimento em benefício das corporações e dos policiais que laboraram naquela operação.

Essa é uma tendência que vem sendo apresentada pelo Governo Federal, foi apresentada à AGU e à Receita. Por que não às corporações policiais?

Agradeço a todos e peço desculpas pela leitura, mas é que ela era importante para que tivéssemos claro que não basta somente a legislação, é preciso também que tenhamos uma mudança de paradigma na segurança pública.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Muito obrigado, Werneck.

Quero pedir que seja colocado um vídeo antes de partimos para as considerações finais, um vídeo que foi pauta de uma reportagem no Fantástico e que também nos traz subsídios.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Bem, creio que foi um vídeo bem elucidativo. É óbvio que, acerca disso, vai haver judicialização, vai haver laudos, mas o certo é que

alguém estava com colete, levou um tiro e morreu. Então, por mais que mostrem 600 laudos, o sujeito estava com o colete e morreu. É provável que apareça laudo que diga: "o colete não foi transfixado". Mas, só se a bala fez uma curva... Esses dias até assistia a um filme em que o sujeito atirava uma bala, e ela fazia curva. Pode ser que tenha acontecido isso, mas o policial morreu.

A importância desse debate é que precisamos evoluir. Achar culpados depois que alguém perdeu a vida também não é o caso. Não é o dito desta audiência pública apontar o dedo, mas, sim, buscar saídas.

A segurança pública, sabemos, embora no País não esteja na lista das prioridades, na casa de cada brasileiro, está. O pai de família se preocupa, geralmente, com a saúde do seu filho em primeiro lugar, mas, logo em seguida, na lista de prioridades, vem a segurança da sua família.

Passo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quero apenas ponderar, a partir da sua declaração, a finalização dessas informações graves. Penso que é, sim, responsabilidade das instituições, seja do Exército brasileiro, que todos respeitamos; seja da Polícia Rodoviária Federal; da Polícia Federal, das Polícias Militares, sempre afastar da sua corporação aquele indivíduo que causa o mal à sociedade e não o bem à sociedade, Ele entra em uma instituição dessas com o objetivo de servir com responsabilidade. Ele não pode ser um bandido dentro da corporação militar, da Polícia Civil ou da Polícia Rodoviária.

Penso que as instituições devem ser as primeiras a zelar para afastar dos seus quadros os maus profissionais, para não contaminar a imagem de instituições, eu diria, centenárias que aprendemos a admirar. Então, essa penso que seja também a norma. Quando um policial rodoviário pega uma propina para não multar um veículo em excesso de velocidade ou carregando uma carga que não deveria, excesso de carga em uma estrada em que a pesagem existe, penso que a retirada desse profissional é importante para preservar a idoneidade e o respeito da população a essa instituição.

Não é o fato de um oficial estar, digamos, recebendo propina, corrompendo-se por um dinheiro que vai manchar a instituição do Exército; no entanto, a Polícia Rodoviária Federal ou a Polícia Federal, dos maus policiais que estejam, eventualmente, no exercício da sua função.

Então, eu penso que esse é um dever das suas corregedorias, e todas as instituições têm corregedorias que atuam exemplarmente nesse processo. Eu acho que é dessa forma que a sociedade vai se sentir protegida.

E, quando há uma expulsão da corporação, que deve ser uma coisa dolorosa, essa expulsão tem um exemplar efeito didático para a própria corporação e para a sociedade, que vai se sentir melhor atendida nesse processo.

Então, parabéns, mais uma vez, Senador José Medeiros, pela iniciativa desta audiência. Eu penso que as pessoas que estão nos assistindo perceberam, pelo conteúdo das exposições feitas por todos os palestrantes, que foi extremamente esclarecedora, mostrando que os problemas são muito maiores do que a gente imaginava, ou seja, que havia uma concorrência desleal em relação ao equipamento usado pelo crime organizado e aquele utilizado pelas instituições militares ou policiais, enfim, das instituições de segurança pública do Estado – e já isso seria ruim –, mas mais ainda, quando você vê que um vidro blindado não tem força de blindagem ou que um colete não resiste a um tiro de uma arma calibre 38, como era o caso aqui.

De fato, então, nós estamos vivendo uma situação que inspira muita preocupação e temos de reagir para evitar outras mortes como a deste policial do Estado de Alagoas.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Foram levantados aqui temas importantes, até mesmo fora do nosso escopo, mas que nos trazem subsídios mesmo para a realização de outra audiência. Eu acho, por exemplo, que nós temos de começar a discutir fronteiras. Este, como foi levantado aqui, é um problema seríssimo, pois desde o Sul do País até o Norte, nós temos fronteiras abertas. O meu Estado, Mato Grosso, por exemplo, tem mais de 700km de fronteira seca aberta.

E nós temos um viés, nas forças de seguranças – e não sei quem pensou isso –, de fazer a opção de combate ao narcotráfico, por exemplo, no varejo, porçãozinha por porçãozinha, nas favelas do Rio e de São Paulo. Isso torna o trabalho bem mais caro, ao passo que, se você dotar as forças policiais de efetivo e de equipamentos técnicos que já existem... E existe tecnologia muito interessante no meio de segurança, como, por exemplo, esses caminhões escâneres, que, na verdade, poupariam os cães e grande parte do trabalho de formação de policiais, apenas com o uso desse equipamento, que permite a você escanear uma carreta que passa. Há pouco tempo, no Mato Grosso, por exemplo, com o uso de um caminhão escâner, um desavisado – acho que os batedores dele falharam, não avisaram – foi preso e foram apreendidos quase 500 quilos de cocaína em cima da capota da cabine de uma carreta. Quer dizer, se nós fizermos isso, vamos economizar bem mais e vai sobrar um pouco mais de dinheiro. Não está sobrando dinheiro, mas precisamos fazer esse tipo de opção.

Recentemente, a Polícia Rodoviária Federal encaminhou um helicóptero para Mato Grosso, para ajudar no combate ao narcotráfico, ao roubo de cargas, ao roubo de veículos e à entrada de armas, mas é preciso mais. Hoje, neste momento, eu vou falar aqui – e não é uma questão de entregar a segurança, porque os traficantes sabem melhor que nós –, nesses mais de 700km de fronteira de Mato Grosso, não há 15 agentes das três esferas da União cuidando da fiscalização daquela área; e, aí, eu incluo agentes sanitários, agentes de segurança, agentes do Fisco. Não há! Então, nós estamos totalmente abertos. Foi isso que o Tenente William disse aqui: "nós estamos abertos". E tanto a população quanto os próprios policiais estão à mercê desse pessoal que entra com fuzis, com armamentos muito modernos, até mesmo com armamento para uso antiaéreo, como aquele chamado míssil Stinger, que pode até derrubar aeronaves.

A preocupação com as viaturas, Senadora Ana Amélia... E posso falar sobre isso porque nunca trabalhei do lado da mesa, nas salas ou na administração; eu sempre trabalhei na pista.

Então, como foi falado aqui, eu sei muito bem o que acontece. As nossas viaturas, realmente, são carros normais envelopados. E a atividade policial requer um outro tipo de veículo.

Quando eu trabalhava na polícia, os colegas nunca gostavam de andar comigo e me chamavam de "roda presa". Mas era por medo mesmo. Eu cansei de ver... Houve uma época em que foi comprada uma leva de veículos que, na curva, já dava para sentir que eles queriam fugir. Eu sempre andei muito devagar. Mas nem sempre, em uma atividade policial, é possível andar devagar. Há momentos em que se tem que andar mais rápido, como, por exemplo, quando se está com uma vítima em ressuscitação. No caso da Polícia Rodoviária Federal, por exemplo, em Mato Grosso, onde as distâncias são longas, você está com uma pessoa em ressuscitação, há aquela pressa, aquele desespero todo. Uma coisa é a gente estar aqui discutindo essas coisas e vendo vídeo, outra coisa é a realidade.

Eu já tive a ingrata experiência de ficar com a arma em pane em frente a uma pessoa armada, um meliante armado. São milésimos de segundos de extremo desespero para o policial que está ali.

É óbvio que os policiais recebem treinamento para solucionar pane e eu já fiz inúmeros desses treinamentos e vou falar: no meio de um tiroteio, como se diz, quando a pipoca está estourando, boa parte desse treinamento se esquece.

Então, é melhor que a arma não dê pane. No treinamento, a gente faz com olho fechado. Mas nem sempre é possível e invariavelmente, quando dá pane, o policial acaba morrendo.

Creio que esse debate não é nem para acusar as empresas nacionais, é no sentido de fazer com que elas possam evoluir. Evoluir, inclusive, na estrutura da arma. Esse sistema nosso – e não vou citar a fábrica, porque não é nosso interesse –, por exemplo, do gatilho por trás... Eu, por exemplo, depois desse incidente que citei aqui em que estive frente à frente, resolvi comprar uma arma, eu mesmo comprar. Comprei a arma...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Demorou para autorizar.

Mas o interessante é que, logo em seguida, aconteceu um acidente dentro do posto da polícia com essa arma que eu achei que era extremamente segura. Ela caiu e estava com a chamada trava de segurança – eu achando que estava –, eu estava almoçando e escutei o estampido dentro do posto, cheguei lá e estava todo mundo se apalpando. Foi um milagre, não aconteceu, mas aquilo pegou no piso e foi estilhaço para todos os lados. Todo mundo recebeu um pouco daquele piso, não foi o projetil, mas todo mundo ficou se apalpando. E foi uma arma com trava de segurança e tudo que bateu no chão.

Já existem outros tipos de mecanismo que podem sanar isso e a indústria evoluir. E, com certeza, é falando sobre isso que vamos evoluir.

Eu sou um defensor, sou um nacionalista até, mas, quando se trata de segurança, às vezes a gente precisa procurar, sim, um outro tipo de saída. O Governador Pedro Taques fez esse tipo de ação agora por solicitação do seu corpo policial. E a gente espera que a indústria possa ser sensível e ouvir as corporações policiais para que possa evoluir nesse quesito.

Sobre os coletes, eu creio que esse tem que ser um item que temos que cobrar, e cobrar muito, porque o policial não tem como testar. É como fósforo, não tem como comprar a caixa de fósforo e testar. Um colete, a partir do momento que levou...

Acho que o Exército brasileiro agiu rápido e bem. A Senadora Ana Amélia levantou um ponto: a gente não pode tomar, por ações de uns, toda uma corporação. Assim como não se pode julgar este Senado Federal pela conduta de alguns. Isso fica bem claro.

Mas é um item importantíssimo. O policial, hoje, coloca o colete e fica pensando se está ou não protegido ou se está apenas carregando um peso.

Vou falar uma coisa: depois de um dia com colete, pelo menos eu, aquilo vai dando uma coceira, vai incomodando, principalmente em Mato Grosso, no calor de Cuiabá, em que 40° graus não é novidade. Aquilo incomoda bastante.

Mas, sobre a questão do monopólio, acho que isso já ficou até obsoleto, a gente tem que evoluir. A indústria brasileira consegue sobreviver com certeza, até porque não são as compras do Governo Federal que sustentam a indústria brasileira. A Senadora Ana Amélia bem colocou: ela já exporta para o mundo inteiro, exporta para o maior consumidor, que é o mercado norte-americano. Penso que isso tem que acabar, e o Exército Brasileiro precisa também entrar nesse debate. É uma pena que não tenham estado hoje aqui. Talvez eles tenham ficado um pouco receosos de que fossem ser atacados hoje, mas não era o condão daqui.

Penso que, na questão da mira a *laser*, que foi colocada aqui, nós precisamos evoluir. Por que não pensar isso? Esse debate precisa ser mais aberto e menos fechado.

Falamos de equipamentos, e, para fechar, um debate que penso que também temos de travar urgentemente é sobre quem está usando esse equipamento, a sanidade policial. Esse é um termo que não se fala muito, é um termo muito fechado, mas a depressão, com certeza, se for fazer um estudo no meio das corporações policiais, é um item extremamente importante nessa equação que trata da segurança pública. E aí ela está totalmente jungida.

Tenho um amigo juiz que dizia o seguinte: o verdadeiro poder do Estado se concentra no policial. Não é no coronel, não é no tenente, é no policial que está lá na viatura, aquele policial, o chamado "soldado amarelo" do livro do nosso querido Graciliano Ramos. É a ponta, é a vide, é a ponta de lança. Porque o juiz expede o mandado, o coronel ou o delegado manda fazer esse cumprimento, "vai lá", mas quem chega lá no cidadão para cumprir esse mandado é o policial. Ele falou que, na verdade, ninguém tem muito medo do juiz ou do... Ele tem medo é no momento, lá de manhã cedo, a pessoa tem medo é do japonês da Federal.

Na verdade, a coisa aconteceu toda, quem fez foi o Ministério Público, que faz aqueles procedimentos todos, ninguém se preocupa muito com isso, todo mundo dizendo "não, não foi...", mas no momento que a polícia chega, é que nem no velório, quando vai baixar o caixão, aí a pessoa se apercebe, "Não, morreu". Então, o momento que a polícia chega é aquele momento. Por quê? É o momento que o Estado chega armado e fala: "Cidadão, aconteceu isso e você vai ser enquadrado nas penas da lei." Ninguém tem muito medo do Código Penal. Mas na hora que ele se materializa, ele se materializa naquele policial que chegou ali. É esse o momento.

Por isso que nós temos, talvez, uma cultura... Lembro-me, quando entrei na polícia, um policial mais antigo me disse: "Agora você se prepare para o seguinte, só vai gostar de você a sua família e seus amigos que você tinha antes, o restante vai te odiar." Infelizmente, nós temos um pouco essa cultura. Ninguém fica muito feliz em casar a filha com policial. E dou exemplo, minha esposa está ali na plateia. Parte da família dela, quando ficou sabendo que ela ia casar com policial, eu senti que os japoneses não gostaram muito.

Mas essa é a nossa realidade, e nós precisamos evoluir. E, para evoluir, precisamos falar sobre isso. E falar além do que alguns especialistas de ar-condicionado fazem. Há poucos dias, estávamos num debate no Colégio de Líderes, e pincei uma frase muito interessante do Senador José Serra. Ele disse o seguinte: "Eu não me meto a ser especialista de assunto que eu não conheço, e tem muita gente falando sobre segurança pública e sobre o dia a dia da polícia sem entender." Isso é muito grave porque às vezes se criam políticas que vão nortear uma ação errada do Estado.

É muito importante, e eu tenho procurado me policiar aqui, porque este nosso debate, por exemplo, está sendo levado pela TV Senado para os rincões do Amazonas, para todo o Brasil. Nós temos que ter muita responsabilidade. E às vezes a gente vê, em debates nos mais diversos canais, "especialistas" – e eu coloco aspas aqui – falando sobre temas que não condizem com a realidade. E é muito importante a gente falar desse tema com responsabilidade porque se refere à vida do cidadão brasileiro no dia a dia. Eu digo que a segurança está em pé de igualdade com a saúde, e são os dois principais pilares que hoje estão muito fragilizados, principalmente a segurança.

Senadora Ana Amélia, V. Exª, que tem muito mais experiência que eu no trato com a coisa pública, no trato com o Parlamento, porque está aqui há muito mais tempo, sabe muito bem que para a saúde ainda vão algumas verbas diretas. Os entes federativos têm por obrigação aplicar aquele dinheiro na saúde. Quanto à segurança pública, é definido um montante para o orçamento e, depois, vão contingenciando. Se eu fosse abrir aqui para os coronéis ou para os representantes da Polícia aqui presentes falarem sobre o quanto é cortado de verbas, nós iríamos passar o resto do dia falando sobre isso. Não existe um direcionamento, não há obrigação de aplicação das verbas. Então, elas são contingenciadas, e por aí vai.

Para não nos alongarmos mais, quero passar a palavra – podem falar até da bancada onde estão – por um minuto para as considerações finais de cada um.

Começo pelo Coronel Castilho, que tem um minuto para suas considerações finais.

O SR. COARACI NOGUEIRA DE CASTILHO – Quero agradecer pela honra de ter representado o Coronel Alvez, nosso Comandante-Geral da Polícia Militar de Mato Grosso.

Foram elencados aqui vários assuntos, muitos dos quais paradigmas, mas tenho a certeza de que o Senador José Medeiros vai dar continuidade a eles com audiência pública, formando um grupo de trabalho para que possamos realmente não ficar só no blá-blá-blá, vamos dizer assim.

Conhecemos a Casa há muito tempo. Sou chefe de gabinete do Senador Blairo Maggi, onde temos o Coronel Eumar Novacki, que é o coordenador dos assuntos estratégicos de segurança pública do Mato Grosso e que tem aberto todo o gabinete. Estou falando em nome do Senador, que, tenho certeza, estará presente numa comissão temporária que, com certeza, será criada. O Senador Medeiros, com sua equipe técnica, já deve estar planejando uma comissão para que nós possamos discutir esses trabalhos que foram determinados aqui, nesta Comissão.

Quero colocar à disposição o nosso gabinete, como sempre colocamos, desde o início do nosso trabalho. Nós chegamos a ter, no gabinete, quatro coronéis – hoje estamos lá eu e o Coronel Novacki – para auxiliar toda a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal como um todo, os Bombeiros Militares, para que nós possamos, unidos, junto com quem conhece, com quem é técnico, como o Senador José Medeiros, chegar a um denominador comum. Contra fatos não há argumentos.

Quero agradecer a todos e colocar à disposição o nosso gabinete, do Senador Blairo Maggi, o Coronel Novacki, e dizer ao Senador José Medeiros que foi brilhante a sua ideia e que, com certeza, ela não morrerá nesta audiência pública. Teremos vários assuntos para novas audiências públicas e precisamos criar um grupo de trabalho para que isso possa ter continuidade e para que a segurança pública seja realmente respeitada, como o senhor disse, como a saúde. E quero lembrar ao povo brasileiro que o policial militar, o policial civil é um ser humano que vem e trabalha, que faz o dia a dia do nosso Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Agradecemos as palavras do Coronel Castilho.

Uma vez, quando eu ainda não era Senador, visitei o gabinete do Senador Blairo Maggi. Aí me apresentaram o Coronel Castilho, o Coronel Novacki, o Coronel... Eu falei: "Isso aqui é um batalhão da Polícia Militar". Talvez por isso o sucesso do Senador Blairo Maggi no seu mandato, por ser muito bem assessorado por esses profissionais que ali trabalham.

Agora, passo a palavra ao Eduardo, do DPRF, para suas considerações finais.

O SR. EDUARDO AGGIO DE SA – Senador José Medeiros, eu agradeço a oportunidade, em nome da Diretora-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Agradeço a brilhante iniciativa de tratar de assunto de tanta importância, exatamente a proteção daqueles que protegem a sociedade.

As polícias são, como bem mencionado por V. Exª, a ponta da lança. A própria sociedade utiliza o monopólio do uso da força do Estado para proteção dela mesma, e acredito que esse olhar que V. Exª traz aqui para o Senado, como extremo conhecedor da área policial, como alguém que experimentou as mazelas, dificuldades e orgulho de prestar um serviço de qualidade à sociedade, só uma pessoa como o senhor poderia trazer esse olhar. E nós acreditamos que esta discussão seja extremamente relevante. O policial, com equipamentos de qualidade, com um olhar diferenciado ao policial, tende a prestar um serviço de melhor qualidade. Nós vivemos aqui num país com alta taxa de violência, e acredito que, para tratarmos da diminuição da violência, é preciso oferecer condições melhores aos nossos policiais.

Muito obrigado. Novamente, parabenizo V. Exª pela iniciativa desta discussão.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Muito obrigado, Eduardo, que aqui esteve representando o Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Agora, com a palavra o Coronel Elias Miler da Silva, Diretor de Assuntos Legislativos da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais (Feneme).

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – Senador Medeiros, mais uma vez, quero parabenizar V. Exª e todos que aqui participaram desta audiência pública; os servidores desta Comissão, que sempre dão apoio a este importante órgão do Senado Federal.

Respondo a algumas indagações da própria Senadora Ana Amélia, que, na Casa, tem muitas atividades e não está aqui no momento por estar em outra atividade. Em relação às armas apontadas com defeito, infelizmente vem aquela fala do então Presidente Collor de que o Brasil produzia carroças em vez de veículos. A partir daquela fala dele, a indústria automobilística brasileira teve um avanço, e fábricas foram instaladas e outras modernizadas. O Brasil precisa abrir as suas portas. Tenho certeza de que o Exército Brasileiro, instituição digna, está revendo a sua posição, tirando dos seus quadros aqueles que distorceram e que impedem, inclusive, a instalação de indústria neste País. Precisamos flexibilizar, e indústrias bélicas têm de ser instaladas neste País.

A importação tem de ser ampliada. Para defesa da sociedade e para o Exército Brasileiro, fazem-se necessários o controle e o registro, como última força de defesa deste País.

Não posso admitir mais, nos debates na Câmara, quando se pede argumentação, que falem: "Olha, mas se a PM for comprar arma potente lá de fora, um governador vai comprar cem mil armas e dar um golpe neste País". Não posso admitir mais uma colocação como esta.

Querer voltar ainda à época de Getúlio Vargas, para argumentar que as polícias deste Brasil têm que ter armas de baixa qualidade, de baixa tecnologia, porque, senão, vão querer dar um golpe neste País.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Então, vamos dar estilingue.

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – Dar estilingue para não haverá mais perigo.

Então, digo a V. Exª que o tempo mudou, o Brasil se consolidou, é uma democracia. E, nesse sentido, também quero fazer um apelo, porque nós, militares, ainda sofremos com o ranço do governo militar. Ninguém joga pedra nas Forças Armadas, que deram um golpe neste País, mas jogam pedra na Polícia Militar. Tem gente que atua no campo de direitos humanos e, por questão ideológica, fala assim: "Olha, policial não pode ser militar", mas com a questão do ranço ideológico. O Muro de Berlim já caiu, a União Soviética foi dissolvida, a Alemanha foi reunificada, mas continua o discurso de que não pode ser militar um profissional de segurança pública. Quando vou aqui do lado, à América, vejo na Argentina, no Chile, e o carabineiro do Chile, que teve uma ditadura pior do que no Brasil, é a instituição mais bem avaliada, até mais bem avaliada que o Ministério Público.

Eu vou à França, o Gendarme, que é o policial militar, é a instituição mais bem avaliada.

Porém, neste Brasil, há até a Comissão, dizendo: "Olha, não pode ser militar, porque o militar é feito para matar!"

Negando a história, a Senadora Ana Amélia e o seu povo, o gaúcho, com certeza, têm orgulho da sua brigada militar, assim como o povo paulista e o mineiro. Precisamos virar a página de ranços ideológicos que não constroem o País. E um desses ranços é a não valorização do policial.

O Policial Civil Werneck, um batalhador nesse campo, um policial civil do Rio de Janeiro, foi para o Canadá e, lá, trabalhou como patrulheiro. Foi ser policial lá, dirigindo uma viatura sozinho. Ele disse: "Agora, eu me sinto um policial, porque uma criança vem ao meu encontro, no mercado, para tirar foto comigo. Nunca tive orgulho disso lá no meu Brasil. Aqui, agora, sinto-me um agente do Estado". É isto que queremos: que o vigilante rodoviário, o patrulheiro rodoviário, seja aquele de que cidadão tenha orgulho.

Então, precisamos mudar a cultura e a realidade brasileira, valorizando aqueles que dão a vida em defesa da sociedade, e V. Exª está sendo um marco, nesta Comissão, com seus demais Senadores membros, para que possamos sair do ranço ideológico para um Estado democrático, de fato, que valorize os seus agentes públicos.

Em nome da Feneme, do nosso Presidente, o Coronel Marlon Jorge, parabenizo a V. Exª e agradeço esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Muito obrigado. V. Sª tocou num assunto muito importante. No Brasil, o policial é tido como um bicho-papão.

É comum ouvirmos os pais dizerem: "Comportem-se, senão vou chamar a polícia!" A criança já cresce com medo. Essa é questão cultural, que, com certeza, precisa ser mudada. A criança está dando trabalho, e o pai não vê outra alternativa, que não seja dizer que vai chamar a polícia.

Então, esse é um tratamento que começa e precisa de muito esforço. Einstein mesmo dizia que, às vezes, era muito mais fácil quebrar um átomo do que mudar alguns modelos mentais existentes.

Agora, com a palavra, o Coronel Leonardo José Rodrigues Sant'Anna, Chefe do Estado Maior da Polícia Militar do Distrito Federal.

O SR. LEONARDO JOSÉ RODRIGUES DE SANT'ANNA – Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar a Comissão por este momento, mais uma vez, que é ímpar para a sociedade, o nosso cliente e o nosso profissional. Gostaria de citar que, em nenhum instante, nos cabe demonizar a indústria nacional. Não é este o fato. A única que desejamos é ter equipamentos de melhor qualidade para trabalhar.

Então, às vezes, é complexo dizermos isso, porque parece que, em outros instantes, para outras categorias, estamos sendo demagogos aqui. Só quero melhor equipamento para trabalhar; mais nada.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Coronel, permita-me, V. Sª tocou num ponto muito interessante. Já tivemos o mesmo debate com relação à reserva da informática.

Por muito tempo, o País ficou fechado, e aquela reserva não ajudou o nosso parque tecnológico. Pelo contrário, houve uma certa acomodação. Penso que, a partir do momento, em que se abrir mais espaço, vamos ter uma indústria muito mais fortalecida até.

Então, permita-me pinçar esse argumento, porque ele é da mais alta importância. Hoje, todo mundo quer um celular Iphone, Samsung, algo de ponta. As pessoas querem sempre o melhor. Não tenho dúvida de que a indústria nacional tem condições de fazer equipamentos de ponta. Agora, se houver o manto protetor, não

haverá evolução. O mesmo ocorre com aquela criança de pais superprotetores. Ela vai crescer despreparada, sem condições de competir na vida, porque sempre teve um manto protetor.

Agora, a partir do momento em que evoluirmos e abrirmos esse mercado, com certeza, a nossa indústria nacional vai crescer muito mais.

O SR. LEONARDO JOSÉ RODRIGUES DE SANT'ANNA – Obrigado, Senador.

Gostaria de citar alguns exemplos nesse sentido. Estamos a 72 horas de um disparo de arma de fogo de uma submetralhadora, dentro de uma viatura, com os colegas do Batalhão de Cães.

Isso aconteceu há três dias. Eu, como gestor, preciso justificar-me em relação a essa ferramenta, que não foi utilizada de maneira inadequada. Estamos a 72 horas disso. Vou permitir-me referir-me ao meu amigo Everson Feuser. Temos agora o tal raio paralisante. A Polícia Militar do Distrito Federal, há alguns anos, comprou três mil peças do que gostaria que fosse um raio paralisante, aquela arma de lançamento de eletrodos energizados, aquela que sobe na arma de choque.

Enfim, para quem nos vê neste momento, seria mais fácil dizer dessa forma. Dos três mil e poucos adquiridos, eu tenho quinhentos e poucos dos meus raios paralisantes que não estão funcionando. Alguém vai ter que me dar uma posição também sobre isso.

E respondendo à pergunta da nossa Senadora, que no momento não se encontra, os veículos do nosso Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal são importados, sim, vêm de seis países diferentes. Existe uma norma para aquisição, uma norma que eu não tenho e que não me permite oferecer um trabalho qualificado para o cidadão que me paga.

Repito: a única coisa que desejamos é equipamentos de trabalho melhores, para não termos que deixar de defender um cidadão e, infelizmente, para não termos que entregar bandeiras para os filhos dos nossos policiais, como fizemos há quinze dias.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Agradecemos a qualificada participação do Coronel Leonardo. Aliás, quero fazer um registro: a Polícia Militar tem evoluído bastante no País e tem prestado um serviço de altíssima qualidade à população brasileira, do Oiapoque ao Chuí.

Eu digo isso porque nos cabe fazer justiça, é uma corporação muito injustiçada. Sem demérito às outras corporações, eu sinto que, quando acontece algo, a primeira coisa que a pessoa fala, geralmente, é "Meu Deus!". Em segundo lugar, ela já pensa no 190, que é o número da Polícia Militar. Essa corporação, embora enxovalhada, como foi colocado aqui pelo Coronel Elias, embora, muitas vezes, injustiçada, ela está sempre lá, cumprindo o seu dever.

O que precisamos é construir outra relação com a Polícia Militar, uma relação em que a criança não seja incentivada a ter medo da polícia. Eu tenho dito sempre lá no meu Estado: se a gente trata uma pessoa, mal, se a gente não trata uma pessoa com uma relação cordial, não pode esperar que essa pessoa dê o mesmo tratamento.

Então, por vezes, quando se reclama da truculência ou de outra coisa, temos que repensar. Temos que pensar de que jeito estamos preparando esse policial, de que jeito está sendo a nossa relação como sociedade com esse policial, para que possamos também receber um trabalho de qualidade. Mas, apesar disso, apesar das exceções, no geral a Polícia Militar presta um serviço altamente qualificado, para as condições que recebe. Eu vejo, por exemplo, esses policiais que ficam no atendimento. As pessoas que estão nos ouvindo aqui, se vocês ficarem meia hora nesses *call centers*, os centros de comunicação onde esses policiais recebem as ligações, é um verdadeiro inferno – sem falar dos trotes, sem falar dos xingamentos. O policial está ali o dia inteiro vendo as tragédias, as mazelas. Recebemos depois um resuminho do que aconteceu, nos jornais, mas esse policial fica ali o dia inteiro recebendo isso.

A Polícia Militar tem feito isso no País inteiro. Se fosse no Exército, acho que a Polícia Militar seria a linha de frente, aquele que vai fazer o primeiro combate.

Passo a palavra, agora, ao Cláudio Augusto Joaquim Moreira, Conselheiro da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (Abimde), a quem já aproveito para agradecer por ter vindo enriquecer este nosso debate. O nosso objetivo aqui, como disse a Senadora Ana Amélia, não é demonizar a indústria, não é buscar apontar o dedo, mas buscar saídas, buscar soluções, que eu creio que é também o objetivo da Abimde.

O SR. CLAUDIO AUGUSTO JOAQUIM MOREIRA – Sem dúvida, Senador. Eu que agradeço, em nome da Abimde. Esta oportunidade que nós tivemos vai ser discutida internamente. Todas essas informações vão chegar às empresas, inclusive.

Eu queria acrescentar alguma coisa àquilo que eu tive oportunidade de falar aqui, que me parece ser um instrumento importante nesse processo, como o Coronel Leonardo e vários aqui falaram, de aperfeiçoamento da indústria nacional. É um instrumento que está a nossa disposição e não o conhecemos muito bem.

Eu tive oportunidade de, por quatro anos, dirigir a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), onde fui Secretário Executivo. A ABNT é uma entidade civil sem fins lucrativos e é o Fórum Nacional de Normalização.

Cada assunto a ser normatizado é submetido a uma comissão para aquele propósito específico e cabe à ABNT convocar e convidar pessoas de todos os segmentos envolvidos. Entenda-se os usuários, os fiscalizadores, os produtores, enfim, todos os segmentos envolvidos.

Então, eu não consultei a ABNT, mas não tenho dúvida quanto à oportunidade, ao propósito e à disposição dessa instituição em participar. E mais um ponto, o padrão e a orientação que se seguem na normatização brasileira é, em primeiro lugar, trazer a norma internacional para ser discutida. Então, é a norma internacional.

Quero apenas, para finalizar, lembrar que fiz uma referência à minha recente estada na Europa e a alguma coisa que estão procurando fazer exatamente no plano da normalização internacional, inicialmente voltada para os BRICS – a origem disso é a Rússia – no sentido de estabelecer padrões de desempenho e padrões de especificação para armas de menor poder ofensivo ou não letais, como se chamam.

Mais uma vez fica aqui o meu agradecimento e a minha disposição – e da Abimde – de estar presente quando chamado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Agradecemos as palavras do Sr. Claudio Augusto, que aqui representa a Abimde (Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança).

Agora, começamos a Mesa 2. Passo a palavra ao Everson Feuser – pronunciando corretamente o nome dele –, Diretor Parlamentar da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais.

O SR. EVERSON FEUSER – Senador Medeiros, senhores e senhoras aqui presentes, para encerrar, na verdade uma questão bastante interessante é, por exemplo, a proteção da indústria nacional face à modernização. Se assim fosse, eu estaria até hoje tomando gasosão e não poderia tomar Coca-Cola. Então, por que uma indústria nacional vai se empenhar em aumentar a sua qualidade quando não tem uma concorrência? Se ela produz... E não tenho conhecimento técnico para responder a pergunta da Senadora Ana Amélia, mas garanto que as armas exportadas não possuem o mesmo padrão de qualidade das armas nacionais, porque se assim fosse, eu aposto com os senhores e com as senhoras que o governo americano iria de forma determinante proibir a importação de armas com defeito, com problemas, enfim.

Temos hoje, na indústria automotiva, o que chamamos de *recall*.rrecalá ecalá. As indústrias reconhecem o erro e chamam seus clientes como forma de mostrar que têm real preocupação. As armas, os nossos equipamentos só são chamados como uma forma de fazer um favor para o colega e trocar, por exemplo, a mola do percursor... Se apresentar um problema, será estudado e vão dizer que a munição que estava sendo usada não era adequada para essa efetiva mola. Terão de trocar a mola azul pela amarela. Isso é absurdo!

Eu, assim como o Senador Medeiros, já tive, na minha arma, uma pane. Graças a Deus foi em treinamento. Mas me arrisco a lançar aqui um desafio: peguem cem policiais e os coloquem lado a lado com armas da indústria nacional e com armas da indústria estrangeira; falam um teste para averiguar quantas falhas vão ser apresentadas nas armas nacionais e nas armas importadas! Nós não estamos aqui falando de Brasil ou de estrangeiro, estamos falando de qualidade, só isso, porque é o que buscamos.

Por fim, Senador Medeiros, gostaria mais uma vez de agradecer essa oportunidade, em nome de todos os policiais, principalmente os policiais rodoviários federais de todo Brasil, mas em nome de todos os policiais do Brasil e em nome da sociedade, que, sem dúvida nenhuma, vai ser a maior beneficiada do final deste trabalho que aqui hoje nós iniciamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Nós que agradecemos a presença da FenaPRF, que sempre tem vindo aos debates que tratam de segurança pública.

Acredito que temos que falar mais sobre segurança pública. Começamos hoje falando sobre equipamentos, mas precisamos falar sobre efetivo, precisamos falar de todos os assuntos que norteiam a segurança pública. Este País precisa discutir segurança pública, porque esse debate está nas ruas, está nos bares, em todos os locais. Quando se diz aqui – se não me engano o Coronel Miler disse – que nós estamos em guerra, isso não e retórica, são os números que dizem, nós estamos realmente em guerra, por isso que precisamos falar sobre isso. Não é possível que nos escandalizemos com o Estado Islâmico, que corta duas ou três gargantas, mas nos quedemos inertes perante os milhares de brasileiros que morrem na guerra de armamento como no trânsito. Quero acrescentar no item segurança pública os quase 50 mil brasileiros que morrem no trânsito. Parece que

ficamos cauterizados. Nos escandalizamos com algumas coisas, é uma indignação seletiva. Às vezes ficamos extremamente estarrecidos com o avião que cai e morrem cem pessoas, mas o tanto de gente que morre todo dia parece que vai passando, as mortes em conta-gotas parece que não nos assustam. Eu cito sempre o acidente da boate Kiss, onde morreram 276 pessoas. Lamentável aquele acidente, terrível aquele incêndio. Mas, no trânsito, só em Mato Grosso, um Estado que não tem tanto carro, todos os anos morrem 280 pessoas nos corredores de rodovia. Agora, se pegar Minas, São Paulo e tantos outros... Por isso que eu digo que precisamos falar sobre segurança pública.

Passo a palavra agora o Coronel Fábio Barbosa Pizetta, Presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal.

O SR. FÁBIO BARBOSA PIZETTA – Mais uma vez, Senador, o senhor foi muito preciso. Esse diálogo a respeito de segurança pública não diz respeito apenas a equipamentos, pois quando falamos em equipamento, falamos de tudo.

Foi citada na Mesa, inclusive pelo senhor o mesmo, a questão de fronteiras. Tivemos oportunidade de fazer uma viagem para um estudo técnico nos Estados Unidos. E lá, a polícia de fronteira – uma das entidades policiais que existem, lá são várias –, só a polícia de fronteira tinha 80 mil homens, que cuida de aeroporto, da fronteira com o Canadá, México e da entrada pelos aeroportos internacionais. O senhor citou Mato Grosso com 15 agentes cuidando da cuidando da fronteira. Passamos a ver que é muito mais complexo, vai muito além do equipamento falarmos sobre fronteira.

Volto de novo, neste ano nós já tivemos 82 policiais mortos no Brasil. São 52 dias do ano de 2016 e nós já temos 82 policiais mortos!

A discussão é muito ampla, cai para um TCO, como falou o Tenente William, ela cai para um círculo completo de polícia. Hoje temos a Polícia Federal, que é a polícia de ciclo completo no Brasil. A Polícia Federal é uma polícia de ciclo completo, como algumas polícias civis também são no Brasil polícias de ciclo completo e há uma efetividade no seu atendimento muito grande.

Aí, vamos continuar com a segurança pública no século XIX? Quando vamos ter a capacidade de chegar ao século XXI, em que todas as polícias façam polícia por inteiro? De modernizar a polícia, como falou o Werneck? As organizações policiais têm de se modernizar. Isso tem de ser discutido, isso tem de ser conversado.

Então, parabenizo mais uma vez o senhor. Espero que essa discussão se amplie e tenha um resultado prático para todos nós, porque isso salvará vidas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Agradecemos ao Coronel Fábio. É um assunto interessante que nós estamos discutindo agora no Parlamento. Há alguns projetos tramitando, inclusive sou Relator de um deles. E sei que é um debate quente, porque ele não é pacífico, algumas corporações entendem que perderiam espaço, eu creio que não, eu penso que nós vamos fazer uma polícia diferente.

Estamos com alguns "puxadinhos" na segurança pública que não fazem muito sentido. Aqui, cito uma discussão muito forte por estes dias. Alguns Senadores até me interpelaram a respeito da mesma. Trata-se da questão do uso de armamento pelos agentes de segurança de trânsito. Veja bem, antes do CTB, tínhamos a Polícia Militar que fazia o policiamento de trânsito nas cidades. Isso era pacífico. O trânsito tinha uma relativa fiscalização.

Após a promulgação do Código de Trânsito Brasileiro, passaram-se as incumbências aos Municípios, e alguns deles montaram suas guardas municipais de trânsito; outros, não. Uns fizeram convênio; outros, não. A grande verdade, salvo raras exceções, é que passamos a não ter fiscalização de trânsito. A questão do trânsito virou uma terra de ninguém. Aí, os acidentes viraram uma coisa de louco.

Agora, nesses Municípios que se organizaram, esses corpos de agente de trânsito ficaram da seguinte forma: para fazer a fiscalização ostensiva, eles precisam da ajuda da Polícia Militar, que ela esteja lá fazendo um acompanhamento, para que eles possam fazer uma abordagem.

Vejam o contrassenso: está sobrando dinheiro no País? Precisamos de um agente do Estado e de uma babá do lado para cuidar desses agentes de trânsito.

Então, a discussão que temos definido é a seguinte: por que este Estado, que treina e capacita o policial militar para usar arma, não treina e capacita esses agentes para que eles próprios cuidarem da sua segurança?

É o que tenho dito. A Polícia Militar tem tanta incumbência! A sociedade precisa tanto dela, e ainda precisamos ter a Polícia Militar também servindo de babá para cuidar dos agentes penitenciários. Ora, meu Deus do céu! Por que o Estado não treina esses policiais penais e eles mesmos se cuidam?

É isso que o policial militar faz. Ele cuida da própria segurança. É para isso que ele tem posse de arma. Alguns podem argumentar: "É mais arma!". Não!

Infelizmente, a nossa situação é esta: é preciso ter arma. Esse negócio de dizer que, a partir do momento em que armarmos esses agentes, vai acontecer mais coisa. É o imponderável. Temos de fazer o seguinte: o Estado capacitar e treinar sem muita elucubração.

Passo a palavra ao Tenente William Miller, Secretário do Conselho Nacional de Comandantes Gerais.

O SR. WILLIAM MILLER – Senador José Medeiros, mais uma vez, em nome do Coronel Sílvio Benedito Alves, Presidente do Conselho, e também do Tenente Coronel Alessandro da Rocha Almeida, Secretário de Articulação Política, agradecemos a V. Exª por esta oportunidade e pelas colaborações da Senadora Ana Amélia Lemos, inclusive no tocante ao sistema de corrupção, que infelizmente ocorre no Brasil, mas até por uma questão cultural, porque são inúmeras as situações em que os policiais dão voz de prisão a cidadãos que, quando abordados, chegam a oferecer dinheiro e praticam ali a corrupção ativa contra o policial.

Então, esse número de situações é um reflexo. É desse meio social que sai o policial. A Polícia Militar tem, assim como outras instituições policiais, na fase de admissão do cidadão, para ingressar na corporação, uma etapa do concurso chamada análise da vida pregressa. Nessa etapa, muitas pessoas, que poderiam ser admitidas em vários outros concursos, não o são na Polícia.

A Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e outros sistemas policiais constantemente já fazem essa análise, esse combate à corrupção desde a sua seleção.

Também, reforçamos, por fim, o pedido de esta Casa Legislativa, juntamente com a Câmara dos Deputados, continuar a debruçar-se sobre a questão das fronteiras no Brasil, para que as Polícias Estaduais também não fiquem também "enxugando gelo", como costumamos dizer, mas sim possam estar atuando de forma efetiva, tendo essa fonte de armas e drogas vedadas nas fronteiras do Brasil.

Pedimos também um apoio com relação ao PLS 395 e a outros projetos que tratam da questão do termo circunstancial de ocorrência, para ser lavrado pelas Polícias Militares e pela Polícia Rodoviária Federal, e à PEC 24/2012, que tem tudo a ver com o tema, que trata justamente do Fundo Nacional do Desenvolvimento de Segurança Pública, como foi dito um grande viabilizador desse investimento para o progresso nas instituições policiais.

Por fim, abrindo aspas, com respeito a todas as denominações, mas as Sagradas Escrituras dizem, em João 13, que: "Não há prova de amor maior do que aquele que dá a vida pelo irmão."

Aqui estão representantes de agentes públicos, os que mais amam esta sociedade, porque constantemente dão a vida pelos seus membros, o que faz ainda mais relevante e importante esta audiência pública de V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Muito obrigado, Tenente William, por ter comparecido ao debate e pelas belas palavras que faz, como encerramento.

Concedo a palavra ao Sr. Flávio Werneck Menegelli, Presidente do Sindicato das Polícias do Distrito Federal (Sindipol).

O SR. FLAVIO WERNECK MENEGELLI – Senador José Medeiros, desde já, agradeço o convite. Vou tentar ser o mais rápido possível, pois perpassamos por várias atribuições e competências do órgão e dos policiais federais.

Primeiro, no tocante ao controle de armas, este é feito hoje dentro do Departamento de Polícia Federal, e as armas registradas não são o problema deste País, mas as não registradas que ingressam pelas fronteiras brasileiras, seja pela fronteira seca, seja pelo que chamamos de fronteira molhada, os nossos portos.

Aí, vou a uma outra atribuição da Polícia Federal: ela exerce a função de polícia de fronteira brasileira. Foi citado, se não me falha a memória, pelo Coronel Fábio a situação dos Estados Unidos, que tem um tamanho continental como o do brasileiro. Foi citada a *border police*. Entretanto, os Estados Unidos têm mais de cinco agências/polícias, que trabalham pela Polícia de Soberania Brasileira, aquela que controla a entrada e saída de pessoas, cargas e veículos no País.

E temos a Polícia Federal, com 15 mil quilômetros de fronteira seca e em torno de mil policiais e com cerca de 9 mil quilômetros de fronteira molhada, mais de 385 instalações portuárias registradas para a navegação pela Comportos (Comissão Nacional de Segurança nos Portos), pela IMO (International Maritime Organization), e temos menos de 100 policiais na nossa Polícia Marítima Brasileira, os policiais federais exclusivos dos NEPOMs e DEPOMs no Brasil.

Então, enquanto não levarmos a sério a nossa Polícia de Soberania, aquela responsável por portos, aeroportos e fronteiras no País, não vamos conseguir evoluir nesse controle de armas, drogas, tráfico humano e todo tipo de ilícitos que podem ser cometidos na nossa área de fronteira, colocando também fronteiras aéreas e marítimas também.

Dentro desse viés, é importante o trabalho dos policiais que realmente estão na lida, no dia a dia. No Brasil, há uma inversão de valores também nas polícias. Em qualquer lugar do mundo, pegamos o policial que realmente investiga, que busca indícios de autoria em materialidade, e esse policial é o valorizado.

No Brasil, o policial mais valorizado é o burocrata. É aquele que fica atrás da mesa, como diria a música de Renato Russo. Espero que lembrem do restante da música.

Essa inversão de valores também dentro das instituições policiais passa pela modernização. Citamos aqui a estrutura de equipamentos e aquela que se dá ao policial para exercer o seu múnus público. A estrutura psicológica, também citada pelo Senador, é inexistente.

Vou citar duas figuras importantes no mundo, no que diz respeito à segurança pública: a primeira é a Mireille Ballestrazzi, Chefe da Interpol Mundo, uma policial de carreira, entrando na base e chegando ao topo, ingresso único. Segundo, ela é uma mulher. Terceiro, ela é bacharel em artes, com mestrado em línguas grego e latim.

Onde no Brasil estaria colocada esta policial, a Mireille? Ela chegaria a chefe na Interpol?

Da mesma forma, eu vou me reportar a William Bratton, que é o policial que resolveu o problema da violência em Nova York e Los Angeles. Em sua visita ao Brasil, ele deu uma entrevista, em que, sem deméritos às atribuições exercidas, deixou bem claro que, se ele estivesse em uma estrutura policial brasileira, não passaria de cabo da PM, porque não há, nessa estrutura, uma evolução meritocrática. Ele foi o cara responsável pelo fim da violência em Nova York e, depois, em Los Angeles.

Para a reflexão de todos, agradeço a oportunidade, Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Agradecemos a cada um dos debatedores que contribuiu para este debate.

Creio que nós possamos fazer alguns encaminhamentos aqui.

O primeiro seria solicitar à ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) a elaboração de normas técnicas de segurança para viatura policial, militar e civil.

O segundo, que a Comissão de Direitos Humanos coloque-se à disposição para recebimento de sugestões legislativas das entidades representativas que estão aqui, das entidades policiais a fim de regulamentar a segurança e a importação de equipamento policial, bem como de outros itens que julgar necessário.

Creio que foi um debate muito importante, mas não podemos ficar apenas com este; nós temos ainda outros temas sobre segurança pública que creio que vamos aprovar aqui na Comissão de Direitos Humanos, ou em outras Comissões, e que contribuirão com esta discussão. Temos latente o termo circunstanciado, esse ciclo completo de polícia, então, não tenho dúvidas de que daremos continuidade a este debate ainda este ano.

No mais, quero agradecer a presença de cada um.

Está encerrada a presenta reunião.

(Iniciada às 09 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 07 minutos.)

ATA DA 7ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dezesseis, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e Senadoras Paulo Paim, Regina Sousa, Angela Portela, Donizeti Nogueira, Ana Amélia, Humberto Costa, Dário Berger, Hélio José, Rose de Freitas, Sérgio Petecão, Marta Suplicy, Ricardo Franco, Flexa Ribeiro, Randolfe Rodrigues, Magno Malta, Vicentinho Alves, Marcelo Crivella e do Senador não membro Romero Jucá. O Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação das Atas da primeira a sexta Reuniões, que são dadas por aprovadas. **1ª Parte.** Deliberativa. Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2013. Terminativo. Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta (Substituído por *ad hoc*). Relatoria *ad hoc*: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2011. Terminativo. Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2011. Terminativo. Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Após a leitura do relatório, é concedida vista à Senadora Regina Sousa. Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2013. Terminativo. Altera a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, para aumentar a segurança de produtos de puericultura e para vedar a produção, a importação, a distribuição e a doação de andador infantil. Autoria: Senador Paulo Davim. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Após a leitura do relatório, é concedida vista ao Senador Magno Malta. Item 5. Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 2015. Não Terminativo. Altera a Lei nº 12.592, de 18 de janeiro 2012, para dispor sobre o contrato de parceria entre os profissionais que exercem as atividades de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador e pessoas jurídicas registradas como salão de beleza. Autoria: Deputado Ricardo Izar. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH. Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 664, de 2015. Não Terminativo. Inclui o art. 244-C na Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para tipificar o crime de induzimento, instigação ou auxílio à automutilação de criança ou adolescente. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador José Medeiros (Substituído por *ad hoc*). Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Amélia. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, com a Emenda nº 1-CDH. Item 7. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 10, de 2016. Requer, nos termos regimentais, a realização de diligência para verificar situação sub-humana em que vivem os moradores do bairro Caub I e II, localizado na região administrativa do Riacho Fundo II. Autoria: Senador Hélio José. Resultado: Aprovado. Item 8. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 11, de 2016. Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) convide estudiosos de notável saber a fim de debater proposição legislativa que trate dos direitos da criança cigana. Autoria: Senador Telmário Mota. Resultado: Adiado. **Extrapauta**. Item 9. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 13, de 2016. Requer, com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão, em parceria com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal - CCT, nos termos do Requerimento nº 04/2016, daquele colegiado e autoria do Senador Ivo Cassol, para debater a respeito dos resultados obtidos até então pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria GM/MS nº 1767/2015, que institui Grupo de Trabalho para apoiar as etapas necessárias ao desenvolvimento clínico da Fosfoetanolamina; o atual estágio das pesquisas nas esferas federal e estadual; bem como

a estimativa de prazos para a produção em escala no País deste importante medicamento. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 10. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 14, de 2016. Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "A Previdência Social no Brasil". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 11. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 15, de 2016. Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater sobre "Estatuto do Motorista". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 12. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 16, de 2016. Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para discutir sobre "Acidentes de trabalho no Brasil". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 13. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 17, de 2016. Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para realizar "Ciclo de Debates sobre a Previdência". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 14. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 12, de 2016. Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a criação do Plano Nacional de Ação da Política para a população em situação de rua. Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. Item 15. Minuta de Requerimento nº , de 2016. Com fundamento no art. 50, § 2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal e com o art. 7° da Lei n° 9.478 de 1997, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações, à Procuradoria-Geral da República, referentes às medidas tomadas para a punição dos responsáveis pelo desastre ambiental em Ferreira Gomes/AP. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Item 16. Minuta de Requerimento nº , de 2016. Com fundamento no art. 50, § 2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal e com o art. 7° da Lei n° 9.478 de 1997, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações à Ministra do Meio Ambiente, referentes às medidas tomadas para a punição dos responsáveis pelo rompimento da barragem em Mariana/MG, em especial: 1. Quase punições foram aplicadas, haja vista já terem se passado mais de cem dias do ocorrido? 2. Algum dirigente da empresa Samarco já foi indiciado? 3. Entre as famílias desabrigadas, quantas já receberam algum tipo de indenização? 4. Diante da Decisão da Justiça Estadual de Minas Gerais de bloquear os bens da empresa Samarco, já foram adotadas as medidas operacionais para o cumprimento dessa sentença? Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Item 17. Minuta de Requerimento nº , de 2016. Com fundamento no art. 50, § 2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal e com o art. 7° da Lei n° 9.478 de 1997, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministério da Justiça, referentes às medidas tomadas para a punição dos responsáveis pelo rompimento da barragem em Mariana/MG, em especial: 1. Quase punições foram aplicadas, haja vista já terem se passado mais de cem dias do ocorrido? 2. Algum dirigente da empresa Samarco já foi indiciado? 3. Entre as famílias desabrigadas, quantas já receberam algum tipo de indenização? 4. Diante da Decisão da Justiça Estadual de Minas Gerais de bloquear os bens da empresa Samarco, já foram adotadas as medidas operacionais para o cumprimento dessa sentença? Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Item 18. Minuta de Requerimento nº , de 2016. Com fundamento no art. 50, § 2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal e com o art. 7° da Lei n° 9.478 de 1997, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações, ao Ministro da Justiça, referentes às medidas tomadas para a punição dos responsáveis pelo desastre ambiental em Ferreira Gomes/AP. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Item 19. Minuta de Requerimento nº , de 2016. Com fundamento no art. 50, § 2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal e com o art. 7° da Lei n° 9.478 de 1997, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações, à Ministra do Meio Ambiente, referentes às medidas tomadas para a punição dos responsáveis pela tragédia ambiental em Ferreira Gomes/AP. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Item 20. Minuta de Requerimento nº , de 2016. Com fundamento no art. 50, § 2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal e com o art. 7° da Lei n° 9.478 de 1997, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações, ao Presidente da Agência Nacional de Águas - ANA, referentes às medidas tomadas para a punição dos responsáveis pela tragédia ambiental em Ferreira Gomes/

AP. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Item 21. Minuta de Requerimento nº , de 2016. Com fundamento no art. 50, § 2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal e com o art. 7° da Lei n° 9.478 de 1997, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Presidente do Banco Central, referentes às medidas tomadas para a punição dos responsáveis pelo rompimento da barragem em Mariana/MG, em especial se já foram adotadas as medidas operacionais necessárias ao bloqueio dos bens da empresa Samarco, conforme determinação da Justiça Estadual de Minas Gerais de bloquear os bens da empresa Samarco? Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Item 22. Minuta de Requerimento nº , de 2016. Com fundamento no art. 50, § 2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal e com o art. 7° da Lei n° 9.478 de 1997, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Presidente do IBAMA, referentes às medidas tomadas para a punição dos responsáveis pelo rompimento da barragem em Mariana/MG, em especial: 1. Quase punições foram aplicadas, haja vista já terem se passado mais de cem dias do ocorrido? 2. Algum dirigente da empresa Samarco já foi indiciado? 3. Entre as famílias desabrigadas, quantas já receberam algum tipo de indenização? 4. Diante da Decisão da Justiça Estadual de Minas Gerais de bloquear os bens da empresa Samarco, já foram adotadas as medidas operacionais para o cumprimento dessa sentença? Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Item 23. Minuta de Requerimento nº , de 2016. Com fundamento no art. 50, § 2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal e com o art. 7° da Lei n° 9.478 de 1997, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações, ao Presidente do IBAMA, referentes às medidas tomadas para a punição dos responsáveis pela tragédia ambiental em Ferreira Gomes/AP. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Item 24. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 18, de 2016. Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater as políticas públicas de atenção às populações indígenas do Brasil. Autoria: Senadora Regina Sousa e outros. Resultado: Aprovado. **2ª Parte**. Deliberativa de Relatório de Denúncia. "Apresentar e deliberar o Relatório sobre denúncia recebida pela CDH de violações de direitos humanos, acerca de violências praticadas contra cidadãos e cidadãs, beneficiários do programa minha casa, minha vida, por parte de traficantes e milicianos". Resultado: Aprovado o encaminhamento de cópia da denúncia ao Ministério das Cidades, para que averigue a situação relatada, informando a essa Comissão acerca da veracidade dos fatos e das providências eventualmente adotadas. Às doze horas e vinte e dois minutos o Senhor Presidente passa a Presidência para a Senadora Regina Sousa. Às doze horas e trinta e seis minutos a Senhora Presidente eventual devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Hélio José, Magno Malta, Romero Jucá, Randolfe Rodrigues, Dário Berger e as Senadoras Ana Amélia, Regina Sousa, Marta Suplicy e Angela Portela. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e trinta e nove minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Há número regimental.

Declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 1ª à 6ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não, Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu gostaria de pedir inversão da pauta para que possamos discutir e votar o projeto do Deputado Ricardo Izar, que altera a Lei nº 12.592. É um projeto não terminativo, então, não teríamos inconveniência, caso V. Exª concorde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Informo ao Plenário que esse projeto, como foi dito, não é terminativo, vai ainda para a CAS e depois ao plenário, como é um projeto da Câmara dos Deputados.

Como é regimental, pergunto ao Plenário se alguém discorda da inversão de pauta. (*Pausa.*)
Como não houve nenhuma manifestação, está invertida a pauta.
Vamos, então, ao item 5.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 133, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.592, de 18 de janeiro 2012, para dispor sobre o contrato de parceria entre os profissionais que exercem as atividades de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador e pessoas jurídicas registradas como salão de beleza.

Autoria: Deputado Ricardo Izar
Relatoria: Senadora Marta Suplicy
Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta.
Observações:
Tramitação: CDH e CAS;
- Em 04/11/2015, foi realizada audiência pública para instruir o Projeto, conforme RDH 160 de 2015.
- Em 17/02/2016, a matéria foi retirada de pauta, a pedido da relatoria, para reexamne.

Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy para leitura do relatório.
A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Obrigada, Presidente.
Relatório.
Vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 2015, que dispõe sobre os contratos de parceria dos salões de beleza com os profissionais que desempenham as atividades de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador.

Em sua parte substancial, a proposta possibilita a realização de parceria entre o estabelecimento comercial "salão-parceiro" – detentor dos bens materiais necessários ao desempenho das atividades profissionais de cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicure, pedicure, depilador e maquiador – e o "profissional-parceiro", aquele que exercerá as citadas atividades profissionais.

Estabelece que não haverá relação de emprego ou de sociedade entre o profissional-parceiro e o salão-parceiro enquanto perdurar a relação de parceria e que o "profissional-parceiro" poderá ser constituído sob a forma de pessoa jurídica.

O salão-parceiro será responsável pelos pagamentos e recebimentos, repassando ao profissional-parceiro um percentual do valor efetivamente pago pelo cliente.

O salão-parceiro fará a retenção dos valores relativos ao recolhimento de tributos e contribuições sociais e previdenciárias devidos pelo profissional-parceiro incidentes sobre a cota-parte que a este couber na parceria.

O projeto estabelece as cláusulas obrigatórias do contrato de parceria, sem o qual se configurará vínculo empregatício entre a pessoa jurídica do salão-parceiro e o profissional-parceiro.

Constituída a parceria, esta poderá ser rescindida unilateralmente com aviso prévio de 30 dias.

Configurar-se-á vínculo empregatício entre a pessoa jurídica do salão-parceiro e o profissional-parceiro quando não existir contrato de parceria formalizado.

Por último, estabelece que o processo de fiscalização, de autuação e de imposição de multas reger-se-á pelo disposto no Título VII da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Ao justificar sua iniciativa, o autor afirma que a medida respeita as peculiaridades do trabalho nos salões de beleza e deverá estimular a sua formalização, além de proporcionar o equacionamento da insegurança jurídica e os contingenciamentos fiscais, tributários, previdenciários, decorrentes destas relações de trabalho, que são crescentes e que, hoje, contribuem para a manutenção da informalidade.

Para instruir a matéria, tivemos o cuidado, por meio do Requerimento nº 160, de 2015, de solicitar a esta Comissão a realização de audiência pública, com a participação dos mais representativos segmentos interessados na regulação dessa nova modalidade de relação de trabalho nos salões de beleza, onde estiveram presentes: Maximiliano Nagl Garcez, Diretor para Assuntos Legislativos da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas (ALAL); Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Secretário-Geral da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST); Andrezza Torres, Coordenadora Nacional de Beleza e Estética do Sebrae; Márcio Michelasi, Diretor Presidente do Sindicato dos Profissionais de Beleza e Técnicas Afins de São Paulo (PRÓ-BELEZA); José Augusto Nascimento R. Santos, Presidente da Associação Brasileira de Salões de Beleza (ABSB); Achiles Augustus Ca-

vallo, Advogado Tributarista; Daniel Borges de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Salão de Beleza, Instituto de Beleza, Clínica de Beleza do Distrito Federal (SINDBELEZA DF); Marcelo Francisco Chiodo, Presidente do Sindicato dos Salões de Barbeiros, Cabeleireiros, Institutos de Beleza e Similares no Estado do Rio Grande do Sul; Maria dos Anjos Mesquita Hellmeister, Diretora Administrativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (Contratuh); Flávio de Castro Sobrinho, Vice-Presidente do Sindicato dos Empregados em Institutos de Beleza e Cabeleireiros de Senhoras do Município do Rio de Janeiro (Sempribel); e Valeir Ertle, Secretário de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Ao projeto, não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do art. 102-E, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa discutir e votar o presente projeto de lei.

A disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, XVI, da Constituição Federal) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput,* da CF). Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados, estando apta a proposição para a sua regular tramitação.

Hoje, apesar dos salões de beleza manterem contratos de emprego, com carteira assinada, obedecendo à legislação presente na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), os usos e costumes desta profissão e suas necessidades específicas resultaram nos contratos de parceria.

No caso dos vínculos empregatícios, a CLT já dispõe sobre o pagamento pelo cumprimento da jornada de trabalho, horas extras, trabalho noturno, férias, décimo-terceiro salário, vale-transporte etc., o empregado ainda recebe benefícios como parcela da contribuição para a Previdência Social – que lhe garante auxílio em caso de doença, salário-maternidade, aposentadoria, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), entre outros direitos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fazendo soar a campainha*.) – Peço silêncio ao Plenário.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Todavia, apesar da CLT, pela via indireta de seu art. 9º, apontar outras relações de trabalho além do emprego, ela é omissa sobre a forma de trabalho na modalidade de parceria, ao que busca regulamentação por meio deste projeto de lei.

Acreditamos que essa forma de contrato pretendida pelo PLC nº 133, de 2015, que já constitui prática recorrente, poderá garantir maior segurança jurídica tanto aos profissionais, quanto às empresas, no que tange à relação de trabalho entre as duas partes.

Nesse sentido, o projeto traz avanços, eis que se estabelecem regras claras sobre esse tipo de contratação e a consequente redução dos embates trabalhistas na Justiça. A proposta é bem vista também pelos profissionais da área, que consideram que a contratação pela CLT restringe a entrada de novos trabalhadores nesse mercado de trabalho, pelos custos embutidos na contratação. Mais ainda: para os defensores da proposta, o trabalhador é incentivado a produzir mais e ganhar mais, pois receberá de acordo com o seu volume de trabalho.

Em relação aos aspectos tributários, há alguns pontos a se destacar.

Em primeiro lugar, a modalidade de parceria que se cria não exime o profissional da obrigação de manutenção da regularidade de sua inscrição perante as autoridades fazendárias, o que será determinante para a existência da parceria, já que é cláusula obrigatória do contrato.

Hoje, no segmento de salões de beleza, ainda que muitos profissionais tenham optado por serem microempreendedores individuais pelo Simples Nacional, grande parte ainda se mantém na informalidade. Com a possibilidade de celebração de contrato de parceria que previna o enquadramento da relação profissional como empregatícia, estar-se-á dando segurança jurídica a situações existentes, o que permitirá a regularização de profissionais que antes preferiam a informalidade.

O Fisco se beneficiará, também, da obrigatoriedade de o salão-parceiro realizar a retenção dos valores de recolhimento de tributos e contribuições sociais e previdenciárias devidos pelo profissional-parceiro incidentes sobre a cota-parte que a este couber na parceria.

Hoje, abstraídas as implicações trabalhistas da remuneração calculada sobre percentual do valor recebido pela prestação de serviços, o profissional que a recebe deve incluí-la nos seus rendimentos pessoais para efeitos de Imposto de Renda, caso opte pela tributação como pessoa física, ou nos rendimentos da empresa por ele constituída, caso opte por ser tributado como pessoa jurídica.

Com a precariedade da relação existente, o profissional, com frequência, omite esses rendimentos, em prejuízo da Fazenda Pública.

Quanto à possível preocupação em relação à diferença de tratamento na retenção na fonte entre os profissionais-parceiros que contribuam como pessoa física e aqueles que fizerem a opção pelo Simples Nacio-

nal, estamos seguros de que ela será desfeita com a adequada regulamentação da matéria pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Outra importante disposição diz respeito à determinação de que a cota-parte destinada ao profissional-parceiro não seja considerada para o cômputo da receita bruta do salão-parceiro, ainda que adotado sistema de emissão de nota fiscal unificada ao consumidor. Isso para que o salão não seja onerado em relação a tributos que incidam sobre a sua receita bruta, tais como a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) ou, se for o caso, tenha o seu enquadramento no Simples Nacional alterado.

Atualmente, um salão que preste serviços por intermédio de profissionais que recebam percentual sobre os valores pagos à empresa é obrigado a incluir a integralidade do valor recebido na sua receita bruta, o que impacta fortemente sobre os valores a recolher a título de Cofins e PIS/Pasep, bem como, dependendo do caso, pode levar a uma alteração do seu enquadramento no Simples Nacional, elevando a carga tributária da empresa. Com a medida que se propõe, os valores referentes à cota-parte do profissional-parceiro são destacados e deixam de compor a base de cálculo dos tributos.

Sob o aspecto cível, o projeto traz dispositivo que limita a responsabilidade do "profissional-parceiro", que não poderá assumir as responsabilidades e obrigações decorrentes da administração da pessoa jurídica do salão-parceiro, de ordem contábil, fiscal, trabalhista e previdenciária incidentes, ou quaisquer outras relativas ao funcionamento do negócio.

Dessa forma, pode-se entender que o "profissional-parceiro" não assumirá responsabilidades advindas do risco de administração do negócio, de modo que não poderá ser responsabilizado, por exemplo, pelo pagamento de aluguéis atrasados em virtude de contrato de locação firmado pelo "salão-parceiro".

A proposição carece, no entanto, de pequenos aperfeiçoamentos.

Primeiramente faz-se necessária a alteração do art.1º-C, a fim de estabelecer que haverá configuração de vínculo trabalhista entre a pessoa jurídica do salão-parceiro e o profissional-parceiro, quando este desempenhar funções diferentes das descritas no contrato de parceria.

Além disso, propomos a alteração do §7º do art. 1º-A da Lei nº 12.592, de 18 de janeiro de 2012, incluído pelo art. 1º do projeto. O dispositivo possibilitava a vinculação de assistentes ou auxiliares necessários à realização dos serviços abrangidos pela forma de parceria aos profissionais-parceiros, e isso poderia ser interpretado como uma facilidade à terceirização de mão de obra, o que nos parece inadequado e indesejável. Contudo, ele também faz importante esclarecimento, que é a possibilidade de os profissionais-parceiros serem qualificados como pequenos empresários, microempresários ou microempreendedores individuais, o que é fato importantíssimo para a regularização desses trabalhadores.

Desta forma alteramos o citado parágrafo para retirar a menção à contratação e reafirmar a possibilidade de os profissionais-parceiros serem qualificados como pequenos empresários, microempresários ou microempreendedores individuais.

Feitos esses ajustes, entendemos que a proposta se encontra apta para sua aprovação.

Voto.

À vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 2015, com as seguintes emendas:

Emenda nº - CDH

Dê-se ao § 7º do art. 1º-A da Lei nº 12.592, de 18 de janeiro de 2012, acrescentado pelo art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 2015, a seguinte redação:

"§ 7º Os profissionais-parceiros poderão ser qualificados, perante as autoridades fazendárias, como pequenos empresários, microempresários ou microempreendedores individuais. "

Emenda nº - CDH

Dê-se ao 1º-C da Lei nº 12.592, de 18 de janeiro de 2012, na forma que dispõe o art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 2015, a seguinte redação:

"Art. 1º-C. Configurar-se-á vínculo empregatício entre a pessoa jurídica do salão-parceiro e o profissional-parceiro quando:

I - não existir contrato de parceria formalizado na forma descrita nesta Lei; e

II – o profissional-parceiro desempenhar funções diferentes das descritas no contrato de parceria."

Este é o relatório, Sr. Presidente.

Quero parabenizar o autor, Deputado Ricardo Izar, porque, simplesmente, a legislação que temos hoje não contempla a realidade do setor de beleza. O projeto é simplesmente um marco regulatório que vai impedir várias ações nos tribunais, decorrentes da não segurança jurídica em que hoje vivemos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Lido o relatório, vamos à discussão da matéria.

De imediato, está inscrita a Senadora Ana Amélia, para discutir. Na sequência, o Senador Romero Jucá.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quero, Senador Paulo Paim, cumprimentar a Senadora Marta – primeiro, claro, o autor da matéria – pelo esforço pessoal que fez, frente às pressões que recebeu, o que é natural em um processo democrático, em uma demanda com complexidades. Ela fez um trabalho extremamente minucioso, deixando muito claro, neste relatório, as situações diferentes entre o profissional-parceiro daquele funcionário que é o telefonista, que é o atendente. São coisas distintas. Então, caracteriza isso muito bem, e ainda fez a definição, para não parecer fragilização de trabalho, de que é necessário haver o contrato específico para o profissional-parceiro. Portanto, acho que esclarece tudo, não deixa nenhuma margem.

Quero também dizer que, apesar de haver agora, com essa lei, a busca de uma formalidade, essa é uma atividade que tem um alto grau de informalidade. Estamos dando, com isso, segurança jurídica aos profissionais que trabalham no setor.

Quero ainda dizer que o Sindicato dos Cabeleireiros do Rio Grande do Sul, na liderança do Marcelo Chiodo – quero saudar sua presença e seu trabalho –, muito trabalhou neste processo. Eu trabalhei antes, na regulamentação da profissão dos cabeleireiros e maquiadores; trabalhei a pedido deles, porque estava guardado o projeto dos profissionais da área de beleza há muitos anos na Casa. Trabalhamos juntos, o Senador Paim ajudou, a Senadora Marta também ajudou, para regulamentar a profissão, e isso foi feito. Agora, estamos em uma segunda etapa, que diz respeito às relações de trabalho em uma área cada vez mais desenvolvida no Brasil e em todo o mundo. Aqui, no Brasil, acho que estamos caminhando para a formalização e para a proteção dos direitos dos trabalhadores e também criando um mecanismo, que é o parceiro profissional.

Portanto, quero dizer, que, além do mais, esta não é uma comissão terminativa. Aqui não é terminativo, ele ainda vai à Comissão de Assuntos Sociais. Penso que, em uma hora de crise como a que estamos vivendo na economia brasileira, atingindo essa área, atingindo pesadamente essa área – porque, às vezes, parece que isso é supérfluo e, então, é o primeiro corte que se faz – se não tivermos a compreensão de um avanço, como buscou a Senadora Marta nesse processo, que tem o apoio maciço da categoria dos profissionais da área, estaríamos contribuindo para agravar a crise e não para resolvê-la.

Então, quero cumprimentá-la e dizer que podemos ampliar o debate na Comissão de Assuntos Sociais, mas vencendo e aprovando o projeto aqui, na Comissão. Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi a Senadora Ana Amélia.

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs, Senadores, fiz questão de vir aqui. Não sou membro da Comissão, não tenho a honra de participar de um grupo tão seleto quanto esse.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – V. Exª é membro natural de qualquer comissão nesta Casa.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Mas, como essa matéria deverá ir a Plenário, fiz questão de vir aqui me posicionar. Acho que, neste momento em que temos a condição de regularizar e criar bases de segurança jurídica, de relações mais permanentes, de incentivo ao emprego e de melhorar as condições de empregabilidade, temos que fazer esse esforço.

Estou vindo aqui hoje para registrar que aplaudo o projeto e as mudanças feitas pela Senadora Marta Suplicy. As mudanças da Senadora Marta melhoram o projeto porque, em algumas lacunas que poderia deixar dúvidas sobre precarização, ela competentemente ajusta esses procedimentos.

Quero dizer que ouvi muita gente, é claro que esse projeto não é unanimidade, sabemos das lutas internas que há na movimentação sindical e nas questões que dizem respeito a qualquer tipo de relação trabalhista, mas a grande maioria que ouvi é favorável ao projeto por uma questão muito simples: não adianta falar que o projeto vai precarizar. Hoje a precarização existe.

Nós vamos é melhorar as condições, dar clareza, dar condições de desconto tributário, de garantir recolhimentos, coisa que, efetivamente, não ocorre hoje.

A ausência do projeto não melhora o ambiente; piora. O ambiente, hoje, é mais degradado, é mais insalubre, é mais sem garantias do que será com o projeto que aqui está sendo relatado pela Senadora Marta Suplicy.

Então, eu quero aqui registrar – e eu não voto – a minha posição de apoio ao projeto e às emendas, ressaltando que, no plenário do Senado, votarei acompanhando a Senadora Marta Suplicy nessa matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Quero cumprimentar V. Exª, nobre Senador Paulo Paim, e cumprimentar a Senadora Marta Suplicy pelo feito de ter melhorado substancialmente esse projeto. Até conversei com ela rapidamente, ontem, no plenário, e conversei também aqui com a Senadora Ana Amélia; e conversei também com os meninos ali, no fundo. (*Risos.*)

Há uma certa dificuldade de entendimento da questão. Como aqui, nesta Casa, nada é feito açodadamente, eu peço vênia à turma ali, ainda porque tenho amigos em ambos os lados, porque estão me requerendo que eu peça vista da matéria, para que tenhamos uma semana a mais de prazo para analisar esse projeto.

Eu estou aqui, até este momento, favorável à aprovação do projeto, certo? A recomendação do Governo é contra a aprovação do projeto, ou seja, é pela rejeição do projeto. Eu, por tudo o que a Senadora Marta e a Senadora Ana Amélia colocaram aqui, bem como pelo que o Senador Jucá acaba de colocar, em tese, eu sou favorável ao projeto pelo entendimento mantido em torno da questão, conforme a Senadora Marta colocou.

Como nós vivemos numa casa democrática e atendendo aos apelos de ambos os lados – uma parte quer, outra parte não quer –, eu gostaria, Senadora Marta, comprometendo-me a trazer na próxima semana o relatório para todos podermos votar, porque não vou ficar com isso por mais de uma semana, ainda porque isso já vem de uma discussão de longa data – ou seja, não se pode mais ficar enrolando esse projeto aqui, na CDH – e como nós não pedimos ainda vista regimental, eu gostaria de pedir vista, garantindo que, na semana que vem, eu devolvo o projeto para discussão, ouvindo ambas as partes... (*Palmas.*)

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só um minuto, vamos deixar o Senador concluir. Em seguida, eu passo a palavra para a Senadora.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Como disse, ouvindo ambas as partes, inclusive o Presidente do Sindicato, o Valtenir, o nosso querido Hélio, que é um conceituadíssimo dono de salão de beleza no Distrito Federal, e as pessoas aqui ligadas à Contratuh e ligadas ao outro sindicato de beleza aqui do DF, que vieram todos aqui falar comigo.

Como eu não tenho conhecimento total, mas das conversas que mantive com a Senadora Marta e com a Senadora Ana Amélia, eu quero adiantar a todos que sou favorável ao projeto, não sou contra; estou apenas atendendo ao apelo que vocês estão fazendo para ganharmos uma semana para podermos avaliar se conseguimos melhorar o projeto.

Então, por isso, peço vista de uma semana apenas. Na próxima reunião, a gente devolve.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O pedido de vista é regimental.

Pela ordem, Senadora Marta Suplicy, Relatora da matéria.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo pessoal ao Senador no seguinte sentido: esse projeto já está aqui há bastante tempo; ele foi, a pedido exatamente das pessoas e das entidades a que V. Exª referiu, retirado de pauta para que eu pudesse conversar novamente com todos. A partir das conversas, eu retirei duas das emendas, em entendimento e negociação, pelo que foi acordado que, desta forma, não teríamos mais óbices.

É lógico que o consenso absoluto, unanimidade nós não vamos atingir nunca.

Esse projeto não é terminativo; ele está indo para a CAS; e depois vai a Plenário. Então, eu gostaria de ter a compreensão de V. Exª para que nós não tenhamos de voltar aqui novamente na semana que vem, trazendo também essas pessoas aqui, pessoas que estão empenhadas e que vêm de longe, para fazermos essa discussão.

Na CAS, nós podemos retomar a discussão. V. Exª poderá fazer todas as emendas que entender conveniente; terá tempo hábil para isso, para conversar novamente com essas instituições; e nós, aqui, livramos a Comissão de Direitos Humanos para tratar de outras pautas, porque essa aqui acho que, a partir do que eu estou explicando, se esgota, no sentido dos argumentos que foram dados.

Eu faria esse apelo pessoal a V. Exª, entendendo que V. Exª, além de ter todo o direito como Senador de pedir vista, tem interesse nessa matéria. Mas nós podemos prosseguir com essa discussão. Estou perfeitamente à disposição de V. Exª para aprofundar em cada dúvida se V. Exª assim desejar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Me permita só, Senadores, eu queria antes registrar a presença, por uma questão de justiça, de todos os Senadores que vieram prestigiar principalmente este debate: Senadora Ana Amélia, Senador Humberto Costa, Senadora Marta Suplicy, Senador Hélio José, Senador Ricardo Franco, Senador Randolfe Rodrigues, Senador Romero Jucá, Deputado Ricardo Izar e Deputado Marcelo Squassoni.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – A Senadora Marta Suplicy é uma Senadora que conta com toda a nossa vênia e nosso apoio aqui nesta Casa pela sua competência em todos os lugares onde ela já passou, Prefeita da maior cidade deste País. Então, eu tenho plena confiança na Senadora Marta Suplicy.

E tenho plena confiança em que podemos fazer algum reparo ou alguma questão na CAS. Nesta Casa aqui, inclusive, podemos apresentar emenda até em plenário se for necessário.

Então, eu não quero obstruir trabalhos aqui. Acho que quanto mais rápido a gente andar melhor.

Eu tenho plena confiança em V. Exª. O Governo está me orientando a votar contra. Eu estou convencido que o projeto de V. Exª é bom, por isso que vou votar a favor do projeto, pelo menos até este instante, está certo?

E quero falar, comprometendo-me com vocês, meninos: eu os recebo, eu acolho as propostas de emenda possíveis para a gente tentar conversar com a Senadora Marta Suplicy e ver em que a gente pode ajudá-los na sequência do projeto. Mas eu não quero deixar de atender aqui um apelo de uma colega que está me fazendo esse pedido de uma forma tranquila, sem nenhum tipo de pressão. Esta Casa é a casa do entendimento, não é a casa de um ganha e outro perde, não é isso. Então, estou para ouvi-los. Podemos nos reunir neste instante no meu gabinete, com uma delegação de cinco pessoas de ambas as partes, ver em que a gente pode se entender, e eu passaria para a Senadora Marta com tranquilidade.

Dessa forma, atendo seu apelo. Não tenho problema nenhum nessa questão. (*Palmas.*)

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu agradeço imensamente a compreensão de V. Exª. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Continua em discussão a matéria.

Senador Magno Malta com a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu vim exatamente porque eu caminho no sentido contrário. Faço coro com a Senadora Marta. Acho que há justiça em tudo isso e já veio até muito tarde. De maneira que V. Exª tem o meu apoio.

Essa causa é absolutamente justa, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queria discutir, está encerrada a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto com duas emendas que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto com as Emendas nºs 1–CDH e 2–CDH.

O projeto segue para análise da CAS.

(Manifestação da plateia.)

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 664, de 2015
- Não terminativo -

Inclui o art. 244-C na Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para tipificar o crime de induzimento, instigação ou auxílio à automutilação de criança ou adolescente.

Autoria: Senador Ciro Nogueira
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta.
Observações:
Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.
- Em 17/02/2016, foi lido o Relatório pela Relatora "ad hoc", Senadora Ana Amélia. Em seguida foi concedida vista coletiva.

Como a Senadora Ana Amélia, creio, não relatou nenhum projeto *ad hoc*, está convocada a relatar esse projeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vamos rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O relatório já foi até lido por V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Já foi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se puder simplificar agora...

Eu só peço o máximo de silêncio ao Plenário. Sei que há aqui algumas divergências. Façam um encontro aqui no corredor, porque a gente tem inúmeros projetos para votar neste momento.

Senadora Ana Amélia com a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Paulo Paim, queria agradecer a V. Exª.

O projeto é do Senador Ciro Nogueira, tenho a hora de fazer a relatoria *ad hoc* aqui. O Senador José Medeiros foi o Relator original. Na verdade, já foi apresentado o relatório. Aqui há uma diminuição da pena prevista do tipo penal criado pelo projeto em análise, tornando-a proporcional ao delito...

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pessoal, o debate continua lá na Comissão de Assuntos Sociais. Aqui estamos em outro ponto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com o mesmo carinho que nós recebemos todos vocês aqui, vocês têm que respeitar a democracia. Democracia é a vontade da maioria.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Parabéns, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Ana Amélia com a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu vou repetir o cerne e o objetivo do projeto do Senador Ciro Nogueira.

Ele tipifica o crime de induzimento, instigação ou auxílio à automutilação de criança ou adolescente. É a história de *piercing*, dessas coisas que uma pessoa possa levar o adolescente a cometer, que o desfigure ou cause uma violência física e às vezes até emocional à criança.

Então, na verdade, no mérito, a proposição apresenta relevante questão por tratar da segurança física e psíquica de crianças e adolescentes, tema que deve merecer uma alta prioridade por parte do Estado brasileiro.

No campo psiquiátrico, os fatores precipitantes de comportamentos autolesivos são complexos, mas podem ser entendidos, de maneira geral, como uma acumulação de tensão, ansiedade e impulsividade, história de trauma na infância, aliados muitas vezes com o comportamento em grupo, próprio da adolescência.

A partir dessa realidade, o PLS 664, de 2015, inova no campo penal, porque a atual legislação somente trata da penalização ao induzimento, à instigação ou auxílio ao suicídio (Código Penal, art. 122) e ao incitamento ao crime (Código Penal, art. 186). Nem um nem outro tipo penal abarca, portanto, situações em que a criança ou o adolescente são induzidos à prática da automutilação ou *cutting*, seja por meio de contato físico, seja por meio de contato virtual (art. 2º, §3º, do PLS nº 664, de 2015).

Além disso, a norma objeto da alteração proposta para veicular a modificação pelo PLS 664, de 2015, afigura-se adequada, por serem justamente os adolescentes e as crianças mais vulneráveis e influenciáveis pela pressão social de amigos e conhecidos e, portanto, são as mais suscetíveis a praticarem um comportamento, mesmo que lesivo, por imitação. É no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), portanto, que deve constar o comando proibitivo da prática de induzimento à automutilação.

Sugerimos, portanto, apenas na questão, uma diminuição da pena prevista no tipo penal criado pelo projeto em análise, tornando-a proporcional ao delito cometido e harmônica com os demais dispositivos legais penais já em vigor no País.

Em razão disso, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 664, de 2015, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CDH

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 664, de 2015, a seguinte redação:

"Art. 2º .....

"Art. 244-C. .....

Pena – detenção, de seis meses a um ano; se a lesão corporal se consuma, a pena é de um a dois anos de reclusão.

§ 1º Se do ato resulta lesão corporal de natureza grave, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, a pena é de um a três anos de reclusão.

§ 2º Se resulta em morte, a pena é de dois a seis anos de reclusão.

....."

Essa é a alteração proposta com as emendas.

O voto é esse, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos ao voto.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Hélio José, item 7.

ITEM 7

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 10, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, a realização de diligência para verificar situação sub-humana em que vivem os moradores do bairro Caub I e II, localizado na região administrativa do Riacho Fundo II.

Autoria: Senador Hélio José.

Concedo a palavra para encaminhar.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Nobre Senador Paulo Paim, Brasília tem um grande problema de regulamentação fundiária e isso causa dificuldades para as famílias que moram nos diversos bairros do Distrito Federal. As pessoas ficam inquietas com as ameaças de derrubadas e em relação a tantas questões de segurança, de assistência.

Esses bairros Caub I e Caub II estão passando por dificuldades muitos grandes e, por isso, vamos fazer uma diligência, e a proposta é ouvir ambas as partes no local, fazer um relatório, encaminhar ao Governo do Distrito Federal para vermos se podemos colaborar no intuito de superar as dificuldades que existem lá nesse momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o requerimento do Senador Hélio José permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, eu tenho um conjunto de requerimentos em relação aos quais eu gostaria de solicitar a aquiescência de V. Exª e do Plenário para apresentá-los extrapauta. Eles dizem respeito às providências adotadas já que completamos, nesta semana, cem dias do maior desastre ambiental do País.

Eu encaminho um conjunto de requerimentos solicitando informações da Justiça Estadual de Minas Gerais sobre a empresa Samarco e sobre o desastre em Mariana.

Solicito, ainda, informações do Ibama sobre quais punições foram aplicadas; se algum dirigente da Samarco já foi indiciado; se entre as famílias desabrigadas, quantas já receberam algum tipo de indenização...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Posso colaborar com V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Pois não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Ontem, houve uma série de pedidos de mandados de prisão para os ex-diretores e os que se licenciaram por questões emocionais – gaiola para todo mundo!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Temos conhecimento dessa providência por parte do Ministério Público de Minas Gerais, mas há outras a serem tomadas por um conjunto de outros órgãos.

Solicito ao Presidente do Ibama que responda a esses questionamentos. Faço os mesmos questionamentos ao Ministério da Justiça: quais punições por parte do Governo Federal já foram aplicadas; se algum dirigente da empresa já foi indiciado; entre as famílias desabrigadas, quantas já receberam algum tipo de indenização.

Faço os mesmos questionamentos à Justiça de Minas Gerais e à Ministra do Meio Ambiente. Além desses requerimentos, há outros requerimentos em relação a um desastre similar ocorrido no Município de Ferreira Gomes, no meu Estado do Amapá, com a Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, que resultou na mortandade de peixes.

Eu requisito informações ao Ministério Público Federal e aos órgãos do Estado a respeito das providências.

Esses requerimentos eu já encaminhei ao protocolo, já estão no sistema e solicito a V. Exª que sejam incluídos extrapauta para apreciação, se possível, nesta reunião, Presidente Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Aqueles que concordam que os requerimentos aqui lidos e defendidos pelo Senador Randolfe sejam votados extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

EXTRAPAUTA
ITEM 15
REQUERIMENTO Nº , DE 2016

Com fundamento no art. 50, § 2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal e com o art. 7° da Lei n° 9.478 de 1997, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações, à Procuradoria-Geral da República, referentes às medidas tomadas para a punição dos responsáveis pelo desastre ambiental em Ferreira Gomes/AP.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

EXTRAPAUTA
ITEM 16
REQUERIMENTO Nº , DE 2016

Com fundamento no art. 50, § 2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal e com o art. 7° da Lei n° 9.478 de 1997, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações à Ministra do Meio Ambiente, referentes às medidas tomadas para a punição dos responsáveis pelo rompimento da barragem em Mariana/MG, em especial: 1. Quase punições foram aplicadas, haja vista já terem se passado mais de cem dias do ocorrido? 2. Algum dirigente da empresa Samarco já foi indiciado? 3. Entre as famílias desabrigadas, quantas já receberam algum tipo de indenização? 4. Diante da Decisão da Justiça Estadual de Minas Gerais de bloquear os bens da empresa Samarco, já foram adotadas as medidas operacionais para o cumprimento dessa sentença?

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

EXTRAPAUTA
ITEM 17
REQUERIMENTO Nº , DE 2016

Com fundamento no art. 50, § 2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal e com o art. 7° da Lei n° 9.478 de 1997, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministério da Justiça, referentes às medidas tomadas para a punição dos responsáveis pelo rompimento da barragem em Mariana/MG, em especial: 1. Quase punições foram aplicadas, haja vista já terem se passado mais de cem dias do ocorrido? 2. Algum dirigente da empresa Samarco já foi indiciado? 3. Entre as famílias desabrigadas, quantas já receberam algum tipo de indenização? 4. Diante da Decisão da Justiça Estadual de Minas Gerais de bloquear os bens da empresa Samarco, já foram adotadas as medidas operacionais para o cumprimento dessa sentença?

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

EXTRAPAUTA
ITEM 18
REQUERIMENTO Nº , DE 2016

Com fundamento no art. 50, § 2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal e com o art. 7° da Lei n° 9.478 de 1997, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações, ao Ministro da Justiça, referentes às medidas tomadas para a punição dos responsáveis pelo desastre ambiental em Ferreira Gomes/AP

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

EXTRAPAUTA
ITEM 19
REQUERIMENTO Nº , DE 2016.

Com fundamento no art. 50, § 2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal e com o art. 7° da Lei n° 9.478 de 1997, requeiro que, ouvida a Mesa,

sejam solicitadas informações, à Ministra do Meio Ambiente, referentes às medidas tomadas para a punição dos responsáveis pela tragédia ambiental em Ferreira Gomes/AP.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

EXTRAPAUTA
ITEM 20
REQUERIMENTO Nº , DE 2016

Com fundamento no art. 50, § 2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal e com o art. 7° da Lei n° 9.478 de 1997, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações, ao Presidente da Agência Nacional de Águas - ANA, referentes às medidas tomadas para a punição dos responsáveis pela tragédia ambiental em Ferreira Gomes/AP.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

EXTRAPAUTA
ITEM 21
REQUERIMENTO Nº , DE 2016

Com fundamento no art. 50, § 2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal e com o art. 7° da Lei n° 9.478 de 1997, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Presidente do Banco Central, referentes às medidas tomadas para a punição dos responsáveis pelo rompimento da barragem em Mariana/MG, em especial se já foram adotadas as medidas operacionais necessárias ao bloqueio dos bens da empresa Samarco, conforme determinação da Justiça Estadual de Minas Gerais de bloquear os bens da empresa Samarco?

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

EXTRAPAUTA
ITEM 22
REQUERIMENTO Nº , DE 2016

Com fundamento no art. 50, § 2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal e com o art. 7° da Lei n° 9.478 de 1997, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Presidente do IBAMA, referentes às medidas tomadas para a punição dos responsáveis pelo rompimento da barragem em Mariana/MG, em especial: 1. Quase punições foram aplicadas, haja vista já terem se passado mais de cem dias do ocorrido? 2. Algum dirigente da empresa Samarco já foi indiciado? 3. Entre as famílias desabrigadas, quantas já receberam algum tipo de indenização? 4. Diante da Decisão da Justiça Estadual de Minas Gerais de bloquear os bens da empresa Samarco, já foram adotadas as medidas operacionais para o cumprimento dessa sentença?

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

EXTRAPAUTA
ITEM 23
REQUERIMENTO Nº , DE 2016

Com fundamento no art. 50, § 2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal e com o art. 7° da Lei n° 9.478 de 1997, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações, ao Presidente do IBAMA, referentes às medidas tomadas para a punição dos responsáveis pela tragédia ambiental em Ferreira Gomes/AP.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Vamos, de imediato, passar à apreciação.
Em discussão o mérito dos requerimentos lidos e defendidos.
O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – O Senador Randolfe jamais traria aqui alguma coisa sem conteúdo dado o conteúdo desse jovem Senador.

Claro que o mérito é bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com os requerimentos aqui apresentados permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Eu sou Relatora do item 4 da pauta, terminativo, e não temos quórum. Mas gostaria de, se fosse possível, já ler o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – V. Exª já pode fazer a leitura do item 4 por ser Relatora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, agradeço a V. Exª e ao Colegiado pelos requerimentos, e em especial a população brasileira. Em consequência do gravíssimo desastre ambiental de Mariana, com certeza fica reconhecida esta Comissão, assim como o povo do Amapá, em relação ao que ocorreu com a Hidrelétrica de Ferreira Gomes.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Então, item 4.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, de 2013
- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, para aumentar a segurança de produtos de puericultura e para vedar a produção, a importação, a distribuição e a doação de andador infantil.

Autoria: Senador Paulo Davim
Relatoria: Senadora Angela Portela
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Observações:
Tramitação: CMA, CAE e terminativo nesta CDH.
- Em 17/09/2013, a matéria foi aprovada na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a Emenda nº 1-CMA;
- Em 22/09/2015, a matéria foi rejeitada na Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra à nobre Senadora para ler o seu relatório.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Obrigada, Sr. Presidente, nosso querido Senador Paulo Paim.

Quero cumprimentar aqui o nosso ex-Senador Paulo Davim, que sempre foi muito atuante aqui na Comissão de Direitos Humanos e também na Comissão de Assuntos Sociais.

Para dar agilidade à leitura do relatório, queremos partir para a análise do projeto de autoria do nosso querido ex-Senador Paulo Davim.

Análise.

Conforme dispõe o Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Direitos Humanos opinar, entre outros temas, sobre as matérias que tratem de proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiências e de proteção à infância, à juventude e aos idosos. Assim, de forma abrangente, é cabível que a CDH se pronuncie sobre a proposição em comento, por tratar da proteção à saúde na primeira infância.

Eu me lembro de que recentemente aprovamos aqui o Marco Regulatório da Primeira Infância, que está aguardando a sanção da Presidenta Dilma. Eu o considero um projeto muito importante, porque, a partir desse marco regulatório, nós teremos políticas públicas de Estado definidas para as nossas crianças.

De acordo com os incisos XII e XV do art. 24 da Constituição Federal de 1988, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção à infância, à juventude e também sobre a defesa da saúde.

Isso posto, consideramos não haver óbices quanto à constitucionalidade da proposição. Não há reparos, também, quanto à juridicidade e à técnica legislativa empregada.

Analisemos, portanto, o mérito.

As posições divergentes adotadas pela CMA e pela CAE demonstram que o conteúdo do PLS 50, de 2013, é realmente controverso, vez que propõe o banimento do andador infantil do mercado brasileiro.

No entanto, ainda que reconheçamos as nobres intenções do autor, a nosso ver, a medida proposta é muito drástica, de forma que devem ser buscadas alternativas para garantir a segurança do produto antes de sua proibição.

Com efeito, podemos dizer que quase todo produto pode oferecer riscos para o usuário, especialmente se ele não é utilizado de acordo com as especificações e recomendações do fabricante. O mesmo se aplica aos produtos de puericultura e, notadamente, ao andador infantil, que precisam ser utilizados sob a constante supervisão e observação dos pais.

Em sua argumentação, o autor do projeto apresenta informações extraídas das conclusões de dois estudos feitos no exterior, em locais onde a dinâmica das famílias pode ser muito diferente das famílias brasileiras. Um deles aponta o uso de andadores como fator de risco de politraumatismo decorrente de queda em escadas, mas os próprios autores do estudo reconhecem que seu trabalho tem "várias limitações" e, por causa disso, acreditamos que seria temerário proibir tais produtos com base em conclusões passíveis de questionamento.

De qualquer maneira, não existem dados que permitam estimar o risco associado ao uso do andador no Brasil, tais como o percentual de bebês que se acidentaram entre todos os que utilizam o produto – ou, alternativamente, a razão matemática entre o número anual de acidentes causados pelo andador e a quantidade de unidades vendidas. Mais ainda, não há informação de quais deles se lesionaram em virtude de mau uso desse artigo por falta de supervisão parental ou pela sua utilização em locais perigosos para qualquer bebê, como aqueles próximos a escadas ou a fogões e fornos.

Todas essas informações são importantes para que possamos mensurar o risco associado ao uso do andador e, assim, avaliarmos se sua proibição, medida tão enérgica, seria devidamente justificada.

Ainda assim, no caso em que se verificasse risco considerado alto para os andadores, medida mais proporcional e intermediária seria aquela em que os órgãos técnicos oficiais, tais quais o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), fizessem exigências adicionais de segurança aos fabricantes, para que adequassem o *design* de seus produtos na tentativa de os tornarem mais seguros. Isto é, deve ser possível requerer melhorias na tecnologia e na fabricação de modo a aprimorar tais produtos.

Esse é o caminho tomado para a maioria dos produtos ofertados quando são constatados problemas em seus projetos e fabricação, de forma que consideramos precipitado proibir, por meio de lei, a circulação de andadores no mercado brasileiro, vez que não existem informações cabais que justifiquem tal medida, que retirará dos pais a liberdade de escolha em adquirir um produto que lhes pode ser conveniente.

Em relação às outras disposições do PLS, entendemos que não inovam a legislação do País, uma vez que a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, já concede à Anvisa a competência para normatizar, controlar e fiscalizar produtos, substâncias e serviços de interesse para a saúde (art. 1º, III), como os de puericultura. Além disso, o inciso XV do art. 7º desse mesmo diploma legal dá a essa autarquia a prerrogativa de proibir a fabricação, a importação, o armazenamento, a distribuição e a comercialização de produtos e insumos, em caso de violação da legislação pertinente ou de risco iminente à saúde.

O nosso voto, Sr. Presidente, em vista do exposto, é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2013.

Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Angela Portela. A matéria fica fora de pauta e continuará em discussão na próxima reunião, quanto tivermos o quórum de Senadores presentes.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Sr. Presidente, vou pedir vista. Posso pedir vista? Então, vou pedir porque gostaríamos que tivéssemos uma audiência pública com pediatras e ortopedistas infantis para não cometermos uma injustiça nem com quem fabrica, nem com quem usa.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – É regimental, Sr. Presidente, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, está acatado o pedido de vista, mas a matéria não seria votada no dia de hoje.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 667, de 2011
- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas.

Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria: Senador Magno Malta
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.
Observações:
Tramitação: Terminativo nesta CDH.

Concedo a palavra o Senador Magno Malta para a leitura do relatório. É terminativo. Sr. V. Exª quiser, leia hoje; se não quiser, pode lê-lo na próxima reunião.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Senador Magno Malta prefere ler na próxima reunião.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES. *Fora do microfone*.) – É terminativo, não tem ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se quiser dar por lido e sintetizar, já fica lido. Na próxima...

Ele vai sintetizar o relatório...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Leio agora. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... e na próxima reunião votamos o mérito de forma definitiva.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Não, ó mérito é absolutamente importante, Sr. Presidente.

Então, em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2011, com a seguinte emenda.

EMENDA Nº – CDH

Substitua-se, no texto dos arts. 1º e 2º do Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2011, a forma por extenso "Artigo" pela forma abreviada "art.".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está lido o relatório e, como é terminativo, sai de pauta e volta na próxima reunião.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Sr. Presidente, só para compreender: ele vai ser lido de novo? Porque vou pedir vista deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – V. Exª pode pedir vista agora.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Pede agora? Então, estou pedindo vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concedida vista.

Muito bem.

O Senador Magno Malta vai para a CCJ. Estão chamando lá.

Convido a Senadora Regina Sousa. Se ela puder presidir, para que eu possa apresentar alguns requerimentos de minha autoria.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI. *Fora do microfone*.) – Há um meu e do Senador Donizeti.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sim; já podemos votar.

A senhora pode passar aqui para já apresentarmos. Eu presido para a votação do seu requerimento. (*Pausa.*)

Então, vamos ao requerimento da Senadora Regina Sousa e do Senador Donizeti.

Antes, porém, consulto as Srªs e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão extrapauta do requerimento da Senadora Regina Sousa.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos ao requerimento.

EXTRAPAUTA
ITEM 24
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 18, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater as políticas públicas de atenção às populações indígenas do Brasil.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira e outros.

Com a palavra a Senadora Regina Sousa para justificar o requerimento, que colocaremos em votação em seguida.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Sr. Presidente, o Senador Donizeti e eu resolvemos apresentar em conjunto esse requerimento porque, sempre no mês de abril... Embora se diga que "todo dia é dia de índio", o mês de abril é quando a gente mais se debruça sobre os problemas indígenas. E nós tivemos, inclusive, audiências no ano passado. Nós queríamos ver no que se avançou, de modo a avaliar as políticas em relação aos povos indígenas do Brasil.

Então, é nesse sentido que nós estamos requerendo, desde já, essa audiência, até para termos tempo de pautar, de agendar uma data ainda no mês de abril.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O requerimento para tratar da questão indígena, uma vez aprovado, sugere o convite aos representantes dos seguintes Ministérios: Ministério da Saúde, Ministério do Esporte, Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Justiça, e também ao Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena e ao Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae).

Assim, aqueles que concordam com o teor do requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu convido a Senadora a assumir a Presidência para que eu possa fazer a leitura e a respectiva defesa dos requerimentos de minha autoria.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Passemos ao próximo requerimento.

EXTRAPAUTA
ITEM 9
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 13, de 2016
- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão, em parceria com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal (CCT), nos termos do Requerimento nº 04/2016, daquele Colegiado, de autoria do Senador Ivo Cassol, para debater a respeito dos resultados obtidos até então pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria GM/MS nº 1767/2015, que institui Grupo de Trabalho para apoiar as etapas necessárias ao desenvolvimento clínico da Fosfoetanolamina; o atual estágio das pesquisas nas esferas federal e estadual; bem como a estimativa de prazos para a produção em escala no País deste importante medicamento.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidenta, esse requerimento eu o estou apresentando em parceria com o Senador Ivo Cassol – e todos nós temos visto a insistência e a garra do Senador Ivo Cassol em relação a esse tema.

Esse medicamento, a fosfoetanolamina, tem ajudado muito na política de combate ao câncer. Claro que há controvérsias; todavia, respeitadas as controvérsias, trata-se de uma batalha. E eu mesmo tenho recebido, de Santa Catarina, do Paraná e do meu próprio Rio Grande, pedidos no sentido de que me some a essa caminhada de inúmeros Senadores e Deputados no sentido de que esse remédio fique à disposição da população.

Então, nesse sentido, juntamente com a Comissão de Ciência e Tecnologia, nós convidaríamos o Professor e pesquisador aposentado da USP, Sr. Gilberto Orivaldo Chierice; o Biomédico do Instituto Butantã de São Paulo, Sr. Durvanei Augusto Maria; o Mestre em Bioengenharia da USP, Sr. Renato Meneguelo; o Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE/MS), Sr. Eduardo de Azeredo Costa; o Secretário de Políticas e

Programas de Pesquisas e Desenvolvimento (Seped/MCTI), Sr. Jailson Bittencourt de Andrade; a Coordenadora de Pesquisa do Inca/MS, Srª Marisa Maria Dreyer Breitenbach; e o Diretor de Autorização e Registro Sanitário (Diare/Anvisa), Sr. Renato Alencar.

Esses são os convidados. A audiência seria marcada em parceria com o Senador Ivo Cassol, naturalmente, depois de consultar os convidados.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

EXTRAPAUTA
ITEM 10
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 14, de 2016
- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "A Previdência Social no Brasil".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Senador Paulo Paim, para apresentar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse requerimento eu prefiro... E tenho um outro requerimento em que vamos depois nos aprofundar, inclusive para discutir aqui, num ciclo de debates, a Previdência, chamando técnicos, especialistas. Porque hoje há no Brasil muito esta história: uns dizem que a Previdência é superavitária, outros dizem que é deficitária. Eu digo que é superavitária, mas tenho que respeitar a opinião, embora discorde, daqueles que dizem que ela é deficitária.

Então, nós vamos fazer primeiro no Petrônio Portella, no dia 27 de abril, um grande debate com técnicos, especialistas de todas as áreas para discutir a Previdência Social no Brasil. Isso em parceria com a Anfip e uma série de outras entidades. Lá vai-se fazer um diagnóstico. Depois tenho um outro requerimento para desdobrarmos isso num ciclo de debates nesta Comissão, chamando autoridades do Governo, chamando autoridades inclusive internacionais sobre os caminhos da previdência no Brasil e no mundo.

Esse é o requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Em discussão o requerimento.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu quero só cumprimentar...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Senador Dário ou Dario?

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – É Dário, mas há alguns que me chamam de Dario também, daquela época, inclusive. Eu me lembro que havia aquele centroavante que jogou...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Lá no Colorado.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Que parava no ar...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Dario Maravilha.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Dario Maravilha. Seria um nome melhor para mim do que o meu. (*Risos.*)

Mas eu quero me associar a V. Exª não só nesse requerimento que trata da Previdência Social, mas também no da fosfoetanolamina. Eu também, assim como V. Exª e provavelmente muitos outros Parlamentares, Senadores e Deputados, tenho recebido inúmeras solicitações inclusive do remédio, numa tentativa desesperada de muitas pessoas em busca de uma cura para o mal do câncer, que assola ainda milhares e milhares de brasileiros.

Portanto, eu quero dizer que esse projeto, esse requerimento, embora não tenha sido discutido na época própria...

Eu acho que V. Exª marca mais um gol de placa, entre tantos outros que V. Exª já marcou.

A questão da previdência hoje é uma questão que preocupa o mundo inteiro. Alguns já avançaram nessa questão, mas talvez não o suficiente. No Brasil, há tempos que eu, como V. Exª – e V. Exª é especialista nessa área, é um doutor, um *expert*...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sou um voluntário na área. Sou um voluntário.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – ... e um defensor dos trabalhadores, dos aposentados, defende que a Previdência é superavitária. Realmente esse é um tema importante para uma análise conjuntural dessa situação, para que possa ficar explícita exatamente a questão financeira da Previdência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A realidade, doa a quem doer.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – A realidade, porque ela suscita muitas dúvidas. A grande verdade...

Eu quero aproveitar para inclusive cumprimentar o meu Governador de Santa Catarina, o ex-Senador Raimundo Colombo, que passou por esta Casa aqui e já implantou em Santa Catarina uma reforma da previdência que foi relativamente pacífica, o que é muito difícil inclusive, porque implica perda de direitos, de contribuição superior àquela com que já se contribui hoje, inclusive com definição de uma idade mínima para aposentadoria, o que invariavelmente é difícil de discutir.

No entanto, não querendo me estender, até porque nós temos outros compromissos na audiência pública da Educação...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Da Educação, da CCJ.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – ... da CCJ, etc. e tal, mais uma vez transmitir a minha admiração a V. Exª pela sua atuação e pelos temas relevantes que V. Exª levanta aqui à discussão no sentido de dar a nós o melhor encaminhamento nessas questões que são fundamentais para o País.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Dário Berger. Parabéns pela sua análise.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Senador, gostaria de fazer um comentário também. É muito oportuna essa discussão da Previdência para colocar fim a essa dúvida de deficitária e superavitária. Há um elemento no meio atrapalhando a matemática.

Acho que fazendo esse ciclo de debates vamos conseguir... Tem um pouco a ver com a assistência dentro da Previdência. Precisamos realmente resolver essa questão definitivamente, clarear para todo mundo para não ficar essa dúvida.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Na Previdência a matemática não fecha, não é, Senadora Regina?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Não está fechando essa matemática aqui.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Parece que dois mais dois não são quatro na Previdência.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Matemática é uma ciência exata. (*Risos.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Há mais?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Este é simbólico.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Requerimento nº 15, de 2016.

EXTRAPAUTA
ITEM 11
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 15, de 2016
- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater sobre "Estatuto do Motorista".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quanto a esse tema, já fizemos inúmeras reuniões, debates no País. Nesta semana ainda me procuraram para retomar o Estatuto. Eu o apresentei já há uns três ou quatro anos atrás. Ele está neste momento na CCJ, mas é preciso ainda que setores que não se sentiram contemplados possam também dar a sua contribuição para a redação final.

Esse é o objetivo.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

EXTRAPAUTA
ITEM 12
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 16, de 2016
- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para discutir sobre "Acidentes de trabalho no Brasil".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Senador Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Infelizmente, o Brasil ainda é campeão, um dos cinco que, no mundo, mais têm acidente no trabalho. É um tema recorrente, e nós queremos aprofundar o debate, aproveitando que o dia 28 é o dia mundial contra os acidentes do trabalho no Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

EXTRAPAUTA
ITEM 13
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 17, de 2016
- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para realizar "Ciclo de Debates sobre a Previdência".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu já tinha explicado antes, aquela será uma audiência específica no Petrônio Portella, depois faremos aqui um ciclo de debates chamando especialistas para desvendar definitivamente essa história de que a Previdência está ou não falida. Repito que não está falida, mas claro que vamos ouvir as duas partes, aqueles que pensam diferentemente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Acho que terminamos.

Há somente uma denúncia, da qual farei a leitura.

Peço para inclusão extrapauta de uma denúncia que nos chega:

Apresentar e deliberar o Relatório sobre denúncia recebida pela CDH de violações de direitos humanos, acerca de violências praticadas contra cidadãos e cidadãs, beneficiários do programa minha casa, minha vida, por parte de traficantes e milicianos.

É uma denúncia que vem a esta Casa, um padre que nos trouxe. Entendemos que a melhor forma de resolver essa questão seja fazendo um relatório. Peço que a Presidenta, se puder, apresente. Depois dou o meu voto, em seguida.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) –

DELIBERATIVA DE RELATÓRIO DE DENÚNCIA

"Apresentar e deliberar o relatório sobre denúncia recebida pela CDH de violações de direitos humanos, acerca de violências praticadas contra cidadãos e cidadãs, beneficiários do programa minha casa, minha vida, por parte de traficantes e milicianos".

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ante o exposto, meu voto: sugiro que esta Comissão encaminhe cópia da denúncia ao Ministério da Cidades, para que averigue a situação relatada, informando a esta Comissão acerca da veracidade dos fatos e das providências eventualmente adotadas.

Esse é o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vou devolver a Presidência ao Senador Paulo Paim e pedir a inclusão extrapauta de um requerimento de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Consulto o Plenário se concorda com a inclusão extrapauta do requerimento da nobre Senadora Regina Sousa, sobre a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

EXTRAPAUTA
ITEM 14
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 12, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a criação do Plano Nacional de Ação da Política para a população em situação de rua.

Autoria: Senadora Regina Sousa.

Concedo a palavra à Senadora Regina Sousa para explicar o mérito.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu fui procurada pelo pessoal da igreja, que trabalha nas pastorais voltadas ao atendimento às populações de rua e também pelo movimento nacional que trabalha também com a questão dos moradores de rua, a fim de que pautemos essa questão para ver se chegamos a alguma proposta, algum projeto de lei. E achamos por bem começar com uma audiência pública para ouvir principalmente as entidades envolvidas no trabalho com a população de rua.

Então, estamos apresentando esse requerimento e, posteriormente, enviaremos a lista de convidados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o teor do requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Com isso, encerramos os trabalhos do dia de hoje. Até amanhã, quando, com certeza, nós estaremos na cidade de Aracaju, numa audiência pública sobre terceirização. Na sexta-feira, estaremos em Alagoas. É isso? Confirmam? (*Pausa.*)

Estamos, com essas duas audiências, chegando ao 25º Estado, onde debatemos democracia, terceirização, trabalho escravo, que o negociado não prevaleça sobre a legislação.

Amanhã, às 15h, na Assembleia Legislativa de Aracaju, Sergipe. Às 15h, o voo sai daqui ao meio-dia amanhã, um voo direto.

Na sexta-feira também será à tarde na Assembleia Legislativa de Maceió, Alagoas.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 39 minutos.)

ATA DA 8ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE FEVEREIRO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e um minuto do dia vinte e nove de fevereiro de dois mil e dezesseis, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Paulo Paim e da Senadora Ana Amélia. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 6 de 2016-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater: "A aplicabilidade do Estatuto da Pessoa com Deficiência". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Mônica Cavenaghi, Diretora da Associação Brasileira das Indústrias e Revendedores de Produtos e Serviços para Pessoas com Deficiência - ABRIDEF e Diretora Comercial da CAVENAGHI - Indústria e Comércio de Equipamentos Especiais LTDA; Roberto Marconne Celestino de Souza, Coordenador Geral de Instrumental Jurídico e da Fiscalização do Departamento Nacional de Trânsito - CGIJF/DENATRAN; Felipe Busnardo Gulin, Presidente da Federação das Empresas de Transporte de Passageiros dos Estados do Paraná e Santa Catarina – FEPASC; Flávio Henrique de Souza, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE; Aline Sá Cavalcanti, Assessora do Ministro da Ciência e Tecnologia e Inovação – MCTI; Felipe Fritz Braga, Procurador da República. O Senhor Presidente registra a presença de pessoas presentes no Plenário. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Fernando Gomide, Presidente da Associação Brasiliense de Amparo ao Fibrocístico; Isaías Dias; Francisco Djalma de Oliveira, Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade; Ana Cláudia M. de Figueiredo, Federação Brasileira de Síndrome de Down; Loni Manica, Doutora em Educação. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: 1) dialogar com a sociedade, recebendo sugestões de aprimoramento e de regulamentação da Lei Brasileira de Inclusão. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e trinta e seis minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência, nos termos do Requerimento nº 6, de 2016, de nossa autoria, para debater a aplicabilidade do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, link www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800612211.

Esta primeira reunião vai tratar do Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei Brasileira de Inclusão, e faz parte de um ciclo de debates. Hoje, faremos este, e a intenção é, no dia em que completar um ano, fazermos um grande evento, com a participação de toda a sociedade brasileira, no Auditório Petrônio Portela, sobre a importância de um ano do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Nós vamos aprofundar o debate já no dia de hoje.

Convidamos Mônica Cavenaghi, Diretora da Associação Brasileira das Indústrias e Revendedores de Produtos e Serviços para Pessoas com Deficiência (Abridef) e Diretora Comercial da Cavenaghi Indústria e Comércio de Equipamentos Especiais Ltda.

Seja bem-vinda, Mônica. Bom dia! Pode se sentar.

Convidamos Roberto Marconne Celestino de Souza, Coordenador-Geral de Instrumental Jurídico e da Fiscalização do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran); Felipe Busnardo Gulin, Presidente da Federação das Empresas de Transporte de Passageiros dos Estados do Paraná e Santa Catarina; Aline Sá Cavalcanti, Assessora do Ministro da Ciência e Tecnologia e Inovação; Flávio Henrique de Souza, Presidente do Conselho

Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade); Felipe Fritz Braga, Procurador da República, representante do Ministério Público Federal.

Sejam todos bem-vindos.

Vamos dar uma salva de palmas a todos os convidados e a todos os presentes. (*Palmas.*)

Como já é tradição, nossas audiências de segundas-feiras são transmitias ao vivo, pela Rádio Senado, pela Agência Senado, que divulga tudo em tempo real, e pela TV Senado, para todo o Brasil. Eu sempre digo que se, no mínimo, 1% da população brasileira estiver assistindo, são dois milhões de pessoas, toda segunda pela manhã. E essas pessoas sabem que os temas aqui abordados são sempre de interesse nacional. Dificilmente, nas audiências públicas, tratamos de tema de interesse desse ou daquele Município. São temas de interesse nacional.

Eu vou fazer a abertura. De pronto, cumprimento o Luciano – levante o braço, Luciano! –, que é deficiente visual e um dos coordenadores do meu gabinete, principalmente nessa área, aqui, em Brasília. Lá no Sul, é o Santos Fagundes, que, como vocês sabem, também é deficiente visual e é meu chefe de gabinete lá. É ele quem cuida de toda a estrutura do sul.

Então, eles fizeram... Já passo já a responsabilidade para você, Luciano, não para mim. Eu vou ler o que você escreveu aqui, porque, quando é bonito, sempre digo que foi você também. É uma poesia que ele escreveu para eu ler no dia de uma sessão de homenagem às pessoas com deficiência. Só que o danado queria que eu dissesse que ela era minha. A poesia é linda! Eu li a poesia e pedi para ele se levantar. Ele ficou de pé, e o plenário todo o aplaudiu.

Agora, eu vou ler aqui. Se houver algum problema, saibam que o culpado não sou eu. (*Risos.*)

Sobrou para você, Luciano! (*Risos.*)

Leio pela primeira vez o texto de abertura que o Luciano escreveu, o qual prontamente acatei, que diz:

> Antes de mais nada, gostaria de cumprimentar a todos os nossos convidados.
> A presente audiência tem o propósito de debater a regulamentação do art. 52 da Lei nº 13.146, Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei Brasileira de Inclusão.
> O que motivou o debate de hoje foi uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) ajuizada pela Confederação Nacional do Transporte.

Ele acompanhou essa ADIn, claro, junto com o jurídico, não é?

> A CNT alega a necessidade de adequação na redação do artigo 52, §1º. Argumenta também a dificuldade fornecer veículos adaptados para cada realidade de cada pessoa com deficiência. O ajuizamento lembrou a necessidade de uma regulamentação desse dispositivo, tornando mais claras as especificações de adaptação.
> Estamos mantendo diálogo, para fazer as adequações necessárias, mas o que não podemos perder de vista são as conquistas assimiladas por mais de 20 anos de debate, o que expressa a maturidade desta lei.
> Os dispositivos nele contidos significam indiscutíveis avanços para o escopo legal brasileiro no que tange à pessoa com deficiência. Nós nunca tivemos pretensão de elaborarmos um instrumento irretocável, mas o Estatuto vai além de um conjunto de artigos. E o que o torna ainda mais especial é o debate político que ele provocou e ainda provoca, mostrando que sempre pode ser aperfeiçoado.
> O Estatuto faz parte dos debates acerca da pessoa com deficiência em praticamente todos os espaços. No Conade, em toda a rede estadual e municipal do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, conferências, audiências, seminários e encontros mobilizaram o movimento das pessoas com deficiência, de especialistas da área, professores, gestores públicos, Ministério Público, médico, juristas e a sociedade em geral. Foram mais de mil encontros reunindo os militantes dessa causa. E não podemos esquecer a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que esteve presente em todos os debates sobre o tema.
> Tendo sida ratificada pelo Brasil em 2009, a Convenção ganhou status de emenda à Constituição, assumindo um papel norteador dos debates.
> A partir de agora, nosso desafio é a aplicação do Estatuto da Pessoa com Deficiência. E não é um desafio só de quem elaborou esse documento, desses milhares e milhares de militantes, mas um desafio de toda a sociedade, que será beneficiada com esta lei.

E aqui termina.

> O princípio que permeia todo o estatuto é o da acessibilidade universal, o caminho mais certo para a participação das pessoas com deficiência na vida em comunidade. O ser humano é uma riqueza

> inexplorada. E o preconceito é uma cortina que nós mesmos colocamos em nossos olhos a nos impedir a visão do ser humano e do seu interior.
>
> Desejo a todos aqui presentes uma produtiva audiência pública.

Essa é a introdução para situar um dos motivos que nos levou a provocarmos o debate de imediato, sem prejuízo de um seminário em que todas as entidades que organizaram esse evento estivessem patrocinando para a data em que o Estatuto completa um ano. Então, com essa introdução, vamos de imediato ao nosso debate de hoje sobre um tema tão importante.

Claro que é um tema, pessoal, sobre o qual temos a sensibilidade de que envolve a vida de, no mínimo, 45 milhões de pessoas. Quarenta e cinco milhões dependem de nós incorporarmos, de nós aplicarmos o Estatuto na íntegra, para que ele seja um marco que vá na linha de melhorar a vida de todos os brasileiros.

Eu, que sou autor do Estatuto do Idoso, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, do Estatuto da Igualdade Racial e fui Relator do Estatuto da Juventude, sempre digo que o Estatuto – e são os juízes que dizem isto – é muito mais forte do que a lei específica. Tenta-se reunir na figura de um estatuto o que há de melhor naquela área de atuação que envolve, como eu dizia, milhares, milhões de pessoas. Por isso, quanto mais ele ficar claro para sua aplicação, mais todos ganham.

Aqui, não estou fazendo nenhuma distinção. E que bom que na Mesa estão também os empresários, representantes do empresariado. Todos nós queremos que as pessoas com deficiência tenham uma qualidade de vida cada vez melhor, como queremos para todos os brasileiros, sejam negros, brancos, índios, ciganos, idosos, adultos, crianças. Isso é o que nos norteia e é por isso que o debate é aqui na Comissão de Direitos Humanos.

De pronto, seguindo aqui a ordem de chamada, eu convido a Drª Mônica Cavenaghi, Diretora da Associação Brasileira das Indústrias e Revendedores de Produtos e Serviços para Pessoas com Deficiência (Abridef) e Diretora Comercial da Cavenaghi – Indústria e Comércio de Equipamentos Especiais Ltda., para que use seus primeiros dez minutos, com mais cinco minutos, se necessário. E vamos fazendo o debate aqui de forma bem construtiva e positiva.

A SRª MÔNICA CAVENAGHI – Perfeito.

Bom dia, Senador!

Bom dia a todos!

Eu agradeço o convite. É, de fato, muito democrática a possibilidade de participarmos desta audiência.

Rapidamente, eu gostaria de fazer a apresentação da nossa empresa.

A Cavenaghi trabalha há 47 anos na produção de equipamentos para direção pela pessoa com deficiência e para o transporte da pessoa com deficiência.

Eu represento aqui também a Abridef, entidade que foi criada há cinco anos com o objetivo, então, de congregar essas empresas que trabalham com tecnologia assistiva.

Uma vez que me foi feito este convite, nós pensamos, diante da grandiosidade da LBI, em trazer as nossas contribuições para aqueles artigos que mais dizem respeito à nossa *expertise*, que são, a nosso ver, os arts. 50, 51 e 52.

Antes de começar, parece-me oportuno conceituar rapidamente o que é adaptação veicular, um termo muito usado na lei. Então, é importante nós entendermos que, quando se fala em adaptação veicular, fala-se, na verdade, de duas coisas bastante diferentes do ponto de vista técnico. De um lado, nós temos as soluções que possibilitam que uma pessoa com deficiência possa conduzir um veículo automotor. Ou seja, são aquelas soluções destinadas às pessoas que dirigem um veículo. Por outro lado, nós temos as soluções que possibilitam que uma pessoa com deficiência seja transportada em sua própria cadeira de rodas no interior de um veículo automotor. Do ponto de vista técnico, de custos inclusive, essas soluções são bem diferentes entre si.

O primeiro grupo de soluções diz respeito, praticamente, a instalação de acessórios. São equipamentos muito simples: instalação de alarmes, sistemas de sons num veículo... Já nesse segundo caso são transformações mais pesadas. Nós fazemos cortes no veículo. O objetivo principal nesse trabalho é ganhar a altura necessária no interior de um veículo para que uma pessoa possa ser conduzida na sua própria cadeira de rodas. Basicamente, ou se eleva o teto, ou, no caso dessa foto que eu trouxe, rebaixa-se o assoalho desse veículo.

Assim, nós achamos importante conceituar isso. Quando se fala em adaptação de veículos, há que se ter sempre esse cuidado, porque a gama de soluções é muito grande.

Indo para o art. 52, que me parece ser a causa principal e motivadora desta audiência, ele define o seguinte:

> Art. 52. As locadoras de veículos são obrigadas a oferecer 1 (um) veículo adaptado para uso de pessoa com deficiência, a cada conjunto de 20 (vinte) veículos de sua frota.

Depois, no parágrafo único, a lei define exatamente que adaptações são essas. Então, diz que o veículo adaptado deverá ter, no mínimo, câmbio automático, direção hidráulica, vidros elétricos e comandos manuais de freio e de embreagem.

Nós temos duas observações em relação a esse artigo. A primeira é que a lei, em nossa visão, como foi descrita, busca a atender apenas as pessoas que dirigem. Faltou contemplar, então, as que não dirigem e que necessitam de veículos acessíveis, para que elas possam embarcar na sua cadeira de rodas e ser transportadas.

Um exemplo que trouxemos, porque é bastante próximo de todos nós, é o da Deputada Mara Gabrilli. A Deputada Mara Gabrilli, se for alugar um carro, precisa de um carro não com aquelas adaptações, mas de um carro para que ela possa ser transportada. Ela não precisa dirigir esse automóvel. Então, essa é a primeira observação que teríamos.

A segunda observação é que o parágrafo único, a nosso ver, descreve erroneamente as adaptações na medida em que ele fala "comandos manuais de freio e de embreagem." Na verdade, esses veículos descritos no próprio parágrafo único têm que ser dotados de câmbio automático. Depois, nós nos permitimos fazer uma sugestão de correção da expressão "câmbio automático". De qualquer maneira, do ponto de vista técnico, são carros que não demandam troca de marchas. Então, os comandos manuais, as adaptações não necessitam ser de embreagem. Na verdade, o texto correto, em termos das adaptações, seria "comandos manuais de freio e de acelerador".

Mais do que isso, nós nos permitiríamos aqui fazer uma sugestão de correção desse texto para ampliarmos o atendimento à pessoa com deficiência. Nós sugerimos esse texto, então. Em primeiro lugar, seria ó uma correção de termo. Em vez de "câmbio automático", seria "transmissão automática", e em vez de "direção hidráulica", "direção servoassistida", porque a direção hidráulica é uma das três tecnologias disponíveis hoje na indústria automobilística, enquanto direção servoassistida contempla um número de tecnologias muito maior. Mas aqui são apenas correções técnicas.

Quanto às adaptações de veículos, sugeriríamos, então, a correção do primeiro termo, que seria "comandos manuais de acelerador e freio", e inversão do pedal do acelerador. Explicando, talvez, melhor, teríamos, então, a transmissão automática, um item original de fábrica, a direção servoassistida, original de fábrica, vidros elétricos, originais de fábrica, e como adaptações teríamos, então, os comandos manuais de freio e acelerador, que, na verdade, são essa alavanca que vocês podem ver aqui à esquerda, que é uma alavanca simples, um sistema muito simples, que não retira a originalidade do veículo e não faz com que esse veículo seja um veículo conduzido apenas pela pessoa com deficiência. Então, uma pessoa que não tem deficiência também pode conduzir esse veículo. Uma vez instalado esse equipamento, esse carro pode ser utilizado por todas as pessoas que tenham deficiências em ambos os membros inferiores, como uma pessoa paraplégica, por exemplo.

Se instalamos, além desse equipamento, esse acelerador à esquerda, conseguimos atender também, além das pessoas que têm deficiência em ambos os membros inferiores, as pessoas que têm deficiência apenas no membro inferior direito, apenas na perna direita. As pessoas que têm uma deficiência na perna direita aceleram, então, com a perna esquerda.

Ou seja, com esses dois equipamentos, que são equipamento muito simples e que, de novo, não tiram a originalidade do veículo, não fazem com que esse veículo seja um veículo apenas dedicado à pessoa com deficiência, estaríamos atendendo, com muita tranquilidade, cerca de 90% da população com deficiência. Atendemos a todos? Seguramente, não, mas 90% das pessoas estariam contempladas.

Bem, o art. 51 versa sobre as frotas de empresas de táxi, que devem reservar, então, 10% de seus veículos acessíveis à pessoa com deficiência. Parece-me que, de todos os artigos, esse é o que já está... Na verdade, antes mesmo da LBI, felizmente, até por uma demanda da sociedade, por uma necessidade, várias cidades brasileiras já têm veículos acessíveis nas suas frotas.

Parece-nos importante contribuir aqui, em primeiro lugar, em relação a esse termo "empresas de táxi", porque, na maioria dos Municípios brasileiros, o serviço de táxi é realizado por autônomos, não por empresas de táxi. Eu não sei, do ponto de vista jurídico, o que isso implicaria, mas, na verdade, eu entendo que a lei deveria definir que, de maneira geral, em todos os Municípios brasileiros, as frotas deveriam ter uma reserva de 10% para esses veículos, independentemente de esses veículos serem de propriedade de empresas ou de pessoas autônomas. Na verdade, isso já é realidade. Felizmente, isso já vem acontecendo.

Do ponto de vista técnico, o que gostaríamos de trazer aqui é a importância de uma regulamentação nacional urgente, para que possamos garantir segurança e o acesso ao interior dos veículos.

(Soa a campainha.)

A SRª MÔNICA CAVENAGHI – Foi o meu tempo, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vou te dar mais cinco minutos.

A SRª MÔNICA CAVENAGHI – Obrigada.

Na verdade, essa regulamentação é importante para que consigamos fazer com que, em todo o Brasil, os veículos sejam padronizados e que tenhamos as mesmas medidas internas e, principalmente, que se garanta a segurança, porque a preocupação técnica que temos que ter é que, uma vez embarcada nesse veículo, a cadeira de rodas tenha a mesma segurança veicular que um banco automotivo. Isso é muito sério, muito importante.

Por fim, em relação ao art. 50, que define que o Poder Público, então, incentivará a fabricação de veículos acessíveis e a sua utilização como táxis e vans, de forma a garantir o seu uso por todas as pessoas, nós queríamos trazer aqui um conceito importante. Seja por uma questão de economia de escala, seja por uma questão da diversidade das adaptações existentes e das deficiências, no nosso entendimento, dificilmente esses veículos vão sair de fábrica já adaptados.

No mundo todo, esses veículos são transformados, adaptados posteriormente à sua fabricação. Esta foto que trouxemos, por exemplo, é uma foto de uma das mais importantes transformadoras mundiais, uma fábrica dos Estados Unidos. O veículo sai da montadora original, pronto, e, depois, é implementado, modificado, a exemplo do que acontece aqui, no Brasil, com ambulâncias, carros de polícia. É assim que o mercado se organiza.

Entendemos, então, que a primeira forma de incentivar a fabricação de veículos acessíveis é isentá-los de impostos.

Nós não poderíamos deixar de trazer esta consideração: nós tivemos, então, o art. 106 da lei, que buscava exatamente essa exoneração, dizendo que o imposto não incidirá sobre acessórios que, mesmo não sendo equipamentos originais do veículo adquirido, sejam utilizados para a sua adaptação ao uso de pessoa com deficiência, mas esse artigo foi vetado. A razão do veto é que a medida traria a ampliação dos beneficiários das hipóteses do IPI, o que resultaria em renúncia de receita.

Só uma contribuição técnica que nos pareceu importante trazer: primeiro, aproximadamente 10% dos veículos adquiridos com isenção de impostos recebem algum tipo de adaptação. Apenas 10%. E, mesmo nesse caso, o custo médio das adaptações varia de 10% a 20% do valor do veículo.

Então, na prática, a renúncia fiscal seria muito pequena e bastante inferior àquela que já é feita hoje. E, principalmente, ela prejudica a parcela da população que tem deficiência mais severa e que, portanto, depois de comprar o seu veículo, ainda precisa transformá-lo ou adaptá-lo. Ou seja, é a parcela da população que tem maior custo com tecnologia assistiva.

Era esta a contribuição que intencionávamos dar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Bela contribuição, Drª Mônica! (*Palmas.*)

A Drª Mônica trouxe uma série de contribuições que serão analisadas pelo departamento jurídico e técnico, para ver o que podemos fazer, ou mesmo pelo Governo, na regulamentação da matéria, se necessário. Naturalmente, ao longo do debate, nós vamos ver qual é o melhor caminho. Mas eu entendi como importantes as contribuições.

Cumprimento a Drª Mônica.

Passo a palavra ao Dr. Roberto Marconne Celestino de Souza, Coordenador-Geral de Instrumental Jurídico e da Fiscalização do Departamento Nacional de Trânsito – Denatran.

O SR. ROBERTO MARCONNE CELESTINO DE SOUZA – Bom dia, Senador!

Bom dia a todos!

Primeiramente, representando o Departamento Nacional de Trânsito, agradeço o convite para tratar desse tema, que é de grande relevância, como o senhor mesmo expôs no início da audiência.

Viemos aqui expor o que o Departamento Nacional de Trânsito entende sobre esses dispositivos legais que tratam especificamente do trânsito. Mas, em que pese o Departamento Nacional de Trânsito aclamar plenamente o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a partir do momento em que chegaram ao nosso departamento esses dispositivos, para expormos nossas opiniões sobre eles – até porque alguns dispositivos tratavam somente sobre trânsito, sobre veículos –, à época, ainda, do projeto de lei, o Departamento Nacional de Trânsito, por meio de sua área técnica que trata especificamente dos assuntos veiculares, foi contrário à redação colocada pelo autor do projeto.

Vamos expor por que fomos contrários a essa redação, a esse texto. Um dos motivos por que fomos contrários...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para complementar, tanto do autor como dos relatores. Quando apresento um projeto, eu nunca nego o mérito dos relatores. Não havia nem a metade de artigos. Pelos meus cálculos, eram 1.500 reuniões com quatro relatores e todos fizeram um trabalho brilhante, mas perfeito ninguém é. Os Relatores foram o Flávio Arns, a Mara Gabrilli, o Celso Russomano

e o Romário. Todos deram o melhor de si, tenho certeza. Mas o Estatuto, como eu digo, é um estatuto. Cada artigo é uma lei ali.

O SR. ROBERTO MARCONNE CELESTINO DE SOUZA – Com certeza, com certeza. Não nos entenda de forma...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Entendi.

O SR. ROBERTO MARCONNE CELESTINO DE SOUZA – Nós só vamos expor os motivos por que fomos contrários. Não é que o Denatran seja contra o objetivo almejado pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência. Ao contrário, nós somos plenamente a favor do objetivo almejado pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência. Nós fomos contrários à redação colocada. Um dos pontos levantados aqui pela Drª Mônica Cavenaghi diz respeito aos assuntos veiculares, e a área técnica expôs por que era inviável a aplicabilidade desse dispositivo legal. Primeiro, foi colocado "câmbio automático e embreagem". A área técnica viu que era inviável um veículo compor essas duas especificações. No momento em que analisamos, vimos que um desses era um dos impedimentos da aplicabilidade desse dispositivo.

Outra coisa que nós colocamos: dispor equipamentos obrigatórios por meio de um dispositivo legal poderia, sim, acarretar um possível engessamento da norma. Como a Dona Mônica até já expôs, um dos grandes avanços tecnológicos que temos na área de assuntos veiculares poderia trazer, de fato, um engessamento com relação a possível atendimento das locadoras com relação a isso. Não estamos comungando, não estamos defendendo nenhuma causa específica, ninguém, só estamos expondo o que, de fato, pode ser levantado.

Outro ponto colocado foi que esse dispositivo confronta-se diretamente com o Código de Trânsito Brasileiro, uma vez que o art. 97 do CTB fala que o Contran deve especificar os equipamentos e as características veiculares.

Então, colocando por meio do Estatuto da Pessoa com Deficiência, expondo expressamente as características que os veículos devem compor, a gente acredita que ele se confronta com o Código de Trânsito Brasileiro.

Outro ponto, que acho que a Dona Mônica também já colocou, é que a gente vê que colocar essas características veiculares especificamente na legislação pode não atender em cem por cento a todas as pessoas com deficiência. Então, fica bastante difícil ter um veículo genérico, de forma genérica, que possa atender uma certa demanda de pessoas com deficiência.

Então, só para a gente colocar como exemplo, a gente viu que, por haver tanta especificidade das pessoas com deficiência, por cada um ter sua particularidade, até mesmo o CTB não fez essa imposição, essa exigência, até para os CFCs. Os CFCs, hoje, os centros de formação de condutores não são obrigados a ter um veículo genérico, como se está propondo, que atenda a uma pessoa com deficiência. Por quê? Não porque a gente não abrace a causa das pessoas com deficiência, mas, sim, porque fica difícil ter um veículo que atenda a uma certa gama de pessoas com deficiência. Então, para pessoas que têm características de deficiência bastante específicas, fica bastante difícil colocar que as locadoras, os CFCs ou qualquer outro tipo de comércio que trate especificamente de veículos seja obrigado a ter um veículo de forma genérica que atenda as pessoas com deficiência.

Então, Senador, ainda que a gente abrace plenamente a causa das pessoas com deficiência, a gente só está expondo a nossa opinião, com relação ao dispositivo legal, que é o art. 52 do Estatuto, que fica bastante inviável a sua aplicabilidade, com a redação que ele tem, e a gente também não conseguiu buscar – até trazemos isto como sugestão – uma redação que possa realmente atender a todas as pessoas de uma forma bastante eficaz.

Então, é isto que a gente tem para expor. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Roberto Marconne Celestino de Souza, que falou pelo Denatran!

Eu entendi bem, Roberto. Eu só queria dizer que, como foi uma construção, de fato, coletiva, feita após muitas, muitas audiências, a intenção é essa mesmo. Eu, como autor, chamei para mim a responsabilidade por um trabalho coletivo, não só meu, mas de mais quatro Relatores, nas suas instâncias devidas, com total autonomia, para que a gente olhasse com o carinho devido.

O SR. ROBERTO MARCONNE CELESTINO DE SOUZA – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aqui não é questão de ser contra ou a favor, uma visão do empresariado ou das pessoas com deficiência.

E você foi feliz, você foi nessa linha. Quero cumprimentá-lo.

Você já alertava, como você me disse, algumas preocupações.

E agora nós temos como objetivo aqui ajustar com regulamentação ou até com alguma alteração...

O SR. ROBERTO MARCONNE CELESTINO DE SOUZA – Alteração que possa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ..., se necessário, na lei.

A gente pode, a partir deste evento, ter outras reuniões para ver que detalhes têm que ser ajustados e caminhar para que a lei seja aplicada na íntegra.

O SR. ROBERTO MARCONNE CELESTINO DE SOUZA – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, meus cumprimentos pela sua fala.

O SR. ROBERTO MARCONNE CELESTINO DE SOUZA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Passo a palavra agora ao Dr. Felipe Busnardo Gulin, Presidente da Federação das Empresas de Transporte de Passageiros dos Estados do Paraná e Santa Catarina.

O SR. FELIPE BUSNARDO GULIN – Bom dia a todos!

Primeiramente, eu gostaria de parabenizar o Senador Paulo Paim pelo seu trabalho de mais de 20 anos à frente do Estatuto da Pessoa com Deficiência, por concretizar esse Estatuto e prestar um serviço de bastante relevância para toda a sociedade e garantir a busca da dignidade da pessoa humana à sociedade brasileira.

Então, parabenizo o Senador Paulo Paim, cumprimento todos os integrantes da Mesa e quero agradecer a oportunidade de poder representar aqui – acho que sou o único representante da iniciativa privada – a CNT.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ela disse que está dividindo contigo. (*Risos.*)

O SR. FELIPE BUSNARDO GULIN – Ah, sim! Desculpe-me!

Vou representar aqui a CNT e tentar contribuir da melhor forma possível para também expor as nossas dificuldades referentes a esse Estatuto, mas desde já quero dizer que a CNT é completamente favorável ao estatuto e que nós estamos aqui para tentar contribuir para ajustá-lo, para que ele seja mais bem empregado e aceite as demandas do nosso segmento.

Tenho dois temas para tratar. Como eu não tinha sido informado de que seria um tema único, então, eu vou adiantar o segundo, que diz respeito às cotas de locação para veículos. Como é um tema que está sendo discutido não só nesta instância, eu vou ler aqui a opinião da CNT sobre o artigo.

O art. 52 da Lei nº 13.146, de 2015, apresenta erro técnico...

Digo isto com todo respeito. É só a nossa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas é isso mesmo. Se você não vier aqui e não der a sua opinião... Se há um erro, é preciso dizer: "Há um erro ali, vamos ajustar". Fique tranquilo, o objetivo é esse mesmo.

O SR. FELIPE BUSNARDO GULIN – Está ótimo. Obrigado, Senador.

O art. 52 da Lei nº 13.146, de 2015, apresenta erro técnico quanto à técnica legislativa, o qual impede a produção de efeitos sem ulterior regulamentação (norma de eficácia limitada). A simples leitura do citado artigo permite identificar que a norma vetou a exigência redundante e tecnicamente incompatível, como já foi citado aqui, na Mesa.

Houve violação à liberdade de iniciativa das locadoras de veículos, pois a adaptação é atividade industrial, e, como não há oferta de veículos adaptados pelos fabricantes de automóveis, as locadoras precisariam, compulsoriamente, exercer atividade econômica industrial para conseguirem cumprir essa obrigação.

O Estatuto impôs adaptações genéricas aos veículos, as quais não se encontram adequadamente regulamentadas pelo Contran, como já foi citado aqui. O Estatuto ignora que a atividade de locação de veículos é gênero subdividido em várias espécies. Contudo, não se enxerga utilidade social em se exigir adaptação na locação de veículos com motorista ou no segmento da locação de veículos de carga, de transporte coletivo de passageiros ou de motocicleta, por exemplo.

A adaptação de veículos não pode ser tratada de forma universal, ou seja, que sirva para todos, pois existe uma grande quantidade de sequelas entre as pessoas com deficiência, e essas não podem ser tratadas de modo global. A locação de veículo individual nunca foi considerada solução para o transporte público, e, tradicionalmente, essa atividade não é incluída nas regulamentações sobre a modalidade de acessibilidade.

Então, a nossa sugestão, a sugestão da CNT é a de exclusão do art. 52 da Lei nº 13.146, de 2016, para se retirar da locadora de veículos a obrigatoriedade de adaptação de veículos de forma universal. Porém, quero dizer que somos totalmente a favor dessas implementações na sociedade que representem benefício às pessoas com deficiência. No entanto, essa, especificamente, não seria possível. Já que estamos tratando aqui da aplicabilidade do Estatuto, digo que não seria possível as empresas privadas aplicarem essa legislação como é especificada aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ou seja, não há como o art. 52, da forma como está, ser aplicado.

O SR. FELIPE BUSNARDO GULIN – É, da mesma forma que o próprio Contran...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Buscamos outra redação ou fazemos a supressão.

O SR. FELIPE BUSNARDO GULIN – Outro assunto de que gostaria de tratar antes de discutir com vocês é a cota para os trabalhadores com deficiência.

Hoje, as empresas estão enfrentando inúmeros obstáculos para conseguir contratar e cumprir essas cotas, seja pela falta de profissionais ou, quando esses profissionais estão disponíveis no mercado de trabalho, pela falta de capacitação e qualificação desses profissionais para atender as demandas da iniciativa privada.

Nós temos algumas funções disponíveis, e os órgãos administrativos, Senador, hoje tendem a manter a aplicação de multas para as empresas mesmo quando é comprovado que elas utilizaram todos os meios cabíveis para divulgar essas vagas. Entendemos, então, que isso não é condizente nem conveniente para a nossa atividade.

No Judiciário, hoje, isso já tem sido tratado segundo o princípio da razoabilidade. Se as empresas disponibilizaram, tentaram conseguir os profissionais, mas eles não estavam disponíveis no mercado de trabalho, a exigência da cota já não deve ser cumprida pelas empresas.

Também há a questão da qualificação dessa mão de obra. Nós achamos extremamente positivo, no Estatuto da Pessoa com Deficiência, o Capítulo IV, Do Direito à Educação, especialmente os incisos IX, X, XIII, XIV e XVI do art. 28, que tratam da educação profissionalizante, fundamental e tecnológica.

Cito também o art. 36, já falando da relação de trabalho, que é de extrema importância e que demonstra que o Estado também tem que fazer a parte dele. Historicamente, o Estado é um tanto quanto omisso na sua prerrogativa de capacitar, de qualificar adequadamente. Então, nós nos posicionamos perfeitamente a favor do Capítulo IV na forma como ele foi redigido, que acho que deixa claro que, para a iniciativa privada conseguir cumprir a parte dela das cotas, também o Estado tem que cumprir sua parte nessa qualificação e profissionalização da pessoa com deficiência.

O Estado deve implementar, então, políticas voltadas para essa capacitação e profissionalização para que sejam aproveitadas nas funções que seriam exercidas para produtividade dos segmentos, e não somente para atender à matemática do sistema de cotas.

Fica nosso encaminhamento também quanto a essa flexibilização das cotas.

Devemos também respeitar o tipo de deficiência para que a empresa possa cumprir a lei, pois não basta a existência de pessoas com deficiência desempregadas para que as empresas possam cumpri-la. Hoje, as cotas são definidas sem considerar as demandas da atividade que ela está exercendo.

Então, temos uma lei bastante genérica. Pelo menos com relação ao meu segmento de transporte, posso falar com propriedade que, quanto às empresas de transporte de carga, hoje, temos 70%, 80%, 90% de uma empresa na área operacional. E, nessa parte da área operacional, muitas das nossas funções são regulamentadas por outros órgãos competentes, que já definem a plena capacidade, a plena aptidão física, auditiva, mental e sensorial, que não é nossa posição. Por exemplo, para o motorista conseguir uma carteira, ele tem que passar no teste, ele tem que estar habilitado.

Dentro de uma oficina, por exemplo, nós podemos estar colocando em risco as pessoas com deficiência, o que a própria regulamentação, o próprio Estatuto define como sendo de responsabilidade da sociedade cuidar para que isso não aconteça.

(Soa a campainha.)

O SR. FELIPE BUSNARDO GULIN – Posso concluir?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tem mais cinco minutos.

O SR. FELIPE BUSNARDO GULIN – Então, hoje nós temos essas dificuldades dentro do nosso segmento. É um setor muito operacional, e a Lei das Cotas, no seu art. 93, trata de forma genérica, não traz para a realidade de um ou outro segmento, não conseguindo, assim, determinar uma maneira de que também a pessoa com deficiência tenha as suas características respeitadas.

Como encaminhamento para isso, se eu puder fazê-lo, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deve. Podemos até discordar, mas deve. (*Risos.*)

O SR. FELIPE BUSNARDO GULIN – ... sugerimos a aprovação do Projeto de Lei nº 2.210, de 2015, do Deputado Daniel Vilela, do PMDB, de Goiás, que acrescenta parágrafo ao art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para eximir de multa as empresas que comprovem ter utilizado todos os meios possíveis para contratação de pessoas com deficiência sem ter obtido êxito por razões alheias à vontade do empregador, a criação de banco de dados do Ministério do Trabalho e Previdência Social constando o nome das pessoas portadoras de deficiência habilitadas para trabalhar e a criação de projeto de lei excluindo determinadas ocupações que já são regulamentadas por outras atividades da obrigatoriedade de cumprir as cotas, como, por exemplo, motorista

profissional, maquinista, mantenedor de via permanente, mantenedor de material rodante e outras posições que não sejam possíveis para ocupação por pessoa com deficiência.

Então, solicitamos esses encaminhamentos.

Quero agradecer a oportunidade novamente e dizer que, mesmo que nós discordemos, quero demonstrar aqui meu respeito e gratidão pelo seu trabalho em favor da sociedade brasileira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Muito bem! (*Palmas.*)

Deu a sua contribuição o Dr. Felipe Busnardo Gulin, que falou como Presidente da Federação das Empresas de Transporte de Passageiros dos Estados do Paraná e Santa Catarina.

Só para ajudar no debate, vamos passar em seguida para o representante do Conade, que tem muita experiência, pois é um militante dessa causa há algumas dezenas de anos.

Permita-me falar assim para não aumentar a sua idade.

A política de cotas não é uma novidade, como não é novidade o Estatuto. É um debate que a gente já vem tendo há anos. O que eu defendo muito é, cada vez mais, o ensino técnico mantendo a política de cotas, mas que a gente invista no ensino técnico para preparar as pessoas com deficiência cada vez mais.

Então, de fato, aqui há uma discordância de fundo, mas vou deixar que o debate corra aqui com tranquilidade.

Passo a palavra agora, com muita satisfação, ao Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Conade, Sr. Flávio Henrique de Souza, que, tenho orgulho de dizer, é militante dessa causa que honra todo o povo brasileiro.

O SR. FLÁVIO HENRIQUE DE SOUZA (*Fora do microfone.*) – Bom dia!

Falo fora do microfone para que os colegas com deficiência visual da plenária possam nos localizar aqui na Mesa, não é, Luciano?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLÁVIO HENRIQUE DE SOUZA – Bom dia a todos e todas da plenária!

Meu bom-dia à Drª Mônica, ao Roberto, ao Felipe, à Aline...

Mais alguém da Mesa que eu tenha esquecido?

Bom dia ao Senador Paulo Paim, amigo, parceiro, um dos grandes responsáveis... Ainda bem que tem um Paulo Paim da vida, porque ele é um dos grandes responsáveis ou o grande responsável por termos um estatuto que organizou toda a legislação referente aos direitos das pessoas com deficiência.

Parabéns, Paulo Paim, que, mais uma vez, aqui, nesta plenária, organiza os setores da sociedade para discutir o tema do direito humano, do direito das pessoas com deficiência, que, segundo o Censo do IBGE de 2010, são cerca de 45 milhões de brasileiros e brasileiras.

Bom dia a todos os ouvintes que nos acompanham através dos meios de comunicação do Senado!

Bom dia a toda a sociedade brasileira que está do outro lado e que nos acompanha em mais uma audiência pública que vem debater, discutir e buscar caminhos alternativos e importantes para fazer com que os direitos da sociedade brasileira se deem do ponto de vista de aplicabilidade.

Parabéns, mais uma vez, ao Senador Paulo Paim e a toda a sua equipe!

Eu queria, primeiramente, em nome...

Bom dia ao Raimundo, Conselheiro do Conade, da Previdência Social, que está aí, e ao Isaías Dias, Conselheiro da IBC, militante, que já foi Conselheiro do Conade e está me assessorando.

Bom, eu queria, em nome de todos os conselheiros e conselheiras do Conade, Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, agradecer ao Paulo Paim por nos convidar e colocar o Conselho Nacional sempre nesse debate, pois um dos nossos papéis é debater e discutir o direito da pessoa com deficiência.

Quero deixar muito tranquilo e dizer que o Conade está aberto a qualquer discussão do ponto de vista de fazermos qualquer ajuste que seja importante, mas que nós não abriremos mão dos direitos conquistados pelas pessoas com deficiência deste País. Uma coisa é fazer um ajuste ou os ajustes técnicos – é necessário e importante corrigir distorções –, mas a retirada de direitos – isto já é muito tranquilo – o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência não vai admitir... (*Palmas.*)

..., não vai aceitar e com isso não vai concordar, em momento algum.

Quero dizer que, nesse Estatuto, que tem duas décadas, não é, Senador...?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – No mínimo, duas décadas. A sua militância ultrapassa isso.

O SR. FLÁVIO HENRIQUE DE SOUZA – Nesse estatuto, que tem duas décadas de debate e de construção, não dá para negar que o Senador e os personagens que discutiram com o Senador este estatuto, a Lei

Brasileira de Inclusão, em várias reuniões, em várias audiências públicas, reuniram todos os setores possíveis da sociedade. Se, naquele momento, algum setor não se aproximou ou não veio, foi por opção. É claro que precisamos corrigir algumas coisas. Não podemos negar que esse estatuto vem corrigir o desajuste social ou a exclusão das pessoas com deficiência ao longo da história.

A sociedade, do ponto de vista de direitos e de acolher, de reconhecer 45 milhões de brasileiros e brasileiras com algum tipo de deficiência como parte dessa sociedade, na minha concepção, na nossa concepção do Conselho de Direito, demorou bastante, mas chegamos. É claro que, num primeiro momento, foram essas conquistas de reunir, de tornar a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência como parte da nossa Constituição Brasileira.

O Brasil é um dos países, senão o único, que ratificaram com força de emenda constitucional. Parabenizamos o Senado, o Congresso, por esse reconhecimento, mas a partir da convenção construiu-se um estatuto, um documento nacional que reuniu todas as legislações referentes à pessoa com deficiência. E em 6 de julho de 2015, a Presidenta da República Dilma Rousseff assina esse estatuto, também reconhecendo esses direitos e esses milhões de brasileiros e brasileiras com algum tipo de deficiência, parte dessa sociedade com direitos e deveres.

Quero dizer que nós, lá no Conade, estamos abertos e vamos discutir. Não vamos nos omitir, em momento algum, de discutir do ponto de vista de ajuste de texto, mas não de retirada de direitos.

Em nome do Conade, trago esta mensagem e quero dizer, Senador, que, se for composto um grupo de trabalho para que possamos rever o texto, o Conade indicará conselheiros e conselheiras para estar junto nessa construção.

Como todo brasileiro e brasileira têm direito de contestar aquilo que não acha que está correto – isto é uma ação legítima –, a Drª Mônica traz algumas contribuições importantes. Do mesmo jeito que há um entendimento dos empresários de locadoras, com todo respeito a esses empresários e empresárias, nós também entendemos que precisamos corrigir, por exemplo, para o usuário que vai alugar um carro. Ela citou o exemplo da Deputada Mara Gabrilli. Precisamos corrigir também isso, que falta lá no artigo, entre outras coisas que precisamos corrigir.

O Dr. Felipe fez menção à Lei nº 8.213, se não me engano ao art. 93, que fala do cumprimento de contratação de Lei de Cotas. Nós também entendemos, Dr. Felipe, que precisamos fazer um longo debate sobre isso. Esse debate já vem desde 91. Do mesmo jeito que o empresariado entende que devem ser feitos alguns ajustes, algumas correções, nós, do Movimento dos Direitos da Pessoa com Deficiência, as próprias pessoas com deficiência, o movimento sindical, setores que trabalham com essa questão, também entendemos que há distorções do lado do empresariado, não por maldade, e precisamos corrigi-las. Por exemplo, quando o empresariado solicita as vagas, ele escolhe a deficiência que ele quer. Isto, do ponto de vista da legislação, de certa forma, é discriminação. Ele pode disponibilizar a vaga, pedir o perfil profissional que a empresa precisa, mas não escolher A, B, C, D ou E. Isto, para nós, também caracteriza uma discussão que precisamos fazer com o empresariado brasileiro. Digo isto com todo respeito, porque o empresariado brasileiro também contribui muito com este País, gerando empregos, etc, mas precisamos discutir alguns ajustes de pensamento, de entendimento.

Não quero me aprofundar na Lei de Cotas, mas trabalho seguro não tem que ser só para a pessoa com deficiência. Temos que ter trabalho decente para toda a classe trabalhadora, independentemente de ela ter deficiência ou não. Se o local de trabalho tem condições de trabalho, tem qualidade de trabalho, ganha todo mundo: ganham os trabalhadores e trabalhadoras... Primeiro, trabalhamos na prevenção de aumentar o exército de pessoas com deficiência neste País. Segundo, também é bom para a empresa, porque um trabalhador no seu local de trabalho é muito mais rentável para a empresa do que afastado ou fora do local de trabalho.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mais cinco minutos.

O SR. FLÁVIO HENRIQUE DE SOUZA – Então, é um debate fundamental que precisamos fazer, e não podemos ter medo, não podemos ter receio de fazer esse debate. É preciso respeitar os pensamentos, os entendimentos, mas chegar a um denominador comum, para que ganhe a sociedade brasileira, para que ganhe o nosso País, e, ganhando a nossa sociedade, ganha todo mundo que compõe o País.

É isso.

Obrigado.

Estou à disposição de vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

O Flávio Henrique de Souza é Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoas com Deficiência, Conade, e faz uma reflexão tranquila, mostrando-se aberto ao debate e que a política de cotas é um debate que já vem acontecendo há anos. É preciso que os dois lados olhem com muito carinho essa questão.

Agora, vamos passar a palavra para a Drª Aline Sá Cavalcanti, assessora do Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação.

A SRª ALINE SÁ CAVALCANTI – Bom dia a todos!

Quero registrar a minha satisfação por estar aqui. Sou ouvinte e telespectadora da TV Senado há pelo menos 12 anos. Vejo a TV Senado praticamente todos os dias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então já me ouviu brigando muito.

A SRª ALINE SÁ CAVALCANTI – O Plenário do Senado também é muito envolvente.

O nosso Ministro está numa missão oficial à Antártida.

O tema de direitos humanos é um tema afeto, e eu sou a pessoa do gabinete que tem um ponto focal nessa temática.

Fiz uma apresentação rapidinha, em termos gerais, sobre a aplicabilidade do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Nós estamos no período de formulação da Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia, que vai ser de 2016 a 2019 – estamos em fase de conclusão –, e dentro dessa estratégia estão as tecnologias assistivas. Podemos contribuir para a inovação da empresa e para a questão dos transportes também.

Então, só para localizar, dentro do organograma do Ministério, a tecnologia assistiva está na Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social. Essa Secretaria é mais aberta para as demandas da sociedade, as outras são mais específicas para cientistas. Dentre os programas estruturantes ligados à Secis está a temática tecnologia assistiva, que, conceitualmente, segundo até o art. 3º da lei, consiste em produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida visando a sua autonomia, independência e qualidade de vida.

Praticamente, o Ministério atua em questões relacionadas a pesquisas e estudos e, por meio da Finep, tem um programa de financiamento à inovação para a tecnologia assistiva. Então, para a iniciativa privada, é muito interessante.

Aí, dentro da lei, no art. 75, que fala sobre a tecnologia assistiva, destacamos o inciso III, que pretende criar mecanismo de fomento à pesquisa, à produção nacional de tecnologia assistiva, inclusive por meio de concessão de linhas de crédito subsidiado e de parcerias com institutos de pesquisas oficiais. O inciso V fala em facilitar e agilizar o processo de inclusão de novos recursos de tecnologia assistiva no rol dos produtos distribuídos no âmbito do SUS e outros órgãos governamentais.

Na seção relativa à ciência e tecnologia, mais uma vez, enfatizo a necessidade de fomentar o desenvolvimento científico, a pesquisa e a inovação e, no §1º, a geração de conhecimentos e técnicas que visem à prevenção e ao tratamento de deficiências e ao desenvolvimento de tecnologias assistiva e social.

Então, aqui o foco ainda é pesquisa e desenvolvimento, e as primeiras ações do MCTI que tratam dessa temática são do ano de 2005, e ele vem a integrar o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o Viver sem Limite, que foi criado em 2011 e que tem como objetivo promover programas e ações voltadas ao exercício pleno e equitativo dos direitos da pessoa com deficiência.

As ações do MCTI concentram-se na participação da elaboração de políticas voltadas para pessoa com deficiência, na estruturação do fomento de Rede Nacional de Pesquisadores e no apoio a projetos e processos de desenvolvimento, pesquisa e inovação.

Dentro desse contexto, o MCTI é responsável pelo Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva, que visa a formular, articular e implementar políticas e programas e que tem a coordenação do MCTI, mas envolve a SDH, o Ministério da Fazenda, o MPOG, o MDIC, o MEC e o Ministério da Saúde.

Essa aqui foi a primeira reunião do Conselho. À época, quem o implantou foi o Secretário Eliezer Pacheco, esposo da ex-Ministra Maria do Rosário. Foi ele que implantou esse comitê.

Aqui, também quero deixar até o reconhecimento de que o Secretário Eliezer é um visionário, tanto pela sua passagem pelo MEC como pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Ele expandiu a Rede de Educação Profissional e Tecnológica, tanto em nível federal como em nível estadual. Deixo aqui minha admiração a ele por seu trabalho. Eu fiz parte da equipe no MEC.

O Programa de Apoio à Pós-Graduação e à Pesquisa Científica tem o envolvimento do CNPq, da Capes... Então, dentro dessa perspectiva, são 15 programas de pós-graduação institucional, 45 instituições de ensino abrangendo diferentes áreas de conhecimento para o desenvolvimento de tecnologia assistiva, 210 bolsas de mestrado, doutorado e "doutorado sanduíche". Além das bolsas, cada projeto recebe o apoio de custeio e capital.

Dentro dessa perspectiva, o MCTI já implantou e coordena o Comitê Interministerial, desde 2012, implantou um Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva, que é o Renato Archer, que fica em Campinas... Tem uma Rede Nacional de Tecnologia Assistiva, que ele coordena... E, dentro dessas ações, ele disponibiliza um catálogo virtual de produtos de tecnologia assistiva. Cria, então, lá no MCTI, o Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva, na forma de uma rede de cooperativa de pesquisa e desenvolvimento vinculada ao CTI... Ou seja, caso a iniciativa privada tenha interesse e queira entrar em contato aqui para ver uma linha de pesquisa, acho que é interessante. E aí o objetivo é justamente planejar e elaborar a implementação de política nacional, o Viver sem Limite...

Aí é a parte, o CTI lá em Campinas, que trabalha com toda essa questão.

Esse é o catálogo.

E aqui são alguns dos produtos disponibilizados no catálogo.

Se vocês também quiserem incluir o produto de vocês, acho que seria interessante ver...

E aí tem a Finep, que é a financiadora de estudos e projetos do Ministério da Ciência e Tecnologia, que tem o objetivo de financiar R$150 milhões para pesquisa e desenvolvimento de tecnologia assistiva. Até então já foram R$120 milhões. O objetivo era financiar R$90 milhões para apoio a empresas na forma de crédito subvencionado, R$30 milhões na forma de recursos não reembolsáveis voltados para universidades e institutos de pesquisa e R$30 milhões em subvenção econômica e inovação.

Então, a Finep é um meio que pode viabilizar...

Então, entre os editais, dentro de todo o histórico da Finep, estes são os projetos contratados: 49 de chamada pública e 37 de subvenção econômica.

A ideia principal aqui – vocês estão muito focados no transporte e em veículos – foi dar uma geral, dizer que o MCTI tem até como um carisma essa questão da tecnologia assistiva. Estamos reformulando ainda, com o Observatório Nacional, novas políticas para o quadriênio.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Essa foi a Drª Aline Sá Cavalcanti, que falou, em nome do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, sobre tudo em que avançaram e se colocou à disposição em tudo que for possível para melhorar a vida das pessoas com deficiência.

Eu só queria registrar que estiveram conosco e deixaram um recado os alunos da Universidade Estadual do Norte do Paraná formandos de Geografia. Eles deixaram um recado para que eu registrasse sua presença. E registro também a presença de Gustavo Guimarães de Miranda, advogado nacional da Federação das APAEs, que contribuíram muito para esse Estatuto, sempre colaborando nos debates das regiões, e também de Eduardo Ramos, assessor das APAEs, por que eu tenho o maior carinho.

Devo, ainda no mês de junho ou julho, fazer uma palestra para as APAEs lá em Passo Fundo, num encontro que eles terão lá.

Um abraço a todos que trabalham nas APAEs.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Felipe Fritz Braga, Procurador da República, representante do Ministério Público Federal.

O SR. FELIPE FRITZ BRAGA – Excelentíssimo Sr. Senador Paulo Paim, demais integrantes da Mesa, participantes desta audiência pública, é uma honra para o MPF participar, ao lado de V. Exª, militante entusiasta da defesa dos direitos da pessoa com deficiência, desta audiência.

Estou aqui pelo Grupo de Trabalho Inclusão da Pessoa com Deficiência da Procuradoria Geral da República, da Procuradoria Geral dos Direitos do Cidadão. Nós já atuamos há mais de uma década nessa matéria. A chegada da Lei Brasileira de Inclusão foi recebida com grande entusiasmo pelo nosso grupo.

Embora tenha sido abordada aqui mais a questão tecnológica, de transporte e trânsito, eu gostaria de colocar outros problemas com que nós temos nos defrontado e colocar algumas sugestões para proposições legislativas que estão em andamento.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, já na sua denominação evidencia dois de seus importantes aspectos. Em um, ela é lei de inclusão; em outro, ela é estatuto. Quando falamos em estatuto, estamos falando em regime jurídico, em norma, e quando falamos em inclusão social, nós estamos falando de eficácia de uma norma, a que se pretende chegar através dessa norma.

A lei reproduz o conceito de pessoa com deficiência que está na própria Convenção de Nova York, que é, para todos os efeitos, uma emenda à nossa Constituição, que já tinha essa definição. A definição que está lá, apenas recapitulando, diz que pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com uma ou mais barreiras – e aqui ela é ex-

tremamente importante –, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Isto é, pessoa com deficiência é aquela que, em razão de algum impedimento, pode ter obstruída sua plena integração social.

Portanto, o conceito de deficiência que está na Lei Brasileira de Inclusão e na Convenção de Nova York é um conceito sociológico e, portanto, pode mudar com o passar do tempo ou até mesmo de acordo com a região ou as condições sociais em que a pessoa esteja.

Imaginemos que seja desenvolvida uma prótese que permita a uma pessoa que era considerada deficiente auditiva ouvir. Essa pessoa ainda é deficiente? À luz desse conceito, é possível que não. Essa é uma pergunta que ainda tem que ser respondida, mas mostra que... Eu ressalto aqui a natureza sociológica desse conceito.

Portanto, essa lei, mais do que um estatuto, é uma lei brasileira de inclusão, que é a denominação que entendo ser mais adequada, porque ela não restringe. Ela amplia, ao direcionar para o que é compreendido na sociedade como exclusão, o universo das pessoas atingidas pela lei. Não é uma lei de benefícios, mas é uma lei instrumental que visa a inclusão de pessoas.

O conceito de deficiência, portanto, a par de ser jurídico, normativo, é também um conceito sociológico. No Direito já há um conceito assim, que é o conceito de posse. Diferentemente do conceito de propriedade, que é estritamente normativo, civilista, o conceito de posse remete ao âmbito do fático, ao âmbito do que é compreendido naquela realidade social específica como a detenção material, ainda que não seja reconhecida no âmbito registral.

Muito bem. Aí eu já aponto uma dificuldade com a qual iremos no deparar ao aplicar a Lei Brasileira de Inclusão: quem é e quem não é deficiente? Isto é relevante? É extremamente relevante, porque é só a pessoa com deficiência que tem direito aos instrumentos que todo o normativo oferece para a inclusão. Ninguém mais tem esse direito. Dar a alguém que não tenha deficiência um lugar na cota ou dar a alguém que não tenha deficiência uma isenção de IPI afronta a isonomia. Não é para as pessoas sem deficiência que existem esses instrumentos legais, mas para as pessoas com deficiência.

No caso das cotas, por exemplo as cotas de concurso, o MPF se depara com isso diariamente. O número de pessoas que não são deficientes, mas que tentam entrar pela cota de deficientes é enorme, é impressionante. Elas ainda têm coragem de ajuizar ações para que o Judiciário lhes dê o direito de se beneficiar da cota.

O Decreto nº 3.298, de 1999, foi bastante positivista ao definir a deficiência. Ele é anterior à Convenção de Nova York e define o que é deficiência física, o que é deficiência auditiva, o que é deficiência visual, o que é deficiência mental, em vários casos matematicamente. Ele coloca as medidas de audição, as medidas de acuidade visual, coloca os diversos... Ele é bem casuísta nos tipos de situação em que ocorre deficiência física. Então, no caso das cotas de concurso atualmente são usados esses critérios.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para concordar com V. Exª...

O SR. FELIPE FRITZ BRAGA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ..., existe o mesmo problema no caso das cotas para negros. Pessoas que não são negras também tentam entrar na política de cotas.

O SR. FELIPE FRITZ BRAGA – Sim.

Eu sou titular do Ofício de Cidadania da Procuradoria do Distrito Federal. Atualmente, uma das nossas maiores frentes de trabalho é contra a tentativa de fraudes nas cotas para negros. É impressionante: pessoas brancas, às vezes até com o cabelo bem claro, chegam numa banca de concurso se afirmando negras, vítimas de discriminação. É impressionante!

O decreto dava, então, critérios bastante claros para um médico ou mesmo um profissional que não militasse na área de pessoas com deficiência dizer se aquela pessoa tinha ou deficiência ou não. Isso era um facilitador.

A Lei Brasileira de Inclusão trouxe um dispositivo que afirma o seguinte:

> Art 2º .....
> §1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, e considerará:
> I – os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
> II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
> III - a limitação no desempenho de atividades; e
> IV - a restrição de participação.

Enfim, ela é plenamente compatível com o conceito de deficiência expresso na própria Lei Brasileira de Inclusão e na Convenção.

Entretanto, se ela é perfeita no plano formal, se ela é perfeita no plano teórico, no plano social ela será driblada pelos fraudadores e, com isso, prejudicará as pessoas com deficiência caso venha a se compreender que esse dispositivo do Decreto nº 3.298, de 1999, teria sido revogado pela Lei Brasileira de Inclusão nesse dispositivo.

Esse dispositivo lido entrará em vigência 48 meses após janeiro deste ano, quando entrou em vigor a Lei Brasileira de Inclusão.

Portanto, nos esforços legislativos de retoques e melhoramentos que vêm sendo feitos, inclusive por V. Exª, com destaque na LBI, seria importante ressalvar aqui como proposta que o Poder Executivo definirá critérios objetivos para a identificação de pessoas com deficiência que possibilitem melhor aplicação da Política Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência ou, eventualmente, remetendo a atos administrativos que já existam nessa matéria.

Os vetos que houve em relação à Lei Brasileira de Inclusão – um deles já foi mencionado aqui pela Drª Mônica – foram surpreendentes. Realmente, eles pegaram a sociedade despreparada. Eu, assim como vários outros, não esperava que fossem vetados tantos dispositivos, especialmente dispositivos dessa qualidade. Eu fiquei especialmente surpreso e decepcionado com o veto feito em realização às cotas nas instituições de educação profissional tecnológica, nas de educação, ciência e tecnologia e nas de educação superior pública federais e privadas para pessoas com deficiência. Não se esperava isso jamais! Ainda mais se formos ver que a lei foi aprovada em 2014. Ou seja, dois anos antes havia sido aprovada a lei que obrigava a cota para minorias étnicos raciais nas universidades e um ano antes havia sido aprovada a lei que obrigava a cota para pessoas negras em concursos públicos. Aí, finalmente, quando chega para as pessoas com deficiência, essa lei é vetada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Era um pleito, inclusive, do empresariado, corretamente, para que eles pudessem se preparar para estar à disposição de vocês.

O SR. FELIPE FRITZ BRAGA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É por isso que a indignação foi generalizada. Todos discordaram. Houve um movimento... Inclusive, tivemos uma audiência pública no Senado contra os vetos, e este foi o mais destacado.

O SR. FELIPE FRITZ BRAGA – Portanto, não deixo aqui de externar, francamente, minha honesta e ingênua expectativa de que, em algum momento, esta Casa venha a repropor esta medida e que, dessa vez, toda a coletividade que trabalha pela defesa dos direitos da pessoa com deficiência se prepare, inclusive, para despachar diretamente junto aos Ministérios, quando a lei tiver sido aprovada e remetida à sanção, para que não haja veto.

Penso que, de alguma forma, não houve essa mobilização. A lei foi aprovada. Houve aquele entusiasmo, mas ninguém foi falar com o Ministro, com o Gabinete do Ministro para que não houvesse veto a esses dispositivos. Fomos todos pegos despreparados, embora felizes.

O último aspecto – se der tempo, ainda abordo mais um – diz respeito diretamente a um projeto de lei, proposto por V. Exª, referente à tutela das pessoas com deficiência.

A Lei Brasileira de Inclusão, para dar plena amplitude ao que colocava, e também a Convenção – e, nesse ponto, é forte o que a Convenção coloca. "Os princípios da Convenção são: respeito pela dignidade inerente; autonomia individual; liberdade de fazer as próprias escolhas; independências das pessoas; e respeito pela diferença e pela aceitação da pessoa com deficiência, como parte da diversidade humana."

Isso é impressionante, mas ela foca muito, como princípio fundamental, a autonomia, a independência. Por conta disso, no seu art. 12, a Convenção, e a Lei reproduz, diz: "Os Estados Partes reconhecerão que as pessoas com deficiência gozam de capacidade legal e igualdade de condições em todos os aspectos da vida".

Então, enquanto o Código Civil anterior era extremamente inepto, em razão da passagem do tempo, pois era um código muito antigo – mesmo o novo Código Civil herdou essa terminologia, muito mal colocada –, tirava a capacidade civil das pessoas com deficiência.

A pessoa com deficiência, para ter acesso ao Judiciário, tinha de ser interditada, ter nomeado um curador. Uma vez curatelado, ela podia ter acesso para fazer pedidos no INSS, ações judiciais no INSS. É simplesmente um absurdo.

A Lei Brasileira de Inclusão foi devastadora nesse sentido. Ela acabou com a incapacidade civil das pessoas com deficiência. Todas as pessoas com deficiência são capazes. Nisso, não houve veto. Quando era preciso, de alguma forma, proteger a pessoa com deficiência, não havia veto. Ela foi propriamente devastadora.

O Projeto de Lei de V. Exª vem justamente trazer um discernimento em ocasiões em que é necessária ainda uma curatela, quando não há o discernimento intelectual. Entretanto, o receio que eu traria aqui e a cautela que colocaria na condução desse projeto de lei, que considero o mais importante, é o seguinte: a Lei criou um instituto interessantíssimo, que é o da tomada de decisão apoiada, processo pelo qual a pessoa com deficiência

elege, pelo menos, duas pessoas idôneas, com as quais mantenha vínculos, que gozem de sua confiança para prestar-lhe apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil, fornecendo-lhe os elementos e informações necessários, para que possa exercer a sua capacidade. A Lei Brasileira de Inclusão foi extremamente detalhista, caprichosa, atenciosa, no longo esmiuçar que fez de como se procede ao processo de tomada de decisão apoiada.

Nós, do Ministério Público Federal, estamos vendo que vai ser extremamente difícil transformar isso em letra viva, porque, para isso, é necessário que os juízes recebam, compreendam e apliquem, que eles não imponham a interdição da pessoa com deficiência, para que ela possa ter acesso ao direito básico de pleitear na Justiça contra injustiças que estejam sendo cometidas contra ela.

Não estamos vendo mobilização do Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público ainda, da própria sociedade. Isso está aqui, e ninguém prestou muita atenção a isso. Essa grande injustiça segue o risco de se perpetuar.

O projeto de lei, que vem fazer alguns retoques no instituto da curatela para a pessoa com deficiência, caso seja aprovado, poderá criar um impacto que minimize mais ainda a implementação do processo de tomada de decisão apoiada, que é muito importante.

Então, eu colocaria como uma sugestão de diretriz, Excelência, que fosse incorporado ao projeto referências à necessidade de se seguir o processo de tomada de decisão apoiada em tais e tais casos, que isso fosse trazido ao próprio texto do projeto de lei.

Outro ponto é que, nem a LBI, nem o Projeto de V. Exª, mencionam a questão da prescrição. O Código Civil atual impede a prescrição do curador em relação ao curatelado, isto é, a prescrição é a impossibilidade de fazer exercer direitos depois de certo prazo, porque a pessoa não vai ter mais provas e não tem como se defender. Então, todos os direitos têm uma limitação para o seu exercício.

O Código Civil já impede o curso da prescrição em relação ao curador. Quer dizer, quanto àquilo que o curador agiu com injustiça em relação ao curatelado, não há prescrição. Ele jamais em sua vida vai dizer: "Eu já não tenho mais o documento; já se passaram 5, 10, 15 anos; está prescrito." Não, por toda a sua vida, ele é responsável por tudo o que ele fez perante aquele curatelado, o que é fundamental, porque o curatelado não tinha o discernimento necessário para o exercício.

Não há, no Código Civil nem na LBI, uma previsão que impeça curso da prescrição daquele que toma a decisão apoiada em relação ao tomador de decisão apoiada. Então, a pessoa, por exemplo, cega que utilizou, que é titular do direito de tomada de decisão apoiada e que teve os seus tomadores, caso ela sofra alguma injustiça por parte desses tomadores, correrá o curso normal da prescrição, e isso não poderia ocorrer. Então, seria um dispositivo que eu acho muito oportuno, se V. Exª me permite sugerir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com certeza, estamos aqui para isso. Parabéns!

O SR. FELIPE FRITZ BRAGA – Então, são muitos temas, Excelência. Fico aqui, por conta desse. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Foi muito bem!

O SR. FELIPE FRITZ BRAGA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Procurador da República representante do Ministério Público Federal, Dr. Felipe Fritz Braga.

Depois abro a palavra ao Plenário para algumas considerações e também para Mesa, se quiserem pontuar alguma questão, já com a presença da Senadora Ana Amélia.

Então, qual é a nossa intenção? Esta primeira audiência sobre aplicabilidade do Estatuto da Pessoa com Deficiência tem este objetivo mesmo: que os painelistas digam onde podemos melhorar. E, a partir desta aqui, nós faríamos uma comissão de trabalho.

E eu entendo que o Conade poderia liderar. O que você acha, Flávio, sobre a liderança do Conade? O que nós faríamos? Nós pegaríamos o estatuto...

Eu, como Autor, claro, tive que tomar, assumir essa responsabilidade, já que foram quatro relatores. E chamei esta reunião. Nós vamos discutir, e pego aquela frase que vocês usam sempre, Flávio, e que eu aprendi durante esses 20 anos: "Tudo conosco, nada sem nós!", senão, daqui a pouco, cada Senador e Deputado começará a botar um artigo aqui, outro ali, e vai virar uma parafernália, ninguém vai entender nada.

Por isso que entendo que, ao vir à Comissão de Direitos Humanos, nós faríamos os ajustes devidos. Já convidei empresários, especialistas das mais variadas áreas no campo jurídico, no campo humano. Eu sei que é um tempo meio longo, mas é possível fazer um bom trabalho, um seminário de um ano do estatuto, de que já falei, com o Conade – e o Conade, a princípio, concorda –, no dia 6 de julho, no Petrônio Portela.

Lá, nós fecharíamos todo esse trabalho de construção coletiva. Teríamos dois, três meses, para chegarmos a esse entendimento. E, mediante esse entendimento, naquele dia, oficialmente a Comissão Direitos Humanos receberia essas mudanças, como aqui a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Vocês entram aqui, e ela de imediato é votada. E nos remetemos para o debate no Congresso, para incluir no estatuto, ou seja, é a própria sociedade que apresenta os ajustes no estatuto. Essa é a intenção que temos.

Não sei, Flávio, se 6 de julho é muito longe. Quero a sua opinião.

O SR. FLÁVIO HENRIQUE DE SOUZA – Na verdade, a sua sugestão, Senador, é fundamental. Há muitos artigos a serem regulamentados, e precisamos discutir, para fazer esses ajustes. Mesmo porque nós estamos num ano de conferência nacional, vão acontecer as conferências conjuntas de direitos humanos, de 24 a 29 de abril. Os temas específicos se reunirão como conferência. No caso do tema nosso, a 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência acontecerá de 24 a 27 de abril.

Estamos na fase de participar de conferências estaduais, de organizar as conferências. E de 27 a 29 organizaremos a de direitos humanos, que abordará cada tema que está sob o guarda-chuva de direitos humanos na Secretaria Especial de Direitos Humanos: idoso, LGBT, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes e o próprio Conselho de Direitos Humanos. Então, até abril, nós temos muita tarefa. Mesmo porque foi assinado em 6 de julho de 2025, e eu acho que o momento é ideal para trabalharmos, a fim de dar nossas contribuições para a sociedade.

Agora, eu queria entender, Senador, se V. Exª puder nos ajudar, como será essa comissão, composta pela Comissão de Direitos Humanos do Senado, o Conade e outros pares, porque isso interessa a toda a sociedade e inclusive aos pares que fazem parte da Mesa nesta primeira audiência pública sobre o art. 52, que acabou abrangendo outros artigos, como o trabalho.

Portanto, eu acredito que, até lá, haverá tempo hábil de nos reunirmos, discutirmos e chegarmos a um consenso em relação aos ajustes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu diria que toda esta Mesa faria parte dessa comissão, assim como, naturalmente, a Comissão de Direitos Humanos da Presidência da República. Creio que é importante vocês se reunirem lá no Conade e apresentarem um resumo. Nós poderemos, vez ou outra, estar presentes, mas garantindo que ele só será apresentado de preferência com o aval de uma discussão até mesmo nas conferências, mas principalmente desse encontro para o qual todos serão convidados.

O Auditório Petrônio Portela tem capacidade de acomodar 600 pessoas sentadas. Vamos convidar também as APAEs. Faremos um grande evento, com o resumo dos ajustes necessários, que, nesse dia, daremos entrada, oficialmente, na Comissão de Direitos Humanos.

Pode ser, Flávio?

O SR. FLÁVIO HENRIQUE DE SOUZA – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A palavra está aberta ao Plenário.

Em primeiro lugar, falará a Senadora Ana Amélia; em seguida, o Presidente da Associação Brasiliense de Amparo ao Fibrocístico.

Também registro a presença de Ana Cláudia Mendes de Figueiredo, Coordenadora do Comitê Jurídico da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente desta Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim, caros expositores que compõem a Mesa – não vou citá-los porque V. Exª já o fez, Sr. Presidente –, agradeço a valiosa colaboração.

Eu queria cumprimentar o Senador Paim pela iniciativa de fazer a checagem da aplicação de uma lei tão importante e dizer que, embora tenha acompanhado uma parte das exposições pela Rádio Senado, chamou-me a atenção a manifestação do Procurador da República, Dr. Felipe Braga, em relação aos aspectos contraditórios dos vetos à legislação que estabeleceu o sistema de cotas. Há uma explicação, há uma justificativa para os vetos. Eu queria saber a razão, pois nós aqui somos clínica geral. Nós temos Comissão de Direitos Humanos, temos Comissão de Assuntos Sociais, que também trata de matérias como esta, mas trata de saúde e de emprego, temos a Comissão de Relações Exteriores e várias comissões. Portanto, eu digo que nós aqui fazemos clínica geral.

Eu queria saber de V. Exª se há justificativa para os vetos à matéria que trata do acesso ao ensino superior de instituições públicas para pessoas portadoras de deficiência. Qual é a razão desses vetos?

O SR. FELIPE FRITZ BRAGA – Exmª Srª Senadora Ana Amélia, eu realmente não vi coerência ou consistência no veto ao projeto das cotas. Eu incluiria também o veto ao artigo referente à isenção de IPI, que recebeu uma justificativa tecnicamente bastante forte, mas que me parece que também pode ser superada.

Eu mencionei que dois anos antes, foi aprovada a lei que impôs as cotas étnico-raciais no ensino superior e, um ano antes, a cota para negros, pessoas negras no concurso público.

São dois parágrafos o veto. O segundo é ainda pior porque, além de vir do MEC, ainda afirma: "No âmbito do Programa Universidade para Todos (ProUni), o Governo Federal concede bolsas integrais e parciais a pessoas com deficiência de acordo com a respectiva renda familiar". Isso aqui é inaceitável pelo seguinte: eu já estudei um pouco mais detalhadamente isso. O ProUni tem uma cota de bolsas, que é para uma coletividade, digamos, vulnerável, só que ele põe na mesma cota...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aí é mais por renda. A cota é mais por renda.

O SR. FELIPE FRITZ BRAGA – Ele tem uma cota por renda e uma cota que é para pessoas com deficiência, negros, índios e, talvez, mais alguma coletividade, mas numa só cota.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para 10%?

O SR. FELIPE FRITZ BRAGA – Digamos que seja 10%, mas empurrou todas essas coletividades para disputarem a mesma cota. Então, a pessoa com deficiência, eu diria, tem mais dificuldade de acesso ao ensino que as outras coletividades porque ela não ouve, ela não enxerga, ela não consegue subir escada...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A mobilidade, andar. O cadeirante tem que ter uma rampa ou elevador para subir à sala de aula.

O SR. FELIPE FRITZ BRAGA – Então, no ProUni, a pessoa com deficiência já sofre uma discriminação desigual. Ela já está sendo prejudicada em relação a outras coletividades desiguais. Então, não tem como justificar que no Prouni já ocorre isso. No Prouni, a pessoa com deficiência já está perdendo também.

Eu não vejo como um argumento aceitável esse dos vetos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço, Dr. Felipe.

Eu queria cumprimentar também, Senador, como já o conheço das nossas comissões que partilhamos juntos, essa recomendação de criar o grupo liderado pelo Flávio...

O SR. FELIPE FRITZ BRAGA – Pelo Conade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... do Conade, para fazer exatamente a filtragem dos problemas e a correção. Então, quero que V. Exª disponha da minha participação modesta aqui para, juntos, trabalhamos nesse aspecto. Penso que é a maneira mais objetiva de um resultado claro em relação às pretensões.

Acho que o que o nosso Procurador alinhavou das contradições precisam ser rediscutidas, porque não é coerente exatamente ter um sistema de cotas, mas estrangular ou limitar a cota no percentual, digamos, de 10% para todas, para a questão de gênero, para a questão racial, para a questão do deficiente, e assim sucessivamente. Então, eu acho que é preciso esclarecer.

Também há outro aspecto que lembrei – e está aqui o representante da Federação das Empresas de Transporte de Passageiros. Certa vez visitei uma empresa de transportes de cargas no Rio Grande do Sul, na cidade do coração do Senador Paim, Canoas. A empresa, que tinha número grande de trabalhadores, questionou muito: "Olha, eu aqui, para obedecer a lei das cotas, das pessoas portadores de deficiência, os 10%, faço anúncios na rádio, eu pago o anúncio na rádio, no jornal dizendo que estou precisando de uma pessoa para trabalhar na empresa". O que ele tem para isso? Telefonia, o atendimento de balcão, aqueles serviços que contenham a aptidão da pessoa portadora de deficiência. Então, a empresa anuncia, faz o chamamento, faz um apelo, não consegue arrumar.

Ai vai lá – falo para o Promotor e para o Procurador da República – o fiscal do Ministério do Trabalho: "Você não está cumprindo a cota". Isso acontece Felipe? Veja só, o fiscal não pergunta se você fez algum esforço, se obteve algum resultado. Não, ele vai lá e aplica uma multa na empresa. Mas também não diz: "Olha, vamos ajudar a criar, na Delegacia do Ministério do Trabalho, um setor para haver uma lista de pessoas portadoras de deficiência que possam estar disponíveis". O Sine ou áreas assim. Por que não?

Então, a penalização punitiva de alguém que fez um esforço, de um empreendedor, para ter e para a vaga ocupar, para ele cumprir a lei, nada disso valeu, simplesmente vai lá e multa. Então, eu penso que, também nesse aspecto, há um grau, uma necessidade de informação e de as pessoas entenderem por quê. Pode ser, seria ótimo que Canoas não tivesse pessoas com necessidades. Ótimo! Melhor que as pessoas disputassem dentro...

Então eu acho que esse também é um lado que tem que ser visto, para você não criar, ao invés de soluções, mais problema de resistência ao processo.

É claro, o empreendedor que está querendo cumprir a lei tem essa barreira. E V. Exª, certamente, Senador Paim, deve ter ouvido um pouco também dessa ponderação. Eu acho que nós temos que ter equilíbrio e racionalidade quando tratamos das leis. O direito é para cumprir quais as condições que você tem, não é, Dr. Felipe?

Eu acho que é o processo mais justo, do equilíbrio do trato. Obrigada, Senador. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Felipe, da Federação, tocou exatamente nesse tema. Depois, o Flávio lhe respondeu, mostrando qual é o caminho que ele entende mais viável.

Este é um tema que não começou com o Estatuto, começou muito antes. Então é um debate meio que permanente.

Eu tive uma experiência muito positiva com a Federação dos Banqueiros, e não dos bancários, de São Paulo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Febraban.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eles me convidaram para ir lá ver a experiência deles. Qual foi a experiência deles? Eles começaram a dar a formação para as pessoas com deficiência e depois me mostraram que o resultado foi mais que positivo. Passaram a dar a formação, pegaram 10 mil pessoas com deficiência, deram a formação e foram distribuindo no Estado de São Paulo de acordo com a necessidade para cumprir a política de cotas.

Nós temos experiências muito positivas no Brasil, de forma tal que não tenhamos que mexer, porque esse é o objetivo, na política de cotas, mas apostar na formação técnica, que é aquilo que foi inventado...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É a capacitação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É o caminho. Eu mesmo vim do Senai. Naquela época, no Senai, tínhamos pessoas com deficiência lá. Então, a formação técnica é fundamental para que as pessoas com deficiência possam também exercer a sua função e de forma tal que é a política de cotas.

A política de cotas é um processo permanente e, claro, de pressão. E o Ministério Público cumpre um papel também. O Ministério Público tem ajudado muito, porque ele vai pressionando, as empresas vão se adaptando, outros vão se formando, para que a política de cotas seja efetivamente aplicada.

Se deixarmos, vamos ser bem claros entre nós, tanto o negro como o índio, como o cigano, como o deficiente, têm pouco espaço nas empresas. Isso é fato e é real. Nós sabemos muito bem disso. É por isso que o Brasil avançou na política de cotas para negros. É por isso que avançou na política de cotas para índios. É por isso que avançou na política de cotas para deficientes. É só vocês verem. Procurem ver, nas grandes empresas brasileiras, quais os executivos que são negros ou mesmo pessoas com deficiência. São raras as exceções.

Vamos olhar aqui o próprio Senado. Quantas pessoas com deficiência nós temos aqui, no Senado, como Senador? Não há pessoas capacitadas, preparadas? Senador eu acho que nenhum. Negro há um, que é o meu caso. Então, eu defendo a política de cotas porque ela é uma política de compensação de homens e mulheres que foram discriminados ao longo de suas vidas. E não é por incapacidade.

Eu sempre digo que todos nós temos o nosso potencial e temos incapacidade em algumas áreas. Eu, por exemplo, se não botar os óculos aqui, eu não estou vendo vocês, não deixa de ser uma incapacidade. Cada um de nós tem o seu tipo de incapacidade. Outros já tomam uma série de remédios ao longo da vida que não lhes permite... Mas em outras circunstâncias são muito capacitados, preparados, em outras áreas. Nós temos que explorar.

Eu sempre digo para minha própria equipe do gabinete que eu tenho que extrair o melhor de cada um, na área que ele mais vai produzir. Eu não vou pegar um fotógrafo e querer que ele seja um estudioso da política da Previdência.

Eu quero que ele tire o melhor com a usa máquina fotográfica, pegue os melhores momentos. Essa é a foto – estou olhando o fotógrafo lá atrás –, que diz mais do que mil palavras, muitas vezes.

Então, a política de cotas vem nesse sentido. Por isso, confesso que sou um apaixonado pela política de cotas, não como atividade-fim, mas como atividade-meio. Ela cumpre um papel perante a história. Por isso, o debate, aqui, é permanente sobre esse tema. Entendo também a preocupação de todos: como cada vez mais avançarmos para que a política de cotas seja cumprida dando o melhor potencial de cada um na área em que atua.

Vamos, agora, ao Sr. Fernando Gomide, Presidente da Associação Brasileira de Amparo ao Fibrocístico, e, depois, ao Sr. Francisco Djalma de Oliveira, da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência de Funcionários do Banco do Brasil e Comunidade. Cinco minutos para cada um.

O SR. FERNANDO GOMIDE – Senador Paulo Paim, inicialmente, quero parabenizá-lo, pois acompanho, nesses anos todos, a luta do Estatuto. O senhor encaminhou junto com o Sr. Flávio Arns e, finalmente, com o Romário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tudo começou com o Flávio Arns.

O SR. FERNANDO GOMIDE – Justamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Na primeira vez que eu apresentei, ele fez a apresentação formal. Inclusive ele era Presidente da Apae, na época.

O SR. FERNANDO GOMIDE – Justamente.

Então, tenho acompanhado isso a fundo porque convivo com o problema da deficiência em casa há 17 anos.

Temos que pensar, no que se refere ao Estatuto dos Portadores com Deficiência, em uma punição ao gestor público. Não podemos ficar com a falta de remédios. Os hospitais estão comprando remédios. Os remédios vencidos estão sendo jogados fora. Isso é dinheiro público. Isso é questão de gestão. Sem exames.

Hoje, os portadores de necessidades, como autismo, síndrome de Down e o próprio deficiente, convivem com um problema sério que é a falta de escolas. Então, temos que criar uma punição para que isso dê tranquilidade e melhor qualidade de vida a todos esses.

Por que existe a judicialização? Porque não temos uma gestão transparente. Existem os programas, há medicamentos, mas faltam e ninguém é punido. Então, acho que poderíamos pensar aqui em uma punição a esses gestores públicos porque pagamos impostos, estamos fazendo a nossa parte, mas, infelizmente, estamos vendo que o dinheiro público é jogado fora e ninguém é punido nessa área.

Essa é a sugestão que gostaria de fazer para encontrarmos um meio de dar essa qualidade, essa tranquilidade a todos os portadores.

Muito obrigado um bom-dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu agradeço ao Fernando, que tem colaborado muito. Inúmeras vezes, tem nos procurado. Acompanhou o desenrolar do Estatuto. Esse não é o primeiro depoimento que ele dá.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ele tem cuidado também da fibrose cística. Fizemos, aqui, na CDH, Senador Paim, lembrando apenas como colaboração, a batalha do Fernando e das famílias dos filhos de portadores dessa doença, que requer um tratamento muito especial, que é a fibrose cística.

O SR. FERNANDO GOMIDE – Aproveitando, queria agradecer a audiência que tivemos na CDH, à Senadora Ana Amélia, em especial. Tínhamos um processo tramitando no GDF, mas estava sendo engavetado no Tribunal de Contas. Com uma correspondência que saiu da Comissão, esse processo foi reaberto, obrigando à Secretaria do GDF informar, todos os meses, ao Tribunal de Contas as medicações que são dispensadas aos portadores de fibrose cística.

São essas atitudes que precisamos para dar qualidade e tranquilidade a todos os portadores do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por isso, a Comissão de Direitos Humanos existe, com a participação intensa de Senadores e Senadoras.

Isaías Dias, por favor.

O SR. ISAÍAS DIAS – Bom dia a todos e a todas.

Também sou membro do Coletivo Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras com Deficiência da CUT (Central Única dos Trabalhadores).

Primeiramente, vou falar sobre o art. 52. Aquilo que a Srª Mônica falou é verdade. Não vamos ter adaptações que vão atender a 100%. Temos que atender ao maior número de pessoas. É a mesma coisa, vamos falar, do sanitário acessível. Mesmo tendo as normas, ele não atende a todas as pessoas. Então, temos que ver como trabalhar essa questão.

Há também a questão de que, se um veículo a cada vinte é muito, vamos rediscutir esse número, se por habitante de cidade, enfim, qual é esse número? Porque a pessoa com deficiência, quando viajar com a sua família em férias, quer ter o direito de alugar um carro e passear com sua família.

Quando venho a Brasília, por exemplo, para as atividades do Conade, junto com o Flávio, ou da Empresa Brasil de Comunicação, eu gostaria de ter o direito de poder alugar um carro para eu dirigir. Não quero ficar dependendo das pessoas. Isso remete à discussão da autonomia da pessoa com deficiência, que é muito importante e que está inclusa na LBI. O espírito da LBI é a autonomia da pessoa com deficiência.

Sobre a questão do trabalho, vamos falar especificamente da questão dos transportes. Hoje em dia, sabemos que temos ajudas assistidas que podem, sim, resolver esse problema. Quantos caminhoneiros que estão lesionados e poderiam voltar ao trabalho? Até peço que a Srª Mônica possa falar. Quais são as soluções técnicas para uma pessoa poder dirigir um caminhão de grande ou pequeno porte? Já deve existir isso. Há também a questão de a própria legislação impedir a pessoa de ser profissional da área. Temos que discutir que isso não cabe mais no mundo em que vivemos, porque temos soluções técnicas para que essas pessoas possam ser profissionais dessa área. Não é necessário que a pessoa com deficiência seja telefonista, trabalhe de escriturária em uma empresa de transporte. É inconcebível! Já temos soluções técnicas para isso.

Outra questão também acho importante. As empresas dizem que não encontraram pessoa com deficiência no mercado de trabalho, mas o problema é que foram vetados os cursos técnicos. Muitas vezes, as empresas fazem o que quando precisam de mão de obra? Vamos dar formação. Por que as empresas não sentam com o sindicato dos trabalhadores e vão discutir a formação para essas pessoas? É muito fácil falar que não dá para trabalhar na área operacional, mas houve a vontade real, política e efetiva de fazer a inclusão da pes-

soa com deficiência? O que parece para nós, como representantes dos trabalhadores, é que essa vontade não houve. É mais fácil falar que não tem pessoa do que sentar com o sindicato para discutir e dar formação para essas pessoas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Francisco Djalma de Oliveira, Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência de Funcionários do Banco do Brasil e Comunidade. Já participou de outros eventos aqui. Foi uma bela participação.

O SR. FRANCISCO DJAMA DE OLIVEIRA – Já participei.

Bom dia, senhores e senhoras. Quero cumprimentar o Senador Paulo Paim e parabenizar por essa iniciativa de convidar para essa reunião, essa audiência pública.

A APABB é uma associação de pais, amigos e pessoas com deficiência do Banco do Brasil, está presente em 14 unidades da Federação do Brasil. Sou delegado no Distrito Federal.

Inicialmente, era uma associação de pais de funcionários do Banco do Brasil, mas, hoje, não. Temos associados e pessoas de toda comunidade. Particularmente, sou aposentado do Banco do Brasil, tenho um filho com deficiência e milito nessa área.

Gostaria de contribuir com esse debate sobre a cota e a educação, porque estão muito interligados. A cota, como bem explanou o Senador Paulo Paim, é uma compensação, mas, sobretudo, uma forma de fazer justiça. Então, me parece que atribuir uma necessidade de cumprimento da cota a uma qualificação é uma válvula de escape que não podemos cair nela. Não podemos! Pelo contrário, temos que melhorar a qualificação para que seja cumprida a cota. Acho que é isso que precisamos fazer. (*Palmas.*)

Como fazer, então, a melhoria da qualificação? Sem dúvida, o Estado precisa participar. Por isso, também, estranho o veto na questão do ensino profissionalizante. Seria necessário que preparássemos as pessoas, que tivéssemos um contingente cada vez maior de pessoas com deficiência capacitadas e aptas para exercer as mais diferentes funções que podem exercer.

Esse é um aspecto que eu queria abordar. Também relacionado a ele, há a questão da educação.

Particularmente, tenho uma experiência muito rica. Meu filho tem paralisia cerebral e estuda em uma escola particular desde os três anos. Hoje, ele tem onze anos de idade. Temos discutido constantemente com a escola a adaptação de material didático pedagógico, até a forma de como os professores escrevem no quadro, de colocar uma letra azul e outra vermelha quadro, de colocar uma letra azul e outra vermelha para ele diferenciar, para ele copiar apenas os títulos, porque ele não consegue copiar tudo.

Então é uma batalha grande, mas aí fica no âmbito particular, de pessoas – eu e minha esposa, que tem alguma experiência – que vão discutir com a escola. O Estado precisaria também criar formas de facilitar isso para outras pessoas.

Nesse particular, eu gostaria de ouvir o Dr. Felipe, do Ministério Público, com relação à ação com que as escolas particulares entraram no Supremo Tribunal Federal, para que elas continuassem cobrando mais dos filhos das pessoas com deficiência. Isso é algo que me parece gritante! Felizmente, o Ministro Fachin, me parece, não deu a liminar que o sindicato estava querendo. Eu queria ver em que pé está essa situação hoje, porque nós já sabemos os preços absurdos que pagamos hoje às escolas particulares, e aí, as famílias com filhos com deficiência, que já têm um gasto muito grande com psicólogos, com terapeutas, com uma série de outras coisas, ainda pagar mais à escola porque o filho tem deficiência. Então me parece algo muito grosseiro, uma agressão para a sociedade, e eu gostaria de ouvir o representante do Ministério Público, o Dr. Felipe, nesse sentido. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Francisco Djalma de Oliveira.

Eu quero dizer, antes que ele responda, que recebi essa denúncia inclusive do Paraná, porque lá foi dada uma liminar naquela instância. Eu fui à tribuna, fiz um pronunciamento duro, exatamente o que você falou aqui. É uma discriminação hedionda contra as pessoas com deficiência, querer que elas paguem além do que as outras, na mesma escola, com a mesma atividade, os mesmos professores, não é? E felizmente lá caiu. Eu sei que depois houve recurso, e lá nós conseguimos derrubar. Agora, é fundamental que a gente ouça agora mesmo o nosso Dr. Felipe sobre essa questão que preocupa todos.

O SR. FELIPE FRITZ BRAGA – Obrigado, Senador.

Bom, trata-se da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5357, do Distrito Federal. O Ministro relator é Edson Fachin. Tanto a decisão que não concedeu a liminar requerida pela Confederação Nacional de Estabelecimentos de Ensino, como o parecer do Procurador-Geral da República, contrário ao pedido, estão disponíveis na internet, no *site* do Supremo Tribunal Federal. A decisão do Ministro foi extremamente forte, e eu não acredito que o Supremo vá dar uma decisão favorável à Confederação. Entretanto, são onze ministros, e no plenário nunca se sabe qual será a decisão final.

Mas só para se ter uma ideia do tipo de argumento que o Ministro colocou, para fundamentar a sua decisão: "A atuação do Estado na inclusão da pessoa com deficiência, quer mediante o seu braço Executivo ou Legislativo, pressupõe a maturação do entendimento de que se trata de ação positiva em uma dupla via."

E ali ele diz: "Pluralidade e igualdade são duas faces da mesma moeda. O respeito à pluralidade não prescinde do respeito ao princípio da igualdade, e na atual quadra histórica, uma leitura focada tão somente em seu aspecto formal não satisfaz a completude que exige o princípio."

Diz isso o Ministro abordando como é relevante para a educação de uma criança e de um adolescente ter em sua classe uma pessoa com deficiência, demonstrando que isso é de extrema relevância no âmbito de uma escola. E os termos que ele utiliza para a pretensão da Confederação são fortes:

Inclusive o olhar voltado ao econômico milita em sentido contrário ao da suspensão da eficácia dos dispositivos impugnados. Como é sabido, as instituições privadas de ensino exercem atividade econômica, e enquanto tal, devem se adaptar para acolher as pessoas com deficiência, prestando serviços educacionais que não enfoquem a questão da deficiência limitada à perspectiva médica, mas também ambiental. Esta última deve ser pensada a partir dos espaços, ambientes e recursos adequados à superação de barreiras.

A Confederação, entre seus fundamentos, coloca que a exigência da Lei Brasileira de Inclusão, de que as escolas sejam acessíveis, e isso não seja uma excepcionalidade a tal ponto de se cobrar na mensalidade escolar, a Confederação diz que isso é uma ofensa à propriedade privada.

Quer dizer esse é um argumento pandectista, do século XIX, civilista. Gerações e gerações de juristas já passaram. Perderam o bonde ao não entenderem o que é a função social da propriedade, que está no Código Civil. Então, realmente está muito aquém do que já existe nas leis e na própria Constituição.

Impressiona e se vê a importância dessas exigências na iniciativa privada, resgatando um tema que começou já a ser discutido aqui nesta audiência. É evidente que a iniciativa privada sempre verá dificuldades para o cumprimento de obrigações que digam respeito a implementar a função social da propriedade. Mas, para isso, há sempre instrumentos. Então, o Sistema S, por exemplo, é sempre utilizado quando isso é instrumentalizado para a função lucro. Quer dizer: quando a empresa precisa de profissionais em uma certa área, ela consegue, por meio do Sistema S, implementar essas formações.

Aí eu pergunto: as instituições privadas estão recorrendo ao Sistema S para criar meios para que essas obrigações resultantes da Lei Brasileira de Inclusão sejam efetivamente respeitadas? Pelo menos, no processo do Supremo, isso não está, em relação às escolas, o que fazer, como tornar uma escola acessível, desenvolver tecnologias.

Um artigo extremamente importante da Lei Brasileira de Inclusão, que é o art. 68, §2º, fala do livro acessível, ou seja, que as editoras devem editar seus livros em formatos acessíveis. Isso é o quê? É o Kindle, o iBook. É a pessoa poder comprar o livro eletrônico e ouvi-lo. Isso, para a pessoa com deficiência de leitura, com deficiência visual, é importantíssimo. Só que o Parlamento utilizou uma técnica legislativa impressionante, que derrubou qualquer óbice e impôs que a Administração Pública só poderá comprar livros de editores que publiquem a sua produção em formato acessível. Acabou!

Isso porque o Ministério da Educação é o maior comprador de livros do País. Ele tem um orçamento impressionante e uma estrutura toda voltada só para a compra de livro didático. A editora que não publicar os seus livros em formato acessível fecha, porque não vai vender para o MEC. E as editoras agora estão trabalhando como nunca. Existe um grupo de trabalho com o Ministério Público Federal; nós estamos trabalhando junto com o MEC, para vermos como se vai fazer isso, se vai ser programático, como vai ser. Agora, elas vão cumprir.

É fundamental ser firme nas exigências de respeito de inclusão, de acessibilidade, porque há, sim, sempre instrumentos de formação de pessoas, de desenvolvimento de tecnologias cada vez mais baratas para que esses direitos sejam efetivamente implementados. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Felipe.

O Flávio queria comentar essa questão. Flávio, o microfone está à sua frente.

O SR. FLÁVIO HENRIQUE DE SOUZA – Bom, quero cumprimentar o Francisco, da APABB. Acho que nós estivemos juntos, no ano passado, com a Presidenta Sandra, da APABB.

O SR. FRANCISCO DJAMA DE OLIVEIRA – Isso mesmo.

O SR. FLÁVIO HENRIQUE DE SOUZA – Um abraço a ela, a toda a Direção da APABB. A APABB compõe o Conade como Conselheira. É isso, Francisco?

O SR. FRANCISCO DJAMA DE OLIVEIRA – É a Conselheira Lúcia.

O SR. FLÁVIO HENRIQUE DE SOUZA – Ela está lá conosco contribuindo com a política da pessoa com deficiência.

Bom, com relação à Adin, essa ação da Confederação Nacional das Escolas Privadas, a patronal, existem algumas instituições que entraram com pedido. Doutor, perdoe-me até uma correção. Há dois Felipes na Mesa, não é? Eu não cumprimentei no início o Procurador. Bom dia. Desculpe-me, Dr. Felipe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É o Felipe Fritz Braga.

O SR. FRANCISCO DJAMA DE OLIVEIRA – É Felipe Fritz Braga, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O outro é o Felipe Gulin.

O SR. FLÁVIO HENRIQUE DE SOUZA – Inclusive, nós vamos convidar, em algum momento, o Procurador para fazer uma exposição no Conade. Depois, o senhor nos passe o seu contato.

Algumas instituições, como a Ampid e a Ordem dos Advogados, entraram com pedido em relação à ação da Confederação como *Amicus curiae*. É isso? Minha área não é a jurídica. Sou formado em Serviço Social.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLÁVIO HENRIQUE DE SOUZA – Isso. *Amicus curiae*. E o Conade, como Conselho Nacional, se posicionou perante essa ação. Então, há também um documento do Conade anexado ao processo.

Agora, essa questão é muito mais que uma simples ação. Nós precisamos refletir – os controles sociais ou as instituições que defendem direitos – sobre essa ação da Confederação Nacional, que traz alguns danos do ponto de vista da relação humana.

Primeiro, a inclusão não é só para a pessoa com deficiência ou a criança com deficiência. Crianças que não têm deficiência aprendem ao mesmo tempo? Têm o mesmo desenvolvimento? Não é preciso trabalhar pedagogias e, dentro da pedagogia, formas diferentes com algumas crianças que têm seu tempo de aprendizado?

Outra ponto: algumas escolas particulares – jamais vamos generalizar –, pelo Brasil afora, têm jogado outras famílias contra as famílias das pessoas com deficiência. Isso, no pano de fundo, fortalece e reproduz a discriminação, a exclusão, o preconceito. É isso que essa ação está fazendo no Brasil afora. O estrago não é unicamente uma ação econômica. Essa ação traz um dano para a sociedade muito grande, porque os próprios pais vão comentar com as crianças em casa que há escola dizendo: "Olha, nós vamos aumentar a mensalidade para todos os pais, porque agora temos que gastar mais com acessibilidade." É esse o argumento que estão utilizando algumas escolas no Brasil afora. Ao darem esse argumento, colocam a sociedade contra a inclusão, contra as pessoas com deficiência, contra as famílias das pessoas com deficiência. Então, o tema é muito mais profundo, muito maior do que imaginamos. Nós precisamos nos unir em torno desses avanços com que todos contribuímos, porque não dá para aceitarmos a influência de fortalecer o preconceito e a discriminação social.

Nessa reflexão, Francisco, você trouxe um ponto fundamental. Hoje, entra-se com um artigo; amanhã, há outro artigo. Daqui a pouco, estão entrando com relação a todo o estatuto.

Então, precisamos tomar muito cuidado, principalmente nós que fazemos essa luta da inclusão por mais direitos humanos, com o que vem por trás de todas essas ações. Há ações e ações, há ajustes a serem feitos, mas nós não podemos aceitar, jamais, o fortalecimento e a reprodução do preconceito e da exclusão com a pessoa com deficiência ou não.

É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Flávio.

Ana Cláudia de Figueiredo, Federação Brasileira das Associações de síndrome de Down, que está aqui desde o início participando.

A SRª ANA CLÁUDIA FIGUEIREDO – Bom dia a todas e a todos.

Eu queria, primeiramente, parabenizar a iniciativa do Senador Paulo Paim para a formação desta Comissão que pretende filtrar os problemas e buscar soluções. Peço que estejam sempre atentos à observância do princípio da vedação do retrocesso social. Que aqueles direitos que nós tão duramente conquistamos, que as pessoas com deficiência conquistaram sejam preservados.

Eu sou do Comitê Jurídico da Federação e tenho uma filha com síndrome de Down, hoje com 24 anos, que trabalha no Conade e é colega do Flávio. Algumas questões nos preocupam, e nós temos tentado, como movimento, nos reunir, reunir especialistas, operadores do Direito, para buscar soluções em relação ao ordenamento jurídico como um todo, detectando falhas e problemas em relação à aplicabilidade dos direitos e efetivação dos direitos das pessoas com deficiência.

Fizemos no ano passado duas oficinas jurídicas, e o produto da última está aqui – a Carta de Curitiba –, que quero, ao final, entregar ao senhor. Temos também nos debruçado bastante sobre a questão da tomada de decisão apoiada, que, quando surgiu, foi para nós um motivo de muita alegria, porque vimos nela uma possibilidade de que Jéssica, que estudou, que tem síndrome de Down, mas quer ser reconhecida na sua dignidade, que ter sua autonomia, quer ter a sua independência. A tomada de decisão apoiada como regra, não afastada a possibilidade da curatela para aqueles que não podem exprimir a sua vontade, nós entendemos que é um

Instituto inovador, condizente com a convenção da ONU, e nós vamos lutar para que ele seja mantido, com os aperfeiçoamentos, é claro, no que tange, por exemplo, à questão da prescrição, aperfeiçoamentos que se fizerem necessários.

Com relação à ADI, queria dizer que nós somos amigos da corte, *Amicus curiae;* também temos acompanhado aquela ação. O referendo da liminar está pautado para julgamento agora, no dia 3, na quarta-feira. Como é o terceiro da pauta, é provável que seja julgado. Nós esperamos isso com muita expectativa, porque acreditamos que resultado deve repercutir e deve sepultar muitas discussões em relação a questão da exclusão.

Com relação às repercussões no trato social das escolas, por exemplo, que o Flávio citou, está sendo divulgado pela Confenen uma cartilha orientativa que abaixo do Título diz: "Independentemente do Resultado de ADIn, a Escola Precisa Saber". Entre as orientações que constam dessa cartilha, está que a escola, para matricular, pode exigir o laudo completo de avaliação e que a falta do laudo constituiria justa causa, o que contraria a Lei nº 7.853, já revogada pela Atual LDI, que afastou essa possibilidade de justa causa. Diz também que o justo paga pelo pecador, incitando essa competição, a falta de cooperação e o princípio da solidariedade.

Acreditamos por fim que ela deve repercutir também no repúdio ao Projeto de Decreto Legislativo nº 2.486, proposto com o intuito de revogar a Revolução nº 4, do Conselho Nacional de Educação, sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, que determina a obrigatoriedade da matrícula dos alunos com deficiência nas classes comuns de ensino regular.

Então, nós temos lutado muito e acreditado que o resultado do Supremo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tem mais um minuto ainda.

O SR. FLÁVIO HENRIQUE DE SOUZA – O resultado do Supremo deve trazer luzes a essa discussão com relação à questão da inclusão.

Agradeço, principalmente, pela questão da possibilidade de participação social também nas discussões e deliberações para implementação, no Brasil, das recomendações do Comitê da ONU, que ocorreu agora, em Genebra, sobre a implementação da convenção no Brasil.

Então, a participação social é importantíssima e nós queremos fazer parte disso.

Muito obrigada, agradeço a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Ana Claúdia Figueiredo, que falou pela Federação Brasileira de Síndrome de Down.

Então, eu vou passar a palavra para a Loni Mânica, que foi minha Assessora durante um período, hoje é assessora do Romário e trabalha também nessa área da educação das pessoas com deficiência com um doutorado.

A SRª LONI MÂNICA – Bom dia a todos

Quero dizer, Senador, que eu não estou aqui como assessora, mas como sociedade, uma pessoa envolvida nessa área. Sou assessora, claro, com muito orgulho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas eu acho que, com muito orgulho, o Romário gostaria que eu lembrasse que a assessora dele está aqui participando da reunião.

Ô Romário, ela gostou.

A SRª LONI MÂNICA – Para falar a verdade, eu quero colocar algumas opiniões que são bem particulares, são da Loni, uma pessoa que trabalha na área. Como assessora do Senador, claro que tive a oportunidade de, junto com o Senador Paim, acompanhar o estatuto e, depois, acompanhar a relatoria, porque casualmente caiu nas mãos de um Senador com quem eu estava – acho que foi uma obra divina –, então pude acompanhar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não foi casualmente. Eu o indiquei. Eu estava nesta Comissão e, como Presidente, indicava o Relator. Então, eu o indiquei para ser o Relator.

A SRª LONI MÂNICA – Primeiro, quero parabenizar o senhor, porque eu acho que nós temos mesmo que começar a abrir esses debates, para aplicabilidade da lei. A Lei não é mais para se fazer ou desfazer, já é lei. Temos que pensar como cumprir o que está lá, na questão do Código Civil, da curatela, que temos que colocar em aplicabilidade, que é o que está pegando, vamos dizer assim, mais fortemente. Realmente, vem com uma inovação e quebra alguns paradigmas, como a Ana Cláudia acabou de colocar. Nós vamos ter que, realmente, pensar que ele é quebra de um paradigma muito grande e como nós vamos fazer isso acontecer agora, na prática.

A outra questão é a dos vetos. Eu ouvi o pessoal falando. Eu não tenho dúvida de que nenhuma justificativa convenceria a sociedade de que aqueles vetos eram importantes. Aqueles vetos só foram importantes, talvez, para alguma parte do segmento dos empresários, porque são coisas que não dá para entender, a começar pelo IPI reduzido, que todas as pessoas com deficiências têm, menos os surdos, e foi vetado. Quer dizer, o surdo é a única pessoa com deficiência que não vai ter o IPI reduzido. Não dá para entender esse veto. Não dá para entender nenhum dos vetos.

Quanto a esse, da educação, acredito que a preocupação dos empresários estaria muito mais na capacitação – pois é o que eles reclamam, que não temos pessoas com deficiência capacitadas –, e me parece que isso foi vetado justamente em função de não haver uma obrigatoriedade de a escola ter que colocar essas pessoas lá dentro e, principalmente, por causa da educação profissional que é mantida, muitas vezes, pelo Sistema S e pelos empresários. Então, parece-me que isso aí é que tem que ficar bem claro.

Os vetos não foram um pedido da sociedade, nem do senhor, nem de ninguém daqui. Aliás, todos os Senadores votaram contra esses vetos, quer dizer, a favor de eles permanecerem na LBI. Unanimemente aqui. Passaram todos eles. Passaram na Câmara também. Quem vetou foi a Presidente. E vetou com uma má assessoria. Eu não tenho medo de dizer isso. Por isso é que eu estou dizendo que eu falei como Loni. Estou falando como Loni. Ela votou, porque foi muito mal assessorada, para entender cada um dos vetos que ali foram colocados.

Então, eu acho que esta sua audiência só vem fortalecer a questão da aplicabilidade. Acho que nós temos, sim, que pensar como aplicar e como regulamentar. Não mais do que nós temos que fazer. A lei traz enormes benefícios, e o senhor é o autor dessa lei, o que é muito bom. A minha preocupação é a regulamentação, que já está chegando daqui a pouco. Nós temos dois anos, e eu ainda não sei como eu vou fazer a avaliação biopsicossocial. Eu acredito que alguém já está tomando a frente disso, e que seja o Poder Executivo. Mas eu quero dizer às pessoas que escrevem para o nosso gabinete: olha, a avaliação biopsicossocial está sendo pensada e estará pronta daqui a um mês, ou daqui a três meses, ou daqui a... Eu quero ter uma referência. Eu preciso disso. E, para isso, esta discussão é fundamental. Mas eu compactuo com a Ana Cláudia, aqui, em relação à curatela também.

Um abraço a todos e parabéns pela sua audiência, que é muito boa e tem que acontecer mais vezes, Senador, para que possamos regulamentar, de fato, a lei. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Loni.

Vamos fazer um ciclo integrado, Loni, em um grande evento, e vamos convidar os quatro relatores, para fazerem juntos. Este Presidente será um dos relatores. Faremos um grande evento, que já está reservado para o dia 6 de julho, no Petrônio Portela. Quanto aos quatro Senadores, vamos torcer para que estejam na Mesa. Vou convidar inclusive o Flávio Arns, para que venha. Vamos convidar a Mara Gabrilli, naturalmente, o Celso Russomanno e o Romário, mediante um amplo entendimento. E os relatores poderão ajudar, inclusive, no debate. É isso, Flávio?

Se alguém da Mesa tiver alguma consideração a mais para fazer, nós abriremos três minutos e, daí, encerraremos com esse encaminhamento. Sairemos daqui com uma comissão que articulará uma proposta que vá na linha de qualquer imperfeição que porventura esteja no Estatuto ou mesmo adaptação de regulamentação, e, no dia 6 de julho, nós fecharemos a proposta final, *o.k.*?

Alguém da Mesa gostaria de fazer alguma consideração?

A SRª MÔNICA CAVENAGHI – Eu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por favor, Drª Mônica.

A SRª MÔNICA CAVENAGHI – Nós falamos bastante aqui da questão da Lei de Cotas, e eu só acharia oportuno colocar, Senador, que a Lei de Cotas, na minha visão, é um divisor de águas. De fato, inclusive para o mercado de tecnologia assistiva. Esse é um nicho de mercado que sofre as questões de economia de escala, e a lei de cotas, por mais, sim, que ela impute uma responsabilidade aos empresários, que exista, sim, uma dificuldade de encontrar mão de obra especializada, ela fez com que os desiguais fossem tratados desigualmente e, com isso, ela colocou no mercado de trabalho as pessoas com deficiência. E, colocando-as no mercado de trabalho, ela as colocou no mercado de consumo. Obviamente, os primeiros bens e serviços que a pessoa com deficiência vai adquirir são aqueles que dizem respeito à sua participação na sociedade. Então, o mercado de tecnologia assistiva se beneficiou muito. E, com isso, a gente consegue trazer novos produtos, novas tecnologias, enfim.

Gostaria também de falar que o Ministério Público de São Paulo – de alguma maneira, por estarmos em São Paulo, acabamos ficando mais próximo dele – faz, a meu ver, um trabalho maravilhoso de educação nas empresas e de viabilização da Lei de Cotas. É claro que temos que cuidar para que as empresas não sejam indevidamente penalizadas, mas, a meu ver, em São Paulo, pelo menos, que é o que posso dizer, não acredito que isso tenha ocorrido.

A última observação é em relação à fala do Sr. Felipe. A atividade de adaptação veicular é, sim, regulamentada, até porque há 50 anos as pessoas com deficiência dirigem. Nós temos o Denatran, que regulamenta quais são as adaptações que cada uma das pessoas deve conduzir. Além disso, nós temos a norma ABNT 14.970, que também regulamenta as adaptações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Se ninguém mais quiser usar a palavra, passo ao Flávio, que pediu para fazer o encerramento. Eu combinei que ele seria o último a falar.

Por favor, Flávio.

O SR. FLÁVIO HENRIQUE DE SOUZA – Dizem que os últimos serão os últimos. (*Risos.*)

Mas cumprimento toda a Mesa, o Senador, toda a sua equipe, todos os seus assessores, o Luciano, a Denise, a Loni – Loni, bom dia! –, que recebeu o Conade, sempre junto lá com o Senador Romário. Transmita um abraço ao Senador em nome do Conade. Muito obrigado pela receptividade de sempre. A Ana Cláudia, que não tinha visto, literalmente, na plenária, que trabalha com a gente lá, uma militante. A Ana Cláudia está sempre na ativa. E cada um de vocês. Agradecer todos os componentes da Mesa, a Mônica. Também sou de São Paulo, Mônica. Uma hora vamos hora marcar uma conversa lá. Pode ser?

A SRª MÔNICA CAVENAGHI – Com prazer.

O SR. FLÁVIO HENRIQUE DE SOUZA – O Conade tem que estar em todos os lugares. Afinal de contas, é o Conselho Nacional.

Bom, queria dizer que o Conade continua à disposição. É o nosso papel. O papel do Conade é trabalhar, fortalecer os conselhos estaduais e municipais, o tema. Nesta gestão 2015-2017, que eu assumi como Presidente, a intenção é aproximar do Congresso, da Comissão de Direitos Humanos, que é o nosso tema, da Câmara dos Deputados, das Deputadas, de todos, de todas as instituições que debatem, discutem direitos humanos e o tema, principalmente, das pessoas com deficiência. Não somos uma ilha. O segmento precisa, nós precisamos de todas as políticas: saúde, educação, transporte, trabalho, etc.

É um dos temas que está na transversalidade, que precisa discutir e precisa aproximar mais das instituições que debatem e defendem direitos. Esse é o nosso papel. Estamos trabalhando nessa direção.

Quero dizer à Senadora Ana Amélia, que acho que não está mais aqui, que também há um trabalho, que o Conade foi informado, que é o dia D, quando se reúnem todos os setores do Ministério do Trabalho para discutir a empregabilidade. Eu acho que é um tema, como disse o Senador, bem antes do estatuto, bem antes da convenção. E nós precisamos aprofundar mais.

Acho que existem algumas questões que tanto o empresariado brasileiro ou não – as empresas que não são brasileiras, mas estão no País – e os setores que são importantes nesse tema têm que sentar e continuar debatendo. É um debate permanente. Tem que envolver Sistema S, movimento sindical e outros setores, Ministério Público do Trabalho, empresários, Senadores, Deputados, que fazem as leis, enfim, todos os envolvidos para que construamos, cada vez mais, um Brasil melhor, uma sociedade mais justa, onde todos e todas tenham direitos e deveres, que, de fato, reforcemos e fortaleçamos os direitos humanos. São direitos humanos para todos e todas!

Senador, mais uma vez, obrigado. O Conade sempre estará parceiro e junto de vocês. Obrigado, pessoal. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Pessoal, quem trabalhou 20 anos com o Estatuto da Pessoa com Deficiência pode saber que não é fácil. De todos os estatutos, foi o mais complicado. Eu vou explicar por quê: primeiro, mexe muito com as nossas emoções e, naturalmente, de pais e filhos; segundo, para construir o consenso, é muito difícil, todos sabem disso.

Ao longo desses vinte anos, participei de muitas reuniões. Houve dias em que eu cheguei a pensar: pessoal, não há entendimento, então vamos mandar arquivar o estatuto. Aí o povo dizia: "Não, não, Paim, aí também não!" E ai fomos, fomos fomos...

Eu estou contando aqui de forma, digamos, bem descontraída para vocês verem que não é fácil. Por exemplo, me encaminharam minutas de alguns projetos para aperfeiçoar a lei. Vamos ver que a própria curatela, como aqui foi dito, é importante, mas tem que ter cuidado com outro artigo, que foi muito bem levantado aqui por vocês.

Chegou aqui um pedido para mim, e eu tenho que refletir com vocês, que diz mais ou menos o seguinte – e eu confesso que também tenho essa preocupação: a lei é muito boa, foi um trabalho exaustivo para chegar aonde chegamos, tem que ter muito cuidado, discutir as aplicações importantes, para vermos se vamos ajustando. Senão daqui a pouco começa a criar grupo de trabalho aqui, grupo de trabalho ali, foi essa a mensagem que me passaram, e não se chega a lugar nenhum. Para ver como é delicado. Por maior boa intenção que todos aqui na Mesa temos de fazer até um grupo, se fosse o caso, quem vai participar, quem não vai...

A sugestão que me chegou aqui – e veio por mensagem no celular – é que vamos trabalhando para que a lei seja aplicada e aquilo que nós entendermos que deva ser aperfeiçoado, um caso ou outro, trabalhamos nesse sentido, mas sem precisar criar um grupo de trabalho. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu entendo isso. Às vezes, só para formar o um grupo já é uma polêmica enorme: quem participa, quem não participa, eu tô fora...

É como disse uma vez o Flávio e eu também repito: quando estávamos na reta final da aprovação do estatuto, houve setores que vinham e diziam: "Não, eu não participei". Mas foram 20 anos de debate – 20 anos! – para chegarmos a esse momento.

Vamos ver se chegamos a um acordo aqui na Mesa. Que todas as contribuições, se vocês puderem, sejam remetidas ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Com essas contribuições, eu vou dialogando com um, com o outro, que é o Conade. Pode ser assim? Não estamos nos furtando aqui. Não há lei 100% perfeita. Dirijam as contribuições ao Presidente da Mesa, eu, com o Conade sendo um grande conselho. Pode ser assim?

A SRª ANA CLÁUDIA FIGUEIREDO – Eu acho que tem que ter a oportunidade de amadurecer tudo isso e contar com a ajuda do Poder Judiciário, com o Conselho Nacional do Ministério Público. A sociedade tem que se mobilizar também com o Executivo, o Judiciário e o Executivo na regulamentação da lei, e possamos realmente trazer uma concretude efetivamente de direitos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Algumas questões poderão ser só regulamentadas.

A SRª ANA CLÁUDIA FIGUEIREDO – Porque o risco, Senador, de que as conquistas sejam derrubadas é enorme. Então, eu acho que não podemos correr esse risco.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Flávio.

O SR. FLÁVIO HENRIQUE DE SOUZA (*Fora do microfone*.) – ... a síndrome de Down também compõe o Conade, como a APABB, correto?

A SRª ANA CLÁUDIA FIGUEIREDO – Isso.

O SR. FLÁVIO HENRIQUE DE SOUZA – Eu pediria que as entidades que compõem o Conade – se a Mesa concordar, o Senador e vocês também – mandassem para o Conade e a gente mandava um documento só, em nome do Conade. Pode ser assim?

A SRª ANA CLÁUDIA FIGUEIREDO – Claro! Claro!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso. Poder ser.

O SR. FLÁVIO HENRIQUE DE SOUZA – Porque aí, Ana Claúdia, você entra lá como síndrome de Down, o Francisco como APABB, vocês fazem parte do Conade, e aí fazemos uma grande avaliação, uma grande proposta – grande no sentido daquilo que é necessário – e mandamos aqui para a Presidência de Direitos Humanos como um conselho nacional. Pode ser assim?

A SRª ANA CLÁUDIA FIGUEIREDO – Pode. Inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só um pouquinho.

Para ajudar, Flávio, para irmos "matando" já.

A SRª ANA CLÁUDIA FIGUEIREDO – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concentra, sim, no Conade.

A SRª ANA CLÁUDIA FIGUEIREDO – Sim, no Conade.

O SR. FLÁVIO HENRIQUE DE SOUZA – No Conade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Flávio faz contato comigo diretamente, certo Flávio?

O SR. FLÁVIO HENRIQUE DE SOUZA – Ou eu ou outro conselheiro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso. Mas o Conade faz contato com a gente, para ver em que podemos ajudar. Mas vamos trabalhar na linha de que a lei está aí. Só em alguma exceção é que vamos trabalhar e mudar algum artigo da lei. É isso?

O SR. FLÁVIO HENRIQUE DE SOUZA – É isso!

A SRª ANA CLÁUDIA FIGUEIREDO – Perfeito, isso mesmo. Inclusive, nós contamos com a Ampid, a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e com Deficiência, que também tem cadeira no Conade.

O SR. FLÁVIO HENRIQUE DE SOUZA – Me permita, Ana Cláudia. A Ampid também está no Conade.

A SRª ANA CLÁUDIA FIGUEIREDO – Isso mesmo. Eu sei.

O SR. FLÁVIO HENRIQUE DE SOUZA – Então, não que um cidadão ou uma cidadã não possam enviar propostas aqui para a Presidência, não é isso. Mas se essas três entidades que compõem a discussão hoje, se concentrarmos lá, mandamos uma única proposta do Conade. Pode ser assim?

A SRª ANA CLÁUDIA FIGUEIREDO – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Dr. Felipe Gulin quer usar a palavra.

O SR. FELIPE BUSNARDO GULIN – A Confederação também vai disponibilizar seus encaminhamentos, então, para a Presidência...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Para o Conade.

O SR. FELIPE BUSNARDO GULIN – ... para o Conade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Centraliza no Conade.

O SR. FELIPE BUSNARDO GULIN – ... para que a gente faça um documento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode ser assim, pessoal? Centralizamos no Conade?

E me permitam, porque é obrigação minha, eu estou viajando todos os Estados para debater a não precarização do trabalho; contra a reforma da Previdência, da forma que estão colocando; não aceitando que o negociado esteja acima do legislado; e a terceirização. Faço isso quase todos os fins de semana, trabalho aqui de segunda à quinta-feira, depois viajo. E eu sempre faço um resuminho, de uma folha e meia, dizendo como é que foi. Agora, eu fecho informando.

No dia 25 e 26, quinta e sexta-feira passadas, realizamos em Aracaju, Sergipe, e em Maceió, Alagoas, na Assembleia Legislativa dos respectivos Estados, a 24ª e 25ª audiência pública para discutir os temas que aqui falei. São diligências promovidas por esta Comissão para debater o PL nº 30 e os temas que eu aqui discorri, que falam, como por exemplo, do trabalho escravo.

Em Alagoas, terra do grande Zumbi dos Palmares, eu fui informado, quando estava lá, de que fui indicado para ser relator do projeto que regulamenta o trabalho escravo. É uma batalha que eu venho travando há muito tempo, eu já digo, de cara, que o meu relatório não é para regulamentar o trabalho escravo; o meu relatório será para proibir o trabalho escravo. Essa vai ser a linha do meu relatório.

Informo, também, que outra alegria que tivemos, nesse roteiro, foi em Aracaju, com a presença dos três Senadores. E os três Senadores, Antonio Carlos Valadares, Ricardo Franco e Eduardo Amorim, que teve que sair, depois o suplente ficou na mesa, assumiram que votarão contra o PL que vem da Câmara, que trata da terceirização e acompanharão o meu relatório.

Porque eu vou regulamentar a situação dos 13,5 milhões de terceirizados, que hoje, para vocês terem uma ideia: a cada cinco mortes no trabalho, quatro são de empresas terceirizadas; a cada dez acidentes no trabalho, oito são de empresas terceirizadas. O salário no setor bancário chega a ser 60%, 70% menor, mas, em média, é 40% a 50% menor. Eles não têm direito ao mesmo refeitório, na ampla maioria, nem sequer ao mesmo banheiro, calcule o vale-transporte e o vale-alimentação.

Por isso, agora, eu informo que só faltam dois Estados, Tocantins e Goiás. Sem ser neste fim de semana, no outro, eu concluo assim o roteiro aos 27 Estados do País. Em cada Estado sai uma carta contra esse leque de ações que eu entendo que é um retrocesso para o povo brasileiro.

No dia 12 de maio, faremos um grande evento aqui, em Brasília, provavelmente no Ginásio de Esportes, ou no Ulysses Guimarães, para tirarmos a Carta à Nação, não aceitando o trabalho escravo; precarização; reforma da Previdência, nos moldes que estão dizendo, que é aquela história da mulher trabalhar mais dez anos para se aposentar. Hoje, pela última reforma que fizemos, no ano passado, é de 55 anos de idade, mulher, e 60 anos, homem. E o que estão propondo é 65 anos para ambos, inclusive, englobando o trabalhador rural. Calculem, vocês, as pessoas que estão se preparando para se aposentar, quando forem informadas de que terão que trabalhar mais dez anos.

E, agora, no dia 8 de março, todo mundo vai para a tribuna defender as mulheres.

E, agora, no dia 8 de março, todo mundo vai para a tribuna defender as mulheres. Eu digo que defender as mulheres é, por exemplo, aprovar um projetinho que está ali – do qual, casualmente, eu sou o Relator –, que diz que a mulher tem de ter o mesmo salário que o homem na mesma função. É aprovar o projeto que diz que a mulher tem de ter, sim, uma idade diferenciada, porque ela tem dupla jornada, tripla jornada.

Por isso, podem ter certeza de que a carta que vai sair aqui, no dia 12 de maio, será uma carta efetivamente a favor de todo o povo brasileiro. Discriminação não, trabalho escravo não! A mulher tem de ter, sim, os mesmos direitos que o homem e o direito a se aposentar, no mínimo, nos moldes do que é hoje.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a nossa audiência pública. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 11 horas e 36 minutos.)

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA (REUNIÃO DE TRABALHO) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE FEVEREIRO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e vinte e sete minutos do dia vinte e nove de fevereiro de dois mil e dezesseis, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Paulo Paim. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Debater a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Social. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais e convida os convidados para tomarem lugar à mesa e passe-lhes a palavra nesta ordem: Thaís Riedel, Presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB-DF e Presidente do Instituto Brasiliense de Direito Previdenciário – IBDPrev; Vilson Antônio Romero, Presidente do Conselho Executivo da ANFIP; Carlos Olegário M. Ramos, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos – Cobap; Maria Inez Rezende dos Santos Maranhão, Diretora da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – Anfip; Diego Monteiro Cherulli OAB/DF e do Instituto Brasiliense de Direito Previdenciário – IBDPrev; Moacir Meirelles, Assessor da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos – Cobap. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) Realizar audiência pública da CDH no dia 27 de abril de 2016, no auditório Petrônio Portela para debater sobre a previdência social; 2) colher assinaturas dos parlamentares para a frente parlamentar em Defesa da Previdência Social; 3) Realizar outra reunião de trabalho como esta, na próxima terça-feira, dia 8 de março, para continuar o debate sobre a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Social; 4) confeccionar documento para esclarecer o verdadeiro estado da previdência social, a fim de esclarecer os parlamentares e a população. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e dezessete minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se a debater propostas de defesa da Previdência e também a Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Social.

Essa proposta aqui foi trazida pelo Romero, da Anfip. E a Drª Thais Riedel, junto com o Diego, levantou a questão de reunirmos mais técnicos especialistas para subsidiar os Parlamentares na defesa da Previdência e na desmistificação da farsa do déficit da Previdência.

Está aqui a Cobap, com o Moacir e o Carlos, vice-presidente da Cobap.

Esta primeira reunião vai ser desdobrada em uma série de encaminhamentos que aqui poderão ser apresentados.

Eu não sei quem fala primeiro. Quer falar mais à frente?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então será a Drª Thais.

Foram vocês que me solicitaram esta audiência para aprofundarmos o debate com técnicos. Eu disse, na abertura, quando vínhamos para a mesa, que, na verdade, as duas propostas combinam. Nós precisamos ter uma frente de entidades e Parlamentares em defesa da Previdência e a sustentação técnica e jurídica da OAB, da Anfip e da própria Cobap – é claro que vamos chamar todas as centrais, todas as confederações.

Drª Thais, com a palavra.

A SRª THAIS RIEDEL – Boa tarde a todos.

Fico muito feliz de estarmos aqui dando continuidade a este trabalho essencial para o nosso País.

Na verdade, na última audiência pública, eu ousei sugerir a formação desse grupo que teria como objetivo produzir um material tanto para a mídia quanto para a sociedade em geral, demonstrando o que foi previsto pela Constituição e o porquê de o sistema ter essa configuração de hoje, e, paralelamente, trazer dados científicos dos juristas, dos economistas, do próprio IBGE, do Dieese, da Anfip, entre outras entidades que estudam

o tema da seguridade social de forma aprofundada. A partir daí, poderemos fazer um bom debate, um debate com informações transparentes, com análise real de como está o risco.

Eu costumo falar muito para meus alunos que a Seguridade Social existe para proteger a sociedade brasileira dos riscos sociais. Então, a Seguridade Social, no seu tripé saúde, assistência e previdência, visa exatamente proteger a população, garantindo seu bem-estar e trazendo justiça social.

É por meio da Seguridade Social que temos a maior redistribuição de renda do País. Todo um modelo foi formatado, com inúmeras contribuições sociais, para o qual toda a sociedade é chamada a contribuir para dar conta das diversas pastas da previdência, assistência e saúde.

Muitas vezes tem sido passado para a sociedade – a mídia tem repetido isso sem uma análise aprofundada – esse déficit, cumulado com argumentos de alteração do quadro da população brasileira, o que traz uma alteração do risco. Então, temos que analisar de forma mais aprofundada o problema, esse risco tem de ser calculado atuarialmente. A população brasileira está vivendo mais, mas ela está começando a trabalhar mais tarde também? Isso envolve várias políticas públicas, e não podemos ver a Previdência como uma coisa isolada. Ela está no meio de toda a Seguridade Social, que envolve políticas públicas nos diversos âmbitos.

A OAB está atenta a isso, quer participar e contribuir. Agora, dia 2, na OAB Federal, vai acontecer um ato contra a CPMF, que também tem utilizado a premissa do déficit da Previdência. Em ano de crise fiscal e financeira, uma reforma na Previdência muito provavelmente vem para reduzir direitos sociais.

Nós estamos aqui exatamente para elucidar as questões, o que realmente acontece. Será que o risco se alterou? Eu não sou contra mudar o sistema, desde que seja para melhor, para proteger mais em relação ao risco. Agora, se a premissa é equivocada e há um problema de gestão, primeiro arrumamos o problema de gestão, depois vamos ver contribuição, para, no último caso, mexer em direito social.

A posição em que nos encontramos hoje é fruto de toda uma evolução histórica. Muitas pessoas morreram, muitas guerras mundiais aconteceram para alcançarmos esse patamar evolutivo de proteção social, que, no entanto, ainda está longe de ser aquela idealizada pela Constituição.

Não podemos ter retrocesso em matéria de direito social. É nesse sentido que queremos contribuir para um debate democrático, porém, com dados reais que reflitam a realidade do País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Drª Thais.

Romero, presidente da Anfip. Em seguida, fala o Carlos, pela Cobap.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO – Senador Paulo Paim, meu nobre conterrâneo, há muito tempo estamos juntos nessa luta em defesa da previdência pública e solidária.

Drª Thaís Riedel, que muito nos honra por participar deste evento, principalmente a partir do momento em que o próprio Conselho Federal da OAB também está sendo dirigido por um eminente gaúcho que assumiu semana passada.

Nós também saudamos a presença dos companheiros da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, seus dirigentes, a nossa Presidente da Fundação Anfip de Estudos da Seguridade Social, Maria Inez Maranhão.

Acho fundamental a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa estar integrada no debate de um tema no qual qualquer mudança afeta de forma muito profunda a sociedade em geral. O simples prenúncio de que haveria uma reforma ou de que o Governo apostaria numa reforma da Previdência já deixou em polvorosa o conjunto dos trabalhadores, as centrais sindicais, os movimentos sociais em geral e, obviamente, os partidos políticos.

Como esta Casa trabalha sob pressão, mas, acima de tudo, é o espelho e a casa do povo, eu trouxe a sugestão ao Senador Paim de reativarmos algo que funcionou muito bem por ocasião do debate das propostas que resultaram na Emenda Constitucional nº 20, na Emenda Constitucional nº 41, depois na PEC paralela do Senador Paim, que foi a Frente Parlamentar e de Entidades em Defesa da Previdência Social Pública. Acho que este é o momento de retomarmos esse trabalho de convencimento e de formatação dessa Frente, permitindo que aqui dentro, com respeito a esse tema, tanto as centrais sindicais, como a sociedade em geral, os movimentos sociais, as minorias, todos os segmentos da sociedade estejam contemplados nesse grande debate.

Com a reserva da CDH – também já prenunciamos – no dia 27 de abril próximo – espero que todos reservem esta data – faremos um grande debate, uma grande audiência pública reunindo centrais sindicais, especialistas, sociedade em geral, Parlamentares fundamentalmente, Senadores e Deputados Federais, no auditório Petrônio Portela.

Sob o comando do nosso Senador, com o nosso auxílio, faremos um grande debate, formaremos esse caldo de cultura necessário para reativar um debate sério e transparente sobre algo que a Anfip, há cerca de 20 anos, vem externando sem inventar números, pois ela busca nos dados oficiais do Sistema de Administração Financeira da União os elementos para depurar o Orçamento da Seguridade Social e tem revelado, ao longo

tempo, que o Orçamento da Seguridade Social, que compreende as ações de saúde, de assistência social e de previdência, é superavitário. Tanto ele é superavitário, que o Governo, a cada ano, se apossa de um percentual expressivo para gerar superávit primário, através do instrumento famigerado que surgiu com o Fundo Social de Emergência, depois virou Fundo de Estabilização Fiscal e agora é a Desvinculação de Receitas da União, a chamada DRU.

O Governo tira 20% das receitas do Orçamento da Seguridade para gerar o superávit primário e diz que há déficit? Nesse conjunto, está faltando recurso por quê? Porque está desviando recursos para outros fins. Inclusive propõe, através de uma PEC ainda em tramitação na CCJ, elevar esse percentual de retenção dos recursos, em especial do Orçamento da Seguridade, para 30%. Ou seja, segundo estimativa que temos, cerca de R$20 bilhões serão, se aprovada a matéria, retirados do Orçamento da Seguridade para gerar superávit primário e, efetivamente, permitir que haja livre arbítrio do Poder Executivo no Orçamento da Seguridade a partir deste ano.

Por isso, nós nos estamos manifestando muito peremptoriamente contra essa PEC que tenta usurpar, retirar, tungar dinheiro da Seguridade, especialmente porque não há necessidade neste momento de reforma. Muito pelo contrário, deve haver transparência no sistema. Sabemos que existem desequilíbrios em alguns subsistemas, inclusive no subsistema rural, o que, de alguma forma, tem de ser compensado. Mas, principalmente, é preciso eliminar ou reduzir as renúncias previdenciárias.

Se olharmos a Lei Orçamentária, veremos que um dos anexos relata a renúncia previdenciária, ou seja, no caso de contribuições ao INSS diretamente de alguns setores em que as pessoas se aposentam nas mesmas regras das empresas em geral, há isenção de contribuições, redução de contribuições. Isso se chama renúncia previdenciária. No Orçamento da Seguridade Social, ou no Orçamento da União, deste ano está prevista a retirada de recursos do INSS, do Regime Geral da Previdência, da ordem de R$70 bilhões, isso em função de isenções para o micro e pequeno empresário, para o agronegócio, com a desoneração da folha, com a questão da filantropia. Então, é óbvio que este debate tem de ser transparente.

Neste momento nós nos ombreamos com a OAB, a Ordem dos Advogados do Brasil, nesse movimento contra a CPMF. O Governo está usando o argumento de suprir recursos à Seguridade ou à Previdência em si, para desmontar o rombo, a partir da instituição ou da recriação da CPMF. Nós estamos contra isso. Como regra, como auditores, somos contra esse aumento da carga tributária.

Por isso, Senador, estamos aqui com a CDH neste grande debate continuado. Estamos ao lado da sociedade, ao lado dos aposentados, ao lado dos trabalhadores em geral, na defesa da previdência social pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Romero, presidente da Anfip.

Vou abrir a palavra, em seguida, aos outros convidados nossos que estão aqui no plenário.

Achei engraçado que – e a Anfip e a OAB denunciaram – quando eles resolveram tirar 20% sobre a folha de pagamento, não ouvi absolutamente nenhuma crítica na grande mídia, o que seria normal, porque o empregador iria deixar de pagar 20% sobre a folha. Eu não ouvi uma crítica, uma crítica! Agora, tiraram aqueles R$20 bilhões... E foram mais de R$70 bilhões de prejuízo para a Previdência! E, em qualquer sinalzinho de crise, o que é que se faz? "Trabalhador, venha cá, venha pagar a continha agora!"

Sobre tudo isso que você está falando do agronegócio, ninguém critica nada, mas apontam: "Não, a Previdência está falida!"

Eu vi um Senador – não vou dizer seu nome por respeito a ele – em plenário, aos berros. Sabem o que ele disse? Como eu não cito o nome, não há nenhum problema em dizer: "Ah, mas há cara que diz ainda que não há déficit na Previdência. A Previdência está com um déficit de trilhões de reais." Ele usou o termo "trilhões". Quem ouve do lado de lá pensa que é verdade, porque ele fala com tanta ênfase em trilhões... Nem todo o Orçamento do País chega a isso!

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO – Nem o PIB brasileiro...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É isso. Quer dizer, com todo respeito, há uma certa irresponsabilidade na forma como falam do dito déficit da Previdência. Se ela tivesse déficit, como eles tentam dizer... E há aqueles articulistas que escrevem artigos inteiros: "Vai quebrar. Vai quebrar." E os irresponsáveis somos nós...

Só que eles, no momento em que dão essa anistia para Deus e o mundo – para não usar outro termo – dão anistia para todo lado, eles não dizem nada, nada. Agora, na hora de aumentar a idade mínima, de aumentar o tempo de contribuição, todos vêm e dizem: "Vamos ser responsáveis, vamos preparar para as gerações futuras". Então, acho que esta reunião tem este objetivo: acabar com essa farsa até para conceder – você vai falar daqui a pouco, Carlos – um reajuste decente para os aposentados.

Há essa farsa de que a Previdência não pode dar um centavo para o aposentado. Agora, naquela carta para o futuro, chega a vir um artigo dizendo: "Vamos desvincular, inclusive, o salário mínimo do aposentado". Pelo menos, hoje o salário mínimo do aposentado é inflação mais PIB – o PIB está pífio, mas um dia acho que

virá. Eles querem tirar isso, dizendo que inflação mais PIB é para quem está na ativa e, para quem está aposentado, é só a inflação. Nós queremos é valorizar, também, o benefício daquele aposentado que ganha mais que um salário mínimo.

Outra questão que nós vamos trabalhar – e vamos nos unir, claro – é no sentido de trazer para cá a Fetag, a Contag, o MST, as centrais, porque a proposta que está vindo aí joga todo mundo em 65 anos. Falamos tanto em defender as mulheres... Só que estão querendo que elas trabalhem dez anos a mais, de 55 passar para 65, e o homem, de 60 para 65.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO – E com o agravante, Senador, de que hoje o INSS paga 32 milhões de benefícios, entre previdenciários e assistenciais. Desses 32 milhões de benefícios pagos regularmente, pontualmente todo início de mês, somente 17% são por tempo de contribuição – são 5 milhões de benefícios. Ou seja, o Governo está preocupado... Porque aí é que está o impacto da eventual aposentadoria com menor tempo, porque o trabalhador conseguiu tempo corrido de contribuição – o antigo tempo de serviço – começou a trabalhar aos 16 ou 20 anos e, se mulher, aos 50 terá condições de se aposentar; o homem, aos 55. É óbvio que isso impacta nessa chamada média, mas nós estamos tentando desmontar todo um sistema por um conjunto de cerca de 17% de benefícios pagos. Então, é outra premissa.

Mas, acima de tudo: que idade mínima vamos estabelecer no Brasil, onde o homem gabiru do Nordeste morre aos 55, e o nosso longevo de Veranópolis, no Rio Grande do Sul, vai até os 90? Neste País continental, há uma idade mínima que equilibre e permita que aquele que efetivamente trabalhou... Por mais que o dado atuarial, que a demografia, que o próprio PNAD explique, nós não vamos ter como construir efetivamente um número justo para o brasileiro. Não é isso, Drª Thais?

A SRª THAIS RIEDEL – É preciso dimensionar o risco. Na verdade, o risco é diferente em diversas regiões. Temos que conseguir achar qual é o risco Brasil. Agora, o que se tem feito é pegar determinadas questões pontuais e generalizá-las, como foi feito no caso da pensão, que criou desigualdades entre segurados que contribuem da mesma forma. O risco... Não se escolhe a morte, ela acontece, e isso faz parte do seguro, da técnica do seguro.

Estamos num momento muito sério, de retrocesso mesmo nos direitos, e a sociedade tem que se informar e atuar para que as mudanças necessárias venham, mas para melhorar.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO – É isso o que eu ia dizer, doutora: em momento algum se propõe uma reforma para melhorar, para recuperar o poder aquisitivo dos aposentados. Todas vêm no sentido de restringir direitos, de restringir conquistas obtidas ao longo tempo, com muita luta. Efetivamente, vêm sempre com objetivo de cortar benefícios, reduzi-los, e de nos encaminharmos para que, aos poucos, o Regime Geral de Previdência seja o que se professava no governo neoliberal: a renda mínima, todo mundo no patamar de salário mínimo.

Há cerca de dez anos, eram cerca de 30% dos benefícios que se encontravam na faixa do salário mínimo. Hoje já estamos com cerca de 70% dos benefícios nessa faixa.

A SRª THAIS RIEDEL – Sendo que temos, ainda hoje, condições precárias de trabalho. Se o Governo quisesse economizar, ele tinha que fazer a prevenção nas empresas, evitar o acidente. Você pode prevenir o risco ou você pode indenizar quando ele acontece – no nosso caso, é em prestações, que é minimizar os efeitos do risco. O trabalhador tem sido muito mal indenizado, temos níveis muito baixos de benefícios. Ocorre que, se realmente querem economizar, vamos na essência: evitar o acidente de trabalho, conseguir melhorar as condições de trabalho, formalizar o trabalho para que as pessoas contribuam mais para o sistema. São várias políticas públicas que devem ser feitas, e a última coisa que se deve fazer é diminuir direitos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO – Senador, o que mais nos preocupa é que vimos há poucos dias, em uma reportagem de um telejornal de grande audiência, que a mensagem massificada é a do discurso do Governo, pura e simplesmente dos números oficiais apresentados pelo secretário especial da área, do Ministério do Trabalho e da Previdência Social e do próprio Ministro da Fazenda. Não há espaço para que se faça o contraditório, talvez pelo fato de o Governo ser o grande anunciante e efetivamente dominar a mídia. Quem tem o contraponto...

Há poucos dias, um telejornal dessa mesma emissora nos ligou: "Pois é, agora você me explicou didaticamente e eu consegui entender". Na realidade, nós temos que questionar isso, não podemos simplesmente bater e apresentar os PowerPoints nas reuniões da Frente dos Servidores ou do Conselhão. Obviamente, isso nos deixa muito preocupados, porque o que vai para a rua é a palavra oficial, sem a possibilidade de contrapormos, de apresentarmos algo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Uma outra contribuição, que é muito mais da sua área inclusive, é o que dizem os próprios auditores: se combatessem a inadimplência, a fraude e a sonegação, daria para arrecadar algo em torno de R$200 bilhões a mais.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO – Além da dívida ativa, não é, Senador? Ela é de cerca de R$1 trilhão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas vamos lá.

Vamos passar a palavra para o Carlos, que falará em nome da Cobap. Em seguida, a Maria Inez.

O SR. CARLOS O. M. RAMOS – Quero saudar o Senador Paulo Paim, o nosso Romero, gaúcho. Os gaúchos estão tomando conta de Brasília. Eu fui à posse lá na Ordem e agora estão aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa sala tem quatro já!

O SR. CARLOS O. M. RAMOS – Eu conheço o trabalho dele já há muito lá em Canoas, no Rio Grande do Sul, e tenho certeza de que aqui ele vai fazer uma grande administração na Anfip, que tem tanto nos ajudado e nos subsidiado com dados. Agora, com muito prazer, a Ordem está participando. Tenho participado de diversas reuniões aqui e, apesar de todo o levantamento terrível que nos mostram, temos um pouquinho de esperança ainda porque há gente...

A respeito da Previdência.

A DRU é 20%, e o Governo quer elevar para 30%. Se tirar dinheiro de onde não tem... Nós fizemos um congresso no Rio Grande do Sul no ano passado, em um instituto que é o único, junto com a Cobap, que os Ministros do Supremo Tribunal admitem que pode se manifestar nos processos. Eles fizeram um levantamento técnico e demonstraram que, se uma pessoa começar a contribuir com 18 anos, por exemplo, com salário mínimo, e contribuir por 35 anos, ela pode receber depois por 25 anos e, ao final dos 25 anos, ainda restam R$2 milhões no banco.

Há aquela queda na repartição... Antes era 18 para um receber; depois, 12 para um; e, daqui a alguns dias, a Previdência se torna inviável, porque vai ficar um para um. Mas, mesmo que ficasse um para um, um cálculo técnico demonstra que também não se inviabilizaria a Previdência. E não falamos no fundo que, ao longo de tempo, se criou. Para onde foi esse dinheiro?

A Cobap agora está defendendo – nós vamos trabalhar muito, Senador, e contamos com a ajuda de todos os senhores – que se faça uma auditoria na Previdência. Vamos ver se há déficit, vamos fazer auditoria para ver onde é que está o déficit, vamos ver se realmente o Governo tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Carlos da Cobap, lá de Canoas, no Rio Grande do Sul, parceiro quase de porta...

O SR. CARLOS O. M. RAMOS – Desculpe, porque a minha garganta hoje me judiou um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas está bem!

Agora, a Drª...

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO – Maria Inez Maranhão, presidente da Fundação Anfip.

Antes disso, lembro aos companheiros da Cobap que nós temos mencionado aqui o nosso conterrâneo que assumiu a OAB, o Carlos Lamachia. É bom citar o nome dele.

Também lembro que a Anfip é parceira da Cobap e do Sindnapi num grande evento que faremos em junho, em Araxá, no Congresso Mundial dos Aposentados, para a comunidade em geral. O Senador Paim já está convocado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Estou convocado!

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO – Vão estar ali especialistas e painelistas, provavelmente, de quatro ou cinco continentes. Obviamente, lá também será um grande momento para aprofundarmos esse conhecimento, esse caldo de cultura necessário ao conhecimento da Previdência, que interessa, naturalmente, aos 200 milhões de brasileiros.

Maria Inez.

A SRª MARIA INEZ REZENDE DOS SANTOS MARANHÃO – Obrigada pelo direito à palavra.

Vocês todos já colocaram muito bem aqui que é muito importante neste momento discutir.

Na hora em que o Governo propõe reforma na Previdência, aumento dos 20% da DRU para 30% e inclusão da CPMF, a criação de um novo tributo, as coisas não estão batendo bem. Pelos cálculos que fizemos, preliminares, lá na Fundação Anfip, a DRU, que ele aumenta de 20% para 30% – ele dá um aumento de 50% – era mais ou menos o valor da CPMF. Aí, na hora em que juntam as duas, em vez de haver aquele superávit, que já está bem provado, inclusive pelos livros que se publicam na Anfip, superávit da Seguridade Social, porque a Seguridade, a professora colocou muito bem, é um tripé e uma receita única... Não se pode falar apenas na arrecadação direta para o INSS para pagar a Previdência, é a arrecadação de toda a sociedade, não só do trabalhador e do empregador.

Portanto, os recursos da Seguridade estão sobrando, e todos os anos não vêm sendo acumulados... Precisamos até descobrir onde foram parar, porque, se houve superávit, foi usado no quê? Foi inconstitucionalmente usado em outro lugar, porque só poderia ser na Seguridade Social. Deveria estar sobrando para que, quando os contribuintes envelhecessem, fosse criado um fundo. É a hora em que vêm com a DRU aumentada, uma CPMF!

Tudo isso não combina, nada disso combina! Acabaram de fazer uma reforma tirando direitos do pensionista. Nem todos se casam por interesse, só uma pequena minoria de idosos se casam com uma pessoa nova. Isso vai prejudicar o casamento por amor, um filho que acabou de nascer, reduzindo-se pensão. A mãe que estava ali, cuidando do filho, não vai ter direito de continuar fazendo isso, dentro de poucos meses ela tem que ir para o mercado de trabalho – e cadê a creche para cuidar daquele filho? Então, está tudo muito incoerente.

Uma coisa muito interessante que poderíamos discutir, e que é viável, rápido, para aumento de arrecadação é a inclusão previdenciária: ainda há mais de 30% dos trabalhadores... E já está provado, pelos dados do IBGE, que a maioria que está fora são os maiores contribuintes da iniciativa privada, como os profissionais liberais. Se ele não tem uma fonte fixa... O médico, num plano de saúde: ele já está sendo retido; o emprego de um professor advogado: já está sendo retido. Mas, se o advogado recebe só do seu cliente, ele paga zero para a Previdência Social. O brasileiro ainda não se preocupa com o futuro.

E por que é tão viável agora? Com as declarações de Imposto de Renda, com todas as informações conjuntas, com as notas fiscais eletrônicas que já foram criadas, e com a obrigação na Constituição, que é receita bruta do contribuinte individual, até o teto logicamente, seria facílimo. Um sistema de computador incluiria todos os contribuintes individuais que estão fora e aumentaria a contribuição da nata, dos profissionais liberais que ganham acima do salário mínimo. Essa seria uma grande arrecadação. E não se trata só de interesse arrecadatório, é que ele está descoberto, às vezes tem um filho pequeno, esposa. Se acontece um acidente, a morte... O risco acontece, e ele está descoberto.

Portanto, todas essas coisas têm que ser discutidas. Cadê, de onde nós vamos tirar a arrecadação? Em vez de tirar direitos... Se você tirar direitos, você vai transformar o que era a previdência do contribuinte em assistência! De todo jeito vai gastar o Orçamento da Seguridade Social. Só que, aí, lógico, dizem que é só um valorzinho mínimo – já estão até querendo sair do salário mínimo.

O aumento do segurado, do beneficiário que ganha acima do mínimo, há quantos anos... Há mais de 15 anos que o reajuste é falso, irreal em relação à inflação. A principal coisa que ele compra qual é? Remédio. Se fosse restituída só a inflação do remédio já seria ótimo, mas não, é um reajuste muito baixo e, dentro de 10 ou 15 anos, ele estará recebendo o mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se pegassem o que dão para os planos de saúde também dava, não é? O reajuste do plano de saúde chegou a 150%!

A SRª MARIA INEZ REZENDE DOS SANTOS MARANHÃO – Pois é. Se fosse igual ao dos planos já seria ótimo. Quer dizer, ele tem que pagar uma coisa ou outra e, dentro de 10 ou 15 anos, se ele se aposentou no teto, que hoje é de R$5 mil e pouco, ele está no salário mínimo, porque o reajuste é falso. Nada disso vai ser discutido concomitantemente?

Creio que o único fórum, Senador Paulo Paim... O senhor está de parabéns, Senador. O único fórum para se discutir isso é quando o Senado tem a cabeça aberta para ver que é necessária essa discussão. Não podemos só aceitar, aceitar e retirar direitos, porque a arrecadação indireta... Quem paga mais é o trabalhador, de todos os tributos, a arrecadação indireta de ICMS, de produto comprado... E ele não vai ter direitos?

Então, ou se faz uma discussão ou dentro em breve teremos uma revolução social neste País. Ninguém vai aceitar mais isso, vão querer abandonar o País. Houve a leva das imigrações, agora vai haver a leva do "rouba o que está aí", porque ninguém mais suporta este Governo.

Então isso tudo tem que ser muito pensado. Espero que no dia 27 nós consigamos discutir isso e dar divulgação. Sugiro até que se faça um DVD para ser distribuído, ao longo de vários meses depois, com todas as palestras, porque vão ser apresentados números muitos bons que não podem ficar entre as quatro paredes do nosso auditório. Temos que pensar em gravar tudo, fazer um DVD e promover sua distribuição maciça para toda a sociedade.

O senhor está de parabéns, Senador. Muito obrigada por ter chamado a Fundação Anfip e todas as entidades que cuidam do conhecimento, pelo menos da Previdência Social e do trabalhador, para participar com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, doutora. Parabéns.

Dr. Diego.

O SR. CARLOS O. M. RAMOS – Se o senhor me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não.

O SR. CARLOS O. M. RAMOS – Eu vou citar um jornal que o senhor conhece muito bem, que é o *Diário de Canoas*.

Tão logo foi divulgado o índice dos aposentados, daqueles que ganhavam acima do salário mínimo, de 11,28 se não me engano... Saiu lá o índice, e disseram que isso gerou um déficit para a Previdência de 21 bilhões. Eu estou rebatendo isso.

Ontem eu estava assistindo à televisão. Estava meio acamado, fiquei assistindo à televisão e descobri qual é a base que paga: são 90 milhões que contribuem. Aumentou o salário deles também, não é? Aumentou tudo junto. Então, 13 milhões receberam um pouco a mais, mas 90 milhões pagaram. Mesmo que o valor nominal seja um pouquinho menor, a base é muito maior. Então eu digo que aumenta a receita da Previdência, a Previdência tem lucro, não tem déficit.

Creio que a Anfip pode nos ajudar muito nisso. Vamos trabalhar em cima disso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com certeza.

O SR. CARLOS O. M. RAMOS – ...porque a base que paga, por menor que seja o valor, é dezenas de vezes superior àqueles 13 milhões que receberam um pouquinho a mais.

Então, a mídia se encarrega de informar mal. Não sei de onde ela tira esses dados, creio que atende os interesses do Governo. Temos que reagir a isso e achar formas de desmascarar essas grandes mentiras que existem por aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu tenho uma preocupação muito grande: quem tem interesse em dizer que a Previdência está falida? Quem tem interesse em criar uma instabilidade para o trabalhador que sonha com uma aposentadoria decente? Para mim são principalmente os bancos. Os grandes grupos econômicos estão por trás da venda dessa ideia de que a Previdência está falida, indiretamente dirigindo você a ir a um Bradesco da vida ou a outro banco qualquer para fazer uma previdência privada. Só pode ser isso, o que é inadmissível.

Eu subi à tribuna esses dias e disse que mente quem diz que a Previdência está falida. E quero fazer o debate aqui no plenário, faço o debate no plenário, seja com quem for que me prove que a Previdência está falida. Se provar, eu vou mudar o discurso. Como sei que não vão provar, eu continuo com o meu discurso, sempre.

Dr. Diego.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Senador Paulo Paim, como sempre, o senhor é líder e precursor de movimentos que vão gerar uma grande movimentação no cenário político e econômico nacional.

O que vai sair desse estudo vai ser estrondoso, e as pessoas não têm ideia de suas dimensões. É ilógico imaginar que um governo, quando vende uma espécie de serviço, que é a Previdência Social – ou seja, "trabalhe, pague e tenha uma aposentadoria digna" – desmereça o produto, diga que o seu produto não tem caixa, que o seu produto é instável e falido. Isso gera mesmo a migração.

Como a doutora mesmo falou, os advogados, os dentistas e os médicos pagam o mínimo possível, até em relação à questão do lucro, para não pagar a Previdência no total das empresas... E isso acontece por quê? Porque estão desmotivados e, muitas vezes, os bancos, como o senhor mesmo citou, querem incentivar a pessoa a se inserir no mercado privado de previdência. Ou seja, a mensagem é a seguinte: "Não acredite na previdência pública, venha para a previdência privada" – isso é muito ruim.

A nossa Previdência, mundialmente falando – e temos estudos sobre isso – é uma das melhores do mundo, e é superavitária. O Governo está discutindo – e não nós – como arrecadar mais, mas tinha de estar preocupado em saber onde está o superávit acumulado dos anos anteriores. Falar que há um trilhão de déficit... Há um trilhão de déficit na prestação de contas do Governo. Onde foram parar 60 bilhões, 50 bilhões, 40 bilhões do superávit anual da Previdência?

E é importante também, Senador, nesse estudo, deixarmos bem claro que o Orçamento da Seguridade Social é único. O Governo tem a mania de desprendê-lo e dizer: "Não, o Orçamento da Previdência...". A Previdência não tem orçamento próprio. Quem tem orçamento é a Seguridade Social, que tem um orçamento gigantesco e um superávit tão grande quanto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas assim mesmo, se você pegar a Previdência urbana, verá que ela é superavitária, isso o próprio Governo admite.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Exatamente. Só que aí é fácil pegar o mínimo da arrecadação e dizer, com todo o gasto, que ela é deficitária. E realmente é, mas isso é maquiagem de conta. Isso, além de tudo, é feio, a sociedade não gosta de mentira. Mentir deveria ser proibido!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E quem mente no Parlamento perde o mandato.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Deveria, porque é uma mentira grande e que influencia grandes economistas, grandes jornalistas, que divulgam mentiras nos meios de comunicação de massa maiores da imprensa.

Nós vemos a Globo... Vamos citar, porque eles falam mesmo e, se eles podem falar, nós também podemos citar o nome deles: a Globo, o SBT e a Record estão dizendo para a grande massa que há déficit.

Ora, se eu sou da área privada e não acredito na previdência geral, na previdência pública, para que eu vou pagar? Para que eu vou me vincular? E é óbvio que vai acontecer o quê? Menos pagamento, menos recolhimento, menos filiação, e o fim vai ser quebrar mesmo. E a quem interessa quebrar a Previdência, como o senhor disse?

Então, temos de desmistificar isso, mostrar para o brasileiro que a Previdência é superavitária. Temos que mostrar também que essas reformas precisam de outra justificativa, se for o caso de serem feitas. É preciso que parem de retirar direitos sociais em prol de uma mentira. Isso está ficando feio, vamos desmistificar isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quem faliu mesmo foi a previdência privada do Chile, da Argentina, dos próprios Estados Unidos.

A SRª MARIA INEZ REZENDE DOS SANTOS MARANHÃO – A dos Correios está correndo esse risco...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sim, o Postalis.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – As previdências complementares do País estão correndo risco, todas estão correndo risco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É investimento de risco.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO – Quando ainda debatíamos a mudança na Previdência que resultou na Emenda Constitucional nº 20 – e o senhor era Deputado à época – nós falávamos que os fundos de pensão tinham um patrimônio de 50 bilhões. Hoje, ele já está em 700 bilhões.

Nós dizíamos que aquela mudança era para propiciar o incentivo à previdência das entidades fechadas de previdência privada. Tanto é assim, que se multiplicou, apesar de todos os problemas atuariais – a cada dia há um fundo denunciado com desequilíbrio atuarial. Hoje, o jornal *Valor Econômico* está dizendo que a Previ tem um rombo; Postalis quebrou há pouco.

Então, temos toda uma preocupação – que também vai ser do servidor público – com a Funpresp. Nós temos fundos que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Fundo da Caixa está falido.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO – Exatamente.

Então, se os grandes mantenedores não estão dando cobertura, imagine a situação que resta para o povo em geral.

Mas, acima de tudo, se vê que toda e qualquer pressão no sentido de mudar a Previdência no regime geral, que é pública, é no sentido de carrear recursos para a previdência privada, principalmente para os fundos de pensão – lamentavelmente, está sendo cada vez mais aparelhada, e é isso o que nós temos de questionar.

A SRª MARIA INEZ REZENDE DOS SANTOS MARANHÃO – Um minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não.

A SRª MARIA INEZ REZENDE DOS SANTOS MARANHÃO – Quando criaram o art. 201 da Constituição, com a previdência privada, eles já criaram com interesse de desmontar o regime geral. Eles colocaram naquele artigo – há mais de dez anos – que a aposentadoria, o benefício lá, era desvinculado do regime geral. Então eles já criaram para o "aposente só aqui, nunca mais se vincule com o regime geral". Isso está escrito em outras linhas lá na Constituição. Eu acho, inclusive, que isso tinha que ser revisto. Existe mesmo – pode haver – uma previdência privada para quem pode contribuir com milhões. Que maravilha, ele pode e quer se garantir com um seguro, mas isso nunca poderia ser desvinculado do regime geral. Ele tinha que se aposentar nos dois, estar vinculado aos dois, porque o regime geral, no fundo, é um tributo. Se ele morrer antes ele não leva? Vai para o fundo e para aquele que não consegue contribuir muito e se acidenta no primeiro dia de trabalho. Então, isto tinha que ser revisto também numa PEC: o *caput* do artigo referente à previdência privada, na Constituição Federal, que já nasceu adoecida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Senador, só um aparte. Eu me esqueci de falar que essa situação do déficit, que foi mitificada pelo Governo, também é perigosa do ponto de vista judicial.

Hoje, nos tribunais – a Drª Thais Riedel está aqui para ratificar – nós ganhamos teses importantes, como, por exemplo, a desaposentação, em vários tribunais. No STJ nós também ganhamos, mas, no STF, o argumento do Governo é sempre o déficit, e muitos direitos foram perdidos ou minimizados em prol do argumento do déficit. A Cobap mesmo defende muitos lá. O Dr. Guilherme Portanova, que é advogado e assessor da Cobap,

defende incisivamente várias ações judiciais em que o maior argumento e o maior vilão do advogado é o tal do déficit. E os ministros do Supremo acreditam que ele existe!

A desaposentação, que inclusive é um projeto do senhor, o PLS 172, de 2014, que eu tive o prazer de lhe apresentar, está correndo um risco enorme por conta de um mito. Temos que fazer isso urgentemente, porque ela está para ser votada e, se votada lá pela inconstitucionalidade, acaba tudo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Se ninguém tiver mais contribuições a dar, vamos para os encaminhamentos.

Proposta para mim consolidada, afirmada e já aprovada aqui na Comissão: no dia 27, às 9 horas, no Auditório Petrônio Portella, faremos um grande evento com a presença de todas as centrais, confederações, de todas as associações. A Cobap já afirmou, por meio do Warley – não é, Carlos e Moacir? – que vai estar presente, assim como entidades dos servidores públicos, para nos contrapormos a essa reforma.

Eu falava aqui na Mesa que estaremos marcando outra reunião semelhante a esta para a próxima terça-feira da semana que vem, às 15 horas. Qual é o objetivo? Irmos acumulando forças para fazer esse grande evento. Para essa Frente Parlamentar, nós vamos já coletar as assinaturas a partir desta semana, assinaturas de Deputados, Senadores e também de entidades. Tudo isso vai nos fortalecendo. E vamos fazer um convitezinho especial para Senadores e Deputados: "Se você acredita, ou não, na farsa do déficit da Previdência, vá assistir ao seminário". Fica bom assim?

A SRª THAIS RIEDEL – Se acredita ou não!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se acredita ou não na farsa do déficit, participe do seminário, onde as entidades vão mostrar a situação.

Vamos ouvir o Moacir e, em seguida, a senhora.

O SR. MOACIR MEIRELLES DE OLIVEIRA – Senador, se for possível, peço para incluir aquela proposta do Presidente Warley para se fazer esse debate em nível nacional...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ah, sim.

O SR. MOACIR MEIRELLES DE OLIVEIRA – ... em defesa da Previdência e contra a sua reforma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso!

O Presidente Warley propôs tirarmos lá nesse seminário uma decisão, porque foi assim na questão da precarização, quando acabamos indo a todos os Estados. Foi o fórum... A Anfip estava em todas, a OAB também, a Cobap também. Nós fomos a todos os 27 Estados.

A intenção agora é fazer cinco ou seis encontros regionais para levar o debate para as regiões também. Seria assim: na Região Sul, de preferência no Rio Grande do Sul – e não é porque eu sou de lá – mas pode ser em Santa Catarina, que pega os três Estados do Sul. Em São Paulo, pegam-se os Estados mais próximos. A ideia seria dividir pelas cinco regiões, fazer cinco eventos nas cinco regiões. O Warley propôs que nós aprovássemos isso no dia 27, nesse evento.

O SR. MOACIR MEIRELLES DE OLIVEIRA – Senador, gostaria de colocar também que participei da reunião do Conselho da Previdência, e protocolamos lá também um documento que o Warley tinha levado ao fórum, um documento que mostra que, só empresas e times de futebol, devem R$200 bilhões e, incluindo as renúncias fiscais, como o Presidente Romero falou, chega a R$357,5 bilhões. Isso é o que há para ser cobrado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Para isso, tem que ter braço.

O SR. MOACIR MEIRELLES DE OLIVEIRA – É só cobrar isso aí que termina todo esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Além disso, a Drª Thais pode falar da importância desta reunião, nesse período, dos especialistas na Previdência para ir fomentando e subsidiando o nosso debate nas instâncias que participarmos, para nos prepararmos, porque a reforma vai acontecer – isso eu informo com segurança.

Nós estivemos com nove Senadores do PT em uma reunião com o Ministro da Fazenda, que é o Ministro Nelson. Nessa reunião, ele disse que vem em abril, independentemente do fórum – no fórum, ele sabe, não vai haver acordo com as centrais e confederações – que a reforma virá com acordo ou sem acordo. A possibilidade de vir sem acordo é de quase 100%, eu diria, porque as centrais não vão topar – já estamos sabendo – essa proposta que está sendo ventilada.

Então, em abril, vem para cá. Por isso, nós temos que estar preparados para o debate nas comissões e no plenário. E aí é importante, cada vez mais, até nós pensarmos em algo resumido, com os principais dados e números, algo que podemos aprovar naquele seminário do dia 27, no Petrônio, e, a partir dali, distribuir para todos os Senadores e Deputados.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO – Drª Thais, antes disso: a Anfip e a Fundação Anfip já estão com essa incumbência, a partir dos sete pontos elencados pelos representantes do Governo na reunião do Fórum Na-

cional do Trabalho, Emprego e Previdência, em que nós vamos debater não um estudo técnico aprofundado, mas algo de fácil assimilação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Algo de fácil manejo em termos de população...

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO – Exatamente. Então, de mensagem rápida, desmistificando ou efetivamente contribuindo para o debate dos pontos elencados pelo Governo no fórum.

A SRª THAIS RIEDEL – É nesse sentido que eu gostaria de sugerir a formação desse documento. E podemos fazê-lo a várias mãos, cada um com uma ótica. Teríamos que estruturar isso. A OAB poderia trazer a questão jurídica, a Anfip trazendo, de uma forma resumida, bem objetiva, o ponto. Poderíamos chamar o IBGE, o Dieese, para virmos com números também. Já que eles vêm com números, vamos vir com números também, obviamente dando todo um contorno jurídico – nisso podemos auxiliar também. Que formemos um documento – às vezes, as palavras passam – para termos alguma coisa bem didática. Sei que advogado gosta de falar difícil, mas vamos ter que falar fácil, de forma objetiva, para subsidiar até a votação do que vier e para o pessoal da mídia ter também algum material para estudar.

De repente, nessas reuniões de terça, vamos trazendo subsídios para ir formando o documento. Vamos vendo: "Falta essa parte aqui; falta essa outra análise". Com isso, produzimos um documento consistente e, no dia 27, fazemos um lançamento oficial. Acho importante irmos já colocando no papel para ver quais são os vários aspectos que podem ser debatidos e, de uma forma sintética, produzir algum material.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Alguma colocação mais?

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO – Agradecemos, Senador, a possibilidade de reiniciar esse grande debate, pela sua importância, pela preocupação da sociedade, da cidadania, sobre esse tema. Acho que a Anfip está de mãos dadas com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob sua liderança. Com certeza, tentamos de alguma forma contribuir para a transparência. Nós não estamos aqui para definitivamente sermos contra, mas efetivamente contribuirmos para o grande debate, para o debate transparente e com uma grande bandeira, a bandeira da Previdência Social pública e solidária, e de um orçamento de seguridade social sólido, que contemple todos os programas de transferência de renda do Governo, que atendem desde o Bolsa Família, o Seguro Desemprego, a própria Previdência, a saúde. Só com a solidez desse orçamento teremos, cada vez mais, condições de termos cidadãos efetivamente no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Alguma consideração, Drª Thais?

A SRª THAIS RIEDEL – Também gostaria de agradecer, em nome da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Distrito Federal, e do Instituto Brasiliense de Direito Previdenciário (IBDPrev), por esta oportunidade de mais uma vez estar aqui na Casa tratando de tema tão importante. Estaremos atentos e à disposição para contribuir com esse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Então, nos encontramos na próxima terça-feira – não amanhã, mas na terça-feira da semana que vem – às 15h. E todos nós vamos colaborar também para convidar outras entidades, o que será fundamental para prepararmos o grande dia, o dia 27 de abril, e, quem sabe, chegarmos lá com um calendário dos cinco encontros, com todo esse material produzido para distribuir, e contato com os Senadores e Deputados.

Está encerrada a audiência pública de hoje.

Até amanhã, pois amanhã teremos mais aqui. Um abraço a todos.

(Iniciada às 15 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 17 minutos.)

ATA DA 10ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE MARÇO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e trinta e oito minutos do dia dois de março de dois mil e dezesseis, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e Senadoras Paulo Paim, Regina Sousa, Angela Portela, Donizeti Nogueira, Ana Amélia, Telmário Mota, Gleisi Hoffmann, Dário Berger, Hélio José, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Ricardo Franco, Flexa Ribeiro e Vicentinho Alves. O Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação das Atas da sétima a nona Reuniões, que são dadas por aprovadas. Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2013. Terminativo. Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta (Substituído por *ad hoc*). Relatoria *ad hoc*: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2011. Terminativo. Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2011. Terminativo. Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2013. Terminativo. Altera a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, para aumentar a segurança de produtos de puericultura e para vedar a produção, a importação, a distribuição e a doação de andador infantil. Autoria: Senador Paulo Davim. Relatoria: Senadora Angela Portela Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2015. Terminativo. Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 6. Sugestão nº 4, de 2013. Não Terminativo. Fixa diretrizes adicionais para a educação no Brasil. Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro e outros. Relatoria: Senadora Regina Sousa. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta, para que passe a tramitar como proposição de autoria da CDH. Item 7. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 11, de 2016. Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) convide estudiosos de notável saber a fim de debater proposição legislativa que trate dos direitos da criança cigana. Autoria: Senador Telmário Mota. Resultado: Adiado. Item 8. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 19, de 2016. Requer, nos termos regimentais, a realização de diligência desta Comissão na cidade de Curitiba para acompanhar e participar de Audiência Pública a ser realizada no dia 8 de abril, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná com a finalidade de debater a situação dos refugiados estrangeiros que estão residindo no Estado do Paraná. Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Resultado: Aprovado. **Extrapauta**. Item 9. Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2015. Terminativo. Altera a Lei nº 8.686, de 20 de julho de 1993, para estabelecer novo valor à pensão especial devida aos deficientes físicos portadores da Síndrome de Talidomida, instituída pela Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982. Autoria: Senadora Sandra Braga. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do projeto e das Emendas nº 1 e 2-CCJ. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e a votação do Projeto. Item 10. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 20, de 2016. Com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, assim, requer a realização de audiência pública, nesta Comissão, para "celebrar o Dia Internacional do Autismo e verificar o andamento de políticas públicas voltadas para essas pessoas e famílias". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 11. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 21, de 2016. Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Sena-

do Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater sobre o "Direito Humano à Saúde". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 12. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 22, de 2016. Requer, nos termos do Art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa- CDH, para debater a valorização da carreira dos policiais e bombeiros militares, abrangendo as condições de saúde, trabalho (Código de Ética) e equipamentos (viaturas). Autoria: Senador Hélio José. Resultado: Aprovado. Item 13. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 23, de 2016. Requer, nos termos do Art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa- CDH, para debater as condições atuais do sistema prisional. Autoria: Senador Hélio José. Resultado: Aprovado, com a inclusão do convidado Sérgio Sampaio, Secretário de Estado da Casa Civil do Distrito Federal. Item 14. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 24, de 2016. Requer, nos termos do Art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa- CDH, para debater o direito à moradia. Autoria: Senador Hélio José. Resultado: Aprovado. Item 15. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 25, de 2016. Com fundamento no disposto no art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de uma Diligência em Caxias do Sul/RS, para participar do debate na Câmara de Vereadores sobre os refugiados no Rio Grande do Sul e no País. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Às onze horas e quarenta e um minutos o Senhor Presidente passa a Presidência para o Senador Sérgio Petecão. Às onze horas e quarenta e seis minutos o Senhor Presidente eventual devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Às doze horas e três minutos o Senhor Presidente passa a Presidência para o Senador Hélio José. Às doze horas e quatro minutos o Senhor Presidente eventual devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Hélio José, Sérgio Petecão e as Senadoras Gleisi Hoffmann e Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e treze minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 7ª e da 9ª reuniões da CDH.

Aqueles que as aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Vamos à pauta de hoje.

Eu queria convidar o Senador Sérgio Petecão a assumir a Presidência para que eu possa fazer a leitura do meu parecer.

Sou o Relator, Senador Sérgio Petecão, desse projeto. Eu passaria a Presidência a V. Exª, faria a solicitação de extrapauta e depois eu faria a leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – O.k., Senador Paulo Paim.

Agradeço a convocação e, de imediato, solicito aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que concordam com a inclusão do item extrapauta, o PLS nº 504, de 2015, que permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 504, de 2015
- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.686, de 20 de julho de 1993, para estabelecer novo valor à pensão especial devida aos deficientes físicos portadores da Síndrome de Talidomida, instituída pela Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982.

Autoria: Senadora Sandra Braga

Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 1 e 2-CCJ.
Observações:
Tramitação: CCJ e terminativo nesta CDH.
- Em 17/02/2016, a matéria foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para que faça a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente Sérgio Petecão, este projeto é uma bela iniciativa da Senadora Sandra Braga.

Passo a fazer a leitura do relatório.

Vem ao exame desta comissão o Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2015, que altera a Lei nº 8.686, de 20 de julho de 1993, para estabelecer novo valor à pensão especial devida aos portadores da Síndrome de Talidomida, causada por medicamento comercializado no País entre 1958 e 1965 sem a devida atenção das autoridades sanitárias, donde derivou a responsabilidade indenizatória do Estado. Para tanto, a proposição altera o valor de referência que deve ser multiplicado pelo número indicativo do grau de comprometimento causado pela síndrome, elevando-o dos atuais R$359,63 para R$800,00.

A nobre autora sustenta, em sua justificação, que as condições das pessoas portadoras da síndrome agravam-se continuamente com o passar do tempo – novas deficiências, novas dores, novas próteses, novas sequelas –, decorridos já mais de 52 anos da interdição da comercialização do medicamento. Também se elevam os custos da lida com a doença, que não mais se deixam vencer pelo valor atual da pensão.

A proposição foi distribuída à Comissão de Constituição e Justiça e a esta Comissão, que sobre ela deverá pronunciar-se de modo terminativo. A CCJ pronunciou-se favoravelmente nos termos de duas emendas, elevando o valor de referência dos R$800,00 para R$1.000,00 e determinando que a Lei produza efeitos apenas no exercício financeiro subsequente ao de sua publicação.

Não foram apresentadas emendas perante esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Análise. Nos termos do inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, à CDH compete opinar sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência, o que torna regimental o seu exame do PLS nº 504, de 2015.

Tampouco se deixam observar vícios de constitucionalidade ou de juridicidade, conforme demonstra o parecer da CCJ sobre a proposição ora em análise.

Quanto à substância da matéria, não podemos deixar de apoiar e mesmo de parabenizar a iniciativa da Senadora Sandra Braga, que contém responsabilidade e senso de justiça para com as vidas marcadas das pessoas portadoras da Síndrome de Talidomida.

Andou muito bem a Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1992, quando reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro ao não coibir a difusão de produto tão destrutivo. O que ora fazemos não é senão cumprir, da melhor forma que pudermos, com nossa dolorosa obrigação reparatória.

As duas emendas aprovadas pela CCJ, a nosso ver, aprimoram o projeto, tanto por aumentar o apoio às vítimas, quanto pela precaução com a indenização das devidas fontes orçamentárias.

É o voto, Sr. Presidente.

Em razão do exposto, sou pela aprovação do projeto da nobre Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – O.k., Presidente Paim, esta Presidência comunica às Srªs e aos Srs. Senadores que como o projeto é terminativo nesta Comissão e não havendo quórum regimental para que possamos fazer a votação, já está lido e vamos aguardar o referido quórum.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Presidente, eu só complemento que, em razão do exposto, voto pela aprovação do PLS nº 504, de 2015, nos termos do parecer e das emendas, que eu não havia citado, aprovadas na CCJ.

Sai de pauta, conforme orientação de V. Exª.

Sr. Presidente, ainda, se me permitir, nesse momento, poderia voltar a Presidência para mim, ou eu poderia, primeiro, já que eu tenho alguns...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente, como nós temos uma colega que acabou de chegar aqui, se o senhor me permitir – é lógico, só saio daqui com a sua permissão –, eu passaria a Presidência para V. Exª e a nossa querida Gleisi Hoffmann assumiria aqui para que seja feita a leitura.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Sérgio Petecão, como os meus dois requerimentos são rápidos, eu leio os meus dois, V. Exª já coloca em votação, eu faço a síntese. Não vai levar dois minutos, aí eu volto a Presidência para mim, e eu fico à disposição de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – O.k., eu aguardo.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Está bem, eu gostaria também porque há um requerimento do qual eu gostaria de fazer a leitura.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sim, aí eu presido.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Primeiro, eu queria que V. Exª, se pudesse, este extrapauta. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Consulto às nobres Senadoras e Senadores se concordam com a inclusão do requerimento extrapauta.

Coloco em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 10

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 20, de 2016

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, assim, requer a realização de audiência pública, nesta Comissão, para "celebrar o Dia Internacional do Autismo e verificar o andamento de políticas públicas voltadas para essas pessoas e famílias".

Autoria: Senador Paulo Paim

Peço que o Senador faça a leitura do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos ao mérito de forma muito resumida. Esse requerimento, Sr. Presidente, visa homenagear aqui, com um debate à altura, o Dia Internacional do Autismo e verificar como andam as políticas públicas votadas para essas pessoas. É uma lei aprovada nos últimos anos. Eu tive a alegria de participar diretamente desse debate e eles querem uma sessão com esse objetivo.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Em votação o requerimento que acaba de ser lido.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quanto ao segundo requerimento, eu gostaria que V. Exª pudesse me autorizar a fazer a defesa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Requerimento nº 21, de 2016.

ITEM 11

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 21, de 2016

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater sobre o "Direito Humano à Saúde".

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador para encaminhar o referido requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse requerimento, Sr. Presidente, vai muito na linha da minha preocupação com os planos de saúde, que estão aumentando com valores abusivos. Temos casos de até 150%. Eu já falei com todo esse setor. Eles estão dispostos a vir aqui participar de um debate em data que seria ajustada com esta Comissão.

É esse o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Em votação o requerimento que acaba de ser lido.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agradeço muito ao Senador Sérgio Petecão, que assumiu a Presidência dos trabalhos para que eu pudesse relatar as matérias de minha responsabilidade.

Então, com o agradecimento que eu faço, agora eu já passo para o item 8.

ITEM 8

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 19, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, a realização de diligência desta Comissão na cidade de Curitiba para acompanhar e participar de Audiência Pública a ser realizada no dia 8 de abril, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná com a finalidade de debater a situação dos refugiados estrangeiros que estão residindo no Estado do Paraná.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann

De pronto, antes de passar a palavra para a autora, quero dizer que conte com o meu total apoio, porque, quanto a essa situação, para mim, teríamos que fazer na maioria dos Estados. O Rio Grande do Sul também tem um pleito nesse sentido. Mas, de pronto, como a gente fala no Rio Grande do Sul, eu passo a palavra a V. Exª como autoria do requerimento.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim. Agradeço também suas palavras de apoio ao requerimento.

De fato, a gente vive uma situação diferenciada em razão dessa migração de pessoas, principalmente por questões humanitárias.

No caso, são dois grupos de pessoas por questões humanitárias, tanto os haitianos como os sírios. E Curitiba tem sido uma porta de entrada muito grande.

Claro que a prefeitura, os órgãos públicos tentam dar respostas, mas eles também ficam com muitas dúvidas, com muitas dificuldades e dependem de questões relacionadas a ações federais.

Então, avalio que seria positivo se nós fizéssemos uma audiência pública lá, com a participação da Comissão de Direitos Humanos do Senado da República, junto com órgãos federais, nós estamos convidando o Ministério da Justiça, a Polícia Federal, o Ministério do Desenvolvimento Social, para prestar informações e ajudar a organizar, inclusive o Município, o Estado, serviços para esses refugiados, para que possamos tratá-los bem e para que tenhamos condições de encaminhá-los, tanto na questão de legalização de documentação, de trabalho, de emprego, de renda e por uma boa convivência com os munícipes, enfim, com o povo curitibano e o povo paranaense.

Agradeço a V. Exª por ter concordado com o requerimento e peço a esta Comissão aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Antes mesmo de pôr em votação, quero, mais uma vez, cumprimentá-la.

A gente vê a situação na Europa e é como se não fosse nada com a gente. É com a gente o que acontece lá e o que acontece aqui.

Então, a sua iniciativa é brilhante, importante e humanitária.

Claro que lá nós poderemos, se me permitir, num certo momento, na abertura, dar até um foco internacional e depois voltar, de imediato, claro, para a questão local.

Essa é uma proposta, como disse um dia para mim o Senador Jorge Viana numa sessão de homenagem às pessoas com deficiência: "Paim, meus cumprimentos, essas propostas que estou vendo aqui são propostas que humanizam a política." E a sua proposta é exatamente assim, humaniza a política olhando para o outro e, às vezes, se pondo no lugar deles.

Além de nós irmos lá, se V. Exª concordar que seja iniciativa do seu gabinete, faremos um outro momento aqui para discutirmos a situação dos refugiados.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Com certeza, concordo plenamente.

Acho que temos que fazer essa discussão. É um drama humano sem precedentes, talvez um dos maiores depois da Segunda grande Guerra Mundial, e nós não podemos ficar apenas assistindo pela televisão.

Claro que para nós brasileiros é mais difícil fazer uma intervenção de solidariedade lá. Acho que tem que se fazer uma intervenção política, para que a gente possa ter respostas dos países que recebem esses refugiados e também da Organização das Nações Unidas.

E aqui a gente tentar organizar. Ficaria muito feliz se pudesse contar com a presença de V. Exª nessa audiência. O Paraná gosta muito de V. Exª e todas as vezes que V. Exª vai ao nosso Estado a gente tem sempre bons resultados nos encaminhamentos.

Fico à disposição inclusive para também ajudá-lo. Ou, se quiser tratar das questões relativas ao Rio Grande do Sul nessa mesma audiência, poderemos fazer, já que vamos reunir os órgãos federais lá para discutir essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Eu queria cumprimentar nossa Senadora Gleisi Hoffmann pela felicidade do requerimento e também V. Exª pelo encaminhamento aqui colocado.

Realmente esse problema é grave e está espalhado em todo lugar.

Em Brasília também nós convivemos com muitas dificuldades para alguns dos refugiados que aqui chegam, que ficam desempregados, sendo maltratados.

A gente precisa realmente ter uma acolhida diferenciada. Creio que essa audiência pública, que V. Exª inclusive coloca para a gente trazer também depois uma para cá, vai ser de grande relevância para esta Comissão e para podermos encaminhar situações mais tranquilas.

Quero felicitar o povo do Paraná por ter uma Senadora tão atuante, com tanta sensibilidade.

Parabéns, Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Hélio José, pelas palavras e também pelo apoio à iniciativa.

Pode ficar certo de que concordo plenamente em fazer uma reunião aqui para debatermos esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Cumprimento a Senadora Gleisi Hoffmann.

Vamos colocar o requerimento em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Se V. Exª permitir, depois da audiência de lá a gente talvez tire até como uma recomendação que a Comissão de Direitos Humanos faça uma de caráter nacional como resultado dessa audiência que seria mais até regional, eu não descarto a possibilidade de que uma delegação do Rio Grande do Sul esteja lá, quem sabe de Santa Catarina também, porque pegaria os três Estados do Sul, como convidado, naturalmente, sem prejuízo de que seu gabinete, se puder, saia desse encontro com uma recomendação para a Comissão de Direitos Humanos fazer uma audiência nacional sobre a situação dos refugiados, claro, em uma visão internacional.

Aprovado.

Parabéns pela iniciativa.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Nobre Senador Presidente, eu queria ver se é possível incluirmos extrapauta os Requerimentos nºs 22, 23 e acho que o 24, estou sem o número aqui, de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – São 22, 23 e 24.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Isso, e se for possível a gente poderia analisá-los.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos encaminhar de imediato.

Consulto as Srªs Senadoras e Senadores se concordam com a inclusão dos três requerimentos extrapauta do Senador Hélio José, o 24, o 23 e 22.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos ao mérito de cada um dos requerimentos.

ITEM 12

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 22, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do Art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa- CDH, para debater a valorização da carreira dos policiais e bombeiros militares, abrangendo as condições de saúde, trabalho (Código de Ética) e equipamentos (viaturas).

Autoria: Senador Hélio José

Senador Hélio José, por favor, V. Exª pode, de imediato, fazer a defesa do Requerimento nº 22/2016.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Requer, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater a valorização da carreira dos policiais e bombeiros militares, abrangendo as condições de saúde, trabalho (Código de Ética) e equipamentos (viaturas).

Para tanto requeiro que sejam convidados o Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, o Sr. Marcos Nunes de Oliveira; o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiro do Distrito Federal, o Sr. Hamilton Santos Esteves Junior; o Chefe do Estado-Maior da Policia Militar do Distrito Federal, Sr. Leonardo José Rodrigues de Sant'Anna; o Presidente do Fórum Nacional Permanente de Praças dos Corpos de Bombeiros Militares e das Policias Militares do Brasil, o Sr. Geraldo Batista Alves de Sousa e o Vice-Presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares do DF, o Sr. Sargento Sansão.

Excelência, em Brasília nós temos tido uma série de problemas com viaturas que têm capotado rotineiramente, ceifando vidas de alguns militares e deixando as famílias com muitas dificuldades. Além disso, a Polícia tem tido dificuldades com o acompanhamento e manutenção dos equipamentos no dia a dia. Então, foram esses dois assuntos que motivaram com mais profundidade a realização dessa referida audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em votação o requerimento.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos de fato ao voto.

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos ao outro requerimento. Passo ao Senador Hélio José para que faça a defesa do Requerimento nº 23/2016.

ITEM 13
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 23, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do Art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa- CDH, para debater as condições atuais do sistema prisional.

Autoria: Senador Hélio José

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Requeiro, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater as condições atuais do sistema prisional.

Para tanto requeiro que sejam convidados o Subsecretário do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, Sr. João Carlos Couto Lossio Filho; o Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional, Sr. Renato Campos de Vitto; o Presidente do Sindicato dos Agentes de Atividades Penitenciária do Distrito Federal (Sindpen), Sr. Leandro Allan, e o Presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal, Sr. Rodrigo Fernandes Franco. Adiciono o convite ao Secretário de Governo do Distrito Federal.

Excelência, nós tivemos recentemente a fuga de uma série de detentos de alta periculosidade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se não me engano dez em um único dia.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Exatamente, da Papuda, e isso gerou uma crise no Governo do Distrito Federal, inclusive com demissão de Secretário de Justiça e outras situações, e a população de Brasília está totalmente insegura, está com medo de sair de casa. Então essa audiência pública visa a debatermos saídas para resolver esse grave problema que está acontecendo com a sociedade brasiliense.

Assim, gostaria de acrescentar o Secretário de Governo do Distrito Federal ao item 5 desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. requerente, primeiro cumprimentá-lo por essa iniciativa e dizer que nesta segunda-feira seria importante V. Exª estar presente porque nós teremos uma audiência pública aqui para discutir o sistema prisional nacional e a privatização dos presídios.

Então, seria importante a sua presença.

Vamos iniciar esse debate e, depois, vamos desdobrar em outra, que vai tratar mais precisamente da Capital Federal, mas essa é uma realidade em todo o País também.

Então, meus cumprimentos pela iniciativa.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Muito obrigado, Excelência. Com certeza estarei aqui na segunda-feira. Às 9 ou às 10?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Às 9 horas.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Às 9 horas da manhã. Não tenha dúvida de que estarei aqui presente. Está bem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos à votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Ainda o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – O último.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Requerimento nº 24, de 2016.

ITEM 14

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 24, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do Art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa- CDH, para debater o direito à moradia.

Autoria: Senador Hélio José

Com a palavra, o Senador Hélio José, para justificar o seu requerimento.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater o direito à moradia.

Para tanto, requeiro que sejam convidados: um representante do Ministério das Cidades; um representante da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação; o ex-Deputado Federal Geraldo Magela, que foi o Secretário de Habitação anterior; um representante do movimento habitacional da Central das Entidades Habitacionais do Distrito Federal e Entorno (CEHABI); um representante da Organização das Associações e Entidades Habitacionais do Distrito Federal (OASSEH/DF); e um representante da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal.

O objetivo dessa audiência, Excelência, Sr. Presidente, é porque 75% de tudo em Brasília é irregular. Em Brasília, vivemos uma situação em que há a legitimidade, mas, muitas vezes, não há a legalidade. Isso está gerando uma grande insegurança para a população do Distrito Federal, visto que está havendo uma série de derrubadas indiscriminadas.

O Governador do Distrito Federal havia feito o compromisso, antes das eleições, de que iria respeitar todas as edificações que estivessem prontas até outubro daquele ano das eleições, o que não vem ocorrendo. Então, isso tem causado uma situação de insegurança grande. Além disso, nós temos um déficit habitacional da ordem de 150 mil habitações no DF, e há uma reivindicação muito grande.

Portanto, esse requerimento objetiva colocar no tema desta Comissão este direito sagrado e constitucional: a habitação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador.

Vamos colocar em discussão.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Na nossa pauta, só temos um projeto não terminativo que poderíamos votar, cuja Relatora é a Senadora Regina Sousa.

Faço uma pergunta à sua assessoria. A Senadora está sempre presente na Comissão. Então, não fica aqui nenhuma crítica. Pelo contrário. Só faço elogios a ela pela presença permanente nesta Comissão. Preferem que indiquemos alguém *ad hoc* ou, na próxima reunião, ela dará o parecer? (*Pausa.*)

Como a Senadora faz questão, ela vai relatar, se chegar em tempo, esse belo projeto que trata do Programa Jovem Senador, uma iniciativa que vem da sociedade.

Se me permitem dizer os senhores, eu recebi agora um convite, como vou para a região de Caxias do Sul, para estar na Câmara de Vereadores, com a presença do Presidente daquela Casa e dos demais Vereadores, e participar de uma sessão, de um debate – Senador Hélio José, V. Exª vai ter que votar –, em nome da Comissão

de Direitos Humanos, exatamente sobre a situação dos refugiados, da imigração, que, como eles falam aqui, é um problema local, nacional e internacional.

Então, eu poderia, de forma oral, fazer o encaminhamento de um requerimento de diligência para que eu esteja, no fim de semana, em Caxias do Sul, porque vou participar lá das atividades da Festa da Uva, que é uma festa internacional; vou discutir também nos sindicatos a questão do desemprego; e também iria à Câmara de Vereadores, oficialmente, em nome da Comissão, para discutir o tema imigração, refugiados, numa visão, conforme eles dizem aqui, local, nacional e internacional.

Se os senhores concordam com esta minha decisão...

Eu pediria a V. Exª que assumisse a Presidência.

Eu fiz a defesa, votaríamos esse requerimento, e eu estaria, então, nessa missão oficial. A missão oficial é mais política, não tem custo nenhum para Casa esse deslocamento.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PMB - DF) – Nobre Senador Paulo Paim, acho muito oportuna a presença de V. Exª. Inclusive, acabamos de aprovar aqui um requerimento da Senadora Gleisi Hoffmann, que vai tratar desse tema no Paraná.

Sendo Caxias do Sul uma importante cidade do Rio Grande do Sul e sendo o nosso Presidente do Rio Grande do Sul, é de uma oportunidade muito grande a presença de V. Exª nesse recinto.

ITEM 15

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 25, de 2016

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de uma Diligência em Caxias do Sul/RS, para participar do debate na Câmara de Vereadores sobre os refugiados no Rio Grande do Sul e no País.

Autoria: Senador Paulo Paim

Então, coloco em discussão a matéria, o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, queria apenas, neste momento de discussão...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PMB - DF) – Pois não, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Inclusive, além do Vereador Rodrigo Beltrão e de todos os parlamentares daquela Casa, a Vereadora Denise, o Presidente da Casa, a Irmã Maria do Carmo – que é uma irmã que tem dedicado grande parte da sua vida, atendendo aos refugiados – estarão lá presentes.

Então, seria com essas pessoas. Provavelmente, o Prefeito da cidade, também, que, naturalmente, quando vou, sempre visito. E, naturalmente, depois caminharemos para uma audiência aqui, numa visão nacional, conforme já advogamos, no momento em que discutimos a iniciativa da Senadora Gleisi.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PMB - DF) – Muito bem colocado, nobre Senador Paulo Paim.

Então, coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação a matéria. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de V. Exª, que segue como uma decisão desta Comissão.

Obrigado, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado, Senador Hélio José.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PMB - DF) – Retorno a Presidência ao nobre Senador Paulo Paim.

Tive a honra de presidir este instante. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado, Senador Hélio José. Muito obrigado, Senador Sérgio Petecão.

Como dizem por aí – não é, Senadora? –, não me deixe mentir, porque eu disse que a senhora estava sempre presente, que nunca faltou.

Só tínhamos um terminativo, que dependia da sua chegada.

Sua assessoria disse: "Olha, ela está vindo, mas, se não vier, fica para a próxima semana."

A senhora já está aqui. Então, passamos de imediato ao item 6.

ITEM 6
SUGESTÃO Nº 4, de 2013
- Não terminativo -

Fixa diretrizes adicionais para a educação no Brasil.

Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro
Relatoria: Senadora Regina Sousa
Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.
Observações:
Tramitação: CDH.

A Relatoria é da Senadora Regina Sousa, a quem passo a palavra, para apresentar e fazer a leitura de seu relatório.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu não poderia frustrar os Jovens Senadores. Então, vim correndo, porque é muito importante essa participação e muito interessante a contribuição deles e delas.

Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre a Sugestão nº 4, de 2013, de autoria do Programa Senado Jovem Brasileiro, que "fixa diretrizes adicionais para a educação no Brasil".

Relatório.

Deve ser apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a Sugestão nº 4, de 2013, fruto das discussões desenvolvidas no seio do Programa Senado Jovem Brasileiro de 2012, que busca estabelecer, em lei avulsa, diretrizes adicionais para a educação no Brasil.

Para tanto, a sugestão trata de temas diversificados, como a fixação dos docentes nas escolas, a introdução de componentes curriculares, a participação dos discentes nas decisões sobre o ensino e a realização de provas práticas na admissão de professores.

Na justificação, os Jovens Senadores lembram as deficiências da qualidade do ensino no País e defendem as medidas apresentadas como uma forma de "eliminar as lacunas existentes nas normas hoje em vigor".

A sugestão foi inicialmente proposta como Projeto de Lei do Senado Jovem nº 4, de 2012, pelo Jovem Senador Fernando Alef e pelas Jovens Senadoras Iara Gonçalves, Karieli Silveira, Layane Marinho e Naiany Rodrigues. Em seguida, foi discutida e aprovada pelos demais participantes da Comissão de Valorização dos Profissionais da Educação, formada no âmbito da edição de 2012 do Programa Senado Jovem. Posteriormente, foi aprovada pelo conjunto de Jovens Senadoras e Senadores, reunidos em Plenário.

Análise.

De acordo com o inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre sugestões legislativas.

Por sua vez, o parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010, estabelece que o tratamento dado a tais sugestões seja extensivo à proposição aprovada e publicada no âmbito do Projeto Jovem Senador. Assim, a Sugestão nº 4, de 2013, encontra amparo regimental para a sua apreciação pela CDH.

Cabe lembrar que as sugestões são analisadas por esta Comissão de forma preliminar; caso aprovadas, transformam-se em proposições de sua autoria, e passam a ter tramitação regular, submetendo-se à apreciação das comissões pertinentes.

No que concerne ao mérito educacional, cumpre considerar que a maior parte das disposições sugeridas já consta da legislação. São os casos daquelas sobre currículos e estágios. Igualmente a participação dos discentes na administração escolar já é assegurada pelo princípio constitucional da gestão democrática do ensino público. Já a "criação de mecanismos de fiscalização sobre a efetivação das normas existentes sobre educação" reafirma, sem necessidade, papel da competência de diversos órgãos públicos, muitas vezes em colaboração com a comunidade escolar.

A exigência de provas práticas na admissão de professores e a ideia de "fixar" os professores nas escolas constituem temas que merecem ser mais debatidos. Por isso, foram mantidos na proposição adiante apresentada.

Devido à dinâmica adotada nos trabalhos do Programa Senado Jovem, que privilegia o debate das matérias em vez da técnica legislativa formal, a sugestão sob exame não leva em conta as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. Dessa forma, as disposições sugeridas remanescentes, que recomendamos aprovar para que sejam debatidas no mérito, foram direcionadas à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

As disposições remanescentes atuam em duas áreas: no processo de admissão de profissionais e na dedicação destes à mesma escola. Na primeira, estabelece que provas práticas constarão dos processos seletivos para a carreira docente.

Já na segunda área, determina que os sistemas de ensino criarão incentivos para que os professores cumpram sua jornada de trabalho no mesmo estabelecimento escolar, ao longo de sua carreira. Entendemos que, com essa medida, fica favorecida a criação de vínculos mais fortes entre o profissional e o projeto pedagógico do estabelecimento de ensino.

A qualidade do ensino constitui hoje o principal desafio das autoridades públicas no campo educacional. A democratização do acesso avançou significativamente nos últimos anos. Contudo, estudos acadêmicos, matérias jornalísticas e os resultados de exames de rendimento, nacionais e internacionais, revelam a existência de muitas deficiências na formação escolar de nossos jovens.

Diversas pesquisas indicam, ainda, que um dos principais fatores incidentes sobre a qualidade do ensino consiste na atuação dos professores. Dessa forma, é preciso zelar pela formação desses profissionais, assim como tornar a carreira atraente para os jovens talentos que chegam à educação superior.

Os participantes do Programa Jovem Senado merecem elogios, de forma especial aqueles que revelaram, na sugestão em apreço, sincera preocupação com os problemas da educação básica em nosso País.

Voto.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação da Sugestão nº 4, de 2013, para que passe a tramitar como proposição desta CDH, nos termos do seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2015

Altera a Lei nº 9.434, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever provas práticas nos processos seletivos de professores da educação básica pública e promover a criação de incentivos à permanência dos professores na mesma escola ao longo da carreira.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar conforme a seguinte redação:

Art. 67.....

I – ingresso exclusivamente por concurso público de provas escrita, prática e de títulos;

.....

§ 4º Os sistemas de ensino criarão incentivos para que os professores cumpram sua jornada de trabalho em um mesmo estabelecimento de ensino ao longo de sua carreira. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir essa belíssima proposta de autoria dos Jovens Senadores, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Votado por unanimidade.

Assim, encerramos a reunião de hoje e voltamos para a CCJ, onde sou relator de sete projetos.

(Iniciada às 11 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 13 minutos.)

ATA DA 11ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE MARÇO DE 2016, QUINTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte quatro minutos do dia três de março de dois mil e dezesseis, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senador José Medeiros**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores José Medeiros e Eduardo Amorim. Senador Cristovam Buarque justifica a sua ausência. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 114 de 2015-CDH, de autoria do Senador José Medeiros, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2013, que "Institui a Semana Nacional do Bebê e do Aleitamento Materno". O Senhor Presidente eventual informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente eventual faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: João Aprigio Guerra de Almeida, Coordenador da Rede Ibero Americana de Bancos de Leite e da Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano; Miriam Oliveira dos Santos, Representante da Coordenação de Aleitamento Materno da Secretaria de Saúde do DF; Fernanda Monteiro, da Coordenação-Geral de Saúde da Criança e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde. O Senhor Presidente eventual concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Raquel Prata, Nutricionista, Chefe do núcleo de Banco de Leite do Hospital Materno Infantil de Brasília; Ana Celia dos Santos Brito, Chefe do Núcleo de Banco de Leite Humano do Hospital Regional de Sobradinho. O Senhor Presidente eventual concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Faz uso da palavra o Senador José Medeiros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e trinta minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador José Medeiros

Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 114, de autoria do Senador José Medeiros, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2013, que institui a Semana Nacional do Bebê e do Aleitamento Materno.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no link www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800 612211.

Senhoras e senhores, a área de saúde ainda precisa melhorar muito, no Brasil, tanto no que diz respeito aos serviços públicos quanto naquilo que se refere às informações que devem ser do domínio dos cidadãos. Temos que reconhecer os avanços já conseguidos, principalmente em relação ao acompanhamento pré-natal e de proteção às crianças, destacadamente no aspecto da vacinação para prevenção de doenças que antes vitimavam um grande número delas. Mas não podemos nos deixar dominar pela acomodação. É preciso fazer sempre mais para melhorar. E é por isso que estamos aqui mais exatamente para discutir o Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2013, de autoria do atual Governador de Brasília e ex-Senador Rodrigo Rollemberg.

A finalidade deste projeto está claramente descrita em seu primeiro artigo, que assim estabelece: é instituída a Semana Nacional do Bebê e do Aleitamento Materno, a ser celebrada anualmente durante a semana que inclui o dia 25 de agosto.

Sabemos que não basta que os direitos sejam assegurados na Constituição e na lei, principalmente no Estatuto da Criança e do Adolescente. É importante que o cidadão tenha conhecimento dos seus direitos e dos direitos daqueles que lhe são próximos, para exigir do Estado os serviços que lhe são inerentes.

Como se pode ler na justificação do projeto de lei, os direitos das crianças à sobrevivência, ao desenvolvimento, à proteção integral e à participação são assegurados por organismos internacionais desde 1919. Em 1989, reforçando esse entendimento, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Convenção sobre os Direitos da Criança, reafirmando a necessidade de proteção total às pessoas de até 18 anos.

Mas a nossa preocupação neste momento diz respeito às crianças nos seus primeiros passos, no desabrochar da existência, por assim dizer.

As carências verificadas na primeira infância indubitavelmente terão reflexos facilmente observáveis quando do desenvolvimento da pessoa. O abandono e a falta de afeto certamente terão seus efeitos no desenvolvimento da personalidade e no lado psicológico. E a falta de nutrientes adequados, principalmente provocando anemia, trará como consequência inevitável a menor capacidade de aprendizagem e, mais tarde, a menor capacidade para o trabalho e a redução da expectativa de vida.

Todos esses efeitos deletérios podem ser sensivelmente reduzidos com o aleitamento materno. Dizem que o aleitamento é considerado a alimentação mais apropriada para os primeiros meses de vida. E para quem está a nós assistindo, essas informações não são "achômetros"; existem estudos, já comprovados sobejamente, que mostram que do zero aos seis anos existe uma janela de oportunidade muito grande em que se pode ajudar na construção desses pilares que vão sustentar o futuro adulto.

Recentemente, tive oportunidade de participar, na Universidade de Harvard, em uma missão do Senado, de um curso sobre a primeira infância, um curso feito em parceria com o Insper, com a USP, através da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, brasileira. É interessante que ali conduziram um estudo em parceria com universidades inglesas e chegaram à seguinte conclusão: se o Estado investir na boa condução desse novo ser no período de zero aos seis anos, terá condições de economizar – e aqui estamos falando já de políticas públicas de segurança – lá na segurança pública.

Eles fizeram um estudo de duplo cego, ou seja, pegaram dois grupos em comunidades de alta vulnerabilidade. Em um dos grupos, eles acompanharam essas crianças do zero aos 18 anos. O outro grupo foi apenas observado. É interessante que em um dos grupos eles condensaram todas as políticas públicas já existentes, no sentido de que a criança não sofresse nenhum estresse crônico, tivesse aleitamento materno, enfim, todas as condições ideais para que pudesse se desenvolver. Não entrou aí a questão financeira.

Eles não influíram na questão econômica do lar, mas observaram. Houve casos, inclusive, em que toda semana havia um agente do Estado observando se a criança não sofria abuso. Em alguns casos, até tiraram essa criança do lar.

O certo é que, depois de 18 anos, o resultado foi impressionante. O gráfico parecia uma boca de jacaré: as crianças que foram acompanhadas, que tiveram aleitamento materno, que tiveram afeto, que tiveram as políticas públicas para o seu desenvolvimento, tiveram melhor índice de aprendizagem, menos índice de criminalidade, menos drogadição, menos alcoolismo. O outro grupo teve alto índice de assassinatos, muitos deles presos, foi um desastre total.

E eles chegaram à conclusão de que o Estado, se não for por uma questão humanitária, deveria agir por uma questão patrimonial, por uma questão econômica, porque apesar de o Estado ter gastado com o primeiro grupo, com o outro grupo eles gastaram sete vezes mais. Então, para cada dólar gasto nesse grupo em que eles fizeram acompanhamento, eles na verdade gastaram, depois dos seis anos em diante, com o outro grupo sete vezes mais.

A partir daí, começaram os estudiosos a fazer esse curso em Harvard, porque eles chegaram à seguinte conclusão: como contar isso para o mundo? E como inferir? Como fazer uma mudança nesse sentido? E começaram a chamar os formuladores de políticas públicas do mundo inteiro – governadores, parlamentares – para condensar as políticas, porque concluíram que, em boa parte dos países, boa parte das políticas públicas já existem, mas de forma que elas não conversam entre si e não são condensadas. Então, acaba às vezes o Estado gastando e o resultado não ser tão interessante.

O bom dessa história toda – e eu estou contando isso aqui – é que, a partir de que os brasileiros começaram a participar, começou a nascer a ideia de fazer um marco legal da primeira infância. Esse marco legal começou até por iniciativa do Deputado Osmar Terra; foi aprovado na Câmara dos Deputados; e esse projeto veio aqui para o Senado e foi o primeiro projeto aprovado pelo Senado Federal agora em 2016.

E essa discussão que nós estamos fazendo aqui tem tudo a ver com essa preocupação que o Senado Federal já tem tido e que, com certeza, vai ser muito profícua e muito boa para as crianças brasileiras. Sendo assim, uma Semana Nacional do Bebê e do Aleitamento Materno possibilitaria anualmente um amplo debate sobre a saúde dos bebês, paralelamente à ocorrência de campanhas informativas esclarecedoras, envolvendo a participação dos mais diversos segmentos da sociedade.

Convém ainda lembrar a importância da data proposta, 25 de agosto, que coincide com a data natalícia da grande personalidade brasileira Zilda Arns, médica pediatra e sanitarista, que dedicou sua vida, entre outras ações meritórias, ao combate da mortalidade infantil. Seu trabalho contribuiu enormemente para a redução de mortes por desidratação e para a erradicação da poliomielite em nosso País. Creio que será uma homenagem singela a essa grande mulher, que acabou por falecer vítima do terremoto que assolou o Haiti em 2010.

Lá se encontrava a Drª Zilda Arns no afã de disseminar as práticas de proteção à infância. Portanto será uma homenagem justa e merecida.

Desejo finalmente agradecer aos convidados que aceitaram participar dessa audiência, enriquecendo o debate sobre as ações de proteção à saúde dos bebês e apresentando suas propostas sobre a melhor forma de melhorarmos esse segmento da área de saúde em nosso País. Quero agradecer também a paciência de vocês.

Aproveito já para convidar Miriam Oliveira dos Santos, representante da Coordenação de Aleitamento Materno da Secretaria de Saúde do Distrito Federal; João Aprigio Guerra de Almeida, coordenador da Rede Ibero-Americana de Bancos de Leite e da Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano; Fernanda Monteiro, da Coordenação Geral de Saúde da Criança e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde; e Luiza Geaquinto Machado, consultora do Ministério da Saúde, do Método Canguru.

Passo a palavra a Miriam Oliveira dos Santos, Representante da Coordenação de Aleitamento Materno da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

A SRª MIRIAM OLIVEIRA DOS SANTOS – Bom dia a todos. Primeiramente, gostaria de agradecer a iniciativa do Senado Federal de estar tentando melhorar a infância do nosso País. As nossas crianças necessitam disso. E vamos fazer um debate aqui para que a solução seja a melhor para todos.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Com a palavra.

O SR. JOÃO APRIGIO GUERRA DE ALMEIDA – Bom dia a todas e a todos. Eu gostaria de, inicialmente, saudar o Senador José Medeiros, agradecer por essa oportunidade e, mais do que tudo, saudar a Comissão de Direitos Humanos por trazer esse tema para esse fórum, que é um fórum legítimo.

Peço licença para me apresentar. Eu sou pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz, tenho 30 anos de trabalho na área de aleitamento materno e bancos de leite humano, coordeno a Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano desde o início do projeto, quando nós tínhamos no Brasil só cinco bancos de leite humano. Essa rede se transformou na maior e mais complexa rede de bancos de leite humano do mundo e é uma casa de apoio ao aleitamento materno.

Eu faço essa colocação inicial com a perspectiva de aclarar uma questão que a gente vem trazendo ao longo desses 30 anos de trabalho: aleitamento materno não pode e não deve ser uma questão tratada exclusivamente no setor saúde. Aleitamento materno é uma questão de exercício pleno da cidadania, e trazer esse tema para dentro do Senado Federal, do Parlamento brasileiro, numa Comissão de Cidadania e Legislação Participativa, é uma aspiração nossa de muitos anos, e, portanto, eu agradeço muito, Sr. Senador, a oportunidade que nos é concedida em representando a Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano para tratar desse tema.

Eu acredito que pouca coisa me resta a comentar num preâmbulo inicial depois da brilhante apresentação que o Senador José Medeiros nos fez a respeito do tema. Eu só gostaria de convidá-los para um rápido passeio do significado do ato de amamentar como sendo algo que diz respeito ao preparo para toda a vida.

Objetivamente, eu gosto muito dessa citação, porque ela fala por si só:

"... se existe uma atitude individual que contribua de [uma] forma efetiva para [...] [melhorar a] qualidade de vida [objetivamente falando], a amamentação é um [...] [excelente] exemplo".

É um excelente exemplo por quê? Porque, objetivamente, alguns gestos têm mais força do que muitas palavras e são capazes de marcar para toda a vida. E é isso que a amamentação traz.

Agora, o que a gente pode considerar como preparar para a vida, que parece algo que está em lugar comum e é muito simples? Aquilo que nós somos na terceira idade, aquilo que eu sou hoje, aquilo que cada um de vocês será lá na terceira idade, guarda uma relação direta com esse ciclo de vida onde, objetivamente falando, desde o período pré-natal, mas principalmente no que diz respeito ao processo de aleitamento materno, a prática alimentar nos primeiros meses de vida, nos primeiros dias de vida, é decisiva. A maior ou menor probabilidade que eu terei na vida adulta de ser acometido por intercorrências cardiovasculares tem uma relação muito direta com o tipo de prática alimentar que eu tive nos meus primeiros dias de vida. A probabilidade de desenvolver alergias, o quociente de inteligência, a inteligência emocional guardam uma relação direta com essa prática alimentar.

Objetivamente, fugindo das questões clínicas e biológicas, mas pensando que a amamentação traz, nesse contexto, repercussões para toda vida, algumas são muito simples e muito conhecidas por todos.

Criança que mama no peito tem menor risco de contrair enfermidades, menor índice de diarreia, de infecções respiratórias etc. Contudo, existem questões que ecoam para a vida toda e sobre elas e a gente precisa aprofundar, não só o conhecimento, mas a difusão da informação e permitir, objetivamente, que a população brasileira compreenda de forma mais objetiva o significado dessa prática alimentar na ecologia do desenvolvimento humano.

Existem duas formas de se alimentar um sujeito, um sujeito nos primeiros dias de vida. Uma vai garantir que esse sujeito tenha um quociente de inteligência maior do que o outro com uma outra prática alimentar.

Acredito que isso, por si só, já justificaria todo o investimento a ser feito em torno da prática do aleitamento materno.

Srs. Senadores, inúmeros são os estudos publicados em periódicos científicos dos mais renomados e gostaria de passar às suas mãos a separata do Lancet, um dos mais reconhecidos periódicos da área de Medicina, da área de ciências, que ontem lançou essas separatas numa seção exclusivamente dedicada ao aleitamento materno, reconhecendo a liderança do Brasil nesse campo. É um estudo coordenado pelo pesquisador César Victor, da Universidade de Pelotas, evidenciando vários aspectos, dentre eles mostrando que crianças que recebem leite humano, que são amamentadas ao seio materno, têm um quociente de inteligência maior do que aquelas que são desmamadas precocemente. Mais do que isso, muito mais do que isso, essa diferença de quociente de inteligência não se dá tão-somente nos primeiros meses de vida, mas ela se mantém, inclusive, até a fase pós-universitária. Nós estamos falando, efetivamente, da construção de um estado-nação mais digno no futuro. A construção de um estado mais digno no futuro depende da nossa capacidade de investir na infância. Se existem duas formas de se alimentar essa criança na primeira fase de vida, é muito importante esse tipo de iniciativa que coloquei.

Para além das questões relacionadas ao quociente de inteligência, é muito importante a gente falar também da inteligência emocional. Objetivamente, inúmeros são os trabalhos que estabelecem uma correlação direta entre a inteligência emocional da vida adulta e a prática alimentar. Mais do que a prática alimentar, o que a amamentação permite na relação mãe-filho, o desenvolvimento do apego, o equilíbrio emocional, o quanto isso é extremamente importante na perspectiva da ecologia do desenvolvimento humano.

É importante pensar na prevenção em saúde mental. O Senador comentou uma série de estudos e de oportunidades relacionando temas como violência urbana, que deixa de ser uma questão de saúde pública, perdão, uma questão só de segurança, e é um tema importante de saúde pública que guarda uma relação muito direta com a nossa incapacidade de trabalhar prevenção em saúde mental. Minimamente a gente tem de perguntar algumas coisas, como está posto ali no diapositivo. Como é que a gente constrói o humano? Quantos tempos são necessários para a constituição de um sujeito? E desses tempos, quais são decisivos para a montagem do humano? Objetivamente falando, retirar essa oportunidade é ampliar o risco não apenas na sua dimensão biológica, mas na sua dimensão psicossocial de forma extremamente importante.

Falar de prevenção em saúde mental traz obrigatoriamente alguns conceitos, como estão relacionados. Diz respeito à nossa capacidade de vir a tempo. Se tenho um desmame precoce ou se tenha uma não-amamentação, que poderia talvez ser chamada de "amame", esse vir a tempo não existe e todos os malefícios estão dados. Na realidade, prevenção e saúde mental têm de ser uma aposta verdadeira nas condições de haver um humano, com direito à saúde desde que isso inclua a aparelhagem psíquica.

A alimentação de um recém-nascido não pode ser reduzida à estequiometria do *codex alimentarius* a partir da importante relação do aporte proteico energético e do nível equivalente de eletrólitos e tudo o mais. Mas existe todo um conjunto de fatores que têm a ver com a aparelhagem psíquica na construção do sujeito que objetivamente se insere nesse contexto da prevenção em saúde mental.

O Senador, de uma forma bastante oportuna, nos cita a questão da violência. Senador, é interessante, como comentei no início.

Eu tenho 30 anos como pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz. Há 30 anos é conhecido o fato de que a amamentação objetivamente contribui para a redução da violência urbana, não de forma direta, mas de uma forma indireta, porque há 30 anos já se mostrava que, de maneira efetiva, a amamentação contribui de forma objetiva para nucleação familiar e o quanto essa nucleação familiar impacta nesse contexto.

Falar de amamentação é falar na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis. Sabemos hoje que a obesidade é talvez o problema mais grave no cenário de saúde pública dos países desenvolvidos, dos países ricos. Na realidade, essa obesidade tem dimensões que vão desde a dimensão biológica da ingesta de alimentos e da incapacidade que o ser humano tem de regular essa ingesta.

O leite humano é um alimento vivo. Eu não vou aqui falar da biologia do leite ou colocar essa questão, mas a variação da composição do leite humano permite que o ser humano aprenda a regular a ingesta. Essa variação de que o leite de final de peito é mais rico em gordura regula, satura as papilas gustativas do bebê no momento em que a plenitude gástrica se dá e essa criança, em uma mamada após a outra, vai compatibilizando a saciedade física, a plenitude gástrica, com a saciedade psíquica, a saturação de papilas gustativas.

Então, nessa evolução, inúmeros estudos mostram de forma muito objetiva que a criança que é amamentada exclusivamente ao seio materno por seis meses tem uma menor probabilidade, em quaisquer níveis de significância estatística que se queira, de se transformar em um adulto obeso.

As doenças cardiovasculares são outro grave problema de saúde pública. Nosso contexto de saúde pública muitas vezes nos coloca, como País Brasil, em um contexto de Belíndia, nós temos um extremo que é metade Bélgica, metade Índia.

Nós continuamos com os problemas das desnutrições, com todos os problemas de segmentos mais pobres da população. E o outro lado: nós temos todos os agravos das doenças crônicas não transmissíveis. Objetivamente, o desmame precoce, a retirada da oportunidade do leite humano antes do tempo aumenta o risco para as enfermidades crônicas não transmissíveis.

São informações, e eu trago as fontes originais... Efetivamente, a introdução da alimentação artificial contribui para o aumento de 2% a 6% da ocorrência de diabetes e insulinodependentes na vida adulta. Isso publica-se pela primeira vez no meio científico no ano de 2003 e estamos em 2016, e essa informação não está disponível de forma ampla, geral e irrestrita.

Outro aspecto importante é que o risco relativo da ocorrência de linfomas aumenta de forma enorme, em até 6 vezes, quando eu introduzo uma alimento artificial antes do sexto mês de vida. As doenças crônicas do fígado, a ocorrência de alergias alimentares, as doenças celíacas.

Observem a doença celíaca. Fala-se muito em gliadina. Se nós garantirmos um aleitamento materno exclusivo por dois meses, diminuímos em 63% o risco da ocorrência de doença celíaca na vida adulta.

As alergias respiratórias. Brasília, Rio de Janeiro, capitais brasileiras, poluição; não apenas as alergias respiratórias provocadas por questões biológicas, como ali está representado pelo ácaro, como também a alergia respiratória provocada por questões de natureza química.

A imunomodulação, que a amamentação permite. Esses constituintes imunomoduladores vão fazer com que a amamentação, em uma condição de maior agressividade como é o ambiente das nossas grandes cidades, extremamente poluídas, que ela deva ser uma prática, porque o leite humano vai carregar, na sua constituição, uma grande quantidade de uma substância chamada interleucina 4, que é, objetivamente, um dos mais potentes fatores imunossupressores.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO APRIGIO GUERRA DE ALMEIDA – Agora, qual é o alcance dessas informações? Essas informações estão disponíveis para todos. Eu queria chamar a atenção que, talvez, quando a gente coloca ali que amamentação é uma categoria híbrida, que ela se estabelece entre os domínios da natureza, da cultura, da biologia e da sociedade, é que, infelizmente, a fisiologia da lactação deixa de ser regida pelas leis biológicas e passa a ser fundamentalmente regida pelas leis sociais também. O homem se transformou, seguramente, na única espécie de mamífero conhecida que é mamífero facultativo, porque os interesses de mercado estão dados.

Por mais que nós saibamos que saúde é um bem-estar físico e mental, que demanda qualidade de vida, que é um bem social compartilhado, a gente tem que se perguntar: "Todos, quem?"

Mas daqui para a frente, eu peço dois minutos de atenção, porque gostaria de falar de todos de uma forma um pouco diferente da que eu estou falando. Eu gostaria de falar de todos me mantendo em silêncio, e pediria que vocês, por favor, só acompanhassem, falando de crianças. Dizendo em silêncio.

(Procede-se a exibição de fotos.)

Por isso, Senadores, os nossos mais sinceros agradecimentos...

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO APRIGIO GUERRA DE ALMEIDA – ...de todos aqueles que trabalham com aleitamento materno, e as nossas felicitações à Comissão pela iniciativa de trazer esse tema para fora do contexto da saúde e discuti-lo no âmbito da cidadania.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Nós que agradecemos.

Passo a palavra agora à Srª Miriam Oliveira dos Santos.

A SRª MIRIAM OLIVEIRA DOS SANTOS – Baseado em tudo o que o Dr. João falou, acho que é extremamente importante o agradecimento que a gente tem que fazer ao Senado por esta iniciativa.

Com relação ao projeto, que coloca a semana que pega o dia 25 de agosto, a gente gostaria de lembrar que tem um evento que acontece mundialmente, há mais de 20 anos: a Semana Mundial da Amamentação, que acontece de 1º a 7 de agosto. Essa semana já é uma semana instituída no nosso País como internacional e todos os nossos Municípios fazem algum tipo de trabalho.

A gente pensa que, de repente, a gente poderia manter a Semana Mundial da Amamentação como um ato que já existe e também colocar o dia 25 de agosto como o Dia do Bebê para fazer uma homenagem para Dona Zilda e ficar a semana do bebê sendo essa semana que pega o dia 25.

Também gostaria de lembrar a esta Casa que já está correndo na Câmara dos Deputados um projeto para tornar o mês de agosto o mês de Agosto Dourado, pela comemoração da amamentação no mês inteiro, porque depois que passar por aquela Casa, virá para o Senado, para ser votado também, e posteriormente virar uma lei.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Agora, com a palavra, a Srª Fernanda Monteiro, da Coordenação-Geral de Saúde da Criança e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde.

A SRª FERNANDA MONTEIRO – Gostaria primeiro de agradecer o convite e parabenizá-los por esta discussão tão importante em relação ao tema do aleitamento materno. Foi uma oportunidade muito importante o João apresentar a importância que tem para nós o aleitamento materno em relação aos destaques, não só para a criança hoje, quando a gente olha uma mãe amamentando o seu filho, mas o aleitamento é para o longo prazo. Quando a gente pensa em formar a criança, formar uma nação, a gente precisa considerar a importância do aleitamento materno, como foi colocado em relação ao desenvolvimento na primeira infância.

Há vários estudos mostrando a importância de essa criança ser amamentada, em relação inclusiva ao grau de inteligência da criança, do desenvolvimento econômico do País, e, não só isso, a questão de saúde pública com redução de custos quando a gente pensa que uma criança amamentada vai ter menos doenças, inclusive doenças crônicas, porque a gente hoje tem enfrentado muito, como Ministério da Saúde, a questão da promoção das doenças crônicas, para a gente não ter crianças no futuro que utilizem medicamentos e os próprios serviços em relação às doenças.

Quando o João colocou aqui essa série do *The Lancet*, ele falou que: "nós fomos reconhecidos ontem, o Ministério da Saúde, pela Organização Panamericana de Saúde pela política brasileira de aleitamento materno". Então, a política que não foi construída apenas pelo Governo, mas extrapola o setor saúde quando a gente olha e inclui a sociedade civil, inclui grupos de mães, inclui profissionais que são militantes, e, ao longo de 30 anos, então, dessa política, ontem, a gente teve o reconhecimento...

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Inclusive está na imprensa já. Aqui no *site* jornaldodia.com.br já está essa notícia, uma matéria longa, cuja manchete traz: *Brasil tem o maior número de doadoras de leite humano do mundo.*

A SRª FERNANDA MONTEIRO – Isso, exatamente. Então mostrando que essa política do Brasil inclusive é reconhecida internacionalmente, o que traz para nós um grande orgulho, mostrando que ao longo desses anos a gente tem conseguido aumentar as taxas de aleitamento materno, e isso é uma boa perspectiva para o nosso futuro.

Quando a gente observa o projeto de lei, a gente fica muito feliz no sentido de que é necessária uma mobilização social para que a gente consiga continuar aumentando as taxas de aleitamento materno no País. E a gente tem a nossa Semana Mundial da Amamentação, que é realizada há 23 anos. É um movimento, é uma semana trabalhada no mundo inteiro, há um tema definido e esse tema definido a gente acaba trazendo para o Brasil e adaptando conforme a nossa realidade.

Quando a gente observa o projeto de vocês, vocês colocam no final do mês mais uma semana que seria comemorada em relação ao aleitamento materno e à semana do bebê. Como a gente já tem a semana no início do mês de agosto, de repente a gente poderia pensar, discutir a semana do bebê para a última semana de agosto, iniciando com a semana mundial e concluindo com a semana do bebê, apenas a semana do bebê, completando esse mês especial. Como Miriam já colocou, há um projeto de lei aqui falando do agosto dourado, que seria um mês inteiro de comemoração da criança, no caso, do bebê e do aleitamento materno.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Nós agradecemos as palavras da Fernanda dizendo que às vezes se preocupa tanto em discutir alguns assuntos e outros são tão pouco falados. Hoje, por exemplo, se você pegar as páginas dos jornais, vai haver um monte de assuntos que parecem ser urgentes, parece que vão ser a salvação da pátria, e às vezes deixamos assuntos importantíssimos como esse sem a necessária discussão, a questão da educação, a questão da saúde do bebê, que são assuntos que vão dizer sobre o futuro da nossa nação, sobre a saúde dessa nação, de que jeito vai ser.

Há impactos às vezes na vida da sociedade que muitas vezes aqueles que formulam, vamos dizer assim, o pensamento nacional não têm em mente. A mídia, por exemplo, tem uma força tremenda, mas alguns assuntos de extrema importância não são colocados às vezes em voga. Algumas políticas aparentemente simples lá da década de 70, por exemplo, quando começaram alguns embriões, foram importantíssimas para as gerações futuras.

Eu cito aqui por exemplo a minha família, oriunda do sertão de Caicó. Nós fomos para Mato Grosso e fomos morar no interior do interior do Mato Grosso onde faltava tudo desse saneamento, enfim, tudo, mas fo-

mos para lá fugindo da seca pelo menos para sobreviver. E eu me lembro de que havia um padre italiano que praticamente fazia todo o papel do Estado hoje, ele levava até os remédios básicos, como soro antiofídico para as pessoas que eram acidentadas com animais peçonhentos, até a questão da educação mesmo, de tentar formar pequenas comunidades escolares.

Em uma dessas passadas do padre por lá ele baixou um decreto na região que toda criança a partir dos cinco anos de idade deveria ir para a escola, e as pessoas acabavam acatando aquilo. Foi em uma dessas rodadas do padre que eu fui para a escola pela primeira vez, e isso mudou toda a trajetória da minha vida, vamos dizer assim. Eles faziam aquelas pequenas rondas com as pequenas verbas que vinham da Itália, investiam naquelas crianças e deixavam bem claro para os pais: olha, a vida de vocês não é que já foi, mas já deu o que tinha que dar, vocês já estão formados, mas vocês podem dar um futuro totalmente diferente para essas crianças. Aquilo foi uma coisa que na nossa família teve um impacto muito grande, e na família de todas aquelas pessoas que moravam ali no Mato Grosso.

Essa continua sendo a mola propulsora que pode dar uma saída para o País. Disso não tenho dúvida. Não se trata de messianismo, trata-se simplesmente de você se dobrar aos argumentos de estudiosos. E quando vejo o Dr. João Aprígio dizer que trabalha com isso há 30 anos, não é um disse me disse, não é alguém que leu uma nota de jornal de algum folhetim. É uma fundação da estatura da Fundação Oswaldo Cruz. São estudos de universidades, como a USP, INPE, Harvard, Manchester. Todas chegando à mesma conclusão.

Meu Deus do céu, será que esse povo está errado? Não está.

E aí o Senado tem papel de fazer essas discussões, de fazer mais audiências para trazer esse debate de que temos uma saída. E estão prontos os estudos, estão para serem usados. São ferramentas, instrumentos que estão à disposição.

O SR. JOÃO APRIGIO GUERRA DE ALMEIDA – Senador, desculpe-me pela minha impertinência, mas não sei se terei outra oportunidade como esta e eu não queria perdê-la.

Como o senhor coloca muito bem, é uma questão de decisão. É absolutamente uma decisão da Casa Legislativa.

Nós temos muito orgulho, porque a política de aleitamento materno neste País se transformou numa política de Estado. O Brasil tem a maior e a mais complexa rede de bancos de leite humano no mundo. Nós somos hoje liderança de uma rede que envolve 32 países. A dificuldade que tivemos para reunir um fórum global no ano passado, para discutir uma política de realinhamento desses 32 países, um apoio irrestrito da Agência Brasileira de Cooperação, foi enorme.

As dificuldades que enfrentamos são muito grandes. É uma questão que tem tudo a ver com a discussão que estamos tendo, Senador. E eu pediria que o senhor pensasse nisso de forma mais detida, porque nós conseguimos avanços importantes, por exemplo, proteger as mulheres que amamentam. Existe a licença-maternidade de 120 dias, a licença amamentação, que as mulheres podem utilizar. Mas, Senador, a grande massa de mulheres trabalhadoras neste País, infelizmente, é marginalizada no mercado formal de trabalho.

Na realidade, eu reconheço o avanço da proteção da mulher trabalhadora, e não estou querendo arredar pé daí, mas a gente tem que pensar que considerando toda essa importância, considerando que a construção de um Estado-Nação mais digno no futuro depende da nossa capacidade de investir na infância, e o investimento na infância começa com a amamentação, a gente tem que pensar em leis que protejam o aleitamento materno para além do fórum trabalhista. A gente tem que pensar na possibilidade de proteger, porque não estamos protegendo nem a mulher e nem a criança, nós estamos protegendo a Nação brasileira.

Há duas formas de alimentar um brasileirinho, e lá na frente a gente sabe que esse brasileirinho pode ter um QI maior ou menor, pode ter uma inteligência emocional maior ou menor, talvez. Se eu tivesse que falar da agricultura, é mais ou menos aquela história de, enquanto os ingleses plantam carvalho, nós plantamos eucalipto. Nós plantamos eucalipto para cortar daqui a seis anos, um investimento dessa monta é um investimento de longo prazo. Então, Senador, perdoe-me a impertinência, mas eu lhe pediria de forma muito sincera, e eu acredito que aqui a gente tem uma legião de militantes do Sistema Único de Saúde brasileiro que acreditam que podem fazer a diferença. E nós estamos trabalhando em uma onda que é contra-hegemônica. Na realidade, no que diz respeito ao aleitamento materno. As leis da biologia foram progressivamente substituídas pelas leis da sociedade, mais do que isso, pelas leis do mercado. Então, nós precisamos pensar em alguma coisa que coloque essa prática num amparo legal, para além do importante avanço que se conseguiu no âmbito da legislação trabalhista, mas como uma questão de Estado, de exercício da cidadania.

Eu queria também trazer a posição da Rede Brasileira de Bancos de Leite na discussão desse tema.

Quero felicitar o então Senador Rollemberg, hoje Governador do GDF, lembrando que Brasília é a única cidade do mundo que tem autossuficiência em leite humano para atender os recém-nascidos prematuros de baixo peso.

Isso não se dá por acaso. É que Brasília reúne um conjunto histórico de esforços. Em Brasília, há o Executivo, o Legislativo, todos trabalhando com muita força na mesma direção. Então, agradecemos e louvamos.

Agora, a preocupação que se tem é que somos signatários de um acordo internacional para comemorar a Semana Mundial da Amamentação na primeira semana de agosto. A preocupação que fica é que poderia ser desfocada essa mobilização. Como o Brasil tem uma liderança mundial, nós gostaríamos de solicitar que fosse avaliada a possibilidade de essa Semana ser transformada no mês do aleitamento materno, começando na semana que coincide com a Semana Mundial. O dia 25 é uma justa homenagem à D. Zilda Arns, companheira nossa de luta. Trabalhamos juntos no Haiti, no projeto do Haiti, na cooperação internacional brasileira.

Então, eu queria só ser um pouco mais explícito quanto à colocação tanto de Fernanda como de Miriam nesse sentido.

Desculpem por insistir: por favor, tragam esse tema para o Senado, na perspectiva de trabalhar leis que protejam a família e o futuro desta Nação, na perspectiva de garantir ou buscar caminhos que garantam a prática da amamentação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Algum dos presentes tem alguma pergunta a fazer à Mesa? (*Pausa.*)

A senhora está com a palavra.

A SRª RAQUEL PRATA – Bom dia a todos!

Bom dia à Mesa!

Senador, meu nome é Raquel. Sou chefe da Unidade de Banco de Leite do Hospital Materno Infantil de Brasília.

Quero, primeiramente, parabenizar a Mesa. Quero não só dar os parabéns, mas também agradecer, de forma muito especial, ao senhor, ao Dr. João Aprigio, à Drª Fernanda e à Drª Miriam. Que entendam que esta pode parecer uma semente pequena, mas, com certeza, os frutos serão extraordinários!

Eu queria dar simplesmente dois pequenos testemunhos, para que o senhor possa alcançar, na sua mente, no seu coração, esta bandeira que nós levantamos. Além do serviço de doação de leite humano, há também, em todos os bancos de leite, o serviço de ambulatório, onde damos um apoio sistemático às mães que querem amamentar. Há dois testemunhos muito especiais que vou trazer aqui. Um deles é de uma senhora que também é nossa doadora, uma grande doadora. Ela é uma cidadã alemã. Ela é esposa de um diplomata alemão. Ela é doadora. Ela foi atendida. Ela se tornou doadora após um atendimento. Nunca vou me esquecer de um momento em que ela passava por todos os problemas e em que falei assim: "Como é que você está?" Ela disse: "Estou feliz e me sentindo abençoada, porque meu filho nasceu no Brasil, e aqui posso amamentar tranquilamente. Se eu estivesse em Munique, com certeza, eu não poderia fazer isto na rua." Aquela é uma frase que impacta. Hoje, somos amigas. Temos uma relação maravilhosa. Sou muito grata a ela pelos três ou quatro litros que ela nos doa semanalmente.

Houve outra situação também de muito impacto. Atendi no ambulatório uma médica que está há três anos no Brasil. É uma médica francesa que trabalha na Organização Pan-Americana de Saúde. Não preciso dar detalhes. Ela procurou nosso ambulatório, por uma indicação, com um recém-nascido de dois meses, que estava com certa dificuldade de alcançar o peso. Ela nos procurou porque, em dois dias, ela embarcaria para Paris, para passar dois meses. Posso citar que nós duas choramos, porque ela falou assim: "Raquel, eu vim aqui porque preciso aprender a ordenhar. Sei da pressão que vou viver na minha cidade com meus familiares para ordenhar. Meus pais e os do meu esposo vão querer dar o leite na mamadeira." Ela falou assim: "Não vislumbro, não me vejo amamentando em Paris." Sabemos que Paris, a Cidade Luz, a cidade que todos almejam conhecer, é uma das cidades do mundo em que é mais difícil amamentar.

Então, Senador, todos aqui sabem que, de fato, somos não só militantes, mas também apaixonadas pelo aleitamento materno e por tudo que isso possa gerar numa nação. Quero que o senhor saiba, que o senhor tenha a certeza de que, no mundo inteiro, se há uma bandeira que, hoje em dia, o Brasil levanta e que todas as nações aplaudem, essa bandeira é a do aleitamento materno.

Muito obrigada, de verdade, por tudo o que o senhor tem feito.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Nós que agradecemos.

Com a palavra.

A SRª ANA CÉLIA DOS SANTOS BRITO – Meu nome é Ana Célia, sou nutricionista, sou chefe também de um Banco de Leite da cidade de Sobradinho, Distrito Federal.

Eu gostaria de começar dizendo que gostei muito das suas palavras, Senador, quando o senhor falou da sua história. A minha história é um pouco parecida com a sua. Vim também do Nordeste, sou cearense, e todas as adversidades pelas quais já passamos, com certeza, pelo que entendi, o senhor também passou.

Pelo compromisso nosso, como sociedade, como profissional, e o seu, como Parlamentar, como a voz do povo, é muito importante que trabalhemos na desigualdade social. Acho que esse é o nosso compromisso, porque a educação, no seu caso e no meu, foi o que fez com que chegássemos onde estamos hoje: o senhor, como Parlamentar; e eu, como profissional.

Eu gostaria de ler uma frase. Ontem, o autor desse artigo falou que, na verdade, nem é dele; é do Presidente do Banco Mundial. Ele fala o seguinte: "Se o aleitamento já não existisse, aquele que o inventasse hoje mereceria um duplo prêmio: um prêmio Nobel em Medicina e em Economia."

Sou apaixonada pelo Brasil e pelo que faço. Acho que é um compromisso nosso. Se hoje a amamentação é a medida de maior impacto na mortalidade infantil, acho que, depois dessa publicação e desse reconhecimento internacional, nós podemos afirmar que, realmente, o aleitamento é medida também de impacto na desigualdade social.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – O.k. Mais alguém?

Bem, quero passar às considerações finais dos componentes da Mesa.

Primeiro, o Dr. João Aprigio.

O SR. JOÃO APRIGIO GUERRA DE ALMEIDA – Mais uma vez, agradeço pela oportunidade, com grande expectativa, Senador, de que o aleitamento materno se transforme numa pauta concreta e permanente não só desta Comissão, mas que isso possa ser levado aos demais Senadores, ao Poder Legislativo, pela importância que esse tema traz, o significado que o investimento nessa área tem para a construção de um Estado de nação mais digno no futuro.

Eu gostaria de aproveitar também para convidá-lo, de forma muito singela: na primeira oportunidade que o senhor tiver, sem avisar, sem dizer que vai, visite um Banco de Leite Humano, em qualquer dia da semana, em qualquer horário, e conheça o trabalho que é feito por esta Rede de Bancos de Leite Humano. É um trabalho de muito orgulho, é o resultado de um investimento grande no campo da pesquisa, do desenvolvimento tecnológico, da qualificação de recursos humanos. Quem conhece, conversando com aqueles que são nossos usuários, tem uma clara ideia.

Como mensagem final, só tenho a agradecer pela oportunidade. Falo em meu nome, em nome da Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano, em nome de todos os serviços que aí estão.

Nós atendemos, ao ano, a um número que chega à ordem de grandeza de 160, 170 mil recém-nascidos prematuros de baixo peso, e, sobretudo num contexto epidemiológico que nós estamos vivendo hoje, nós não podemos sair daqui sem tocar nesse assunto. Nesse mundo, nessa contingência epidemiológica, nessa circunstância, nessa emergência em que a zika se traduz, o aleitamento materno é fundamental; ele é muito importante sobretudo para essas crianças que nascem acometidas com microcefalia.

A prática de amamentar permite o desenvolvimento do apego, permite esse apego precoce e facilita todo o processo de recuperação de fisioterapia. Portanto, a cada momento se justifica mais a importância dessa prática.

Parabéns à Comissão, parabéns ao Senador, e obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Nós que agradecemos.

Com a palavra a Drª Fernanda.

A SRª FERNANDA MONTEIRO – Eu também gostaria de agradecer, como fez o João, e reforçar o que ele disse em relação às mulheres trabalhadoras que amamentam.

Existe uma ação do Ministério da Saúde, que trabalha com a Sociedade Brasileira de Pediatria, em relação à licença-maternidade de seis meses para as mulheres, através da adesão ao Programa Empresa Cidadã. Precisamos avançar cada vez mais nessa discussão porque, infelizmente, não são todas as mulheres que hoje têm a oportunidade de ficar em casa durante seis meses. Acaba havendo um discurso meio desconexo, pois o Ministério da Saúde e a Organização Mundial da Saúde orientam que a mãe deve amamentar exclusivamente seu filho durante os seis primeiros meses de vida e que a amamentação deve continuar até os dois anos ou mais. Nós temos que fazer com que esse discurso possa valer para todas as mulheres, para que todas tenham essa oportunidade.

O Ministério da Saúde se coloca à disposição para avançar nas discussões não apenas em relação à licença, mas em relação a outras ações também, como o Banco de Leite Humano, que é muito reconhecido e que tem destaque em ações de aleitamento materno; como a Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil, que é um trabalho de atenção básica voltado para as mulheres, com orientações sobre aleitamento materno e alimentação complementar da criança, visando justamente a que a criança tenha uma boa nutrição e consiga ter um desenvolvimento pleno; como a Iniciativa Hospital Amigo da Criança, criada pela Unicef em 1991 e introduzida no Brasil em 1992, pela Unicef, em que 326 hospitais trabalham o aleitamento materno com as mulheres.

Portanto, eu gostaria de me colocar à disposição. Quando esta Casa tiver a intenção de colocar em pauta o aleitamento, nós estaremos disponíveis para conversar e discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Muito obrigado, Drª Fernanda.

Com a palavra a Drª Miriam.

A SRª MIRIAM OLIVEIRA DOS SANTOS – Mais uma vez, agradeço a oportunidade.

Algumas coisas temos que agradecer ao Senado. Pela primeira vez desde 2010, neste ano conseguiremos comemorar a Semana Nacional de Doação de Leite Materno e o Dia Nacional de Doação – também internacional –, que é o dia 19 de maio. Devemos isso a esta Casa, que aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2010, que se transformou na Lei nº 13.227, de 2015, sancionada no dia 28 de dezembro de 2015. Portanto, nós agradecemos.

Outra coisa importante. Eu não sei se todos sabem, mas o Senado Federal tem a Sala de Apoio à Amamentação, para a mulher que trabalha no Senado. Aguardamos a definição de uma data para fazer o reconhecimento e a certificação pelo Ministério da Saúde. É um trabalho bonito, pois milhares de mulheres trabalham aqui, terceirizadas e funcionárias da Casa, e vocês tiveram a responsabilidade de manter essa sala para as mulheres quando elas voltam a trabalhar.

É extremamente importante que o nosso Poder Legislativo trabalhe com políticas públicas. E reforçamos a possibilidade de estabelecer o mês de agosto como o mês da amamentação, o Agosto Dourado, em que os mais de 5 mil Municípios brasileiros deverão se engajar nessa ação, dentro das suas necessidades, a favor do aleitamento materno, que faz tanta diferença na saúde da nossa população.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Nós que agradecemos, Drª Miriam.

Eu vou ler a notícia que o Dr. João Aprígio já tinha antecipado sobre a revista *The Lancet*, que ele, inclusive, trouxe. Está aqui dizendo o seguinte:

A Rede de Bancos de Leite [...] é uma das iniciativas que rendeu ao Brasil, nesta quarta-feira [...] [portanto, ontem], reconhecimento especial da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e da revista científica britânica The Lancet como referência mundial em aleitamento materno. O país tem posição de destaque em relação a nações de alta renda como Estados Unidos, Reino Unido, Portugal, Espanha e China, em função das políticas públicas adotadas há pelo menos 30 anos.

Dentre os 292 bancos de leite humano existentes no mundo – implantados em 21 países das Américas, Europa e África – 72,9% deles estão [aqui] no Brasil. Essas unidades beneficiaram, entre 2008 e 2014, 88,5% [o que equivale a] cerca de 11 milhões de todas as mulheres assistidas no planeta e contaram com o apoio de 93,2% das doadoras de leite (1,1 milhão de brasileiras). As mulheres brasileiras foram responsáveis por 89,2% da coleta dos 1,1 milhão de litros de leite doados e beneficiaram 79,1% de todos os recém-nascidos atendidos nesses espaços, tornando o Brasil no país que registra o maior número de doadoras de leite humano do mundo.

Essa é uma notícia muito interessante e que nos dá um destaque do que realmente importa. Quando eu digo que é um assunto que importa... Há poucos dias, eu tinha trabalhado nesse projeto da primeira infância, também nós estávamos na discussão para fazer esta audiência pública e alguém me fez o seguinte comentário: "Você fica mexendo com essas coisas? Isso não dá voto." Eu falei: para mim, isso é muito tranquilo. Eu não tenho um projeto de poder, eu tenho o projeto de uma sociedade melhor. Só vamos evoluir e ter realmente um Brasil melhor se trabalharmos nessas questões de base.

Como eu disse, há pouco, sem querer filosofar aqui, se pegarmos os jornais de hoje, a maioria dos assuntos não importa tanto como o impacto de mudança social ou de coisas que realmente importam. Quando eu vejo profissionais dedicados e ouço depoimentos como esse, isso é sinal de que temos um Brasil, por dentro do Brasil, que funciona. É por isso que, neste País, de repente, quando acontecem coisas, é por causa desse Brasil subterrâneo. Enquanto a grande massa, às vezes, está preocupada com a fumaça, com os assuntos somenos, nós temos gente trabalhando e preocupada com o que realmente vai impactar na mudança e na tradução de uma nação melhor.

Quando vemos um prêmio desse, um reconhecimento desse, é importante, é um sinal de que estamos no caminho certo, mas isso se deve a muitos brasileiros que não estão muito preocupados com voto, não estão muito preocupados se vai aparecer no Jornal Nacional ou não. Estão preocupados se vão fazer uma mudança significativa.

Quero dizer para quem não sabe ainda, que, no Marco Legal da Primeira Infância, foi colocada uma preocupação interessante. Os estudiosos chegaram à conclusão de que a participação do pai também é muito importante nesse processo. Inclusive, está esculpida ali a questão da licença-paternidade. Foi consagrada agora,

sancionada a lei de 20 dias para o pai também. Quer dizer, pode parecer pouco ainda para os técnicos, mas já é um avanço, é sinal de que estamos começando a fazer essa discussão.

Encerramos esta audiência pública, que é uma primeira delas, mas eu espero que possamos nos reunir, em outras oportunidades, para falar mais desse assunto. É um assunto que, como eu disse, não traz muito ibope. Aliás, quando o Pelé se aposentou, ele fez uma declaração e o chamaram de demagogo, porque ele disse que o Brasil precisava se preocupar com suas crianças. Na verdade, esse assunto, mais de 30 anos depois, está aqui ainda embrionário. Mas já está provado que ele estava certo. Essa é uma discussão importante.

Agradeço a todos aqueles que nos acompanharam pela TV Senado e pela Rádio Senado, todos os participantes da Mesa e todos os que compareceram aqui.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 30 minutos.)

ATA DA 12ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE MARÇO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e três minutos do dia sete de março de dois mil e dezesseis, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Hélio José e Lindbergh Farias. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 3 de 2016-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "A privatização do sistema prisional brasileiro". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Eduardo Galduróz, Juiz de Direito - Secretário do Conselho Executivo da Associação de Juízes pela Democracia – AJD; Cintia Rangel Assumpção, Diretora da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB; Carlos Alves Moura, Representante da Conferência Nacional de Bispos do Brasil – CNBB; Vilobaldo Adelidio de Carvalho, Representante da Federação Nacional Sindical dos Servidores Penitenciários – FENASPEN; Pétalla Brandão Timo, Representante da Conectas Direitos Humanos; Paulo Cesar Malvezzi Filho, Assessor Jurídico da Pastoral Carcerária; Alamiro Velludo Salvador Netto, Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP; Luciana Zaffalon, Supervisora de Atuação Política do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM; Bruno Shimizu, Defensor Público - Coordenador Auxiliar do Núcleo Especializado de Situação Carcerária da Defensoria Pública do Estado de São Paulo; Leandro Allan Vieira, Presidente da Federação Brasileira dos Servidores Penitenciários – FEBRASP; Renato Campos Pinto De Vitto, Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN. O Senhor Presidente concede a palavra para Vilma Batista da Silva, Presidente do Sindicato dos Servidores Penitenciário do Rio Grande do Norte. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: 1) apresentar requerimento para que o tema em debate vá para as Comissões, e não apenas seja votado na agenda brasil. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Hélio José e Lindbergh Farias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e quarenta e seis minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 3, de 2016, da CDH, de minha autoria e de outros, para debater sobre a privatização do sistema prisional brasileiro.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e também do Alô Senado, através do número 0800 612211.

Antes mesmo de começarmos a falar sobre o tema do dia de hoje, eu gostaria de lembrar a todos que neste fim de semana, na quinta-feira, nós estaremos numa audiência pública em Tocantins e na sexta-feira nós estaremos em Goiás. Este fim de semana será o final de todo um ciclo dos 27 Estados aos quais me comprometi a ir – a Cíntia a muitos Estados me acompanhou – com o fórum de defesa dos trabalhadores contra a precarização do trabalho, meu amigo Moura, contra a terceirização, o trabalho escravo, pela defesa da democracia e contra aquela ideia que alguns querem passar de que o negociado está acima da lei, que a lei não vale; vale a negociação.

Já fui a 25 Estados – completo agora o ciclo –, sempre nas Assembleias Legislativas, normalmente no horário da tarde, a partir das 14 horas, estendendo, às vezes, até as 19, 20 horas. Ainda gravamos o programa "Público e Notório", patrocinado pela CSPB. E, nesse espaço, nós, além de termos a presença maciça de todas as centrais, confederações, sindicatos, associações, entidades de servidores públicos, trabalhadores do campo e da cidade, tivemos também a participação de Deputados Estaduais, Federais e Senadores.

O evento é sempre na assembleia, com casa sempre lotada. Eu presido a atividade em nome da Comissão. E, nos 25 Estados onde estivemos, já foi publicada a *Carta do Estado*, contrária a esses projetos que aqui eu listei rapidamente, tendo como eixo aquele PL nº 30, de que sou relator, que trata da terceirização, inclusive da atividade fim, a que somos contra.

Além disso, marcamos, para o mês de maio, um grande evento, aqui em Brasília, para onde virão líderes que participaram desse debate nos 27 Estados, e, nessa oportunidade, aprovaremos a *Carta à Nação*, que será entregue aos Poderes constituídos, tanto ao Legislativo, como ao Judiciário e à Presidenta da República. Ao Judiciário, faremos questão de entregar ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, demonstrando que o povo brasileiro não aceita essas mudanças na Previdência e sequer no mundo do trabalho.

Falamos de todos esses temas e, claro, falamos da defesa da democracia como instrumento máximo de promoção dos interesses da Nação brasileira e, eu diria, da própria humanidade.

Não teria como, meu amigo Moura, na abertura desta audiência de hoje, que vai tratar do Sistema Prisional, deixar de fazer uma rápida fala sobre o que aconteceu nesta sexta-feira, que foi, queiramos ou não, a prisão do Presidente Lula.

Quando se fala em condução coercitiva, é no sentido de que, se não vai por bem, vai por mal. Na verdade, ele foi levado praticamente à força, porque assim foi instruído o ato no momento em que mais de 200 agentes no Brasil se deslocaram, 10 em frente à casa dele, sendo que quatro ou cinco entraram na sua residência. E assim o intimaram, ele que já havia respondido, por duas ou três vezes, quando a própria Justiça entendeu que era necessária à sua ida até a Polícia Federal. Com esse ato de força, ele foi levado na marra.

E eu não entendi por que o Aeroporto de Congonhas. Quando eu recebi a notícia – e sou muito franco na minha maneira de pensar e de agir – de que seria no Aeroporto de Congonhas, eu disse: "pronto; interrogam ele, dão voz definitiva de prisão e já vão levá-lo para Curitiba". Tanto assim que havia muita gente se deslocando para Curitiba já.

Essa posição que estou manifestando aqui de solidariedade ao Presidente eu quero que fique muito clara: eu não sou contra investigar todo mundo, não! Se tiver de investigar qualquer um de vocês, se tiver que investigar qualquer Deputado, qualquer Senador, se tiver de investigar da pessoa mais simples deste País ao Primeiro Mandatário, que se investigue, mas dentro do procedimento legal e democrático do Estado democrático de direito, respeitando o espaço de cada um.

Eu dizia, em entrevista hoje pela manhã, que estou no Parlamento há 30 anos e já vi aqui Presidentes serem cassados, já vi Presidentes serem afastados; já vi outros assumirem, mas nunca vi um ato como esse em relação a um Presidente da República. Não vou aqui julgar aquilo que ele teria, em tese, de responder conforme as denúncias que fizeram contra ele e contra outros tantos brasileiros, sejam políticos, sejam empresários, mas, inegavelmente, como a maioria dos Ministros do Supremo Tribunal já disse, foi um ato de força desnecessário!

O Presidente não é um perigo a ninguém! Sabem onde ele está, o deslocamento que ele faz e ele se prontificou, inclusive, a dar o depoimento na própria residência: "Não tem problema, daria aqui mesmo o depoimento que vocês querem. Não me nego a falar." Se ele não se nega, aquilo que ele colocou é porque não tinha temor algum. Mas, não! Foi dito a ele que ele teria que ser deslocado para o aeroporto de Congonhas.

Então, eu quero aqui deixar registrado que mesmo que fosse um outro Presidente, se fosse Fernando Henrique Cardoso, num ato semelhante a esse, eu teria a mesma posição. Não é aqui uma posição de quem é da base do Governo, ou de quem não é da base. Até porque me considero mais rebelde do que um Parlamentar afinado, digamos, diretamente com o Palácio. Por uma série de motivos, de discordância no campo econômico e social, mas que não tem nada a ver em relação ao processo democrático, este que vou defender sempre! Por isso, tenho me posicionado claramente contra o *impeachment*, porque entendo que não é por uma crise econômica, em qualquer país do mundo, que se vai – como se diz no Rio Grande – apear os presidentes. Há uma crise econômica, derruba-se o presidente. Acontece uma crise, seja na Argentina, no Uruguai, na Venezuela ou nos Estados Unidos ou qualquer país da Europa e derruba-se o presidente! Não! Vai-se para o debate junto às instituições e à sociedade para tentar recuperar a economia e dar resposta no social.

Faço questão que dizer, em nome da Comissão de Direitos Humanos, que foi um ato que feriu os direitos humanos. Alguém me disse que houve empresário que foi preso e está na Papuda, foi preso e está em Curitiba. Como também houve políticos. E em nenhum momento eu fiz um comentário como este. Estou me referindo a que, quando há suspeitas sobre um ex-presidente, quando o fórum máximo é o Supremo Tribunal Federal, não se pode decretar simplesmente a condução coercitiva a qualquer momento e levá-lo ao aeroporto, como foi o caso, instigando a população. Claro que a população entendeu o que qualquer um, racionalmente, entenderia: não levaram para lá e, de lá, dão voz de prisão definitiva, e dizem que está indo para Curitiba. E deu no que deu. Houve manifestações em todo o País. E eu não sou daqueles que torcem nessa história de "eles e

nós" e "nós e eles". Daqui a pouco vira um confronto de rua que não interessa a ninguém. Neste momento, deveríamos estar discutindo a questão do desemprego; da taxa de juros; da inflação no patamar a que chegou; da falta de insegurança dos investidores na realidade brasileira; da questão dos empreendimentos. Só quem ficou desempregado sabe o que significa estarmos nos aproximando hoje a cerca de 12 milhões a 14 milhões de desempregados. Comparando com a situação que tínhamos antes, quando nós chegamos a mais de 20 milhões de novos empregos.

Mas as pessoas que estavam trabalhando, de repente, estão vendo o emprego que em grande parte tinha sido uma conquista desaparecer.

Isso é que deveria ser a preocupação neste momento. Como fazer uma grande concertação nacional, acertar o rumo da economia e do social. E não um gesto de espetáculo. Repito: não sou contra as devidas investigações. Acho que é importante isso. Como disse alguém, a semelhança do que foi feito na Itália, passar o país a limpo. Nunca se prendeu tantos empresários! Hoje, grandes figuras deste País estão na cadeia: políticos, mas também grandes empresários.

Se isso tudo é fundamental para melhorar a vida do País, que se faça! Mas não vamos também deixar que a violência, a truculência, como o gesto que foi feito nessa sexta-feira, possa acontecer.

Para encerrar essa minha introdução, quero deixar bem claro o meu ponto de vista, eu não tenho nenhum problema em dizer: denúncia feita, investiguem todos, dentro dos parâmetros legais, do equilíbrio e do bom senso! Calculem se tivessem levado o Lula para Curitiba! A multidão de pessoas que não teria se deslocado para Curitiba. É diferente de instalar o processo natural e doa a quem doer, seja quem for.

Por isso eu cumprimento a maioria dos membros do Supremo Tribunal Federal que já se posicionou contrariamente; cumprimento a população brasileira, porque na pesquisa feita pela Vox Populi, quase 70% disseram que foi um exagero. Então, não é Paulo Paim quem está falando. Foi um exagero o que foi cometido. Não precisava ter chegado onde chegou. (*Palmas.*)

As palmas às vezes têm dois motivos: ou para concordar com o orador ou para sinalizar: "Está bom, deu, pare de falar!" (*Risos.*)

Isso é para descontrair, pessoal. Vamos para a audiência. Esse é o risco de um político, que quando está falando, se vocês baterem palmas, aí que ele vai continuar falando mais ainda.

Eu agradeço pelas palmas e claro que entendi. Agradeço muito. E vocês entenderam o meu ponto de vista.

Ninguém está criticando a Polícia Federal, ninguém está criticando o Ministério Público, ninguém está criticando o papel que todos vocês têm na defesa da questão pública. Achamos que o gesto foi errado; e sobre esse gesto errado, a gente tem que colocar o nosso ponto de vista para que isso não se repita. E deixamos aqui a solidariedade ao Presidente Lula.

A tese... Muitos aqui são advogados e sabem, e hoje, dando uma entrevista, também dizia que eu não sou advogado, mas a tese básica é de que todos são inocentes até que se prove o contrário. Provou o contrário... Por exemplo, a maioria dos que estão presos passaram até por delação premiada. Os caras assumiram o que fizeram e indicaram os outros. Bom, vão ter de responder pelo que fizeram, dentro dos limites que a lei exige. Se a delação premiada dá algum tipo de anistia ao delator, a lei assim permite; mas ele reconhece que houve os fatos.

Por isso, encerro deixando aqui esse gesto de solidariedade à democracia e ao Presidente Lula, e vamos à nossa reunião do dia de hoje.

Como percebi, a maioria já chegou. Vamos à 1ª Mesa. Serão duas mesas. Convido, para a 1ª Mesa, Cintia Rangel Assumpção, Diretora da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB). Seja bem-vinda. (*Palmas.*)

A Cíntia nos tem acompanhado nesses debates, no Brasil todo, representando a CSPB.

Eduardo Galduróz, Juiz de Direito, Secretário do Conselho Executivo da Associação de Juízes pela Democracia (AJD). (*Palmas.*)

Gostei do nome da Associação de Juízes pela Democracia.

Carlos Alves Moura, Secretário Executivo da Comissão Brasileira de Justiça e Paz e Representante da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB). (*Palmas.*)

Moura é um velho guerreiro, no bom sentido. Eu também me considero e podem me chamar de velho guerreiro, que eu me sinto elogiado. Ele é guerreiro do povo brasileiro, já representou o Brasil no exterior em diversos países, e sempre quando convidado, está aqui conosco representando a CNBB e também – porque não dizer – inúmeras vezes o próprio movimento negro brasileiro.

Ele já foi presidente da Fundação Palmares e muito ajudou na criação da Fundação Palmares. Eu estava lá naquele movimento pela fundação. Eu, a Benedita, o Caó, o Moura; o ex-Presidente Sarney também ajudou muito na criação da Fundação Palmares.

Convido o Representante da Federação Nacional Sindical dos Servidores Penitenciários (Fenaspen), Sr. Vilobaldo Adelídio de Carvalho. (*Palmas.*)

Convido o representante da Conectas Direitos Humanos, Drª Pétalla Brandão Timo. (*Palmas.*)

Sejam todos bem-vindos.

O Moura fica mais longe; guardem só o meu abraço para o Moura.

A SRª PÉTALLA BRANDÃO TIMO (*Fora do microfone.*) – Eu alcanço aqui, ó.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k. Valeu!

Como, pessoal, a segunda-feira é um momento privilegiado desta Comissão, porque a nossa audiência pública na segunda é pela manhã; e é transmitida ao vivo, para todo o Brasil, ainda pela Rádio Senado, pela Agência Senado. Então, esse próprio depoimento que fiz aqui demonstrando a minha solidariedade ao Presidente Lula, pela forma como foi feito o ato, na verdade é uma manifestação nacional.

Tudo que vocês disserem aqui será ouvido por, no mínimo, como eu digo, dois milhões de brasileiros. Se somos 210 milhões e 1% disso estiver assistindo, e a audiência nesse horário é muito grande...

Então, é importante que eu faça, pessoal, uma pequena abertura para situar os telespectadores, os ouvintes sobre o que vai ser debatido hoje aqui. E lembro ainda que hoje, às 14h30, teremos outra audiência pública...

Será às 14h30 ou às 15h?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Será às 14h30 e tratará da luta das mulheres. E teremos outra, às 17h30, para tratar do combate ao trabalho escravo.

Como sou Relator da matéria, eu, de pronto, mudei a ementa do projeto. O projeto visava a regulamentar o trabalho escravo. Eu mudei para dizer que seria um projeto para proibir o trabalho escravo, porque trabalho escravo a gente proíbe, não regulamenta. Então, de pronto, o grupo que vai se reunir hoje aqui vai debater o projeto para proibir o trabalho escravo.

Mas, para situar o tema deste momento, vou fazer uma pequena apresentação feita pela nossa Consultoria.

É com grande satisfação que iniciamos mais uma audiência pública da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, desta vez para tratar, a requerimento desta Presidência, do tema "Privatização do Sistema Prisional Brasileiro".

O tema é, sem dúvida, bastante polêmico, e a polêmica começa já no título dado a esta audiência quando fala em privatização do sistema prisional brasileiro.

O eminente Senador Vicentinho Alves, autor do PLS 513, de 2011, que motiva esta audiência, se refere, na justificação do seu projeto, à cogestão dos estabelecimentos prisionais por meio de parceria público-privada.

É justamente por causa da complexidade e da novidade desse assunto que resolvemos requerer esta audiência.

O Senador Vicentinho Alves argumenta também, na justificação do seu projeto, que o objetivo é dar um tratamento mínimo para o tema em relação às questões essenciais para que haja uma uniformidade de execução em relação a elas no Território nacional, haja vista o fato de que já há parcerias em andamento em alguns Estados (Ceará, Bahia, Amazonas, Espírito Santo e Santa Catarina) e novos projetos em curso (Pernambuco e Minas Gerais), e dar diretrizes ao tema de modo a criar uniformidade de procedimento no País nos parece uma ideia boa para o debate. Vocês é que vão apontar os caminhos.

Contudo, esses pontos essenciais anunciam também mais polêmica e mais dificuldade para se tomar uma decisão acertada e que vá na linha da razoabilidade e do bom senso.

Sejam bem-vindos.

Um desses pontos é a discussão sobre quem deve dirigir o estabelecimento penal.

Enquanto o Senador Vicentinho Alves propõe que o diretor e o vice-diretor sejam servidores públicos de carreira, o Senador Antonio Anastasia, um grande Senador da República, Relator do projeto na Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional, pensa diferentemente.

Em seu relatório, o Senador Anastasia afirma que o art. 5º do projeto atenta contra o princípio da livre iniciativa ao determinar que o diretor e o vice-diretor sejam servidores públicos, pois impõe a uma empresa privada a obrigação de ter sua direção operacional ocupada por servidores públicos. Ele entende que há uma contradição, o que, claro, aqui vocês vão debater.

Polêmica, certamente, não vai faltar, mas é preciso buscar soluções para a dramática situação prisional do Brasil, pois, como todos nós sabemos, como dizem as palavras do ex-Ministro da Justiça que saiu recentemente, o sistema carcerário brasileiro é um sistema falido.

Por isso, temos que aprofundar o debate. Não importa o eixo que será dado; temos é que debater e buscar solução.

Levantamento feito no ano passado pelo G1 e pelo portal de notícias de tevê, com base em informações de todas as unidades da Federação, mostra que a situação atual é crítica. O número de presos dobrou em dez anos e já chega a quase 616 mil em todo o País. Há superlotação em todas as unidades da Federação.

A média da superlotação chega a 66%, mas há Estados, como Pernambuco, onde ela bate em 184%. Faltam 244 mil vagas nas penitenciárias brasileiras, sendo provisória a prisão de 39% da população encarcerada, 238 mil presos, Esse é o quadro terrível do Sistema Penitenciário Nacional, em razão das falhas do Estado no cumprimento dessa missão.

Além disso, a principal função da pena de prisão é a ressocialização do indivíduo, o que, com certeza, não acontece com penitenciárias superlotadas e sem método de trabalho adequado. Digo que, na maioria dos casos, não acontece essa recuperação, e as prisões, pelo menos no linguajar popular, muitas vezes, tornam-se escolas do crime.

A esse respeito, aliás, há notícias sobre experiências bem sucedidas, como da penitenciária de Guarapuava, no Paraná. Lá, segundo notícias do próprio Senador Vicentinho Alves, vários serviços foram terceirizados – terceirizados, já não gostei aqui –, e a taxa de reincidência criminal dos presos liberados é de 6%, contra uma média nacional de 85%.

Penso que devemos discutir o assunto com bastante profundidade, sem açodamento. Devo confessar que eu mesmo ainda não tenho convicção formada e, com certeza, muitos brasileiros e brasileiras, a partir desta audiência, poderão ter uma posição mais clara sobre esse tema.

Agradeço a todos.

Vamos, enfim, dar início aos nossos trabalhos.

Essa foi uma fala introdutiva, só para situar a profundidade deste tema, relacionado ao sistema carcerário brasileiro.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Sr. Presidente, queria fazer uma breve consideração, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com a palavra, Senador.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Muito obrigado, nobre Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador, aqui nesta nossa audiência pública, em todas elas, tem a palavra a todo momento que desejar.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Agradeço ao nosso nobre Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, e ao mesmo tempo cumprimento os membros da Mesa: Cintia Rangel, da Diretoria da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB); Eduardo Galduróz, juiz de Direito; Carlos Alves Moura, da CNBB; Vilobaldo Adelídio de Carvalho, da Fenaspen; e Pétalla Brandão Timo, representante do Conectas Direitos Humanos.

Quero expressar a seguinte preocupação: realmente, a situação das penitenciárias brasileiras é grave. Aqui, no Distrito Federal, recentemente, tivemos a fuga de dez presos de alta periculosidade do presídio da Papuda, o que trouxe certa inquietação a toda a população, porque são presos com até 92 anos de pena a ser cumprida. Desses presos, com o transcorrer do tempo, recapturaram sete, dois continuam fugitivos, e um foi assassinado em troca de tiros com a polícia.

A gente precisa discutir, como o nobre Senador Paulo Paim colocou, sem paixão essa questão, com o pé no chão, porque realmente o Estado anda com muita dificuldade financeira para bancar todos os gastos, que são altos, relativos aos presídios. Esse assunto nos interessa. Quero conhecer o ponto de vista de ambos os órgãos envolvidos, para ver como avaliam essa questão.

Muitos brasileiros hoje acham lamentável que o preso, muitas vezes fique ali na dele, dando despesa ao Estado e não produza nada para ajudar a pagar o gasto que é feito pelo Estado com relação ao preso, que precisa alimentar-se, que precisa ter uma condição adequada de acomodação. Então, acredito que a gente precisaria também discutir uma forma de a pena ser paga. Acho que o Brasil é um país agrícola com uma imensidão de terras. Eu, sinceramente, não vejo o porquê desse bando de presos acumulados um em cima do outro, sem trabalho.

Deveríamos analisar uma forma, de acordo com a periculosidade de cada um, para que todos pudessem produzir alguma coisa, que tivessem condição de trabalhar numa linha de produção ou na agricultura mesmo ou alguma coisa assim, a fim de que não fiquemos à mercê de deixar um bando de pessoas desocupadas, muitas vezes tramando formas de cometer mais crime, depois que sair da cadeia, ou perdendo-se em drogas, que acabam vazando para dentro da penitenciária.

Então, gostaria de parar por aqui. Vou ouvir o primeiro expositor. Espero que eu tenha condição de bem entender essa primeira exposição. Tenho um compromisso na Caixa Econômica Federal às 10 horas da manhã. Vou ouvir o primeiro expositor e ter de sair, mas vou acompanhar tudo.

O Senador Paulo Paim está de parabéns por esta audiência pública, e temos aqui as notas taquigráficas para acompanhar tudo. Esperamos, Sr. Presidente, que possamos, de repente, daqui, brotar um projeto de lei, a fim de fazer com que esses presos tenham um tratamento mais humano, trabalhando também para produzir e pagar o seu alimento.

Vai ser muito bom se conseguirmos fazer isso nesta Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Senador Hélio José, o primeiro a assinar a lista, presente em quase todas as nossas audiências públicas, parceiro nosso, inclusive em outras, presididas pelo Senador, na falta deste Senador, por conta das minhas viagem por este País.

Estava dizendo agora que termino o 27º Estado, neste próximo fim de semana. Não estarei aqui na 5ª feira, dia em que normalmente temos também audiência pública.

De imediato, Senador Hélio José, vamos passar a palavra para o Juiz de Direito e Secretário do Conselho Executivo da Associação de Juízes pela Democracia (AJD), Dr. Eduardo Galduróz, para que ele fale sobre o tema. Quero também dizer que esta audiência pública já é para instruir um projeto de lei, de autoria do Senador Vicentinho, que foi para a Comissão Especial e está sendo lá relatado.

Então, quando se criou uma série de dúvidas, a pedido da Srª Cíntia e de outros líderes, presentes nesta mesa e no plenário, pedimos esta audiência pública.

Com a palavra, por favor, o Dr. Eduardo. O tempo é de dez minutos, com mais cinco, se necessário.

O SR. EDUARDO GALDURÓZ – Bom dia a todos e a todas. Gostaria de agradecer pessoalmente, assim como em nome da Associação dos Juízes pela Democracia, que hoje represento, ao convite do Senador Paulo Paim. Este é um tema muito importante, que precisa ser problematizado e debatido.

Bom dia a todos os presentes e demais integrantes da mesa.

O posicionamento da AJD sobre o tema já foi externado em uma nota técnica. Ele é de profunda preocupação com o que a AJD considera ser obstáculos constitucionais e éticos intransponíveis, que se buscam implementar com esse projeto de lei.

O projeto de lei, como se sabe, estabelece a possibilidade de parceria público-privada para construção e administração de estabelecimentos prisionais, tanto para receber presos condenados definitivamente quanto provisoriamente.

Segundo esse projeto de lei, serão duas as fontes de lucro do parceiro privado: 1) o número de presos, de tal forma que, quanto maior o número de presos, tanto maior vai ser a contraprestação fixa do Estado; e 2) a livre exploração – e o projeto de lei chamou a minha atenção, porque usa exatamente essa terminologia – do trabalho do preso, seja de forma direta, seja de forma indireta.

Pois bem, entendemos que o projeto de lei, de princípio, já viola frontalmente o disposto no art. 144 da Constituição Federal, que acomete ao Estado a potestade da gestão da segurança pública, estando aí incluídos evidentemente tanto a imposição quanto o acompanhamento de penas aflitivas, como é a pena privativa de liberdade.

Isso se prende a uma razão muito lógica: quando o Estado avoca para si – e essa é uma conquista civilizatória de Estados modernos – o monopólio de imposição de sanções aflitivas, o monopólio da violência, ele o faz com base em interesses públicos.

É um múnus público, quais sejam: estabelecer uma retribuição proporcional à violação do bem jurídico representada pelo crime e promover a ressocialização do preso, para que, quando ele seja liberado, possa voltar à sociedade e não mais delinquir.

A partir do momento em que se misturam a essas razões publicísticas interesses totalmente estranhos, a partir do momento em que se subordina a execução penal a uma lógica de mercado, criamos uma situação de instrumentalização do preso, um situação de absoluto infortúnio, que começa com a prática do crime e passa pela execução da pena, capitalizada e explorada por um parceiro que não vai ter qualquer interesse ou relação com essas finalidades públicas da pena, que visam apenas à obtenção do lucro. Daí porque, de início, entendemos que o projeto de lei não pode ser conciliado com o art. 144 da Constituição Federal. Trata-se aqui de verdadeira mercantilização da liberdade.

Porém, o projeto não esbarra apenas em impeditivos éticos.

Faço aqui um parêntese, na esteira do que o Senador Paulo Paim dizia, para informar que, segundo dados do Infopen, o Brasil conta hoje com a quarta maior população carcerária, mais de 600 mil. Há quem fale de 700 mil presos.

Entre 2000 e 2014, a população brasileira cresceu 16%. A população carcerária brasileira cresceu 160%. Segundo esses dados do Infopen, 80% dos presos brasileiros têm, no máximo, o ensino fundamental completo,

o que mostra que a parcela da população atingida por essa política de superencarceramento e expansionismo penal é exatamente aquela já vulnerabilizada, já carente de políticas sociais efetivas.

Também os dados do Infopen demonstram que grande parte da população presa se encontra nessa situação devido ao comércio varejista de pequenas quantidades de entorpecentes e delitos patrimoniais praticados sem violência.

Isso é importante para se derrubar o mito de que somente há presos perigosos. Se ele está preso é devido ao fato de ser perigoso. Não. A seletividade do Direito Penal faz com que sejam presos autores de fatos burdos, aqueles que estão, por sua vulnerabilidade, mais expostos à ação policial: os "pés de chinelo", como são popularmente conhecidos.

Não por outra razão, organismos internacionais, como a ONU – aliás, amanhã, vai ser apresentado um relatório, na Comissão de Direitos Humanos da ONU, sobre a população carcerária do Brasil, sobre o sistema carcerário do Brasil –, andam no sentido de se reduzir, de se desacelerar essa política cruel de superencaceramento, de expansionismo penal.

Pois bem. O projeto de lei anda exatamente na contramão dessas orientações de organismos internacionais de direitos humanos. Quando se transporta a lógica de mercado para o sistema prisional, cria-se uma situação em que, quanto mais presos, quanto maior o tempo de duração da pena e quanto maiores os cortes nas despesas com infraestrutura do sistema prisional, tanto maiores serão os lucros das empresas privadas.

Ou seja, uma política pública, a política de segurança pública, que se deveria nortear por esses fins publicísticos, acaba norteando-se pelos interesses dos detentores do poder econômico.

Nem se diga que os parceiros privados não terão influência direta na execução da pena. Eles terão sim, porque, em primeiro lugar, vão atrair-se pelo *lobby* da segurança pública as empresas interessadas em lucrar com essa atividade.

Estava lendo uma notícia, ontem, de que uma empresa, que já fez uma parceria desta natureza no Norte e no Nordeste, fez doações à chamada "bancada da bala", nessa última eleição de 2014; ou seja, é extremamente provável que os interesses dessas empresas sejam muito mais bem representados junto aos núcleos de poder do que os da população pobre, que sofre com o problema da superexpansão do Direito Penal.

Em segundo lugar, o projeto de lei – parece que houve agora alguma emenda nesse sentido – previa que somente os diretores e os vice-diretores seriam concursados, o que significa dizer que todos os outros funcionários do estabelecimento prisional seriam contratados pela parceira privada.

Isso quer significar – o projeto de lei não desce a esses detalhes, mas imagino que queira significar –, por exemplo, que o exame criminológico, que terá uma repercussão direta na individualização da pena, será realizado por essa parceira privada. Isso quer dizer que os agentes de segurança penitenciária, que são responsáveis, por exemplo, pela apuração de faltas graves, serão contratados por essa parceira privada. E todos sabem aqui que o cometimento de faltas graves gera uma repercussão direta no tempo de cumprimento da pena em regime fechado.

Aí se poderia argumentar: ora, mas no caso de haver, por absurdo, uma imposição de um procedimento administrativo arbitrário contra esse preso, ele terá acesso ao ordenamento jurídico para se defender. Pois bem; o projeto de lei prevê também que a assistência jurídica vai ser provida pela parceira privada, o que cria um obstáculo ético intransponível e viola frontalmente o art. 134 da Constituição Federal, que acomete à Defensoria Pública o dever de fazer a assistência jurídica dos necessitados.

Segundo ponto de interesse é a a segunda forma de remuneração desses parceiros privados, ou seja, a livre exploração do trabalho dos presos. Aqui eu gostaria só de estabelecer um paradigma no sentido de que o trabalho do preso é um direito da pessoa em situação de cárcere. Talvez tenha que se ter essa premissa em mente: é um direito da pessoa de ser ressocializada. Foi tolhido o seu direito à liberdade, mas existem outros direitos que não foram tolhidos. Pois bem; essa remuneração se dará pela exploração livre do trabalho de mão de obra cativa, barata e vulnerabilizada. Cativa porque a pessoa está presa, à disposição do parceiro privado; vulnerabilizada porque essas pessoas são captadas entre os extratos menos favorecidos da população; e barata porque a mão de obra do trabalhador preso custa 54% menos do que a mão de obra do trabalhador comum, e isso à custa da supressão de vários direitos sociais do trabalhador preso.

O trabalhador preso, por exemplo, não tem vínculo celetista; o trabalhador preso tem direito a três quartos do salário mínimo nacional. Esse artigo já está previsto na LEP, que é uma lei anterior à Constituição, e já é objeto de ADPF ajuizada pela Procuradoria-Geral da República, em que se defende exatamente a tese de que essa distinção viola tanto o princípio da dignidade da pessoa humana quanto o princípio da isonomia.

Existem, no projeto de lei, algumas outras supressões de direitos do trabalhador preso, como a atribuição do trabalho conforme a aptidão, limitação de jornada, descanso semanal entre outros. Ou seja: cria-se

uma situação em que, com vistas à obtenção de lucro, sem ter nada a ver com aqueles fins publicísticos mais elevados da pena, explora-se essa mão de obra vulnerabilizada.

Não por outra razão, a Organização das Nações Unidas, em suas regras mínimas para tratamento de presos, estabelece, no item 72.2: "Os interesses dos presos e de sua formação profissional não deverão ficar subordinados ao desejo de se auferir benefícios pecuniários de uma indústria penitenciária".

Isso sem que haja – e todos aqueles dados do Infopen que eu citei, de explosão da população carcerária – estudos empíricos demonstrando que, como contrapartida, houve a diminuição nos índices de criminalidade. No Brasil prende-se muito, prende-se mal e sem esse resultado efetivo.

De tal forma que a privatização do sistema carcerário – e aqui eu cito alguns outros dados: segundo estudos, um preso do sistema privado custa mais do que um preso do sistema público – interessa não àqueles fins publicísticos declarados da pena, mas interessa às empresas que irão explorar e lucrar com essa atividade.

Nos Estados Unidos, por exemplo, em 2005, é um negócio que movimentou quase US$37 bilhões.

De tal forma, a posição da Associação dos Juízes para a Democracia – já terminando – é no sentido de que esse projeto de lei consubstancia um grave, perigoso e inconstitucional retrocesso nos direitos humanos da pessoa em situação de cárcere, por se entender que as péssimas condições do sistema prisional, que é de todos conhecida, principalmente se essas péssimas condições decorrem de um sucateamento prévio, resultante de opção política deliberada de extrema negligência, não podem servir de pretexto para que, com lastro em objetivos aos fins públicos da pena, legitimem-se, a um só tempo, a cruel política de expansão penal que atinge primordialmente a população pobre e, em segundo lugar, a situação de exploração de mão de obra cativa, barata e vulnerável, com vistas à exploração de lucro que com esse projeto de lei, se pretende implementar.

A AJD, portanto, é manifestamente contrária à aprovação do referido projeto de lei. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Eduardo Galduróz, Juiz de Direito, Secretário do Conselho Executivo da Associação de Juízes pela Democracia (AJD).

Pelo volume das palmas, já dá para sentir o clima de qual vai ser o pedido final da turma toda em relação a esse projeto.

Quem vai usar a palavra agora é a Diretora da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), Drª Cintia Rangel Assumpção. Antes, como eu já havia anunciado, o Senador Hélio José, pediu a palavra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Rapidamente, ouvindo o Dr. Eduardo – como eu disse, vou poder ouvir apenas um porque tenho que ir à Caixa Econômica em audiência pública com a Presidente –, preocupa-me, e concordo com tudo o que você colocou, o fato de que temos que ter alternativas. Realmente, a situação que está hoje não dá para permanecer. Esse depósito de presos, um em cima do outro, sem produzir nada, não ressocializa ninguém; só faz aumentar a violência, na minha visão.

Estou à disposição, meu gabinete, acho que o gabinete do Senador Paulo Paim também, para, se for o caso, apresentarmos um substitutivo, algum a coisa que dê alternativas, porque a sociedade brasileira não suporta mais o Estado, tendo que pagar, pagar, pagar por esse depósito de presos sem trabalhar. Então, precisam trabalhar, produzir numa boa, sob uma forma humana, de direitos humanos, uma forma que contemple isso, para que eles possam se sentir mais úteis inclusive. Então, deveríamos pensar em alternativas. Concordo com suas ponderações, não há dúvida. Privatizar por privatizar não tem sentido, ninguém está aqui defendendo isso, nem eu, nem o Senador Paim, acho que a maioria dos Senadores aqui não apoiam esse tipo de atitude. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Hélio José.

Por favor, agora o JP já presente, o JP, que é também nosso convidado, que já está aqui presente, estava com dificuldade para entrar. Foi resolvido, já está aqui conosco. Por favor, Drª Cintia, Diretora da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB). O JP, além da CSPB, também representa a Central...

A SRª CINTIA RANGEL ASSUMPÇÃO – A CTB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A CTB.

A SRª CINTIA RANGEL ASSUMPÇÃO – Bom dia a todos. Agradeço aos meus colegas agentes penitenciários que se fizeram presentes em um tema tão polêmico, que atinge a todos nós de forma direta.

Quero cumprimentar a Mesa na pessoa do Senador Paulo Paim, fazendo um agradecimento especial a esse homem público que se dispôs, tão logo encaminhamos a solicitação, a marcar esta audiência pública no sentido de permitir que tivéssemos o debate sobre o PLS nº 513, de 2011, que está hoje na Agenda Brasil, sem qualquer discussão, é preciso que se diga, já que a Agenda Brasil tem uma votação terminativa. Temas dessa natureza são extremamente polêmicos.

Lamento a saída do Senador Hélio José, porque existem alternativas, sim. As pessoas que estão aqui representadas e que representam, em sua grande maioria – vão ocupara a mesa – entidades de defesa de direitos humanos têm alternativas à questão da prisão, inclusive, têm críticas de conhecimento de causa.

Abro aqui um parêntese para dizer que é muito estranho que Senadores que nunca estiveram dentro de estabelecimentos penais se julguem no direito de determinar regras e estabelecer que a privatização é a melhor solução para o sistema prisional.

Eu gostaria de complementar a expressão do ex-Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que se referiu ao sistema prisional como falido. Eu diria, Senador Paulo Paim, que o sistema prisional não é falido; ele é abandonado. É diferente. O sistema prisional nunca fez parte de uma agenda política neste País, e é terrível quando você pensa que um processo de degradação contínua levará a uma privatização.

Não me causa estranheza, Dr. Eduardo, que empresas tenham beneficiado determinados segmentos políticos desta Casa. Nós sabemos que, nos Estados Unidos, empresas que são responsáveis pela administração de penitenciárias privadas produzem um *lobby* tremendo dentro do Congresso americano não só financiando campanhas como também estimulando à elaboração de leis que levam a um agravamento de pena, porque é exatamente isso que esse projeto vai causar. Não haverá interesse algum no processo de reinserção e de reabilitação social.

Dizem que o Brasil é a quarta população carcerária brasileira, e eu percebo que, em menos de cinco anos, nós estaremos chegando a patamares muito mais elevados, porque, diferentemente, dos outros três países, nós continuamos encarcerando a taxas absurdas. Os três países que ocupam posições inferiores em termos de população carcerária estão, há praticamente dez anos, desenvolvendo projetos de desencarceramento, estimulando medidas como aplicação de alternativas penais, processos de abrandamento a determinadas penas ligadas à questão do tráfico de drogas e, em terceiro lugar, investindo pesadamente em processos de reinserção social.

Quem tem experiência dentro do sistema prisional sabe a dificuldade que é investir em políticas de reinserção social, porque não faz parte de uma agenda política. Essa é a verdade! Nas mesmas condições degradantes a que são submetidos os presos estão os servidores. Nós precisamos pensar e ampliar a nossa visão em relação à execução penal. Faz parte da nossa ideologia, faz parte das nossas posições pensar que encarceramento resolve índices de criminalidade. Se fosse assim, o Brasil seria o quarto país mais seguro do mundo.

É lamentável imaginar que nos falta coragem – e aí falo em relação não só ao Executivo, aos gestores públicos do Executivo, mas também em relação a esta Casa, ao Senado e à Câmara dos Deputados – para nos debruçarmos sobre a propositura e a organização de leis que permitam processos de reinserção, de fiscalização de alternativas penais, porque essa é a verdade. Hoje, nós temos um ordenamento que permite a aplicação de alternativas penais e não temos, dentro do serviço público, um corpo capaz de fiscalizar.

Eu sou agente penitenciária federal. Recentemente, nós tivemos uma mudança na nossa legislação que mudou a nomenclatura do nosso cargo. Nós, por um projeto que será aprovado ainda neste semestre, passaremos a ser agentes federais de execução penal, não porque tenhamos qualquer tipo de restrição ao termo "penitenciário", mas porque o termo "penitenciário" se refere única e exclusivamente a estabelecimentos penais de regime fechado, e execução penal é muito maior que isso.

A evolução da execução penal no mundo tem avançado principalmente na aplicação de alternativas penais. A ideia tosca de que privatizar será uma solução é absurda.

Eu comentava com o Senador Paulo Paim, um pouco antes de iniciar à audiência pública, que nos faz falta o pronunciamento do Senador Roberto Requião, que, quando assumiu o Governo do Paraná, um Estado que tinha um grande número de estabelecimentos privados, reconheceu que o argumento de economia não se aplica.

Hoje, para nós termos uma ideia, nos Estados Unidos se investem no processo de desencarceramento 7% apenas.

Eu brinco: se privatização desse certo, os Estados Unidos, que foram os precursores dessa ideia, teriam a totalidade do seu sistema penitenciário privatizado, e hoje são apenas 7%, e esses 7% provocam uma sangria absurda dentro dos cofres públicos. Por quê? Porque existem lá cláusulas contratuais que estabelecem ocupação mínima. Há um comprometimento do Estado de encarcerar 80%, manter 80% das vagas ocupadas, porque o único propósito é o lucro.

Também me causa bastante alegria a presença não só dos servidores que estão aqui e que trabalham dentro do sistema prisional, como a presença da defensoria pública; do grupo Conectas, que foi responsável por várias das denúncias em relação às condições desumanas de nossos cárceres... (*Palmas.*)

E também da CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, da Associação de Juízes pela Democracia (AJD) e dos representantes das federações dos servidores públicos, porque estamos dispostos a discutir. Ninguém mais do que nós que estamos aqui somos capazes de determinar juízos de valor e sugerir alterna-

tivas à questão da situação carcerária brasileira. Que não sejamos ingênuos! Ela é caótica, ela é vergonhosa, mas, especialmente porque foi durante décadas abandonada, faltam-lhe políticas públicas eficazes. Nós não investimos na execução penal, porque faz parte do processo de degradação humana condenarmos aquelas pessoas e os servidores que estão lá, porque uma verdade precisamos dizer: eu sinto a discriminação todas as vezes em que me identifico como agente penitenciária. Existe por parte da sociedade e de muitos agentes políticos um preconceito em relação não só a quem está preso, mas àquele que labora, e precisamos começar a estreitar esses laços.

Agradeço novamente e, fazendo menção para finalizar, não tenho nada a acrescentar às palavras do Juiz Eduardo, porque o PL 513 é de uma inconstitucionalidade absurda. E me causa ainda estranheza que um projeto como esse esteja na Agenda Brasil: quais são os interesses que o levaram a ser selecionado dentro de uma gama de processos? Qual é o interesse de, a toque de caixa, se me permitem a expressão, sem uma discussão mais ampla dentro das comissões, ser aprovado e ser levado à Casa, à Câmara dos Deputados, que já tem um juízo de valor também? No ano passado, foi concluída uma CPI do sistema carcerário, cujo relatório recomenda a privatização do sistema prisional. Curiosamente, uma das audiências dessa comissão teve representantes de empresas americanas, que estavam ali para demonstrar o quanto isso é benéfico. Parece uma piada!

Hoje, se formos analisar, todas as pessoas que trabalham com execução penal de uma forma séria dizem que a privatização é um caminho sem volta, tão sem volta que não vamos resolver em nada isso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Cintia Rangel Assumpção, Diretora da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil.

Quero só dizer que a Cintia já pediu que fizéssemos alguns requerimentos, para que esse projeto não tramite somente na comissão especial. Então, no fim da audiência pública, vamos colocar em votação simbólica, naturalmente, se todos entendem que esse é o caminho, na hora dos procedimentos finais.

Passo a palavra, neste momento, ao meu amigo militante de anos e anos e anos, o Dr. Carlos Alves Moura, que representa aqui a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Quero dizer, Moura, que eu estive lá, nesse fim de semana, almoçando com os padres capuchinhos, lá em Caxias, que completam 120 anos. Eu disse que iria estar com você, mandaram que eu lhe desse um abraço.

Então, receba o abraço da comunidade dos padres capuchinhos lá de Caxias do Sul, que completa 120 anos de luta permanente pelo bem social.

O SR. CARLOS ALVES MOURA – Obrigado, Senador

Cumprimentos aos senhores e as senhoras e cumprimento especial ao Senador Paulo Paim, que eu conheci quando chegou a este Parlamento, em 1986.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Não fique você fazendo o cálculo da minha idade. São só 65. (*Risos.*)

O SR. CARLOS ALVES MOURA – Pois é. E se chegava naquele momento no Parlamento um metalúrgico que viria para defender a sua categoria, também chegava naquele momento o cidadão brasileiro que viria defender os menos afortunados, que viria defender aqueles desprotegidos e que trazia um compromisso com a ancestralidade, um compromisso com a identidade dele mesmo, que é também, em grande parte, a identidade do povo brasileiro. Porque o então Deputado Paulo Paim já trabalhava pela superação do preconceito, do racismo e da discriminação que vitimizam negros e negras neste País.

Foi por isto que trabalhou, para que fosse criada a Fundação Cultural Palmares, proposta ao Congresso pelo Presidente José Sarney. Daquela data até agora, o hoje Senador Paulo Paim, sempre ao lado dos desprotegidos, sempre ao lado dos injustiçados.

E eu me permitiria, Senador, subscrever as suas palavras iniciais quando, desta tribuna, reclamava pelo respeito ao Estado de direito e aos postulados constitucionais no que tange à investigação, à punição de crimes. V. Exª deplorava os últimos acontecimentos políticos, ou, melhor dizendo, o acontecimento político da última sexta-feira, quando um ex-Presidente da República foi conduzido debaixo de vara para prestar depoimento.

Estamos todos presos e aturdidos. V. Exª dizia, é fundamental e importante a apuração e a consequente punição, se assim a Justiça determinar, daqueles que ousaram bulir nos cofres públicos em proveito próprio. Mas é preciso que tudo seja feito conforme os postulados legais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me dizer, Moura, só agradecendo à sua lembrança, que nunca, na história da República, aconteceu algo semelhante. Nunca! E a pergunta fica. Sabe-se que era um operário, um nordestino, alguém que teve a ousadia de combater a elite deste País, chega a presidência da República por duas vezes e elege a primeira mulher presidenta... São perguntas que o povo está fazendo. Eu não estou aqui afirmando nada. É o povo que está fazendo. Mesmo aqueles que são contra e têm uma visão diferente em relação ao Presidente Lula e até aqueles que pregam o *impeachment* . Eu

ouvi declarações de que, infelizmente, não deveria ter acontecido. Que foi um abuso, um abuso ter feito. Não era necessário.

Por isso, eu queria agradecer também a sua fala, que vai no sentido daquilo que aqui nós todos afirmamos. Investiguem tudo, façam todos os procedimentos, mas não podem tratar um ex-presidente da República, que foi citado em alguns fatos, como se trata um bandido, como se tratam, por exemplo, alguns donos de empreiteiras, grandes empresários, que estão na Papuda, que estão em Curitiba, e que já assumiram a sua culpa, inclusive com delações premiadas, para buscar sua liberdade. É a isso que o povo brasileiro disse não, disse: "vamos devagar com o andor". A democracia... Aqui, estamos defendendo a democracia, a democracia.

Por isso, permitam que eu dê uma salva de palmas a esse representante da CNBB, pela sua ousadia de afirmar aqui a sua posição. (*Palmas.*)

O SR. CARLOS ALVES MOURA – Devo dizer, Senador, que esta é a minha posição pessoal. Não trago aqui, Senadores, senhoras e senhores, uma delegação, nem contra nem a favor, para me pronunciar. Falo em meu nome próprio, democrata que sou.

Mas, entrando na temática desta reunião, trago aqui, Senador, senhoras e senhores, o que considero uma relíquia do ponto de vista de participação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil nas questões e nos problemas que afligem a sociedade brasileira, sobretudo na perspectiva dos mais pobres.

A Campanha da Fraternidade de 1997 foi destinada aos encarcerados, com o nome "Cristo liberta de todas as prisões". E, ao ouvir os que me antecederam, eu ficava a cismar como as coisas não mudam, e alguém cobrava aqui a questão prisional não constar da agenda política ou das preocupações maiores do Estado brasileiro. Ela não existe.

E já esse documento indicava que temos 129.069 presos no Brasil, conforme dados do Censo Penitenciário Nacional, publicado pelo Ministério da Justiça. São 124 mil homens, 96%, 4 mil mulheres, 3%, ocupando uma rede de estabelecimentos que teria vagas para 54 mil pessoas.

Dentro do atual sistema, apenas para atender essa população prisional, seria preciso mais que o dobro de vagas. Estima-se o custo da criação de cada nova vaga em 15,6 mil – moeda da época – não pela construção de cela, mas por todas as medidas adicionais nos serviços penitenciários, segurança e pessoal necessário.

Vejam que nada mudou de 1997 para cá do ponto de vista da superlotação carcerária, e evidentemente também não mudou do ponto de vista do cumprimento daquilo que determina a Lei de Execuções Penais. E agora vem a proposta de privatização do sistema penitenciário.

Não sei se é uma politização aquilo que sustentarei nesta tribuna, mas questiono se essa proposta de privatização do sistema carcerário não estará também dentro da lógica, Senador Paulo Paim, de que tudo deve render-se ao mercado, de que as relações devem ser regidas pelo capital, porque o capital é que domina o mercado. Ela vem dentro dessa perspectiva de Estado mínimo, o Estado cada vez mais se ausentando de suas atribuições, mormente daquelas relativas à segurança e à garantia da pessoa humana. Será, Senador Paim, que tem em vista essa posição com que se propõe, com as medidas provisórias 664 e 665, e outras coisas que vêm por aí...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Diga-se de passagem que fomos contra as medidas 664 e 665.

O SR. CARLOS ALVES MOURA – É evidente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Seremos contra a reforma da Previdência e outras iniciativas desse tipo. Venham de onde vierem, se a intenção for tirar direitos dos trabalhadores, dos servidores e dos aposentados, nós estaremos contra e, pelo que me consta, esse projeto vem nessa linha. (*Palmas.*)

O SR. CARLOS ALVES MOURA – E já se fala em tocar na CLT...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E aqui não passará, doa a quem doer.

O SR. CARLOS ALVES MOURA – Não passarão!

O Senador Paim vai descontar o tempo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Descontarei o tempo relativo às interrupções que fiz em sua fala. Com certeza vou descontar!

O SR. CARLOS ALVES MOURA – Mas nada mudou, gente!

Na época dessa Campanha da Fraternidade, eu presidia – e isso durou 6 anos – o Conselho da Comunidade de Brasília, e estava sempre visitando a Papuda. Tenho conhecimento dessa situação, que não é segredo para ninguém na sociedade brasileira. E eu me recordo que, naquela oportunidade, conseguíamos algum recurso – penso eu que com um projeto apresentado à União Europeia, para a contratação de dentistas e psicólogos que pudessem atender a massa carcerária da Papuda. Mas tivemos o cuidado de fazê-lo na perspectiva de que também os agentes penitenciários pudessem ser atendidos. (*Palmas.*)

Foram seis anos de trabalho, em parceria com a Pastoral Carcerária.

É preciso libertarmo-nos, é preciso que nos libertemos das ideias de que presos e agentes não necessitam de nossas atenções. Uns estão encarcerados por que transgrediram a legislação; outros, não menos encarcerados, convivem com a responsabilidade da manutenção da disciplina, da ordem, do cumprimento da Lei de Execução Penal.

Eu me atreveria, Senador Paulo Paim, a fazer uma pergunta. Verificando as nominatas, não encontrei o nome de alguém que estivesse encarcerado para vir aqui falar conosco. Penso eu...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Posso responder, de imediato. Passo a responsabilidade para a Mesa, para que responda. Quando vem aqui um pedido de audiência pública, sempre permito que os que a postularam indiquem aqueles que serão os painelistas. Eles podem responder se é possível ou não trazer aqui alguém que está preso.

Alguém pode responder? (*Pausa.*)

A Cintia disse que responde.

Vá lá, Cintia! Por isso, tu és diretora da CSPB. Quando surge um problema, eu o passo para ti. É o não é, JP?

A SRª CINTIA RANGEL ASSUMPÇÃO – O requerimento foi formulado pela Confederação dos Servidores Públicos do Brasil. Como é o propósito desta audiência, nós queremos ampliar o debate. Imagino que esta não pode ser a única audiência para se discutir a questão da privatização do sistema prisional. (*Palmas.*)

Mas também tomamos o cuidado de trazer aqui o representante da Pastoral Carcerária, que tem, com certeza, legitimidade para falar pelos presos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, muito bem!

A SRª CINTIA RANGEL ASSUMPÇÃO – Ele nos indicará um representante para uma futura audiência, em breve. Atendendo o requerimento de que esse projeto sairá da Agenda Brasil e tramitará por outras comissões, para se ampliar este debate, com certeza, acolheremos as indicações dos que estão à Mesa e também dos colegas que estão presentes. Espero ter esclarecido. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Saiu-se bem!

O SR. CARLOS ALVES MOURA – Para terminar, lerei uma nota da CNBB relativa à questão tratada nesta audiência pública:

NOTA DA CNBB CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL

"Eu estava na prisão, e fostes visitar-me." (Mt 25,37)

O Conselho Episcopal Pastoral (Consep) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), reunido em Brasília, nos dias 24 e 25 de novembro de 2015, acompanha, com preocupação, a tramitação, no Senado Federal, do PLS nº 513/2011 que estabelece normas gerais para a contratação de parceria público-privada para a construção e administração de estabelecimentos penais.

Segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional, a população carcerária do Brasil ultrapassa o número de 600 mil pessoas. Percebem-se escassos sinais de melhoria que atendam à finalidade de reinserção social dos apenados. Ainda permanecem graves violações de direitos e garantias fundamentais.

O atual sistema prisional, competência do Estado brasileiro, mostra-se falido e incapaz de cumprir suas finalidades institucionais.

Afirma o Papa Francisco e nós, bispos, com ele [aspas]: 'É doloroso constatar sistemas penitenciários que não buscam curar as chagas, sarar as feridas, gerar novas oportunidades (…). É sempre mais fácil encher os presídios do que ajudar a andar para frente quem errou na vida (…). Neste período de detenção, de modo particular, é necessária uma mão que ajude a reintegração social, desejada por todos: reclusos, famílias, funcionários, políticas sociais e educativas. Uma reintegração que beneficia e eleva o nível moral de todos.' (Papa Francisco).

A ineficiência do sistema prisional não pode levar à privatização. O ser humano jamais pode ter sua dignidade aviltada, pois lucro e pena não combinam. Um sistema carcerário privatizado abre possibilidades para mais e maiores penas.

Portanto, os Bispos deste Conselho manifestamos nossa rejeição ao PLS nº 513/2011 e às propostas tendentes à privatização do sistema prisional brasileiro ou de parte dele.

Pedindo ao Pai de bondade sua proteção misericordiosa para todos, manifestamos nosso apoio irrestrito à Pastoral Carcerária, em sua missão de anunciadora da Boa Nova e defensora da dignidade da pessoa encarcerada.

Brasília, 25 de novembro de 2015

Assinam: Dom Sérgio da Rocha, Arcebispo de Brasília e Presidente da CNBB; Dom Leonardo Steiner, Bispo Auxiliar de Brasília, Secretário-Geral da CNBB; Dom Murilo Krieger, Vice-Presidente da CNBB. (*Palmas.*)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi Carlos Alves Moura, que falou pela CNBB e terminou com a citação do Papa Francisco, que hoje é uma referência dos direitos humanos no

mundo todo. Ao mesmo tempo, rejeita, de forma muito firme, o projeto em debate, entendendo que ele não ajuda nada a melhorar o sistema e a política de direitos humanos.

Passamos agora ao representante da Federação Nacional Sindical dos Servidores Penitenciários, Dr. Vilobaldo Adelídio de Carvalho. (*Palmas.*)

O SR. VILOBALDO ADELIDIO DE CARVALHO – Em primeiro lugar, bom dia a todos e a todas.

Agradeço imensamente ao Senador Paim por esta oportunidade. Como já bem lembrou a Cintia, esperamos que não fiquemos apenas aqui.

Cumprimento todos os presentes da assembleia, em nome do nosso grande presidente, Fernando Anunciação, da nossa Fenaspen, que representa 22 Estados da Federação, mais de 85 mil servidores que estão Brasil afora acompanhando esta audiência pública pela TV Senado.

Aqui, nós levamos nosso abraço a todos.

Eu acabei preparando alguns eslaides porque há imagens – e imagens às vezes falam por si só – e dados. Vou tentar passar rápido por conta de algumas questões já terem sido bem esclarecidas aqui.

Dentro de todo esse contexto, escolhi o título: "Sistema Prisional em Debate: uma caixa de problemas e um banco de soluções". E lamento realmente o Senador Hélio José não estar presente porque penso que há n alternativas para o sistema prisional, e a questão da privatização nem deveria estar em debate. Nós deveríamos estar aqui debatendo o papel do Estado brasileiro. (*Palmas.*)

O quanto o Estado brasileiro tem virado as costas e sido omisso em relação ao sistema prisional, deixando de cumprir seu papel. É esse o debate que nós deveríamos estar fazendo aqui para construir alternativas.

Eu sou agente penitenciário, com muito orgulho, e aqui tenho que dizer que não sou apenas agente penitenciário, pois busco estudar o esquema. Meu mestrado é em Políticas Públicas, buscando compreender melhor o assunto, e fiz especialização em Gestão Pública, buscando compreender melhor o assunto. Já fui gerente de unidade prisional, e desafio alguém a provar que a privatização do sistema prisional resolve o problema.

Vou prosseguir porque são muitos eslaides.

Eu quero começar por aqui, por alguns questionamentos, para que nós possamos refletir.

Qual o papel do Estado em relação à garantia da segurança social? O que é mesmo segurança pública? Porque nós estamos tratando aqui de segurança pública.

Quais os velhos e novos problemas que acometem o sistema prisional? Quais seriam as soluções? Os problemas nós conhecemos. Temos que debater as soluções. Os problemas estão postos, à vista. Não adianta querer inventar a roda. Privatizar o sistema prisional é querer inventar a roda, e a roda já foi inventada há muito tempo.

Quais os obstáculos à privatização do monopólio estatal da violência, da pena de prisão e do direito de punir? Nós estamos falando da privatização do monopólio estatal da violência. É uma situação extremamente grave que precisa de uma discussão bastante aprofundada.

E eu vim aqui falar um pouco sobre a questão do Estado e da segurança pública, mas remetendo ao nascimento do Estado moderno, que se consolida com os contratualistas, com Hobbes, com Locke e com Rousseau, em que se parte do pressuposto de que é necessário construir um pacto entre as pessoas por meio de uma instância reguladora capaz de mediar os conflitos e manter o equilíbrio social. É a iniciativa privada que vai fazer isso, que vai manter esse equilíbrio, que vai mediar esses conflitos. Nesse contexto, consolida-se o monopólio da violência pelo Estado moderno, firmado por meio do contrato social. E a privatização o que faz é rasgar o pacto. Ela literalmente rasga o contrato social.

A garantia da ordem e da segurança pública ocorre por meio da monopolização do uso da violência pelas instituições policiais, judiciais e prisionais do Estado. E existe, dentro desse contexto, um fluxo de atividades concatenadas e sucessivas que definem o papel do Estado na consecução da segurança social nas diversas sociedades contemporâneas. Quem diz isso não sou eu, são estudiosos do tema, como Flávio Sapori, de Minas Gerais, que estuda muito essa questão.

O arranjo institucional da segurança pública compõe um complexo sistema organizacional e legal, que por sua vez divide-se em subsistemas com características próprias e singulares, mas que estão articulados, em princípio, por uma divisão do trabalho e complementariedade de funções. Dentro desse processo sistêmico, nós temos o subsistema policial, como afirma Flávio Sapori, o subsistema judicial e o subsistema prisional. E o que, na verdade, nós temos é uma desarticulação total do que eu nem sei se poderíamos chamar de sistema. O sistema isoladamente não funciona, e o sistema de Justiça criminal, que comporia tudo isso, na prática também não funciona de forma adequada. Então, tem que se repensar a forma de fazer com que esse sistema funcione de forma mais efetiva.

Para dizer que estamos tratando de segurança pública, o Bengochea é claro em dizer que o sistema de segurança pública tem que ser sistêmico, porque o sistema tem que ser rápido, um processo que envolva não só atividades preventivas ou de contenção, precisa ter o início, que é a prevenção, e o final, que é recuperar

e tratar os autores dos delitos. Ou seja, nós, do sistema prisional, somo a ponta do verdadeiro *iceberg* que é o complexo do sistema de justiça criminal, que é a parte mais específica da segurança pública.

Temos aqui que na verdade está se discutindo inserir o sistema dentro da Constituição. O Dr. Eduardo falou muito bem da questão do art. 144. Esta Casa e a Câmara Federal têm um débito conosco, com os agentes prisionais e com a sociedade. A Constituição foi pensada naquele contexto de 1988, naquela época se esqueceu o sistema prisional no complexo sistema que deve ser o sistema de segurança pública, pensado como bem colocam os teóricos que estudam a questão. Então, a Carta republicana, de certa forma, limitou o ciclo da segurança pública, que se completa com o sistema prisional. Por conta disso, vêm sendo viradas as costas, está sendo à margem das políticas de segurança pública, nós estamos sendo excluídos do processo de toda e qualquer política de segurança pública. É muito fácil dizer que o sistema não funciona. Por que não vamos às razões, aos porquês de esse sistema não funcionar, por que não aprofundamos mais as reflexões nesse sentido? A olhos vistos, percebe-se que ele não funciona de forma adequada, mas não se buscam as razões de por que não funciona de forma adequada.

Dentro desse contexto, temos na Câmara dos Deputados, aqui ao lado, a PEC 308/2004, que institui a Polícia Penal, em tramitação na Câmara do Deputados, que tem como objetivo preencher essa lacuna deixada em aberto pelo legislador originário quando da Constituição Federal. Nós teríamos, a partir daí, um ciclo completo do sistema de segurança pública.

Eu queria passar para essa parte aqui: o sistema prisional brasileiro, velhos e novos problemas, porque há alguns que vêm surgindo. Os velhos problemas são resolvidos e surgem novos problemas. Como velhos problemas, a superlotação, que é recorrente, motins, rebeliões, fugas, e tentativas de fugas, carência elevada de pessoal e de equipamentos de segurança, falta de profissionalização, uso político, amadorismo na gestão, péssimas condições das estruturas físicas e da alimentação. Quando vemos esses problemas, por que eles não são atacados e vencidos? Porque o Estado tem sido omisso, tem deixado realmente de cumprir o seu papel. Como o Estado vem se comportando diante dessa temática? Vem se comportando de forma omissa, virando as costas para o sistema e deixando os bravos servidores prisionais carregar nas costas, com coragem e com bravura, esse sistema que ainda se encontra de pé.

O Sérgio Adorno é muito enfático nessa questão dos problemas. Em 1996, ele já dizia que "ao longo das quatro últimas décadas, análises efetuadas mostraram que a tônica das políticas públicas penais [...] tem sido a de promover a segregação e o isolamento dos sentenciados". Isso se agravou mais de 1996 para cá, quando o sistema prisional teve um crescimento em torno de 600% de presidiários. Na mesma velocidade, do outro lado, a questão da criminalidade. E as prisões brasileiras são essa verdadeira afronta aos direitos humanos, mas não só dos presos, aos direitos dos servidores. Nós enfrentamos o sistema no seu dia a dia e temos verdadeiros heróis dentro desse sistema, com seus direitos atacados, sem ser valorizados, sem condições adequadas de trabalho.

Aqui peço até desculpas por ter que mostrar algumas imagens, mas temos que retratar a realidade e depois dizer que não é a privatização que vai resolver isso, que é questão da superlotação das estruturas físicas, mostrando que são problemas recorrentes. A questão das rebeliões, armas que os presos conseguem tirar das estruturas, que são frágeis, para se armarem e para matarem, assassinatos de presos.

E aí, dentro disso, nós temos a questão das estruturas de trabalho, as armas que normalmente nós utilizamos dentro do sistema, com presos perigosíssimos, em escolta. Há local em que se usa até estilingue às vezes, porque não há realmente uma arma decente. Isso é que é uma vergonha. O Estado tem que olhar é para essas condições também dos trabalhadores.

E aqui eu trouxe estes dados do Depem que mostram, cabalmente, que o crescimento da população presa no País vem-se dando de forma vertiginosa. Mesmo com o surgimento de novas vagas, não se consegue nem sequer estancar o déficit. Cresce a população presa, e cresce o déficit no sistema prisional, ano após ano. Nós saímos de 200 mil vagas para 348 mil vagas...

(Soa a campainha.)

O SR. VILOBALDO ADELIDIO DE CARVALHO – ... mas saímos de pouco mais de 300 mil para mais de 600 mil, segundo dados de 2014.

Então, nós temos um quadro extremamente grave. E aí vão surgindo novos problemas: facções, organizações criminosas encurralando o Estado, tomando conta do sistema, assassinatos extremamente violentos entre presos. Aquele fato ali é questão de Pedrinhas, que era terceirizado – é uma característica da terceirização.

Ali um agente penitenciário covardemente assassinado.

Então, são questões novas que vão surgindo.

Recentemente, no ano passado, aconteceu em Pedrinhas e agora em Pernambuco: a ousadia das facções e organizações criminosas, invadindo e quebrando muros de unidade prisional, porque falta o Estado dar mais segurança aos seus próprios servidores que laboram no sistema.

E há o PLS que estabelece as normas gerais para contratação de parcerias público-privadas. Com todo o respeito aos Senadores que o propuseram, desse projeto não se aproveita nada! Eu quero aqui acreditar nos Senadores da República, homens grandiosos, que não vão permitir – quero acreditar – que venha a se aprovar um projeto dessa natureza. Eu espero sinceramente que esse projeto – estamos para o debate – seja realmente arquivado.

Os argumentos da privatização estão lá na justificativa do projeto. Falam da ideia da Administração Pública gerencial, da questão da eficiência, da questão da corrupção, de acabar... No setor público, há corrupção, há nepotismo, há abuso de poder. Eu estou no serviço público hoje. Eu fui gerente na iniciativa privada aos meus 20 anos de idade. O Vilobaldo da iniciativa privada não é diferente do Vilobaldo do setor público; é o mesmo!

Então, é para discutir eficiência? Vamos discutir eficiência, dando condições para que ele funcione de forma eficiente!

Aqui, na verdade, está-se criando um mecanismo de alimentar corrupção – é justamente o contrário do que está colocado ali –, de se fazerem indicações políticas para contratação, de se abusar do poder, de se ter falta de controle social inclusive nas unidades prisionais que seriam privatizadas.

Argumentam que o Estado mostrou-se incompetente! E por que nós não vamos discutir por que o Estado se mostrou incompetente? Por que não vamos discutir como deve, de fato, ocorrer uma gestão pública eficiente, fazendo com que o Estado cumpra o seu papel?

Eu cito aqui inclusive o relatório da Pastoral Carcerária de 2014 – peço licença –, visitando unidades prisionais privadas, que demonstra que há praticamente os mesmos problemas das unidades prisionais estatais. E aí é interessante quando coloca que efetivamente não há informações suficientes para se realizar uma análise segura da efetividade da privatização no âmbito dos Estados, a começar pela falta de transparência. Nós vamos ter uma situação de muito mais falta de controle do Estado das empresas privadas, que têm a questão do outro risco de as organizações criminosas patrocinarem esse processo e terem um controle ainda maior dessa criminalidade sistêmica que nós temos neste País e que, com certeza, vai se agravar se esse projeto for concretizado.

Nós temos alguns entraves que já foram citados aqui. Eu vou só passar rapidamente alguns obstáculos à privatização, que são a questão da natureza ética, a questão de fazer com que se rompa o pacto, o contrato social. Nós temos a liberdade individual, que é natural, que é consagrada neste pacto, e a privatização rompe com isso. Então, nós estaríamos rompendo com esse princípio de que a única coação, moralmente, seria aquela imposta pelo Estado, por meio da execução de penas ou outras sanções.

A questão jurídica, que já foi bem colocada aqui pelo Dr. Eduardo, também mostra que há uma quebra do monopólio estatal da violência e do *jus puniendi* por parte do Estado, que tem esse poder e não pode delegar a terceiros. Então, nós estamos diante realmente de um vício flagrante de inconstitucionalidade. A questão política, além de possibilitar o fomento de organizações criminosas patrocinando esse processo, poderia fazer com que nós tivéssemos uma quebra da ordem pública e da segurança social ainda mais elevada.

Como exercer o controle social com unidades prisionais privatizadas? Isso torna a situação ainda mais difícil de ser controlada. O Senador falou aqui que nós precisamos apontar saídas. Aqui há o Orçamento Geral da União de 2014, e nós temos a distribuição de dados. Para a nossa surpresa...

(Soa a campainha.)

O SR. VILOBALDO ADELIDIO DE CARVALHO – Não sei se alguém vai encontrar aí quantos por cento foram investidos em segurança pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – V. Exª tem mais um minuto.

O SR. VILOBALDO ADELIDIO DE CARVALHO – Em um minuto, vou tentar passar as imagens.

Aqui mostra também esse processo.

Aqui mostra o quanto os recursos do Funpen estão parados e poderiam ser investidos. São bilhões que agora, inclusive, o STF definiu que deveriam ser descontingenciados.

Aqui eu queria trazer o exemplo de uma unidade prisional em São Raimundo Nonato, no Piauí, que é uma unidade prisional com apenas 122 vagas e que não ultrapassa a sua quantidade de vagas. Em mais de quatro anos, não há uma fuga, não há uma rebelião, não há um motim, não entra um celular. Ela não tem as condições mínimas e adequadas para os agentes trabalharem, mas não ultrapassa a sua capacidade.

Do outro lado, nós temos, no Piauí, uma casa de custódia que tem 336 vagas e 904 presos. Acaba havendo um descontrole. A superlotação, por si só, já faz com que tenhamos esse problema.

(Soa a campainha.)

O SR. VILOBALDO ADELIDIO DE CARVALHO – Aqui, algumas imagens dessa situação.

Aqui, só para finalizar, algumas propostas. Como ficou colocado, seria interessante nós termos saídas: ampliação de medidas e alternativas à pena privativa de liberdade; federalização de tipos criminais processuais penais de execução penal, através do Código Penal, do Código de Processo Penal e da LEP; inserção constitucional do sistema prisional no âmbito da segurança pública, por meio da aprovação da PEC 308; fortalecimento do papel do Estado no sistema de justiça criminal, adotando medidas para garantir a celeridade na tramitação processual; inclusão do sistema prisional no projeto de lei de criação do SUSP (Sistema Único de Segurança Pública); elaboração e efetivação de um programa nacional de segurança pública que atenda os princípios e diretrizes da Conseg, que nós discutimos lá, a sociedade aprovou e parece que foi tocado fogo; padronização e valorização da carreira de servidores penitenciários prisionais e profissionalização da gestão do sistema; definição de percentuais dos *royalties* do pré-sal para se investir em segurança pública.

(Soa a campainha.)

O SR. VILOBALDO ADELIDIO DE CARVALHO – Por fim, o PLS, ao invés de solucionar, com certeza, agrava esses problemas e abre as portas para ampliar a escalada da criminalidade que vem sendo vivenciada neste País.

Nós da Fenaspen dizemos não à privatização e não ao PLS nº 523, de 2011. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. Vilobaldo Adelídio de Carvalho, que falou pela Federação Nacional Sindical dos Servidores Penitenciários.

Nós vamos à última oradora desta Mesa, a Drª Pétalla Brandão Timo, representante da Conectas Direitos Humanos.

Registro a presença, em plenário, acompanhando esta nossa audiência pública,do nosso amido e querido Senador Lindbergh Farias, que é um lutador das causas populares. (*Palmas.*)

A SRª PÉTALLA BRANDÃO TIMO – Bom dia a todos e a todas.

Eu cumprimento os meus colegas de Mesa, os Senadores e as Senadoras aqui presentes ao cumprimentar o estimado Senador Paulo Paim, a quem agradeço o convite para participar desta audiência pública para debater um tema tão importante à preservação dos direitos humanos em nosso País.

Neste momento tão urgente, frente a iminente votação do PLS 513, de 2011, na Comissão de Desenvolvimento Nacional desta Casa.

A Conectas é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que há 15 anos vem trabalhando para prevenir e reverter práticas de violação de direitos humanos no sistema prisional brasileiro.

Como se sabe, no Brasil, há décadas, diferentes propostas privatizantes vêm sendo debatidas e ensaiadas em diversos níveis da Federação.

Hoje são dois os principais modelos implementados, os das PPP's – Parcerias Público Privadas e os modelos de cogestão, totalizando cerca de 30 unidades prisionais em sete Estados, que mantêm mais de 20 mil pessoas reclusas em unidades total ou parcialmente privatizadas. Esses são dados da Pastoral Carcerária.

A minha fala será bastante breve porque eu vou focar-me em três pontos com o objetivo de desmistificar alguns argumentos que vêm sendo utilizados como justificativas favoráveis à implementação desses modelos privatizantes.

Então, o primeiro deles é o mito da eficiência econômica. Afirma-se que a adoção desse modelo vai reduzir os gastos ao Estado brasileiro, mas empiricamente, conforme aqui já foi levantado por algumas das pessoas que falaram, esse argumento é contrariado pelas experiências que nós temos na prática. Então, se nós pegarmos, por exemplo, o sistema prisional Paranaense, no caso da Penitenciária Industrial de Guarapuava, em 2006, após sete anos de dispêndio e com uma limitada melhoria na qualidade de vida das pessoas retidas neste complexo, o Governo do Paraná decidiu voltar atrás e desfazer os seus contratos nesse âmbito.

Igualmente no caso da famosa PPP de Ribeirão das Neves, em Minas Gerais, o contrato prevê um gasto por preso que é no mínimo duas vezes maior do que o gasto público nos presídios públicos. Estima-se que a empresa gestora, nesse caso, recebe nada menos do que R$120 milhões por apenas um complexo privatizado e esse custo é pago, obviamente, com recursos públicos.

Então, desde o nosso ponto de vista por suposto, esses gastos, que são elevadíssimos, seriam muito melhor aplicados se direcionados à prevenção do crime, à investigação policial, à perícia técnico-científica, à estruturação das carreiras de segurança pública e, é claro, ao atendimento aos egressos.

Então, o que nós assistimos, hoje, é que o Brasil está indo na contramão das tendências globais mundiais, nas quais os países que foram os pioneiros na utilização dos cárceres privados e, de fato, deram origem

a esse tipo de política pública, como no caso dos Estados Unidos e do Reino Unido, estão hoje repensando as suas políticas privatizantes.

O governo britânico, por exemplo, ao constatar que para o poder público, a longo prazo, o custo financeiro da privatização é absolutamente insustentável, eles anunciaram, no final de 2012, que estariam revertendo todos com os contratos nesse âmbito para retornar à gestão pública dos seus presídios.

Para citar um outro exemplo, o Congresso norte-americano comprovou, através de inquéritos, que as unidades privadas custam apenas 1% menos para o Governo do que aquelas que são geridas e administradas pelo poder público.

Além disso, o próprio Departamento de Estado norte-americano mostrou em um estudo que as décadas de privatização não reduziram os gastos públicos com relação às prisões e, pelo contrário, fizeram aprofundar o encarceramento em massa naquele País, a partir do lobby das empresas, já que o interesse do capital privado passou a regulamentar as políticas de segurança em lugar do interesse público. E aqui é importante destacar que a gente sabe que nos Estados Unidos um em cada quatro homens negros já passaram pelas prisões. Durante a década de 90, em mais de 27 Estados daquele País foram aprovadas leis que ampliaram e endureceram as penas.

Então, aqui no Brasil, como já foi mencionado pelo Dr. Eduardo, nós sabemos que as empresas responsáveis pela gestão privatizada nas Regiões Norte e Nordeste do País doaram mais de R$750 mil para as campanhas em 2014. Aí a gente começa a entender quais são os interesses por trás desse mercado bilionário.

O segundo mito e o argumento falacioso que eu gostaria de tratar aqui é a ilusão de que esses modelos conduziriam a melhorias na qualidade de vida dos presos e de infraestrutura.

Como já foi mostrado pelo Dr. Vilobaldo com algumas fotos, a realidade, para quem conhece realmente a realidade por dentro dessas unidades, mostra justamente o contrário. Eu posso mencionar aqui o exemplo do sistema capixaba, do Espirito Santo, ou seja, nas unidades que são administradas por empresas, os detentos têm regimes desproporcionais de confinamento, permanecendo trancafiados em celas por mais de 23 horas, tendo direito apenas a 30 segundos de banho diário, segundo essa lógica norteada pela redução de custos.

No emblemático caso do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, que foi mostrado aqui, no Maranhão, o impacto do que a gente tem chamado de privatização branca, ele não é terrível apenas para os detentos que continuam sendo submetidos a situações de violência generalizada e maus-tratos, mas também a situação é grave para os próprios funcionários contratados que relatam a precariedade do seu treinamento e das suas condições de trabalho.

Desde dezembro de 2013, a Conectas, junto com a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, a OAB do Maranhão e a Justiça Global, têm realizado visitas periódicas de inspeção aos presídios de Pedrinhas e temos produzido relatórios sobre as condições que presenciamos lá, em função da medida provisória outorgada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, após uma denúncia, na qual a Conectas é copeticionária.

Então, eu gostaria de aproveitar a ocasião para formalizar a entrega a esta ilustre Comissão do último relatório que nós entregamos em março deste ano, sobre as condições em Pedrinhas, nos últimos dois anos, desde que eclodiu a famosa crise. Eu entrego aqui o documento ao Senador Paulo Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – "Violação continuada: Dois anos da crise em Pedrinhas". Esse é o trabalho feito pela Conectas, Justiça Global, OAB e SMDH, em defesa da vida. Meus parabéns! Vamos ficar com o trabalho e fazer com que os Senadores tenham também acesso a esse material.

A SRª PÉTALLA BRANDÃO TIMO – Eu tenho aqui comigo algumas cópias para quem tiver interesse em recebê-las após a finalização dos trabalhos.

Vou finalmente tratar do terceiro mito que gostaria de abordar, que é a questão da redução da superpopulação carcerária. Como foi mostrado pelo Dr. Vilobaldo, no gráfico, de fato existe hoje um déficit de mais de 250 mil vagas no sistema penitenciário, segundo dados de 2014 do Ministério da Justiça. Isso, é claro, é fruto de um aumento absolutamente desproporcional de 380% da população carcerária nos últimos 20 anos.

Então, vamos fazer aqui uma conta bastante rápida. Só no Estado de São Paulo, no primeiro semestre de 2015, foram presas 27 pessoas por dia. Um centro de detenção provisória comum tem capacidade, em média, para 250 vagas. Então, num ritmo alucinante de encarceramento, só do Estado paulista, o Estado precisaria construir pelo menos um CDP por mês para atender a essa demanda. E aí eu pergunto: "Será que a construção de novas vagas é a saída que o Brasil quer para o nosso problema de encarceramento massivo?" É evidente que não.

Seria excelente que o Senador Hélio estivesse presente porque a nossa aposta, como já foi levantado pela Drª Cíntia, é pela revisão dos mecanismos encarceradores. E por aí eu posso citar, por exemplo, a lei de drogas que é responsável, hoje, por 25% das detenções no País, ou também a efetiva aplicação das alternativas penais, das medidas cautelares alternativas às prisões, que também já foram mencionadas aqui e que em geral tendem a ser ignoradas pelo nosso Judiciário. Enfim, para reduzir a superlotação nós precisamos prender menos e não construir mais e mais celas para mais e mais pessoas.

Por último, eu gostaria de deixar claro aqui que as nossas críticas ao modelo privado não pressupõem, é claro, uma conivência com a forma pública como os presídios têm sido geridos atualmente. Nós obviamente concordamos com o diagnóstico das masmorras...

(Soa a campainha.)

A SRª PÉTALLA BRANDÃO TIMO – ... que é comumente utilizado para descrever o nosso sistema prisional, mas nós defendemos também outras formas de superação desse problema, que são baseadas na garantia de direitos, na revisão das políticas de encarceramento em massa, como já disse, e no respeito à Constituição e às leis.

Então, eu gostaria aqui de fazer coro também ao que foi dito pelo Dr. Eduardo, ou seja, que o argumento dessa proposta do PLS 513 é absolutamente inconstitucional e atenta contra os princípios da nossa democracia, já que delega à iniciativa privada o poder punitivo do Estado e poder disciplinar, o que no Estado democrático de direito é função indelegável do Poder Público. E mais uma vez reforçar o argumento de que são incompatíveis os interesses do Estado e da empresa nesse tipo de situação.

O Estado, por um lado, visa à ressocialização do preso e à redução dos índices de criminalidade na nossa sociedade, ao passo que a empresa, como sabemos, visa somente o lucro.

(Soa a campainha.)

A SRª PÉTALLA BRANDÃO TIMO – E, para conseguir alcançar esse lucro, as empresas não medirão esforços – isso já foi provado pelos diversos casos que eu mencionei aqui – para manter por mais tempo encarceradas aquelas pessoas que têm o perfil adequado para demonstrar essa suposta ilusão de eficiência.

Novamente, é apenas para questionar como seria possível uma empresa que gera os seus lucros a partir do encarceramento mínimo de 90% das suas unidades prisionais vai ser a mesma a gerir a questão das faltas disciplinares com relação à progressão de regime.

Por último, é só para enfatizar que é realmente absurda a proposta de deixar na mão das empresas concessionárias a questão da assistência jurídica, porque isso vai facilitar um encobertamento de torturas, de denúncias de torturas, sem dizer que é uma afronta à Constituição, que prevê a Defensoria Pública como o único órgão responsável por garantir essa defesa.

Então, a minha palavra final é dizer que a liberdade humana é um bem preciosíssimo e que, para nós, negociá-la está absolutamente fora de questão. É por esse motivo que a Conectas também...

(Soa a campainha.)

A SRª PÉTALLA BRANDÃO TIMO – ... repudia veementemente o PLS nº 513 e conclama os Srs. Parlamentares que evitem e nos ajudem a barrar esse inconstitucional retrocesso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Drª Pétala Brandão Timo, que falou pela Conectas Direitos Humanos.

Eu vou pedir agora que os meus convidados voltem para a primeira fila, para o plenário, a fim de chamarmos a segunda Mesa.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Paulo Paim, V. Exª pode chamar a segunda Mesa, mas, logo depois, eu queria fazer uma pequena fala, porque tenho uma reunião às 11 horas. Vou ter de sair e retornarei depois para esta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está bem.

Então, vamos para a segunda Mesa.

Chamo o Dr. Paulo Cezar Mavezzi Filho, assessor jurídico da Pastoral Carcerária; Alamiro Velludo Salvador Neto, Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP); Luciana Zaffalon, Supervisora de Atuação Política do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais; Bruno Shimizu, Defensor Público e Coordenador Auxiliar do Núcleo Especializado da Situação Carcerária da Defensoria Pública do Estado de São Paulo; Leandro Allan Vieira, Presidente da Federação Brasileira dos Servidores Públicos Penitenciários; e Renato Campos Pinto De Vitto, Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional (Depen).

Senador Lindbergh Farias, por favor.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Paulo Paim, primeiramente, cumprimento V. Exª pela realização desta audiência. Anuncio que estarei presente na reunião desta quarta-feira dessa Agenda Brasil, para me posicionar contrário a esse projeto. (*Palmas.*)

Peço a ajuda de vocês na argumentação com outros Senadores. E aqui, Senador Paulo Paim, é muito importante que tiremos uma posição e dialoguemos com o Governo para que saia uma posição de Governo. Isso pode fortalecer muito a nossa votação, na quarta-feira.

Começamos a semana ainda sob o impacto, na minha avaliação, de uma violência e de uma ilegalidade cometida contra o ex-Presidente Lula, porque de liberdades e de garantias individuais nós não podemos abrir mão. Concretamente, só se conduz coercitivamente uma pessoa se a pessoa é intimada a depor e se nega a depor. Aquilo não aconteceu. Foi um grande espetáculo. E eu quero dizer a vocês o que está por trás desse espetáculo.

Eles estão querendo não é só derrubar o Governo e afastar as pessoas que estão exercendo o poder aqui e agora. O que eles querem é, a partir de agora, desde já, a restauração de um projeto neoliberal neste País que passa por privatização discriminada e retirada de direitos dos trabalhadores. Eles não estão pensando nisso para o futuro, não; estão tentando aplicar isso agora. Há uma agenda aqui, no Senado – essa Agenda Brasil –, e esses temas estão sendo discutidos na comissão da Agenda Brasil. É feita uma nova aliança aqui com setores do PMDB e do PSDB. E já existe uma pauta.

Na semana passada, infelizmente, há quinze dias, tivemos uma primeira votação aqui sobre o Pré-Sal. Retiraram da Petrobras a condição de operadora única do Pré-Sal e os 30% a que a Petrobras tinha direito. Isso aqui não é por nada. O que estavam envolvidos nisso aqui eram *lobbies* violentíssimos das multinacionais do petróleo.

Essa não é a questão menor. Sabemos a quantidade de guerras que existiram nos séculos XX e XXI em torno do tema petróleo. Mesmo nos dois últimos escândalos de espionagem denunciados pelo Snowden e pelo Julian Assange, que são os dois grandes casos de espionagem no mundo, aparece espionagem em cima da Petrobras. Mas não é só isso.

O próximo projeto da pauta que eles estão querendo votar, quarta-feira, no plenário, é um projeto de lei de responsabilidade das estatais que não tenho dúvida de dizer: abre caminho para a privatização indiscriminada de todas empresas estatais que ainda existem no País. Depois, há outros projetos: Banco Central independente, limite da dívida pública, do Senador José Serra, que praticamente significa dizer que vamos ter que ter superávits primários superiores a 3% do PIB, ou seja, corte em programas sociais, corte em políticas públicas. Vemos o novo Presidente do TST falando novamente do negociado à frente do legislado. O Senador Paulo Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E também a terceirização, que ele defendeu abertamente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – A nossa sorte é que Relator da terceirização no Senado, vocês sabem quem é? (*Pausa.*)

Senador Paulo Paim. (*Palmas.*)

Então, há mudanças na regra de licenciamento ambiental. Há uma PEC sobre o trabalho escravo que faz uma regressão gigantesca no País.

Então, esse projeto de privatização do sistema prisional está no meio desse debate maior e mais amplo. Por isso, acho fundamental nos mobilizarmos para barrar, nessa quarta-feira, na Agenda Brasil. Se conseguirmos ganhar o Governo... O problema do Governo é que há tanta confusão que temos que conseguir parar o Governo para o Governo tomar uma decisão nesse ponto. É um dia que será de muitas mobilizações aqui. Seria importante que os senhores se articulassem com outras entidades porque, quarta-feira, isso estará cheio de gente, porque há muitos sindicalistas da Caixa Econômica, do BNDES e de várias outras estatais que já vão estar mobilizados para votação à tarde do PLS 555, esse projeto de lei de responsabilidade das estatais. Proponho que os senhores construam uma frente com eles para atuarem tanto na Agenda Brasil como, depois, no plenário. Acho essa unidade fundamental para que tenhamos vitória.

No mais, cumprimentar as falas a que assisti aqui, em especial da Pétalla. Olhando o que acontece com o nosso sistema prisional e a nossa legislação de drogas, temos que fazer uma revisão dessa legislação.

Falo uma coisa aqui, senhores, me nego, hoje, nesse plenário, a votar qualquer projeto que aumente pena em qualquer circunstância... (*Palmas.*)

...porque esse é um debate muito sério, mas sempre surge aqui "não, é um caso específico", "violência dessa forma contra idoso, então, vamos aumentar a pena". E vamos nessa escalada enlouquecedora de aumento de pena, mas vemos hoje, principalmente entre as mulheres, nos presídios femininos, mas entre os homens também, que grande parte das prisões diz respeito a delitos envolvendo drogas, pequenas quantidades de drogas. E aqui tem que ser dito, porque vejo isso no meu Estado, no Rio de Janeiro, que, nas decisões judiciais, ocorre o seguinte: se você é branco, morador de Ipanema ou de Copacabana, é consumidor de drogas; se é negro, morador da periferia, é traficante e vai preso, entrando nesse sistema de que sabemos as condições. Isso não funciona, não tem lógica.

Então, Senador Paulo Paim, temos que dar um basta a essa coisa de ir votando, votando, aumentando pena, aumentando pela, como se isso fosse servir para alguma coisa. Acho que temos que fazer o debate mais profundo sobre isso.

Sou autor de uma PEC que é polêmica, que é a PEC 51, que fala da desmilitarização da PM, do ciclo completo, da carreira única. São temas polêmicos, mas devem ser enfrentados e debatidos.

Então, quero parabenizar os senhores. Acho importante os senhores fazerem um material resumido dando mais dados. Peguei alguns, mas é importante passar isso também para os outros Senadores.

Vou ter que me ausentar e volto mais tarde, depois da reunião, Senador Paulo Paim.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Lindbergh.

Por favor, justifique para o nosso Líder Paulo Rocha, que me mandou o convite, que só não estarei lá porque estou aqui presidindo, mas que fiz, na abertura, uma fala de solidariedade ao Presidente Lula que já está nas redes sociais.

Então, vamos a nossa Mesa.

Passo a palavra, de imediato, passo a palavra ao Dr. Paulo César Malvezzi Filho, Assessor Jurídico da Patoral Carcerária.

O SR. PAULO CESAR MALVEZZI FILHO – Bom dia a todos; bom dia, Excelência. Obrigado pelo espaço. Eu acho que a primeira consideração que eu gostaria de fazer aqui, em nome da Pastoral Carcerária, é a alegria de estar aqui neste momento, com um auditório cheio. Quando começamos as mobilizações contra esse projeto de lei, uma das coisas com que nos preocupávamos era como envolver os agentes penitenciários, como envolver uma classe que seria uma das primeiras prejudicadas por uma medida dessas.

Hoje, estamos vendo vocês mobilizados. Eu tenho certeza de que, com a união dos movimentos sociais, as organizações da sociedade civil, com os trabalhadores do sistema para barrar esse projeto, temos todas as chances de vencer essa parada. Ao contrário do Governo federal, que às vezes prefere uma negociação ruim do que uma boa briga, sei que temos gente tem condições de vencer esse projeto de lei. (*Palmas.*)

Se a gente não vencer no Senado, a gente vai vencer na Câmara; se a gente não vencer na Câmara, a gente vai tirar um veto da Presidente; se a gente não conseguir o veto, a gente vai derrubar no Supremo Tribunal Federal. O importante é que a gente estabeleça que não há concessão referente a esse projeto; não há meio termo, não há substitutivo e não há caminho alternativo. É derrotar esse projeto. (*Palmas.*)

Preocupa-me muito quando a gente é chamado por órgãos do Governo Federal – e o Governo Federal é multifacetado – e eles propõem, pedem ajuda para construir uma alternativa. Isso sempre assusta a gente, porque não há alternativa possível dentro dessa ótica de privatização.

Quando eles falam que querem regulamentar o que já existe, eles querem segurança jurídica hoje para expandir os negócios deles. Isso foi algo colocado pelas empresas de privatização. Eles não têm segurança jurídica hoje para expandir os negócios. E o que eles querem é isto: regulamentar o que já existe e, se possível, avançar sobre áreas que eles não conseguem, por exemplo, para exploração direta de mão de obra do preso.

Então, não há negociação sobre esse projeto de lei, e reitero aqui a felicidade de estar com agentes penitenciários. Acho que a gente pode discordar em muitas das soluções, em algumas alternativas e caminhos, mas acho que a gente tem uma aliança estratégica aqui. A Cíntia fez essa ponte extraordinária, e eu agradeço a presença de todos vocês.

Para começar, acho que uma das grandes coisas que falam contra a nossa mobilização é que é uma mobilização ideológica. Há uma contrariedade ideológica contra o projeto de lei. Então, acho bom a gente ir aos fatos. Primeiro, a gente tem uma nota de CNBB que traz todo um estofo ético e moral contra esse projeto. Há uma carta assinada por diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, repudiando esse projeto; há uma recomendação do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura contra a privatização do sistema carcerário, há uma recomendação já antiga do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciário contra a privatização do sistema previdenciário.

O relator de combate à tortura da ONU já disse que desconfia desse tipo de solução, que não verifica que isso é uma alternativa viável para os problemas do sistema carcerário. As regras mínimas da ONU já dizem que os agentes penitenciários devem ter características de servidor público. Há uma nota técnica que a gente conseguiu produzir, assinada por dezenas de professores das melhores instituições de ensino do País.

Então, pergunto: quem aqui está fazendo defesa ideológica do projeto? É o Senador Anastasia e aqueles que apoiam esse projeto. Eles, simplesmente, não apresentam, em nenhum ponto, qualquer estudo que sustente a posição deles. O relatório apresentado pelo Senador é uma vergonha, e é uma vergonha feita depois de tentativa e tentativas de reunião com o Senador, que ele sequer atendeu, para conversar com a pastoral car-

cerária, com a CNBB. Ele apresentou um relatório sem qualquer fundamentação, em que a única sustentação e argumentação é que há um problema e precisamos resolvê-lo, apresentando a novidade mais óbvia deste País.

Eu acho que já foram colocadas algumas questões aqui, e eu não vou ficar reprisando. Aliás, é difícil falar depois de tanta gente porque já esgotaram quase a totalidade dos argumentos. Mas, talvez, devo fazer alguns resgates, aqui. Que é inconstitucional, não há dúvida sobre isso. É importante que a gente crie estofo sobre essa discussão, inclusive para questionar juridicamente, caso o Congresso faça a loucura de aprovar esse projeto de lei. É fato, não melhora as condições de aprisionamento dos presos. A Pastoral Carcerária visitou diversas unidades privatizados, sejam as privatizações *soft*, com as terceirizações, seja a PPP de Ribeirão das Neves.

Eu visitei, no ano passado, e foi uma visita anunciada, todos preparam o jogral dos presos, etc, e ainda assim a gente constatou situações de abuso extremo do direito dos presos. Um preso cadeirante pedia para voltar para a unidade do Estado, onde ele dizia que tinha condições melhores de abrigá-lo, porque ali a cela simplesmente não dava condições nem de ele tomar banho e nem sequer os materiais de higiene eram adequados à situação dele.

Nas celas de seguro e de disciplina, a gente ouviu relatos de tortura, de maus-tratos, como a gente ouve em outras unidades do Estado. Então mesmo uma unidade formada como um projeto de *marketing*, que é Ribeirão das Neves, não cumpre o que promete. Ali há um respeito ao limite de capacidade das unidades, e você tem uma gestão muito mais facilitada de todo o cárcere.

Em uma reunião no Depen inclusive, questionei um diretor do sistema penitenciário de Goiás, quando se estava discutindo a privatização e como ela melhoraria a qualidade da gestão. Perguntei se a gestão da unidade dele não ia melhorar se o Estado simplesmente respeitasse a capacidade de lotação da unidade. Obviamente melhora.

Ao mesmo tempo, você tem unidades privadas onde não há qualquer tipo de controle de população, e os problemas são exatamente os mesmos. Em Manaus, onde muitas unidades são administradas pela Humanizare, que é a empresa que financiou esses Deputados da "bancada da bala", os problemas são terríveis, de superlotação, tortura, domínio de facção. Nada muda em relação ao Estado. Então, a gente não está falando que o Estado é melhor; mas o que a gente não pode permitir é que eles sustentem essa farsa de que o privado é melhor. Não há melhor entre o privado e o público, há possíveis melhoras dentro da gestão, mas isso não significa que o privado seja intrinsecamente melhor na gestão, ou que o público seja intrinsecamente melhor.

Um terceiro ponto – e este é um fato: a privatização precariza o trabalho do agente penitenciário. Em Manaus a gente pôde conversar com diversos agentes que ganhavam, segundo eles, um terço do que o mesmo trabalhador fazendo o serviço correspondente ganhava no Estado. E eles relataram diversas situações de dificuldade para trabalhar naqueles espaços, naquelas condições.

Então, de fato vocês são a primeira linha de precarização desse projeto. Se os agentes penitenciários não se mobilizarem, não se colocarem frontalmente contrários, de fato a gente tem pouca chance de vencer esse projeto.

Um quarto ponto: de fato não é mais barato. Eu quero que eles apresentem um estudo que diga onde é economicamente mais viável a construção de uma penitenciária de maneira privada ou onde ela é mais barata. Isso simplesmente não existe e é vendido como se fosse um fato. Talvez o que as PPPs tragam é a possibilidade de você levantar unidades com o dinheiro da própria iniciativa privada. Mas aí há que se perguntar ao Estado: como é que você vai manter essas unidades posteriormente? Você começa a compactar os orçamentos – que já são extremamente compactos – do sistema penitenciário, das políticas de segurança pública, e mesmo que você tenha o dinheiro para levantar essa unidade, você não vai ter o dinheiro para fazer a manutenção dela, como ocorre e está acontecendo em diversos Estados.

Inclusive em Minas Gerais, o Estado que adotou, talvez de forma mais enfática, um modelo de privatização, ano passado eles entraram simplesmente em colapso. O Governador estava falando de transformar escolas em presídios, as filas de viaturas nas delegacias, onde eles sequer conseguiam prender nas carceragens para levar para o centro de detenção provisória os presos, filas de viaturas com presos e policiais dormindo dentro das viaturas. Então o Estado que mais adotou a privatização como política carcerária é um dos Estados onde a população mais cresceu, e é um verdadeiro desserviço. É um colapso o que existe em Minas Gerais. E durante muito tempo se tentou vender como um sistema penitenciário modelo.

Outro ponto que é pouco comentado é que a privatização provoca uma dependência por parte do Estado. A partir do momento em que as empresas entram e começam a assumir as unidades prisionais, vocês imaginem a situação de uma empresa falindo. Como é que o Estado pode cobrir esses trabalhos? A gente vai chegar a um momento em que a gente vai ter empresas muito grandes para falir, em que elas vão poder colocar as condições de gestão, as condições de remuneração, porque o Estado simplesmente vai se tornar altamente dependente de empresas para administrar os seus presídios. Como é que você lida com uma empresa

que está à beira da falência, que não está pagando seus funcionários, que não tem dinheiro nem para pagar a alimentação dos presos? Como é que o Estado assume, de uma hora para outra, uma responsabilidade que era dele, e ele delegou para um ente privado de forma ilegal e inconstitucional? Então essa é uma situação que a gente precisa encarar. A partir do momento em que a privatização crescer e tomar as unidades prisionais deste País, o Estado vai virar um refém dessas empresas.

Outro ponto é que a privatização enfraquece os mecanismos de transparência e controle da gestão penitenciária. Estão aqui alguns companheiros do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, onde isso já está muito bem colocado nos relatórios que eles apresentaram. É muito difícil você fiscalizar uma gestão penitenciária em que os quadros constantemente mudam. É difícil você prover um treinamento efetivo de prevenção e combate à tortura quando você tem um quadro de extrema rotatividade dentro das unidades. Como é que você forma uma pessoa, em três meses você tem que colocá-la no serviço, e em um mês ela já saiu? A gente encontrou situações dentro do relatório da pastoral carcerária, em que um diretor reclamava que a principal dificuldade dele para gerir uma unidade privada era justamente a alta rotatividade dos servidores. Então eles mal treinavam, a pessoa mal entrava, e eles já precisavam substituir.

Fora isso, como você promove o controle de uma empresa, na verdade, de várias empresas? Da Pastoral, por exemplo, nesse relatório, a gente não conseguiu todas as informações de que precisávamos, muitas empresas simplesmente se recusaram a prestar informações para a produção do relatório, quando, na verdade, se o Estado fosse responsável por todas as unidades, a gente simplesmente solicitaria que o Estado prestasse as informações. Agora, para cada empresa há que ser feita uma solicitação diferenciada, o que implica outro problema. Como você vai criar e gerir políticas públicas quando você tem diversos atores dentro do seu sistema penitenciário? O contato direto com a massa carcerária é essencial para você produzir políticas públicas efetivas e de qualidade. Como o Estado vai gerenciar isso, se ele é um mero supervisor?

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO CESAR MALVEZZI FILHO – Como o Estado vai entender a realidade de um sistema se ele é simplesmente um gestor de contrato? Quando a Cíntia falou aqui que a Pastoral podia representar os presos, eu discordo, porque não acho que a gente pode representar. É importante que pensemos em ter egressos aqui para dar depoimento, mas aqui a gente produz uma política, e a nossa concepção é com um pé dentro da penitenciária, assim como vocês trazem as críticas de vocês com a experiência cotidiana que vocês têm nas unidades prisionais.

Agora, eu não imagino um Estado opinando ou produzindo políticas públicas se sequer ele está dentro da unidade, gerindo e executando as suas próprias políticas. Então, esses são problemas centrais da privatização, e a Pastoral carcerária se coloca novamente absolutamente contra esse projeto. Desde que a gente soube dele, temos nos mobilizado contra ele, temos buscado aliados, tentando fortalecer essa articulação. Aqui a gente reitera a nossa posição absolutamente contrária e a nossa disposição de lutar até o fim, na instância que for, contra esse projeto. Sobre as soluções, sei que talvez este não seja o espaço mais apropriado...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO CESAR MALVEZZI FILHO – ...já que seria uma longa discussão, mas convido todos a lerem a Agenda Nacional pelo Desencarceramento, um documento produzido pela Pastoral Carcerária e diversas organizações desde 2013, onde a gente defende que o foco para a gestão prisional deve ser a redução do número de presos, e não o aumento de vagas. Há diversas propostas, inclusive em relação à política de drogas. Agradeço novamente o espaço, agradeço imensamente essa aliança que estamos construindo com os agentes penitenciários. Tenho certeza de que vamos derrubar esse projeto. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Paulo Cesar Malvezzi Filho, que falou pela Pastoral Carcerária.

Passamos a palavra agora a Alamiro Velludo Salvador Netto, Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

O SR. ALAMIRO VELLUDO SALVADOR NETTO – Muito bom dia, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim. Gostaria de cumprimentar as diversas entidades presentes nesta audiência pública e também reiterar aquilo que já foi dito pelos que me antecederam, parabenizando V. Exª, Senador Paulo Paim, por essa iniciativa, que é a possibilidade maior que a sociedade civil brasileira tem de participar nos assuntos mais relevantes da produção legislativa do Senado.

Eu começaria dizendo que quando recebi, na condição de Presidente do Conselho Nacional, o convite para participar desta audiência pública, em relação especificamente ao PLS 513, eu me senti muito tranquilo. Tranquilo num primeiro ponto, porque já manifestei a minha opinião pessoal, na condição de uma nota assi-

nada por juristas, como o Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, nota essa terminantemente contrária à aprovação do projeto.

Mas, sinto-me ainda mais tranquilo, e aqui represento o Conselho Nacional, porque o CNPCP, que é o órgão primeiro da execução penal no Brasil, desde o advento da nossa Lei de Execução Penal, em 1984, também historicamente tem um papel e uma posição contrária a qualquer infiltração do poder privado no âmbito da administração prisional. O CNPCP, em diversos instantes, por meio de pareceres, por meio de resoluções, já manifestou o seu posicionamento, reiterou esse posicionamento. Inclusive, na semana passada, recebi de um dos nossos Conselheiros, o Dr. Gerivaldo Neiva, que é juiz no Estado da Bahia, um parecer, a pedido da Presidência do Conselho, a respeito do PLS 513, também veementemente contrário à aprovação.

Eu, portanto, me permito aqui apenas algumas pontuações, com a finalidade de adicionar alguns argumentos para além daqueles que já foram anteriormente colocados e com muita propriedade.

Inegavelmente, nós vivemos hoje no Brasil um cenário de encarceramento em massa. Foram dados aqui alguns números, mas eu só reitero que, de 1990 até o ano 2000 e de 2000 a 2014, nós passamos respectivamente ao número de 90 mil, 200 mil e 607 mil pessoas encarceradas. Esse número, por si só, já diagnostica que, se há algo que o Brasil não pode ser acusado, é de impunidade, principalmente no que toca às pessoas que fazem parte de uma classe socioeconômica desfavorecida. Nós temos um sistema criminal, que, de uma maneira muito ímpar, tem uma capacidade de gerir a miséria neste País de uma maneira extremamente preconceituosa e voltada a determinados tipos de criminalidade, principalmente àquela relacionada aos crimes patrimoniais e ao tráfico de drogas.

Portanto, nós vivemos um cenário de encarceramento que, me parece, por si só faz com que se coloque ou que nós tenhamos uma posição contrária a todo e qualquer tipo de projeto que vislumbre a aprofundar essa situação.

E no que toca à privatização de presídios, o primeiro argumento que me parece pontual é o seguinte: quando eu privatizo uma determinada atividade, o pressuposto da privatização que vivemos no País em vários setores ao longo dos anos 90, é exatamente o aumento daquele mercado. Privatiza-se para que se produza mais. Privatiza-se para que o poder privado consiga aumentar os seus lucros. Portanto, privatizar o sistema prisional significa buscar mais vagas; e buscar mais vagas significa buscar mais presos. E, nesse sentido, a privatização inexoravelmente vem com um projeto de aumento do número ou aumento do número de pessoas que compõem a população prisional neste País.

Este é o primeiro argumento: uma petição de princípio que já me coloca de uma maneira muito clara contrário a esse tipo de movimento.

Em segundo lugar, me assusta – e eu tive a possibilidade de fazer uma visita pessoal ao presídio de Ribeirão das Neves no ano de 2012 – os termos que foram estabelecidos do contrato com a Secretaria de Defesa Social do Estado de Minas Gerais. Foi aqui mencionada que há uma garantia de ocupação. Portanto, nós estabelecemos uma relação do Poder Público com o poder privado, cuja função do Poder Público é garantir o número de presos com a finalidade de assegurar um lucro às empresas privadas.

Pior do que isso: constata-se ali claramente que o estabelecimento prisional de Ribeirão das Neves, que foi posto como modelo e como uma vitrine pelo Governo de Minas Gerais, acabou por estabelecer, dentro do sistema prisional, prisões de dois níveis. Ou seja, ao preso bem comportado, àquele que se adequar à disciplina do sistema, esse vai ao presídio de Ribeirão das Neves, porque ele reitera o caráter modelar daquele estabelecimento e não causa nenhum tipo de constrangimento para o poder privado. Ao contrário, aquele preso que comete falta grave, aquele preso que tem algum grau daquilo que se chama de insubordinação, portanto aquele preso que não acata as regras de dentro estabelecimento, esse vai para o presídio público, com celas superlotadas, com uma condição de dignidade sem a mínima necessidade de se dizer aqui exatamente qual é.

Isso é um dado complicadíssimo, porque eu começo a alocar as pessoas dentro do sistema por interesses privados e, mais do que isso, transformando a prisão pública numa espécie de punição a mais. Eu estabeleço níveis dentro do sistema, o que, por si só, fere claramente uma ideia de igualdade àqueles que cumprem a sua punição.

Em terceiro lugar, me parece que sequer é necessário dizer que a privatização de presídio é a solução. Quando nós observamos que essa privatização *soft*, como foi aqui dito, com essas terceirizações, seja da alimentação, seja do vestuário, seja da limpeza, no mais das vezes, os serviços prestados pelas empresas privadas são terríveis. Basta ver que, nos estabelecimentos do Brasil onde a alimentação é produzida dentro do cárcere, pelos próprios presos, a comida é muito melhor do que aquela fornecida por empresas privadas, fora os escândalos que se verificam de problemas em licitações, em doações de campanha, na mistura de interesses públicos e privados, de tal sorte que a demonstração de que a privatização não é a solução do problema não é

uma demonstração que nos exige uma intuição, mas é uma demonstração que nos exige, simplesmente, uma observação, a observação concreta dos serviços prisionais hoje realizados pela iniciativa privada.

Um quarto aspecto: eu também fiquei assustado quando me questionei e questionei a empresa pública lá no Estado de Minas Gerais quanto custava – e isso foi dito aqui – um preso por mês para o Estado. O valor dito foi de algo em torno de R$3 mil, se eu não estiver enganado.

(Soa a campainha.)

O SR. ALAMIRO VELLUDO SALVADOR NETTO – Enquanto, no caso da unidade pública, esse valor variava em torno de R$1.700, R$1.800. Primeiro, estamos falando do dobro. E esse argumento, essa realidade é algo que precisa ser dita, porque a população brasileira acha – isso a gente verifica, constantemente, em manifestações – que privatizar significa baratear. Ao contrário, privatizar significa aumentar o custo.

Costumo dizer, até de maneira jocosa, é verdade, que, se nós déssemos para uma mãe de família R$3 mil por mês para que ela cuidasse da sua família, só que com uma condição: ela cuida do seu marido, não deixa ele sair e nem cometer um novo delito, certamente, esses R$3 mil seriam muito melhor empregados do que se gastasse com uma empresa privada para gerir a pena no País.

(Soa a campainha.)

O SR. ALAMIRO VELLUDO SALVADOR NETTO – E há outro aspecto. Já me encaminho para o final. Nós juristas, às vezes, somos abstratos, mas existe um ponto que precisa ser reiterado e que já foi aqui feito pela Associação Juízes para a Democracia: nós vivemos em um Estado no qual ele é o único e legítimo detentor do monopólio da força física. Eu não posso, sob pena de abalroar as categorias mais essenciais do Estado democrático de direito, transferir a uma empresa privada a prerrogativa de punir um cidadão. Eu não posso transformar empresas privadas em verdugos, em mercenários da execução da pena. Eu não posso imaginar que, no âmbito civilizatório que pretendemos alcançar, Presidente, Senador Paulo Paim, nós tenhamos empresas que vivam do tormento e do sofrimento alheio. Impor sofrimento a uma determinada pessoa é uma tarefa única e exclusivamente a ser exercida pelo Estado, porque, se nós cedermos o monopólio do Estado na restrição de liberdade das pessoas, eu não sei mais o que não pode ser cedido em nome do lucro e da reprodução do capital de algumas empresas.

Portanto, eu me permito, Senador Paulo Paim, simplesmente, ler a conclusão do parecer que foi feito pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária a respeito desse projeto.

A construção e a administração de presídios não é a solução da crise do sistema penitenciário brasileiro, pois é preciso ter em mente que a estrutura atual comporta 41% de presos provisórios e 41% de presos por crimes praticados sem violência contra a pessoa.

Assim, sem a racionalização desse quadro e a aplicação de alternativas penais como têm feito os outros países, a construção de mais presídios dificilmente contribuirá para a solução do problema. Ao contrário, poderá agravá-lo ainda mais com a criação de espaços diferenciados para o cumprimento de penas privativas de liberdade.

B) As experiências de terceirização, privatização ou parcerias público-privadas até então empreendidas no Brasil, conforme estudo elaborado pela Pastoral Carcerária, não resultaram em solução da crise do sistema e ainda demandam estudo, avaliação e aperfeiçoamento, concluindo que se as recomendações ao final do relatório não são tão simpáticas a tais experiências, não é por má vontade da equipe que levantou as informações, mas porque derivam, sim, de um equilibrado esforço de análise do que foi encontrado à luz de valores democráticos e de respeito à dignidade da pessoa humana.

Por fim, conforme previsto no art. 144 da Constituição Federal, a ordem constitucional vigente na República não permite que se transfira a responsabilidade para a iniciativa privada, seja em forma de terceirização ou parceria público-privada, da execução de tarefas inerentes à segurança pública, como é o caso de construção e administração de presídios, pois diretamente vinculadas à execução das penas impostas pelo próprio Estado através do seu sistema de justiça.

Finalmente, em consequência, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária deverá encaminhar ao Senado da República, como já encaminhou, sua manifestação expressa no sentido da rejeição da proposta contida no PL nº 513, de 2015, por ser inoportuna, conter proposta ineficaz à crise do sistema penitenciário brasileiro e, sobretudo, por motivo de inequívoca inconstitucionalidade.

Esse é o parecer que o Conselho Nacional apresentou à Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e que foi encaminhado a esta Comissão de Direitos Humanos.

Mais uma vez muito obrigado, Sr. Presidente, pelo convite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Dr. Alamiro Velludo Salvador Netto.

Passamos a palavra agora à Supervisora de Atuação Política do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, Drª Luciana Zaffalon.

O SR. LUCIANA ZAFFALON – Bom dia a todos e a todas. Cumprimento a todos os presentes na pessoa do Senador Paulo Paim e da Cíntia Assumpção, em nome de quem, na verdade, saúdo todos os servidores do sistema prisional. E assim como o Paulo, me vejo muito feliz de ver esta Casa cheia, este plenário cheio, unindo esforços para essa construção tão importante...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me agora com a Mesa então completa, com todos os convidados, o Dr. Renato Campos Pinto De Vitto, Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN.

Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

Sei que foi um problema de voo, mas estamos agora com o time na Mesa.

Por favor, continue. Descontarei o tempo que usei.

O SR. LUCIANA ZAFFALON – Tudo bem.

É muito difícil, de fato, tentar construir uma fala após tantas falas valiosas, as quais, desde pronto, gostaria de reiterar. Tanto as falas da primeira Mesa quando as falas que me antecederam nesta Mesa também representam a minha fala. E falo aqui não apenas em nome do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, mas também em nome do grupo de estudos e trabalho Mulheres Encarceradas.

Eu começo tentando fazer um resgate histórico dessa construção. É o massacre do Carandiru que dá origem ao primeiro projeto oficial de privatização do sistema prisional, provocado então pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, neste momento reunido através do seu presidente que está conosco na proposta de rejeição do PLS nº 513.

Estamos, na verdade, diante de uma falsa tábua de salvação, que surge sem questionar ou reparar os motivos do afogamento ou, muito menos, que deixe claro quem de fato vai se beneficiar com essa ideia de privatização. Temos uma crise forjada pelo sistemático distanciamento de toda a nossa consolidação legislativa.

A crise do sistema prisional não existe pela falta de leis ou regulamentos, mas, sim, pelo descumprimento reiterado de todas as posições legais.

Mesmo que a gente olhe para um quadro mais atual – talvez o Renato traga dados mais atualizados –, o Infopen nos informa que, em 2014, 58% das unidades prisionais brasileiras contavam com algum serviço terceirizado. E, por ordem de grandeza, a gente está falando de alimentação, limpeza e saúde.

Não está tudo bem em nenhuma dessas áreas, como a gente bem sabe. Que benefícios nos trarão, de fato, quaisquer caminhos que reforcem problemas que a gente já tem hoje em dia tão patentes? Qual é o benefício? Custa mais caro para o Estado? Custa mais caro para a dignidade? Se baseia na reafirmação do aprisionamento em massa e só beneficia o lucro da iniciativa privada.

Ainda dialogando com um resgate histórico dessa pauta, trago aqui uma notícia de 2009. Vejam vocês, sou do Estado de São Paulo, e a gente está falando aqui de uma notícia do Departamento de Segurança Pública da Fiesp. Já é uma contradição em termos haver na Fiesp, na Federação de Indústrias do Estado de São Paulo, um departamento de segurança pública.

Mas essa notícia é de 2009 – posso depois disponibilizá-la para quem tiver interesse – e dá conta de um encontro promovido pela Fiesp entre Brasil e Inglaterra, justamente para discutir a participação do setor privado na construção e administração de presídios, no qual o Reino Unido, conhecido pelos contratos de PPP para construção, operação e manutenção dos presídios, defende a ideia de que o histórico deles pode servir de referência para o Brasil. Isso já em 2009.

Essa mesma matéria nos informa que a então gestão da Fiesp teve a grande iniciativa de levar o Secretário de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo em viagem para a Espanha e Inglaterra, para conhecer os grandes modelos de administração privada de presídio.

Destaca essa notícia que os entraves que há no País são a falta de garantia e informação por parte do Governo Federal e do governo estadual, o que deixa o setor privado, o maior investidor, com receio de participar da privatização dos presídios, conforme disse o Embaixador Rubens Barbosa.

Aqui a gente tem, na verdade, a concretização do que traz o Paulo com relação ao real objetivo desse projeto de lei, que é trazer a segurança jurídica para o investidor privado, que visa, com essa nova frente de investimento, garantir a continuidade galopante dos seus lucros.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUCIANA ZAFFALON – Financiamento, enfim...

Por último, ainda em diálogo com essa notícia, me chama a atenção o que também fez pauta da agenda dos britânicos no Brasil: o britânico disse ter se encontrado com diretores de bancos nacionais, com a intenção de atraí-los para Londres, e se posicionou contrário à proposta divulgada pela União Europeia, de enrijecer a regulação para o setor financeiro.

Ou seja, aqui a gente tem a explicitação mais do que direta de que, desde 2009, pelo menos, o Estado de São Paulo milita drasticamente, assim como tantos outros, pela privatização, visando ao seu lucro, em diálogo direto com o capital internacional, pela iniciativa privada.

Delegar à iniciativa privada função necessariamente estatal é inadmissível sob o ponto de vista quer constitucional, quer ético ou político.

É certo que determinadas atividades ligadas à execução da pena devem estar no campo da colaboração entre o Estado e a sociedade civil, mas a nossa legislação já diz qual é esse campo de intersecção, a exemplo dos conselhos participativos como o Conselho da Comunidade.

Mais especificamente, o art. 80 da Lei de Execução Penal prevê a participação de um representante de associação comercial ou industrial nos Conselhos da Comunidade.

A limitação desse diálogo e dessa construção coletiva já se dá na Lei de Execução Penal e jamais deve ser pautada por um vínculo que vise ao lucro.

Na verdade, o que a gente vem aqui fazer é reiterar os valores que já estão expressos em nossa legislação e rechaçar, assim como disse Paulo, veementemente, qualquer tentativa de emplacar o Projeto de Lei nº 513 ou os valores nele expressos por outros textos legislativos que pretendam implementar os seus valores.

Por fim, queria trazer para o nosso diálogo uma grande preocupação que ainda não veio à Mesa, com relação ao impacto que essa perspectiva de privatização do sistema prisional tem para o público feminino.

As mulheres presas, já há tanto tempo, sofrem, dupla ou triplamente, os efeitos da penalização através do encarceramento e tendem, invariavelmente, a ser as maiores vítimas desse processo de privatização.

Quando olhamos o número de mulheres que recebem visitas e mantêm seus vínculos familiares inabaláveis, como reflexo das condições de gênero que vivemos, na sociedade, ainda mais drasticamente potencializadas pelo encarceramento, conseguimos dimensionar de que forma essas mulheres serão atingidas também pela impossibilidade de mantar um vínculo mais permanente com o meio externo e denunciar as violações que tendem a se tornar ainda mais latentes, como todas as falas anteriores, sobretudo a da Pétalla, trouxeram.

As mulheres sofrerão ainda mais. É importantíssimo que nos mantenhamos atentos a essa questão.

Por fim quero também tomar a minha palavra, para distribuir à Comissão de Direitos Humanos, o material com o qual temos trabalhado essa pauta. O Instituto Brasileiro de Ciências Criminais tem um boletim mensal, e o último trouxe como tema do seu editorial a privatização do sistema prisional. Faço a entrega diretamente ao Senador Paulo Paim, pedindo que o material seja compartilhado. Eu trouxe outras cópias. Faço também instruir esse material com notas técnicas sejam do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais e o Núcleo de Situação Carcerária da Defensoria Pública Pastoral Carcerária e de diversas outras entidades. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Vou providenciar para que seja distribuído aos nossos convidados.

O SR. LUCIANA ZAFFALON – Eu queria, por fim, não diretamente vinculado ao tema da Mesa, mas diretamente vinculado à nossa capacidade de fala neste espaço, que é o Congresso Nacional, deixar registrado, Senador, o constrangimento pelo qual passamos lá na entrada do Senado Federal.

Trouxemos o material de trabalho para tentar distribuir no Senado Federal, como parte da nossa mobilização, e esse material foi confiscado na entrada do Senado. Segundo as falas da Segurança, panfletos que visem a manifestações políticas não podem mais adentrar no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas estão ali, olhem os cartazes ali. Todos esses cartazes amarelos vamos recolhê-los todos.

O SR. LUCIANA ZAFFALON – O nosso material...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Claro que não vou recolhê-los, é uma maneira de dizer, pode mostrá-los ali. Eles são uma manifestação política contra o projeto.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – e tem as nossas palmas. (*Palmas.*)

O SR. LUCIANA ZAFFALON – De toda forma, quero deixar registrado e pedir a atenção das Comissão de Direitos Humanos para a importância de reforçarmos os mecanismos de participação social nesta Casa. Inclusive, um dos nossos companheiros de Mesa teve sua mala revistada e teve que abrir suas camisetas para demonstrar que elas não tinham cunho político.

Isso é um gravíssimo atentado à nossa capacidade de articulação. Peço, então, a atenção da Comissão para esse tema.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Daremos toda a atenção e vamos requisitar o material para que venha para a Comissão. Vamos fazer a devida distribuição.

O SR. LUCIANA ZAFFALON – Agradeço aos funcionários que nos ajudaram, o companheiro ali atrás, que foi resgatar nosso material para que pudéssemos trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Agostinho. (*Palmas.*)

O SR. LUCIANA ZAFFALON – Obrigada, Agostinho.

O material já está aqui.

Essa foi a Drª Luciana Zaffalon, Supervisora de Atuação Política do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais.

Agora, vamos ao Defensor Público, Coordenador Auxiliar do Núcleo Especializado de Situação Carcerária da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Dr. Bruno Shimizu.

Está com a palavra.

O SR. BRUNO SHIMIZU – Bom dia a todas e a todos. Quero agradecer imensamente pela possibilidade deste momento de fala. Agradeço à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, do Senado Federal, na pessoa do Senador Paulo Paim, e a todos meus companheiros de Mesa.

Faço coro à fala da Luciana e do Paulo, que me antecederam, no sentido de manifestar a felicidade em ver este plenário cheio de agentes penitenciários, servidores do sistema penitenciário, que realmente, como bem disse o Paulo, são os primeiros a serem atingidos, talvez juntamente com a população carcerária, por esse projeto de privatização. É de vocês que esperamos a mais intensa mobilização, e podem contar conosco para tudo de precisarem. Acho que temos que fazer essa aliança porque o que se avizinha é efetivamente muito grave.

Sou defensor público no Estado de São Paulo. Quero trazer aqui uma fala um pouco mais prática em relação às privatizações.

Aqui faço um parêntese, quando se fala em privatizações estou falando de alguns modelos possíveis, modelos de cogestão, o modelo de terceirizações, que são esse modelo mais *soft* e a PPP, que é o modelo efetivamente contemplado no projeto de lei do Senado, que é o modelo mais drástico de entrega à iniciativa privada do *jus puniendi*, do direito de punir do Estado e, por si, absolutamente inconstitucional.

Mas todas essas formas têm problemas muito semelhantes e problemas de violação de direitos humanos que são absolutamente patentes para qualquer pessoa que milita no sistema prisional ou que transita pelo sistema prisional.

Não quero então falar das questões principiológicas, que acho que já foram muito bem abordadas no sentido de que o sofrimento humano não pode ser fonte de lucro. Isso atenta contra os princípios mais básicos da nossa Constituição Federal. Isso atropela absolutamente o Estado democrático de direito na medida em que se coloca o sofrimento humano e a punição como fontes de lucro para o capital privado.

Também não quero falar sobre a questão da inconstitucionalidade, apesar de isso talvez ser um dos pontos aqui mais relevantes para o nosso debate. Mas, efetivamente, a entrega do *jus puniendi* nas mãos do capital privado, do poder de polícia nas mãos do capital privado, o que efetivamente o Projeto nº 513 faz, é afronta ao art. 144 da Constituição de maneira muito clara, como toda a comunidade jurídica tem alertado desde que esse projeto passou a constar da agenda Brasil.

A gente trouxe no material que foi entregue ao Senador Paulo Paim uma nota de juristas assinada por 50 juristas de universidades do Brasil inteiro, dizendo que é inconstitucional a privatização do PL nº 513... (*Palmas.*)

Obrigado.

Mas eu queria centrar a minha fala em alguns casos concretos, que podemos trazer, do ponto de vista mais pragmático para sustentar a inconveniência absoluta, a par da inconstitucionalidade, a par de uma questão principiológica mais profunda, alguns dados que podem demonstrar a inconveniência absoluta de o Brasil adotar esse modelo de privatização de presídios.

O caso do Paraná já foi citado aqui. Quando o Senador da República Roberto Requião foi Governador do Estado do Paraná em 2003, ele encontrou uma série de presídios privatizados à margem da legalidade e atuou durante a sua gestão para reverter esse cenário.

Aqui eu tenho uma fala do Senador Roberto Requião, já como Senador, falando sobre porque decidiu trazer como uma das metas do seu Governo a reestatização das unidades prisionais que já vinham sendo privatizadas por outros governos que o antecederam.

Ele diz o seguinte:

Essa unidades prisionais privatizadas eram um presídio *sui generis*, que exigiam quase um vestibular para admitir o preso. [Essa é a fala dele] Era uma espécie de Circuito Elizabeth Arden para presos extremamente

prestigiados pela estrutura. Só entravam lá condenados que pudessem frequentar a lista de candidatos ao céu, ao panteão dos santos, e a remuneração que esses presos recebiam era uma lição exemplar da ideia de mais-valia. É claro, o modelo não deu certo, e o Estado, na minha administração, retomou esses presídios.

A fala inicial do Senador Paulo Paim trazia a questão dos índices de reincidência. E esse vem sendo um argumento muito utilizado no sentido de defender a privatização. Os índices de reincidência em unidades prisionais privadas seriam menores do que em unidades públicas.

Esse dado é falso!

Os índices de reincidência nas unidades prisionais menores são menores do que índices de reincidência em outras unidades prisionais. Esses dados de 8% de reincidência dizem respeito em Minas Gerais às APACs. As APACs são unidades muito pequenas, administradas por uma entidade religiosa – Apac, originalmente, significava Amar ao Próximo e Amar a Cristo –, e os presos que vão para essas unidades prisionais e, portanto, não vão reincidir são presos que não têm envolvimento com facção criminosa, que nunca tiveram nenhuma falta grave, que são selecionados e que se dispõem a viver uma vida religiosa, com três orações diárias, com uma certa disciplina, e que, além disso, não podem voltar para unidades comuns, porque ficam, quando vão para uma Apac, jurados de morte por uma facção prisional.

Ou seja, esses presos não vão reincidir, independentemente de a unidade ser pública, privada ou simplesmente de serem soltos. No caso de São Paulo, quando começaram as audiências de custódia, quer dizer, aqueles presos por furto, aqueles presos por pequeno tráfico começaram a ser soltos, chegou-se à conclusão de que os índices de reincidência, quando eles eram capturados, em cerca de seis meses depois dessa soltura, girava em torno 4% a 8%.

Ou seja, essa unidade e a simples soltura, no caso desse perfil específico de presos que vão para fazer comercial para as unidades privadas, são exatamente iguais.

Em Ribeirão das Neves, em Minas Gerais, que é o segundo caso que eu queria trazer, se alardeou muito isso, no começo. Quando a penitenciária foi inaugurada, falaram: "Nós vamos aqui diminuir o índice de reincidência". Inicialmente, os presos que foram encaminhados a essa unidade, eram presos selecionados nesse mesmo perfil das APACs. Isso mudou, ao longo do tempo, e, misteriosamente, Ribeirão das Neves sumiu dos noticiários.

Por quê? Em 2014, cerca de um ano depois, ou menos de um ano que o presídio estava em funcionamento, que o Complexo de Ribeirão das Neves estava em funcionamento, o CNJ, o Conselho Nacional de Justiça, foi em Ribeirão das Neves e constatou o mesmo padrão de violação dos direitos humanos das unidades públicas. Então, havia presos dormindo no chão; racionamento de água severo, eles tinham o tempo de três minutos por dia para tomar banho; a educação prisional, que era uma das bandeiras levantadas, simplesmente não foi implementada. E o que a gente tem hoje são presídios superlotados, exatamente com o mesmo padrão de violação que presídios públicos, mas com uma diferença: um preso, no sistema público, custa cerca de R$1,3 mil para o Estado; um preso, em Ribeirão das Neves, custa R$2,7 mil para o Estado. Quer dizer, o Estado está pagando mais para fazer a mesma coisa. E a diferença disso é simplesmente a margem de lucro do administrador.

Então, não faz qualquer sentido que apostemos em um modelo mais caro e que, se não é pior, é a mesma coisa do que o modelo público. No caso de Pedrinhas, e normalmente se fala do caos penitenciário de Pedrinhas até para sustentar a privatização do modelo. "Olha o que aconteceu com Pedrinhas, temos que tomar uma atitude em relação a isso". Mas simplesmente não se divulga o fato de que toda a segurança penitenciária de Pedrinhas era terceirizada, em um dos modelos de privatização, assim como todos os outros serviços. E a primeira medida do governo maranhense, quando ocorreu a crise penitenciária de Pedrinhas, quando houve decapitação de presos e isso vazou, foi para os jornais, para a televisão, foi reestatizar esse serviço.

Aqui eu tenho a fala do Antônio Benigno Portela, diretor do Sindicato dos Servidores do Sistema Penitenciário do Maranhão, declarando que o sistema penitenciário se tornou refém da terceirização: "há dois anos lutamos contra essa prática do governo anterior, que só trouxe malefícios à população e à nossa categoria".

Mas esse clamor da categoria só foi ouvido quando vazaram vídeos com presos sendo decapitados, presos sendo mortos. Quer dizer, é esse modelo que estamos nacionalizando a partir do PLS nº 513, estamos exportando Pedrinhas para todos os Estados da Federação.

O Mecanismo Nacional de Combate e Prevenção à Tortura editou a Recomendação nº 2, de 2015, justamente recomendando aos Estados a não privatização das unidades prisionais. Porque, a partir de um ano de trabalho, visitando unidades prisionais por todo o País, esse Mecanismo, ligado à Secretaria Nacional de Direitos Humanos, chegou à conclusão de que os padrões de violação, nas unidades privadas, eram mais graves do que os padrões de violação de direitos humanos das unidades públicas. E por isso solta essa Recomendação.

Em janeiro de 2016, foi publicado, pelo Mecanismo Nacional de Combate e Prevenção à Tortura, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, um órgão autônomo, portanto, mais vinculado à SDH, o relatório de

quatro unidades prisionais do Amazonas, das quais três funcionavam em sistemas de terceirização. E a principal recomendação do relatório, ao Estado do Amazonas, é a reestatização dessas unidades.

Eles constataram prática de tortura, a mais patente possível; quer dizer, presos com olhos roxos, sem dentes, torturados, um atendimento à saúde absolutamente péssimo, tudo isso foi constatado nas unidades privadas. Ou seja, um modelo mais caro, que tortura mais e que não traz nenhum avanço em pauta de direitos humanos.

Fora do Brasil, no caso americano, porque sempre se fala da privatização como sendo positiva a experiência americana, hoje em dia, há um certo consenso entre quem pensa em segurança pública nos Estados Unidos, no sentido de que o combate ao encarceramento em massa passa necessariamente pela abolição do sistema privado de gestão das penitenciárias.

O Senador Bernie Sanders, um dos favoritos pelo Partido Democrata à Presidência da República, protocolou, em setembro do ano passado, um projeto de lei, no Congresso norte-americano, para abolir o sistema privado de gestão de unidades prisionais.

Isso também é uma pauta de campanha da Senadora Hillary Clinton. Então, o próprio modelo americano, que chegou a um colapso – hoje é o país que mais encarcera no mundo – tem revisto essa situação; e o Brasil parece, por esse projeto, se encontrar na contramão do que os países que a gente chama de Primeiro Mundo têm pensado.

A partir disso, parece-me – já encerrando a minha fala –, quando se pergunta acerca de soluções... Quais são as soluções? Primeiro ponto: a privatização não é uma solução; na melhor das hipóteses, é um agravamento do problema e, na pior das hipóteses, é uma bomba-relógio que certamente vai estourar, caso aprovada.

Algumas soluções vêm sendo costuradas de um modo muito eficiente, contudo, pelo próprio CNJ, o Conselho Nacional de Justiça, e pelo Departamento Penitenciário Nacional, como, por exemplo, audiências de custódia. Quer dizer, pensar em planos para evitar o superencarceramento, justamente para que esse preso, que não deveria estar preso – e é esse que vai ter o perfil que será selecionado para uma unidade privada, ao menos num primeiro momento, para se fazer um cartaz, um comercial dessa unidade –, não esteja preso; que ele possa responder ao processo em liberdade.

O Brasil tem quase metade das pessoas presas aguardando, indefinidamente, o julgamento. Isso, sim, me parece algo com que os poderes da República deveriam estar preocupados – e não com relação ao lucro de empresas privadas.

No Estado de São Paulo a gente tem um movimento muito grande, sobretudo capitaneado pela Fiesp, para trazer a privatização dos presídios. Isso andou durante um tempo, mas acabou perdendo um pouco de força no Estado de São Paulo. Pelo menos essa discussão foi, de certa forma, postergada, na medida em que a Agência Pública de Jornalismo levantou que as empresas que já haviam...

(Soa a campainha.)

O SR. BRUNO SHIMIZU – ...mencionado interesse no memorial para a administração das PPPs prisionais eram as mesmas envolvidas no escândalo de desvio de dinheiro do metrô. As mesmas empresas envolvidas no "trensalão", como a mídia começou a chamar, estavam envolvidas ou tinham anunciado o seu interesse na gestão das PPPs. A partir dessa revelação houve uma enfraquecida no Estado de São Paulo mas, certamente, caso esse projeto seja aprovado, a gente não vai ter como fugir disso.

Enfim, era mais ou menos por aí que eu queria ir. Acho que também é importante, aqui, pontuar que é incompreensível por que esse projeto está na Agenda Brasil, na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional. Esse projeto, por sua magnitude, é impensável que esse projeto não seja analisado pela Comissão de Direitos Humanos! É impensável que esse projeto seja analisado de forma açodada na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional!

(Soa a campainha.)

O SR. BRUNO SHIMIZU – Eram essas as palavras que eu queria trazer.

Muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Bruno Shimizu, Defensor Público e Coordenador do Núcleo Especializado de Situação Carcerária da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Vamos em frente.

Dr. Leandro Allan Vieira, Presidente da Federação Brasileira dos Servidores Penitenciários.

O SR. LEANDRO ALLAN VIEIRA – Bom dia a todos.

Cumprimento a Mesa na pessoa do Senador Paulo Paim, parabenizando-o pela iniciativa maravilhosa e muito importante para o sistema penitenciário do Brasil.

Quero agradecer a presença de todas as instituições aqui neste debate, hoje. Também quero agradecer a presença de todos os meus amigos do concurso de agente de atividades penitenciárias e a Agepen federal. Muito obrigado pela presença de vocês, é muito significativa. (*Palmas.*)

Eu trouxe dados e informações que já foram faladas aqui. Foram esvaziadas as informações que eu colocaria no debate. Sendo assim, para não ficar redundante, vou colocar a minha opinião e a opinião da Febrasp.

Primeiramente, a Febrasp repudia a tramitação do Projeto de Lei nº 513/2011 na Agenda Brasil. Nós temos certeza de que a tramitação desse projeto nada mais é que uma tramitação de cunho financeiro. Existem pessoas interessadas em lucrar com a privatização do sistema penitenciário.

Nós sabemos que quaisquer dados que apresentemos aos indivíduos que estão envolvidos nessa tentativa de privatização do sistema penitenciários serão em vão, porque já existe uma negociata por trás disso, existe um acordo financeiro, inclusive com financiamento de campanha. Mas esse Parlamentar tem um eleitorado e nós devemos fazer com que essa notícia chegue ao seu eleitorado, nós temos que divulgar essa notícia nos Estados que acreditaram naquele Senador, que acreditaram naquele ente e o colocaram com representante do Estado, representante do povo.

É um pedido que eu faço a todos: vamos fazer com que essa informação chegue aos Estados de origem dos Senadores interessados na privatização do sistema penitenciário e dizer o que está por trás disso. É inadmissível, Senador, que peguemos a segurança das unidades prisionais, a ressocialização e façamos disso um mercado. É inadmissível mercantilizar a pena! Olha a que ponto o País está chegando! Será que o País hoje tem saúde financeira também para criar um sistema de hotelaria para apenados? Hoje gastamos de R$1,5 mil a R$2 mil, como os dados que foram colocados, agora nós vamos passar a gastar o dobro com um discurso mentiroso de que a privatização é a solução para o sistema prisional.

Nós temos aqui hoje, nesta sala, um ente muito importante para a solução do sistema prisional, os agentes penitenciários. Ele tem que ser inserido definitivamente nesse debate para apresentar sugestões, soluções e ajudar o Brasil a construir um sistema penitenciário melhor. Nós temos pessoas totalmente capacitadas com doutorado, mestrado, uma capacidade intelectual fantástica e que podem contribuir.

Nós temos uma massa carcerária gigantesca que não é aproveitada para a sociedade. Olha, quando eu falo de trabalho do apenado eu não falo do trabalho escravo e eu não falo do trabalho forçado. Se você chegar hoje aqui no Distrito Federal, são 15 mil presos, e quem quer trabalhar? Noventa e nove por cento vai ser voluntário para produzir, para trabalhar, para ser mão de obra para produzir algo para a sociedade.

Por que nós não podemos a partir de hoje começar a discutir a produção dos apenados para a sociedade do Brasil na construção de escolas públicas, faculdades, matando a fome de quem tem fome, produzindo legumes, verduras, uma fazenda agrícola, alimentando a sociedade, alimentando os pobres, alimentando a quem precisa? Nós temos que ter um tipo de agenda produtiva, discutir verdadeiramente um novo rumo para o sistema penitenciário do Brasil.

Discutir também qual a importância do agente penitenciário nesse papel, uma categoria que até hoje não é reconhecida pela Constituição do Brasil, não tem uma regulamentação que diz o que ele é, o que ele faz, qual a importância do seu papel. Então, nós temos que ter também mais seriedade com o agente penitenciário brasileiro. (*Palmas.*)

Obrigado.

E aqui fica a minha sugestão e o meu clamor para esta Casa: a partir de hoje, pensarmos também na constitucionalização da carreira do agente penitenciário, na regulamentação dessa profissão, e discutirmos todos nós políticas públicas voltadas ao sistema penitenciário; fazer com que os apenados comecem a produzir para a sociedade.

Construir cadeia não é a solução, aumentar a pena não é a solução, agora nós temos que pensar na educação das nossas crianças, nós temos que discutir a educação das nossas crianças, que vão nos substituir, nos suceder e, daqui a alguns anos, vão ser o futuro do nosso País.

Dia desses, passando na porta de uma escola, uma criancinha de aproximadamente 6 anos de idade, uma mochila toda rasgada, o pezinho todo sujo, o cabelo bagunçado, e eu pensei: olha só o futuro do nosso País.

Olha só a importância que estamos dando às nossas crianças, ao nosso futuro.

Então, Senador, a Febrasp repudia o Projeto 513, que está tramitando na Agenda Brasil. Sabemos do cunho financeiro que esse projeto exerce naquela comissão.

Peço a todos que pesquisemos agora os Senadores que têm interesse. E vamos informar nos Estados, em grupos de partidos, em grupos de debates a posição desse Senador e o que está por trás desse interesse que possibilita usar alguns artifícios, alguns argumentos que não têm relevância, como a economia no siste-

ma penitenciário, uma efetiva socialização. Uma mentira! O Senador teve a coragem de falar para mim que ele pediu para o assessor dele nos Estados Unidos fazer uma pesquisa sobre o sistema penitenciário. E eu pensei: desminto ele agora, ou depois, ou deixo ele falar? Porque são palavras vazias, dizendo que é o melhor sistema penitenciário do mundo, que a privatização trouxe a solução para a criminalidade nos Estados Unidos. Que mentira deslavada! É vergonhoso ouvir da boca de um Senador um argumento tão frágil e fútil desse.

Então, peço a todos: vamos a partir de agora, meus colegas com quem trabalhamos tanto, começar nos Estados bombardear quais os Senadores que estão apoiando esse projeto e o que está por trás desse projeto, que é o interesse financeiro.

E peço ao senhor, Senador, o Senador do bom combate, que montemos uma agenda para discutir e debater seriamente o sistema penitenciário e inserir os agentes penitenciários que aqui estão, que têm interesse muito grande na melhoria de toda a unidade prisional do País.

Eu agradeço pela oportunidade.

Dr. Renato, quero parabenizá-lo pela seriedade com que o senhor vem tratando o Departamento Penitenciário. Aqui somos colegas também do concurso, agentes penitenciários federais que aguardam ansiosamente a nomeação. E sabemos da seriedade e da vontade também de ter esses colegas com a gente trabalhando no sistema penitenciário.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Leandro Allan Vieira, Presidente da Federação Brasileira de Servidores Penitenciários (Febrasp).

Passamos a palavra agora ao Dr. Renato Campos Pinto de Vitto, Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional (Depen).

O SR. RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO – Bom dia, Presidente, Senador Paulo Paim. Quero agradecer a lembrança, o gentil convite.

Quero registrar a importância que a Comissão de Direitos Humanos do Senado tem assumido, Senador, ao abrigar discussões como esta que o senhor propiciou hoje. No momento em que, às vezes, o debate público e político fica monocromático, abrir esses espaços de diálogos, de contrapontos, acaba sendo fundamental. Então, fico muito contente em tentar contribuir aqui.

Quero cumprimentar os meus colegas aqui na mesa, Luciana, do IBCCRIM; Paulo, da Pastoral; Alamiro, do nosso glorioso Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

E faço uma saudação especial aos representantes sindicais, inclusive o Bruno, que já saiu. Quero cumprimentar a Febrasp, as entidades afiliadas, na pessoa do Leandro, seu Presidente; a Fenaspen e os sindicatos filiados, na pessoa da Anunciação; e também os sindicatos dos agentes penitenciários federais, na pessoa da Cintia.

Depois de quase dois anos à frente do Depen, Senador, eu posso fazer um testemunho do trabalho sério e incessante dessas entidades representativas desse importante segmento de trabalhadores aqui em Brasília.

O contato que tivemos, seja com a Fenaspen, Febrasp e com os nossos sindicatos dos agentes federais, reforça-nos a sensação de que há pessoas comprometidas com uma causa maior, no que diz respeito ao sistema penitenciário e que estão dispostas a movimentar as políticas públicas no sentido de a gente melhorar esse quadro. Eu tenho falado e com muita convicção, muito tranquilidade, que estou absolutamente convencido de que não há saída para o sistema prisional, sem puxar o peixe para a nossa brasa aqui, mas a questão penitenciária do País é um dos maiores nós, porque ela se entrelaça com a questão da segurança pública, ela retroalimenta a violência, a criminalidade, ela traz um esgarçamento do tecido social brasileiro.

E eu estou convicto de que, sem dialogar com os trabalhadores do sistema prisional, não temos saída; se não construirmos pontes de diálogos consistentes, que também é uma via de duas mãos. Haverá cobranças também de mudanças de postura, cobranças de adaptação de um olhar, que é antigo muitas vezes, dos trabalhadores do sistema prisional para um novo olhar. Eu não acredito que vamos construir as bases para pensar, de fato, em um sistema mais humano para daqui a 10, 15, 20 anos.

O Depen se coloca crítico em relação a alguns procedimentos e posturas, sim, que muitas vezes são derivadas de uma forma policialesca de se pensar a gestão prisional, que nós não entendemos que seja a saída para isso. Mas não há dúvida nenhuma de que, sem os agentes prisionais, sem os servidores da execução penal no País, nós não melhoraremos esse quadro. (*Palmas.*)

Se não estabelecermos pontes de diálogo com essas 77 mil, quase 80 mil pessoas que trabalham apenas na custódia, eu não acredito em nenhuma solução mágica.

Eu vou tentar trazer alguns dados sem um caráter conclusivo, porque eu acredito que temos a obrigação aqui de problematizar, trazer dados tentando ser, da melhor forma possível, imparcial, mas com uma premissa de que não se pode pensar em trabalhar o conceito de PPP ou mesmo de cogestão no sistema prisional como

um modelo substitutivo. Isso não aconteceu nem nos Estados Unidos, em que todas as condições se deram para que a iniciativa privada ocupasse esse espaço.

Nós temos hoje 1.436 estabelecimentos prisionais no Brasil sem contar as carceragens de delegacias de polícia. E seria absolutamente tolo supor que o modelo da iniciativa privada vem como um *Deus ex machina* e resolve os problemas do sistema prisional se substituindo essa massa de quase 80 mil trabalhadores e esses equipamentos públicos que foram construídos, bem ou mal, com muito investimento e muito trabalho.

Então, quando falamos que "há 100 estabelecimentos privados nos Estados Unidos" – isso significa a custódia de apenas 7% dos presos lá –, chegamos à conclusão, com muita tranquilidade, de que esse modelo não vai se sobrepor ao modelo público. Então, teremos que fazer uma avaliação de custo-benefício de abrir uma porteira para o investimento privado. Mas eu estou absolutamente convencido de que quem prega isto de que nós, então, resolveremos o problema do sistema prisional brasileiro não está com o pé na realidade.

Outra grande premissa, que eu coloco aqui, é de que a instituição do modelo por si, do ponto de vista do Depen, hoje, não ataca as grandes causas da degradação do sistema prisional. E, na base dessa grande causa, talvez esteja, de fato, o crescimento avassalador da população penitenciária brasileira.

Nós temos pontuado que, nos últimos 15 anos, a taxa de aprisionamento no Brasil cresceu sem precedentes. E o Brasil só é ultrapassado, em uma lista dos 50 países que mais encarceram no mundo, pela Indonésia. Ou seja, não podemos naturalizar que no Brasil se prende mais que o dobro da taxa de encarceramento mundial. Se não adotarmos medidas profiláticas para evitar a superpopulação, a superocupação, que leva à impossibilidade da instituição dos serviços adequados, não estaremos atacando esse problema; vamos estar, de fato, criando um outro caminho para recursos e, possivelmente, fragilizando o modelo público.

Trago alguns dados; vou tentar aqui trazer rapidamente algumas informações.

Aqui a questão conceitual eu vou passar só para pontuar. O modelo das PPPs é implantado nos anos 80 nos Estados Unidos no governo Reagan. Também se expande no governo Margareth Thatcher na Inglaterra. Hoje há cerca de 200 presídios privados no mundo. E aqui, no Brasil, temos o exemplo de Ribeirão das Neves, um complexo que abrange três unidades.

Vou pontuar alguns dados. Esses dados ainda estão em consolidação. A população prisional, que era de 607 mil no último levantamento, vai subir, mas vai subir mais do que isso – esse dado ainda é provisório –, vai passar de 620 mil com o novo levantamento semestral. Como eu disse aqui, uma taxa de encarceramento que está na base dos grandes problemas.

Se há 40 detentos em uma sala onde cabem dez, efetivamente, não existe agente prisional público ou privado que vai resolver esse problema.

Aqui as taxas de trabalho e estudo no sistema prisional, que são bastante baixas. Também aqui alguns dados que vou deixar para a Comissão e para os representantes fazerem uma avaliação de comparação.

No que diz respeito à cogestão, temos 29 unidades hoje cadastradas no Infopen e 12 mil vagas. Esse modelo é basicamente APAC, mas deve entrar algum outro modelo, mas unidades menores, com 2.500.

Efetivamente no modelo PPP, são as três de Ribeirão das Neves em funcionamento, lembrando que Itaquitinga, que teve um investimento anunciado de R$263 milhões pelo Governo de Pernambuco, com financiamento do Banco do Nordeste, não foi levado a cabo, e a dívida do consórcio que ganhou aquela licitação abalou profundamente a economia local, os pequenos fornecedores para aquilo. E há 1.368 unidades públicas.

Então, repito, achar que vamos mudar, que não vamos conviver com esse modelo é uma ilusão. Temos que fazer uma avaliação muito cuidadosa do custo/benefício a respeito de se implementar outros modelos.

No que diz respeito aos indicadores de ressocialização, na cogestão são 22% de pessoas trabalhando ou um pouquinho mais do que a média nacional; nas APACs, organizações sem fim lucrativo, são 64%; nas PPPs, 8%, e há uma nota que diz que na PPP2 de Ribeirão das Neves não houve informação de nenhuma pessoa trabalhando, não sei se é problema de dado ou é informação correta; há 20% de pessoas trabalhando aqui no modelo público.

Em relação a presos estudando, são 19% na cogestão; 46% nas entidades sem fins lucrativos; 25% nas PPPs; e 11% nas públicas.

Outra coisa importante é a nossa avaliação a respeito da disponibilização de agentes de custódia por modelo de gestão. No caso da cogestão, 4,9 presos por agente; nas organizações sem fins lucrativos, 15,9; nas PPPs, 3,9; e nas públicas, 7,7. Isso nos faz pensar que, se efetivamente dispuséssemos de um efetivo melhor, os serviços também no modelo público não poderiam ser mais adequados.

Argumentos favoráveis. Ouvimos isso, ou seja, não é uma avaliação ideológica, mas a partir de relatórios, estudos técnicos. A redução de custos está na base da implementação da PPP nos Estados Unidos e na Europa, as atenuações dos impactos orçamentários decorrentes da construção de unidades prisionais. Isto é, não preciso dispor daquele orçamento e daquele financeiro para a construção, que é realmente dispendiosa, mas vai

ser diluído em 35 anos ou 40 anos. A melhoria na infraestrutura dos presídios; a não aplicação das restrições de LRF – esse argumento se coloca como central hoje, pois a maioria dos Estados está no limite prudencial ou já com vedação pela LRF de contratação de pessoal terceirizado e não é computado aqui –; maior celeridade na entrega das obras de infraestrutura, visto que o parceiro privado tende a cumprir melhor aquele prazo; melhoria na qualidade do atendimento do preso; possibilidade de inovação em métodos de gestão prisional. Este é um ponto a ser apreciado. Tenho ouvido muita gente e participado de debates onde tem sido dito que talvez o fomento de um modelo diversificado possa ser um celeiro de boas práticas para a gestão prisional. Menores custos transacionais para contratação de todos os serviços que estão associados; e o fato de o agente não estar submetido aos controles a que está submetido o órgão estatal – e aqui isso é para o bem e para o mal, o que daria uma agilidade na gestão, uma facilidade na gestão dos projetos.

No que diz respeito aos principais argumentos contrários, temos uma grande discussão jurídica que não é ideológica a respeito da constitucionalidade da delegação dos serviços, em especial de segurança, disciplina e custódia, uma vez que o poder punitivo talvez seja o núcleo duro daquelas atividades típicas de Estado.

Esse é um argumento importante também, porque, ao se promover o estímulo do parceiro privado atuando como provedor de vagas no sistema prisional, se está induzindo o encarceramento em massa. Transformação do preso e aprisionamento em fonte de lucro; criação de segmentos como acontece hoje nos Estados Unidos organizados por um *lobby* de endurecimento de penas, o que pode dificultar ainda mais o debate público hoje. Eu costumo dizer e quero lembrar que o Brasil, hoje, tem uma das maiores populações prisionais do mundo, com mais de 600 mil presos, mas também convive com um aumento dos indicadores de homicídio, ou seja, se lá atrás quando tínhamos 90 mil presos, o encarceramento tivesse se mostrado como instrumento efetivo para contenção da violência e da criminalidade, nós não estaríamos hoje também como um dos campeões mundiais de homicídio. O encarceramento não pode ser mais visto como solução para as questões de segurança pública. Empoderar um segmento por esse *lobby* de endurecimento de pena também pode trazer dificuldades maiores no debate público.

A dificuldade na própria contratação e aqui está na base de boa parte dos projetos que estão patinando Estados afora, além da resistência institucional por questões jurídicas e políticas, mas a definição de indicadores – e há mais de 350 indicadores de desempenho que vão servir de base para remuneração do parceiro privado –; e a elaboração de um contrato de concessão para Parceria Público Privada prisional que vai vincular o Estado por 30 anos, 35 anos, 40 anos, é absolutamente desastroso do ponto de vista da gestão pública!

(Soa a campainha.)

O SR. RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO – Não é um contrato de alimentação com período máximo de 60 meses e que se pode revogar com seis meses. Vamos estar atrelando o orçamento público por 30 anos, 40 anos, a um contrato.

Quanto à seleção do perfil de presos a serem transferidos às PPPs, uma grande crítica que se faz é se o modelo público, se os agentes que aqui estão hoje bem representados tivessem somente pessoas condenadas por crimes sem violência, primários, teriam condição também de uma gestão bastante diferente. Esse é o corte de perfil que muitas vezes é encaminhado à PPP. Em outras palavras, o que os críticos dizem é que se separa o filé-mignon – como perdão da metáfora ruim – para a iniciativa privada e o que há de pior fica para o modelo público.

Em relação ao corte nos gastos das unidades privatizadas, que se atrela à restrição de direitos de detentos, se há um impacto ali no contrato, o primeiro bem a ser sacrificado é o direito do interno. A questão da terceirização da assistência jurídica também tem uma questão constitucional no que diz respeito ao papel da Defensoria Pública. E a isenção que pode se esperar no que diz respeito à denúncia de tortura e mesmo a provisão de uma assistência jurídica efetiva. O custo que aparece para os dois lados, o custo que tem se apresentado no Brasil e no mundo. E o Bruno pontuou bem aqui o debate público americano, hoje, coloca com muita clareza de que aquela ideia de que nós teríamos uma contenção de gastos públicos não vem se realizando. Ausência de diretrizes mínimas para capacitação dos terceirizados. Hoje, Senador, lendo a *Folha de S. Paulo*, vejo lá denúncias sobre mão de obra terceirizada na entrega dos Correios para as Olimpíadas, com desvio de encomendas todas feitas por mão de obra terceirizada.

Então, esse é um ponto a ser colocado. Se hoje nós temos dificuldades no que diz respeito às diretrizes mínimas de capacitação dos agentes nos Estados, temos sim corrupção no sistema prisional, e temos que combater de forma implacável isso. O fato é que, se criarmos uma porta de entrada para servidores celtistas sem capacitação, sem mecanismos institucionais de controle, podemos de fato estar perenizando caminhos de corrupção aqui.

O fato de que as empresas que oferecem vagas de trabalho dentro dessas PPPs acabam se valendo da exploração de uma mão de obra barata.

Há uma série de questões aqui no estudo que a gente tem feito no Depen e deve levar ao Ministro empossado, Wellington, para que ele possa levar à Casa Civil e forçar, como o Senador Lindbergh aqui sugeriu, uma posição firme de Governo.

Temos levantado alguns argumentos que aparecem nos estudos. Na verdade, não vou tomar o tempo que já está estourado falando disso, mas quero dizer que mesmo a PPP comporta *nuances*, em que se pode resguardar também o âmbito da disciplina, da segurança, com terceirização de alguns dos serviços. Em países como França, Hungria, Japão, o pessoal da segurança, mesmo nas unidades privadas, não é composto por servidores privados. Em alguns países como Alemanha e Israel, há uma clara sensação de que isso é absolutamente indelegável. Quer dizer, o que estamos dizendo aqui não é ideológico. É uma discussão internacional sobre espaço de Estado e segurança mesmo.

Como já disse, a afirmação de que as prisões privadas apresentam custos mais vantajosos não é observada, hoje, como um dado absoluto. Na Holanda e na Inglaterra, há dados próximos, muitas vezes o custo do modelo privado sendo mais oneroso para o país. Nos Estados Unidos, há um diagnóstico também apontando condições dúbias. Como o Bruno já disse aqui e pôde aprofundar, está na ordem do dia a discussão a respeito desse modelo e da reforma penitenciária nos Estados Unidos, onde 37 dos 50 Estados têm aproveitado redução das taxas de encarceramento.

Não podemos perder de vista também uma grande questão que está na base da degradação do sistema prisional.

Em uma pequena análise comparativa de custo, Senador, a respeito dos dados disponíveis sobre Ribeirão das Neves, 3.040 vagas, R$230 milhões, prazo do contrato de 27 anos, um custo, de acordo com aquele relatório da Pastoral, de R$2.788,20. O Depen está revisando a questão dos custos, inclusive para poder prover uma nota técnica a respeito disso em breve. Em Itaquitinga, que é o contraexemplo – temos que olhar a outra face da moeda das PPPs e não só Ribeirão das Neves –, que é um empreendimento em que o Estado de Pernambuco colocou todas as fichas e não saiu do papel. Hoje, o Governador Paulo Câmara e o Secretário Pedro Eurico têm um elefante branco para tentar resolver: 3 mil vagas e um gasto enorme, diversos fornecedores não foram pagos porque o consórcio não cumpriu as condições acordadas. O custo por vaga projetado lá, em 2013, é R$2,4 mil, enquanto o custo que o Depen trabalha para o ano de 2013, custo médio, em que conseguimos levantar não só as despesas de investimento como também de custeio, incluindo pessoal, é R$1.762,08.

Então, trazendo um dado objetivo, nos preocupa, no momento em que o Governo tem uma lição de casa grande, a sociedade brasileira, o Estado brasileiro, de ajuste fiscal, estarmos levantando de forma açodada, sobretudo, uma janela que pode trazer um impacto financeiro-orçamentário muito grande.

(Soa a campainha.)

O SR. RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO – Apenas para finalizar, o Depen está absolutamente à disposição das entidades aqui e das entidades sindicais para prosseguir nesse debate, e do Senado, e tem convicção de que a situação não é simples. Sempre ouvimos que estamos defendendo a situação degradada atual, eu respondo: não! Estamos defendendo, sim, um modelo equilibrado, que respeite as carreiras que estão colocadas, um modelo que respeite o direito dos internos, que respeite os servidores, que respeite os internos, que traga um dividendo social melhor.

A nossa expectativa é poder, nos próximos dias, levar ao novo Ministro Wellington Lima e Silva as impressões do Depen para que ele também possa construir com serenidade, com tranquilidade, junto à Casa Civil, essa posição. Mas uma convicção eu posso deixar claro aqui: este não é um debate a ser feito de forma açodada. Nos parece que a inclusão desse tema na Agenda Brasil certamente não é um ganho para o Estado brasileiro, para o sistema prisional brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Dr. Ricardo Campos Pinto de Vitto, Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional (Depen)

Ainda vou passar a palavra ao JP, que falará em nome da Central.

Mas temos um requerimento.

ITEM
REQUERIMENTO Nº

Nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item XII, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o PLS 513, de 2011, que estabelece normas gerais para contratação de Parceria Público Privada e para construção de estabelecimentos penais, no caso da privatização, além da apreciação pela Comissão Especial de Desenvolvimen-

to Social seja ouvida também a Comissão de Direitos Humanos e Legislativa Participativa (CDH) [esta comissão], a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e a Comissão de Constituição e Justiça.

Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: [relator]
Relatório: [relatório]
Observações: *[observações]* (*Palmas.*)

Quero ver se vocês concordam com esse primeiro encaminhamento.

Se não concordarem, azar, porque eu já entrei como requerimento. (*Risos.*)

Qual é o objetivo? Que ele vá para as outras comissões. Esse é um encaminhamento, pessoal. Outros encaminhamentos que eu percebi aqui, a Mesa pode me ajudar, é a mobilização em cima de Senadores Estado por Estado, que vocês todos terão que fazer. Eu, particularmente, vou conversar com Senador Anastasia também sobre as preocupações que vocês colocaram aqui sobre o projeto. É um Senador com qual eu tenho estabelecido um diálogo aqui na Casa em inúmeros projetos.

Acredito que nesse, também, eu vou... É minha obrigação conversar com ele. Eu sempre converso com todos, não importa o partido ou a sigla, quando está em interesse um projeto que eu percebo que, se aprovado, vai trazer prejuízo aos trabalhadores, sejam da área pública, da área privada, da área rural, enfim, os trabalhadores do País. Vocês são trabalhadores da área pública no caso.

Eu me comprometo, também, de dialogar com ele na busca de outros caminhos que não seja esse que está aqui e vou relatar como é que foi a audiência no dia de hoje. Eu não sei se há outra.

JP está com a palavra agora, para falar pela CGTB.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Está me mudando de central?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Hoje saiu a aferição prévia. Nós somos a terceira maior central.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Nós passamos a Força Sindical, acho que devido àqueles acontecimentos com o seu atual presidente, que está mais do lado de lá do que do lado de cá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Exatamente. E a terceirização?

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Somos terceira maior central, a CTB.

Paim, mais uma vez, obrigado. Eu vim aqui mais para apreciar esse debate tão importante, uma iniciativa da CSPB, confederação da qual também faço parte, com orgulho e pela nossa companheira Cíntia, que é de grande valia.

Aproveito o ensejo, Renato, para pedir a você que a ceda, porque nós não temos liberação sindical. Quem sabe você podia pensar nesse caso, porque é de grande valia para o movimento sindical brasileiro.

O SR. RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO – Vai fazer falta.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Mas estamos debatendo a questão da liberação sindical. Mas, Paim, bem rapidamente, eu acho que a iniciativa foi brilhante, mais uma vez, e mostra para nós algumas coisas em que eu me capacitei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para deixar bem claro, me permita, que a iniciativa foi do movimento. A Cíntia me procurou e eu percebi a importância e acatei para iniciar a audiência pública.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Claro e ainda mais aqui na CDH. Eu acho que o Paulo, ou mesmo o Alamiro ou companheiros desta Mesa e da Mesa anterior, eu podia falar, porque, antigamente, eu comecei a minha militância no movimento negro, e nós falávamos muito que o negro estava preso. Hoje em dia, antes de sermos presos, nós somos exterminados. A população carcerária, hoje, já não é da questão racial mais. O negro não está mais preso, ele é executado.

Eu não sei se é fato, por isso é quase uma pergunta, se vocês nas considerações finais disserem, que a população carcerária é de pigmentação mais clara. Ela clareou porque o nível de extermínio da população não branca também nas suas abordagens é muito grande. Então, acho que fica essa questão.

Sobre o sistema penitenciário, eu acho que os trabalhadores que aqui representam, inclusive filiados à CSPB e às várias centrais que estão aí – e queria lembrar uma parceira da nossa central, com o qual nós trabalhamos juntos na Confederação, a Nova Central – já colocaram os dados.

Aí culminando em tudo o que nós aprendemos no dia de hoje, faltou uma lacuna que não sei se o Renato ou mesmo o Alamiro poderiam dizer. Eu perguntei à Cíntia, mas eu acho que seria legal se vocês dissessem.

É o seguinte: se o custo hoje está em cerca de quase R$3 mil por preso, quanto seria hoje o custo do sistema mais novo, que é o sistema federal? Vocês têm esse dado para explicar?

Outra questão nesse mesmo viés, relacionada ao que o Leandro falou: as prisões agrícolas, de que nós já falamos, onde há produção, custam caro? Já existe algum dado colocado para o nosso País? Isso ajudaria neste debate.

Por fim, eu gostaria de dizer o seguinte: eu acho que o principal foco que nós temos de fazer é não ter preso, é não ter sistema prisional. O mais certo é a gente ter uma sociedade justa e igualitária para todos, onde

não precisaremos ter ressocialização. Acho que nós temos de resgatar a ressocialização da pessoa que cometeu algum crime. Ele tem de ir lá, pagar o seu crime e voltar para a sociedade. Então, eu acho que esse é o principal alvo que nós, das centrais sindicais, que nós, da sociedade, queremos.

Mais uma vez brilhantemente, Paim, eu queria agradecer por esta oportunidade, e acho que este é o papel que nós temos de fazer como cidadãos. E não poderia deixar de dizer, como agente político, que, com tudo isso que acontece em nosso País, e com o nosso sistema prisional, eu acho que esses alarmes e algumas coisas que acontecem no País não tem... O sistema carcerário está caótico. Não vai caber tudo isso.

Então, vamos parar um pouco com a propaganda , fazer uma coisa muito mais efetiva no que diz respeito à ressocialização, e punição do jeito que tem de ser, na forma da lei. Eu acho que é isso, essa é a minha contribuição, e quero agradecer, mais uma vez, a oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, JP.

Pessoal, todos os convidados usaram a palavra. Aqui nesta Comissão, Pessoal, a disputa não é fácil, e explico o porquê: nós temos hoje três audiências públicas.

Eu queria só que nós respondêssemos à fala do JP, porque a equipe que trabalha conosco tem também que almoçar; eles têm de estar aqui de novo às 14h, pois há uma audiência pública sobre a luta das mulheres, que se iniciará às 14h; outra se inicia às 17h, que é contra o trabalho escravo, e consegui pegar a relatoria; já vai haver um grupo que fará a audiência pública, naquele princípio que eu disse na abertura, de proibir o trabalho escravo, e não regulamentar o trabalho escravo.

Então, eu queria fazer um apelo para que alguém respondesse rapidamente aos questionamentos feitos pelo JP em nome da CTB; daí nós vamos para os encaminhamentos finais.

Pelo que vi, o encaminhamento fundamental é tirar a urgência e fazer com que o projeto vá para as comissões. Nesse sentido, além do requerimento em que já dei entrada no plenário, eu vou querer também que, de preferência na quarta-feira, vocês façam uma mobilização para irmos para a Comissão especial falar inclusive com o Presidente da Comissão e com o Relator, que deverá estar lá também, no sentido de que eles colaborem para que o projeto tenha o debate à altura do tema que é a grave situação do sistema carcerário, já que nós entendemos que não é por aqui a solução, ou seja, não é privatizando que vai resolver.

O.k., Pessoal? Pode ser assim? (*Pausa.*)

Então, alguém da Mesa responde ao JP?

O SR. RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO – Posso tentar responder rapidamente.

JP, só uma consideração: hoje o perfil do preso inclui uma super-representação da população negra, entre negros e pardos. Infelizmente, essa ainda é uma realidade. Então, a super-representação, seja no perfil de jovens vitimados, seja no perfil de jovens privados de liberdade, ainda é uma realidade.

No que diz respeito ao custo do sistema penitenciário federal, nós temos de ter em mente que o modelo de confinamento adotado no Brasil para o sistema penitenciário federal é bastante diferenciado. Ele inclui o isolamento celular individual; ele inclui procedimentos absolutamente rigorosos no que diz respeito à contenção. Isso impacta num efetivo grande. Então, o custo é naturalmente superior. Não seria possível pensar em utilizar o modelo, inclusive, de segurança máxima como um modelo de gestão. Nós temos muita clareza disso. Os agentes aqui têm a obrigação de pensar o sistema não com base na segurança máxima, mas com base no perfil do preso, que também não é um preso que tem o perfil do sistema federal.

Nós temos aí, só com o custeio, sem contar com folha, um custo aproximado de R$4 mil o preso no sistema federal.

No que diz respeito à colônia agrícola, eu acho que esse modelo previsto lá na LEP é um modelo interessante, mas o insucesso ou a não expansão desse modelo decorre de vários outros problemas que a gente precisaria de muito tempo para discorrer aqui. O insucesso na capilarização do trabalho do preso não pode ser visto do ponto de vista utilitarista de exploração de mão de obra. A Constituição da República, aquela Carta importante que na redemocratização a gente aprovou, fala que ninguém pode ser submetido a trabalhos forçados, nem quem cometeu um crime. Então, acho que há algumas avaliações. Mas uma avaliação geral que eu poderia dizer, JP, é que: se a gente tem só 20% dos presos trabalhando e 11% estudando, talvez não haja de fato uma vontade política tão presente nem uma pressão social tão presente para que a gente invista na ressocialização, não como política de redenção, transformação, expiação religiosa do preso, mas como uma política de prevenção à segurança, prevenção à criminalidade e uma política de segurança pública. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k.

Pessoal, o comunicado que eu recebi agora: "Senador, esse projeto que está em debate em audiência é o item 1 da pauta da Comissão Especial Agenda Brasil da próxima quarta-feira". Então, mais do que nunca é preciso a mobilização e o contato. Seria importante que vocês pegassem a relação. Eu sou membro da Comissão também. Eu sou parte da Comissão. Eu sou membro lá. Vocês pegariam o nome de cada um dos Senadores e Senadoras que fazem parte da Comissão e procurariam dialogar com eles. É importante esse movimento.

Pessoal, vamos para o encerramento. Quero, primeiramente, agradecer muito a todos vocês. Se eu abrir a palavra ao Plenário, pessoal, há cinco ou seis que já pediram a palavra. Se eu abrir para um...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora, ela me ameaçou. Fala aí. Depois desse argumento, ela me ganhou. Semana da mulher e é negra ainda.

Fala aí.

A SRª VILMA BATISTA – Primeiramente, gostaria de cumprimentar todos.

Meu nome é Vilma, sou Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Rio Grande do Norte, a única mulher presidente da Federação Nacional do Brasil, mas queria trazer um dado novo sobre uma questão que eu venho debatendo muito nos Estados e em nível de Brasil. Nós estamos, na verdade, com esse projeto de lei e muitos outros que já passaram banalizando a administração pública, a eficiência da administração pública.

Então, não é justo tomarmos essa posição de que os nossos gestores não estou fazendo o seu papel de acordo com a Carta Magna do Brasil, que diz qual é o nosso papel de servidor público. Não só como eleito, como também nos seus programas eleitorais e nas suas propostas eleitorais. Um exemplo disso é que, em 2014, procurei todos os candidatos a governador do meu Estado, tentando inserir na pauta, nas propostas de governo, o sistema penitenciário. E não foi aceito por nenhum deles.

Então, os nossos representantes já entram ignorando o sistema prisional. Como é que, depois, você vai gerir uma coisa que sequer você conhece, que sequer você está pronto para isso? Então, isso é um dado que a gente poderia discutir depois. Isso, sim, é importante referente ao sistema penitenciário.

Um exemplo aqui bem rápido é o Estado do Rio Grande do Norte, onde ainda não existe a terceirização, mas, agora em 2014, com a atual gestão, levou-se o caos ao sistema penitenciário, hoje decretado como calamidade. No entanto, o Governo não teve nenhuma medida, não tomou nenhuma medida, o próprio Depen foi lá, tentou intervir, o Ministério Público, a Pastoral Carcerária, todos nós juntos para tentarmos sair, e o Governo nenhuma alternativa fez. A única solução que achou agora apresentar um projeto de lei para contratar agentes temporários e a terceirização do sistema penitenciário. Então, com isso, ele está assumindo, assinando um atestado de incompetência e ineficiência...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fazendo soar a campainha*.) – Mais um minuto.

A SRª VILMA BATISTA – Do qual não queremos fazer parte. Não é justo nós servidores penitenciários, que estamos lá dentro arriscando nossas vidas, conseguindo salvar, inclusive, vida de presos para que o Estado não tenha nenhuma punição.

Quanto dinheiro volta, inclusive, das parcerias que fazem com o Governo Federal, porque eles não querem cumprir os projetos de lei. Então, que eles sejam punidos também. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Assim, a audiência pública atingiu todos os objetivos, que era trazer o tema à luz para grande parte do povo brasileiro. Os encaminhamentos foram dados – são três: diálogo nos Estados, presença na quarta-feira na Comissão Especial e o requerimento que eu encaminho ao plenário.

A SRª VILMA BATISTA (*Fora do microfone*.) – Vai ser submetido ao plenário também?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sim.

A SRª VILMA BATISTA (*Fora do microfone*.) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O requerimento vai ao plenário, mas, se não houver pressão de baixo para cima, ele é rejeitado. Por isso, é fundamental essa pressão para a aprovação do requerimento, pedindo somente que o tema em debate vá às Comissões e não seja votado de forma atropelada.

JP, só para situar, na abertura, eu fiz aqui uma fala de solidariedade ao Presidente Lula pela truculência do ato acontecido na sexta-feira.

Está encerrada a audiência pública.

E convido a todos que venham aqui na frente para fazermos aquela foto histórica, mas podem bater palmas, porque sempre é bom. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 46 minutos.)

ATA DA 13ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE MARÇO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

À**s** quatorze horas e trinta e um minutos do dia sete de março de dois mil e dezesseis, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Paulo Paim. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 7 de 2016-CDH de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "A luta pelo direito das mulheres". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Eurídice Ferreira de Almeida, Coordenação Mulher Trabalhadora da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativo em Instituições de Ensino Superior do Brasil – FASUBRA; Ivanilda Reis, da Coordenação Mulher Trabalhadora da FASUBRA; Junéia Martins Batista, representante da CUT e Presidente do Comitê Mundial de Mulheres da Internacional dos Serviços Públicos; Gláucia Morelli, Presidente da Confederação das Mulheres do Brasil; Léia Oliveira, Coordenação Geral Mulher Trabalhadora da FASUBRA; Célia Sacramento, Vice-Prefeita de Salvador-BA; Cintia Rangel Assumpção, Diretora da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB; Maria Pimentel, Secretária de Relações Internacionais da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB; Aparecida Gonçalves, Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; Marcela Cristina Andrade de Azevedo, Representante do Movimento Mulheres em Luta da FASUBRA; Maria José Santos Da Silva, Diretora de Finanças da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados – FENAJUD; Mariara Cruz, Diretora da UNE. O Senhor Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Vereadora Laodicéia Dourado, Vice-Presidente da Federação das Mulheres de Goiás – Novo Gama – GO; Arlene Vilpert, Diretora Executiva da Festcor – tintas do Nordeste; Maria Helena Garcia Leal, Coordenadora Executiva do Sintrajud, Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: 1) encaminhar voto de condolências à família da Senhora Francisca Presente, Ziza, que foi assassinada. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezessete horas e dezenove minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 13ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 7, de 2016, desta Comissão, de minha autoria e de outros, para debater o tema "A luta pelo direito das mulheres".

Esta audiência será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/e-Cidadania, e do Alô Senado, através do número 0800 61 2211.

Bom, pessoal, esta audiência de hoje, na verdade, faz parte da caminhada das mulheres. Para mim, o Dia das Mulheres é todo dia, vocês mesmos vão dizer. Antes que vocês digam, eu vou dizer já. Mas esta semana é especial. Amanhã é dia 8, haverá um grande evento no plenário. Nós tivemos uma audiência hoje pela manhã, que na verdade foi provocada também pela Cíntia. Não deixou de ser um movimento liderado pelas mulheres, para qual os homens também vieram, para discutir a situação dos cárceres, a privatização do sistema prisional brasileiro. A Cíntia liderou este movimento que nós realizamos hoje pela manhã aqui.

Agora, realizamos esta audiência pública para debatermos aqui a caminhada e a luta das mulheres. Às 17h30 teremos outra audiência pública aqui, que vai ser sobre o trabalho escravo, já que eu consegui pegar a relatoria do projeto que queria regulamentar o trabalho escravo. E eu já mudei o nome, vai ser agora "proibir o trabalho escravo". Vamos ter uma reunião aqui às 17h30, com caráter de audiência pública, que tem tudo a ver também com a luta das mulheres, porque, por exemplo, nós vamos ver que quase 70% ou 80% são mulheres que estão no serviço terceirizado, que é um trabalho, infelizmente, análogo ao trabalho escravo.

Depois, amanhã pela manhã, teremos outra audiência aqui, a partir das 8h30 ou 9 horas, específica sobre a caminhada das mulheres, porque aqui, na audiência pública, é um debate mais aberto, foi provocado pela Senadora Regina Souza, este de amanhã pela manhã, e eu estarei aqui também. Às 11 horas, nós vamos então para o plenário, para o grande evento homenagem Bertha Lutz. E aí durante toda a semana teremos debates sobre as mulheres.

Eu quero dizer que na quinta está confirmado, estaremos no Tocantins, em Palmas, na Assembleia Legislativa, numa audiência pública desta Comissão. No outro dia, sexta-feira, estaremos em Goiás, terminando o ciclo com o qual nos havíamos comprometido, de 27 Estados. Fomos aos 27 Estados, sempre na Assembleia Legislativa, debatendo a democracia. O eixo dos debates, é claro, é o PL 30, da terceirização, do qual eu consegui também pegar a relatoria. Naturalmente, eu vou rejeitar o projeto da Câmara, dependendo desse relator, e vou aprovar outro, que vai na linha de garantir direitos para os 12,5 milhões de trabalhadores hoje terceirizados; o negociado sobre o legislado, que também somos contra; e naturalmente também a reforma da Previdência nos moldes que estão propondo, porque é um ataque às mulheres, na minha visão, querer que as mulheres trabalhem dez anos a mais a partir dessa dita reforma. Pode ter certeza de que homem que é homem vai estar ao lado das mulheres. Está certo ou errado? (*Palmas.*)

E o homem vai marchar por mais cinco anos, se aprovar.

Então, nós vamos fazer o bom combate.

Já avisamos, já colocamos, isso está público. Fizemos um grande evento na segunda-feira da semana retrasada no plenário do Senado, onde fizemos um apelo – e faço de novo – à Presidenta Dilma de que não mande esse projeto para o Congresso Nacional, num momento tão difícil como este. É essa base que tem dado guaridas para o bom debate no campo da democracia, da liberdade, não aceitando essa visão de *impeachment*, como eu digo, de querer apear a Presidenta devido à crise econômica. Crise econômica existe em qualquer país do mundo. Nós temos que enfrentar a crise, combater o desemprego, combater a miséria, combater a taxa de juros, enfim, combater todos aqueles elementos que temos debatido e discutido quase diariamente aqui no Congresso. Ninguém vai aceitar qualquer tipo de medida que venha no sentido de ferir a democracia. A democracia está em primeiro lugar.

É democraticamente falando da luta das mulheres – tinha até escrito uma introdução, porque vocês sabem que, pela TV Senado, como eu digo, se nós somos hoje em torno de 210 milhões de brasileiros, um por cento que assista à TV Senado, você já tem aí, no mínimo, dois milhões de pessoas que assistem a cada uma dessas audiências. E nós vamos, de imediato – depois de chegar a introdução e comentá-la –, formatar a Mesa e começar o debate sobre a luta das mulheres.

Eu chamo para a Mesa Eurídice Ferreira de Almeida, Coordenação da Mulher Trabalhadora da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra).

Seja bem-vinda. (*Palmas.*)

Convidamos Junéia Martins Batista, Presidente do Comitê Mundial de Mulheres da Internacional dos Serviços Públicos. (*Palmas.*)

Convidamos Glaucia Morelli, Presidente da Confederação das Mulheres do Brasil. (*Palmas.*)

Eu estou chamando de acordo com o que recebi aqui. Depois cada uma pode introduzir aqui, na sua fala, alguns complementos que entender importantes.

Léia Oliveira, Coordenação-Geral Mulher Trabalhadora da Fasubra. (*Palmas.*)

Célia Sacramento, Vice-Prefeita de Salvador, Bahia. Grande Vice-Prefeita. (*Palmas.*)

Cintia Rangel Assumpção, Diretora da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB). Já participou aqui da audiência da manhã. (*Palmas.*)

Chamamos para a Mesa – vamos dar uma ajeitadinha aqui – Maria Pimentel, que está representando a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil. (*Palmas.*)

Meu companheiro Bira já me telefonou e perguntou: "Cadê Maria Pimentel, Paim?" Eu disse: "Não, não. Está aqui."

Podem apertar um pouquinho mais, há espaço aqui.

Haverá duas Mesas.

Fiquem todos tranquilos, porque serão duas Mesas.

Pessoal, para mim, o mais importante não é a primeira ou a segunda Mesa, pelo contrário: eu acho que a segunda Mesa fica participando mais, interagindo com o plenário, porque é ela que vai estar aqui.

Portanto, estão todos contemplados aqui.

Vamos lá.

O importante é que nós nos entendemos, e vai dar tudo certo.

Não importa de quem é o documento, mas como eu não recebi a minha introdução, eu vou ler a abertura deste documento. Não importa quem seja o dono do documento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não é que não é a tendência. Eu sei que há dois segmentos muito bem representados aqui. Eu só vou ler a abertura do documento porque achei interessante, como uma forma provocativa para o debate. Na verdade, era um documento que devia ter vindo lá de cima, e não veio até agora.

Vamos lá: "Nesse 8 de março, ecoará nas ruas de todo o País a indignação de milhões de brasileiros e brasileiras quanto à qualidade de vida de toda a nossa gente."

Enfim, pessoal, como o documento está jogando firme e claro em todos os sentidos, e o documento é de uma posição das confederações, ele está sendo panfletado, me recomendaram deixar o panfleto circular e depois ler o meu documento. Eu leio depois o meu, então.

Vamos de imediato ao debate.

Passamos a palavra... Pode ser?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Começamos com Eurídice Ferreira de Almeida, que é da Coordenação da Mulher Trabalhadora da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra).Ela disse que vai dividir o tempo com outra companheira. Tudo bem, sem prejuízo ao pessoal da segunda Mesa. Por favor. São dez minutos para cada uma.

A SRª EURÍDICE FERREIRA DE ALMEIDA – Boa tarde a todas e a todos!

Eu sou Eurídice Almeida, como já verbalizado aqui pelo Senador. Primeiro, quero fazer uma saudação aos companheiros e companheiras presentes, e também aos que nos estão acompanhando pela TV Senado. De antemão, quero não só parabenizar, como agradecer ao Senador Paulo Paim e a todo seu *staff* por essa disponibilidade que ele sempre tem de deixar abertas as portas desta Comissão e todo o seu projeto de trabalho para tratar de temas tão importantes como este que a gente está começando a tratar agora. Trago também agradecimento em nome do Conselho Nacional de Saúde. Todas as entidades do controle social lá representadas o saúdam por tão boa prática.

Falar de mulher é falar de luta, é falar de luta diária, de luta cotidiana, de resistência. É um trabalho árduo que nós construímos desde o início dos tempos no dia a dia. Infelizmente, nós estamos no meio de um turbilhão de ataques. É um retrocesso a toda a política de ganho que nós tivemos, que nós conquistamos durante o dia a dia. Essa composição do Pleno da Câmara e do Senado nesta nova Legislatura, com raríssimas exceções, está impondo um retrocesso político demasiado. Isso, nós mulheres não aceitamos, porque retrocesso não cabe no nosso vocabulário.

As companheiras que estão nesta mesa e vão falar na próxima também vão se ater mais especificamente a alguns PLs. Eu vou me reportar a todos.

Vou falar um pouco mais do PL que está judicializando o trabalhador da saúde e, mais ainda, marginalizando a mulher, porque a mulher é atacada, a mulher é estuprada; antes de receber a sua assistência, ela é obrigada a fazer um boletim de ocorrência, é obrigada a fazer um exame de corpo de delito para que depois possa ser assistida. Isso é inadmissível! Vendo do ponto de vista do profissional da saúde, nós, profissionais da saúde, quando fazemos a nossa colação de grau, fazemos um juramento. Sendo aprovada essa lei, esse juramento vai ser quebrado. Nós vamos ter que fazer uma grande discussão ética dentro da profissão, porque nós juramos prestar

Nós vamos ter que fazer uma grande discussão ética dentro da profissão, porque juramos prestar assistência independentemente de qualquer coisa, e quebrar um juramento não é perfil de um profissional de saúde. Omissão de socorro também está no Código Penal, então isso vai ser uma grande discussão, um grande trabalho que tem de ser feito também aqui por dentro das Comissões.

Dizer que nós estamos nessa conjuntura, sofrendo esses ataques, também muito por nossa inércia, mas a gente pode dar um troco nisso. Isso estou falando para militância aqui, para os militantes, para as lideranças que aqui estão presentes.

Vou só citar o último levantamento do IBGE. Nós mulheres somos 51,4% da população brasileira; nós somos 52,3% do contingente eleitoral deste País, mas ocupamos apenas 9,9% dos mandatos na Câmara e 13,6% no Senado Federal. Aqui, vou pegar minha veia de pedagoga e citar Paulo Freire, que diz: "as grandes transformações da sociedade serão realizadas pelos excluídos." É isso que as mulheres são? Não. É assim que querem nos

tratar, e nós não vamos permitir que isso aconteça, porque nós vamos estar juntas e estar ocupando todos os espaços que nós pudermos e que nós almejarmos, e não há nada nem ninguém que nos obrigue a retroceder.

Por fim, companheiros e companheiras, chegou o momento de darmos um chega. Quando nos encontramos, em grande parte, mobilizadas, precisamos ocupar os espaços, até porque, quando juntas, nós somos imbatíveis. Alguém aqui duvida disso?

Bom trabalho para nós todas e boa luta! Bom combate! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, muito bem.

Essa foi a Eurídice Ferreira de Almeida, que falou pela Fasubra e quer dividir o lugar com a Ivanilda. Por favor, se puder vir aqui para a mesa. (*Palmas.*)

Então, passamos a palavra para Srª. Ivanilda, que vai concluir o tempo da Fasubra. Como eu disse, usou três minutos, eu vou te dar os dez minutos como é dado a todos os convidados.

A SRª IVANILDA REIS – Boa tarde a todos e a todas. Estou falando, porque ela me pegou de surpresa, que não foi combinado. Eu estaria na segunda Mesa. Então, já começo agradecendo, porque esse é um espaço importante para todas as mulheres, por estar fazendo essa discussão, e pela Fasubra, pelas mulheres trabalhadoras da Fasubra.

A Fasubra tem uma bandeira de luta aí contra a opressão, todos os tipos de opressão, o racismo, o machismo e a LGBTfobia; é uma característica dessa Federação fazer essa luta. Então essa nossa Federação é referência, é conhecida nacionalmente e até internacionalmente, porque vários companheiros participam de atividades internacionais pautando essa discussão. Quando nós temos espaço neste ambiente para estar falando da luta das mulheres, é muito importante. Então, quero agradecer a todos por esse espaço para a Federação.

A proposta da Mesa, e o que a gente conversou como construção dessa atividade, é falar de todos os projetos, discutir os PLs que estão em curso nesta Casa. Então, como já falou a companheira Eurídice, nós estamos vivendo um momento muito difícil para todos os trabalhadores, mas especialmente para as mulheres, porque cada passo que a gente conquistou, cada resultado da luta contra o machismo foi sempre com muita batalha. Então, cada avanço que a mulher teve na sua conquista, no trabalho ou no lar, enfim, foi sempre com muita luta.

Então, cada espaço desses que a gente vê retroceder é o resultado da perda das nossas lutas e significa mais luta para avançar ainda mais. E, na realidade colocada hoje no País e no mundo, a mulher vai ter um trabalho muito maior não só para reconquistar o que está perdendo, como para avançar.

Então, aqui, as companheiras, tenho certeza, vão falar muito bem de todos os projetos, e vou aproveitar este espaço para falar especialmente da situação no País das mulheres negras. Se já é difícil para todas as mulheres, para todos os trabalhadores, e especialmente para as mulheres, muito mais difícil é para mulher negra. Temos uma realidade hoje da questão da...

O Senador começou falando justamente da terceirização e do quadro que se apresenta na terceirização, que mostra a realidade da mulher negra neste País. Hoje, quando a gente chega dentro das universidades, com todos os problemas, sucateamento e o que representa hoje no dia a dia o corte no orçamento, a gente vê como resultado na terceirização as mulheres nos subempregos; nos piores locais de trabalho, hoje, são colocadas as mulheres negras e, consequentemente, com os menores salários. Hoje, a mulher negra tem uma dificuldade muito maior no mercado de trabalho com a crise. Além da dificuldade de conseguir esse emprego, a questão salarial é notada nessa disparidade entre o salário do homem e da mulher.

O mapa da violência saiu no final do ano de 2015, e ele mostra isso. Inclusive, traz a informação de que a violência no nosso País tem cor, e a cor é a da mulher negra. Esse mapa vem descrevendo, é um mapa do Governo, todas as estatísticas, e não vou colocar aqui, mas todas as estatísticas mostram que, em todos os tipos de violência, e não a violência doméstica, e não só a violência que vemos comumente na televisão, que chega até a mídia, todos os tipos de violência mostram que esse número é mais representativo nas mulheres negras, por conta de toda a realidade que vivem essas mulheres, o esforço que fazem, por exemplo, para sair, para trabalhar.

Essas mulheres ficam mais expostas. Moram em região que é mais favorável à violência, por ser região pobre, por ter que enfrentar..., por ficarem num ponto de ônibus de madruga... Então, essa realidade saiu no resultado do Mapa da Violência contra a Mulher no Brasil.

Essa mulher negra tem que enfrentar, no dia a dia, esses problemas todos que nós normalmente enfrentamos, todos os trabalhadores. Não é a característica colocada aqui só da mulher negra. Quando falamos do machismo, da violência, a gente sabe que isso atinge todas as mulheres, mas estou destacando a questão das mulheres negras, porque a gente tem que pensar numa política que atenda toda a população, mas também temos que entender que a gente precisa ter diferenças nessas políticas defendidas, por exemplo, quando há vários projetos que discutem a questão do aborto – e o número de mortalidade mostra que as maiores vítimas do aborto são as mulheres negras.

Então, hoje, a criminalização do aborto realmente traz a morte de maior número de mulheres negras. Isso não é simplesmente estatística; isso é realidade, que justamente vem por conta da questão da pobreza. E o local em que essas mulheres, por vários motivos, fazem o aborto, geralmente correspondem a lugares clandestinos; e até as formas de realizar o aborto são as mais perigosas. Esse é o resultado também que termina trazendo o número das mulheres negras nesse...

E isso em geral se dá por conta da realidade que a gente tem no mapa de pobreza do País. A crise atinge mais os trabalhadores negros e, em especial, as mulheres negras. Isso, porque a pobreza tem cor, a pobreza tem gênero. As mulheres negras, hoje, estão sustentando as famílias e têm que enfrentar uma realidade; são chefes de família hoje e têm que enfrentar a realidade desta crise – isso reflete em todas as políticas.

Então, todos os projetos e todas as políticas adotadas que hoje estão em retrocesso para as mulheres atingem muito mais as mulheres negras.

E isso na educação, isso na reforma da Previdência, que também já foi colocada na mesa, por conta dessa realidade de que estamos falando.

Se a mulher tem o menor salário, se essas mulheres negras trabalham nos lugares mais sucateados, consequentemente elas serão mais penalizadas com uma reforma da Previdência, que vai fazer com que elas trabalhem ainda mais nessas condições.

Por isso, além de se pensar em construir políticas que realmente sejam um avanço nas conquistas das mulheres, nós temos que especialmente pensar nessa realidade do País, no número de mulheres negras que estão sofrendo ainda mais a perversidade dessa crise que se reflete principalmente na saúde e na educação, o que faz com que tenhamos muito mais dificuldade em acessar o Sistema Único de Saúde. Hoje, quem vai à porta de um hospital público reconhece quem é o público-alvo que está morrendo ali. Nós temos uma realidade hoje que prova isso.

A Fasubra faz isso de maneira bem relacionada. Nós fazemos a luta contra o machismo relacionada com a luta contra o racismo, porque não dá para se separar isso. É impossível entender que dentro de toda a questão das mulheres, de todos os projetos e conquistas em que avançamos, quando se retrocede nisso as mulheres negras são penalizadas com muito mais ênfase.

Diante disso, o objetivo de todos nós que estamos aqui, acredito, é não permitir que esses retrocessos aconteçam e continuar na nossa luta para que as nossas conquistas avancem. E não só nas leis. É preciso retirá-las do papel e colocá-las na prática. Por isso também fazemos a luta dentro e fora da universidade.

Este espaço é importante, este espaço tira políticas e aponta, mas nós, mulheres, sabemos que isso por si só não atende às nossas necessidades. Está provado que várias leis estão no papel, e nós continuamos a ser penalizadas.

Então é importante este momento. Mais uma vez, obrigada. E vamos continuar essa luta para que o retrocesso não aconteça. Que possamos avançar a cada dia no direito das mulheres. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Essa foi a líder Ivanilda Reis, que falou pela Coordenação da Mulher Trabalhadora Fasubra.

Agora vamos passar para a líder Junéia Martins Batista, que é Presidente do Comitê Mundial de Mulheres da Internacional dos Serviços Públicos.

A SRª JUNÉIA MARTINS BATISTA – Boa tarde, companheiras, boa tarde, companheiros, boa tarde, Senador, boa tarde, mulheres da Mesa, mulheres e homens deste plenário.

Complemento que também sou Secretária Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT, posição que muito me orgulha, porque sou militante do coletivo de mulheres da CUT desde 1999.

A CUT tem uma história de tradição de luta e de organização das mulheres que este ano faz 30 anos desde quando começamos o debate, em 1986, primeiro querendo a participação das mulheres, depois, cota para as mulheres e, finalmente, no último congresso, em 2015, nós conseguimos a paridade na direção para homens e mulheres, de 50% nos cargos da estrutura da CUT e recomendamos aos nossos sindicatos filiados.

Também a Internacional de Serviços Públicos, eu tenho muito orgulho de fazer parte dessa direção. E participei do processo que levou à paridade no interior da Internacional.

É um sindicato mundial, tem a sua sede na França, na divisa com a Suíça. Fazemos reuniões todos os anos em Genebra, quando procuramos debater todos os temas que têm a ver com a vida dos trabalhadores do setor público. Em especial, temos esse Comitê Mundial de Mulheres, no qual pensamos as nossas táticas e estratégias para debater todos os temas que têm a ver com a nossa vida.

Quero dizer que a minha entrada aqui foi um pouco tempestuosa, porque, como eu trouxe essas cartilhas que estamos lançando hoje para vocês, que tratam sobre a violência contra as mulheres no local de trabalho, eu sofri uma violência, eu diria, moral na entrada do Senado.

Disseram: "O que a senhora está fazendo aqui?" E: "Ah, eu cheguei para uma audiência, sou palestrante". Disseram: "Ah, mas não pode entrar antes das 14h". Eu falei: "Mas eu gostaria de almoçar. Sempre que venho aqui eu almoço no restaurante". Deu o maior problema, foi uma confusão, disseram que havia fila no restaurante, que o restaurante estava cheio. Eu entrei, e o restaurante, vazio. Então, eu falei que quero deixar registrado aqui o meu protesto, porque eu ainda não entendi qual foi o tipo de violência. Eu até imagino o que foi, mas quero deixar registrado aqui que me senti assediada moralmente, hoje, nesta Casa.

E eu quero também justificar minha ausência. Como é o mês do Dia Internacional da Mulher, tenho uma agenda atrás da outra. Eu tenho um programa de rádio às 20h, em São Paulo. Então, vou falar, ficar um pouquinho com vocês e ter que ir embora por volta das 15h50, mais ou menos.

O que nos traz aqui – eu achei importante e queria agradecer, Eurídice, pela lembrança de nos convidar – é que nós da Internacional de Serviços Públicos estamos lançando uma cartilha, em vários lugares, em que discutimos um pouco o que é a violência contra as mulheres nos locais de trabalho. Este é um momento oportuno para nós mulheres da classe trabalhadora, porque a OIT, no ano passado, primeiro no mês de abril e depois no mês de novembro, acabou decidindo, no seu conselho de administração, que vai finalmente colocar um projeto de convenção sobre violência.

Primeiro, era violência contra as mulheres nos locais de trabalho; aí, depois "deu um pau" com o empresariado, a Bancada patronal não autorizou que saísse violência contra as mulheres nos locais de trabalho, mas avançamos ao ter um projeto de convenção de violência de gênero nos locais de trabalho. Isso já é um avanço, e cada uma de nós sindicalistas, as mulheres militantes dos movimentos, vai saber como fazer. Vamos saber como utilizar essa convenção, se aprovada.

O que vai acontecer? Ela não entra neste ano, ela vai entrar no ano que vem, em 2017. Então, as mulheres das centrais sindicais aqui presentes fiquem atentas. Se por acaso participarem das conferências internacionais de trabalho, peçam para entrar nas delegações das suas centrais sindicais ou mesmo do Governo para poderem participar do debate. Em 2018, se aprovado o texto em 2017, ele pode se transformar em uma convenção.

O que pensamos também em trazer aqui? Com o lançamento dessa cartilha, gostaríamos de dizer que há uma nova terminologia que nós mulheres do movimento sindical temos usado: violência sexista. O que é a violência sexista? É a violência que sofrem as mulheres só pela sua condição de ser mulher. Então, há vários tipos de violência, que eu vou relatar para vocês.

Essa violência atinge mulheres no mundo inteiro. Inclusive, há estudos da ONU e da OIT que mostram que 52% das mulheres que estão na população economicamente ativa já sofreram algum tipo de violência sexista no seu período de trabalho ou, então, tiveram colegas que já passaram por esse tipo de violência. Há vários tipos de violência – depois, se houver tempo, vou tentar relatar para vocês. Isso faz com que as mulheres se ausentem do trabalho, que elas não queiram mais trabalhar. Enfim, várias doenças nos acometem em razão desse tipo de violência que sofremos.

A violência também acontece indo para o trabalho, no trajeto, nos serviços públicos, enfim, sofremos o tempo todo com vários tipos de violência. Depois desse estudo, verificamos também que não existe uma violência só das mulheres mais pobres ou, então, de comunidades mais exóticas, como as meninas que são mutiladas. Todas as mulheres de todas as classes sociais sofrem violência sexista.

Quais os tipos de violência? Isso está nessa cartilha que vocês podem levar. Há a sexual, que é forçar a mulher a ter relações sexuais e praticar atos que não agradam; a familiar, que é sofrida dentro da família, quando há aquela coisa de impor como a mulher tem que se portar socialmente ou dentro do privado do lar; a física, que é ação ou omissão que causa danos à integridade física de uma pessoa, que são os maus-tratos, os espancamentos, em espaços públicos e privados; a moral, que é ação destinada a caluniar as mulheres, a difamar as mulheres, a injuriar as mulheres, a sua honra e a sua reputação. É uma violência muito velada.

Nós sabemos muito bem o que estamos falando, porque passamos isso quase todos os dias.

A violência psicológica que nós sofremos também pode impedir inclusive uma mulher de conseguir trabalhar, de relacionar-se com familiares ou vizinhos. As mulheres, muitas vezes, quando sofrem esse tipo de violência psicológica, passam a ser pessoas agressivas inclusive dentro de casa, com os seus colegas de trabalho.

Violência material, que é expor as mulheres que dependam de parentes financeiramente. Então é quando o homem controla. É a história de controlar o cartão de crédito – não é o caso da maioria das trabalhadoras mais pobres –, de controlar toda a vida das mulheres por causa da relação de dependência econômica.

A violência patrimonial, também, que é mexer com coisas das pessoas. Por exemplo, hoje em dia todo mundo tem um celular, e é o homem querer controlar. As mulheres também controlam, mas é o homem querer controlar o que está escrito no WhatsApp, quem não tem esse codigozinho aqui. É uma forma de violência também documentos pessoais, bens, dinheiro, roupa, forma de estragar aparelhos, computadores, enfim, são formas de praticar violência contra as mulheres.

Isso tudo dentro da classe trabalhadora também. A maioria das coisas que estamos dizendo é das mulheres que sofrem dentro do seu local de trabalho e também no interior do seu lar.

Quais os fatores que contribuem para manter essa violência sexista? Muitas vezes, é a impunidade dos agressores, o silêncio das mulheres, as mulheres são agredidas e não falam, porque elas acham que não vão ser ouvidas. As ideias construídas socialmente sobre a nossa inferioridade. Nós somos inferiores aos homens. A violência é tratada como uma questão natural e há a sua consequente banalização. A transformação das vítimas em culpadas – dizem que foi a mulher que provocou e mereceu. A história da roupa: se coloca uma roupa decotada, um shortinho, e acontece alguma coisa, a culpa é da mulher. A diferença de remuneração, de salário, entre homens e mulheres, nós vivemos debatendo sobre isso. O papel da mídia, que reforça, os valores da mídia. Hoje não se vendem mais cigarros na televisão, mas se vendem produtos vendendo o corpo de uma mulher seminua.

(Soa a campainha.)

Os resquícios da escravidão, que atingem principalmente as mulheres negras. "Ah, as mulheres negras são as mais gostosas, são as mais quentes". Então, logo isso é motivo de serem assediadas muito mais do que as mulheres brancas.

São diversas desculpas que os homens inventam quando eles atacam a mulher: ele estava estressado, estava desempregado, estava louco, bebeu. Não há desculpa para a violência. Se foi violentada, tem que haver punição. Então este é o debate que temos colocado dentro do movimento sindical.

Como os sindicatos podem ajudar? Tendo um disque-denúncia, recebendo essas mulheres, dando acompanhamento jurídico, recebendo essas companheiras para conversar, porque, muitas vezes, elas não têm onde falar isso. Elas têm muitos problemas assim.

Há um estudo feito pela OIT de que 100% das mulheres têm crise de choro, dores generalizadas pelo corpo, palpitações, temores, sentimento de inutilidade, insônia ou sonolência. Estou falando bobagem, gente? Não, não é? Eu acho que as mulheres aqui estão se identificando com essas coisas: depressão, diminuição da libido – depois o cara não sabe –, aumento da pressão arterial, dor de cabeça, distúrbio digestivo, tonturas, ideias de suicídio. Cada um tem um número, mas está aí na cartilha, vocês podem ver.

Dentro do local de trabalho, é tratar as mulheres desrespeitosamente. Muitas vezes um colega faz isso. Às vezes, outra colega faz isso. Ou então, de alguma forma, o chefe também pode exigir o tipo de tarefa que você pode fazer se você não dá conta daquela tarefa. É uma espécie de assédio também dentro do local de trabalho. O que acontece conosco? Ficamos com compulsão alimentar e várias coisas. E nós vimos colocando isso na cartilha.

(Soa a campainha.)

Ai meu Deus, está acabando o meu tempo, só tenho um minuto. Dá um nervoso. Mas deixe-me ver o que dá mais para falar.

Eu acho que a cartilha, no finalzinho, é bem clara ao dizer que já há várias leis, em alguns Municípios, que tratam da questão do assédio moral. Vários Municípios brasileiros já têm, em âmbito municipal e estadual, algumas leis que tratam sobre esse assédio. Eu, por exemplo, fui convidada agora à tarde para amanhã estar com o Prefeito de São Paulo, para discutir uma lei sobre a violência sexista. Eu achei ótimo, cancelei tudo que eu tinha, minha nutricionista, para ir, porque acho que é importante quando um gestor quer discutir, fazer esse debate da questão das mulheres.

Para terminar – há um monte de coisa –, quero dizer que é sempre bom vir aqui nesta Casa, quando somos recebidas pelo Senador Paulo Paim, nesses diversos debates, porque acho que é uma forma de trazermos o debate pelo nosso lado da sociedade, da classe trabalhadora, das mulheres e do que queremos colocar. Acho que sensibilizamos esta Casa.

Só tenho a agradecer.

Vamos ver se eu fico aqui mais um pouquinho até o debate.

Obrigada. (*Palmas.*)

Estão à disposição as cartilhas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi a Junéia Martins Batista, Presidente do Comitê Mundial de Mulheres da Internacional dos Serviços Públicos.

Agora, passamos a palavra para Gláucia Morelli, Presidente da Confederação das Mulheres do Brasil.

A SRª GLÁUCIA MORELLI – Boa tarde a todos e a todas.

Eu quero registrar, pedindo licença ao Senador, a presença de algumas companheiras que estão aqui no plenário e que fizeram um esforço grande para estar aqui. A primeira é a Vice-Prefeita Célia Sacramento, de Salvador, que prontamente atendeu o convite da confederação para estar aqui. (*Palmas.*)

A nossa querida Maria Pimentel, da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, Secretária de Relações Internacionais, que vem tratando dessa temática da questão dos direitos sociais, dos direitos da aposentadoria praticamente no mundo inteiro, porque representa a CGTB na OIT. (*Palmas.*)

Aqui no plenário, a Mariara Cruz, que está presente pela UNE (União Nacional dos Estudantes), Diretora da UNE. (*Palmas.*)

As companheiras, amigas: a Arlene Vilpert, que é de Santa Catarina, mas está trabalhando e tocando uma empresa de tintas, empresa nacional em Salvador; e a Renata Lomanto, as duas estão aqui pela Federação das Indústrias do Estado da Bahia. (*Palmas.*)

Eu queria também agradecer muito a luta, o empenho e a dedicação das minhas companheiras das federações de mulheres.

Está aqui presente a Federação das Mulheres de Sergipe e a Associação de Mulheres, de Aracaju, com a companheira Giovana. (*Palmas.*)

A Vânia, da Bahia, da Federação das Mulheres da Bahia. (*Palmas.*)

A Edwiges, pela Federação das Mulheres do Paraná, Sindicato Nacional dos Aposentados e Sindicato dos Aposentados do Paraná. (*Palmas.*)

As companheiras de Goiás, com a Jucilene. (*Palmas.*)

E as companheiras de Brasília, que também já chegaram. (*Palmas.*)

Eu queria começar aqui lendo uma declaração de que eu tomei conhecimento e que me deixou bastante feliz, entre aspas:

"Onde é que está o déficit, se os dados mostram que são bilhões e bilhões de superávit? [Essa declaração está se referindo à Previdência Social] [...] A quem interessa o desgaste da imagem da Previdência? [...] Interessa aos bancos, que querem privatizar todo o sistema de seguridade [social], [...] porque daí eles vão receber uma fortuna enorme. [...] Não passará. Nós aqui vamos trabalhar [para que não passe] [...]. Nós não queremos reforma [...]. Nós só queremos que o dinheiro da Previdência fique onde deve ficar e que se combata [...] a roubalheira, a fraude, a sonegação.

Então, Presidenta, fica aqui o apelo desta Plenária do Senado da República. Revise a sua posição! Não mande esse projeto de reforma da Previdência, porque todo mundo sabe que, quando se fala em reforma da Previdência, é retirada de direitos".

Fecho aspas. Senador Paulo Paim, em sessão de homenagem ao Dia Nacional dos Aposentados, realizada nesta Casa, no dia 22 de fevereiro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Ela estava lendo e eu disse: "esse discurso eu conheço!" (*Risos.*)

A SRª GLÁUCIA MORELLI – Eu disse que nós, da Confederação, agora neste 8 de março, estamos reiterando a nossa luta pela aprovação do PLC nº 130, que multa os empresários que pagarem a menos as mulheres que realizam trabalho igual. O Senador Paulo Paim é parceiro da Confederação na luta pelo PLC nº 130.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Fui Relator da matéria. Até hoje não entendo como é que o Plenário não aprovou. Amanhã, vai todo mundo ali no Plenário dizer "viva as mulheres, viva as mulheres". Nós tínhamos que fazer uma pressão. Às mulheres que estiverem aí, me proponho a ir lá também dizer: "quem sabe a gente as homenageia aprovando esse projeto hoje?". (*Palmas.*)

A SRª GLÁUCIA MORELLI – Muito bem, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É a melhor homenagem.

A SRª GLÁUCIA MORELLI – Esse é o nosso Senador. O projeto parou de novo na Comissão de Assuntos Sociais e o Relator – infelizmente, não é o Senador Paulo Paim novamente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora não sou mais, mas já fui. Ele estava no Plenário com a minha relatoria. Eles mandaram para duas ou três Comissões.

A SRª GLÁUCIA MORELLI – O Relator, na Comissão de Assuntos Sociais, é o mesmo que recuou da sanção que a Presidente da Dilma ia fazer. É o Romero Jucá.

Neste 8 de março, nós da Confederação elegemos essa questão das aposentadorias, da pretensa reforma da Previdência Social, para estarmos aqui, durante três dias, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, conversando com um por um, para dizer, como disse o Senador ao abrir aqui, que afronta, que agressividade e que violência será contra a mulher brasileira uma reforma da Previdência que, além de realmente abrir de vez os cofres da Previdência para os bancos, vai querer que as mulheres passem a se aposentar com a mesma idade do homem, não levando mais em conta a dupla jornada de trabalho, não levando mais em conta que nós, mulheres, mesmo depois de avós, continuamos trabalhando nas tarefas domésticas, porque muitas vezes

estamos cuidando dos nossos netos e dos nossos bisnetos, para as nossas filhas e netas poderem trabalhar, porque ainda não há creches neste País.

Então, é tempo e tempo e tempo de trabalho, e de trabalho doméstico, dentro de casa, que não é levado em conta. Não existe justificativa para a gente ouvir, como temos ouvido, e visto declarações, infelizmente, da nossa Presidente da República, que diz: "As mulheres estão se aposentando muito cedo e vivendo muito". Nós queremos que esta Casa, o Congresso Nacional, ponha a mão na consciência e reconheça de vez que fazer a mudança na aposentadoria culpando a mulher por um déficit que não existe...

(Soa a campainha.)

...quando ela investe neste País, e o trabalho doméstico que ela exercita dentro da sua casa, mensurado economicamente, não é reconhecido, inclusive, isso é uma afronta que nós não vamos admitir, e estamos na Câmara Federal, no Senado Federal, exigindo isso, que o Senador Paim não mande esse projeto para a Casa, porque não passará. Nós faremos vigília, estaremos dentro desta Casa, exigindo respeito à contribuição que essa mulher dá ao desenvolvimento do nosso País.

No ano passado, foram R$63 bilhões do Sistema de Seguridade Social que foram juntados aos R$500 bilhões que foram passados para os bancos do nosso Orçamento Federal. O nosso Orçamento Federal está sendo privatizado para os bancos. Nós estamos vivendo um golpe neoliberal no nosso País. (*Palmas.*)

E nós não vamos admitir que se privatize a Previdência Social da mesma maneira como se está tentando privatizar o sistema prisional, que foi discutido aqui, pela manhã; da mesma maneira que se está tentando privatizar as escolas públicas de Goiás... (*Palmas.*)

(Soa a campainha.)

A SRª GLÁUCIA MORELLI – Nós temos aqui, neste plenário – eu queria que a Lidiane levantasse, companheira jovem, negra, cujo crime é, enquanto estudante, lutar contra as OSCIPs no sistema público de Goiás. (*Palmas.*)

Foi presa com mais 31 estudantes e está aqui hoje para a gente, inclusive, mostrar, Lidiane... Porque há essas situações em que tudo se está fazendo para uma economia pujante, que produz, que leva o nosso Brasil e pode levar o nosso Brasil à frente, para ser cada vez mais entregue à gula...

(Soa a campainha.)

A SRª GLÁUCIA MORELLI – ...dos banqueiros e, com isso, os direitos das mulheres serão os últimos a serem atendidos – se forem atendidos.

Eu queria ainda dizer que esses mesmos bancos que levaram do nosso Sistema de Seguridade Social 63 bilhões, no ano passado, são o único setor do nosso País que lucra. Só o Banco Itaú teve um lucro de R$23,25 bilhões, no ano passado, enquanto o orçamento da nossa educação recebeu só 3,49% do nosso Orçamento da União.

(Soa a campainha.)

A SRª GLÁUCIA MORELLI – Para terminar, companheiras, eu queria dizer que nós vivemos situações em relação à creche... E não se pode, de forma alguma, fazer de conta que não existe dupla jornada de trabalho neste País. Portanto, é justo as mulheres se aposentarem antes dos homens. Nós estamos vivendo situações esdrúxulas em relação ao direito à creche. Quero citar dois, Senador: um, na Bahia. A Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas conquistou 80 apartamentos em um terreno de três donos. Esse conjunto habitacional foi construído pelo Governo Jaques Wagner.

As mulheres, as trabalhadoras domésticas...

(Soa a campainha.)

A SRª GLÁUCIA MORELLI – ... já estão em seus apartamentos morando, mas lá existe uma creche que continua fechada, porque a alegação é de que, enquanto o terreno não for regularizado, elas, as trabalhadoras domésticas, que saem de casa para cuidar dos filhos dos outros, não podem ter aquela creche aberta, apesar de estarem morando no mesmo terreno em que está a creche. Essa é uma situação.

A outra situação é aqui em Brasília, na W3 sul. Atrás da delegacia da mulher, existe um prédio lindíssimo, que é uma creche que continua fechada. Até hoje essa creche não foi colocada em funcionamento, e a delegacia da mulher é o prédio à frente dela. Certamente as pessoas que moram naqueles apartamentos não precisam

de creche, mas certamente as trabalhadoras que servem a essas pessoas estariam usando aquela creche, com a grande necessidade que elas têm.

É isso. (*Palmas.*)

Por último, Senador, só queria registrar aqui que a companheira de Sergipe nos trouxe a aprovação, pela Assembleia Legislativa de Sergipe, do apoio unânime dos Deputados estaduais de Sergipe ao PLC 130. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, muito bem, muito bem!

Essa foi a Gláucia Morelli, que é Presidente da Confederação das Mulheres do Brasil.

Léia Oliveira, da Coordenação-Geral da Mulher Trabalhadora, Fasubra.

A SRª LÉIA OLIVEIRA – Boa tarde, companheiras e companheiros!

Eu gostaria de agradecer imensamente a oportunidade desta audiência na pessoa do Senador Paim, que, além de nos apoiar, tem engajamento fundamental e estratégico nessa luta.

Como bem disse a companheira Eurídice, a Ivanilda, a Fasubra está nessa luta contra a opressão desde o início da sua criação, há três décadas. E hoje, ao participar desta Mesa, eu gostaria de colocar um debate em outro patamar, em que pese concordar com as falas que me antecederam. Na minha opinião, para refletir sobre os desafios que as mulheres continuam a ter, nós devemos também fazer um diagnóstico, o reconhecimento do que tivemos, ao longo de anos e anos de luta.

Sem dúvida nenhuma, a mulher, ao conseguir, através das suas lutas, superar a limitação do espaço privado do lar para atuar no espaço público, disputando com o homem a igualdade de oportunidades, obteve um dos maiores avanços na luta das mulheres. Isso deve ser reconhecido para que possamos fazer um diagnóstico preciso do que precisamos fazer daqui para frente, para avançar nessas conquistas e resistir à retirada de direitos que hoje se apresenta não só através de proposições que ainda não chegaram ao Congresso Nacional, e espero que não cheguem, no que se refere à questão da reforma da Previdência... Isso, porque sabemos que pessoas engajadas, como o Senador, aliado à luta das mulheres e a todos os movimentos sociais vivos da sociedade, resistirão contra essa ameaça de retirada brutal e violenta do direito da mulher com relação à aposentadoria, conquistado ainda na época de Getúlio Vargas, que é a questão da diferença do ano para a aposentadoria das mulher – e essa resistência, sem dúvida nenhuma, vai fazer parte desta Casa.

Mas, nesse reconhecimento aos avanços que tivemos ao longo desses anos, é importante reconhecer que a mulher, além de conquistar a sua identidade, teve uma conquista muito importante que é a sua visibilidade social com direitos formais, permitindo a sua inserção – mesmo desigual, e que ainda continua desigual com relação ao homem – no mercado do trabalho.

Então, quero dar um depoimento para vocês de que eu atesto feliz uma nova realidade para a mulher.

E, graças a essa nova realidade, nós temos aqui, ao nosso lado, uma Vice-Prefeita mulher e uma Presidenta da República, em que pesem todas as contradições que existem do ponto de vista político.

O debate sobre essa questão de gênero e da mulher transcende as nossas disputas ideológicas, transcende as nossas disputas partidárias, as nossas disputas de correntes. É uma luta que nos unifica, que unifica todas as matizes ideológicas deste País. A luta contra a opressão que a mulher sofreu no passado e continua a sofrer no presente é uma luta que nos unifica. Por isso a importância de reconhecermos o que nós tivemos de aumento, de avanço nesse período.

Mulheres hoje podem denunciar a violência por parte de maridos e de companheiros, graças ao aparato legal que também foi conquistado por nós.

Quando houve a conquista da primeira delegacia da mulher, em 1985, ninguém imaginava que demoraríamos mais dez anos para ter a Lei Maria da Penha. Então todas as nossas conquistas envolveram muito sofrimento. Demorou décadas para conquistarmos.

Hoje nós chegamos à conclusão de que, apesar do muito que fizemos, ainda está muito longe para que a mulher consiga de fato o empoderamento.

Para nós, o empoderamento da mulher é uma ferramenta estratégica na luta contra as desigualdades e pela igualdade de oportunidades, na luta para que a mulher de fato assuma plenamente o seu direito como cidadã ativa, com igualdade no trabalho, em todos os setores da sociedade, na política, nos espaços de poder.

Hoje observamos aqui, no Congresso Nacional, que embora tenhamos lutado ao longo desses anos, se não me engano, apenas 10% das vagas da Câmara e do Senado são ocupadas por mulheres. Esse é um número muito pequeno. Talvez a Vice-Prefeita tenha algum número com relação a mulheres que ocupam cargos no Brasil. Não sei se tem. Desculpe se citei o seu nome. Com relação ao número de mulheres prefeitas, mulheres governadoras, mulheres vereadoras.

Esse número é muito pequeno, mas mesmo assim nós temos que reconhecer o avanço significativo que tivemos ao longo desses anos com uma nova ordenação jurídica que apresenta uma nova visão nas relações de gênero e tem pavimentado, mesmo que de forma tímida, o caminho da luta pela igualdade de oportunidades.

A mulher sempre teve um protagonismo muito grande na luta em defesa dos direitos humanos, vide a primeira luta pelo direito ao voto, em 1932. Depois, a nossa luta ativa contra a ditadura e pela redemocratização do País, inclusive com muitas mulheres exiladas, muitas mulheres que foram para os porões da ditadura, mulheres que deixaram os seus filhos e os seus maridos na luta por um outro modelo de sociedade.

Nós tivemos uma luta muito forte da mulher, consagrada com a Lei Maria da Penha, contra a violência doméstica. O direito da mulher de reclamar do seu companheiro não era possível antes, não só pelo medo da violência, mas também pela exposição pública em que a mulher é colocada quando tem coragem de denunciar essa violência que ela sofre.

Para defender todos esses avanços, nós precisamos estar atentos, porque há uma força invisível – e coloco entre parênteses essa força invisível – que pressiona pela nossa volta ao lar, ao mundo privado, ao espaço privado do lar.

Sim, ela é invisível, porque às vezes a própria mulher, que ainda é educada numa cultura machista, não compreende isso. Por que a mulher tem salários menores? Por que a mulher tem espaço no trabalho em que é submetida ao homem? Porque a mulher, ao exercer a maternidade, goza da licença-maternidade, ela fica afastada do trabalho. Por isso não há interesse das empresas em contratar essa mão de obra. Por isso nós continuamos a ser discriminadas, sem ter a mesma oportunidade que o homem tem.

Nesta audiência, Senador, além de fazermos um diagnóstico da realidade e dos desafios que se apresentam na resistência à retirada de direitos, nós também devemos começar a pensar o que fazer para, de fato, mudar essa relação, essa situação que vivemos no País.

Na Fasubra, uma federação que representa trabalhadores da educação, das universidades brasileiras, temos a compreensão de que nós devemos investir na base da formação do indivíduo, na base da formação da criança, homem e mulher, que é na educação, é na escola, incluindo no currículo das escolas disciplinas que avaliem, que rebatam, que reflitam sobre a diferença de gênero, a dificuldade na igualdade das oportunidades. Hoje as escolas não colocam essas disciplinas transversais e nós achamos que, se nós não passarmos a educar a nossa criança, tanto o homem quanto a mulher, na base da sua formação, essa realidade patriarcal, machista, que vivemos no País, ainda vai continuar existindo por muitos anos, por muitos e muitos anos.

Hoje o que nós temos de positivo, além das mudanças que vieram ocorrendo a partir da nossa luta, é o fato de que as mulheres não mais estão silenciadas. Hoje nós temos voz e temos vez também na sociedade. Mas não bastam apenas nossos gritos de resistência.

(Soa a campainha.)

A SRª LÉIA OLIVEIRA – Nós devemos criar políticas públicas com as quais, de fato, além dos gritos, além dos sustos na mesa, possamos ter condições objetivas de mudar a sociedade rumo a uma sociedade mais justa e mais igualitária.

Eu queria dizer que ficamos muito satisfeitos com esta mesa, pelo seu formato, mas também que possamos sair daqui com ações concretas que possibilitem um plano que nos municie, que nos estimule e que nos reencante nessa luta em defesa da igualdade de oportunidades e contra a opressão.

Eu queria finalizar a minha intervenção falando do PLS nº 4.073. Primeiro, quero cumprimentar, Senadora, o *Jornal Senado Mulher*, que relata a organização das mulheres dentro desta Casa. Por menor que seja a quantidade, falam muito e gritam muito, com certeza. Aqui são relatados alguns projetos. Esse PLS nº 4.073, de 2015, indica 2016 como o ano do empoderamento da mulher no esporte e na política. Eu acho importante nós fazermos de fato do ano de 2016 um ano que não apenas reflita os avanços que nós tivemos ao longo de décadas e décadas de lutas das mulheres trabalhadoras neste País, que sirva também de aumento da nossa luta e resistência às ameaças de retirada de direitos, mas que principalmente este ano represente a possibilidade do avanço nas conquistas. Então, nós não queremos fazer deste ano apenas um ano de reconhecimento dos avanços, de resistência, mas que tenhamos também uma ampliação das conquistas que as mulheres, historicamente, a partir da sua luta e do seu protagonismo na sociedade, têm alcançado e têm avançado.

Muito obrigada e força na luta para todos nós! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Léia Oliveira, da Coordenação Geral Mulher Trabalhadora, da Fasubra.

Célia Sacramento, a nossa querida Vice-Prefeita de Salvador, Bahia, uma das principais capitais do País, e uma das poucas em que nós temos uma Vice-Prefeita mulher e negra. Um orgulho para todos nós!

ORADORA NÃO IDENTIFICADA (*Fora do microfone*.) – E linda!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Linda, não há dúvida nenhuma. Isso nem se discute.

A SRª CÉLIA SACRAMENTO – Boa tarde a todos e todas! Para mim é uma alegria, uma felicidade muito grande estar aqui com todos vocês, para conversarmos, discutirmos, debatermos um tema tão importante.

Uma saudação muito especial ao nosso Senador Paulo Paim, que sempre nos honra muito pelas suas defesas realmente muito identificadas com as realidades sociais do nosso Brasil.

Quero saudar a nossa Junéia Martins, Secretária Nacional de Mulheres, e também todas as integrantes da Fasubra: Eurídice, Léia, Ivanilda, que está fazendo parte da Mesa. Também quero saudar a nossa integrante da CGTB, que está aqui do meu lado, Maria Pimentel; Cintia Rangel, da CSPB; e, com muita felicidade, saudar a nossa grande Gláucia Morelli, que vem fazendo um trabalho muito dedicado à frente da Presidência da nossa Confederação das Mulheres do Brasil.

Peço uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Gostaria de dizer que estes dois temas, aposentadoria e política de creches, são temas fundamentais porque dizem respeito à vida. Ao falar das creches, estamos falando das crianças; ao falar da aposentadoria, estamos falando daqueles que já contribuíram. Então, neste momento, estamos em dois polos da mais alta importância.

E eu começo a falar primeiro da questão da aposentadoria. Todos nós sabemos que existe uma realidade social no Brasil que é essa mudança da condição demográfica do ser humano, quando se fala na sua idade. De fato, estamos tendendo, nos próximos anos, a ter um quantitativo de pessoas com idade de aposentadoria muito maior do que o número de jovens. Se fizermos um paralelo com isso, vamos analisar que, diante dos problemas sociais, está havendo um grande número de mortes da juventude, e essa juventude também tem cara, é a juventude negra.

Mas, vejam, a tendência da sociedade é ser uma sociedade com pessoas mais idosas, e, no paralelo, aquela força laboral que deveria estar entrando no mercado de trabalho é de um contingente muito pequeno. Então, de fato, tem que acontecer uma reforma da Previdência – isso não se discute, apesar de ter sido feita uma recentemente. O grande problema é: Quem paga a conta? Como fazer isso?

Então, estão indo pelo mecanismo mais fácil. "Não, é só aumentar mais cinco anos para os homens e mais cinco para as mulheres, e está tudo igual!"

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Para as mulheres são mais dez, e cinco para os homens.

A SRª CÉLIA SACRAMENTO – Sim, mais dez para as mulheres, e cinco para os homens. De qualquer forma, aumentar mais cinco, e para as mulheres, o que é pior, mais dez. Puxa! A fisiologia já explica que homens e mulheres são diferentes, e não seria necessário nem muito para discutir que isso não é coisa para se pensar.

Todo mundo já está sabendo que as mulheres têm tripla jornada – não é dupla, é tripla jornada! As mulheres têm que trabalhar, as mulheres têm que chegar a casa, fazer as atividades, e, além disso, dedicar tempo para o estudo. Então, só uma análise simples já daria para ver que há alguma coisa errada.

Quando eu vejo o nosso Senador fazer a exposição e dar caminhos... Isso porque uma coisa é levantar a problemática, outra são as pessoas que têm coragem para colocar a "solucionática". E o nosso Senador, como foi citado pela nossa Presidente da CGTB, deu caminhos.

Temos um problema chamado governança corporativa da nossa seguridade social. Não há controle, não há transparência. É de conhecimento de todos as diversas estratégias utilizadas para tantos escândalos e corrupções, dentro do ambiente da Previdência, e não se pensa em caminhos para resolver isso. Só isso já resolveria uma boa parte... (*Palmas.*)

... das questões.

Por outro lado, temos a questão relativa aos estudos atuariais. E os estudos atuariais podem mostrar que Previdência não é prejuízo. A seguridade social pode ser um caminho, inclusive, para as saídas econômicas, desde que seja utilizada com prudência, com trabalho dedicado, observando onde se vão aplicar os recursos.

Então, quando se levanta a privatização da Previdência, fica todo mundo preocupado, porque para mim o maior escândalo de que este caminho neoliberal não é o caminho aconteceu com a Vale do Rio Doce. Todo mundo acompanhava que era uma entidade que dava prejuízos absurdos, e, logo no primeiro ano, foi comprovado lucro de mais de 100%, e depois sucessivos lucros.

Então, sabemos que este não é o caminho. A forma como se estão colocando as mudanças, que, de fato, devem ser feitas na Previdência, é que está errada, e nós, sociedade brasileira, homens e mulheres, principalmente as mulheres, somos as mais prejudicadas dessa história. Este ano, estão fazendo 32 anos que contribuo para a Previdência. Eu trabalho de carteira assinada desde os 16 anos; comecei como *office girl*, e hoje sou professora de duas universidades, uma estadual e outra federal; há mais de 20 anos que eu sou professora.

Eu me aposentaria agora, naquele outro regime previdenciário, no que eu entrei. Com essa perspectiva, eu não sei mais quando vou me aposentar. Já mudou para daqui a sete anos e daí... É assim que se resolvem as questões?

Precisamos todos estar atentos, acompanhar e ajudar aqueles que estão na política e, de fato, têm a política como coisa séria, como o nosso Senador Paim, pois há pessoas que fazem de conta. E nós sabemos que, para resolvermos os problemas da coletividade, nós precisamos da política e de políticas sérios e comprometidos. Por isso, estamos aqui nesta mesa, e cada um saiu de suas cidades para fazer esta representação.

Sobre a questão das creches, eu posso falar com propriedade, porque eu fui, durante quatro anos, Presidente do Conselho Municipal da Mulher. Lá tive oportunidade de fazer um estudo da realidade, da necessidade de creches em Salvador. Pasmem: nós só tínhamos 17 mil vagas em creches públicas em Salvador, quando a carência era de mais de 110 mil em 2009. Fiquei muito feliz quando vi a Presidente Dilma dar de presente para Salvador a possibilidade de construir 138 creches e fiquei acompanhando, no movimento social, brigando com o Prefeito, para implantar essas. Sabem quantas foram implantadas em Salvador na gestão anterior? Nenhuma. Havia orçamento para 138, e nenhuma foi implantada. Assumi a Prefeitura de Salvador junto com o Prefeito ACM Neto, e a primeira coisa que nós fizemos foi fazer um estudo das realidades das creches. Acreditem: de quando foi iniciada a primeira creche, há 80 anos, até hoje, nós só tivemos disponíveis para a cidade de Salvador 20 mil vagas de creche, quando a necessidade é de mais de 140 mil. O que nós estamos fazendo? Já construímos, até a data de hoje, 96 creches. O nosso plano é, até o final do ano que vem, estar com 40 mil vagas de creche. Então, é um avanço. Dobramos. O que não foi feito em 80 anos estamos fazendo em 4 anos.

Além disso, nós estamos cuidando das mulheres que precisam trabalhar e que, às vezes, com uma pequena contribuição, podem ir às creches comunitárias. Então, nós fizemos convênios com várias creches comunitárias. Criamos o Primeiro Passo, que é o direito que toda mulher tem de receber a quantia de R$50,00 que já ajuda para pagar a creche comunitária local. Então, não é só dar o recurso, mas...

(Soa a campainha.)

A SRª CÉLIA SACRAMENTO – ... é também viabilizar o seu desenvolvimento.

Para concluir, alguns de vocês podiam perguntar: "Sim, Célia, e cadê o dinheiro das 138 creches, que você também não construiu? Cadê a creche que a nossa Presidente da Confederação falou? A creche das trabalhadoras domésticas". Só podemos intervir naquele espaço quando houver uma anuência do Estado. Infelizmente, isso não acontece. Não podemos resolver o problema das creches, porque eu descobri a falência do Brasil Carinhoso, criado pela Presidente Dilma, se deu em função do tipo de projeto que foi preparado. É um projeto em que toda creche, para ser construída, tem que ter um terreno com uma dimensão de mais de 2 mil metros quadrados, o que não é normal encontrar nas grandes cidades. Então, essa foi a grande dificuldade.

(Soa a campainha.)

A SRª CÉLIA SACRAMENTO – Precisa-se, urgentemente, já que existe esse recurso – não sei se ainda há –, rever o projeto para adequar a estrutura da creche à realidade física e operacional das nossas cidades.

Muito obrigada pela oportunidade de estar aqui com vocês.

E vamos nessa luta! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Essa foi a Vice-Prefeita de Salvador, Bahia, a líder Célia Sacramento, que foi, de forma objetiva e clara, mostrando o caminho das pedras para chegar ao paraíso. (*Risos.*)

Parabéns mesmo. Bela exposição.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora. Vereadora Laodicéia, da federação de mulheres de Goiás. Seja bem-vinda. (*Palmas.*)

Eu quero dizer que quando recebi o prêmio – porque é um prêmio – Cidadão de Salvador, essa Vice-Prefeita estava lá, do meu lado, nunca me esqueço. (*Palmas.*)

Naquele tempo, não era Vice-Prefeita, porque faz muito anos; mas ela estava lá.

Passo a palavra agora a Cintia Rangel Assumpção, Diretora da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil.

A SRª CINTIA RANGEL ASSUMPÇÃO – Boa tarde a todas e a todos, aos homens que estão aqui presentes e que compreendem que a questão da mulher não depende só de nós mulheres, depende da participação de todos, para que possamos tornar uma sociedade mais justa e igualitária.

Eu participei, como o Senador já falou, de uma audiência hoje, no período da manhã, tratando de um tema bastante polêmico, que é a privatização do sistema prisional. Agradeço novamente ao Senador, pois poucos são os homens públicos que têm a sensibilidade de compreender que os maiores avanços, seja na

questão de gênero, seja na questão prisional – porque há, sim, relação, eu vou expor depois – dependem da sensibilidade desses homens públicos, que se dispõem ao debate e trazem os seus protagonistas para esses eventos e para esses momentos.

Eu quero agradecer e parabenizar a Eurídice, da Fasubra; a Ivanilda, também da Coordenação Mulher Trabalhadora da Fasubra; a Junéia, da ISP e da CUT, que, infelizmente, tinha um voo de retorno para São Paulo e não pôde ficar até o fim; a Gláucia, que eu tive o prazer de conhecer hoje, embora já tivéssemos tido contatos paralelos antes; a Léia, também da Fasubra; a Vice-Prefeita Célia Sacramento, que nos honra e nos orgulha de ser uma mulher trabalhadora e está, sim, ocupando espaços de empoderamento que são muito importantes.

Curiosamente, a Junéia veio aqui fazer um lançamento da cartilha que foi aprovada pela ISP, a Cartilha *Violência Contra as Mulheres nos Locais de Trabalho: Denuncie. Combata. Pare!*

Senador, o senhor já tem relação com essa cartilha. No dia 25 de novembro do ano passado, na audiência que realizamos aqui, foi um evento de aprovação do texto final.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Lembro-me.

A SRª CINTIA RANGEL ASSUMPÇÃO – Exatamente. Como tudo parece conciliar, a Confederação vai realizar, a partir de amanhã, às 17h30, uma exposição fotográfica e parte dos nossos trabalhos estão participando dessa audiência. Para você ver como a luta da mulher precisa ser contínua e permanente. Fazendo menção, Gláucia, é amanhã, às 17h30, na galeria Senador Ivandro Cunha Lima. Enfim, é o registro das mulheres trabalhadoras e a importância que elas desempenham na Nação brasileira.

Também, como representante, como Diretora da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, nós vamos promover um evento voltado para a mulher, pela sua defesa e seu empoderamento no dia 30 de abril. Dia 30 de abril é o Dia Nacional da Mulher, muitos ignoram esse fato, e é um dia emblemático, porque 30 de abril é o dia de nascimento de uma das maiores feministas brasileiras, que é Jerônima Mesquita, uma enfermeira que superou o seu próprio tempo e os seus próprios costumes, sufragista, que, no início do século XX já clamava por direitos que, lamentavelmente, ainda estamos pendentes de realizá-los. E fazendo também menção à...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Passou um filme recentemente dela, não foi?

A SRª CINTIA RANGEL ASSUMPÇÃO – Não, não foi, Senador. Eu até procurei, mas não existe nenhuma biografia sobre Jerônima Mesquita, o que é lamentável, e a escolha da data da CSPB se deu neste sentido, de que nós precisamos também clamar por valores nacionais.

Eu tenho aqui, que me honra, a Zezé, também da Bahia, também uma guerreira... (*Palmas.*)

A SRª CINTIA RANGEL ASSUMPÇÃO – ... Que representa os servidores do Poder Judiciário, e que eu costumo dizer que sou sua discípula.

Como fiz menção antes à questão do sistema prisional, nós tivemos um debate hoje sobre a questão da privatização e, pasmem, tem relação direta com a questão feminina. Muitos não sabem, mas a população carcerária feminina nos últimos 15 anos aumentou em 567%. Entre 2000 e 2014, o número de mulheres saltou de 5.601 para 37.380. A população carcerária feminina cresce mais do que a população carcerária masculina hoje no Brasil. Dos 1.420 estabelecimentos penais brasileiros, apenas 103 são exclusivamente femininos. Isso significa que mulheres hoje estão custodiadas em estabelecimentos mistos adaptados precariamente junto com estabelecimentos penais masculinos.

Nesses estabelecimentos não existe espaço para berçário. Há pouco tempo, o Brasil foi denunciado porque mulheres davam à luz algemadas em camas de hospital porque não havia espaço. Não existe, na grande maioria dos estabelecimentos penais, espaços recreativos para as crianças. Essas crianças são criadas, são amamentadas... Em alguns casos ficam, isso é variável, até um ano junto com as mães. Existem Estados em que se permite por apenas seis meses. Em 2007 nós tínhamos Estados em que nem isso era permitido. A mulher dava à luz, e a criança era entregue à família.

Na questão da população carcerária feminina, a mulher tem a maternidade negada, o rompimento dos laços familiares, a degradação, porque a partir do momento... Nós mulheres sabemos o quanto, na questão da criação dos filhos, a presença da mãe é fundamental. Há o abandono pelo companheiro. As mulheres presas, na sua grande maioria, senão na totalidade, são abandonadas pelos seus companheiros. Eu sou uma agente penitenciária e eu vejo isso. Na população carcerária masculina, eu vejo as mulheres acompanhando os seus homens, submetendo-se a revistas vexatórias, a humilhações permanentes, criando filhos e mantendo famílias sozinhas. E, quando essa situação se inverte, quando a mulher está presa, isso não acontece. Ela é abandonada tanto pelo companheiro como pela família.

Há outro fato curioso em relação ao perfil da população carcerária feminina: não é uma população de crimes violentos, e 68% da população carcerária feminina está presa por tráfico de drogas. E é por essa razão

que nós falamos, inclusive, hoje, Senador, que muitos dos países que estão reduzindo a sua população carcerária têm aplicado medidas mais brandas em relação à questão do tráfico de drogas.

Recentemente, no ano passado, em 2014, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado fez um debate muito interessante sobre a questão da discriminação, de uma forma lógica, racional e responsável. Precisamos começar a pensar sobre isso também.

Para não me alongar, eu acho que muitos de vocês viram alguns questionando: por que o Dia Internacional da Mulher? Por que ainda discutimos? Por que ainda temos uma agenda tão atrasada em relação às mulheres que nem Jerônima Mesquita conseguiria colocar? Hoje, se tivesse oportunidade de presenciar a sociedade brasileira, diria que padecemos dos mesmos problemas, vivenciamos a mesma sociedade machista.

(Soa a campainha.)

A SRª CINTIA RANGEL ASSUMPÇÃO – E uma das coisas que mais me chocou vocês devem ter acompanhado: o assassinato de duas turistas argentinas no Peru. Eram meninas de 22 anos que foram assassinadas. Estavam desaparecidas e foram encontradas mortas, envoltas em sacos plásticos, numa praia.

E o mais abominável disso tudo é que, enquanto se buscava o paradeiro dessas meninas, as perguntas que foram feitas denotam o quão machista e patriarcal continua sendo a nossa sociedade. As perguntas eram feitas porque eram mulheres; não seriam dirigidas a um homem: "Por que resistiram à violência sexual? Como estavam vestidas? Por que viajavam sozinhas?" Meu Deus, eram duas moças! Qual é a definição de sozinha? É ter um homem? É essa a definição que nós damos? Uma mulher só é legitimamente respeitada se estiver na companhia de um homem? "Por que estavam naquele local?" E o mais grave de tudo: "Por que seus pais lhes permitiram que elas fossem livres, permitiram que perseguissem seus sonhos?" Essas foram as perguntas feitas, que a imprensa, de uma maneira geral, colocou nos meios de comunicação.

Nós precisamos hoje nos questionar. A Léia colocou muito bem: as questões de gênero prescindem questões de educação, de vencer estigmas culturais.

(Soa a campainha.)

A SRª CINTIA RANGEL ASSUMPÇÃO – Para isso, eu deixo alguns questionamentos em relação às perguntas que foram feitas a essas meninas: por quanto tempo ainda imputaremos às mulheres a culpa por suas mortes e pela violência de que são vítimas? Quantas ainda devem morrer porque ousam ser independentes, não submissas, sonhadoras e livres? Como ainda, como sociedade, somos capazes de questionar a liberdade de uma mulher e aceitar a imposição de comportamentos e limites que aos homens jamais seriam impostos?

Por fim, fazendo o clamor que fiz logo no início, solicitando aos homens que se unam às mulheres nessa luta, sempre falo uma frase que o Senador costuma gostar: para que uma mulher avance, lembrem-se homens, vocês não precisam recuar um centímetro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Cintia. Essa foi Cintia Rangel Assumpção. Por isso, ela é Diretora da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB). A frase é muito, muito significativa mesmo, e eu gosto mesmo dela, porque as mulheres se lembram disso: nós tínhamos, até um tempo atrás, aquela bobagem de que atrás de um... Como era a frase?

A SRª CINTIA RANGEL ASSUMPÇÃO – Ah, não! Nem repete!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, não. É só para lembrar, pessoal, só para lembrar o atraso. Como você falou, Cintia, só para lembrar o atraso da nossa sociedade. Até hoje, eu que viajo pelo Brasil todo, seguidamente ouço um homem dizer isto: "Paim, nós temos que valorizar as mulheres, não é?" Eu digo: sim, claro. Eu sou, aqui no Congresso, o coordenador da Frente Parlamentar de Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Dizem: "É por isso, Paim, que atrás de você deve ter uma grande mulher". Claro que é de chorar, não é? E eu digo isso, pessoal, porque quando eu tive...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele lembrou aí. Eu sempre conto a história: eu estive na Nicarágua na época da guerra. Vocês se lembram da Nicarágua, não é?

A SRª CINTIA RANGEL ASSUMPÇÃO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Daquela história dos contras?

A SRª CINTIA RANGEL ASSUMPÇÃO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu tive a satisfação de estar com Tomás Borge e eu vi lá muitas mulheres guerreiras vestidas de soldado. E ele me disse exatamente isto: "Enquanto os homens vacilam, as mulheres nunca vacilaram na luta permanente pela liberdade da Nicarágua". Palavras do

Tomás Borge, exatamente na linha do que tu falaste aqui, Cintia. Eu ouvi do Tomás Borge isso, o único vivo dos sete comandantes. Disse que as mulheres eram muito mais valentes do que os homens na hora de defender a sua pátria.

A SRª CINTIA RANGEL ASSUMPÇÃO – E o senhor sempre disse, Senador, que nós trabalhamos e que nós vamos avançar juntos, lado a lado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Essa é a Cintia. Palmas para a Cintia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Maria Pimentel, Secretária de Relações Internacionais da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

A SRª MARIA PIMENTEL – Eu quero dar boa tarde a todos.

Eu iria começar, inclusive, Senador, falando exatamente dessa audiência que houve aqui sobre a questão da Previdência, o déficit da Previdência, o que nós, inclusive, divulgamos no dia 22 no *site* da CGTB.

Aproveito para dizer uma coisa que eu aprendi com a sua fala: que a Previdência Social faz 93 anos neste ano. E esse dia aqui transformou-se numa grande manifestação de protesto contra essa reforma.

O Senador falou algo que não vou repetir, porque a Gláucia já fez o favor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Antecipou.

A SRª MARIA PIMENTEL – Já antecipou. E eu vou dizer o seguinte: a roubalheira, a fraude e a sonegação é que precisam... A reforma que tem que ter é essa. E, sobre a sonegação, eu vou agregar para deixar bem claro: não é a sonegação empresarial, mas a sonegação que o Estado faz, porque legalizou uma medida que permite tirar 20%... Na época do Fernando Henrique, legalizou-se uma medida de que a Seguridade Social pode passar 20% da DRU... Eu chamo de desvio da receita. Chama-se DRU, mas não é bem assim o nome. Eu gosto de dizer que é desvio de receita: tiram-se da Previdência 20% legalmente. E, na reforma que a Presidente está querendo, ela quer passar de 20% para 30%. Então, segurem, porque não querem só aumentar a idade da mulher, não. É muito pior. Esses 20% tinham que cair. Então, essa sonegação, que é oficializada – não é sonegação porque é legal –, nós queremos que tirem também, que saia.

Eu queria até, para fazer uma introdução primeiro, agradecer à Confederação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para ajudar – agora, tu sabe – não é? – que não é mais 20%. É 30%.

A SRª MARIA PIMENTEL – É 30%. A proposta da Dilma é de 30%. Exatamente. Exatamente. Para vocês verem que as coisas não vão parar nesses 65 anos, não. São muitas coisas juntas.

Eu queria aqui parabenizar a CMB por organizar esta atividade, e eu acho da maior importância, inclusive, ser no Senado, que será o palco dessa luta. E, daqui, nós podemos nos municiar para ir às ruas, porque essa luta não vai ser ganha só aqui.

Neste ano, faz 159 anos, quase 160 anos, que mataram, nos Estados Unidos, em Nova York, 130 mulheres numa fábrica têxtil. Estavam vivas, mas tacaram fogo nelas porque lutavam por 10 horas de trabalho naquela época. E nós hoje estamos lutando por uma série de coisas. Então, nós não podemos esquecer essa data. Não podemos deixar de dizer isso. E eu parabenizo a CMB por não deixar passar em branco essa data e fazer isso exatamente dentro do Senado, que é a Casa onde a ressonância é maior ainda para esses acontecimentos.

Antes de falar da Previdência, eu queria citar mais uma experiência, porque a Gláucia falou aqui da questão internacional, dos direitos, e algumas companheiras também falaram dos direitos da mulher de uma maneira mais geral. Antes de eu vir para a Previdência, eu queria falar um pouco sobre uma questãozinha para vocês saberem de um negócio que me chocou.

Como eu participo da Organização Internacional do Trabalho, nós fizemos estudos e temos levantando uma questão muito lentamente, porque essas coisas não são assim e não são facilmente aceitas: por que as mulheres ganham menos? Porque existe toda uma situação em que a mulher ganha menos do que o homem, o que deixa a mulher inferiorizada. E muitos companheiros e companheiras acham que isso é culpa do homem. Muitos combatem o homem. E eu acho que, se as companheiras levarem esse discurso adiante, estarão perdendo o caminho.

O que existe na verdade é uma necessidade da empresa, para poder criar um atrito entre homens e mulheres, de dizer que a culpa é do homem, que a violência é doméstica, que a violência é na casa. Claro que a gente tem que ser contra a violência doméstica. Agora, a violência não começa aí. Há uma violência maior do que essa, a do salário, de direitos...

Sabem por que a mulher ganha menos? De onde surge isso? Dizem que a mulher custa 30% a mais para a empresa, porque ela tem seguro saúde, maternidade, tró-ló-ló, tró-ló-ló. A OIT fez um levantamento. Pasmem: na América Latina, vamos dizer, em países subdesenvolvidos, sabem quanto custa a mulher ter licença maternidade nos países investigados pela OIT? Custa 2%. E no Brasil é menos: 1,2%. No Brasil é menos. Então,

isso é um pretexto. Interessa essa briga. Interessa porque, na medida em que eu brigo, você fica indisposta... Aí, se briga, não vai junto.

A outra coisa é a seguinte: "Ah, ela vai cuidar dos filhos". Ora, se a mulher tem a condição de cuidar desses filhos, de ter um emprego com salário igual, condições iguais e também cuidar dos filhos, ela não está produzindo para ela, ela não está criando filho para ela. O filho é para a sociedade.

É uma mão de obra amanhã, é inteligência amanhã, um presidente da República, um senador, é o povo de amanhã, o trabalhador, o operário. Ela não é culpada por ficar grávida. Ao contrário, ela tem que ser valorizada pela sociedade. Então, nada mais justo do que ela receber esse salário igual.

E a outra coisa é a seguinte: a experiência diz... Aí o patrão diz: "Não, mas é que, quando ela se afasta, eu tenho de chamar outra". Mentira! Quando ela se afasta, o que acontece? As outras que estão lá vão trabalhar em dobro para cobrir aquilo. Então, não tem... É tudo pretexto. E esses pretextos é bom a gente saber para usar e abusar disso por aí, porque isso é uma sem-vergonhice.

Vocês sabem que, ano passado, na OIT, nós levantamos a questão: escutem, vamos começar, na OIT, cada governo tendo que trazer aqui um relatório de qual é a semelhança de salário entre mulher e homem aqui dentro. Cada país não tem que ter relatório? Na OIT, todo mundo tem que levar relatório todo ano. Vamos botar isso aí. Claro que ainda não foi aprovado, mas é uma briga. Nenhum país passa esse relatório. Há relatório de não sei o quê, não sei o quê e não sei o quê. Mas qual é a diferença concreta, no seu país, para professoras, para médicas, para domésticas? Qual é a diferença entre o que ganha mulher e homem? Isso não é dito. E isso eu acho que é uma coisa que nós também temos de abraçar.

Agora, vindo para a questão, mais concretamente, da Previdência, eu queria dizer o seguinte: eu já até falei que também existe... E aí eu acho um cinismo da maior... Mas é muito... Eu realmente fico muito indignada. Quer dizer, eles estão usando três pretextos para dizer que precisam aumentar a arrecadação da Previdência: primeiro, a expectativa de vida da população. Ora, meus amigos, se existe... Inclusive, a população mais carente está passando necessidade de hospitais, de saúde, de creche, tormento, desemprego – foram 2,8 milhões de desempregados somente no ano passado, maior recorde da história. O Fernando Henrique, de triste memória, o recorde dele em um aninho só foi de 1,1 milhão. Nós tivemos 2,8 milhões no ano passado, e a situação está piorando neste ano. Então, dizer que é por melhor condição de vida nesse nervoso que nós estamos passando, sem saber como um filho nosso vai ter emprego amanhã! Não temos mais expectativa de vida, e nós queríamos ter. Se tivermos mais saúde, e queremos tê-la, é para poder desfrutar de alguma coisa antes de morrer.

Em segundo lugar, rombo da Previdência. O Senador, nessa palestra, já tinha falado esse negócio dessa mentira. Eu trouxe os números. Vocês sabem de quanto foi o superátiv da Previdência? O superávit? Porque quando a Previdência foi criada, foram boladas todas as perninhas: o trabalhador contribui, o empresário contribui e, dentro do orçamento da União, uma parte é destinada para isso. Inclusive, estão hoje culpando os trabalhadores rurais: "Ah, é porque o rural não paga nada!" É. Mas quando foi permitida a aposentadoria dele, já foi criada sabendo de onde sairia o dinheiro. Nada é criado sem que se saiba de onde vai sair o dinheiro. Então, é mentira isso.

Vejam só, a Previdência, no ano de 2013, teve mais de 76 bilhões de superávit; é o que a Previdência deu. No ano de 2014, foram 56 bilhões de superávit. E só no ano passado, esse tal de "desvio da receita", essa tal de DRU desviou, como a Gláucia até já disse, 63 bilhões. Esse dinheiro nos tiraram. Foi roubado. É nosso. É nosso, da Previdência. Foi feita para isso. Agora, vir com essa piada de que a Previdência tem um rombo! Isso é dito na imprensa, isso o Governo trepa no caixote, os ministros trepam no caixote falando isso. E a imprensa... Eu fico absolutamente revoltada!

Aí, surgiu mais uma brilhante ideia, que é a seguinte: "As mulheres não querem igualdade? Beleza. Então, vamos fazer a igualdade das mulheres com os homens. Vamos botar os dois com 65." Aí, é o que já foi dito: os dois vão passar para 65.

Então, por enquanto, já estamos com aquele fator previdenciário que nós já derrotamos, contamos com o Senador para derrotar, foi aprovado, a lei está dizendo que aquele 85/95... Não vamos entrar nessa discussão, só que, além disso, há o tempo de pagamento, 30 anos. Agora, não. Querem botar idade mínima. Isso é um adendo extra. A idade mínima para a mulher... Ela pode começar a trabalhar, em tese, aos 16, mas pode começar aos 14. Ela vai ter de se aposentar após os 65 anos de idade. Querem botar isso. E dizem que querem igualar mulheres e homens. Para o homem, isso daí vai dar mais 10 anos de trabalho; para a mulher, mais 15 – essa brincadeirinha aí de igualdade. Isso eu achei de uma hipocrisia, de um cinismo... É uma verdadeira afronta, é um escárnio com o povo brasileiro. Digam assim: "Eu quero desviar o dinheiro de vocês e quero fazer vocês pagarem". Agora, dizer que é para igualar!

Então, eu acho que, para essas coisas, nós temos que estar muito unidas nisso daí, unidas com os nossos companheiros. Muito cuidado com esse discursinho de dizer que é a violência doméstica...

E eu vou dizer uma coisa aqui para vocês: se, com uma mão, se faz uma lei para dar o direito de punir a violência, que deve ser punida – vamos dizer que tem de ser punida – não se pode com uma mão fazer isso e, com a outra, tirar salário, tirar direitos. Não se pode falar de democracia e tirar direitos. A democracia não é para tirar direitos. A democracia não é para privatizar a saúde, e não é para privatizar a Petrobras. Essa não é a nossa democracia.

É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Mais uma agora... (*Palmas.*)

Parabéns. Muito bem, Maria Pimentel, que falou pela CGTB, ela que é Secretária de Relações Internacionais da Central.

Agora, eu vou chamar as minhas convidadas para que retornem ao plenário. Vamos para a segunda Mesa. Vocês voltam ao plenário...

A SRª LAODICEIA DOURADO – Senador, por favor, eu poderia fazer só uma pequena participação?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode. Deixe-me montar a segunda Mesa, e você fala, só para ir ganhando tempo.

O.k., moçada. Muito obrigado a todos, a todas! (*Palmas.*)

Aparecida Gonçalves, Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; Marcela Cristina Andrade de Azevedo, Representante do Movimento Mulheres em Luta (CSP – Conlutas); Maria José Santos da Silva, Diretora de Finanças da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados (Fenajud); e Edevirges Oliveira, da Força Sindical.

Sejam todas bem-vindas à Mesa.

Se houver alguma representante de uma outra central, será bem-vinda.

Eu vou passar, enquanto elas se assentam aqui, a palavra à nossa Vereadora.

A SRª LAODICEIA DOURADO – Gostaria de cumprimentar o Senador Paim e parabenizá-lo pelos trabalhos, parabenizar também pela iniciativa desta Comissão a todos os homens presentes, porque, quando se trata de luta em relação à mulher, imaginamos que seriam só as mulheres que teriam de estar lutando, mas todos nasceram de uma mulher. Por isso, têm essa grande consideração. Parabéns.

Eu sou a Vereadora Laodiceia Dourado, não me apresentei, Vice-Presidente da Federação das Mulheres de Goiás, junto com a Jucilene, nossa Presidente do Estado de Goiás.

Eu gostaria só de fazer uma pequena colocação em referência à nossa amiga que já saiu, a Léia. Quando ela falou da delegacia das mulheres, que foi uma conquista em 1985, eu gostaria de colocar aqui, Senador, para que todas as mulheres que estão aqui tenham conhecimento, que existem as delegacias, as DEAMs, mas hoje as delegacias têm uma deficiência, uma dificuldade muito grande de funcionar no nosso País, em todos os Estados – principalmente, estou citando agora o meu Estado, Goiás. Eu gostaria, Senador, que, se fosse possível, não acabassem com essa conquista das delegacias; que elas continuassem existindo, que lhes dessem estrutura, que lhes dessem o apoio, porque realmente é preciso que aconteça esse apoio às nossas mulheres.

Eu gostaria de citar aqui também só mais uma coisa, que é a bandeira da federação das Mulheres do Estado de Goiás, a PL nº 130/2011, que já foi comentada aqui, que é salário igual para trabalho igual, que nós consideramos uma violência também.

Conte conosco. Conte com o nosso apoio. Amanhã, estaremos aqui, lutando juntamente com todos por isso.

Quero parabenizar, mais uma vez, todas as mulheres pelo dia de amanhã, Dia Internacional da Mulher, que estamos comemorando com luta, não só com grandes lembranças, mas com luta. Esse é o papel de um Senador.

Parabéns, Senador. Conte conosco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Essa foi a Vereadora, me ajude se eu errar o nome, Ludiceia Dourado.

A SRª LAODICEIA DOURADO – Laodiceia Dourado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Laodiceia Dourado, que deu uma bela contribuição e lembrou a importância da aprovação desse projeto que vai garantir direitos iguais para a mesma função entre mulher e homem.

Muito bem. Vamos para a segunda Mesa.

Aparecida Gonçalves, Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

A SRª APARECIDA GONÇALVES – Boa tarde. Quero cumprimentar o Senador.

É um prazer estar aqui, nesta tarde, com essas mulheres aguerridas, que, durante séculos, têm construído efetivamente a história.

Eu queria colocar algumas coisas, passando por dois caminhos, Senador.

Primeiro, quero reforçar e parabenizar a Mesa anterior pelas falas, pela coerência, pelo discurso, pela forma, pela luta efetivamente.

Segundo, eu queria dizer falar sobre essa minha vinda aqui. Primeiro, estava escalada a Secretária Especial Eleonora Menicucci, e a Secretária teve um problema, fez uma cirurgia, voltou ao trabalho, mas hoje amanheceu febril e, portanto, não pôde estar aqui. Eu vim substituí-la.

Vou traçar dois caminhos no processo de discussão sobre a questão dos direitos e das lutas das mulheres nesses últimos séculos. O século XX foi, para nós, mulheres, um século de conquista. Foi quando nós tivemos os grandes tratados e convenções. Nós tivemos Beijing, nós tivemos Belém do Pará, nós tivemos Cairo – não é? –, nós tivemos a Convenção de Viena, que traz os direitos humanos para a questão das mulheres, que coloca os direitos das mulheres como uma questão de direitos humanos. Nós tivemos um século em que as mulheres avançaram imensamente, numa perspectiva tanto dos direitos sexuais reprodutivos, quanto dos direitos humanos contra a violência, quanto dos direitos e das garantias individuais. Tanto que foi chamado de o século das mulheres, o século do movimento feminista.

Eu queria lembrar isso, para que possamos lembrar, efetivamente, que nós tivemos, sim, muitas conquistas. Nós avançamos, sim, em muitas questões durante esses anos.

A Constituição de 1988, que está em vigor, é a Constituição que mais garantias e direitos deu às mulheres no nosso País. E é importante lembrarmos isso, porque a nossa pauta é para não perder nenhum direito; é nenhum direito a menos, e todos os direitos a mais.

É importante tratarmos isso. A primeira questão que eu queria trazer é a desigualdade – e não preciso lembrar de todas as desigualdades colocadas, porque todos nós e todas nós aqui sabemos. É importante dizer, ainda, que os homens ganham mais do que as mulheres; que as mulheres brancas ganham mais do que as mulheres negras; que, na escala da desigualdade, as que estão abaixo são exatamente as mulheres negras.

É importante lembrar algo que já foi dito na Mesa anterior. Portanto, eu só quero colocar o dado, Senador, de que as mulheres trabalham 25 horas, enquanto os homens trabalham 10 horas. São cálculos no uso do tempo, que não são feitos pela SPM, mas são feitos em nível internacional. É um dado importante para que possamos pensar no que são as nossas garantias.

Portanto, na questão das mulheres em espaço de poder, nós ocupamos menos de 10% dos espaços de poder efetivamente no Brasil – no Parlamento e nas prefeituras. Nós só temos uma governadora mulher. Então, esse é o retrato efetivo que nós vamos ter de onde estamos colocadas.

Mas eu não poderia deixar de vir aqui a este Senado fazer uma discussão sobre a luta das mulheres e não trabalhar diante de uma conjuntura que hoje estamos vivendo, do avanço efetivo do conservadorismo, de uma linha fundamentalista que tem trabalhado muito fortemente a questão da retirada dos direitos das mulheres.

Eu não preciso dizer que todas nós ou todos nós enfrentamos aqui no Congresso Nacional a questão de gênero no Plano Nacional de Educação. Nós passamos por esse mesmo debate em todos os planos estaduais de educação; nós passamos por esse debate em todos os planos municipais de educação. E, por último – por que não dizer? –, como exemplo, o Município de Palmas, que retirou de toda a sua legislação a palavra gênero.

Nós sabemos que a discussão de gênero é um avanço no debate da luta das mulheres neste País. É um processo que nós fomos construindo durante o nosso processo de luta que, efetivamente, vai trazer a questão da igualdade e a equidade de gênero.

Nós temos aqui uma medida provisória que vai para discussão amanhã sobre as atribuições da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da qual também se tira a principal atribuição da Secretaria de Políticas para as Mulheres, que é exatamente a discussão de gênero no âmbito do Governo Federal e no âmbito das diversas esferas.

Nós temos que trazer esse desafio e fazer um debate, porque, com isso, nós vamos ter o PL 5059, que vai nos tirar efetivamente direitos que nós conseguimos, que é a questão de quando a mulher sofre violência sexual, a anticoncepção de emergência, a pílula do dia seguinte. São direitos conquistados efetivamente.

Nós vamos ter leis que efetivamente vão tirar... Há 88 projetos de lei que alteram a Lei Maria da Penha, e, desses projetos, a grande maioria mais atrapalha do que ajuda efetivamente.

Nós precisamos fazer um debate sobre como efetivamente está sendo colocado e visto pelo Brasil e pela sociedade o papel da mulher.

Nós vamos ver o aumento do número de estupros. Segundo o Ipea, foram 500 mil estupros em 2014 – 500 mil, segundo o Ipea, dados do Datasus. Nós vamos ter, do Fórum de Segurança Pública, que é o registro nas delegacias, 50 mil. Nós temos aí uma diferença de, efetivamente, 10% para Segurança Pública frente àquilo, das denúncias que aparecem no SUS.

E eu estou colocando esses números, porque esses números vão remeter a um projeto de lei que quer tirar efetivamente a proteção das mulheres na questão do estupro. Eu não vou tratar de violência sexual aqui, mas eu vou tratar como estupro, que é o que acontece.

Nós vamos ver a mudança de comportamento frente a isso quando se deixa de estuprar uma mulher às escondidas, num quarteirão escuro, e o estupra ocorre coletivamente em lugar público, ou em coletivos, em vias públicas.

Nós vamos ter uma mudança de comportamento frente às mulheres. Nós vamos ver um aumento da culpabilização da mulher a partir da sua roupa, a partir do seu comportamento, a partir de uma série de fatores que efetivamente a sociedade imagina que não seja o comportamento oficial da mulher.

Estou trazendo esses elementos, porque esses elementos são estratégicos e são fundamentais para a garantia dos direitos da mulher. Se nós lutamos e conquistamos o que conquistamos até hoje, não podemos admitir que o nosso País, que é referência mundial de todas as leis e tratados internacionais, principalmente na questão dos direitos sexuais e reprodutivos, que tem a terceira melhor lei com relação à questão da violência doméstica e familiar, que tem sido referência em todas as conferências e convenções internacionais sobre os direitos da mulher, efetivamente vá retirando aos poucos, lei por lei, parágrafo por parágrafo, letra por letra aquilo que são os direitos das mulheres.

Esse é um debate que esta Casa tem que fazer, Senador, porque esta Comissão de Direitos Humanos, já que a Convenção de Viena traz os direitos das mulheres como direitos humanos.... É preciso desafiar efetivamente esse debate. É preciso entender que uma juíza de Goiás...

(Soa a campainha.)

A SRª APARECIDA GONÇALVES – ... quando declara que uma menina de 13 anos tem direito, porque ela quer ter relação sexual, que não é violência sexual, porque ela deseja, nós estamos com um problema grave no nosso País que nós vamos ter de enfrentar efetivamente.

Então, aqui não quero repetir o discurso e a fala das companheiras da Mesa anterior, mas trazer elementos novos para que nós possamos, de fato, pensar em quais são os grandes desafios que estão colocados para esta Casa nos próximos anos.

Na minha avaliação, na avaliação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, nós não podemos retroceder nenhum milímetro. Nós não podemos perder nenhum direito conquistado nas ruas, porque esses direitos foram conquistados nas ruas. Esses direitos foram conquistados por cada mulher efetivamente. (*Palmas.*)

A SRª APARECIDA GONÇALVES – Esses direitos custaram a vida de muitas mulheres, lutando contra a ditadura, ou lutando pelos direitos, ou como as sindicalistas, que estão sendo assassinadas, ou sendo estupradas e assassinadas pelos seus companheiros ou pelas pessoas nas ruas.

(Soa a campainha.)

A SRª APARECIDA GONÇALVES – Portanto, pensar no Dia Internacional da Mulher hoje, no Brasil, significa pensar que não podemos aceitar... Nós temos de enfrentar o discurso conservador. Nós precisamos enfrentar o que está colocado nesta Casa e na Câmara dos Deputados, com muita seriedade, porque aqui, sim, assim como em outros lugares, estão sendo tirados muitos direitos das mulheres.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Aparecida Gonçalves, Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Você falou que está para ser votado? Amanhã? Onde?

A SRª APARECIDA GONÇALVES – Aqui no Senado, que define a estrutura do Governo, a MP 6...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Numa comissão ou direto no plenário?

A SRª APARECIDA GONÇALVES – No plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E está lá dentro?

A SRª APARECIDA GONÇALVES – Está. O Relator é o Donizeti.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vocês falaram com o Donizeti?

A SRª APARECIDA GONÇALVES – Falamos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E ele?

A SRª APARECIDA GONÇALVES – Disse que vai tentar fazer uma emenda de redação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele vai ter de tirar. Nós vamos falar com ele.

A SRª APARECIDA GONÇALVES – Tem de colocar, porque tiraram na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nós vamos ter de alterar, então. Por que só emenda de redação? Emenda de redação não mexe no mérito.

A SRª APARECIDA GONÇALVES – Não mexeu no mérito é de redação, mas o problema é que nós estamos propondo que se inclua de volta a questão de gênero.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se incluir, nem que volte.

A SRª APARECIDA GONÇALVES – Mas aí volta para a Câmara, e pode piorar. Está aí uma discussão de estratégia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Vamos falar com o Donizeti, que é o Relator e é um parceiro nosso. O que ele puder fazer, tenha certeza, ele fará.

Marcela Cristina Andrade de Azevedo, representante do Movimento Mulheres em Luta da Fasubra.

A SRª MARCELA CRISTINA ANDRADE DE AZEVEDO – Boa tarde a todos e a todas. Eu sou Marcela, faço parte do Movimento Mulheres em Luta, filiado à CSP Conlutas.

Eu queria começar ressaltando a importância da data, do 8 de março. Já foi citado aqui um dos eventos, a morte de várias operárias na greve que houve, lembrada por uma das companheiras da Mesa. Eu queria retomar outro elemento muito importante, que foi a grande mobilização das mulheres na Rússia, em 1917, em fevereiro. Pelo calendário diferenciado, demarca a data de 8 de março, que foi o pontapé inicial da revolução socialista naquele país. Foi um pontapé, também, a partir da revolução, para grandes conquistas das mulheres, conquistas que não havia em nenhum dos países de democracia burguesa no período. O que em muitos países não existe até hoje foi alcançado na Rússia, naquele período, com a revolução russa, com a revolução socialista. Eu começo com esse elemento, porque acho fundamental retomarmos a essência desse dia para, inclusive, localizarmos onde está a nossa luta, o que está colocado como tarefa para o conjunto das mulheres trabalhadoras no nosso País.

Já se colocou aqui a questão dos projetos conservadores que vêm em curso. Eu queria falar um pouco disso, porque a gente compreende que, numa realidade de crise econômica como vem vivendo o Brasil – isso se iniciou em 2008 nos Estados Unidos e na Europa, que já refletiram isso –, há um aprofundamento da reprodução das ideologias de opressão – do machismo, do racismo, da xenofobia. Na Europa, isso está muito forte, com a crise migratória, mas, aqui no Brasil também, com a situação dos haitianos, de todo racismo, de toda xenofobia que esses companheiros estão enfrentando. A gente vem acompanhando de fato um conjunto de projetos que visam cada vez mais a deixar os setores oprimidos mais oprimidos, mais submissos e sem reação ao conjunto de ataques que vêm sofrendo.

Já foram citados alguns aqui, mas gostaria de retomar o projeto da redução da maioridade penal, que, além de criminalizar a juventude, de encarcerar a juventude, também, mais uma vez, joga sobre as mulheres a responsabilidade. É muito comum ouvirmos a pergunta: "Onde está a mãe, que não viu o filho cometer isso ou aquilo?". E, quando a mãe vai em defesa do filho, diz-se que ela é conivente, que está passando a mão na cabeça dele. E esse projeto legitima isto, a responsabilização das mulheres pelas mazelas sociais.

O próprio Estatuto da Família, que concluiu o núcleo familiar apenas com a relação entre homens e mulheres, deixa de fora não só as relações homoafetivas e também secundariza, discrimina o conjunto de mulheres que são mães solteiras, que são pai e mãe de família, que são o único sustento e referência de relação familiar. No Brasil, já são cerca de 40% das famílias que vivem nessa situação, nessa realidade.

Os planos municipais de educação e o Plano Nacional de Educação, que já foi citado, com a retirada do termo de gênero, com toda uma ofensiva contra a chamada ideologia de gênero, o que na verdade, para nós, não existe. O que existe é a ideologia machista, que mata, que oprime as mulheres cotidianamente, inclusive no espaço da escola, que reproduz essa lógica.

O PL 5.069, que também foi amplamente conhecido, levou milhares de mulheres às ruas do nosso País no final do ano passado para enfrentar esse projeto que restringe, que criminaliza ainda mais a prática do aborto no nosso País. Infelizmente, foi um projeto que... Para nós, infelizmente, esses projetos, essas manifestações conservadoras e a intensificação da reprodução dessas ideologias têm um objetivo prático na realidade, que é – justamente frente à crise, frente à necessidade de que empresários, de que banqueiros coloquem sobre os trabalhadores os custos dessa crise, ou seja, não reduzam as suas taxas de lucro, mas façam com que se reduzam as garantias sociais para o conjunto dos trabalhadores – tentar nos calar e nos impedir de reagir a esse conjunto de ataques.

Infelizmente, nós entendemos que esses projetos e toda essa manifestação que se dá nesse período vêm sendo construídos há algum tempo. Parte dos acordos que foram feitos, inclusive, pela Presidente Dilma, uma mulher, mas que não teve... Traçou um acordo de não tocar no tema da legalização do aborto, para manter o apoio de setores religiosos ao seu Governo, e isso tem um preço alto agora para nós, mulheres negras, trabalhadoras, das periferias. Inclusive com o processo da própria epidemia do zika vírus, a sequela da microcefalia, o que nós não entendemos, por si só, como o motivo para defender o aborto, mas já vimos pesquisas mostrando que grande parte dos pais dessas crianças estão abandonando essas mulheres. Ou seja, os homens fazem uma opção. As mulheres não têm opção alguma diante de uma situação como essa. Inclusive, há muita desinformação. Os exames que poderiam ser feitos no início da gestação, para identificar já possíveis problemas, não são realizados. Só são realizados nas mulheres que têm sintomas, e 80% das pessoas que são acometidas pelo

zika vírus não têm sintoma. É uma doença assintomática. Ainda está sendo pesquisada. Ou seja, as medidas e as políticas que estão sendo feitas para atender essas mulheres são muito irrisórias, não atendem à demanda, de fato, e a necessidade dessas mulheres.

E, para nós, isso tem relação direta também com essa questão da discussão que vem acontecendo no País, da legalização do aborto, não só pelo aspecto da doença em si, mas pela própria necessidade de as mulheres terem autonomia de decidir sobre o seu próprio corpo, de decidir sobre os rumos da sua vida.

E um último projeto também que eu queria citar é o da questão da lei antiterror, que foi votado agora, nessa semana passada também, e que, embora pareça que não tenha nada a ver com as mulheres, é uma lei que inclusive limita e questiona a ação dos movimentos sociais, porque aponta – no mesmo patamar das iniciativas, das manifestações – terroristas com movimentos sociais, e isso deve nos preocupar muito, porque nós somos aquelas que estamos indo às ruas, nós somos aquelas que estamos ocupando escolas, que estamos ocupando fábricas, que estamos fazendo greve, que estamos dizendo não a esse conjunto de medidas e podemos ser, sim, penalizadas com 16 a 30 anos de detenção, se enquadradas nessa lei. E vale ressaltar que todos os jovens que foram indiciados nas manifestações, de 2013 para cá, são enquadrados na lei de crime organizado, ou seja, uma lei feita para quem organiza e institui o tráfico de drogas.

Então, são muito preocupantes, de fato, essas medidas, e para nós é necessário que nos organizemos para combater esse conjunto de medidas.

Queria tocar num outro tema também – o tempo já está avançando –, que, para nós esses problemas são muito anteriores. Vou dar o exemplo da questão da violência. Avançamos, no último mapa da violência, da sétima para a quinta posição no *ranking* internacional de países que mais assassinam mulheres, apesar da Lei Maria da Penha, que foi uma conquista do movimento, foi uma conquista no campo jurídico, mas que, no campo prático da efetivação dessa lei, muito pouco conseguimos avançar.

Alguém levantou aqui o problema das Deams, das delegacias de mulheres. Essas delegacias funcionam no horário comercial; não funcionam à noite, não funcionam nos finais de semana, quando acontecem os maiores índices dos casos de violência contra as mulheres. E, para nós, isso tem uma relação direta, essa falta da estrutura para efetivar a lei, com os investimentos feitos no último período nas políticas de combate à violência contra a mulher.

Tivemos apenas 26 centavos investidos por cada mulher, vítima de violência nos últimos anos. Isso quando tínhamos um crescimento econômico; hoje, que temos uma recessão,...

(Soa a campainha.)

A SRª MARCELA CRISTINA ANDRADE DE AZEVEDO – ... eu me pergunto como vai ficar, de fato, esse orçamento e o que vamos conseguir avançar nesse sentido.

Por isso, nós do Movimento Mulheres em Luta fizemos uma campanha, com abaixo-assinado, que exigia a aplicação de 1% do PIB nas políticas de combate à violência contra a mulher. Vamos protocolar inclusive esse abaixo-assinado na Secretaria de Política para as Mulheres. Num período em que havia um crescimento, hoje já entendemos que 1% do PIB é muito pouco para as necessidades dessa política.

Acreditamos que a luta das mulheres trabalhadoras deve-se colocar nas ruas, nas manifestações – de maneira independente – de todos os governos, de maneira classista, para que enfrentemos não só a opressão que está colocada, mas que, para nós, é diretamente ligada à exploração capitalista que nos afeta e que nos coloca nas condições que já foram colocadas aqui, da terceirização, dos menores salários, dos postos de trabalho mais precarizados...

(Soa a campainha.)

A SRª MARCELA CRISTINA ANDRADE DE AZEVEDO – ... que nos fazem vítimas da reforma da Previdência, que nos fazem principal alvo das demissões em massa que vêm acontecendo – somos as primeiras a irem para a rua – e é por isso que nós estamos chamando as mulheres, neste 8 de março, nas atividades que vamos fazer aí, pelo mês de março, com o eixo de "basta de as mulheres pagarem pela crise, basta de as mulheres trabalhadoras pagarem pela crise". É necessário que a crise seja enfrentada, mas não às custas dos nossos direitos, das nossas vidas e não às custas das nossas bandeiras, das nossas pautas históricas que vêm sendo levantadas ao longo do tempo.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Marcela Cristina Andrade de Azevedo, por sua fala aqui, representando o Movimento Mulheres em Luta.

Agora, passo a palavra para Maria José Santos da Silva, Diretora de Finanças da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário no Estado, e convido para a Mesa a Mariara Cruz, Diretora da UNE. (*Palmas.*)

A SRª MARIA JOSÉ SANTOS DA SILVA – Boa tarde, gostaria de cumprimentar todas as companheiras da Mesa e cumprimentar o Senador.

Começo dizendo que sou também diretora da CSPB, faço parte da ISP e da CTB. É um movimento de luta já há algum tempinho, mas o que queria tanto falar aqui é sobre as pensionistas.

No meu sindicato, na minha federação, há o departamento das pensionistas e, ao assumir a diretoria das pensionistas, no meu sindicato, descobri que as pensões hoje não são iguais, como se o marido estivesse na ativa. Hoje, elas só recebem 70%. Agora, com a lei da Dilma, vai piorar, porque as que vêm não terão nem os 70% total. São umas mulheres esquecidas, porque muitas vezes são pessoas de idade, muitas vezes pessoas que não têm conhecimento das leis e estão sendo violentadas nos seus direitos.

Muitas criam seus filhos sós. E eu queria aqui dizer, Senador, que se olhasse para as pensionistas. De antemão, queria pedir que, mais à frente, o senhor pudesse fazer uma audiência pública com as pensionistas, pois elas têm muito a falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Fica já assegurado que vamos fazer: procure-me e indique as entidades. (*Palmas.*)

A SRª MARIA JOSÉ SANTOS DA SILVA – Obrigada, Senador. A gente sabe que sempre pode contar com o senhor.

Gente, eu queria dizer o seguinte: nós, mulheres, nem sempre temos mares de flores. Na Bahia, eu fui a segunda presidente do Sindicato das Mulheres. Vocês não sabem o quanto eu sofri por ser mulher e assumir um sindicato do porte do Judiciário e de ter um homem a olhar para a minha cara e dizer: "Em sindicato dirigido por mulher qualquer um manda. Eu não vou aceitar mulher dirigir para mim". Mas, hoje, após 15 anos, eu vejo que muita coisa mudou e muita coisa precisa ser mudada.

Hoje, as mulheres precisam ocupar muito mais cargos, porque a gente só fica em segundo plano. Na Bahia, há poucas prefeitas; o que tem mais são prefeitos. A Célia já saiu, a Célia é a Vice-Prefeita de Salvador, mas já vi algumas pessoas perguntarem – Célia, estou falando de você – se a Célia vai ser candidata a prefeita. E olhem a coisa: "Não, mas aqui tem que ser um homem". E me lembro quando Lídice da Mata foi prefeita, o quanto ela sofreu.

Então, gente, nós, mulheres, precisamos nos unir umas com as outras, porque também, muitas vezes, nós temos a mulher, uma com a outra, também inimigas. A mulher tem que se dar conta de que a mulher é sempre outra mulher e se colocar no lugar dela. Há mulher que cria seus filhos sozinha, que é a mãe solteira; existem a mulher viúva e a casada e há a que tem a convivência. E, hoje, mudou muito, e todas são respeitadas, mas, em alguns lugares, algumas ainda não são respeitadas.

A mulher sindicalista é sempre: "Mulher? Mulher no sindicato? Mulher numa associação?". Não, a mulher sabe dirigir igual ao homem; a mulher sabe dirigir uma casa igual a um homem. A mulher faz qualquer serviço de boa qualidade para a sociedade, e é preciso que, cada vez mais, se tenha um reconhecimento da sociedade e dos homens. Acabou o tempo em que os homens pensavam que a mulher era propriedade. Mas, ultimamente, a gente tem visto o homem dizer: "Não fica comigo, não fica com mais ninguém". É propriedade dele. Está voltando isso. Se nós, mulheres, não tivermos cuidado, nós vamos retroagir para ser propriedade e nós não devemos permitir mais. É preciso que nas delegacias, nas DEAMs não esteja um homem lá.

Na semana passada, fui levar uma colega à delegacia das mulheres, tinha um agente lá sentado que disse: "Lá vem a mulher encrenqueira para cá". A mulher encrenqueira era eu. Por quê? Porque levo lá todas as oficiais de Justiça que sofrem qualquer violência. Faço isso como presidente do sindicato, e quero que seja registrado, quero tudo ali. E, a partir daquele dia, de dois em dois dias, vou lá perguntar sobre o andamento do caso. Vou para a rádio, vou para a televisão, digo que vou colocar no meu *site,* e aí ninguém gosta.

Mas a delegacia de mulher tem que ser das mulheres, e as mulheres sabem e entendem umas às outras, o que a outra está sofrendo.

Não quero desmerecer os homens, não. Os homens têm seu valor. Agora, eu acho que a mulher tem muito mais valor. Primeiro lugar: a mulher carrega o filho nove meses na barriga para depois ir parir. O homem não aguenta uma dor de dente, uma dor de ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Dor de dente dói mesmo! (*Risos.*)

A SRª MARIA JOSÉ SANTOS DA SILVA – É, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E dor de ouvido então, bah!

A SRª MARIA JOSÉ SANTOS DA SILVA – Então, eu digo a vocês, companheiros, que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu estou lhe dando toda a razão. Por isso, eu estou...

A SRª MARIA JOSÉ SANTOS DA SILVA – Eu sei. A gente tem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tem uns que choram por conta de uma injeção. E eu conheço um monte.

A SRª MARIA JOSÉ SANTOS DA SILVA – É mesmo. É mesmo.

Temos que lutar cada vez mais. Não devemos deixar homem nenhum encostar a mão na gente, não devemos nos deixar ser humilhadas em lugar nenhum, não devemos manter a casa só com o homem passeando. São coisas com as quais temos que acabar, pois ainda estão corroendo a liberdade total da mulher. Nós, mulheres, temos de aprender ainda mais para ter a nossa liberdade plena, porque ainda não temos a nossa liberdade plena.

Minha fala é pouca. Queria aqui pedir ou um minuto de silêncio ou uma salva de palmas para a companheira do Maranhão que foi estuprada e morta. Ela era presidente do sindicato rural de uma cidade lá do Maranhão. Pelo trabalho que ela fez, eu queria pedir uma salva de palmas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos atender os dois pedidos: uma salva de palmas por que ela esteja no alto e um minuto de silêncio de protesto.

(Faz-se um minuto de silêncio.) (Palmas.)

A SRª MARIA JOSÉ SANTOS DA SILVA – E gostaria de dizer que nós, na CTB e Nova Central, não vamos deixar esse crime ficar impune. Nós vamos lutar, lutar, até conseguirmos a apuração total e a punição para esses criminosos.

A companheira era sindicalista, batalhadora, era diretora da CTB, e estamos nesse movimento aí para que se apure realmente, de fato, esse caso.

Gente, eu queria agradecer. Queria agradecer, Senador, e dizer muito obrigada ao senhor. Espero sempre contar com o senhor. O senhor sabe que temos alguns processos juntos, e ficamos na esperança de continuar uma parceria muito boa junto com a CSPB, a Fenajud, a Nova Central e a CTB.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Se possível, depois, passe o nome dela na íntegra. Faremos um voto de pesar e mandamos para a família com a nossa solidariedade e condolências, O.K.?

Passamos a palavra agora à representante dos aposentados da Força Sindical DF, a líder Edevirges Oliveira.

A SRª EDEVIRGES OLIVEIRA – Boa tarde a todos. Gostaria de, em primeiro lugar, cumprimentar as companheiras da Mesa e, juntamente com isso, agradecer o Senador, cumprimentando-o. Sou admiradora sua: quando o senhor foi a Curitiba em audiências públicas eu estava lá.

Então, fui pega de surpresa, porque eu não estava preparada para vir à Mesa, mas estou muito feliz, porque nós, mulheres, temos de estar preparadas a todo momento. Quando estamos com a nossa família, tudo o que acontece ali nós resolvemos. Então, por que não em um momento como este?

Cumprimento também essa linda plenária, com as companheiras e os companheiros que aqui estão, que fizeram desta audiência pública um grande movimento. Eu comentei com a colega que estava ao meu lado, a Valdirene, que eu me senti tão emocionada que parece que é o meu primeiro dia no movimento da luta política e sindical das mulheres brasileiras. Contamos com o apoio do Senador e desses homens valorosos que, a cada dia, abrem espaço, para que possamos trabalhar e ter os nossos projetos apoiados por eles, porque nós somos guerreiras, somos lutadoras, mas, sozinhas, não temos a frente...

Eu sempre digo que nós precisamos ter as nossas entidades, pois não é fácil ser uma mulher sindicalista; só quem é sabe. Eu nem vou questionar o tema da discriminação, porque as companheiras aqui o colocaram muito bem. Comecei no Sindicato dos Bancários de Curitiba nos idos de 1981, por aí. E havia os companheiros homens, mais ou menos 60 diretores, e só eu de mulher. E, graças a Deus, eu saí do meu banco e fui para lá. Olhem, gente – pasmem vocês: eu já me aposentei, mas nunca mais deixei de estar no sindicato. Quando eu me aposentei e saí do Sindicato dos Bancários, foi criado o Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Força Sindical, e eu estava lá, nesse momento, aprendendo e continuo aprendendo até hoje. Cada dia, Senador e companheiras, para mim, é um aprendizado novo. Isso me assusta muito, porque nós seguimos a orientação da nossa representatividade maior, que é a entidade e, nas últimas campanhas presidenciais, eu fui para rua, eu batalhei. Mesmo que eu pensasse diferente, que eu tivesse uma condição diferente no meu pensamento, fui como mulher lutadora, sindicalista, mãe – hoje sou avó –, trabalhadora também, porque nós nos aposentamos, mas continuamos trabalhando.

Então, a luta é a mesma, e, por isso, eu não desisto. Eu sempre falo com as nossas aposentadas lá no Paraná: "Não desistam, porque nós continuamos trabalhando". Eu, depois que me aposentei, não tive mais férias, não tive mais licença-prêmio e trabalho muito mais, mas estou feliz, porque eu tentei parar por uns tempos. Não aguentei. Eu voltei.

E também estou muito ansiosa, porque eu batalhei nas ruas, junto com a entidade, para elegermos a nossa Presidenta. Eu vou falar Presidenta, porque ela gosta de ser chamada assim e eu já vi que também tem o nome, eu estou tranquila.

Eu lutei e pelas nossas lutas, que nós mulheres tivemos, eu sonhei, gente, eu sonhei mesmo que nós íamos ter as nossas propostas, as nossas conquistas, as nossas creches, os nossos hospitais, as maternidades preparadas e que fossem aprovados mas ainda os direitos das mulheres. E eu estou muito triste, porque nós temos de fazer audiências públicas, nós vamos ter que ir para as ruas, para assegurar os nossos direitos constitucionais, que já tínhamos. Eu acho que é um retrocesso na luta política, mas não podemos deixar perder nenhum.

Estamos aqui lutando para que não se aumente a idade para a pessoa se aposentar. Já é difícil se aposentar neste País. É difícil trabalhar e trabalhar arduamente. Depois dos 60 anos – já vou fazer 66 –, dá dor até no nariz da gente. Não sei por que mais tem. Imagine o trabalhador, a mulher e o homem. Eu sei que ele tem também problema. Nós trabalharmos até quantos anos a mais ou nem chegarmos à aposentadoria?

Então, eu gostaria de deixar um apelo para nós, para o Senador – o senhor está de parabéns –, mas que abrace sempre a questão de nós, mulheres, porque, por mais que sejamos aposentadas, não deixamos de ser mulheres e não deixamos a luta.

E a luta das creches é muito importante. Eu vejo mães que, às vezes, deixam o filho trancado em casa sozinho, porque ela precisa trabalhar, não tem um companheiro e não tem onde deixar seu filho. Essa é uma luta constante. Nós que já aposentamos vamos ajudar a criar os netos, ajudar a criar os sobrinhos e até o filho da amiga que mora ao lado. Se ela não tiver onde deixar, nós vamos olhar. Há uma luta árdua para que possamos abrir mais creches.

Nós sabemos que muito dinheiro foi pelo ralo – não quero entrar no mérito. Vamos pegar um pouco do dinheiro e abrir creches. Vamos construir creches. Vamos encontrar um lugar para que a mãe deixe a criança.

Que cada um de vocês, companheiros, convença as mulheres aposentadas a continuarem na luta.

Gostaria de agradecer a todos e parabenizá-los pela grandeza, pela riqueza dos debates que aqui ocorreram. Isso prova que nossas mulheres, Deputado, são guerreiras, são capacitadas, são estudiosas e realmente lutam. Então, vamos garantir o direito de cada um poder aposentar-se e também o direito de a mulher poder trabalhar e deixar seu filho num lugar tranquilo. Que ela possa voltar e apanhá-lo, sabendo que ele foi bem tratado, alimentado e que não foi espancado.

Além disso, vamos garantir o direito contra a violência da mulher. Eu não aceito que ninguém fale: "Ah, ela estava de 'shortinho' curto." As companheiras me permitam citar uma frase que eu escutei nesta semana. Não estava nem numa discussão política. Estava num aniversário de amigas, e uma das pessoas presentes, por incrível que pareça uma mulher, questionou, dizendo que, na Bahia, a moda agora é shortinho curto e que isso é muito perigoso. Aí eu rebati na hora: "Não. A mulher tem que andar como ela se sente bem." Nós, em Curitiba, não podemos usar *short* muito curtinho, não, porque lá faz muito frio, mas agora está fazendo calor. Acho que a mulher tem que se vestir como ela gosta, como ela se sente bem. É claro que não vamos provocar ninguém, mas não vamos aceitar discursos de que a mulher provoca certas situações, o que não é verdade.

Então, vamos também pedir ajuda para que as mulheres frequentem mais os sindicatos. Dentro dos sindicatos, nós precisamos, de fato, da ajuda do nosso Senador, porque há departamentos de mulheres em sindicatos que são ainda ocupados por homens. Não somos contra isso, mas é uma mudança que nós temos que ir fazendo devagar. Vamos achar outro lugar para o companheiro que está naquele lugar e vamos, de fato, colocar na categoria uma mulher.

Então, quero só agradecer a todos e a todas e parabenizar a Confederação Nacional das Mulheres do Brasil por esse maravilhoso evento, em que vamos ficar até quarta-feira. Com a minha pouca sabedoria, estou na luta e estou pronta para o que der e vier.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, D. Edevirges de Oliveira, representante dos aposentados da Força Sindical.

Por fim, Mariara Cruz, que fala pela UNE.

A SRª MARIARA CRUZ – Boa tarde a todas e a todos.

Cumprimento o Senador Paim, meu conterrâneo do Rio Grande do Sul; as mulheres desta Mesa e todas as companheiras que estão aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sem ser bairrista, qual é a sua cidade?

A SRª MARIARA CRUZ – Sapucaia do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sapucaia!

A SRª MARIARA CRUZ – Perto de Canoas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Próximo de Canoas.

A SRª MARIARA CRUZ – Exatamente.

Hoje, estamos aqui para fazer uma grande discussão sobre as mulheres, sobre o mundo do trabalho das mulheres e sobre como as mulheres estão inseridas no contexto que estamos vivendo.

As jovens mulheres acabam dando um passo a mais do que as mulheres que já sofrem discriminação no mundo do trabalho.

Hoje, estamos em um momento de grande desemprego – chegamos ao número de 2,8 milhões desempregados. Se formos analisar os dados, veremos que o número de desemprego na juventude ainda é três vezes maior, e, entre as mulheres, um total de 41,7% são jovens e têm entre 16 e 24 anos.

Então, a UNE tem a responsabilidade de denunciar e de lutar para que o direito dos trabalhadores e das jovens mulheres não seja atacado.

No ano passado, passamos por aquele momento em que a pensão das viúvas foi responsabilizada por estar acabando com o orçamento do Governo. Então, houve um corte, um ataque nos direitos das mulheres.

Quando também se alterou o décimo terceiro, tanto os jovens como todos os trabalhadores – mas cito aqui os jovens, em especial –, por causa da alteração realizada, tiveram um grande prejuízo, já que os jovens são os que acabam sendo desempregados primeiro, durante a crise, e também são os que têm menos tempo de trabalho. E a alteração interferiu justamente nesse ponto. Então, a maioria dos jovens que foram desempregados acabaram não recebendo o seu décimo terceiro salário.

Uma das questões que foi citada aqui e que acho bem importante de ser colocada é a questão de o que resulta. Nós temos tantos desempregados, nós temos tantos jovens, mulheres desempregadas. Por que isso acontece? Acho que foi muito bem explanada a questão de como a população carcerária feminina vem crescendo. Isso também coloca como a população carcerária feminina jovem vem crescendo.

Eu fiz, inclusive, um trabalho de pesquisa, por causa da minha faculdade, dentro do que, lá no Rio Grande do Sul, a gente chama de Fase – são as casas de internação para menores de idade. Cada vez mais a gente tem, já antes dos 18 anos, a mulher sendo colocada nesses espaços, já que ela não consegue ocupar outros. E ela é colocada nesses espaços sem ter direito a uma maternidade decente, sem ter direito a ter acesso ao seu filho, a poder ter o espaço de lazer, enfim, para que ela possa ter assegurado o seu direito de ser mãe, já que esse é um dos impasses.

Existe violência maior contra a mulher do que ela ter que escolher se vai ser mãe ou se vai estudar? Ou se ela vai ser mãe ou se vai trabalhar? Acho que não. Acho que essa é uma das grandes pautas da juventude feminista. Afinal, as creches – faço coro com as companheiras que aqui me antecederam – são uma pauta que deve ser levada em consideração. A gente tem alguns dados aqui também: no primeiro mandato, a Presidente Dilma prometeu 6 mil creches e construiu 417 unidades apenas.

As mulheres não têm condições de terminar os seus cursos quando estão na faculdade e engravidam. As mulheres acabam tendo que fazer uma escolha.

Então, a gente fez, inclusive, uma comparação, na questão dos repasses, porque hoje o Governo opta por entregar o nosso orçamento aos bancos, por entregá-lo ao superávit primário, deixando de investir em pontos estratégicos para que toda a população consiga avançar. No ano passado, foram 501 bilhões repassados aos bancos. Desses 502 bilhões, se somente 3 bilhões do que é repassado aos bancos... Com 1,5% desses 3 bilhões já seria possível construir 500 creches com 200 vagas. Ou seja, seria possível construir 10 mil novas vagas em creches. Então, essa é a pauta que a UNE hoje está enfrentando, é a pauta que hoje a UNE leva para dentro da universidade, já que nós não temos condições de manter as jovens mães dentro das universidades.

Porque hoje a gente está aqui tratando da reforma da Previdência. Como a mulher, realmente, vai enfrentar uma jornada dupla, vai enfrentar uma jornada tripla, e ainda vai conseguir ser mãe? Como ela vai conseguir fazer tudo isso e ainda ter os seus direitos trabalhistas, o que é algo inadmissível de ser alterado? Exclui-se isso, desde a época em que foi criada a lei da aposentadoria, quando, na época de Getúlio Vargas, se considerou qual era o papel da mulher na sociedade. E agora se exclui; agora se tenta igualar o seu trabalho ao mesmo trabalho do homem, sendo que ela já sofre, por todo o seu período de trabalho, com toda a questão da discriminação, por ter que trabalhar mais para buscar um salário igual, para tentar se igualar ao homem. Isso é algo que a gente precisa pautar. A jovem mulher não tem que passar por essa situação.

Houve também – não posso deixar de colocar aqui – o corte da educação. No ano passado, foram 10,4 bilhões. Isso fez muita falta, porque esses cortes foram nas despesas discricionárias; ou seja, interferiu diretamente na assistência estudantil, e uma jovem que não teve acesso à assistência estudantil deixou de conseguir frequentar a universidade.

Então, esses cortes que o Governo tende a estar fazendo e que continua fazendo afetam a vida de todas as pessoas; afetam a vida das jovens mulheres, afetam a vida das mulheres e de todas as trabalhadoras.

A luta das mulheres é a mesma das pessoas que estão hoje passando pela questão do desemprego, é a mesma de todo mundo que vai ao mercado e vê que os preços aumentaram, que a inflação está mais alta. O brasileiro está consumindo menos.

Vemos, em contrapartida, a taxa de juros toda vez, de 45 em 45 dias, aumentando, para aumentarmos o repasse de juros aos bancos. O investimento em setores estratégicos, em setores que poderiam desenvolver a vida de toda a população, a vida das mulheres, para que não passassem por situações de violência, situações de violência no sentido de abrir mão de ser mãe, de ter que abrir mão de estudar, de ter que abrir mão de trabalhar para poder ser mulher. (*Palmas.*)

Então, a União Nacional dos Estudantes tem esse compromisso com a população, tem esse compromisso com as mulheres, tem esse compromisso com as jovens mulheres, de enfrentar o entreguismo, de enfrentar que o Governo deixe de investir em setores públicos, em setores estratégicos, e passe a cortar os direitos dos trabalhadores, fazendo também cortes na educação.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. A nossa última convidada foi a Mariara Cruz, que falou pela UNE.

Bom, amigos e amigas, vamos ter que encerrar.

São 17h13. Tenho outra audiência às 17h30, que vai cuidar do trabalho escravo nesse mesmo espaço. Fala...

A SRª GLÁUCIA MORELLI – É a questão de amanhã, de que o senhor falou. Vamos amanhã, na hora da... vai ter a solenidade do Bertha Lutz. Como podemos tentar dar um impulso amanhã para aprovar esse PLC 130?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Amanhã, é um ato que, normalmente, a Casa fica lotada, no evento do Dia da Mulher.

O que nós temos de fazer é apelar no plenário para que eles coloquem em votação. Se quiserem, eles votam, aproveitando o dia 8 de março, inclusive no período da tarde ou no máximo na quarta-feira.

A SRª GLÁUCIA MORELLI – Mas como seria feito esse apelo? O senhor faria? Ou com a nossa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Posso fazer. Sou Relator da matéria. (*Palmas.*)

A SRª GLÁUCIA MORELLI – Muito bem.

Estaremos todas lá para aplaudir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Peço que eles coloquem em votação. Se vão colocar ou não, eu não sei.

A SRª GLÁUCIA MORELLI – Não sei, mas vamos cutucar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos fazer pressão democrática amanhã.

Olha, pessoal, acho que a nossa audiência pública atingiu todos os objetivos.

Há uma jovem empresária ali que pediu a palavra, e vou conceder-lhe a palavra antes do encerramento.

A SRª ARLENE VILPERT – Vou ser breve. Boa tarde, senhoras e senhores. Boa tarde, Senador. Falo, primeiro, parabenizando-os, agradecendo à Gláucia por ter nos convidado, a mim e a Renata.

Na verdade, sou de Santa Catarina, bem próxima da cidade de vocês, mas também tenho uma luta muito grande. Fui para Salvador, tenho uma indústria de tintas em que o salário feminino para todas as mulheres não tem diferença. Muito pelo contrário. Temos mulheres trabalhando em empilhadeira, mulheres envasando tinta mulheres carregando caminhão e sempre prezamos pela luta de igualdade social a todas as mulheres. (*Palmas.*)

Só para contribuir, porque ser empresária também é estar em um mundo extremamente masculino, mas a única menção e a Fieb.... Não sei se todo mundo sabe, mas em nenhuma federação no Brasil passou uma mulher pelo cargo de presidente de alguma federação.

Então, está aí um apelo para que as indústrias e as mulheres empresárias possam assumir também esses cargos, a que também têm direito, já que tantos empregos são dados pelos empresários e empresárias brasileiras.

E, Senador, assim, parabéns por essa abertura. É a primeira vez realmente que eu venho ao Senado. Que a gente possa ter políticos dos quais a gente se orgulhe em um momento tão constrangedor da vida política brasileira.

Então, que Deus possa abençoá-lo e que suas atitudes levem à igualdade de direitos em um País tão rico, não é? É tão rico de pessoas e tão rico de riquezas em todos os sentidos, que a gente não precisava neste momento estar passando por essa indignidade toda brasileira.

E digo que as mulheres levantem as suas bandeiras. É possível, há o nosso espaço, e a gente tem que lutar a cada dia, porque o espaço existe. Quando me perguntam como é ser mulher em mundo tão masculino, eu falo que eu não tenho sexo. Eu acho que profissional é aquele que se dá bem em qualquer lugar em que ele estiver. Independentemente de ser masculino ou feminino, nós somos profissionais e temos que levantar a bandeira de um País mais justo, de um País mais próspero.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já que eu abri para uma jovem senhora, vou abrir para uma outra jovem senhora lá que levantou o braço.

A SRª MARIA HELENA – Senador, eu sou jovem há muito mais tempo, porque eu tenho 66 anos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É uma jovem senhora. Que idade você pensa que eu tenho? Eu sou um jovem Senador. Exatamente 66. Em 15 de março, faço 66.

A SRª MARIA HELENA – Senador, o tempo passou só para mim, o senhor está muito bem. O tempo passou só para mim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A senhora também.

A SRª MARIA HELENA – Queria pedir licença ao plenário para cumprimentar a Srª Maria José, representante da Fenajud, que salientou aqui a questão da pensionista, que é uma mulher invisível e que, com essa medida que a companheira salientou, a 664 e a 665, sofre diminuição na sua pensão, atacando-se a pensão vitalícia no momento mais vulnerável, quando ela assume a chefia da família e tem crianças ainda para cuidar. E essa medida, de modo perverso, fixa um período em que ela deva se organizar e fazer o provimento da sua família.

Então, eu queria, em nome da senhora, cumprimentar todas as companheiras, todas as mulheres e salientar a importância e a relevância de a senhora lembrar aqui da mulher pensionista, que é uma trabalhadora invisível.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nós vamos encerrar, mas antes que as nossas convidadas saiam, nós vamos tirar a foto do encerramento, que vai para o livro.

Mas, antes, eu quero convidar todo mundo – a senhora falou em idade – para o meu aniversário. Dia 15 de março, faço 66, lá na Casa do Gaúcho, em Porto Alegre. Cabem 5 mil pessoas, e estão todos convidados! E quem está assistindo à reunião pela TV está convidado também.

Está encerrada a audiência pública. Vida longa às mulheres do Brasil e do mundo!

(Iniciada às 14 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 19 minutos.)

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA (REUNIÃO DE TRABALHO) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE MARÇO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às dezessete horas e quarenta e seis minutos do dia sete de março de dois mil e dezesseis, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Paulo Paim. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Reunião de Trabalho**, para "debater estratégias para combater o trabalho escravo". O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais e passa a palavra aos participantes da reunião, nesta ordem: Maria Marinete Merss, Diretora da Assessoria Parlamentar da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Sílvio Brasil, da Coordenação Geral da Conatrae; Sebastião Vieira Caixeta, Subprocurador do Trabalho, Chefe de Gabinete do Procurador-Geral do Trabalho, Adriana Borba Fetzner, Assessora Parlamentar; André Esposito Roston, Chefe da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho e Emprego; Adilson Santana de Carvalho da Conatrae – MTE; Rose Gomes Assessoria da Liderança do PT no Senado Federal. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezoito horas e vinte e quatro minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos iniciar mais uma reunião de audiência pública – a terceira no dia de hoje – da Comissão de Direitos Humanos.

Hoje, o objetivo é tratar de um tema que é de suma importância para a humanidade, eu diria, não só para o Brasil, que é o combate ao trabalho escravo. E, nesse sentido, depois de muita peleia, encontros e desencontros, foi importante aquela oportunidade em que esteve aqui o Prêmio Nobel da Paz, o Kailash. Foi um dos momentos mais bonitos desta Comissão. Fizemos mais de 150 audiências e reuniões o ano passado, mas essa superou todas, pelo carinho, pela sensibilidade dele, quando ele contou aquelas histórias de que libertou em torno de 80 mil crianças, no combate ao trabalho escravo.

Houve também a presença aqui de artistas, como Wagner Moura, que é representante do Brasil, em nível internacional, nessa linha do combate ao trabalho escravo, e outros.

Por uma questão protocolar, eu tenho que fazer esta pequena leitura.

Declaro aberta a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se a discutir o combate ao trabalho escravo.

Eu falava já do nosso convidado e de outros que aqui estiveram. Fizemos uma série de reuniões e conseguimos retirar a urgência do projeto no plenário. E, no ato subsequente, conseguimos, mediante o movimento que as entidades fizeram, que a relatoria passasse, então, na CCJ, para o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que, no caso, sou eu.

É importante, daqui para frente, dialogarmos para definir como é que vamos fazer esse debate em nível nacional, para que a dita regulamentação do trabalho escravo, em cima da emenda constitucional que trata da matéria, que começou lá com Ademir Andrade e, depois, com Paulo Rocha, não seja um projeto que regulamente o trabalho escravo, como eu digo, mas um projeto que proíba o trabalho escravo. Acho que essa é a questão de fundo, que todos nós queremos – ninguém quer trabalho escravo; eu duvido que alguém queira. Então, o projeto para nós não seria mais debater a regulamentação do trabalho escravo, mas debater a proibição do trabalho escravo, com todos os instrumentos que entendermos necessários botar nesse dispositivo.

Eu estava em Alagoas presidindo aquela audiência da terceirização na Assembleia Legislativa, quando fui informado que eu seria o Relator, por obra das entidades que conversaram com o Presidente da CCJ, o Maranhão. E o Maranhão, então, tinha destinado – até agradeci para ele depois, já aqui na Casa, porque lá na Terra de Zumbi – eu ainda disse: isso é uma prova de que Deus, de fato, existe – dão para um Senador comprometido com essa história do combate à escravidão a relatoria de um projeto como esse.

Claro, que foi uma alegria muito grande para todo o Plenário e, sem falso egoísmo, para mim também. Eu acho que fiquei mais alegre que o Plenário, por ter assegurado a relatoria. Para mim é muito bom estar aqui hoje com vocês, para discutirmos, de forma muito tranquila, como é que faremos esse relatório.

As entidades todas aqui são comprometidas com esse eixo do combate ao trabalho escravo. E tem que ser uma redação muito clara, muito limpa, que não deixe nenhuma dúvida. O que nós queremos é só isso, não fazer injustiça.

Como eu disse, esses dias, na tribuna, porque notei que houve uma preocupação com a minha relatoria, digamos, de um setor, quem sabe, mais conservador, embora, eu não estivesse falando com eles, mas eu fiz questão de dizer para eles que o nosso projeto vai combater qualquer tipo de injustiça. Nós não queremos deixar espaço, claro, para alguém denunciar: "Olha, naquela fazenda há trabalho escravo!"

Muito bem. Vai perder a terra? Não. Nós vamos proibir o trabalho escravo, mas se em alguma fazenda ou fábrica, seja em São Paulo, em uma tecelagem, houver trabalho escravo, vai perder, sim, a propriedade, porque isso não sou eu que estou dizendo, quem diz isso é a própria emenda à Constituição. Então, temos de fazer uma redação justa, clara e nítida, que não permita o trabalho escravo e naturalmente nenhuma injustiça.

A palavra está com vocês. Acho que não precisa montar Mesa aqui, porque todas são entidades representativas da sociedade. A gente faz uma conversa, e eu vou dando a palavra e a gente vai dialogando, de forma tal que a gente saia daqui, quem sabe, já com o organograma de trabalho. Ouvindo todos, claro que vamos ouvir todos.

A palavra está à disposição dos senhores e senhoras.

A SRª MARIA MARINETE MERSS – Boa tarde, Senador; boa tarde, companheiros e companheiras, eu sou Marinete, sou da assessoria parlamentar da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e Direitos Humanos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me ainda, antes que você conclua, a assessoria está lembrando a importância de cada um dizer o nome e a entidade que representa para que a Taquigrafia registre, porque tudo isso, pessoal, vai acabar em livro sempre. Nós faremos um livro do primeiro ano da Comissão de Direitos Humanos e faremos um livro deste segundo ano. E trabalho escravo é eixo.

A SRª MARIA MARINETE MERSS – Quer que eu repita?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tem de começar de novo.

A SRª MARIA MARINETE MERSS – Eu sou Marinete, sou da assessoria parlamentar da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos, conforme a MP que deve ser aprovada amanhã, no plenário.

Senador, primeiro, queria dizer da nossa alegria de o senhor ter ficado com a relatoria. Até o ano passado, o Relator era o Senador José Medeiros, PPS/MT, com quem nós fizemos, por duas vezes, uma reunião, tanto aqui em Brasília, na reunião da Conatrae, quanto no Mato Grosso, com essa perspectiva de diálogo e conversa. Nós temos mantido o diálogo com vários Senadores, temos visitados os Senadores, levado o material e colocado a nossa posição; temos feito um diálogo com o Senador Romero Jucá, nesses últimos três anos, porque o Senador foi praticamente o autor dessa proposta de regulamentação quando tramitava na Comissão de Consolidação das Leis Federais, por onde toda regulamenta de PEC passa, e o Senador Romero Jucá era o Relator então. Por isso mantemos o diálogo com ele. Ele é um interlocutor importante para nós nessa discussão.

Nós ficamos muito felizes com a sua relatoria e gostaríamos de colocar a Secretaria de Direitos Humanos e o nosso Ministério à disposição para esse diálogo, para essa conversa, porque nós temos o maior interesse, Senador, em aprovar regulamentação da Emenda nº 81, mas nós não queremos que flexibilize o conceito de trabalho escravo que está no Código Penal. Essa é a discussão de fundo e é uma discussão tranquila, que acho que podemos travar na Casa. Nós queremos ajudá-lo a ter um ótimo relatório, para que aprovemos um relatório que mantém os direitos dos trabalhadores e que, efetivamente, a PEC aprovada tenha realmente efeito. Se se flexibilizar o conceito, sabemos que não faz muito sentido fazer expropriação de terra porque não vai haver essa caracterização.

Então aqui há várias entidades. Eu acho que é bom que todo mundo se manifeste, pois gostaríamos muito de poder discutir mesmo esse cronograma; se nós vamos ter audiência pública, se nós vamos ficar só aqui ou se vamos fazer alguma discussão nas regiões do Brasil, onde for mais importante. Assim, gostaria de nos colocar à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. A palavra continua.

O SR. SILVIO BRASIL – Boa noite a todos e todas. Sou Silvio Brasil, da Coordenação Geral da Conatrae (Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo), vinculada à Secretaria Especial de Direitos Humanos e, hoje, no Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos.

Então, tão importante quanto o senhor ressaltou, é também ressaltar dessa maneira a importância das instituições da sociedade civil nessa luta e queremos afirmar aqui a posição do Governo brasileiro na defesa da manutenção do conceito.

Estamos aqui pelo Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos é um Ministério novo com cuja grafia nós próprios ainda não nos acostumamos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Foi a fusão de dois ministérios.

O SR. SILVIO BRASIL – Três, na verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Três Ministérios.

O SR. SILVIO BRASIL – Estamos aqui juntamente com o Ministério do Trabalho e Previdência Social, mas com um conjunto de outras instituições da sociedade civil que espelham essa percepção da sociedade da impropriedade da redução do conceito de trabalho escravo.

Num fórum de participação social, como a Conatrae, temos lá diversas posições da sociedade civil. Entre elas, há representações do próprio empresariado, como a CNI, a CNA, o InPACTO. Quase à unanimidade, tem-se esta posição de que não se deve discutir o conceito neste momento da própria regulamentação.

Existem duas vertentes de visões. Para uma, ao regulamentar a Emenda Constitucional nº 81, talvez nem seja necessário fazer a menção ao art. 149, porque, de fato, talvez não fosse nem necessário; para outra, se se fizer menção ao art. 149, que não se restrinja a simplesmente dois elementos, como o projeto anterior assim versava.

Ficamos muito felizes de poder fazer esse diálogo com o senhor, Senador, porque sabemos do seu empenho e da sua luta em relação aos direitos dos trabalhadores.

Queremos ter nesta discussão também a emulação da prática, como o senhor tem feito na comissão que discute a terceirização, que pôde levar aos diversos rincões do País esta discussão. É importante que também o façamos.

Na relatoria do Senador José Medeiros, nós o convidamos para uma reunião ordinária da Conatrae e queremos já manifestar este convite ao senhor, para que o senhor possa lá ter, nas diversas instituições que compõem esta comissão, a opinião delas, a análise delas sobre essa discussão tão importante.

Então, queremos convidá-lo, já o fazemos aqui. A próxima reunião ordinária da comissão está marcada para o dia 24 de abril, daqui a duas semanas, e queremos convidar o senhor a refletir sobre a necessidade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É dia 24 de abril ou de março?

O SR. SILVIO BRASIL – Desculpe-me, é dia 24 de março, daqui a duas semanas.

Então, achamos que seria muito interessante que pudéssemos, à luz do que o senhor fez na discussão da terceirização, levar aos diversos rincões deste País.

O Senador José Medeiros, inicialmente, em sua proposta, sugeria a realização de duas audiências públicas: uma no Estado de Mato Grosso e outra no Estado de São Paulo. Achamos interessante que tenhamos essas duas, ainda à luz do que foi sugerido, mas que façamos essa discussão ampliando para outras regiões. Historicamente, na Região Nordeste se constatam muitos casos e há uma particularidade: é também fornecedora de trabalho escravo, muitos trabalhadores vêm dessa Região. A Região Norte é uma região historicamente em que o trabalho escravo é uma chaga ainda hoje presente.

Então, que aproveitemos a sua relatoria e façamos as discussões no território onde as coisas se dão de fato. Estamos muito entusiasmados com a possibilidade de, agora sim, de fato, poder discutir o PLS 432.

Aquela situação em que nos vimos, no dia 10 de dezembro, de forma apressada, sem nenhuma discussão, com uns setores aqui do Congresso querendo fazer uma discussão sem ter o acúmulo de discussão na sociedade, para nós seria extremamente prejudicial.

Foi com muita satisfação que, com a organização de diversos setores da sociedade juntamente com diversos setores do Governo, adiamos essa discussão, para agora termos a oportunidade de, sim, discutir, alongar essa discussão, podendo mostrar à própria sociedade a impropriedade de reduzir o conceito de trabalho escravo, que internacionalmente é apontado como uma referência pela própria Organização Internacional do Trabalho. Então, seria um paradoxo hoje, em pleno século XXI, o Brasil retroagir e diminuir o conceito de algo que é elogiado inclusive internacionalmente.

Acreditamos muito no seu papel, como Relator, de poder abraçar e poder ouvir as diversas manifestações da sociedade, no sentido da manutenção do conceito de que façamos uma regulamentação adequada da Emenda Constitucional nº 81.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O SR. SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA – Sr. Senador, senhoras e senhores, Sebastião Vieira Caixeta, Procurador do Trabalho e Secretário de Relações Institucionais do Ministério Público do Trabalho.

Primeiro, quero reiterar a nossa satisfação, Senador, em ver V. Exª à frente da relatoria desse importante projeto.

Na linha do que já foi feito outras vezes, inclusive pelo nosso Procurador-Geral, trago o compromisso do Ministério Público, seja pela sua coordenadoria específica, que é a Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, coordenada pelo Dr. Rafael e pela Drª Christiane, que já estiveram aqui várias vezes também

debatendo esse tema, assim como o próprio Procurador-Geral e eu, buscando fazer esse trabalho de interlocução com o Congresso Nacional, em especial o Senado, sempre atendendo a essas convocações, dizendo que também nos preocupa muito a forma como vinha sendo conduzido. E hoje temos certamente um novo quadro que nos dá uma segurança maior de que o tema pode ser discutido, considerada a sua repercussão tanto no nível do direito material, quanto na situação que necessita de regulamentação do rito de expropriação.

Na verdade, essa deve ser uma questão preliminar a ser resolvida. De algum modo, já foi falado com o Senador Jucá que essa regulamentação do PL nº 432 deveria se cingir somente à questão do rito: qual Justiça vai processar a causa e as garantias que precisam ser dadas ao proprietário que vier a ser acusado de exploração do trabalho escravo, deixando muito claro que ele terá a sua disposição todos os meios de defesa e do contraditório e que somente ao fim do processo, com respeito a todas essas regras, como não poderia deixar de ser, é que será aplicada a pena.

Muito se diz que a pessoa perderia a propriedade meramente a partir de um ato do auditor fiscal ou do grupo móvel de fiscalização. São atos importantes, mas não podem determinar essa pena. Certamente eles terão uma relevância muito grande na deflagração e no decorrer do processo, mas as garantias de um processo judicial para o perdimento de bem decorrem do art. 5º da Constituição. E me parece que não há dúvida com relação a isso. Mas o rito precisa ser explicitado.

Em relação à situação do conceito, parece-me que não seja adequado ou conveniente que a discussão se dê no mesmo projeto de lei. Eles são regulamentados normalmente por normas distintas, uma que venha definir o conceito do crime, porque, ao final, é o que se está aqui se tratando em algumas propostas em tramitação, o que de fato deve ser o conceito das condições análogas às do trabalho escravo, que está previsto no art. 149 do Código Penal.

Obviamente, o Congresso Nacional, pelas suas Casas, tem legitimidade para discutir amplamente essa matéria, mas é importante que o faça sempre tendo em vista os compromissos internacionais de que o Brasil é parte.

Nesse aspecto, já foi mencionado aqui, mas eu quero repetir que o Brasil é reconhecidamente uma referência em relação ao combate ao trabalho escravo. E isso se deve também em grande medida à coragem e ao avanço que houve na conceituação de trabalho escravo.

A redução que se quer fazer ao conceito da OIT não é adequada nem sequer aos olhos da própria OIT, que tem defendido reiteradamente – e isso é da normativa, da própria lógica da OIT – que temos ali um conceito mínimo que precisa ser forjado para se aplicar a um conjunto de nações. Isso não quer dizer que não se possa avançar nesses conceitos protetivos. O Brasil fez isso, o que tem sido reconhecido inclusive nas cooperações internacionais. Nós temos uma cooperação com o Peru, que tem inclusive discutido dentro do país deles a internalização de uma normativa parecida com a nossa.

Então, eu queria, Senador, pontuar essas situações porque me parece que é muito importante que essa questão preliminar seja resolvida. E dizer que nós estamos aqui, o Ministério Público do Trabalho, à disposição para ajudar na construção desse texto, inclusive para participar das audiências públicas, como temos tentado fazer em relação à situação da terceirização.

E, mais uma vez, parabenizar V. Exª pela condução da relatoria do processo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O SR. ANDRÉ ROSTON – Boa tarde, eu sou André Roston. Sou chefe da divisão para erradicação do trabalho escravo do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Quero só fazer coro à saudação pela assunção de V. Exª na relatoria desse tema, que nos é tão caro.

E, sendo bastante breve, para não me alongar e até não repetir o que os outros parceiros aqui já disseram, em primeiro lugar quero fazer coro a essa ideia que, de fato, o que demanda efetivamente a emenda constitucional é sua regulamentação em relação ao procedimento de expropriação. A emenda não trata do conceito. Ali o nosso ordenamento já trata muito bem desse conceito.

Acho que um eixo de consenso aqui entre os parceiros é que, de fato, para levemos para frente até na discussão aqui no Senado, o que nos une a todos, que é – e aí, é o consenso acho que de qualquer campo que se imagine – de que deve, sim, se dar consequência à previsão constitucional. Para isso, basta regulamentar o que está previsto ali na emenda constitucional.

Por outro lado, é claro que, como a Marinete ressaltou, como pano de fundo, haverá discussões sobre conceitos. Acho que é praticamente inevitável. E, nesse sentido, dentro da área técnica aqui do Ministério do Trabalho e Emprego, queremos nos colocar à disposição exatamente para trazer para V. Exª esses subsídios.

Eu quero dizer que estamos muito maduros nessa discussão, não só dentro do Ministério do Trabalho e Emprego, mas dentro de todos os componentes ali da Conatrae, para superar argumentos que já praticamente viraram retórica sobre consistência ou não, segurança jurídica ou não. Temos respostas concretas e consis-

tentes para falar sobre a gravidade das situações que encontramos – especialmente quando falamos de condições degradantes e jornada exaustiva, que é um motivo de maior controvérsia –, sobre a consistência dos enquadramentos.

Temos um grupo de trabalho dentro do Ministério do Trabalho e Previdência que fez uma análise amostral dos relatórios desses vinte anos. Hoje, nós conseguimos hoje indicar quais são os elementos graves do núcleo duro de violações que envolvem esse tipo de enquadramento e demonstrar por A + B a consistência e a gravidade desse tipo de enquadramento; discutir o perfil dos trabalhadores e o porquê da especificidade da vulnerabilidade desse tipo de trabalhador e por que não se pode abrir mão desse leque protetivo todo do qual tanto falamos aqui.

Então, é principalmente para nos colocar à disposição essencialmente para subsidiar V. Exª e subsidiar as discussões nas audiências. Temos bastante subsídio aqui para partir para um debate qualificado de mérito nas audiências e vamos estar aqui à disposição para todo esse processo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, muito bem.

A SRª ADRIANA BORBA FETZNER – Adriana, eu sou assessora legislativa da Contag. A Contag integra o Conatrae. Referendamos todas as informações dadas já ao senhor sobre esse debate

Quero reforçar que a Contag, em princípio, não abre mão do que já existe. Acho que não tem negociação. Isso é uma luta muito antiga da confederação, o senhor sabe bem. Vem antes do Ademir, vem com o Deputado Carlos Kayat, em 1993, quando a CPT e a Contag criaram a Frente de Enfrentamento à Violência no Campo, e esse Deputado fez, então, a primeira tentativa de expropriar as terras onde fossem encontradas condições análogas à escravidão.

Depois, veio a emenda com a Kátia Abreu para o urbano, que é justo, acho que até hoje tem mais incidência na área urbana do que na rural. Mas, principalmente, por causa dos fiscais do trabalho porque eles têm uma dificuldade imensa hoje, com esse conceito, de fazer o trabalho deles.

Encerrando, eliminando esse conceito, o trabalho escravo acabou sem combate. Tudo vai ser permitido, eles não vão mais ter condições de fazer o trabalho. Essa é a opinião da Contag. A Marinete diz que a Contag é a ala radical. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E diziam que radical era o MST... (*Risos.*)

Acho que é a Contag mesmo.

Alguém mais quer fazer alguma colocação? Então, podíamos entrar, se não houver nenhuma reflexão maior, num organograma de trabalho, podíamos conversar um pouco sobre isso. Eu, pelo menos, tinha pensado, e temos de ver com vocês, que conhecem mais do que eu essa área, de não fazermos o que fizemos com a terceirização, que teve audiência em todos os Estados, nos 27 Estados. Então, isso dá um movimento que em certa hora, digamos, ou, no calendário, em certo mês... Eu disse que ia de qualquer jeito, mas percebi que as entidades estavam um pouco sem pique para acompanhar. Para mim era mais fácil, porque eu pegava o avião e ia. Chegava lá e o palco estava montado, a Assembleia reservada, os Deputados estavam lá, os Senadores também, a casa estava lotada, e eu presidia a reunião. Então, para mim, não é tão difícil, mas organizar tudo de novo, Estado por Estado, seria um trabalho pesado. Seria bom se nós conseguíssemos dividir por regiões, as regiões que vocês, da área, conhecem, onde há mais atrito, para que de fato a gente sinta o que está acontecendo. Aí nós poderíamos discutir o número de regiões.

Nesse fim de semana eu vou terminar os dois últimos Estados, Goiás e Tocantins, quando estará terminado, já terei ido aos 27 Estados. Vou apresentar o projeto. Em maio, terei condições de apresentar um parecer. Agora, nesse caso, primeiro, não precisa ser como eu fazia quase todo fim de semana, ou um fim de semana sim, outro não. Nesse caso, podíamos fazer um grande encontro por mês, dando tempo para reunir o material, para ir discutindo e, nos fóruns que vocês têm, como esse da Conatrae, ela pudesse ir arrecadando esse material e ajudando a elaborar a minuta para começarmos a discutir.

Enfim, isso é o que eu tinha pensado, fazer alguns encontros regionais. Se serão cinco ou dez, vocês é que decidem.

O SR. SILVIO BRASIL – De nossa parte colocamo-nos à inteira disposição, como foi aqui referido por todos, de contribuir nesse processo de relatoria mesmo. Temos conhecimento acumulado de longa data sobre isso, temos argumentos sólidos, como o André muito bem referiu, para a defesa do conceito, como ele ora se encontra no Código Penal. Temos discussões de certa forma avançadas, inclusive com a relatoria anterior, no sentido de que possamos iniciar uma discussão em bases já acumuladas, para que não venhamos a discutir coisas que já estão superadas. Então, isso tem um processo, o André está acompanhando mais de perto, junto à antiga relatoria do Senador Jucá. Então esperamos poder, em breve, ter um documento que talvez possa ser balizador do início das nossas discussões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Excelente!

O SR. SILVIO BRASIL – Quanto às audiências públicas, também contamos, porque na Conatrae estão expressas as representações nacionais de diversas entidades, como a Contag, por exemplo. Se decidirmos fazer em cada Região, tenho plena certeza de que a Contag, com as suas organizações estaduais, contribuirá de forma clara para que possamos ter a mobilização suficiente para fazer com que a discussão realmente aconteça. De nossa parte, que temos um papel de coordenação, de interlocução com as comissões estaduais para a erradicação do trabalho escravo, que estão presentes em mais de quatorze Estados, também possam ser mobilizadoras dessas audiências públicas. Então, reiteramos aqui a nossa total disposição de trabalhar com o Senhor.

A SRª MARIA MARINETE MERSS – Senador, acho que a gente poderia tentar definir se são cinco, porque aí poderíamos propor uma por Região, teríamos somente de definir os locais por Região, e tirar, talvez, uma coordenação para poder ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Exatamente, porque, na terceirização, se criou uma coordenação de enfrentamento à terceirização em defesa dos trabalhadores, que organizava os eventos em cada Estado. Claro, nos comprometíamos ir com o aparato de cobertura que podemos montar via Senado ou alguma entidade também, para que seja filmado, discutido, trazer para cá, seja reproduzido depois em nível nacional.

A SRª MARIA MARINETE MERSS – Temos a Conatrae, a Contag, a ANPT, o Ministério Público do Trabalho, o Sinase, uma rede grande que acho que deveria compor essa coordenação para podermos ter mais gente para ajudar no Estado também.

Queria propor o seguinte, Senador, para todo mundo ver o que acha: Região Sul, Porto Alegre; Região Sudeste, acho que São Paulo é fundamental, porque, além de termos uma organização forte lá, há muito trabalho escravo urbano; o Nordeste, tenho uma dúvida aqui se faz Bahia ou Maranhão; no Norte, o Pará; e, no Centro-Oeste, Mato Grosso. Só precisaria definir se faz cinco. A sugestão seriam esses Estados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Para mim, vocês que decidem.

O SR. ADILSON SANTANA DE CARVALHO – Senador, sou o Adilson Carvalho, assessoria da Conatrae.

Queria sugerir, em vez de cinco, já partindo direto para a discussão sobre o plano aqui, fazer talvez o dobro ou, pelo menos, duas por regiões. Seria interessante que o critério aqui fosse os Estados onde há organização de Coetrae, quer dizer, de Comissão Estadual, que, muitas vezes, coincide também com os Estados onde há mais problema desse tipo, pelo menos de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego. A ideia é que, em vez de uma por região, duas por região, e podemos montar e propor esse quadro.

Por exemplo, no Nordeste, concordaria com os dois – Bahia e Maranhão; no Sudeste, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. De repente, no Norte, só um. Enfim, fazermos uma balanço, temos umas dez audiências, e contemple mais ou menos esses critérios aí.

A SRª ROSE GOMES – Só ia acrescentar que precisamos expandir mais as entidades, incluir a CPT nos Estados, o próprio MST, a articulação das mulheres rurais. Acho que temos que expandir bastante quando essas atividades aconteceram nos Estados, fazer uma boa mobilização nos Estados.

Concordo com o companheiro aqui, o Nordeste são nove Estados, colocar um Estado é meio complicado; no Nordeste, pelo menos uns dois Estados. E a Região Norte, com certeza, o Pará não poderia ficar de fora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Para mim, não há problema. Se vocês fecharem em dez, é dez. Só queria que vocês organizassem quais são esses dez.

Para mim, tanto faz ser em Porto Alegre; se tiver que ser em Santa Catarina também, que já une mais próximo Paraná e Rio Grande do Sul. Não tenho problema de ser ou não no Rio Grande do Sul, vocês é que sabem onde tem mais...

O SR. ADILSON SANTANA DE CARVALHO – Senador, uma proposta para encaminhar isso – estava ouvindo aqui a companheira – poderia ser, Silvio, já na reunião da Conatrae, agora, fazermos essa discussão e apresentar para o senhor posteriormente uma proposta com a lista e a ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Fazer a discussão e trazer uma proposta. Excelente.

Se vocês puderem também, construindo essa minuta, pelo que têm acumulado, será bom, porque, por exemplo, na terceirização, as Centrais não chegaram a um entendimento. Resultado: ficaram de me entregar uma minuta e até hoje não tenho a minuta da Centrais, porque não houve acordo.

Estou trabalhando em cima da minuta da Anamatra, que é o que mais ou menos atende o que a maioria das centrais pensam. A Anamatra tem uma posição muito dura e firme em relação...

O SR. SILVIO BRASIL – Assim como o Relator da CDH, temos o nosso Relator aqui, André, que está num processo avançado dessas discussões. Talvez não seja o documento final, mas seja um bom início.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Inclusive para o debate nos Estados...

O SR. SILVIO BRASIL – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... frente ao Relatório que vocês apresentarem, via André.

O SR. SILVIO BRASIL – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por mim, tranquilo.

O SR. SILVIO BRASIL – Então, podemos ter como certa a sua presença na reunião do dia 24 de março, da Conatrae.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nos dez Estados, eu irei.

O SR. SILVIO BRASIL – Eu falo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – No dia?

O SR. SILVIO BRASIL – Agora, 24 de março.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Que cai em que dia?

O SR. SILVIO BRASIL – É uma quinta-feira, pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não. Eu dou um jeito.

Tem agenda? Aqui? O que é que tem em 24 de março? Vamos ver.

O SR. SILVIO BRASIL – Carreguemos nossa cruz antes, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu vou estar por aí. Eu não tenho muito problema. Tem agenda aqui minha?

Eles estão colocando que é ponto facultativo.

Na quinta.

E vocês têm a reunião igual.

O SR. SILVIO BRASIL – Não. Lá não é ponto facultativo.

É possível rever.

Está feito aqui o convite.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Podemos adaptar.

O SR. SILVIO BRASIL – Podemos avaliar juntos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Podemos avaliar se ou dia 24, ou o dia anterior, ou o dia posterior, segunda ou terça.

O SR. SILVIO BRASIL – Temos o compromisso de até amanhã dar uma resposta sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso. E eu vou achar uma forma de estar lá, porque eu acho que é mais importante esse debate que outra coisa qualquer.

Eu farei de tudo para estar no dia 24. Se for num outro dia, na semana posterior, me parece que seria melhor.

O SR. SILVIO BRASIL – Para nós, como lhe disse, não é ponto facultativo. Nós já emitimos algumas passagens – e talvez esse seja o nosso maior problema. Por exemplo, aquela burocracia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Para mim não há problema nenhum. Se for o dia 24 de manhã eu vou, e se eu tiver que viajar, eu viajo à tarde.

O SR. SILVIO BRASIL – *O.k.*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, bota aí que dia 24 não vai ter nada aqui porque é ponto facultativo, e eu, se tiver que viajar, viajo à tarde, se eu não resolver ficar em Brasília. Para mim, está marcado dia 24.

Podemos encerrar a reunião de hoje, eu acho, com esse encaminhamento, porque vocês vão reunir, vão fazer o calendário, o nosso Relator já está a postos com material para me apresentar. É bom ter o relatório preliminar, porque ele vira eixo de debate nos Estados, para ver se vamos fechando o relatório final.

Eu acho que não precisamos ter toda aquela pressa também, não é? Dez Estados, fazer uma audiência por mês, bem-feita, e por maio ou junho do ano que vem, nós estaríamos com o relatório pronto.

Acho que ninguém está com tanta pressa, não é? Nenhuma.

Então, eu acho que é isso.

A SRª ROSE GOMES – Senador, está garantido na Constituição e no Código Penal. Então, nós não temos tanta pressa para regulamentar. Só estamos pensando no...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – *O.k.*

Então, este ano, pessoal, queiramos ou não, quando chegarem os últimos três meses da campanha, é difícil, todos nós vamos estar nos deslocando para as nossas regiões. Mas daí fazemos uma intensiva o ano que vem, porque é ano eleitoral, e podemos fazer fevereiro, março, abril, maio, junho. Mais fácil.

Está encerrada a audiência pública de hoje.

Uma salva de palmas para dar energia para todos aí. (*Palmas.*)

(Iniciada às 17 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 24 minutos.)

ATA DA 15ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE MARÇO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia oito de março de dois mil e dezesseis, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Valdir Raupp, Donizeti Nogueira, Eduardo Amorim, Flexa Ribeiro e das Senadoras Regina Sousa, Fátima Bezerra, Ângela Portela, Ana Amélia e da Senadora não membro Vanessa Grazziotin. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 1 de 2016-CDH, de autoria da Senadora Regina Sousa, para debater sobre: "O Avanço das Políticas Públicas nas Ações de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Aparecida Gonçalves, Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; Eline Jonas, Socióloga, Doutora em Ciências Políticas e Sociologia - representante da União Brasileira de Mulheres / UBM; Francisco de Jesus Lima, Promotor de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar do Estado do Piauí. Às nove horas e trinta minutos o Senhor Presidente passa a presidência para a Senadora Regina Sousa. A Senhora Presidente eventual registra a presença de pessoas presentes no Plenário. A Senhora presidente eventual concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Maria Caze, Movimento de Pequenos Agricultores; Antonia Andrade Ramalho. A Senhora Presidente eventual faz o seguinte encaminhamento: 1) elaborar um relatório desta Audiência Pública, a fim de divulgar as informações que foram trazidas pelos expositores. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e as Senadoras Regina Sousa, Vanessa Grazziotin, Fátima Bezerra, Ângela Portela e Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e quatro minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 1, de autoria da nossa querida e nobre Senadora Regina Sousa, que vai presidir, inclusive, os trabalhos na manhã de hoje para debater o tema "O Avanço das Políticas Públicas nas Ações de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres".

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link*: www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Eu queria rapidamente cumprimentar todos vocês.

Nós tivemos ontem – a Senadora Regina Sousa ajudou na articulação – dois debates aqui que tiveram como eixo a luta de vocês, a luta das mulheres: um, que tratou das mulheres e do sistema carcerário, foi pela manhã; depois, à tarde, outro, que tratou da luta das mulheres, numa reunião que se iniciou às 14h30 e terminou às 17h30. Depois das 17h30, tivemos a nossa batalha contra o trabalho escravo. Todo mundo sabe que as mulheres, em serviços terceirizados e trabalho escravo, sempre são as mais atingidas neste País. Mas a audiência principal, eu diria, é esta de hoje pela manhã, só pelo brilho da nossa querida Senadora Regina Sousa, de quem tenho muito orgulho de ser parceiro. (*Palmas.*)

Ela fez um belíssimo trabalho aqui quando indicada para esse tema das mulheres e da própria violência contra as mulheres. Tanto o foi que, do trabalho que ela fez – e tive a alegria de pegar carona no seu trabalho – foi feito um pequeno documentário pela TV Senado. Ela estava falando, e eu entrei, claro, no meio, porque sou amigo dela. Eu acho que ela trabalhou com o pessoal lá: "Deem uma boquinha para que o Paim possa entrar junto nesse meu trabalho".

É com enorme satisfação que eu queria dar por abertos os trabalhos nesta data simbólica. É a simbologia do dia, mas todos nós sabemos que o dia das mulheres tem que ser todos os dias: os dias das nossas mães, das

nossas filhas, das nossas irmãs, das nossas avós. O dia é o dia das mulheres lutadoras, guerreiras, que ajudam muito, muito, muito, muito as políticas humanitárias no mundo todo.

Eu não teria aqui elogios para fazer para as mulheres, porque, por mais que eu as elogiasse, faltaria alguma coisa. Eu só quero dizer que eu tenho muito orgulho de coordenar aqui, no Congresso, a Frente Parlamentar dos Homens contra a Violência às Mulheres. Essa é a minha parcela de contribuição direta nessa luta em que, aqui, a minha líder é a Senadora Regina Sousa.

Eu só disse ontem, minha querida Senadora, que, se eu tiver a oportunidade, nem que seja a de um aparte no plenário, eu vou dizer hoje lá que a melhor forma de homenagear as mulheres é aprovar um projeto que não é nem meu, é um projeto que veio da Câmara para cá – aqui eu só fui Relator – que garante às mulheres o mesmo salário do homem na mesma atividade. É o mínimo. (*Palmas.*)

O Congresso tem que fazer isso. Não há como ser diferente. Eu vou dizer lá: "Eu não quero falar muito aqui, porque falar nós falamos todos os anos...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Estão falando que eu vou fazer a abertura com a TV Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, ela vai falar para a TV Senado. Uma vez me chamaram, Senadora; agora não chamam mais. (*Risos.*)

É o dia da minha Presidenta aqui, Regina Sousa.

Naquela sessão das 11h, nós vamos cobrar isso, de forma elegante, é claro, cumprimentando todo aquele movimento, porque a Câmara já aprovou... Criticamos muito a Câmara – e temos que criticar mesmo, por uma série de medidas que vieram de lá que são umas bombas contra o interesse das mulheres e dos homens deste País – mas é inegável: esse projetinho – eu digo projetinho porque é simples – não há por que não aprová-lo. É um projeto simples, apenas garante que a mulher vai ter direito ao mesmo salário que o homem, às mesmas condições trabalho do homem.

Por incrível que pareça, o relatório eu fiz rapidamente, em todas as comissões por que passou nós o aprovamos e, chegando lá ao plenário, fizeram o requerimento e mandaram o projeto para a Comissão de Infraestrutura e para a de Reforma Agrária. Não tem nada a ver a infraestrutura com a luta das mulheres.

Eu quero, de forma muito carinhosa, agradecer muito pela presença de vocês. Estiveram aqui ontem, estão aqui hoje, eu sei que vão estar depois no plenário, a partir das 11 horas, quando vai haver aquela sessão que se realiza todos os anos aqui, em que mulheres lutadoras serão premiadas.

Para mim, teríamos que dar um prêmio para cada uma de vocês, não só para as ilustres indicadas. Posso dar um prêmio para cada uma de vocês?

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então as palmas são o meu prêmio. (*Palmas.*)

Enquanto a Senadora não retorna – ela está dando uma entrevista – para que possamos dar a oportunidade conquistada por vocês, eu vou formatar a Mesa. Quando chegar, ela assumirá os trabalhos e eu continuarei participando dos debates na Casa.

Convidamos com enorme satisfação a Socióloga Doutora em Ciências Políticas e Sociologia Eline Jonas, representante da União Brasileira de Mulheres, UBM.

Por favor, escolha: esquerda ou direita, tanto faz.

Ela escolheu rápido, fica a minha esquerda.

Seja bem-vinda, Doutora. É um prazer enorme.

Convidamos o Promotor de Justiça Francisco de Jesus Lima, da Promotoria de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar do Estado do Piauí.

Pode sentar aqui, porque a Senadora vai se sentar no meu lugar.

Convidamos a Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Drª Aparecida Gonçalves, que já esteve conosco ontem aqui, fez uma bela palestra na atividade que tivemos no dia de ontem.

Como eu quero deixar que a nossa querida Presidenta faça a abertura e passe a palavra aos nossos convidados, eu vou, a pedido das mulheres da Casa que a escreveram, fazer esta pequena introdução.

É com grande satisfação que hoje estamos aqui, nesta audiência pública de iniciativa da nossa querida guerreira, lutadora, Senadora Regina Sousa, sobre o tema "O Avanço das Políticas Públicas nas Ações de Enfrentamento da Violência contra a Mulher".

Esta audiência se realiza com o apoio da Procuradoria da Mulher no Senado Federal.

Quero dizer também que esta audiência será transmitida pela TV Senado, pela Rádio Senado e pela Agência Senado.

Já fiz a minha introdução, o meu pronunciamento está lido.

É com enorme satisfação que eu passo a presidência a nossa querida Senadora Regina Sousa. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Já foram apresentados os convidados, não é?

Bom-dia a todas e a todos.

Vamos fazer uma audiência sem muitas introduções porque o nosso tempo é curto. Teremos o Prêmio Bertha Lutz às 11 horas, então temos que aproveitar o máximo aqui para extrair dos convidados as suas informações e impressões.

Vale a pena ressaltar algo que está no título da audiência: avanços. É para não falarmos somente da negatividade. Coisas boas têm acontecido, vêm acontecendo. É preciso dizer isso, até para que outros Estados se espelhem em algumas experiências boas. Vamos colocar a pauta feminina aqui, através da representação dos movimentos, vamos apresentar experiências exitosas que podem servir de exemplo para outros lugares no combate à violência doméstica, mas ainda temos dados alarmantes.

Eu fui Relatora da política pública de combate à violência. O Senador Paim falou sobre isso, inclusive era para ter um livrinho hoje aqui, mas não deu tempo de ficar pronto – ele vai ser lançado, e a gente vai mandar para as entidades. É muito importante o relatório produzido e, a partir dele, nasceram dois projetos de lei.

Um deles é relativo aos centros de reeducação do agressor. A gente sabe que a Lei Maria da Penha pune, prende, mas o agressor cumpre a pena e depois sai, vai ser agressor de novo. Então, há essa indicação na própria lei, estou fazendo o projeto para que seja obrigatório todos os Estados terem os centros de reeducação do agressor, porque há experiências neste País, muito exitosas, de zero reincidência a partir da experiência dos homens agressores nesses centros.

O outro projeto é relativo a um sistema único de dados, que a gente já debateu aqui em uma audiência pública. Ao produzir o relatório, a gente percebeu que os dados são muitos desencontrados, porque cada setor produz os seus dados. Então, é preciso que haja um sistema único de dados, em que a gente confie mais, que seja mais consistente, no qual conversem entre si a segurança e a saúde. Do relatório, nasceu esse projeto de lei também.

Hoje eu estava vendo aqui que aumentaram muito, em 54%, as ligações para o 180, denúncias contra a violência. Isso só mostra que nós temos um caminho longo a percorrer, e nada melhor do que discutirmos o que estamos fazendo para ver o que podemos fazer mais, a partir das experiências boas que estão acontecendo no País por iniciativa da sociedade civil ou por iniciativa do Ministério Público, como é o caso aqui do Dr. Francisco de Jesus, que tem uma experiência belíssima no Piauí. E há também outras experiências, de outras pessoas convidadas aqui.

Esperamos que haja tempo para o debate. Eu sei que todo mundo aqui está representando entidades, vamos até fazer uma apresentação rápida de cada uma, dizer de onde veio, que movimento representa. Vamos fazer essa apresentação e...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me um aparte.

Chegou a Senadora Vanessa, que tem parceria com V. Exª. Ela assume agora o meu lugar, ela que é da Procuradoria da Mulher.

Uma salva de palmas para ela. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – A Senadora Vanessa é nossa Procuradora aqui no Senado, é uma mulher guerreira que tem dado um perfil muito bom à Procuradoria e só tem a somar aqui.

Seja bem-vinda à nossa audiência.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Vamos fazer uma apresentação rápida – eu sei que todo mundo aqui veio de algum lugar, de algum movimento – para podermos passar para os convidados.

Comecem vocês duas. Aqui na frente, peguem o microfone por favor. Só o nome, a entidade e o Estado.

A SRª JUCILENE BARROS – Eu sou Jucilene Barros, Presidente da Federação das Mulheres de Goiás.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Prazer, Jucilene.

A SRª LIDIANE RODRIGUES – Sou Lidiane Rodrigues. Eu represento as mulheres jovens negras, sou do Conselho da Igualdade Racial de Aparecida de Goiânia, Goiás. Faço parte da Federação e também ocupo escola.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Agora essa fila da frente.

A SRª CLEIDE DE ALMEIDA – Bom dia, Senadora. Sou Cleide de Almeida, Diretora do Congresso Nacional Afro-Brasileiro e da Federação de Mulheres Paulistas, do Estado de São Paulo.

A SRª ELIANE SOUZA – Bom dia, Senadora Regina. Gostaria de parabenizar as mulheres que hoje estão aqui. Eu sou Eliane Souza, Presidente da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo, e agradeço a oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – A Senadora Fátima Bezerra está aqui conosco também. Bem-vinda, Senadora.

A SRª EDWIGES DE OLIVEIRA – Bom dia, Senadora Regina. Bom dia, Mesa. Bom dia, plenário. Parabéns a todas as mulheres. Eu sou Edwiges de Oliveira, Diretora da Secretaria da Mulher do Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Força Sindical e também faço parte da Federação das Mulheres do Brasil, no Paraná.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Bom dia Senadora. É um prazer estar aqui. Sou Presidente da Federação das Mulheres da Bahia.

A SRª ADEILDES ROCHA – Bom dia a todos e a todas. Bom dia, Senadora. É um prazer estar aqui. Eu também faço parte da Federação das Mulheres da Bahia. Meu nome é Adeildes Rocha.

A SRª JANE ALVES – Bom dia a todos os presentes. Parabéns pelo nosso dia. Eu sou Jane Alves. Também sou da Federação de Mulheres da Bahia.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – A Bahia em peso aqui. Que coisa boa!

A SRª MARIARA CRUZ – Bom dia. Sou Mariara Cruz, Diretora de Extensão da UNE, União Nacional dos Estudantes.

A SRª MARIA DE FÁTIMA – Bom dia. Sou Maria de Fátima, sou de Pernambuco. Faço parte da Federação das Mulheres do Brasil.

Quero desejar a todas as mulheres que sejam felizes.

A SRª MARELI SANTOS – Bom dia a todos. Meu nome é Mareli Santos. Faço parte da Federação do Estado de Pernambuco.

A SRª SEVERINA MARIA – Sou Severina Maria. Faço parte da Federação das Mulheres de Recife, Pernambuco.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Bom-dia a todos. Sou de Pernambuco, Recife. Faço parte da Federação de Pernambuco.

A SRª PATRÍCIA RAFAELLI – Bom dia a todos. Meu nome é Patrícia Rafaelli. Sou de Abreu e Lima, Pernambuco. Faço também parte, junto com elas, da Federação das Mulheres do Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Atrás, vamos lá. A senhorinha de blusa azul.

A SRª ANTÔNIA ANDRADE RAMALHO – Sou Antônia Andrade Ramalho. Sou usuária do Caps e professora formada. Faço parte do Caps.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada. Há mais alguém que queira se apresentar?

Pernambuco e Bahia estão disputando a maior presença aqui, não sei qual Estado tem mais gente aqui. Muito bom!

Vanessa, quer dizer alguma coisa antes?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Só quero cumprimentá-la, Regina, e também a Comissão de Direitos Humanos, porque hoje é um dia muito importante para todas nós. Mas não é um dia de comemoração, é um dia de muito debate e reflexão.

Então, quero cumprimentá-la, Regina, por essa iniciativa que é parte das nossas atividades do mês de março, destacando que daqui a pouco vou ter que sair, porque vamos eleger, pela primeira vez, uma mulher Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, que é a Senadora Gleisi. Isso é importante para nós.

Às 11 horas espero que todas nós estejamos no plenário para participar da sessão solene do Dia da Mulher, onde, pela primeira vez, um homem receberá o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz – até então essa premiação, esse reconhecimento, era só para mulheres. Entendemos que homens também lutam, alguns homens ajudam as mulheres em sua luta pela emancipação. Pela primeira vez um homem receberá esse prêmio e, por uma coincidência, Senadora Regina, esse homem é o Ministro Marco Aurélio Mello. O Ministro Marco Aurélio, em todo esse episódio acontecido, teve muita coragem ao dar uma opinião muito técnica, jurídica, que precisa ser dada.

Então, daqui a pouco, com a Gleisi na CAE e, depois, na sessão especial.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Vanessa. Sei que V. Exª tem que ir lá também. É importante eleger uma mulher para a presidência da CAE no Dia Internacional da Mulher. Isso vai marcar a nossa história aqui também.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senadora Regina, se V. Exª me permite...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – V. Exª vai também lá, não é? Pode falar. Senador tem prioridade aqui.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois é, vamos ter que ir lá prestigiar a primeira mulher, como a Senadora Vanessa colocou, a ocupar a presidência de uma importante comissão da nossa Casa, que é a Comissão de Assuntos Econômicos, mas pretendo voltar depois.

Quero, enfim, dar o meu bom-dia, saudar aqui as companheiras da Mesa e a Senadora Regina, que, diga-se de passagem, Senadora Vanessa, aqui no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, tem fortalecido, e muito, o debate no que diz respeito à agenda da igualdade de gênero. Regina tem cumprido um papel importante nesta Comissão, muito atenta à agenda de defesa e promoção dos interesses das mulheres.

Saliento também o papel da Senadora Vanessa: todos nós sabemos do protagonismo que ela exerce aqui no Congresso Nacional no que diz respeito à luta das mulheres. Ela coordena aqui a Procuradoria da Mulher no Congresso, uma instância que ela, com muita competência e com muito talento, tem colocado para fortalecer a luta das mulheres.

Terceiro, Senadora Regina, Senadora Vanessa, Cida e demais companheiras, quero reforçar que este março de 2016 não é um março qualquer, 8 de Março 2016 não é um Dia Internacional da Mulher qualquer. Aliás, todo dia é dia da mulher, é dia de lutarmos etc., mas este 8 de março de 2016 não é um dia qualquer. A nosso ver, ganha uma dimensão especial por tudo o que está acontecendo em nosso País.

O dia de 8 março, como disse Vanessa aqui, é uma data para fortalecermos a nossa luta, para estarmos cada vez mais articuladas, mobilizadas para barrar a agenda de retrocessos em curso no Congresso Nacional, inclusive agora no Senado. Isso vai ser objeto, Senadora Regina, da audiência aqui. Nós temos uma agenda de retrocesso violenta, que afeta a população brasileira como um todo e, mais especialmente, a vida das mulheres. Vai desde a agenda do pré-sal e da responsabilidade das estatais até a agenda dos nossos direitos civis, dos nossos direitos individuais.

Como se não bastasse essa agenda que aponta para um brutal retrocesso, ainda temos outro grande desafio, que é defender a democracia. E olha que ironia do destino: a vida nos chama agora, a luta nos chama para, ao dizer que nós precisamos defender a democracia, defendermos o mandato da primeira mulher Presidenta neste País.

Então, quero só deixar essa reflexão, porque penso que, independentemente de conotação político-partidária, as mulheres do nosso País têm que pensar com muita seriedade sobre o momento que nós estamos vivendo.

A defesa da democracia, a defesa da soberania popular está associada a este fato histórico de termos a primeira mulher governando este País, mulher essa pela qual nós continuamos botando a mão no fogo – é ou não é, Senadora Vanessa? Digo isso não só por sua trajetória, por sua história, não só pela combatividade que mostrou, pela contribuição fundamental que deu à democracia que nós conquistamos, mas por seu caráter, por sua lisura, por sua honestidade, por seu compromisso com o povo brasileiro.

Paro por aqui, Senadora, saudando esta audiência. Que ela seja mais um momento para fortalecermos a nossa luta. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Senadora Fátima.

Senadora Fátima e Senadora Vanessa, antes de saírem, queria que déssemos por aprovada uma moção que eu quero apresentar aqui. Eu a mencionei no plenário, mas quero apresentá-la como da Comissão. É contra uma declaração infeliz do neto do último ditador deste País, João Figueiredo. Ele fez uma postagem para as meninas do Rio Grande do Sul, naquela luta de usar o shortinho, e ofendeu tanto as meninas do Rio Grande do Sul e as meninas do Piauí como as mulheres e meninas deste País.

Ele diz textualmente que as meninas do Rio Grande do Sul têm todo o direito de usar o shortinho na escola e ficar à vontade ao completar 18 anos, tirá-los (tirar os shortinhos) e mandar foto pelo WhatsApp. Aí diz que, para mostrar a importância da Federação, as meninas do Piauí têm que usar calça comprida e uma caixa de papelão na cabeça. Isso é terrível! Isso foi dito exatamente assim, eu li isso no plenário na semana passada. Portanto, queria que aprovássemos uma moção de repúdio a esse rapaz...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Com certeza.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – ...que bem mostra suas origens. Neto de ditador, mostra que pensa como seu avô.

Eu queria que déssemos por aprovada essa moção.

Angela, bem-vinda.

Então, vamos votar simbolicamente a moção.

As Senadoras e Senadores que são a favor permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovação a moção.

Sei que as Senadores têm de sair, temos várias comissões funcionando.

Vamos passar agora à fala dos convidados.

Quero começar com a representante do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, da Secretaria Especial das Mulheres, Aparecida Gonçalves – é bom que se comece pelo Governo para que sejam mostrados dados sobre os avanços, que é o que queremos aqui discutir.

A SRª APARECIDA GONÇALVES – Bom dia, Senadora Regina, Senadora Angela, Senadora Fátima, Vanessa, meus companheiros de Mesa.

Hoje, como disse a Senadora Fátima, é uma data muito representativa e forte para as mulheres brasileiras. Nós temos trabalhado dentro da perspectiva de que 8 de março sempre foi um dia de luta. Não é um dia para receber flores, mas um dia para que efetivamente nós exijamos respeito. Acho que, efetivamente, a Bancada Feminina no Senado e na Câmara tem mostrado essa posição de respeito para com as mulheres, debatendo, não simplesmente no dia 8 de março, no 7 de agosto ou em novembro, a questão das mulheres, mas como uma pauta permanente. Sou testemunha efetiva disso.

Parabéns, Vanessa, nossa Procuradora! Parabéns às Senadoras Regina, Angela e Fátima pelo desempenho, pelo compromisso. Soma-se a elas a Senadora Gleisi, a Senadora Ana Amélia e várias outras Senadoras.

Exigir respeito significa pensar a realidade que estamos vivendo no País. Eu queria puxar a discussão do enfrentamento à violência contra a mulher a partir de dados que nós temos hoje no Brasil. Acho que não dá para começar a pensar sobre os avanços sem pensar no quadro político e na realidade que nós estamos vivendo. Depois, vou trabalhar um pouquinho os avanços e os desafios que nós vamos ter de enfrentar efetivamente.

Na verdade, o Brasil, no penúltimo Mapa da Violência, era tido como 7º colocado no *ranking* de assassinatos de mulheres. Os dados do Mapa da Violência de 2015 mostram que o Brasil saiu do 7º lugar e foi para o 5º lugar em assassinato de mulheres no mundo. Perdemos para El Salvador, para a Bolívia. Efetivamente, somos o 5º Estado, o 5º país em assassinato de mulheres.

É importante dizer que somos um país em que, segundo o Ipea, aconteceram, em 2014, 500 mil estupros; segundo o Fórum de Segurança Pública, 50 mil estupros. O Fórum de Segurança Pública traz os dados das mulheres que chegam às delegacias de polícia. Os dados do Ipea são das mulheres que chegam aos serviços de saúde para buscar o contraceptivo de emergência, a pílula do dia seguinte, para buscar saúde, para fazer exames médicos. Desde 2006, em 10 anos, foram registrados 4,8 milhões de atendimentos na Central. Só no ano de 2015, tivemos um aumento de 54%, como disse a Senadora Regina. Tivemos 450 mil atendimentos em 2014. Em 2015, nós tivemos 700 mil atendimentos. Isso dá um aumento de 54%.

O que agrava esses atendimentos, Senadora? Primeiro, o que se destaca no atendimento da Central 180. O maior índice de crescimento que tivemos em 2015 foi exatamente na questão da violência sexual. Nós vamos ter 3.478 relatos de pessoas que sofreram violência sexual em 2015; 2.731 relatos de estupro no ano de 2015; 530 relatos de exploração sexual; e 217 relatos de assédio no trabalho. Esses são os dados que nós vamos ter. Com esses dados, temos a realidade em que se coloca a perspectiva do que nós queremos trabalhar como violência.

Nós precisamos ampliar o conceito e todas as perspectivas de violência.

E é interessante que vai aumentar também, nessa mesma proporção, a denúncia da questão do tráfico de pessoas: nós vamos ter 74% de denúncias relativas ao tráfico internacional de pessoas; 36% vão ser relativas ao tráfico interno de pessoas. A grande maioria desses dados dizem respeito a exploração sexual. Nós vamos ter denúncia para exploração sexual no trabalho, mas a principal é a questão da exploração sexual.

Eu estou trazendo esses dados para que nós possamos pensar a realidade do Brasil a partir dessa ótica do que está sendo colocado efetivamente.

Nós temos no País uma lei, que é a Lei Maria da Penha, que tem 99% de conhecimento – por que não dizer quase 100% de conhecimento – em âmbito nacional. Mas essa mesma lei... Essa mesma pesquisa que mostra que a maioria da população conhece a lei mostra que só 13% sabem o conteúdo dela. Portanto, nós temos dados que precisamos, efetivamente, trabalhar e pensar quando formos pensar a questão do enfrentamento à violência contra a mulher.

Esses dados nos mostram não que a violência aumentou, não é essa a avaliação que nós fazemos. Esses dados mostram que as mulheres têm tido muito mais coragem, efetivamente, de fazer a denúncia. Elas têm acreditado, a partir da Lei Maria da Penha, a partir da atuação do Estado brasileiro, que não é suficiente.... Essa atuação não é suficiente, eu quero registrar aqui, mas, efetivamente, a atuação do Estado, criando novos serviços, os Executivos, federal, estadual ou municipal... Na Justiça: a criação dos juizados especializados, das promotorias e das defensorias públicas dá às mulheres muito mais segurança para fazer a denúncia. Eu quero registrar isso para evitar que se pense que aumentou a violência; o que aumentou foi o número de denúncias.

Há outra questão que quero trazer para esta Mesa, Senadoras, para discutirmos. É que também tem mudado a característica das violências contra as mulheres. Se as mulheres eram estupradas cinco anos atrás,

três anos atrás, num terreno escuro, baldio, que não tinha iluminação pública, e por um estuprador só, hoje as mulheres estão sendo estupradas em lugares públicos, em coletivos, em *vans*, e os estupros são coletivos. Nós vamos ter Castelo do Piauí – a Senadora está aqui – nós vamos ter o da Paraíba, nós vamos ter no Rio de Janeiro, nós vamos ter vários outros casos. Então, nós também temos tido uma inversão em relação ao apoderamento do que é o corpo da mulher, efetivamente, de uma forma muito forte e muito violenta.

Também tem aumentado a violência nas formas de assassinato das mulheres. As mulheres têm morrido... E não têm sido assassinadas, não têm sido mortas, não é homicídio. Nós falamos em feminicídio, porque elas são mortas enquanto pessoas, mas elas também são assassinadas na sua identidade. Seus seios são arrancados, a ponta dos seus seios, suas vaginas levam tiros ou são arrancadas, o seu corpo e o seu rosto são desfigurados. Portanto, a identidade de gênero e de mulher está sendo assassinada junto. Nós temos visto que tem aumentado o grau de crueldade. Isso também é resultado, é consequência, de um ódio que está estabelecido na sociedade brasileira. A manifestação desse ódio contra as mulheres vem através do estupro.

Segundo a ONU, o estupro é uma arma de guerra, nós não podemos esconder isso do nosso debate, nós não podemos deixar de colocar isso no cenário público. Estupro, para a ONU, principalmente em países em conflito, é uma arma de guerra. Se nós estamos vivendo hoje um clima de ódio em nosso País, para as mulheres vão sobrar os estupros e os feminicídios.

Trago isso para o debate porque quero trazer também os avanços. A partir daí, penso que temos que trabalhar dentro de uma perspectiva da Secretaria de Políticas e do Governo Federal, pois não se trata apenas da Secretaria de Políticas para as Mulheres. A Presidenta Dilma tem mantido, desde que assumiu, em 2010, uma política de tolerância zero à violência contra as mulheres, e tem mostrado em atitudes esse processo. Portanto, nós temos construído uma política no sentido de dar conta de coisas importantes e fundamentais.

Primeira capilaridade: é necessário que o serviço chegue a todos os Estados e Municípios. Esse também vai ser um desafio. Precisamos ter o maior número de serviços especializados. Hoje, no Brasil, não chega a 10% o número de Municípios com serviço especializado de atendimento à mulher. Esse é um dos desafios que vamos ter que incluir. Porém, desde que assumimos, no governo do Presidente Lula, aumentamos em mais de 500% o número de serviços. Eram 220, estamos com 1.350 serviços especializados hoje no País.

Precisamos avançar? Precisamos. E temos avançado. Também precisamos fazer com que os programas atualmente estabelecidos de enfrentamento à violência contra a mulher se tornem lei, que não sejam vulneráveis – entra um prefeito, muda a política e acaba com o serviço; entra um governador, muda a política e acaba com o serviço; entra outro Presidente, muda a política e o serviço. Precisamos instituir a política nacional e os serviços especializados como legislação.

A partir dessa capilaridade, precisamos trabalhar a questão das unidades móveis, para atender as mulheres do campo e da floresta. São 54 unidades móveis. Neste ano, possivelmente chegaremos a 57 ou 59, que percorrerão o País para atender as mulheres.

(Soa a campainha.)

A SRª APARECIDA GONÇALVES – Temos trabalhado a perspectiva de haver Municípios polos que deem conta do processo de disseminar os serviços.

Por fim, vou entrar no Programa Mulher: Viver sem Violência. Eu não poderia deixar de mencioná-lo. Esse programa foi instituído em 2013 e tem em seu cerne a questão da integralidade e do atendimento humanizado às mulheres em situação de violência, a ação da Casa da Mulher Brasileira, a ampliação do 180, os serviços de humanização e atendimento às mulheres vítimas de violência sexual, os Centros de Fronteira para atender as meninas nas fronteiras secas, as campanhas e as unidades móveis.

E eu queria falar da Casa da Mulher Brasileira. Já são duas Casas em funcionamento. A de Campo Grande, em um ano, atendeu 11 mil mulheres – uma cidade de 800 mil habitantes! Isso mostra que, de fato, a violência é uma realidade. Dessas 11 mil mulheres, geramos 67 mil atendimentos em uma única Casa. Isso mostra que uma política em que você disponibiliza todos os serviços especializados no mesmo espaço, facilitando, integrando os serviços e qualificando o atendimento às mulheres, efetivamente dá resultados.

Ainda no primeiro semestre, vamos inaugurar em Curitiba, São Luís e Boa Vista. No segundo semestre, vamos inaugurar em São Paulo e Fortaleza, com certeza, e já estamos entrando com o processo no Piauí. Em Natal, se não me engano, entraremos daqui a 15 dias, assim como em Rio Branco, a fim de acelerar as próximas licitações.

E quero terminar, Senadora, se V. Exª me permite, apontando três desafios.

O primeiro desafio que temos que enfrentar é o fundamentalismo que está instalado na sociedade, fundamentalismo que está trazendo uma discussão que garante única e exclusivamente a perda de todos os direitos conquistados pelas mulheres brasileiras. Nós não podemos deixar, neste mês de março, de fazer esse

debate. Precisamos fazer uma campanha nacional dizendo que questão de gênero não é ideologia de gênero – eles deturparam o que está sendo posto.

Nós precisamos, efetivamente, enfrentar esse debate. A questão de gênero é muito mais ampla, é uma conquista das mulheres brasileiras, é uma conquista do movimento feminista, das estudiosas, de anos e anos de lutas efetivas, que não pode ser confundida com ideologia de gênero. Isso vem sendo colocado dessa forma para mandar a mulher de volta para a cozinha – essa é a grande verdade – para justificar as falas como a que foi dita aqui, do shortinho das meninas, para justificar os 500 mil estupros que estão acontecendo neste País, para dizer que a culpa é das mulheres. E, mais uma vez, retornar a um período em que...

(Soa a campainha.)

A SRª APARECIDA GONÇALVES – ... só é justo ficar a família, e a família desde que seja família tradicional. E nós estamos discutindo violência. Se a gente quer discutir família, pergunto: que tipo de família é uma família que vive em violência?

Então, esse é um desafio.

O segundo é o desafio do orçamento público. Nós não fazemos políticas públicas efetivas sem orçamento. E o orçamento tem que estar em todos os processos. Ele tem de estar no Governo Federal, mas também tem que estar no Estado e também tem que estar no Município! Portanto, esse é o segundo desafio que, para nós, é muito importante para que se efetive a questão.

Por fim, é o que eu já disse: é preciso que nós tomemos os programas que nós estamos estabelecendo de enfrentamento à violência contra as mulheres que estão dando certo, e, mesmo os que não estão, fazer um estudo sobre isso e transformar em lei. Nós precisamos solidificar a política e os serviços especializados de atendimento à mulher. Nós não podemos ficar à mercê de um ou de outro. Nós precisamos fazer com que a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, nós precisamos fazer com que a rede de atendimento, a intersetorialidade que foi instituída e criada nessa política, de fato, seja uma legislação nacional.

Então, são esses três desafios que eu trago aqui, Senadora, neste dia de debate.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Cida.

Passamos agora a palavra à Eline Jonas, socióloga, doutora em Ciências Políticas e Sociologia e representante da União Brasileira de Mulheres (UBM).

A SRª ELINE JONAS – Bom dia a todos os presentes, em especial à Angela, à Fátima, à Vanessa, à Cida, da Secretaria de Mulheres, ao Dr. Francisco e às companheiras e companheiros aqui presentes.

Depois dessa fala da Cida, ficamos com o sangue fervendo. Particularmente, são 30 anos meus de militância no movimento de mulheres. Nós vimos avançar muita coisa, mas ainda estamos longe daquilo que pretendemos e que almejamos, que é uma sociedade de igualdade, uma sociedade de justiça social, de solidariedade no mundo.

E aí eu queria lembrar o que eu sempre tenho dito nas conversas com as mulheres e com os diferentes setores da sociedade. Trata-se de uma questão que é o pano de fundo de tudo isso. Nós temos a luta, temos as políticas mínimas ou políticas que ainda não atendem ao que nós precisamos, mas temos de entender o porquê da dificuldade de se implementarem essas políticas. E é nesse sentido que eu fiz a minha fala. Eu não vou trazer números. Nós temos os números.

O que nós estamos fazendo na sociedade patriarcal, que faz com a violência seja milenar e instituída na sociedade, onde as mulheres foram submetidas à subserviência e a uma situação de subalternidade?

Copérnico, quando rompeu a geocentricidade, levantou uma bandeira e uma realidade construída, uma realidade nova da ciência contra a convicção de que o universo girava em torno da Terra. Darwin rompeu com a especientricidade da espécie humana, a crença da espécie humana como algo único e separado do resto do universo – parecia que as coisas eram separadas, mas não são.

E nós, mulheres, rompemos a androcentricidade, que é a crença na primazia da masculinidade. Essa mudança é fundamental, perigosa e apaixonante. Então, é este o quadro ideológico, político, social, geopolítico, que nós vivenciamos hoje.

Para entender as políticas de enfrentamento da violência, nós temos que entender que existe uma realidade, uma formação social e processos sociais onde determinados valores predominam. Para enfrentar isso, nós temos que ter claro que, nas questões econômicas, sociais, políticas, temos que entender as questões de gênero, as questões raciais étnicas e as questões de geração – as mulheres jovens, as mulheres idosas, as mulheres que trabalham. São momentos diferentes da vida, e nós temos que ter a compreensão de gênero nos vários segmentos de mulheres.

As outras questões são as voltadas para os direitos humanos, que são as normas e princípios jurídicos universais que os Estados institucionais, institucionalizados, devem garantir às pessoas, sem distinção de origem nacional, ética, cor, sexo, orientação sexual, idioma, religião, opinião política e posição econômica, ou outra condição qualquer.

A outra questão que é importante entendermos é o que são as políticas públicas. Elas são princípios promotores de inclusão, visto que estimulam a mudança de mentalidade, de práticas sociais e de ações.

Outra questão que temos que entender é a questão do Estado. No Estado onde predomina a ideologia patriarcal, onde existe a propriedade privada de uma minoria sobre a maioria, nós temos que entender que qualquer legislação que é instituída nesse Estado provoca a ilusão de que ela é baseada na vontade de todos, na vontade livre. Mas nós temos experiência de que não é. A correlação de forças dos setores que fazem as leis é que define qual a legislação que vamos ter ou não.

Nós confundimos, na questão da cidadania, dos direitos humanos, no Estado nosso, o direito e a lei. Lei é uma coisa e direito é outra. Mas acontece que, neste mundo, nesta sociedade em que vivemos e no tipo de Estado que é instituído, o direito e a lei ficam misturados. Fica parecendo que nossos direitos são limitados às leis que existem. E nós sabemos que as leis que existem são promulgadas, aprovadas, pelos setores que têm determinados interesses econômicos, políticos e sociais e que prevalecem nos Parlamentos todos, municipais, estaduais e federal.

A outra questão é a Constituição brasileira, já entrando no âmbito nosso. Ela combina direitos humanos com direitos do cidadão. O pleito dos direitos humanos, na aprovação dos direitos humanos de 1700 e tal, a partir da Revolução Francesa, era lutar pela voz das pessoas. As pessoas teriam o direito de falar e de opinar. Acontece que, na sociedade nossa, como a Constituição nossa é extremamente democrática, nós vamos encontrar os direitos humanos bem combinados com os direitos do cidadão, que são justamente aqueles direitos que reivindicamos baseados nos problemas que existem na sociedade, com base no amor, na relação afetiva, no respeito, na solidariedade entre as pessoas. É o resultado, portanto... O enfrentamento da questão social no Brasil está casado com a questão do direito e da cidadania.

A partir daí, nós vamos ter algumas referências históricas. As conquistas todas que tivemos partiram, em primeiro lugar, da definição de ser humano como sujeito de direitos. Se nós reivindicamos direitos, nós temos que entender que nós somos sujeitos de direitos. Para além disso, nós somos sujeitos que promovemos os direitos e a luta pelos direitos.

Então, esses direitos são conquistados nessa relação com o Estado que existe, na disputa dos grupos que ocupam posições centrais e que a gente poderia dizer legais, aceitas socialmente. E daí a rejeição de determinados setores, ou determinadas ações, ou setores ou grupos, por esses setores que são considerados legais, os certos, em relação a gênero, sexualidade, raça, religião. E aí nós vamos ter clara a questão do fundamentalismo, da perseguição de determinados setores religiosos que tem acontecido hoje.

A outra questão é dos próprios sujeitos, porque nós nos construímos como atores coletivos. E como atores coletivos, nessa disputa, os direitos humanos, então, são o campo básico central para a defesa da integridade, da universalidade e da diversidade dos sujeitos de direitos. Nós vivemos este momento aí, do século XXI: construir a emancipação e enfrentar as raízes da violência.

O Boaventura Santos, que é um teórico, pergunta: "De que forma os direitos humanos se transformaram em uma linguagem progressista e em um novo paradigma emancipatório?" Os direitos humanos invocados para preencher o vazio deixado pelo socialismo.

Então, nós tivemos um primeiro momento, que foi de luta pela cidadania, pelo direito à fala; em um segundo momento, o liberalismo econômico; e este momento é o momento em que o projeto político da sociedade de igualdade, da sociedade de justiça, é golpeado, e nós transformamos a nossa luta por direitos humanos e direitos sociais para cobrir essa agenda que era a expectativa de uma sociedade de igualdade. E queremos isso do Estado, um Estado do poder da minoria sobre a maioria. Então, veja bem o aspecto contraditório desse processo.

E ele pergunta mais: "Podem, realmente, os direitos humanos, preencherem esse vazio?" Ou seja, a gente cumprir integralmente essa agenda da sociedade de justiça, de igualdade, que a gente pretende no âmbito do capitalismo, neste momento histórico e político?

Claro que não. Plenamente, não. Porque os direitos humanos não são campo neutro, nós temos lados e temos lados e concepções em relação às relações humanas e às relações de poder. Então, nós não vamos conseguir, na integralidade, construir uma sociedade de justiça social e de igualdade plena, no âmbito desta sociedade que a gente vive, deste Estado que a gente vive e desta realidade que a gente vive. É por isso que, na luta nossa por direitos, enfrentamos esses momentos como estamos vivendo hoje: de retrocesso.

Bom, nessa institucionalidade democrática, os direitos humanos são politizados, e no campo político nós vamos criar novas formas de fazer política. Então, fazemos o quê? Criamos o Ministério da Mulher, criamos as coordenadorias, criamos mecanismos institucionais que vão cobrindo as questões do poder de Estado...

(Soa a campainha.)

A SRª ELINE JONAS – ... para garantir o ganho dos nossos direitos.

E aí nós vamos ter uma coexistência, com a crescente vulnerabilidade da condição humana neste mundo global. São criadas as defensorias, orçamentos, tudo isso é criado. Mas, na verdade, nós temos um impacto grande na hora da execução, neste momento de contradição, nesta convivência dos contrários.

Nós vivemos neste contexto neoliberal. A contradição está presente com os novos conflitos sociais, a hegemonia de uma ideologia hegemônica, de uma cultura hegemônica, que é a cultura da mulher na cozinha, da mulher dentro de casa, não é a mulher ocupando espaço público, porque aí tudo que nós fazemos é criminalizado, ou serve como estigma.

E, diante disso, os possíveis retrocessos quando o medo passa a fazer parte da nossa experiência subjetiva no mundo global. Então, a cultura de direitos, as reivindicações coletivas ficam profundamente ameaçadas.

Eu não sei o tempo que eu tenho.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI. *Fora do microfone*.) – Três minutos.

A SRª ELINE JONAS – E aí, a emergência do fundamentalismo até as limpezas étnicas, que reforçam a imagem de uma sociedade ameaçada, que o Appadurai chama de "geografia da fúria".

A partir disso – eu vou pular uma parte –, o Estado, portanto, reconhece, de fato, na institucionalização de políticas públicas, programas, ações e órgãos públicos, que a situação das mulheres é uma questão social, que precisa de políticas públicas – políticas de saúde; saúde reprodutiva; enfrentamento à violência; educação básica não sexista, que hoje está sendo torpedeada com a questão de gênero, que está sendo golpeada na educação nas escolas, e os direitos da cidadania. Os novos atores políticos são os movimentos feministas organizados, que tratam dessas questões que envolvem as relações de gênero na sociedade.

Nós temos os mecanismos institucionais na sociedade brasileira, que são os órgãos, as conferências, secretarias, coordenadorias, articulações – inclusive na América Latina, com uma política também de gênero institucionalizada no Mercosul – e as redes e o movimento feminista e de mulheres e, no movimento sindical, as secretarias de mulheres.

Tudo isso foi utilizado como um mecanismo desse Estado de contradição para garantir, articular e romper com essa cultura machista que existe. Eu não vou falar dos direitos conquistados, que são o direito ao voto – tenho pouco tempo – e o direito de as mulheres estarem nas escolas. A taxa de analfabetismo das mulheres reduziu. As mulheres entraram no mercado de trabalho. São conquistas que nós temos que comemorar.

As conquistas mais recentes de instituições e legislações são os conselhos das mulheres; as delegacias; a licença-maternidade de 120 dias; as secretarias de políticas nacional, estaduais e municipais, que têm muito ainda a avançar...

(Soa a campainha.)

A SRª ELINE JONAS – ... e as políticas de cotas; o programa de saúde da mulher; a Lei Maria da Penha; os pactos contra violência e redução de morte materna; as conferências nacionais e internacionais; os planos de políticas com transversalidade de gênero.

Eu queria destacar aqui a nossa pauta deste ano de 2016, que eu chamaria, plagiando o Appadurai, de um contexto de "geografia da fúria, nenhum direito a menos!". Este é o contexto da nossa pauta: o fim da violência contra as mulheres; a aplicação integral da Lei Maria da Penha; a ampliação da rede das casas da mulher; a criação de mais delegacias de defesa, com funcionamento 24 horas; os juizados de violência doméstica; equipamento e abrigo de mulheres; profissionais com formação multidisciplinar com a transversalidade de gênero – não adianta nada saber A, B ou C, e não entender que A, B ou C são diferentes para as mulheres –; a aprovação do PL da Igualdade, que o Senador Paim colocou aqui logo no início – salário igual para as atividades iguais –; direito à saúde, direitos sexuais e direitos reprodutivos – é uma violência as mulheres não terem decisão sobre seu próprio corpo –; o financiamento do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher e do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher Negra; a reedição da Portaria nº 415 do Ministério da Saúde, que regulamenta os serviços de aborto e assistência à vítima de violência sexual; o fim das OS e das organizações privadas na gestão da saúde e educação; a legalização do aborto e, com isso, o enfrentamento, claro, do aborto clandestino, que é um grave problema de saúde pública e adoece e mata as mulheres brasileiras; a democratização dos meios de comunicação, que têm divulgado o preconceito, o estigma e, de certa forma, fomentado a violência contra as mulheres, com a exposição do corpo e outras coisas mais, de forma desrespei-

tosa; a defesa da democracia do Estado democrático de direito, com a ampliação da participação social, de mais mulheres no poder e mais respeito no exercício desse poder; a defesa do Estado laico e a reinserção do debate de gênero nas escolas; contra a reforma da Previdência, que equipara a idade de aposentadoria de homens e mulheres – nós sabemos que as mulheres têm dupla, tripla jornada de trabalho, e os cinco anos reduzidos são em respeito a esta situação e condição da mulher –; a defesa do Estado indutor do desenvolvimento – investir em políticas sociais –; não ao ajuste fiscal e aos cortes dos gastos sociais – os programas atendem às mulheres, e as mulheres são as mais vulneráveis na sociedade –; em defesa dos direitos dos trabalhadores e das mulheres, especificamente – mais direitos e não menos –; não à terceirização, pois ela significa precarizar, e precarizar quem é mais atingido no trabalho, que são as mulheres; por mais empregos decentes e mais equidade – por jornada de 40 horas, sem redução de salário.

E vale relembrar, pois isso aqui é muito importante e sábio, Simone de Beauvoir, que não está aí há muito tempo, mas, com sua análise científica da sociedade, ela nos diz o seguinte: "Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida."

E nós vamos continuar mobilizadas em defesa de mais direitos, por um mundo de igualdades, contra toda a opressão.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Drª Eline. Bela apresentação.

Passamos agora ao terceiro convidado.

O Dr. Francisco de Jesus é Promotor de Justiça no Piauí da Promotoria de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar no Estado do Piauí.

É o meu Estado. Então, dê-me licença para eu fazer uma introdução. É uma leitura que eu faço. Esse programa que ele vai apresentar é sobre a Lei Maria da Penha nas escolas, certamente. Eu faço uma leitura de que ele é responsável pelos bons resultados dos alunos e alunas da escola pública no Enem. Meninos e meninas do Piauí se saíram muito bem no Enem deste ano, em que o tema era a violência contra a mulher.

Então, houve alunos que fecharam a prova, com mil pontos, e centenas que fizeram acima de oitocentos pontos. Tenho certeza disso. Não sei nem se você tinha feito essa leitura. Mas, com certeza, eles desenvolveram o tema com clareza porque eles participaram desse programa.

Então, com a palavra o Dr. Francisco de Jesus Lima.

O SR. FRANCISCO DE JESUS LIMA – Bom dia a todos e a todas. Eu queria saudar a Mesa e os presentes na pessoa da nossa Senadora Regina Sousa, que tem mostrado ao nosso Brasil, especialmente ao nosso Piauí, uma maneira diferente de fazer política.

Eu acompanho a Senadora Regina Sousa e a vejo, na sua trajetória, visitando todos os Municípios piauienses, buscando a inclusão e o mandato participativo. Isso é muito bom. Eu agradeço o convite.

Quero falar brevemente das ações que nós estamos praticando como Ministério Público. E parabenizo todas as mulheres por este dia simbólico. E nós vamos mostrar o nosso dia a dia como órgão de execução.

Estamos no Ministério Público do meu Estado há 20 anos e atualmente estamos trabalhando na execução da Lei Maria da Penha no Núcleo de Promotorias de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, o Nupevid.

Baseado em três teorias construídas pelo Ministério Público... Essa charge é do Izânio Façanha, que nos acompanha. Às vezes, eu até digo: "Izânio, não deixe a coisa muito pessoal." Mas ele insiste em colocar. A charge simboliza o que faz com que nós desenvolvamos os nossos projetos preventivos: é a violência de armário que sofre a mulher, e nós devemos dar a mão e tirar essa mulher da violência, não somente dando a ela a porta da delegacia, mas a porta das escolas, a porta do juizado e as diversas portas que servirem para tirar essa mulher da violência, especialmente as coordenadorias de políticas públicas.

Então, com base nessa teoria, nós temos a teoria societária. Não é o promotor Chico de Jesus – e assim sou conhecido no meu Estado – que vai resolver o problema da violência contra a mulher. Necessário se faz que a sociedade se una, e cada um com a sua parcela de contribuição.

E há a teoria da transformação, com bem frisou a Senador Regina, em que nós chegamos à Lei Maria da Penha nas escolas, desconstruindo a violência e construindo o diálogo. É um sucesso no nosso Estado, em nossa Teresina. Nós fomos às escolas, formamos parcerias.

Aqui eu enalteço a cooperação de uma grande mulher do meu Estado, a Deputada Rejane Dias, que não mediu esforços para nos oportunizar ter contato com os professores. Diferentemente de irmos às escolas com palestras, com falas, nós vamos aos professores, que são os verdadeiros atores, e aí nós dividimos responsabilidades, levando a igualdade de gêneros e educação não sexista. Pena não haver tempo, mas é gostoso você ver os alunos da rede pública de ensino sair às ruas, distribuir panfletos, compor, fazer peças teatrais, tudo isso nós tivemos. Posso depois compartilhar em um *drive* para aqueles que assim o desejarem.

Com isso, como bem frisou a Senadora, as melhores notas do Enem, graças aos esforços desses alunos, é claro, mas também com a participação do Ministério Público como agente de transformação social.

E ainda como projeto de prevenção, nós temos o Laboratório Maria da Penha, que é uma parceria com a Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas de Teresina. Nós estamos nas faculdades, onde os alunos discutem a Lei Maria da Penha, visitam a rede de atendimento a essa mulher, viu, Cida?

E aí são os braços do Ministério Público onde nós não podemos alcançar, os olhares desses alunos trazendo para a gente a realidade; o Samvis, onde nós já conseguimos muitas melhorias. Como essa mulher é atendida na delegacia? Esses alunos produzem relatórios e são os futuros aplicadores, que são os alunos de Ciências Jurídicas e Direito, Serviço Social e Psicologia, e também estamos abrindo às outras áreas de formação.

Quero dizer que lançamos o edital, começamos com 11 alunos no gabinete do promotor e hoje estamos com o curso de extensão em diversas faculdades no meu Estado. O edital encerrou-se agora na sexta-feira e temos cinco faculdades inscritas para esse curso de extensão, formando novos multiplicadores. Esses alunos produzem o relatório, depois, quando eles vão às comunidades de mulheres, eles passam a difundir a Lei Maria da Penha.

Temos também – olha o Izânio de novo aí com a charge dele e a nossa delegada Vilma Alves – a importância da interiorização da Lei Maria da Penha, onde nós vamos, também de forma responsável, reconhecer e fortalecer toda a rede de atendimento à mulher em situação de violência, visitando Cras, Creas, hospitais. Não adianta curar a dor do dente, é necessário saber as causas e raízes dessa violência; não precisa você dar o remédio para curar a dor se você não souber dar o encaminhamento.

Aí nós também fortalecemos a criação, em muitos Municípios, do Conselho de Direito das Mulheres; articulamos com os agentes públicos e temos conseguido isso já em oito Municípios do Estado do Piauí.

Nós temos o nosso banco de dados, o iPenha, que nós apresentamos na vez passada. No Piauí, se há iPod e iPad, iPenha é o nosso sistema único de banco de dados. Hoje, graças ao iPenha, sabemos qual o bairro que é mais vulnerável à situação de violência, qual o fator exacerbador dessa violência, e aí acionamos a coordenadoria para desenvolver políticas públicas específicas, com cursos de capacitação, para tirar essa mulher da situação de violência. Na maioria das vezes elas permanecem nas amarras dos agressores porque não têm um emprego ou renda, e para isso as coordenadorias têm auxiliado o Ministério Público.

Eu digo até que a rede de atendimento, a parceria que nós temos com os diversos órgãos públicos é que faz com que o nosso Piauí tenha tido bons resultados no enfrentamento dessa violência contra a mulher.

Nós temos também, já com base no iPenha, desenvolvido projetos e campanhas para a mulher idosa, que é a que mais sofre violência, com o "Mulher idosa: proteção, saúde e cidadania". Isso se deu graças também a S. Exª o Secretário de Cidadania, Henrique Rebêlo, que nos convidou para participar do iPenha e fazermos um trabalho direcionado a essa mulher idosa. Deixa-nos feliz saber que estamos numa construção coletiva, buscando sempre a igualdade de gênero e o respeito à mulher.

Desenvolvemos recentemente o projeto "Mulheres – Vida Difícil", que nada mais é que um projeto voltado para as prostitutas, mulheres que também precisam de proteção. Muitas vezes elas não procuram os órgãos porque acham que as atividades que desempenham não as autorizam a ter direitos, e aí não as autorizam a ter cidadania. Nós estamos fazendo diferente. Esse projeto também foi desenvolvido pelo Ministério Público e está em execução.

Agora quero lançar aqui, Cida, nacionalmente, o mais novo serviço. O 180 é maravilhoso. Recebo do 180. A gente procura sempre dar as soluções ao que nos é apresentado. Mas, às vezes, há demora. A mulher sofre a violência e, naquele momento, tem de ser atendida rapidamente. Já houve situações, Senadora Regina, em que recebi do 180 um mês depois e não consegui fazer com que uma senhora idosa saísse da situação de violência. Ela veio a óbito. Por isso, estamos lançando o nosso sistema ZAPenha. Nada mais é do que o "zap-zap" da Penha, onde nós queremos integrar a rede de atendimento. Essa mulher pode, simplesmente através do WhatsApp, mandar para nós e nós, automaticamente, de uma forma bem rápida, a acudimos numa situação de violência. Nós queríamos integrar isso ao 180. O 180 já passaria essas informações para nós, através do WhatsApp.

Aqui, friso a importância e a colaboração do nosso Procurador-Geral de Justiça, Dr. Cleandro Alves de Moura que, para mim, é um homem de alma feminina. Ele já disse que nos dará todo o apoio necessário para mantermos esse serviço funcionando. Nós queremos atender não 24 horas, mas 30 horas por dia, a mulher em situação de violência.

Trago, também, uma preocupação. Trago uma preocupação que quero compartilhar com todos e com todas. São as chamadas prescrições. Em meu Estado, 40% dos processos estão prescritos. O Judiciário, principalmente pela falta de estrutura, não consegue dar resolução aos casos e aí a mulher se torna vítima do Estado, fortalece o agressor. Ele diz: "Não disse que não dava em nada." E ela volta. Por isso, nós temos de buscar medidas de caráter nacional para que a justiça pela paz em casa não ocorra só no mês de março, porque a violência

não ocorre só no mês de março, que a justiça pela paz em casa ocorra todos os dias. É isso o que o Ministério Público quer compartilhar. Sabemos, porque temos acompanhado, que os processos dormem em berço esplêndido e acordam nos braços da mãe prescrição, que tem sido o melhor advogado dos agressores. Acredito que não é só no Piauí, acredito que no Brasil inteiro. O que fazer? Como fazer? (*Pausa.*)

Estamos buscando sensibilizar o Poder Judiciário do meu Estado. Os juízes diuturnamente têm trabalhado, mas falta estrutura. Às vezes, o número de funcionários é insuficiente. Se nós fortalecermos essa mulher para que ela procure, para que denuncie, não podemos deixar que isso aconteça. Já ouvi de algumas mulheres: "Doutor, acreditei na Lei Maria da Pena, acreditei na Lei Maria da Penha." E aí? Nada aconteceu. Então, trago essa preocupação.

Mas quero dizer também que todos esses projetos de que falamos aqui, de forma bem rápida, por uma questão de tempo, são projetos públicos. Foram desenvolvidos em nosso Estado, mas estão, a partir de hoje, à disposição de todas as senhoras, de todos os senhores. Quero passá-los às mãos da Senadora Regina para que aqueles que se interessarem, possam buscar os projetos, e os usem. O Ministério Público do Piauí não é dono de nenhum desses projetos. Se precisarem de nossa colaboração, nós estaremos à disposição. Quero passar também à mão da Cida, para que leve à Secretaria de Políticas Públicas, principalmente o projeto das escolas. O nosso objetivo com o projeto das escolas é sensibilizar o MEC para que coloque a igualdade de gêneros no currículo escolar. É esse o nosso objetivo.

Então, de forma rápida e objetiva, é esse o trabalho que o Ministério Público desenvolve e que eu queria compartilhar com todos e com todas vocês.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – As nossas falas todas são muito esclarecedoras e encorajadoras também.

A gente vai abrir agora um tempo aí até a hora lá da...

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Pela ordem, Senadora Angela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Querida Senadora Regina, que está presidindo esta audiência, que discute, neste 8 de março, o Dia Internacional da Mulher, eu acredito que, durante todo o mês de março, em todos os Estados brasileiros, existe uma vasta programação, e aqui, no nosso Senado Federal, não poderia deixar de ser assim, para a gente retomar essa discussão das questões relacionadas à saúde da mulher, à violência contra a mulher e aos espaços da mulher no poder.

Então, é um bom momento, sem dúvida nenhuma, para trazer, para mostrar para a sociedade brasileira todos esses números que foram muito bem colocados aqui pela Cida, da Secretaria de Enfrentamento à Violência contra a Mulher; pela Eline Jonas, que é uma socióloga, que é uma profunda conhecedora dessa questão; pela nossa Senadora Regina, que se tem dedicado muito às questões de gênero, e também o Dr. Francisco, que é do Ministério Público do Piauí, que mostrou aqui um belo trabalho realizado nas escolas do Piauí.

Eu, como professora, entendo que escola é um local muito apropriado para se disseminar informação e conhecimento, muito bom porque aí as crianças estão numa fase em que se pode orientar, mostrar e acabar com esse fundamentalismo, com essa dificuldade que estamos tendo de levar para a escola as questões de gênero, infelizmente. Mas a Cida colocou aqui que um dos desafios da política ainda é o orçamento público, ela colocou o fundamentalismo, a necessidade de solidificar as políticas para as mulheres e orçamento público.

E aqui eu quero chamar atenção: no momento de crise que o País vive, e muito antes de entrarmos neste processo de crise, nós tivemos uma grande preocupação, as Senadores e Deputadas Federais, a Bancada Feminina do Congresso, em incluir no Orçamento, no PPA, na Lei Orçamentária, recursos para que Estados e Municípios pudessem implementar a Lei Maria da Penha, essa é uma realidade. Infelizmente não é uma realidade a execução desses recursos em Estados e Municípios, e isso nos preocupa muito porque nós temos aí a necessidade de ampliar a rede de atendimento, de proteção às mulheres vitimizadas.

Nós temos uma quantidade muito baixa ainda de delegacias especializadas no atendimento à mulher, eu acho que chega a 500 delegacias no universo de 5.580 Municípios. É muito pouco ainda, chega a 10%, é muito pouco o número de delegacias, e as delegacias que existem não têm atendimento 24 horas, como foi muito bem retratado na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que foi realizada aqui, no Congresso Nacional, que registrou, no relatório final, a omissão do Poder Público em relação à violência contra a mulher. Deixou muito claro que não existe prioridade dos gestores estaduais e municipais para o combate à violência.

No meu Estado, por exemplo, que é campeão em estupro – no último Mapa da Violência, de 2015, ficou em primeiro lugar –, nós temos uma única delegacia especializada, e essa delegacia só atende até 1h30 da tarde. Há mais de 8 mil inquéritos empilhados lá na delegacia, não existe telefone celular, não existe compu-

tador, internet para se realizar um trabalho. Isso mostra claramente a grande dificuldade que existe, a grande omissão do Poder Público, dos Estados e dos Municípios no que diz respeito a essa política tão importante.

Obviamente que nós temos já grandes avanços, e a Cida colocou muito bem aqui, o "tolerância zero com a violência contra a mulher", aumentaram em 500% os serviços especializados, as unidades móveis de atendimento à mulher no campo, o Programa "Mulher: Viver sem Violência", A Casa da Mulher Brasileira, que nós deveremos inaugurar ainda neste primeiro semestre, estamos acompanhando lá em Boa Vista, a nossa capital, a construção dessa importante obra, que vai centralizar todos os serviços especializados. Acho que isso vai ser muito importante para diminuir os índices de violência que temos lá.

Temos os centros de fronteira. O meu Estado faz fronteira com a Guiana e com a Venezuela, e temos os dois centros de fronteiras atendendo as nossas mulheres.

Como o 8 de março é sempre de reflexão, de colocar esses números que às vezes parecem repetitivos, é importante estarmos sempre martelando para que se reflita sobre isso e se tomem decisões práticas no sentido de diminuir esse índice de violência contra a mulher e também de aumentar a participação da mulher nos espaços de poder.

Aqui na Casa aprovamos, com o apoio do Presidente do Senado, Renan Calheiros, e não posso deixar de valorizar isso, diversos projetos da reforma política que foram muito interessantes para nós mulheres, na tentativa de a mulher ter mais possibilidade de disputar e ganhar no Poder Legislativo.

Infelizmente, esses projetos estão parados na Câmara e de lá não saem. Pelo menos enquanto Eduardo Cunha estiver na Presidência, acho que ele não vai ter nenhum interesse, como tem demonstrado, de avançar na aprovação desses projetos que são tão importantes para a nossa autonomia, para a ampliação dos nossos espaços no Poder Legislativo e também no Poder Executivo, porque no Judiciário, felizmente, nós temos uma grande participação de mulheres, graças a sua luta intensa, estudando para serem aprovadas nos concursos públicos e ocuparem esses espaços no Poder Judiciário.

No mundo político, no entanto, a coisa é muito mais difícil, muito mais disputada e, para isso, precisaríamos de leis para facilitar o nosso ingresso. Acreditamos que, no Legislativo, podemos defender as causas da mulher e avançar para amenizar esses números que são assustadores, tanto no que diz respeito à violência, à saúde da mulher, quanto à participação da mulher no poder.

Era isso. Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Senadora Angela. Estamos aqui com a Senadora Ana Amélia, e já lhe passo a palavra. Antes, porém, quero registrar a presença das bravas guerreiras do Movimento dos Pequenos Agricultores, que estão aqui na peregrinação pelos ministérios, lutando pelos direitos dos pequenos agricultores.

Está aqui a Maria Casé, do meu Piauí; a Jucileia Araújo, de Rondônia; e a Luciene Herculino, do Espírito Santo. Sejam bem-vindas.

Sei que estão há dias na peregrinação pelos ministérios para serem recebidas. E tenho tentado ajudar a abrir algumas portas para que possam apresentar suas reivindicações, pois há coisas terríveis acontecendo, como a história da merenda escolar, que é para ser comprada do pequeno agricultor, mas o Ministério da Agricultura está exigindo dos pequenos, da mulher que faz um biscoito ou um doce, por exemplo, as mesmas exigências que faz aos grandes negócios que vendem para a merenda escolar. Isso não pode acontecer. Estão tomando o material para que as mulheres não possam produzir e vender. E sabemos que alguns interesses podem estar por trás disso.

Assim, vamos tentar ajudar nessa luta. Mas sejam bem-vindas ao debate.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cara Senadora Regina Sousa, Senadora Angela Portela e os expositores convidados que compartilham, nesta audiência pública, dilemas que as mulheres vivem não só em relação à violência, mas também em relação à desigualdade no mercado de trabalho, com salários bem mais baixos do que os dos homens, quero dizer que, lamentavelmente, os organismos internacionais que tratam dessa matéria estimam que só daqui a 70 anos vamos chegar a um nivelamento mundial e global da equiparação salarial entre homens e mulheres, mesmo que a tarefa da mulher seja mais do que dupla.

Ela cuida da casa; ela cuida da relação afetiva, do marido, do companheiro; ela cuida sozinha dos filhos quando é viúva, mãe solteira ou separada. E ela também tem as responsabilidades: ela é cuidadora, ela é professora, ela é um ser humano que Deus fez diferente para lhe dar uma capacidade de intuição, força e coragem para superar as vicissitudes, seja no momento da perda de uma criança que não nasce, em um parto malsucedido, ou na perda de um filho ou do marido e assim sucessivamente. São dores diárias. E tem as mulheres, que, anonimamente, são cuidadoras da pessoa que está doente na família, do colega de trabalho, no seu pró-

prio trabalho na área da saúde e que ficam vulneráveis, muito vulneráveis, pelo contágio e contaminação nos ambientes fechados, de doenças que são contagiosas. E ela nem sempre se dá ao trabalho, às vezes por cuidar dos outros, de cuidar de si.

Então, vejam só, é uma avaliação que a gente precisa fazer e, talvez, não seja só neste dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, mas diariamente, para valorizar e tratar de dar mais equilíbrio e uma convivência mais pacífica entre homens e mulheres, não só no ambiente do trabalho, mas também no ambiente político.

Penso que as demandas das agricultoras familiares... E o meu Rio Grande do Sul tem uma marca muito forte com o cooperativismo, com as trabalhadoras rurais ligadas a várias entidades, Fetraf, Fetag, Afubra, que são muito combativas e têm um trabalho extraordinário feito em favor de uma agriculta sustentável.

Então, Senadora Regina, eu quero cumprimentá-la pela iniciativa da audiência de hoje. A Lei Maria da Penha foi um grande avanço; tratou-se muito aqui nesse debate, e cumprimentar, também, o Senador Paulo Paim, que tem sempre feito o gesto de dar ao autor do requerimento a primazia de comandar a audiência pública.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI. *Fora do microfone*.) – Ele já esteve aqui hoje.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Exatamente. Então, ao Senador Paim também as homenagens que faço como membro suplente desta Comissão de Direitos Humanos. E cumprimento-a, novamente, pela iniciativa, e também nossos expositores, pelo valor das informações que transmitiram e compartilharam.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Muito obrigada, Senadora Ana Amélia. A gente vai abrir ainda um tempinho. Felicia, monitora o início da sessão solene, porque eu vou dar um tempo aqui também para o pessoal ir falando, porque eu sei que quem vem aqui quer dizer alguma coisa. Então, a gente vai abrir três minutos para a fala de pessoas que estejam aqui e queiram usar da palavra.

A nossa temática aqui hoje foi: "O Avanço das Políticas Públicas nas Ações de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres".

Nós temos a Eline Jonas, da UBM (União Brasileira de Mulheres), doutora em Ciências Políticas e Sociologia. Trouxe-nos uma fala importante. Depois vamos produzir um relatório desta audiência porque temos dados muito importantes para fazer um relatório para distribuir.

Nós temos Aparecida Gonçalves, a nossa Cida, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, no Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, que também nos trouxe as políticas que o Governo está implementando.

E trouxemos o Dr. Francisco de Jesus, Promotor de Justiça do Piauí, que tem uma experiência exitosa na Lei Maria da Penha nas escolas, porque a gente entende que a escola é o palco para mudar, para formar novas mentalidades. Se a gente quiser uma geração com cabeça saudável, sem os ranços da cultura adquirida nos 500 anos, a gente tem que formar na escola. É uma experiência exitosa que merece ser vista por todos os Estados para ver se a gente consegue avançar nessa questão.

Então, quem se habilita a querer fazer alguma intervenção, do pessoal da plateia?

Maria. Apresente-se. Tem três minutos.

A SRª MARIA CASÉ – Bom dia a todos, bom dia a todas.

Quero saudar nossa Senadora, guerreira histórica do nosso Estado do Piauí, saudar todas as mulheres que, de uma maneira ou de outra, são guerreiras desde o nascimento, e trazer aqui a nossa jornada do 8 de março, das mulheres camponesas. Boa parte dos problemas que foram tratados aqui, no campo, ele se multiplica. Ele se multiplica para pior. Então, muitas responsabilidades do Estado foram esquecidas para o povo do campo durante muitos anos.

Por isso, mais uma vez, a gente repete, nas nossas marchas, nas nossas ocupações, nas nossas jornadas de que não vai ter golpe, vai ter luta, e nós estamos dando continuidade às fileiras dessas lutas que foram iniciadas por tantas batalhadoras, e ficamos muito felizes de passar no túnel ali, que junta Câmara e Senado, que vai chegando ali, no plenário da Câmara, porque ontem havia fotos lá muito desagradáveis, de alguém que tem atentado 24 horas contra o povo brasileiro e contra, principalmente, as mulheres brasileiras. E hoje há lá um *hall* de mulheres batalhadoras da nossa história, muito belo.

E quero dizer que ficamos felizes de ver aqui o nosso Procurador. O Piauí tem feito um esforço, mas infelizmente temos números ainda muito tristes, não é, Dr. Francisco?

Na nossa pauta, Senadora Regina, que nós entregamos no seu gabinete e tivemos um tratamento digno de qualquer camponês ou camponesa que entra nesta Casa, embora, na entrada, ontem tenhamos sido barradas, porque carregávamos na mochila uma arma de alta periculosidade...

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA CASÉ – ... um lenço da Via Campesina. Esse lenço era a grande arma que causaria algum atentado dentro desta Casa.

Então, eu queria registrar isso para que fatos como esse não voltem a acontecer.

Queria registrar aqui, além da questão da violência contra a mulher, a questão da Previdência. Hoje, mais uma vez, volta para esta Casa, para o Congresso, ataques aos direitos conquistados e para nós, mulheres do campo, pior ainda.

A questão da educação, que é onde devem ser iniciadas as tratativas e os tratamentos em relação às políticas de gênero e diversidade, mas também a questão da produção, como a Senadora bem enfatizou.

E queria dizer que o Procurador pudesse, inclusive, nos ajudar, além da Senadora, e tantas Parlamentares que estão nesta Casa, comprometidas, porque há um fator extremamente importante, a renda, para que essas mulheres não retornem para o espaço da violência.

Nós estamos propondo na nossa pauta que seja criada uma política de um salário mínimo durante um ano para uma mulher violentada, para que ela possa, no decorrer desse período, ter a possibilidade de se estruturar, e não retornar para casa e continuar sendo violentada.

Ontem, nós fizemos uma vigília, participamos de uma vigília junto com o Fórum de Mulheres do DF na delegacia especializada. Belíssima estrutura. Queríamos nós que houvesse uma delegacia como aquela em todos os Municípios, pelo menos médios. E precisamos caminhar para isso, porque sem isso nós não vamos parar essa brutalidade que existe no nosso País, construído como cultura patriarcal, machista, homofóbica que nós temos.

Queria registrar: nós estamos hoje com 16 Estados em luta, Senadora Regina, e vários deles com a Previdência ocupada, com o INSS ocupado.

Então, a gente reforça aqui a necessidade de a gente encampar de fato essa luta e tirar de vez da pauta esses atentados e ataques aos nossos direitos duramente conquistados e que ferem muito mais as mulheres do que os homens, porque nós somos geradoras, cuidadoras, educadoras, nós somos o que sustenta as bases dessa sociedade.

É preciso, de fato, que esta Casa continue, através dessas guerreiras que têm aqui, fazendo esse trabalho importante.

Então, eu queria agradecer a oportunidade e desejar muita luta para todas nós, não só um feliz 8 de março, mas que as nossas lutas sejam cada dia engrossadas, porque os ataques são muito ferozes e nós não podemos permitir retrocessos.

Por nenhum direito a menos, contra o agronegócio, não vai ter golpe, vai ter luta. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Maria.

Estou sabendo que já estão se arrumando lá, para começar a sessão solene. Aí, a gente tem que se deslocar, é obrigatório encerrar a reunião, mas ainda tem espaço para mais uma que queira falar.

Seu nome?

A SRª ANTÔNIA ANDRADE RAMALHO (*Fora do microfone*.) – Eu sou a Antônia Andrade Ramalho.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – D. Antônia.

Três minutos, marque aí.

A SRª ANTÔNIA ANDRADE RAMALHO – Eu quero agradecer a vocês a boa vontade que têm pelas pessoas de baixo nível. Eu sou uma pessoa que sou lançadora de projetos. Sempre eu trago projetos para cá, desde o tempo da inflação grande, que eu trago projetos aqui.

Eu que trouxe o projeto da moeda forte, que levantou a URV. Veio o Plano Real, que quebrou a inflação. E, quando todos estão preocupados, durante a crise feia, eu que meto a mão. Eu que fiz o projeto que tirou a mulher de dentro de casa e avançou correndo, ajudando o marido, e laborando na vida para ajudar o Brasil e o mundo a crescerem. Eu lancei o projeto do grande lavrador, que tirou o lavrador do baixo nível de vida, globalizou o mundo. Eu sempre trago projetos aqui.

Agora já estou velha, não estou nem quase conseguindo andar, mas o Brasil está tão violento... Eu estou com um projeto para mudar o rumo das causas do Brasil para alavancar um caminho novo, para ver se, com a honra das religiões, levantando os sacerdotes, pessoas que têm êxito no seu caminho religioso, para levantar esse projeto, para colocar fiscalização para vencer a corrupção, vencer o mal, diminuir os males da terra, onde o pessoal possa seguir um caminho novo, mais cheio de esperança, alavancar um caminho de mais paz e de melhor forma.

Eu que lancei esse projeto para ajudar as mulheres frágeis...

(Soa a campainha.)

A SRª ANTÔNIA ANDRADE RAMALHO – ... as prostitutas e as doentes, para ajudar também esse povo do meio, que muitas vezes está fraco, fica como bichinho de estimação, que não sabe trabalhar, não nasceu

com condição para trabalhar e vive uma vida sem acordo, sem apoio e sem prosperidade. Eu trago aqui esse projeto para vocês ajudarem esse povo, para alavancar a paz na Terra. É só isso. Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, D. Antônia, a gente vai receber o seu projeto e estudá-lo.

Pode ser mais uma. Tem alguém ainda querendo? Se não tem mais ninguém, quero partir para o encerramento.

Hoje, o tema foi a violência, mas nós temos várias frentes, uma delas é a participação política, a presença da mulher na política. Então, queria falar de um relatório que está no *Jornal do Senado* hoje, sobre a quantidade de mulheres na política, nos cargos eletivos, de Governador, Presidente, Deputado Federal, Senador, Vereador, Deputado Estadual. Então, temos um relatório aqui interessante, numérico. Coincidentemente, os que estão acima de 15% da quantidade de pessoas eleitas, o que é muito pouco, são os Estados do Norte e do Nordeste. Vou ler: o Amapá é o campeão, tem 41% de mulheres. São 217 cargos eletivos e tem 90 mulheres. Em seguida vem o Rio Grande do Norte, com 18%; o Maranhão, com 18% também; o Distrito Federal, que foge à regra da regional, 17%; o Ceará, 17%; o Piauí, 16%; o Tocantins, 16%; Roraima, 15%; Alagoas, 15%; Pará, 15%; Paraíba, 15%; Sergipe, 15%. Aí vai baixando para 13%. No Rio Grande do Sul, 13%, e por aí vai, até o último, o Amazonas, com 5,7%. É um dado importante. Inclusive, estamos pedindo para fazer nessa pesquisa um recorte de gênero: quantas mulheres negras exercem cargo eletivo. Na próxima pesquisa deve sair, para nós percebermos que é muito pouca ainda a participação feminina nos cargos eletivos. Embora tenhamos candidatas, ainda há muito poucas eleitas. Nós temos uma luta também, uma frente que nós temos que trilhar ainda muito.

Para encerrar, eu queria agradecer aos nossos convidados e convidadas e dizer que foi muito importante. Cada debate que nós fazemos enriquece a nós, que estamos aqui, e muitos que estão assistindo pela TV Senado. O que nós podemos fazer é distribuir os documentos que vocês vão deixar aqui, certamente, para termos um relatório desta audiência e mais pessoas terem acesso.

Eu queria encerrar. Na reunião em que eu apresentei o relatório, eu encerrei com um poema do Sebastião Salgado. Ele vai fazer parte, inclusive, do relatório. Eu espero que ele esteja no relatório que nós estamos imprimindo. Mas hoje eu quero só dizer uma frase que eu não sei quem disse. O Sebastião Salgado eu conheço. Eu tenho muitas coisas que ele escreve. Ele me manda muitas coisas, através da minha irmã, com quem estabeleceu uma relação também. É uma frase que eu não sei quem disse, mas eu gosto dela, no sentido da afirmação dos nossos direitos. Diz assim: "Aos homens, todos os seus direitos, nada mais. E, às mulheres, todos os seus direitos, nada menos." Então, acho que nós podemos encerrar aqui com esta frase.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência pública. Vamos para o Prêmio Bertha Lutz, ali no plenário. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 4 minutos.)

ATA DA 16ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE MARÇO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às doze horas e vinte e oito minutos do dia nove de março de dois mil e dezesseis, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e das Senadoras Paulo Paim, Regina Sousa, Ana Amélia, Dário Berger, Hélio José, Valdir Raupp, Simone Tebet, Sergio Petecão, Marta Suplicy, Flexa Ribeiro, Romário, José Medeiros, Magno Malta e Vicentinho Alves. O Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação das Atas da décima a décima quinta Reuniões, que são dadas por aprovadas. Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2013. Terminativo. Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta (Substituído por *ad hoc*). Relatoria *ad hoc*: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2011. Terminativo. Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2015. Terminativo. Altera a Lei nº 8.686, de 20 de julho de 1993, para estabelecer novo valor à pensão especial devida aos deficientes físicos portadores da Síndrome de Talidomida, instituída pela Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982. Autoria: Senadora Sandra Braga. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do projeto e das Emendas nº 1 e 2-CCJ. Resultado: Adiado. Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2011. Terminativo. Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2013. Terminativo. Altera a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, para aumentar a segurança de produtos de puericultura e para vedar a produção, a importação, a distribuição e a doação de andador infantil. Autoria: Senador Paulo Davim. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2015. Terminativo. Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 7. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 11, de 2016. Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) convide estudiosos de notável saber a fim de debater proposição legislativa que trate dos direitos da criança cigana. Autoria: Senador Telmário Mota. Resultado: Adiado. Item 8. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 26, de 2016. Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, REQUER a realização de Audiência Pública para discutir, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, os temas relativos à Previdência Social. Autoria: Senador Lindbergh Farias e outros. Resultado: Aprovado. Item 9. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 27, de 2016. Nos termos regimentais, REQUER apoio para a realização de Seminário para discutir, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, os temas relativos à Segurança Alimentar e Nutricional. Autoria: Senador Lindbergh Farias e outros. Resultado: Aprovado. Item 10. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 28, de 2016. Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para realizar "resultado do processo de inclusão nos bancos". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 11. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 29, de 2016. Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "O piso salarial dos Vigilantes". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. **Extrapauta.** Item 12. Requerimento da Comissão de Direitos Hu-

manos e Legislação Participativa nº 30, de 2016. Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o "Dia Internacional de luta contra a discriminação racial". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Às doze horas e trinta minutos o Senhor Presidente passa a Presidência para o Senador José Medeiros. Às doze horas e trinta e cinco minutos o Senhor Presidente eventual devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, José Medeiros e a Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e quarenta nove minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta esta reunião extraordinária desta Comissão, com o objetivo de debater projetos não terminativos e também requerimentos – eu falei para debater, porque eu sei que não há quórum em plenário para votar. Vamos debater projetos e proceder à votação de requerimentos.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas da 10ª a 15ª reuniões desta Comissão.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Vamos aos requerimentos. Passo a presidência ao Senador Medeiros, para apreciamos os requerimentos de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Com a palavra o Senador Paim.

ITEM 10

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 28, de 2016
- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para realizar "resultado do processo de inclusão nos bancos".

Autoria: Senador Paulo Paim

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Medeiros, o primeiro requerimento é o de número 28, de 2016, em que peço a esta Comissão, com fundamento no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão para discutir o resultado do processo de inclusão nos bancos.

Já explico o que é. Isso aqui, na verdade, é a política de cotas, e a inclusão nos bancos é um trabalho muito bonito, feito pela Educafro. Lembram do Frei David? Ele tem esse trabalho, houve uma inclusão, de fato, de negros e pobres para o trabalho nos bancos, e ele quer aqui mostrar esse trabalho que aconteceu, e, provavelmente, vamos convidar, Inclusive, a federação dos bancos.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Então, vamos colocar em votação o requerimento.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Vamos ao item 11.

ITEM 11
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 29, de 2016
- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "O piso salarial dos Vigilantes".

Autoria: Senador Paulo Paim

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado, Senador Medeiros.

O outro requerimento de minha autoria que proponho que V. Exª coloque em votação é o Requerimento nº 29, em que, também baseado no mesmo art. 93, inciso II, do Regimento aqui da Casa, peço a realização nesta Comissão de um debate para discutir o piso salarial dos vigilantes.

É um movimento nacional que eles têm. Estão preocupados, porque o piso deles não está consolidado, e querem discutir essa matéria nesta Comissão. Partiu desta Comissão, inclusive com a nossa participação e da Senadora Vanessa Grazziotin, assegurarmos o adicional de periculosidade para eles de 30%. Agora, eles querem, seguindo o mesmo caminho, a discussão do piso salarial.

A presente audiência foi sugerida pelo nosso querido amigo, ex-Deputado Federal e Deputado Distrital, por alguns mandatos, Chico Vigilante e também pela Confederação Nacional dos Vigilantes.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, eu queria que V. Exª pudesse fazer duas anotações no Requerimento nº 29. A primeira proposta é que ele seja extrapauta, e digo o teor do requerimento.

Nós queremos fazer um debate aqui sobre o Dia Internacional contra a Discriminação Racial.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – I

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 30, de 2016 - Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o "Dia Internacional de luta contra a discriminação racial".

Autoria: Senador Paulo Paim

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão do requerimento extrapauta.

Coloco em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quanto ao mérito, Sr. Presidente, se puder colocar em votação.

O objetivo desta audiência pública é debater a luta internacional contra a discriminação racial, ou seja, no Brasil e no mundo, seja negro, imigrante, emigrante, branco, judeu, palestino. Trata-se de discutir as discriminações.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu ainda peço a V. Exª, se possível, para colocar em votação mais dois requerimentos que eu assino junto com o Senador Lindbergh.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) –

ITEM 8

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 26, de 2016 - Não terminativo -

Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, REQUER a realização de Audiência Pública para discutir, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, os temas relativos à Previdência Social.

Autoria: Senador Lindbergh Farias e outros

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O primeiro é o Requerimento nº 26, pelo qual, nos termos do art. 193 do Regimento Interno, requeiro realização de audiência pública para discutir, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos, temas relativos à Previdência Social com os convidados abaixo relacionados e outros que poderão vir a compor a lista.

Na verdade, o que nós estamos aprovando é mais um requerimento baseado num ciclo de debates. Nós faremos um ciclo de debates. Teremos um grande evento no dia 27 de abril, lá no Petrônio Portella, onde se espera a presença em torno de mil sindicalistas. Este aqui faz parte desse ciclo. Neste específico, estamos convidando a Profª e Pesquisadora de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Drª Denise Gentil; Laura Tavares, Diretora de Economia de Área Política e Social, representando a Contag e representando a Via Campesina brasileira.

O presente requerimento é assinado pelo Senador Lindbergh e por este Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Em votação o requerimento.

Aqueles Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 9

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 27, de 2016

- Não terminativo -

Nos termos regimentais, REQUER apoio para a realização de Seminário para discutir, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, os temas relativos à Segurança Alimentar e Nutricional.

Autoria: Senador Lindbergh Farias e outros

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Este é mais um requerimento, Sr. Presidente, assinado também pelo Senador Lindbergh e por este Senador, pelo qual, nos termos do Regimento Interno, requeremos apoio para a realização de um seminário – falaram comigo ontem a assessoria e o próprio Senador – para discutir, no âmbito da Comissão, os temas relativos à segurança alimentar e nutricional.

A lista de convidados que vão participar será apresentada posteriormente.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Aqueles Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Devolvo a presidência agora ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Medeiros, agradeço muito a V. Exª pela gentileza de ter presidido a reunião para que eu pudesse colocar em votação uma série de requerimentos.

Agora, com a chegada da nossa querida Senadora Regina Sousa, que estava em uma reunião que é pública. Se não era, já o é, porque toda a imprensa brasileira estava lá na casa do Presidente Renan, com cerca de 40 Senadores. E esteve lá também o Presidente Lula.

Por isso, atrasamos aqui, nós que somos pontuais em matéria de abrir os trabalhos desta Comissão sempre às 11h30.

Senadora Regina, V. Exª gostaria de fazer alguma consideração? Tem algum requerimento?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Hoje não tenho requerimento nem... Só quero agradecer pela reunião de ontem, que V. Exª senhor me colocou para presidir. Foi uma audiência muito boa sobre as políticas públicas de combate à violência contra as mulheres. Acho que temos bons argumentos, bons textos e bons resultados para elaborar políticas para a Frente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Regina. Quero cumprimentá-la pela iniciativa. É importante discutirmos todos os dias, mas ontem era um dia simbólico, que era o dia internacional de luta das mulheres, de luta contra qualquer tipo de preconceito e discriminação às mulheres.

E V. Exª ontem enfatizou a questão da violência contra a mulher. Um belo trabalho feito por V. Exª nesta Comissão, com destaque aqui. Eu tive a oportunidade, no plenário, de falar da sua iniciativa e da brilhante audiência que tivemos aqui pela manhã.

Mais uma vez, meus cumprimentos a V. Exª.

Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Agradeço pela oportunidade, Senador Paim. Cumprimento todos que nos acompanham pela Rádio e pela TV Senado.

Senador Paim, estou encaminhando um requerimento para a Comissão, para fazermos aqui uma audiência para tratarmos de um assunto que, em princípio, até parece não ser da alçada da Comissão, que é o tema regularização fundiária.

Mas o que ocorre?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quero dizer para V. Exª que eu recebo com muito carinho. Tem tudo a ver, no meu entendimento. Por isso, cumprimento a iniciativa de V. Exª.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – E eu faço sabe por que, Senador Paim? Eu tenho visto algumas situações, principalmente no interior de Mato Grosso, em que pessoas que receberam a terra do Incra, passaram a vida inteira – 30, 40 anos – lutando pela titulação daquela terra e morreram e não puderam deixá-la para os seus filhos porque não conseguiram.

A burocracia e as dificuldades foram se acumulando anos e anos. E, por vezes, não é só isso, não é só esse tipo de dificuldade. Por vezes, a falta de titulação, a falta de regularização dessas terras causa conflitos, causa mortes.

Estive agora na divisa com o Pará, no interior de Mato Grosso. Interior do interior de Mato Grosso, já divisa com o Pará. É uma região bonita, uma região produtora, e o desenvolvimento está chegando ali. No entanto, os conflitos se amontoam pela falta de titulação dessa terra.

Então, nós trazemos este tema aqui para debate, a fim de, de repente, encontrarmos uma solução para o assunto, trazendo todos os entes aqui, Incra, MDA.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado, Senador Medeiros. Quero dizer que é um tema importante, tem tudo a ver com a questão dos direitos humanos. E, com certeza, será uma grande audiência pública. Quero estar junto com V. Exª.

Normalmente, eu tenho adotado o sistema de que quem entra com o requerimento preside, como fiz ontem. Participei e abri os trabalhos, depois passei para a Senadora Regina Sousa. E quero, nesse dia, estar ao seu lado aqui para fazer esse bom debate. Se puder, abrirei, e V. Exª assumirá a presidência.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Vai ser uma honra ter V. Exª na condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado.

Senadora Regina, por favor.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Só para deixar um comentário na proposição do Senador José Medeiros, para dizer que essa questão da titulação não é só rural. Nós temos, agora mesmo, lá no meu Estado, um conjunto habitacional que tem 60 anos, e as pessoas não são donas do espaço. São donas da casa, receberam a casa, mas agora, quando morre a família, que os herdeiros vão fazer inventário, vão ver que não são donos da terra onde a casa foi construída, o espaço urbano.

Então, acho que podemos até incluir o tema também urbano nessa história.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sem dúvida, sem dúvida.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Porque lá está acontecendo um processo de regulação fundiária urbana, de dar o título das casas populares para as pessoas serem donas também das terras. Elas são donas só das casas, e isso deve acontecer em outros Estados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Nós temos nesse conjunto, Senador – veja a importância da iniciativa de V. Exª nesta Comissão –, também a situação dos quilombolas, lá no Rio Grande do Sul. Temos um conflito lá, onde estive para mediar, e havia três situações: naquele espaço de terra, havia um conflito entre índios, quilombolas e os agricultores, e, para mim, todos três tinham razão. Como é que se faz quando se chega à conclusão de que os três tinham razão?

Os índios estavam na região há anos e anos, têm um documento que diz que aquelas terras seria, em tese, deles; os quilombolas, por sua vez também, receberam de fazendeiros para quem eles trabalharam no passado, documento passando para eles a terra; e os agricultores, incentivados pelos governos na época – V. Exª deve ter acompanhado isso –, ganharam o título de propriedade dos governos, inclusive o Governo da União, desconhecendo a questão quilombola e indígena. Estão lá trabalhando, produzindo há mais de 30, 40, 50, 60 anos.

Como é que a gente faz? Eles, os agricultores, têm um título legal na mão também. Por isso, esse tema tem de ser debatido exaustivamente. Se os três têm razão, no mínimo, isso faz parte de um processo de discussão, mas duas partes vão ter que ser indenizadas, de uma forma ou de outra. Vamos ver quem, de fato...

Por isso, é um tema rico de debate, não podemos nos omitir, assegurando o direito a quem de direito.

Lembro que, em um dos conflitos de que participei e não foi no Sul, foi em outro Estado, no fim se se chegou à conclusão – eram duas partes envolvidas – de que uma das partes queria ser indenizada por tudo o que tinha, a preços decentes e não indecentes, que compraria uma terra em outro lugar e iria para lá.

Bom, foi tranquilo, e conseguimos fazer essa concertação, e houve um grande entendimento, mas com indenização decente, não indenização, às vezes, indecente prejudicando uma das partes envolvidas no conflito.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Para V. Exª ter uma ideia de o quanto é grave esse tema, na época do governo militar, numa região de Mato Grosso, o Governo resolveu repatriar toda uma comunidade indígena e mandou colocá-los em outro local. Então, chegaram os aviões, levaram todos os índios e povoou-se a região com as pessoas que iam colonizar o Estado.

Bem, passaram-se quase 50 anos. Agora, chegou o Governo de volta e disse: "sai todo mundo". Já havia oito mil pessoas, uma cidade no local, e aquilo causou um problema. Óbvio que tinha que no meio houve n situações irregulares. Aí, voltaram os índios, mas a terra não está mais do jeito que era, tanto que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – As benfeitorias foram todas feitas?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – É um problema muito grave, e a gente precisa debater isso. Por vezes, não é possível fazer isso na Comissão de Agricultura ou em outras comissões, mas V. Exª é um democrata por excelência, e tenho visto que os temas tratados aqui são de muito proveito, e a gente, de repente, pode construir uma solução para o País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa é a intenção.

Muito bem.

Eu queria ainda aproveitar presença dos senhores para dizer que hoje, pela manhã, casualmente, houve um tema semelhante a esse. Tive alegria de receber a Relatora Especial Sobre os Direitos dos Povos Indígenas do Conselho de Direitos Humanos da ONU, Srª Victoria Tauli-Corpuz. Ela está no Brasil fazendo uma série de visitas e fez questão de vir a esta Comissão para saber como está esta questão da titularidade da terra dos povos indígenas.

Fizemos uma conversa das 8h até as 9h, depois fui para a outra reunião com o Presidente Renan e cerca de 40 Senadores que estiveram lá e o ex-Presidente Lula. O tema que ela mais perguntou foi como está a demarcação da terra dos povos indígenas, porque ela veio numa missão oficial e queria saber. Eu disse que há um debate aqui no Brasil, um debate duro sobre quem deve fazer essa demarcação e que há uma PEC aqui no Congresso com esse objetivo.

É claro que eu expressei para ela o meu ponto de vista como Senador. Não falei em nome da Comissão, porque para nós, no nosso ponto de vista, essa demarcação deve continuar como competência da União, mas ela estava muito preocupada, enfim, com os *lobbies* que possam mudar essa competência para o Congresso Nacional.

Ela também perguntou para nós – e insistiu muito nisso – se nós tínhamos o compromisso ou a prática de fazer consulta pública. Eu disse que isso é o que eu mais faço, o que mais a Comissão faz. Fizemos em torno de 150 reuniões ano passado, e 100 praticamente foram só audiências públicas. O que é audiência pública? É uma consulta pública, como você propôs agora aqui para discutir esse tema. E fizemos em torno, acho, de 50 audiências, inclusive fora daqui. Só nos Estados, foram 27. Eu vou terminar agora o ciclo dos 27 neste fim de semana, onde eu passarei por Goiás e Tocantins. Daí, terminam as audiências públicas nos 27 Estados, sempre na assembleia legislativa e chamando todos os segmentos da sociedade para o debate de temas, como a precarização do trabalho; a terceirização; o próprio trabalho escravo, em que V. Exª também ajudou muito no debate; e a própria reforma da Previdência, que todo mundo sabe que eu sou contra.

Vamos reafirmar que, na reunião hoje com o Presidente Lula, os que falaram lá deixaram claro também que é um equívoco mexer com Previdência neste momento, coisa que fizemos cinco meses atrás.

E falei, inclusive, da questão indígena: que, em abril, nós temos duas ou três reuniões já agendadas. Há duas reuniões agendadas, porque abril é o chamado mês dos indígenas, do grande movimento do povo indígena no Brasil, e nós temos duas audiências já marcadas para discutir isso.

E ela perguntou se, nas terras indígenas quando fazem grandes eventos aqui – grandes eventos são grandes construções, como termelétricas –, os índios são consultados. E eu disse que, se dependesse desta Comissão, seriam sempre consultados. Agora, que não sabia se os governos, ao longo da história, fizeram as devidas consultas e debateram com o povo indígena. Sobre isso, ela ia falar com o Executivo.

Enfim, ela fez uma bela fala sobre a sua caminhada em todo o mundo, olhando a situação dos povos indígenas. E também falei para ela que, aqui, nós aprovamos o Estatuto do Idoso, da Igualdade Racial, da Pessoa com Deficiência, da Juventude, Estatuto das Cidades, e o Estatuto dos Povos Indígenas faz mais de 20 anos que está tramitando e não andou uma vírgula, tanto que continua engavetado até agora. Isso é uma preocupação muito grande dos povos indígenas e daqueles que querem avançar na linha de fortalecer o direito dos povos indígenas.

Também teremos uma das audiências – a Senadora pode, inclusive, falar, se assim entender –, cujo tema é Políticas Públicas para os Povos Indígenas, de iniciativa da Senadora Regina e do Senador Donizeti. E a outra foi uma que eu marquei também com o objetivo de discutir a situação dos indígenas, já que está comprovado, infelizmente, que o número de suicídios nas tribos indígenas é muito grande, inclusive de jovens. Tudo isso merece um carinho especial desta Comissão.

Se os dois Senadores não quiserem fazer alguma consideração, nós encerraremos a nossa reunião de hoje, agradecendo a todos.

E, hoje, claro, com toda essa parafernália que vem de muito tempo, mas que se acentuou na quinta e na sexta, e com as reuniões que estão acontecendo hoje, o Congresso está praticamente parado. Então, os projetos terminativos – alertaram-me de que só há terminativos – ficam para a semana que vem.

Está encerrada a reunião de hoje.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 12 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 49 minutos.)

ATA DA 17ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e treze minutos do dia quatorze de março de dois mil e dezesseis, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim e Ana Amélia. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 178 de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "A regulamentação da profissão de Salva-Vidas". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Deputado Nelson Pellegrino, Autor do PLC 42/2013; Marco Montemezzo, Presidente da Associação Brasileira de Salva-Vidas Civis – ABRASVICDO; Pedro Barretto Ribeiro, Presidente da Associação Baiana de Salvamento Aquático – ABASA; Sebastião Vieira Caixeta, Procurador do Trabalho - Secretário de Relações Institucionais do Ministério Público do Trabalho; David Szpilman, Coordenador da Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático – SOBRASA; Rafael Lins Mendes de Lima, Presidente da Academia Pernambucana de Salva-Vidas Civis - APSA/ASPERSVIC; Alexandre Braga de Oliveira, Presidente da Cooperativa de Trabalho Especializada em Salvamento Aquático, Manutenção e Tratamento de Águas de Piscinas – COOPERSALVA; Lúcio Rogério Gomes dos Santos, Conselheiro Federal dos Conselhos Federal e Regionais de Educação Física Sistema CONFEF/CREF's; Maria Zileuma Moura Rodrigues de Oliveira, Diretora da Associação dos Salva-Vidas do Estado de São Paulo; Rufino Rodrigues de Oliveira, Presidente da Associação dos Salva-Vidas do Estado de São Paulo – ASVESP; Gustavo França Borges, Representante da Associação Brasileira de Academias - ACAD Brasil; Nilva Schroeder, Diretora de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação; Carla Janaína Romão Pereira Dias, Presidente da Associação Mineira de Salva-Vidas Civis – AMISVIC; Pérsio Prestes Nóbrega, Presidente da Associação dos Profissionais do Salvamento Aquático de Santa Catarina – APSASC; Antônio Barbosa Barreto, Coordenador de Cursos da Associação Baiana de Salvamento Aquático – ABASA. O Senhor Presidente registra a presença de pessoas presentes no Plenário. O Senhor presidente concede a palavra ao Major Rodrigo Dutra, do Corpo de Bombeiros do Rio Grande do Sul. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) articular para que sejam aprovados os requerimentos que solicitam a tramitação conjunta dos projetos que visam regulamentar a profissão de salva-vidas; 2) apresentar requerimento para que os projetos sejam apreciados pela CDH; 3) realizar reunião das entidades para debaterem e chegar a um acordo quanto à regulamentação da profissão e suas decorrências. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e cinquenta e cinco minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 178, de 2015, de minha autoria e de outros, para debater "A regulamentação da profissão de Salva-Vidas".

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no link www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado, pelo número 0800-612211.

Temos, para o dia de hoje, três Mesas de convidados, que serão chamados no momento adequado.

Como sempre faço, antes mesmo de abrir a audiência pública solicitada dos senhores e senhoras, acabei de concluir um balanço que sempre faço na abertura dos trabalhos desta Comissão, que se realiza toda segunda-feira. Toda segunda, pela manhã, temos audiência pública, quarta é a reunião deliberativa, quinta, também audiência pública.

Eu havia me comprometido com a sociedade civil e o Parlamento, tanto Deputados como Senadores, que eu iria aos 27 Estados para debater a questão do PLC 30, da terceirização. Eu concluí isso este fim de se-

mana. Fechei em Goiânia, que foi o último Estado. Fui a todo o Brasil, um por um. Parei 15 dias, em virtude de uma questão de saúde, tive que operar um problema de vesícula, mas retornei na outra semana já e concluí a visita aos 27 Estados.

Como não quero aqui fazer uma leitura longa do relatório do que foi essa caminhada e da sua importância, em cada Estado eu tirei uma carta, a Carta de Goiânia, a Carta do Rio Grande do Sul, a Carta de São Paulo, a Carta de Minas, todas no mesmo objetivo. Alguns estiveram lá naquele evento da Bahia.

Nós temos um trabalhinho feito pela TV Senado, deve ser de cinco minutos. Eu estava lá no último Estado, Goiânia, onde realizamos a última audiência pública. As audiências são sempre na Assembleia Legislativa, sempre lotada. Eu fiz um agradecimento a todo o povo brasileiro e às Assembleias, onde fui muito bem recebido, com toda a estrutura de todos os Estados. Não houve um Estado em que a Assembleia não ficasse à minha disposição para fazer o debate com o povo. Aí, em cada Assembleia dessas, em cada audiência, eram audiências públicas como esta, falavam em torno de 50 pessoas e a presença, de acordo com o espaço físico da Assembleia, chegava a mil pessoas, como foi o caso de Rio Grande do Sul, Rio e São Paulo, e, nos Estados menores, a cerca de 200, 300 pessoas, de acordo com o espaço. A TV Senado fez um belo trabalho, cobriu todos os eventos de uma forma ou de outra. Alguns eventos a TV Senado acompanhou e outros a Assembleia Legislativa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Chegue aqui. Sente aqui, Pellegrino.

O Pellegrino é o autor do projeto que nós vamos debater hoje. Fomos Deputados juntos por um longo período.

A Assembleia produziu lá, gravou, filmou, mostrou pela internet ao vivo e, em todos os 27 Estados, os brasileiros puderam acompanhar. Depois, ainda, a TV Assembleia de cada Estado remeteu para cá e a TV Senado reproduziu durante os espaços que ela tem esse roteiro que eu chamei de cruzada nacional pela TV Senado. A CSPB (Confederação dos Servidores Públicos do Brasil) também acompanhou com uma equipe de filmagem e vai ser transformada em um filme e em um livro toda essa cruzada.

Então, vamos aqui, para ganhar tempo, nesses cinco minutos, mostrar esse balanço que fiz de improviso lá de Goiânia para a TV Senado e eles colocaram no ar. Por favor. Em seguida, vamos à nossa audiência na íntegra.

Eu só peço ao pessoal do plenário que, se puder, se tiver som... Está no máximo? São cinco minutos, só para ficar o balanço nos *Anais* da Casa.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não está muito boa a gravação. Mas vamos fazer uma reunião especial só para analisar a jornada em nível nacional e vamos ter outras programadas em dez regiões para discutir o trabalho escravo.

(Continua apresentação de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu vou resumir aqui, porque é mais fácil do que o vídeo.

Nós fomos aos 27 Estados e em todos houve a emissão de uma carta. E em maio, teremos uma carta à Nação em um grande encontro nacional que faremos aqui em Brasília.

Em resumo, todos os Estados repudiaram a terceirização, foi unanimidade. Mesmo os empresários disseram que o projeto como veio da Câmara vai criar um desconforto jurídico maior do que existe hoje no setor.

Como na Bahia, por indicação do Senador Otto Alencar, era o 10º encontro que fazíamos, eu passei a ser Relator da matéria. De pronto, eu disse, no encerramento, que o meu parecer será pela rejeição do projeto da Câmara dos Deputados e apresentarei um outro fruto dessa jornada nacional, inédita para muitos, porque é a primeira vez que o Senado sai e vai a todos os Estados, para ouvir a população sobre um projeto de lei que interessa a todos. Eu farei um relatório regulamentando a situação dos 13,5 milhões de terceirizados, fazendo com que eles tenham os mesmos direitos que os outros trabalhadores. O terceirizado, hoje, no Brasil, em grande parte, é tratado como algo descartável. Usa, o gato some, muda de Estado ou mesmo de país e não paga a ninguém. Em cada 100 ações na Justiça, 80 são de terceirizados. Em cada 10 acidentes com sequela, 8 são de terceirizados. Em cada 10 mortes no trabalho, 5 são de terceirizados. Nessa viagem que fiz por todo o País, verifiquei que não deixam os terceirizados nem mesmo ir ao banheiro. Não deixam eles usarem o mesmo refeitório. E mesmo o vale-refeição e o vale-transporte não são iguais, não são no mesmo valor. O material de segurança nem se fala, comparando com os outros trabalhadores. Inclusive em grandes empresas, que tem

5 mil, 10 mil, 15 mil trabalhadores, o tratamento é totalmente diferenciado. É quase um trabalho análogo ao trabalho escravo.

E sou Relator também do projeto de combate ao trabalho escravo e vou mudar o nome do projeto. Hoje é "regulamentar o trabalho escravo". Eu farei um outro projeto, rejeitando este, com o nome "proibição do trabalho escravo". Porque trabalho escravo a gente proíbe, a gente não regulamenta.

Quero agradecer muito a todas as entidades do Brasil, confederações, centrais, federações, sindicatos, associações, tanto do Judiciário aqui presentes, como também as organizações dos trabalhadores do Executivo, do Legislativo, que, juntos, fizemos uma verdadeira caravana em nível nacional para que esse trabalho tivesse um resultado que espero muito positivo ainda este ano, rejeitando o projeto da Câmara e aprovando um projeto que diga que "trabalhador terceirizado é trabalhador igual a todos os outros."

Vamos nesse sentido para mostrar que essa discriminação com o trabalhador terceirizado não acontecerá mais no Brasil a partir do nosso relatório.

Era esse o resumo. E podem ter certeza de que, se tentarem aprovar projetos como este, eu voltarei a viajar a todos os Estados para atingir o mesmo objetivo: trabalho escravo não e todos os trabalhadores têm que ter direitos iguais.

Vamos, agora, ao nosso evento de hoje.

Quero, com muita satisfação enorme, já estou aqui com meu amigo Pellegrino, que é autor do projeto original que trata da regulamentação da profissão de salva-vidas.

Esse é um debate que iniciamos há muito tempo. Infelizmente, não deu para aprovar o projeto porque houve uma série de discordância sobre ele. Então, vamos aqui, de imediato, para a primeira Mesa. Chamo o Presidente da Associação Brasileira de Salva-Vidas Civis. O Sr. Marco Montemezzo. (*Palmas.*)

Chamo o Presidente da Associação Baiana de Salvamento Aquático, Sr. Pedro Barretto Ribeiro. (*Palmas.*)

Convido o Procurador do Trabalho, Secretário de Relações Institucionais do Ministério Público do Trabalho, Sebastião Vieira Caixeta, que participou ativamente do debate que há pouco relatei. (*Palmas.*)

Convido o Coordenador da Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático, Sr. David Szpilman. (*Palmas.*)

Convidamos Rafael Lins Mendes de Lima, Presidente da Academia Pernambucana de Salva-Vidas Civis. (*Palmas.*)

Convido, por fim, o Presidente da Cooperativa de Trabalho Especializada em Salvamento Aquático, Manutenção e Tratamento de Águas de Piscinas, Sr. Alexandre Braga de Oliveira. (*Palmas.*)

Essa e a primeira Mesa. Teremos, depois, mais duas Mesas.

Passo, de imediato, já que fiz uma introdução que tomou parte do tempo, para o primeiro inscrito como painelista, a não ser, claro, que o meu querido Pellegrino, autor do projeto, seja o primeiro a usar a palavra. Em seguida, concedo a palavra aos nossos convidados painelistas.

Por favor, Deputado Pellegrino.

O SR. NELSON PELLEGRINO – Primeiramente, bom dia a todos e a todas. Quero saudar todos os salva-vidas, os guarda-vidas civis e também militares no recinto. Saúdo o pessoal do Judiciário, o representante do Ministério Público do Trabalho, todos os Presidentes de associações tanto estaduais como nacional. Em especial, saúdo o meu amigo, esse ícone na defesa do mundo do trabalho no Senado Federal, que é o Senador Paulo Paim. Como ele aqui já adiantou, eu tive o privilégio de ser seu parceiro na Câmara Federal, quando éramos Deputado Federais. Após vários mandatos como Deputado Federal, o povo do Rio Grande do Sul o conduziu ao Senado Federal por diversos mandatos também.

Inclusive, Paim, estou de viagem marcada para São Paulo, porque, como você sabe, estou licenciado para o exercício de Secretário de Estado e tenho uma reunião importante agora, à tarde, em São Paulo.

Estive com os companheiros da Bahia na sexta-feira no meu gabinete em Salvador, e fizemos uma profunda análise do andamento do processo da tramitação do projeto de lei. Esse projeto já foi aprovado na Câmara Federal, de onde é originário. Aqui, no Senado Federal, tramitou por todas as Comissões, inclusive em caráter terminativo. Estávamos até com uma esperança grande de que, após a tramitação aqui em caráter terminativo, ele iria para a sanção da Presidente da República. Mas aconteceu um recurso, que é regimental, no sentido de que o esse projeto vá a Plenário.

É importante também registrar que não só esse projeto tramita nesta Casa, mas há também um projeto de autoria da Deputada Laura Carneiro. Esse projeto tem algumas semelhanças com o nosso, mas também tem algumas divergências. E, em função disso, a tramitação paralela desses dois projetos levou a um recurso para que fossem a Plenário. Ambas as matérias estão com recurso para irem a Plenário.

Penso que esta audiência pública de hoje se insere em um contexto de que fizéssemos esse debate. É um debate, eu diria, que tem que ser feito a quatro mãos.

Embora sob a sua liderança, como Relator do projeto e Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa – e eu acho que é muito oportuna esta audiência pública, para que todos possam se manifestar, colocar as suas opiniões, amadurecer um consenso –, eu, que estou acostumado a participar de audiências públicas nesta Casa e na Câmara Federal – e com muita honra também fui Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal –, nós, que vivemos, Senador Paim, o mundo parlamentar, sabemos que o Parlamento é a casa da negociação. Aqui nada acontece se não for por consenso: ou um consenso majoritário, ou um consenso total. Aqui é não só a casa da negociação como também a casa das mediações. No sistema parlamentar brasileiro, mesmo o Senado, que é uma Casa de representação dos Estados, com uma representação majoritária, é da essência do Parlamento representar todas as correntes da sociedade e, de certa forma, procurar evidenciar uma média desse pensamento.

É nesse sentido que eu queria marcar a minha participação nesta audiência pública; e esta é a contribuição que eu gostaria de dar.

A esta audiência pública tem que se seguir, Senador, um amplo debate sobre os dois projetos. Eu não diria, com isso, que o debate não está acontecendo. Já está acontecendo. Ele aconteceu nas Comissões temáticas, tanto sobre o projeto de Laura como sobre o meu também; e ele está acontecendo no âmbito das negociações. A propósito, eu já tive oportunidade de conversar com a Senadora Ana Amélia; já tive oportunidade de conversar com o Senador Otto Alencar, que, inclusive, é da Bahia; já tive oportunidade de conversar, à época, com o Senador João Durval, ainda na Legislatura passada; já tive oportunidade de conversar com a Senadora Lídice da Mata também, que está se dispondo a dar uma ajuda. Todavia, o que nós temos de fazer – e esta audiência pública, talvez, fosse o momento para isso, mas, pelo momento que estamos vivendo no País... Ontem mesmo, encontrei com a assessora da Senadora Lídice, que me explicava que a Senadora vai passar a semana toda fora do Brasil, numa reunião externa.

Eu pensava que o momento desta audiência pública era para reunirmos todos: a Deputada Laura Carneiro, o Senador Otto, a Senadora Lídice, a Senadora Ana Amélia, V. Exª e, principalmente, a categoria, os maiores interessados nesse projeto. Porém, isso não tira o brilho nem a importância, nem tira, digamos assim, a praticidade das audiências públicas, ainda porque esta audiência está sendo gravada e será transmitida pela TV Senado, de modo que pessoas, no Brasil inteiro, poderão acompanhar e participar deste debate sobre a regulamentação.

Eu, inclusive, quando Deputado Federal, na Câmara, eu iniciei um debate na Comissão do Trabalho, porque havia uma resistência em regulamentar novas profissões aqui, no Congresso Nacional. E a Resolução nº 001, da Comissão do Trabalho e Serviço Público, nós conseguimos, inclusive, mudar, Senador Paim, para dizer que pode, sim, o Congresso Nacional regulamentar profissões, que é legítimo que profissões sejam regulamentadas e que essa regulamentação traga deveres, traga direitos e traga órgãos fiscalizadores para que a profissão se exerça dentro dos limites da sua regulamentação, o que é muito importante. A regulamentação traz a profissionalização, traz a especialização, traz a qualificação profissional da categoria. De modo que nós conseguimos ultrapassar isso lá na Comissão do Trabalho, e, aqui também, o Senado evoluiu nessa mesma perspectiva.

Mas eu diria que os que me sucederão nas suas exposições abordarão diversos aspectos que envolvem a regulamentação da profissão, desde a sua denominação – uns denominam salva-vidas, outros guarda-vidas –, desde a abrangência em relação a essa regulamentação, inclusive estabelecendo em que limites a profissão é exercida, as condições para o seu exercício, a qualificação... E, aí, já vem uma divergência entre o nosso projeto e o projeto da Deputada Laura Carneiro: o nosso projeto estabelece que tem de ser, pelo menos, ensino médio para exercer a profissão. E vejam, Senador Paulo Paim e todos que estão assistindo a esta audiência e dela participando, que nós temos vários profissionais de nível superior no exercício da profissão, inclusive profissionais de educação física e outros.

Muitos dos profissionais que exercem a profissão de salva-vidas e guarda-vidas são, inclusive, profissionais de nível superior. E o projeto da Deputada quer estabelecer como exigência mínima o ensino fundamental.

Eu penso que nós já ultrapassamos essa fase no Brasil. Várias profissões já exigem inclusive nível superior. Mas até para mediar, para poder dialogar, mesmo que muitos dos que exercem a profissão tenham nível superior, nós dialogamos com a possibilidade do ensino médio. Essa é uma questão que nós estamos a pleitear junto ao projeto de lei, tentando buscar uma confluência nisso. Mas o nosso projeto avança um pouco mais em relação ao da Deputada Laura Carneiro, até porque ele é mais contemporâneo do que o dela. Com todo o mérito atribuído ao dela, o nosso é mais contemporâneo, porque ele veio depois que a profissão já avançou, já conquistou muitas coisas.

Então, na maioria dos Estados, hoje, Senador Paim, o adicional de insalubridade já é devido, mesmo sem previsão legal, porque há um reconhecimento de que essa atividade acontece em ambiente insalubre, seja no mar, seja nas piscinas. Então, já avançou nesse sentido.

O projeto pleiteia que haja uma dignidade mínima para a categoria, com piso nacional estabelecido e previsto no projeto de lei. Isso também é muito importante. O projeto quer avançar na segurança, quando estabelece um apontamento sobre a possibilidade e a necessidade de, principalmente nas piscinas, haver essa segurança, essa salvaguarda. Eu sei que há uma preocupação muito grande com o setor de turismo, e nós dialogamos com ela, conversei sobre isso com a Senadora Ana Amélia. Falo isto como Secretário de Turismo que sou. Estou indo agora para uma reunião do Fórum de Turismo. Mas nós temos que dialogar, nós temos que pensar o que é razoável, o que é possível, e nós temos que entender que tudo é uma construção, uma construção permanente, um avanço permanente. Eu participei aqui, neste Congresso Nacional, da discussão da regulamentação de várias profissões. No primeiro momento, nós tivemos conquistas... Quando não foram possíveis todas elas, nós apontamos para conquistas futuras.

V. Exª foi um padrinho dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de endemias aqui, nesta Casa, foi fundamental para a aprovação da regulamentação da profissão e sabe muito bem que, no primeiro momento, nós fizemos a previsão do piso nacional, para, depois, regulamentar. E Exª também teve uma participação destacada aqui em relação aos professores, os profissionais da educação, com o Plano Nacional de Educação, com a regulamentação do piso, com, no primeiro momento, a previsão e, no segundo momento, a própria regulamentação nos termos em que o piso foi estabelecido, foi fixado, e também os mecanismos de correção desse piso.

Então, são apontamentos diferenciados do nosso projeto em relação ao da Deputada Laura Carneiro, por quem tenho uma estima pela Deputada muito grande, que foi minha colega de Câmara Federal.

Eu encerraria minha participação, pelo menos neste momento, Senador Paim, fazendo uma conclamação a V. Exª, que é uma inegável liderança nesta Casa. V. Exª é um Senador respeitado por todos os partidos, por todos os blocos que formam esta Casa, um Senador que tem uma liderança inconteste nesta Casa. Faço este apelo a V. Exª não apenas por ser V. Exª Relator do projeto, mas também por ser Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa. Eu sei, porque me reuni com o pessoal da Bahia, que traduziu um sentimento nacional, que há uma esperança muito grande de que V. Exª lidere a aprovação desse projeto aqui, no Senado Federal. E a primeira medida que eu sugiro, até por uma questão de economia procedimental e processual nesta Casa, é que todas as matérias que são correlatas sejam reunidas numa única tramitação. Não há porque termos tramitações paralelas de projetos que tenham certa semelhança, embora haja divergências. Seria fundamental, talvez, Senador Paim, um requerimento, se ele já não existe, pedindo para se apensar todas as matérias correlatas. Há o meu projeto, o da Deputada Laura Carneiro e, parece-me, um da Senadora Lídice da Mata...

E tem aquele outro, Pedro, que fala da questão das piscinas...

Já está tramitando?

O SR. PEDRO BARRETTO RIBEIRO (*Fora do microfone*.) – São dois projetos que estão apensados na CDR.

O SR. NELSON PELLEGRINO – Pois é.

Então, seria importante que houvesse não só o apensamento, mas a reunião desses projetos e uma, digamos, uniformização na tramitação.

Eu digo isso, Senador Paim, porque a impressão que eu tenho é de que essa coisa vai ser decidida no plenário, com uma emenda aglutinativa. Por isso, seria fundamental que V. Exª conduzisse, que V. Exª liderasse esse processo, conversando com a Senadora Ana Amélia, conversando com o Senador Otto Alencar, com a Senadora Lídice da Mata, com a Deputada Laura Carneiro, para que possamos ter, em plenário, numa emenda aglutinativa, num substitutivo, um projeto que reúna a média do que se está pensando, mas evidentemente indo ao encontro das expectativas da categoria – e acho que isso é possível. Estive inclusive numa reunião de trabalho na sexta-feira com os nossos amigos da Bahia, e nós chegamos à conclusão de que é possível reunir tudo numa matéria só.

A própria associação apresentou um texto, que é o ponto de partida para esse consenso, e tenho certeza de que esse texto será apresentado, mas, ontem à noite, coincidentemente, eu estava fazendo compras no posto e encontrei alguns amigos que estavam numa expectativa grande, Senador Paim, de que o projeto fosse votado hoje. Expliquei que hoje ainda não seria este momento; que seria uma audiência pública em que faríamos esse debate e que seria o momento de procurarmos caminhos.

Então, para concluir esta minha participação, eu faria algumas proposições aqui nesta audiência pública, fazendo esta exaltação a que V. Exª lidere esse processo.

A primeira coisa é reunir todas as matérias em uma única tramitação, para que possamos uniformizar a tramitação dessa coisa aqui na Casa.

Segundo, que V. Exª lidere esse processo. Estou disposto a ajudar, conversar com a Deputada Laura, continuar conversando com os Senadores Lídice, Ana Amélia e também com o nosso Senador de Santa Catarina, Dário Berger, que também está acompanhando esse processo. É um ator principal. Conversei com ele também

sobre essa questão, e colocou-se aberto a esse debate também, o que acho muito importante. É um Senador que tem larga experiência, já foi prefeito. Portanto, sabe o que é negociação. Que V. Exª lidere esse processo, e possamos, nessa reta final – eu diria, talvez, que estamos nos 15 minutos da prorrogação –, nesses 15 minutos da prorrogação, possamos encontrar um texto de unidade, um texto de confluência, para que esse texto possa efetivamente ser votado em plenário, sendo, então, confirmado na Câmara Federal, fruto de amplo consenso, construído nesta Casa.

Que possa recepcionar todas as preocupações dos diversos Senadores que se envolveram nesse projeto e nesse processo, mas que venha também ao encontro das expectativas da categoria, que quer e que anseia que haja não só a regulamentação da sua profissão: que essa regulamentação traga direitos, mas também traga deveres; que traga cada vez mais a profissionalização da categoria, a melhoria cada vez maior da qualidade do serviço prestado. Essas pessoas lidam com vidas, e a vida é o bem maior que Deus nos deu. Elas salvam vidas no dia a dia, na sua atividade, arriscam suas vidas para salvar vidas também e, de certa forma, precisam de dignidade no exercício de sua profissão, precisam de direitos para exercer sua profissão e precisam também, evidentemente, de um órgão que fiscalize para que, havendo a fiscalização, a profissão seja exercida no estrito limite do que está estabelecido na lei.

Então, queria parabenizar V. Exª pela realização desta audiência pública, saudar todos que aqui participam, esperando que, ao final, tenhamos esses encaminhamentos, para que possamos avançar e conseguir o desiderato, que é a aprovação do projeto de lei aqui nesta Casa, com a confirmação na Câmara Federal, e, depois, a sanção da nossa Presidente da República.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Deputado Nelson Pellegrino. (*Palmas.*)

A proposta aqui apresentada pelo Deputado Nelson Pellegrino já foi feita ao Plenário.

Encaminhamos à publicação os seguintes requerimentos: nº 101, de 2016, de autoria da Senadora Lídice da Mata, solicitando tramitação conjunta do PLS 66, de 2011; 42, de 2013; 48, de 2014; 71, de 2014.

Requerimentos 102, de 2016, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando tramitação conjunta. Além disso tudo, do 66/2011; e 42, de 2013.

– Requerimento nº 103, de 2016, de autoria do Senador Wilder Morais, solicitando tramitação conjunta dos PLCs 66/2011, e 42/2013.

Os requerimentos serão incluídos em ordem do dia oportunamente. Ou seja, o meu relatório está na Mesa e, a partir do momento em que lá chegou para ser votado, houve uma série de requerimentos para que todos sejam apensados.

Claro, no fim da nossa audiência pública, vamos dar o encaminhamento adequado, no sentido de que os requerimentos sejam aprovados e o projeto venha para esta Comissão, porque estamos, como aqui foi dito muito bem pelo Deputado, tratando de vidas. E vida é tudo de que esta Comissão trata, melhorar a qualidade de vida das pessoas. E estando nesta Comissão, eu já sou Relator na Ordem Social, serei Relator também aqui, no sentido de que você falou, de fazer uma única peça que contemple a visão de todos, refletindo a vontade da categoria.

Aqui nesta, às vezes é estranho – me deixem falar isso para vocês, não como um desabafo, mas é real –, às vezes há o movimento de regulamentar a profissão. Só que algumas profissões são regulamentadas, outras não. A de vocês, eu não tenho nenhuma dúvida de que deve ser regulamentada. Por isso, estou otimista quanto ao projeto.

Vieram falar comigo sobre o tema diversos setores, diversos Senadores e Deputados, e eu disse que tinha um compromisso com vocês e que iria trabalhar para a regulamentação da profissão, que não tinha lero-lero nem lero-lero, que eu ia trabalhar para a aprovação.

Fica aqui o meu compromisso. Eu vou, mediante esta audiência pública, no encaminhamento final, dialogar com o Presidente do Senado e pedir a votação dos requerimentos e que o projeto venha para esta Comissão. E nós aqui, então, vamos construir um substitutivo global que contemple a posição da parte principal interessada, que eu diria que não são nem vocês, são as pessoas que tomam banho em piscina, rio, mar, praia. Enfim, para o bem deles, nós temos que aprovar a profissão de vocês. (*Palmas.*)

Passo a palavra, então, ao Presidente da Associação Brasileira de Salva-Vidas Civis, Marco Montemezzo.

Acendeu a luz verde, está valendo. Dez minutos para cada convidado

O SR. MARCO MONTEMEZZO – Bom dia a todos. Bom dia, Senadores; bom dia, componentes da Mesa.

A Associação Brasileira de Salva-Vidas Civis é uma entidade fundada em 2010, no Rio Grande do Sul, em prol de algumas questões que geraram problemas para a contratação no atual governo que estava. Fundada

ela, começamos uma linha de raciocínio na Brigada Militar, que é a entidade que regulamenta a formação e a estada nas praias, em conjunto com os militares.

Ao longo de todo esse tempo, nós começamos a entrar no âmbito nacional e ver que todos os salva-vidas civis do Brasil têm problemas nos seus Estados. Problemas todos nós temos, mas a Abrasvic vem a esta audiência pública buscar regulamentação. Nós temos vários problemas, Senador. Em alguns Estados, o piso salarial é muito diferente. Nós estamos em um país onde cada Estado poderia ser considerado um país, com morfologias diferentes. No Estado do Rio Grande do Sul, nós temos a influência dos ventos. Já na Bahia, nós temos a influência das marés.

A questão toda aqui é regulamentar a profissão. Nesse ponto, a Abrasvic vem com algumas propostas.

Nós queremos o bem geral tanto do salva-vidas civil, quanto do entendimento de todos os militares que trabalham em conjunto, como, por exemplo, no Estado do Rio Grande do Sul e no Estado de Santa Catarina, onde trabalham um pouco menos de militares, mas, no Estado do Rio Grande do Sul propriamente, cada civil trabalha junto a um militar, e, a cada ano, nós vimos galgando conquistas. Hoje, no Estado do Rio Grande do Sul, nós conseguimos chegar a um salário em torno de R$3.050,00, com todos os descontos e Previdência, coisa que, em outros Estados, nós sabemos que não acontece. Ponto.

A proposta da Abrasvic hoje vem de encontro à maior briga que está havendo nesta audiência pública, que são os carros-chefes: o PLC 66 e o PLC 42. Muito bem. O PLC 48 tem vários pontos também que se agregam a este nosso estudo, ou seja, o estudo do 66, 42 e 48. Algumas coisas foram suprimidas por interesses até pessoais de alguns Estados, mas eu acho que, fundamentalmente, nós temos de regular a profissão de maneira que fique bom para todas as partes. Nós não viemos aqui para atacar ninguém; viemos aqui simplesmente para regulamentar a profissão.

Considera-se que guarda-vidas é o profissional apto a realizar práticas preventivas de salvamento relativas à ocorrência de sinistros em ambientes aquáticos. Inclua-se o profissional qualificado a trabalhar em piscinas, mares, rios, represas, clubes, condomínios, escolas, universidades, hotéis, parques e em todos os ambientes aquáticos de uso coletivo e público.

Para cada formação de um guarda-vidas, foram propostas a quantidade de 160 horas e 40 horas semanais, no âmbito geral. Só que a proposta da Abrasvic é que, para a profissão de guarda-vidas em mar, águas internas – que é o que ocorre hoje no Rio Grande do Sul, que seriam rios, lagos, represas e piscinas –, teria que haver três salários diferentes, ou seja, nós teremos de criar uma nova situação. Não podemos, por exemplo... Muitas vezes, nós vamos afugentar o empresário que vai contratar o salva-vidas, e aí vai começar a haver um grande boicote com esse profissional. Ou seja, nós precisamos criar um piso salarial que fique bom para todos. Por exemplo, que um guarda-vidas de mar ganhe R$3 mil, mas, para os guarda-vidas de piscina, no âmbito, hoje, dos 300 metros de espelho d´água, seria inviável; não há como pagarmos oito salva-vidas a R$3 mil, por exemplo.

Então, nós teremos que criar uma carga horária para cada situação – mar, piscina e internas. Essa é a proposta da Abrasvic. Ou, então, é preciso haver uma base geral para todos esses fatores – mar, piscina e rios –, e precisamos criar, num consenso de todos, uma carga horária geral. Mas a Abrasvic tem uma proposta diferente.

Quanto ao credenciamento com base na "verificação das condições estabelecidas no inciso IV do art. 3º desta lei", que será revalidado por dois anos pelo órgão competente responsável pela fiscalização da profissão, que se substitua por "credenciamento com base na verificação das condições estabelecidas no art. 3º desta lei".

A proposta da Abrasvic é que nós, associações, tenhamos uma escola técnica em que venhamos a trabalhar juntamente com todos os salva-vidas; mas o que é uma associação?

Na verdade, ela sindicaliza e luta pelos direitos. Nós do Estado do Rio Grande do Sul pagamos para lutar pela categoria. Eu estou aqui em nome de todos os salva-vidas civis do Estado do Rio Grande do Sul e tentando agregar o resto dos salva-vidas do Brasil.

A proposta da Abrasvic também inclui uma escola técnica em que haja as mesmas ideias de formação, porém com uma qualificação melhor dos profissionais, porque o fato principal é a vida humana. Percebemos, pelas discussões que acontecem, aqui também, hoje mesmo, que muitas pessoas estão focadas em seus interesses próprios. E nós não viemos por interesses próprios, viemos pela vida humana. Vida é um bem precioso. (*Palmas.*)

Ainda tenho um minuto e cinquenta e três segundos?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ainda tem dois minutos, mas sempre há uma tolerância, se necessário, de mais dois minutos.

O SR. MARCO MONTEMEZZO – Certo. Vou abordar mais dois tópicos sobre questões que temos hoje no Rio Grande do Sul.

As principais seriam a carga horária, as escolas técnicas e a questão salarial, que eu não discuto. Deveria haver um piso salarial que não afugentasse os Estados a contratar salva-vidas civis. Os Estados de Santa Catari-

na, São Paulo e Rio Grande do Sul são os que mais contratam salva-vidas civis, e não devemos afugentar essas contratações com salários exorbitantes. No Rio Grande do Sul, os salários são de R$1.389,00 mais 100% de risco de vida para mar, internas e piscinas.

Ou seja, essas três propostas.

Temos que fundamentar as obrigações e os direitos trabalhistas de nós todos. Eu também sou salva-vidas, tenho 40 anos de idade, trabalho já há 12 anos nessa função, só no Estado do Rio Grande do Sul. Portanto, o que hoje eu venho propor a todos os senhores é que não devemos focar em brigas que não nos levarão a nada, e sim no piso salarial, na regulamentação da profissão e na realização de acordos.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCO MONTEMEZZO – No Rio Grande do Sul não há muitas piscinas, mas em outros Estados, como aqui em Brasília mesmo, há milhares de piscinas. Então, temos que entrar em um acordo, um consenso que seja bom para todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Marco Montemezzo, Presidente da Associação Brasileira de Salva-Vidas Civis.

Você deu o recado final para o pessoal. Nesta Casa, já é difícil aprovar um projeto que vá beneficiar quem trabalha, quem trabalha mesmo, e vocês trabalham. Se estiverem divididos, cada um puxando para um lado, complica tudo. Por que conseguimos fazer esse roteiro dos 27 Estados e trancamos o projeto que precarizava tudo? Porque todo mundo se uniu – o Sebastião Caixeta participou ativamente – e trancamos o projeto da Câmara. Estamos avançando para algo bem razoável, mediante uma grande unidade. Portanto, a sua palavra de que todo o setor deve se unir é fundamental. Porque há um *lobby*, vocês conhecem, de um certo setor empresarial, principalmente vinculado a grandes balneários, que tenta travar o projeto. Agora, nós temos que, além de estar unidos do lado de cá – sem aquela história de nós e eles –, dialogar com eles na busca de entendimento no campo da razoabilidade. Penso que é correto o seu pensamento de às vezes deixarmos certas vaidades deste ou daquele grupo e trabalharmos todos com o mesmo interesse.

Deixe-me apenas citar um exemplo. Nós estávamos trabalhando para lançar a Frente Parlamentar em Defesa da Previdência. Daí quebrou um pau – essa é a expressão correta – porque uns entendiam que previdência é assistência.

Eu digo: pessoal, o que interessa é a ação final, é a causa, não ficar brigando por a, b ou c, por nomenclatura ou nome para cá e para lá – parece que ele se acalmou; vai sair a Frente Parlamentar.

Pedro Barretto Ribeiro, Presidente da Associação Baiana de Salvamento Aquático, por favor: 10 minutos com a tolerância necessária se for preciso.

O SR. PEDRO BARRETTO RIBEIRO – Bom dia a todos.

Sou Presidente da Associação Baiana. Desde que assumi a Associação neste mandato da nova diretoria, venho trabalhando pela aprovação do PLC nº 42/2013. O Deputado Pellegrino o apresentou à Associação anos atrás, antes até de eu atuar como salva-vidas. Ele já tinha feito esse contato com o Vice-Presidente Geraldo.

Eu preparei uma apresentação, e dela faz parte o nosso hino nacional, que foi composto por um salva-vidas de Salvador com a participação de alguns colegas. O hino fala muito da essência da nossa profissão. Vou cantá-lo:

Fazemos parte de um corpo tão bonito
Com a missão sublime de salvar.
Uma vida que esteja em perigo
O salva-vidas está pronto para atuar.
Sou salva-vidas e prezo pela vida
A qualquer tempo, a qualquer hora
em qualquer mar.
Essa missão já faz parte da minha vida
E peço a Deus também para me guardar.
Nossa rotina abrange o ano inteiro
Da lua nova de inverno a verão
Da lua cheia de janeiro a janeiro
Esse é o lema da nossa corporação.
No dia a dia arriscando nossas vidas
Com amor, coragem e determinação
Somos amigos, guerreiros companheiros

Desempenhando essa nobre missão.
Do lagamar desconhecido mais profundo
Do desespero nebuloso e hostil
Laborioso defensor da vida humana
Fulgor e glória aos salva-vidas do Brasil.
Homens ao mar Salvamar
Resgate no mar Salvamar. (*Palmas.*)

A letra é de Paulo Caldas, Márcio Dantas e Wilson Gomes, salva-vidas do Salvamar. Foi musicada por Paulo Caldas e Onídio Macedo, também salva-vidas. Essa música é interessante porque mostra um pouco da cultura do salva-vidas.

O salvamento aquático na Bahia. Contamos hoje, na Bahia, com dezenas de serviços de salvamento aquático civil. Há alguns particulares, de hotéis, de empreendimentos dessa natureza, e há outros públicos, nos Municípios. Em algumas cidades ainda se pratica a terceirização, algumas têm servidores públicos concursados. Há alguns que têm vínculos de trabalho ainda piores, coisa de indicação política, contrato direto com prefeitura por indicação política e coisas desse tipo. Esse é um dos grandes problemas do salvamento aquático, acredito que em todo o Brasil. O Exmº Senador conhece bem o problema da terceirização, e nossa categoria não está livre desse problema, vem sofrendo muito com isso: temos aí Lauro de Freitas, Salvador, Ilhéus, Camaçari, Itacaré – algumas dessas cidades estão até aqui representadas, há um pessoal de Ilhéus, um pessoal de Itacaré, a maioria dos amarelinhos é de Salvador, mas temos entre nós diversos Municípios representados.

Quanto vale uma vida? Essa é a pergunta que todo mundo se faz quando falamos de salvamento aquático. Quanto vale uma vida? Vamos aprofundar um pouquinho mais: quanto pagaríamos pela vida e plena saúde de um filho nosso? Cada um que tem um filho, um irmão, uma mãe: quanto você daria de sua vida por essa pessoa? Aí vamos aprofundar um pouquinho mais: quanto vale a vida de quem passa a vida, fez a escolha de vida de passar a vida salvando a vida dos filhos dos senhores? O salva-vidas salva a vida de vários filhos dos senhores, do seu hoje, do de lá amanhã. Às vezes, no mesmo dia, atende 40 ocorrências de pré-afogamento.

Quanto vale a vida de um profissional como esse? Eu tenho a premissa de que é impossível dar o devido valor ao salva-vidas. Por mais que tentássemos aqui, não conseguiríamos chegar lá. É por isso que temos a necessidade urgente de sair dessa desvalorização completa que vive o salva-vidas hoje para um nível médio pelo menos. Vamos fazer uma mediana disso porque está demais. Precisamos urgentemente da reorganização dos serviços de salvamento aquático em nosso País. Precisamos de diretrizes para que alguns não tirem vantagem daqui, outros dali, e a vida humana, que é o bem mais precioso a ser preservado, como bem falou o colega, fique em segundo, terceiro, quinto plano, fique sempre para trás.

Temos a ideia de que os salva-vidas são integrantes do sistema de saúde. Nós somos profissionais de saúde, é isso o que promovemos. A segurança pública está envolvida, mas a principal função do salva-vidas é preservar a saúde dos banhistas, a saúde da população que frequenta os ambientes aquáticos. Nesse sentido, buscamos estar mais próximos ao Ministério da Saúde, aos profissionais da saúde, medicina e educação física inclusive, que dialogam com essa área.

Nós temos uma questão que é muito colocada, e sempre se tenta uma desqualificação por via da nomenclatura. Aí pegamos aqui o que falam os dois projetos: o salva-vidas e o guarda-vidas. Eles exercem a mesma função? Segundo as duas propostas de lei, ali temos quase divergência zero. É no nível fundamental e no nível médio onde vamos ter uma diferença. Entendemos que, seja guarda-vidas, salva-vidas ou qualquer nomenclatura que venhamos a inventar agora, ele exerce a mesma função, ele está ali para prevenir, ele está ali para resgatar, está ali para atuar da mesma forma. As atribuições que são dadas ao salva-vidas ou ao guarda-vidas não vêm ao caso, mas isso tem sido tema de disputa, e não sei o porquê disso.

Como o Ministério do Trabalho classifica? Temos a CBO... E há uma família na CBO que classifica os bombeiros e os salva-vidas e, dentro dos títulos, temos ali os subgrupos. Há os bombeiros de aeródromo, o bombeiro civil, que já é regulamentado inclusive, e o salva-vidas. Aparecem como funções correlatas ali o guarda-vidas e o salva-surf. Eu acho que aquilo ali é perfeito, porque é como a população conhece. Eu nunca vi um afogado gritar por guarda-vidas, nunca vi as pessoas em pânico na praia gritarem por salva-vidas. Também quando vejo na TV... A Rede Globo mostra lá o fardamento do salva-vidas. Quando o guarda-vidas, fardado de guarda-vidas, vai à televisão dar entrevista, a imprensa coloca nas legendas: "Salva-vidas". Eu entendo que é assim que a população conhece o profissional, e eu não estou aqui para discutir o conhecimento popular. Não me oponho a que em certa região, que tem essa cultura, ele seja chamado de guarda-vidas. Agora, eu acredito que todos aqui vão se ofender muito se, como eles se entendem a vida inteira, salva-vidas, deixem de ser a partir de agora. O meu colega ali, com mais de 30 anos de serviço, foi salva-vidas a vida inteira, não é, colega? Agora temos esse

óbice. Como a nossa cultura se refere à profissão? Temos aí a música do Caetano Veloso, chamada Salva-Vida, que foi feita em homenagem a um colega nosso, o Elmo, um colega respeitado por todos, que tem mais de 30 anos de carreira também. Nela, Caetano Veloso diz:

Místico pôr-do-sol no mar da Bahia
E eu já não tenho medo de me afogar
Conheço um moço lindo que é salva-vida
Um da turma legal do Salvamar...

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO BARRETTO RIBEIRO – Vamos mudar um pouquinho de assunto e falar da precarização dos serviços. Olhamos pelo País e encontramos muita coisa inadequada, como, por exemplo, o voluntariado remunerado – acredito que o pessoal de Santa Catarina vá tratar disso. Realmente, entendemos como uma burla à CLT o que vem sendo praticado, inclusive com o apoio de leis estaduais no Estado de Santa Catarina.

O profissional de Santa Catarina é chamada ao voluntariado, mas é bem remunerado pela diária, tem uma remuneração diária para sua locomoção e alimentação, e é com essa remuneração que ele sustenta a família em casa. Muitos serviços temporários, no País – a maioria dos Corpos de Bombeiros não dá conta do serviço, principalmente na alta temporada, e são buscados como reforço de salva-vidas. Na hora em que têm que dar o plantão na praia, chamam o reforço do salva-vidas civil. Essa formação é sempre descontinuada, porque o salva-vidas se prepara para uma temporada e sai de cena, depois se prepara para uma temporada e sai de cena, mas reclama disso e é cortado do serviço, não podendo mais nem se voluntariar, muitas vezes. Temos exemplos disso, que acredito que serão colocados.

Essa submissão inadequada da mão de obra a quarteis e oficiais militares vem sendo tema de muitos choques, vem sendo a temática de muitos problemas. Nós, em Salvador, graças a Deus, há muitos anos, temos a nossa coordenação própria. Somos ligados à Prefeitura de Salvador, assim como acontece em Lauro de Freitas, assim como acontece em Ilhéus. Somos independentes e não temos tutela militar em cima do nosso serviço.

Nota-se também um desequilíbrio muito grande entre os investimentos. Aquele local que investe em equipamentos não investe em pessoal, não investe em recursos humanos. E o pessoal que investe em recursos humanos esquece os equipamentos. Temos, em Salvador, uma mão de obra muito qualificada, que leva no ombro o salvamento aquático, porque a Prefeitura não dá a mínima condição em equipamentos e coisas assim. Vemos colegas ganhando muito mal, tendo dificuldades, às vezes tendo que buscar outras formas de complementação de renda para sustentar a família, e com todo equipamento.

Em Salvador, sequer temos um rádio para comunicação com os postos para pedir socorro. Se o salva-vidas não tiver crédito no celular, se não tiver um celular carregado, dele, próprio, para ligar para o 192 para pedir socorro ao Samu, a vítima fica lá horas e horas a fio. Há anos pleiteamos um equipamento de comunicação e não temos.

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO BARRETTO RIBEIRO – Estou estourando o tempo, mas quero falar um pouco sobre os afogamentos.

O Brasil é o terceiro País no mundo em mortes por afogamentos, ficando atrás de Rússia e Japão apenas, segundo a OMS. Com os atendimentos da Salvamar em Salvador, que conseguimos depois do último concurso em 2008, com a renovação do quadro, mais 150 profissionais atrelados ao quadro, conseguimos diminuir muito, em mais de 50%, as mortes por afogamentos, aumentando, muitas vezes, os atendimentos, o número de prevenções e o número de resgates. Com a presença mais constante do salva-vidas, atuamos mais, fizemos muito mais resgates, e morreu menos gente. Então, esse investimento acaba trazendo economia para os cofres públicos, reduzindo óbitos e atendimento hospitalar dessas pessoas.

Regulamentação.

Temos os quatro projetos que tramitam e foram citados: o de nº 42 e o de nº 66, que estão muito em rota de colisão, e o de nº 48 e o de nº 71, que estão apensados na Comissão de Turismo. A tendência é de que o de nº 71, por estar muito detalhado, não siga adiante. Conhecemos a inclinação, pelo menos do Senador, em relatório passado, em que ele se coloca pela reprovação do projeto. O de nº 48, que é mais sucinto, ele quer aprovar. E temos uma proposta de adequação a ele por entender que um salva-vidas para cobrir 200 pessoas, segundo o que ele fala, é inadequado, porque o atendimento que é dado às vítimas de diversas ocorrências é feito em dupla. Aprendemos a agir...

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO BARRETTO RIBEIRO – ... em dupla porque assim é mais eficiente. Então, temos uma proposta. Vemos que a obrigação do profissional salva-vidas na borda da piscina entra em colisão com diversos setores, mas queremos equalizar esses problemas. Achamos que, pensando juntos, conhecendo um ao lado do outro, chegaremos a um consenso, fazendo nossa exposição de motivos e ouvindo o profissional de educação física em aulas, em atividades esportivas. Entendemos que se pode estabelecer um consenso sobre algum método de que o conhecimento, o aperfeiçoamento acadêmico dele para a área de resgate pode vir a gerar o entendimento de que ele é um salva-vidas. Se ele conhece salvamento aquático, ele é um educador físico e salva-vidas. Quanto a isso, não há óbice, ou seja, de um professor de educação física treinado atuar como salva-vidas.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora sim, mais um minuto.

O SR. PEDRO BARRETTO RIBEIRO – Então, nós pensamos – e não sei se essa é a forma correta, pois a gente não entende muito de técnica legislativa – em deixar a proposta de duas formas: um projeto traria o texto da regulamentação do salva-vidas, com direitos e deveres do profissional, e um projeto traria as obrigações do empresário, dos balneários, das piscinas e das academias. Com isso, inclusive, a gente ganharia mais tempo para discutir essa obrigação empresarial, mas os direitos e deveres do salva-vidas estariam já delineados e com a lei aprovada.

Nós trazemos... Eu não sei como faço, Senador, com essa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deixa que a gente trabalha.

O SR. PEDRO BARRETTO RIBEIRO – É isso.

Nós temos as propostas para mostrar a vocês, mas, como já estourei o meu tempo e tenho que respeitar também os colegas, eu agradeço a todos a atenção.

(Manifestação da plateia.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Esse foi o Pedro Barretto Ribeiro, Presidente da Associação Baiana de Salvamento Aquático.

Confesso que desse dado eu não sabia: nós somos o terceiro país do mundo, conforme ele disse aqui, em matéria de mortes por afogamento. Ou seja, mais do que nunca, são argumentos para que nós aprovemos o projeto. Eu só não tenho claro se seriam dois ou apenas um. Isso a gente discute com o grupo depois.

Procurador do Trabalho, Secretário de Relações Institucionais do Ministério Público do Trabalho, Dr. Sebastião Vieira Caixeta, com a palavra.

O SR. SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA – Bom dia, senhoras e senhores!

Eu quero aqui, mais uma vez, agradecer ao nosso dileto amigo Senador Paulo Paim, que merece todas as homenagens dos membros do Ministério Público do Trabalho, e dizer a V. Exª que, sempre que formos honrados com um convite para aqui estarmos, aqui estaremos. Entendo isso como o atendimento a uma convocação necessária para o debate dos temas que são discutidos aqui, todos da mais alta relevância para os direitos humanos e, como é o caso deste, em particular, para o mundo do trabalho. A função institucional do Ministério Público vai justamente na linha de promover a justiça social, os direitos sociais indisponíveis, e esse tema, sem dúvida nenhuma, se insere nessa defesa de uma cidadania trabalhadora mais concreta.

Quero cumprimentar também o Deputado Federal Nelson Pellegrino, autor do projeto, pela sua parceria nessa luta junto com o Ministério Público do Trabalho.

Quero cumprimentar as associações aqui presentes, todas as senhoras e os senhores trabalhadores.

A minha manifestação aqui, Sr. Senador, como membro do Ministério Público do Trabalho, vai na linha de dizer algumas coisas de ordem técnica, e eu começo dizendo que, de fato, existe uma controvérsia, em termos de Direito do Trabalho, sobre se é conveniente ou não regulamentar profissões. Todavia, acho que, neste caso específico, isso nem vem ao caso, porque, como bem referiu o Deputado Nelson Pellegrino, estão atendidos todos os requisitos, inclusive uma regulamentação estrita da Comissão do Trabalho e Serviço Público da Câmara dos Deputados, no sentido de que é uma profissão que requer, sim, regulamentação, qualificação, uma profissão que carece de reconhecimento de direitos básicos para a preservação da dignidade desses profissionais que aqui estão, e, quero destacar, uma profissão que lida com vidas humanas, com a preservação da vida e da saúde dos humanos.

Eu, hoje, até por uma infeliz coincidência, assistindo ao Bom Dia DF, vi que nós tivemos, aqui, ontem, um afogamento no Lago Paranoá, em um clube. Apesar de não saber detalhes dessa tragédia, penso que essa notícia milita, sem dúvida nenhuma, em favor da necessária regulamentação dessa profissão e da necessidade de que nós todos, cidadãos, tenhamos a tranquilidade de sabermos que nossos filhos e nossos familiares, em locais onde haja piscina, ou aqui, no Lago Paranoá, ou na nossa grande orla marítima, que se estende por

milhares de quilômetros por todo o Brasil, estão em segurança nesses momentos de lazer, de que eles não passarão por uma tragédia.

Especificamente quanto ao projeto, já superando, portanto, a questão preliminar da necessidade de sua regulamentação, nós precisamos verificar... Tenho certeza de que o Senador Paulo Paim, que tem agido assim em outras situações de grande relevância, demonstrando sensibilidade e conhecimento ao provocar uma abertura para uma discussão bastante ampla contemplando as diversas peculiaridades das matérias que lhe chegam, saberá tratar com a competência e a sensibilidade que lhe são peculiares também desse tema.

É importante que se busque, sim, uma convergência, porque aqui, dentro do Congresso Nacional – dou este testemunho –, avançar em termos de defesa de direitos dos trabalhadores tem sido uma tarefa inglória. Nós estamos trabalhando aqui, no mais das vezes, para evitar retrocessos. Um exemplo disso – e aí, mais uma vez, uma homenagem ao Senador Paulo Paim – é a questão da terceirização, assim como o projeto que proíbe o trabalho escravo, que, na verdade, é uma tentativa de retroceder em uma luta em que o Brasil é referência. E nós temos, aqui, junto com o Senador Paulo Paim, conseguido que essas iniciativas precarizantes não tenham o andamento que muitos, aqui, nestas duas Casas do Congresso Nacional, querem que tenha. Nós estivemos, várias vezes, na iminência de aprovação desses dois projetos em regime de urgência, da retirada deles das comissões e de sua votação direta no plenário, evitando maiores discussões, mas, felizmente, com a articulação e a liderança do Senador Paulo Paim, nós conseguimos barrar esse avanço em relação ao projeto de lei da terceirização, que tem um texto, aprovado na Câmara, muito ruim e que milita em favor de uma absoluta precarização das relações de trabalho, mas isso promove, de maneira absoluta, uma reforma trabalhista que jamais alguém teve coragem de propor de maneira clara, sequer nesses dois projetos, da forma como ele vem tratando e vem... E foi aprovado na Câmara dos Deputados promover uma reforma trabalhista inédita e ceifar de maneira contundente muitas das conquistas do movimento de vocês, trabalhadores, ao longo de décadas. Na mesma linha vai esse projeto de lei que quer diminuir o conceito de trabalho escravo.

Em relação à situação de terceirização, Senador Paulo Paim, chamo a atenção para o fato de que aqui este projeto também corre esse risco. Precisamos evitar uma das situações que acho... Essa matéria da terceirização sempre está à espreita em muitos projetos. V. Exª também está acompanhando isso e, recentemente, aprovou requerimento sobre o projeto da parceira público-privada, que trata da terceirização. A verdade é que se quer privatizar os presídios no Brasil, de maneira absolutamente inconstitucional. Felizmente, V. Exª aprovou, na semana passada, alguns requerimentos que abrem a possibilidade de uma discussão mais ampla desses projetos, e aqui também vejo que há propostas de terceirização dessa atividade, e de maneira ampla.

Eu ponderaria que essa situação não deveria entrar nesse projeto de lei. Aqui, dever-se-ia tratar da regulamentação da profissão reconhecendo os direitos da categoria, e a situação da terceirização ficaria para projeto próprio, que está sendo discutido de maneira ampla. E ainda teremos um grande evento em maio, em que podemos construir um texto que, inclusive, regulamentará essa possibilidade.

(Soa a campainha.)

O SR. SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA – Algumas situações que se colocam aqui parecem absolutamente inconstitucionais. É importante destacar a linha de dar dignidade – acho que esse é o valor que se precisa reconhecer aos profissionais desta área – ao exercício da profissão.

Aí, é importante termos o meio ambiente de trabalho, que é um grande problema que vejo, e o Ministério Público, em algumas investigações, tem detectado essa falta de respeito às normas mínimas de reconhecimento de um meio ambiente do trabalho. Então, aos profissionais que têm de salvaguardar nossa vida e nossa saúde não é dado um mínimo de condições de trabalho para que exerçam com dignidade sua profissão.

É claro que o reconhecimento também pela remuneração é importante, mas aqui eu destacaria, para finalizar, a situação, também referida pelo Presidente Pedro, da Abasa (Associação Baiana de Salvamento Aquático), de fraudes que se perpetram na contratação desses profissionais.

Nós temos a possibilidade de contratação desses profissionais diretamente pelo Poder Público, mediante leis específicas que têm de respeitar os comandos constitucionais, inclusive aqueles que determinam a execução direta de alguns serviços que não podem ser transferidos à iniciativa privada, mas temos também a situação dessa contratação por burla à CLT, porque, não sendo por aí, a CLT deve ser respeitada, e acho que esse projeto também tem de se preocupar com isso.

(Soa a campainha.)

O SR. SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA – Então, Senador, para não me alongar mais, em nome dos membros do Ministério Público do Trabalho, faço estas ponderações de que a regulamentação do projeto é, sim, necessária e de que o projeto tem de levar em consideração esses direitos básicos que estão previstos na Constituição,

no sentido de dar dignidade a essa categoria de trabalhadores, e a nomenclatura aí pouco importa. Importa a atividade essencial e bastante digna e reconhecida de laborar em prol da saúde e da segurança da população.

Nesse sentido, é necessário que esta Casa regulamente os direitos desses trabalhadores, para dar como contrapartida essa dignidade que a categoria merece.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Esse foi o Procurador do Trabalho Sebastião Vieira Caixeta, Secretário de Relações Institucionais do Ministério Público do Trabalho.

Vamos, de imediato, para o Coordenador da Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático, Sr. David Szpilman.

O SR. DAVID SZPILMAN – Bom dia a todos!

Eu sou médico e trabalhei 30 anos na praia com os guarda-vidas, e, como médico que trabalhou e chefiou terapia intensiva, emergência, trabalhando em helicóptero, em todo esse processo e com o pé na areia durante 30 anos, tenho certeza de que – eu sempre digo isto em todas as palestras no Brasil e no mundo – não existe profissão a ser mais valorizada do que a de guarda-vidas. Não existe um profissional que esteja tanto com a vida das outras pessoas nas mãos quanto o guarda-vidas.

Então, como Diretor Médico, quero dizer que nós da Sobrasa apoiamos integralmente a regulamentação. Prova disso é que nós demos início a essa regulamentação em 2004, 2005. Então, nós estamos nessa luta, a que vêm aderindo cada vez mais profissionais, mais pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permite-me um aparte?

O Dr. Caixeta vai ter que sair para outro compromisso, mas deixou aqui empenhada a sua disponibilidade para estar conosco no que precisarmos, até para nos ajudar na redação, se for preciso.

Obrigado. (*Palmas.*)

Pode continuar.

O SR. DAVID SZPILMAN – Obrigado.

Essa é a realidade do Brasil. Uma criança perto de um espelho d'água, sem proteção, sem supervisão, sem ninguém entender que há um risco, não só para as crianças, mas para os adolescentes, para todos nós. Uma pessoa não pode estar perto de uma área aquática sem saber exatamente qual é o risco. E você vê claramente que é uma criança de fralda e que não tem ninguém ao redor. O risco é completamente desconhecido.

Nosso planeta Terra tem 75% de água. Isso significa que nós vamos ter um aumento no número de afogamentos a cada ano.

O Brasil é o país que tem o maior número de salvamentos aquáticos em todo o mundo. Não é o país que tem o maior número de mortes por afogamento. É o país que tem a maior área aquática utilizável o ano inteiro e onde acontece o maior número de salvamentos.

Dez pessoas se afogam e uma morre a cada minuto no mundo. Quinhentas mil pessoas, meio milhão de pessoas morrem todo ano. Dezessete pessoas morrem afogadas diariamente no Brasil.

O afogamento é a segunda causa de morte de crianças que têm entre 1 e 9 anos de idade, a terceira de pessoas que têm entre 10 e 19 anos, a terceira de pessoas que têm entre 10 e 19 anos e a quarta de pessoas com entre 20 e 24 anos. Se os senhores observarem, o afogamento, entre pessoas com entre 1 e 24 anos, é uma das principais causas de morte no nosso País.

Sempre que pensamos em afogamento, pensamos em praia, onde o maior número de salvamentos é feito. Mas não está na praia o nosso grande problema no momento. A praia é responsável por 15% dos óbitos. Por quê? Porque os serviços de salvamento no Brasil todo conseguem dar uma boa cobertura. Não se dá a cobertura perfeita, e ela nunca vai ser perfeita, mas é uma boa cobertura a que se dá nas praias. Nosso problema está aqui, na água doce, nos rios, lagos, represas. É aqui onde mais se afoga. Setenta e cinco por cento dos óbitos acontecem nessa situação, em água doce.

Só para vocês terem uma ideia da geografia, da parte geográfica, eu trouxe... Vocês me desculpem, mas eu não quis discutir lei; o que eu quis discutir é a contextualização da importância da profissão e o que acontece no Brasil e dar evidências científicas para que a gente possa debater melhor o caso.

Então, você vê a distorção, como o guarda-vidas Marco estava falando, e a heterogeneidade do Brasil. Olha só! Aqui, em Brasília, nós temos estatísticas de primeiro mundo. No Rio de Janeiro, também. Mas, conforme se vai para o Norte e Nordeste, vê-se que a coisa é completamente diferente. Ou seja, são realidades diferentes e que devem ser tratadas de forma diferente. As piscinas são responsáveis por 2% de todos os óbitos, mas são responsáveis por 53% de todos os casos de óbitos de crianças que têm entre 1 e 9 anos de idade. Não tenho dúvida de que esses 2% são os mais impactantes que a gente possa ter.

O Brasil gasta R$1,4 bilhão com afogamentos por ano. Será que parte disso não pode ser usada em prevenção, prevenção e prevenção?

Embora esses dados todos que eu mostrei para vocês sejam realmente assustadores, nós só vemos 6% do problema. Ou seja, ainda não conhecemos 94% do problema. Se 6% já é o suficiente para aprovar a profissão, para ter gente cuidando de todo mundo na área aquática, você imagina se conhecêssemos todo o resto.

Embora tudo isso seja verdade, olhem que coisa bacana: o Brasil, de 1979 até 2002, vem reduzindo, ano a ano, o número de óbitos por afogamentos no Brasil. São entre 600 e 700 pessoas a menos morrendo por ano. Ou seja, com toda essa divergência, com todas as nossas dificuldades, estamos exatamente no caminho certo. Estamos no caminho do gol.

Este é o primeiro posto de salvamento, quando se começou a fazer salvamento no Brasil, em 1918.

As primeiras ambulâncias a fazerem salvamentos no Brasil.

Aqui, Praia de Copacabana, em 1958, como era feita uma ressuscitação.

O que mudou daquela época para esta? Hoje em dia, por exemplo, no feriado de 20 de janeiro, na cidade do Rio de Janeiro, três milhões de pessoas foram à praia e houve dois mil resgates realizados em um dia! Isso não existe no mundo inteiro! O máximo que se realiza na Austrália ou nos Estados Unidos, países que têm fama de ser excelentes em salvamento, é de 300 ou 400 em um dia, no máximo. Foram feitos dois mil socorros!

Mas vejam como muda a situação. Cada cenário tem uma particularidade. Não há como comparar a praia, os riscos da praia com os riscos da piscina. São diferentes. O risco do lago é diferente, o do rio é diferente, o perfil das pessoas que se afogam é diferente, a idade delas é diferente, as medidas de prevenção são diferentes... Então, temos que encarar isso de uma forma um pouco diferente. Não dá para termos uma fórmula que sirva a todas, um sapato que sirva para todo mundo.

Olhem só esta situação! Praia de Copacabana, dois milhões e meio de pessoas na visita do Papa. Vejam quantas pessoas morreram! Nenhuma! Quantos socorros foram feitos? Foram 145 socorros! Uau! Mas era a mesma quantidade de pessoas! Que variável estava diferente? A variável é que as pessoas não foram a praia para se banhar, mas para rezar. Elas não bebiam, elas tinham comportamento completamente diferente do daquelas que estão habituadas a frequentar a praia.

Guarda-vidas é...

(Soa a campainha.)

O SR. DAVID SZPILMAN – ... aquele profissional que está envolvido em todos os anéis...

Isso é uma cadeia de sobrevivência, uma cadeia que foi publicada agora mundialmente, um trabalho brasileiro que é seguido no mundo inteiro.

O primeiro anel é a prevenção. O guarda-vidas não é responsável pelo salvamento ou por primeiros socorros, mas por todo o resto. Ele tem muita responsabilidade. A responsabilidade dele com a prevenção é muito maior do que o salvamento.

Eu trouxe aqui uma experiência de Santa Catarina no verão de 2013/2014, onde foram feitos 1,565 milhão de intervenções. Olhem quanto há de prevenção: 99,9%. Ou seja, o guarda-vidas trabalha 99,9% em prevenção. É um trabalho que não aparece se ele não anotar. Então, ele tem a obrigação de anotar. Quanto mais ele anotar, mais se valoriza a profissão.

E essa é a prova. Aqui, de 1981 a 2003, na Praia de Copacabana, quando foi colocado um número maior de guarda-vidas na praia, olhem o que houve com o número de mortes: foi caindo, caindo, caindo até chegar a 0,1.

Como a população vê o profissional? Ela nos vê exatamente assim: salvando e fornecendo os primeiros socorros. Mas não é essa a nossa profissão. A nossa profissão está aqui. Nosso ofício não é só salvar vidas, mas é, principalmente, guardar vidas, guardar o ambiente, entender o ambiente, que risco ele fornece e saber como evitar e reduzir esse risco.

Como funciona o salvamento aquático no Brasil? Nos Estados, ele é feito pelos corpos de bombeiros; nos Municípios, ele é feito por autônomos, e parcerias com corpos de bombeiros, e por alguns serviços particulares, principalmente em piscinas e parques aquáticos.

(Soa a campainha.)

O SR. DAVID SZPILMAN – Como funcional isso lá fora? La fora, os grandes serviços, aqueles que melhor atuam são: Austrália, Alemanha, Inglaterra. Eles têm um serviço nacional. Até os serviços municipais são ligados aos corpos de bombeiros. Os particulares atuam nas praias, piscinas e parques.

Nós fizemos vários... A Sobrasa, Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático, tem 20 anos e tem o objetivo de reduzir o número de afogamentos. Isto é claro. Estamos em 25 Estados e somos reconhecidos, é a única entidade reconhecida internacionalmente. A Federação Latino-Americana, a Confederação de Países de Língua

Portuguesa, todas essas instituições estão trabalhando conosco em uma campanha chamada Piscina Mais Segura. O nosso objetivo é claro: ter projetos e projetos e projetos de prevenção e compartilhar esse projeto de prevenção com vocês o tempo todo, gratuitamente, por meio da internet, como temos feitos nesses 20 anos.

Tenho orgulho de dizer que – e é interessante termos conhecimento disto – o Brasil é líder na área científica em relação a afogamentos. Ou seja, os trabalhos realizados no Brasil são seguidos no mundo inteiro, são protocolados no Conselho Europeu de Ressuscitação, nas revistas internacionais. Então, temos experiência e precisamos da profissão regulamentada. Não tenho dúvida disso.

Aí estão vários trabalhos em revistas superimportantes, mostrando que estamos atuando na educação. A Sobrasa oferece cinco cursos gratuitos *on-line* para quem quiser entrar, apresentações em *shoppings*, palestras... Participamos do Surf-Salva no Brasil e internacionalmente também, dando conhecimento a todos eles. Estamos no 15º Campeonato de Salvamento Aquático. Quando praticamos – todos aqui, pelas suas carinhas, já estiveram participando de algum campeonato –, há uma troca maravilhosa, uma troca de conhecimento. Isso não quer dizer que precisemos ser iguais, mas temos um objetivo comum, que é o de reduzir o número de afogamentos no nosso País.

São vários eventos científicos, campanhas, destaques... Na nossa participação na Malásia no ano passado, apresentamos 18% de todos os trabalhos científicos no congresso. Ou seja, 18% dos trabalhos são de brasileiros, entre pessoas do mundo inteiro. É um orgulho para nós.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fazendo soar a campainha*.) – Um minuto.

O SR. DAVID SZPILMAN – Nós fazemos simpósios, atividades profissionais, manuais, cursos... Quer dizer, temos desenvolvido diversos projetos de campanhas porque achamos que o caminho é a prevenção. Há três vídeos em desenho animado, sinalização, e tudo isso é gratuito. Temos oferecido isso gratuitamente. Kim na Escola, escolinhas de salvamento, colônias de férias, Guarda-vidas Júnior, clube de salvamento, Guarda-vidas por um Dia, Guarda-vidas Master, campanha Piscina mais Segura.. Agora, estamos elaborando a campanha Águas mais Seguras, Gustavo, que acho que vai ser uma campanha muito legal para o Brasil todo também. Enfim, disponibilizamos tudo isso gratuitamente na internet, na nossa página.

Quais são os nossos maiores desafios? Primeiro, convencer a população de que o afogamento pode acontecer. Enquanto não convencermos a população de que o afogamento pode acontecer, nada será feito, não conseguimos entregar a nossa prevenção. Essa é a barreira que encontramos entre o conhecimento e a capacidade de entregar esse conhecimento para quem precisa e para quem está sob risco.

Eu queria concluir dizendo que não apoiamos qualquer ação ou lei que reduza as medidas de prevenção a afogamento ou o ensino da natação no Brasil.

Entendemos que a natação é a base de tudo. Qualquer medida que... Concordo plenamente que, por exemplo, se, no Norte ou no Nordeste, encontrarmos um salário com teto mínimo que seja impraticável para o Norte ou para o Nordeste, isso inviabilizará a própria natação, fará com que seja inviável o dono querer construir uma piscina. Eu acho que o guarda-vidas deve receber muito, mas precisamos entender a realidade em que vivemos e o passo a passo necessário.

O que nós apoiamos? Qualquer ação ou lei que reduza os afogamentos no Brasil, e essa é a profissão de guarda-vidas, que está no centro. O guarda-vidas é o centro de todo esse trabalho que temos feito.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, David Szpilman, Coordenador da Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático!

Rafael Lins Mendes de Lima, Presidente da Academia Pernambucana de Salva-Vidas Civis.

O SR. RAFAEL LINS MENDES DE LIMA – Bom dia a todos!

Bom dia à Mesa, ao Senador Paulo Paim e aos demais que a compõem!

O que foi falado aqui pelos demais companheiros presidentes de associações e pelo diretor da Sobrasa, o Dr. David, é também uma questão que lá em Pernambuco enfrentamos, que é a questão da prevenção.

Primeiro, os salva-vidas civis, no Estado de Pernambuco... Em alguns Estados, eles até são favoráveis à questão do trabalho. Mas o que temos lá? Temos uma mão de obra escrava, há guarda-vidas cujo piso salarial não chega nem a R$1 mil, que não têm direito a periculosidade ou a insalubridade ou a qualquer tipo de equipamento para prevenção e para fazer um trabalho adequado. O que acontece lá, Senador? Nas praias de Porto de Galinhas, onde eu trabalho, e do Cabo de Santo Agostinho acontecem seleções simplificadas por meio das quais alguns oficiais do Corpo de Bombeiros colocam esses salva-vidas para trabalhar, mas não lhes dão o devido apoio. E quem ganha o mérito não somos nós, mas eles. E o que acontece? Os salva-vidas lá passam por várias situações e não têm nenhum tipo de seguro de emprego em sua profissão.

Por exemplo, na praia de Tamandaré tentamos um projeto para colocar salva-vidas. A imprensa não divulga, mas naquela praia acontecem muitos afogamentos e lá não há guarda-vidas. O próprio pessoal da preven-

ção do Corpo de Bombeiros de lá vetou os profissionais chamados salva-vidas. Eles diziam que nós não éramos profissionais, porque éramos civis, e que não passávamos de meras boias. Agiram como se o salva-vidas civil não tivesse valor. Mas somos nós, salva-vidas civis, que – creio que isto não só em Pernambuco, mas em todas as praias do Brasil – sustentamos e damos o devido apoio ao Corpo de Bombeiros. (*Palmas.*)

O bombeiro não tem condições de sustentar uma praia que tenha de sete a oito quilômetros de orla, ou mais do que isso, com 10 ou 15 profissionais. Ou seja, nós é que fazemos o trabalho, escravo, às vezes sem direito a um fundo de garantia, a um seguro Desemprego ou até a materiais de prevenção, e eles é que ganham o mérito.

Então, é necessário regulamentarmos a profissão, apreciando os dois projetos de lei. Quero dizer que não sou contra o 66 nem contra o 42. Os dois devem ser apreciados para ver qual deles se enquadra melhor na situação.

Em Pernambuco, no ano passado, tivemos uma redução no índice de afogamentos graças à Lei Estadual nº 15.240, que tornou obrigatória a presença de guarda-vidas e salva-vidas em piscinas. Antes de essa lei ser aprovada pela Câmara do Estado, a situação em Pernambuco, principalmente nos clubes, era crítica. Até hoje casos são abafados pela imprensa, pois tivemos inúmeros afogamentos de graus críticos, quase chegando à morte.

Tivemos, na semana passada, antes desta audiência, uma morte num hotel. A Lei nº 15.240 de Pernambuco exige que o profissional esteja em escolas de natação ou em clubes de uso coletivo ou privado, mas não em hotéis e condomínios, onde acontecem inúmeros afogamentos e não há pessoas que façam a prevenção.

É necessária, como foi falado anteriormente, a prevenção – o melhor profissional é aquele que previne, não o que vai fazer o salvamento primeiro –, mas é necessário o reconhecimento dessa classe que veste a camisa vermelha e amarela. Somos trabalhadores, somos profissionais e merecemos o devido respeito, e o que está acontecendo lá é que não temos esse respeito, que sofremos com um piso salarial baixo, que sofremos com uma carga horária escrava de 5 por 1, em função da qual muitos salva-vidas estão até ficando doentes, com doenças de pele e outras.

Então, ficam aqui a minha palavra e o meu apelo, como meus amigos já falaram anteriormente, para que se regulamente, porque esta Nação, da qual faço parte, com muito orgulho, precisa que isso aconteça. Não sou muito antigo no salvamento aquático, pois tenho apenas quatro anos, mas, através dessas camisas amarelas que vestimos, prevenimos muitas mortes, muitos afogamentos, e não só o Corpo de Bombeiros como quer parecer, de cara. No caso, ficamos atrás do palco, sendo escravos deles e também não sendo devidamente reconhecidos como merecemos.

Obrigado a todos.

Deus os abençoe! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Rafael Lins Mendes de Lima, Presidente da Academia Pernambucana de Salva-Vidas Civis.

Vamos para Alexandre Braga de Oliveira, Presidente da Cooperativa de Trabalho Especializada em Salvamento Aquático, Manutenção e Tratamento de Águas de Piscinas.

O SR. ALEXANDRE BRAGA DE OLIVEIRA – Bom dia, Excelência!

Bom dia, Sr. Senador Paulo Paim!

Bom dia, Deputado Federal Nelson Pellegrino!

Bom dia a todos os demais presentes aqui, neste auditório!

O tema que eu gostaria de ressaltar aqui nesta manhã é justamente o valor da vida humana.

Como já foi dito aqui pelo Pedro Barretto, da Abasa, hoje, as vidas humanas estão sendo jogadas na lata do lixo devido a essa maneira de sucatear a profissão do salva-vidas civil.

Voltando àquele assunto de que o Senador falou de manhã, sobre o trabalho escravo e a terceirização, São Paulo sofre muito com a terceirização. Empresas contratam profissionais, muitas vezes sem qualificação, e os submetem a salários baixos, a trabalhos com cargas excessivas, sem lhes fornecer material de EPI, sem lhes fornecer material de primeiros socorros... Eu, muitas vezes, já tive que sair para comprar material de primeiros socorros ou de pedir, em postos de saúde, doações para poder abastecer os postos de trabalho. Com isso, vemos a necessidade da regulamentação da nossa profissão.

Vemos que o Brasil é, sim, ocupa o terceiro lugar em mortes por afogamento. Fiz um levantamento, rascunhei aqui, antes de vir para cá, e vi que, de 2009 para cá, na verdade, os números têm aumentado. Para vocês terem ideia, foram 6.487 mortes por afogamentos em 2014. Temos aí, então, um número, só no Estado de São Paulo, de 77 mortes por mês. Multiplicando esse número por 12, teremos mais de mil pessoas que morrem por ano no Estado de São Paulo.

Temos também a questão do custo que essas mortes geram para a União, para o Governo. Hoje, temos um estudo feito pela OMS que diz que o Brasil gasta, por ano, com mortes por afogamento, um valor na casa

dos R$550 milhões. Aí, eu pergunto para vocês, meus senhores: quanto vale uma vida? O salário de um profissional está sendo barganhado por R$1,9 mil.

Temos aqui o litoral norte de São Paulo: os profissionais têm trabalhado desde o ano passado, na temporada do GVTD (guarda-vida por tempo determinado), mas receberam apenas dois meses, dezembro e janeiro, no dia 7 que passou. Ou seja: eles trabalham praticamente de graça. Eles fazem isso, às vezes, por amor. Temos muito amor pela nossa profissão.

Eu, muitas vezes, deixei de almoçar fora, no refeitório, para comer ali, com a minha marmitinha na mão, olhando o posto de trabalho, porque faltava salva-vidas ali e, se eu saísse, poderia acontecer um acidente.

O Brasil necessita, sim, da regulamentação da nossa profissão, seja através do Projeto nº 66, seja através do Projeto nº 32. Nós precisamos valorizar o profissional, mas não só o profissional, pois precisamos valorizar também a vida das pessoas que frequentam essas piscinas.

Há o caso de uma escola em que os professores de Educação Física simplesmente abandonaram o aluno dentro da piscina. Trancaram e foram embora. Fechou-se a escola. Essa escola fica no Morumbi, bairro nobre de São Paulo. Chegou a irradiar-se essa ocorrência nas redes sociais, na televisão.

Então, vemos a necessidade de um profissional de salvamento aquático. Estamos ali para prestar uma orientação, para prestar segurança, para prestar um socorro, para fazer um pronto-atendimento no caso de um acidente, seja dentro do parque aquático, seja fora dele. Ocorrem casos, muitas vezes, de a vítima estar chegando a um parque aquático – na piscina, no clube, seja lá onde for – e tropeçar, cair, e bater a cabeça. Aí, os senhores me digam: quem vai atender essa ocorrência? O porteiro? Muitas vezes, o porteiro não tem preparo para isso. Será que um professor de Educação Física, que, tudo bem, estudou fisiologia, estudou anatomia, está preparado realmente para atender uma ocorrência de acidente, uma ocorrência real?

Nós, profissionais de salvamento aquático, temos um treinamento superior. Eu digo que é superior porque nós somos colocados em um treinamento muito mais pesado do que, muitas vezes, o de alguns profissionais da área de saúde, como também os próprios bombeiros. Temos que nadar 400m, temos que fazer 25m em apneia, temos que ser craques em judô aquático, para puxar a vítima para fora d'água, temos que fazer os primeiros socorros, e, muitas vezes, sequer temos equipamento de proteção individual.

No ano passado, tivemos um colega – se não me engano, do Círculo Militar – que faleceu vítima de câncer de pulmão, por trabalhar confinado numa piscina aquecida coberta e inalar o gás tóxico produzido pelo cloro, pelos produtos químicos.

Eu tenho outro colega, o Fernando de Paula, que tem catarata por falta de uso de EPI, porque aquele reflexo do sol na água queimou a retina dele, e, como se não bastasse isso, também tem câncer de pele, porque trabalhou sem EPI.

Então, vejo, sim, a necessidade de se regulamentar a profissão, assim como há necessidade de se padronizarem os cursos e o treinamento desses profissionais, para que eles possam prestar atendimento cada vez melhor para a população, para, aí, sim, realmente reduzirmos os números de afogamentos no Brasil.

O Brasil, hoje, não pode ser comparado a Portugal ou à Austrália. Há uma diferença muito grande de cultura. Existe uma diferença de salário. Em Portugal, há 140 mortes por afogamento ao ano; no Brasil, tivemos 6.487.

Agora, quanto ganha um profissional de salvamento aquático em Portugal? Nosso querido Marco Montemezzo pode até me dar essa informação ou falar depois qual é o valor que eles ganham, mas garanto que é bem mais do que o que ganha um salva-vidas hoje no Brasil.

Então, eu sou a favor da regulamentação, sim, e gostaria muito que os senhores pensassem desta maneira, que colocassem a questão da vida humana em primeiro lugar. Eu tenho filhos, creio que os senhores também têm filhos, e... Poxa vida!

Na minha família há o caso do falecimento de uma criança por afogamento. Creio que algumas pessoas já enfrentaram isso. Eu sei o trauma que é para uma mãe, para um parente, para um pai. Então, vamos colocar em primeiro lugar a vida humana.

Temos que pensar também no salário. O profissional tem que ser bem remunerado. Creio que temos que reconhecer o trabalho do cidadão brasileiro que acorda de manhã, passa a mão em sua mochilinha e vai pegar um ônibus lotado para chegar em seu posto de trabalho e passar o dia inteirinho sob sol ardente ou então sob chuva, porque muitos clubes nos submetem a trabalhar sob chuva. Eu peguei um resfriado trabalhando. Por quê? Porque fui submetido a trabalhar sob chuva.

Então, temos que pensar, sim, em alcançar um consenso entre os dois projetos de lei, temos de resolver isso da melhor maneira, mas de uma maneira que favoreça não só o profissional, mas também os cidadãos brasileiros.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Esse foi o Alexandre Braga de Oliveira, Presidente da Cooperativa de Trabalho Especializada em Salvamento Aquático, Manutenção e Tratamento de Águas de Piscinas.

Vamos agora convidar nossos amigos que estão aqui para que voltem ao plenário e vamos para a segunda Mesa.

O Deputado pode ficar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Deputado vai ter que ir a São Paulo. Agradecemos a presença dele aqui. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos para a segunda Mesa: Lúcio Rogério Gomes dos Santos, Conselheiro Federal dos Conselhos Federal e Regionais de Educação Física Sistema Confef/CREFs; Maria Zileuma Moura Rodrigues de Oliveira, Diretora da Associação dos Salva-Vidas do Estado de São Paulo; Rufino Rodrigues de Oliveira, Presidente da Associação dos Salva-Vidas do Estado de São Paulo; Gustavo França Borges, Representante da Associação Brasileira de Academias - Acad Brasil; Nilva Schroeder, Diretora de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação; Carla Janaína Romão Pereira Dias, Presidente da Associação Mineira de Salva-Vidas Civis.

Peço uma salva de palmas para todos que já estão aqui compondo a Mesa. (*Palmas.*)

Eu só queria informar a todos que, desde o início da reunião, que foi iniciada às 9h, portanto, estamos ao vivo pela TV Senado, pela Rádio Senado e pela Agência Senado para todo o Brasil. Na segunda de manhã sempre é ao vivo, e o programa é retransmitido à noite. Na segunda pela manhã nós falamos ao vivo para o Brasil.

Quero destacar aqui, o que, naturalmente, eu faria, mas vocês me fizeram esse pedido, a presença de Gustavo França Borges, que foi e é um guerreiro que trouxe para o Brasil inúmeras medalhas, inclusive de ouro, conquistadas em competições internacionais. (*Palmas.*)

Vamos seguir agora com a nossa lista, conforme orientação da secretaria da Mesa.

Lúcio Rogério Gomes dos Santos, Conselheiro Federal dos Conselhos Federal e Regionais de Educação Física.

O SR. LÚCIO ROGÉRIO GOMES DOS SANTOS – Obrigado, Senador.

Quero saudar aqui todos os companheiros da aguerrida luta pela vida no Brasil. Nós, de pronto, reconhecemos vocês e queremos saudá-los pela importância dos serviços que os senhores e senhoras prestam ao nosso País.

Fazendo esta saudação especial, não posso começar esta fala sem dizer que o exemplo da própria Educação Física, quando conseguiu sua regulamentação, traz uma garantia para vocês da palavra do homem antes do Parlamentar, mas também do Parlamentar brilhante e sério deste País, o hoje Senador Paulo Paim que está aqui ao meu lado. É um orgulho. Peço uma salva de palmas para esse homem. (*Palmas.*)

Vou explicar por quê. Ele foi uma das pessoas que tomou a regulamentação da Educação Física em suas mãos, fez audiências públicas e buscou reconhecer se era mesmo necessária a regulamentação. Quando percebeu que era, defendeu até o final, e hoje somos uma profissão regulamentada há 16 anos, graças ao Senador.

Quero, mais uma vez, agradecer, Senador. Não nos cansaremos de fazer esse agradecimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deixe-me interromper, se você me permitir. Quem falou comigo pela primeira vez foi Eduardo Mascarenhas, que já faleceu. Casualmente, um mês antes de falecer, ele veio falar: "Paim, dê uma mão para nós nisso aqui, é importante etc, etc". Éramos, ambos, Deputados ainda. Eu assumi o compromisso com ele. Naturalmente, em seguida, fizemos audiências para a categoria.

Então, eu gostaria de pedir uma salva de palmas para ele, que está lá no alto: Eduardo Mascarenhas, que foi um grande Parlamentar, um grande homem público. (*Palmas.*)

O SR. LÚCIO ROGÉRIO GOMES DOS SANTOS – É verdade.

Bom, seguindo, eu trouxe uma apresentação. Vou tentar acelerar. Segue aqui o agradecimento pela audiência pública ao Senador.

Vamos abordar a posição quanto ao PLC 42, de 2013, que é o que está em voga, é o que tem aparecido mais, mas também os PLCs 66, de 2011, o 48 e o 71, de 2014. Esses quatro projetos de lei já estão na Mesa do Senado Federal com requerimentos para serem apensados, todos, em uma única proposição, provavelmente, por acordo, em um substitutivo direto no plenário ou voltando para as comissões. Cada comissão em que cada um desses projetos passou deve receber todos os projetos apensados e rediscuti-los.

Este é o momento atual da tramitação do projeto de lei. Portanto, aguardamos a decisão da Mesa do Senado Federal sobre se esses projetos vão voltar para as comissões ou se vai se conseguir construir um acordo para o substitutivo no plenário, o que é um pouco mais difícil, mas também é possível.

A nossa posição, a posição da profissão e dos profissionais, ou seja, do setor da profissão e dos profissionais – está ali uma fala importante: apesar de termos algumas ressalvas, duas ou três ressalvas, os profissionais de educação física e as pessoas jurídicas do nosso setor são totalmente favoráveis à organização da profissão de guardião de piscina, salva-vidas ou guarda-vidas.

Citamos os três porque há essa confusão nos projetos de lei e há essa discussão cultural dando diferenciação entre os nomes salva-vidas e guarda-vidas, especialmente, mas, também, em alguns lugares, do guardião de piscina, que é uma denominação usada em algumas legislações, o que também deve ser visto pelos nossos legisladores.

Mas será necessário que, em espaços onde ocorram exclusivamente a oferta dos nossos serviços – serviços de educação física –, com a presença de profissionais de Educação Física, seja obrigatória a presença de guardiões de piscina, guarda-vidas ou salva-vidas? Nós entendemos que não e explicamos o porquê.

Opa! Fiz alguma coisa errada?

Ajudem-me, por favor. (*Pausa.*)

Primeiro, há uma confusão – e aí apontamos e pedimos ao legislador e à população em geral este esclarecimento – entre nadar, natação e atividades aquáticas. Essa confusão acaba gerando um entendimento de que o trabalho do professor de Educação Física, do profissional de Educação Física é focado apenas no ensino da natação, ou seja, que é só nadar.

Então, nadar é entendido como "qualquer ação motora que o indivíduo realize intencionalmente para propulsionar-se através da água, sem considerar estilos de nado". Assim, tudo que se locomove na água, todo movimento na água é nadar. O ato de nadar é isso.

Natação já é "o esporte ou a competição que se caracteriza pelo movimento dos braços e pernas, em estilos específicos". Então, usando o *crawl*, o peito, as costas, os golfinhos, usando os estilos, você tem a natação.

Então, essa é a diferença entre nadar e natação.

Desse modo, ensinamos só a nadar? O profissional de Educação Física ensina só natação? É isso que fazermos nas piscinas? Ou nós também oferecemos atividades aquáticas? E, aí, vem mais uma importante definição. Resumindo o conceito, "todo tipo de programa que se desenvolvem no meio aquático são oferecidos pelo profissional de Educação Física.

Por que o profissional de Educação Física trabalha com natação, ensina a nadar, mas também trabalha com outras atividades aquáticas? Justamente porque nós temos isso na nossa formação. São conteúdo obrigatório da formação em Educação Física, profissão de nível superior, as atividades aquáticas. E, dentro dessas atividades aquáticas – eu trouxe apenas uma das classificações, que está aí no eslaide – há justamente a possibilidade de critério por finalidade ou por orientação.

Então, nós temos o educativo, que é entendido como natação para bebês em creches, na educação infantil, na educação fundamental, no ensino médio, na educação universitária, no ensino superior, nos centros de ensino superior. Então, a natação com enfoque educativo, para ajudar na formação global do indivíduo. Essa é a natação.

O foco das atividades aquáticas com perfil utilitário, que é apenas ensinar a nadar, ensinar o nado, *crawl*, costas, peito e golfinho. Ela pode ser dividida em infantil, adolescentes e jovens, adultos, idosos e, em turmas avançadas, salvamento e socorrismo, conteúdo obrigatório no aprendizado do professor de Educação Física nas universidades de ensino superior do País que formam profissionais de Educação Física.

Seguindo.

Performance geral, melhoria da saúde e qualidade de vida. É outra classificação possível. Aí nós temos exercícios gímnicos na água, trabalhos aeróbicos na água, hipertrofia muscular, emagrecimento ou ganho de massa muscular, estética, hidroginástica, natação e hidro para grávidas, nado livre supervisionado... É importante citar isso, porque há uma confusão, nos projetos de lei, entre nado livre e banho livre. Mas o nado livre supervisionado é supervisionado por profissional de Educação Física.

Nós temos a possibilidade de qualificação ou classificação esportiva ou esportiva de competição, natação para atletas ditos normais e deficientes, alta *performance*, portanto, também desses, *water polo*, que é uma modalidade, um esporte, nado sincronizado, que é outro esporte. Nós temos, também aí, no conteúdo, a repetição. E aí você tem, primeiro, lá no educativo, lá no utilitário, por conta da importância desse conhecimento, e você tem no esportivo e no esportivo de alto rendimento, por conta da capacidade de treino para conseguir realizar salvamentos.

Também está lá o conteúdo salvamento e socorrismo de novo na qualificação da nossa atuação e também na qualificação da nossa formação.

E ainda temos a possibilidade de atendimento terapêutico: pós-parto, pessoas com deficiências físicas e/ou mentais, idosos, deficitários, lesionados para reforço muscular, recuperação de lesões em geral, melhoria da capacidade cardiorrespiratória.

Esses são conteúdos que o profissional de Educação Física sai da universidade tendo que saber. Está na regra.

Algumas pessoas dizem que o profissional não sai sabendo isso, que há faculdade que não tem isso. Mas temos, em todos os setores, cursos que não atendem à necessidade de aprendizado total dos salva-vidas, dos guarda-vidas. Assim como temos médicos, profissionais de Educação Física, engenheiros, arquitetos bons e maus, temos todas essas possibilidades.

(Soa a campainha.)

O SR. LÚCIO ROGÉRIO GOMES DOS SANTOS – Bom, o Ministério da Saúde reconhece o profissional de Educação Física como o profissional de nível superior da área da saúde. São duas resoluções – 218, depois ratificada pela 287, homologada pelo Ministro da Saúde em 1997 e, depois, em 1998 –, que estabelecem determinações ao professor de Educação Física. Primeiro, porque nós não éramos regulamentados quando saiu essa definição, e, depois, quando passou a nossa regulamentação, em 1º de setembro de 1998, quando tivemos a homologação da 287, de outubro de 1998, definiu o profissional de Educação Física como profissão de nível superior da área da saúde. É assim que somos reconhecidos.

Algumas legislações estaduais e municipais que versam sobre guarda-vidas e salva-vidas já reconhecem isso. Eu trouxe só duas, para ser rápido. E aí tem a Lei nº 1.709, de 1997, do Distrito Federal, que, no §2º, diz que o disposto no *caput* não se aplica às piscinas localizadas em academias registradas e habilitadas que proporcionam ensino e treinamento de atividades desportivas.

(Soa a campainha.)

O SR. LÚCIO ROGÉRIO GOMES DOS SANTOS – E a Lei nº 3.728, de 2001, do Rio de Janeiro, que, no art. 4º, é bem mais clara quando diz que é também reconhecido como guardião de piscina o profissional de Educação Física regularmente inscrito no sistema Confef/Cref devidamente habilitado em curso específico organizado pelo Conselho Regional e chancelado pelo Corpo de Bombeiros.

Então, vamos lá!

Os cursos de formação de guarda-vidas ou salva-vidas ou guardião de piscinas serão gratuitos? São todos gratuitos? Vão ser sempre gratuitos? Isso está garantido na lei?

É uma pergunta que queremos deixar para os nossos legisladores.

De onde vem a demanda e a importância de se obrigar por lei o curso no formato que está dito?

Realmente, há essa obrigação?

Aí, sem querer acusar ninguém, a gente tem de chamar a atenção para a sanha arrecadatória. Se, por um lado, temos associações sérias, querendo fazer um trabalho sério e resguardar a manutenção do resgate de vida, resguardar essa qualidade, por outro lado, temos instituições e pessoas pensando em ganhar dinheiro com os cursos que vão formar. Não tenham dúvida disso.

Por isso, os legisladores têm de tomar cuidado com essa situação, e nós chamamos a atenção para isso. É mais fácil dizer que todo mundo tem de fazer o curso. Não interessa se o cara é formado em nível superior em Medicina, em Educação Física ou em Fisioterapia, todo mundo tem que fazer, todo mundo vai lá e paga. "Ah, mas hoje é gratuito na instituição tal, tal e tal". Mas não tem sido gratuito. Nas nossas pesquisas, encontramos projetos de lei que já preveem a participação do bombeiro e a terceirização para cursos que se apresentem aos bombeiros, de acordo com as regras que os bombeiros determinarem. Já existem projetos de lei municipais, estaduais determinando isso. Portanto, já existe mercado, e já há, sim, empresas cobrando pela formação e dizendo que é uma profissão a ser regulamentada.

Parabenizamos também o Senador Valdir Raupp, que apresentou a Emenda nº 4, que melhorou a redação original do PLC 42. Estava aqui presente o autor Pellegrino, que infelizmente, teve de sair, mas isso está registrado. Parabenizamos o autor, mas também parabenizamos essa proposta de mudança.

No texto original, o art. 5º é bem genérico, e isso pode trazer transtornos por conta das medidas, pode fechar empresas, e imediatamente vocês perderão mercado, porque algumas empresas, se tiverem de cumprir o texto como está, vão fechar. Isso provavelmente vai ser falado mais à frente pelo representante do setor, mas queremos chamar a atenção de que as piscinas coletivas localizadas em condomínios, hotéis, academias,

escolas, com planos de água inferior a 100m², deverá dispor, no horário de funcionamento, de, no mínimo, um funcionário.

Eu vou passar aqui para irmos mais rápido. Primeiro problema do parágrafo: quando inferior a 100m², não precisa de guarda-vidas, mas precisa de um funcionário com o curso.

Por que, então, não deixa logo o guarda-vidas? Quem é esse funcionário? Então, é mais uma profissão para ser regulamentada pelo projeto de lei? Porque está no artigo que não é necessário de guarda-vidas, mas é preciso ter um funcionário com curso de salva-vidas ou de guarda-vidas.

Bom, uma confusão para ser tratada.

Outro ponto: placa impedindo a entrada de crianças com menos de 12 anos desacompanhada dos pais ou responsáveis. Tudo bem. Essa é importante. Não somos babás. Vocês não são babás, e nós, como professores, salva-vidas ou guarda-vidas, também não somos babás. Os pais têm que ir. Mas, durante uma aula, se, nesse espaço, no foco da educação física, no entendimento da nossa preocupação, é que, durante nossa aula, há projetos que atendem com os pais dentro da água, e outros projetos que atendem a criança só com professor. Depende da técnica que vamos utilizar.

Então, não há como manter essa placa com esse formato, a não ser que isso seja explicado.

Mas o outro parágrafo, o §5º, não corrige isso? Está aí o texto do §5º, sendo genérico de novo. Vou acelerar por conta do nosso tempo e vou diretamente aos problemas. Há, sim, problemas.

Primeiro, piscinas de até 350m² não precisam de guarda-vidas se os professores, fisioterapeutas e instrutores forem capacitados com o curso. Com qual curso? De quem?

Mas, vamos lá. Vamos pensar genericamente nos cursos depois, e aí a confusão é juntar fisioterapeuta, professor de educação física e instrutor. Não são as mesmas profissões, não têm as mesmas formações. Estou aqui para defender que o profissional de Educação Física tenha obrigação de sair da universidade com esse conhecimento. Se não sai, é outra história. E sai! Sai com esse conhecimento, capacitado para fazer, sim, socorros de urgência e salvamento aquático. Sai!

A questão é: ele precisa reciclar-se? Nós entendemos que é preciso fazer reciclagem sempre. E aí, não é uma experiência individual ou um entendimento individual que vai pautar essa situação.

Bom, "forem responsabilizados por suas turmas". O fisioterapeuta não tem turmas; ele atende uma clientela, atende pacientes, mas não atende turmas. Então, ter fisioterapeutas e profissionais de Educação Física num mesmo texto é confuso. Nós estamos propondo a separação.

"Que não haja nado livre". Nado livre, como já expliquei aqui, faz parte do nosso conteúdo e é acompanhado, sim, por profissional de Educação Física.

Então, se for nado livre supervisionado, não precisa também de outro profissional no nosso entendimento, porque estará lá como guarda-vidas, como salva-vidas, o profissional de Educação Física.

Não havendo a questão do recreativo paralelamente, aí nós concordamos plenamente. Estamos falando até aqui exclusivamente em espaços aquáticos onde haja aulas só, com professor de Educação Física em cada turma. Se, paralelamente a isso, acontece banho livre, recreativo, qualquer outra coisa, uma senhora pegando sol, tem que estar presente o guarda-vidas, tem que estar presente o salva-vidas. Esse é o nosso entendimento. Agora, se não há isso, qual é a necessidade de se colocar mais um profissional para fazer a mesma coisa que já está sendo feita? Só vai causar ônus, fechamento de empresas e trazer transtornos para a construção e desvalorização de algumas profissões.

Ativo paralelamente, O.K., devendo exigir acima de 350m², mesmo exclusivo em aulas. Isso nós entendemos, acabei de explicar, que é errado. Se é exclusivo em aulas, não é preciso haver outro profissional guarda-vidas.

Estamos apresentando uma minuta de ideia para a solução, vamos deixá-la com o Senador, vamos disponibilizar isso para a própria Comissão, que poderá passar para todos vocês. Este é o texto que entendemos como proposta razoavelmente justa para a Educação Física ser uma defensora da regulamentação do projeto de vocês, para a Educação Física e suas entidades defenderem, sim, que têm de regulamentar junto com vocês.

(Soa a campainha.)

O SR. LÚCIO ROGÉRIO GOMES DOS SANTOS – Esta proposta garante definitivamente a não necessidade obrigatória da presença de guarda-vidas na presença de profissionais de nível superior da área de saúde. "Presença de profissionais de nível superior...": só aí, e exclusivamente.

Acrescentamos uma ideia, só para ajudar, de uma minuta para a divisão do texto, colocando para os fisioterapeutas... Como nós entendemos que eles não têm em sua formação o curso de socorros de urgência de atendimento aquático de salva-vidas, eles, sim, teriam de passar por esses cursos que estão sendo oferecidos, mas indicamos que haja uma consulta ao sistema Coffito/Crefito.

(Soa a campainha.)

O SR. LÚCIO ROGÉRIO GOMES DOS SANTOS – O §5º – onde couber substituto – tornará o setor parceiro na regulamentação da profissão de salva-vidas ou guarda-vidas. Para terminar, o texto, que é simples:

> Todos e quaisquer espaços aquáticos classificados como de uso coletivo, bem como os que tenham seus espaços utilizados com fins de serviços terapêuticos, ficam excluídos da exigência de guarda-vidas, desde que estejam presentes profissionais de Educação Física na proporção de um para cada turma, sendo exclusivamente responsabilizados por seus alunos, e que no referido espaço [redundo, no referido espaço] não ocorram paralelamente atividades livres ou recreativas.

Se isso ocorrer, é preciso, sim, contratar o guarda-vidas ou salva-vidas. Esse é o nosso entendimento, e é isso que queremos frisar.

Antes de concluir, quero apenas dizer que, em sua fala, o colega que me antecedeu, o sétimo a falar, Alexandre Braga de Oliveira, citou aqui que professores de Educação Física "abandonaram o aluno em piscina".

(Soa a campainha.)

O SR. LÚCIO ROGÉRIO GOMES DOS SANTOS – É preciso verificar mais. Nós tivemos, há um ano e meio, aqui na Apcef, uma das grandes piscinas do nosso Distrito Federal, um acidente em que o guarda-vidas estava sentado em sua cadeira, a piscina estava vazia, e ele não salvou quem estava se afogando. Foi um profissional de Educação Física da academia ao lado da piscina que saltou a cerca, mergulhou, e salvou a pessoa. Isso culpa todo guarda-vidas? Isso faz com que todo guarda-vidas seja desnecessário?

Então, queremos que não são muito justas citações individuais como essa feita pelo colega – e respeito o posicionamento dele. Vamos – de novo – ter bons e maus profissionais em todos os setores, atentos e desatentos em todos os setores, e teremos acidentes mesmo com todas as garantias de segurança. Nós vamos ter isso, e temos isso acontecendo. Então, se há um lado, há o outro também.

Agora, uma coisa é certa: é infimamente pequeno o índice de acidentes de afogamento durante a aula de educação física. Foi citado aqui que 2% dos afogamentos no Brasil acontecem em piscinas e, desses 2%, menos de 0,5% são de acidentes em piscinas com aulas de educação física. Isso, subjetivamente falando, porque, na verdade, temos algumas... "Ah, na aula tal, o professor saiu e ficou o aluno sozinho". Portanto, já não era mais durante a aula, foi uma desatenção daquele profissional. Que professor era? Era mesmo um professor de Educação Física? Qual era a formação da Educação Física? Licenciatura ou bacharelado? Tudo isso faz diferença. Quem tem essa formação é o profissional de Educação Física com formação de bacharel em Educação Física.

Isso está garantido, mas os de licenciatura também veem esses conteúdos nas disciplinas de Educação Física escolar, de natação na escola. São conteúdos vislumbrados.

Assim, nós queremos ser parceiros e dizer que o sistema Confef/Cref de todo o setor, com certeza, estará junto com os guarda-vidas e salva-vidas se conseguirmos sanar essas diferenças.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Lúcio Rogério Gomes dos Santos, Conselheiro Federal dos Conselhos Federais e Regionais de Educação Física, que expressou seu ponto de vista.

É claro que vamos ter que conversar muito para construir esse entendimento.

Maria Zileuma Moura Rodrigues de Oliveira, Diretora da Associação dos Salva-Vidas do Estado de São Paulo.

A SRª MARIA ZILEUMA MOURA RODRIGUES DE OLIVEIRA – Bom dia a todos!

Quero parabenizar pela regulamentação do curso de salva-vidas o Paulo Paim, que, tenho certeza, vai ser o responsável pela regulamentação do curso de salvamento aquático. (*Palmas.*)

Eu sou profissional de Educação Física, assim como sou de salvamento aquático, com muito orgulho.

Por que a regulamentação?

Vou falar do Estado de São Paulo.

No Estado de São Paulo, até 2001, o curso era oferecido pelo Governo do Estado de São Paulo. Nós sairíamos dessa situação de "quem paga faz o curso; quem não paga não faz", de "quem é ruim, mas paga o curso, sai com o curso"... Então, eram pessoas "escolhidas", entre aspas. Então, as pessoas que passavam em todas as provas, em todos os testes, após todos os testes, estavam aptos a fazer o curso de salvamento aquático, que, às vezes, durava dois meses. E ele saía com capacidade para ser salva-vidas, isso para os civis em São Paulo.

Hoje, além do nome de guarda-vidas e salva-vidas, eles têm o nome de monitor aquático, de guardião de piscinas. E esses guardiões de piscinas, muitas vezes, têm um curso de 10 ou 12 horas, realizado num final de semana, e outros guardiões de piscinas têm curso de 20 horas. Então, desculpem-me a expressão, mas virou uma bagunça. Não tem horário, não tem carga horária, as pessoas pagam...

Quando eles vão para as piscinas, nós temos problemas, porque, primeiro, eles não têm postura; segundo, porque essas pessoas, que são os monitores... Até concordo que muitos são bons, mas a maioria não sabe nadar. Então, fica complicado os pais deixarem seus filhos numa piscina com uma pessoa que não sabe nadar, com uma pessoa que mal sabe, sei lá, pegar uma prancha e fazer alguma coisa para tirar essas pessoas da água. Com certeza, eles não entrarão na água para retirar essas crianças ou adultos.

Então, nós queremos a aprovação, para que haja uma carga horária, para que haja testes de aptidão, para que haja um curso de qualidade. Eu concordo também que, além do piso salarial... Tem que haver um piso salarial único, lógico, mas cada caso é um caso. Eu acredito que cada área deveria ter suas diferenças, claro, como já colocaram aqui, mas eu acredito que todas as pessoas que são aprovadas no curso que nós damos estão aptas para águas de um modo geral: piscinas, águas fechadas e águas abertas.

Então, eu sei a diferença entre uma pessoa estar trabalhando em uma piscina e uma pessoa estar trabalhando em águas abertas. Eu também sou nadadora de águas abertas e sei que o resgate é um pouco mais difícil. Então, fica a cargo da regulamentação incluir esses itens.

Agora, eu também acho que a parte de insalubridade deveria ser considerada em todos os campos, tanto em águas abertas quanto em águas fechadas, porque muitas pessoas trabalham em piscinas e têm vários danos à saúde, assim como em águas abertas.

Acho que essa regulamentação vai ficar redonda, vai fazer uma coisa mais fechada. E espero que, em todos os campos, todas as pessoas envolvidas se beneficiem, para que fiquemos felizes de modo geral com essa regulamentação.

Eu sou professora de Educação Física, como acabei de falar. Nós temos, sim, o curso de pronto-socorrismo. Tive um ano. Nós aprendemos muito, gente. Muito mesmo. Muito mais do que em um curso de salva-vidas. O curso de salva-vidas tem muito mais horas.

Eu tive, na faculdade, uma aula de salvamento aquático. Acredito até que pessoas que vão trabalhar na área deveriam fazer o curso; pessoas de bom senso. Eu adoro a parte de água. Então, procurei em outros lugares para fazer o curso, para me especializar em salvamento aquático.

Eu acredito, como o Lúcio falou, que essas pessoas que dão aula de educação física procuram fazer um curso à parte, para se reciclarem fazendo esse tipo de coisa. Não estou aqui, nem a favor nem contra; só estou colocando a minha posição.

O curso de salvamento aquático, com a nova lei, espero que saia com 160 horas de carga horária, mas é diferente. Nós temos o nosso curso... Eu, de pronto-socorrista, tive um ano, na Educação Física, mas, como acabei de falar, apenas uma aula em salvamento aquático. Então, é para se pensar.

Estamos aqui para ter um senso comum e chegar a uma situação que favoreça todas as pessoas.

É isso. Agradeço a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Falou a Diretora da Associação dos Salva-Vidas do Estado de São Paulo, Maria Zileuma Moura Rodrigues de Oliveira, que fez uma série de ponderações importantes.

Agora vamos, de imediato, a Rufino Rodrigues de Oliveira, Presidente da Associação dos Salva-Vidas do Estado de São Paulo (Asvesp).

O SR. RUFINO RODRIGUES DE OLIVEIRA – Bom dia a todos os presentes.

Com a licença do nosso ilustre Senador Paulo Paim, cumprimento toda a Mesa.

Sinto-me hoje muito orgulhoso e feliz em ver esta sala repleta de salva-vidas.

Nos anos 50, eu não via nada disso, lutava sozinho. Para os que não me conhecem, sou oficial da reserva do Corpo de Bombeiros, com mais de 30 anos em serviço de salvamento aquático, trabalhando em mar, represa, rio e piscina. Trabalhei em dois clubes, como salva-vidas e professor de natação, porque sou também profissional em Educação Física e natação, e mergulhador profissional, o primeiro formado em escola de mergulho no Brasil – quem quiser provar, que traga outro certificado. Em 1953, eu fiz um curso profissionalizante para mergulhos profundos, além de 50m. Então, conheço a profissão na área de salvamento aquático.

Jamais confundi natação competitiva com nado livre ou nado obrigatório para aproximação de vítimas em acidente na água, mergulhador desesperado, salva-vidas desesperado que perdeu as forças e está morrendo afogado. Nós não podemos confundir.

O que eu peço é que todos os profissionais que trabalhem na área aquática se especializem em cursos de salvamento aquático, porque, com uma bengala, com um bastão, com um salva-vidas boia, ele jamais vai salvar uma pessoa. Ele precisa ter capacidade e conhecimento, porque a pessoa que está morrendo afogada, muitas vezes, não pede socorro. Na maioria das vezes, ele grita, mas a água entra quando ele abre a boca, e as cordas vocais são interrompidas; não sai som. Isso se aprende em um curso específico de salvamento aquático,

numa escola séria, digna, que não dê aula em uma prancha, mandando a pessoa movimentar braço e bater pernas; e que, duas horas depois, entrega-lhe o certificado e diz que ela é salva-vidas.

Precisamos acabar com isso no País. Luto desde 1954... (*Palmas.*)

Luto desde 1954, recém-ingressado no Corpo de Bombeiros. Lutei, porque os salva-vidas, os guarda-vidas, os guardiões como são chamados hoje, não sabiam nadar. Era ótimos jogadores de polo, basquete, futebol, esgrima, mas, se caíssem na água, todos morreriam afogados.

Fiz um projeto e o entreguei ao então Comandante do Corpo de Bombeiros, Armínio de Melo Gaia. Eu disse: Comandante, morre qualquer salva-vidas, qualquer bombeiro que entrar na água e o barco virar. E me fizeram um desafio: fomos à Represa de Guarapiranga – naquele tempo não havia tantas represas. Virei uma catraia a remo, com quatro salva-vidas, homens que ganhavam um belo salário para salvar vidas. Se eu não tirasse os quatro, teriam morrido todos afogados.

Dali surgiu a ideia de fazer cursos de salvamento. Agora, para ser salva-vidas, tem que saber nadar.

Eu, como professor de natação no Baby Barioni e na piscina do Pacaembu, consegui, com os meus diretores, um horário e passei a dar aula de natação: "senta na borda e bate o pé, até aprender a ser salva-vidas, até aprender a nadar os quatro estilos". Se quisessem competir, havia nadadores, como a Profª Zileuma, que é uma competidora séria. Há muita gente no Brasil inteiro e até fora do Brasil, desse último curso há dois anos no Baby Barioni. Fecharam para reforma. Não sei se vai haver reforma. Prometeram que agora, em 1º de janeiro de 2017, vai estar pronto. E, graças a Deus, terei saúde para voltar a dar os cursos lá, graciosamente, como foi dado até o governo André Franco Montoro.

Hoje, eu alugo piscina para poder dar aula de natação, levar essa pessoa até um nível sério, que considero um nível superior de natação. E fazer um curso de salvamento aquático, um curso de salva-vidas – esse o termo que eu vou defender.

Passar a fiscalização para qualquer pessoa, não. Eu sei que tem de ter um órgão oficial do Estado, do País para fiscalizar, mas desde que fiscalize.

Eu admiro muito, respeito muito – sou aposentado do Cref por idade, paguei quase 30 anos –, admiro a fiscalização feita hoje pelo Cref. A Secretaria de Esporte e Turismo era dona da fiscalização até 1979. A gente fiscalizava, dava curso de salvamento, curso de natação, curso de operador de piscina, que é o tratador de água de piscina, tudo isso gratuitamente, inclusive, curso de mergulho profundo. Os melhores eu mandava para a Marinha do Brasil para fazerem um curso de mergulhador de combate. Temos recordes na Marinha de alunos nossos, formados aqui em São Paulo, até hoje. Na semana passada, eu vi na Marinha o Cabo Dráusio, um recordista, o pior aluno daqueles 22 mergulhadores daquele curso, e está mergulhando por aí ainda, é vivo.

Então, gente, o que eu peço é isto: que cada pessoa, cada salva-vidas, cada professor de educação física, cada médico, cada enfermeiro leve a sério a segurança pública no País, que é para todos, e a segurança aquática, porque nós temos o maior litoral do mundo. Nós temos 5.800km de praias, as mais lindas do mundo. Eu conheço um pouco do mundo. Sou brasileiro, honro o meu País...

(Soa a campainha.)

O SR. RUFINO RODRIGUES DE OLIVEIRA – ... tenho orgulho disso.

Tenho muita tristeza em ver briga de militar, de civil, de professor de educação física e de médico, um querendo tomar o lugar do outro ou querendo ser melhor do que o outro. (*Palmas.*)

Não há ninguém melhor no mundo do que salva-vidas.

Obrigado.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse aqui foi o Dr. Rufino Rodrigues de Oliveira. Com sua experiência, deu aqui para nós todos uma aula básica e profunda, inclusive, de unidade pela causa, que é o Presidente da Associação dos Salva-Vidas do Estado de São Paulo.

Agora, eu queria chamar, bem mais jovem, claro, do que o Rufino, – mas a experiência e o conhecimento contam para ambos –, com satisfação, este que foi um herói para todos nós; foi e continua sendo, porque quem foi herói será um eterno herói. Nós todos torcemos por ele muitas vezes. Podíamos lembrar que torcemos pelo Pelé, torcemos pelo Garrincha, na área do basquete, pela Paula e por tantas outras, mas, nessa área da natação, com certeza absoluta – repito, com certeza absoluta –, nós muitas vezes torcemos, batemos palmas e o vimos, com orgulho, levantar diversas medalhas em nome do Brasil.

É uma satisfação enorme ter aqui no Senado da República você, Gustavo França Borges, representando a Associação Brasileira de Academias.

Peço uma salva de palmas para este atleta que é exemplo para muitos brasileiros. (*Palmas.*)

O SR. GUSTAVO FRANÇA BORGES – Obrigado, Senador.

Membros da Mesa, senhores participantes, é um prazer estar aqui com vocês hoje.

Em toda a minha vida como esportista, três princípios básicos eu trago, ainda hoje, para a minha vida profissional. E acredito, tanto no Senado, quanto no dia a dia do salva-vidas, do guarda-vidas – não vou entrar nesse mérito de discussão –, no dia a dia de qualquer pessoa, passa também por esses três princípios.

Um deles é a gente ter um sonho, um objetivo, uma meta: o caminho que a gente quer seguir; a visão de aonde a gente quer chegar; como a gente vai chegar até lá e tudo mais. Então, o sonho está muito vívido na cabeça da gente.

E a nossa construção passa por isso, por esse sonho. A criança faz isso muito bem. O adulto esquece um pouquinho de ser criança. Precisamos resgatar um pouco a questão da possibilidade; o impossível é só um pouquinho mais difícil, até que o conquistemos.

O segundo ponto é o trabalho com excelência. Na natação – vocês estão acompanhando aí as Olimpíadas, vamos ter os jogos olímpicos –, por um centésimo de segundo, você não vai para as Olimpíadas; você fica na reserva. Por um centésimo de segundo, você vai para as finais; por um centésimo, você é uma um medalhista; por um centésimo, você é o segundo ou o primeiro; por um centésimo, você bate o recorde ou não.

Na profissão de salva-vidas, de guarda-vidas, um centésimo de segundo pode custar uma vida. É a mesma coisa. (*Palmas.*)

Após esse trabalho com excelência, que vem com o planejamento, a disciplina, a precaução, a prevenção, o estudo, o treinamento, você tem a conquista. E, no caso do salva-vidas, se for possível não usufruir dessa conquista, ou seja, não ter ninguém se afogando, seria muito melhor. Ele ficaria só observando aquele mar bonito, e ninguém sofrendo nenhum tipo de trauma, nenhum falecimento, nada desse gênero. Não é o caso. A conquista do salva-vidas vem com o salvamento aquático, vem com a salvação de uma vida, ou, na tentativa de salvar uma vida. No caso aqui de Brasília, no Lago Paranoá, houve um caso em que ficaram lá durante uma hora tentando reavivar o cidadão que estava dentro do lago.

Então, a conquista vem com o mérito. Na natação, vem com uma medalha, vem com um índice, vem com um abraço, vem com um reconhecimento, e assim por diante. Todas as profissões trazem ao Senado um projeto de lei, uma participação popular em alguma coisa que possa acontecer para o nosso País. Enfim, independente da área onde estamos ou o caminho que queremos seguir, certamente nós temos sonhos, nós temos um trabalho de excelência e nós temos uma conquista.

Hoje estou aqui representando a ACAD, representando um setor de academias. Simpatizo com a ideia de todos e com o que foi dito aqui. Muito interessante. Às vezes, ficamos um pouco distantes de alguns assuntos, mas quando nos enfiamos de cabeça e acabamos interferindo no setor, trabalhamos na questão da política pública porque é algo importante.

Como gestor de academia – sou proprietário de academias em Curitiba, Londrina e São Paulo – há alguns pontos que eu gostaria de mencionar para vocês, sob o ponto de vista do empresário mesmo, da atividade que eu exerço.

Mas, antes disso, o primeiro ponto que eu gostaria de salientar – tenho cinco aqui – foi dito pelo Marco Montemezzo, que está aqui do lado, logo no começo. Ele foi feliz porque foi o primeiro a falar, e acho que o discurso é o mesmo para todos nós.

O princípio básico desta audiência e desse movimento é realmente salvar vidas. Não existe nada mais importante do que isso. Então, esse é o marco principal. Todos nós temos esta preocupação: salvar vidas. Esse é o primeiro ponto.

O segundo é que o nosso setor é a favor da regulamentação. Acho que isso é muito importante. (*Palmas.*)

A atividade do guarda-vidas, do salva-vidas, nessa busca de salvar e de prestar um serviço à sociedade e às famílias que possam vir a sofrer quanto a isso, é importante. Então, a regulamentação é um caminho que apoiamos nesse sentido.

Terceiro ponto: a proposta de isso estar inserido nas atividades de academias, por exemplo, torna-se inviável para nós. O Lúcio foi feliz aqui nas suas colocações em relação às responsabilidades e como enxergamos o setor. Eu compartilho com o que Lúcio disse sobre a questão das pessoas que participam hoje das aulas ministradas. Não temos aula alguma que não tenha a atenção de um educador físico. Se você encontrar alguma piscina de academia com mais de 1,40m, 1,50m de profundidade, é muito. Não diria todas elas, mas com equipamentos e professores que estão presentes, dependendo da faixa etária, dentro ou fora da água.

Nessa questão da inviabilidade econômica, se formos por esse lado, fiz vários cálculos aqui, dependendo das propostas que eu cheguei a ler... O Pedro me deu uma proposta agora aqui de 200 pessoas por salva-vidas,

algumas coisas assim. Em qualquer cenário que eu consiga colocar o meu dedo e colocar na ponta do lápis, eu fecho todas as minhas unidades.

No projeto de lei, como está hoje, eu precisaria ter dois profissionais por piscina. Se eu tenho duas piscinas, são dois profissionais por piscina.

Eu abro a minha academia 16 horas por dia. Então, eu tenho oito profissionais na minha academia – uma unidade – a um piso de, mais ou menos, R$2,5 mil – e seria um piso até baixo para uma profissão tão importante quanto essa –, mas, enfim, R$2 mil, R$3 mil, isso daria, mais ou menos, R$20 mil mensais de remuneração. Acresça-se a isso 70% de encargos trabalhistas que a gente tem no nosso dia a dia. Assim, esse valor chega a R$34 mil.

Uma academia que fatura bastante no nosso setor fatura R$100 mil. Os R$34 mil representam 34% de uma unidade, com uma lei escrita para o nosso setor, que influencia no nosso setor. O. k?

Sou a favor da regulamentação, mas, no cenário de uma unidade, hoje, se essa lei passar como está, eu tenho de mandar embora 250 funcionários que eu tenho. Cerca de 250 colaboradores, hoje, seriam demitidos, e cinco unidades seriam fechadas por conta disso. E não é nem hoje, porque a crise econômica tem uma interferência maior ainda, mas, agora, mostrem-me uma unidade de academia – e está aqui a presidente do sindicato de Brasília, a Thaís – que tenha um lucro ou um resultado operacional com mais de 10% do seu faturamento. E, com uma decisão, se você inserir 34% de custo em uma folha... E você pode fazer todos os tamanhos que você quiser: numa unidade pequena, com uma piscina, você vai ter dois profissionais, que seja um por horário, você já vai estar inserindo aí um custo de R$5 mil por mês e, mais os encargos; isso seria por volta de R$10 mil, e para uma unidade que vai faturar R$30 mil. Então, isso é inviável! Isso não existe!

A gente não consegue. O empresário não pode pagar esse custo. São empregos e mais empregos que serão jogados nos índices de desemprego do Brasil. Não tem jeito isso. É inviável uma proposta desse tipo pensando-se nessa característica, porque certos negócios podem ter resultados e outros podem não ter resultado algum. O nosso já é muito restrito.

Então, há o Conselho Regional, há o Confef; é uma profissão regulamentada, e, na regulamentação da profissão, entram aqui, no quarto item, a prevenção e o treinamento. Nós somos muito a favor disso, só que essa conta não pode ir, novamente, para o dono da academia, para o dono da escola.

Alexandre, são três os casos que eu conheço de acidentes fatais dentro de uma academia... Academia, não; escolas. Um, em uma academia, como você mencionou aqui; e dois em escolas, um dos quais aqui em Brasília. O outro foi em uma escola em Moema, uma escola de ensino regular, não uma escola de natação. Dois podem ter várias interferências: pode ocorrer um acidente fatal por uma questão de desatenção; pode haver negligência na hora do salvamento; pode haver o esquecimento... Uma das crianças foi encontrada já... Não havia mais jeito de salvar a pessoa.

(Soa a campainha.)

O SR. GUSTAVO FRANÇA BORGES – Então, nesse cenário, nós temos três casos, desde que me conheço por gente no meio aquático de academias, nos últimos 15 anos, e eu acho um absurdo. Então, três casos, para nós que trabalhamos no meio, com academias, com escolas de natação, com escolas, é um absurdo, pois não há preço que pague a vida de uma pessoa, seja ela de zero ano de idade, de um ano, de 80, de 100 anos. Não há preço que pague!

Quando uma coisa dessas acontece dentro do nosso setor, que já tem um índice baixíssimo, isto é, um acidente fatal dentro de uma unidade é um caso tremendo, tratado nos mínimos detalhes, com todas as implicações que existem dentro de uma fatalidade dessas. Então, ela tem, sim, de ser tratada, independentemente de ser 2%, 0,05%, 0,0001%. Se existe alguma possibilidade, é o caso de uma pessoa que faleceu, de uma família que está triste, de um momento que vai interferir na vida das pessoas. Isso nós não queremos. Para isso, existe a prevenção, para isso existe o salvamento aquático, para isso existem as aulas ministradas por profissionais capacitados pelas escolas do País e os treinamentos que acontecem, tanto os certificados pelo Cref, pela Sobrasa, como por todos os órgãos que existem. Isso precisa ser organizado. Concordo com isso também.

E, Lúcio, jogo aqui o desafio para vocês do Cref e do Confef realizarem isso. O profissional de Educação Física paga, mensalmente, uma taxa, durante 30 anos, não é, Sr. Rufino?

O SR. RUFINO RODRIGUES DE OLIVEIRA (*Fora do microfone*.) – É. Trinta anos.

O SR. GUSTAVO FRANÇA BORGES – E é uma responsabilidade: ele tem de exigir que esses profissionais tenham curso em salvamento aquático. Não sei até que nível. A gente não vai entrar nos "comos", aqui, mas é uma certificação sobre a qual o Cref pode ter uma responsabilidade; que o Confef pode ter.

Jogar isso na conta do empresário, jogar isso na conta de quem está gerando emprego e fazendo todo o trabalho gera uma conta difícil de se pagar. Ou seja, vou mudar, é impossível de se pagar!

Nós somos totalmente a favor do treinamento, desde que os conselhos regionais assumam isso. Já é uma profissão certificada, e temos estrutura para fazer isso dentro dos conselhos. Por que não utilizar isso? E vamos salvar as vidas, vamos estar presentes onde precisamos estar presentes!

Muitos números foram jogados aqui. Seis mil mortes por ano, sendo mil só no Estado de São Paulo, ali nas piscinas, mares e lagos. Vamos por aí.

Eu volto ao quinto item, que é fundamental para o nosso trabalho de hoje, e é o item nº 1 que eu mencionei aqui, citado primeiramente pelo Marco Montemezzo, na felicidade do seu discurso de abertura, que é salvar vidas. Então, o item nº 1 do nosso trabalho e o item nº 5 do nosso trabalho aqui também são salvarmos vidas. E o nosso foco é esse. Qualquer coisa diferente e estaremos pensando totalmente errado no caminho que queremos seguir nessa relação aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Gustavo França Borges, que falou em nome da Associação Brasileira de Academias e mostrou a visão do setor empreendedor nessa área; também é totalmente favorável à regulamentação e à construção de um grande entendimento.

Registro também o nome da Srª Thaís Yeleni, Presidente do Sindicato das Academias do DF e do Entorno.

Agora, passo a palavra à Diretora de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, Srª Nilva Schroeder.

A SRª NILVA SCHROEDER – Bom dia a todos e a todas aqui presentes nesta audiência. Quero cumprimentar o Exmº Senador Paulo Paim, agradecer o convite ao Ministério da Educação, cumprimentar os demais integrantes desta Mesa e das demais; e de um modo muito especial aos profissionais aqui presentes, os salva-vidas aqui presentes, pois a importância de vocês estarem juntos neste momento de discussão da profissão é indiscutível.

O nosso tema de interesse, ou a dimensão que tenha a ver com o Ministério da Educação, evidentemente, diz respeito à qualificação profissional, ou seja, à relação que existe entre uma profissão e a preparação do trabalhador para atuar nessa profissão.

Considero importante que tenhamos alguns elementos para entender que o Brasil vem, nos últimos anos, de um modo muito especial, num movimento muito crescente de reconhecimento e de valorização da necessidade da importância da educação profissional e tecnológica. Ou seja, entende-se que a preparação de um trabalhador para atuar em qualquer setor, em qualquer área, requer o atendimento de um direito de todo cidadão ao processo educacional, à escolarização, que no mínimo hoje no Brasil tem que ser de ensino médio. Não se admite mais que qualquer brasileiro neste País não tenha, no mínimo, completado o que chamamos de educação básica, que é o ensino médio, e que, junto com isso, ele também tenha sido preparado para atuar em alguma profissão.

Então, é importante entendermos que, quando falamos de educação profissional, no movimento expressivo foi feito e que tem sido feito, da expansão da educação profissionalizante, há basicamente dois tipos de cursos: o que nós chamamos de qualificação profissional de trabalhadores. Embora não haja uma regulamentação fechada para esse tipo de curso, às vezes, eles são entendidos como cursos livres, entende-se que, no mínimo, eles devem ter a carga horária de 160 horas. Isso vale para qualquer curso de formação inicial e continuada.

Então, todo e qualquer esforço feito atualmente pelos governos, toda e qualquer política pública voltada à qualificação profissional, deve considerar esse mínimo de 160 horas, assim como os cursos técnicos de nível médio – não é, claro, do que estamos tratando aqui, mas é só para os senhores entenderem –, que podem ter diferentes cargas horárias, mas há regulamentação específica para cada setor. Eles podem ter 800 horas, no mínimo, mil ou 1,2 mil horas, sempre associados ao ensino médio.

É preciso entender também que, para a educação profissional e tecnológica, existem instituições habilitadas e preparadas para fazer os cursos.

Então, temos os institutos federais de educação, as redes estaduais de educação profissional e tecnológica, a rede distrital, aqui do Distrito Federal, algumas redes municipais, também os serviços nacionais de aprendizagem – Senai, Senac, Senar e Senat – e também as instituições privadas devidamente habilitadas pelo Ministério da Educação.

Por que estou mostrando isso? Justamente para valorizar o entendimento, que percebi estar presente aqui também, de que não podemos pensar na formação de forma improvisada ou deixá-la nas mãos de quem não tem exatamente o interesse de preparar plenamente o trabalhador para aquela atividade e, às vezes, coloca em primeiro plano o interesse comercial. Digo tudo isso só para reforçar esse entendimento.

Todos já devem ter ouvido falar nos últimos anos, desde 2011, quando foi criada a Lei do Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego –, que temos feito um esforço muito expressivo com essas instituições que acabei de citar, e alcançamos um número de 9,2 milhões de matrículas, atendendo aos

mais diferentes grupos sociais, chegando a mais de 70% dos Municípios brasileiros com oferta de cursos técnicos e de qualificação.

Nesse cenário está – e aí este movimento que vocês aqui fazem e esta iniciativa de regulamentação da profissão têm a ver com isso – a importância de construirmos o valor social da formação técnica e profissional, ou seja, as pessoas precisam ser preparadas para as suas profissões – novamente essa questão.

Há também a importância de estimularmos a atratividade dos jovens do ensino médio pela formação técnica em particular. Isso significa que a educação superior, o ensino superior, não deve ser a única alternativa reconhecida socialmente para a formação de um trabalhador. Muitas formações podem acontecer em nível médio, como a formação técnica, ou a formação de nível médio numa linha de qualificação profissional, desde que bem fundamentadas e oferecidas com qualidade para os cidadãos.

Evidentemente, são necessários esforços conjuntos – governo, setor produtivo e sociedade – para ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica. Daí a importância das diferentes visões, vindas dos mais diferentes grupos, tal como se vê nas mesas formadas para esta audiência.

Outra questão importante é o fato de que a educação profissional e tecnológica deve tornar-se uma escolha natural para os jovens do ensino médio.

O que estamos querendo dizer com isso? Educação profissional não é algo apenas os pobres, uma solução de segunda categoria. Ela tem de ser uma solução de tamanha qualidade, que qualquer cidadão brasileiro tenha interesse e possa ter sua inserção profissional concretizada a partir de uma formação específica.

Esse quadro serve para dizer que, sempre que falamos de educação profissional e tecnológica no Brasil, temos uma relação direta com a educação básica, novamente reforçando que a formação de nível médio é o mínimo esperado para todo e qualquer brasileiro.

Aí quero destacar que temos três tipos de curso de educação profissional e tecnológica. No caso da formação voltada aos salva-vidas, estaremos falando de formação inicial e continuada ou qualificação profissional.

O que significa isso? Trata-se de um curso que terá um caráter de capacitação, de aperfeiçoamento ou de especialização e atualização, podendo estar relacionado a qualquer nível de escolaridade e ser ofertado – é isso que se espera – segundo itinerários formativos com a finalidade de desenvolver aptidões para a vida produtiva e social.

Isso significa que posso ter, por exemplo, situações como a da Maria Zileuma, que há pouco citou o seu caso: um profissional de nível superior que busca uma formação, uma qualificação profissional, para dar conta de parte da formação julgada necessária a fim de exercer a atividade de salva-vidas.

Posso ter também alguém com ensino médio buscando uma qualificação específica, um curso que, entendemos, deve ter no mínimo 160 horas. E isso está presente nos nossos preceitos legais atualmente, desde a lei do Pronatec isto se consolidou: entende-se que, no mínimo, esse cidadão precisa ter essa permanência de 160 horas para que possa apropriar-se das condições necessárias para atuar em uma atividade.

Com isso quero dizer que é importante que, ao legislar ou regulamentar a profissão, se diga da necessidade de qualificação profissional, de formação, mencionando carga horária mínima de 160 horas, para termos um alinhamento com o que já é consenso hoje no Brasil. Também é importante, ao dizer os requisitos para essa formação, destacar a necessidade de se respeitar o fato de que o Brasil tem o preceito legal fundamental de autonomia pedagógica das instituições para definição do currículo.

Assim, no nosso entendimento – no projeto original tínhamos um conjunto de mínimos previstos para a formação –, não é o caso de se mencionar isso na legislação, porque compete à instituição educacional, devidamente habilitada para fazer a formação, a construção do que denominamos plano pedagógico do curso. Mesmo que ele seja, digamos, de 160 horas, é necessário que haja a devida formalidade; a instituição precisa debruçar-se sobre esse curso considerando o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas.

Neste caso, estamos falando de uma formação que vai requerer não somente uma habilidade física, mas outras habilidades e conhecimentos – como o Dr. David bem mostrou em sua fala – mais abrangentes e que iniciam com um processo, com um entendimento do que seja a prevenção. Então, não se trata apenas de um treinamento para que a pessoa esteja habilitada a – desculpem-me pela fala simplista – correr para salvar alguém, sair nadando para salvar alguém. Ele requer mais do que isso: alguns conhecimentos, saberes devidamente apropriados e sistematizados, para que a pessoa faça isso com a devida atenção, com o devido cuidado e com compromisso ético evidentemente, porque se trata – isso se disse desde a primeira fala – de atenção à vida de pessoas.

Aqui quero destacar também a importância de, no escopo da regulamentação, definir o perfil profissional. Precisa ficar claro, para que as instituições façam a definição correta do seu plano pedagógico, o perfil profissional requerido para esse indivíduo. Isso, sim, entendemos que deve estar explícito na regulamentação.

E aí, sendo uma profissão regulamentada, a instituição, ao elaborar o seu projeto pedagógico, o seu plano de curso, terá de levar necessariamente em conta os aspectos previamente definidos em regulamentação.

Outro aspecto importante é o fato de toda instituição de educação profissional ter por dever considerar e ouvir os trabalhadores que atuem naquela atividade. Então, trata-se de uma construção coletiva. Não se trata de uma construção de plano de curso que deva ser feita em gabinete, por pessoas consideradas iluminadas quanto àquele assunto, sem que os trabalhadores da área sejam ouvidos, até porque existem peculiaridades nos diferentes contextos de atuação. Se pegarmos o Brasil, um país continental, e as características da atividade em questão, vamos perceber que existem características muito distintas entre os locais de atuação por exemplo, sendo importante, sim, ouvirmos os profissionais e quem atua diretamente nessa área.

Com isso quero dizer que, quando uma instituição de educação profissional se prontifica a organizar o plano pedagógico do curso, ela não pode fazer isso de forma improvisada e, em hipótese alguma, de forma comercial. Ela tem, sim, de se dar conta de que está tratando de um direito à qualificação profissional, de um direito à educação que todo e qualquer trabalhador brasileiro deve ter assegurado.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, essa foi Nilva Schroeder, Diretora de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, que também deixa aqui a sua contribuição.

Como na última Mesa só temos dois convidados, já os convido a tomarem seus lugares: Pérsio Prestes Nóbrega, Presidente da Associação dos Profissionais do Salvamento Aquático de Santa Catarina – sente à minha direita –; Antônio Barbosa Barreto, Coordenador de Cursos da Associação Baiana de Salvamento Aquático – sente-se à minha esquerda.

Só faltam três convidados, que já ocuparam seus lugares à mesa. Passo a palavra para a Presidenta da Associação Mineira de Salva-Vidas Civis (Amisvic), Srª Carla Janaína Romão Pereira Dias.

A SRª CARLA JANAÍNA ROMÃO PEREIRA DIAS – Boa tarde a todos.

Cumprimento o Senador Paulo Paim e o parabenizo também por todo apoio dado a esta classe tão sofrida dos profissionais salva-vidas.

Parabenizo todos os salva-vidas aqui presentes. Sei que todos deixaram seus lares, suas famílias, filhos, para estarem aqui hoje.

Vou falar, primeiro, da Associação Mineira de Salva-Vidas, que represento, contando um pouquinho da nossa história. A Amisvic foi criada há 3 anos. Estamos bem no início, porém já tivemos muitas conquistas. A Associação foi decretada como de utilidade pública pelo Município, temos um trabalho social na nossa região e, ao lado desse trabalho social, um trabalho de conscientização acerca da necessidade da prevenção, sobre o qual muitos aqui falaram e eu acredito ser muito importante.

Vou falar um pouquinho também sobre o salva-vidas. Os salva-vidas são profissionais que garantem a segurança dos banhistas, que, distraídos na sua diversão, muitas vezes se esquecem das precauções referentes a sua própria segurança, cabendo, assim, a esse profissional tal observância. Ressalva-se que a atenção mesclada, a atenção no desempenho da atividade, leva a um elevado desgaste psicológico e físico que não é reconhecido por empregadores. Entretanto, tal cobertura específica é observada por profissionais similares, sendo, portanto, possível a justa extensão da regulamentação e seus benefícios a essa laboriosa e essencial classe de trabalhadores.

Saliento que esse profissional necessita cumprir uma série de requisitos similares àqueles exigidos de um soldado do Corpo de Bombeiros, profissional que, geralmente, atua em locais públicos no resgate e salvamento de banhistas, porém não recebe o tratamento igualitário em termos profissionais, mesmo que, muitas vezes, desenvolva maior volume de trabalho. Esse trabalhador é inserido nos critérios normais de empregabilidade no que diz a respeito a horários, remuneração e conquistas trabalhistas específicas.

Aproveito a oportunidade para ressaltar uma preocupação que tenho à frente da Amisvic: é sobre a qualificação desse profissional salva-vidas. Infelizmente temos relatos de que muitos não têm a certificação e o preparo físico, mas estão exercendo a profissão como se cumprissem esses requisitos – muitas das vezes são apresentados certificados comprados, sem a qualificação sobre a qual eu acabei de falar.

Outra questão que é importante ressaltar também diz respeito à utilização de equipamentos e materiais de primeiros socorros. O Sr. Gustavo Borges esteve há algum tempo na cidade em que resido, Patos de Minas, onde tem parceiros em clubes e onde conheceu o trabalho de alguns salva-vidas filiados a nossa Associação.

Eu quero dizer que, em nosso Município, há a Lei nº 6.089, de 6 de junho de 2009, que exige a presença do profissional salva-vidas nos clubes e em entidades como pousadas e balneários, bem como os materiais e equipamentos de primeiros socorros. Foi muito positiva a criação dessa lei, visto que, em nosso Município, o índice de afogamentos era muito alto. Com a aprovação desse projeto de lei – foi aprovado unanimemente na

Câmara Municipal de Patos de Minas –, desde o ano de 2009 não tivemos mais mortes, óbitos por afogamento em nosso Município. Então, foi uma grande conquista nossa. Por isso, espero eu que a aprovação do PL nº 42 ocorra o mais rapidamente possível.

Entendemos que acidentes e afogamentos ocorrem, na quase totalidade dos casos, quando falta a prevenção.

Vou resumir e falar um pouco menos. Acredito eu que todos os outros que passaram pela Mesa expuseram as suas ideias, debateram e foram muito felizes no que falaram.

No meu entendimento, como o Braga citou... Eu também passei por uma situação bastante delicada. Sou mãe de duas filhas e tive um parente bem próximo que morreu por afogamento. Essa perda é irreparável, é uma dor para a família, é uma perda que fica marcada nos corações de todos nós. Quem já passou por uma situação assim sabe o que eu estou falando. No meu entendimento, portanto, seja piscina, seja clube, seja academia, seja balneário, seja mar, é preciso que lá esteja o profissional salva-vidas atuante, com os equipamentos de primeiros socorros. Locais de lazer ou de prática esportiva, locais que têm a piscina de uso coletivo e não têm esse profissional são locais de risco à vida.

Essa é a mensagem que eu deixo para todos vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Carla Janaína Romão Pereira Dias, Presidente da Associação Mineira de Salva-Vidas Civis.

Agora nós vamos ouvir o Sr. Pérsio Prestes Nóbrega, Presidente da Associação dos Profissionais do Salvamento Aquático de Santa Catarina (Apsasc).

O SR. PÉRSIO PRESTES NÓBREGA – Bom dia, senhoras e senhores. Bom dia, membros da Mesa.

Senador Paulo Paim, Gustavo Borges, Rufino, Carla e os demais, é uma honra estar aqui representando os guarda-vidas do Estado de Santa Catarina. Nós estamos muito felizes com a realização desta audiência pública, por estarmos sendo lembrados pelos legisladores.

É com imensa amargura que eu venho relatar a triste realidade dos quase 2 mil profissionais guarda-vidas do Estado de Santa Catarina – Estado este, Senador Paulo Paim, que se orgulha de ter recebido o prêmio de melhor destino turístico do Brasil. Esses profissionais estão diretamente ligados à segurança de todas as pessoas que frequentam os balneários e as praias do Estado, prevenindo, salvando, protegendo, arriscando suas vidas em favor de vidas alheias. Eles são colocados a salvar vidas, em nome do Estado de Santa Catarina, através de um termo de adesão ao serviço voluntário, sem nenhum direito trabalhista. Trabalham sob o regime do Corpo de Bombeiros Militar, subordinados a ele, sendo obrigados a cumprir escalas de serviço de 12 horas diárias, muitas vezes sem a mínima estrutura para a realização das atividades de salvamento aquático, expostos a sol e chuva, sem banheiro, tendo que realizar as suas necessidades na própria praia, em costões, sem água potável para beber nos postos, sem água encanada para tirar o sal do corpo após um salvamento, muitas vezes sem os EPIs necessários para realizar os primeiros socorros e os resgates às vítimas, tendo que tirar do próprio bolso para atender à população.

Esses mesmos profissionais, que são diaristas, Senador Paulo Paim, recebem uma diária no valor de R$125 de forma mensal, mas às vezes demoram a receber, chegando esse atraso a 40 dias. Ou seja, a pessoa tem que pagar do próprio bolso para trabalhar para o Estado. Como se não bastasse esse absurdo, os guarda-vidas que estão entrando com ações trabalhistas contra o Estado de Santa Catarina estão sendo desligados do serviço de salvamento aquático. Mais de 60 guarda-vidas que entraram com ações foram desligados, pais de família que têm de sustentar suas famílias foram desligados do serviço de salvamento aquático. Toda a diretoria da Apsasc foi desligada por lutar e requerer melhorias para o serviço de salvamento aquático de Santa Catarina; profissionais com 10, 15 anos atuando nas praias foram desligados e impedidos de realizar o que mais amam, que é salvar vidas.

Se acontece um acidente com algum dos colegas, Senador Paulo Paim, os amigos precisam fazer uma vaca, um rachão, para ajudar o companheiro, porque nós não temos nenhum tipo de assistência social, nenhum tipo de plano de saúde.

Além disso, os profissionais se sentem muito acuados pelos militares. Inclusive, para vir aqui, foi uma luta tremenda: foi feito um rachão entre os amigos, mas foi passada a informação de que não era para os salva-vidas colaborarem em horário de serviço, que não era para fazerem esse tipo de ação. Foi uma luta tremenda para estarmos aqui com dois representantes do Estado Santa Catarina. Estou botando a cara aqui, representando todos os 2 mil guarda-vidas do Estado. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

O próprio Deputado Sargento Amauri Soares, na Alesc, já relatou "Guarda-vidas civis: trabalho análogo à escravidão". Se um guarda-vidas civil tem mau comportamento, é feito um Termo de Ajustamento de Conduta

(TAC), que é um protocolo militar; ele ganha um gancho de três dias, fica sem receber por três dias, é impedido de trabalhar. Já houve até mesmo relatos de punições físicas, como ter que pagar flexões. Equipamentos, como nadadeira, apito e sunga, temos que bancar do nosso próprio bolso. Inclusive, este ano – já estamos no final da temporada – os guarda-vidas receberam a informação de que, se não devolverem os uniformes, o valor será descontado das diárias.

Esses trabalhadores, Senador Paulo Paim, não são servidores públicos, não são sequer contratados temporariamente, como é o caso em São Paulo e no Rio Grande do Sul. São diaristas submetidos ao uso da Lei do Voluntariado, usada para burlar os direitos constitucionais legais dos trabalhadores.

Senador, não aguentamos mais isso, precisamos da regulamentação da profissão de imediato. Já temos o reconhecimento da população. Agora queremos o reconhecimento merecido de vocês, legisladores, desta nobre profissão, desta a nobre profissão de salvar. (*Palmas.*)

O Estado de Santa Catarina, todos os anos, coloca milhares de pessoas para realizar um serviço essencial, uma atividade de risco, para salvar vidas em nome do Estado, sem reconhecer nenhum direito trabalhista desses profissionais. Isso é vergonhoso, é uma barbaridade! Queremos a regulamentação já!

Obrigado. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Esse foi o Pérsio Prestes Nóbrega, Presidente da Associação dos Profissionais de Salvamento Aquático de Santa Catarina, que traz denúncias da maior gravidade, reforçando a importância da regulamentação definitiva da profissão.

Diante dos dados e números que aqui apresentou, para mim, que sou o Relator do projeto que quer proibir o trabalho escravo, é praticamente... Você usou o termo correto: é análoga ao trabalho escravo, sim, a forma como vocês estão sendo tratados naquele Estado, lamentavelmente. Por isso a urgência de chegarmos a um grande acordo aqui e regulamentarmos a profissão.

Vamos agora ouvir Antônio Barbosa Barreto, Coordenador de Cursos da Associação Baiana de Salvamento Aquático (Abasa). Depois, vamos para os encaminhamentos finais.

O SR. ANTÔNIO BARBOSA BARRETO – Bom dia a todos. Bom dia aos companheiros salva-vidas do Brasil. Um salve a toda a galera do Salvamar.

Senador Paulo Paim, presentes na Mesa e os que já passaram pelas outras Mesas, sou Antônio Barbosa, sou salva-vidas. Hoje sou um profissional da área de Pedagogia, também sou profissional da área de saúde, segurança do trabalho, sou bombeiro civil profissional, instrutor. Tudo isso foi caminhado com o objetivo de buscarmos este momento aqui, essa profissionalização.

Eu comecei na função de salva-vidas aos 15 anos de idade, como salva-vidas de piscina, para pagar o curso de natação e o treinamento. Eu era atleta de natação – fui atleta por 20 anos – e pagava ao clube trabalhando como salva-vidas.

Naquela época, ainda tínhamos resquícios da formação da Escola de Moços, que vamos encontrar na história – vou falar um pouquinho de história aqui –, na formação de natação, na iniciação desportiva, antes das mudanças. Acabou o nível técnico em desporto – eu também fui formado em nível técnico em desporto –, depois viramos recreação. Aprendíamos salvamento aquático, aprendíamos polo aquático e todas as atividades que se praticavam em meio líquido. Quando você terminava a iniciação, você tinha todo um arsenal de capacitação e tinha a continuidade disso no processo de natação. A maioria dos salva-vidas que conheci se preparavam para ser salva-vidas, como meus colegas em piscina ou como meus alunos – passei a ser auxiliar técnico de natação.

Vamos seguir um pouquinho. Eu vim aqui para falar um pouco de história, é isso que eu gosto de fazer quando não estou fazendo salvamento aquático.

Quero contar a história de outra forma. Vamos encontrar, no *site* da Sobrasa por exemplo, histórias de salvamento no Brasil. Estamos contando a nossa história, mas, a partir de alguns anos, comecei a recolher o histórico do salvamento aquático pela ótica popular, por aqueles que fizeram salvamento – eu tive a oportunidade de conhecer ex-salva-vidas, se é que é possível ser "ex", os caras são de coração. A partir desses relatos populares, de textos e de indicações desses indivíduos, conseguimos chegar a uma história muito mais profunda.

Queria parabenizar também o Tenente Rufino, herói condecorado, iniciador desse processo de formação de salva-vidas em São Paulo. Ele está aqui presente, lutando pela causa.

Eu vou ler aqui um texto para conhecermos um pouco de história não oficial, porque as oficiais já estão quase todas publicadas.

Eu começo parafraseando Szpilman. Aliás, deixo aqui minha congratulação ao Dr. Szpilman.

Deus criou o mundo, a vida, e dela surgiu o ser humano. Os anjos foram enviados por Deus para nos guardar. O anjo destinado a salvaguardar os que entravam no mar, ou que vivem nele, foi chamado Damabiah, cujo dia de reverência é 28 de dezembro, Dia Nacional dos Salva-Vidas.

Segundo Osni Guaiano, os primeiros registros dão conta de que a primeira formação de salvamento no mundo foi criada pelo Imperador Augusto, cerca de 63 a.C, e durou até 14 d.C. A essa "Armada Romana" eram outorgadas recompensas pelos atos de salvamento de cidadãos, recompensas que eram extensivas aos pais dos salvadores. Eles entendiam que os pais que concebiam esses indivíduos eram também seres especiais. Concebiam seres especiais para salvaguardar a vida de outras pessoas.

No entanto, encontramos pinturas rupestres de homens salvando no meio líquido. Sumérios, mesopotâmicos, chineses, indianos, japoneses, todas essas civilizações mais antigas dispunham de organizações que lidavam exatamente com náufragos e afogados em campos de arroz e em combate em campos alagadiços. O pessoal da natação estuda o *suijutsu*, que é a natação armada. A natação que nós utilizamos hoje e que chamamos de natação de abordagem e desvencilhamento é baseada no *suijutsu*, que é uma técnica japonesa de natação de combate.

A atividade de salva-vidas teve seus primeiros registros profissionais no século XVIII – profissionais. Associações foram criadas com o objetivo de contratar pessoas para salvaguardar a vida de outras. Na China, a Chinkiang, em 1708; na Holanda, em 1767; na Inglaterra, a Shanks e Cols, em 1774; e em 1787 os Estados Unidos entram nesse processo. E o mundo começa a abraçar a ideia de ter salva-vidas, as praias começam a ser o paraíso do veraneio de todos.

No Brasil, a história do salvamento aquático está ligada inicialmente ao corpo de salvamento da Marinha e aos esforços de guerra – depois isso vai sendo estendido. Depois vem a Solas, que é uma lei internacional para a prevenção de naufrágios, cuidado de náufragos, e abarca esse processo. Hoje a Marinha cuida de 200m além da linha de praia. E o que acontece dentro desses 200m foi sendo esquecido ou substituído paulatinamente por outros serviços.

No Estado da Bahia, foram registrados, no *Dietário do Mosteiro de São Bento*, edição da UFBA (Universidade Federal da Bahia), de 2010, relatos de grupos que realizavam salvamentos no mar: "Localizado às imediações do cais da Bahia, denominado Ordem de Náufragos de Embarcações". Abro aspas de novo: "Sito à entrada do quebra-mar, estes atuavam junto com estivadores das docas". Eles salvavam as pessoas que caíam das embarcações, e os indivíduos que trabalhavam nas docas já faziam isso junto com eles.

Existia, desde 1861, um corpo voluntário de bombeiros civis mantido pela Associação Comercial da Bahia. Foi extinto em 1889. O Governador da Bahia, Hermes da Fonseca, cria em 1890 a 11ª Companhia de Bombeiros Civis. O Conselheiro José Luís de Almeida Couto, primeiro Prefeito da cidade de Salvador no período da República, através da Lei Municipal nº 124, de 26 de dezembro de 1894, cria o Corpo de Bombeiros Civil da cidade de Salvador, sendo que essa corporação funcionou por 89 anos, até 1983.

Segundo Szpilman, em *História do Salvamento Aquático no Brasil*, em 1914, o Comodoro Longfellow criou no Rio de Janeiro o Corpo de Salva-Vidas Voluntário da Cruz Vermelha. E a história de prevenção ao afogamento se inicia a 10 de maio de 1917, quando o então Prefeito do Distrito Federal, através de decreto, regulamenta o banho de mar na Praia do Leme e em Copacabana. Nessa época, o serviço de salvamento era prestado por salva-vidas, na sua maioria pescadores locais que, com suas canoas, realizavam o salvamento dos afogados.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO BARBOSA BARRETO – O Corpo Marítimo de Salvamento, subordinado à Secretaria de Segurança Pública, inicialmente sob responsabilidade da Polícia Civil, só foi criado em 1963.

No dia 28 de dezembro de 1970, a Brigada Militar Brasileira formava a primeira equipe de policiais com a função de trabalhar, exclusivamente, como salva-vidas, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Em 1973, foi criado o serviço de salva-vidas de Salvador, a cargo do Corpo de Bombeiros Civil da Prefeitura Municipal, munido de embarcações e homens selecionados por sua convivência com o mar – eram, na maioria, pescadores.

Em um projeto ousado, entre 1970 e 1980 foi criado o Corpo de Salva-Vidas da Defesa Civil, pelo Dr. Francisco e José Carlos, que eram os coordenadores à época. Eles atuavam nas inundações da cidade e no Recôncavo...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO BARBOSA BARRETO – ...e, no verão, atuavam nas praias.

No ano de 1981, foi criada a Coordenadoria de Salvamento Marítimo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tem mais um minuto.

O SR. ANTÔNIO BARBOSA BARRETO – ... da Prefeitura de Salvador, Salvamar.

Em 3 de agosto de 1984, o Governador do Estado do Rio de Janeiro transferiu da Polícia Civil para o então Corpo de Bombeiros do Estado do Rio as competências e as atribuições do corpo marítimo de salvamento. Dessa forma, só então foi criado o 1º Grupamento de Bombeiros Militar, fazendo salvamento aquático no Brasil.

No Brasil, os primeiros salva-vidas começaram a atuar de forma profissional em meados da década de 50, como disse aqui o Tenente Rufino, na região litorânea do Rio Grande do Sul, depois foi estendido.

Graças ao Professor João Lotufo, as técnicas de salvamento foram difundidas nas escolas de natação, com a metodologia da Escola de Moços de Montevidéu.

A Classificação Brasileira de Ocupações – é interessante a gente relatar –, na época, trazia a CBO 5-89.50...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO BARBOSA BARRETO – ...o título Salva-Vidas. Descrição resumida: Exerce tarefa de vigilância e salvamento na orla marítima e/ou em clubes sociais e esportivos, observando os banhistas para prevenir afogamentos e salvar a vida de pessoas em perigo – vem toda uma descrição detalhada das funções desse profissional.

E aí eu chamo a atenção dos senhores: hoje, dia 14 março de 2016, ainda estamos debatendo em audiência pública se é coerente aprovar um PL para a profissionalização do salva-vidas no Brasil.

Abro um preâmbulo para filosofar.

Você não pode pensar criticamente quando outra pessoa orienta o processo passo a passo. É preciso dar autonomia para que haja o filosofar. O pensar crítico tende a ser complexo. A realidade só pode ser apreendida se observada de diversos de pontos de vista – *Nietzsche, Estudos, 1983*. Filosofar é um exercício...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO BARBOSA BARRETO – ...de abrir fissuras no contexto da realidade, serve para acalmar, para colocar um pouco de ordem no mundo.

Então, filosofando, lhes pergunto: a quem interessa a profissionalização dessa categoria, que através dos tempos vem colocando a serviço da humanidade e da melhoria do mundo seu braço forte para preservar, buscar, resgatar e salvar as vidas alheias? E lhes pergunto mais: a quem interessa não aprovar o PL e deixar de reconhecer e respeitar esse salva-vidas, negando-lhe o que a Constituição do Brasil lhe deve garantir como cidadão e todos os seus direitos trabalhistas, o que agregaria vida de qualidade e aposentadoria digna nos termos da lei?

Rogo a esta plenária, aos digníssimos representantes do povo aqui presentes e a todos nós outros que viemos nos representar que olhem por nossos companheiros que envelhecem na beira da praia, na borda da piscina, que têm a sua vida e expectativa de vida tomadas a cada dia de exposição ao sol, ao risco de se colocar na mesma condição dos incautos...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO BARBOSA BARRETO – ... que ora auxiliamos.

Somos mais de 12 mil salva-vidas civis, número estimado pelas associações; homens e mulheres sem registros profissionais, sem direitos em todos os cantos do mapa do Brasil onde encontramos uma piscina, uma lagoa, um rio, um balneário ou uma praia que constitua o lazer mais barato e de maior acessibilidade pública.

Nós que, no dia a dia, de janeiro a janeiro, arriscamos nossas vidas nessa missão sublime de salvar uma vida que esteja em perigo, só contamos com Deus para nos salvar. Nós queremos uma inclusão e não uma involução, se é que isso é possível; não ao castilhismo da virada do século XX, que pregava a centralização do poder nas mãos de uns poucos, com os que hoje segregam esta mão de obra quase escrava, desvalorizada pelo Estado e tão essencial à segurança da população brasileira. Somos pais e mães de família que, hoje, recebem um uniforme onde se lê monitor aquático, piscineiro, estagiário e outras designações, com sua carteira de trabalho não assinada ou assinada...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO BARBOSA BARRETO – ...como auxiliar de serviços gerais, e são colocados em postos de salvamento aquático, em vários Estados, sem o treinamento devido, muitas vezes sem a proficiência natatória, desequipados e recebendo ajuda de custo para suprir as necessidades da extensão de salvaguarda marítima, em parques aquáticos e serviços de empresas terceirizadas, legalmente autorizadas à complementação da segurança nesses ambientes, a custos exorbitantes.

É triste, senhores, que, após 20 anos salvando vidas, eu tenha que estar aqui para me apresentar e dizer: eu sou salva-vidas e mereço respeito e que os senhores se dignem a aprovar a minha profissão. É humilhante,

senhores, encontrar, nas proposições a esse projeto de lei que nos acolherá, como acolhemos outros tantos na nossa jornada, o menosprezo à nossa experiência, ao nosso empenho, quando nos dizem, por exemplo, que o nível de escolaridade tem de baixar, que deve ser o nível fundamental – óbvio: paga-se menos a quem tem nível fundamental.

O nobre Dr. Szpilman tem sido um vate no mundo em relação ao tratamento ao afogado e, graças à sua pesquisa, a possibilidade de atendimento ao afogado amplia-se com o maior conhecimento de quem o atende, com a classificação dos graus de afogamento, com a RCP (reanimação cárdio-pulmonar) de alta qualidade proposta pela American Heart, com o emprego de oxigênio realizado pelo salva-vidas. Alguns trazem, na contramão, uma proposta do século XV, quando, aqui no Brasil, era empregado um tipo de conhecimento marcado por extrema religiosidade e desprezo da pessoa humana, chamado de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concluindo...

O SR. ANTÔNIO BARBOSA BARRETO – ... saber da salvação, onde o indivíduo só precisava saber o necessário para salvar sua alma; ou quando desejam apagar da história e retirar da história a nossa participação, alterando nossa identidade e a identificação.

Somos salva-vidas, senhores, e queremos nossa profissionalização já. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Antônio Barbosa Barreto, Coordenador de Cursos da Associação Baiana de Salvamento.

Pessoal, como já são 12h42min, nós temos problema de horário. Ainda falta um para usar a palavra, que é o Major Rodrigo Dutra, do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina. É o último orador, que pediu a palavra para falar em nome do...

O SR. RODRIGO DUTRA – Do Rio Grande do Sul, Senador: Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul.

Queria cumprimentar V. Exª e a Mesa.

Inicialmente, já saúdo a relevância e o reconhecimento pleno desta discussão, da importância deste debate. De pronto, na condição de oficial do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul com 28 anos de serviço, dos quais 20 anos atuando no salvamento aquático, menciono a ineficiência do Estado no atendimento pleno dessa flagelo que é o afogamento no nosso País. Não há condições realmente, Senador, para que o Estado, por suas próprias mãos, preste este serviço de socorro.

De forma muito rápida, sem entrar em detalhes e minudências do projeto, é preciso compreender que o projeto de lei federal, neste aspecto, precisa, de alguma maneira, respeitar a visão local, as peculiaridades regionais e uma questão importantíssima no Brasil, que é a sazonalidade.

Nós temos uma vasta costa – ouvi diversas manifestações sobre esse aspecto –, nós temos um problema seriíssimo, que é o afogamento em águas internas – balneários, barragens, rios, açudes, piscinas –, mas nós temos também uma questão que é a sazonalidade. Quase metade da nossa costa, do Rio de Janeiro para baixo pelo menos, não é utilizada durante o ano todo; ela é utilizada num período chamado de temporada.

Digo isso no sentido de que haja uma consideração à possibilidade de flexibilizar a aplicação dessa norma nacional, porque, por exemplo, vejam o nosso caso, Senador, lá no Rio Grande do Sul: não faz sentido, é antieconômica a manutenção de um corpo, de um grupamento de salvamento aquático durante os meses de inverno. Não faz sentido isso! É diferente de Salvador, é diferente do Recife, completamente diferente.

Com relação a essa relevância dos serviços: os corpos de bombeiros sempre são a resposta primária no afogamento – sempre, sempre –, exceto quando nós temos um serviço instalado, em algumas cidades litorâneas maiores.

No interior dos Estados, como em Minas Gerais, a resposta primária sempre é do Corpo de Bombeiros. E aí há um problema que acontece: nós não temos no Estado a medida preventiva, Senador, que a lei procura trazer. O Gustavo Borges traz muito bem isso: "Olhe, eu não posso contratar uma porção de salva-vidas para o meu clube" – é a parte preventiva.

Esse telefonema acaba caindo lá no Corpo de Bombeiros – o Estado não entra na medida preventiva, não fiscaliza, não emprega recurso público na atividade privada. Temos que ir lá com mergulhadores, temos que ir lá com equipes de resgate para retirar uma criança, um menino afogado de um riacho. Quer dizer, o Estado acaba tendo que ir lá; ele falha na prevenção e acaba tendo que ir na resposta, mesmo que não haja o salva-vidas.

É preciso regulamentar o emprego dessas áreas privadas sim, é preciso regulamentar a profissão de salva-vidas sim, é fundamental a garantia desses direitos a esses trabalhadores, mas é preciso que haja a tutela do Estado, isso é muito importante nesse trabalho. O Estado não pode ser simplesmente alijado desse processo.

Quero usar o exemplo aqui que foi muito bem trabalhado, o exemplo de Salvador, na Bahia... Não se fala aqui em Corpo de Bombeiros. Não é isso, é a tutela do Estado. Em Salvador, quem tutela é o Estado, é a Prefeitura de Salvador, não é um serviço solto, não são entidades, associações que se reúnem para fazer a gestão de algo tão complexo. Como o Marco trouxe: a vida humana é um bem precioso. É verdade, e o Estado precisa tutelar isso. Em alguns momentos, a legislação, o projeto de lei, afasta essa tutela estatal, quando passa a emprestar essa responsabilidade objetiva a entidades de natureza privada, de cunho associativo. Parece-me que isso precisa ser revisado minimamente.

Outra questão é com relação ao padrão remuneratório. Essa questão é relevante, importantíssima, mas também é importante compreender que, quanto maior for esse descompasso, maiores serão as dificuldades de contratação, tanto na atividade privada quanto na atividade pública.

Sobre formação, a nossa representante do Ministério da Educação nos deu uma aula aqui: existem padrões internacionais para esse tipo de atividade específica, que tem, repito, sazonalidade. Não faz sentido, de São Paulo para baixo, a extensão, ou o reforço, de uma atividade que é sazonal e que é específica. Estou falando com relação ao litoral. É claro que a extensão na atividade privada fará sentido. Mesmo assim, essa certificação, esse reconhecimento, tem que estar escorada pelo órgão estatal, isso não pode ficar na mão do privado, do profissional privado.

Por último, há uma discussão... E percebo aqui, da parte de vários salva-vidas civis – e de pronto me coloco na mesma posição –, um sentimento de agressão por parte das corporações militares, quando trabalham em conjunto...

Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vou fazer um apelo a você: que vá concluindo, porque alguns têm que viajar, e nós temos que ter um mínimo de encaminhamento. Como abri para você, do plenário, já estão chegando pedidos do plenário para também usar da palavra.

Você já deu uma bela contribuição, inclusive naquela questão da boate Kiss, da qual fui Relator, em que ali ajustamos...

O SR. RODRIGO DUTRA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se puder concluir agora, nos ajudará para irmos para os encaminhamentos.

O SR. RODRIGO DUTRA – Há um último ponto – concluindo já, realmente – com relação ao emprego operacional: é preciso que haja o estabelecimento de regras mínimas de funcionamento. Trabalhar sob sol, trabalhar sob chuva... Francamente, esse é um trabalho de praia! Agora, é fundamental, mais uma vez – esse é o último pedido de ajuste nos projetos e, se for apensado, se nós pudermos fazer isso, melhor será –, que sempre a tutela do Estado se faça presente nesse tipo de atividade, quando a área a ser protegida for área pública, praias.

Essa é a consideração, Senador.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, esse foi o Major Rodrigo Dutra, do Rio Grande do Sul.

Eu quero só registrar a presença aqui da Associação Vida e Esperança, e o faço na figura da Presidenta Terezinha Abreu de Sousa.

Pessoal, temos que ir para os encaminhamentos. Já há uns quatro ou cinco que mandaram dizer que gostariam de falar, mas não dá mais, porque inúmeros terão que sair daqui.

Vou falar da minha experiência. Um projeto polêmico como esse – queiramos ou não, é polêmico – não andará se não adotarmos o seguinte procedimento. Assim eu fiz, pessoal, para regulamentar as centrais sindicais no Brasil – eu fui o Relator, fui eu que as regulamentei, para regulamentar a questão dos vigilantes, o adicional, usei o mesmo procedimento como Relator, e deu certo. Profissão dos comerciários: a mesma coisa; carteiros: a mesma coisa; educação física: foi a mesma coisa; trabalhadores em hotel: a mesma coisa; greve, até no Canadá: foi a mesma coisa; Lei dos Autistas, da qual fui também o Relator: foi a mesma coisa; salário mínimo; Estatuto do Idoso; igualdade racial; deficientes; juventude – de uns, fui autor; de outros, relator.

Só há um jeito... Com uma polêmica como essa, que nesses pontos todos estava instalada... Inclusive, no caso da lei da boate Kiss, mediante uma comissão – o Major Rodrigo estava presente –, no fim fizemos um acerto aqui – está lá na Câmara dos Deputados, vai para sanção provavelmente. Vocês têm que entrar em campo, e eu proponho o seguinte: vocês que participaram deste painel, todos, deveriam se reunir sem a minha presença e ver se têm condição de construir um acordo.

Se vocês construírem um acordo, eu não tenho problema – não crio problema para ninguém, nem para empresário, nem para trabalhador, isso em todos os temas com que aqui trabalhei. Lembro-me dos comerciá-

rios... Se os investidores, os empresários, os empreendedores e os trabalhadores construírem um acordo, este virará o meu relatório, eu irei para o plenário e o defenderei.

Então, se vocês construírem esse entendimento, terão 90% do caminho andado, e o Plenário aprovará também. Ao chegar lá, se disser que todos os setores envolvidos nessa questão sentaram e construíram um acordo, o Plenário vai aprovar. Foi assim com a boate Kiss, que não está mais no Senado, foi embora. E o mesmo se deu com todos esses que eu citei aqui; são mais de cem, como autor ou relator, as leis que eu aprovei aqui no Parlamento. Eu sempre me prendi por esse encaminhamento.

Alguns dizem: "Não, o Paim vai puxar por um lado ou pelo outro." Não é verdade, não é verdade! Eu quero o entendimento entre as partes. Se as partes se entenderem, gol de placa, gol de ouro! Eu sou aquele que vai assinar embaixo do entendimento de vocês.

Claro, muitos fizeram umas duas reuniões... Sentei junto, apresentaram-me o relatório... Se houver alguma coisa que eu puder mediar, é claro que eu vou tentar mediar. Mas, se viessem com o projeto já rascunhado, com uma minuta fruto de um grande entendimento, pessoal, seria ideal: aceleraria o projeto, haveria mais convicção de que ele passaria nas duas Casas e, inclusive, pela sanção, ao chegar à Presidente da República – com esse impasse que está aí, não quero entrar nesse tema agora. Enfim, na Presidência da República seria possível dizer: "Olha, isto aqui é fruto de um amplo acordo entre todos os setores".

Então, eu queria ver se a gente poderia já, a partir daqui, marcar uma reunião, e vocês se reunirão onde acharem melhor. Eu diria que, aqui nestas duas Mesas, estão representados todos os envolvidos. Se vocês aceitassem isso... Reúnam-se onde quiserem, no Estado em que quiserem, ou aqui mesmo na Comissão, cujo espaço eu cedo. Esse é o encaminhamento que eu queria fazer.

A melhor forma é essa, pessoal. Eu não sou daqueles que dizem que Deputado ou Senador pode entender de tudo, mas, mesmo se fosse assim, não entenderiam mais do que vocês sobre o ramo de vocês. Vocês é que sabem onde é que a coisa pega. Então, se vocês se entenderem, mediante amplo acordo, eu me comprometo a assinar embaixo do relatório e colocar para ser votado no Plenário do Senado, mandar o projeto para frente.

É possível, pessoal, caminharmos por aí? É o melhor caminho. E está falando alguém que já aprovou mais de cem leis aqui no Parlamento, como autor ou relator. Estou há 30 anos no Congresso, cheguei aqui na Constituinte e estou até hoje.

Vocês têm condição de marcar um dia para se encontrarem? Há alguém que possa ajudar no encaminhamento aqui? Pode ser aqui...

O SR. PÉRSIO PRESTES NÓBREGA (*Fora do microfone*.) – Hoje à tarde, aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, vamos terminar a audiência pública com esse encaminhamento. E vocês, rapidamente, entre vocês, acertariam uma data e um local. Pode ser?

O SR. PEDRO BARRETTO RIBEIRO (*Fora do microfone*.) – Positivo.

Eu trouxe uma minuta de proposta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sim, mas isso agora?

O SR. PEDRO BARRETTO RIBEIRO (*Fora do microfone*.) – Justo. Acho que poderíamos, os representantes, nos reunir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A proposta é essa, até porque alguns têm que viajar.

Eu vou terminar a audiência pública. Vocês conversem rapidamente para ver em que dia vocês podem sentar e fazer um acordo. O.k., pessoal?

Está encerrada a audiência pública. Parabéns para todos.

Vamos tirar uma foto coletiva aqui, pessoal! (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 55 minutos.)

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO - SUBMINERA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, EM 16 D E FEVEREIRO DE 2016.

Às catorze horas e quarenta e dois minutos do dia dezesseis de fevereiro de dois mil e dezesseis, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Wilder Morais, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração, com a presença dos Senhores Senadores Sérgio Petecão, Hélio José e Flexa Ribeiro. Ausentes os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara aberta a reunião e, após a leitura de comunicados, tem início a Parte I, com audiência pública para debater o contexto das águas minerais e termais no Brasil, em atendimento ao Plano de Trabalho da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração – SUBMINERA, aprovado em 2015. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições, o Senhor Zoltan Romero Cavalcante Rodrigues, Presidente do Núcleo Bahia da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (ABAS); o Senhor Carlos Alberto Lancia, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Águas Minerais (ABINAM); o Senhor Fábio Floriano Haesbaert, Diretor Vice-Presidente da Associação das Empresas Mineradoras das Águas Termais de Goiás (AMAT); e o Senhor Celso Cordeiro de Rezende, Vice-Presidente da Associação Goiana das Indústrias de Água Mineral (AGINAM). O presidente registra a presença, em plenário, da Deputada Federal Magda Molfato (PR/GO). Tem início a Parte II, com deliberação de requerimentos extrapauta. Item 1 – Requerimento nº 1 da Subcomissão de Acompanhamento do Setor de Mineração, de autoria do Senador Wilder Morais, que requer "nos termos regimentais, a realização de audiência pública na Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração – SUBMINERA para tratar do atual contexto da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) e seu impacto na competitividade da indústria mineral brasileira. Serão convidados representantes das seguintes entidades: IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração; SNIC - Sindicato Nacional da Indústria do Cimento; ABAL – Associação Brasileira do Alumínio; ABIROCHAS - Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais; ANEPAC - Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para Construção; e ABCM - Associação Brasileira do Carvão Mineral". Resultado: requerimento lido e aprovado. Item 2 – Requerimento nº 2 da Subcomissão de Acompanhamento do Setor de Mineração, de autoria do Senador Wilder Morais, que requer "nos termos regimentais, a realização de audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), sob a égide da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração (SUBMINERA), para tratar do atual contexto da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) e seu impacto na competitividade da indústria mineral brasileira. Serão convidados o Ministro de Estado de Minas e Energia e os Governadores dos Estados de Minas Gerais, Goiás, Pará, e Santa Catarina". Resultado: requerimento lido e aprovado. Item 3 – Requerimento nº 4, de 2015, da Subcomissão de Acompanhamento do Setor de Mineração, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer "nos termos do art. 93, inc. II, a realização de audiência pública, no âmbito desta Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração, destinada a debater a proposta de um Novo Código de Mineração. Nesse sentido, sugiro a participação dos seguintes convidados: Ministro Eduardo Braga, Ministro de Minas e Energia; Ministro Aroldo Cedraz, Presidente do TCU; Deputado Leonardo Quintão, relator do PL 37, de 2011, na Câmara dos Deputados; Sr. José Fernando Coura, DiretorPresidente do IBRAM; Sr. Celso Luiz Garcia, Diretor-Geral do DNPM; Sr. Elmer Prata Salomão, Presidente da ABPM". Resultado: requerimento lido e aprovado. Fazem uso da palavra a Senhora Deputada Magda Molfato e os Senhores Senadores Hélio José, Sérgio Petecão. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dezesseis horas e vinte e um minutos, lavrando, eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador WILDER MORAIS
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração, a Subminera, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta reunião é interativa. Informo a todos os presentes e a quem nos acompanha pelos canais de divulgação do Senado Federal que esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Os cidadãos que tiverem interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, www.senado.leg.br/ecidadania, ou através do Alô Senado, 0800-612211.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater o atual contexto das águas minerais e termais no Brasil.

Para debater o tema foram convidados os seguintes especialistas, que aproveito para convidar a virem à mesa: Sr. Carlos Alberto Lancia, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Águas Minerais (Abinam); Sr. Zoltan Romero Cavalcante Rodrigues, Presidente do Núcleo Bahia da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas); Sr. Celso Cordeiro de Rezende, Vice-Presidente da Associação Goiana das Indústrias de Água Mineral (Aginam); Sr. Fábio Floriano Haesbaert, Diretor Vice-Presidente da Associação das Empresas Mineradoras das Águas Termais de Goiás (Amat).

Sejam todos bem-vindos.

Antes de passar a palavra a cada um dos colegas palestrantes, eu gostaria de fazer um pronunciamento.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, representantes do setor mineral de todo o País, convidados presentes e todos que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado e pela internet, é com muita satisfação que abrimos esta audiência pública na Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor da Mineração.

Hoje, discutiremos o atual contexto das águas termais e minerais do Brasil. É em uma ocasião como esta que está a nossa maior riqueza durante a atividade parlamentar. É esta oportunidade que temos de interagir diretamente com especialistas e empreendedores que enriquece nossa função legislativa regulatória.

Também aqui cumprimos nosso compromisso com os valores associados ao debate público das ideias e a participação do cidadão, visto que nossa audiência tem caráter interativo, pois abrimos o tema para perguntas e comentários de todos os interessados que nos acompanham pelo portal e-Cidadania e do Senado Federal.

Hoje, temos a honra de receber representantes de diversas associações ligadas à indústria da água mineral no Brasil. Trata-se de um setor que vem crescendo no Brasil, mas que ainda não realizou todo o seu potencial.

Para se ter uma ideia da importância e da dimensão do setor, posso dizer que hoje temos mais de mil lavras concedidas e uma produção declarada de mais de sete bilhões de litros, o que nos coloca entre os grandes produtores do mundo.

Quanto ao consumo em termos absolutos, o Brasil é o quarto maior mercado consumidor de água mineral do Planeta, mas a média *per capita* ainda é relativamente baixa. Em 2013, estima-se que os brasileiros tenham tomado, em média, pouco mais de 90 litros por ano, enquanto no México, por exemplo, um dos maiores consumidores de água mineral do mundo, o consumo ultrapassa 250 litros anuais por habitante.

Teremos, certamente, também a oportunidade de abordar com nossos convidados outra face do potencial econômico da exploração das águas minerais e, em especial, termais na forma de empreendimentos turísticos.

O Estado de Goiás tem um imenso potencial. Recebemos a bênção de ter as águas termais em quase um terço dos 340 mil quilômetros quadrados do território goiano.

Além de lazer, a água tem propriedades terapêuticas, cura diversas doenças, principalmente o estresse. Mais de 50 Municípios goianos têm água quente. Caldas Novas, a maior estância hidrotermal do mundo, recebe três milhões de turistas por ano. A vizinha Rio Quente tem um *resort* que muito orgulha o Brasil, com visitantes do mundo inteiro. Neste carnaval, 200 mil famílias estiveram nas águas termais de Caldas Novas. Elas foram principalmente para Caldas Novas e Rio Quente, mas também foram para Jataí, Lagoa Santa e outras belas cidades.

A grande riqueza da água é aliada a dois tesouros naturais do nosso Estado: a receptividade do povo goiano e a excelente infraestrutura da rede hoteleira.

Na internet, veem-se os comentários de quem esteve no Rio Quente *Resorts*. São elogios vindos do País inteiro e de turistas dos Estados Unidos, da Europa, da Ásia, enfim, dos quatro cantos do mundo.

Além das fontes de emprego e renda, as águas espalham seus benefícios também à saúde.

São resultados assim que esta Subcomissão quer debater na presente audiência pública.

Por fim, eu gostaria de agradecer a presença de todos os empreendedores de água mineral, entre eles dos das águas Bela Vista, Cristalina, Goya, Iza, Nativa, Pura e Pura&Leve. Gostaria de dizer que vocês são fundamentais para que possamos entender mais sobre o setor e buscar melhorias na produtividade, na competitividade e no uso sustentável para os empreendimentos minerais no Brasil. Acredito que, se devidamente estimulada, essa forma de explorar as águas minerais constitui uma fonte segura de prosperidade para nossa comunidade.

Quero, antes de passar a palavra para os nossos convidados, agradecer, desde já, pela disponibilidade de compartilhar conosco o seu tempo e seus conhecimentos.

E agradeço, em nome da Subcomissão e de todo o Senado Federal, a contribuição que os senhores darão aqui para o nosso esclarecimento e para o aprimoramento dos trabalhos e o desenvolvimento desta Casa.

Obrigado pela presença de vocês.

Eu gostaria de passar a palavra ao nosso primeiro palestrante, Carlos Alberto Lancia, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Águas Minerais.

O senhor tem 15 minutos para expor seus conhecimentos.

O SR. CARLOS ALBERTO LANCIA – Boa tarde a todos!

Agradeço, Senador Wilder Morais, pelo convite e o parabenizo pelo excelente trabalho que o senhor está desenvolvendo dentro da Subcomissão de Mineração. Outras audiências foram realizadas aqui com muito sucesso, o que muito nos honra no setor mineral.

Para falarmos de água, vamos ao contexto da água existente no Planeta. Toda ela vem do ciclo hidrológico, ou seja, que cai com a chuva, infiltra, outra escorre e outra evapora. Não existe nenhum marciano roubando água do nosso Planeta e nenhum cometa despejando água nele. Portanto, não é verdade o que nós ouvimos na mídia em relação a estar acabando a água. Não é verdade! O que está acabando é a água potável. Não procede essa afirmativa. Então, temos que cuidar dos nossos mananciais.

No contexto atual, o Código de Mineração estabelece, no seu art. 10, que reger-se-ão por leis especiais as águas minerais e as jazidas de águas subterrâneas. Então, é preciso deixar bem claro aí que a água mineral não é recurso hídrico, mas um bem mineral. Ele diferencia das jazidas de águas subterrâneas. Às vezes, pode ser, para os leigos, um pouco confuso, mas água mineral é um minério. Ou seja, a água cai da chuva, passa pelo solo, passa pelas rochas e carreia os sais minerais até encontrar uma rocha impermeável, onde forma a jazida de água mineral. Quando ela passa pelas rochas, ela vai se enriquecendo com os minérios medicinais da água.

A água mineral, como o senhor colocou, tem propriedades de minérios medicinais, que são aquelas provenientes de fontes naturais artificialmente captadas, através de poços tubulares, que têm uma ação medicamentosa. Ou seja, para ser água mineral, tem que ter um oligoelemento que traga um benefício à saúde e que esse benefício venha a enriquecer o seu organismo não só com a hidratação, mas com benefícios específicos.

E, nos Capítulos VII e VIII, os arts. 35 e 36 do Código de Águas Minerais, estabelecem como se faz para se ter essa classificação. Então, lá já estão especificados os tipos de água.

Um exemplo: as pessoas, principalmente as mulheres, que têm problema de osteoporose vão tomar uma água alcalino-cálcica. É um exemplo específico. Então, isso está estabelecido lá, no próprio Código de Águas Minerais.

Outra coisa importante: água mineral não, necessariamente, é água subterrânea. Todo mundo faz confusão por achar que toda água mineral é subterrânea. Não é verdade! As águas minerais da Serra da Mantiqueira, no caso do Brasil, dos alpes suíços ou das cordilheiras não são subterrâneas e são minerais. Na Serra da Mantiqueira nós temos as tradicionais marcas Lindoya, Minalba e Serra Negra, entre outras.

A confusão em relação à diferença entre recurso hídrico e recurso mineral acabou em 2006, quando se discutiu se água mineral seria um recurso hídrico. Essa discussão foi para o campo técnico e hoje está sacramentado, desde 2007, como se deve fazer a integração das normas e condutas para controlar o recurso hídrico e o recurso mineral. Então, água mineral não é água subterrânea, e aí se estabelecem as especificações para essa integração de controle de vazão entre o recurso hídrico e o recurso mineral.

Vamos entrar especificamente na CFEM. Todo mundo já sabe disso, que 65% da arrecadação da CFEM vão para os Municípios.

E a água mineral tem uma particularidade muito grande. Você ter água mineral ou água termal no seu Município te dá *status*, ou seja, te dá origem, te dá denominação de origem, de saúde.

Então, a água mineral, além de preservar os mananciais existentes, porque a água mineral não pode ser tratada – é um produto cem por cento natural –, os Municípios, além de receberem a maior carga da CFEM, também gozam do benefício das propriedades de minérios medicinais e suas águas, tornando a região famosa por suas águas minerais não só aqui no Brasil como no mundo.

A alíquota da água mineral da CFEM é de 2%, e água mineral, por incrível que pareça, é o que mais paga *royalty*, mais que petróleo, não em valores absolutos, mas em percentuais. Por quê? Infelizmente, a pessoa já está aposentada, no Ceará, tomando água de coco lá, e ele resolveu tributar a água mineral cobrando a embalagem. Ou seja, ele quer cobrar CFEM, que já foi paga lá no petróleo, na embalagem, quer cobrar isso duas vezes.

Esse assunto está judicializado, está na Justiça, é uma coisa que ainda vai levar anos.

O Código de Águas Minerais tem sua própria definição de lavra, diferente da do Código de Mineração. Então, quando se fez Instrução Normativa nº 6 em relação à CFEM, quem a fez se esqueceu de observar a definição do art. 9º do Código de Águas Minerais, que é uma definição de lavra totalmente diferente daquela que está no Código de Mineração. Então, não se aplica o mesmo conceito.

Quando saiu a CFEM, nós viemos aos Anais do Senado e do Congresso estudar. A CFEM foi criada para uma compensação financeira pelos danos ambientais e a exaustão daquele minério que deixaria os Municípios, e a água mineral não tem essa prerrogativa.

Aqui, essa portaria estabelece o que é competência do Ministério de Minas e Energia e o que é competência do Ministério da Saúde.

Então, aqui temos um fluxograma mostrando que, no caso, compete ao Ministério de Minas e Energia a captação da água, até ela passar pela primeira fase, por uma filtragem que não é tratamento, mas que serve

para tirar umas terrinhas, umas partículas que podem vir com a natureza, e, daí para frente, o processo de industrialização é de competência da Anvisa. Então, estabelece o que é competência do DNPM e o que é competência da Anvisa. Então, no caso específico, a competência do DNPM vai ser, antes de começar, para envasar a água. Será dali para trás. Dali para frente, quando coloco a enchedora, quando coloco a envasadora, coloco os controles e coloco os POPs, é competência do Ministério da Saúde.

A CFEM, como eu falei, é resultante do faturamento líquido após a última etapa do beneficiamento. Infelizmente, o DNPM continua cobrando a CFEM sobre a embalagem. Ou seja, essa discussão dentro do DNPM não tem mais caminho, restando apenas o caminho da Justiça. Nós temos certeza de que, no final, a justiça vai prevalecer. Não tem sentido eu pagar CFEM duas vezes, pagar sobre embalagem.

Os tributos que tem a água mineral.

Não fiquem estarrecidos com o que vou falar aqui. A água mineral tem mais tributos que refrigerantes e bebidas açucaradas, os suquinhos da vida. Não se assustem! É a pura verdade. As bebidas açucaradas, que causam danos à saúde, ou as bebidas com adoçantes pagam menos imposto que água mineral. É um absurdo? É um absurdo! Então, nós precisamos corrigir isso no Brasil. Não tem sentido nós continuarmos pagando mais imposto que refrigerantes, que cerveja, enfim.

Pelo princípio da não cumulatividade, quando eu faço a conta gráfica entre débito e crédito, nós pagamos mais imposto que essas bebidas, que determinadas bebidas frias. Nós não somos bebidas frias; nós somos alimento.

E, quando eu vou para o Imposto de Renda, para provar o que eu estou falando, todos os bens venais permitem que eu pegue a exaustão de lavra e coloque no meu ativo diferido. O Ministério da Fazenda diz que água mineral não pode usar desse critério porque o bem mineral nunca vai se exaurir. Ora, se nunca vai se exaurir, por que estão cobrando CFEM de nós? Não era para existir cobrança da CFEM sobre a água mineral, porque a nossa jazida não se exaure. Isso é uma coisa importantíssima. Então, quando convém, eu sou recurso hídrico; quando convém, eu sou recurso mineral; quando convém, eu sou alimento; quando convém, eu sou minério. Pelo amor de Deus, gente! Nós somos alimento. Água mineral é um produto cem por cento natural, sem tratamento. É um produto que não tem nada, não tem cloro, não tem nenhum aditivo, não tem sulfato de alumínio, não tem nada.

E nós temos uma coisa de que o Brasil se esqueceu. Embora o nosso Código de Águas Minerais seja de 1945, ele estabeleceu que nós tínhamos que ter uma área de proteção das fontes. Isto em 1945! Somente em 1991 a gente conseguiu convencer as autoridades da importância de se fazer uma regulamentação disso. E sabem graças a quem? Graças ao Estado de Goiás, a Caldas Novas. Começou a baixar o nível estático do lençol.

Aí, viram realmente isso e resolveram tecnicamente, através de (ininteligível) das fontes.

Faltou água em São Paulo, toda aquela polêmica que estava dizendo. Por que falta água em São Paulo? Não há proteção da mata ciliar, não há proteção das represas; enfim, não se cuida do meio ambiente. Então, a água mineral: além de ser um produto natural, nós preservamos uma área, no total, do tamanho do Estado de Sergipe. Protegemos as nossas fontes, tanto que faltou água na torneira, mas não faltou uma gota de água mineral, porque água mineral não se exaure.

Aí estão os tributos por Estado. Há Estados que cobram ICMS de até 19%.

Quando vou à Europa... Está aí, o máximo que se paga de impostos é 6%, 7%. A qualquer país da Europa que se vá é assim, está aí a prova disso.

Nós não podemos, sobre a água mineral, continuar pagando uma carga tributária maior do que a que se cobra sobre refrigerantes, bebidas açucaradas e adocicadas.

E quanto ao novo Marco Regulatório da Mineração, que incluímos aí: assustou-me a entrevista que vi do novo Relator, dizendo que não vai aproveitar nada do anterior. Pelo amor de Deus, se você não recepcionar – coloquei em vermelho – o Código de Águas Minerais no marco regulatório, você acabou com a água mineral no Brasil. Então, é fundamental que o Código de Águas Minerais seja recepcionado pelo novo marco regulatório. Se você não fizer isso, acabou a água mineral e acabou a água termal. Então, precisamos que sejam mantidas, no novo marco regulatório, como estão mantidas no relatório atual, essas premissas aí.

E, já que estamos falando de uma nova fase, de uma nova contribuição, se fizermos um cálculo para uma maneira justa da construção do CFEM, para que realmente o nosso CFEM vá pagar e goze de (ininteligível), não pode ser mais do que 0,5%, porque no marco regulatório estaria o CFEM sobre o faturamento bruto, como o total. Se eu colocar mais de 0,5%, vou continuar pagando mais do que todas as outras substâncias minerais. Então, nós não pagamos em termos absolutos, mas pagamos em termos percentuais, na realidade, mais do que o petróleo.

Em 1945, o Código de Águas Minerais já dizia que a carga tributária máxima da água mineral não podia ser maior do que 8%. Veio a Constituição de 1988, e isso foi por água abaixo, usando uma expressão... Então, se

em 1945, quando o Brasil tinha seus mananciais, tinha sua legislação, já se entendia isso, imagine hoje. Lembro: sobre a água mineral no México e nos países da Europa não passa de 7%.

Outra coisa importante para nós é trazer a água mineral para a tributação correta. O nosso NCM já está individualizado. Nós somos NCM 2201.10.00. Não somos NCM de bebidas frias.

No Mercosul – e estivemos presentes à reunião, Dr. Pedrosa – isso foi diferenciado. Então, basta que as secretarias de Fazenda dos Estados nos coloquem no devido lugar. Nós não somos bebidas frias.

E, para terminar, que o espaço é curto, vou me atrever aqui a declamar uma poesia de minha autoria que tem tudo a ver com o contexto da importância da água mineral para a humanidade, a água mineral para todos nós. Imaginem o que teria sido das cidades que enfrentaram o desastre ambiental recentemente, em Minas Gerais, se não houvesse a água mineral!

Então, vou para a poesia.

Quem sou eu?
Se quando penso
85% do meu cérebro
é da mais pura água.
Quem sou eu?
Se quando vejo
um sorriso encantador de uma criança
10% é da mais pura água.
Quem sou eu?
Se quando respiro o ar puro das montanhas
e o perfume das flores
80% é da mais pura água.
Quem sou eu?
Se caminho no horizonte
em busca dos meus devaneios
73% dos meus músculos
é da mais pura água.
Quem sou eu?
Se após um dia esplendoroso
no ardor da labuta
sob o sol escaldante
71% da minha pele
é da mais pura água.
Quem sou eu?
Se a poesia
é como sangue que corre em minhas veias
irradiando a vida
e 79% é da mais pura água.
Quem sou eu?
Se quando amo
meu coração bate forte
e faceiro
e 77% é da mais pura água.
Quem sou eu?
Se quando sinto saudades
de meus ancestrais
não são lágrimas
que escorrem em meu rosto
São gotas de saudade viva
da mais pura água.
Agora
eu sei quem sou.
Agora
eu sei quem somos nós.

Somos em média
70% da mais pura água mineral brasileira.
Viva a água mineral que corre em nossas veias.
Viva a água mineral que faz parte de nossas vidas.

Com esse poema, eu conclamo os senhores a ajudar. (*Palmas.*)
Á água mineral não pode pagar tributo de bebidas.
Obrigado. (*Palmas.*)
O tempo é muito curto. Podia falar mais. Peço desculpas, mas obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Gostaria de agradecer as palavras de Carlos Alberto Lancia e parabenizá-lo pela poesia.

Gostaria de cumprimentar aqui a minha amiga Deputada Magda Mofatto, uma grande empresária do setor hoteleiro e de turismo de Caldas Novas, e mineradora, uma das maiores de lá. Parabéns, minha Deputada.

Também cumprimento aqui o pessoal da Pousada do Rio Quente em nome do Dr. Francisco, representado aqui pelo Sr. Munir. Obrigado pela presença – os goianos estão presentes.

Cumprimento também Edmilson Rodrigues da Costa, consultor em Geologia do Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração).

Cumprimento Paulo Ribeiro de Santana, ouvidor do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral); a Mariana, assessora de relações institucionais da Abir (Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas não Alcoólicas); o Reinaldo, presidente da Emater-GO (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás); a Marina, coordenadora-geral do Ministério de Minas e Energia; o Gabriel Rocha, Villas Boas Mineração.

Obrigado pela presença de vocês.

Na sequência, passo a palavra ao Sr. Zoltan Romero Cavalcante Rodrigues, presidente do Núcleo Bahia da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas). O senhor dispõe de 15 minutos.

O SR. ZOLTAN ROMERO CAVALCANTE RODRIGUES – Poderia colocar a minha apresentação? (*Pausa.*)

Bom, vamos falar sobre água mineral, que não é só água mineral: inclui também potável de mesa e para fins de balneabilidade, coisa que outros colegas aqui vão discutir também. Está tudo misturado, e é difícil entender a água mineral. A explicação do Lancia foi ótima. Espero dar outra explicação com outro enfoque.

Próximo. Pode passar.

Afinal o que é água mineral, potável de mesa e para fins de balneabilidade? De acordo com a nossa legislação, é um minério, como ouro, carvão mineral, diamante etc. Como tal, tem que atender à legislação mineral. Além disso, como bem mineral, é constitucionalmente um bem da União, mas, por se tratar de água, não é um minério como os outros – como foi dito aqui, é um minério renovável.

É um alimento, como pão, carne, maçã etc., e, como tal, tem que atender à legislação sobre alimentos. Mas, por se tratar de água, não é um alimento como os outros. Para quem estranha: a rotulagem de água mineral, por lei, tem de especificar que não contém glúten – como a água poderia conter glúten, aí já são outros 500. Ela tem que dizer isso no rótulo porque faz parte da legislação de rotulagem de alimentos. A água mineral, como dito aqui, é um alimento.

Além disso, a água mineral também pode apresentar fins terapêuticos e contraindicações, exatamente como um remédio e, como tal, tem que atender à legislação da saúde. Mas, por se tratar de água, não é um remédio como os outros.

Então, afinal o que é a água mineral?

É a água utilizada para atividades econômicas humanas. Logo, também é um recurso hídrico, mas, como tal, é constitucionalmente um bem público e tem que atender à legislação de recursos hídricos. Mas, por todos os fatores anteriores já citados, não é um recurso hídrico como os outros. É diferente, em todos esses aspectos.

Ela é tudo isso e não é nada disso.

Então, para entender isso, eu sempre gosto de voltar um pouco à História. As águas e as fontes, comprovadamente, foram a primeira forma de o homem tratar suas doenças. Desde tempos pré-históricos, ela já era utilizada para lavar feridas e aliviar a dor. Ainda na Grécia, em 450 a.C., Heródoto estabeleceu os princípios fundamentais da crenologia, utilizados até hoje, que especificam que a água mineral, assim como alguns locais e alguns lugares, teria possibilidade de melhorar a saúde do ser humano.

Então, a grande visão da água mineral e da crenologia é uma melhoria para a saúde do ser humano.

Seguindo as teorias dos médicos gregos, os romanos implantaram muitos grandes balneários em vários países da Europa. No final do século XIX e início do XX, diversas pesquisas médicas indicavam o uso terapêutico, controlado, da água – suas indicações e contraindicações – e as estâncias recomendadas. Então, se você

tinha determinado problema de saúde, o médico lhe recomendava passar uma temporada em tal estância hidromineral para que houvesse uma recuperação e melhoria da saúde.

Com o surgimento do antibiótico, a partir de 1928, iniciou-se uma fase de declínio na crenoterapia, e essa nova visão, que o Lancia já mencionou, não pode ser esquecida. Hoje, usamos um monte de remédios e um monte de produtos químicos para a saúde. Eu, por exemplo, sou hipertenso e tomo vários remédios contra a hipertensão e, ao mesmo tempo, não posso tomar algumas águas minerais, porque elas têm um teor de salinidade que iria afetar a minha hipertensão de maneira negativa. E isso já estava claro quando foi publicado o Código de Minas, de 1934, e as águas minerais, termais e gasosas naturais passaram a ser bens minerais. A partir de 1940, foi incluída também a água subterrânea.

Até 1942, competia às entidades municipais, estaduais e federais de saúde o controle higiênico e de qualidade das águas minerais – eram as estâncias hidrominerais. A Lei nº 4.147/1942 passou essa atribuição, em nível federal, para o DNPM, mas manteve as autoridades de saúde estaduais e municipais.

O Código de Águas Minerais, de 1945, já mencionado aqui, foi baseado na legislação francesa dos anos 30 – cujas águas possuem elevados teores de sólidos totais dissolvidos – uma época em que consumir água mineral significava procurar uma cura, uma terapia, e não simplesmente beber água. Então, ao se comprar água mineral, quando o Código de Águas Minerais foi especificado, a pessoa não estava procurando beber água, mas, sim, uma cura, uma melhoria da saúde pelo consumo daquela água.

O Código de Águas Minerais, então, definiu as águas minerais por ação medicamentosa, e a água potável de mesa, que, apesar de ainda estar na legislação, praticamente não existe mais hoje, pelas condições de potabilidade da região. A água potável de mesa, que está na mesma legislação, é uma água engarrafada, potável. É tirada da natureza, mas não tem as propriedades da água mineral.

E criou-se a Comissão de Crenologia, atuante até hoje, que estabeleceu os padrões para classificação da água mineral.

Em 1969, o Decreto-Lei nº 986 estabeleceu: "Alimento: toda substância ou mistura de substâncias, no estado sólido, líquido, pastoso ou qualquer outra forma adequada, destinadas a fornecer ao organismo humano os elementos normais à sua formação, manutenção e desenvolvimento". Aí, é claro, incluíam-se as águas minerais.

Também é importante o Decreto nº 78.171, que dispôs sobre o controle e fiscalização sanitária das águas minerais destinadas ao consumo humano – no seu art 1º já especificava que era da competência do Ministério da Saúde e das secretarias de saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Com base nesse decreto, o Ministério da Saúde – mais recentemente, a Anvisa – baixa portarias e resoluções relacionadas à indústria e à comercialização da água mineral.

Então, a água mineral também passou a ser vista, a partir da Constituição de 1988, que eliminou a propriedade particular de água – isso cria uma visão um tanto quanto conflitante, porque a lavra de água mineral é, por natureza, privada – como recurso hídrico.

Hoje, a portaria de 2009, do DNPM, deixa bem claro que, na aplicação das normas de águas minerais, é necessário observar, entre outras normas: o Código de Águas Minerais, o Decreto Lei nº 7.841, de 1945 – ou seja, ela tem uma legislação própria para a água mineral; o Código de Mineração, fruto desta discussão; as resoluções da Diretoria Colegiada (RDC); as portarias da Anvisa e do Ministério da Saúde referentes à água mineral; e as resoluções do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).

Isso já foi mencionado, inclusive essa Resolução nº 76 do CNRH que estabelece diretrizes gerais para a integração entre a gestão de recursos hídricos e a gestão de águas minerais, termais, gasosas, potáveis de mesa ou destinadas a fins balneários.

Por fim, o Inmetro fez um pequeno resumo das novas normas a serem atualmente observadas pela água mineral: decretos-leis, portarias e inúmeras resoluções. E isso não é toda a legislação que disciplina a água mineral hoje em dia não, há mais, isso é apenas um resumo das principais. Se eu fosse falar de toda a legislação afeta à água mineral, levaríamos a tarde inteira, e ainda haveria coisas para falar.

Aqui, um mapa mostrando as concessões de lavra de águas minerais ou potáveis de mesa no Brasil. Basicamente, há grande concentração na Região Sudeste.

Atualmente, algumas coisas estão acontecendo. Por exemplo, esta é uma água para fins de balneabilidade – acho que meu colega Fábio vai entrar mais nessa questão. Mas, por exemplo, esta foi uma fiscalização do DNPM, porque aí também entram todas as regras como da água mineral, inclusive exigências absurdas no caso de água para banho, mas são exigidas porque está junto com a água mineral.

Um poço de água mineral é completamente diferente de um poço que estamos acostumados a ver. É um poço que tem toda uma área de proteção, tem uma perfuração especial, completamente diferente da de um poço como este, muito comum – todos já devem ter visto esses poços. Mas isso não pode ser feito para a água mineral, isso está totalmente irregular. Um poço para captação de água mineral deve seguir padrões como

esse. Deve seguir também questões relativas à proteção de nascentes, também já mencionado aqui. Exige-se a proteção de uma área para garantir a qualidade da água dessas nascentes, e se exige, por exemplo, uma tubulação aérea para a distribuição da água, o que, para o caso da água engarrafada, faz todo sentido. Mas, e para o caso da água de balneabilidade, será que isso é necessário no caso de termalismos e zonas de banho? Os reservatórios e os tempos de armazenamento seguem uma série de regras. Hoje em dia, por exemplo, não se aceitam mais esses vasilhames fora de especificação ou com prazos de validade vencidos.

Tudo isso falei só para tentar definir o que é água mineral. Talvez seja mais fácil até dizer o que não é: ela não é água adicionada de sais – algumas pessoas confundem muito isso; ela não é a água do sistema público de abastecimento, de maneira alguma; nem é uma solução alternativa coletiva de abastecimento de água, como é o poço, para abastecimento de uma pequena localidade ou de uma fazenda. Não, não e não. A água mineral é tudo isso que tentei resumidamente falar aqui. Ela hoje é um bem mineral, é um alimento, é um produto com finalidade terapêutica e é um recurso hídrico. Todas essas questões...

Eu concordo plenamente com o colega Lancia quando diz que não se pode tirar o item que trata de água mineral do Código de Mineração. Se isso acontecer, acabou mesmo a água mineral no Brasil, esse mercado não vai mais existir aqui. Então, as perspectivas para a água mineral...

Há muito espaço para o crescimento da água mineral no Brasil. Como mencionado, as embalagens estão se tornando hoje um diferencial para a venda de água mineral. Há um maior controle de qualidade, o consumo está crescendo com a retomada da cultura da crenologia e da hidrogeologia médica e do termalismo – para que as pessoas recuperem a saúde não mais só com medicamentos.

Basicamente, de maneira bem resumida e simples, são esses os aspectos e características da água mineral, potável de mesa e para fins de balneabilidade.

Muito obrigado pela atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Agradeço a participação do Zoltan Romero Cavalcante Rodrigues e passo a palavra ao Sr. Celso Cordeiro de Rezende, Vice-Presidente da Associação Goiana das Indústrias de Água Mineral.

O senhor está com a palavra pelo tempo de 15 minutos.

O SR. CELSO CORDEIRO DE REZENDE – Boa tarde a todos.

Vou pegar um "gancho" dos meus colegas e dar um aspecto um pouco mais comercial do que foi falado aqui. Falou-se em legislação, falou-se em tributos, falou-se na história da água mineral, e eu venho representar a Aginam, que é a associação das indústrias envasadoras de água mineral do Estado de Goiás, com muita honra, porque a luta é muito dolorida. Não é fácil. Somos regulamentados, hoje, por quatro Ministérios, e o empresário tem uma gana muito grande de investimentos.

Entramos no Estado de Goiás há cerca de cinco anos, investindo em uma aquisição de lavra, e o que presenciamos no Estado de Goiás e em todo Brasil? Uma dificuldade muito grande por não haver um sistema simples para o empresário seguir um plano estratégico de crescimento. Se todos aqui nesta sala se empenharem em simplificar o modelo econômico e o modelo que faz a legislação e a regulação do setor de água mineral, tratando-a como alimento e dando fôlego ao empresariado, tenho certeza de que o crescimento será fantástico nos próximos anos. Não tenho dúvida.

Todo empresário que conheço – e o Lancia conhece a maioria dos empresários do Brasil – tem uma gana muito grande de investir. A geração de emprego é muito fácil no mercado de água mineral. Só que estamos perdidos nessa complexidade de normas, decretos, ministérios, secretarias. Creio que esse fórum é para que consigamos achar um caminho para simplificar o dia a dia do empresário.

Sempre o investimento em mineração é de longo prazo, mas esse longo prazo não tem fim com qualquer conta que façamos. De repente, o Lancia me liga dizendo que estão querendo mudar a legislação, que, por favor, deveríamos ver o que podemos fazer local ou nacionalmente para as indústrias não fecharem. No Estado de Goiás, temos, hoje, 26 indústrias cadastradas, Senador. Em atuação, são cerca de 18, algumas já fecharam. Se, nesses fóruns que estão acontecendo, não acordarmos...

É uma indústria maravilhosa, é uma indústria não contaminante, é uma indústria que preserva a natureza, é uma indústria que gera emprego, mas também é uma indústria que está perdida entre o Ministério da Saúde e a Anvisa, o Ministério de Minas e Energia e o DNPM; é uma indústria que está perdida nessa série de legislações, e gostaríamos que aqui elas ficassem mais claras. Se conseguíssemos sair com uma definição mais clara voltando a água a ter um tratamento de alimento, isso daria um fôlego para que o empresariado conseguisse investir, diminuindo a carga tributária. O Lancia trouxe o aspecto de que na Europa e nos Estados Unidos não é diferente, no restante do mundo não é diferente: a tributação é muito baixa em relação ao que se cobra no Brasil.

O Estado de Goiás é procurado, apesar de estar longe dos portos. Sou um dos sócios da água mineral Goyá e fomos procurados, só neste ano, por duas empresas que querem exportar. São dois importadores, um

americano e um da Arábia. O Estado de Goiás pode se tornar um grande exportador de água mineral, o Estado de São Paulo... Onde houver jazida, temos essa capacidade de investir no mercado nacional e somos procurados para mandar esse produto maravilhoso como alimento para fora, mas não conseguimos. É muito difícil! É muito caro! É custoso e dispendioso o empresário, hoje, investir na água mineral, o que é uma pena!

Não vou usar todo meu tempo. Queria abrir um pouco de debate mais para o lado econômico. Se alguém tiver alguma dúvida, estou à disposição.

Quero agradecer por V. Exªs terem me ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Agradeço ao Celso Cordeiro de Rezende, Vice-Presidente da Associação Goiana das Indústrias de Água Mineral.

Passo a palavra, agora, ao Sr. Fábio Floriano, Diretor Vice-Presidente da Associação das Empresas Mineradoras das Águas Termais de Goiás, o nosso Fabinho.

O SR. FÁBIO FLORIANO HAESBAERT – Boa tarde, Senador! Boa tarde a todos!

A Amat é uma associação que, além de cuidar das suas atribuições normais, preocupa-se também muito com a preservação dos aquíferos. Nossa sede é em Caldas Novas, em Goiás também. Lá desenvolvemos trabalhos sérios para preservação das águas.

A balneoterapia e o lazer são as duas formas que temos, hoje, para usar a água mineral termal. Para isso, temos que fazer um breve histórico, porque é interessante para ver o tipo de uso da água.

Primeiro falando sobre Caldas Novas, por quê? Porque Caldas Novas foi a primeira ocorrência de água mineral termal referenciada de que se tem conhecimento. Na Biblioteca Pública de Sevilha, na Espanha, existem registros sobre essa ocorrência, ao Rio Quente, especificamente, pela sua grandiosidade, que datam de 1545, na época em que o Tratado de Tordesilhas colocava Goiás como território espanhol. Posteriormente, o naturalista Auguste de Saint-Hilaire também esteve nesta região, já a pedido de D. João VI, para conhecer o Brasil e as águas termais de Caldas Velhas, na época, como era chamado o Rio Quente, que era aquele rio grandioso. Esse foi o motivo da visita dele. Ele já menciona que quem descobriu Caldas Novas foi Bartolomeu Bueno da Silva. Saint-Hilaire já começa a fazer as observações da região falando da quantidade de pessoas que vinham à região de Goiás, em Caldas, fazer uso das águas para tratamento de saúde, como foi bem relatado aqui pelo Zoltan.

Aqui, fotos de Caldas Novas, em 1918, já um século depois, em um trabalho do Dr. Orozimbo Correa Netto, de Araxá. Ele era um médico muito conhecedor do assunto. Na época, o Deputado Olegário Pinto fez um projeto, nesta Casa, colocando a necessidade de um conhecimento maior daquelas águas. Ele mostra já o caso de uma pessoa se curando, uma criança – naquela época, se chamava de curista, que era o termo usado e, inclusive, adotado por ele –, nas nascentes de águas, na margem do ribeirão de Caldas.

Aqui, já em 1935, foto do químico João Bosco, do DNPM, em Caldas Novas. Ele fez um trabalho também.

O balneário naquela época era dividido em cinco banheiras. Essa é a planta do balneário.

As águas eram utilizadas também para os aquáticos, que foi outra denominação que se deu às pessoas que utilizavam as águas para tratamento.

Esse mesmo João Bosco, do DNPM, em 1938, fez essa análise gráfica do número de pessoas que vinham se tratar em Caldas Novas. Ele chega a 1.200 pessoas por mês, com uma renda de 1,8 réis. Então, já havia uma preocupação com o uso e com a comercialização das águas desde aquela época.

No restante do País, há ocorrências de água mineral usada principalmente para a saúde. Em Poços de Caldas, até hoje, o balneário Antônio Carlos utiliza água para tratamento de saúde. É muito bonito. É muito maravilhoso. Agora, eles estão usando a água também como bem-estar e lazer. Em Caxambu, Minas Gerais, o balneário foi reformado recentemente, porque existe a Portaria do Ministério da Saúde nº 971, que determinou que as águas termais fazem parte das Práticas Integrativas Complementares (PICs) para tratamento de saúde. Seriam métodos preventivos, antes de a doença chegar. Isso leva uma economia até para o Sistema Único de Saúde. Caxambu já foi preparada de acordo com essas portarias, que são as PICs.

O Grande Hotel de Araxá é usado mais para bem-estar e lazer. Termas da Imperatriz, existem trabalhos, em Santa Catarina, para uso também para a balneoterapia. Águas de Lindóia, a radioatividade das águas, é também um balneário muito bem montado, antigo. O Lamário de Peruíbe é uma lama, mas tem toda água envolvida na maturação da lama e está dentro das práticas do termalismo.

Esse eslaide traz um fato interessante. Em Caldas Novas, até a década de 60, as águas eram utilizadas exclusivamente para a saúde, como era no mundo todo e no resto do País. Em Caldas Novas, tivemos uma mudança originada na década de 60, quando a Pousada do Rio Quente foi implantada, em 1963, e o Clube CTC, em Caldas Novas, que foram empreendimentos que se voltaram para o uso massificado das águas, para o uso em parques, em clubes. A partir daí, houve o paradigma de turismo de lazer e recreação das águas. Antes, era só saúde.

A imagem da direita mostra a construção do CTC, na década de 70. Onde está a letra B, um hospital que foi criado para uso das águas pela Sociedade São Vicente de Paula e, na letra C, um balneário que sobrevive até hoje, apesar de estar paralisado.

É um fato fundamental essa mudança de uso.

Aqui, Caldas Nova, hoje, é uma cidade que verticalizou muito, mas ainda possui muito espaço de expansão. A partir da década de 80, com essa mudança na tradição do uso da água de não só saúde, mas também turismo de lazer e bem-estar ou recreativo, houve um aumento muito grande na população, chegando, hoje, a 81 mil habitantes.

Ali, um dado do Convention Bureau mostrando a evolução do número: em 2015, 4 milhões de visitantes na região.

Número de leitos na cidade: 141 mil leitos. São poucas cidades grandes, no Brasil, as capitais, que têm esse número de leitos.

O uso, hoje, de Caldas Novas está dentro dos grandes parques e hotéis, como o diRoma, da Deputada Magda, mas há a volta do turismo de saúde também na região. Existe a Termas da Saúde, um empreendimento que utiliza a água para tratamento também, junto com as práticas convencionais, dentro da visão de tratamento sem medicação.

Para o Rio Quente, temos aqui o número de visitantes: em torno de 1,7 milhão, em 2015, e uma previsão de até 3 milhões, até 2020 – talvez até seja um pouco pessimista essa visão sua, viu? (*Risos.*)

Número de pessoas empregadas: 9,5 mil empregos diretos e indiretos no Grupo Rio Quente. E há uma previsão de investimentos de R$819 milhões na região.

Como eu disse, a Amat, para manter tudo isso, preocupa-se com a qualidade e manutenção dos níveis do aquífero para que ele não se esgote. Então, hoje, a Associação, o próprio minerador investiu do próprio bolso em pesquisas. Estamos em uma fase de já aplicar a modelagem do aquífero para garantir a perenidade desse bem. Isso é importantíssimo, como o Lancia comentou.

No resto do País. Temos um potencial enorme na Bacia do Paraná, no Aquífero Guarani – Formação Botucatu é o termo geológico correto, que são os arenitos. Ele se situa nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul – Gramado, por exemplo, está tendo um crescimento muito grande na perfuração e no uso das águas termais para hotelaria, o que representa uma mudança, uma região interessante ali –, Paraná, em Foz do Iguaçu e outros locais, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Goiás. Nesses Estados, encontra-se o Aquífero Guarani.

Para os senhores terem ideia, esse poço está jorrando 400 mil litros por hora a 50 graus de temperatura. São volumes grandes.

Às vezes, águas que não serviriam para consumo devido à salinização seriam muito bem empregadas para empreendimentos turísticos.

Um exemplo, aqui, é Olímpia. Olímpia começou com um poço desse e, hoje, tem 6 mil leitos construídos e 12 mil leitos em construção, com um número de visitantes, no balneário que existe lá, em torno de 800 mil pessoas no ano, em um único empreendimento.

Além disso, existe Piratininga, Presidente Prudente e outras cidades com água mineral. Não citei aqui o Nordeste, que possui Mossoró e outras cidades.

Esse dano é do DNPM. Infelizmente, no registro do DNPM, eles não classificam corretamente a questão do uso da água. No banco de dados dele, o uso da água é definido por balneoterapia, engarrafamento, que seriam os principais, apesar de existirem outros usos industriais também, que não entendo.

O fato é que esses dados podem ter algumas pequenas distorções, mas mostram claramente Goiás com 211 processos de água, que envolvem desde o requerimento de pesquisa até a concessão de lavra; Rio Grande do Sul, com 39; e Minas Gerais, com 41. São os maiores. No restante do Brasil todo, também existem concessões e processos minerais.

Aqui é, comparativamente, a questão do engarrafamento. São quase 3 mil processos, concentrados basicamente em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas, Paraná e Rio Grande do Sul, seguidos de Goiás e o restante.

Aqui, o total do cadastro do DNPM: 4,5 mil processos de água mineral, em geral.

Em relação ao marco regulatório da mineração, uma reivindicação que já apresentamos na discussão inicial do marco foi a proposta de Emenda nº 21, da Deputada Magda Mofatto, que está aqui presente, que é mineradora também. O problema é exatamente o que foi falado aqui: a confusão de água ser... Agora ainda tem a água de balneário. Estamos no Código de Mineração e no Código de Águas junto com o engarrafamento. Isso nos dificulta a questão tributária, fiscal e técnica em diversos aspectos.

O Sr. Zoltan citou a questão da canalização aérea.

(Soa a campainha.)

O SR. FÁBIO FLORIANO HAESBAERT – Em Caldas Novas, temos mais de 150km de rede de água subterrânea, e já foi muito discutido para que essa água seja aérea. Não tem condição. Vira e mexe esbarramos em um técnico questionando isso.

Essa foi a emenda que propusemos. Ela pede uma diferenciação das condições para as águas para fins balneários, sob os aspectos técnicos, fiscais e societários, como já foi muito bem colocado aqui pelos colegas.

As justificativas são diversas. Uma delas é que ela é bem definida para a questão da saúde. A outra é a questão do sistema S, o Sesi, por exemplo, terminando.

Ele tentou implantar o empreendimento em Caldas, mas, como a legislação exige que eles tenham lucro, que tenham de criar uma empresa com registro na Junta Comercial, a Federação das Indústrias vetou o projeto deles, e a ordem era de que fechasse a empresa de mineração.

Havia a previsão de investimento de mais de R$30 milhões, mas até hoje estamos parados discutindo. Isso entra em choque com a questão do engarrafamento. Por isso, a justificativa da emenda que a Deputada propôs com a nossa ajuda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Obrigado ao Sr. Fábio Floriano, Diretor Vice-Presidente da Associação das Empresas Mineradoras de Águas Termais de Goiás (Amat).

Antes de passar a palavra aos presentes, o Senador Sérgio Petecão e a nossa Deputada Magda Mofatto, eu gostaria de fazer algumas perguntas que chegaram pela internet.

Antes, eu gostaria de fazer uma pergunta aqui, até porque também sou empresário, ainda que não seja da área de água mineral e mineração.

O que notamos aqui, Senador e Deputada, nessas nossas audiências, é quanto o Governo tem ajudado a atrapalhar os empresários – é impressionante! Quando vemos a quantidade de impostos... Isso justifica quem reclama que o preço de um litro de água, independentemente do lugar, seja mais caro do que o de um litro de leite. É impressionante, e notamos... O que o Governo tem feito – vou deixar aqui até para o Lancia me responder – além de criar tantas dificuldades, para fazer chegar água mineral às escolas públicas, talvez até na merenda escolar?

Também gostaria de saber o que o Governo tem feito para melhorar, ou até para prejudicar, essas legislações, inclusive no código que estava caminhando lá na Câmara, mas que agora teve o relator mudado.

Então, esta Subcomissão, Senador Petecão e Deputada Magda, talvez pela minha posição, tem uma forte vocação para dizer por que o setor produtivo é tão prejudicado. Esse debate... Temos ouvido... Não que não queiramos ouvir as partes... Mas é importante, porque a sociedade precisa entender as dificuldades que os empresários estão enfrentando, principalmente neste momento de crise.

Gostaria também de passar as perguntas que chegaram aqui pela internet para que depois fossem respondidas.

A Ana Flavia Schmitt mandou o seguinte:

É preciso proteger de forma mais ativa as APPs ao redor das águas minerais e termais do Brasil, investigar áreas que possam estar sob risco e lutar pela recuperação das áreas que estejam prejudicadas.

Também me mandou algo o Sr. Mauro Santiago, do Rio de Janeiro:

Para a grande maioria das pessoas, as empresas de águas minerais e termais são vistas como projetos bem-sucedidos e, portanto, com grande geração de caixa resultante de lucros significativos. No entanto, esse não é um cenário real para todas as empresas.

Também do Mauro:

As empresas de água mineral e as potáveis de mesa defrontam-se com graves problemas decorrentes das elevadas taxas tributárias e da burocracia, custo de conformidade e exigências que vão além do necessário e da realidade nacional.

O Mauro também me mandou outra pergunta.

As empresas de água mineral e as potáveis de mesa enfrentam graves problemas como a legislação ambiental que permite aos Estados e Municípios descumprirem as leis, enquanto esses são ágeis nas punições às micro e pequenas empresas.

Outra pergunta do Mauro não está direcionada a nenhum dos palestrantes, mas peço que cada um possa respondê-la:

Envolvido em escândalos, o Departamento Nacional da Produção Mineral é gerador de graves problemas para muitas empresas. O setor passa por crise geral, vendo um futuro em que restarão as empresas estrangeiras adornadas com o ouro do capitalismo cruel [de acabar adquirindo as empresas brasileiras].

Antes de passar a palavra para os nossos palestrantes responderem essas perguntas, eu gostaria de passar a palavra à nossa Deputada e grande empreendedora do Estado de Goiás Magda Mofatto.

A SRª MAGDA MOFATTO (Bloco/PR - GO) – Obrigada.

Boa tarde a todos.

Obrigada pela gentileza das palavras, Senador.

Meus cumprimentos a todos os componentes da Mesa, especialmente ao Fábio, que tem feito muito, ao longo de toda a sua carreira como geólogo, pelas águas quentes, principalmente de Caldas Novas. A Amat, inclusive, engloba não apenas as águas termais de Caldas Novas, mas praticamente do País todo.

Pelo que foi explanado aqui, observamos que todos têm bastante conhecimento do que acontece. Algumas colocações aqui apresentadas são muito importantes. Por exemplo, a do Sr. Celso, que disse que é preciso simplificar a situação para que possamos, cada vez mais, usar. Se essa situação não for simplificada em todos os sentidos, cada vez mais nós vamos ter dificuldades para poder usar as águas em geral.

Foi abordado também pelo Sr. Zoltan o uso das águas – realmente, a sua colocação é das mais especiais.

Na Europa inteira, anteriormente, as águas minerais, engarrafadas principalmente, eram um complemento à alimentação. Até hoje, as pessoas ainda bebem água da torneira, bebem água de fornecimento de rua, por conta da qualidade da água. No Brasil, o costume de se tomar água mineral se fortaleceu muito pela insegurança em relação à qualidade da água servida pelas torneiras. É só ligar a televisão: você assiste todo dia, a toda hora, como a água vem da rua, às vezes sem tratamento, às vezes uma água escurecida naturalmente. E muitas vezes é essa a água que estão tomando, inclusive nas escolas. Por quê? Não se tem o mesmo cuidado que se tem no engarrafamento de uma água mineral, não existe esse cuidado com a água que vem da rua, que, em princípio, deveria ser potável em todos os sentidos. O que temos é a insegurança, inclusive quanto ao transporte da água, desde a captação, seja nos rios, nos córregos ou nos mananciais. A captação, o tratamento e a distribuição são subterrâneas, e não se sabe quais os cuidados para que isso possa acontecer.

O Governo, infelizmente... Quanto mais malfeitos existem, mais o Governo tenta fiscalizar. E quanto mais o Governo tenta fiscalizar, mais custos surgem. Isso onera o bolso de cada um de nós, cidadãos brasileiros. Um departamento a mais... Aqui está escrito: "Cria-se o Conselho Nacional de Política Mineral". Criar um conselho quer dizer mais um departamento, mais funcionários para discutir o que poderá ser feito, sem ações efetivas no segmento.

A simplificação é de mais importância. A tributação existente no País, a cada dia que passa, está proibindo que o empresário tenha coragem de se estabelecer.

No caso específico das águas termais, aparentemente, a água termal teria um valor insignificante. Ela nasce naturalmente, na maioria absoluta dos nascedouros... Alguns têm poço profundo, como é o caso de Olímpia, mas na região de Caldas Novas eram todas nascentes naturais. Conforme veio a necessidade de se aumentar a extração e distribuir para que mais pessoas pudessem investir, foram feitas as perfurações, e até hoje há a extração, que é altamente aproveitada.

Porém, antes disso, era um bem, mineral ou não, jogado fora. Integralmente corria para o rio, dos rios ia para os mananciais e, dos mananciais, era jogado fora, para o oceano. Ao haver um aproveitamento, geraram-se milhares de empregos. A região inteirinha... Eu posso dizer com segurança absoluta: mais do que 90% da região vive disso. A cidade vizinha, Marzagão, não tem emprego. As pessoas de lá vêm trabalhar em Caldas Novas. Morrinhos fornece mão de obra em abundância para Caldas Novas e Rio Quente, que é onde está instalada a Pousada do Rio Quente.

Muitas pessoas se mudam para Caldas Novas não só para trabalhar, mas também para estabelecer uma segunda residência – na terceira idade, depois de aposentadas – em busca de saúde –, e me refiro a todos os segmentos: saúde na monoterapia, saúde na qualidade de vida, saúde no clima e em tudo mais.

A moça que falou sobre preservação ambiental – mandou algo agora por *e-mail* – não tem conhecimento. No caso específico, nós fomos obrigados a fazer EIA/Rima, estudo de impacto ambiental com relatório de impacto ambiental. Foram feitos três itens desses. São estudos caríssimos que os mineradores da região fizeram, e, com isso, nós temos obrigatoriedade de preservação. Agora, esqueça obrigatoriedade: quem mais se interessa em preservar é quem explora, porque, se nós não preservarmos, vai faltar, não vai mais haver. Então, independentemente de qualquer legislação e de qualquer obrigatoriedade, quem minera, seja água termal ou não termal, tem a necessidade de preservar, e quer preservar, exatamente para que tenha sempre, não só num curto momento, num investimento curto – posteriormente, isso se perde.

Então, preocupa um relatório, que é importante que seja bem feito... Eu participei, inclusive, bastante do estudo que chegou num parecer – infelizmente, ainda não foi votado; hoje, parece, vai ser colocado em pauta para que se inicie a discussão no plenário da Câmara. Esse parecer é relativo ao Projeto de Lei nº 37, de 2011,

que trata do marco regulatório da mineração, que é o que está sendo discutido. Inclusive, como apenso, há este aqui também, que é o 5.807, se não me engano – discute esse item como um apenso.

É preocupante que o Governo esteja querendo por demais tributar o segmento. Todos nós sabemos que é importante que se recolham tributos. Sem impostos, sem tributos, não há como investir nas áreas públicas. Porém, todo exagero acaba levando a ilegalidades, e não me refiro só à mineração, mas a todos os segmentos.

Estamos enfrentando um problema gravíssimo no Estado de Goiás – o Sr. Senador deve saber – em Niquelândia: os tributos, aliados ao preço baixo do níquel, estão fazendo com que se torne impeditiva a extração do níquel.

Há outros itens também. Mais para o norte um pouco, lá na terra do Leréia... Como é que se chama?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MAGDA MOFATTO (Bloco/PR - GO) – Minaçu! Ele sabe direitinho.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MAGDA MOFATTO (Bloco/PR - GO) – Na Sama, exatamente.

Existe uma perseguição muito grande lá por conta do amianto. Houve a proibição do uso do amianto, sendo que, até então, o amianto era largamente utilizado, aprovado inclusive. Os pouquíssimos, raríssimos casos que houve de prejuízo à saúde pelo amianto foram tão pontuais e tão insignificantes que não justificavam, de maneira nenhuma, tantas proibições que foram impostas em prejuízo de um comércio e de um mercado dos melhores.

Por exemplo, cito a fibra que se usa nos freios, que era revestida com esse amianto. Hoje, as fibras usadas não têm durabilidade suficiente para serem aplicadas. Então, o que se falou foi tão exagerado, tão exagerado... E houve a proibição do uso do amianto por coisa que não existe de maneira alguma.

De qualquer maneira, é importantíssimo que se abram as discussões e que as verdades sejam ditas, para que possamos trabalhar e chegar a um ponto onde não haja perseguição e que permita haver fomento. Inclusive, um dos itens aqui... O terceiro a fazer apresentação falou exatamente isto: fomento à pesquisa, à inovação e agregação de valor na atividade de mineração.

Muita burocracia acaba impedindo que haja fomento, progresso e desenvolvimento. Vamos tentar ajudar a fazer com que haja menos burocratização neste País.

Obrigada, Sr. Presidente, Sr. Senador, por me dar oportunidade de participar de tão importante discussão.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Eu é que agradeço.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Nobre Senador Wilder, gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Eu agradeço à minha amiga, Deputada talentosa, Magda Mofatto.

Gostaria de passar a palavra ao nobre Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Cumprimento V. Exª, Senador Wilder, pelo excelente trabalho que vem fazendo à frente da Submineira, conseguindo organizar debates importantes para mostrar as várias vertentes da mineração no País.

Hoje nos debruçamos sobre este importante assunto que é a água, água doce, água potável, água mineral, debate que é de grande relevância.

Quero cumprimentar o Sr. Carlos Alberto Lancia, que fez uma belíssima exposição – adorei a poesia, quero parabenizá-lo por ela, acho que ela tem um toque bastante relevante. Cumprimento-o pelos valiosos conhecimentos que trouxe aqui. Você me trouxe uma novidade: a água é mais tributada do que o refrigerante. Quer dizer, isso é totalmente incompreensível. Tenho certeza de que a maioria do povo brasileiro, e até dos legisladores, desconhece essa questão. Precisamos, de fato, ver essas questões. O Brasil tem uma carga tributária muito pesada. Não é justa essa alta tributação sobre a água, que é um bem essencial – quanto mais pessoas bebessem água em lugar de refrigerante melhor seria.

Quero cumprimentar o Sr. Zoltan Romero Cavalcante Rodrigues, Presidente do Núcleo Bahia da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas), bom baiano. Parabéns pela exposição, pelo histórico que você fez – acho que ele conseguiu fazer um relato completo da situação.

Lamento por ter tido uma reunião e ter tido que sair. No Senado tudo acontece ao mesmo tempo. Inclusive, agora já devem estar começando os trabalhos no plenário e temos que correr para lá.

Não pude ouvir a classe empresarial, somente a colocação inicial que você fez, e também não pude ouvir a exposição do nosso representante ali. Mas, como bom amigo do meu amigo Munir aqui, do meu amigo Capitão ali e da nossa querida Magda Mofatto, nossa Deputada Federal do entorno de Brasília, de Caldas Novas,

empreendedora do grande di Roma, a quem parabenizo pelo grande trabalho que tem feito em Goiás... Aliás, precisamos sentar para conversar, Magda, para ver essas eleições que estão se aproximando... (*Risos.*)

Quero dizer para vocês do setor produtivo que eu sou um defensor aqui do setor produtivo. Eu acho que o setor produtivo é o gerador de oportunidades, gera empregos, gera inclusão. Nós precisamos dialogar e dar condições...

Primeiro, é preciso que o Estado sobreviva também. Por isso, tem que haver tributos, mas tributos justos. Depois, é preciso dar condições para o setor produtivo poder gerar empregos. O Senador Wilder, que muito bem compõe conosco esta Subcomissão, tem conduzido o debate em todos os setores da mineração visando exatamente a isso. O Código ainda está preso lá na Câmara – nós estamos fazendo um esforço para tirá-lo de lá. Assim, quando chegar aqui, a discussão já terá andado bastante, e isso nos permitirá ter agilidade na aprovação desse Código. O Wilder vem fazendo este trabalho de ouvir todos os setores da mineração.

Não é isso, Wilder? Já foram ouvidos quantos? Sete? (*Pausa.*)

Foram sete audiências públicas sobre o assunto, todas devidamente registradas nesta Casa, para que possamos, nos Anais, coletar todas as contribuições que vocês estão nos dando aqui para podermos fazer o código minerário correto.

Eu sou do Ministério de Minas e Energia, sou concursado do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), servidor público de carreira, e sei o quanto são importantes a questão legislativa e a questão de o trabalho para a coisa funcionar.

Então, Wilder, só quero dizer que sou parceiro nessa discussão. Acho que temos que facilitar essa questão da água, que é um bem essencial para todos nós.

É a água doce do Planeta. Se eu considerar que toda a água está acumulada numa caixa de 10.000 litros, a proporção da água doce seriam dois copinhos desse. Então, é preciso ter responsabilidade, é preciso ter realmente uma exploração adequada desse bem comum de todos nós. Estou aqui para ajudar nisso, Wilder.

Eu vou me retirar, vou lá para o plenário, ver se está precisando de quórum e como estão as questões lá, mas estou contigo nessa discussão. Pode contar comigo, meu Senador querido.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Obrigado, Senador Hélio José.

Gostaria de passar a palavra ao nobre Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Vou dispensar as apresentações, já foram por demais apresentados, e saudar a todos na pessoa do nosso Presidente, Senador Wilder.

Eu ouvi atentamente a fala de todos, mas eu gostaria de fazer uma pergunta ao Fábio. Eu conheço pouco essa área, sou da Amazônia, sou do Acre, onde está a maior reserva de água doce do mundo. E o senhor falou muito, falou do Rio Grande do Sul, falou do Nordeste, falou de Goiás. O senhor tem alguma informação, alguma pesquisa sobre essas reservas de água mineral da Amazônia, se é que existem?

Eu visitei a Pousada Rio Quente, fiquei impressionado com o que vi lá, a estrutura, o zelo das pessoas, uma coisa de primeiro mundo, e eu não conhecia. Fui lá com o Senador Wilder. E recebi um convite para conhecer o Hotel diRoma. Vou lá, pode ter certeza.

Mas eu gostaria, Fábio, de alguma informação que o senhor ou algum dos senhores tenha, ou algum estudo nesse sentido, porque lá no Acre nós não temos pedra. Lá não existe pedra, muito pouco lá na fronteira já com o Peru. Mas eu não tenho essa informação do tamanho da nossa reserva, do que representa isso. Nós temos os grandes rios da Amazônia, o Acre está nas Cordilheiras, e lá, realmente, nós temos problema com água. O Acre está na divisa com o Peru e com a Bolívia, depois é que desce realmente para o Amazonas, faz parte da Amazônia. Então, se o senhor tiver essa informação, eu gostaria de tê-la.

Parabenizo todos pela palestra e pelas informações que trouxeram aqui a nossa Subcomissão.

O SR. FÁBIO FLORIANO HAESBAERT – Fizemos a apresentação mais preocupados com a questão da água termal. Até não aparece nada ali no Acre porque eu creio que lá seria a Superintendência do Amazonas, porque acho que é o único Estado que não tem sua superintendência, uma Superintendência do Acre; pelo menos, no banco de dados do DNPM não consta. Claro que deve haver empresas de mineração lá explorando água, engarrafamento.

Nessa questão, posso dar uma opinião em relação às reservas daquela região: a própria Bacia Amazônica ali é composta de rochas sedimentares, que têm capacidade de armazenamento muito grande, não só no Acre, mas nos demais Estados. Talvez em função da fartura de água superficial que se tem, ninguém dá muita bola para a água que está embaixo. Mas não sei, o Zoltan pode ter uma melhor explicação.

Então, creio que é por aí, a questão da reserva, por ser uma bacia sedimentar, tanto é que a própria Petrobras pesquisa petróleo também e tem encontrado gás, e o mesmo reservatório que armazena óleo e gás, que é um fluido, armazena água também, na maior parte desse reservatório.

O SR. CARLOS ALBERTO LANCIA – Posso complementar?

O SR. ZOLTAN ROMERO CAVALCANTE RODRIGUES – No caso particular da Região Norte, o Brasil, geologicamente, ainda é pouco conhecido.

E do ponto de vista hidrogeológico, menos ainda. Então, infelizmente, o conhecimento da água subterrânea no Brasil ainda é muito precário – e muito precário mesmo. Há um desconhecimento generalizado.

Por exemplo, falando especificamente da Bahia, o maior aquífero do Estado da Bahia é o Aquífero Urucuia, que fica no oeste baiano. Se você olhar qualquer trabalho técnico há apenas 20 anos, ele iria dizer que, naquela área, não existia água subterrânea em quantidade significativa, e hoje já é considerado um dos maiores aquíferos do Brasil. Mas, há apenas 20 anos, não se considerava haver nenhuma viabilidade de água subterrânea.

Atualmente, têm sido feitos os primeiros estudos de que eu estou tendo notícia lá na região da Amazônia. A Agência Nacional de Águas (ANA), inclusive, está terminando agora um trabalho, um estudo para o primeiro mapeamento dos aquíferos da Região Norte. Está terminando agora. Posso adiantar que lá já foram descobertos mais de um aquífero que são muito maiores que o Aquífero Guarani, que é tão mencionado. São muito maiores, e com muito maior disponibilidade de água.

Então, o potencial brasileiro na questão mineral, especificamente também na questão de água mineral e água subterrânea, ainda é um grande desconhecido. Agora, todos os estudos que têm sido feitos só têm indicado um potencial cada vez maior do que o esperado. Os aquíferos da Amazônia em breve vão ter nome e vão ser os maiores do mundo.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Zoltan, eu, como Parlamentar da região, fico até constrangido em fazer esse tipo de pergunta porque penso que é falta de conhecimento, mas, na verdade, nem o Governo brasileiro tem esse conhecimento.

E aí eu estava conversando aqui com a Magda: o Brasil, o Governo brasileiro, no lugar de se aprofundar no conhecimento, vai criando instrumentos no sentido de dificultar os investimentos para as pessoas que querem investir. Por isso que a gente precisa entender, e ouvir as pessoas que querem pesquisar, que querem avançar nesse sentido. O Senador Wilder sempre fala nesse sentido dos entraves. O potencial que a Amazônia tem, nós nem conhecemos. Como é que nós estamos criando legislação no sentido de amarrar, de criar dificuldade? Complicado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Alguém quer completar a resposta à pergunta do Senador?

O SR. CARLOS ALBERTO LANCIA – Eu quero dizer para o senhor que tenho boas notícias: seu Estado é riquíssimo, a Região Norte é riquíssima em água mineral e água termal. Nós temos três grandes bacias intracratônicas, a do Paraná, a Meio-Norte ou Maranhão e a Amazônica, que se formaram, geologicamente, na mesma época, em tempo geológico.

A questão lá é só questão da distância e populacional. Mas se você perfurar lá, você vai encontrar... Hoje já temos três tipos de água conhecidos: uma mais superficial, até 100m, uma água leve; depois você tem uma água já carbonatada, alcalino-terrosa, depois, mais profunda, você tem uma água superleve. E também você tem água termal, se você aprofundar mais. Então, o seu Estado, e não só seu Estado, mas o Piauí, o Maranhão, de que também, às vezes, o pessoal fala – à exceção, no Piauí, da região de Pedro II, que tem as opalas –, é riquíssimo em água, em água disponível.

Então, a riqueza de água nossa... Nós seremos ainda um grande exportador de água porque a água não tratada, sem cloro, sem produto químico, sem sulfato de alumínio, daqui a 20 anos, será um produto raro. E nós temos que continuar preservando a água mineral. Tem gente que quer mudar a legislação nossa, e nós estamos brigando por isso, e não vamos permitir, no bom sentido da luta. Querem fazer com que água mineral tenha tratamento. Água mineral não pode ter tratamento. É um produto 100% natural. Mas tem gente que quer isso.

Então é o seguinte. Água natural, seremos ainda... O frango, 20 anos atrás ou um pouquinho mais, o pessoal dava risada quando se falava em exportar frango, e hoje é uma realidade. Essa realidade nós temos.

Então, Goiás foi falado... A sua proximidade da Amazônia com o Cinturão do Sol, dos Estados Unidos. A Abinam tem estudos mais voltados para a parte mercadológica, um pouco mais profundos, voltados à parte econômica.

A questão da Amazônia como exportador de água para o Cinturão do Sol... Porque há gente que vai aos Estados Unidos e volta dizendo assim: "Estive em Las Vegas, bebi água no hotel, não precisa nem comprar água no hotel." Você bebeu água com que se deu descarga dez dias atrás, já que está fazendo apologia... Outro dia, ano passado, matéria do Jornal Nacional, "vamos tomar água de osmose inversa ou reversa", aí mostraram uma planta. Você vai tomar água reciclada? Você tem que fazer apologia ao contrário, preservação ambiental, preservação das matas.

Então nós, a Abinam, defendemos o empresariado nacional, defendemos a indústria nacional, a Abinam defende a indústria nacional. Seremos ainda um grande exportador de água mineral. E aqueles que querem tratar água mineral saibam que a Abinam, enquanto existir como entidade, não vai permitir isso. Água mineral é um produto 100% natural, sem cloro, sem ozônio, sem sulfato de alumínio, sem nada, assim como são as águas termais.

Então, temos uma riqueza imensa no seu Estado. Tenha certeza de que, num futuro não muito distante...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – O Estado a que o senhor se refere é Acre ou Amazonas?

O SR. CARLOS ALBERTO LANCIA – O Acre, ou o Amazonas como um todo.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – É que estou no Acre na divisa com o Peru. A 100km, 50km, temos as termais dentro do território do Peru.

O SR. CARLOS ALBERTO LANCIA – Isso. Mas o senhor tem lá também.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – E aqui no Acre não tem nada.

O SR. CARLOS ALBERTO LANCIA – É só questão de querer perfurar.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Nós temos aqui o Peru produzindo petróleo, a 50km. E nós aqui não temos nada.

O SR. CARLOS ALBERTO LANCIA – Há uma coisa que a gente chama grau geotérmico, a cada 33m que você aprofunda, você aumenta em um grau centígrado a temperatura da água, chama-se grau geotérmico da água. E temos outra coisinha mais complexa, chamada tempo de residência da água. O que é tempo de residência? A água da chuva cai, ela percorre, vai passando pelas rochas. Qual o tempo que ela demorou até formar sua jazida de água termal mineral? O tempo de residência mínimo para você considerar uma água mineral é de três anos, então, quando você abre uma garrafa de água mineral, no mínimo, é água que choveu três anos atrás.

É que o tempo é muito curto para a gente falar das propriedades funcionais, da importância da água na hidratação, da importância da água na sociedade, mas não podemos tratar esse produto como bebida fria. Nós somos alimento. O ICMS tem que ser 7%, cesta básica. Temos que mudar tudo isso aí.

O SR. ZOLTAN ROMERO CAVALCANTE RODRIGUES – Já que o Lancia mencionou esse detalhe, há também outra questão. Eu sou muito focado na questão de água subterrânea, trabalho com água subterrânea, com hidrogeologia, etc. Então, nesse aspecto, seu Estado tem muitas reservas. Mas há outro aspecto que foi mencionado aqui: nem toda água mineral é subterrânea. Parte das águas minerais do mundo é degelo de montanha, e são águas extremamente valorizadas e importantíssimas. E lá, na sua região, é possível, sim, que haja mananciais desse tipo.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Montanha não.

O SR. ZOLTAN ROMERO CAVALCANTE RODRIGUES – Não, quando estou falando de água de degelo de montanha, não estou falando da montanha, estou falando que a água, ao derreter e chegar na parte baixa, quando chega na forma líquida, aquela água que desce das Cordilheiras, em muitos casos tem propriedades muito interessantes.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Eu agradeço a participação.

Estou muito contente, Petecão, V. Exª sempre aqui, preocupado, em todas as reuniões. Tem minério de ferro no Pará, tem minério de ferro na Bahia, tem ouro em Goiás, aí você sempre pergunta: "E no meu Acre?" (*Risos.*)

E mais, perguntam: "O Acre fica onde?" Ele tem que explicar onde é o Acre... (*Risos.*)

Então, estou muito contente.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Acabei de elogiar o trabalho do Presidente, e ele... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Mas eu conheço o Acre, eu sei do valor do Estado. É uma brincadeira. Ele chega aqui e diz o seguinte: "Se precisar de um chá de pedra, lá não tem pedra para fazer o chá."

Mas, antes de encerrar, eu gostaria de ler os requerimentos que estão sobre a mesa.

ITEM 1
Requerimento Nº , de 2016

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública na Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração – SUBMINERA para tratar do atual contexto da Compensação

Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) e seu impacto na competitividade da indústria mineral brasileira. Serão convidados representantes das seguintes entidades: IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração; SNIC - Sindicato Nacional da Indústria do Cimento; ABAL - Associação Brasileira do Alumínio; ABIROCHAS - Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais; ANEPAC - Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para Construção; e ABCM - Associação Brasileira do Carvão Mineral.

Autoria: Senador Wilder Morais.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.
Em votação o requerimento.
As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado o requerimento.
Item 2:

ITEM 2
Requerimento Nº , de 2016

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), sob a égide da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração (SUBMINERA), para tratar do atual contexto da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) e seu impacto na competitividade da indústria mineral brasileira. Serão convidados o Ministro de Estado de Minas e Energia e os Governadores dos Estados de Minas Gerais, Goiás, Pará, e Santa Catarina.

Autoria: Senador Wilder Morais.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.
Em votação o requerimento.
As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado o requerimento.
Item 3:

ITEM 3
Requerimento Nº , de 2016

Requeiro, nos termos do art. 93, inc. II, a realização de audiência pública, no âmbito desta Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração, destinada a debater a proposta de um Novo Código de Mineração. Nesse sentido, sugiro a participação dos seguintes convidados: Ministro Eduardo Braga, Ministro de Minas e Energia; Ministro Aroldo Cedraz, Presidente do TCU; Deputado Leonardo Quintão, relator do PL 37, de 2011, na Câmara dos Deputados; Sr. José Fernando Coura, Diretor-Presidente do IBRAM; Sr. Celso Luiz Garcia, Diretor-Geral do DNPM; Sr. Elmer Prata Salomão, Presidente da ABPM.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.
Em votação o requerimento.
As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado o requerimento.

Agradeço a presença de todos, em especial das Srªs e Srs. Parlamentares, além dos nossos convidados, Carlos Alberto Lancia, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Águas Minerais (Abinam); Zoltan Romero Cavalcante Rodrigues, Presidente do Núcleo Bahia da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (ABAS); Celso Cordeiro de Rezende, Vice-Presidente da Associação Goiana das Indústrias de Água Mineral (Aginam), e Fábio Floriano Haesbaert, Diretor Vice-Presidente da Associação das Empresas Mineradoras das Águas Termais de Goiás (Amat).

Por fim, convoco para nossa próxima reunião, a realizar-se no dia 1º de março, terça-feira, com audiência pública para tratar do atual contexto da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM)

e seus impactos na produtividade da indústria mineral brasileira, para a qual serão convidadas as seguintes entidades: Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração); SNIC (Sindicato Nacional da Indústria do Cimento); Abal (Associação Brasileira do Alumínio); ABIROCHAS (Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais); Anepac (Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para Construção) e ABCM (Associação Brasileira do Carvão Mineral).

Está encerrada esta reunião. Obrigado a todos os presentes.

(Iniciada às 14 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 21 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO - SUBMINERA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, EM 1º DE MARÇO DE 2016.

Às treze horas e dezenove minutos do dia primeiro de março de dois mil e dezesseis, na sala três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Wilder Morais, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração, com a presença dos Senhores Senadores Sérgio Petecão e Flexa Ribeiro. Ausentes os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara aberta a reunião e, após a leitura de comunicados, tem início a audiência pública para discutir o atual contexto da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) para a competitividade da indústria mineral brasileira. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o Senhor José Fernando Coura, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM; o Senhor Elmer Prata Salomão, Presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral – ABPM; o Senhor Fernando Luiz Zancan, Presidente da Associação Brasileira do Carvão Mineral – ABCM; o Senhor Carlos Pedroza de Andrade, Advogado da Associação Brasileira da Indústria de Águas Minerais – ABINAM; o Senhor Milton Rego, Presidente Executivo da Associação Brasileira do Alumínio – ABAL; o Senhor Reinaldo Dantas Sampaio, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais – ABIROCHAS; o Senhor Fernando Mendes Valverde, Presidente Executivo da Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para Construção – ANEPAC; o Senhor Natel Henrique Farias de Moraes, Presidente Eleito da Associação Nacional da Indústria Cerâmica – ANICER; e o Senhor José Otávio Carneiro de Carvalho, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento – SNIC. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Petecão. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dezesseis horas e vinte e um minutos, lavrando, eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador WILDER MORAIS
Presidente

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração (Subminera) da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para discutir o atual contexto da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), para a competitividade da indústria mineral brasileira.

Foram convidados diversos especialistas, que, para facilitar nossos trabalhos, serão divididos em duas rodadas de exposições.

Para compor esta primeira rodada de exposições, convido para que tome assento à mesa o Sr. José Fernando Coura, Diretor Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); o Sr. Elmer Prata Salomão, Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM).

Convido também o Sr. Fernando Luiz Zancan, Presidente da Associação Brasileira de Carvão Mineral (ABCM).

Convido o Sr. Carlos Pedroza de Andrade, advogado da Associação Brasileira das Indústrias de Águas Minerais (Abinam).

Convido o Sr. Milton Rego, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Alumínio (Abal).

Gostaria de informar que, pelo Portal e-Cidadania do Senado Federal, além de assistir ao vivo a audiência pública, é possível participar com perguntas e comentários. O endereço é: www.senado.gov.br/ecidadania; no Facebook (facebook.com/ecidadaniasf); e no Twitter (twitter.com/e_cidadania).

Gostaria de agradecer a presença e saudar todos aqui presentes.

É com satisfação que abro a audiência pública para discutir o atual contexto da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), para competitividade da indústria brasileira.

Para isso, convidamos representantes do empresariado do setor que, na nossa opinião, precisa ser ouvido, antes que promova qualquer alteração da legislação que rege a CFEM. Quero aproveitar para agradecer a presença nesta importante reunião. Da mesma forma, ouviremos, em audiência próxima, o Ministro de Minas e Energia e os governadores dos Estados de Minas Gerais, Goiás, Pará e Santa Catarina, também partes interessadas nesse tema.

Entendo que seja prudente ouvi-los porque tramitam no Congresso Nacional projetos que objetivam alterar as regras do CFEM, num momento de grande turbulência econômica e de queda no preço das *commodities* minerais no mercado internacional, como é de conhecimento de todos. Refiro-me particularmente ao

Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2011, de autoria do meu colega Senador Flexa Ribeiro, que trata do aumento da alíquota do CFEM e da alteração do seu cálculo, além, é claro, do marco regulatório do setor mineral, que tramita também na Câmara dos Deputados, que prevê alterações nessa contribuição.

Creio que o tema CFEM deve ser tratado com cautela, pois impacta diretamente na produtividade e na competitividade da mineração brasileira.

Como se sabe, o preço dos minerais caiu bastante no mercado internacional, em particular o minério de ferro, principal *commodity* brasileira. A cotação do minério de ferro encontra-se atualmente abaixo dos US$40 a tonelada, contra os mais de US$100 por tonelada que chegou a valer em meados de 2013.

Desse modo, a União, Estados e Municípios produtores, obviamente, perderam parte da sua arrecadação, o que eventualmente pode fazer com que se pense que o aumento da alíquota, a forma do cálculo da CFEM, poderia ser uma solução para compensar essas perdas.

Contudo, o momento também é ruim para as empresas do setor. As notícias estão aí dando conta de inúmeros eventos negativos que testemunham essa problemática. A Votorantim Metais, que explora níquel, em Niquelândia, no meu Estado, por exemplo, anunciou o fechamento em janeiro, com a consequente demissão de 800 funcionários. E é claro, há perda de arrecadação pelo Município para o Estado, além dos prejuízos econômicos.

A mineradora Anglo American, por sua vez, demitiu 220 funcionários do Sistema Minas-Rio neste mês e planeja vender suas atividades de minério de ferro além de ativos de carvão e de níquel em todo o mundo como parte de uma revisão de estratégia abrangente para enfrentar a queda dos preços das *commodities* minerais.

A mineradora Vale, em 2015, com um prejuízo acumulado de R$44,2 bilhões; antes, um lucro de R$954 milhões em 2014, segundo a consultoria econômica. Foi o maior prejuízo já registrado pela companhia aberta brasileira desde 1986. Tudo isso é, indiscutivelmente, fruto de uma crise atual que envolve o preço das *commodities* minerais no mercado internacional e a alta do dólar.

Temos, em contrapartida, exemplo próximo da Argentina, que aponta em outra direção. Depois que o Presidente Mauricio Macri retirou os controles cambiais e os impostos sobre produtos agrícolas, como o trigo, milho e soja, as importações desses produtos dispararam, e a Argentina bateu recordes de exportação de trigo para os Estados Unidos.

Fácil ver que o assunto é complexo e que, eventualmente, o simples aumento de alíquota ou forma de fazer o cálculo dessa contribuição não pode ser a melhor situação para ninguém. E, por isso, estamos travando este diálogo com todas as partes envolvidas, com todo o setor mineral para que possamos decidir por uma solução que beneficie todos e, em particular, a população brasileira nesse momento tão difícil que vivemos.

Assim, sem mais delongas, vamos dar início ao trabalho.

Gostaria de passar a palavra ao nosso primeiro palestrante, José Fernando Coura, Diretor Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). O senhor tem dez minutos para explanar seus conhecimentos.

O SR. JOSÉ FERNANDO COURA – Boa tarde a todos e a todas.

Queria saudar o Senador Wilder Morais, esse brilhante, jovem e competente Senador, e aproveitar, Senador, para fazer um agradecimento de Minas pela sua disponibilidade em, logo após o trágico acidente em Mariana, se deslocar para o local. Aquilo nos confortou muito.

Queria saudar o meu conterrâneo honorário, Senador Flexa Ribeiro, esse estudioso do assunto, lutador do Brasil, da Amazônia e, particularmente, do meu querido Estado do Pará.

Eu queria começar, Senador, saudando também meus companheiros de mesa na pessoa do Elmer, de todos, do Milton Pedrosa, do Fernando Zancan, prometendo não chorar. Senador Flexa, não vou chorar, mas gostaria de dar um dado antes de começar...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Quem está chorando é a população brasileira.

O SR. JOSÉ FERNANDO COURA – Exatamente. Somos todos nós, Senador. É verdade. O senhor sabe que os setores produtivos brasileiros é que são os impactados e impactam o emprego, não é? E eu sei o que foi fechar as minhas atividades e demitir tantas pessoas com quem convivo há tantos anos. O senhor sabe disso.

Queria começar, rapidamente, para que se pensasse nesse tema. Na semana passada, foi divulgado o dado importante de o que o setor de siderurgia e mineração perdeu de valor no mundo nos últimos cinco anos: US$1,4 trilhão. Os números estão aí divulgados. Então, o senhor imagina como uma crise desse tamanho está afetando o mundo. O senhor citou várias.

Segundo: a China, ontem, anunciou um corte de 1,8 milhão de empregos no setor de carvão e aço para tentar adequar a oferta de aço, que é um negócio terrível. E nós, em Minas Gerais, estamos assistindo ao fechamento de empresas que eram o nosso orgulho. A situação que vive a Usiminas, o fechamento da Mannes, no Barreiro, uma empresa que foi o primeiro investimento da Alemanha feito no pós-guerra, inaugurado pelo

saudoso Presidente Getúlio Vargas e pelo Governador de Minas, então, Juscelino Kubitschek. Isso tudo nos remete a esse contexto que vivemos no Brasil.

Então, eu queria, nessa condição, dizer que nós, em Minas Gerais, particularmente, e o senhor citou alguns exemplos aí, nós estamos vivendo em Goiás, na Bahia, onde há o fechamento também da Mirabela – não é, Elmer? Quer dizer, nós estamos vendo no Brasil, Milton Rego, primeiro a destruição da indústria do alumínio. E nós já debatemos aqui neste Senado, nesta Câmara, sobre isso. Nós estamos vendo a destruição do alumínio. Começamos agora com a destruição da indústria do níquel. E a indústria siderúrgica brasileira passa por um momento – e eu sou siderurgista, minha atividade principal é empresa de siderurgia – em que não conseguimos ter um horizonte de depois de amanhã. É um negócio impressionante! Com o somatório internacional e com as nossas incompetências locais, Senador Flexa, nós estamos vendo.

E eu tenho absoluta certeza... Vou deixar, entregar ao Senado uns estudos que nós fizemos com a Ernst & Young. Eu tenho certeza de que a alta capacidade da Assessoria Legislativa do Senado, com os ilustres Senadores, Senador Wilder, pode estudar esse tema e buscar o que seja do contexto.

Então, o tempo é pequeno, vou tentar passar... Nós estamos distribuindo aqui... Eu queria que entregassem ao Senador Flexa o trabalho que nós trouxemos para apresentação. Talvez o debate seja até mais importante. Como é que passa aqui?

(Intervenção fora do microfone.)

Aqui, rapidamente, é um quadro da situação. O que é importante? Onde o Brasil é *player* mundial? Onde nós somos *player*, Senador Wilder? Naqueles itens ali: nióbio, minério de ferro, vermiculita, grafita, bauxita e caulim. Nesses, nós somos *player*. E o senhor sabe que o seu Estado está muito presente nisso aí. Mas mesmo assim o senhor vê um anúncio da Anglo American desistindo do Brasil. Para nós é muito triste ver a desistência de uma empresa como a Anglo American.

Nós somos exportadores de estanho, níquel, magnesita, manganês, cromo, ouro e rochas ornamentais. Somos autossuficientes em calcário, em diamante industrial, tungstênio e talco. Somos importadores de cobre, enxofre, titânio, fosfato diatomito e zinco. E temos uma dependência externa fortíssima, muito forte, de carvão metalúrgico, potássio e terras-raras.

Esse é o gráfico da tristeza. A curva. Olhem o que vem acontecendo nessa curva, desde 1994! O valor da produção brasileira em bilhões de dólares: nós atingimos o auge, US$53 bilhões, em 2011. E hoje nós temos uma curva descendente, porque a nossa produção não sobe. O senhor sabe muito bem que nós não temos projeto nenhum, que não conseguimos... O senhor mesmo falou. Nós estamos aí, nos últimos anos, sem saber que rumo tomarmos na mineração, sem um norte, porque a pior regra é não ter regra. Ter uma regra muito ruim é melhor do que não ter. E aí, Senador Flexa, em 2015, nós atingimos a marca de US$26 bilhões no valor da produção mineral brasileira, contra os US$53 bilhões de 2011.

Então, projetando US$30 bilhões, porque o minério de ferro tem alguma coisa, mas nós não temos muita expectativa não. Pelo menos ele parou de cair. E nessa semana ele chegou a US$49. Mas, mesmo assim, como setor agrícola, como agronegócio, que é a fonte fazedora de divisas, a fonte fazedora de saldos comerciais, que dá estabilidade econômica ao País, olhem os saldos da balança comercial brasileira! O saldo do setor mineral, em 2012: enquanto o setor mineral deu US$30 bilhões de saldo, o Brasil teve US$19 bilhões. Em 2013, o saldo foi para dois, e a mineração teve US$32 bilhões. Em 2014, nós tivemos US$26 bilhões. Já tivemos um déficit, na balança comercial, de US$4 bilhões. No ano passado, pelo menos, a balança comercial deu uma melhorada, muito pela queda das importações, porque houve um desaquecimento da economia local, mas a mineração contribuiu com US$15 bilhões.

Isso mostra, Senador, que esse setor, somado com o agronegócio, é o que está ainda segurando a economia brasileira. Não tenho a menor dúvida. E não precisamos ter vergonha disso, não. Nós temos que ter orgulho do Estado do Pará, temos que ter orgulho do Mato Grosso, orgulho de Minas Gerais, orgulho de tantos Estados – e cito somente esses aqui, para não citar todos – que são celeiros da produção agrícola e produtores de bens minerais. Eles é que fazem a balança comercial brasileira. Quanto a isso aí, qualquer pessoa vê o saldo mineral, as exportações e as importações. As exportações estão praticamente estabilizadas, mas as importações vêm caindo, por causa principalmente do que o senhor disse: a queda de preços. Eu não trouxe a curva de preços, porque senão ficaria muito longo, mas é assustador.

É assustadora a situação mundial das *commodities* minerais e que Deus nos ajude a que não aconteça com as *commodities* agrícolas. Já houve, mas aí o dólar compensa de certa forma e a valorização cambial ajuda um pouco.

Próximo, por favor.

Rapidamente, as nossas exportações. Em nossas exportações basicamente o minério de ferro é o carro-chefe, o ouro com 11%, um pouco de cobre, ferro e nióbio são importantes e basicamente produzidos em Araxá e em Catalão e as importações todas concentradas no potássio, no carvão, em outros, em rocha fosfática. Nós temos também uma oportunidade, Senador Flexa e Senador Wilder, o Brasil pode crescer muito a sua produção agrícola por ocupação de terras degradadas, mas o nosso Cerrado é pobre e precisa de corretivos. Então, temos um caminho muito grande de viabilidade de produzir potássio e fosfato para atingir o mercado interno.

Próximo, por favor.

Aí é a CFEM, não vou entrar em detalhes nos artigos da CFEM.

Por favor, o próximo.

Aí são os decretos.

Bom, aí é o que temos de informação porque também não conhecemos a quantas anda, o que é o projeto que está na Câmara. A última informação que nós temos é de agosto de 2015. Aí são alterações significativas de alguns produtos e vai de 0,2% de diamante e ouro, quanto está indo para os garimpeiros; 1% para ouro, água mineral, produtos de rochas ornamentais, fósforo, potássio; carvão mineral a 1,5%; a bauxita, calcário e manganês com 2%; e 4% para o minério de ferro, diamante, quando extraído, ferro grafite – grafite inclusive que está naquela curva inicial onde somos extremamente competitivos. Temos que ter certeza de que o Senado, a Câmara e o Congresso Nacional vai debater de uma forma porque, simplesmente, a alteração vai matar principalmente a pequena e a média empresa.

Próximo, por favor.

A CFEM brasileira acompanhou o crescimento da produção mineral que atingiu R$2,3 bilhões em 2013 e, agora, vem caindo assustadoramente, em função principalmente dos valores dos bens.

Próximo, por favor.

Aí é o famoso ciclo econômico. A prospecção reduz, fecha mina, reduz oferta, o preço sobe, mais prospecção, aumenta a oferta, reduz preço. Então, em 2016, estamos exatamente no ciclo de 25 anos, 30 anos que é de redução de preços para as questões das *commoditites*.

Próximo, por favor.

E aí eu queria mostrar um cenário. Esse documento está ficando para ser estudado e mostra os diversos países, Chile, Peru, e mostra o Brasil como o segundo menos competitivo e essa competitividade foi analisada pela Ernst & Young e é muito bacana o que diz o ex-Ministro da Fazenda, Paulo Haddad.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ FERNANDO COURA – Isso vai ficar e tem um anexo, Senador, que é o estudo completo para que sua Assessoria possa se debruçar e estudar isso aí.

O Ministro Paulo Haddad foi muito feliz na divulgação desse trabalho dele:

As atividades de exploração dos recursos minerais no Brasil estão submetidas a uma das cargas tributárias mais elevadas do Mundo, quando se consideram os mais diversos minérios, os impostos e as taxas dos três níveis de governo e as cargas tributárias equivalentes dos países com os quais disputamos os mercados globais. Num contexto de desaceleração do crescimento da economia nacional, há uma tendência a que Estados e Municípios venham a buscar na elevação da carga tributária sobre setores específicos uma compensação para a perda de suas receitas tributárias.

O senhor vai ver que o Brasil já tem mais de R$400 milhões só da taxa de fiscalização mineral de Minas Gerais. Então, isso está agora para o petróleo no Rio, para a energia em São Paulo, para a água na Bahia e virou um festival de taxas e taxas que deveriam ser para a fiscalização não são aplicadas e vão para o caixa único dos Estados que estão com dificuldade. O Rio de Janeiro está taxando o petróleo, Goiás voltou atrás numa decisão de buscar taxar a exportação de produtos agrícolas.

Próximo, por favor.

Aí parece que combinamos. Olha o exemplo da Argentina! O que um novo presidente faz com o espírito animal do empreendedor. O senhor viu que na semana passada, ele acabou com todas as taxas e tributos sobre exportação de minerais como tinha feito para a agricultura e a Argentina vai deslanchar, a Argentina está virando.

O Presidente da Argentina está indo a Toronto, em março, com uma comitiva para dizer: "Venham para o meu País, venham para a Argentina!"

Quero dar o testemunho, como empresário: abrimos a nossa empresa de perfurações e *raise boring* no Peru, estamos transferimos a empresa de Minas para o Peru, porque o Peru está deslanchando nesse negócio. Viu, Elmer? Impressionante o trabalho, a demanda por *raise boring* na Argentina!

Próximo, por favor.

As taxas. Só em Minas Gerais, enquanto foram só, em 2014, R$260 milhões; ano passado, até outubro, porque demora a sair a divulgação dela, R$253 milhões.

Próximo.

Aí são as práticas tributárias internacionais, que vêm ao encontro ao tema de hoje, a CFEM no contexto da competitividade.

Por favor, próximo.

Estudamos 21 países, 12 minérios, queremos deixar ao Senado, com seus Senadores e suas assessorias – a Assessoria do Senado, queria deixar registrado, Marcelo, é uma das melhores assessorias, das mais competentes – esse estudo que foi feito por uma das consultorias mais importantes do mundo, que é a Ernst & Young.

Próximo, por favor.

Aí vem cada bem mineral.

Próximo. Falar de carga tributária é repetitivo.

Na bauxita, somos o segundo; no carvão mineral, também.

Próximo.

Isso, na curva contrária. No caulim, somos segundo; no cobre, somos o primeiro em carga tributária. Aí, eu estou deixando o anexo para o Senado que tem a abertura de como foi feito o estudo e cada item daquela cor lá.

Próximo, por favor.

Segundo, no fosfato; o primeiro no potássio. Por isso que o potássio não cresce no Brasil, a carga é 41%. Para que abrir mina de potássio aqui se posso importar? Importar não paga imposto. Essa condição ainda precisa ser debatida com muita responsabilidade, não é possível que a nossa agricultura continue dependendo de 90% de potássio e de 50% de fósforo. E sabem que o Cerrado sem potássio, fósforo e nitrogênio não tem agricultura.

Próximo, por favor.

O manganês, o segundo; minério de ferro, o terceiro.

Próximo.

Primeiro no níquel, primeiro na carga tributária do níquel, vem a Nova Caledônia, os Estados Unidos, a abertura vai ficar para o Senado, torno a repetir.

O ouro, segundo.

Próximo.

Rochas ornamentais, o primeiro.

Reinaldo Sampaio, o Brasil é o primeiro país do mundo em carga tributária de rochas ornamentais! No zinco, somos o primeiro, com 40,1% de carga tributária.

Próximo, por favor.

Há um comparativo que fizemos, em 2003, esse é um trabalho para ser bem estudado.

Próximo, por favor.

Os cenários das cargas tributárias, comparados com Canadá, África do Sul, Austrália, um cenário com o CFEM de 4%, o cenário atual.

Próximo, por favor.

Um cenário com o CFEM participação de 2,5%.

Próximo.

Uma CFEM de 4% e participação de 10%.

Próximo.

E um cenário com Sudam e sem Sudam que, especialmente nesse caso, vem para a região do nosso Senador Flexa, que é a Amazônia, com seus incentivos.

Próximo, por favor.

Um cenário com Sudam 50% e o Sudam 50% e CFEM a 4%.

Próximo.

Mesma coisa: um cenário sem Sudam para CFEM de 2% e CFEM de 4%. Estamos comparando basicamente com Canadá, África do Sul e Austrália.

Próximo.

É isso, porque vi que o tempo já passou, mas deixo esses estudos e querer dizer que o Ibram está à disposição, Senador Flexa, para debatermos com responsabilidade, como o senhor sempre tem feito, para que possamos ajudar. E os senhores têm a responsabilidade de ajudar, não é da mineração, mas de tudo. Estou falando muito aqui pela indústria, pela Federação das Indústrias de Minas Gerais, a tristeza que estamos: cem mil empresas comerciais fechadas em 2015! Repito: cem mil!

Não sei como está a situação em Belém, vou lá daqui a duas semanas, mas o senhor roda Belo Horizonte, roda o centro do Rio de Janeiro, só se vê placa de "aluga", "aluga", "aluga", tudo fechado. E, sem investimento do setor produtivo, não há receita para fazermos educação, a segurança pública e saúde neste País.

Muito obrigado. Parabéns pela iniciativa do Senado Federal e, particularmente, ao nosso querido Senador Wilder Morais.

Muito obrigado. Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Agradeço as palavras do José Fernando Coura, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

José Fernando, você citou a minha visita à Samarco, lá em Mariana, onde tive oportunidade de fazer também uma audiência pública lá, com a comunidade, com o Prefeito, com os Vereadores, e, depois, visitar a empresa. Vemos que esse assunto tomou um tamanho e fico pensando e vendo esses números, Flexa. O que representa a CFEM dentro de um processo produtivo? É muito pouco. Então, o que pesa mais são os outros impostos que foram colocados. Se fizermos a cadeia de impostos, imaginem o seguinte: o que vale a CFEM em toda a arrecadação? Estamos vendo 200 e poucos milhões, em Minas; 200 e poucos, no Pará; somando tudo parece que dá R$2 bilhões. O que o Brasil precisa fazer, e aí estamos matando... Vi uma carta esses dias de um americano falando do brasileiro. A ganância nossa para manter a estrutura pública é tão grande que esquecemos que é a cadeia produtiva que faz o país, que gera renda, que gera emprego. Não é imposto...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Permite um aparte, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Sim, com toda honra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Quero saudar o pronunciamento de V. Exª, mas V. Exª não precisa ensinar padre-nosso ao vigário. Eu venho do setor produtivo. Sou contra qualquer tipo de aumento de carga tributária, mas sou a favor dos brasileiros. De tudo o que V. Exª está falando, eu tenho plena consciência disso. Vamos abrir, e quero parabenizá-lo, o debate, porque algo está errado no reino da Dinamarca. Precisamos saber o que está errado para corrigir. Que não é a CFEM, eu tenho absoluta certeza que não é.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Com certeza, Senador.

Precisamos fazer, Flexa, o que está se dizendo aqui. Se a balança comercial, e acho que o Governo – e sou de um partido que faz parte da base, e vinha de um partido de oposição – precisa saber que o setor que está dando certo... Temos que fazer o inverso. Se ele está produzindo... Estou dizendo tanto para a mineração quanto para o agronegócio. Seria o momento, e demos o exemplo aqui da Argentina... A quantidade de impostos que gera o produto é inversamente proporcional à riqueza e à geração de produção de empregados. Então, o debate não deve ser só sobre a CFEM, mas sobre todos os outros impostos. Isso é o que está travando o Brasil. É aquela história de muitas empresas fechando.

Estou falando de Mariana, ia até tocar no assunto, a cidade vai perder muito. O povo vai perder muito. A empresa, será que ela queria estourar a barragem? Em vez de a empresa trabalhar para consertar e pagar os danos, todos batem na empresa. É aquela história: tem o momento de ir atrás, procurar os culpados para que paguem a conta, mas também tem um limite, porque a cidade vai perder muito com toda essa indefinição, com essa falta de regra.

Gostaria de passar a palavra ao nosso segundo participante, Elmer Prata Salomão, Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM), por dez minutos.

O SR. ELMER PRATA SALOMÃO – Prezado Senador Wilder Morais, inicialmente, gostaria de agradecê-lo pelo convite e pela permissão para nossa associação de empresas de pesquisa mineral participar dessa audiência. Cumprimento o Senador Flexa Ribeiro, do Estado do Pará, onde passei grande parte da minha vida profissional; o Senador Sérgio Petecão, com quem tivemos o prazer de conversar até antes desta Comissão e, através do Senador Wilder Morais, os nossos companheiros da Mesa.

A Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral trabalha basicamente a montante da mineração, ou seja, somos as empresas que descobrem os recursos minerais e avaliam esses recursos minerais para colocá-los em produção. A nossa participação na mineração, então, é basicamente de produzir o futuro. Produzimos o futuro. O que posso dizer aos senhores é que, nesse momento de crise nacional e internacional, a exploração mineral brasileira está paralisada.

Nós estamos com quase total desemprego. Não há mais quase nenhum investimento em exploração mineral. As empresas, as grandes empresas continuam explorando ao redor das suas minas. Mas não há novas descobertas há algum tempo já.

Paralelamente, nós estamos destruindo a nossa infraestrutura de serviços, de apoio à pesquisa mineral. Laboratórios, empresas de sondagem etc. Nós vimos o Fernando Coura falando que a sua empresa saiu do

Brasil e foi para o Peru. Eu também tenho uma empresa de serviços, e nós estamos a ponto de fechar nossas portas porque não há serviços no Brasil. Isso é muito grave, porque as minas continuam funcionando, mas não repõem reservas. Ou seja, uma empresa de mineração vale pelo seu patrimônio mineral. Ou seja, para cada tonelada de minério que produz, ela é obrigada a gerar pelo menos uma tonelada de minério nas suas reservas para manter o seu valor presente. No momento em que ela produz e não repõe, a empresa e o País, a médio e a longo prazo, vão sofrer enormemente.

E a coisa mais perversa: a exploração mineração paralisa-se no momento em que a mineração vai mal. Isso significa que, no momento em que os preços retomarem e que a curva de demanda aumentar, o País não terá recursos e reservas para atender a esse mercado promissor. Tem sido sempre assim: nós exploramos fora de hora, geramos as jazidas fora de hora e jamais pegamos o bonde da história. É uma coisa complicada.

Eu não tenho muito a acrescentar, porque o Coura fez um bom trabalho de avaliação. O Ibram tem trabalhado muito e com bastante intensidade nessa questão da CFEM. Mas, reforçando mais ou menos as palavras do Coura e do Senador, a indústria mineral tem uma profunda crise global agora, depois de uma década de bonança. As empresas de mineração perderam, nos últimos anos, mais de 50% do seu valor de mercado. Isso é uma coisa brutal! Isso impede capitalização, impede progressão dessas empresas. E o mais grave disso é que, observando o cenário nacional e internacional, não há nenhum vetor que possa apontar recuperação no médio e curto prazo. A mineração mundial e a mineração brasileira sofrerão ainda durante vários anos. Esta década está perdida. E se nós seguirmos os históricos, nós vemos sempre que, para um certo número de anos de crescimento da produção e dos preços, o mesmo número de anos vem em sequência de baixa de produção e de baixa de preços.

E a mineração, de 2002 a 2012, teve o seu mais intenso crescimento em quase toda a sua história. Ou seja, foram dez anos de crescimento acelerado. E nós podemos esperar que, a partir de 2012, pelo menos mais dez anos virão antes que a gente possa começar a retomar novamente a demanda e os preços do minério.

Nós estamos vendo minas fechadas no Brasil em razão do baixo preço dos produtos. Mas não apenas do baixo preço. É que os custos nacionais são crescentes. O custo Brasil é muito penoso. Todas as empresas intensivas de energia estão fechando suas fábricas. Níquel, primeiro foi o alumínio, empresas como a Alcoa, por exemplo, fecharam plantas de alumínio para vender energia. Ela tinha energia suficiente, mas o mercado brasileiro... Ela ganha muito mais dinheiro vendendo energia do que produzindo o alumínio. Então, fecharam plantas assim.

Quer dizer, nossa indústria de alumínio está... Já estamos hoje exportando bauxita, minério bruto.

Agora a indústria do níquel. A indústria siderúrgica já há algum tempo vem se debatendo, como diz o Coura. E nós estamos, por causa de todos esses fatores, perdendo competitividade acelerada a mineração brasileira, no mercado internacional e também no mercado nacional.

No plano internacional, essa curva é um bom indicador de como é que a mineração está em termos de mercado internacional. Todas essas curvas representam as principais indústrias e segmentos de indústrias e de serviços, e essas curvas representam o retorno que essas indústrias dão aos seus acionistas.

Então, nós temos bancos, indústrias de telecomunicação etc., todas elas com crescimento moderado, mas crescendo, retribuindo dividendos aos seus acionistas. A curva pontilhada abaixo é a curva da mineração. A mineração mundial não remunera mais seus acionistas, portanto não há forma de capitalizar essas empresas nas bolsas de valores. Os investidores estão afastados da mineração. Essa é uma das razões graves da crise mundial. Então, isso, no Brasil, é mais acentuado ainda.

Algumas *commodities*. O Fernando Coura já mostrou isso aqui, mas só para termos uma ideia mais precisa. De 2011 a 2015, o ouro perdeu 30,5% do seu valor – esses são valores médios anuais do preço do ouro. O alumínio perdeu 30,6%; o cobre, 37,5%; o níquel, 48%; e o minério de ferro, o nosso carro-chefe da CFEM, perdeu 67%.

Nenhuma empresa consegue manter prejuízos continuados. Pelo jeito, vamos continuar ainda com esses números durante algum tempo.

Essa é a arrecadação da CFEM – o Coura já havia mostrado uma série bem maior –, uma série de 2011 a 2015, que mostra que também estamos desacelerando violentamente a arrecadação, mas não estamos desacelerando a produção, a produção continua bem. Mas os preços e os custos estão baixos

(Soa a campainha.)

O SR. ELMER PRATA SALOMÃO – Só dois minutos a mais, Senador.

Comentamos sobre o PL nº 1, do Senador Flexa Ribeiro, seu substitutivo, relatado pelo Senador Acir Gurgacz. Dois comentários que eu acho que são importantes. Primeiro deles, as alíquotas propostas para o ouro e pedras preciosas: 0,2% para os garimpos e 2% para as empresas de mineração. Nós que já estamos um pouco

mais tempo no setor mineral lembramos, por exemplo, o final da década de 80, quando o Uruguai foi o maior exportador de ouro da América Latina. Por quê? Porque o Brasil tinha dois dólares: havia um dólar comercial e um dólar paralelo. Então, as empresas não podiam vender o seu ouro legalmente, porque venderiam a um preço reduzido em relação ao preço internacional do ouro. Então, montou-se um sistema no Brasil em que os doleiros compravam o ouro, com um deságio de 5% a 7%, levavam esse ouro fisicamente para o Uruguai e, de lá, exportavam o ouro legalmente. Então, tributos sobre ouro e pedras preciosas precisam ser cautelosamente discutidos. Primeira coisa: 0,2% para o garimpo e 2% para a empresa de mineração não faz sentido mais hoje, Senador, porque nossos garimpos hoje são permissões de lavra garimpeira. O nosso garimpeiro individual deixou de existir desde a Constituição de 1988 e a Lei nº 7.805.

(Soa a campainha.)

O SR. ELMER PRATA SALOMÃO – Não é mais possível garimpar individualmente, tem que garimpar por permissão de lavra. Então, vamos criar um enorme desestímulo para as empresas de mineração, que vão todas ser garimpeiras, para pagar 0,2%. Então, não há sentido em manter essas alíquotas diferenciadas. Elas têm que ser uma só, considerando ainda que, no caso das permissões de lavra garimpeira, quem paga esse tributo é o primeiro adquirente e não o garimpeiro.

Então, não há razão para que esse número seja diferente.

Recomendo, ainda, que seja 0,2% para as pedras preciosas, senão vai tudo embora, não fica nada no Brasil. Lembremo-nos de que é possível colocar em um maço de cigarro mais de US$1 milhão em pedras preciosas e sair com ele para vender lá fora. Então, tributar produtos de alto valor agregado é extremamente perigoso, porque se tributa, mas não se arrecada.

Finalmente, sobre a participação dos entes federados, a proposta é 50% para o Município e 30% para o Estado contra 65% para o Município hoje, como é, e 23% para o Estado.

O setor mineral entende que o Município deve ser beneficiado, porque é lá que as operações ocorrem.

Eu espero, honestamente, Senador Flexa Ribeiro, que o senhor seja o Governador do Estado do Pará. O senhor entende de mineração e acredito que o senhor será um excelente governador para o nosso setor. Mas permita que o dinheiro vá mais para o Município. Eu acho que seria bastante conveniente que os Municípios fossem privilegiados. E concordo inteiramente com a sua visão de que os Municípios periféricos, que recebem diretamente a ação da mineração, sejam também beneficiados com a CFEM.

Finalmente, eu gostaria de lembrar que é preciso ajustar as expectativas. Eu sei que os Estados, os Municípios e a própria União lutam desesperadamente para aumentar a sua arrecadação. Mas a sociedade pede que Estado, Município e União também reduzam os seus custos, para que a sociedade não seja tão penalizada, principalmente agora. Eu acredito que, com toda essa crise, talvez não seja o momento de aumentar tributos no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Agradeço as palavras do Sr. Elmer Prata Salomão, Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral (ABMPM).

Eu gostaria de cumprimentar as pessoas aqui presentes, o Hélio Mauro França, Secretário de Geologia e Mineração e Transformação Mineral; o Sr. Arthur Rocco, da Patri; Fernando Mendes Valverde, Presidente Executivo da Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para Construção (Anepac); Carlos Pedroza de Andrade, da Abinam; José Otavio Carneiro de Carvalho, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento; Carlos Eugênio Farias, assessor do Sindicato Nacional da Indústria de Cimento; Carlos Maia, Secretário Executivo do Sindicato Nacional da Indústria de Cimento; Frederico Lopes Meira, Secretário Nacional da Indústria de Cimento; José Mendo Mizael de Souza, do Sindicato Nacional da Indústria de Cimento; Inúbia Sfoggia, Secretária Executiva da Frente Parlamentar Mista em Apoio ao Carvão Mineral; Natel Moraes, da Associação Nacional da Indústria Cerâmica; Luiz Antonio Vessani, Diretor da Associação Brasileira de Pesquisa Mineral; Mariana de Araújo Ferreira, da Associação Brasileira de Pesquisa Mineral; Luiza Amorim, do Instituto Brasileiro de Mineração; Cíntia Rodrigues, do Ibram; Marcelo Tunes, do Instituto Brasileiro de Mineração; Valter Alvarenge, do Instituto Brasileiro de Mineração; Gianluca Benvenutti , das Relações Institucionais da Associação de Fabricantes de Refrigerantes do Brasil; Mariana Blanchetti, assessora das Relações Institucionais da Associação Brasileira da Indústria de Refrigerantes e Bebidas Não Alcoólicas.

Eu gostaria de passar a palavra ao nosso terceiro palestrante, Fernando Luiz Zancan, Presidente da Associação Brasileira de Carvão (ABCM). O senhor tem dez minutos também para fazer as suas colocações.

O SR. FERNANDO LUIZ ZANCAN – Cumprimentando o Senador Wilder, eu cumprimento todos os Senadores aqui presentes. Cumprimentando o Fernando Coura, cumprimento todos os empresários. Eu quero cumprimentar todos aqui presentes.

Eu vou falar um pouquinho sobre o carvão, que é uma indústria no Brasil um pouco desconhecida. A ideia é passar uma visão global de carvão, um pouco de Brasil e, depois, um *case* que nós entendemos de sucesso, que é fruto de uma ideia do Senador e ex-Governador Luiz Henrique da Silveira.

O que é ABCM? A ABCM envolve toda a cadeia produtiva do carvão. Ela pega todos os mineradores de carvão no Brasil e as geradoras de carvão. A última que se filiou à ABCM é a Copel. Então, aí toda a cadeia produtiva está inserida. Nós participamos do World Energy Council, da Agência Nacional de Energia, da EPE (Empresa de Pesquisa Energética), do World Coal Association e do Global CCS Institute - depois, vou falar um pouquinho do que é CCS para todos.

Por que carvão é importante? Porque ele é o mais abundante dos fósseis no Planeta. Então, há reserva para muitos e muitos anos, e elas estão sendo usadas. Vejam que 40% da energia elétrica do Planeta é carvão – ali há *hard coal* (carvão) e linhito, que é um estágio inicial do carvão. Há países como a Alemanha que tem 43% da sua energia elétrica gerada a carvão; e há países como Polônia e África do Sul, na casa dos 80%, 90%. E por que ele é assim? Porque ele é barato na geração de energia elétrica.

Este é um dado recente agora de novembro que mostra que, apesar de o carvão cair em percentual – ele vai ficar perto de 30% na matriz energética mundial, sendo que o petróleo está na faixa de 31% –, ele continua aumentando em tonelada e em terawatt-hora, basicamente porque os países que estão na segunda revolução industrial, que são China, Índia, os países do Sudeste Asiático, continuam fazendo muito carvão ao longo dos próximos anos. Estes são os gráficos que preveem até 2030.

Nossa indústria do carvão no Brasil é uma indústria pequena. Há aí 5 mil empregos, basicamente a grande parte em Santa Catarina, por ter mineração subterrânea. A nossa produção é em torno de 14 milhões de toneladas de carvão bruto. A capacidade instalada de térmica é 1.700MW. E vejam que 82% do nosso mercado são de geração de energia elétrica. O nosso carvão é um carvão chamado *low rank*, de baixo poder calorífico, que tem que ser usado nas bocas de mina, e o foco dele é a geração de energia elétrica. Nós temos reserva de carvão metalúrgico, já produzimos carvão metalúrgico no Brasil até a década de 1990, e essa atividade foi finalizada com a desregulamentação do setor na Era Collor. Então, produzimos carvão metalúrgico hoje para a indústria de coque de fundição, que é a única indústria que há no Brasil.

No Brasil, é um dos maiores recursos energéticos em termos de energia, tonelada equivalente de petróleo. Nós estamos há três décadas sem fazer pesquisa geológica. Possivelmente, há muito mais carvão. Nós temos ocorrências de carvão no Pará, ocorrência de carvão na Bacia do Parnaíba, no Maranhão, alguma coisa no Acre, mas tudo parou na década de 1980. A pesquisa foi feita basicamente no Sul, e 100% dos recursos conhecidos estão hoje no Sul do Brasil, sendo 90% no Rio Grande do Sul.

Olhando as reservas, a maior reserva é a Candiota, onde estão sendo feitos hoje os maiores projetos térmicos do Brasil. E há um pouquinho no Paraná e em Santa Catarina, de onde se tirava o carvão metalúrgica. Ali há jazidas como Morungava e Santa Terezinha, que têm carvão metalúrgico. Se se usar o carvão metalúrgico com vapor, pode-se abrir as minas. Então, há muitas reservas de carvão já com o recurso do carvão conhecido no Brasil que precisam voltar a serem transformadas em reservas.

Basicamente, no Rio Grande do Sul, a mineração é a céu aberto; em Santa Catarina, é subsolo, tudo mecanizado.

A nossa indústria basicamente foi condicionada pela política energética do Brasil. Com toda energia hidráulica e, ultimamente, com as energias alternativas, limitou-se o aproveitamento. Esse quadro deve mudar no futuro na medida em que se vai precisar de mais fontes térmicas, na medida em que as hidráulicas sairão em 2030 e haverá muita intermitência no Brasil. Então, para dar segurança energética, será necessário haver térmica, e, das térmicas, a mais barata é carvão.

Por que geração térmica? Por que eu estou falando de geração? Porque é o nosso mercado, basicamente. Havendo mercado, há mineração. Ela tem um baixo custo de valor unitário, é uma das usinas mais baratas. Ela é feita em moeda nacional, ou seja, nós não importamos gás, gás natural é uma *commodity*, podemos usar o carvão nacional. Ela está dentro do centro de carga. Ela é despachável, ou seja, pode ser flexível ou de base, como são nos países que usam intensamente carvão. Ela não depende de condições climáticas. Ela está disponível, porque há reserva de carvão no Brasil. E ela dá previsibilidade ao custo de energia, ou seja, ele não dolariza e não é uma *commodity* internacional.

Estes projetos aqui estão com licenciamento. Ou seja, nós produzimos, de carvão vendável, 6 milhões. Desses projetos que estão licenciados, os que estão em verde estão construindo a primeira fase. São 340MW lá no Rio Grande do Sul. Os outros projetos, um no Paraná e o outro também na região de Candiota, no Rio Grande do Sul, estão em licenciamento. Ou seja, praticamente 4GW de capacidade estão prontos para participar dos leilões.

O que é importante do carvão? Ele é altamente indutor econômico da cadeia produtiva. Para se ter uma térmica, é preciso dessulfurizar, e aí precisa de uma mina de calcário. Tem a mina de carvão, tem a usina, e aí se produz cinza que é usada no cimento, no clínquer. Então, há uma atividade na cadeira produtiva extremamente importante, com um impacto econômico muito grande. Uma térmica de 340MW, como a que está sendo construída hoje lá no Rio Grande do Sul – é o maior investimento do Rio Grande do Sul neste momento –, praticamente duplica o PIB *per capita* de uma cidade como Candiota, ou mais do que duplica, no caso de Treviso, em Santa Catarina.

Aqui nós podemos ver a importância da cadeia de geração térmica, na medida em que isso multiplica, na economia, por 3,68, ou seja, são 52 mil empregos hoje na cadeia economia pela atividade do carvão.

CFEM: 2% de faturamento líquido.

Agora vou entrar em um *case* que a gente vem apresentar para vocês como uma ideia a ser debatida nesta Comissão.

O CFEM no Estado do Paraná vem subindo. O carvão está mantido. Mantém, no caso de Santa Catarina, na faixa de 36% a 37%. No ano de 2015, foram R$7 milhões. No Rio Grande do Sul, também na faixa de R$6,5 milhões. São números que vêm se mantendo. A produção de carvão no Brasil foi mantida. É por isso que não há um aumento da arrecadação.

Municípios como o de Figueira, no Paraná, dependem 100% da atividade da indústria de mineração e do CFEM. Treviso, em Santa Catarina, tem o maior PIB *per capita* do Estado, devido à atividade de mineração; e Candiota, no Rio Grande do Sul. São três casos, três exemplos da importância do CFEM para esses Municípios.

Este é um exemplo de uma atividade em um Município que estava minerando. Depois, caiu a mineração, em azul. Em vermelho, é um outro Município, cuja produção de carvão começou a subir. Mostra o que isso representa em termos de arrecadação para os Municípios.

Agora vem o nosso *case*. Em 2007, o Senador Luiz Henrique da Silveira, então governador, promulgou uma lei que fazia com que os 23% do Estado fossem direcionados: 80% para financiar projetos que valorizem o desenvolvimento sustentável do carvão catarinense e 20% para a concessão de bolsas para alunos carentes. Essas bolsas estão focadas junto com a atividade de desenvolvimento tecnológico. Esse dinheiro sai do caixa do Estado, vai para a fundação de pesquisa, que é a Fapesc, e esses recursos, os editais públicos que foram feitos especificamente de recursos do carvão para o carvão – R$9 milhões ao longo desses anos, de 2007 para cá –, foram aplicados em pesquisa.

A atividade carbonífera de Santa Catarina mantém uma escola, administra há 56 anos uma escola que hoje tem 8 mil alunos. Pega desde os três anos de idade até MBA com a Getúlio Vargas. Este ano começa um curso de Engenharia de Minas. Nessa escola, a gente tem 2 mil alunos com bolsa de estudo – um investimento de R$4 milhões/ano –, e tem uma parte de inclusão social.

Conversando com o governador Luiz Henrique, dissemos: "queremos criar um centro tecnológico de baixo carbono. Para isso, precisamos de recursos. Como é que nós vamos fazer isso?" Então, vamos fazer a lei. Ele, sensível como foi quando Ministro da Ciência e Tecnologia, entendeu. Esteve conosco nos Estados Unidos, com os nossos parceiros dos Estados Unidos em ciência e tecnologia, e fez a lei.

Está aí o reflexo daquela lei de 2007. É um centro de tecnologia de baixo carbono, em que nós estamos agora construindo mais um laboratório – em torno de R$8 milhões –, que é para a captura de CO^2. Ou seja, no Brasil, no futuro, todo o carvão se transformará em baixo carbono. Não falamos mais só em renováveis. Carvão também é baixo carbono. Esse é um dos projetos de pesquisa que nós estamos fazendo. Esses recursos que vieram também alavancaram recursos da Finep, da Eletrobras, e com isso a gente está criando esse centro de tecnologia.

Essa é uma ideia que deu certo e está dando certo em Santa Catarina. Nós estamos tentando, como a ABCM, também fazer o mesmo no Rio Grande do Sul, para que os recursos venham a ser aplicados no futuro da indústria.

Era isso. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Agradeço as palavras do Sr. Fernando Luiz Zancan, Presidente da Associação Brasileira do Carvão Mineral (ABCM).

E passo a palavram, agora, ao próximo palestrante, Sr. Carlos Pedroza de Andrade. O senhor tem dez minutos.

O SR. CARLOS PEDROZA DE ANDRADE – Boa tarde a todos!

Eu queria saudar o Senador Wilder Morais e também os demais Senadores, Senador Flexa Ribeiro e Senador Sérgio Petecão. E inauguro, saudando a Mesa e os senhores presentes.

Acredito que eu vá sair da curva das apresentações, por trazer questões meramente jurídicas com relação à CFEM, focada em água mineral, acreditando, e esse é o intuito, que nós possamos construir a norma agora do marco regulatório, sempre com o intuito de aprimoramento.

Em primeiro lugar, gostaria de trazer um raciocínio da minha apresentação; quero trazer o instituto da hermenêutica jurídica, com base no ensinamento do memorável jurista Carlos Maximiliano. A hermenêutica tem o estudo da interpretação das leis, da interpretação do Direito. E por que trago isso? Porque, quando voltarmos, formos à leitura da legislação da CFEM, de que falarei adiante, é importante que tenhamos o raciocínio lógico não só dentro da disposição legal, mas também com o espírito da lei e a vontade principalmente do legislador constitucional.

Eu trago em voga o art. 5º, festejo o princípio da legalidade, apontando que o nosso sistema jurídico é positivista. A lei tem a soberania, o poder de sanção. E, juntamente com ela, nós teremos que interpretar a lei dentro da hermenêutica e os princípios gerais do Direito.

O art. 20 da Constituição traz o inciso IX, que não é novidade para nós, afirmando que os recursos minerais são bens da União. E o §1º do art. 20 dá ao legislador ordinário o poder de legislar sobre a compensação financeira, o que foi editado pela Lei nº 7.990, de que falaremos adiante.

No art. 176, um mero lembrete, falando sobre as jazidas, que se distinguem do subsolo, o que nós chamamos juridicamente do sistema dualista, em que o subsolo se distingue da superfície e a ele pertence à União.

Vou entrar, agora, no campo do Código de Mineração, uma legislação de 1967, Decreto-Lei nº 227, muito conhecido por nós. Mas, no art. 10, há a hipótese do inciso IV, entre outras hipóteses, de que as águas minerais em fase de lavra são regidas por leis especiais. Dentro dessa ótica, em 1945 foi editado o Decreto-Lei nº 7.841, vigente até hoje, conhecido entre nós como Código de Águas Minerais, que as distinguem das águas comuns pelas suas características que lhes conferem ação medicamentosa, como reza o art. 1º da lei.

Mais adiante, no art. 2º, a lei prevê a hipótese da criação da Comissão de Crenologia, comissão essa que tem por fim o estudo da cura ou das águas minerais como ação medicamentosa. E hoje ela foi resgatada, composta por membros de notável conhecimento sobre as características e os efeitos da água mineral.

No próprio Decreto-Lei nº 741, no Código de Águas Minerais, eu trago aqui, no art. 9º, há um conceito de lavra que difere da lavra prevista no art. 36 do Código de Mineração. Então, a lei específica do Código de Águas Minerais traz um conceito de lavra de água mineral, trazendo, por lavra de água mineral, os trabalhos de captação, condução, distribuição e aproveitamento.

Esse aproveitamento poderia ser através das águas engarrafadas ou dos banhos termais. Pelo adiantado da hora e curto tempo, não ponderei me alongar nesse assunto. Apenas trago aqui a distensão da lavra de água mineral e a especificação de que esse bem mineral, à exceção dos demais, tem uma regência por lei especial que lhe traz toda uma colocação especial. Ao final, trarei a minha conclusão.

Aqui eu aponto a legislação básica da CFEM, a Lei nº 7.990, criadora da CFEM; a Lei nº 8.001, que, recentemente, logo depois da sua edição – meses depois –, alterou a relação de distribuição; o Decreto Regulamentador nº 1; e a Lei nº 9.993, de 2000, que trouxe mais algumas alterações. Essa é uma estrutura básica. Há outras normas que tratam da matéria, mas me parece que essa teria o efeito do vértice dessa exação.

Sobre o mandamento do §1º do art. 20 da Constituição, a Lei nº 7.990, em seu artigo, definiu a compensação financeira, que, para fins de aproveitamento econômico, na alíquota de até 3%, resultaria sobre o faturamento líquido da venda mineral obtido após a última etapa do processo de beneficiamento adotado e antes da transformação industrial.

Na Lei nº 8.001, que veio a alterar a Lei nº 7.990, chamo a atenção de que, em relação às águas minerais, dentro dos bens minerais não especificados que estão no inciso II do §1º, foi elevada a alíquota de 2%, juntamente com os fertilizantes e o carvão.

Então, nos termos do art. 2º da Lei nº 8.001, chamo a atenção, nesta minha fala, para o fato de que a distribuição levou 65% para os Municípios, na forma do inciso II da receita da CFEM, e 10% para o Ministério de Minas e Energia elevado ao Ibama. Com isso, eu quero apontar que 75% da receita da CFEM têm o destino claramente de caráter ambiental. Há uma preocupação do legislador nessa relação ambiental, como falarei à frente.

Vejam que há dois grandes motivos basilares que instituíram a legislação da CFEM. O primeiro de natureza compensatória devido ao exaurimento do bem. Entende a boa doutrina de mineração que a lavra de mineração é uma safra de uma colheita só e também a relação de indenização pelos danos ambientais decorrentes das atividades de mineração. Além disso... Há umas falhas aqui.

Pode passar, por favor.

A outra hipótese é a natureza compensatória quando há um reflexo negativo na economia local – eu a chamo de economia do Município – em razão do encerramento da atividade de lavra com exaustão do miné-

rio, o que, de fato, gerará ou geraria desempregos diretos e indiretos e todo fomento das atividades produtivas, tais como comércio e serviço.

Então, a compensação financeira tem esse caráter, que está esculpido, discutido em todo o andar do projeto de lei, que eu tive a curiosidade de pesquisar. Acompanho a CFEM há mais de 20 anos e posso lhes dizer que, em pesquisa que fiz, juntamente como o Presidente Lância, nos últimos tempos, nos *Anais* do Congresso, resgatei, pesquisei todo o andamento do projeto de lei da CFEM, desde o nascituro até a sua edição. Não raro, todos os Parlamentares que ali apresentaram seus substitutivos, suas emendas traziam a preocupação com relação a essa questão. Ou seja, se a CFEM tem o amparo da Constituição, o seu objetivo é indenizar objetivamente aquele Município carente pela cessação das atividades – recebe a maior parte, inegavelmente, dessa receita – e também resgatar o dano ambiental decorrente da atividade de mineração.

Muito bem.

Analisando, eu chamo a atenção para o Recurso Extraordinário nº 228.800-5, que foi julgado já há muito tempo, em 2001, pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal. O Relator, Ministro Sepúlveda Pertence, ao levar a julgamento, e a Primeira Turma, por unanimidade, entendeu que não teria natureza tributária, faz a menção por diversos trechos, citando renomados juristas, de que há um aspecto e uma preocupação de natureza ambiental. Chama o Ministro, no correr do seu voto, a natureza de recompor a perda pelos problemas que gera, dentre os quais, os problemas ambientais.

Aqui eu trago uma conclusão lógica da minha apresentação. E é uma conclusão lógica, técnica, jurídica, que não tem outro caráter a não ser esta conclusão: se a CFEM foi constituída na forma que foi, ela não teria o cabimento de incidir sobre água mineral.

Mas por que eu digo com tanta segurança isso? A água mineral não se exaure, é um bem finito renovável. Nós temos fontes de água minerais centenárias. Posso dar um exemplo da conhecida Águas da Prata, de 1876, assim como a Água Imperatriz e outras tantas que fazem parte da nossa riqueza.

Então, nessa linha, é que veio a ser apontada, desde a Constituição, o chamado de compensação, e não compensação por ter natureza tributária, como inicialmente começou a discussão, não daria para eu pensar que isso haveria de incidir sobre a água mineral.

Além do mais, a atividade de água mineral também não tem um caráter de degradação ao meio ambiente. Aliás, faz parte do negócio, ter um meio ambiente sustentável, porque uma vez que eu poluir o meu lençol de água, acabou o meu negócio.

Então, é fato para os que conhecem os Municípios agraciados por essa riqueza mineral, que o Município ganha muito mais com a receita local decorrente do fomento da atividade, o ecoturismo, o turismo de saúde, o fomento de hotelaria, o comércio. Enfim, é muito maior do que a participação de 65% da receita da CFEM. Tomara que todos os Municípios tivessem a graça de Deus de ter as lavras de água mineral em seu patrimônio.

No que eu estou falando, eu trago um fato extremamente relevante apontado na Legislação Tributária Federal. Vejam o que o art. 330 do regulamento diz: "Não poderá ser computado no custo, em cada apuração, a importância correspondente à diminuição do valor dos recursos minerais." Ele não admite a exaustão de lavra no plano contábil.

Veja que interessante o §3º do art. 30, explicitamente: "O disposto neste artigo não contempla a exploração de jazidas minerais inesgotáveis ou o exaurimento indeterminável, como as de água mineral."

Com isso, o que eu chamo atenção: toda essa situação que a legislação da CFEM traz para os minérios, em geral, deve ser vista, a exceção, com excepcionalidade.

Eu não estou aqui trazendo, neste discurso, com um fim de renúncia fiscal ou com o fim de querer lesar o Erário, é uma relação técnica. Se estamos falando de uma legislação nova a construir, devem se considerar os motivos pelos quais ela será editada.

A lei nasce de uma necessidade. A lei nasce de uma vontade desta necessidade, esta foi a necessidade que apontou a CFEM e, nela, na conclusão lógica, teleológica e na hermenêutica jurídica, não há incidência sobre os bens minerais.

O que, por fim, eu trago é que a interpretação do Poder Público na gestão dos bens minerais é genérica. Ela traz os minérios aos mesmos patamares. Eu não vou poder me alongar para falar, por exemplo, de base de cálculo, de dedutibilidades, que não seriam o foco da minha apresentação.

Eu me atenho a essa questão relativa à CFEM sobre água mineral e espero que possamos aprimorar a lei.

A lei da CFEM, seguramente, por vários exercícios que fiz, se eu me deparar com cinco profissionais sobre a interpretação dessa legislação, cada um tem uma conclusão. Isso não é bom, porque a boa legislação é aquela de única leitura, é aquela de fácil compreensão.

Eu queria agradecer a oportunidade, Senador, de trazer esse pensamento e deixar à disposição para os nossos debates.

Muito obrigado, Srs. Senadores. Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Agradeço a palavra do Sr. Carlos Pedroza de Andrade, advogado da Associação Brasileira da Indústria de Águas Minerais (Abinam).

Passo, agora, a palavra ao nosso próximo palestrante, Milton Rego, Presidente Executivo da Associação Brasileira do Alumínio (Abal). O senhor tem dez minutos para fazer uso da palavra.

O SR. MILTON REGO – Bem, eu queria, primeiro, agradecer ao Senador Wilder, e também ao Senador Flexa Ribeiro, do Pará, um Estado que é vital para o alumínio; e ao Senador Sérgio Petecão.

Quero cumprimentar o Coura e, em nome do Coura, os demais membros da Mesa.

O Coura é uma liderança inconteste – tanto ele, pessoalmente, como o Ibram – para todas as nossas associações que gravitam em torno da mineração.

Acho que o objetivo dessa apresentação rápida... Vou dar algumas peculiaridades do alumínio, da cadeia do alumínio.

Primeiro, eu gostaria de apresentar a Abal. A Abal é a Associação Brasileira do Alumínio e congrega associados de toda a cadeia do alumínio – da mineração da bauxita à produção do alumínio primário, 100%; e da transformação do alumínio, 80%, porque daí começa a ter empresas menores, com uma difusão muito maior.

Os principais objetivos da Abal são incentivar novas aplicações. A questão de governança e representatividade. Essas são as empresas. No caso das mineradoras, são essas as empresas, acho que conhecidas de vocês.

A cadeia do alumínio é uma cadeia muito extensa. Ela começa com a mineração da bauxita, vai à produção do alumínio, que é a purificação da bauxita – a produção do alumínio, a produção do alumínio primário. Depois há os semimanufaturados, as aplicações. Uma parte importante é o alumínio secundário da sucata, responsável por um terço das aplicações do alumínio.

Bem, aqui vocês veem as reservas de bauxita, que é o mineral a partir do qual é feito a alumina e o alumínio. O Brasil tem a terceira maior reserva de bauxita, uma bauxita de excelente qualidade, concentrada especialmente na Bacia Amazônica. A bauxita, no mundo inteiro, é um mineral muito difundido; é o terceiro principal metal presente na superfície da Terra. Ele está em toda a área perto dos trópicos. Então, é encontrado desde a América Central, América do Sul, África e Ásia.

Esse é o consumo mundial de alumínio, um consumo que vem crescendo muito nos últimos anos, especialmente por causa da China – uma coisa muito parecida com o que acontece com o aço. A China é responsável pela metade do consumo e da produção do alumínio no mundo. Essa é posição da China nos últimos sete anos. A China passou do 14º para o 1º lugar em uma década. O Brasil está em 7º lugar na produção.

Os principais segmentos que consomem alumínio são transporte, construção civil e embalagens. Dependendo de onde o país se situa, numa economia mais desenvolvida ou menos desenvolvida, esses segmentos mudam; mas são segmentos importantes, responsáveis por grande inovação, especialmente transporte, por exemplo, defesa, que está aí dentro.

A importância da cadeia do alumínio para a economia brasileira responsável por 550 mil empregos, no total, sendo 122 mil, diretos e 383 mil, indiretos.

Como outras empresas de mineração, as empresas associadas da Abal têm uma questão de sustentabilidade muito forte, uma questão de presença nas comunidades onde atuam. Aí, são algumas das associadas. E os investimentos, no Brasil, nos últimos 10 anos, foram de R$36 bilhões. Infelizmente, esses investimentos têm caído ao longo do tempo. Houve um maior investimento no início da década de 2000, depois, caiu, em função da diminuição de rentabilidade.

O que eu estava mencionando, aí está o retorno sobre o capital investido. Note-se que temos de 14,7% a 3,8% – o que não é sustentável, claramente.

Isso é um quadro da Fundação Getúlio Vargas, que foi mostrado, nem é do nosso setor, na Associação de Produtos Químicos, mas é uma coisa interessante que mostra os efeitos para a frente e para trás de vários segmentos diferentes e notem como é importante o segmento de *commodities* minerais, que é encadeador da economia como um todo.

Essa produção, agora, de bauxita, é uma produção crescente porque o Brasil está deslocando outros produtores mundiais, em função, de novo, da China, porque esta aumentou muito a produção de alumínio e, apesar de ser uma produtora de bauxita, aumentou muito as compras no mercado internacional, e isso fez com que o Brasil aumentasse a sua produção de bauxita e de alumina.

Infelizmente, não é a mesma coisa que acontece com o alumínio. As barras azuis são a produção de alumínio primário. Temos o fechamento de várias plantas de alumínio, especialmente, nos últimos anos. Nos últimos cinco anos, tivemos fechamento de cinco plantas de alumínio impactados especialmente, pelo aumento de custos, no caso, da energia elétrica.

O alumínio, em especial, e a bauxita, são metais em que há uma grande agregação na cadeia justamente pelo fato de ser uma longa cadeia, e, a cada real que se investe na extração, são R$5,82 da metalurgia, R$9,33, na transformação, com um total de R$16,00. Então, R$1 para R$16.

No caso de empregos, para cada emprego direito, há 35 em toda a cadeia. Então, o alumínio, em especial, é um metal que agrega muito valor. Essa informação, vocês podem ver aqui, o total da produção é de R$42 bilhões, que é mais ou menos a relação dos números: R$1,6 bilhão na bauxita e, no total, R$43 bilhões.

Em termos de valor agregado da produção, aquele número que vai para o PIB, há um faturamento bruto de R$54 bilhões, e o valor agregado de R$43 bilhões.

Uma informação importante é a diferença entre bauxita e minério de ferro. Como falei, como a cadeia do alumínio é muito mais longa que a do minério de ferro, há duas coisas: primeiro, a bauxita tem uma exportação muito menor percentualmente em relação ao minério de ferro, e a bauxita que fica aqui, os 75% das 35 toneladas que não são exportados, vai quase toda para o consumo metálico, que dá uma série de encadeamentos ao longo da cadeia.

O impacto da mineração nas principais localidades onde ele atua é visto na evolução do IDH, há uma taxa de evolução de IDH sempre maior do que os Estados, especialmente naquelas cidades que começavam a mineração com baixo IDH.

E agora eu queria entrar um pouquinho mais rapidamente nos custos da mineração. Essa é a abertura dos custos de mineração em Paragominas, a principal mineração da bauxita no Brasil. Então há trabalho, energia...

(Soa a campainha.)

O SR. MILTON REGO – infraestrutura, manutenção e outros custos. Esses custos todos estão aumentando muito! Então, quando estamos discutindo taxa, é preciso ver todos os custos de mineração, e esses custos estão aumentando bastante. E os e impostos e as taxas, como foi mostrado anteriormente, têm um peso importante na mineração da bauxita. Eles são responsáveis por 14% do faturamento bruto e 36% do valor adicionado, quando se pega toda a cadeia.

Finalmente gostaria, para a reflexão dos senhores, de mostrar um gráfico bem interessante. Esse gráfico é a compra da bauxita pela China nos últimos anos, desde 2009. As cores são diversos países. O principal deles é o verde, que é a Indonésia. O outro, azul, é a Austrália. E esse roxo, no final, é a Malásia. Olhem o que aconteceu: em 2014, a Indonésia resolveu aumentar a exportação de alumina, aumentando a taxação e colocando taxas e uma série de questões regulatórias para a exportação da bauxita. Ao mesmo tempo, a China fez grandes investimentos na Malásia. E olhem o que aconteceu com as compras da China, são impressionantes duas coisas: o investimento da China na Malásia e a substituição da Indonésia pela Malásia. Então, isso aí é para os senhores verem como esse mercado é sensível a questões de investimento e questões de custo. Então, deixo esse quadro disponível.

Isso aqui são algumas questões que a Abal colocou na última versão do Código. Duas questões dão importantes para nós: a questão da base de custo da CFEM e a questão de valor adicionado. Deixo isso aí para os Srs. Senadores, Senador Wilder, para utilizarem na discussão que os senhores terão daqui para frente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Agradeço as palavras do Sr. Milton Rego, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Alumínio (Abal).

Passaremos à segunda rodada agora. Na verdade, são nove palestrantes e eu gostaria que os convidados estão na mesa tomassem assento aqui na frente e vou convidar os próximos, que são quatro, palestrantes para fazermos essa rodada aqui com os Srs. Senadores.

Convido o Sr. Reinaldo Dantas Sampaio, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais (ABIROCHAS); Sr. Fernando Mendes Valverde, Presidente Executivo da Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para a Construção Civil (Anepac); o Sr. Natel Henrique Farias de Moraes, Presidente Eleito da Associação Nacional da Indústria Cerâmica (Anicer); e José Otavio Carneiro de Carvalho, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC).

Dando início, gostaria de passar a palavra ao nosso próximo orador, Sr. Reinaldo Dantas Sampaio, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais (ABIROCHAS). O senhor tem dez minutos para fazer uso da palavra.

O SR. REINALDO DANTAS SAMPAIO – Em primeiro lugar, quero saudar o Senador Wilder Morais, os demais Senadores presentes, as demais autoridades e parabenizá-lo, Senador, por essa luta sua em favor do debate sobre essa questão da mineração, compreendendo a importância que a mineração tem para o desenvolvimento do País. Cumprimento os demais membros da Mesa, as senhoras e senhores.

Falar após apresentações muito competentes nos tira um pouco do conteúdo que queria trazer aqui. E eu não quero ser repetitivo. Mas antes de adentrar as questões específicas do setor de rochas ornamentais, eu queria pinçar só alguns pontos das exposições anteriores.

Em relação ao declínio do setor da mineração no mundo, ele traz consigo essa crise de confiança no sistema bancário internacional, de que todos têm conhecimento. E dentre as causas das perdas consideráveis de valor dos maiores bancos ocidentais, uma das razões é a forte posição desses bancos em financiamentos de atividades de mineração em todo o mundo e que se mostram hoje ativos de baixa confiabilidade, num cenário em que não se tem a compreensão do horizonte de reversão do declínio dos preços mundiais. De modo que bancos como o Deutsche Bank perderam quase 40% de valor nos últimos 120 dias, o Credit Suisse perdeu alguma coisa em torno de 46%, e os bancos grandes, todos, perderam entre 20% e 40% de valor, entre outras razões por serem bancos que financiam atividades mineiras no ambiente de declínio.

E a evidência disso está aí: uma empresa como a Vale, que opera numa posição que eu diria de oligopólio mundial, pelo seu porte, pela grandeza, registrar um prejuízo dessa magnitude e registros como foram feitos aqui pelo Senador, da mina de níquel que fechou no seu Estado e de um provável empreendimento de níquel modelar, tanto do ponto de vista de concepção, como de sustentabilidade e de investimentos socioambientais, que é a mina de níquel de Mirabela, que está na iminência de encerrar também, de suspender suas atividades, o que significaria a perda de 1,2 mil empregos diretos e outros tantos indiretos, além dos seus efeitos na economia local no interior da Bahia.

No caso também há uma outra questão relevante, que nos preocupa, que é: o ciclo de preços extremamente elevado dos bens minerais trouxe esse sentimento de intensificação de oneração como forma de se apropriar dessa renda diferencial, que é própria das *commodities*; e esquecem que os bens minerais, exatamente as *commodities* e outros bens, têm um histórico inevitável, inexorável de ciclos, de picos de preços, e de ciclos de depressão, em alguns casos por um horizonte de longo prazo. E, portanto, a oneração excessiva nesses momentos pode não só inviabilizar empreendimentos, como também ceifar milhares de empregos, como tem acontecido, por razões várias, além da questão também de excesso de tributação sobre a atividade produtiva.

Aliás, o Brasil tem um equívoco nessa estrutura da tributação sobre a atividade produtiva, que pune ou que onera o empreendimento produtivo antes mesmo de ele começar a produzir e gerar resultados. Então, isso precisa ser corrigido para dar sustentabilidade ao desenvolvimento nacional.

No caso da variação cambial, por exemplo, que é, dentre todos esses fatores, o que mais afeta positivamente o segmento das rochas ornamentais, grande parte desse ganho cambial não é apropriado pelo setor, porque ele é um segmento lastreado em pequenas e médias empresas e que tem no mercado dos Estados Unidos seu principal destino.

Portanto, isso que é um trunfo e uma conquista – tornar-se uma indústria de pequenas e médias empresas que se tornem o principal fornecedor para a maior economia do mundo – também nos coloca diante de um comprador poderoso, capaz de exigir redução dos preços unitários e alongamento dos prazos de faturamento, com o crescimento da taxa de inadimplência do comprador norte-americano, porque a economia americana não tem hoje a dinâmica de outros tempos e está também no contexto da crise mundial, como a grande maioria das economias do Ocidente.

Então, esse ganho cambial não é apropriado também pelo setor, de modo que é um segmento de pequenas e médias empresas e que se torna muito vulnerável diante de crescentes onerações.

No setor de rochas ornamentais, a sua cadeia produtiva abriga, mais ou menos, algo em torno de 10 mil empresas, das quais são mil empresas de pequeno e médio porte, mineradoras ou mineroindustriais. Dessas, 400 empresas são exportadoras regulares.

Esse esforço, que não decorre de nenhuma política orientada para a competitividade, nem para um posicionamento de maior competitividade dessa indústria no mundo, à exceção de um apoio invariável da Apex, que temos desde a sua criação e que foi estratégico para a conquista de posições do setor no mercado mundial, levou o setor, apesar de todas essas dificuldades, a conquistar a posição de quinto bem mineral mais exportado pelo Brasil.

Portanto, amigo Coura, o Brasil é também um *player* do setor de rochas ornamentais, porque nós somos o quarto exportador e produtor mundial, somos o principal fornecedor desse bem industrializado para os Estados Unidos.

E um país que tem um segmento de atividade econômica que exporta um bem mineral disseminado em todo o seu território e, em especial, em regiões muito pobres do país e que, lastreado em pequenas e médias empresas, se coloca como a quarta posição mundial e como o maior fornecedor da maior economia do mundo precisa ter um cuidado e uma atenção adequada para permitir que esse setor possa continuar seu crescimento.

Temos absoluta certeza de que podemos triplicar, quadruplicar as exportações atuais, que se aproximam de US$1,5 bilhão por ano. É uma façanha que um setor de pequena e média empresa tenha essa posição no mercado internacional.

O PIB desse segmento se situa em algo em torno de US$4 bilhões, dos quais quase 30% são exportados, e 80% do que é exportado é em bens industrializados.

E estamos agora buscando consolidar uma estratégia, para chegarmos ao estágio que estamos chamando de terceira onda exportadora, que é alcançar o mercado de projetos, que tem um valor agregado muito maior, e podemos até mais que duplicar ou triplicar as exportações atuais do Brasil.

Esse é um segmento que emprega cerca de 130 mil pessoas de mão de obra direta, 43% nas regiões interiores do País na atividade da mineração. É uma mineração de pequeno porte.

Só para lhes dar um exemplo do que esse setor traz de contribuição, no Semiárido do Nordeste, uma fazenda de 500 hectares emprega cinco pessoas. Dentro do Semiárido, numa moderna gestão de um empreendimento agropecuário, se criariam 500 matrizes, que, em ótimo nível de parição, gerariam 400 crias, que dariam uma renda anual de aproximadamente R$350 mil. E, quando digo isso para os amigos que têm fazenda no Semiárido, eles dizem que isso é uma ilusão em termos de realização de receita.

(Soa a campainha.)

O SR. REINALDO DANTAS SAMPAIO – Uma pedreira de granito que opera em cinco hectares emprega 12 pessoas, uma mão de obra qualificada, porque são equipamentos com programação computacional, com controles alfanuméricos, portanto não é um operário muito simples. Ela gera US$1,5 milhão de receita bruta numa pedreira de pequeno porte e com conexão com o mercado internacional.

Então, a defesa que eu tinha para fazer desse setor é nesse nível. Queria apenas concluir, Senador, se me permite, dois pequenos pontos que acho da maior relevância.

Nós entendemos que a incidência da CPMF deveria ocorrer com o bem na saída da mina, porque a CPMF tem uma concepção de... A CFEM! É que ela está também no... É porque estamos com delírios dos tributos. (*Risos.*)

Mas, retomando o senso adequado da CFEM, ela foi concebida para ser uma compensação sobre o ato da mineração, sobre a atividade da mineração. Após a saída da mina, seja para a comercialização, seja para o beneficiamento, extingue-se toda a atividade empresarial relacionada à atividade mineira. A partir daí, são serviços: de transporte, de seguro, de comércio.

E pegando, inclusive, a brilhante exposição do Dr. Pedroza sobre a natureza da CFEM não ser uma participação, ela não é uma participação econômica na atividade mineira. É uma compensação pelos impactos ambientais e pelos impactos sociais que pode haver na atividade mineira no encerramento da mina. Portanto, não tem caráter arrecadatório. Ela deveria, então, incidir, exclusivamente, no estágio do produto, na saída da mina, e deveria...

E conclamo as autoridades e V. Exªs para que resgatem o pacto social que está implícito na CFEM: de um lado, há a obrigatoriedade da iniciativa privada de fazer o seu recolhimento, mas, de outro, está a obrigatoriedade do ente público de destinar os recursos, exclusivamente, para a mitigação desses efeitos, para o qual ela foi criada. Isso nasceu da Constituição Federal. Portanto, a Constituição Federal sela um pacto social, que não pode ser contrariado pelo ente público a despeito do seu poder potestativo. Então, eu conclamo também sobre essa questão e peço às autoridades que não se distanciem da compreensão e do espírito da modicidade e da especificidade das atividades mineiras para adequar a incidência da CFEM da maneira mais adequada e justa.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Agradeço as palavras do Sr. Reinaldo Dantas Sampaio, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais (ABIROCHAS).

Senador Petecão, a gente já está em não sei quantas audiências públicas, ouvindo os lados, começa a aprofundar e a ver o Governo tentando... Na reforma do código, a gente vê muito o apego aos impostos.

Queria parabenizar a atitude do Governo de Santa Catarina, porque lá, sim, eles aumentaram a participação, mas para fazer isso que o nosso palestrante Reinaldo disse agora: para fazer compensação da exploração, e não cair no caixa único. Os Governos estão todos quebrados, os Municípios estão todos quebrados, e não vão usar isso para nada ligado à mineração.

Então, é importante este debate. Eu vejo que o problema maior disso tudo não está... Como a gente ouviu aqui, Senador, o quarto exportador, o quarto em produção e tem o maior imposto de todos os concorrentes mundiais. O Brasil tem 30,95% de impostos, contra 16% no Canadá. É um país gigante mesmo, com tanto imposto, e ainda é o quarto.

Gostaria de passar a palavra para o nosso palestrante Fernando Mendes Valverde, Presidente Executivo da Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para Construção (Anepac). O senhor tem dez minutos.

O SR. FERNANDO MENDES VALVERDE – Gostaria de cumprimentar o Senador Wilder Morais e o Senador Sérgio Petecão e dizer da nossa satisfação em poder participar, mais uma vez, nesta Casa, desta audiência pública sobre o setor mineral.

Para esta apresentação, eu vou trazer algumas outras informações, além daquelas que apresentei na audiência anterior, sobre a dimensão da indústria; demanda e cenários de projeções.

Uma vez feito isso, nós vamos tratar dos agregados e a CFEM – situação atual; propostas e justificativas; e por que entendemos que os agregados devem ter tributos reduzidos.

Coloquei essa transparência mais para definir a questão dos agregados, porque ainda há muita confusão. Pessoas acham que argila ou cimento são agregados, mas, na verdade, o que consideramos agregado é a areia, a brita e, mais recentemente, os reciclados e materiais substitutos, como escora de alto forno, retalhos de pneus, etc. Areia e pedra britada ou se misturam ao cimento ou se misturam ao asfalto. Ao cimento, forma o concreto e, ao asfalto, o pavimento asfáltico. Vão para duas finalidades fundamentais, de alto cunho social, que é a infraestrutura e a urbanização.

Esses números são de 2014, e vou atualizar um pouco na transparência seguinte.

Em 2014, foram produzidos 741 milhões de toneladas de agregados no País. Isso resultou em um consumo *per capita* de 3,7. Foram investidos R$700 milhões e gerados 75 mil empregos diretos. A capacidade instalada do setor é da ordem de 850 milhões de toneladas. O valor da produção foi da ordem de R$19 bilhões, valor bruto, posto consumidor.

Noventa e cinco por cento das empresas produtoras de areia e 85% das empresas produtoras de brita são pequenas ou médias minerações, basicamente o universo de 3,1 mil empresas.

Esses números mostram a queda que houve, em 2015, no mercado de agregados, nos principais mercados do Brasil: em São Paulo, houve a menor queda, 18%; no Rio Grande do Sul, chegou a 50%; no Paraná, 40%. A média nacional ponderada com população e PIB foi 30%, o que resultou nesse gráfico que mostra que, de 2000 a 2013, tivemos um crescimento constante de 6,2% ao ano. Partimos de 340 milhões de toneladas e chegamos a 745 milhões de toneladas. Houve um decréscimo para 2014 de 0,5% e uma queda de 30%, de 2014 para 2015. Realmente, foi muito forte essa queda. Então, produzimos três curvas: a vermelha é eu não diria nem pessimista, mas, sim, catastrófica; a que mais se aproxima do que levamos em consideração é a parte otimista, que, mesmo assim, cai, e vamos começar a estabilizar somente, provavelmente, a partir de 2018.

A incidência da CFEM no setor de agregados é 2% sobre o faturamento líquido. Arrecadamos, em 2015, segundo o DNPM, R$123,303 milhões. Os agregados respondem por 35% do total da arrecadação da CFEM, entre os minerais não metálicos, e por 8%, entre todas as substâncias minerais.

Qual é o relacionamento da CFEM com a competitividade do setor de agregados? Primeiro, antes da Constituição de 1988, havia isenção do IUM para os agregados, quando esses fossem destinados a obras públicas. Praticamente, 90% da produção de agregados, antes de 1988, era isenta. A partir da Constituição, passamos a pagar 2% de CFEM e 18% de ICMS.

Não há exportação no setor. Portanto, não há competição no mercado externo. O raio de comercialização é limitado, exceto na Amazônia. Há, no máximo, 100km para a brita e 300km para a areia. Portanto, a competitividade se limita entre empresas do setor, e no mesmo micromercado.

Nas regiões metropolitanas do Brasil, para cada 50km que se ande com areia ou brita, dobra o preço. Eu gostaria de registrar aqui que, praticamente, dois terços do preço final da areia e brita são devidos à logística de transporte, são devidos ao transporte. Daí entendemos que a base de incidência no faturamento líquido deve permanecer por setor com a incidência de alíquota de 0,6%, que foi amplamente discutida no Projeto de Lei nº 3.661, de 1997, que tramitou na Câmara dos Deputados. Essa proposta de 0,6% de alíquota sobre o faturamento líquido significa, em média histórica recorrente, há 20 anos, cerca de 15% do lucro bruto.

Por que faturamento líquido? No faturamento líquido, por exemplo, se tivermos duas pedreiras que produzam – vamos supor – 100 mil toneladas, se uma entregar esse produto posto obra e a outra FOB, a que entregou o produto vai pagar muito mais do que aquela que entregou no retiro. Quer dizer, isso prejudica a isonomia entre as empresas e a própria competitividade entre elas. Portanto, temos uma certa preocupação no estabelecimento do faturamento bruto como base de arrecadação.

Eu gostaria, para encerrar, de dizer o seguinte: por que entendemos que esses tributos sobre agregados devem ser reduzidos? Todos têm conhecimento de que, a cada 20 anos, um tema se torna relevante para a humanidade e, a partir daí, ele é discutido e se incorpora no cotidiano da população ao longo do tempo. Os

exemplos disso foram a Conferência do Meio Ambiente em 1972, em Estocolmo, quando foi tratada a questão ambiental e até hoje ela perdura nas preocupações da população. Grandes questões foram solucionadas.

No início dos anos 90, 20 anos depois, veio a globalização, a queda do muro de Berlim, a entrada da Rússia e da China no mercado mundial, revolucionando as comunicações, a entrada da internet, tudo isso. E a grande questão da próxima década, que já começou, é a urbanização.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO MENDES VALVERDE – Eu lembro aos senhores que o PNUMA, o Programa Nacional das Nações Unidas para o Meio Ambiente, colocou o planejamento da mineração de areia em países em desenvolvimento na Ásia como fundamental. No Paquistão, na Índia e em outros países da Ásia, a entrega da areia está sendo feita com escolta armada, dada a grande preocupação. O produto está se esgotando e se tornou *commodity* por lá. Então, essa é uma grande preocupação. E, logo, logo, se não houver planejamento no Brasil da preservação dos recursos de areia e pedra britada, vamos entrar na mesma situação. Acho que é importante.

Vejam que, em 2030, a área urbana no mundo estará ampliada cerca de três vezes em relação à área do ano 2000, sendo que 80% da população mundial habitará as cidades, 80% da população mundial! Isso significa que madeira, aço, tijolo e concreto, os pré-fabricados vão continuar. No século passado, eles foram os principais materiais básicos para a indústria da construção civil e vão continuar sendo os principais produtos para a indústria da construção civil, fundamentais para a urbanização, para a manutenção do tecido urbano e tudo isso. Daí a nossa recomendação de que os agregados devem, primeiro, ser preservados para as gerações futuras através de um planejamento muito sério e, segundo, que eles cheguem a essa população a preços compatíveis.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Agradeço as palavras do Sr. Fernando Mendes Valverde, Presidente Executivo da Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para Construção (Anepac).

Passo agora a palavra para o Sr. Natel Henrique Farias de Moraes, Presidente eleito da Associação Nacional da Indústria Cerâmica (Anicer).

Com o senhor a palavra, por 10 minutos.

O SR. NATEL HENRIQUE FARIAS DE MORAES – Boa tarde, Sr. Presidente, Senador Wilder Morais. Peço permissão para cumprimentar todos os demais Senadores e presidentes de associações aqui presentes.

É de grande importância a Anicer estar participando deste ato, representando um setor que vem também sofrendo com as mesmas dificuldades dos demais, devido à queda na construção civil, que hoje representa quase 40% das indústrias cerâmicas, com grandes dificuldades para se manterem no cenário.

A Anicer foi fundada em 1992, representa o setor junto às instituições públicas e privadas, luta pelos interesses e defende seus direitos. Está presente em todo o País através de parcerias com sindicatos e associações, realiza intercâmbio contínuo com instituições técnicas científicas nacionais e internacionais e integra os fabricantes das diversas regiões, favorecendo a troca de experiências e conhecimentos e realizando projetos que qualificam o setor.

Nós promovemos convênios, serviços, pesquisas e eventos para os ceramistas e seus colaboradores.

O nosso setor hoje tem 6.903 empresas, sendo que a predominância hoje é de micro e pequena. Nosso faturamento é de R$18 bilhões. Geramos 293 mil empregos diretos e 900 mil indiretos. Representamos 4,8% da indústria da construção civil. Nossa produção de argila é de 9 milhões de toneladas. Nossa produção mensal de blocos é de 4 bilhões. Nossa produção de telhas: 1,3 bilhão e ainda fazemos 325km de tubo cerâmico.

Sobre a CFEM, nós temos um posicionamento, Senador. O senhor disse, no começo da sua fala, que ela é um tributo pequeno, sua taxa é uma compensação pequena em relação aos demais tipos de impostos que nós temos.

O problema que o setor vive é que, dependendo da incidência da CFEM, ela se torna um grande empecilho para o setor.

Vimos acompanhando o Projeto de Lei nº 5.807/2013, que vem discutido na Câmara uma nova perspectiva de cobrança da CFEM para aqueles mineradores que também são fabricantes e por isso não vendem mineral extraído, pois ele é consumido, transformado ou utilizado pelo próprio minerador. O PL diz, no art. 35, que:

Art. 35. A exploração de recursos minerais ensejará o recolhimento da [...] CFEM [...], quando:

I – da saída do bem mineral, a qualquer título, do estabelecimento minerador;

.....

Art. 36. A alíquota da CFEM será de até quatro por cento e incidirá sobre a receita bruta da venda, deduzidos os tributos efetivamente pagos incidentes sobre a sua comercialização [...].

O texto substitutivo modificou não só a redação, mas seu entendimento, mantendo o mesmo texto da legislação vigente:

Art. 66

§1º No caso de bem mineral consumido em processo de transformação no estabelecimento minerador [...] a CFEM será calculada com base no custo apurado até o momento imediatamente anterior à transformação industrial.

E aí que é o nosso dilema. Nós vivemos uma insegurança jurídica muito grande. A transformação está definida no Capítulo II, Das Diretrizes e Definições.

Art. 5º Para os fins desta Lei, considera-se:

.....

XXX - transformação - modificação da natureza físico-química do bem mineral, ocorrida após o processo de beneficiamento

Ocorre que a definição de transformação provoca interpretações diversas do fato gerador, ou seja, o ponto exato da incidência da CFEM, gerando diferente entendimento entre superintendências estaduais, causando muita insegurança para as empresas, principalmente as de pequeno porte, a grande maioria do setor de cerâmica vermelha no País.

Na prática, vimos sentindo da seguinte forma. Todo ceramista é um minerador, não tem como escapar disso. No momento em que ele faz a extração, ele tira da sua jazida, leva a sua indústria, ali ela é processada, passa por todo o beneficiamento.

Aí, é extrusada essa argila essa argila, passa por um secador e vai para o forno. Depois de queimada, o DNPM vem e incide a CFEM na saída do forno. Depois de queimada. Então, durante todo esse período em que a argila andou, em que esse minério andou, é cobrada a CFEM. Isso nós já estamos vivendo na prática.

A argila tem uma característica de algumas empresas, por exemplo, na via branca, se deslocarem, saírem de um Município e irem para outro devido à presença de gás natural. E todo esse transporte inserido é computado como CFEM. Aí eu digo: 2% de um frete de 5km é uma coisa; 2%, 3% de um frete de 50km ou de 100km torna o tributo muito alto e inviabiliza o setor.

Como eu disse, a grande maioria das empresas do setor é formada por micro e pequenas empresas. Algumas, para poderem viabilizar o seu setor, estão tendo que migrar, fazer uma mineração à parte, a fim de saírem do custo CFEM, que hoje atrapalha, pelo seu entendimento. A maioria de empresas que nós pegamos aqui é de empresas no Simples. Elas têm que abrir outra empresa com muito cuidado para não saírem do Simples Nacional e terem outra empresa para poderem sobreviver no mercado.

Então, o que nós sugerimos? Que o texto do PL 5.807, de 2013, tenha a seguinte redação:

Art. 66. As alíquotas da CFEM serão as constantes no Anexo II desta Lei e incidirão, conforme o caso, sobre:

§1º No caso do bem mineral consumido em processo de transformação no estabelecimento minerador [...], a CFEM será calculada com base no custo apurado na extração do bem mineral.

Ou seja, dentro da área de mineração, na jazida, não computar os demais custos. Porque eu entendo que nós já temos IPI e outros tributos que entram na nossa lista de onerações.

Nós temos aqui a taxa de fiscalização, que é uma reivindicação também e merece atenção:

[...] prevista no art. 63 do substitutivo. A taxa tem valores desproporcionais e muito elevados, principalmente comparadas às suas congêneres TCFA (Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental) federal, Ibama e estaduais. Nesse sentido, a proposta precisa ser reajustada, observando a proporcionalidade de forma que a taxa seja proporcional à capacidade contributiva (art. 150, II, da Constituição Federal) de cada sujeito passivo. A alíquota do tributo possui valor fixo, devendo ser percentual, de modo que a variação da base de cálculo da exação acarrete um tributo proporcional à situação e capacidade econômica do contribuinte. Da forma como está disposto, o projeto iguala pessoas jurídicas de diferentes faixas de arrecadação, chegando a uma disparidade de 50%, já que estabelece a cobrança de R$5 mil e R$10 mil àqueles que arrecadam R$360 mil/mês e àqueles que arrecadam R$3,6 milhões/mês.

Portanto, a Anicer sugere que seja defendida a proporcionalidade nessa compensação.

Presidente, essa é a nossa reivindicação.

Agradecemos mais uma vez a participação. A Anicer está sempre disposta a participar desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Obrigado. Eu agradeço a palavra do Sr. Natel Henrique Farias de Moraes, Presidente eleito da Associação Nacional da Indústria Cerâmica (Anicer).

Passo agora a palavra ao Sr. José Otavio Carneiro de Carvalho, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC).

O senhor tem dez minutos.

O SR. JOSÉ OTAVIO CARNEIRO DE CARVALHO – Em primeiro lugar, agradeço ao Senador Wilder a oportunidade de falar da nossa indústria e cumprimento não apenas o Senador Wilder, mas também o Senador Petecão pela presença em nossa exposição.

O SNIC é um sindicato patronal que foi criado em 1953 com base territorial nacional e tem por fim representar a indústria de cimento no Brasil.

Cimento é um produto de uma atividade industrial integrada, obtido a partir da lavra e do beneficiamento de calcário e argila. Sua industrialização ocorre mediante a moagem, homogeneização e produção da farinha (em mistura crua, um primeiro produto industrializado), e posterior processamento físico-químico em clínquer, também classificado como cimento não pulverizado em sua respectiva moagem.

O cimento, apesar de ter como base o minério de calcário, é uma atividade muito mais característica de um processo industrial do que propriamente de mineração, apesar de ter a mineração na sua base de fabricação. No aproveitamento de minério, talvez seja a indústria que mais valor agregue ao minério durante esse processo de fabricação.

O processo consiste no seguinte: a partir do minério britado, ele passa por um processo de pré-homogeneização junto com a argila, e vai ser moído em grandes moinhos de bolas, gerando o que nós chamamos de farinha; essa farinha é que depois entra no forno e passa por um processo de transformação físico-química, criando-se, então, outro produto chamado clínquer, que, moído juntamente com gesso e, eventualmente, com outros agregados, é que vai gerar, então, aquilo que nós chamamos de cimento.

Há algumas características bem marcantes do cimento. É um produto homogêneo, com variedade limitada de tipos, segundo as normas técnicas da ABNT, e é imprescindível, do início ao fim, em todo tipo de construção. É o único material de construção que é usado em todo e qualquer sistema construtivo, e usado desde o início até o final da obra, razão pela qual o consumo de cimento, a demanda de cimento talvez seja o melhor indicador da atividade de construção civil, seja ela qual for.

O calcário e a argila são transformados em cimento pela indústria, que, juntamente com a areia e com a brita – dos quais o nosso amigo Valverde acabou de dar um panorama sobre como está o setor deles –, são os elementos básicos que compõem o concreto.

O concreto, segundo o WBCSD (Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável):

- é o material mais consumido no Planeta depois da água; é um produto básico tanto na construção de moradias quanto em obras de infraestrutura;

- é perecível, com baixa condição de estocagem; ocupa grandes espaços e é utilizado durante toda a obra, como eu disse, sem existirem estoques reguladores – ou seja, o cimento é quase que da produção para o consumo; os estoques que existem intermediários são mínimos, permanecem numa fábrica não mais do que de uma semana a dez dias, no máximo, nos grandes silos de estocagem, e, mesmo nos distribuidores, nas centrais de distribuição, os estoques, em geral, são por tempo muito limitado;

- tem uma baixa relação preço/peso, o que redunda em o frete impactar significativamente o preço final;

- mais de 50% do produto fabricado no Brasil – é uma característica, vamos dizer, brasileira – chega aos consumidores finais através da revenda; a capilaridade de distribuição do cimento no País, com a extensão territorial e com a abrangência dos centros de consumo, é tão grande que as indústrias, isoladamente, não têm condições de penetrar em todas as áreas de consumo.

Para se ter ideia do que é o investimento numa fábrica, trouxemos aqui a exemplificação de uma fábrica padrão, com uma capacidade de produção média de 1 milhão de toneladas por ano. Primeiramente, é um investimento extremamente intensivo em capital. O custo de implantação de uma fábrica de 1 milhão de toneladas é da ordem de US$300 milhões, levando cerca de cinco anos após a concessão da lavra para entrar em operação – e aí se considera mais estudo de viabilidade técnico-econômica, licenciamento ambiental, projeto de engenharia, contratação de equipamentos, construção, montagem e colocação em marcha, razão pela qual um dos grandes componentes de custo de uma fábrica de cimento realmente é o custo de capital.

Matéria-prima: é preciso ter a garantia de suprimento da matéria-prima, que é o calcário, em longo prazo; isso é fundamental para viabilização do projeto. São necessários cerca de 40% a mais do produto final do calcário necessário por ano, ou seja, 1,4 milhão de toneladas de calcário para uma produção de 1 milhão de toneladas de cimento ao ano.

O impacto do frete impõe que a fábrica se localize próxima às jazidas de calcário e também que se encontre próxima ao mercado consumidor, uma vez que o frete, tanto do calcário quanto do produto acabado, é altamente impactante no preço final do produto.

O ciclo de vida útil de operação de uma fábrica é bastante longo, superior a 50 anos. Ela é intensiva em energia, que é um dos três componentes do custo de cimento – o primeiro eu já falei, que seria capital. Os custos de combustíveis e a energia elétrica são responsáveis por mais de 50% do custo de fabricação. E a logística,

em média, nós calculamos que, só para escoar o cimento das fábricas, numa fábrica de 1 milhão de toneladas/ano, são necessários 300 caminhões por dia somente para retirar o caminhão da fábrica. A logística tem um peso incrível na distribuição de cimento.

Fácil acesso às fontes de matéria-prima, que são abundantes. O calcário é um minério abundante.

A tecnologia de processo e os equipamentos para a fabricação de cimento também são de conhecimento geral, permitindo, portanto, a entrada de investidores que, no entanto, necessitam fortemente de capital.

Hoje, nós temos no Brasil 23 grupos industriais produzindo cimento através de 97 fábricas, das quais 59 são integradas, 38 são moagens. Nós tivemos, em 2014, uma produção de 71,3 milhões de toneladas para um consumo aproximadamente igual e, em 2015, quando começou a situação, já que se está caminhando para um quadro bastante dramático, uma queda de aproximadamente 10% no consumo, em que foi reduzido a 64,5 milhões de toneladas – 65 milhões de toneladas, aproximadamente, de consumo em 2015. Este ano a coisa já iniciou de uma forma bastante mais grave. Nós estamos já com uma queda observada nos últimos meses da ordem de 15% e esperamos que este ano tenhamos, em termos de consumo de cimento, algo entre 12% e 15%, e isso muito provavelmente se repetindo em 2017 e, quiçá, algo ainda em 2018.

Em todo o mundo, a indústria de cimento, com sua característica de capital intensivo, tem poucos *players*. O Brasil é um dos países onde existe maior concorrência e, entre os países americanos, apenas os Estados Unidos superam o Brasil, mas, mesmo assim, 70% do cimento são produzidos por apenas 7 grupos.

Em 2006 e 2015, foram construídas trinta novas unidades industriais por empresas já estabelecidas e por dez novos *players*, em função do crescimento acentuado que nós tivemos nos dez anos que antecederam 2014. Hoje, nós temos ainda projetos anunciados que estavam em andamento. Eu mostrei antes que um projeto de cimento leva, às vezes, até cinco anos para ser concluído. Na crise em que nós estamos, provavelmente alguns serão interrompidos ou serão desenvolvidos num prazo mais lento, mas é uma situação bastante dramática, porque a previsão é de chegarmos em 2020 com a capacidade instalada de 129 milhões de toneladas/ano. Nós, hoje, estamos trabalhando com um consumo anual da ordem de 65 milhões de toneladas, mas, para este ano, já está previsto que será inferior a 60 milhões de toneladas.

A indústria brasileira é moderna e eficiente. Noventa e nove por cento da capacidade através de processo via seca, com preaquecedores e precalcinadores; queimadores desenvolvidos para usar diversos tipos de combustíveis, como "*petcoke*", resíduos industriais, biomassa, etc.; alta utilização de combustíveis alternativos, que nós chamamos de coprocessamento e pioneira no uso da biomassa.

A indústria brasileira de cimento é uma referência mundial no uso de adições, reduzindo o uso de combustíveis fósseis e recursos não renováveis, bem como mitigando as emissões de CO_2; uma alta eficiência energética e uma das menores taxas de CO_2 da indústria de cimento no mundo.

Segundo levantamentos da Agência Internacional de Energia, a indústria do cimento no Brasil, devido ao alto grau de excelência já alcançado, apresenta o menor potencial de redução de emissões, quando comparada a outros grandes produtores mundiais de cimento. A indústria brasileira tem, realmente, uma situação única, cuja origem remonta à crise do petróleo de 1979 e de 1980, quando a indústria teve de se ajustar não com o objetivo de reduzir emissões de CO_2, preocupação que não havia na época, mas buscando substituir o uso de combustíveis – à época, havia basicamente o *fuel oil* importado.

Ela está presente em grande número de Municípios e de Estados. Apesar de a indústria não ser grande empregadora de mão de obra, ela, evidentemente, tem uma forte presença em inúmeros Municípios, sempre com a característica de estar próxima a centros consumidores e, ao mesmo tempo, à existência de minério de calcário. No Norte, há 6 Municípios com fabricação de cimento; no Nordeste, 29 Municípios; na Região Centro-Oeste, 7 Municípios; na Região Sudeste; 32 Municípios; no Sul, 12 Municípios com fabricação de cimento.

Esse é um quadro que dá uma ideia do momento dramático que estamos começando a viver na indústria de cimento. Nós, hoje, estamos vivendo, de certa forma, o que se passou no início dos anos 80 em decorrência da crise do petróleo, em que se atingiu, como se atingiu agora, depois de um período longo de crescimento – durante os anos 70, o consumo triplicou –, o efeito da redução, o efeito da crise econômica da época. É interessante verificar que se atingiu, somente quatro anos depois, o fundo do poço em termos de consumo de cimento, por uma razão bastante simples também: a sustentabilidade do consumo se dá na reposição de obras, e, quando deixa de haver reposição de obras, vai se perdendo, então, o consumo. Por essa razão, por enquanto, só perdemos 10% no ano passado, só perderemos algo em torno de 12% a 15% neste ano e ainda perderemos mais. Quer dizer, ainda não temos como enxergar o fundo do poço em termos de consumo de cimento para os próximos anos.

Nós tivemos um período de crescimento fortíssimo, como o daquela época, que se iniciou em 2003, praticamente, quando chegamos a algo em torno de 38 milhões de toneladas/ano, mais ou menos. Chegamos,

em 2014, a algo próximo a 72 milhões de toneladas/ano – o valor quase dobrou –, depois de um período de 25 anos de estagnação na atividade de construção civil, de 1980 até praticamente 2005.

O ano de 2015, então, já foi marcado por uma queda bastante apreciável em termos de consumo. Imaginamos que isso vai continuar pelo seguinte: a forte demanda que houve nesse período, nesses dez anos, entre 2003 e 2014, deu-se basicamente em função da atividade de construção predial, de construção habitacional, motivada por alguns fatores, como, por exemplo, renda, emprego, baixa inflação, baixo juro e investimento nos agentes envolvidos na atividade, mas perdemos, do ano passado para cá, todas essas variáveis e ainda não temos como ver, como enxergar quando é que elas voltarão a permitir que haja uma expansão da atividade de edificação, principalmente na área de habitação.

Em relação à infraestrutura, pode-se dizer a mesma coisa. Talvez, esse seja o segmento que tenha a melhor capacidade de se recuperar ou, pelo menos, a maior velocidade de se recuperar. Mas eu, particularmente, acho que a atividade habitacional – a moradia foi a responsável, nesse período, por 75% do consumo de cimento – é que vai demandar maior tempo de recuperação.

Hoje, a atividade está distribuída nos diversos Estados. Minas Gerais é o maior produtor, São Paulo é o maior consumidor, Minas Gerais é um Estado exportador de cimento para as demais unidades da Federação, em vista de ter, vamos dizer, reservas calcárias economicamente mais favoráveis do que outras regiões. São Paulo, por exemplo, é um grande consumidor, mas, por outro lado, não tem a mesma característica que Minas Gerais tem. Outro Estado marcante nisso é o Rio Grande do Sul, que também não tem jazimentos calcários expressivos, que permitam uma produção. Então, esses Estados são importadores das demais unidades.

A produção e o consumo se distribuem dessa forma nas diversas regiões. A Região Sudeste, evidentemente, é a mais concentrada. Nesses últimos dez anos em que tivemos expansão, como falei há pouco, as regiões que mais se desenvolveram, em termos relativos, foram as Regiões Nordeste e Norte e, provavelmente, serão as que mais sofrerão com a crise daqui para a frente.

O raio de distribuição do produto fica entre 300 e 500 quilômetros nas Regiões Sudeste e Sul, mas, no Norte e no Nordeste, chega a mais de mil quilômetros. Considerando que o frete tem uma parcela expressiva no preço final do produto, essa é uma questão bastante importante.

O modal predominante é o rodoviário, 96% das vendas são através desse modal. Diariamente, nós temos cerca de 20 mil caminhões carregados de cimento saindo das fábricas somente para o escoamento da produção.

O cimento é distribuído a granel. Cerca de 65%, no Brasil, ainda é comercializado ensacado, e o frete onera entre 20% e 40% o preço final do produto, chegando a 100% em algumas áreas na Região Norte.

A logística sensível e o fluxo contínuo incluem todo o processo de produção, distribuição e consumo. Se a demanda cresce, toda a cadeia relacionada precisa ser imediatamente ampliada. Quanto à imprevisibilidade da demanda, nós não temos, a não ser em obras de maior porte, nenhuma programação efetiva por parte dos consumidores, o que faz com que seja bastante complexa a atividade de planejamento da indústria, principalmente considerando que é um produto que não tem estoques reguladores. A indústria recolhe a CFEM com alíquota de 2%, aplicada sobre os custos de produção da farinha, conforme parecer técnico do INT, e, por ser uma atividade industrial, a base de cálculo da CFEM é o valor resultante da soma das despesas diretas e indiretas ocorridas até a última etapa anterior ao processo de produção da farinha, que é o primeiro produto industrial, a partir do qual ocorre a transformação industrial.

O nosso calcário não entrou na pesquisa que foi mostrada pelo Coura, feita pela Ernst & Young, se não me engano. Depois disso, encomendamos, até com orientação, com ajuda do Ibram, uma pesquisa específica pela Pricewaterhouse, que indica o seguinte. Aí estão as premissas para o levantamento da pesquisa, mas há algo impressionante. Catorze países foram pesquisados, se não me engano. O calcário é o campeão, e o Brasil é o campeão no ônus tributário sobre o calcário, entre todos os países, como a Argentina, a Rússia, a Colômbia, a China, a Espanha, a Índia, todos os 14 grandes países produtores de cimento. A argila da mesma forma, o Brasil é campeão. O gesso da mesma forma. Consequência: com relação ao cimento, o Brasil também é campeão em tributos, em relação aos 14 países. Essa é uma situação bastante... Quem acaba pagando por isso, quem acaba sofrendo a consequência disso é o consumidor, que é o consumidor da casa própria, é a obra de infraestrutura, é toda a cadeia relacionada à construção civil. São as conclusões do relatório da Pricewaterhouse. Vou deixar na nossa apresentação. Apenas para ser mais ágil na apresentação, entramos nas considerações finais.

Em relação a tudo o que já vimos até agora, o calcário é um minério abundante no Território nacional, totalmente industrializado, com grande agregação de valor ao minério extraído. É um produto básico, imprescindível na construção de moradias, obras de infraestrutura e é parte fundamental na cadeia produtiva da indústria da construção, setor de importância estratégica para o crescimento econômico e para geração de empresa no País, emprega 14% da população ocupada, a construção civil, e participa com 8% na formação do PIB.

O cimento, por si só, ele sozinho, não representa isso, mas é parte evidentemente da maior importância, porque sem ele não se teria a formação disso na construção civil.

Os altíssimos investimentos requeridos em uma fábrica, cerca de cinco anos, exigem longo prazo para o retorno do capital; rigidez locacional e longo ciclo de vida, demanda de regras claras e da garantia de abastecimento da sua matéria-prima em longo prazo, sob pena de desestímulo aos investimentos e a inviabilização de projetos no setor de cimento.

A produção de cimento está presente em quase todas as unidades da Federação, gerando importantes impactos econômicos pela criação de emprego, renda, impostos, tanto nos Municípios quanto nos Estados da Federação e no País. Por ser um produto de grande importância social, qualquer aumento de sua carga tributária, que já é bastante alta, impacta o consumidor final e onera programas habitacionais e de infraestrutura do Governo como o PAC, Minha Casa, Minha Vida.

Em relação especificamente ao que nós tratamos, que é o marco regulatório, o setor coloca como pontos importantes:

- Segurança jurídica: respeito aos direitos adquiridos;

- Direito de prioridade: sua importância para a indústria do cimento;

- Prazo do contrato de concessão e prorrogações: contrato de vigência da atividade de lavra deverá ser de 40 anos, assegurada renovação automática, por igual período, sucessivamente, até a exaustão da reserva mineral para as empresas que cumpram todas as obrigações contratuais.

- Em relação à CFEM, manutenção do *status quo* da legislação atual, que estimula a transformação industrial no local da mina.

- Quanto às multas administrativas e taxas de legislação, um enorme cuidado para que os altos valores cobrados não venham inibir investimentos.

- Em relação ao §2º do art. 45 do PL 5.807/2013, a nossa recomendação é retirá-lo, por trazer forte perda de valores dos ativos industriais.

Agradeço a oportunidade e estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Agradeço as palavras do Sr. José Otavio Carneiro de Carvalho, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Cimento (SNIC).

Passarei a palavra para as considerações do nobre Senador Petecão e também do Senador Flexa Ribeiro e algum Senador que queira fazer perguntas aos palestrantes.

Passo a palavra, em primeira mão, ao Senador Sérgio Petecão, para que possa contribuir também nesta audiência.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Quero cumprimentar o Senador Wilder, nosso Presidente desta Subcomissão, e cumprimentar todos os nossos convidados que nos deram o prazer de estar aqui junto conosco, trazendo informações que entendo ser da maior importância para esta Comissão.

Senador Wilder, esse trabalho da Subcomissão é um trabalho preparativo. Estamos nos preparando para que, em relação ao projeto que hoje já está na Câmara há quatro anos, diante desse apanhado de informações das audiências que estamos fazendo nesta Subcomissão, possamos dar celeridade e não cometamos alguns equívocos, alguns erros que foram cometidos na Câmara.

Na verdade, queria parabenizar V. Exª pela iniciativa dessas audiências. Que possamos elaborar um material e um apanhado de informações para que nós possamos, quando o projeto chegar aqui, na Casa, dar a maior celeridade possível diante de tudo que foi dito aqui, não só pelos convidados de hoje, mas por todos os convidados que já passaram aqui pela nossa Comissão.

Então, era mais no sentido de agradecer e parabenizar V. Exª pela iniciativa e agradecer aos nossos convidados. Obrigado

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Obrigado, Senador Sérgio Petecão.

Eu passo agora a palavra ao nosso Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador Wilder Morais, Senador Petecão, senhores convidados, não vou nominar todos, porque uma audiência pública, Presidente, com 11 convidados realmente é singular no Senado Federal, mas vou saudar a todos na pessoa do meu amigo Reinaldo Sampaio. Sintam-se todos saudados e sejam todos bem-vindos ao Senado Federal.

Presidente, primeiro eu gostaria de pedir a V. Exª que encaminhasse cópia das palestras de todos os convidados para que a gente possa fazer um estudo detalhado de cada uma.

Eu ouvi a maioria das palestras, mas tive que sair por duas vezes, peço desculpas, porque tinha compromissos agendados, o último, agora, com o Presidente do Senado, para tentar resolver a questão dos pescado-

res do Brasil todo, em especial dos Estados que têm uma participação bastante importante na pesca, como é o caso do meu Estado do Pará – como não deixa de ser da mineração.

Ouvimos aqui, hoje, o setor produtivo. Disse, quando pedi pela ordem ao Presidente, que voto contra todo e qualquer projeto que venha trazer aumento de carga tributária. A carga tributária no Brasil já é insustentável, e o Governo que aí está, quanto maior for a carga tributária, mais ele gasta, e gasta de forma irresponsável.

Todas as vezes em que as pessoas me procuram para lastimar a situação em que o nosso País se encontra e, por consequência – eu disse isso –, os cidadãos, porque, ao final de tudo, cabe aos cidadãos pagar por todos os malfeitos ao longo desses 13 anos, nós é que vamos ter que recomeçar a reconstrução do Brasil, eu sempre digo, Senador Wilder: "Olha, a culpa é de vocês, porque eu votei no Aécio."

Então, eu já começo a conversa assim e, hoje, é difícil alguém voltar, dizendo: "Não, mas eu também votei no Aécio", ou melhor, "eu não votei na Dilma". Quer dizer, é difícil encontrar quem votou, mas, lamentavelmente, o processo democrático que tem que ser nos levou a essa situação.

A questão da mineração, a mineração tem um papel importante. Lamentavelmente, esse Código de Mineração que remonta a 40, 50 anos atrás, pelo avanço não só da tecnologia, mas da própria legislação, está envelhecido, não é mais apropriado para isso.

Então, nós aguardamos, durante quatro anos; a cada mês, a cada tempo, o Governo, o Executivo ia encaminhar o Código de Mineração ao Congresso. Isso levou quatro anos. Até que, finalmente, ele o encaminhou, e está há dois anos na Câmara Federal.

Eu quero parabenizar o Senador Wilder, porque nós estamos antecipando uma discussão de algo que vai chegar aqui. E eu espero que, ao chegar no Senado, nós possamos ter agilidade na tramitação do processo, que possamos assim fazer, já que nós estamos antecipando a discussão. E vamos ter outra audiência para tratar de um projeto de minha autoria que foi citado aí por um dos palestrantes. Já que não se pode fazer o todo, porque é complexo – e entendo que seja complexo –, vamos fazer a parte, porque o ótimo é inimigo do bom.

Então, o Código de Mineração precisa ser cuidadosamente discutido. Transformar o DNPM numa agência reguladora. É preciso mudar a questão do direito de lavra. Não se concebe mais que se conceda um direito de lavra e esse direito de lavra seja eterno; que a pessoa que detém o direito de lavra, por uma informação privilegiada, possa guardar isso em uma gaveta por dez, vinte, trinta anos. Existem, Senador Wilder, direitos de lavra de potássio, como aqui foi citado, em que o Brasil é importador para produzir fertilizantes, e que não são explorados. Quem tem o direito está aguardando o momento certo para fazer dinheiro com aquele pedaço de papel. Essa é a realidade. E há outros pontos que estão em discussão.

Lamentavelmente, esses dois anos e meio em que o projeto passou na Câmara Federal terminaram num parecer que foi feito por uma mineradora; melhor, por um escritório de advocacia de uma mineradora. E o jornal *O Globo* estampou uma matéria dizendo até o nome do advogado, porque identificou o computador de onde saiu o parecer. Isso é um absurdo! Um absurdo! Então, temos de discutir isso seriamente, porque ninguém quer inviabilizar o setor de mineração no Brasil, muito pelo contrário. Todos nós queremos é que ele seja fortalecido, que ele tenha competitividade mundial. Partimos desse princípio. Como vamos fazer isso? Vamos discutir.

Por tudo que foi mostrado aqui – e falo especificamente, Senador, na audiência de hoje –, nos gráficos, não sei se foi na palestra do Ibram, ao se olhar o curso da carga tributária, a CFEM vem como a parte que não representa nada em relação ao total da carga tributária. Só que ela representa muito para os Estados e Municípios, onde a mineração está sendo executada. Senador Wilder, o Estado de V. Exª também é um Estado minerador. O Estado de Minas Gerais, hoje, é o maior Estado minerador. Daqui a algum tempo, e não muito tempo, o meu Estado, o Estado do Pará, será o maior Estado minerador do Brasil.

Lamentavelmente, o Dr. Coura, quando colocou aqui os superávits primários da balança comercial, falando em bilhões de dólares, não colocou quanto desses bilhões de dólares o Pará representa. Eu diria que, nos últimos 12 bilhões lá, acho que o Pará representa a totalidade deles. Isso é importante.

Então, eu gostaria que esses dados fossem abertos, porque vira uma caixa preta.

Vira uma caixa preta, e não dá para raciocinar com uma caixa preta.

A exportação de minério não é tributada, ela é isenta de tributos. Não se exportam impostos. Lamentavelmente, por culpa nossa, do Congresso, nós não regulamentamos até hoje, por submissão ao Executivo, a Lei Kandir. Não é que a Lei Kandir tenha que ser extinta. Não, a Lei Kandir não precisa ser extinta, ela precisa ser regulamentada, como está no texto. Ao ser regulamentada, está resolvido o problema, porque a União tem a obrigação, é ela que se beneficia dos impostos que não são dela. Isso é uma federação – ou foi uma federação. Eu acho que hoje é um Estado unitário, porque a União ela quer legislar sobre interesses de Estados e Municípios, seja sobre tributação, seja sobre transferência de responsabilidade de atendimentos em áreas de saúde, de educação, de segurança e de infraestrutura. Ela passa as obrigações e não passa os recursos. Ela fica com o dinheiro que ela arrecada, e os Municípios e os Estados com os encargos, sem terem as condições de atender.

E no Município, que é onde o cidadão vive, é lá que ele vai precisar ser atendido na saúde, é lá que ele vai precisar de escola, nos Estados e Municípios, é lá que faltam esses recursos. Por quê? Porque os recursos estão aqui na União, gastos e desviados irresponsavelmente.

Então, a questão da CFEM é uma questão simples, é uma questão aritmética, matemática. Não dá! "Ah, o preço hoje está a US$50 a tonelada!" É verdade. Mas já esteve a US$120. "Ah, hoje a empresa teve 44 bilhões de prejuízo!" É verdade. Mas ela já teve 40 bilhões de lucro.

Quando teve 40 bilhões de lucro, ela não teve o cuidado de chegar ao Estado de onde ela tirou o lucro dela e dizer: "Não, eu vou ajudar o Estado com 500 milhões, com 1 bilhão", seja lá com o quê. Não, ela vai pintar uma igreja, vai fazer uma praça, vai imprimir um livro e vai achar que com isso está resolvida a parte da compensação pelos impactos que o Estado e o Município sofrem.

E são grandes, Senador Wilder, são grandes os projetos que estão no meu Estado que são atrativos na sua implantação. Agora estão sendo concluídos outros dois grandes projetos no Estado, um na área de geração de energia e outro na área da mineração. Os dois, em conjunto, devem ter atraído para o Estado do Pará algo em torno de 60 mil trabalhadores. Só que, ao serem concluídos – e os dois estão praticamente prontos para funcionamento –, vão ficar lá o quê? Mil, dois mil... E os outros 58 mil? Parte desses pode voltar para as suas origens, parte não volta, fica lá.

E aí o Município e o Estado vão ter que atender a demanda que aumenta na saúde, a demanda que aumenta na educação, a demanda que aumenta na segurança, a demanda que aumenta na infraestrutura... Com que dinheiro? É verdade, o palestrante da água mineral colocou ali, e é verdade: a CFEM é o *royalty* da mineração. E ela tem dois objetivos. A água mineral, como ele diz, não é um recurso finito, mas o minério é e o petróleo também. Esse *royalty* no petróleo e a CFEM na mineração têm dois objetivos, todos dois verdadeiros. Um não foi citado aqui. A questão ambiental é verdadeira, o impacto ambiental. Mas faltou um aí que é da maior importância e que talvez seja, a meu juízo, o mais importante na utilização do recurso da CFEM: preparar o Município e o Estado em base econômica diversificada para quando terminar a mineração, para que o Estado possa ter continuidade no seu desenvolvimento, na sua base econômica ampliada.

Isso para não acontecer o que aconteceu – um exemplo, talvez o exemplo mais claro que possa ser usado – no Amapá: a empresa Icomi explorou por 50 anos manganês na mina, se não me falha a memória, Serra do Navio, esgotou a mina, saiu de lá, deixou um buraco, uma ferrovia que não funciona, e foi embora. E o que é que o Amapá ganhou ao longo dessa exploração de 50 anos? O que os amapaenses ganharam? O que os brasileiros ganharam? Nada. Nada ficou que possa trazer. Isso não pode mais acontecer no Brasil.

Hoje, lamentavelmente, ainda se aprovam projetos sem que os Estados sejam sequer ouvidos. Então, se se define implantar um projeto tal num Estado, vou usar o meu Estado, o Estado do Pará; e o Estado do Pará não é sequer ouvido sobre quais são os projetos do Pará para aquela área impactada, quais são as ações mitigadoras que são necessárias para que aquela área que vai sofrer as mudanças tenha condições de suportar essas mudanças, e a CFEM, o valor da CFEM de hoje, se nós compararmos... Vamos deixar de chamar de CFEM e vamos chamar de *royalty*: se nós compararmos os *royalties* do petróleo com os *royalties* da CFEM, nós vamos ver que a diferença é de um para dez. Ou mais. Ou mais! O que a CFEM recolheu de R$2 bilhões o petróleo recolhe R$25 bilhões.

Os dois são finitos. Os dois tiveram queda no seu preço de *commodity*. O petróleo também já foi cotado a cento e tantos dólares o barril, hoje está a US$30. Aqui não foi dito, e é importante que seja dito: houve, sim, redução do preço, e eu quero deixar bem claro: eu acho que, primeiro, as mineradoras de outros minérios, em especial as ligadas à construção civil – areia, brita, pedras ornamentais –, têm que ter um tratamento diferenciado. Não pode colocar tudo na mesma vasilha, no mesmo tratamento. O mal do Brasil é esse: querer legislar para um Brasil que é continental como se todos fossem iguais.

Vou dar um exemplo para os senhores: o Governo fez o leilão para a telefonia de quarta geração, 4G. Quem ganhar o leilão telefonia móvel de quarta geração, a empresa fica obrigada a instalar a telefonia móvel 4G na sede do Município e em qualquer área – distrito, vila – a 30km da sede. Ora, 30km da sede, num Município em São Paulo, em Sergipe, no Espírito Santo, você atravessa vários Municípios. Trinta quilômetros na Amazônia é fundo de quintal. Então, não dá para você legislar para o Brasil e não dá para legislar para a Amazônia como um todo, porque existem várias amazônias na Amazônia brasileira.

Então, é essa mentalidade que nós temos que mudar, e tem que começar a mudar por nós, aqui no Congresso Nacional. Os representantes das regiões ainda em desenvolvimento – o Norte, o Nordeste, o Centro-Oeste – precisamos ter uma ação que seja conjunta, suprapartidária, sem ideologia, para que nós possamos avançar em relação às outras regiões. Não temos nada contra o Sul e o Sudeste, nada contra, temos tudo a favor dessas regiões.

Agora, se nós formos nos debruçar sobre os indicadores, nós vamos ver que o Sul e o Sudeste viajam a jato e nós estamos viajando de teco-teco, ou seja, a Constituição diz que temos que diminuir as desigualdades regionais, e nós estamos aumentando as desigualdades regionais. Estamos indo na contramão daquilo que nós temos a obrigação, como Parlamentares, como Legislativo, como representantes desses Estados e dessas regiões, de fazer aqui no Congresso.

Podemos até ser derrotados, e não seremos. Não seremos! Se nós votarmos pelos interesses dos Estados e da região, nós somos maioria, nós temos maioria para aprovar as leis que são necessárias, mas, lamentavelmente, não votamos olhando os interesses do Estado ou da região, votamos olhando o Planalto. É lamentável que isso aconteça porque aí é impossível nós conseguirmos fazer a redução dessas desigualdades.

Quanto à questão da CFEM, Senador Wilder, o Estado do Pará recebe, por ano, de CFEM algo em torno de R$180 milhões. Vamos arredondar: R$200 milhões. Ele dá um superávit na balança comercial em torno de US$15 bilhões. O Governador Simão Jatene tem uma tese e ele está correto: 35% da base econômica do Estado do Pará não é tributada, então ele tem que atender às necessidades dos 8 milhões de paraenses tributando 65% da economia do nosso Estado, porque 35% é exportação, em especial de minério.

Tudo aquilo que foi dito aqui de alumina, de bauxita, de alumínio, que é energia sólida, nós somos exportadores de energia, e, por absurdo que seja, exportador de energia que não tem o direito, como têm os Estados produtores de outros insumos, de cobrar parte do ICMS gerado. Na energia, o ICMS é cobrado no consumo, não na geração, então o Estado do Pará exporta energia e não recebe nada, a não ser os *royalties,* que são uma ninharia igual ou menor à CFEM. Mas exporta a sua energia. Já era exportador e será agora, com Belo Monte, mais exportador, será com São Luiz do Tapajós, que vai ser instalada, e outras gerações no Estado. Assim como vai ser o maior produtor de minério, vai ser também o maior exportador de energia do Brasil.

Nós temos que fazer essas observações. Desculpe-me, Senador Wilder, se eu me alongo na fala, mas é pela indignação, porque eu aqui represento 8 milhões de paraenses que são sacrificados, que padecem por falta de recursos que não chegam lá e que deveriam chegar. O Estado do Pará perde R$2 bilhões por ano por não ressarcimento do ICMS que era cobrado de produtos que se chamavam "semi-industrializados", cobrava-se uma taxa de 4% de ICMS, e, com a Lei Kandir, ela saiu. Assim, esses R$2 bilhões deveriam ser retornados pelo Governo Federal, e não são.

Para o Brasil todo tomar conhecimento, existe um Fundo de Exportação, e hoje houve uma reunião de um bloco que está se formando para que o Governo pelo menos cumpra esse Fundo de Exportação, que representa R$1,9 bilhão. Ele pagou o de 2014 em 2015. O de 2015, ele não fala nem quando vai pagar, quanto mais o de 2016. Aí nem se fala.

Então, nós temos que encontrar uma solução que atenda as indústrias, que nós não queremos, em hipótese nenhuma, que se enfraqueçam; pelo contrário, queremos que elas se fortaleçam e invistam cada vez mais.

Nós temos projetos, agora, para serem investidos no Pará, um projeto de exploração de bauxita, da ordem de R$6 bilhões em Rondon do Pará, do Grupo Votorantim, para se instalar agora. Agora. Começa a funcionar uma fábrica de cimento em Primavera, Município lá do nordeste do nosso Estado, do Grupo Votorantim.

Os investimentos estão sendo feitos. Estamos em crise? Estamos em crise. Mas, como diz novamente o Governador Simão Jatene, o melhor dos mundos era não exportar nada, zero, e importar tudo, porque importando tudo você cobra o ICMS na importação. Assim, o Estado passa a ter receita. Esse é o melhor dos mundos, mas não é o que o Brasil precisa. Não é isso. Nós somos brasileiros, nós queremos ajudar o Brasil. Essa equação é uma equação que pode ser melhor para efeito de arrecadação, mas não é melhor para o nosso País. Nós queremos que seja melhor para o nosso País. Nós precisamos corrigir a deformação. Precisamos, Senador Wilder, e V. Exª, com a inteligência, competência e a representação que tem, há de ser parceiro conosco para que nós possamos encontrar esse consenso. Agora, não dá é para que os Estados e os Municípios não sejam atendidos no mínimo necessário na exploração, que, como disse, é finita.

Mudar a alíquota da CFEM é necessário. Mudar a base de cálculo da CFEM é necessário, por dois motivos. Primeiro, porque nós vamos eliminar as fraudes que existem. Quando se calcula um valor líquido para efeito de cálculo da CFEM, lá se colocam despesas que não são admitidas – não é pelo Estado não, é pelo DNPM. Quem autua as empresas porque a base de cálculo está indevida é o DNPM. São bilhões de reais de autuação. Aí vai-se discutir, lamentavelmente, por 10 anos, 15 anos, há as chicanas para poder sair, e os recursos não chegam.

Nós temos que mudar a alíquota da CFEM, nós temos que mudar a base de cálculo, mas temos que fazer isso sentados à mesa, todos juntos. Não dá para fazer uma audiência que tenha só o setor produtivo. Nós temos que fazer uma audiência que esteja o setor produtivo, estejam os Estados, estejam os Municípios e esteja a sociedade também, porque, então, nós vamos, no conjunto dos atores, encontrar o caminho para que possamos atender a todos: fortalecer o setor produtivo, atender às necessidades dos Estados, atender às necessidades

dos Municípios e atender aquele que é o objetivo de todos nós, que somos servidores públicos, e servidores públicos são para servir ao público, não é se servir do público, como acontece há 13 anos no nosso País.

Então, nós temos é que atender, ao final, que é a nossa finalidade maior, às necessidades da população, dos 202 milhões de brasileiros, e, no caso do meu Estado do Pará, dos 8 milhões de paraenses.

Eram essas as considerações.

Não tenho pergunta a fazer, até porque, para qualquer pergunta que eu faça aqui, a resposta vai ser contrária ao que eu vou propor. Assim, não vou fazer, porque eu estou em minoria aqui. Eu estou pior que o jogo da Alemanha com o Brasil. Lá, lamentavelmente, foi 7 a 1, e aqui está 11 a 1. Eu vou fazer só os comentários e pedir a compreensão dos senhores que representam os setores: vamos sentar à mesa, vamos conversar, vamos encontrar uma equação que seja viabilize todos e que seja boa para o Brasil.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Senador Flexa, eu vou ao encontro ao seu pensamento. Porque o que nós temos que fazer, Senador... Tivemos um debate muito grande na semana passada sobre uma questão da obrigação da Petrobras em investir no pré-sal.

Eu fico sem entender...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Foi aprovada, e a favor do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – A favor do Brasil.

Mas deixe-me dizer uma coisa: não são onze não. Na verdade, faltaram três. São nove palestrantes hoje.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Nove? Contei errado.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Então, eu queria agradecer a presença de cada um de vocês aqui e dizer o que nós fizemos, Flexa.

A nossa Comissão talvez tenha sido a Comissão que mais trabalhou em todos os tempos. Então, o que acontece com esse setor? Como estamos precisando... Nós temos duas audiências em conjunto com os governadores agora. Portanto, estamos ouvindo todo mundo.

Mas o que é importante disso que ouvimos hoje do setor produtivo? Você me perguntou do material. Quero dizer que já está na nossa página e depois será impresso.

Qual é a nossa grande diferença? Estamos trabalhando toda semana. Então, o Senado terá oportunidade de fazer um trabalho independente, não aquilo que aconteceu na Câmara. Ninguém vai fazer aqui um relatório. E vamos mais longe, como você mesmo disse....

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Mas vamos fazer um relatório.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Vamos fazer, mas se o projeto demorar a sair de lá, vamos propor um outro projeto aqui no Senado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Não precisa propor, é só fazer uma emenda ao meu e deixar ele andar.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Podemos, não há nenhum problema, até porque faremos juntos.

O objetivo disso é dizer: o petróleo é nosso a quase 45% de impostos? Então, temos que fazer a Petrobras ter resultados...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, esse *slogan* foi dos anos 50: "O petróleo é nosso." O *slogan* agora é "A Petrobras é do PT."

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Não estou dizendo que é do PT, mas é impossível pensar que 44%, quase 45%, é imposto. Então, o petróleo não é nosso. E é um dos mais caros também, na mesma linha que estamos vendo agora.

O cimento é nosso, a 35%?

Então, será que não seria melhor... E você falou muito bem, o que se faz hoje?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Sim. Vou contribuir com V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu comecei a falar e acabei desviando e não completando.

Houve a queda da *commodity*, é verdade. Passou de US$120 para US$50. Só que o dólar – eu já pedi esse estudo comparativo e pediria ao Ibram que fizesse também –, à época em que a *commodity* era US$120, o dólar deveria ser 1,8 ou 1,9, hoje está a 4. Então, a queda do valor da *commodity* não pode ser considerada de US$120 para US$50. Ela pode ser de US$120 para alguma coisa em torno de US$80 ou US$90, porque há compensação.

A desgraça é grande, mas não é tão grande quanto se quer pintar.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Senador Flexa, só para encerrar o raciocínio, o importante é vermos que o problema no imposto não é o CFEM, mas o conjunto da carga tributária que chega no setor produtivo.

Então, para o que a nossa Comissão vai ser importante? Como fizemos várias audiências públicas e temos muito material, poderemos sentar com os que aqui estão representando os vários setores da mineração. Vamos ter a oportunidade de sentar com cada um e discutir o assunto, porque nós saímos na frente, começamos o trabalho antes.

Com esse material, estamos terminando as nossas audiências públicas e vamos ter condição de sentar com cada setor e fazer as ponderações. E, assim, podemos propor um projeto para o Brasil. É um projeto para o Brasil. Se os setores que estão dando certo, que seguram o Brasil são o agronegócio e a mineração, então, temos que olhar com muito cuidado para esses setores.

E, com certeza, eu, V. Exª, o Senador Petecão e os novos membros desta Comissão vamos fazer um belo relatório pensando no Brasil.

Eu só gostaria de agradecer a presença de todos os senhores e as senhoras aqui presentes: José Fernando Coura, Diretor Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Elmer Prata Salomão, Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM); Fernando Luiz Zancan, Presidente da Associação Brasileira de Carvão Mineral (ABCM); Carlos Pedroza de Andrade, advogado da Associação Brasileira das Indústrias de Águas Minerais (Abinam); Milton Rego, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Alumínio (Abal); Reinaldo Dantas Sampaio, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais (ABIROCHAS); Sr. Fernando Mendes Valverde, Presidente Executivo da Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para a Construção (Anepac); Natel Henrique Farias de Moraes, Presidente Eleito da Associação Nacional da Indústria Cerâmica (Anicer), e José Otavio Carneiro de Carvalho, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC).

Ao encerrar a audiência de hoje, eu gostaria de tirar uma foto com vocês, juntamente com o Senador Flexa Ribeiro.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 13 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 21 minutos.*)

ATA DA 5ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 10 DE MARÇO DE 2016.

Às oito horas do dia dez de março de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Donizeti Nogueira, Waldemir Moka, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Wellington Fagundes, Blairo Maggi, Lasier Martins, Flexa Ribeiro, Ataídes Oliveira, Jorge Viana e Otto Alencar. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Zeze Perrella, Delcídio do Amaral, Rose de Freitas, Dário Berger, Sérgio Petecão, Jader Barbalho e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente faz homenagem à Rede de Banco de Alimentos do Rio Grande do Sul, um projeto da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS), criado há 15 anos no âmbito do projeto de combate à fome e ao desperdício, que vem colaborando com o Ministério do Desenvolvimento Social, a partir da disponibilização da metodologia usada nesse banco de alimentos, para criação da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos, cuja portaria de criação deverá ser assinada pela Ministra Tereza Campello em maio deste ano. A Senhora Presidente destaca ainda que o responsável pelo primeiro Banco de Alimentos do País, Paulo Renê Bernhard, esclarece que o trabalho desenvolvido está alicerçado nas parcerias mantidas com todas as faculdades de Nutrição, Gastronomia e Engenharia Alimentar no Rio Grande do Sul e que são responsáveis pela área da segurança alimentar, sendo que a logística é gerenciada de forma totalmente voluntária pelo Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do Rio Grande do Sul. A Senadora Ana Amélia traz ao conhecimento da Comissão a criação do Wefood, supermercado dedicado exclusivamente à venda de alimentos com a validade vencida, mas ainda apropriados para o consumo, inaugurado na capital da Dinamarca, Copenhague, pela Princesa Marie e a Ministra do Meio Ambiente e Alimentação, Eva Kjer Hansen. A Presidência acolhe a sugestão do Senador Donizeti Nogueira para que a audiência pública destinada a tratar sobre o controle da zoonose – Mormo, com a participação dos laboratórios nacionais agropecuários (Lanagros) e laboratórios particulares credenciados, seja realizada após a chegada da resposta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ao requerimento de Informações desta Comissão que solicita o encaminhamento, em meio digital e/ou físico, dos testes sorológicos para mormo, realizados no Brasil pelos Lanagros, bem como pelos laboratórios de referência internacional junto à OIE, nos últimos 10 anos. Após as considerações, que contaram com a participação dos Senadores Donizeti Nogueira, Blairo Maggi e Otto Alencar, a Senhora Presidente dá início à 1ª PARTE da Reunião destinada à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 85, de 2015, aditado pelo Requerimento (RRA) nº 3, de 2016, de autoria do Senador Lasier Martins, que tem por finalidade instruir os Projetos de Lei do Senado nº 672, 675 e 738, de 2015, que dispõem sobre o combate ao desperdício de alimentos, com a participação do Sr. Gustavo Chianca - Assistente do Representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura no Brasil – FAO Brasil (representante de: Alan Bojanic, Representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura no Brasil); Sr. Antônio Reginaldo Costa Moreira - Presidente da Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento - ABRACEN; Sr. Alexandre Seabra Resende - Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Supermercados - ABRAS (representante de: Marcos Manea, Gerente Técnico da Associação Brasileira de Supermercados); Sra. Cassia Bianca Lebrão Cavalari Ferreira - Gerente Jurídico da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação - ABIA (representante de: Edmond Klotz, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação); Sra. Ana Cristina Corrêa Guedes Barros - Chefe do Departamento de Assistência da Administração Nacional do Serviço Social do Comércio - SESC (representante de: Carlos Artexes Simões, Diretor-Geral do Departamento Nacional do Serviço Social do Comércio); Sra. Thalita Antony de Souza Lima - Gerente-Geral de Alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); Sr. Marcelo Henrique Correia Bezerra - Analista Técnico de Políticas Sociais da Coordenação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS (representante de: Arnoldo de Campos, Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome). Os Senhores Senadores Jorge Viana, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Lasier Martins e Wellington Fagundes fazem uso da palavra. Encerrada a Audiência Pública, dá-se início à 2ª PARTE com a deliberação dos seguintes requerimentos: ITEM 1: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 12, DE 2016 – EMENTA: Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de avaliar o protocolo visando ao controle de vetores de doenças mediante aplicação aérea de inseticidas, com a presença dos seguintes convidados: Diretor de Gestão da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde; Sr. Nelson Antônio Paim - Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola; Sr. José Cordeiro de Araújo - Consultor de Política Agrícola. Autoria: Senador

Ronaldo Caiado. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 2: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 14, DE 2016 – EMENTA: Requer, nos termos regimentais, a inclusão do nome do Senhor Rafael Salerno, Coordenador da Rede Aqui tem Javali, como convidado para a Audiência Pública destinada a debater "A questão dos Javalis Europeus no país". Autoria: Senadores Dário Berger e Ana Amélia. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 3: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA S/N, DE 2016 – EMENTA: Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a V. Excelência que seja enviado à Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sra. Kátia Abreu, o presente Requerimento de Informação, solicitando o encaminhamento, em meio digital e/ou físico, dos testes sorológicos para mormo, realizados no Brasil, nos últimos 10 (dez) anos, pelos Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros), bem como dos realizados nos laboratórios de referência internacional junto à OIE, especialmente os que avaliaram os 584 animais do Complexo Militar de Deodoro, no Rio de Janeiro, suspeitos de mormo no ano de 2015. Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Resultado: A Comissão aprova a apresentação para o Plenário do Senado Federal do Requerimento de Informações de iniciativa do Senador Ronaldo Caiado. EXTRAPAUTA: ITEM 4: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 15, DE 2016 – EMENTA: Requer, nos termos regimentais, que seja convidada a comparecer em audiência pública perante esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Sra. Monique Éloit - Diretora Geral da World Organisation for Animal Health – OIE, com sede em Paris (França), a fim de debater sobre o Mormo, doença contagiosa causada pela bactéria Burkholderia mallei, que atinge o plantel de equídeos brasileiro. Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 5: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 16, DE 2016 – EMENTA: Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública, objeto do RRA 12/2016, seja substituído o nome do Sr. José Cordeiro Araújo pelo nome do Sr. Eng. Agr. Eduardo Cordeiro de Araújo – Especialista em Aviação Agrícola e Consultor Técnico do Sindag. Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 6: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 17, DE 2016 – EMENTA: Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de tratar sobre o controle da zoonose – Mormo, com a presença de representantes de laboratórios particulares credenciados, a exemplo daqueles de referência internacional junto à OIE (Organização Internacional de Saúde Animal), como, também, da Rede de Laboratórios Nacionais Agropecuários LANAGRO do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Autoria: Senadora Ana Amélia. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 7: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 18, DE 2016 – EMENTA: Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de complementar a instrução dos Projetos de Lei do Senado nºs 672, 675 e 738, de 2015, os quais tramitam em conjunto nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e dispõem sobre estratégias de combate ao desperdício de alimentos no Brasil. Na oportunidade, solicita-se a presença de representantes de Bancos de Alimentos dos estados do Rio Grande do Sul e São Paulo, bem como das regiões do Norte e Nordeste. Autoria: Senadora Ana Amélia. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e um minuto, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA
PRESIDENTE DA CRA

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A reunião de hoje se destina a uma audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 85, de 2015, de autoria do Senador Acir Gurgacz, subscrito por mim, bem como ao Requerimento nº 3, de 2016, de autoria do Senador Lasier Martins, com o objetivo de instruir os Projetos de Lei do Senado nºs 672, 675 e 738, de 2015, que tramitam em conjunto e dispõem sobre o combate ao desperdício de alimentos.

Informo que o PLS nº 672, de 2015, é de autoria do Senador Ataídes Oliveira, o PLS nº 675, de 2015, é de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves e o PLS nº 738, de 2015, é de autoria do Vice-Presidente do Senado Federal, Senador Jorge Viana.

Antes de chamar os convidados, eu queria renovar um convite aos Senadores e aos nossos amigos telespectadores e aos interessados. O Senador Donizeti Nogueira, aqui presente, já nos deu a honra de ter comparecido à Expodireto Cotrijal, em Não-Me-Toque, onde discutimos a questão do emplacamento de tratores, com ativa participação naquele momento.

Na sexta-feira, amanhã, às 14h, vamos discutir as questões e aspectos relacionados ao seguro agrícola. Como eu estava falando a uma emissora de rádio do interior do Rio Grande do Sul, o seguro, hoje, à exceção do Pronaf, que tem uma cobertura especial, mas não está bem disseminado, os agricultores ainda não têm muita informação sobre isso... O Deputado Pepe Vargas, ex-Ministro do Desenvolvimento Agrário, fez essa lembrança aos produtores de uvas no Rio Grande do Sul, que perderam metade da safra – em alguns casos, até mais –, sofrendo exatamente com a retirada do subsídio do seguro. É um prejuízo. E mais ainda, a perda da produção. Então, aumentou o prejuízo do agricultor. É exatamente nessa direção que queremos reunir especialistas, produtores, cooperativas, para encontrar um caminho de criar um mecanismo de seguro que proteja a renda, quer dizer, não só o crédito que ele toma, o financiamento, mas que proteja a renda.

Então, é nessa medida que eu queria renovar o convite para essa reunião amanhã, a partir das 14h, com a transmissão da TV Senado, agradecendo, de novo, a participação decisiva da TV Senado nesses processos.

Estivemos, no mês de fevereiro, em Alegrete, na fronteira no Rio Grande do Sul, discutindo a questão de uma harmonização da alíquota do ICMS para 13 produtos que integram a cesta básica, para fazer uma composição, porque cada Estado tem uma alíquota diferente. Como a cesta básica consiste em produtos essenciais da alimentação dos brasileiros, então, entendemos que aquilo foi um avanço muito grande.

Com muita alegria, concedo a palavra ao Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Srª Presidenta, bom dia.

Srªs e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, na nossa ida a Alegrete no ano passado, considerei extraordinária...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A Não-Me-Toque.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Aliás, a Não-Me-Toque. Achei extraordinário o que eu vi ali, e pude participar daquele debate.

Desta vez, Senadora Ana Amélia, não terei como estar lá, porque estou saindo numa viagem internacional, mas também quero registar a importância desses eventos, capitaneados pela Senadora Ana Amélia, nossa Presidenta, realizados pela Comissão de Agricultura.

Ano passado, tivemos a oportunidade também de realizar uma audiência extraordinária em Palmas, para discutir a agricultura de baixo carbono, aquicultura e pesca.

É o Senado, através da Comissão de Agricultura, cumprindo seu papel de discutir as temáticas relevantes do setor lá, próximo dos atores e sujeitos da atividade.

Então, é só para dizer, Senadora Ana Amélia, que, infelizmente, não poderei estar lá amanhã, mas considero muito relevante a iniciativa. Reforço para aqueles que estiverem assistindo a esta reunião e que forem da região: vão para a exposição de amanhã em Não-Me-Toque e participem da audiência da Comissão de Agricultura, pois vocês terão muito a ganhar.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço muito ao Senador Donizeti Nogueira.

De fato, tenho que reconhecer e exaltar sempre a iniciativa do Senador Acir Gurgacz, que, quando presidiu esta Comissão, tomou a iniciativa de aproveitar um período não ocupado para o debate, que era às sextas-feiras às 14h, aqui em Brasília ou descentralizando – ele terá uma audiência sobre os eventos lá de Rondônia. Fomos a Palmas, e foi muito produtivo o evento na Universidade de Tocantins, que contou com a excelente colaboração dos professores, das comunidades, dos produtores, houve muita participação das pessoas.

Agora, queremos, Senador Blairo Maggi, fazer algo também no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul. Quando houve o debate sobre o Código Florestal, nós estivemos na cidade de Chapadão do Sul, com o Senador Moka, debatendo. Mas não era da Comissão, não era um debate geral, coletivo.

Casualmente, os três Senadores do Mato Grosso, Senador Blairo, Senador José Medeiros e Senador José Fagundes, são membros titulares desta Comissão e, coincidentemente, os três Senadores são de Rondonópolis. Então, mais uma razão para... Acho que nós temos que fazer uma audiência pública em Rondonópolis, em homenagem até aos nossos três Senadores de lá.

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Presidente Ana Amélia.

Cumprimento os colegas aqui presentes.

Vamos programar, Presidente. Temos alguns eventos na cidade este ano, mas acho que podemos encaixar entre eles uma audiência pública da Comissão de Agricultura na cidade de Rondonópolis. Além, como V. Exª falou, de homenagear os três Senadores, vamos homenagear uma cidade que é precursora de grande movimento de ocupação, de desenvolvimento de tecnologia e também de formação de produtores rurais.

Eu cheguei àquela cidade há 30 anos, e a agricultura estava ali, em Rondonópolis, naquela região sul, e depois foi se expandindo para o norte. Muitos dos agricultores que estavam ali naquela época também migraram mais para o norte, mas ainda mantêm algumas atividades na região. Rondonópolis foi uma cidade importante nesse sentido. A Fundação de Apoio à Pesquisa Agropecuária de Mato Grosso nasceu ali, a Aprosmat, Associação de Produtores de Sementes de Mato Grosso, nasceu ali, a Ampa, Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão, nasceu ali... Rondonópolis é uma cidade muito importante, tem um empresariado agrícola muito forte, muito dinâmico.

Essa sua proposta de uma audiência pública na cidade para homenagear esses produtores e a cidade é muito bem-vinda. Agradeço-lhe por isso. Vamos procurar o mais rapidamente possível fazer esse evento na cidade.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Essa provocação tem o apoio de todos os Senadores, no mínimo para desfrutar lá da convivência com os mato-grossenses, que acolheram de braços abertos brasileiros de vários lugares, especialmente da Região Sul, de Santa Catarina, do Paraná e do Rio Grande do Sul, meu Estado. Há muitos gaúchos lá.

Eu queria informar aos caros colegas Senadores e também aos convidados que o debate de hoje será sobre a questão relacionada ao desperdício de alimentos, aos projetos que tratam disso e do aproveitamento da validade.

Antes, porém, até em homenagem a uma iniciativa – e aí não se trata de privilégio ou de interesse regional, porque sou Senadora pelo Rio Grande do Sul –, eu preciso dizer que, depois de 15 anos do início das atividades do Banco de Alimentos do Rio Grande do Sul, ele foi premiado. Ele foi criado há 15 anos, no âmbito do projeto de combate à fome e ao desperdício. A lembrança que vem é sempre a do Betinho, que começou esse movimento. Esse projeto na Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul há 15 anos, e já foram instalados 20 bancos de alimentos em diversos Municípios gaúchos, como Pelotas, que é uma cidade na região sul, Rio Grande, o terceiro porto marítimo do Brasil, Caxias do Sul, Guaíba, Cruz Alta, Canoas, Alvorada, Gravataí, Santa Cruz do Sul.

Utilizando uma mesma metodologia, continuaram a se deparar ainda com inúmeras dificuldades para a captação dos alimentos, face, principalmente, às leis, que dificultam e desestimulam as doações de empresários do setor agrícola, da indústria de alimentos, de redes de supermercados ou pela falta de outras que possam normatizar o assunto, orientando e permitindo um melhor aproveitamento de alimentos nesta cruel, lamentável e fantástica cadeia de desperdício de alimentos existente no Brasil e também no mundo, pois não é só esse movimento brasileiro, que começou lá no Rio Grande do Sul, com esse banco de alimentos, que hoje tem reconhecimento nacional, ganhando, inclusive, prêmios nacionais exatamente por esse reconhecimento, por ter sido o primeiro no Brasil, criado no ano de 2000.

Muitos são os esforços, e já foram encaminhadas ao Senado algumas propostas, como a Lei do Bom Samaritano, que tramita há 15 anos, mas ainda sem solução, e outras que permanecem engavetadas por falta de interesse ou por serem entendidas como não prioritárias.

O ânimo ressurgiu, do banco de alimentos lá do Rio Grande do Sul, liderado pela Fiergs, e a expectativa aumentou a partir das experiências exitosas que vêm estampadas na mídia mundial. Novas leis estão incentivando um maior e melhor aproveitamento de alimentos descartados de redes de supermercado, CEASAs, feiras, restaurantes e indústrias, como na França, Dinamarca, Holanda, Alemanha e Estados Unidos, em parceira com bancos de alimentos que já existem naqueles países.

A Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul vem colaborando de longa data com o Ministério do Desenvolvimento Social, a partir da disponibilização da metodologia usada nesse banco de alimentos criado no Rio Grande do Sul pela Fiergs para criação da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos, cuja portaria de criação deverá ser assinada pela Ministra Tereza Campello em maio deste ano.

Vejam a relevância disso, Senador Donizeti, Senador Blairo Maggi!

Por último, estou lendo aqui a comunicação, uma correspondência de esclarecimento, de informações do responsável pelo primeiro banco de alimentos do País, Paulo Renê Bernhard. Ele diz que, por último, faz questão de destacar que o trabalho que desenvolvem, com resultados significativos para as comunidades carentes do nosso Estado, está alicerçado nas parcerias mantidas com todas as faculdades de Nutrição, Gastronomia e Engenharia Alimentar no Rio Grande do Sul e que são responsáveis pela área da segurança alimentar,

sendo que a logística é gerenciada de forma totalmente voluntária pelo Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do Rio Grande do Sul.

Vejam que movimento sinérgico para resolver o problema grave da fome!

Então, nós pretendemos até convidar, talvez em maio, por ocasião do lançamento nacional, os responsáveis por esse projeto tão exitoso no Rio Grande do Sul, liderado pela Federação das Indústrias.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Só um pequeno comentário sobre essa questão da fome no mundo.

Mais de 800 milhões de pessoas vão dormir com fome, passam fome sistematicamente. E, segundo a própria ONU, cerca de 30% dos alimentos produzidos no mundo são desperdiçados. E aí há pelo menos duas frentes que a gente pode atacar, que são a de cuidar da validade, dos prazos, para que não haja esse desperdício, e a da educação quanto à economicidade do alimento, porque, todos os dias, nos nossos lares, nas nossas casas, vai para o lixo uma parte do alimento que a gente consome. Então, é um processo que passa também pela nossa educação sobre economia, porque, se não houvesse desperdício e isso estivesse sendo distribuído de forma equilibrada, não haveria fome. E isso tem a ver diretamente também com meio ambiente, com a qualidade do meio ambiente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sustentabilidade.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Esse alimento jogado fora polui, etc. Sem falar que há uma utilização de água para produzir esse alimento que ataca diretamente o meio ambiente.

Então, é um processo que nós devemos encarar com muita seriedade, de frente, no combate ao desperdício. E é uma tarefa que não é só de governos, mas de toda a sociedade brasileira e mundial, para que a gente possa, ao mesmo tempo, evitar o desperdício e combater a fome.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Donizeti, nossos imigrantes que fugiram da tragédia da guerra vindo para o sul do Brasil, italianos, alemães, tinham escassez de comida, falta de comida. Então, eles tinham que aproveitar tudo, folhas, frutas, tudo, ao máximo. E isso deu a algumas regiões do Estado do Rio Grande do Sul essa cultura do aproveitamento.

Eu me lembro de que, quando eu era menina, a comida que sobrava do almoço se transformava numa mistura de tudo para ser servido no jantar. Era o revirado, como se chamava lá no interior.

Hoje, com o *freezer*, com a geladeira para conservar os alimentos, você não pode jogar fora. É um ato de desrespeito àquelas pessoas que estão passando fome.

Então, todos esses aspectos que V. Exª salientou...

E veja que é assim em países muito ricos. A Dinamarca, Senador Blairo, está inaugurando um supermercado que só vende comida vencida. A Dinamarca! A Dinamarca!

O primeiro supermercado dedicado exclusivamente à venda de alimentos que seriam destinados à lata do lixo [a questão da sustentabilidade do meio ambiente], ou seja, aqueles produtos com prazo de validade já vencido, mas que ainda são apropriados para o consumo, foi inaugurado na Dinamarca.

O Wefood foi inaugurado na capital, Copenhague, pela princesa Marie e a ministra do Meio Ambiente e Alimentação, Eva Kjer Hansen. A iniciativa é de uma ONG dinamarquesa; a ideia é combater o desperdício. A ONU calcula que pelo menos um terço dos alimentos produzidos no mundo é jogado fora a cada ano.

Então, é exatamente esse o tema daquilo que vínhamos discutindo agora nesses projetos citados, dois de relatoria do Senador Lasier Martins e um de minha relatoria, que tem como autor o Senador Jorge Viana.

Então, nós convidamos para debater esses projetos, para dar suporte nos relatórios, o Sr. Marcelo Henrique...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Senadora Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pois não, Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Só quero aproveitar o comentário.

De fato, sou curioso quanto a essa questão do vencimento dos alimentos. De vez em quando, eu vou à despensa olhar essas coisas, porque, em casa, normalmente, o pessoal vai comprando as coisas e vai deixando o da frente para trás, quando deveria acontecer o inverso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Exatamente. Tem que fazer o contrário.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Então, eu vou lá para arrumar a prateleira...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Isso é muito bom.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – ... e ver o que tem lá.

E, de fato, não sei porque há alimentos que vencem em tão curto espaço de tempo. Eu acho que o Ministério e quem está envolvido nessas questões teria que dar uma reavaliada nisso. Um óleo, por exemplo, que é usado para conservar alimentos, ao vencer, pode se tornar um pouco mais ácido, mas não estraga. Se ele se estragar algum dia, você vai sentir que o gosto, que o cheiro que não está de acordo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É o caso dos vinhos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – A água em garrafa, por exemplo, tem vencimento. São umas coisas meio esquisitas.

Antigamente, a gente comprava uma garrafa de cerveja e a colocava no porão. Enquanto a tampa não enferrujasse, ela estava boa para beber.

São coisas que foram mudando... E a legislação, às vezes não observa essas coisas mais recentes, esse tipo de coisa.

Há muitos restaurantes, por exemplo, que gostariam de poder doar comida. Não se pode mais fazer isso. Tudo vai para o lixo, para destruição, porque, se você encaminhar a comida para algum asilo, para alguma instituição de caridade e der qualquer probleminha, Deus me livre! Vai todo mundo preso e é uma confusão danada.

Então, penso que essas coisas devem ser discutidas aqui, não só a validade desses produtos, mas também sua reutilização, como reutilizá-los.

Eu lembro que na minha casa também era assim. Era feijão com arroz no almoço e a mistura dos dois à noite, para fazer minestra. E assim ia. E continua assim até hoje. No sul, principalmente a colônia alemã e a colônia italiana, há muito disso. V. Exª tem razão: quanto mais dificuldade havia, mais se guardava para depois. Havia famílias que dividiam um ovo em quatro. Imagine se ela ia jogar fora uma folha, jogar fora algum tipo de comida! (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É verdade. Eu sei disso.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – É assim que funciona e funcionavam as coisas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O salame era cortado bem fininho.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – E o mexido do jantar era mais gostoso que o almoço.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Exatamente.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu prefiro, até hoje. Quando fazem comida lá em casa, eu digo " guarda um pouco para a noite", porque prefiro a comida requentada, que é muito mais saborosa...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É, misturada.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – ..., à feita na hora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nós chamamos lá de revirado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ou mexido.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – E a sobra do jantar ainda vai para o café da manhã. A polenta em cima da chapa... (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É verdade. Temos a mesma origem, Senador.

Fico muito contente em ver aqui a presença do nosso Senador Otto Alencar, um médico muito dedicado às questões.

Quero lhe dizer que, pela sua participação na audiência pública sobre mormo, fiquei sabendo que o senhor é um criador de cavalos. A audiência deu grandes resultados, Senador Otto. Sua participação foi muito importante naquela ocasião.

Então, quero lhe agradecer, em nome da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, por essa participação decisiva, porque se trata de uma pessoa com a autoridade de quem conhece o assunto e participa ativamente. Foram mudados alguns critérios, tivemos, depois, uma audiência com a Ministra aqui, e isso se encaminhou bem, inclusive com o Senador Ronaldo Caiado, que foi o autor do requerimento.

Agradeço ao senhor antecipadamente.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senadora Ana Amélia, venho aqui hoje inclusive porque, naquela reunião, na audiência pública, apresentei um requerimento para que fossem ouvidos os presidentes dos laboratórios que fazem esses exames, porque esses exames apresentam muitos erros, mas, depois, quando se faz a contraprova, verifica-se que o animal tem sanidade normal. Na

Bahia já aconteceram muitos casos de haras ficarem interditados dez meses, um ano, sacrificando animais, e, depois, na contraprova, viu-se que o exame estava errado.

Eu gostaria que tivéssemos aqui a presença dos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Dos laboratórios.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... diretores dos laboratórios, para que pudéssemos debater com esses representantes o método do exame, como é feito o exame, para que não aconteçam esses casos.

Há o caso do Haras 4 Irmãos, que permaneceu por dois anos com 400 animais que não podiam ser comercializados. Absolutamente nenhum deles podia ser comercializado. E conheço aquela família desde que chegou ao Brasil, porque crio cavalos quarto de milha há quase 40 anos. Crio esses animais e conheço bem a situação da sanidade lá. Quatrocentos animais dentro de um haras por dois anos quebram qualquer família! Foi o que aconteceu com...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – No Souza Leão, lá de Pernambuco, foram sacrificados, mortos, 286 animais.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente.

A família do Haras 4 Irmãos perdeu praticamente tudo que tinha. Venderam casas, materiais. Eles vivem da comercialização de sêmen e dos produtos que trazem. Eram cavalos importados dos Estados Unidos. Cada cavalo importado sai a R$500 mil, no mínimo, ou US$500 mil, algo assim.

Por isso, eu quero pedir – vim aqui exatamente por isso – que se marque essa... E, marcando, eu gostaria que V. Exª me comunicasse, para que eu possa participar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Certo.

Senador Otto, a propósito, vou ler um requerimento do Senador Ronaldo Caiado, extrapauta, sobre esse tema. Veja se V. Exª quer acrescentar alguma coisa.

Ele faz um requerimento para a Ministra Kátia Abreu solicitando encaminhamento, em meio digital e/ou físico, dos testes sorológicos para mormo realizados no Brasil nos últimos dez anos pelos Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros), bem como dos realizados nos laboratórios de referência internacional junto à OIE, especialmente os que avaliaram os 584 animais do Complexo Militar de Deodoro, no Rio de Janeiro, suspeitos de mormo no ano de 2015.

Ele fala aqui sobre a questão toda. Na justificação, diz ele:

> O diagnóstico da doença pode ser realizado de forma indireta (através de testes sorológicos) ou direta (biopsia ou necropsia).
>
> O diagnóstico indireto é feito através da pesquisa de anticorpos contra a Burkholderia mallei no sangue (exames sorológicos) ou da detecção de resposta de hipersensibilidade tardia à Burkholderia mallei (Prova de Maleinização).
>
> Os testes sorológicos mais comumente empregados são o Teste de Fixação do Complemento (FC), o *Western Blotting* (WB) e o *Enzyme-linked Immunosorbent Assay* (ELISA). Já a prova de Maleinização é feita através da aplicação subcutânea, intradérmica ou oftálmica da maleína, o derivado proteico purificado (DPP) de *Burkholderia mallei*. A reação positiva é caracterizada por reação inflamatória no local da inflamação, com secreção ocular e febre. Em relação a este último teste, a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) alerta, em sua versão de 2015, que não é geralmente recomendado por questões relacionadas ao bem-estar animal.
>
> No Brasil, o MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) definiu (Instrução Normativa SDA/MAPA n° 24, publicada no DOU de 12.4.04) que o diagnóstico positivo da doença deve ser realizado mediante, no mínimo, dois exames dos mencionados acima, ou seja, para ser considerado portador de mormo, o animal assintomático precisa apresentar resultados positivos em dois exames consecutivos, devendo o segundo ter maior acuidade do que o primeiro. Os animais negativos no primeiro exame são considerados sãos; já os animais positivos ou com resultados diferentes de negativo no primeiro exame deverão ser submetidos a um segundo exame e, caso este também apresente resultado positivo, serão considerados portadores da doença.
>
> No entanto, temos visto muita imprecisão dos exames realizados no Brasil, como também a falta de transparência na sua divulgação. A ausência dessa divulgação dificulta o adequado delineamento de políticas de saúde pública animal.
>
> Desta forma, requeremos a disponibilização dos resultados dos testes sorológicos para mormo, realizados no Brasil, nos últimos 10 (dez) anos, pelos Laboratórios

Nacionais Agropecuários (Lanagros), bem como dos realizados nos laboratórios de referência internacional junto à OIE, especialmente os que avaliaram os 584 animais do Complexo Militar de Deodoro, no Rio de Janeiro, suspeitos de mormo no ano de 2015.

Então, ele está fazendo esse requerimento.

Pergunto se é isso...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Perfeitamente.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Srª Presidente e Senador Otto, eu penso que esse pedido – e, certamente, o Ministério nos enviará a resposta – servirá, inclusive, de instrumento para nós fazermos essa audiência a posteriori.

Eu acho que a audiência com os laboratórios será muito importante. De posse desses documentos, inteirando-nos melhor sobre o assunto, eu acho que nós deveríamos manter a necessidade da audiência com os laboratórios.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ficamos aguardando a resposta ao pedido de informações, e, posteriormente às informações do Ministério, faremos também um requerimento para que os laboratórios compareçam aqui, ou, ainda, podemos, juntamente com o pedido, chamá-los aqui, mas, aí, teríamos de fazer um requerimento ainda hoje...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Há ainda outro requerimento do Senador a respeito desse mesmo assunto, mas eu acho que esse dado do documento é, a meu ver, o mais importante. Nós poderemos fazer um adendo marcando uma audiência...

Peço à Secretaria que prepare um requerimento de convocação dos laboratórios citados aqui, especialmente os Lanagros, que fazem esses exames.

Se V. Exª tiver algum outro nome...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – A vinda dos laboratórios será para nos mostrar a todos a metodologia, a maneira como eles fazem o teste da maleína e os outros que estão sendo feitos para identificar o mormo. Eu acho isso muito importante.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E também é uma forma de disseminar uma informação para os criadores.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Além disso, eles vão poder nos apresentar o planejamento que têm para combater esse mal e o investimento que está sendo previsto e nos dizer de que forma poderemos cooperar nessa questão dos investimentos para melhorar esses laboratórios. Eu penso que a discussão com eles deve servir também para que eles nos apresentem o que estão planejando para executar isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria pedir ao Sr. Marcelo Varella, Secretário da Comissão, que indagasse aos Senadores Donizeti Nogueira, Otto Alencar e Ronaldo Caiado os nomes dos titulares dos Lanagros e de outros laboratórios credenciados para realizar esse tipo de exame.

Quero saudar e a agradecer a presença do Senador Ataídes Oliveira.

Muito obrigada pela sua presença.

Saúdo o Senador Jorge Viana – como eu havia mencionado, sou Relatora de um projeto de sua autoria – e o Senador Lasier Martins, que é Relator também de dois projetos análogos.

Eu queria, apenas para reforçar a importância desse tema, Senadores, dizer que a rica Dinamarca está criando um supermercado especial só para vender produtos já vencidos. A Dinamarca! E a inauguração do supermercado em Copenhague, capital da Dinamarca, teve a presença da princesa e da Ministra do Meio Ambiente e Alimentação. É uma ONG dinamarquesa que tem por objetivo combater o desperdício. Agora que a Europa toda e o mundo estão enfrentando a questão da imigração daquelas massas humanas, isso deve, certamente, ter um valor ainda maior.

Queria agradecer aos Senadores todos, ao Senador Lasier, ao Senador Jorge Viana, ao Senador Ataídes, ao Senador Donizeti, ao Senador Otto Alencar, ao Senador Blairo Maggi...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Hoje, eu cheguei antes da Presidenta. Isso não é qualquer coisa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É porque o Moka não veio hoje. Ele foi cuidar da filha.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Você vai poder falar primeiro hoje, Donizeti.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Moka foi cuidar da filha. Ele se explicou. Ele é muito atencioso e assíduo, mas a filha vai se mudar de cidade em São Paulo e ele é um pai muito zeloso.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – O Moka é pai e mãe. Por isso, ele não larga as filhas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu disse isso a ele.

Eu queria, então, agradecer a presença dos Senadores e comunicar a presença dos seguintes convidados, que convido a tomarem assento à mesa: Sr. Marcelo Henrique Correia Bezerra, Analista Técnico de Políticas Sociais da Coordenação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Srª Thalita Antony de Souza Lima, Gerente-Geral de Alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) Sr. Gustavo Chianca, Assistente do Representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura no Brasil (FAO); Srª Ana Cristina Corrêa Guedes Barros, Chefe do Departamento de Assistência da Administração Nacional do Serviço Social do Comércio (Sesc); Sr. Antônio Reginaldo Costa Moreira, Presidente da Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento (Abracen); Sr. Alexandre Seabra Resende, Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Supermercados (Abras); Srª Cassia Bianca Lebrão Cavalari Ferreira, Gerente Jurídica da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia).

Lembro, Senador Jorge Viana, que, há 15 anos, existe no Rio Grande do Sul, liderado pela Fiergs, um banco de alimentos, que hoje é referência no Brasil dada a sinergia criada pelos colaboradores – restaurantes, supermercados, armazéns – que doam os alimentos –, e a seleção e distribuição logística desses alimentos é feita pelo Sindicato das Empresas Transportadores do Rio Grande do Sul. Então, a sinergia é muito grande, a metodologia é destacada e elogiada, tem muitos prêmios, e serviu de referência a um programa nacional que o Ministério do Desenvolvimento Social estará lançando em maio no Brasil. Os técnicos têm ido lá para acompanhar. Já são 20 cidades no Rio Grande do Sul que têm esses bancos de alimentos e com muito sucesso. Isso foi iniciado naquela campanha de combate à fome e ao desperdício no nosso Brasil.

Faço questão de registrar essa experiência.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Como a Mesa já está composta, eu gostaria de agradecer a presença das convidadas e convidados – hoje, por incrível que pareça, nós temos igual número de convidadas e convidados –, de cumprimentar os colegas Senadores e de agradecer muito a V. Exª, Senadora Ana Amélia, que preside esta Comissão. Nós lidamos com tantos temas importantes, mas acho que este talvez seja um dos mais importantes.

Aqui, do meu lado, está o Senador Lasier, que é Relator de dois projetos muito importantes: um do Senador Ataídes e um da Senadora Maria do Carmo. O Senador Ataídes está preocupado porque muita gente é penalizada, sofre pena, Senador Otto, por doar um alimento. A Senadora Maria do Carmo tenta, também, trabalhar a ideia do desperdício.

Eu, que sou ligado à área, com a minha equipe, vendo... Estudamos muito tempo, mais de um ano, com a Consultoria do Senado e resolvemos fazer uma mudança na legislação toda, mudar a legislação do País. Obviamente, incorporando o projeto do Senador Ataídes e da Senadora Maria do Carmo, nós teríamos um projeto, uma política para pôr fim a isso.

A senhora falou muito bem. Eu li a reportagem. Foram investidos US$150 mil nesse supermercado. Ganhou uma repercussão mundial o Wefood, nome do supermercado na Dinamarca. Dizem: "Mas um país que tem uma das maiores rendas *per capita* do mundo está fazendo um supermercado para que alimentos com validade de comercialização vencida possam ser comercializados?" Um sucesso enorme! As duas maiores redes de supermercados também estão ligadas, serão ampliadas.

A FAO diz que 1,3 bilhão de toneladas, 30% de tudo o que se produz, se perde em algum lugar. Acho que esse é um tema que o Senado também pode trabalhar. Quanto isso dá em dinheiro? Mais de um bilhão de hectares de terra são utilizados para nada no mundo. Chega no final... O Senador Senador Blairo Maggi está aqui. Há várias etapas, é óbvio. E num país tropical como o nosso... Vamos e venhamos: o nosso País tem um calor, uma umidade... Isso implica um maior prejuízo ainda, uma maior dificuldade de armazenar alimentos.

Eu venho da Amazônia, onde é muito difícil. Lá na Amazônia, como se fazia nos seringais na época do meu avô? Banha era difícil, mas era dentro da banha que se guardava uma parte dos alimentos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Lá no Sul também, Senador Jorge Viana. Lá no Rio Grande do Sul era assim também. Não havia geladeira.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Certamente, levaram do Sul.

Então, eu queria parabenizar a senhora, queria parabenizar todos.

Esses aqui são dados com que a FAO trabalha. Estou falando de mais de um bilhão de hectares no mundo. Um terço do que se produz no mundo é desperdiçado, a soma é enorme. Então, 10% são desperdiçados na colheita, 50% são desperdiçados no manuseio e no transporte, 30% são desperdiçados nas centrais de abastecimento e 10% do desperdício é diluído entre supermercados e consumidores.

O que mais me preocupa é que nós criminalizamos uma parte desse processo – ou seja, quem for fazer uma doação pode parar na cadeia –, mas não criamos uma política para ele. A intenção do meu projeto... Tenho certeza de que não dá para fazermos algo sem a sociedade brasileira. Temos de ter o setor que atua, ouvindo seus cuidados, porque isso não pode ser uma coisa abrupta. A intenção é construir uma política no País para que possamos dizer: "Puxa vida, nosso País está parando de desperdiçar, está buscando uma maneira..." E precisamos fazer isso não é criminalizando, mas criando política.

No meu caso, o projeto prevê uma mudança radical mesmo: ter duas datas, por exemplo. Tomara que seja essa a decisão. Que fique claro: a França acabou de fazer isso, os Estados Unidos trabalham com essa lógica, assim como a Dinamarca... São duas datas: uma data para que o produto possa ficar na prateleira, à venda, e outra que diga até quando o produto ainda estará apto para consumo, para que a gente possa estabelecer as políticas.

Não é possível, com 800 milhões de pessoas passando fome no mundo, a gente não ter uma política de melhor manuseio daquilo que com muito sacrifício, muito custo, é produzido no mundo.

Era isso.

Eu queria, de coração, agradecer a audiência de todos e parabenizar V. Exª pela relatoria e por estar promovendo, Senadora Ana Amélia, esta audiência pública, que é fundamental. Acho que quem ouvir esta audiência pública, que quem ouvir os nossos convidados, certamente, vai se sensibilizar para esse tema e vai nos ajudar a encontrar a melhor forma de mudarmos a legislação.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Jorge Viana, pela excelente contribuição.

Quero lembrar aquilo que o Senador Donizeti falou na abertura: vai servir também para que se repense – como bem informou o Senador Blairo –, quando for à despensa, olhar... Na sua própria casa, Senador Ataídes... É uma reeducação para o uso racional, o uso responsável da alimentação e do alimento.

Então, faço questão de passar a palavra ao Senador Ataídes, um dos autores.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Bom dia, Senadora Presidente Ana Amélia.

Quero agradecer aos nossos convidados, que se dispuseram a estar aqui hoje nesta manhã de quinta-feira. Como bem colocado pelo Senador Jorge Viana, hoje temos aqui uma igualdade no número de mulheres e homens presentes.

Não há dúvida de que a valia desta audiência será extraordinária.

Não é justo que um país como o nosso, o quarto maior produtor de alimentos do mundo, ainda esteja a desperdiçar 64%, em média, de toda a cadeia produtiva deste País. Nós perdemos mais de 26 milhões de toneladas de alimentos por ano. Só no meu Estado, mais de 23% da população passa fome. Então, nós não podemos deixar que todo esse alimento vá para o lixo.

O Senador Jorge Viana colocou também, com muita sabedoria, que um dos fatores que mais prejudicam a distribuição desses alimentos é a falta de uma legislação que contemple e dê cobertura a esses doadores. E este nosso Projeto nº 672 contempla, dá essa segurança jurídica a esses doadores. Espero que esse projeto se aglutine com o projeto da Senadora Maria do Carmo e também com o projeto do Senador Jorge Viana, evidentemente, após esta reunião e que venhamos a aprovar esse projeto e regulamentar essa doação o mais rapidamente possível.

Portanto, Presidente, vamos ouvir os nossos convidados e convidadas, porque tenho certeza que nós vamos ter grande proveito.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigado, Senador Ataídes.

Parabéns pela iniciativa do seu projeto!

Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O assunto, hoje, trouxe a esta Comissão um quórum altíssimo. Eu fico, como Presidente, bastante estimulada a continuar. Tem sido sempre assim, mas o tema também inspira e desperta muito interesse.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, do nosso Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Bom dia a todos.

Minha Presidente, Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, senhores convidados para esta audiência, eu até perguntava ao Senador Blairo se nós já estávamos fazendo os questionamentos antes das palestras, mas são só os considerandos.

Como eu já justifiquei à minha Presidente que nós temos uma reunião do PSDB agora, às 9h, com o Senador Aécio e partidários, com várias palestras, eu não vou poder ficar, lamentavelmente, como gostaria.

Eu quero só, adiantando, parabenizar os autores dos projetos, Senador Ataídes, Senadora Maria do Carmo e Senador Jorge Viana, e os autores do requerimento, Senador Acir e Senador Lasier, e dizer que o tema é da maior importância e, inclusive, instigante: como combater o desperdício de alimentos, não só alimentos não processados, *in natura*, mas também os alimentos processados.

Às vezes, Senador Jorge Viana, eu pergunto, por exemplo, em um restaurante bufê, o que é feito com o que sobra, com o que não é consumido. Pergunto se doam às entidades filantrópicas, àqueles mais necessitados. Eles me dizem que não doam – a representante da Anvisa está aí para poder dizer que é verdade –, porque eles correm o risco de serem penalizados por isso. Penalizados! Quer dizer, é inconcebível que pessoas precisem de alimento, que pessoas estejam, às vezes, até catando alimento...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – No lixão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... no lixão, e esses alimentos que estão em perfeitas condições sejam jogados fora. Não dá para entender, Senadora Ana Amélia!

Então, quero parabenizar V. Exª...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Parabenizar os autores.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ..., que preside a Comissão com competência, e quero lamentar não poder ficar aqui, pois gostaria muito de ouvir os convidados e participar dos debates no final das palestras.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Flexa.

Como eu disse, Senador, o Rio Grande do Sul é pioneiro, pois tem um banco de alimentos extraordinário há 15 anos, numa sinergia com os restaurantes, os supermercados, a Ceasa, todas as áreas relacionadas, e, mais, junto com as universidades nos cursos de Nutrição e de Engenharia da Alimentação. E, ainda, a logística de distribuição desses alimentos é feita em parceria voluntária pelo Sindicato das Empresas Transportadoras do Rio Grande do Sul. Então, é um modelo que funciona há 15 anos e que vai ser referência para o modelo nacional que será implantado pelo Ministério do Desenvolvimento Social.

Então, como gaúcha, fico muito orgulhosa de ver esse trabalho que eles começaram lá na época do Betinho, da campanha de combate à fome e à miséria.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Srª Presidente, pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu sugeriria que V. Exª socializasse essa prática com o Brasil todo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nós vamos trazer o coordenador desse programa do Rio Grande do Sul, o Paulo Renê, para vir nos dizer como ele funciona e para estimular outros Estados a também fazerem isso.

Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado.

Serei sucinto, Presidente, para podermos ouvir os convidados.

Há cerca de dez anos, como conselheiro da Cruz Vermelha em Porto Alegre, fizemos uma campanha, votamos e aprovamos o recolhimento, em 12 restaurantes, das comidas que não estavam sendo aproveitadas e que não eram restos. Reunimos esses restaurantes e conseguimos veículo para transporte para as entidades beneficentes. Quando estava tudo pronto, a Secretaria Municipal da Saúde proibiu, porque não havia garantia da sanidade, não havia refrigeração, etc. Aí, esvaiu-se a possibilidade desse atendimento.

Então, nesse particular, precisamos encontrar meios para solucionar isso e ter o aproveitamento do alimento desses bufês que iria para o lixo.

Apenas mais um exemplo dos tantos que vamos debater aqui.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço muito ao Senador Lasier.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Permita-me, Presidente.

Esses alimentos nos lixões causam um dano terrível ao meio ambiente. Um dano terrível!

Eu só queria fazer este registro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Isso foi mencionado também pelos Senadores que o antecederam. Esse é um problema da sustentabilidade também.

Lá em Passo Fundo, uma senhora, de cujo nome não me recordo, de 80 anos, de quem eu gostava muito, saía com um ônibus cheio de doação que ela tinha conseguido... Ela arrecadava a comida nos restaurantes e servia um sopão ou uma comida para as pessoas carentes, que faziam fila.

Eu queria fazer esta homenagem a ela também.

Vamos, depois, fazer este registro do trabalho que ela fez com muito empenho.

Nosso sistema estabelece dez minutos para cada expositor. Se a exposição puder ser feita em tempo menor, melhor, porque aí teremos mais espaço para os debates. Como são seis convidados, eu gostaria de passar a palavra logo para o Dr. Gustavo, representante da FAO, que é o guarda-chuva em relação a essas questões.

Com a palavra o Dr. Gustavo Chianca.

O SR. GUSTAVO CHIANCA – Obrigado, Senadora Ana Amélia, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, pelo convite.

Srªs e Srs. Senadores, a quem também agradeço pelo convite, o tema de hoje é um tema do futuro. O tema que se fala desde a COP 21, que se fala em qualquer tema que se discute: desperdício de alimentos também é meio ambiente, também é o futuro da nossa sobrevivência e do nosso Planeta.

Eu preparei uma rápida apresentação, Senadora, que não vai passar de dez minutos, com dados já citados. O Senador Donizeti, a Senadora Ana Amélia e o Senador Jorge Viana já falaram desses dados, mas seria importante repetir, pois são dados da FAO.

Podemos passar rapidamente...

Está o.k.

Obrigado.

Olha só: 1,3 milhão de toneladas de alimentos se perdem ou são desperdiçados por ano no mundo. Nós vamos ver aqui por região. É rápido, né? Europa... O que está em cinza...

Deixe-me voltar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUSTAVO CHIANCA – Um bilhão.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO. *Fora do microfone*.) – Um bilhão?

O SR. GUSTAVO CHIANCA – Um bilhão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Então, 1 bilhão e 300 milhões?

O SR. GUSTAVO CHIANCA – E 300 milhões. Isso.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Ali está 1,3 milhão.

O SR. GUSTAVO CHIANCA – Isso. O que está em cinza aqui é o desperdício durante a cadeia. O que está em vermelho é o desperdício depois, do consumidor. Você vê que os países mais ricos, da Europa, da América do Norte e da Ásia desenvolvida, têm um desperdício maior no momento em que está com o consumidor. Os outros países não têm tanto esse desperdício.

Importante lembrar antes do que vamos ver no eslaide: o mundo hoje tem, aproximadamente, 800 milhões de pessoas com fome, que não comem pelo menos um dia na semana, que não têm o que comer, que não comem.

Aqui estão, mais ou menos, os desperdícios por área: cereais, lácteos, desperdícios de pescado e outros.

Vamos passar isso rapidamente, só para termos uma ideia do que significa esse desperdício,. Não é só tubérculo, mas uma cadeia importante é desperdiçada aí, na forma de alimentação.

Já falei sobre isto: os países desperdiçam aproximadamente a mesma quantidade, de 630 a 670 milhões de toneladas. Então, o desperdício se mantém quase que em todos.

Com os alimentos desperdiçados na Europa, daria para alimentar 200 milhões de pessoas. Ou seja, reduziríamos para 600 milhões de famintos.

Com os alimentos que se perdem e se desperdiçam na América Latina – isso é importante porque é nossa região –, daria para alimentar 300 milhões de pessoas. Então, já reduziríamos mais ainda.

Com os alimentos que se perdem e se desperdiçam na África, região pobre, daria para alimentar 300 milhões de pessoas.

O nível de desperdício em nível de consumidor nos países industrializados é de 220 mil toneladas. É aquele primeiro eslaide. O consumidor se coloca mais. E é quase equivalente às 230 mil toneladas da África Subsaariana.

As perdas e desperdícios de alimentos afetam a sustentabilidade dos sistemas alimentares (água, insumos, tempo, terra), reduzem a disponibilidade local e mundial de alimentos, geram perda de receita para

os produtores, aumentam os preços para os consumidores e atingem o meio ambiente de maneira negativa, devido à utilização não sustentável dos recursos naturais. Não temos nem como mensurar o custo ambiental dessas perdas.

Aqui é, rapidamente, o que se desperdiça na América Latina e no Caribe.

Aqui, a visão da FAO.

A FAO trabalha muito com isso, é o mandato da FAO trabalhar com isso. Ela tem feito um trabalho na região, reconhece a interconectividade dos sistemas alimentares do mundo e seu impacto na pobreza e na fome. Então, esses sistemas alimentares têm um impacto na pobreza e na fome. Nós vemos isso também na desnutrição, nos recursos naturais e no clima.

Aí são algumas iniciativas que a FAO tem desenvolvido para sensibilizar sobre o tema do desperdício dos alimentos, como a campanha "Pensar. Comer. Conservar".

Esse é um grande relatório, em que todos os materiais hoje existentes sobre perdas e desperdícios de alimentos estão contidos. Esse relatório fala da fome no mundo e tem um capítulo sobre a América Latina e o Caribe.

Um sistema da FAO, não vou entrar em detalhes nisso aí.

A FAO tem desenvolvido uma aliança regional como plataforma de articulação política.

Estabelecimento de metas comuns.

Construção de ferramentas.

Código de Conduta Internacional.

Está sendo construída uma aliança a partir de comitês nacionais. No Brasil, a gente tem discutido com alguns setores da sociedade, estamos aqui. As propostas são muito interessantes. Nós tivemos oportunidade de ler e discutir essas propostas na FAO. As propostas hoje colocadas aqui são propostas muito avançadas, conectadas com a sociedade e com o que existe de moderno no mundo, experiências privadas. Hoje alguns comitês de referência com os quais a FAO tem trabalhado são muito fortes, na Argentina, na Costa Rica e na República Dominicana.

Há algumas mensagens importantes, mas vou deixar apenas três, para terminar, Senadora, que podem ficar depois desta apresentação. São três mensagens que eu gostaria de ler: um terço dos alimentos produzidos para consumo humano é perdido ou desperdiçado em todo o mundo, a comida é perdida ou desperdiçada ao longo de toda a cadeia de abastecimento, perdas alimentares representam um desperdício de recursos e insumos utilizados na produção, como terra, água e energia, aumentando desnecessariamente as emissões de gases de efeito estufa.

A mensagem final é que a FAO tenta sinalizar um caminho a ser seguido: fortalecer o interesse do setor privado, governos e outras instituições para, conjuntamente, combater a perda e o desperdício de alimentos e fortalecer as parcerias para a redução.

Obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Parabéns, Dr. Gustavo! O senhor conseguiu fazer quase uma matéria para a televisão: rápida e completa. Parabéns!

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senadora Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu sei que é rotina, mas é muito importante que sejam disponibilizadas as apresentações na Secretaria, por gentileza.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A Secretaria já está providenciando, Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Convido para fazer uso da palavra o Sr. Antônio Reginaldo Costa Moreira, Presidente da Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento – Abracen.

O SR. ANTÔNIO REGINALDO COSTA MOREIRA – Bom dia a todos e a todas.

Bom dia, Senadora, na pessoa de quem eu gostaria de saudar todos os Senadores presentes.

Este é um tema bastante importante que a Abracen vem discutindo com o Ministério das Relações Exteriores, com o pessoal do CGFome, para a apresentação de algumas experiências que existem dentro das centrais de abastecimento brasileiras.

A Abracen congrega todas as centrais de abastecimento do Brasil, e seus presidentes são representantes das mesmas. São 72 entrepostos, 12 mil empresas têm seus CNPJ dentro das centrais, 30 mil produtores cadastrados, e 800 mil produtores utilizam as centrais de abastecimento do Brasil por ano.

Eu não trouxe uma apresentação porque estamos num processo de eleição dentro da Abracen. O convite chegou no dia 2, mas só nos chegou posteriormente. Vamos enviar depois à Comissão todo o material que temos que é objeto das nossas discussões com o Ministério das Relações Exteriores

Como já foi dito – vou procurar não ser muito repetitivo – 1,3 bilhão de toneladas são desperdiçadas. Mas existe uma estimativa de que 30% desse número sejam desperdiçados dentro das centrais de abastecimento. Não existe um estudo propriamente dito que dê certeza com relação a isso, mesmo porque as centrais de abastecimento, boa parte delas, estão localizadas nos entornos das capitais, algumas dentro de capitais – é o caso da Ceagesp.

Brincamos entre nós, presidentes, e entre os próprios ceaseanos, que a Ceasa é uma verdadeira mãe. Se você chegar a uma central de abastecimento com fome, pode ter certeza de que sairá de lá alimentado – e ainda leva para casa! Os empresários das centrais de abastecimento têm o zelo de constantemente evitar o desperdício, e nós temos uma parceria forte em todas as centrais de abastecimento – quase todas – com o Mesa Brasil, que só arrecada algo em torno de 10% do que é desperdiçado dentro das centrais de abastecimento.

Quero dizer também para os Srs. Senadores que existem de 15 a 18 bancos de alimentos funcionando dentro das centrais de abastecimento. É uma rede que nós tentamos, a todo custo – o seu funcionamento tem um custo –, manter, como uma contribuição social das centrais de abastecimento.

Sabemos também que, a cada nove pessoas da população, uma passa fome. Esse aí é um dado contra o qual a gente tenta lutar dentro das centrais de abastecimento.

Temos três projetos para apresentar em julho, se não me engano, em junho ou julho, na FAO, em Roma, durante o encontro, que são experiências brasileiras. Um é o Galpão do Produtor. Só em Minas Gerais, há algo em torno de 30.

O que acontece? O beneficiamento da fruta proporciona uma grande quantidade de desperdício antes de chegar à central de abastecimento. Esse total de desperdício se coloca antes de chegar à central de abastecimento. Dentro da central de abastecimento, algo em torno de 2% a 3% disso, segundo um levantamento. O que estou falando não é um dado científico, preciso. Não se pode dizer que há um desperdício de 30% dentro das centrais de abastecimento; há uma estimativa por uma questão desse consumo lá.

Para os senhores terem uma ideia, 16,1 milhões de toneladas são comercializadas dentro das centrais de abastecimento, de um total de 64,6 milhões de toneladas produzidas no Brasil. Esses são dados de 2014. Ainda não fechamos os dados de 2015 através do IBGE e da própria Conab. As centrais de abastecimento têm um controle do que entra nas centrais. Quando uma produção chega à central de abastecimento, faz-se um cadastro, e nós temos uma pseudorrastreabilidade desse alimento. Então, nós temos basicamente isso daí, que seria importante... Por exemplo, na Europa, há 100% de rastreabilidade: quando se pega um produto, sabe-se de onde ele está vindo.

Então, nós estamos com o Barracão do Produtor.

Outro projeto é o Banco de Higienização de Caixas Plásticas. Isso não existe em local nenhum do mundo; é uma prática brasileira que nós estamos implantando, os bancos de caixas. O ideal é que se tenha um banco de caixas em cada central de abastecimento, porque evita-se o desperdício, principalmente quando há o manuseio da fruta ou da verdura, porque quando uma pessoa... Só para entenderem como é a cadeia: o produtor chega com um produto à central de abastecimento, ele vem com as caixas dele ou com embalagens diversas; ele perde uma força tremenda de comercialização porque não tem o Galpão do Produtor ou, como podemos chamar, o *packing house* para fazer o beneficiamento lá na ponta do sistema e evitar justamente uma quantidade significativa de desperdício. Então, ele chega com o produto dele, entrega para o comerciante, passa da caixa dele para a caixa do comerciante; ou seja, ao virar a caixa, já começa a haver um desperdício significativo. E o comerciante pega a caixa dele e passa, ou seja, joga dentro da caixa do comerciante. Com isso, com os bancos de higienização de caixas, isso acabará.

Essa é uma ideia que nós estamos discutindo. Já assinamos uma carta de protocolo de intenções com a Abastece, que é uma associação dos permissionários, para estudar como nós iremos implantar isso. Há dois locais onde isso está bastante avançado. Existem outros locais, mas Pernambuco tem um banco de caixas que está virando algo em torno de 1,5 milhão de caixas por semana, e a Ceasa Minas também, onde estão virando 1 milhão de caixas por semana, embora isso não chegue nem a 10% do que está ainda por vir.

Então, evita-se, com o banco de caixas, que esse alimento chegue..., que o contato humano, como acontece hoje, aconteça exacerbadamente. Ou seja, quando a pessoa entrega a caixa, a mesma caixa que vem do produtor higienizada vai para o comércio.

O banco de alimentos. Eu, por exemplo, sou do Ceará, sou Presidente da Central de Abastecimento do Ceará, e, agora, estamos implantando o banco de alimentos lá. Nós fizemos um projeto. E a ideia do projeto é

que você possa colocar bancos de alimentos em qualquer local da África, em qualquer local do Brasil através de contêineres; é uma coisa imediata que podemos fazer lá.

Mas não se trata somente de ter o banco de alimentos. A ideia é que, dentro do banco de alimentos, haja a fábrica de sopa, a fábrica de polpa e a fábrica de pães, porque as centrais de abastecimento – é bom que isto fique claro – não há só frutas e verduras. Nós só não temos... Você vai encontrar avião sendo vendido lá? Não, isso você não encontra, mas encontra implementos agrícolas, cereais, tudo que você possa imaginar...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone*.) – Mas há quem venda avião lá também.

O SR. ANTÔNIO REGINALDO COSTA MOREIRA – Ah, pode ser! (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aviões são os administradores.

O SR. ANTÔNIO REGINALDO COSTA MOREIRA – Então, a central é um mundo.

Para se ter uma ideia, só na central da Ceará entram 15 mil pessoas. Só numa central de 28 mil metros quadrados entram, durante a madrugada... Enquanto todos estamos dormindo, ela está funcionando, está preparando o seu alimento para o dia. É questão de segurança alimentar mesmo que as centrais de abastecimento... E quase todas, 90% delas, com exceção da do Acre, que é a nossa mais nova central de abastecimento, têm de 35 a 40 anos. Então, esse equipamento é bastante bem usado.

Então, para se ter uma ideia, nós estamos pretendendo, juntamente com a primeira-dama do Estado do Ceará, Srª Onélia, distribuir 12 mil pratos de sopa por dia, em toda a área metropolitana e para questões emergenciais, porque, por até 30 dias, com um sistema de embalagem à vácuo, será possível disponibilizar para as pessoas sem precisar colocar qualquer adicional nela.

Então, é um trabalho... Isso vai gerar um custo para as centrais de abastecimento, mas isso é importante para amenizar a questão da fome.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO REGINALDO COSTA MOREIRA – Para finalizar, o sistema de informação que nós capitaneamos justamente com as centrais de abastecimento.

Então, a Abracen vem discutindo esse tema constantemente. Acho importantes os três projetos de lei para, justamente, consolidar não somente a luta contra o desperdício, que é a nossa grande luta, pois há uma urgência com relação a isso, porque a fome não tem cara, a fome não espera, e precisamos combatê-la imediatamente.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Antônio Reginaldo Costa Moreira, que preside a Associação das Centrais de Abastecimento.

Passo a palavra ao Alexandre Seabra Resende, Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Supermercados, Abras.

O SR. ALEXANDRE SEABRA RESENDE – Bom dia, Senadora Ana Amélia!

Posso falar em pé? Gesticulando eu me sinto melhor, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nós temos que ajustar as câmeras e o microfone.

O SR. ALEXANDRE SEABRA RESENDE – Posso?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pode. É porque nós temos câmeras filmando... Se o senhor não...

O SR. ALEXANDRE SEABRA RESENDE – Bom dia, Senadores!

É um privilégio estar com todos vocês. É muito importante fazermos este debate, principalmente porque o Brasil é carente de legislações que permitam uma segurança na distribuição de alimentos.

A Abras trabalha num sistema federativo. Nós estamos nos 26 Estados e no Distrito Federal. Então, é como se fosse uma confederação que reúne as 27 entidades estaduais.

Nós temos cerca de 83 mil lojas, com 1,8 milhão de funcionários diretos, e somos responsáveis pela distribuição de 83,7% dos alimentos no Brasil.

Nós trabalhamos com várias matérias de capacitação. A Escola Nacional de Supermercados tem mais de 30 matérias, e todas elas priorizam e combatem o desperdício, como a higienização, as boas práticas... Mas nós estamos no final da cadeia. O Senador Blairo Maggi sabe o quanto nós perdemos, desde a terra – não é, Senador? –, nas nossas estradas, nas nossas rodovias, até chegar ao ponto final, pois nós somos o último elo da cadeia.

Mas a Abras tem investido muito no desperdício e na capacitação contínua do nosso pessoal.

Temos centenas de cursos presenciais e *on-line*. Capacitamos todas as 27 associações estaduais com monitores – padarias, açougues, atendimento – visando substancialmente a perda, porque a perda nos supermercados é maior do que a nossa margem final de receita. A Abras tem um programa permanente de perdas. Hoje, o primeiro *workshop* do ano de 2016 – todo mês, ocorre um *workshop* na Abras sobre o tema – da Abras foi justamente sobre prevenção de perdas, sobre boas práticas, padrões de medição e controle estabelecidos pela Abras, com foco no operacional, no logístico, no financeiro e no tecnológico. Temos grande parceria com a GS1 Brasil na área de tecnologia para justamente eliminar o desperdício de alimentos. A capacitação e mobilização de pessoal é contínua pela Escola Nacional de Supermercados.

Começamos a medir nossas perdas com um programa mais avançado de metodologia a partir de 2004. Então, estamos há 15, 16 anos fazendo um trabalho de aperfeiçoamento da metodologia de perdas. Chegamos, na última análise, ao fato de que temos por volta de 1,37% na mercearia, com ápice em FLV (frutas, legumes e verduras) com 8,29% de perdas. As lojas menores têm menor perda. As lojas com até 500m² têm a média de 6% de perda e trabalham com uma média de 35 a 38 mil itens; os hipermercados trabalham com uma média de 80 mil itens e têm uma perda de 12,56%, liderados também pelos FLV.

Temos a revista *SuperHiper,* que tem uma tiragem de 38 mil exemplares/mês e divulga sempre, em seus cadernos, o combate ao desperdício. É uma busca constante para levar conhecimento, ser cultural, dentro do sistema Abras, no sentido de evitar o desperdício de alimentos.

Em 2011, o MMA convidou a Abras para participar do primeiro ciclo de ações voltadas ao consumo sustentável na parte de equipamentos. No segundo ciclo, de 2016 a 2019, a Abras faz parte do programa junto ao Ministério do Meio Ambiente, focado no desperdício de alimentos. O varejo e o consumo sustentável são os focos principais nessa parceria com o Ministério do Meio Ambiente. A Abras tem várias parcerias com diversos ministérios.

Como foi dito aqui pela Senadora Ana Amélia, temos diversos exemplos internacionais: um café inglês produz comida com produtos de validade vencida, doados pelo varejo, mas tudo dentro uma segurança jurídica para fazê-lo. Temos diversos exemplos de casos internacionais. O Sainsbury's transforma alimentos vencidos em gás biometano. Temos também exemplos de um *site* alemão, que compra produtos e alimentos vencidos, que ficam disponíveis para busca através de um mapa de cobertura na Alemanha. É um *site, um* aplicativo: o supermercado fala que dispõe de produtos vencido, e eles são retirados. O Intermarché faz a promoção dos produtos que estão próximos da data de validade de vencimento para comercialização. Há o exemplo de que a Senadora Ana Amélia falou com muita propriedade, que foi esse último, da Dinamarca. Trata-se de uma parceria com supermercados, importadores e pequenos produtores diretos dos produtores, que são doados e comercializados com até 50% abaixo do preço normal de gôndolas dos supermercados.

É um amplo diálogo com a sociedade, porque entendemos, Senadora Ana Amélia e Srs. Senadores, que essa discussão é muito proveitosa, porque efetivamente é um absurdo que os nossos cidadãos tenham que ir ao lixão para pegar um alimento quando há tanto saindo das nossas lojas.

E parabenizo a Abracen pelo que colocou sobre a distribuição, como também o fazem os supermercados.

Eu, que tenho 30 anos de atuação no varejo e 16 como empresário supermercadista, sempre falo que o supermercado é a célula mais viva da sociedade, Senadora Ana Amélia, porque nós doamos, diretamente, todos os dias, alimentos – todos os dias! –, seja para uma creche, seja para asilos, para uma instituição de caridade. Nós temos que separar os dias: "Hoje é dia de quem? Hoje é dia do asilo; hoje é o dia da creche..." Isso porque nós temos uma campanha ampla de não desperdício. E o Sesc vai falar, daqui a pouco, como também falou o nosso amigo da Abracen: em todas as cidades, diversos supermercados participam de um dos maiores programas de doação de alimentos, o Mesa Brasil, além dos demais.

Mas nós precisamos ter uma política nacional de combate ao desperdício que represente avanços. Nós entendemos que é uma oportunidade o diálogo aberto em busca, Senador Jorge Viana, como o senhor colocou no seu projeto de lei, de segurança jurídica para fazer as doações de produtos vencidos. Nós temos que ampliar esse debate, ainda porque não colocamos para o setor essa possibilidade de termos uma segunda data. Mas, a princípio, vemos isso com preocupação.

Nós temos de criar também garantias visando à segurança alimentar, sem deixar de lado a possibilidade de doar algo que não pode ser doado. Então, nós temos de fazer esse amplo debate para chegarmos a um denominador comum e possamos ter segurança jurídica.

A Abras recebe 25 milhões de consumidores diariamente em suas lojas, Diariamente, Senadora, repito, nós recebemos 25 milhões de consumidores em nossas lojas e entendemos...

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE SEABRA RESENDE – ... que podemos e devemos contribuir com os Srs. Senadores na construção de um diálogo, para que possamos ter segurança jurídica na doação de alimentos.

Obrigado pela oportunidade. A Abras se sente honrada por esta oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Sr. Alexandre Seabra Resende, Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Supermercados, que também colaborou com a exatidão do tempo como definimos.

Eu queria dizer ao Senador Jorge Viana, como estamos aqui, ao debater a questão dos alimentos, falando muito em sustentabilidade, que nós temos também que praticá-la. Assim, todas as exposições – e quero agradecer também a todas as pessoas que aqui vieram – estão disponíveis no *site* da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Desse modo, não matamos árvores, porque o papel é economizado também.

Então, agradeço muito a compreensão de todos.

Convido a Drª Cássia Bianca Lebrão Cavalari Ferreira, que é Gerente Jurídica da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia).

A SRª CASSIA BIANCA LEBRÃO CAVALARI FERREIRA – Bom dia!

Saúdo a Senadora Ana Amélia, agradecendo o convite, em nome da associação, para participar, novamente, de um debate nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Cumprimento a Mesa e os Senadores presentes nas pessoas do Senador Lasier Martins e da Senadora Ana Amélia, que nos convidaram para participar deste debate.

Como representante não só da indústria de alimentos nesta Casa em relação a esse tema, mas também como representante das ciências jurídicas, devo dizer que estamos honrados e, mais uma vez, felizes em poder trazer à tona um debate tão importante sobre um princípio fundamental inscrito na Constituição Federal, o direito à alimentação. Digo isso ratificando a participação que tivemos em Alegrete para discutir cesta básica a convite da Senadora Ana Amélia, com o mesmo mote de justiça social.

Quero dizer também que já aceitamos o convite do Dr. José Graziano, da FAO, para esta luta contra o desperdício de alimentos. Ele esteve em evento na Abia, no ano passado, e já lá a indústria firmou esse compromisso.

Vou seguir na apresentação da forma mais rápida possível.

A Abia – Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação é a principal representação da indústria de alimentos no País, com mais de 50 anos de existência e congrega ali 70% do faturamento da indústria de alimentos no Brasil.

Sempre exaltamos os dados econômicos da indústria de alimentos em 2015, que, mesmo em crise, nós sabemos que é protagonista na economia do País, mas vou passar rapidamente, destacando, além dos dados de exportação, em razão de o Brasil ser um grande produtor, um dado de emprego em que essa indústria é a maior empregadora da indústria de transformação, com 1,6 milhão de empregos diretos.

Já começando o debate, no primeiro eslaide, tentamos aqui condensar as propostas que estão apensadas aos projetos de autoria do Senador Ataídes Oliveira, Senadora Maria do Carmo Alves e Senador Jorge Viana, destacando as principais medidas a que cada um deles visa.

O PLS 672 contempla a disciplina de um contrato de doação com organizações sociais ou empresas de produção de ração animal, visando a que os alimentos e os insumos que não estejam mais em condições de comercialização, mas ainda sejam seguros, possam ser reaproveitados.

Já o PLS 675 confere ao Poder Público algumas tarefas importantíssimas, estabelece alguns princípios para que alcancemos uma política nacional ao desperdício do meio ambiente.

O PLS 738 tem um foco mais no descarte voluntário de alimentos. Não estamos aí falando da questão de perda e descarte. No parecer da Consultoria do Senado está bem explicado, mas o foco do PLS 738 acaba sendo nesse descarte voluntário, prevendo dois prazos de validade, um para venda e um para consumo seguro.

De modo que, numa visão geral, conjunta dos três, parece-nos que eles se complementam. Talvez possamos discutir melhor, para complementar um enfoque também na produção agrícola, durante a produção. Também são muito importantes as questões de logística na distribuição e no transporte especialmente de cereais, por exemplo, em que existe uma perda significativa.

Feito esse panorama das três proposições, vamos nos focar na questão do duplo prazo de validade que está previsto no PLS 738, de autoria do Senador Jorge Viana. Hoje, o produtor, assim como o comerciante – acabou de falar aqui o Alexandre Resende – não só carecem de uma proteção para doação dos alimentos já processados ou os entregues ao comércio, como também a legislação que hoje existe é extremamente rigorosa.

Então, nós aí mencionamos alguns artigos do Código de Defesa do Consumidor, em especial arts. 18 e 31. O art. 18, em seu §6º, determina que são impróprios para uso e consumo os produtos cujos prazos de validade já estejam vencidos. O art. 31 fala do dever de informar, que, dentre todas as características do produto, quando se fornece um produto, é preciso dar o prazo de validade. Mas o que mais nos afeta é o art.18, §6º, na

medida que já estabelece a premissa de que são impróprios quando o prazo de validade está vencido. Aí, isso gera uma responsabilidade civil. Caso haja algum dano, aquele que forneceu esse produto terá que reparar. Mas, pior do que isso ainda, também uma responsabilidade penal, que é o art. 7º, inciso IX, da Lei 8.137/90, que disciplina os crimes contra a relação de consumo.

O prazo de validade, dentro do contexto do direito do consumidor, sempre tem como mote a qualidade e a segurança, mas a regra consumerista nos exige que esse prazo de validade seja claro e preciso.

Vou falar agora como o prazo de validade também tem outras disciplinas que estão direcionadas à produção de alimentos. Vamos mencionar aí a Anvisa, que daqui a pouco vai poder explicar melhor.

Nós já temos uma legislação de rotulagem, que é a RDC nº 259, de 2002. A RDC está em revisão no Mercosul, já é uma internalização de uma legislação do Mercosul, que é a GMC Resolução nº 26, de 2003, que continua em debate. Assim como a instrução normativa do Ministério da Agricultura que se destina aos produtos de origem animal, também é um regulamento técnico de rotulagem de alimentos embalados; é um espelho da legislação do Mercosul. Então, acabamos tendo de respeitar os pactos que nós temos. A discussão da rotulagem, inclusive com prazo de validade, está ocorrendo no Codex, mas por enquanto nós temos uma disciplina, que a é STAN 1, de 95. O Codex Alimentarius é a comissão que executa um programa conjunto com a FAO, de normas alimentares, com o objetivo de proteger a saúde dos consumidores e garantir práticas equitativas de comércio.

Já adentrando no texto do nosso regulamento técnico – copiamos aqui o texto do regulamento técnico da Anvisa, apesar de o regulamento do Ministério da Agricultura ser muito próximo –, os regulamentos hoje em vigor disciplinam uma informação de uma data de durabilidade mínima. Essa data é aquela em que o fornecedor vai poder garantir a qualidade e a segurança do produto. Após essa data, como nós vimos, nosso direito do consumidor determina que esse produto não é mais apto, não é mais seguro.

Sobre o prazo de validade, há aí as expressões que você pode usar no rótulo. Sempre que falamos em disciplina de rótulo – o órgão regulador é fundamental –, fica difícil nós discutirmos e inserirmos questões de rotulagem em legislação. Existe um órgão regulador que debate isso internacionalmente, de forma exaustiva, com os produtores, com os consumidores, envolve também a sociedade e traz as regras mínimas que devem ser observadas.

Quando se fala em prazos de validade dessa declaração, há ainda uma disposição especial com relação aos alimentos que requerem condições especiais de armazenamento e conservação. Então, é aquele famoso "depois de aberto, consumir preferencialmente até...". O nosso regulamento técnico de embalagem de alimentos já traz essa disciplina, sempre visando a saber como vamos chegar à durabilidade que garanta qualidade e segurança para esses alimentos.

O que todo produtor tem de fazer com relação a um alimento são os testes de vida de prateleira. Aonde se quer chegar com esse teste de vida de prateleira nessa análise laboratorial? É apurar em que condições, em que velocidade esse alimento vai deteriorar-se; é uma forma de garantir ao mercado as plenas condições de consumo do produto. E no que ela consiste? Consiste num conjunto, numa combinação de fatores. Eles não são feitos isoladamente nessa análise laboratorial. São estudos técnicos, biológicos, químicos, microbiológicos – existem padrões estabelecidos pela Anvisa. A avaliação das características sensoriais também é um aspecto – o aroma, o sabor; avaliação das características da embalagem.

Podemos citar algumas variáveis. Na análise, o cientista tem que levar em conta em qual cidade vai ser comercializado aquele produto, se é no norte, se é no sul do País, se vai ser em época de inverno ou época de verão; em que condição ele vai ser armazenado, se é refrigeração ou não; como ele vai ser conservado. Essa combinação toda de fatores é o que vai garantir a durabilidade com qualidade e segurança para o produto. Por isso, quando falamos em duplo prazo de validade – um prazo de venda e um prazo de consumo –, em razão da complexidade da verificação da durabilidade, podemos levantar algumas questões que devem ser debatidas e avaliadas.

A integridade do produto é garantida de acordo com o nosso regulamento técnico e com a legislação do consumidor pela data de validade. Quando você faz isso em laboratório, a ciência não consegue ser exata para fixar que em determinado dia não se pode mais consumir.

(Soa a campainha.)

A SRª CASSIA BIANCA LEBRÃO CAVALARI FERREIRA – Vou correr.

Não é possível precisar essa data. Também há dificuldades em saber como, quando e quem iria definir o que seria um prazo de validade de consumo seguro. Por outro lado, o planejamento inadequado do consumidor de que muito falamos aqui – o Senador, inclusive, mencionou que na sua dispensa ele coloca em ordem por prazo de validade –, uma segunda data de validade não necessariamente vai inibir esse descarte voluntário. Será uma segunda chance de você novamente ser displicente com o consumo, e não somos só displicen-

tes – todos temos de assumir isso – com o consumo de alimentos, mas também com o consumo de outros produtos. Por isso, é muito importante a menção aqui do Ministério do Meio Ambiente, no debate que faz de produção e consumo sustentável.

Para finalizar, a gente buscou dados para saber o quanto da produção animal e agrícola chega ao processamento: são 58%. Durante o processamento, dentro da fábrica, a perda é irrisória. Vou citar alguns exemplos. Isso vira até uma questão econômica dentro do processamento, e, quando chega aos supermercados, os dados que temos é de que o desperdício, em razão de o prazo de validade ter vencido, é de 2%.

Nosso último e mais importante apontamento é com relação ao combate ao desperdício. Assim como estruturamos sistemas de logística reversa para os resíduos – hoje sei aonde vou levar o óleo da fritura que fiz em casa –, o consumidor também precisava saber o que fazer com aquele alimento que está vencido e criar uma logística.

Mas, só para mencionar, hoje, as indústrias de alimentos, quando há um produto com o prazo de validade a vencer, já providenciam a distribuição para as entidades assistenciais. Há uma oferta de produtos com embalagens individuais menores, para conscientização do consumo, desenvolvimento de novos produtos, com resíduos de insumos; e, na seleção de produtos, aqueles com aspectos imperfeitos são destinados a doação dentro da própria indústria, além de ações sociais com aulas de aproveitamento, utilização, etc.

Há alguns vários exemplos para dar, mas o tempo já me foi limitado.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada. Nos debates, podemos levantar essas questões, Cassia Bianca Lebrão Ferreira, representante da Abia.

Passo, agora, a palavra à Ana Cristina Corrêa Guedes Barros, Chefe do Departamento de Assistência da Administração Nacional do Sesc – Serviço Social do Comércio.

A SRª ANA CRISTINA CORRÊA GUEDES BARROS – Bom dia, Senadora, Srs. Senadores, demais participantes.

Estou aqui representando o Diretor-Geral do Sesc, Carlos Artexes, e vamos mostrar um pouco do trabalho do MESA, que é uma forma de reforçarmos a importância dos bancos de alimentos nessa realidade duplamente perversa: o desperdício de alimentos, de um lado, e a insegurança alimentar e a fome, de outro.

Atualmente, temos 88 bancos de alimentos no Brasil inteiro, movimentando 3,5 milhões de quilos por mês, que seriam jogados no lixo, e complementando as refeições de 1,6 milhão de pessoas em todos os Estados do nosso País.

Pode passar, por favor.

(Procede-se à apresentação de vídeo)

(Falha na gravação.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ...Muito obrigada, Ana Cristina, pelo vídeo que deu um relato visível de como o sistema funciona no Mesa Brasil, que não deve ser diferente dos outros métodos como falamos do Rio Grande do Sul, do primeiro banco de alimentos, criado há 15 anos.

Então, todos esses esforços são da chamada responsabilidade social das instituições. Nós agradecemos.

Convido agora a Drª Thalita Antony de Souza Lima, que é Gerente-Geral de Alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), muito citada aqui em relação a esse assunto, que é fundamental na criação de uma legislação muito clara para evitar a insegurança jurídica para os produtores e também para o consumidor.

A SRª THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA – Bom dia.

Eu gostaria de agradecer a esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em nome da Senadora Ana Amélia, pelo convite feito à Anvisa para participar desta audiência. Eu gostaria de saudar os demais componentes da Mesa, os Srs Senadores e demais participantes.

Tentarei ser breve, mas realmente é um tema muito importante, haja vista a competência da Anvisa, com a questão da proteção da saúde da população e sua responsabilidade de regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos ou serviços que possam representar riscos à saúde, inclusive alimentos.

Então, nós entendemos que as três proposições que hoje estão sendo discutidas certamente trarão muitos benefícios e muitos ganhos à sociedade brasileira, tanto do ponto de vista econômico e ambiental, como já foi citado, inclusive, pelos Senadores, quanto para contribuir na questão da saúde da população, para a ampliação do acesso aos alimentos, reduzindo a insegurança alimentar e reduzindo a fome.

O nosso compromisso, como agência reguladora, é trazer alguns pontos para o conhecimento e reflexão dos senhores Senadores, de forma que tenhamos um texto eficiente e coerente, para que possamos de fato atacar esse problema e reduzir o desperdício de alimentos.

Mencionando aqui os dados da FAO, que já foram muito bem apresentados pelo colega da Mesa, gostaríamos que fosse observado que o desperdício perpassa toda cadeia produtiva de alimentos. Inclusive nos países em desenvolvimento, como já foi mostrado na apresentação do colega da FAO, os estágios finais de consumo e de oferta de alimentos representam apenas uma parcela da questão do desperdício.

Então, se focássemos apenas na questão final da cadeia, reduziríamos em cerca de 10% apenas o desperdício. Então, a nossa consideração é de que este tema seja tratado de forma sistêmica e holística, com iniciativas que perpassem toda a cadeia produtiva de alimentos.

O Projeto de Lei nº 675 tem uma visão maior, porque, inclusive, se propõe a criar essa política e ele poderia abarcar as outras proposições que estão mais focadas na questão do consumo e da oferta desses produtos, se os senhores assim entenderem a pertinência.

Gostaríamos de trazer algumas questões a respeito dos alimentos doados. Também para fins de reflexão, a preocupação da Anvisa com esse tema é principalmente como podemos estimular essas doações, propiciar que essas doações aconteçam, sem, por outro lado, desassistir ou desproteger a população que está recebendo esses alimentos.

Então, as doações, ainda que sejam de boa-fé e não tenham simplesmente intenção de causar nenhum dolo, não garantem a inocuidade do alimento. E essa é a nossa preocupação primária.

Gostaríamos que fosse notado que é preciso que se tenha muito claro o que é o alimento considerado próprio para o consumo, que é a terminologia utilizada no Projeto de Lei nº 738, ou qual o alimento que atende a condições plenas e seguras para o consumo. Quem vai garantir isso? É a instituição que está doando? É a instituição que está recebendo? Não podemos deixar de mencionar que muitos dos receptores desses alimentos doados são crianças, são idosos, é uma população de baixa renda que muitas vezes tem uma deficiência no seu sistema imunológico, e isso faz com que uma carga mínima de contaminação possa trazer-lhe danos. Então, às vezes estamos fazendo uma ação altruísta de doar o alimento, mas, se esse alimento não está próprio para ser consumido, ele pode levar aquela população a óbito, ele pode levar aquelas pessoas à hospitalização.

A primeira consideração que precisamos fazer é de que os alimentos, sim, quando contaminados, podem trazer danos à saúde. Então, nossa única preocupação é de que os alimentos doados estejam seguros e próprios para o consumo.

Gostaria que fosse observada ainda a necessidade de distinguirmos as categorias de alimentos. Não podemos tratar os alimentos da mesma forma. Os perecíveis são diferentes quanto aos critérios e à logística da doação, por exemplo, de um saco de farinha ou uma carne, um pescado. Se a instituição doadora, um supermercado, for doar uma carne que está em plena condição de segurança, se essa carne não for bem transportada, se ela não for bem recepcionada, quando as crianças ou idosos forem consumi-la, ela pode trazer um dano. Então, a nossa preocupação é de que o alimento esteja cumprindo em toda essas etapas da cadeia as condições adequadas quando ele for consumido.

Em relação aos produtos industrializados e preparados, prontos para o consumo, que também é o caso do serviço de alimentação dos restaurantes, é necessário que a gente aponte essas diferenças que ocorrem. Esses produtos não têm prazo de validade. Os industrializados têm prazo de validade, porque são embalados na ausência do consumidor. Mas, quanto aos alimentos manipulados, a recomendação é de que eles sejam consumidos num prazo curto de até cinco dias, se conservados em geladeira. Então, existe um tratamento diferenciado, uma preocupação a mais com esses produtos também.

A nossa sugestão é de que sejam definidos os critérios sanitários mínimos para definir o que é o alimento próprio, o que é alimento seguro, quem deve garantir isso. Entendemos que o Projeto de Lei nº 675, em seu art. 7º, é bastante apropriado, porque prevê que a doação será permitida conforme regulamento, de forma que possamos assistir as pessoas que estão recebendo esses produtos.

Gostaríamos apenas de deixar para conhecimento uma ressalva; ou seja, existem regramentos hoje, que têm dispositivos específicos para as doações e que devem ser observados pelos Srs. Senadores no fechamento desse texto. No caso, os alimentos para lactentes e crianças de primeira infância, a Lei nº 11.265, que foi recentemente regulamentada pelo Decreto nº 8.552, no final do ano passado, proíbe a doação de fórmulas infantis para lactentes e fórmulas infantis de segmentos. Para todo esse escopo que está aqui mencionado, proíbe-se a doação às maternidades e instituições que prestam assistência às crianças. Então, sugiro sejam observadas essas exceções durante o fechamento desse texto.

Sobre a questão do prazo de validade, que já foi bastante discutido e já foi apresentado também pela colega da Abia, hoje, no Brasil, o prazo de validade é a principal data declarada no rótulo dos alimentos. E nós

temos muitas pesquisas que mostram que é a principal informação que o consumidor procura no alimento. Então, esse prazo, hoje, no Brasil, informa para o consumidor a data até a qual o produto, na conservação indicada pelo fabricante, preserva as suas propriedades de qualidade e de segurança, mantendo-se próprio para o consumo. Também já foi explicado que hoje essas regras são harmonizadas no Mercosul.

Gostaria de fazer algumas considerações sobre o Projeto de Lei nº 738, que prevê uma alteração nesse sistema de declaração, inserindo três datas na rotulagem: a data de fabricação em alimentos perecíveis, o prazo de validade para venda e o prazo de validade para consumo seguro.

Hoje, a data de fabricação só é utilizada para a identificação do lote; ela não é uma informação obrigatória, mas muitos produtos embalados utilizam a fabricação para a identificação do lote. E ela é uma informação muito relevante para algumas categorias de alimentos, porque, para o consumidor, ela passa a informação do frescor do produto. O consumidor procura muito a fabricação para avaliar o frescor. Então, para produtos de panificação, quando vai a uma padaria, o consumidor geralmente olha quando foi fabricado o produto para ter essa avaliação.

No entanto, há alguns estudos – e eu trouxe todas essas referências – que mostram que a utilização do prazo de validade em categorias de maior estabilidade, por exemplo os alimentos enlatados, estimula um descarte dos produtos para consumo. Um consumidor pega um alimento enlatado e vê: "Nossa, esse produto já foi fabricado há 3 anos; eu vou jogar ele fora, porque não é possível que ele esteja bom mais." Temos estudos que mostram isso. Então, nossa ressalva é apenas de que esse dado tem que ser tratado com cuidado, porque, muitas vezes, para algumas categorias, ele pode estimular o desperdício de alimentos.

(Soa a campainha.)

A SRª THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA – Apenas para terminar, as definições hoje propostas em relação à data de venda e o prazo de validade, no projeto de lei, não estão tão alinhadas com o que está sendo discutido no Codex Alimentarius, que já foi mencionado pela Abia também. Inclusive, diversos estudos mostram que, na Europa, por exemplo, que utiliza os dois sistemas de datas, o consumidor não entende a diferença do sistema que trata da qualidade e do sistema que trata da segurança.

Temos alguns dados: 450 mil toneladas de alimentos são descartados anualmente no Reino Unido por conta da expiração da data de qualidade. O consumidor acha que o produto perdeu a segurança e, por isso, joga-o fora. Também temos dados aqui de que consumidores não entendem a diferença dessas duas datas, de qualidade e de segurança.

Nossa proposição. Primeiro, a própria Europa, que já trabalha com esses dois mecanismos, está revendo a forma de divulgar o prazo para os consumidores. Então, nossa preocupação seria que esse tipo de definição seria mais apropriadamente tratada em regulamentos que têm uma possibilidade, uma flexibilidade maior do que um arcabouço normativo.

Mas, ainda assim, se os senhores entendem a necessidade de se manter isso numa lei, nós trazemos aqui algumas sugestões de definição, para fins de harmonização com o que está sendo discutido, já testadas internacionalmente, e sugerimos que o prazo de venda fique circunscrito a uma informação para o comerciante e não uma informação clara no rótulo dos produtos para os consumidores. Essa informação deve acompanhar o produto de forma codificada, para permitir que os consumidores controlem seus estoques. E, claro, a responsabilidade da Anvisa de manter orientações claras sobre a elaboração desses prazos de validade, que hoje é uma atribuição, uma responsabilidade das indústrias, para que isso não leve os consumidores a não compreenderem o que ele significa.

Sugerimos também alteração na definição de desperdício, para garantir que a diminuição da qualidade não contemple apenas a perda do valor nutricional, mas, sim, questões de segurança. E que a perda de frações não comestíveis de alimentos não seja considerada desperdício.

Por fim, apoiamos e temos bastante interesse em compor – se esse grupo realmente vier a ser criado – um grupo de trabalho permanente para tratar dessa questão do desperdício, que é uma proposição que consta do Projeto de Lei nº 675.

Obrigada e desculpe-me pela extensão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada pela exposição clara. Esta Comissão tem interesse de participar dessa comissão multidisciplinar dentro das competências, obviamente, institucionais, porque eu imagino que seja do Poder Executivo, mas queremos acompanhar esse trabalho.

Agora, para encerrar os depoimentos, queria convidar o Marcelo Henrique Correia Bezerra, que é Analista Técnico de Políticas Sociais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Antes, o Senador Ataídes manifestou desejo de falar. Senador? (*Pausa.*)

Não.

Com a palavra, então, o Sr. Marcelo Henrique Correia Bezerra.

O SR. MARCELO HENRIQUE CORREIA BEZERRA – Bom dia, Senadora Ana Amélia. Bom dia, Senadores aqui presentes, colegas da Mesa e todos os participantes da Comissão. Estou aqui representando o Secretário de Segurança Alimentar e Nutricional, Arnoldo de Campos, do Ministério do Desenvolvimento Social.

Gostaria de parabenizar os projetos de lei apresentados aqui e também citar a importância da rede de banco de alimentos nesta discussão, porque é um elo muito importante.

Nós trabalhamos diariamente com esse tema, inclusive a Ana do Sesc tem trabalhado de maneira muito próxima na construção dessa rede de bancos. Realmente, os bancos de alimentos são um elo muito importante nesta discussão, porque o desperdício de alimentos muitas vezes ocorre porque o doador não tem consciência, não tem ciência de como fazer essa doação e também não conhece instituições que possam fazer esse aproveitamento ou até mesmo a forma de mais bem destinar esse produto.

Então, o banco de alimentos aparece aí, nessa cadeia, como um equipamento, com pessoas, com nutricionistas, com assistentes sociais, pessoas gabaritadas para fazerem esse atendimento, e, realmente, que fazem essa captação com os doadores, de informar de que melhor maneira pode ser feito e também destinam esses alimentos às instituições de forma apropriada.

E não é todo alimento realmente que pode ser aproveitado. Eles conseguem fazer uma seleção, fazer um pré-preparo, uma destinação adequada também nesse sentido. E gostaria de citar que temos outro projeto de lei na Câmara dos Deputados, que é do Deputado Givaldo Vieira, o Projeto de Lei nº 3.070, de 2015, que já trata também do assunto e também cita essa questão dos bancos de alimentos como item importante nessa cadeia.

E é importante também citar que estamos juntos, também, além do Sesc, com a rede de bancos de alimentos. Os bancos de alimentos públicos do MDS estão junto com o Sesc e com a Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul, já citada pela Senadora Ana Amélia, e também com a Associação Prato Cheio, de São Paulo, e com a ONG Bancos de Alimentos de São Paulo também para a construção dessa rede nacional, congregando todas essas ações, porque não adianta cada um atuar na sua esfera e ficar achando que o trabalho está feito.

Com essa atuação em rede, pretendemos fazer uma ampliação ainda maior dessa atuação de todos os bancos de alimentos no Brasil, porque hoje em dia os bancos financiados pelo MDS, com recursos públicos, são 80 em funcionamento no País, 29 ainda em implantação, mas também há outros da rede privada. Isso totaliza hoje, em atuação, 223 bancos de alimentos no País. E, aí, nos dias 5 e 6 de maio agora, teremos o encontro de todos esses bancos, de todas essas redes. A Ana acredito que vá participar também, representando o Sesc, que terá a presença da Ministra Tereza Campello, do Ministério do Desenvolvimento Social, para lançar e fazer a assinatura da portaria de criação dessa rede. E, a partir de então, essas ações tomarão mais corpo.

Essa rede já vem sendo discutida há alguns anos. Já fizemos vários encontros dos bancos públicos junto com os bancos da rede privada, no intuito, realmente, de fazer crescer essa parceria e fazer a atuação desses bancos de alimentos ser mais importante no País.

Então, uma contribuição que eu gostaria de deixar é que essa discussão é muito importante realmente. Esta Comissão é de grande importância, a Mesa é muito gabaritada nessa discussão, e, realmente, eu acho que a presença dos bancos de alimentos como um elo importante nessa cadeia deve ser considerada e deve, realmente, fazer parte desta discussão e do avanço desses projetos de lei.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Marcelo Correia Bezerra, pela concisão e, digamos, pela síntese que fez dos programas e do interesse do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em relação ao tema que nós estamos discutindo. Na verdade, é a fundamentação para três projetos de lei, que agora estão apensados e que tratam dessa matéria.

Eu passo a palavra ao Senador Ataídes Oliveira, que não é membro desta Comissão, mas é autor de um dos projetos que manifestou interesse.

Com a palavra o Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Este tema, fome, é extremamente relevante. Nós estamos nessa Casa vivendo um momento ímpar.

Nós estamos a conviver com uma crise econômica, moral e ética por mim jamais vista. Assim, as nossas atenções têm sido – principalmente a minha – muito voltadas para essa área econômica e, de repente, deixamos num canto um tema tão importante como este: fome.

Não dá para admitir que num País produtor como o nosso – o quarto maior produtor do mundo – o nosso povo ainda passe fome. Eu falo isso, Senadora Ana Amélia, porque vim de família muito pobre e passei fome, mesmo morando no campo. Meu pai era meeiro, e ali, apesar de ter a terra emprestada para produzir, nós passávamos fome. E hoje, 45 anos depois, nós estamos ainda a discutir o problema da fome no País.

Quero parabenizar o Senador Lasier e o Senador Acir pela iniciativa desta tão valiosa audiência de hoje.

Quando fomos, Presidente, assinar esse projeto, eu imaginei que não houvesse essa preocupação no País em torno do desperdício. Mas hoje, aqui, depois de ouvir todos os nossos convidados, os representantes do MDS, da Anvisa, da FAO, da Abras, da Abia, do Sesc e da Abracen, eu percebo que estamos bem à frente. Eu percebo que há uma preocupação dos órgãos do Governo Federal – devemos dizer assim – dos órgãos da administração direta e indireta e também das entidades paralelas ao Governo. Enfim, estou muito feliz em perceber que nós já caminhamos bastante!

Mas percebo, Srª Presidente, que o Congresso Nacional não fez a sua parte até hoje. Este é o grande problema: nós não fizemos a nossa parte, que é legislar, dar segurança jurídica, proteção às pessoas que produzem e que revendem esses produtos, esses alimentos – mas nunca é tarde!

Eu percebi que praticamente todos os nossos convidados fizeram um breve comentário sobre os três projetos: o Projeto nº 672, o Projeto nº 675 e o Projeto nº 632. O Marcelo também falou sobre um projeto de que eu não tinha conhecimento, o 30/15... Desculpe, é o 3.070, da Câmara, e o nosso assessor já vai ter acesso a esse projeto.

Enfim, percebo que os três projetos se complementam, mas nós precisamos, sim... A Thalita colocou muito bem algumas sugestões sobre as quais vamos nos debruçar imediatamente. Mas precisamos ainda, Srª Presidente, de mais informações e sugestões dos senhores e das senhoras para que possamos realmente concluir o nosso trabalho e dar segurança jurídica, que é o fator principal para que esses alimentos cheguem às mãos de quem deles necessita. Esse é o nosso grande projeto.

Presidente, eu gostaria de fazer uma defesa e um comentário sobre o nosso projeto. Permita-me, eu vou tentar ser o mais breve possível.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Peço para que o senhor colabore com os outros Senadores. O Senador Lasier teria preferência, porque é o Relator de dois projetos.

Eu sou Relatora de um, Senador, e sou autora do requerimento desta audiência pública. O Senador Lasier é o Relator do seu projeto e do projeto da Senadora Maria do Carmo; eu sou Relatora do projeto do Senador Jorge Viana e, também, por isso, autora do requerimento para esta audiência – havia muitas dúvidas sobre a clareza da legislação e o desejo de evitar a insegurança jurídica e de dar proteção ao produtor e ao consumidor. Então, é o que a Thalita, representante da Anvisa, traz como, digamos, uma contribuição necessária e fundamental: não só a educação do consumidor, mas também a responsabilidade do produtor. Então, essa é a razão por que apresentei o relatório menos de um mês depois de ter sido apresentado o projeto. Então, na verdade, são dois Relatores para três projetos.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Já estão tramitando em conjunto, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Um momentinho, Senador, eu vou completar.

A tramitação conjunta desses três projetos foi aprovada em função de requerimento encaminhado à Mesa do Senado. Portanto, eles tramitam em conjunto.

A Mesa poderia nomear um terceiro Relator para os três apensados, mas, por deferência ao Senador Lasier Martins, que foi Relator de dois, estou transferindo a relatoria desse projeto a S. Exª, o Senador Lasier Martins.

Então, eu queria que V. Exª concluísse porque tenho que passar a palavra ao Senador Lasier Martins, que é o Relator, agora nomeado, de três projetos.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Muito bem, Senadora Ana Amélia.

Aqui, nós tínhamos os três autores desses três projetos e agora temos, então, os dois Relatores.

Eu fico muito contente, Senador Lasier, por V. Exª ser o Relator do nosso projeto. Ele está, com certeza, em boas mãos.

Senadora, eu iria fazer aqui uma boa defesa do nosso projeto, mas vou atender a solicitação de V. Exª. Quero aproveitar, porém, e fazer quatro perguntas aos nossos convidados. V. Exª me permite?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pois não.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu indago ao representante do Ministério do Desenvolvimento Social quais são as ações que estão sendo implementadas pelo Ministério da Agricultura para a redução do desperdício de alimentos e qual a eficácia aferida dessas ações.

Ao representante da indústria de alimentos eu indago quais são, se é que existem, as medidas já implantadas pela indústria de alimentos para combater o problema do desperdício e também se as indústrias de alimentação têm condições de se adaptar a essas alterações legislativas inseridas nesses três projetos no prazo de seis meses.

Ainda: estima-se que o desperdício de alimentos *per capita* na Europa e na América do Norte seja de 95 a 115 quilos por ano, enquanto no restante da América e no sul e no sudeste da Ásia esse número cai para cinco

a seis quilos por ano, o que revela a face de perversidade implícita no desperdício. Existem diretrizes emitidas pela ONU para o combate ao desperdício e a racionalização da distribuição de alimentos? Quais dessas diretrizes podem ser adaptadas para a realidade brasileira?

Essas são as quatro perguntas, Srª Presidente, que eu gostaria de deixar para os nossos convidados.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Ataídes Oliveira, que é autor de um dos projetos.

Eu queria agradecer a presença do Sr. Newton Araújo Júnior, Superintendente de Abastecimento Social da Conab. Muito obrigada por sua presença.

Passo a palavra ao Senador Lasier Martins, Relator de dois dos projetos.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar quero dizer que nós estamos cumprindo o nosso papel e, por isso, nós, da Comissão, devemos nos regozijar com esta audiência pública tão competente e oportuna da manhã de hoje. Os nossos convidados foram muito objetivos, inclusive me impressionou o fato de que, em uma hora e cinco minutos, todos os convidados já tivessem falado, o que tem sido raro aqui nas comissões do Senado quando há tantos convidados.

Como disse aqui no início o Senador Jorge Viana, nós estamos tratando de um dos mais relevantes temas de todos os tempos nesta Comissão, porque diz respeito a alimentos, e em uma época de crise. Eu lembro, a propósito, do que disse em determinado momento, em uma entrevista, o Presidente da Abracen, Dr. Reginaldo Moreira: o cuidado com o desperdício auxilia no controle da inflação – foi dito hoje, eu anotei aqui.

Essa é uma razão a mais para nós tratarmos desse tema, ao qual haveremos de dar um encaminhamento, uma solução. Esperamos, com isso, ajudar para fazer frente a essas taxas impressionantes que foram mostradas aqui hoje com relação ao desperdício de alimentos no Brasil e no mundo – especialmente no Brasil, onde temos tanta gente que é subnutrida ou passa fome. Nós recebemos aqui hoje convidados que vão nos subsidiar decisivamente para a formatação do projeto final que sairá daqui e irá depois para o Plenário do Senado e se transformará em lei.

Os nossos convidados, muito preparados, completaram-se entre si nos pronunciamentos que fizeram aqui, ajudando-nos muito. Eu tinha aqui várias perguntas, preparadas em conjunto com a minha assessoria, mas algumas foram sendo superadas pelos pronunciamentos. Agora, diante de tanto desperdício de alimentos no Brasil, uma coisa que me ocorre é que poderíamos cogitar já de um procedimento comum, qual seja, uma grande campanha, massiva, pelos meios de comunicação – e vou até já deixar uma pergunta para o Dr. Gustavo, representante da FAO, que disse que a FAO já patrocina um estudo para dimensionar o desperdício. Nós poderíamos fazer isso em conjunto com instituições, entidades como a Abras, as federações de indústrias, as federações de comércio e, quem sabe, até com a Associação Brasileira de Rádio e Televisão.

Nós acabamos de ver a estrepitosa campanha, por exemplo, do Zika vírus. Perdoem-me a má comparação, já que se trata de uma doença, mas eu quero destacar a mobilização nacional que houve com essa campanha de combate a um simples mosquito, mas um pernicioso mosquito. Nós faríamos uma grande campanha pela televisão, pelo rádio, com inserções na Voz do Brasil, chamando atenção para o desperdício de alimentos que se pratica em toda a trajetória do alimento, desde que sai da lavoura ou do campo até chegar à mesa do consumidor. Trataríamos disso paralelamente à formatação do projeto que sairá daqui. Eu até vou deixar esta pergunta para o Dr. Reinaldo Moreira e também para o Dr. Alexandre, da Abras: há possibilidade de fazer uma grande campanha?

Com relação a uma particularidade, a do desperdício dos supermercados, Dr. Alexandre, pergunto se haveria a possibilidade, por exemplo, de uma compartimentação dos produtos dentro dos supermercados – frutas, hortaliças, etc., naturalmente desde que aptos esses alimentos ao consumo – uma separação entre aqueles que estão inteiramente íntegros e aqueles que são feios – os senhores usam a expressão "frutas ou legumes feios". Pergunto se os feios, mas aproveitáveis, podem ser colocados numa acomodação diferenciada. Pergunto se isso pode ser feito nos supermercados.

Enfim, nós estamos diante de um projeto altamente humanitário, econômico, e poderíamos fazer, paralelamente a esse projeto, uma verdadeira cruzada nesta época de inflação que já assusta no Brasil.

Agradeço, Senadora Ana Amélia, pela elegância do seu gesto, pois V. Exª estava muito bem preparada para relatar os três projetos apensados.

Tomarei o cuidado de, ao mesmo tempo em que vamos levar a debate esse projeto, encaminhá-lo aos senhores e às senhoras que vieram aqui hoje para que dele tomem conhecimento e, depois, também por escrito, nos mandem suas observações, para que saia do Congresso Nacional um projeto completo, elogiável, proveitoso, pois é para isso que estamos aqui no Congresso Nacional.

É a minha participação, Senadora Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quero agradecer-lhe, Senador Lasier, e dizer que gostaria, através da minha assessoria, de participar desse trabalho, dessa elaboração, para ajudar, contribuir.

Também gostaria de trazer aqui, por serem de regiões diferentes, um representante do Banco de Alimentos de São Paulo e um do Banco de Alimentos do Rio Grande do Sul, assim como encontrar alguém de um banco de alimentos do Norte ou do Nordeste do Brasil. Gostaríamos de dar espaço para todos, a exemplo do que vimos aqui: o Sesc, a Abia e a Abracen deram suas contribuições. Vamos, então, concluir com essas iniciativas do Rio Grande do Sul – eu e V. Exª temos essa obrigação, pois somos do Rio Grande do Sul – mais pelo pioneirismo do trabalho feito em Porto Alegre. Existem, há 15 anos, 20 bancos no Estado do Rio Grande do Sul muito bem elaborados. Também em São Paulo existe o Banco de Alimentos e, eventualmente, em Minas Gerais – representariam a Região Sudeste. Poderíamos pegar um do Nordeste. Eu queria que a minha assessoria providenciasse um requerimento nesse sentido para apresentarmos aqui ainda hoje.

Temos ainda requerimentos a serem apreciados após esta reunião. Eu gostaria de pedir o apoio dos Srs. Senadores, porque temos três requerimentos para apreciar numa reunião deliberativa após esta reunião.

Eu queria mencionar – não me lembrei de seu nome antes – o nome de uma pessoa que eu respeitei muito e que visitei em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, pela campanha de combate à fome que ela fazia, e faz. Falo da Drª Heloísa Almeida. Essa figura de 80 anos, pessoalmente, ia buscar alimentos nos restaurantes e nos supermercados. Ela mesma comandava a operação. É notável esse grau de voluntariado. Então, faço aqui as homenagens à Dona Heloísa Almeida, de Passo Fundo, que tinha a colaboração de toda a comunidade, que queria muito bem a ela, uma senhora que dedicou sua vida a combater a fome naquele Município.

Eu queria consultar o Senador Wellington, o Senador Caiado e o Senador José Medeiros para saber se têm algum questionamento a fazer antes de prosseguirmos com as respostas aos requerimentos do Senador Ronaldo Caiado a respeito da questão do mormo, que foi objeto de um debate muito acalorado nesta Comissão – o Senador Otto Alencar já esteve aqui hoje, no início da reunião, para fazer algumas ponderações e umas sugestões.

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Senadora Ana Amélia, primeiramente, quero parabenizar cada um dos palestrantes pela objetividade mostrada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cobro muito isso, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – V. Exª cobra, e com razão, para que todos possam falar. E há também a questão da obediência ao horário. Portanto, também ressalto sua competência na direção da nossa audiência.

Eu estou relatando um projeto de iniciativa da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 59, de 2015, que institui o Plano Nacional de Abastecimento de Hortifrutiflorigranjeiros (PLANHORT), exatamente para organizar o sistema da CEASA.

Está aqui o Presidente da Abracen. Nós estamos fazendo algumas audiências, algumas discussões sobre esse projeto e sua importância. Num dos artigos, ele prevê exatamente essa questão da doação por parte das CEASAs do excedente, ou do material que já não teria condições de ser comercializado, inclusive do produto chamado feio, que é um perigo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A fruta feia.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – ... porque nem sempre o feio... Às vezes, ao abri-lo, você percebe que está muito mais doce, muito mais agradável. Às vezes, compra-se produto cujo amadurecimento foi forjado, como o abacaxi em que se põe o carbureto para que amadureça mais rápido, e isso não representa também qualidade. Nem sempre o visual garante o melhor produto.

Então, eu gostaria de aproveitar a presença de todos, Presidenta, e pedir a vocês sugestões sobre esse projeto que estamos discutindo. Não agora, neste momento; vocês podem fazê-lo depois, através do nosso gabinete ou pela internet. Eu gostaria de aproveitar para aprimorar esse projeto com esta audiência pública. Aliás, penso que esta audiência pública não deveria se limitar a este momento. Eu gostaria de sugerir, se possível, provocados pela própria Presidente, que fizéssemos outra reunião, já me predispondo a isso, para discutirmos mais amiúde e observarmos essas sugestões. Eu gostaria muito. Quem sabe possamos fazer um projeto da Comissão, transformando o projeto em um código da economia de produtos, contra o desperdício, enfim, alguma coisa que pudesse ser ainda mais consistente, porque, realmente, é difícil conseguirmos concluir tudo que se deve discutir aqui, nesta reunião.

Tenho algumas perguntas, algumas feitas também pela assessoria. Vou deixá-las por escrito, para que possam, conforme entenderem melhor, responder agora ou remeter posteriormente, até para que possamos cumprir a agenda definida – temos a questão do mormo; está aqui o Senador Caiado; para o Mato Grosso é muito importante, temos o maior rebanho lá, o maior número de animais contaminados.

Tenho uma consulta agora também, não sei se vou conseguir ficar até o final, mas eu gostaria de parabenizar todos por esta audiência pública. Aliás, aqui têm sido muito boas as audiências. Esta é mais uma das ótimas audiências promovidas pela Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Wellington.

Essa proposta de ser uma iniciativa coletiva da Comissão tem muita força, muito vigor, dada a relevância do tema. O Senador Lasier, depois que concluir, pode até obter o apoio dos Senadores nesse sentido, numa discussão ampla aqui, antes de fazer a apresentação geral, e podemos assumir também, junto com o processo.

Passo a palavra ao Senador Jorge Viana, que é o autor do projeto do qual fui Relatora aqui e que agora está apensado. Poderia designar um terceiro Relator, mas, como os três estão apensados, designei o Senador Lasier para fazer a relatoria – ele já estava na relatoria de dois. Passo a palavra ao Senador Jorge Viana, que é autor do projeto que tive a honra de relatar nesta Comissão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria muito agradecer a oportunidade e, mais uma vez, parabenizar a Senadora Ana Amélia, que prontamente assumiu a relatoria do meu projeto. Fiquei muito honrado e conversei com a Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, ela entendeu imediatamente a dimensão do que nós estávamos tratando.

Mas eu queria, preliminarmente, pedir mil desculpas pela minha ausência. É uma loucura no Senado – lamentavelmente, a opinião pública desconhece isso. Eu estou em duas comissões e numa terceira audiência, tudo isso ao mesmo tempo, e tive que me ausentar no momento mais importante, que era o de ouvi-los. Mas ouvi o que pude. Estamos ali, com a Comissão de Relações Exteriores...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E eu tenho que ir para lá em seguida também.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É inacreditável o que acontece aqui no Senado nestes dias.

Mas vou direto então... Mais uma vez peço desculpas, não é nenhum desrespeito, nenhum desprestígio. Por isto perguntei antes se estavam disponíveis: vou ler todas as apresentações, com minha equipe, e considerá-las todas.

Nós temos três projetos tratando de coisas similares. O Senador Lasier Martins estava cuidando de dois e, agora, está cuidando do terceiro – acho uma ótima escolha. O Rio Grande do Sul, como disse a Senadora Ana Amélia, tem uma experiência muito importante nessa área. Então, nada melhor que o Senador Lasier ser o Relator.

O projeto do Senador Ataídes tem uma preocupação com a criminalização que se dá na hora em que alguém vai fazer uma doação. Eu não estou diminuindo a importância.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – São etapas fundamentais de uma política de tratamento que o Brasil precisa estabelecer para diminuirmos o desperdício, são várias etapas. O projeto da Senadora Maria do Carmo estabelece uma política de combate ao desperdício de alimentos. O meu projeto tem foco na construção de uma política para não termos tanto desperdício como temos.

Quando pegamos os dados da Embrapa, que talvez seja a instituição de mais prestígio que temos, que orgulha a todos... Ela faz a estimativa – e fala de desperdício – de que 26 milhões de toneladas de alimentos têm o lixo como destino, sendo maior a perda de hortifrutigranjeiros – claro, somos um país tropical. Agora, estamos falando de desperdício em um país... A esperança da FAO, a esperança do mundo é não haver mais quase 1 bilhão de pessoas passando fome.

Não há espaço para crescimento de produção de alimentos na Europa, que concorre conosco. Acho que é a segunda maior região produtora de alimentos do mundo. Por quê? Porque o que eles têm de espaço... Há melhorias genéticas, verticalização – eles sempre têm um pouco de espaço – mas não têm espaço horizontal, não têm solo para usar. Os Estados Unidos têm uma produção astronômica. É muito grande a produção de alimentos nos Estados Unidos, mas o Brasil, certamente, com o passar do tempo, vai estar mirando os Estados Unidos e será uma concorrência salutar para melhorar a nossa produção.

Agora, será que esse é o caminho? E pergunto em função dos dados que mencionei, que ouvimos aqui nas exposições, quando temos 1,3 bilhão de toneladas de desperdício. Estamos falando de quase R$1 trilhão jogado fora no trato de produção de alimentos, que é algo sagrado para todos nós. Eu sou daqueles – lembro

minha mãe – que beijavam um pedacinho de pão para não desperdiçar. Fomos criados assim, com esta visão cristã: era mais que um pecado jogar um pedacinho de comida fora. Mas acho que isso foi abandonado do ponto de vista da cultura e do ponto de vista das políticas, e nós nos multiplicamos. Somos 203 milhões de pessoas, em uma desigualdade tremenda do Sul e Sudeste para o Norte, Nordeste e até mesmo Centro-Oeste. O eixo da produção de alimentos, de grãos, está mudando, é verdade – está indo para o Centro-Oeste – mas acho que ainda temos um país muito desigual, tanto que está estabelecido na Constituição que temos que ter políticas para diminuir as desigualdades regionais.

Queria me prender aos dados da Embrapa. Ela diz que 10% de todo o desperdício ocorrem ainda na colheita, com as máquinas, com os equipamentos... O produtor não está querendo perder. Certamente, do Ministério da Agricultura podem sair políticas que estimulem a redução dessa perda. É importantíssimo isso. A Embrapa diz ainda que, entre o manuseio e o transporte, você perde 50% – não são 50% de tudo o que se produz, mas das perdas. Nós temos um terço de perdas. A distribuição desse um terço é: 10% na colheita, 50% no transporte e manuseio, 30% nas centrais de abastecimento, no manuseio – e, novamente, há a implicação de produtos perecíveis, armazenagem, calor infernal, condição de muita umidade – e 10% entre supermercados e consumidores. Esse é um dado da Embrapa que, obviamente, muda de uma região para outra, muda de uma cidade para outra.

E trago, para não me alongar, Senadora Ana Amélia, o que alguns países que conseguiram avançar estão fazendo. A França, por exemplo, um país importante, conheceu a fome. Tenho amigos franceses, trabalhei com uma empresa francesa quando saí do Governo do Acre e aprendi muita coisa. Uma delas é: por que os franceses nunca põem uma travessa de comida na frente para nos servirmos até a hora em que não aguentarmos mais, como nós fazemos? Ali é servida uma quantidade pequena porque eles conheceram a fome. Eles, na fome, foram estudar para aprender a lidar com o alimento, a produzir alimento, que é uma coisa muito importante. Na França, todo mundo tem uma formação na escola sobre como lidar com comida – nós não temos – e ninguém vive sem comida.

Então, para mim, há uma falha enorme aí. Nós temos que passar por um processo de reeducação alimentar para só colocarmos no prato aquilo que vamos comer.

Gisele Bündchen fez uma palestra em Nova York na entrega de um prêmio. Foi num jantar bacana, naquela sala da aleia do Museu de História Natural, a sala mais visitada. Eu estava acompanhando a Ministra de Meio Ambiente, e ouvimos ela dizer que 40% de tudo que a gente põe no prato é desperdiçado no mundo.

Eu queria só dizer que a França fez o seguinte – entidades francesas, associação de produtos alimentícios desenvolvidos em empresa, associação nacional de indústrias de alimentação. Eles foram trabalhar um projeto francês e estabeleceram como questão-chave a definição de duas datas para melhor utilização dos produtos, duas datas de validade, o que eles chamam de DLC e DDM. A DLC é a data limite para os produtos frescos, estabelece a data limite de exposição dos produtos em prateleira, ou seja, é a data limite para o produto ficar exposto para venda comercial nas prateleiras – para nós, essa data de validade funciona para tudo; venceu a validade ali, se alguém for doar, é crime. A outra data, a DDM, é a data limite para o consumo. Então, eles estabeleceram data em que o produto deve ser retirado das prateleiras. Em termos gerais, a DLC e a DDM são utilizadas na França, efetivamente, como uma ferramenta para o gerenciamento de estoques.

A gente vê a Avisa tendo que cumprir decisões legais que dão até pena, dão dó, diariamente nas cidades. E fica o comerciante chocado, quem está passando fome também, assim como as entidades filantrópicas.

Nos Estados Unidos, para concluir, eles põem duas datas, mas elas não são obrigatórias: "vender até" e "consumir até" ou "melhor antes de...". De acordo com os estudos, a falta de regulamentação sobre a etiqueta nos Estados Unidos leva a uma interpretação errada.

A Universidade de Harvard, o Conselho de Defesa dos Recursos Naturais, ONGs parceiras do Programa da ONU para o Meio Ambiente (PNUMA), defendem, lá nos Estados Unidos, "que seja estabelecido um sistema de identificação de validade dos alimentos que seja mais claro para os consumidores e de fácil entendimento". Citam que "os consumidores acabam desperdiçando 40% do estoque de comida a cada ano, o que equivale..." – aí apresentam valores.

E, da Dinamarca, a própria Presidente já trouxe uma ideia, um propósito que certamente vai crescer, porque esse tema está muito sensível, todo mundo está preocupado em casa. Esse debate aqui no Congresso vai mexer com a nossa vida, com a nossa despensa. Eu já estou mandando lá para casa, e nós vamos ter que mexer. Eu não posso estar com um projeto como esse e não ser uma referência em casa.

Então, só queria agradecer a todos que vieram e dizer ao Senador Lasier que eu vou fazer uma audiência pública no meu Estado, chamando professores de nutrição da universidade, chamando as entidades de supermercados para estarem junto conosco, o pessoal da CEASA, o pessoal que trabalha com pesquisa, e estimulando

que, lá no Acre, façamos nossa pesquisa para ver quanto é o desperdício no meu Estado. Que isso possa servir de inspiração para todos os Estados e, com isso, possamos ajudar a embasar a importância desse projeto aqui.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço-lhe muito, Senador Jorge Viana, lembrando que o Rio Grande do Sul, como eu disse, tem o primeiro Banco de Alimentos do Brasil, criado há 15 anos. E também faremos uma sinergia com as universidades de nutrição e as faculdades especializadas da área, a engenharia de alimentos, o sindicato das transportadoras para fazer a logística e, claro, com supermercados, armazéns, todos os produtores e CEASA. A matéria realmente é muito relevante.

Vou dar dois minutos para cada um dos expositores, que foram muito pontuais. Agradeço esta colaboração decisiva, cada um falou no tempo que foi dado, e foi possível fazer esta audiência no prazo, que é o que temos procurado fazer.

Começo pela Ana Barros. Após o que foi dito, você tem a palavra por dois minutos para responder. Em seguida, continuarei pela minha direita, depois à minha esquerda, sem uma regra específica.

A SRª ANA CRISTINA CORRÊA GUEDES BARROS – Na verdade, quero reforçar a relevância deste tema que está sendo discutido no mundo, por tudo o que foi falado aqui, pelo impacto ambiental, pela questão financeira.

Semana que vem nós estaremos numa convenção de bancos de alimentos em Houston, onde o tema do desperdício vai ser alvo de muita discussão.

No dia a dia, temos muitos tipos de doadores. Há aquele produtor que fala: "Vocês podem pegar essa plantação de repolho. Se não pegarem, eu passo o trator". Então, é um trabalho que é, às vezes, complexo do ponto de vista da logística de coleta, mas tem todo um impacto nesse cenário que ainda temos de fome, de desnutrição.

A parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA CRISTINA CORRÊA GUEDES BARROS – ... a isenção de impostos, é um indício do quanto podemos avançar nessa questão de sensibilizar e trabalhar na regularização das doações.

Era isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Ana.

Com a palavra, o Alexandre Seabra Resende, que é da Abras.

O SR. ALEXANDRE SEABRA RESENDE – Senadora, eu acho que eu aprendi mais um pouco e vi o quanto o brasileiro é solidário, Senador Jorge Viana.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Todos nós vimos.

O SR. ALEXANDRE SEABRA RESENDE – Existem movimentações, e a Abras se coloca à disposição, como a Drª Thalita se colocou à disposição, para participar de um grupo de trabalho e colaborar ainda mais com os senhores.

Nós temos movimentos de doação em todo o Brasil, Senadora Ana Amélia. Eu posso ajudar e ver no Norte. Nós estamos aqui com o Marcelo, que tem um trabalho maravilhoso aqui em Brasília nesses movimentos sociais.

A preocupação do Senador Jorge Viana também é muito clara com relação ao § 5º do art. 11. Ficou exemplar. No caso do produto *in natura,* não há problema de doação. A gente faz uma limpeza, a gente faz as doações. Então, a segurança jurídica seria só para os industrializados, que nos impossibilita...

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE SEABRA RESENDE – Mas a Abras está à disposição para colaborar naquilo que for possível, Senador Jorge Viana, Sr. Relator Ataídes. V. Exªs podem contar com a Abras naquilo que for preciso.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Relator é o Senador Lasier Martins.

O SR. ALEXANDRE SEABRA RESENDE – Perdoe-me, Senador.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Senador Ataídes é autor de um dos projetos.

Muito obrigada, Alexandre, pela precisão.

Passo a palavra à Cassia Ferreira, que é da nossa Abia, Associação Brasileira da Indústria de Alimentos.

A SRª CASSIA BIANCA LEBRÃO CAVALARI FERREIRA – Obrigada, Senadora.

Vou tentar ser rápida, mas nos foram dirigidas duas perguntas pelo Senador Ataídes Oliveira, duas perguntas que, aliás, me deram oportunidade de voltar ao último eslaide, que tratava das ações de combate ao desperdício que a indústria adota. A gente tem ações cunhadas pela responsabilidade social.

Quando se trata de alimentação, todo ente econômico tem de se lembrar que também é feito de pessoas. Ações de responsabilidade social começam desde a produção. Então, nós temos indústrias que fazem processamento de legumes, que fazem essa separação entre o feio e o bonito e fazem a doação do que é separado e que não vai ser vendido para entidades. Também existem ações sociais sob a forma de aulas para aproveitamento de alimentos, utilização de talos e cascas, todas voltadas para entidades. E também as indústrias, quando há proximidade...

(Soa a campainha.)

A SRª CASSIA BIANCA LEBRÃO CAVALARI FERREIRA – ...do vencimento dos produtos, escolhem as entidades e direcionam a doação desses produtos.

Essas questões de responsabilidade social já estão contempladas nos projetos e não podem deixar de ser amparadas – refiro-me à segurança jurídica dessas doações.

No processo produtivo – eu queria também dizer – desse modo, vai sendo gerada uma nova economia. Alguns insumos... Este exemplo eu gostaria de dar: do queijo sai um subproduto, que é o soro; esse soro teria de ser tratado para tirar sua parte seca e usá-la como ração animal; a outra parte, tratada, seria devolvida ao meio ambiente. As indústrias viram esse subproduto e disseram: "Não, não vou devolver ao meio ambiente, vou desenvolver um novo produto com ele". Você desenvolve um outro alimento. Ou você desenvolve, como a gente viu lá em Alegrete o arroz... A casca do arroz serve para fazer ração animal e, agora, inclusive, para fazer sílica, que é uma substância que dá volume num tijolo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E com a queima dá para obter energia.

A SRª CASSIA BIANCA LEBRÃO CAVALARI FERREIRA – O que é feito também por uma indústria em Alegrete.

Então, acaba-se movimentando outras economias.

São essas as medidas, entre outras.

Ainda é preciso falar da embalagem: hoje é trabalhada para um consumo individual, para que o indivíduo não compre uma embalagem familiar, não consiga consumir e jogue fora aquilo que ele não consumiu.

Quanto às condições de adaptação ao prazo de seis meses... Isso foi perguntado. Posso responder agora, rapidamente?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Rapidinho por favor, por causa do tempo.

A SRª CASSIA BIANCA LEBRÃO CAVALARI FERREIRA – Isso demanda duas ações muito importantes: uma análise laboratorial, um teste de prateleira, e uma alteração de rotulagem, que nunca é simples. Foi muito bem-vinda a sugestão da Anvisa com relação a isso ser disciplinado por regulamento. Acho que esse regulamento também poderia discutir o prazo.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Cassia.

Eu queria passar agora a palavra ao Marcelo Bezerra, que é do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O SR. MARCELO HENRIQUE CORREIA BEZERRA – Obrigado.

O Senador Ataídes perguntou quais ações há no MDS hoje em dia para esse combate ao desperdício de alimentos. Nós temos, desde 2003, o programa de banco de alimentos. O MDS financia Municípios e Estados na implantação e na construção desses bancos de alimentos. Houve também uma ação muito importante junto às CEASAs, que são um foco grande de ação dos bancos de alimentos. Após o financiamento, a gestão do equipamento é por parte das prefeituras e Estados. Fazemos também o acompanhamento através de relatórios sobre a gestão, com esses gestores locais, e anualmente fazemos encontros, oficinas, para realmente fazer uma capacitação, para entender as demandas deles, os anseios, de forma a poder melhorar a atividade desses bancos por todo o Brasil.

Em relação à estratégia que temos para encaminhar esse assunto: estamos construindo essa rede brasileira de todos os bancos públicos e privados com intenção, realmente, de aumentar essa capilaridade para poder atingir melhor essa população que está precisando da doação dos alimentos, de forma realmente a co-

laborar com a logística, com os diferentes potenciais de cada um dos participantes, e de forma a potencializar a ação dos bancos de alimentos.

É muito interessante a proposta do Senador Lasier de fazer uma campanha nacional, porque um dos itens debatidos nesses encontros que a gente já realizou, em relação à rede, é de publicizar isso de forma que a população tome conhecimento da ação dos bancos de alimentos. Muita gente nunca ouviu falar, não sabe do que se trata, de que forma operam.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO HENRIQUE CORREIA BEZERRA – Poderíamos trabalhar também com os parceiros doadores, de forma a criar um selo para atestar que determinada empresa é parceira do banco de alimentos, de forma a incentivar cada vez mais pessoas a terem participação na doação dos alimentos, e a população, como um todo, a se apropriar desse tema. Acho muito importante.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Marcelo Bezerra, que é do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Agora vamos para o Gustavo Chianca, a Thalita e, depois, o nosso Antônio Reginaldo.

O SR. GUSTAVO CHIANCA – Gostaria de agradecer, em nome da Senadora Ana Amélia, pelo convite para estar nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a todos os Senadores e Senadoras que também participam e nos convidaram. Para a FAO, é muito importante, é uma honra, e estaremos sempre aqui, Senadora, presentes, quando convidados.

Senador Lasier, na sua pergunta, o senhor tocou em um tema muito importante, que é a mobilização nacional. A FAO tem todo um trabalho... É uma instituição que está em 197 países e congrega o *Codex Alimentarius*, todas as discussões, desenvolve publicações, faz estudos. Mas, no aspecto nacional, a mobilização é muito importante, e a FAO procura, aos poucos, desenvolver isso. Mas nós somos uma instituição internacional em um grande País...

(Soa a campainha.)

O SR. GUSTAVO CHIANCA – Por isso, é muito importante que estejam presentes Senado, Câmara e Governo Federal, para que a gente também possa mudar o aspecto cultural, de como se trata o alimento, tanto da indústria quanto das pessoas – a indústria aqui mostrou uma responsabilidade muito grande.

Temos que mudar a cultura alimentar e a forma de lidar com esse alimento. Então, a parte de mobilização nacional e informação de como se pode doar o alimento, como pode ser tratado esse alimento, é muito importante.

Nós estaremos juntos nessa campanha. No momento oportuno, convidados, estaremos participando como FAO, como Nações Unidas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Gustavo, pela apresentação.

Agora passo à Thalita.

A SRª THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA – Eu gostaria novamente de manifestar o interesse, a preocupação e o apoio da Anvisa na discussão dessa temática, inclusive, de trazer novamente a sugestão que trouxemos no final da apresentação, para que esse grupo de trabalho seja criado. Nós apoiamos a iniciativa de criação da política nacional de combate ao desperdício, para que o tema seja tratado de forma sistêmica e holística. Temos grande interesse na inclusão desse grupo de trabalho, na participação nessas discussões. Entendemos que essas questões técnicas, que trazem bastante preocupação – em relação ao prazo de validade e à melhor forma de divulgar essa informação para o consumidor – podem ser apresentadas com mais detalhes, pode-se mostrar o que já é feito internacionalmente, as pesquisas feitas que mostram qual a melhor forma de o consumidor entender. Podemos trazer essas discussões para esse grupo de trabalho, apresentar aos Senadores quais são os benefícios e também avaliar a melhor forma de tratar isso nesse grupo, se por regulamentos ou estratégias.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Thalita.

Agora o Antônio Reginaldo.

O SR. ANTÔNIO REGINALDO COSTA MOREIRA – Primeiro eu gostaria de agradecer à Senadora Ana Amélia e a todos os Senadores da Comissão pelo convite.

Quero dizer que a Abracen está disposta a contribuir com esta Comissão e assume um compromisso aqui de começar um grande projeto dentro da Abracen, dentro das centrais de abastecimento, para ver essa

quantidade verdadeira de desperdício que está acontecendo dentro das centrais de abastecimento. Estou há dez anos no sistema e desconheço qualquer tipo de pesquisa que tenha sido feita dentro das centrais propriamente ditas com relação a essa questão de 30% de desperdício dentro das próprias centrais de abastecimento. Então, estamos assumindo esse compromisso aqui, Senadora, com a Comissão: vamos fazer esse estudo dentro de cada uma das nossas centrais de abastecimento. Vamos aproveitar a sugestão do Senador para fazer isso.

A resposta ao Senador Wellington Dias, que pergunta se temos uma estrutura montada para combater esse desperdício: nós temos uma parceria forte com a Conab, com o MDS, com o Mesa Brasil. É lógico que as centrais de abastecimento precisam de recursos para que possam avançar na luta contra esse desperdício – entendemos que ele acontece, de forma muito volumosa, no campo. A propósito, estamos colocando à disposição projetos como o Barracão do Produtor, experiência da Ceasa de Minas Gerais que está sendo bastante importante para a luta contra esse desperdício; os bancos de alimentos, com fábricas de sopa, fábricas de polpa. Enfim, a ideia é que o nosso povo seja contemplado e que a fome seja extirpada do nosso País.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Antônio Reginaldo.

Eu quero renovar, em nome da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, em particular dos relatores – faço-o em meu nome também – e do Senador Lasier Martins, que passa a ser Relator agora do apensamento dos três projetos, e também dos autores, da Senadora Maria do Carmo, que está em missão no seu Estado de Sergipe, do Senador Ataídes Oliveira e do Senador Jorge Viana. A reunião, como dito no começo, foi destinada a discutir os projetos que tratam do desperdício de alimentos.

Agradeço mais uma vez aos nossos palestrantes, que deram uma excelente contribuição com as informações que trouxeram sobre essa relevante matéria de alto interesse social e econômico: Marcelo Henrique Correia Bezerra, Analista Técnico de Política Social e Coordenação Geral de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Drª Thalita Antony de Souza, Gerente-Geral de Alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); Dr. Gustavo Chianca, Assistente do Representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura no Brasil (FAO); Drª Ana Cristina Corrêa Guedes Barros, Chefe do Departamento de Assistência da Administração Nacional do Serviço Social do Comércio (Sesc); Sr. Antônio Reginaldo Costa Moreira, Presidente da Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento; Alexandre Seabra Resende, Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Supermercados; e Cassia Bianca Cavalari Ferreira, Gerente Jurídica da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia).

Eu agradeço, mais uma vez, pela importante audiência pública.

Estão todos dispensados.

Vamos continuar, na segunda etapa, com a apreciação de requerimentos cujos autores já estão presentes – é o caso do Senador Ronaldo Caiado.

Muito obrigada a todos vocês. Obrigada a todos os senhores.

Eu queria também agradecer a participação popular pelo e-Cidadania. De São Paulo, mandou uma opinião o Leandro Rafael – muito obrigada, Leandro – e, de Santa Catarina, a sempre presente Anna Flavia Schmitt Baranski, mandou algumas perguntas – ela estava atenta à nossa audiência pública.

Esta reunião, neste momento, passa a ser uma reunião deliberativa para votarmos requerimentos.

Começo com o Senador Ronaldo Caiado, que veio aqui especialmente para essa finalidade, mesmo que não tenha sido essa a ordem da apresentação dos requerimentos.

EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 15, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, que seja convidada a comparecer em audiência pública, perante esta Comissão de Agricultura, a Srª Monique Eloit, Diretora-Geral da World Organisation for Animal Health (OIE), com sede em Paris, França, a fim de debater sobre o mormo, doença contagiosa causada pela bactéria Burkholderia mallei, que atinge o plantel de equídeos brasileiros.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado.

A justificativa do Senador para esse requerimento vai ser apresentada por ele próprio. Concedo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente, esse requerimento foi apresentado com o objetivo de darmos continuidade àquela audiência pública presidida por V. Exª em que conseguimos avançar em relação ao impasse que está criado. Precisamos buscar uma alternativa com bases científicas e, ao mesmo tempo, achar uma solução para centenas de produtores rurais que se encontram numa situação extremamente difícil, que é a identificação e o diagnóstico correto dessa bactéria do mormo, que tanto vem inquietando toda a equinocultura no Brasil e também trazendo uma situação de desconfiança por parte de nossos parceiros internacionais.

Com esse objetivo e dentro daquilo que foi colocado aqui por todos os que vieram trazer suas experiências, nós solicitamos que a Ministra da Agricultura possa nos repassar esses dados iniciais em relação aos exames feitos, tanto nos laboratórios do Governo Federal como também aqueles que foram encaminhados para os laboratórios internacionais – aí, normalmente, tendo a intermediação da Organização Internacional de Epizootias (OIE).

Estamos solicitando também a disponibilização de todos esses resultados dos últimos dez anos, tanto na Lanagro quanto na OIE, especialmente dos 584 animais do Complexo Militar de Deodoro, no Rio de Janeiro, suspeitos de mormo no ano de 2015.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Ronaldo Caiado, há mais de um requerimento sobre o mesmo tema. Nesse primeiro, de nº 15, V. Exª está convidando a Presidente da OIE para vir à Comissão falar sobre isso. Então, é esse que nós estamos votando. Em seguida, eu passo ao outro, no qual o senhor pede informações aos laboratórios.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Perfeito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está em votação o Requerimento nº 15, do Senador Ronaldo Caiado, que faz o convite à Presidente da OIE, com sede em Paris, Srª Monique Eloit, para vir falar sobre a orientação técnica da questão relacionada ao mormo, que atinge o plantel de equídeos brasileiros.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 3

MINUTA DE REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº , de 2016

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a V. Excelência que seja enviado à Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sra. Kátia Abreu, o presente Requerimento de Informação, solicitando o encaminhamento, em meio digital e/ou físico, dos testes sorológicos para mormo, realizados no Brasil, nos últimos 10 (dez) anos, pelos Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros), bem como dos realizados nos laboratórios de referência internacional junto à OIE, especialmente os que avaliaram os 584 animais do Complexo Militar de Deodoro, no Rio de Janeiro, suspeitos de mormo no ano de 2015.

Autoria: *Senador Ronaldo Caiado.*

Com a palavra, o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Perfeito, exatamente isso. O objetivo é criarmos aqui um banco de dados mínimo para que possamos chegar a uma conclusão. Tinha sido o encaminhamento anterior. Peço o apoio dos demais colegas para aprovarmos o requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O próximo requerimento é também do Senador Ronaldo Caiado, o de nº 16.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 16, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública, objeto do RRA 12/2016, seja substituído o nome do Sr. José Cordeiro Araújo pelo nome do Sr. Eng. Agr. Eduardo Cordeiro de Araújo – Especialista em Aviação Agrícola e Consultor Técnico do Sindag.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

V. Exª gostaria de justificar o motivo dessa alteração, Senador Ronaldo Caiado?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – É exatamente com o objetivo de buscarmos aquilo com que eles podem contribuir hoje para fazermos o combate ao mosquito, principalmente nessas áreas maiores, como os lixões das grandes cidades, as áreas onde temos criadouros do mosquito *Aedes aegypti* e que têm sido motivo de inquietação para toda a população brasileira diante desse quadro que cada vez se agrava mais. Eles se dispuseram a vir à Comissão de Agricultura para mostrar a experiência que têm nesse sentido. Acreditam que poderiam combater o mosquito com muito mais rapidez, alcançando uma área muito maior do que aquela que alcança o fumacê, utilizado hoje pelo Ministério da Saúde. Estamos propondo aqui que ele seja convidado para nos mostrar as alternativas que pode apresentar neste momento de crise.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Ronaldo Caiado.

Estão em votação os dois requerimentos. O primeiro, que pede informações à Ministra Kátia Abreu sobre os testes feitos nos laboratórios; e o segundo, que trata de substituir o Sr. José Cordeiro Araújo pelo Sr. Eduardo Cordeiro de Araújo, da área de aviação agrícola, para falar sobre o trabalho que pode ser feito para combater o mosquito *Aedes aegypti*.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os dois requerimentos.

O Requerimento nº 12 é também do Senador Ronaldo Caiado – aliás, muito produtivo.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 12, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de avaliar o protocolo visando ao controle de vetores de doenças mediante aplicação aérea de inseticidas, com a presença dos seguintes convidados: Diretor de Gestão da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde; Sr. Nelson Antônio Paim - Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola; Sr. José Cordeiro de Araújo - Consultor de Política Agrícola.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Queria que V. Exª justificasse esse requerimento antes de submetê-lo a apreciação, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – É com este mesmo objetivo, Srª Presidente, de buscar o maior apoio possível e obter o melhor resultado para enfrentar esse quadro que intranquiliza toda a população, da disseminação do vírus da zika, da dengue e também da chikungunya.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço, Senador Ronaldo Caiado. Isso segue a linha daquilo que o Senador Wellington aqui promoveu e foi muito importante para ver como podemos combater o mosquito que é o vilão dessas doenças citadas por V. Exª.

Está em votação o requerimento do Senador Ronaldo Caiado que trata de controle dos vetores, de controlar mais o mosquito da dengue, o *Aedes aegypti*.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Temos dois requerimentos. Os dois últimos são extrapauta.

O próximo requerimento é do Senador Dário Berger, e eu o subscrevo.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 14, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, a inclusão do nome do Senhor Rafael Salerno, Coordenador da Rede Aqui tem Javali, como convidado para a Audiência Pública destinada a debater "A questão dos Javalis Europeus no país".

Autoria: Senador Dário Berger e outros

A audiência está marcada para o dia 17 de março.

Em votação o requerimento do Senador Dário Berger, subscrito por mim.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

E, extrapauta, decorrentes exatamente do que foi pedido aqui pelo Senador Ronaldo Caiado e por sugestão do Senador Otto Alencar, dois requerimentos de minha autoria. V. Exª e o Senador Lasier podem subscrevê-los também.

EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 17, DE 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de tratar sobre o controle da zoonose – Mormo, com a presença de representantes de laboratórios particulares credenciados, a exemplo daqueles de referência internacional junto à OIE (Organização Internacional de Saúde Animal), como, também, da Rede de Laboratórios Nacionais Agropecuários LANAGRO do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Essa é a solicitação do requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Por fim, o requerimento a propósito da audiência que tivemos há pouco, Senador Lasier Martins.

EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 18, DE 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de complementar a instrução dos Projetos de Lei do Senado nºs 672, 675 e 738, de 2015, os quais tramitam em conjunto nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e dispõem sobre estratégias de combate ao desperdício de alimentos no Brasil. Na oportunidade, solicita-se a presença de representantes de Bancos de Alimentos dos Estados do Rio Grande do Sul e São Paulo, bem como das regiões do Norte e Nordeste.

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Penso que o Dr. Alexandre, da Abras, tem condições de oferecer os Bancos de Alimentos dessas regiões, e, aí, faremos a votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado também esse requerimento.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Muito obrigada.

(Iniciada às 8 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 1 minuto.)

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2016.

Às oito horas e quarenta e nove minutos do dia oito de março de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Lasier Martins, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Cristovam Buarque, Angela Portela, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Omar Aziz, Hélio José, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Eduardo Amorim, Telmário Mota e Gladson Cameli, reúne-se à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Comparece à reunião a Senadora Ana Amélia, não membro da Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Walter Pinheiro, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre, Randolfe Rodrigues e Marcelo Crivella. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das 3ª e 4ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei do Senado n.º 272 de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Ruben Figueiró, que "Acrescenta parágrafo ao art. 45 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 e altera a redação dos arts. 44 e 46 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para prever o uso da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e de legendas nas propagandas eleitoral e partidária efetuadas mediante transmissão por televisão." O relator designado é o Senador Telmário Mota, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 200 de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia e outros, que "Dispõe sobre a pesquisa clínica." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 2 e 3 da CCJ, e das Emendas nºs 6, 7, 8, 9, 11 e 12 desta Comissão, nos termos do Substitutivo que apresenta; e pela rejeição das Emendas nºs 1, 4 e 5 da CCJ e da Emenda nº 10 desta CCT. Durante a reunião, o Senador Randolfe Rodrigues apresenta 9 (nove) Emendas à matéria, que é retirada de pauta, a pedido do Relator, para análise das Emendas apresentadas. **Item 3: Projeto de Lei do Senado n.º 433 de 2013**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da identificação de chamadas nas linhas fixas e móveis para que o usuário possa identificar a origem da chamada e altera o inciso VI e inclui o inciso XIII ao art. 3º e altera o art. 4º para inclusão do inciso IV, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, para garantir a identificação do número de acesso nas chamadas realizadas por meio da rede telefônica." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. O relatório foi lido na reunião do dia 17/11/2015 e sua discussão e deliberação foram adiadas. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 4: Projeto de Lei do Senado n.º 224 de 2014**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Eduardo Amorim, que "Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para garantir aos usuários de serviços de telecomunicações o direito de cancelamento dos serviços por telefone e por internet." O relator designado é o Senador Lasier Martins que oferece relatório pela aprovação do Projeto e pela rejeição das Emendas nºs 01 e 02-CMA. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Ficam rejeitadas as Emendas nºs 01 e 02-CMA, por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 5: Projeto de Lei do Senado n.º 432 de 2014**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Anibal Diniz, que "Define a forma de avaliação e monitoramento do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Hélio José Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova a Emenda nº 01-CCT (Substitutivo), oferecida ao projeto, por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. A matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 6: Oficio "S" n.º 29 de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 11/2014, de que trata o PDC 2.146/2009, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV TOCANTINS LTDA, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Anápolis, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pelo arquivamento da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 7: Oficio "S" n.º 30 de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do

art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 12/2014, de que trata o PDC nº 2.458/2006, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO RIVIERA LTDA, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Rio Verde, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 130 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BOA VISTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Limeira, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 140 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIOFÔNICA COMUNITÁRIA STILUS FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angatuba, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 10 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO EDUCADORA DE PIRACICABA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 13 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS NORDESTINOS DE CAMPOS DO JORDÃO E REGIÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos do Jordão, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 15 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RBC - REDE BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Monte Azul, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 18 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à AMAZÔNIA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Holambra, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 19 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA STÚDIO FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guararapes, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 24 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVA ALIANÇA – ACNA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Praia Grande, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 45 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CUL-

TURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA TROPICAL EMBAÚBA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Embaúba, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 47 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à INTERSOM - EMISSORAS DE FREQUÊNCIA MODULADA LTDA, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 54 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA RIO VOLTA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baixa Grande do Ribeiro, Estado do Piauí." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 55 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL CURRALDENTENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curral de Dentro, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 227 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PADROEIRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Eduardo Amorim Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 199 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE COCAL DO SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Eduardo Amorim, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 239 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VALE DO IPOJUCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pesqueira, Estado de Pernambuco." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Eduardo Amorim Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 333 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO URUMAJÓ DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Augusto Corrêa, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 196 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL GUARUJÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Hélio José, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 246 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MANITUBA DE QUIXERAMOBIM para executar ser-

viço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará." O relator designado é o Senador Hélio José, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 317 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CONQUISTA D'OESTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conquista d'Oeste, Estado de Mato Grosso." O relator designado é o Senador José Medeiros, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Nesse momento, o Senador Lasier Martins passa a presidência ao Vice-Presidente, Senador Hélio José para relatar os próximos itens. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 134 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PEJUÇARA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pejuçara, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 136 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE ITAPUCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapuca, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 143 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL MINUANO DE SARANDI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sarandi, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Dando prosseguimento à reunião, o Senhor Senador Lasier Martins, Presidente da Comissão, reassume a Presidência. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 162 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO ADONAI FM ESTÉREO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 166 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à MOVIMENTO COMUNITÁRIO CULTURAL E SOCIAL DE SANTA LÚCIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n.º 320 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PRANCHITA FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pranchita, Estado do Paraná." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Omar Aziz, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo n.º 306 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO BAIRRO DO JEREMIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Roberto Rocha, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto con-

trário e nenhuma abstenção. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo n.º 298 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à NATUREZA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedregulho, Estado de São Paulo." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição à Senadora Sandra Braga, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo n.º 334 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NASCENTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salesópolis, Estado de São Paulo." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição à Senadora Sandra Braga, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo n.º 241 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ALIANÇA IGARAPAVA LTDA. - ME para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Igarapava, Estado de São Paulo." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Valdir Raupp Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo n.º 299 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ALTERNATIVA PARAISOPOLENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Valdir Raupp Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo n.º 318 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL, INFORMATIVA, RELIGIOSA E ARTÍSTICA, GAZETA FM, DE FORMIGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo n.º 349 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SETE COLINAS DE UBERABA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo n.º 260 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização ao GRUPO BROTO D'ÁGUA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boquira, Estado da Bahia." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Valdir Raupp Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 41: Projeto de Decreto Legislativo n.º 91 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PONTO DOS VOLANTES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ponto dos Volantes, Estado de Minas Gerais." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Valdir Raupp Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 42: Projeto de Decreto Legislativo n.º 93 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÃO FRANCISCO DE ASSIS – ABSFA para executar ser-

viço de radiodifusão comunitária na cidade de Ponto Chique, Estado de Minas Gerais." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Valdir Raupp Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Nesse momento, o Senhor Senador José Medeiros requer, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimento, com o que todos concordam. **Extrapauta**, **Item 43: Requerimento n.º 8 de 2016-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Walter Pinheiro, Hélio José e José Medeiros, que requerem, "...ao Plenário da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), nos termos do art. 256, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Requerimento n.º 091, de 2016, aprovado nesta Comissão em 23 de fevereiro de 2016 e já lido no Plenário do Senado." O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às dez horas e quarenta e oito minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação **e Informática,** lavrasse a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR LASIER MARTINS

Presidente da Comissão de Ciência,Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bom dia a todos e a todas!

Com muita honra, estou dando início, hoje, à primeira reunião completa como Presidente da CCT.

Nós enfrentamos um problema de quórum que nós pretendemos corrigir com o tempo. Nós já estamos começando a fazer os contatos para que possamos, todas as terças-feiras, começar a reunião às 15h45min. Vamos fazer de tudo para levar adiante essa nossa proposta, e com o quórum mínimo, que é de nove Senadores, para as votações.

Dito isso, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 8 de março de 2016, Dia Internacional da Mulher, a quem saudamos desde logo, ainda mais porque está aqui, no nosso plenário, um elevado número de mulheres, um sinal de que as mulheres são pontuais.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 3ª e da 4ª Reuniões, realizadas na semana passada.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Deixaremos para confirmar isto daqui a pouco, quando houver quórum.

Comunicado da Presidência.

Srªs e Srs. Senadores, o Regimento Interno do Senado, em seu art. 96-B, disciplina a indicação das políticas públicas a serem avaliadas pelas comissões permanentes.

Esta Comissão selecionará o assunto e aprovará requerimento até o dia 29 de março.

Assim, com vistas a dar cumprimento ao disposto no mencionado dispositivo regimental, esta Presidência agradece a colaboração de V. Exªs no sentido de encaminharem sugestões de políticas públicas até a data mencionada, 29 de março.

Enquanto aguardamos a formação de quórum legal, aproveitamos para registrar a nossa homenagem às mulheres relembrando que hoje, dia 8 de março, é comemorado em todo o mundo o Dia da Mulher.

Em 1977, a Organização das Nações Unidas decidiu lembrar todos os anos, nesta data, os direitos, as conquistas e os desafios das mulheres em todos os países do Planeta.

Não há dúvida de que as últimas décadas têm trazido às mulheres um equilíbrio maior em seus direitos sociais e políticos, mas muita coisa ainda precisa ser feita, principalmente fora do nosso mundo ocidental, onde não há o mesmo tratamento às mulheres.

As mulheres ainda vivem com medo. A violência doméstica é responsável pela morte de cinco mulheres por hora – cinco mulheres por hora! – no mundo, como mostra a organização não governamental ActionAid.

A informação é resultado de análise do estudo global de crimes das Nações Unidas e indica o número estimado de 119 mulheres assassinadas diariamente por um parceiro ou parente.

No Brasil, desde 1932, as mulheres têm direito a votar.

As mulheres representam pouco mais da metade da população, 51,5%. Porém, a presença feminina ainda é muito pequena no Parlamento. No Senado Federal, por exemplo, 12 cadeiras são ocupadas por mulheres,

apenas 14,81%. Já na Câmara dos Deputados, 51 mulheres atuam como representantes do povo. Lá, elas são 9,94% do total. Portanto, aqui, 14,81% são mulheres; lá na Câmara, 9,94% são mulheres. São, portanto, 63 mulheres entre as 594 cadeiras do Congresso Nacional, o que equivaleria, somadas as duas Casas, a 10,6%.

No Senado Federal são 12 Senadoras, que representam menos de 15% do Senado. São elas: Ana Amélia, pelo Rio Grande do Sul; Gleisi Hoffmann, pelo Paraná; Marta Suplicy, por São Paulo; Simone Tebet, por Mato Grosso do Sul; Lúcia Vânia, por Goiás, Rose de Freitas, pelo Espírito Santo; Lídice da Mata, pela Bahia, Regina Sousa, pelo Piauí; Fátima Bezerra, pelo Rio Grande do Norte, Angela Portela, por Roraima; Sandra Braga e Vanessa Grazziotin, pelo Amazonas.

As mulheres ainda têm muito mais dificuldades que os homens no mercado de trabalho, apesar de terem mais anos de estudo. Recebem salários, em média, 30% menores que os dos homens, mas são as que mais contribuem para o sustento de suas famílias. A cada ano cresce o número de mulheres que são chefes de família.

Reforço aqui a minha admiração pela luta diária das mulheres.

Juntos, homens e mulheres, precisamos construir um mundo diferente, com mais justiça, igualdade e respeito.

No campo das ciências, são inúmeras as mulheres a quem devemos nosso estágio atual de desenvolvimento. A maioria acabou figurando como simples ajudantes daqueles que colaboram recebendo os prêmios.

Revisões históricas têm mostrado que elas ou eram as grandes condutoras das pesquisas, ou estavam em mesmo nível que seus parceiros.

Podemos lembrar de Marie Curie (1867 - 1934), conhecida como "mãe da Física moderna". Curie é famosa por sua pesquisa pioneira sobre a radioatividade, pela descoberta dos elementos polônio e rádio e por conseguir isolar isótopos destes elementos. Foi a primeira mulher a ganhar um Nobel e a primeira pessoa a ser laureada duas vezes com o prêmio: a primeira vez em Química, em 1903, e a segunda em Física, em 1911.

Também é importante que se faça referência à Florence Sabin (1871-1953), conhecida como "a primeira-dama da ciência americana". Ela estudou os sistemas linfático e imunológico do corpo humano. Tornou-se a primeira mulher a ganhar uma cadeira na Academia Nacional de Ciências dos EUA e, além disso, militava pelo direito de igualdade das mulheres.

No Brasil, entre as nossas grandes batalhadoras das ciências, temos o dever de lembrar da médica, professora, escritora e cientista Nise da Silveira (1905 - 1999). Ela lutou contra métodos de tratamento comuns na sua época, como terapias agressivas de choque, confinamento e lobotomia.

A bióloga Marta Vannucci é uma das primeiras referências mundiais no estudo dos ecossistemas de manguezais.

No ano passado, duas pesquisadoras brasileiras tiveram seus trabalhos reconhecidos pela 17ª edição da premiação internacional Para Mulheres na Ciência, iniciativa da multinacional francesa de cosméticos L'Oréal, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Thaisa Storchi Bergmann, do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), foi escolhida por suas pesquisas sobre buracos negros; já Carolina Horta Andrade, da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Goiás, pelas suas contribuições no desenvolvimento de um medicamento multifunção contra a leishmaniose. Thaisa Bergmann foi a única latino-americana entre as cinco pesquisadoras premiadas na categoria principal. Já Carolina Andrade foi a única brasileira entre as 15 jovens pesquisadoras que receberam o prêmio na categoria *International Rising Talents*. O reconhecimento se deu por conta de suas pesquisas para o desenvolvimento de medicamentos multifunções contra a leishmaniose.

A nossa homenagem, as nossas referências às mulheres neste dia, quando elas serão lembradas o tempo todo.

Outra informação que quero prestar aqui enquanto aguardamos o quórum para nossa reunião normal de hoje: informação sobre o grafeno. Doze anos depois da descoberta do grafeno, diversos países continuam na corrida para conseguir produzir em grande escala e alta qualidade o material obtido do grafite. Fino, leve, resistente, impermeável e flexível, entre outros atributos, o grafeno tem as qualidades necessárias para aplicações em *smartphones*, *tablets* e televisores de ultradefinição de imagem, entre outras aplicações.

O Brasil aumentou sua cota de participação nessa disputa com a inauguração, na última quarta-feira, 2 de março, do Centro de Pesquisas Avançadas em Grafeno, Nanomateriais e Nanotecnologias, no *campus* da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo. Construído com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), do Instituto Presbiteriano Mackenzie e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o centro recebeu investimentos de mais de R$100 milhões e é o primeiro do gênero na América Latina.

As informações que pretendemos tornar uma praxe aqui, nas nossas reuniões, enquanto aguardamos quórum, serão sempre sobre matérias que têm relação com a nossa Comissão de Ciência, Tecnologia, Informática e Comunicação.

Sobre a crise econômica, a produção do setor eletroeletrônico apontou retração de 30,1% em janeiro de 2016 na comparação com o mesmo mês do ano passado, segundo dados do IBGE agregados pela Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee). A produção de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos recuaram 38,8% no mês, comparado a um ano antes – 38,8% de retração dos produtos desta natureza, produtos eletrônicos e ópticos.

A queda registrada em janeiro é resultado do recuo de 38,8% da indústria eletrônica e do decréscimo de 23% na atividade da indústria elétrica.

A crise econômica está afetando tanto os empregos quanto a capacidade brasileira em acompanhar o desenvolvimento tecnológico mundial. Precisamos mudar este quadro e garantir os investimentos necessários em pesquisas e em tecnologia.

Uma das sugestões que estamos analisando aqui na CCT, para cumprirmos com nosso papel de fiscalizar as políticas públicas e propor melhorias legais e institucionais, são os Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia.

Aliás, informamos na posse, semana passada, que nós estamos providenciando um rastreamento dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Científico.

Pelas informações que temos, estes fundos, que devem ser direcionados para estimular as pesquisas industriais, estão sendo levados para outro lado, que nada tem a ver com o finalidade para as quais foram criados. Então, estamos providenciando para localizar onde anda este fundo, Fundo Nacional para o Desenvolvimento Tecnológico e Científico. Esse é um fundo que as indústrias têm que recolher mensalmente para pesquisas, mas não é o que vem sendo feito e é isso que queremos descobrir e lutar, para que venham para onde foram criados.

Uma das sugestões que estamos analisando aqui na CCT, para cumprirmos com o nosso papel, é fiscalizarmos as políticas públicas e propor melhorias legais e institucionais.

Os Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia, criados a partir de 1999, complementando o que já havia antecipado, são instrumentos de financiamento de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação no País. Há 16 fundos setoriais, sendo 14 relativos a setores específicos e dois transversais. Destes, um é voltado à interação universidade-empresa (FVA – Fundo Verde-Amarelo), enquanto o outro é destinado a apoiar a melhoria da infraestrutura de ICTs (Infraestrutura).

Se os meus pares concordarem com esta sugestão, nós vamos analisar os orçamentos destes fundos, verificar se estão sendo feitos os investimentos previstos em lei ou se há desvios, como é a informação preliminar que temos.

Uma outra informação que eu quero prestar, até porque estamos falando para todo o Brasil pela TV Senado, que, portanto, nos é muito prestimosa para esse trabalho aqui da CCT, é a venda de parcela de uma das grandes empresas de comunicação do Brasil.

Eu não sei se os presentes já sabem, mas a RBS, do Rio Grande do Sul, vendeu toda a parte de Santa Catarina na tarde de hoje e eu recebi uma nota da empresa pedindo que informasse ao Brasil aqui por este programa, considerando que a nossa comissão é, também, uma comissão de comunicação.

Devem saber, então, todos os comunicadores do Brasil desta novidade.

A nota que o grupo RBS enviou para cá diz o seguinte: Foi comunicado, nesta segunda-feira, ontem, 7 de março, acordo entre os acionistas da RBS e os empresários Lírio Parisotto e Carlos Sanchez do Grupo NC, juntamente com outros investidores para a compra de televisão, rádio e jornal que atuam sob a marca RBS em Santa Catarina.

A conclusão do negócio está sujeita à condição suspensiva de aprovação prévia do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o Cade, e dos demais órgãos regulatórios do setor, bem como ao cumprimento de determinadas condições precedentes usuais para esses tipos de transações.

A aquisição parte de uma associação dos empresários para o desenvolvimento de negócios da mídia no Estado de Santa Catarina Lírio Parisotto. Atua na área de mídia por meio de sua empresa Videolar e no setor de petroquímica a partir da Innova. Já Carlos Sanchez amplia o processo de diversificação de seus negócios a partir do Grupo NC, um dos maiores conglomerados econômicos do País.

Durante reunião com colaboradores, na sede da empresa, em Florianópolis, foi anunciado que o atual diretor de televisão Santa Catarina, Mário Neves, será o presidente da empresa. Os investidores destacaram que a gestão dos negócios seguirá normalmente e a independência editorial será mantida. Ressaltaram ainda que a decisão é resultado da crença de ambos no enorme potencial do Estado de Santa Catarina e na indústria da comunicação.

Todos os investimentos de comunicação dos empresários serão centrados no Estado. O processo de tramitação será gerido a partir de comitês com o objetivo de garantir a continuidade e a excelência das operações. A sinergia entre as empresas em Santa Catarina será mantida a partir de parcerias operacionais e comerciais.

Com o movimento, a RBS foca seus esforços de mídia no Rio Grande do Sul, onde o grupo empresarial foi fundado, em 1957, com marcas jornalísticas como *Zero Hora*, Rádio Gaúcha e RBS TV. Além dos negócios de comunicação, o grupo é proprietário da E-brix, empresa de investimento digital, com atuação no Brasil e nos Estados Unidos.

Desde que chegou a Santa Catarina, a RBS construiu mais do que um investimento empresarial. Foram 37 anos de compromisso e amizade com catarinenses. A empresa está e seus acionistas sentem-se honrados em ter participado do desenvolvimento do Estado, levantando bandeiras como a duplicação da BR-101, o projeto Viver SC e movimentos como "Floripa te quero bem", "Joinville faz bem", "Viva Blumenau" e "Chapecó, Tudo acontece", entre outros. A RBS orgulha-se de ter criado milhares de emprego no Estado e investimentos para levar informação e entretenimento de qualidade ao público. A atuação em rede promoveu Santa Catarina para o País e deixou gaúchos e catarinenses ainda mais próximos.

A empresa, seus colaboradores e acionistas são muito gratos por tudo que aprenderam com os catarinenses, uma relação fraterna que jamais será rompida.

Então, assina pelo grupo RBS.

Estou informando aqui, Senadora Ana Amélia – seja bem-vinda – a nota...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu o estava ouvindo pela Rádio Senado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado pela audiência.

Concluindo, essa é uma informação que foi solicitada a esta Comissão que comunicasse ao mundo da comunicação no Brasil a venda da RBS-Santa Catarina.

V. Exª teria alguma consideração a fazer a respeito, Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não. Eu penso que foi oportuna a manifestação porque esta é a Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação. Portanto, a área de comunicação também está sob sua responsabilidade. A comunicação é o chamado *full disclosure,* quer dizer, a abertura das informações aos acionistas, aos servidores – e são milhares de servidores, não só no Rio Grande do Sul mas também em Santa Catarina.

É claro que tenho uma participação nessa história, porque, em 1979, quando o Grupo de instalou em Santa Catarina, eu estava aqui, em Brasília, e trabalhei muito no processo de transmitir as informações, como era a orientação do fundador Maurício Sirotsky Sobrinho para regionalizar a informação. Ou seja, os assuntos de interesse do Rio Grande do Sul serem tratados em Brasília com a visão de interesse do Rio Grande do Sul. Isso foi uma inovação em matéria de comunicação no Brasil, um país continental, cuja comunicação era determinada pelo eixo Rio-São Paulo, Senador Aloysio. Então, a Vieira Souto era mais conhecida, às vezes, no Brasil do que a Rua da Praia ou ruas conhecidas em Recife, Cuiabá ou Campo Grande. O Grande valor, eu penso, da contribuição que Maurício Maurício Sirotsky deu foi exatamente buscar a sintonia fina entre o que o veículo de comunicação em Brasília fazia em relação às demandas dos Estados onde servia – Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Acho que essa filosofia, criada por Maurício e seguida pelos seus sucessores – Jayme Sirotsky, Nelson Sirotsky, Pedro Sirotsky, Eduardo Melzer, Duda Melzer –, foi observada por todos os colaboradores, pessoas de grande talento e competência. Então, a decisão é empresarial. Não há o que discutir. Mas, sem dúvida, ela cria um novo desenho no comando das comunicações do Brasil.

Eu desejo que aqueles princípios que nortearam a criação desse grupo, com quem tive a honra de trabalhar durante 33 anos – não são só 3 três, mas 33 –, que são os princípios de ética e de responsabilidade, continuem com o novo desenho da concentração das operações no Rio Grande do Sul.

Era essa a observação que eu faço.

Cumprimento V. Exª pela nota divulgada na comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Estamos comunicando essa nota, Senador Aloysio e Senador Hélio José, a quem saudamos pela presença, não apenas por termos sido funcionários dessa empresa, tanto a Senadora Ana Amélia, como eu – a Senadora Ana Amélia esteve lá por 33 anos; eu estive nessa empresa por 27,5 anos –, mas porque é uma das maiores empresas de comunicação do Brasil.

E ela tem agora a sua parte de Santa Catarina entregue aos catarinenses. Rompe-se aquele vínculo RBS - Santa Catarina/Rio Grande do Sul. Agora, cada uma cuida do seu Estado, embora permaneçam as boas relações.

Dito isso, Senadora Ana Amélia e companheiros já presentes...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu me associo às palavras de V. Exª e da Senadora Ana Amélia, em saudação ao grupo RBS, ao tempo em que também tomo conhecimento dessa nova configuração do Grupo com essa separação, que não é um divórcio, mas, enfim, é uma descentralização mantendo vínculos de colaboração entre a seção de Santa Catarina e a do Rio Grande do Sul.

Mas, sobre a pauta de hoje, eu queria solicitar de V. Exª a retirada do Item 2, do qual sou Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Item...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Item 2. Solicito isso porque acabei de saber que o Senador Randolfe propôs quatorze emendas... (*Pausa.*)

Sim; nove.

De qualquer maneira, é um número considerável de emendas e eu precisaria de algum tempo para analisá-las.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. É o item sobre pesquisa clínica.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pesquisa para novos...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – De autoria da Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... tratamentos e medicamentos. De fato, é uma matéria extremamente importante.

Enquanto aguardamos mais quórum, eu queria informar-lhes, Senadores, que começou ontem – e isso interessa também à nossa colega da Bancada gaúcha, Ana Amélia –, no Município de Não-Me-Toque, aquela que já é hoje a maior feira de agricultura do Brasil, onde estive presente ontem, pela manhã. Foi uma cerimônia muito concorrida, com a presença das maiores autoridades do Sul e representantes também de Brasília.

Tivemos oportunidade de constatar, Senadora Ana Amélia – e sei que V. Exª vai fazer transmitir os trabalhos da Comissão da Agricultura a partir de lá esta semana, o que, Inclusive, está sendo muito aguardado esse evento no dia 11 –, que, enquanto os índices da nossa economia são todos negativos, a ponto de o PIB do ano recém-findo ser 3,8% abaixo de zero e de haver uma perspectiva de índice baixo para este ano, no Brasil, o PIB da agricultura, que é quem vem salvando a lavoura – com perdão do trocadilho –, foi 1,8 positivo e, no Rio Grande do Sul, de 8%. O Rio Grande do Sul vive suas grandes dificuldades. O Rio Grande, sob o ponto de vista de finanças públicas, está praticamente quebrado, mas não na agricultura, que vai muito bem, obrigado.

Ontem, foi uma mostra extraordinária, com 77 representantes de países estrangeiros para fazer negociações nesta Expodireto de Não-Me-Toque. Foi emocionante. Houve discursos muito candentes exaltando esse lado de muita tradição no Rio Grande do Sul, a produção primária. O Presidente da Farsul pede que se diga sempre "produção primeira", porque, sem alimentos, não adianta pensar em outras produções. É preciso comer, e o Brasil e, particularmente, o Rio Grande do Sul é um grande produtor de alimentos.

Então, queria fazer esse registro sobre a abertura ontem da Expodireto Cotrijal, no Município de Não-Me-Toque, a maior feira agrícola do País.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Queria cumprimentá-lo, Senador Lasier Martins, e dizer que exatamente hoje, Dia Internacional da Mulher, já que o senhor menciona o caso da Expodireto Cotrijal, Não-Me-Toque, a sede dessa importante feira, é a capital brasileira da agricultura de alta precisão, ou seja, alta tecnologia, ali, está em vigor pelo trabalho deles.

Hoje, também, Dia Internacional da Mulher, queria fazer um destaque, aproveitando o jornal publicado pela Comissão, à cientista que foi matéria da publicação semanal *Cientistas do Brasil*, a cientista Bernadete Angelina Gatt, que é educadora. Ela é de São Paulo e tem uma grande contribuição à educação e à ciência em nosso País. Então, à Profª Drª Bernadete Angelina Gatt os cumprimentos.

Hoje, também, e V. Exª falou do êxito da Expodireto, onde a agricultura familiar tem um pavilhão e uma área muito extraordinária, mas mulheres líderes do MST estão à frente de uma indústria de fertilizantes, protestando contra o agronegócio. Elas estão protestando, as mulheres do MST, contra o agronegócio e contra a globalização, ou seja, é o caminho inverso, porque o que está salvando o Brasil são exatamente os números que a produção agropecuária vem apresentando. Gerando superávit comercial, é o único setor que está tendo ativismo econômico e produtivo. Então, não se entende essa manifestação, embora a democracia aceite e respeite a manifestação. É estranho que o setor que vem ajudando o Brasil a sair da crise esteja sendo atacado pelo movimento social MST.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

Embora não tenhamos ainda quórum para deliberar, podemos, até por serem projetos não terminativos e porque um relator já está aqui, o Senador Telmário Mota, tomar conhecimento deles.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, de 2014
- Não terminativo -

Acrescenta parágrafo ao art. 45 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 e altera a redação dos arts. 44 e 46 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para prever o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e de legendas nas propagandas eleitoral e partidária efetuadas mediante transmissão por televisão.

Autoria: Senador Ruben Figueiró.
Relatoria: Senador Telmário Mota.
Relatório: Pela aprovação.
Observações:
A matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Constituição, Justiça e Cidadania.

Com a palavra o Relator, Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, esse relatório que vamos, agora, comentar na Comissão é exatamente sobre o assunto que V. Exª já colocou: é o uso da Libras na propaganda eleitoral.

Nós vamos fazer a leitura de forma um pouco sucinta, apesar de não termos ainda o quórum para a votação. Assim, eu vou entrar direto à análise.

Conforme incisos VII e IX do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), compete à CCT opinar sobre assuntos atinentes à comunicação, radiodifusão e televisão, bem como sobre assuntos correlatos. A iniciativa em comento inscreve-se, portanto, no rol das matérias sujeitas ao exame deste Colegiado.

As disposições do projeto vêm detalhar a utilização de recursos de acessibilidade já suportados pelo serviço de radiodifusão de sons e imagens. Nesse sentido, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu art. 67, estabelece que:

Art. 67. Os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem permitir o uso dos seguintes recursos, entre outros:
I - subtitulação por meio de legenda oculta;
II - janela com intérprete da Libras*;*
III - audiodescrição.

Assim, deve-se destacar que o projeto não cria novas obrigações técnicas às concessionárias de radiodifusão.

Com relação à responsabilidade pela produção do conteúdo das legendas e da interpretação em Libras, o projeto segue a lógica vigente no setor, segundo a qual esse encargo é de responsabilidade de quem elabora o material audiovisual a ser divulgado. Com relação a essa questão, a Norma Complementar nº 1, de 2006, do Ministério das Comunicações, determina que:

5.3 Os programas que compõem a propaganda político-partidária e eleitoral, bem assim campanhas institucionais e informativos de utilidade pública veiculados pelas pessoas jurídicas concessionárias do serviço de radiodifusão de sons e imagem, bem como as pessoas jurídicas que possuem permissão ou autorização para executar o serviço de retransmissão de televisão, deverão conter janela com intérprete de Libras (Língua Brasileira de Sinais), cuja produção e/ou gravação ficarão ao encargo e sob a responsabilidade dos Partidos Políticos e ou dos respectivos Órgãos de Governo aos quais se vinculem os referidos programas, sem prejuízo do cumprimento do disposto no subitem 5.1.

[…]

10.1 As emissoras de radiodifusão de sons e imagens e as retransmissoras de televisão são responsáveis pela produção e veiculação dos recursos de acessibilidade definidos no subitem 5.1 em todos os programas dos quais sejam detentoras dos direitos autorais. (grifado)

Em idêntico sentido, o texto da proposição determina que a interpretação em Libras e as legendas "deverão constar obrigatoriamente do material entregue às emissoras", tanto no caso da propaganda partidária quanto no caso da propaganda eleitoral.

Pelo exposto, percebe-se que o projeto, sem afetar a dinâmica do setor, consegue avançar no sentido de proporcionar maior acessibilidade ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, particularmente nas transmissões relacionadas ao processo eleitoral. Além de relevantes, essas medidas se alinham às diretrizes estabelecidas no art. 76 do Estatuto da Pessoa com Deficiência:

Art. 76. O poder público deve garantir à pessoa com
deficiência todos os direitos políticos e a oportunidade de exercê-los em igualdade de condições com as demais pessoas.
§ 1º À pessoa com deficiência será assegurado o direito de
votar e de ser votada, inclusive por meio das seguintes ações:
[…]
III - garantia de que os pronunciamentos oficiais, a propaganda
eleitoral obrigatória e os debates transmitidos pelas emissoras de televisão possuam, pelo menos, os recursos elencados no art. 67 desta Lei;
[…]

Percebe-se, dessa maneira, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, a importância do projeto para o fortalecimento do processo democrático.

Portanto, Sr. Presidente, o nosso voto é pela aprovação desse maravilhoso projeto, haja vista que, sem nenhuma dúvida, ainda existia essa lacuna na propaganda eleitoral, que, como nós vimos, é de responsabilidade dos partidos e das emissoras, além do que não prejudica, de um modo geral; ao contrário, só facilita para aqueles que necessitam ter acesso a essas informações via Libras.

Portanto, nosso relatório é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senador Telmário.

Embora a matéria não seja terminativa, vamos aguardar a composição do quórum para debater essa matéria referente ao emprego da Língua Brasileira de Sinais e legendas nas propagandas eleitorais.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Em relação ao item 2, cujo Relator é o Senador Aloysio, nós chegamos...

Está aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O item 2 diz respeito então à pesquisa clínica.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – As emendas enviadas pelo Senador Randolfe são:

1) acrescente-se o seguinte inciso XII ao art. 24 do PLS nº 200, de 2015, com a redação abaixo:
Art.24.....
.....
XII - assegurar os direitos e zelar pelo bem-estar e pela segurança dos participantes de pesquisa.

A justificação do Senador é a seguinte:

O art. 24 traz em seus incisos uma lista com responsabilidades do investigador. Todos os incisos estão relacionados à qualificação do investigador, compromissos com os dados do estudo e sua execução, mas não há menção à responsabilidade com os participantes de pesquisa. Trata-se de aspecto relevante, haja vista que as responsabilidades do investigador não se restringem apenas ao protocolo, mas sobretudo, à participação na pesquisa. Qual a solução? Acrescentar um inciso ao art. 24, reforçando a responsabilidade do investigador com o participante da pesquisa. (*Pausa.*)

Também propõe, numa outra emenda... Aliás, são catorze emendas. Não; nove. São nove emendas. Mas é um maço respeitável de emendas do Senador Randolfe.

Também uma proposta de emenda ao art. 17:

Nos casos em que seja inviável a obtenção do termo de consentimento livre e esclarecido, ou que esta obtenção signifique riscos substanciais à privacidade e à confidencialidade dos dados do participante ou aos vínculos de confiança entre pesquisador e pesquisado, a dispensa do TCLE deve ser justificadamente solicitada pelo pesquisador responsável à instância de revisão ética, para apreciação, sem prejuízo do posterior processo de esclarecimentos.

Vamos continuar lendo as emendas, tendo em vista que se impõe, para fins do oportuno debate.

Também uma outra emenda é ao art. 32 desse mesmo PLS nº 200, de 2015:

Art. 32 A concordância do participante da pesquisa com a coleta, o depósito, o armazenamento, a utilização, o descarte de seu material biológico, bem como com o envio de seu material biológico e de seus dados para o centro de estudos localizado fora do País será formalizado por meio do termo de consentimento livre e esclarecido.

Parágrafo único. O participante da pesquisa ou seu representante legal, a qualquer tempo e sem quaisquer ônus ou prejuízos, pode retirar o consentimento de armazenamento e utilização do seu material biológico, assim como tem direito de solicitar a retirada de seus dados genéticos de bancos onde se encontrem armazenados.

Uma outra emenda do Senador Randolfe a esse item da pesquisa clínica é com relação ao art. 31 desse Projeto de Lei do Senado nº 200:

Art. 31 Os dados coletados pela pesquisa serão armazenados pela instituição executora da pesquisa, sob a responsabilidade do investigador principal, por cinco anos, no mínimo.

§1º O armazenamento de dados em centros de estudos localizados fora do País é da responsabilidade do investigador principal e do patrocinador, quando houver.

§2º A alteração do prazo de armazenamento dos dados estabelecido no *caput* deve ser autorizada pelo CEP, mediante solicitação

mediante solicitação do investigador principal.

Uma outra das nove emendas do Senador Randolfe.

Insira-se o seguinte art. 31 ao Projeto de Lei do Senado nº 200:

Art. 31. Os materiais biológicos humanos serão armazenados, de acordo com as diretrizes éticas do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, além daquelas constantes desta lei, em biorrepositórios ou biobancos da instituição executora das instituições envolvidas, sob a responsabilidade institucional e sob o gerenciamento do pesquisador principal, enquanto a pesquisa estiver em execução.

§ 1º Excetuam-se da exigência do *caput* os materiais perecíveis cujo armazenamento seja inviável.

§ 2º Após o término da pesquisa, se houver continuidade do armazenamento em biorrepositório, os materiais biológicos referidos no *caput* serão de responsabilidade e gerenciamento do pesquisador, alternativamente poderão ser transferidos para biobanco credenciado no sistema CEP/CONEP, estando sujeitos à inspeção sanitária.

§ 3º O envio e armazenamento de material biológico humano e informações associadas para centro de estudo localizado fora do País são de responsabilidade do investigador principal e do patrocinador, quando houver, observadas as seguintes condições:

I – observância da legislação sanitária nacional e internacional sobre remessa e armazenamento de material biológico;

II – garantia de acesso e utilização dos dados e do material biológico humano armazenado no exterior, para fins científicos, aos pesquisadores e instituições brasileiras;

III – observância da legislação nacional, especialmente no tocante à vedação de patenteamento e comercialização de material biológico.

Vamos a mais uma emenda proposta. É uma matéria altamente relevante e diz respeito à pesquisa clínica com material biológico.

Dê-se ao art. 30 do Projeto de Lei do Senado nº 200... (*Pausa.*)

O Brasil tem normas específicas para o uso de material biológico humano em pesquisas, havendo, para este fim, a Resolução CNS nº 441/2011 e a Portaria do Ministério da Saúde nº 2.201/2011. Essas normas estabelecem regras claras para a coleta, armazenamento e uso de material biológico em pesquisas. Também define as normas para a constituição de biobancos e biorrepositórios localizados no Brasil, bem como aqueles constituídos e mantidos no exterior com amostras e dados pessoais de brasileiros.

Os materiais biológicos e informações associadas armazenados em biobancos são coletados e estocados de forma dissociada de um ou mais protocolos específicos, constituindo coletânea de amostras e dados destinada a possíveis múltiplos usos futuros em pesquisa por serem delineadas e aprovadas.

Mais uma emenda do Senador Randolfe, que foi fundo no exame desta matéria que será, como disse há pouco, uma das mais importantes em debate na nossa Comissão nos próximos dias. É uma emenda ao art. 27 do Projeto de Lei nº 200.

Art. 27. A utilização exclusiva de placebo só é admitida quando inexistirem métodos comprovados de profilaxia, diagnóstico ou tratamento para a doença objeto da pesquisa clínica e desde que os riscos ou os dados decorrentes do uso de placebo não superem os benefícios da participação na pesquisa.

Mais uma das nove emendas:

Dê-se ao art. 28 do Projeto de Lei nº 200 (...)

Art. 28. Ao término da pesquisa, o patrocinador garantirá aos participantes da pesquisa o fornecimento gratuito, e por tempo indeterminado, do medicamento que tenha apresentado maior eficácia terapêutica e relação risco/benefício mais favorável que o tratamento de comparação, sempre que o medicamento experimental for considerado pelo médico assistente ou pelo médico do estudo a melhor terapêutica para a condição clínica do participante da pesquisa.

Dê-se ao art. 2º do PLS nº 200, de 2015, a seguinte redação:

"Art. 2º .....

XIX – instância nacional de controle de revisão ética de pesquisa clínica: colegiado interdisciplinar, independente, vinculado à direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS), de caráter normativo, consultivo, deliberativo e educativo, que tem como missão proceder à regulação, fiscalização e controle ético da pesquisa clínica, com vistas a proteger a integridade e a dignidade dos participantes da pesquisa, além de contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos;

.....

XLIV – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep): instância colegiada, de natureza consultiva, deliberativa, normativa, educativa, independente, organizada e vinculada ao Conselho Nacional de Saúde."

São essas, então, as nove emendas do Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Com a palavra o Sr. Relator, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu recebi, como V. Exª acaba de esclarecer, essas emendas do Senador Randolfe agora, quando a reunião já havia sido iniciada. De modo que não tive tempo para analisá-las. Algumas me parecem, simplesmente, reprodução, em outros termos, de disposições que já estão contidas na matéria; outras inovam, como essa, por exemplo, que prevê a vinculação da Conep ao Conselho Nacional de Saúde. Aí vamos ter, seguramente, uma polêmica bastante acirrada em relação a esse ponto.

Mas o fato é que as emendas do Senador Randolfe merecem toda a consideração minha e da Comissão, e foi humanamente impossível oferecer o parecer com o cuidado que elas merecem. Desse modo, pedi a V. Exª – e V. Exª concordou – a retirada de pauta. Espero que, na próxima terça-feira, possamos deliberar sobre ela.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeitamente razoável o argumento do Senador Aloysio, porque é matéria complexa, diz respeito a exame clínico, com material biológico. São muitas emendas. Evidentemente, precisamos de tempo tanto para o seu relatório quanto para a discussão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Nós ainda estamos sem quórum, embora estejamos saudando a chegada do Senador Flexa. Precisamos de mais dois para completarmos o número de nove, registrados já na nossa lista.

Eu vou pedir ao Vice-Presidente da Comissão, Hélio José, que assuma por instantes para eu ler...

Seja bem-vindo, Senador Cristovam!

O Senador Cristovam fez uma viagem muito interessante ao Oriente Médio, a serviço do Senado.

Numa síntese, Senador, o que fizeram lá?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. *Fora do microfone*.) – Não foi a serviço do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Ah, foi particular?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. *Fora do microfone*.) – Particular, mas não de diversão. Eu faço parte de um júri que seleciona...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Microfone. Está gravando, está sendo transmitido.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu faço parte de um júri – somos cinco pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O senhor foi como jurado?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Como jurado, até porque, se fosse como premiado, vocês iriam ver que era capaz de eu não querer estar aqui. É um prêmio, criado pelo Rei do Bahrein, àqueles que deram uma grande contribuição à humanidade. A cada dois anos, ele dá esse prêmio de US$1 milhão e uma placa de ouro. Ou seja, é um prêmio que tem um nível...

O SR. PRESIDENTE (Não Identificado) – É o que o Bahrein pode fazer. É um paisinho rico.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Com o preço do petróleo caindo, mas ainda pode.

Então, eu sou parte desse júri, o que é uma grande honra. Somos cinco pessoas. Eu estou nisso pela segunda vez. Aliás, eu sou o único que ficou mais de uma vez, além do coordenador, que é uma pessoa ligada ao próprio rei do país. Então, foi uma viagem longa, mas por poucos dias.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Quem foi o agraciado como benfeitor da humanidade?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não, não. Leva um ano para escolher o agraciado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Ah, esta semana começou.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É a primeira etapa desta terceira edição do prêmio na história. O último, de que participei, foi um indiano que tem uma escola do maternal à universidade para 22 mil pessoas, e está aumentando. Faz 15 anos que ele tem esse programa. A anterior foi uma médica da Malásia que tem um sistema de saúde pública por ela; ela fazendo isso.

Agora, a lista é muito boa. Há uma pessoa que me lembrou o Senador Hélio. Há um menino, de uns 28, 30 anos, que desenvolveu uma lâmpada com base na energia solar para colocar nas escolas do Quênia.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Que maravilha!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sim; uma coisa simples que ele fabrica ali mesmo.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Se o senhor tiver o contato...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É um processo longo e nós – esse grupo – só escolhemos três, não escolhe o último. Esses três nomes são entregues à Comissão que vai lá visitar, analisar e saber se aquilo não foi uma invenção. Ficam lá por semanas e escolhem um.

Então, ainda está em tempo de haver indicações. Se alguém estiver assistindo... Não há um brasileiro.

O último trabalho desse tipo foi o da Zilda Arns.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Maravilha!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Mas tem que estar vivo para receber o prêmio, tal qual o Prêmio Nobel. É um bom uso do dinheiro do petróleo. É um bom uso, a meu ver.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Esta Comissão só quer parabenizar V. Exª, Senador Cristovam, por estar nessa importante juri. Acho que a relevância é muito grande, tal como o senhor coloca, pois são pessoas geralmente ligadas à educação, à inovação...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não necessariamente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Não obrigatoriamente. Mas esse indiano do qual o senhor falou foi muito bacana a proposta dele.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu não o conhecia. O nome chegou. Aliás, eu não conheço nenhum dos que estão na lista.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Essa questão da lâmpada é interessante. Depois quero conhecer esse menino. Se o senhor tiver o contato dele...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Vou trazer. Tenho o currículo, tem a história do que ele faz.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Muito bom!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Então, Senador, não foi pelo Senado nem para o Senado, mas acho que foi uma boa causa.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mesmo porque V. Exª tem se caracterizado, Senador Cristovam, como um homem da cultura e do conhecimento sempre com dedicação especial à pesquisa, à ciência e à tecnologia. Essas suas presenças nesses acontecimentos permitem que o senhor volte para esta Comissão cada vez mais enriquecido de conhecimento e de dados para contribuir com esta Comissão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu não sei se volto enriquecido, mas a Comissão está enriquecida com o senhor como Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É bondade sua.

Passo a Presidência ao Senador Hélio José. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PMB - DF) – Assumindo a Presidência, passo a palavra ao Senador Lasier, que é Relator do item 4, que se refere ao PLS nº 224, de 2014.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2014
- Terminativo -

Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para garantir aos usuários de serviços de telecomunicações o direito de cancelamento dos serviços por telefone e por internet.

Autoria: Senador Eduardo Amorim.
Relatoria: Senador Lasier Martins.
Relatório: Pela aprovação do Projeto e pela rejeição das Emendas nºs 01 e 02-CMA.
Observações:
1) A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 01 e 02-CMA;
2) A matéria constou na pauta da reunião do dia 01/03/2016.

Com a palavra V. Exª, Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Trata-se de matéria terminativa sobre o Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2014, do Senador Eduardo Amorim, que altera o art. 3° da Lei n° 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para garantir aos usuários de serviços de telecomunicações o direito de cancelamento dos serviços por telefone e por *internet*.

Isso interessa a todo mundo, a todos os brasileiros, pois se trata do direito de cancelamento dos serviços por telefone e por *internet*. Isso interessa a todos os brasileiros!

Vou direto à análise.

Conforme os incisos II e IX do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCT opinar sobre assuntos atinentes à Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática, bem como sobre assuntos correlatos.

A iniciativa em comento inscreve-se, portanto, no rol das matérias sujeitas ao exame deste Colegiado.

Por se tratar de decisão terminativa, incumbe a esta CCT examinar também os aspectos relativos à constitucionalidade, juridicidade e a regimentalidade.

A proposta atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União, conforme o art. 22, IV, da Constituição Federal.

No que tange à juridicidade e à regimentalidade, de igual modo, a proposição se mostra adequada.

No mérito, a proposição se mostra necessária para garantir aos usuários de serviços de telecomunicações meios eficientes de cancelar seus contratos de prestação de serviços. Evita-se desta forma que dificuldades, como a necessidade de deslocamento até um posto de atendimento da prestadora, nem sempre disponível na localidade de residência do usuário, dificultem ou adiem a rescisão contratual, gerando custos desnecessários aos consumidores.

Ademais, deve-se ressaltar que a garantia de mecanismos simplificados de rescisão dos contratos, ainda que indiretamente, serve como estímulo à melhoria da qualidade dos serviços de telecomunicações.

Se o processo para a rescisão for penoso, os usuários podem preferir suportar um serviço de baixa qualidade a enfrentá-lo.

Passamos, agora, a analisar as emendas propostas.

A Emenda nº 1 – CMA, como anteriormente apontado, é mero ajuste da ementa do projeto às alterações propostas pela Emenda nº 2 – CMA. Por essa razão, não há necessidade de aprofundar a análise dessa primeira emenda.

A Emenda nº 2, por sua vez, traz três alterações ao texto.

A primeira alteração introduzida pela Emenda nº 2 é a exclusão do texto do direito a atendimento presencial. De fato, a aprovação do PLS 502, de 2007, tornaria prejudicada essa questão, especialmente porque o citado projeto aborda, de modo mais detalhado, esse novo direito conferido aos usuários. De acordo com o texto aprovado, os usuários passam a ter direito "a atendimento presencial que permita o encaminhamento de qualquer espécie de solicitação a respeito dos serviços ofertados pela prestadora".

No entanto, deve-se observar que o referido PLS 502, de 2007, encontra-se ainda em apreciação na Câmara dos Deputados, e não é possível saber quando aquela Casa o fará. De tal sorte, em nosso entendimento, a retirada do "atendimento presencial" poderia, ao fim e ao cabo, ocasionar prejuízo ao consumidor.

A respeito da segunda alteração proposta pela Emenda nº 2, entendemos que a modificação do direito de atendimento "por internet" para direito de atendimento "por meio eletrônico" pode desfavorecer os usuários. Isso porque, como apontado no parecer daquela comissão, a expressão "por meio eletrônico" é abrangente e, por essa razão, pode não contemplar especificamente o direito que se pretende: o cancelamento do contrato pela internet.

O acesso à internet é, hoje, relativamente amplo no Brasil e tende a se ampliar ainda mais — já existem mais de 200 milhões de acessos ativos à rede. Assim, ao se garantir o direito ao cancelamento do serviço de telecomunicações pela internet, se estabelece um meio fácil, acessível e eficiente para a realização desse procedimento.

Por outro lado, o direito ao cancelamento do serviço por um meio eletrônico qualquer pode não trazer a facilidade desejada. Esse direito poderia significar, por exemplo, a oferta de cancelamento por meio de máquinas eletrônicas de autoatendimento, semelhantes às utilizadas pelos bancos, mas poderiam não estar tão facilmente acessíveis ao usuário. Nesse caso, o direito garantido aos usuários poderia não resultar em ganho efetivo. Assim, em prol da clareza, parece-nos que a manutenção do termo "internet" é benéfico para o usuário.

Por fim, com relação à terceira alteração trazida pela Emenda nº 2, entendemos que se trata de mero ajuste de estilo, sem consequências substantivas no direito a ser conferido aos usuários.

O relatório apresentado na CMA pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira tem o elogiável mérito de buscar aperfeiçoar o projeto. Todavia, parece-nos haver elementos suficientes para indicar que o Projeto de Lei nº 224, de 2014, deve ser mantido tal qual proposto pelo Senador Eduardo Amorim.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2014, na forma como proposto pelo Senador Eduardo Amorim, e pela rejeição das Emendas nos 1 e 2 – CMA.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PMB - DF) – Excelência, por se tratar de um projeto terminativo, ainda carecemos da presença de dois outros colegas Senadores aqui, na Comissão.

Então, podemos votar o item 1.

O item 1 não é terminativo, consequentemente há quórum na Comissão.

Se V. Exª quiser que eu já bote o item 1 sob deliberação, para ver se chegam dois para votar o do senhor... Aí já posso ir para o meu lugar.

Então, vamos colocar em discussão o item 1.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, de 2014
- Não terminativo -

Acrescenta parágrafo ao art. 45 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 e altera a redação dos arts. 44 e 46 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para prever o uso da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e de legendas nas propagandas eleitoral e partidária efetuadas mediante transmissão por televisão.

Autoria: Senador Ruben Figueiró
Relatoria: Senador Telmário Mota
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Constituição, Justiça e Cidadania

O PLS 272, de 2014, foi aqui relatado pelo Senador Telmário. Trata-se de um projeto de autoria do Senador Ruben Figueiró.

Então, em discussão a matéria, que já foi lida pelo Senador Telmário Mota. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Relator Senador Telmário Mota.

As Sªs e Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Só um detalhe: o relatório é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PMB - DF) – Exatamente, o relatório é pela aprovação do PLS nº 272.

Como não há ninguém que se oponha a aprovação, está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PMB - DF) – Pois não, Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sou relator do nº 21. Se pudéssemos ler...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PMB - DF) – O seu projeto é qual?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – O 21.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PMB - DF) – Projeto nº 21, que trata sobre concessão de rádio?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PMB - DF) – Porque vamos precisar de quórum. Espera só um instantinho. Senador Medeiros chegou, o Senador Omar está vindo, o Cassol.

Telmário, não pode sair. Só falta chegar um aqui para a gente votar o projeto terminativo do Senador Cristovam.

Eles estão aqui?

(Fora do microfone.)

Gostaria de convidar o Senador Omar Aziz, para, se possível, comparecer aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia, também o nosso Senador Cristovam Buarque, para a gente deliberar sobre alguns projetos terminativos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PMB - DF) – Retransmito a Presidência ao nosso grande Presidente, nobre Senador Lasier Martins.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O próximo item é o Item nº 5, que tem como Relator o Senador Walter Pinheiro, que comunicou, ainda pela metade da manhã, que estava em viagem com voo atrasado e não chegaria a tempo.

Então, eu vou pedir ao Senador Hélio José que faça a relatoria *ad hoc* desse projeto, que é terminativo e diz respeito à definição e forma de avaliação e monitoramento do Programa Nacional de Banda Larga.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 432, de 2014
- Terminativo -

Define a forma de avaliação e monitoramento do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL.

Autoria: Senador Anibal Diniz
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta
Observações:
1) Sendo aprovado o Substitutivo, a matéria será incluída na Pauta da próxima Reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal;
2) A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 1º/12/2015, 15/12/2015, 23/02/2016 e 01/03/2016.

Com a palavra o Senador, para relatoria *ad hoc*, Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Obrigado, Excelência.

Relatório.

Vem ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 432, de 2014, de autoria do Senador Aníbal Diniz atual Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

A proposição visa a estabelecer a forma de avaliação e monitoramento do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), tendo em vista as conclusões da avaliação realizada pela CCT sobre esse programa durante o ano de 2014.

O projeto define que a avaliação e o monitoramento do PNBL serão apresentados com periodicidade máxima de um ano pelo Ministério das Comunicações e pelo Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital (CGPID). Determina que, em cada ciclo de avaliação e de monitoramento, deverão ser analisadas e propostas políticas públicas e planos de investimento para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas do PNBL.

O projeto estabelece ainda que, a cada dois anos, as comissões competentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal realizarão, alternadamente, avaliações sobre a execução do PNBL.

Por fim, o projeto determina que, a cada quatro anos, a União promoverá a realização de conferências nacionais de comunicação com o objetivo de avaliar a execução do PNBL e subsidiar a revisão de suas ações e metas para o período subsequente.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

Conforme os incisos II e IX do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CCT opinar sobre assuntos atinentes à política nacional de ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática, bem como sobre assuntos correlatos.

A iniciativa em comento inscreve-se, portanto, no rol das matérias sujeitas ao exame deste Colegiado.

Por se tratar de decisão terminativa, incumbe à CCT examinar também os aspectos relativos à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa.

Com relação à constitucionalidade, o projeto se alinha perfeitamente com o preceito da eficiência na administração pública, consagrado no art. 37 de nossa Constituição Federal. Alinha-se também com os direitos de acesso à informação estabelecidos no art. 5º, inciso XXXIII, do texto constitucional.

De modo semelhante, não se verifica nenhum problema de juridicidade na proposição. A participação do Poder Legislativo na definição das políticas públicas relacionadas às telecomunicações está prevista no art. 1º da Lei Geral das Telecomunicações:

> Art. 1° – Compete à União, por intermédio do órgão regulador e nos termos das políticas estabelecidas pelos Poderes Executivo e Legislativo, organizar a exploração dos serviços de telecomunicações.
>
> .....

De fato, percebe-se que o objetivo maior da proposta é dar efetividade ao comando contido no inciso I do art. 2º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei Geral de Telecomunicações :

> Art. 2° O Poder Público tem o dever de:
> I - garantir, a toda a população, o acesso às telecomunicações, a
> tarifas e preços razoáveis, em condições adequadas;
> .....

No momento da elaboração da Lei Geral das Telecomunicações, o acesso às telecomunicações significava o acesso à telefonia fixa. Hoje, contudo, o acesso às telecomunicações significa, fundamentalmente, o acesso à internet em banda larga. Por essa razão, o Decreto nº 7.175, de 12 de maio de 2010, que instituiu o PNBL, definiu como um de seus objetivos: "massificar o acesso a serviços de conexão à internet em banda larga".

Nesse mesmo sentido, a recente Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, mais conhecida como Lei do Marco Civil da Internet, estabeleceu que:

> Art. 4º A disciplina do uso da internet no Brasil tem por objetivo a promoção:
> I - do direito de acesso à internet a todos;
> .....

Assim, a proposição se ajusta perfeitamente aos princípios gerais da legislação do setor de telecomunicações.

Destaca-se também a coerência da proposição com as disposições da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, que, em seu art. 8º, estabeleceu para os órgãos e entidades públicas o dever de divulgar dados para acompanhamento de programas, ações e projetos.

Com relação ao mérito, a proposição também se mostra positiva. Diante da relevância da ampliação do acesso à internet em banda larga para o desenvolvimento nacional, a instituição de um sistema mais transparente e participativo de avaliação dos programas governamentais pode ajudar a melhorar a eficiência do gasto público.

Deve-se ainda destacar que a proposição não gera custo adicional aos cofres públicos, salvo pela realização de conferências de comunicação a cada quatro anos, o que não produz impacto financeiro significativo.

O projeto, contudo, pode ser aprimorado para tornar mais geral sua aplicação. Nesse sentido, a restrição da proposição a um programa específico de governo — o PNBL — não parece ser a opção ideal. Em nosso entendimento, a avaliação e o monitoramento propostos devem abranger, de forma ampla, as políticas públicas de ampliação do acesso à internet.

III – VOTO

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do PLS nº 432, de 2014, na forma do substitutivo que apresentamos.

EMENDA Nº – CCT (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 432, DE 2014

Dispõe sobre a avaliação e o monitoramento das políticas públicas destinadas à ampliação do acesso à internet.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a avaliação e o monitoramento das políticas públicas destinadas à ampliação do acesso à internet.

Art. 2º A avaliação e o monitoramento das políticas públicas destinadas à ampliação do acesso à internet serão apresentados com periodicidade máxima de um ano pelos órgãos públicos competentes.

§ 1º Os resultados da avaliação e do monitoramento serão amplamente divulgados na internet.

§ 2º Em cada ciclo de avaliação e monitoramento, serão propostas políticas públicas e planos de investimento para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas estabelecidas.

§ 3º A cada dois anos, as comissões competentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal realizarão, alternadamente, avaliações sobre a execução das políticas públicas destinadas à ampliação do acesso à internet com o objetivo de aferir o cumprimento das metas estabelecidas.

Art. 3º Serão realizadas conferências nacionais de comunicação a cada quatro anos, precedidas de conferências distritais e regionais, com o objetivo de avaliar a execução das políticas públicas destinadas à ampliação do acesso à internet e de subsidiar a revisão de suas ações e metas para o período subsequente.

Art. 4º Será garantida a participação permanente das entidades representativas da sociedade civil na avaliação e no monitoramento das políticas públicas destinadas à ampliação do acesso à internet, bem como na revisão de suas metas.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse seria o relatório, Sr. Presidente. Eu só quero comentar que é de grande relevância esse substitutivo apresentado pelo nosso nobre Senador Walter Pinheiro. Esse é um assunto do momento. Eu acho que o acesso à banda larga é fundamental a todos.

Então, passo a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado pela contribuição, Senador Hélio José, sobre essa avaliação e monitoramento do Programa Nacional de Banda Larga, que tem na relatoria o Senador Walter Pinheiro e que teve o Senador Hélio José como relator *ad hoc*.

Como nos falta ainda um Senador para discussão, vamos protelar a votação para tão logo tenhamos a complementação do quórum.

Por isso, vamos partir para a leitura dos projetos de licenciamento de rádios. E o Senador Aloysio tem vários itens de emissoras. Então, eu pedirei a S. Exª que nos relate os itens 8 e 9.

ITEM 8
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 130, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BOA VISTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Limeira, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 01/03/2016.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Posso relatar o que V. Exª quiser, estou aqui para trabalhar. E não vou cobrar hora extra. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Tudo bem.

Já deixamos, então, alertado, para contribuir com a Mesa, o Senador Eduardo Amorim para ler, mais adiante, os itens 20, 21 e 22. O item 21 á da própria relatoria do Senador Eduardo Amorim, mas como não es-

tão os Senadores Davi Alcolumbre e Fernando Bezerra Coelho, V. Exª poderá então depois nos ajudar nesses itens 20, 21 e 22.

Com a palavra o Senador Aloysio para os itens terminativos 8 e 9, relacionados à licenciamento de emissoras de rádios.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Trata-se do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Boa Vista para executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Limeira, no Estado de São Paulo.

Não há nenhum óbice do ponto de vista regimental, constitucional.

Aprovação da matéria: está devidamente instruída, já foi bastante analisada pela Consultoria do Senado, de modo que meu parecer é pela aprovação.

O outro item é o item 9, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, é o item 9.

ITEM 9
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 140, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIOFÔNICA COMUNITÁRIA STILUS FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angatuba, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 01/03/2016.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O item 9 é um projeto de decreto legislativo que aprova o ato que outorga autorização à Associação Radiofônica Comunitária Stilus Fm para prestar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angatuba, no Estado de São Paulo.

Igualmente, como na matéria anterior, não há nenhum óbice.

A aprovação da presente proposição: está devidamente instruída e eu opino, portanto, pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

Como se adotou como práxis, vamos votar em bloco nesses itens que têm parecer pela aprovação. Então, vamos seguir com mais itens, passando à gentileza do Senador Eduardo Amorim, para os itens 20, 21 e 22.

ITEM 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 227, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PADROEIRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Davi Alcolumbre
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 01/03/2016.

ITEM 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 199, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE COCAL DO SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pela aprovação
Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 01/03/2016.

ITEM 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 239, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VALE DO IPOJUCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pesqueira, Estado de Pernambuco.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 01/03/2016.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, colegas Senadores, esse projeto aprova o ato que outorga autorização à Associação Padroeira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Barras do Paraná, no Estado do Paraná.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 227, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Padroeira para executar serviço de radiodifusão comunitária.

Esses são o parecer e o voto do projeto nº 20, Sr. Presidente.

O nº 21 é também na mesma linha, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 199, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária de Cocal do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina, na forma do decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, Sr. Presidente.

Esse é o voto do nº 21.

O nº 22, Sr. Presidente, na mesma linha.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 237, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Vale do Ipojuca para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pesqueira, Estado de Pernambuco, na forma do decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, Sr. Presidente.

São os três votos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Amorim, pela leitura dos itens 20, 21 e 22.

O item 23 tem como relator o Senador Flexa Ribeiro.

ITEM 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 333, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO URUMAJÓ DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Augusto Corrêa, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 01/03/2016.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente Senador Lasier Martins, Srs. Senadores.

O item 23 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 333, de 2015, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Urumajó de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Augusto Corrêa, Estado do Pará.

A cidade de Augusto Corrêa, Sr. Presidente, é um Município do nosso Estado, da região do Salgado, Bragantino, um Município importante, que tem a sua economia...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Aliás, no Pará tudo é importante, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É verdade. V. Exª, lá do outro extremo do Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Reconhecemos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... une o Brasil de norte a sul.

Tem sua economia baseada na pesca e na agricultura.

O parecer. Como não há nenhum óbice quanto à legislação pertinente, nem havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação da autorização à Associação Urumajó de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Augusto Corrêa.

Um grande abraço para os amigos lá de Augusto Corrêa, que terão, agora, mais uma rádio para que ouçam as notícias e se informem da justiça do nosso País; em especial, que possam fazer ir às ruas no dia 13, próximo domingo, para fazer um movimento contra esse desgoverno que está levando o País à situação de ter um índice de desemprego de dois dígitos, nunca dantes visto neste País – como gostava de dizer o ex-Presidente e chefe de tudo isso que está acontecendo no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado pela leitura, Senador Flexa.

Itens 24 e 25 a cargo do Relator, Senador Hélio José.

ITEM 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 196, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL GUARUJÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Hélio José
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 01/03/2016.

ITEM 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 246, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MANITUBA DE QUIXERAMOBIM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Hélio José
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 01/03/2016.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Sr. Presidente, o item de número 24 trata do Decreto Legislativo nº 196, de 2015, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Guarujá para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, terra natal do meu amigo Raupp aqui – não é isso, Santa Catarina?

Vamos ao voto. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 196, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural Guarujá para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Com relação ao item 25, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 246, de 2015, da Câmara dos Deputados, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Manituba de Quixeramobim para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará.

Voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 246/2015 não evidenciou a violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, de juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Manituba de Quixeramobim para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, esse é o voto.

Quero comentar, Flexa, que o meu desejo realmente é de que, no dia 13, a democracia prevaleça e que todos possam ir às ruas pacificamente, tanto um grupo quanto o outro, para termos nesse País a calmaria necessária de que precisamos.

Obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Quero só agradecer o Senador Hélio José. Fique certo de que a manifestação será pacífica em favor do Brasil e tenho certeza de que V. Exª vai estar lá conosco.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Obrigado, Senador Flexa.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Vamos aproveitar para ir adiante porque nós temos quórum, portanto, em seguida, poderemos votar esses vários itens que estão pendentes. Peço a fineza de meus pares e colegas e celeridade na apresentação para nós não perdermos o quórum que temos neste momento.

Vamos ao Senador Cristovam, que tem os itens de licenciamento de rádios nºs 10 até 19.

Vamos apenas ler as emissoras, porque, normalmente, quando sabem que estão em pauta, ficam acompanhando lá em seus respectivos Municípios para saber se terão o licenciamento ou não.

ITEM 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 10, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO EDUCADORA DE PIRACICABA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 01/03/2016.

ITEM 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 13, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS NORDESTINOS DE CAMPOS DO JORDÃO E REGIÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos do Jordão, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 01/03/2016.

ITEM 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 15, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à RBC - REDE BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Monte Azul, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 01/03/2016.

ITEM 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 18, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à AMAZÔNIA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Holambra, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 01/03/2016.

ITEM 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 19, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA STÚDIO FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guararapes, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 01/03/2016.

ITEM 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 24, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVA ALIANÇA – ACNA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Praia Grande, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 01/03/2016.

ITEM 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 45, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA TROPICAL EMBAÚBA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Embaúba, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 01/03/2016.

ITEM 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 47, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à INTERSOM - EMISSORAS DE FREQUÊNCIA MODULADA ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 01/03/2016.

ITEM 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 54, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA RIO VOLTA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baixa Grande do Ribeiro, Estado do Piauí.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 01/03/2016.

ITEM 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 55, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL CURRALDENTENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curral de Dentro, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 01/03/2016.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – De antemão, já digo que a análise que fizemos, sob todos os pontos de vista, é pela aprovação de todos, mas vou listar cada um.

Rádio Educadora de Piracicaba Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo; pela aprovação.

Associação dos Nordestinos de Campos do Jordão e Região para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Campos do Jordão, Estado de São; pela aprovação.

RBC – Rede Brasileira de Comunicação Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Monte Azul, Estado de Minas Gerais.

O nº 13 agora, Amazônia Comunicações Ltda. para explorar serviços de a radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Holambra, Estado de São Paulo.

Associação Comunitária Studio FM para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Guararapes, Estado de São Paulo.

Associação Comunitária Nova Aliança – ACNA para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Praia Grande, Estado de São Paulo.

Associação Cultural de Comunicação Comunitária Tropical Embaúba para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Embaúba, Estado de São Paulo.

Intersom Emissora de Frequência Modulada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo.

Associação Rádio Comunitária Rio Volta FM para executar serviços de ara executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baixa Grande do Ribeiro, Estado do Piauí.

Associação Comunitária Cultural Curraldentense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curral de Dentro, Estado de Minas Gerais.

Essas são as matérias que a mim coube relatar, Sr. Presidente.

Todas pela aprovação e com gosto de fazer isso, porque acho que a ampliação do número de rádios comunitárias democratiza o serviços de comunicação no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senador Cristovam pela relatoria desses inúmeros projetos de licenciamento de rádios.

O Item 26 está a encargo do Relator Senador José Medeiros.

Enquanto isso, aproveito para encarecer aos meus prezados colegas que procurem nos ajudar a cumprir as pautas, que têm sido muito extensas. E estamos tentando a partir de hoje começar a reunião às 8h45. Sei que há algumas dificuldades. Há Senadores que só viajam para a Brasília na própria terça-feira, mas, na medida do possível, tentaremos começar até porque podemos terminar mais cedo, começando às 8h45 como começamos no dia de hoje.

ITEM 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 317, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CONQUISTA D'OESTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conquista d'Oeste, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 01/03/2016.

Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, se V. Exª assim autorizar por questão de celeridade, passo direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 317, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Conquista D'Oeste para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Conquista D'Oeste, Estado do Mato Grosso, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senador José Medeiros.

Passo a Presidência por instantes, porque sou relator dos três próximos Itens, 27, 28 e 29.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PMB - DF) – Senador Lasier para relatar os Itens 27,28 e 29.

ITEM 27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 134, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PEJUÇARA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pejuçara, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pela aprovação

Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 01/03/2016.

ITEM 28
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 136, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE ITAPUCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapuca, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 01/03/2016.

ITEM 29
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 143, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL MINUANO DE SARANDI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sarandi, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 01/03/2016.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Dizem respeito à outorga de autorização respectivamente, Item 27, Associação Comunitária Pejuçara para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pejuçara, Estado do Rio Grande do Sul.

Pela aprovação.

Item 28, outorga autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento Social de Itapuca para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapuca, Estado do Rio Grande do Sul.

Pela aprovação.

Item 29, outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Minuano de Sarandi para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sarandi, Estado do Rio Grande do Sul.

Também pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Para o próximo Item, peço a colaboração do Senador *ad hoc,* Senador Flexa Ribeiro. V. Exª poderia nos ajudar. Depois, teremos o Senador Valdir Raupp, mas o Senador Flexa pode os apresentar o relatório, se todos forem pela aprovação. Seriam os Itens 30, 31 que eram da alçada do Senador Marcelo Crivella; o 32, que seria do Senador Omar Aziz; o 33, que seria do Senador Roberto Rocha; o 34 e 35, que seriam da Senadora Sandra Braga.

Então, relatoria *ad hoc* com o Senador Flexa dos Itens 30 a 35.

ITEM 30
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 162, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO ADONAI FM ESTÉREO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 01/03/2016.

ITEM 31
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 166, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à MOVIMENTO COMUNITÁRIO CULTURAL E SOCIAL DE SANTA LÚCIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 01/03/2016.

ITEM 32
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 320, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PRANCHITA FM ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pranchita, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Omar Aziz
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 01/03/2016.

ITEM 33
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 306, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO BAIRRO DO JEREMIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Roberto Rocha
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 01/03/2016.

ITEM 34
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 298, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à NATUREZA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedregulho, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senadora Sandra Braga
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 01/03/2016.

ITEM 35

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 334, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NASCENTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salesópolis, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senadora Sandra Braga
Relatório: Pela aprovação
Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 01/03/2016.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Lasier Martins, Srs. Senadores, vou fazer a leitura dos projetos. Todos são pela aprovação e têm o mesmo voto ao final.

Todos os itens, Sr. Presidente, são pela aprovação por estarem com a sua documentação de acordo, não havendo nenhuma violação à legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Os votos de todos esses itens já mencionados das rádios são pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. Muito obrigado pela colaboração, Senador Flexa.

Eu quero pedir aos colegas que permaneçam mais alguns minutos – eu sei que alguns têm obrigações, daqui a pouco há sessão plenária – para podermos votar enquanto há quórum.

Quero pedir agora, para os últimos projetos de licenciamento de rádios, ao Senador Valdir Raupp, que nos apresente os itens 36 a 42. O 36 e 37 seriam do Senador Petecão, o 38 e o 39 são do próprio Senador Valdir Raupp, o 40 seria do Senador Walter Pinheiro e o 41 e 42 seriam do Senador Perrella.

Portanto, do 36 ao 42, por favor, Senador Valdir Raupp.

ITEM 36
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 241, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ALIANÇA IGARAPAVA ltda. - ME para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Igarapava, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 01/03/2016.

ITEM 37

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 299, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ALTERNATIVA PARAISOPOLENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 01/03/2016.

ITEM 38
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 318, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL, INFORMATIVA, RELIGIOSA E ARTÍSTICA, GAZETA FM, DE FORMIGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 01/03/2016.

ITEM 39
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 349, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SETE COLINAS DE UBERABA ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 01/03/2016.

ITEM 40

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 260, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização ao GRUPO BROTO D'ÁGUA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boquira, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 01/03/2016.

ITEM 41

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 91, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PONTO DOS VOLANTES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ponto dos Volantes, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Zeze Perrella
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 01/03/2016.

ITEM 42

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 93, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÃO FRANCISCO DE ASSIS – ABSFA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ponto Chique, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Zeze Perrella
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 01/03/2016.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente, os nossos pareceres são pela aprovação. Esses são os votos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado.

Então, vamos votar.

Só em termos de projetos de licenciamento de rádios, lemos aqui, na sessão de hoje, portanto, 34 projetos, todos com parecer de aprovação.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Se ninguém tiver qualquer objeção, vamos para a votação.

Em votação.

Quem estiver de acordo permaneça como está. (*Pausa.*)

Aprovados os licenciamentos às emissoras de rádio.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Também concordo, meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Cameli, perdão.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É votação nominal.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Ah, é votação nominal?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É votação nominal.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Sr. Presidente, V. Exª concede pela ordem, ou vai ser a votação?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, sim, Senador Cameli.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Então, V. Exª inicia a votação, aí, depois da votação, peço pela ordem de novo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não, V. Exª terá a preferência.

Então, pelas presenças que temos aqui, votação nominal.

Senador Cristovam está recebendo o Governador ali na sala de espera, já volta. Então, deixamos o Senador Cristovam por último. Está chegando. V. Exª está um verdadeiro atleta hoje, vai e volta a todo instante.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pela aprovação.

Senador Lasier pela aprovação.

Senador Telmário.

Onde é que está o Senador Telmário?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Vamos adiante enquanto ele chega.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Enquanto ele chega.

Senador Gladson Cameli.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Sr. Presidente, sim, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Favorável.

Senador Hélio José.

Saímos atrás do voto no corredor, e já deve voltar em seguida.

Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sim, com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Certo. Então, estamos aguardando. Só falta um para termos o quórum legal. O Senador Hélio José está chegando.

Temos muitos votos móveis.

Estamos votando os licenciamentos de rádio.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – O.k.. Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pela aprovação.

Então...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Aprovados os 34 projetos de licenciamento de emissoras.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, coloque o terminativo em votação, para aproveitarmos o quórum.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – E o quatro também, Sr. Presidente, que é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Primeiro, o cinco, que é do Relator Walter Pinheiro, *ad hoc*, Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Relatei *ad hoc*?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Também votação nominal.

Senador Cristovam, que é o Item 5.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Telmário.

Continuamos esperando o Senador Telmário.

Senador Gladson Cameli.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Valdir Raupp. Saiu. Vamos atrás desse voto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É uma luta, mas vamos em frente.

Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Lasier, "sim", por favor.

Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, estamos precisando ainda de um voto.

Senador Valdir Raupp, que...

Já votou o Senador Aloysio.

Temos mais o Item...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – O quatro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Item 4, que já foi lido...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Lido por V. Exª?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, foi lido por mim, que é referente à garantia aos usuários de serviços de telecomunicações, com direito de cancelamento dos serviços por telefone e por internet.

Também é nominal.

Faltando o Senador Valdir Raupp.

Quem souber do Senador Valdir Raupp, por favor o informe da urgência de sua presença aqui.

Senador Cristovam, é o item 4, relativo ao direito de cancelamento pela internet.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O Senador Telmário estava constando, mas não está mais. Se nós tivermos o Senador Valdir Raupp, nós mantemos o quórum.

Senador Gladson Cameli.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Valdir Raupp: estamos à procura.

Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Aloysio.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Acho que ele está por aí. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Nós vamos adotar o sistema de chave na porta!

Item 4, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A favor.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Pela aprovação e agradecendo todos os colegas pelo apoio a esse projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

Senador Lasier: também a favor.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Presidente, enquanto o Raupp está chegando, registro que esteve presente na Comissão o Deputado Federal Major Rocha, do PSDB do Acre.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – No item 4 temos emendas, que foram lidas aqui também.

Havia 2 emendas, que foram rejeitadas por mim como Relator.

Então, vamos repetir a votação para as emendas.

Senador Cristovam... Aliás, não é preciso repetir.

Se todos concordarem... (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos ainda a um item, que é o 5.

Passaremos a fazer contato, às segundas-feiras à tarde, com os Senadores que integram esta Comissão para que não tenhamos maiores embaraços. Afinal, é uma Comissão bastante numerosa, e nós precisamos sempre de um mínimo de 9 Senadores para a discussão e votação.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, Senador Cameli.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Enquanto não chegam os demais Senadores, eu queria fazer um desabafo mais uma vez nesta Comissão.

Esta Comissão é muito importante para o nosso País. Eu venho de um Estado, o Estado do Acre, que é um Estado pobre. O que me deixa triste?

E a população brasileira, diante do que acontece, está correta quando começa a fazer suas manifestações, quando começa a expor suas vontades. Quero saber, de uma vez por todas, onde estão as agências reguladoras do nosso País. Quero saber onde está a Anatel, onde está a Aneel, onde está a Anac.

O que acontece? No interior do meu Estado, Sr. Presidente...

Vou interromper a minha fala para o Senador Raupp votar.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Conseguimos trazer de volta o Senador Raupp.

Faltava apenas o seu voto para darmos validade à votação, Senador.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Eu estava na CAE para eleger lá a nossa colega Gleisi Hoffmann para a presidência daquela Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim.

Trata-se do item 4, que foi lido aqui – V. Exª estava presente – e respectivas emendas – emendas rejeitadas. E há o item 5, do Senador Walter Pinheiro, que foi lido pelo Senador Hélio José, com relação ao PLS 432, que é aquele que diz respeito à autorização para o cancelamento junto às empresas de telecomunicações.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Votamos com os relatórios, Sr. Presidente, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado.

Senador Cameli, V. Exª estava levantando uma questão relevante. Comungamos inteiramente com o seu pensamento e, por isso, estamos pensando – V. Exª poderá ser o autor dos requerimentos – em convidar a virem aqui essas agências reguladoras.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Sr. Presidente, quando era Deputado Federal, fiz vários requerimentos às empresas de telefonia móvel. É a mesma conversa... E me desculpem, Srs. Senadores, mas é porque eu não faço rodeios. Nós não precisamos disso, porque a população não aguenta mais.

V. Exª vem da Região Norte e sabe das dificuldades.

Há Municípios no meu Estado que não têm uma antena de celular sequer para que se cumpra o que está na Constituição.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – No sítio de Atibaia há uma...

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Isso!

Aí, a imprensa nacional expõe uma situação dessa e, realmente... É para ficarmos perplexos com essas situações. Cadê a Oi? Cadê a Vivo? Cadê a Claro? Cadê a TIM? Por que não cumprem o que está na Constituição? Ninguém está pedindo nada de graça, Sr. Presidente!

Então, eu queria pedir a V. Exª, fazer este apelo mais uma vez, em nome da população do Estado do Acre, em nome da população brasileira: vamos fazer o que está na Constituição. Não cobram de nós, políticos? A população não está cobrando? Então, qual é a nossa obrigação? Cobrar as responsabilidades das agências reguladoras e das empresas de telefonia móvel.

Eu não vou me calar. Se há um calo nas agências reguladoras e nas empresas de telefonia móvel, chama-se Senador Gladson Cameli. Ainda tenho 7 anos de mandato e vou, até o final dele, insistir nisso. Não posso chegar num Município do meu Estado e ouvir da população: "Senador, o que vocês estão fazendo lá em Brasília?" "Nós estamos cobrando das autoridades competentes." "Mas cadê o resultado?"

Há comunidades, Sr. Presidente, com mais de 2 mil habitantes, onde não há um celular que funcione. Estamos em 2016, minha gente, pelo amor de Deus! Desculpem-me pelo desabafo...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Agora, neste final de semana, o interior do meu Estado ficou isolado, sem comunicação.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeitamente. Concordamos inteiramente e, antes de passar ao Senador Flexa, quero renovar este pedido, Senador Cameli: encaminhe que nós vamos providenciar. Nós vamos trazer aqui os responsáveis por essas agências reguladoras que estão ainda com deficiência em seus serviços, vamos lutar para que venham aqui. Encaminhe-nos o requerimento.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente Lasier, Senador Cameli, coincidentemente, os 4 Senadores que permanecem na Comissão de Ciência e Tecnologia são todos da Região Amazônica.

O Senador Cameli coloca aqui, corretamente, a forma como a Amazônia é tratada. Senador Cameli, essa questão das agências reguladoras se arrasta desde 2003, porque o Governo do PT achava que agência reguladora era para competir com os ministérios. Mas não é isso. Quando a iniciativa privada assume a responsabilidade da prestação de um serviço à sociedade, é preciso que haja uma agência que fiscalize e regule a prestação desse serviço em defesa do consumidor. Elas estão lá para fiscalizar e regular em defesa do consumidor.

Só que o Governo do PT, que era contra a concessão ou a privatização, agora, 12 anos perdidos, resolveu achar que não, resolveu que agora o caminho é a concessão – mas perdemos 12 anos! Pegou essas agências reguladoras e começou a indicar para suas diretorias nomes que não tinham competência ou conhecimento. Ou seja, esvaziou essas agências reguladoras.

Além de esvaziar pela falta de competência, esvaziou por meio do orçamento. Todas elas são alimentadas por tarifas, por parte das tarifas que são pagas pelo usuário. A Anatel: está na conta da telefonia uma taxa para a agência reguladora; a Aneel: está na conta de energia a taxa para mantê-la. Então, quem paga todas elas são os usuários. Lamentavelmente, o Governo não transfere... Devia ser, Presidente Lasier...

O Governo mandou agora uma medida provisória copiando um projeto de nossa autoria. Assim como existe a apropriação indébita financeira, deveria ser definido também o crime de apropriação indébita intelectual por parte do governo. E não é só o meu não, são projetos de vários Parlamentares que estão tramitando, ou não estão tramitando porque o Governo não deixa tramitar... Aí, ele encaminha uma medida provisória que é o projeto.

O Governo pega os recursos, passa 15% deles para as agências, que são insuficientes para fazerem o trabalho que tem de ser feito, e fica com o restante para fazer superávit primário.

Agora, nessa medida provisória que mandou, da questão da abertura do capital da aviação para o capital estrangeiro, ela colocou que o dinheiro da taxa, os recursos da taxa aeroportuária vão direto para a Infraero, por quê? Porque com as concessões dos aeroportos que são superavitários, a Infraero ficou com os aeroportos que são deficitários. Então, é necessário o repasse de recursos para a Infraero, para que continue a mantê-los, senão eles vão fechar também, por falta de manutenção. Então, como ela fez agora para a Infraero, era hora de nós... Porque nós que vamos votar, a responsabilidade...

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Concordo com V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – A responsabilidade final é nossa. Nós é que vamos votar. Então, é hora de estender isso mesmo para as outras agências reguladoras; não tem que ir para o Tesouro, deve ir direto. Como vai agora para a Infraero, vai direto para as agências reguladoras.

Outra coisa, Senador Cameli, sobre o que eu me bato aqui há dez anos, ou há mais de dez anos: não dá para legislar para o Brasil inteiro, porque é diferenciado nas suas regiões. E mesmo na nossa Região Amazônica existem várias Amazônias. Então, essa reclamação da telefonia celular nos distritos...

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Mas não é só a telefonia. Estou começando com a telefonia, mas há várias outras.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Estou usando como exemplo a questão da telefonia celular, porque se for falar em outras... Energia. O Pará é exportador de energia e tem Municípios que não possuem energia firme, ainda é a termo. Quer dizer, um absurdo! Exporta-se energia, vai exportar mais, agora, com Belo Monte, e o Pará tem 25 Municípios que ainda não estão ligados ao sistema nacional de energia. Mas vamos ficar na telefonia celular.

Então, o leilão da celular de quarta geração obriga a empresa que ganhou – no meu Estado foi a Claro – a colocar telefonia móvel na sede do Município e em distritos, vilas, até 30 quilômetros da sede do Município. Legislação para o Brasil! Em trinta quilômetros, em São Paulo, passa-se por quatro Municípios. Trinta quilômetros na nossa Amazônia é fundo de quintal. Então, não dá para legislar de um jeito só.

Eu estou mandando estudar um projeto para que a gente diferencie a Amazônia, como fiz na questão da aviação regional, que é importante para o Brasil todo, mas é mais importante e deve ser diferenciada para a Amazônia. Eu, como fui o Relator, diferenciei a Amazônia. Virou lei. Lamentavelmente, até hoje, tem mais de um ano e meio... Veio por medida provisória, subentendendo que é emergencial. Virou lei há um ano e meio e até hoje não foi regulamentada. Então, não existe.

Estou mandando estudar, pela Consultoria do Senado, um projeto para diferenciar, no caso da telefonia móvel, a fim de que esses 30 quilômetros para o Brasil todo na Amazônia sejam 200 quilômetros, que ainda é pouco!

Nós temos um distrito, em Altamira, o Distrito de Castelo dos Sonhos, que tem 17 mil habitantes e dista da sede do Município 1,1 mil quilômetros. Já tem todas as condições para se emancipar, ter autonomia administrativo-financeira. Só que já aprovamos, aqui no Congresso, dois projetos regulamentando que seria necessária a criação, emancipação ou fusão de Municípios, mas os dois foram vetados. Todos dois de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti. O primeiro porque o Executivo disse que foi feito sem ouvir o Executivo. Vetou. Aí o Senador Mozarildo Cavalcanti fez um segundo projeto a quatro mãos, com o Executivo participando. Aprovamos no Senado e na Câmara. A Presidente Dilma vetou novamente. Aí, pasmem os senhores, os Parlamentares que votaram por unanimidade pela aprovação do projeto, quando foram na derrubada do veto, votaram pela manutenção! Aí não dá para entender.

A responsabilidade, Senador Cameli, ao final e ao cabo, é nossa, porque a última palavra é do Congresso.

Então, se aprovamos um projeto, seja ele qual for, em benefício do povo brasileiro – temos consciência de que é em benefício do povo brasileiro –, e o aprovamos, se o Executivo o veta, temos a obrigação de derrubar esse veto.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Ou então não votamos com consciência.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito bem.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Só para acrescentar aqui, Sr. Presidente. Se eu pego o carro e saio de Rio Branco, na capital, e vou para Rondônia, passo ao lado daquelas usinas de Jirau e o meu celular... Lá no Acre, para se ver o 3G, aqui, nunca se vê. Aí apareceu ali um 4G e me assustei. Eu pensei: quer dizer que aqui funciona, porque está passando ao lado de uma usina. Agora, no meu Estado tem 800 mil habitantes e para ver um 4G ou um 3G é uma confusão.

Sr. Presidente, vamos ser sinceros, é uma vergonha o que estão fazendo com a população da Região Norte. E quero me associar a V. Exª, Senador Flexa. Conte comigo aqui, porque não vou ficar calado enquanto isso não for resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

Senadores...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É que V. Exª não visitou Atibaia, porque lá deve ser 5G!

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senadores, coisas erradas é o que não tem faltado ao Brasil. É por isso, Senador Flexa... Aguarde-nos só um minutinho, pois temos apenas quatro comunicações para encerrar.

É por isso que a nossa responsabilidade aqui no Senado é muito grande. Temos que agir com eficiência em todos esses setores. E a nossa Comissão de Ciência e Tecnologia precisa muito das presenças da maioria da Comissão, para podermos decidir e cobrar.

Senador José Medeiros.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, só um comentário. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Rapidinho.

V. Exª tem tanto prestígio, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática é tão importante e reconhecida por todos nós membros, que é a segunda semana que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle cancela a reunião por falta de quórum, porque nós estamos aqui e não pudemos estar lá.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Por isso estamos fazendo contato com todos os integrantes para que afinal compareçam! Nós temos obrigação com a Comissão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Mas nós temos compromisso também com a CMA...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim. Perfeito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – ...e cancelam por duas semanas a reunião.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – É o prestígio do Presidente.

Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Eu requeiro ao Plenário da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, nos termos do art. 256, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Requerimento nº 91, de 2016, aprovado na Comissão em 23 de fevereiro de 2016.

Esse é um requerimento do Senador Walter Pinheiro que eu estou relatando *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

Tinha esse requerimento aqui, extrapauta, e V. Exª já antecipou. Nós estamos retirando... Estamos aprovando a retirada, se não houver objeção nenhuma dos senhores.

Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão, em votação. (*Pausa.*)

Sem objeção.

Aprovada a retirada.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 43

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 8, de 2016

- Não terminativo -

Requeiro ao Plenário da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), nos termos do art. 256, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Requerimento n.º 091, de 2016, aprovado nesta Comissão em 23 de fevereiro de 2016 e já lido no Plenário do Senado.

Autoria: Senador Walter Pinheiro e outros

Também estamos adiando os itens 6 e 7 da pauta de hoje, de relatoria do Senador Cristovam Buarque, a pedido do próprio Senador Cristovam.

(São os seguintes os itens adiados:

ITEM 6
OFICIO "S" Nº 29, de 2014
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 11/2014, de que trata o PDC 2.146/2009, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV TO-CANTINS LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Anápolis, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pelo arquivamento

ITEM 7
OFICIO "S" Nº 30, de 2014
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 12/2014, de que trata o PDC nº 2.458/2006, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO RIVIERA LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Rio Verde, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações
Observações:)

Outro comunicado é com relação à apreciação, pelo Plenário, da dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 3ª e da 4ª Reuniões, realizadas na semana passada.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Outra comunicação que queríamos fazer é com relação ao que diz o Regimento Interno do Senado, no art. 96, que disciplina a indicação das políticas públicas a serem avaliadas pelas Comissões Permanentes.

Esta Comissão selecionará o assunto e aprovará requerimento até o dia 29 de março. Assim, com vistas a dar cumprimento ao disposto no mencionado dispositivo regimental, esta Presidência agradece a colaboração de V. Exªs no sentido de encaminharem sugestões de políticas públicas até a data de 29 de março.

Nada mais havendo a tratar, agradecemos a presença de todos e convocamos uma nova reunião para a próxima terça-feira, às 8h45.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 8 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 48 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2016.

Às oito horas e cinquenta e dois minutos do dia quinze de março de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Lasier Martins, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Cristovam Buarque, Walter Pinheiro, Ivo Cassol, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Randolfe Rodrigues, Marcelo Crivella, Eduardo Amorim, Acir Gurgacz e Telmário Mota, reúne-se à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Comparecem à reunião os Senadores Waldemir Moka, Ana Amélia e Blairo Maggi, não membros da Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Angela Portela, Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Hélio José e Davi Alcolumbre. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei do Senado n.º 432 de 2014**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Anibal Diniz, que "Define a forma de avaliação e monitoramento do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL." Anunciada a Matéria, encerrada a discussão, não tendo sido apresentadas emendas, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 200 de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia e outros, que "Dispõe sobre a pesquisa clínica." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 2 e 3 da CCJ, e das Emendas nºs 6, 7, 8, 9, 11, 12, 15, 19, 20 e 21 desta Comissão, nos termos do Substitutivo que apresenta; e pela rejeição das Emendas nºs 1, 4 e 5 da CCJ e das Emendas nºs 10, 13, 14, 16, 17 e 18 desta CCT. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Telmário Mota, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella e Eduardo Amorim, membros da Comissão, e os Senadores Waldemir Moka e Ana Amelia, não membros da Comissão. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao Projeto, nos termos da emenda nº. 22 – CCT (Substitutivo). **Item 3: Projeto de Lei do Senado n.º 234 de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, que "Acrescenta o artigo 4º-A na Lei 12.232, de 29 de abril de 2010." O relator designado é o Senador Randolfe Rodrigues, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, com as Emendas que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 01 e 02-CCT. **Item 4: Projeto de Lei do Senado n.º 689 de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "Acrescenta § 3º ao art. 84 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para prever a progressividade do valor da retribuição anual da patente, acrescenta § 2º ao art. 2º da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, para prever que o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) integrará a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM) e dá outra providência." O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 5: Oficio "S" n.º 29 de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 11/2014, de que trata o PDC 2.146/2009, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV TOCANTINS LTDA, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Anápolis, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pelo arquivamento da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 6: Oficio "S" n.º 30 de 2014**, , de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 12/2014, de que trata o PDC nº 2.458/2006, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO RIVIERA LTDA, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Rio Verde, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 7: Requerimento n.º 9 de 2016-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Gladson Cameli, que requer,"...nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre as deficiências na prestação de serviços de telefonia nos estados do Norte, especialmente, no estado do Acre. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1- João Batista de Rezende, Presidente da Agência Nacional de Telecomu-

nicações - ANATEL; 2- Karla Crossara Ikuma Rezende, Gerente de Controle de Obrigações da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL; 3- Amos Genish, Presidente da Telefônica S.A. (VIVO); 4- Rodrigo Abreu, Presidente da TIM Brasil; (CLARO); 5- José Antônio Guaraldi Félix, Presidente da América Móvil no Brasil; 6- Bayard Gontijo, Diretor Presidente da Oi Telecomunicações S.A.; 7- Membro do Ministério Público Federal no estado do Acre; 8- Diego Rodrigues, Diretor do PROCON Acre." A deliberação do Requerimento é adiada. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 185 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO UNIÃO DA FRANCA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Franca, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 186 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARTÍSTICA NOVOS TALENTOS DE TUPÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tupã, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 60 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CAMPO BELO FM STEREO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Belo, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 61 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DA VILA OPERÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaraçaí, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 64 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO GRANDE VISÃO PARQUE DOS PINHEIROS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Álvares Machado, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 66 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO ALFA CENTAURO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Igaraçu do Tietê, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 67 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à DBC COMUNICAÇÕES S/C LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibaté, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 96 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – FADEPE/JF para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 283 de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RURAL DE RÁDIO COMUNITÁRIA DO ASSENTAMENTO DO BOM JESUS

para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tartarugalzinho, Estado do Amapá." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Eduardo Amorim Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, é concedida Vista ao Senador Randolfe Rodrigues, nos termos regimentais. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 312 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ARACY para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Eduardo Amorim, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 277 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO FÊNIX DE EDUCAÇÃO E CULTURA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Egito, Estado de Pernambuco." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Eduardo Amorim Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 353 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E BENEFICENTE AMIGOS DO RIO PAU D´ARCO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pau dArco, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 264 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à UNIÃO COMUNITÁRIA RECREATIVA ALOANDENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aloândia, Estado de Goiás." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Hélio José, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 335 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO BRASIL NOVO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador José Medeiros, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Nesse momento, o Senador Lasier Martins passa a presidência ao Presidente Eventual, Senador Aloysio Nunes Ferreira, para relatar os próximos itens. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 154 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA BETEL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Soledade, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 177 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DO POVOADO JÚLIO DE CASTILHOS DE TAQUARI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 197 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL AMIGOS DE BENEDITO NOVO - ASCABEN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Dando prosseguimento à reunião, o Senhor Senador Lasier Martins, Presidente da Comissão, reassume a Presidência. **Item 25: Projeto**

de Decreto Legislativo n.º 160 de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS COMUNICADORES DE ARROZAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piraí, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 161 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL BETHEL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paty do Alferes, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 337 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE AÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ALGODÃO DE JANDAÍRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Algodão de Jandaíra, Estado da Paraíba." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Omar Aziz, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 310 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCACIONAL, CULTURAL, ASSISTENCIAL DOS AMIGOS DE VILA NOVA DOS MARTÍRIOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Nova dos Martírios, Estado do Maranhão." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Roberto Rocha, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 45 de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO ESCOLA COMUNITÁRIA FM DE CARIACICA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cariacica, Estado do Espírito Santo." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição à Senadora Rose de Freitas, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 341 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EVANGELISTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João Evangelista, Estado de Minas Gerais." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição à Senadora Sandra Braga, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 303 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TRÊS COLINAS LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Franca, Estado de São Paulo." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n.º 363 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO GUZOLANDENSE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA – AGRACOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guzolândia, Estado de São Paulo." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo n.º 350 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE APUAREMA – ARCA para executar serviço de radiodifusão comunitária

na cidade de Apuarema, Estado da Bahia." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo n.º 105 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO DAS INDÚSTRIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiaí, Estado de Minas Gerais." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Nesse momento, os Senhores Senadores Ivo Cassol e Lasier Martins requerem, oralmente, a inclusão extrapauta de Projetos, com o que todos concordam. **Extrapauta**, **Item 35: Projeto de Lei da C**âmara **n.º 3 de 2016**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Adelmo Carneiro Leão e outros, que "Autoriza o uso da fosfoetanolamina sintética por pacientes diagnosticados com neoplasia maligna." O relator designado é o Senador Ivo Cassol, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Telmário Mota, José Medeiros, Marcelo Crivella, Flexa Ribeiro e Eduardo Amorim, membros da Comissão, e o Senador Blairo Maggi, não membro da Comissão. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto. Vota vencido o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Nesse momento, o Senador Lasier Martins passa a presidência ao Presidente Eventual, Senador Aloysio Nunes Ferreira, para relatar o próximo item. **Extrapauta**, **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo n.º 345 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE DIFUSORA CANGUÇU FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Dando prosseguimento à reunião, o Senhor Senador Lasier Martins, Presidente da Comissão, reassume a Presidência. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às onze horas e dezoito minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação **e Informática,** lavrasse a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR LASIER MARTINS

Presidente da Comissão de Ciência,Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bom dia a todos os presentes e aos telespectadores da TV Senado.

Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 15 de março de 2016.

Dentro de instantes, vamos dar início à reunião da Comissão com as matérias do dia, mas, como já fizemos na reunião da semana passada, vamos aproveitar a abertura dos trabalhos para fazer algumas comunicações importantes a respeito da nossa Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, dando notícias como, por exemplo, "Mulheres nas ciências".

Na semana passada, prestando homenagem às mulheres pela passagem do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março, fizemos questão de fazer referência à contribuição fundamental das mulheres ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Recentemente, a Organização das Nações Unidas (ONU) comemorou, pela primeira vez, o Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência, mas revelou um dado não passível de celebração: no mundo, as mulheres representam apenas 28% do conjunto de pesquisadores.

Em outro estudo, a ONU identificou, em 14 países, que as probabilidades de uma estudante obter um diploma de graduação, mestre e doutora em áreas relacionadas à ciência seriam de, respectivamente, 18%, 8% e 2%. Já para os estudantes homens, os números chegam a 37%, 18% e 6%.

A Drª. Marcia Barbosa, Pesquisadora do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tec-

nológico (CNPq), mostra-nos que, no Brasil, somente em 1879 foi permitido que mulheres ingressassem nas universidades inicialmente na área de humanas e saúde.

"A presença de mulheres nas áreas de exatas ocorre com mais de duas décadas de atraso se comparado com as áreas da saúde. A primeira mulher a se formar em Engenharia foi Edwiges Maria Becker, em 1919, pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro", afirma a pesquisadora gaúcha.

E vai mais longe, afirmando que a desproporção entre a participação de mulheres nas áreas de humanas e de saúde e de ciências exatas persiste até hoje.

Então, precisamos desmontar as barreiras colocadas para que mulheres não se dediquem às áreas de ciências exatas e engenharias. Há iniciativas coordenadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, mas precisamos avançar mais. Nossas escolas, desde os primeiros anos, devem mostrar às meninas que as ciências são coisas para meninas e meninos. As meninas podem ocupar todos os espaços.

Agenda de ciência e tecnologia.

Para divulgar um pouco do que acontece em nosso País na área de ciência e tecnologia, selecionei alguns eventos que desejo compartilhar com as pessoas que assistem ao início desta reunião.

Em Santa Maria.

A Universidade Federal de Santa Maria e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul estarão realizando, no próximo dia 18 de março, sexta-feira, a Neuroarte, a terceira mostra do Museu Interativo Arte, Ciência e Tecnologia. A exposição neste ano tem como objetivo popularizar o conhecimento das neurociências, utilizando módulos interativos e artísticos. Essa exposição será na Universidade Federal de Santa Maria. Em outubro, ela será realizada também em Pelotas, em Rio Grande e em Porto Alegre.

Um projeto como o Neuroarte é uma oportunidade para a inclusão social e a popularização da ciência e tecnologia no ambiente acadêmico e também nas escolas convidadas para a exposição.

Apesar das dificuldades da divulgação cientifica num país com as dimensões do Brasil, muito tem sido feito nas últimas décadas por meio do CNPq, que se tem esforçado em difundir o que é produzido de ciência nas universidades brasileiras por meio de museus itinerantes.

Em Paragominas.

O Museu Paraense Emílio Goeldi promove até amanhã, 16 de março, em Paragominas (PA), o Workshop de Restauração Florestal, Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade na Amazônia. O evento vai reunir pesquisadores, estudantes, líderes locais, produtores rurais, comunidades tradicionais, empresas de mineração e florestais, gestores públicos e organizações do terceiro setor. O objetivo é construir uma rede para implementar ações de restauração florestal na Amazônia.

Em Porto Seguro.

Termina em 22 de março o prazo de inscrições de projetos para apresentação na 68ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). O evento será realizado de 3 a 9 de julho na Universidade Federal do Sul da Bahia, em Porto Seguro. O tema desta edição é Sustentabilidade e Tecnologias para Integração Social. Podem ser apresentados trabalhos em todas as áreas do conhecimento, por estudantes de graduação ou pós-graduação, docentes de ensino superior, pesquisadores, estudantes e professores da educação básica ou ensino profissionalizante.

Na área espacial.

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais recebe até 4 de abril propostas para o desenvolvimento de produtos, processos e serviços inovadores voltados à indústria aeroespacial e de defesa do Estado de São Paulo. Podem participar do edital micro, pequenas e médias empresas sediadas em São Paulo. As empresas participantes vão receber até R$ 1,5 milhão por projeto durante 24 meses.

Investimento para inovação na saúde.

Quando falamos em inovação, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) sempre é lembrada. Boa notícia recente é o *software* "GETS – Gerenciamento de Tecnologia para Saúde". Desenvolvido por profissionais do Centro de Engenharia Biomédica (CEB) da Unicamp, possibilita a criação de um inventário padronizado de equipamentos odonto-médico-hospitalares.

Além disso, a tecnologia proporciona o acompanhamento do histórico completo destes equipamentos; o controle da aquisição de novos equipamentos, materiais e serviços; a integração de dados de equipamentos de diversas unidades de saúde; o gerenciamento de contratos de manutenção e do trabalho da equipe, entre outros benefícios. A tecnologia foi licenciada pelo Hospital Universitário Antonio Pedro (HUAP), órgão da Universidade Federal Fluminense localizado na cidade de Niterói, no Rio de Janeiro.

A tecnologia – baseada em uma estrutura matemática que permite a criação de novos indicadores de produção, custo e acompanhamento, assim como o levantamento de alertas sobre comportamento inadequa-

do de equipamentos individuais, grupos de equipamentos e setores da instituição – é capaz ainda de reverter a falta de um gerenciamento correto de tecnologias instaladas em instituições públicas de saúde, de acordo com o Prof. José Wilson Bassani, responsável pelo desenvolvimento do programa de computador.

Essas iniciativas são fundamentais para o Brasil, que enfrenta problemas sérios no gerenciamento da saúde. Essa área precisa muito de recursos, mas precisa ainda mais de uma gestão eficaz e que ajude a gastar bem os recursos orçamentários destinados à saúde pública.

Saúdo os nossos integrantes da Comissão, Senadores Ivo Cassol e José Medeiros.

Sim, Senador Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

É uma alegria estar aqui mais uma vez, depois de todas essas manifestações a que assistimos de norte a sul no País, juntamente com meus colegas, com o Senador Medeiros, do Mato Grosso.

Eu só queria aproveitar esta oportunidade, se V. Exª me permitir, para dizer que eu participei, na última quarta-feira, do Programa do Ratinho, juntamente com o Deputado Bolsonaro, direto aqui de Brasília, ao vivo, sobre a discussão, a aprovação e o uso da fosfoetanolamina, que é o medicamento sintético no uso compassivo para os pacientes portadores de câncer. Na oportunidade, tive a alegria também de citar o nome de V. Exª, que estaria repassando a relatoria do tema para este Senador.

Ao mesmo tempo, a imprensa nacional está nos cobrando, mas vamos deixar de lado a imprensa nacional, vamos deixar o anseio da população na necessidade da liberação. Recordo a semana passada, quando o Senador Medeiros falou da procura que faziam a ele, como Senador. Agora, V. Exªs imaginem a procura das pessoas que vão ao aeroporto e a todos os lugares em que eu estou para ver de que maneira podem conseguir esse medicamento.

Eu gostaria que V. Exª, Sr. Presidente, colocasse extrapauta esse PLC 3/2016 aqui no Senado – na origem, na Câmara, o PL 4.639/2016 – para que a gente possa fazer sua leitura, discuti-lo e aprová-lo ainda hoje, extrapauta, se V. Exª permitir.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não. Terá toda a atenção que merece esse projeto, Senador. Até vamos esperar um pouco mais, a fim de que tenhamos mais quórum, aí V. Exª poderá apresentá-lo.

Nós queremos tratar agora, Senador Cassol, Senador Medeiros, de algo muito importante para a nossa Comissão, que é a escolha de uma política pública para a nossa Comissão.

Eu assumi essa honrosa missão há bem poucos dias, e o que me chamou a atenção desde o início é que existem vários fundos para o setor de ciência e tecnologia, mas são ficcionais esses fundos. Na verdade, eles não estão à disposição daqueles a que se destinam; esses fundos estão sendo levados para o superávit primário, enfim, por tudo aquilo que se sabe em função da crise que o País vive. Mas, de qualquer maneira, nós temos de escolher uma política pública da Comissão.

Então, eu queria apresentar esta exposição agora, aos senhores, e mais tarde nós precisaremos votar a definição desta política da Comissão.

Para ter mais objetividade, com a minha assessoria, nós resumimos aqui os objetivos.

Desde 2014, o Senado ampliou sua atuação exercendo uma nova prerrogativa ainda pouco conhecida: a avaliação de políticas públicas. Menos badalada que a elaboração de leis, ela pode ser decisiva na garantia de resultados e no combate ao desperdício de recursos públicos.

O novo papel do Senado é resultado da Resolução 44, de setembro de 2013, que encarregou as comissões permanentes dessa tarefa. A base da iniciativa, porém, é a Constituição Federal, que, no inciso X do artigo 49, estabelece como "competência exclusiva" do Congresso "fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo".

Conforme o texto da resolução, cada comissão permanente – é o nosso caso – tem até o último dia útil de março para escolher uma ou mais políticas públicas que avaliará no decorrer do ano.

Na reunião da semana passada iniciamos a coleta de sugestões para que a CCT se debruce sobre uma política pública importante e, até o final do ano, apresente um relatório que possa ajudar no aperfeiçoamento da ação política ou gere projetos de lei que aperfeiçoem a legislação.

A base de toda política pública é o orçamento, o financiamento das atividades que serão executadas. Por isso, estamos fazendo esta proposta, isto é, termos orçamento.

No caso das áreas de ciência e tecnologia e também de comunicações, o Brasil conta hoje com dois fundos criados para financiar o desenvolvimento científico e tecnológico. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o FNDCT, e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações, o Funttel.

Após ouvir sugestões de vários colegas Senadores, pedi para a Consultoria Legislativa do Senado Federal, em conjunto com os consultores da área de Orçamento, para que elaborem estudo sobre esses fundos

com o intuito de ajudar a Comissão a deliberar na escolha da política pública, verificando se é pertinente ou não termos o exame desses fundos como o eixo de nossa tarefa deste ano.

Então, daqui a instantes, essa apreciação inicial será mostrada aos membros desta Comissão. Tenho certeza de que concordarão que se trata de um tema central. Os volumes de recursos são consideráveis, assim como são significativos os recursos represados. Escolhendo esse tema, deveremos descobrir por que não têm sido usados recursos fundamentais para a área de ciência e tecnologia e o que podemos fazer para melhorar essa situação.

Então, esta vai ser a nossa proposta para a política pública deste ano, o destino dos fundos para a ciência, tecnologia e inovação, porque sem isso nosso trabalho fica um tanto teórico demais.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sr. Presidente, já que estamos discutindo essa questão, e é importante a utilização dos fundos, porque muitas vezes é criado o fundo, e ninguém acha o fundo...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Exatamente. É o que está acontecendo.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Fica um dinheiro, um recurso ocioso e, ao mesmo tempo, há uma necessidade de novos conhecimentos, de nova tecnologia.

Ficamos tristes, e aqui quero até fortalecer essa ação de V. Exª. Quero ler aqui, se V. Exª me permitir, um jornalzinho, uma revista, uma folha impressa do Observatório da Ciência, Tecnologia e Inovação: "A Anvisa critica o projeto aprovado pela Câmara". Agora há pouquinho, o Senador Medeiros passou isso para mim, que eu já tinha lido. Se V. Exª permitir, eu gostaria de debater e ler, já que nós estamos ao vivo em rede nacional, para saber de que lado a Anvisa está.

Eu gostaria que esses diretores da Anvisa fizessem cidadania lá do Talibã, lá não sei de onde, porque cidadania brasileira esses que fizeram essa nota não têm. Eles não têm. Quem redigiu essa nota lá na Anvisa o fez porque não tem a mãe dele com câncer, não tem o filho dele com câncer, não tem ninguém da família com câncer, porque, se tivesse, teria um pouquinho de respeito com as pessoas. Eu não sei o que a Anvisa está fazendo em nível nacional.

Eu gostaria de ler esta nota aqui da Anvisa:

> A Anvisa critica projeto aprovado pela Câmara que libera Fosfoetanolamina.
> A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) divulgou nota em que diz ver com preocupação a aprovação, nesta terça (8), na Câmara Federal, do projeto que permite a fabricação, distribuição e o uso da fosfoetanolamina sintética, conhecida como "pílula do câncer". [...] A Agência critica o uso da substância como medicamento "sem que esta tenha passado pelos testes que garantam sua segurança e eficácia, como é exigido pela Anvisa e por todas as agências reguladoras do mundo, antes de autorizar o registro de um medicamento e seu consequente uso pela população".
> A Anvisa destaca ainda que não há nenhum pedido protocolado para a realização de ensaios clínicos ou solicitação de registro dessa substância.[...]
> "Liberar medicamentos que não passaram pelo devido crivo técnico seria colocar em risco a saúde da população e retirar a credibilidade da Anvisa..."

Bom, a Anvisa já não tem credibilidade.

Para mim – desculpem-me –, para nós do Senado Federal – a Senadora Ana Amélia, o Senador Medeiros e o Presidente Lasier –, é inaceitável que a Anvisa coloque em xeque um trabalho que nós estamos fazendo. Como se o medicamento só fosse bom se a Anvisa aprovasse!

E quero perguntar à Anvisa e aos diretores por que não há lá nenhum pedido de registro do medicamento. Porque o esquema entre os laboratórios e a Anvisa é o mesmo! Se os laboratórios, esses grandes centros clínicos de tratamento de câncer não derem entrada, não há como a Anvisa aprovar. E qual é o interesse dessas empresas e desses grupos? Infelizmente, vou falar mais uma vez, o nosso sistema de saúde no Brasil é podre! É podre! É podre! A nossa vida vale menos que dez centavos!

Por que eu digo isso? Porque, no tratamento de câncer, tem que se seguir o sistema internacional, Senadora Ana Amélia e Senador Medeiros. Para criança, o sistema é São Judas Tadeu, e, para adultos, é MD Anderson. É como se houvesse uma franquia do McDonald´s. Ou você segue ou você está fora!

Isso é um absurdo! Onde está o grupo de trabalho que nós, o Senado, fez aqui, promovendo uma audiência pública no mês de outubro do ano passado? Outubro, novembro, dezembro, janeiro, fevereiro – há cinco meses, foi constituído um grupo de trabalho pelo Ministério da Saúde! E por que não andou? Porque eles não têm interesse; o interesse deles é o dinheiro.

Eu quero aqui virar para a câmera e falar: eu quero saber o que esses empresários, donos de laboratórios e esses que estão facilitando esse esquema podre que está aí vão fazer com o dinheiro quando morrer. Gente,

quando vocês morreram, vocês vão levar sete palmos de terra em cima do corpo de vocês e, infelizmente, vai tudo para o beleléu. Acabou!

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. Senador...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu estou indignado, Sr. Presidente – desculpe-me a expressão –, porque a Anvisa deveria estar a serviço do povo brasileiro, deveria estar facilitando e liberando o uso compassivo. E a Presidente Dilma – desculpem-me a expressão, mas nós somos do PP, um partido da base – parece que está andando em cima de um jabuti, tão devagar, quase parando. Por isso, o povo está clamando pela saída dela. Ela tem que parar de se preocupar com o Eduardo Cunha, tem que parar de se preocupar com *impeachment* e tem que trabalhar, se quer sair dessa crise. Ela tem que liberar esse medicamento, para que a gente possa dar acesso a todos os pacientes.

Quando eu falo aqui, Senador Aloysio Nunes, não falo de relato; falo de depoimento de pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Cassol, nós reconhecemos o seu pronunciamento e nós teremos brevemente uma nova audiência pública. Tivemos no ano passado talvez a mais concorrida do ano – nem digo talvez, foi a mais concorrida do ano passado – para tratar desse tema. E a próxima será provavelmente igual, ou até maior. E V. Exª vai sustentar os argumentos que tem repetido aqui e que o levam a sua abnegação a esse tema.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Só para aproveitar, se V. Exª permitir, Presidente, eu tenho depoimentos de pacientes que estão utilizando a fosfo e é de arrepiar.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Temos acompanhado.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – E a Anvisa, num momento deste em que estamos aprovando um projeto de lei aqui no Senado... É um projeto que autoriza até o término, desde que cada paciente assuma o compromisso, assine uma declaração, responsabilizando-se por tudo. E outra coisa, Sr. Presidente: quem já está com câncer já está carimbado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Esse tema vai evoluir, Senador Cassol.

Eu pediria a gentileza para darmos... Daqui a pouco V. Exª, terá o espaço para esse projeto.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Estávamos aqui tratando, Senador Aloysio e Senadora Ana Amélia, que já se encontram presentes, daquilo que está nos fazendo optar pela política pública da Comissão para este ano, que é avaliar os fundos de incentivo ao desenvolvimento de pesquisa em ciência e tecnologia. Nós estamos propondo que seja esse o tema da Comissão para este ano, considerando que esses fundos não aparecem. Eles, na realidade, não existem para a pesquisa, principalmente os dois principais, que já citamos, entre eles, o Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sr. Presidente, só para ajudá-lo nessa questão dos fundos. Na verdade, quem está administrando esses fundos? É o Ministério da Ciência e Tecnologia?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Deveria ser, mas nós não recebemos... Por isso, nós estamos fazendo, Senador, um rastreamento, para ver onde andam esses fundos, quem para eles contribui, e tem havido a contribuição das indústrias...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Qual é o saldo? O que foi feito?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Para onde estão indo? Qual é o montante? Sabemos que é um montante estratosférico, é muito grande...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – O senhor pode contar...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ...mas ele não está servindo para a pesquisa em ciência e tecnologia...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Para nada, só para o caixa do Governo!

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Exatamente. Vai para o superávit primário e não chega à pesquisa.

Então, esse é o nosso tema proposto para este ano.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Pode contar comigo, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu queria avançar um pouquinho mais para elucidar a Comissão, por exemplo, sobre o Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que é vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia. São fundos específicos para diversos setores, para petróleo, energia, agronegócio, saúde etc., fundos com características transversais, fundos para o desenvolvimento tecnológico das telecomunicações (Funttel), vinculado ao Ministério das Comunicações.

O Brasil conta hoje com dois fundos especificamente criados para incentivar o desenvolvimento científico e tecnológico. Há esse de que estamos falando, que é o FNDCT, vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, que conta com fundos destinados aos setores especificados agora.

Outro fundo de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico é o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), fundo especificamente dirigido à indústria de telecomunicações.

A motivação.

A razão de propormos os fundos de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico como política pública a ser avaliada pela CCT neste ano de 2016 é o grande impacto da pesquisa e da inovação tecnológica no desenvolvimento nacional. Esses fundos são ferramentas essenciais para impulsionar o desenvolvimento da indústria nacional e, consequentemente, alavancar a economia do Brasil. Com avanços firmes no desenvolvimento tecnológico, é possível, por exemplo, alterar o perfil das exportações nacionais, ainda muito concentradas em produtos com baixo valor agregado. Dessa maneira, podemos melhorar as contas externas do País. Esse cenário permite ainda a geração de novos empregos, especialmente empregos de remuneração mais elevada, contribuindo para avanços sociais relevantes.

Apesar de todo esse potencial e embora esses fundos tenham sido criados há mais de 15 anos, o fato é que o Brasil ainda não conseguiu inserir-se de forma significativa no cenário mundial de ciência e tecnologia na maioria dos setores produtivos. Isso demonstra que a política pública em questão, embora tenha apresentado resultados positivos, ainda não conseguiu atingir seus objetivos.

Por essas razões, entendemos que é relevante neste momento realizar uma avaliação dessa política pública a fim de contribuir para maximizar seus resultados.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Senador Lasier.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu não sou membro desta Comissão tão importante, mas gostaria, primeiro, de destacar e cumprimentá-lo por esse item. Não sei se foi esse o aprovado pelo Colegiado da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Vamos submetê-lo...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para a política pública, é realmente relevante.

Apenas lembro que o Governo, com o Veto 1 ao PLC 77 jogou um balde de água fria naquilo que foi negociado, muito bem negociado, com os setores que precisam desse apoio para a ciência, tecnologia e inovação. Foi uma demonstração de total desapreço a um setor estratégico, como está bem definido nesta plataforma que a CCT, presidida por V. Exª, está elegendo.

Então, realmente, é inexplicável o Veto 1, de 2016, aposto pela Presidente da República a este PLC sobre metas de desenvolvimento científico, pesquisa, capacitação científica e tecnológica. Quer dizer, não dá para realmente entender exatamente o veto, e temos que derrubá-lo.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito, Senadora Ana Amélia. Exatamente essa sua perplexidade é a mesma que nós temos. O Brasil é um país grande, é um país populoso, mas é um país ainda muito atrasado no terreno da ciência e tecnologia. E é por isso, Senador Aloysio, que nós devemos lutar – saudando também o Senador Moka, já presente – nesta Comissão, para fazer valer, para que cheguem esses fundos para a pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Deve ser a luta primordial. É a proposta que nós estamos fazendo, mais tarde, submetendo-a ao crivo da Comissão.

Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu, já de antemão, quero expressar aqui, perante a Comissão, o que lhe disse na reunião anterior, quando o senhor anunciou essa ideia de nos dedicarmos ao estudo desses fundos de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico. Quando foram criados, realmente suscitaram uma enorme esperança e entusiasmo na comunidade científica e em todos aqueles que consideram que o desenvolvimento tecnológico é uma ferramenta essencial para que o Brasil possa avançar.

Agora, infelizmente, a gestão desses fundos é obscura, o contingenciamento deles é a regra, e a falta de informações sobre o estado da arte de cada um deles é total.

De modo que eu já antecipo o meu voto entusiasticamente favorável a que nós nos dediquemos a esse tema. Sugiro também, se V. Exª permitir, que seja o senhor mesmo o Relator, uma vez que demonstrou, já na exposição inicial que fez, conhecimento não apenas do problema, mas também das formas que devemos adotar para enfrentar essa tarefa.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – *O.*k. Eu agradeço.

Quero até pedir a V. Exª, Senador, que faça o requerimento, no sentido de levarmos adiante esse tema.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu vou pedir então, se V. Exª permitir, à Secretaria da Comissão que já formule, colocando por escrito o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu vou avançar um pouquinho mais na explanação desses fundos, para que a Comissão tenha conhecimento, e depois entramos na nossa Ordem do Dia de hoje.

Já está aí na tela o Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Resultados: propor aprimoramentos na aplicação dos recursos, na legislação específica dos fundos, na legislação geral de ciência e tecnologia. O objetivo maior da avaliação proposta é de colaborar na melhoria da efetividade dos fundos existentes.

Nós estamos repetindo isso a todo instante...

Podermos avançar para o próximo, fundos de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico, arrecadação dos fundos.

A fim de apresentar uma visão geral desses fundos e de seu potencial no incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico nacional, apresentamos os valores arrecadados – peço a atenção de V. Exªs para os valores – nos últimos anos. Os fundos de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico arrecadam anualmente – vejam os senhores integrantes da Comissão o montante – cerca de R$5 bilhões.

Pergunto, Senador Aloysio: V. Exª sabia que o total desses fundos, arrecadados anualmente, era de R$5 bilhões? (*Pausa.*)

Pois é! Vejam o que nós estamos perdendo para a pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Para onde estão indo esses valores? Cerca de R$4,5 bilhões relativos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e aproximadamente R$600 milhões relativos ao Funttel.

Embora o FNDCT tenha uma arrecadação consideravelmente maior que o Funttel, deve-se observar que o FNDCT representa, na realidade, um conjunto de fundos vinculados a diversos setores produtivos. Dessa maneira, se considerado cada setor individualmente, o fundo destinado às telecomunicações é, na realidade, um dos maiores em termos de arrecadação.

Vamos passar mais rapidamente, porque o material que temos reunido é muito expressivo e nos dá a firmeza para levar adiante essa nossa proposta de política pública para este ano.

Observamos agora, de modo individualizado, os fundos setoriais específicos que compõem o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e que tiveram as maiores arrecadações em 2014. Verificamos que, nesse ano, a arrecadação do Funttel, fundo ligado ao setor de telecomunicações, foi realmente mais elevada que todas as demais. Deve-se destacar que o setor de telecomunicações, de fato, tem sido um dos grandes motores da inovação em todo o mundo.

Aplicação dos fundos: o FNDCT, aplicação média 56%; Funttel, aplicação média, 10%.

Ainda, a fim de apresentar uma visão geral dos fundos de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico, passamos a observar o percentual de aplicação dos recursos arrecadados e o montante de recursos não aplicados.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Como ainda não temos quórum para deliberar, vamos continuar fazendo uma explanação sobre a importância desses fundos, que, na verdade, não estão sendo utilizados para o fim a que se destinam.

O Funttel tem um percentual de aplicação ainda mais baixo: apenas 10%, em média. O Funttel deixa de aplicar anualmente quase meio milhão de reais. Existe, portanto, em média, um saldo anual de mais de R$2 bilhões arrecadados e não aplicados.

Observamos agora, de modo mais detalhado, a evolução do percentual de aplicação de recursos arrecadados pelos fundos nos últimos anos. Como se verifica, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, tem historicamente uma aplicação que varia de 40% a pouco mais de 80% do arrecadado, com média de 56%. O Funttel sistematicamente tem aplicado menos de 20% dos recursos arrecadados. Esse percentual tem apresentado tendência de queda, e, nos últimos anos, o Funttel tem aplicado menos de 10% de sua arrecadação.

Ainda com relação ao montante de recursos arrecadados e não aplicados pelos fundos, observamos que, a cada ano, o FNDCT e o Funttel deixam de aplicar até R$3 bilhões em seus objetivos. Em nenhum ano, desde 2010, o montante que deixou de ser aplicado foi inferior a R$1 bilhão. O que temos, portanto, é uma média superior de R$2 bilhões anuais em recursos arrecadados pelos fundos e não aplicados no incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico, recursos que seguramente contribuiriam para impulsionar a inovação tecnológica em nosso País.

Diante desse breve resumo, parece-nos relevante uma avaliação mais detalhada dos fundos de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico. Trata-se de uma política pública em execução há mais de 15 anos, portanto, e é necessário observar seus resultados a fim de propor melhorias. Adicionalmente, essa política pública envolve quantidade expressiva de recursos. Apenas no ano de 2015, foram mais de R$5 bilhões arrecadados para esses fundos.

Além disso, trata-se de uma política que pode contribuir de modo relevante para o desenvolvimento da indústria nacional, para a melhora da economia em geral e para o progresso social.

Por essas razões, trazemos à Comissão essa proposta de avaliação de política pública e contamos com o apoio deste colegiado para a realização de um trabalho capaz de efetivamente impulsionar o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.

Isso equivale a dizer, Senadores, que o Brasil não vai acabar. Nós estamos vivendo uma tenebrosa crise, mas temos um futuro imenso, temos gente competente, e, portanto, estamos aqui com essa proposta dessa política pública, projetando o futuro, lá adiante. Essa crise vai passar, e aí devemos valorizar extremamente os investimentos em ciência, tecnologia e inovação, em que estamos muito atrasados.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Senador Lasier Martins.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Não, é só para pinçar e fazer um parêntese nesse comentário que V. Exª fez de que o Brasil não vai acabar, mas vou lhe dizer que o PT está fazendo uma força imensa para que ele acabe. Isso porque, para um país se sustentar, o alicerce, as pilastras que sustentam o país precisam ser a confiança do povo, e essa notícia de que o ex-Presidente Lula vai virar ministro para fugir da cadeia é de jogar um balde de água fria no povo brasileiro. Após a maior manifestação que o povo já fez nas ruas deste País, deu para ver que este Governo não entendeu nada, está se lixando, colocou o País no piloto automático e tem um Governo lastreado no seguinte entendimento: "Eu quero um país para chamar de meu". Eles estão achando que este País é do PT.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

Obrigado, Senador José Medeiros.

Acho que podemos discutir os nossos projetos de hoje. E, sobre a pesquisa clínica, Senador Aloysio... É o item 2, não terminativo.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 200, de 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre a pesquisa clínica.

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 2 e 3 da CCJ, e das Emendas nºs 6, 7, 8, 9, 11, 12, 15, 19, 20 e 21 desta Comissão, nos termos do Substitutivo que apresenta; e pela rejeição das Emendas nºs 1, 4 e 5 da CCJ e das Emendas nºs 10, 13, 14, 16, 17 e 18 desta CCT.
Observações:
1) A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas n°s 1-CCJ a 5-CCJ;
2) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa;
3) Em 26/08/2015, foram apresentadas três emendas, de autoria do Senador Eduardo Amorim;
4) Em 10/11/2015, foram apresentadas quatro emendas, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho;
5) Em 10/11/2015, foi realizada Audiência Pública para instruir a Matéria, em atendimento ao Requerimento n.º 58 de 2015-CCT, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira;
6) Em 01/03/2015, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais;
7) Em 08/03/2016, foram apresentadas nove emendas, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues;
8) A matéria foi retirada da pauta da reunião do dia 08/03/2016, a pedido do relator, para exame das emendas apresentadas pelo Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não, Senador Lasier.

Srs. Senadores, este Projeto de Lei nº 200, de 2015, de autoria conjunta dos Senadores Ana Amélia, Walter Pinheiro e Waldemir Moka, que dispõe sobre pesquisa clínica, já é sobejamente conhecido no Senado. Passou

pela Comissão de Constituição e Justiça, sob a competente relatoria do Senador Eduardo Amorim, e foi encaminhado a esta Comissão.

Eu já tive ocasião de apresentar o meu relatório sobre a proposição, inclusive sobre as emendas que eram do meu conhecimento na reunião anterior, quando foram apresentadas novas emendas de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Sr. Presidente, uma vez que a minha posição sobre as outras emendas é conhecida, penso que me deva deter nessas emendas novas, apresentadas pelo Senador Randolfe.

A primeira delas é a Emenda nº 13, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que altera o inciso XIX do art. 2º do PLS, para definir instância nacional de controle de revisão ética de pesquisa clínica e determinar que essa instância seja vinculada à direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS).

Registre-se, contudo, que o inciso XIX, para o qual a emenda dá nova redação, trata da instância de revisão ética, que é uma instância local. A emenda também acrescenta um inciso ao art. 2º, para definir a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) vinculada ao Conselho Nacional de Saúde.

Não concordo com o teor da Emenda nº 13, pois, a meu ver, a vinculação mais adequada dessa instância de controle ético de pesquisas clínicas é a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, agência reguladora que tem por competência zelar pela segurança sanitária da população.

Cremos que como agência reguladora, a Anvisa é dotada de competência técnica, científica e profissional indispensáveis para o desenvolvimento das funções de regulação e fiscalização exigidas para o controle ético das pesquisas clínicas do País, uma vez que isso se enquadra perfeitamente nas atribuições da Anvisa, estabelecidas pela Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – São nove emendas, não é, Senador?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – São nove emendas.

Eu cito o artigo da lei que trata dessa competência. O art. 8º dessa lei incumbe à agência, respeitada a legislação em vigor, a regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública.

Para segmentos importantes da comunidade científica nacional, os estudos observacionais não intervencionais poderiam ser considerados equivocadamente como estudo sem risco à saúde dos participantes da pesquisa. Esses estudos e seus resultados podem, de forma direta ou indireta, provocar riscos à integridade moral e psicológica dos participantes, e, em casos extremos, a estigmatização de certas populações alvo de estudos, causando efeitos psíquicos indeléveis em seus indivíduos, cujos riscos podem associar-se aos riscos de saúde pública, restando somente à Anvisa avaliá-los do ponto de vista da bioética.

Ademais, o substitutivo assegura à instância nacional de controle ético da pesquisa clínica um caráter colegiado, independente, multidisciplinar e com participação dos usuários. Assim, a instância nacional de revisão ética ficará vinculada à Anvisa, tendo garantidas a independência de suas decisões e a participação da sociedade civil, além de poder contar com a estrutura de uma agência reguladora para o desenvolvimento das funções de fiscalização e controle, do que, hoje, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa não dispõe.

A redação dada ao *caput* do art. 28 pela Emenda nº 14 é bastante similar à do substitutivo por mim apresentado; ela apenas inclui o médico do estudo como profissional também competente para indicar que o participante da pesquisa deva continuar a receber o medicamento experimental após o final do estudo ou após o término de sua participação.

Não vemos problema em acatar tal proposta. No entanto, não concordamos com a manutenção do texto do projeto original no tocante à obrigação do patrocinador de fornecer o medicamento experimental para sempre para os participantes da pesquisa.

Isso pode gerar desestímulo ao desenvolvimento de pesquisas clínicas no País, conforme têm alertado diversos pesquisadores brasileiros. Assim, mantemos a proposta de que a obrigatoriedade do fornecimento gratuito do medicamento experimental pelo patrocinador seja mantida até o momento em que o medicamento começar a ser comercializado no País ou a ser fornecido gratuitamente pelo SUS ou por outro meio.

Ademais, não há que se falar em transferência de uma despesa privada para a esfera pública em uma atividade que tem como fim o lucro privado, como argumenta o propositor da emenda.

A Constituição Federal, em seu art. 196 estabelece que:

> Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Portanto, quando um medicamento experimental recebe registro da Agência Nacional de Vigilância Sanitária para ser comercializado no Brasil, deixa de ser um medicamento experimental e passa a ser um medi-

camento registrado e, portanto, acessível à população em geral, e é dever do Estado provê-lo, nos termos da Constituição brasileira.

A Emenda nº 15 – sobre o uso exclusivo de placebo – faz um adendo importante no sentido de conferir maior segurança ao participante da pesquisa e será, portanto, contemplada no novo texto do substitutivo.

As Emendas nºs 16 e 17 tratam do armazenamento de material biológico de participante da pesquisa em biorrepositório e biobanco. Cremos que o texto do substitutivo contempla adequadamente o tema, sendo desnecessário o acatamento das emendas, uma vez que elas não contribuem para o aprimoramento da matéria.

A Emenda nº 18 trata de responsabilizar o investigador principal pelo armazenamento de material biológico dos participantes da pesquisa em centros de estudo localizados fora do País. Não concordo com a proposta de atribuir ao investigador nacional a responsabilidade por material que não se encontra no território nacional.

Já o teor da Emenda nº 19, a meu ver, contribui para o aprimoramento do texto do substitutivo, ao prever o direito de o participante da pesquisa solicitar a retirada de seus dados genéticos de bancos onde eles se encontram. Portanto, a emenda será por mim acatada.

A Emenda nº 20 também me parece pertinente, ao considerar as situações em que é impossível colher o consentimento do participante da pesquisa, seja por ele ter ido a óbito – como é o caso de inúmeros estudos observacionais retrospectivos – ou quando a sua obtenção tiver o potencial de acarretar danos ao participante da pesquisa. Creio que essa emenda preenche uma lacuna importante do projeto e deve ser acatada.

Por fim, a Emenda nº 21 também há de ser recepcionada pelo substitutivo, uma vez que inclui entre as responsabilidades do pesquisador "assegurar os direitos e zelar pelo bem-estar e pela segurança dos participantes de pesquisa". Como bem salientou o autor da emenda, esse é um aspecto relevante, pois as responsabilidades do investigador não se restringem apenas ao protocolo, mas incluem, sobretudo, a segurança dos participantes da pesquisa.

Do exposto, manifesto o voto pela rejeição das Emendas nºs 1, 4 e 5 da CCJ e das Emendas nºs 10, 13, 14, 16, 17 e 18 e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2015, das Emendas nºs 2 e 3 da CCJ, e das Emendas nºs 6, 7, 8, 9, 11, 12, 15, 19, 20 e 21, nos termos do seguinte substitutivo que vem em seguida e que é do conhecimento de todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senador Aloysio.

Como ainda não temos quórum para discutir, vamos ter que protelar.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Esse é um projeto muito importante, que diz respeito à pesquisa clínica e à pesquisa de material biológico.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Muito bem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente, já que estamos esperando quórum para deliberar, eu gostaria de pedir a V. Exª, se fosse possível, encaminhar um expediente ao Ministério da Educação, em nome da nossa Comissão, e vou explicar o porquê.

Temos aqui a capa da revista Época, uma das revistas de maior circulação em nosso País, que diz o seguinte: "Giovanni e Dirceu" [e coloca a foto dos meninos] "são superdotados. Um foi discriminado, o outro está na cadeia. Suas vidas difíceis mostram como o Brasil desperdiça seus talentos".

Eu não sei se há prejuízo maior para um país do que desperdiçar superdotados, meninos que acabam entrando, muitas vezes, para o crime; outros crescem com um potencial sufocado e acabam extravasando enormes angústias, com violência e revolta. Agora, a culpa não é desta Comissão, nem do nosso Senado, nem do nosso Congresso, porque nós debatemos, durante anos, o Cadastro Nacional de Superdotados. Foi votado aqui nesta Comissão, depois na Comissão de Educação, depois na CCJ; foi para a Câmara, onde foi discutido, debatido, aprimorado, relatado, aprovado e enviado, depois de sancionado pela Presidente da República, ao Ministério da Educação, Sr. Presidente, que o engavetou.

O Congresso Nacional, durante seis ou sete anos, debruçou-se sobre essa matéria importante, e a gente se amargura, agora, ao ver uma revista de grande circulação veicular uma reportagem grande sobre esse inominável desperdício que resulta da maneira como as políticas públicas de educação deixam de olhar para os superdotados.

Eu gostaria de ver com V. Exª se seria possível esta Comissão mandar um expediente ao Ministro dizendo a S. Exª que regulamente essa matéria que já foi sancionada há meses. De tal maneira que ela entre, rigorosamente, em vigor.

É esse o apelo que faço a V. Exª e aos meus companheiros da CCT.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito oportuno. Eu até peço a V. Exª que prepare esse expediente para o nosso encaminhamento.

Senador Aloysio.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Farei isso, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Se me permite, Senador Crivella, seria um requerimento de informações ao Ministro, perguntando a S. Exª por que até agora não foi regulamentada essa matéria.

Essa é a minha sugestão de encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Esse é mais um daqueles itens incompreensíveis. É por isso que nós tanto lutamos aqui, nesta Comissão, porque, sem exageros, Senador Aloysio, eu entendo que esta é uma das principais comissões do Senado Federal. O que nós tratamos aqui é do futuro do Brasil! Se nós tivéssemos uma política de aproveitamento desses cérebros privilegiados, os superdotados, nós teríamos outro aproveitamento desse potencial.

Eu tive oportunidade, certa vez, de visitar um parque tecnológico na Irlanda, onde esses alunos, logo que percebidos pelos mestres, são chamados a apresentar projetos, e, uma vez apresentados os projetos, a própria universidade sai em busca de financiamento. Se nós, aqui, tivéssemos uma política de financiamentos através desses fundos tecnológicos, nós daríamos aproveitamento a esses cérebros desperdiçados como aqui relatou o Senador Crivella.

Pois bem; o Senador Crivella vai preparar esse expediente, vai nos encaminhá-lo e nós daremos seguimento a ele.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Seria um requerimento de informações. E me desculpe, Senador, pois eu falei Ministério da Educação, quando, na verdade, seria à Casa Civil.

Obrigado.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Senador Lasier, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, como não é terminativo esse projeto – esse que o Senador Lasier citou, o PL nº 200 –, eu queria sugerir que a gente pudesse, se possível, debater e votar, como...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Mas não é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Nós já podemos discutir e votar, até porque já temos quórum agora.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sr. Presidente, aproveitando a oportunidade, enquanto discutimos – e o senhor acaba de afirmar que temos quórum...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A matéria está em discussão, Senador.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Ah, está em discussão?

Então, após encerrada a discussão, se puder colocar extrapauta o projeto do item 3, eu agradeceria a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Daqui a pouco, atenderemos o seu pedido.

Então, está em discussão a matéria lida há pouco, o relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Relator.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Aloysio, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 22-CCT (substitutivo).

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, antes de V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Já passo a palavra a V. Exª, Senador Moka.

Só quero dizer que já temos condições de submeter à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – A autora do projeto é a Senadora Ana Amélia; eu e o Senador Walter Pinheiro apenas e tão somente o estamos subscrevendo. Quando a Senadora Ana Amélia me pediu para ser coautor, e fiquei honrado em sê-lo, junto com a Senadora, eu disse à Ana Amélia: "Eu não sou leigo, eu sou médico", e eu tomei a precaução de submeter esse projeto à comunidade científica.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Qual projeto?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – O projeto que o Aloysio acabou de relatar.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Então, quero agradecer pelo relatório ao Senador Aloysio e dizer que o que nós fizemos com esse projeto foi exatamente aumentar a velocidade para que possamos fazer com que esses registros de novos medicamentos sejam mais ágeis. Sem dúvida, esse projeto estabelece regras e regulamenta a matéria.

Acaba de adentrar aqui o Senador Eduardo Amorim, que foi o Relator na CCJ e fez, aliás, um grande trabalho.

Então, é só para agradecer e dizer ao Senador Aloysio muito obrigado, assim como a todos aqueles que ajudaram.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Obrigado, Senador Moka.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Seu pronunciamento, sendo V. Exª médico – o Senador Amorim também é médico –, só reforça o valor dessa aprovação que acabamos de fazer.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Telmário.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu tinha, inclusive, pedido vista desse projeto e sobre ele nos debruçamos. Eu quero parabenizar a autora e todos aqueles que com ele contribuíram, porque, sem dúvida alguma, é um projeto que vai diminuir a burocracia nas pesquisas clínicas. E mais do que isso: vai levar uma resposta mais rápida àquele que realmente está precisando. Então, quero parabenizá-la, Senadora, por essa visão clínica que V. Exª teve e que fez o Senador Moka seguir nesse caminho. Quero parabenizar V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, assim como o Senador Moka acentuou muito bem, acho que esse é um debate que, nos últimos seis meses, terminou ganhando, de forma muito enfática, a principalidade até dos centros de pesquisa e do próprio movimento dos que buscam soluções para um dos graves problemas de saúde hoje ocasionados exatamente pelo câncer. Mas esse debate surgiu exatamente dessa coisa que o Senador Moka levantou, de uma experiência vivenciada pela Senadora Ana Amélia, mas principalmente pela capacidade da Senadora Ana Amélia de auscultar um pouco o reclame – eu até diria, Senadora Ana Amélia, o desespero das pessoas –, juntando isso e fazendo o que na minha profissão a gente chama muito de casamento de impedância; ou seja, tirando as resistências e fazendo fluir a necessidade com o aspecto principal do desenvolvimento.

Contamos, para isso, Senador Lasier, com duas posições muito positivas. Primeiro, a dos pesquisadores e dos envolvidos nessa área, que nos deram uma sustentação do ponto de vista técnico, para chegar, inclusive, a essa redação.

Assim como o Senador Moka, logo diante do primeiro texto, um dos locais para onde eu remeti, até para analisar o texto da lei, não foi para nenhuma consultoria do Senado, em que pese inclusive termos feito isso também para dar a chamada técnica legislativa e até de conteúdo. Mas eu o remeti para os centros de pesquisa. Recorri à Fiocruz, aos pesquisadores e também, de certa forma, Senador Lasier, auscultamos a outra parcela que tanto reclamava de pontos.

E aí quero falar exatamente deste outro lado, de quem aqui nós ganhamos apoio, que foram exatamente os Senadores Relatores: o Senador Amorim, na CCJ, e, de forma muito competente, o Senador Aloysio Nunes aqui na CCT, pela forma como abraçaram a causa e se dedicaram, portanto, não só a apresentar um texto. Ao mesmo tempo, contribuíram com a sua colaboração e a capacidade aqui revelada pelo brilhante trabalho feito pelo Senador Aloysio a partir, inclusive, das novas emendas que foram apresentadas.

E eu quero chamar a atenção, Senador Aloysio, para o parecer. Quando V. Exª trata das emendas, um dos aspectos que mais foi reclamado aqui na audiência pública, talvez o que tenha sido levantado contra o projeto como sendo a chamada por alguns de fragilidade do processo é a questão de colher o consentimento do participante na pesquisa. V. Exª consegue, numa emenda, exatamente extrair isso e levar ao texto final essa contribuição, incluindo também a questão principal entre as responsabilidades do pesquisador: assegurar o direito de zelar pelo bem-estar.

Portanto, é uma das seguranças por que todos nós, até, de certa forma, reclamamos muito.

Durante muito tempo, as pessoas vinham colocando isso como sendo algo que ao pesquisador era dado. Seria, inclusive, mais uma tarefa dele: cuidar de uma parte que deveria ter até uma participação cada vez maior do Estado, do Poder Público, no sentido de consubstanciar... Não basta colocar recursos financeiros para a pesquisa, mas é necessário também o aporte de outras frentes, para que o resultado da pesquisa ganhe a capacidade, inclusive, de atender a uma demanda.

Lamentavelmente, Senador Aloysio, no Brasil, nós estamos vivendo isso agora com a zica, com a chikungunya, com a própria dengue. As instituições tentam se antecipar, mas a disponibilidade e a disponibilização de recursos para a pesquisa terminam acontecendo só naquela velha história de chegar depois do fato consumado, e muito depois, às vezes, até fechando os olhos para o que estava acontecendo.

Então aqui, Senadora Ana Amélia, quero, assim como o Senador Moka, reafirmar isto: V. Exª tem um papel decisivo. Mas é importante alertar que isso aqui abre uma janela fundamental para reforçar uma das parcelas mais importantes para que possamos chegar a esse estágio que V. Exª, Senador Lasier, conclamou aí. Num país que tem ótimas cabeças, portanto, aqui nós inclusive perdemos diversos pesquisadores que poderiam estar aqui se nós tivéssemos essas condições já perfeitamente consolidadas.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E que têm ido para o exterior, não é?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Exatamente.

Então, quero agradecer aos pares. Esperamos que, na próxima etapa, que é lá na CAE, Senador Moka, tenhamos condição de também dar celeridade a essa matéria e fazer isso andar.

Portanto, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro. O pronunciamento de V. Exª só reforça este nosso objetivo que já nos demandou aqui tempo hoje, sobre a valorização da política pública que estamos propondo para a Comissão neste ano: a busca, a descoberta de por onde andam os nossos fundos de financiamento da ciência e tecnologia.

Senadora Ana Amélia, cumprimentos pelo seu trabalho.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu quero dizer que as manifestações do Senador Moka e do Senador Walter Pinheiro por si justificaram a minha assertiva em convidá-los para compartilhar essa grande responsabilidade.

Eu renovo os agradecimentos ao zelo com que o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro desta importante Comissão de Ciência e Tecnologia, trabalhou para, inclusive, ajustar com a contribuição do Senador Randolfe Rodrigues esse projeto.

Quero dizer, Senador Telmário Mota, Líder do Governo, que a atitude do Governo, neste caso, é de sensibilidade – e falo em nome de todos os portadores de câncer ou de outras doenças, como o Alzheimer, que aguardam e esperam ter a garantia ou a esperança de cura ou, pelo menos, da mitigação dos efeitos dessas doenças, que são dramáticas. Falo também em nome de todos os portadores de câncer, especialmente daquele que inspirou esse projeto, o empresário que há quatro anos está submetido a uma pesquisa clínica e está convivendo naturalmente com a família. Há quatro anos, Senador Ivo Cassol, V. Exª que lida tanto com a questão da fosfoetanolamina.

Penso também que o caso dessa "pílula do câncer", a assim chamada fosfoetanolamina, acabou, de maneira decisiva, por mostrar a relevância de trilharmos esse caminho.

Quero agradecer também o papel que a Anvisa teve nesse processo, bem como todos os órgãos do setor de pesquisa, de ciência e da área médica, assim como os centros de pesquisa.

O Senador Walter Pinheiro foi muito pontual: os maiores centros de pesquisa, Senador Lasier, Srªs e Srs. Senadores, estão nas entidades públicas, nas nossas universidades públicas da área médica. Então, é uma contribuição extraordinária.

Recebi da médica Maria Lucia Pecoraro, de São Paulo, que está há 13 anos na Califórnia, a informação de que, se isso mudar, ela voltará para o Brasil. Se essa fórmula... Porque ela foi para lá fugindo do excesso de burocracia. Então, eu agradeço, Senador Telmário, pela forma...

O Senador Ivo Cassol sabe disso porque está lidando diretamente com a questão da fosfoetanolamina, e essa questão passa, necessariamente, pela agilização das pesquisas clínicas em nosso País.

Quero, por fim, mas não menos importante, agradecer enormemente a contribuição da médica, que é Consultora Legislativa do Senado Federal, Alcinda Maria Machado Godoi, que trabalhou nesse projeto. Ela foi peça decisiva, não só porque tem o conhecimento, como teve a dedicação e as informações necessárias para formatar; e nós, que não somos... Eu, diferentemente do Senador Moka, que é médico, ou do Senador Walter Pinheiro, que é um especialista na área de ciência e tecnologia, precisei socorrer-me desses especialistas.

Muito obrigada, Senador.

Eu queria agradecer também ao Senador Eduardo Amorim, que, na CCJ, também fez um brilhante trabalho.

Muito obrigada.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Senador Lasier...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado.

Só para dizer da importância desse depoimento da Senadora Ana Amélia, que só confirma este momento importante da nossa Comissão. A aprovação desse projeto, Senador Aloysio, é daqueles marcos para a nossa Comissão, pois é dos melhores que tivemos neste ano, exaltando a importância da nossa Comissão com relação à pesquisa clínica.

Com a palavra o médico e ilustre Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, colegas Senadores, serei breve nas minhas palavras, mas não poderia deixar de parabenizar os autores do projeto, Senadora Ana Amélia, Senador Walter Pinheiro e Senador Moka, bem como o Relator nesta Comissão, o Senador Aloysio Nunes.

Eu tive o privilégio de relatar a matéria na CCJ e digo que V. Exª, Sr. Presidente, tem toda a razão ao dizer que este é um dos momentos, na história recente desta Comissão, de conquista e de vitória, sobretudo no momento por que passa o País, convivendo com muitas crises, com muitas mazelas, e a nossa Comissão dá esse exemplo.

Sr. Presidente, não faltam profissionais, não faltam pesquisadores; o que há é excesso de burocracia! De modo que é hora, realmente, de acabarmos com essa mazela, com esse sofrimento e trazer os nossos pesquisadores que estão lá fora e incentivá-los ainda mais. Este País tem jeito e, com toda certeza, esta Comissão dá esse bom exemplo neste momento que o Brasil vive.

Meus parabéns a todos, e, como disse, o meu voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito bem. Está de parabéns a nossa Comissão.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pela ordem, Senador Telmário; em seguida, o Senador Crivella.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, nessa mesma linha, para que a gente não fuja do tema, esse projeto extrapauta, que o Senador Ivo Cassol está para relatar, que veio da Câmara, exatamente sobre a fosfoetanolamina, é da maior importância, tanto quanto foi esse – ou, talvez, até mais urgente –, pela necessidade de celeridade desse projeto, pela ansiedade com que o Brasil inteiro aguarda uma posição.

Hoje, esta Casa, com certeza, terá uma importância maior do que a que V. Exª colocou pela ansiedade, pela espera e pelo desejo das pessoas que hoje são portadoras de câncer.

Eu, realmente, endosso a solicitação do Senador e peço a V. Exª que coloque em análise esse relatório e possivelmente em votação, porque é importante demais essa "pílula do câncer", como diz a Senadora Ana Amélia, a qual passou a ser a grande esperança do povo brasileiro, pela sua facilidade, acessibilidade e pelos resultados que vêm tendo Brasil afora.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Daqui a pouco nós chegaremos ao Senador Cassol. Antes teremos, dentro de instantes, o item 1, que vai ser bem rápido.

Eu pediria a colaboração dos colegas da Comissão para que permaneçam, porque estamos com o quórum necessário para votar os terminativos de hoje.

Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente, é muito importante o depoimento que vou acrescentar aqui, no momento em que vamos votar o projeto da Senadora Ana Amélia, com o relatório de Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Já aprovado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Pois é, já aprovado.

Há um tempo, eu viajava para São Paulo, ao meu lado estava uma coreana e, mais à frente, dois ou três coreanos. O tempo fechou em São Paulo, pousamos em Campinas, e aí ela veio conversar comigo, perguntando o que estava ocorrendo. Bom, eu descobri que eles tinham vindo da Coreia do Sul para terem um encontro no Ministério da Saúde e na Anvisa. Por quê? Porque o Brasil gasta por ano R$300 milhões para tratar 200 brasileiros que possuem uma doença chamada mucopolissacaridose. Nascem sem uma enzima e, se não tomarem esse medicamento, morrem rapidamente. Trezentos milhões para 250 brasileiros!

Eles vieram ao Brasil porque, na Coreia do Sul, eles tinham um remédio biossimilar, cujo preço era infinitamente menor. E pronto! Queriam ter uma audiência para apresentar o produto.

Eu olhei rapidamente na internet, verifiquei que a coisa fazia sentido e liguei para o Presidente da Anvisa. Eles estavam desolados porque eles tinham passado dias aqui em Brasília e não haviam resolvido nada. Voltaram para cá, fizeram os contatos, foram bem recebidos, e eu fiquei muito satisfeito de ter sido ponte. Achei até que foi Deus que me tivesse colocado ao lado daquele grupo.

Sr. Presidente, eu fui acompanhando: passados seis meses, passado um ano, nada se resolveu, porque a burocracia era enorme, ainda que trouxesse para o Brasil uma economia, dos R$300 milhões, talvez de R$100 milhões, R$150 milhões, talvez até mais. Não deu em nada por causa das exigências burocráticas. Era preciso pegar um doente que estava sendo tratado com o remédio americano, tratá-lo com o remédio da Coreia do Sul por um ano, verificar e medir os resultados. Mas como tirar aquele que estava recebendo tratamento dos remédios americanos e passá-lo? Quer dizer, quem iria, neste momento, acompanhá-lo à clínica? Não havia protocolo. Eu sei que nós não realizamos. A burocracia foi imensa. Não havia boa vontade, não houve pesquisadores para ver os resultados no exterior, para trazer os resultados de sucesso lá fora e que nós pudéssemos compatibilizar com a nossa legislação e aplicar aqui, pelo menos para novos casos.

Enfim, eu voto com esperança. A mesma coisa com a fosfo. Nós precisamos vencer resistências. Um defensor público do Rio Janeiro me disse que a grande resistência vem de laboratórios, porque empiricamente se admitem resultados favoráveis, e nós não podemos, naqueles que já sofreram radiação, quimioterapia e até cirurgia, deixar de aplicar esses medicamentos, porque já esgotaram na Medicina formal todos os recursos. Então,é possível que eles possam exercer o seu direito constitucional de tomarem esses medicamentos, assumindo a responsabilidade por possíveis efeitos colaterais que ainda não sejam conhecidos.

Então, eu acho que hoje nós tomamos uma decisão importante. Eu espero que ela se amplie e que o Brasil faça bom uso dela.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito bem. Obrigado, Senador Crivella.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 432, de 2014
- Terminativo -

Define a forma de avaliação e monitoramento do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL.

Autoria: Senador Anibal Diniz
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Não houve apresentação de Emendas em turno suplementar.
Observações:
1) Em 08/03/2016, foi aprovado Substitutivo Integral ao PLS nº 432 de 2014. De acordo com o art. 282 do RISF, a Matéria é submetida a Turno Suplementar;
2) Não sendo oferecidas emendas até o encerramento da discussão, o Substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do RISF.

Vamos ao item 1, que já foi lido. Em turno suplementar, agora, do substitutivo oferecido ao PLS nº 432, que teve como Relator o Senador Walter Pinheiro.

Vamos à discussão.

Está em discussão esse projeto, substitutivo. (*Pausa.*)

Se não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Submeto à votação. Não tendo sido oferecidas emendas no turno suplementar, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atendendo ao requerimento do Senador Ivo Cassol, vamos ao item extrapauta.

EXTRAPAUTA
ITEM
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, de 2016

Autoriza o uso da fosfoetanolamina sintética por pacientes diagnosticados com neoplasia maligna.

Autoria: Deputado Adelmo Carneiro Leão e outros
Relatoria: Senador Ivo Cassol
Relatório: Pela aprovação.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, é com alegria que passarei a ler, daqui a pouco, o relatório desse projeto que veio da Câmara sobre a liberação da fosfoetanolamina para uso em pacientes com câncer.

Antes, quero registrar a presença aqui na CCT do Coordenador da Conep (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa), Presidente do Conselho, Jorge Venâncio. Pesquisa coordenada pelo Dr. Paulo Hoff, patrocinada pela Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, cidade do Aloysio, foi aprovada pela Conep em 4 de março e deve ser iniciada, conforme proposta, no começo do mês de abril, com a participação de mil pessoas. Por mim, já podia começar com 10 mil, 20 mil, 30 mil, 50 mil, 100 mil, porque são tantos pacientes com câncer! A produção do medicamento deve ser iniciada no laboratório contratado na última semana, agora, do mês de março.

Portanto, só para frisar, está aqui presente Jorge Venâncio, que é Coordenador e Presidente da Conep (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa), já tendo sido autorizado, pela Conep, o uso em pessoas, portanto, aí a prova de que não faz mal.

Antes de ler o relatório, no primeiro dia do ano legislativo deste ano, eu estive também com o Ministro Celso Pansera. Há dois laboratórios, um em Florianópolis, outro em Fortaleza, em que o Ministério de Ciência e Tecnologia está fazendo a pesquisa do medicamento, e ficou comprovado, só falta a divulgação – por isso fico triste, porque infelizmente, no Governo, as coisas não andam –, que não há toxicidade, que não é tóxico para a vida, para a pessoa esse medicamento. Portanto, vem ao encontro desse projeto de lei que veio da Câmara.

E antes de ler o projeto de lei, também quero agradecer aos meus colegas que compraram essa briga junto comigo. Aqui, ao meu lado esquerdo, o Senador Blairo Maggi. Na época, quando comecei a comprar essa briga para a liberação da fosfoetanolamina para as pessoas, quando fiz o primeiro discurso, o Senador Blairo Maggi foi o primeiro Senador que esteve do meu lado.

Eu recebi uma ligação e eu gostaria de divulgá-la, porque estamos aqui com vários médicos – estão aqui o Senador Moka e o Senador Eduardo Amorim, que são médicos. Eu recebi uma ligação, Sr. Presidente, de um médico proprietário de uma clínica de tratamento oncológico, que faz quimioterapia e radioterapia. Só não posso citar o nome da pessoa, o dono da clínica nem a sua cidade, porque ele pediu que pelo amor de Deus não o mencionasse, porque se o fizesse, ele ia ser descredenciado. Ele disse bem assim: "Cassol, infelizmente, no sistema de saúde, nós temos que seguir os passos internacionais: criança, é São Judas Tadeu; adulto, é MD Anderson. É igual a termos franquia do McDonald's, ou seguimos a regra ou somos descredenciados. Mas eu fiz uso da fosfoetanolamina, eu tenho amigos que utilizaram o medicamento." E o Senador Blairo, que está ao meu lado, conversou com esse médico, proprietário dessa clínica, que disse: "Não estou aqui falando por questão de dinheiro, financeira, porque a fosfoetanolamina não dá dinheiro, mas ela salva vidas, enquanto o tratamento com quimioterapia e radioterapia tem algum resultado, mas os efeitos adversos, colaterais, os efeitos que prejudicam a saúde são muito maiores."

Portanto, antes de começar a ler meu relatório do projeto que veio da Câmara, quero parabenizar o Senador Blairo Maggi, a Senadora Ana Amélia, o Senador Moka também, que, no começo, quando fiz o primeiro discurso, me disse: "Cassol, pelo amor de Deus, vai com mais calma, você está muito afoito." E, no dia em que ele participou da audiência pública aqui, ele saiu entusiasmado, comprando essa briga.

Da mesma maneira, o Senador do Mato Grosso, o Medeiros, outro lutador que comprou essa briga, o Flexa Ribeiro, o Paim, o Dário Berger, os demais Senadores, o Aloysio.

Esses dias estivemos aqui discutindo com o Senador Eduardo Amorim também. Ele achou que eu tinha generalizado, na área da saúde, que todos os profissionais de oncologia eram irresponsáveis e só pensavam em dinheiro. Eu falei: nunca generalizei. Nós, em todas as áreas, temos gente boa, mas, em todas as áreas, temos carne de pescoço, nó cego, safado, sem-vergonha, em todas as áreas. Não é à toa que, há pouco tempo, por causa de órtese e prótese, houve uma CPI aqui nesta Casa, apurando os desmandos.

Também o Senador Crivella e tantos demais que estão aqui, o Wellington, esse jovem que está aqui, um guerreiro, um lutador, que fez parte da pesquisa do professor desde o começo...

Quero aqui parabenizar e agradecer todos os pesquisadores, o Renato Meneguelo, o Durvanei, o Marcos Vinícius, o Salvador, o Prof. Gilberto, também o de Uberaba, Prof. Otaviano, enfim, todos esses que lutaram, Sr. Presidente, para que tivesse sucesso. Eles estão colocando essa descoberta à disposição do SUS sem custo nenhum.

Então, vou ler o relatório. Queria fazer isso se o senhor permitir...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu gostaria, sugiro que V. Exª leia o relatório porque, por enquanto, nós temos quórum para discutir.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então, vamos lá. Vou ao relatório, já que V. Exª... Mas eu quis dar um diagnóstico.

Na última quarta-feira, o Ratinho... Eu o chamei no primeiro discurso na tribuna do Senado para que viesse comprar essa briga. Desde o mês de outubro, ele comprou essa briga. Toda quarta-feira está participando com pacientes, com pesquisadores, com todo mundo.

Portanto, nós temos o projeto em mãos, que veio da Câmara dos Deputados. Quero agradecer todos os Deputados, na pessoa do Bolsonaro, todos os Deputados Federais que participaram dessa emenda.

Relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 3, de 2016 (Projeto de Lei nº 4.639, de 2016, na Casa de origem), do Deputado Adelmo Carneiro Leão e outros, que autoriza o uso da fosfoetanolamina sintética por pacientes diagnosticados com neoplasia maligna.

O art. 1º define o escopo da lei a ser criada pelo projeto.

O art. 2º determina que os pacientes com diagnóstico de neoplasia maligna terão a liberdade de fazer uso da substância fosfoetanolamina sintética (FOS) – fosfo, pílula do câncer, como acharem melhor chamar – condicionado à apresentação de laudo médico que comprove o diagnóstico e à assinatura de termo de consentimento e responsabilidade.

O que quer dizer isso? Que o paciente que vai fazer uso do medicamento tem que assinar um termo de responsabilidade, ou ele ou familiares.

O uso da substância, nos termos da lei, é definido pelo art. 3º como de relevância pública.

O art. 4º da proposição – vejam como é importante este projeto de lei – autoriza a produção, manufatura, importação, distribuição, prescrição, dispensação, posse ou uso da fosfo, independentemente de registro sanitário, em caráter excepcional.

Torno a repetir: o projeto de lei é em caráter excepcional, porque os pacientes que estão com câncer, aonde eu chego, aeroporto ou qualquer outro lugar, um dia, 10, outro dia, 50, na semana seguinte, são 100 pacientes em busca de medicamento. E não é só comigo, com todos os Senadores está assim, com a maioria dos Senadores que têm acesso direito ao público.

Então, em caráter excepcional, enquanto estiverem em curso estudos clínicos acerca do produto, até concluírem os estudos clínicos.

No entanto, o parágrafo único restringe a produção, manufatura, importação, distribuição, prescrição e dispensação da substância aos agentes regularmente autorizados e licenciados pelas autoridades sanitárias.

Após a apreciação por este Colegiado, a proposição será encaminhada à análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), de onde seguirá para o Plenário.

E aí aguardo que consiga ser aprovada.

Análise. Vou ser breve na análise.

A competência desta Comissão para apreciar a matéria encontra-se respalda nos incisos I e VIII do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), considerando que a proposição será subsequentemente analisada pela CAS.

A fosfo foi desenvolvida por pesquisadores do Instituto de Química de São Carlos (IQSC), da Universidade de São Paulo (USP), liderados pelo Prof. Dr. Gilberto Chierice, e utilizada com sucesso no tratamento de pacientes com câncer desde a década de 1990. A importância da substância para os portadores de câncer em estágio avançado foi demonstrada em audiência pública realizada por esta Comissão, em conjunto com a CAS e a Comissão de Direitos Humanos.

Foram inúmeros os médicos e pesquisadores renomados que aqui compareceram para oferecer aos Parlamentares seus testemunhos da eficácia da fosfoetanolamina no combate às mais variadas formas de câncer, seja na população pediátrica, seja em adultos.

É de amplo conhecimento público que a descoberta da substância não seguiu os trâmites habituais do desenvolvimento de medicamentos antineoplásicos. De fato, algumas etapas que deveriam ter precedido sua distribuição aos pacientes oncológicos não foram cumpridas.

E por que não foram cumpridas? Porque aos laboratórios não interessa que isso vá para frente. Tanto é assim que um grupo de trabalho constituído pelo Ministério da Saúde, proposto aqui naquele dia da audiência pública, até hoje, 5 meses depois, não tem nenhum resultado, nada.

No entanto, o Estado brasileiro – incluído aí o Poder Legislativo – não pode ignorar o fato de estarmos diante de uma das mais relevantes descobertas médicas dos últimos anos. As respostas clínicas para diversos tipos de neoplasias avançadas foram espetaculares, se comparadas à terapêutica convencional. Ademais, essas respostas são acompanhadas de poucos efeitos adversos e a um custo ínfimo.

Este último aspecto não deve ser menosprezado. Afinal, os gastos do Sistema Único de Saúde (SUS), dos planos de saúde e das famílias com medicação antineoplásica são elevadíssimos. O surgimento de alternativa

terapêutica de baixo custo vai representar, para muitos pacientes, a única chance de sobrevida frente ao diagnóstico de uma neoplasia maligna avançada. Para a Oncologia, estamos certos que o advento da FOS representará uma revolução na luta contra o câncer, assim que os estudos clínicos estiverem concluídos.

Em virtude da repercussão da mobilização liderada por Deputados e Senadores para garantir o fornecimento da FOS aos pacientes, o Ministério da Saúde editou a Portaria nº 1.767, de 29 de outubro de 2015, que institui Grupo de Trabalho... Acabei de falar que não deu em nada até agora.

Infelizmente, contudo, os pacientes oncológicos, especialmente aqueles com doença avançada, não podem se dar ao luxo de aguardar os frutos desse trabalho. O tempo não milita a seu favor.

Dessa forma, o Congresso Nacional não pode permanecer inerte diante da possibilidade de aliviar o sofrimento e salvar as vidas de milhares de brasileiros – mesmo que não salve todas, se salvar uma já é suficiente para nós, Senadores. O Congresso Nacional deve fazer uso de suas prerrogativas e, diante da excepcionalidade da situação que lhe é apresentada, buscar uma solução legal que contemple a necessidade dos pacientes, sem abrir mão da necessidade de pesquisa clínica no desenvolvimento dos medicamentos.

É o que fez a Câmara dos Deputados ao aprovar o Projeto de Lei nº 4.639, de 2016, autuado no Senado Federal como PLC nº 3, de 2016. É importante salientar que a proposição resulta da atuação de grupo de trabalho criado no âmbito daquela Casa Legislativa para acompanhar a questão da FOS, tanto para apoiar as pesquisas clínicas, quanto para garantir o fornecimento da substância aos pacientes que dela necessitam. Foi fruto de louvável esforço coletivo, coordenado e suprapartidário dos Parlamentares e servidores da Câmara.

A autorização de uso da FOS prevista no projeto ora analisado pela CCT pode ser considerada uma variante do chamado "uso compassivo" de medicamentos. Trata-se de modalidade de uso de medicamento novo promissor – já há legislação para isso –, em qualquer fase de desenvolvimento clínico, direcionada a pacientes portadores de doenças debilitantes graves ou que ameacem a vida e sem alternativa terapêutica satisfatória com produtos registrados no País.

Essa modalidade é prevista na Resolução da Diretoria...

Alguém pode falar assim: "Ah, vamos antecipar isso". Mas o uso compassivo já está autorizado em lei, já está autorizado em lei. Quando há resultados, já está autorizado em lei.

Então, há essa modalidade prevista na Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 38, de 12 de agosto de 2013, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que aprova o regulamento para os programas de acesso expandido, uso compassivo e fornecimento de medicamento pós-estudo.

Nós temos depoimentos de milhares e milhares de pessoas. Temos nesta Comissão a Bernadete, que estava em cadeira de rodas, que não caminhava mais e, após o uso da FOS, esteve aqui na audiência pública, veio aqui na semana passada e está aqui hoje novamente por conta própria, sem ninguém pagar as despesas dela para vir aqui, defender as pessoas que estão com câncer.

Ou seja, a iniciativa da Câmara do Deputados coaduna-se com o arcabouço legal sanitário do País.

A fim de contribuir para aliviar o sofrimento de milhares de brasileiros e brasileiras acometidos por neoplasia maligna, cabe a esta Casa Legislativa dar seguimento, o mais célere possível, ao processo de aprovação do projeto sob análise.

III – Voto:

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2016.

Eu voto "sim"! Hoje aqui e, se Deus quiser, amanhã, na CAS e, amanhã à tarde, no plenário, em regime de urgência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Em discussão o relatório do Senador Cassol sobre a fosfoetanolamina.

Pela ordem de inscrição, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu compreendo a aflição de que o Senador Cassol é um veemente porta-voz aqui no Senado, no sentido de se ver liberada a comercialização e o fornecimento desse medicamento. Quando alguém está acometido de uma doença dessa gravidade, as pessoas se valem de tudo. Tudo para sustentar um fiapo de esperança, um fio de esperança. Recorre-se a todo tipo de aceno de recuperação da saúde. Alguns que têm, inclusive, a seu favor, fundamentos já de casos em que tratamentos não convencionais deram resultado.

Mas, Sr. Presidente, há uma regra de competência, que está na Constituição, que define exatamente os limites da atuação no Congresso Nacional. Essa regra de competência é praticamente a adoção daquele velho brocado de que "o sapateiro não deve ir além do sapato". O Congresso Nacional tem atribuições relevantíssimas – todos nós sabemos: legislar, modificar a Constituição, fiscalizar o Executivo, pode até decretar o *impeachment* do Presidente da República, o *impeachment* do Ministro do Supremo Tribunal Federal. Tem atribuição

para aprovar nomes de pessoas indicadas pelo Presidente para ocupar cargos da maior relevância no Estado. Agora, no meu entender, o Congresso Nacional não tem competência para liberar medicamentos que ainda não foram submetidos a testes clínicos. Não tem! Assim como o Congresso norte-americano não teria competência para autorizar a liberação de medicamentos sem passar pelo estudo da agência Food and Drug Administration.

Não tem essa competência e o próprio projeto reconhece isso. Reconhece que é preciso que haja estudos clínicos. Nós acabamos de aprovar um projeto de lei aqui nesta Comissão, o PL 200, que fala da importância de se adotarem regras para conferir, inclusive, agilidade a esse procedimento da realização de estudos clínicos. A Comissão se debruçou sobre esse tema, já em audiência pública, e aprova um projeto de lei da maior importância, estabelecendo regras para isso, inclusive com objetivo da celeridade.

A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), do Conselho Nacional de Saúde, já aprovou o protocolo que permite o início da pesquisa clínica. Está aqui no nosso boletim informativo da Comissão de Ciência e Tecnologia: a pesquisa será acompanhada pelo comitê de ética da Faculdade de Medicina da USP. E será coordenada pelo Instituto do Câncer do Estado de São Paulo, envolvendo pesquisadores de várias instâncias.

Então, Sr. Presidente, o Congresso Nacional tem competência para muita coisa, mas não tem competência para saltar por cima de algo que é absolutamente essencial para que se comprove a eficácia de um medicamento a ser distribuído para o povo, gratuitamente ou não.

Então, apreciando o esforço que é feito para que esse medicamento seja liberado, respeitosamente, eu voto contra. Creio que o Congresso Nacional não tem competência para saltar uma etapa que é absolutamente indispensável para que o medicamento seja colocado à disposição do público, que é exatamente a realização de pesquisas clínicas que comprovem a sua eficácia.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Em discussão.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu não faço parte desta Comissão, mas vim aqui, hoje, trazer o meu apoio ao Senador Ivo Cassol e aos colegas que estão debatendo esse assunto de extrema importância para a sociedade brasileira e que tem um clamor nacional.

Como o Senador Ivo Cassol mencionou aqui, aqueles Senadores que transitam mais em meio à população, que têm as portas mais abertas ou que circulam nas ruas e sentem as necessidades da população, que, em determinados momentos, até exige um posicionamento mais direto do Congresso Nacional, sabem que esse tema da fosfoetanolamina é absolutamente dominante nas vidas das famílias, nas redes sociais, enfim, em todos os lugares por onde nós andamos.

Portanto, eu entendo que devemos ter calma, entendo que as coisas devem ser feitas com parcimônia, só que, neste caso, especificamente neste caso, não se trata de algo que surgiu ontem; esse é um medicamento, é uma fórmula que vem sendo utilizada praticamente há décadas e que não teve, até então, a atenção do sistema de saúde para levar o seu estudo adiante.

Não cabe aqui discutir... Eu já ouvi ambos os lados dizerem por que essas pesquisas não andaram, mas o fato é que, em muitas oportunidades, quando nós falamos com pessoas que já utilizaram esse medicamento, essa fórmula, a fosfoetanolamina, vemos que os resultados são muito bons, que os resultados valem a pena. E para as pessoas que estão já no final das suas vidas, que não têm mais o que fazer, que mal há em permitir que façam uso desse novo medicamento?

Eu tive essa experiência na minha vida. Uma filha minha, com 16 anos, teve um câncer linfático, ou seja, na flor da juventude, começando a sua vida, teve um câncer linfático. Foi uma luta terrível, uma luta em que eu fui buscar todos os recursos que eu poderia ter da medicina moderna, mas também de tudo que se dizia que poderia ser feito para curar a minha filha. Era leite da árvore não sei de quê, e eu dava para a minha filha. Era babosa misturado com não sei o quê, e eu dava para a minha filha. Ela não queria, mas eu dava. Enfim, eu fui atrás de tudo. De curandeiros ao bispo, ao padre, eu fui atrás de tudo. E tudo ajudou a minha filha. Hoje, ela já é uma mulher de 37 anos, com dois filhos; e vencemos o câncer.

De qualquer modo, eu jamais abriria mão – jamais! – de um mínimo de possibilidade, de um fio de cabelo de chance que fosse de salvar a minha filha. E sei que é assim para a filha de todo mundo; eu sei que é assim para o pai de todo mundo, para a mãe de todo mundo, para os irmãos de todo mundo. No fundo, nós que somos pais, que somos seres que já vivemos bastante, quando alguém da nossa família fica assim, muitas vezes, nós nos perguntamos: "por que não é comigo?" Eu daria a minha vida para salvar a minha filha, os meus filhos, os meus netos. Ora, e não vou correr o risco por causa de um medicamento que a Anvisa ou seja lá quem quer que seja diz que ainda precisa ser estudado? O. k! Vamos estudar, mas para aqueles que efetivamente precisam lá, na ponta, que não têm mais esperanças... Ora, gente, não vamos tirar o último fio de esperança dessas pessoas!

A vida é assim; a vida é por um fio de esperança. O risco, na vida, é todos os dias. O risco é viver. O risco é viver! Estar vivo é um grande risco, porque, daqui a um minuto, eu posso não estar mais aqui. Mas estou aqui brigando e fazendo gestões por aquelas coisas em que acredito, por aquelas coisas que acho que devem ser feitas.

Portanto, não terá o meu voto aqui, Senador Ivo, porque não voto nesta Comissão, mas tem o meu apoio e terá o meu apoio e o meu voto lá, no plenário, quando a matéria lá chegar. E parabéns pela sua luta, Ivo!

O Senador Ivo foi fundamental para que isso pudesse acontecer. Foi o primeiro parlamentar do Congresso Nacional que teve a coragem de trazer esse assunto para dentro desta Casa para fazermos a discussão. Fizemos aqui audiência públicas que foram muito boas, e o resultado está aqui hoje: a Câmara se mexeu, o Senado está se mexendo e vamos levar adiante. Não vejo por que razão não dar oportunidade às pessoas que tanto buscam um último fio de esperança de permanecerem vivas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senador Blairo.

Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Lasier, Sr. Presidente, a razão dos órgãos públicos, a razão da coisa pública é, sem nenhuma dúvida, facilitar e melhorar a vida do coletivo.

O homem cria a lei e modifica-a em prol do bem-estar das pessoas. Sem nenhuma dúvida, a fosfo hoje é uma esperança, um sonho, uma aclamação nacional.

Muito rápido, o Senador Cassol teve essa visão. Ele, como bem falou aqui o Senador Blairo, quando ninguém acreditava, já abraçava essa causa e por diversas vezes insistia que era necessário.

A Câmara teve a coragem de trazer esse sonho. A uma hora dessas, o Brasil inteiro está voltado para esta Comissão, na esperança, no sonho. Só sabe a dor, só sabe o risco e a necessidade de uma medicação, para quem tem uma doença como é o câncer, quem o teve ou quem sofreu perda nesse sentido. Eu tive duas irmãs que, novas, se formaram e antes dos 30 anos perderam a vida por causa do câncer.

E você vai buscar a medicação onde quer que ela esteja, esse suspiro, onde ele estiver. Muitas pessoas, inclusive um vice-presidente e talvez, segundo informações, a própria Presidente, usaram medicamento em experiência vindo de outros países e que não estava aprovado pela Anvisa.

Por que no Brasil não pode? O Congresso tem poder, sim. Nós temos que trabalhar, sim, por essas pessoas. Só vejo este Congresso aprovar aqui coisas absurdas, sem nexo e com interesse econômico. Nós estamos tratando de vidas. Nós existimos e trabalhamos para melhorar a vida das pessoas. Então, esse projeto se encaixa perfeitamente na ansiedade da população.

Esta Casa deve ter a capacidade de, neste momento, ter a grandeza de aprovar esse projeto, sim. Esse projeto não está com tanta celeridade que deveria estar. Ele deveria sair daqui direto para a votação, mas, ainda respeitando a burocracia desta Casa, ainda vai passar por outra Comissão, a CAS. A partir daí é que irá para o Plenário.

Sem nenhuma dúvida, é um projeto que merece a atenção do Senado brasileiro, a reflexão dos Senadores. A aprovação desta matéria é fundamental para restabelecer o sonho, a esperança, a vida. O maior patrimônio da humanidade e da pessoa é a vida, e é esta que nós temos que zelar.

Nada importa. Não há lei que importe, se ela sacrifica a vida. Nós temos que ter modernidade, temos que ser rápidos nas ações. Resultados estão vindo aí, testemunhos a toda hora, profissionais, pacientes, de que a fosfo tem dado, sim, resultado positivo. E não é só para aquele que está em fase terminal, para aquele que vá assinar o termo de compromisso, numa rara exceção que vai ter esse projeto, para começar a agilizar e oficializar a entrega desse documento tão necessário para a dignidade das pessoas.

O câncer mata nas suas diversas espécies. Primeiro, no aspecto psicológico. Quando você é detentor de uma doença terminal como o câncer, você já está psicologicamente abalado. Daí vêm as consequências da doença. É um sofrimento longo não só do próprio paciente, mas especialmente da família desse paciente, querendo substituí-lo, sim, nessa dor e nessa passagem.

Portanto, é extremamente necessário que aprovemos esse projeto, para levar a paz, a tranquilidade, a esperança, o sonho e a vida do povo brasileiro que hoje está enfermo precisando desse medicamento.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado. Independentemente do resultado que teremos daqui a pouco na votação, eu quero dizer que a nossa Comissão não está aderindo à burocracia. Nós estamos aceitando esta matéria hoje como extrapauta, no sentido de acelerar uma definição da nossa Comissão.

Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, todos que nos acompanham pela TV Senado e Rádio Senado, recentemente a Organização Mundial de Saúde fez um comunicado preocupante a respeito do excesso de consumo de açúcar, falando que um dos principais

casos de doenças seria o excesso de consumo de açúcar. Baseado nisso eu comecei a refletir justamente sobre a maciça propaganda que se faz a respeito de produtos açucarados e coloquei um projeto aqui no Senado justamente para a gente ter um pequeno equilíbrio, pelo menos para que os produtos com alto teor de açúcar pudessem vir com alguma regulamentação da Anvisa, deixando isso aberto para a Anvisa, para o Ministério da Saúde, com alguma declaração, dizendo: "olha, esse produto...", ou com a frase que eles escolhessem.

Pois bem. Na nota técnica que veio, o projeto teve a opinião da Anvisa, eles disseram que esse projeto não poderia ir à frente porque ele iria ferir, teria a possibilidade de ferir o nosso pacto com o Mercosul e poderia implicar a questão da comercialização dos produtos brasileiros no Mercosul. Então, preocupação zero com saúde pública. Totalmente preocupada com a questão comercial.

Na questão da fosfoetanolamina, eu tenho visto realmente uma preocupação total, 100% preocupada com a saúde pública. Saiu uma matéria na última *Veja*. Tenho visto eles se pronunciando em tudo que é folhetim. E eu desconfio dessa preocupação toda com a saúde pública, porque numa situação se pronunciou de uma forma, noutra situação se pronunciou de outra forma. Vivem afundados nessas filigranas das leis e regulamentos.

Então, penso o seguinte: passamos 25 anos – passamos, não; o País passou 25 anos – com um produto, com os médicos trabalhando, não foi à frente, ficou tudo travado. Então, acho que chegou o momento de a política atropelar as leis e regulamentos, porque tem casos, em todos os casos a gente defende que a lei seja una, mas esse caso é um caso que pode mais que a lei. Nesse caso, estamos regulamentando excepcionalmente, e isso porque não dá para as pessoas que estão morrendo ficarem à mercê disso tudo, desse cabedal de burocracia, dessa coisa toda.

Eu via matéria da *Veja*, olhei com muito cuidado. Temos que nos preocupar sim, mas eu creio que o Parlamento está se portando com responsabilidade, mas também se preocupando com esse lado humano.

Normalmente, quando o sujeito está desesperado, ele faz qualquer coisa. Basta ver agora, trazendo para o lado da política, que, na iminência de ser preso, o Presidente Lula está virando Ministro. Está na iminência de atropelar tudo que é lógica. Quanto mais quando o sujeito está morrendo!

É por isso que eu vou votar a favor desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente, hoje nós estamos diante de uma situação que merece nossa reflexão. Nós não podemos deixar de ouvir o Senador Aloysio na sua preocupação, por quê? Porque tem o caso da talidomida, que no passado foi liberada também no impulso, até com testes, e deu num oceano de frustração – realmente nem diria um oceano, mas um Himalaia de desengano.

Por outro lado, estou sentado do lado da Bernardete. Conversei com ela. Bernardete tinha uma neoplasia nos seios, fez metástase para os ossos. Foi para a cadeira de rodas, sobrevivia com morfina. Meu Deus do céu! Tomou a fosfoetanolamina e me disse que esqueceu de tomar morfina, porque de lá para cá não precisou mais. É uma situação! É realmente algo impressionante. Fosse só a Bernardete, teríamos que ponderar. Mas são muitas, são várias, são vidas.

Sr. Presidente, com todo respeito às ponderações do Senador Aloysio, que são incontestáveis, dentro da lógica e do bom senso e baseadas em experiências passadas, creio, e não só eu, que o Congresso Nacional vai aprovar essa lei e dar a essas pessoas a possibilidade de tomarem a fosfo. Claro que, com acompanhamento médico, eles já estão tomando, claro que, com a lei, vamos acabar com a indústria da liminar, porque há advogados – desculpem-me falar – desalmados, impiedosos, que não só cobram caro, como também cobram pela manutenção da liminar. Acho que isso redime esses pacientes que, neste momento de dor, esperam que possamos ajudá-los.

Eu voto favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Flexa e, depois, Senador Amorim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, serei bastante rápido, pois é necessária a aprovação do projeto que regulamenta e regulariza a produção da fosfo.

Eu entendo, Senador Aloysio, meu Líder, sua posição de entender que existe um protocolo, para a aprovação de um medicamento, que passa pelas pesquisas clínicas. Não tenho dúvida disto. Não se deve atropelar esse protocolo, até em função de novos medicamentos.

No caso específico da fosfo, a pesquisa clínica já foi feita. Foi demonstrado aqui, em audiências públicas, que ela já vem sendo usada por médicos com sucesso há anos.

E eu, no meu Estado, Senador Lasier, sou instado permanentemente por pessoas acometidas do mal me pedindo para, pelo amor de Deus, conseguir a fosfo, mas eu, lamentavelmente, ainda não consegui acesso a ela. Já tive contato com um pesquisador em São Paulo para ajudar aqueles que se seguram num fio de seda para salvar suas vidas.

O Senador Crivella fez referência à Srª Bernadete, que está aí. Ela representa todas as Bernadetes e todos os bernardos, todas as mulheres e todos os homens do mundo que, lamentavelmente, estavam, eu até diria, com o mal e estão se recuperando. Então, estamos aqui para ajudar a aprovar.

Acho que, se a fosfo não faz bem, mal também não faz. Isto está provado. Então, vamos dar essa oportunidade àqueles que precisam dela.

Os meus amigos lá do Pará, que, lamentavelmente, estão precisando do remédio podem ter absoluta certeza de que terão em breve a possibilidade de ter o remédio para recuperar, se Deus quiser, sua saúde.

Vamos votar aqui a melhor maneira de acelerar o processo de aprovação da fosfo, de aprovar o projeto aqui e encaminhá-lo para a CAS.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O.k.

Vamos ver se votamos. Há quórum. Peço aos colegas que permaneçam. Temos apenas o Senador Eduardo Amorim, e depois já poderemos ir à votação.

Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, colegas Senadores, minha vida profissional foi cuidando exatamente, Senador Cassol, Senador Blairo Maggi, de pacientes terminais. Os pacientes eram tratados na oncologia, com quimioterapia, cirurgia ou radioterapia, mas aqueles que a Medicina entendia que eram terminais, ou seja, para os quais não havia qualquer possibilidade terapêutica, quando desenvolviam algum tipo de dor, eram encaminhados para o nosso laboratório lá no Centro de Oncologia do nosso Estado. Eu conheço, Presidente, todos os lados de perto e sei que essa questão do fio de esperança, de que falam os Senadores Aloysio e Blairo Maggi, é assim mesmo. Mas também fico preocupado com essa preocupação que o Senador Aloysio tem. Estamos abrindo uma exceção aqui. Com certeza, o melhor de todos os caminhos para que, em outros momentos ou outras etapas, a gente não passe por isso, para que o povo brasileiro não passe por isso, é vencer essa burocracia.

Para tanto, aprovamos antes o PLS nº 200. E que ele ande com a celeridade necessária nas outras comissões e que ante com a celeridade necessária em outros cantos.

A questão da fosfoetanolamina não é nova; é antiga. Não sou oncologista, sou anestesiologista e também me pós graduei no tratamento da dor, na algologia. Portanto, convivia com esses pacientes diuturnamente. De fato, tirar a esperança de quem está no último fiozinho é realmente muito triste. É difícil fazer essa escolha. Então, Sr. Presidente, colegas Senadores, não é só a questão do custo, Ivo; não é só isso. Acredito em suas palavras. A indústria, especialmente a indústria farmacêutica, a indústria da oncologia tem, realmente, enriquecido a muitos.

Honestamente, quero que a fosfoetanolamina seja a cura para todos os tipos de câncer. Sabemos que existem mais de cem tipos de câncer, mais de cem tipos! Não sei se é solução para todos eles. Só os estudos clínicos, só a demonstração clínica, só a comprovação clínica vai nos confirmar isso, mas, volto a dizer, como quem tratou da dor de muitos, ainda não conhecemos com detalhes aquilo que a substância faz com o corpo, nem o que o corpo faz com a substância – chamamos de medicina farmacocinética –, ou seja, a farmacodinâmica do medicamento, mas tirar qualquer esperança é difícil. No entanto, Sr. Presidente, temos que tomar cuidado. Temos que tomar cuidado, Ivo. Não podemos vender, passar uma falsa esperança para ninguém. Não adianta pensar que vai ser a solução para tudo. Espero que seja, mas acho que não será. Então, é preciso ter muita cautela, porque, senão, daqui a pouco, vai se querer tomar fosfoetanolamina para tudo, absolutamente para tudo!

Volto a dizer: o melhor caminho é vencermos a burocracia, é facilitar todos esses estudos clínicos, mas minha sugestão é que, neste momento – aqui não é terminativo, não é nesta Comissão que este projeto vai parar, ele é terminativo na CAS – devemos remetê-lo à CAS para que lá possamos fazer mais audiências públicas, mais encaminhamentos. Mas digo: a preocupação do Senador Aloysio Nunes é pertinente. Estamos abrindo uma exceção, mas também não nos é dado o direito de tirar a esperança, por menor que seja, de absolutamente ninguém, Sr. Presidente. Então, temos que ter toda cautela, todo cuidado. Não vamos vender uma falsa esperança para ninguém. Se ela funciona em alguns tipos de tumores, ótimo, excelente! Que os estudos clínicos comprovem, e passamos a distribuir, a disponibilizar para essas pessoas. Agora, dizer que vai funcionar para tudo, eu, realmente, tenho minhas dúvidas como as têm os profissionais.

Então, Sr. Presidente, cautela e cuidado acho que é nossa obrigação ter como é nossa obrigação também manter a esperança daqueles que tentam se manter vivos.

Agora, pior do que tudo isso, quem mata mais do que tudo isso é a omissão do nosso Estado. O Estado brasileiro quando se omite e não dá a hemodiálise necessária aos pacientes, a não fornecer o transplante também necessário aos seus pacientes...

No meu Estado, o Estado de Sergipe, temos um aparelho de radioterapia do século passado – do século passado – da época em que Serra era Ministro! O aparelho quebra dia sim, quebra dia não. Não é por falta de

dinheiro. O Governo Federal já mandou dinheiro para a construção do Hospital do Câncer de Sergipe. As pessoas morrem porque ainda temos gestores irresponsáveis, gestores insensíveis, gestores desumanos, que não se colocam no lugar do outro. Então, não é por falta de dinheiro. A omissão do Estado é causa de genocídio neste País também – a omissão do Estado. Vejam o que está acontecendo, vejam os renais crônicos, vejam o que está acontecendo com a oncologia, vejam o que está acontecendo com o zika.

Conhecemos a história do *Aedes aegypti*, como o próprio nome dele diz, desde o Egito antigo. Então, não se explica que, em pleno Século XXI, se permita que uma geração de brasileiros nasça com crânio menor, com massa encefálica...

Isso é omissão do Estado. Isso é omissão do Estado, é incompetência do Estado! Isso mata também, como se mata no trânsito, como se mata nas ruas. E temos que estar com olhar para tudo.

Então, Sr. Presidente, cautela faz bem e é nossa obrigação também, mas devemos, por menor que seja, com o cuidado necessário e com as diretrizes necessárias, realmente dar esperança àqueles que querem se agarrar a algum tipo de esperança. Agora, vamos tomar cuidado para não vender uma falsa esperança e para que não sejamos divulgadores disso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Esse projeto vem da Câmara dos Deputados, tendo como autor o Deputado Adelmo Carneiro Leão e outros.

Como vem da Câmara, não será terminativo na CAS, será terminativo no plenário.

Vamos à votação.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sr. Presidente, antes, deixe-me apenas defender a matéria, como...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Já foi defendida, Senador.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então vamos para a votação, mas antes eu gostaria que o Senador Aloysio revisse sua posição. Respeito a decisão dele, mas gostaria que ele revisse. Tudo isso já poderia ter sido concluído se o Governo do Estado de São Paulo não tivesse sido tão frouxo, tão lento, tão devagar, porque quem descobriu tudo isso foi a USP, que é a universidade estadual de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Encerrada a discussão.

Vamos à votação.

Quem estiver conforme o relatório do Senador Ivo Cassol permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Temos uma dissidência. Ou duas? Uma.

Então, aprovada por maioria, com dissidência do Senador Aloysio, a matéria vai para a CAS.

Vamos aproveitar o quórum e a presença dos integrantes da Comissão, porque agora nós vamos mais rápido.

São projetos de licenciamento de emissoras de rádio terminativos, começando pelo Senador Aloysio, em seguida o Senador Cristovam, que já está presente.

O Senador Aloysio tem a palavra quanto aos itens 8 e 9.

ITEM 8
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 185, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO UNIÃO DA FRANCA ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Franca, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 9
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 186, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARTÍSTICA NOVOS TALENTOS DE TUPÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tupã, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, é o projeto de decreto legislativo da Câmara dos Deputados que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio União da Franca Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Franca, Estado de São Paulo.

É um projeto que já vem instruído, foi suficientemente analisado pela nossa consultoria, não havendo nenhum óbice de qualquer natureza para sua aprovação. Este é meu voto, pela aprovação.

E o item 9 é o projeto de decreto legislativo que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Artística Novos Talentos de Tupã para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tupã, Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Também emissora de São Paulo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Também é um projeto que não merece nenhum reparo da nossa parte, uma vez que está instruído e contém todos os requisitos necessários a sua aprovação. Meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senador Aloysio.

Com a palavra o Senador Cristovam. São quatro emissoras de São Paulo, duas de Minas Gerais. Itens 10 a 15.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem que eu queria fazer aos nobres colegas. Como temos aprovação toda semana de rádios e televisões e todos conhecem a matéria, pode ser lido apenas o voto diretamente e a localidade. Seria suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É o que estamos fazendo. Ao final, votaremos em bloco.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Para não ler todo o relatório, que é o mesmo. Na verdade, sendo a minha assessoria, do Telmário ou de qualquer outro Senador, o relatório é o mesmo. Então, é só dizer a cidade e o local, quem está sendo beneficiado e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. É o critério que já vínhamos seguindo.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vou ler o parecer de cada um dos projetos. São diversos.

O primeiro aprova ato que renova a permissão outorgada à Rádio União da Franca Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Franca, São Paulo. É o item 10.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Franca, São Paulo, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Franca, Estado de São Paulo.

Pela aprovação...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – V. Exª está lendo o item 9. O 9 já foi.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Peço desculpas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Franca já foi, Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Franca já foi. Agora é o item 10, de Minas Gerais.

ITEM 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 60, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CAMPO BELO FM STEREO ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Belo, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 61, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DA VILA OPERÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaraçaí, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação

ITEM 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 64, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO GRANDE VISÃO PARQUE DOS PINHEIROS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Álvares Machado, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação

ITEM 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 66, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO ALFA CENTAURO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Igaraçu do Tietê, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação

ITEM 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 67, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à DBC COMUNICAÇÕES S/C ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibaté, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação

ITEM 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 96, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – FADEPE/JF para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Isso.

Item 10:

Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2015, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Campo Belo FM Stereo Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Belo, Estado de Minas Gerais.

Pela aprovação

Item 11:

Projeto de decreto legislativo nº 61, de 2015, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos da Vila Operária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaraçaí, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Pela aprovação.

Item 12:

Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2015, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Radiodifusão Grande Visão Parque dos Pinheiros para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Álvares Machado, Estado de São Paulo.

Pela aprovação.

Item 13:

Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 2015, que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Alfa Centauro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Igaraçu do Tietê, Estado de São Paulo.

Pela aprovação.

Item 14:

Projeto de Decreto Legislativo nº 67, de 2015, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à DBC Comunicações S/C ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibaté, Estado de São Paulo.

Pela aprovação.

Item 15:

Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 96, de 2015, terminativo, aprova o ato que outorga concessão à Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão – Fadepe/JF para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado.

Peço, por favor, ao Senador Amorim que assuma a relatoria do item 16, já que o 17 é seu.

ITEM 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 283, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RURAL DE RÁDIO COMUNITÁRIA DO ASSENTAMENTO DO BOM JESUS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tartarugalzinho, Estado do Amapá.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Davi Alcolumbre
Relatório: Pela aprovação

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Obrigado, Sr. Presidente. É uma honra.

O item 16, Sr. Presidente, aprova o ato que outorga autorização à Associação Rural de Rádio Comunitária do Assentamento do Bom Jesus para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Tartarugalzinho, Estado do Amapá – o Senador Randolfe Rodrigues deve conhecer muito bem.

O relatório é pela aprovação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Como é o nome da Rádio?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Associação Rural de Rádio Comunitária do Assentamento do Bom Jesus.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, com a devida permissão, data vênia de S. Exª o Senador Eduardo Amorim, eu quero pedir vista até para conhecer o processo.

No meu Estado, há uma fraude em larga escala que nós já denunciamos três vezes ao Ministério das Comunicações, de concessões de rádios comunitárias, que são na verdade "picaretárias", ou seja, um grupo político monopoliza a concessão de todas as rádios. Obviamente, o Senador Eduardo Amorim...

É por isso que eu estou trazendo essa informação aqui. Eu agradeço a V. Exª...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Por isso eu referenciei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ... por ter chamado a atenção para a matéria.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – A relatoria era do Senador Davi Alcolumbre.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Exatamente. O Senador Amorim está atuando como *ad hoc*.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeito. Então, até para conversar com o próprio Senador Davi e pelo cuidado e cautela que temos que ter com as concessões de rádio no meu Estado, pode haver concessões que são.... Existem movimentos de rádios comunitárias e há rádios comunitárias legítimas. Eu quero destacar isso. O movimento de rádio comunitárias no Amapá vem desde os anos 90. Mas há outras que acabam fazendo algum tipo de associação ou proselitismo político.

Então, para conhecer o processo e dialogar com o Senador Davi e com o Senador Eduardo Amorim, solicito vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Portanto, o PDS 283, com vista ao Senador Randolfe.

ITEM 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 312, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ARACY para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pela aprovação

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Pois não, Sr. Presidente.

O item 17 aprova o ato que outorga autorização à associação de Radiodifusão Comunitária Aracy para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo. Então, eu acho que o Senador Aloysio Nunes conhece.

O voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Peço também a sua gentileza, Senador Amorim, o item 18, como *ad hoc* da relatoria do Senador Fernando Bezerra.

ITEM 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 277, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO FÊNIX DE EDUCAÇÃO E CULTURA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Egito, Estado de Pernambuco.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho
Relatório: Pela aprovação

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – O Senador Aloysio não quis pedir vista. Então, normal.

O item 18 aprova o ato que outorga permissão à Fundação Fênix de Educação e Cultura para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Egito, Estado de Pernambuco.

Não há nenhum pernambucano aqui. A relatoria era exatamente do Senador Fernando Bezerra. Estou como Relator *ad hoc,* e o relatório é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Embora tenha pernambucano, sim. O Senador Cristovam é pernambucano.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Ah, perdoe-me.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas eleito pelo Distrito Federal.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Será que ele conhece...?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Na verdade, pernambucano está em excesso aqui neste Senado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Ah, também, Senador Randolfe. Não sei por que o pessoal sai de Pernambuco para se eleger em outros Estados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sai de Pernambuco, mas Pernambuco não sai deles, Sr. Presidente. Isso acontece com todos os pernambucanos que de lá vêm, terra dos altos coqueiros.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – E tem mais: Pernambuco, que o Senador Cristovam Cavalcanti Buarque, lembra que o sujeito é "cavalcanti" ou cavalgado. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Flexa, peço sua fineza de, além do seu, assumir também a relatoria do item 20, do Senador Hélio José, como *ad hoc.*

ITEM 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 353, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E BENEFICENTE AMIGOS DO RIO PAU D´ARCO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pau dArco, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, o item 19 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 353, de 2015, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Beneficente Amigos do Rio Pau d'Arco para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pau d'Arco, Estado do Pará.

Coincidentemente, Sr. Presidente Lasier, acabei de falar ao telefone com o nosso pré-candidato a prefeito de Pau d'Arco, meu amigo Fredson, que colocou na linha três vereadores daquele Município que estão hoje assinando a ficha de filiação ao PSDB: Vereador João Paulo, Vereador João Batista e Vereador Domingos Enfermeiro. Quero aproveitar a oportunidade de dizer, como já lhes disse ao telefone, que eles são muito bem-vindos à família tucana e que, juntos, vamos ajudar a transformar Pau d'Arco e o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) –

ITEM 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 264, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à UNIÃO COMUNITÁRIA RECREATIVA ALOANDENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aloândia, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Hélio José
Relatório: Pela aprovação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O item 20, Sr. Presidente, trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 264, de 2015, que aprova o ato que outorga autorização à União Comunitária Recreativa Aloandense para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Aloândia, Estado de Goiás.

O Relator é o Senador Hélio José. Sou Relator *ad hoc,* no Estado do nosso Governador Marconi Perillo, que também governa aquele Estado pelo PSDB.

Os dois itens, 19 e 20, têm parecer favorável pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senador Flexa.

Item 21.

ITEM 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 335, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO BRASIL NOVO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: Pela aprovação

Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, vou direto ao voto, pela aprovação da Rádio Brasil Novo Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pela aprovação.

Peço a fineza do Senador Aloysio de assumir a presidência, para que eu possa relatar três projetos, dos itens 22 a 24.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não. V. Exª tem a palavra, meu caro Presidente.

ITEM 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 154, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA BETEL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Soledade, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pela aprovação

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O item 22 pede aprovação da outorga à Associação Radiodifusão Comunitária Betel, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade gaúcha de Soledade.

O voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) –

ITEM 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 177, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DO POVOADO JÚLIO DE CASTILHOS DE TAQUARI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pela aprovação

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Item 23. Autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária do Povoado Júlio de Castilhos de Taquari, na cidade gaúcha de Taquari.

Também é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Item 24.

ITEM 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 197, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL AMIGOS DE BENEDITO NOVO - ASCABEN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pela aprovação

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Item 24. Trata-se de uma emissora de Santa Catarina, que é a Associação Cultural Amigos de Benedito Novo (Ascaben), para funcionar na cidade de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina.

Também é pela aprovação.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – V. Exª quer de volta a Presidência?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado. É uma honra...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Fico honrado em poder substituí-lo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ...contar com sua participação.

Tem a inclusão extrapauta.

ITEM 36
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 345, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE DIFUSORA CANGUÇU FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pela aprovação

Pela aprovação do projeto.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Presidente, tem os itens 26 e 27, lá do Rio de Janeiro. Se V. Exª pudesse colocá-los em votação... Cidade de Piraí e cidade de Paty dos Alferes.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. Itens 25 e 26, Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – É 26 e 27.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não. É 25 e 26.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Desculpe-me, Presidente, o senhor tem razão.

ITEM 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 160, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS COMUNICADORES DE ARROZAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piraí, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação

ITEM 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 161, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL BETHEL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paty do Alferes, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente, trata-se de duas rádios comunitárias, uma na cidade de Piraí, da Associação dos Comunicadores de Arrozal, e outra na cidade de Paty dos Alferes.

Tanto a cidade de Paty dos Alferes como a cidade de Piraí ficavam no caminho dos bandeirantes. Fernão Dias Paes Leme, o caçador de esmeraldas. Aliás, eu tive a honra de estudar o meu ginásio na Escola Fernão Dias Paes Leme, na rua Pedroso de Morais, no Bairro de Pinheiros, ali em São Paulo, que agora recentemente foi invadida, num rearranjo de escolas que havia em São Paulo, e o grêmio estudantil, sempre muito ativo, tomou posição diferente do Governador

A cidade de Paty dos Alferes tem exatamente essa característica, como Pinheiral, que é o caminho dos bandeirantes; o caminho novo que liga Rio a Minas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Onde nasceu meu avô, aliás.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Paty? É uma linda cidade na serra, quase divisa com São Paulo. Paty dos Alferes. Paty por quê? Porque tinha uma palmeira que chamava paty. E alferes era um posto militar, o que hoje se chama aspirante.

Então, Sr. Presidente, tenho uma honra enorme em poder propor à Comissão o voto favorável, porque a assessoria verificou que todos os documentos estão em dia e em ordem.

Nós sabemos que rádios comunitárias são apenas dez watts. Elas pegam dez quilômetros – não chega nem a isso – de raio, da sua torre de transmissão, mas é o anúncio do aniversário, do pároco, do pastor, da pessoa que morreu. Enfim, elas prestam um trabalho enorme.

Esta Comissão, inclusive, já deliberou sobre a necessidade de darmos a eles alguma viabilidade econômica, para poderem fazer algum anunciozinho, sem competir com as grandes redes, até porque agora terão de migrar para o sistema digital e vão precisar de algum recurso.

Então, este é o voto, Sr. Presidente, tanto para Piraí como da nossa Rádio Comunitária de Paty dos Alferes, Associação Cultural Bethel.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senador Crivella.

Temos mais oito projetos de diferentes Senadores.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – O senhor quer que eu relate, Sr. Presidente? O senhor me dá o número...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não. Já está com o Senador Flexa.

São projetos que estavam com os Senadores Omar Aziz, Roberto Rocha, Rose de Freitas, Sandra Braga, Sérgio Petecão, Valdir Raupp, Walter Pinheiro e Zezé Perrella.

Portanto, um item de cada um...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, do item 3 a relatoria é minha. É um projeto de autoria do Senador Ronaldo Caiado. No momento que V. Exª achar melhor, eu solicito a leitura do parecer, para apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

Em seguida, voltaremos, então, ao item 3.

ITEM 27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 337, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Ação e Desenvolvimento de Algodão de Jandaíra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Algodão de Jandaíra, Estado da Paraíba.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Omar Aziz
Relatório: Pela aprovação

ITEM 28
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 310, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educacional, Cultural, Assistencial dos Amigos de Vila Nova dos Martírios para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Nova dos Martírios, Estado do Maranhão.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Roberto Rocha
Relatório: Pela aprovação

ITEM 29
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 45, de 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Rádio Escola Comunitária FM de Cariacica para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cariacica, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Rose de Freitas
Relatório: Pela aprovação

ITEM 30
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 341, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Evangelista para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João Evangelista, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senadora Sandra Braga
Relatório: Pela aprovação

ITEM 31
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 303, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Três Colinas Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Franca, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Pela aprovação

ITEM 32
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 363, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Guzolandense de Radiodifusão Comunitária (Agracom) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guzolândia, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação

ITEM 33

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 350, de 2015
- Terminativo -
Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Apuarema (Arca) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apuarema, Estado da Bahia.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação

ITEM 34

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 105, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores do Bairro das Indústrias para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiaí, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Zeze Perrella
Relatório: Pela aprovação.

Com a palavra o Senador Flexa, Relator *ad hoc* para os itens 27 a 34.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Lasier Martins; Srs. Senadores.

Item 27. Projeto de Decreto Legislativo nº 337, de 2015. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Ação e Desenvolvimento de Algodão de Jandaíra, para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Algodão de Jandaíra, Estado da Paraíba.

Item 28. Projeto de Decreto Legislativo nº 310, de 2015. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educacional, Cultural, Assistencial dos Amigos de Vila Nova dos Martírios, para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Nova dos Martírios, Estado do Maranhão.

Item 29. Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 2014. Aprova o ato que outorga autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cariacica, Estado do Espírito Santo.

Item 30. Projeto de Decreto Legislativo nº Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Evangelista para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João Evangelista, Estado de Minas Gerais.

Item 31.Projeto de Decreto Legislativo nº 303, de 2015. Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Três Colinas Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Franca, Estado de São Paulo.

Item 32.Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2015. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Guzolandense de Radiodifusão Comunitária (Agracom) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guzolândia, Estado de São Paulo.

Item 33.Projeto de Decreto Legislativo nº 350, de 2015. Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Apuarema (Arca) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apuarema, Estado da Bahia.

Item 34.Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2015.Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores do Bairro das Indústrias para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiaí, Estado de Minas Gerais.

Todos os itens têm parecer favorável pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, como são terminativos nós vamos à votação. Depois voltamos ao item 3, do Senador Randolfe, que é não terminativo.

Em discussão. (*Pausa.*)

Se não houver quem queira discutir, vamos à votação, que é nominal.

Com exceção da rádio do Amapá, que teve vista cedida ao Senador Randolfe, item 16, em discussão os demais itens de 8 a 34.

Como vota o Senador Cristovam?

Senador Cristovam, como vota em relação aos licenciamentos de rádios?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Pela aprovação de todos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Ivo Cassol?

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sr. Presidente, voto com os Relatores, aprovando todas as concessões.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Aloysio, como vota em relação às outorgas de rádio?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ. *Fora do microfone*.) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado.

Portanto, a Comissão aprova os projetos itens 8 a 34, com exceção do item 16.

Voltamos, então, ao item 3.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, de 2015
- Não terminativo -

Acrescenta o artigo 4º-A na Lei 12.232, de 29 de abril de 2010.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: Pela aprovação, com as Emendas que apresenta
Observações:
A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Senador Randolfe, com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, antes mesmo de iniciar o relatório sobre o Projeto de Lei nº 234, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, queria...

Cheguei após o debate sobre o PLS 200, de autoria da Senadora Ana Amélia e relatoria de S. Exª, Senador Aloysio Nunes, mas mesmo chegando atrasado eu fiquei mais do que satisfeito e contemplado com as emendas acatadas por S. Exª, Senador Aloysio, e queria destacar e parabenizar o Senador Aloysio pelo exaustivo trabalho.

Acho que a maior qualidade de um relator, de uma matéria complexa como esta, é conseguir mediar os diferentes interesses que estão entre...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Foi o que procurei fazer. Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Exatamente, que estão no contexto dela.

Foi o que V. Exª fez. V. Exª mediou da melhor forma os diferentes interesses constantes e eu acho que nós saímos com um belíssimo, um ótimo marco regulatório sobre a questão da pesquisa clínica no País e isso se deve, em especial, ao trabalho e a competência de V. Exª na mediação.

Então, quero prestar aqui as minhas homenagens, Senador Aloysio, a V. Exª.

Passando, então, de imediato, Sr. Presidente, ao Projeto de Lei nº 234, de 2015, do Senador Ronaldo Caiado, a medida proposta tem o objetivo de ampliar a transparência na administração pública, a fim de permitir maior controle dos cidadãos sobre os gastos do Poder Público com publicidade institucional.

Passando diretamente à análise.

A contratação de serviços de propaganda e publicidade acaba por repercutir nos veículos de comunicação social, cabendo a esta Comissão examinar as proposições que se correlacionem com as diversas mídias, tais como jornal, rádio, televisão e internet, nos termos do art. 104-C, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal.

Os contratos de publicidade sempre deram ensejo a questionamentos em razão de natureza eminentemente intelectual de seu conteúdo, bastante vinculado à criatividade e ao poder de comunicação das peças concebidas. O caráter subjetivo do objeto, somado ao fato dos contratos envolverem, em sua maioria, valores expressivos, sempre tornou as contratações nesta área vulneráveis à prática de atos de improbidade.

Em relação ao projeto, destaco o mérito. Estamos de acordo com ele.

No tocante à técnica legislativa, necessário se faz aperfeiçoar a redação da ementa para que ela indique de forma mais clara o objeto do PLS, o que será feito por meio da Emenda ao final apresentada.

Necessário se faz, ainda, suprimir a sigla "NR" que fecha o art. 4º-A, que está sendo acrescido à Lei nº 12.232, de 2010.

Então, Sr. Presidente, salvo pequenas alterações sobre a técnica legislativa, que apresentamos neste voto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2015, com as emendas de alteração da técnica legislativa.

Feita a leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O.k.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Ainda em tempo, chega à mesa um requerimento do Senador João Capiberibe, com relação ao PLS nº 200/2015, tão discutido na reunião de hoje.

O Senador João Capiberibe quer que seja ouvida também a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Portanto, como deveria ir apenas para a CAS, esse requerimento vai para a Mesa do Senado, a fim de deliberar se também será ouvida a Comissão de Direitos Humanos.

É o da pesquisa clínica.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Para a Comissão de Direitos Humanos?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É. Trata-se de um requerimento do Senador Capiberibe.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Já foi aprovado no plenário?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não. Vai para a Mesa do plenário para discussão e aprovação, ou não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É para enterrar o projeto, não é? Basicamente é isso. A consequência é essa.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Aguardemos... Eu sou obrigado a lê-lo, já que o requerimento chegou a tempo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Claro. V. Exª tem toda razão. Eu vou ficar vigilante no plenário...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – ...porque realmente é uma obra de Santa Engrácia, não termina nunca.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – *In vigilando*, Senador.

Perfeito.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a boa presença de quórum na reunião de hoje, o que aguardamos que se mantenha para a próxima terça-feira, dia 22 de março.

Obrigado aos colegas Senadores.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 18 minutos.)

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, AGENDADA PARA O DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2015, ÀS 15 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3

Às quinze horas e vinte e quatro minutos do dia dezessete de novembro do ano de dois mil e quinze, no Plenário nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência eventual da Senadora Marta Suplicy, reuniu-se a Comissão de Transparência e Governança Pública com a presença dos Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka, Romero Jucá, Antonio Anastasia, Paulo Bauer e João Capiberibe. Deixaram de comparecer os senadores Telmário Mota, Lúcia Vânia, Fernando Collor, Vicentinho Alves, Donizeti Nogueira, Sandra Braga, Valdir Raupp, Dário Berger, e Wellington Fagundes. A presidente eventual, Senadora Marta Suplicy, declarou aberta a reunião, destinada à instalação dos trabalhos e à eleição do presidente e do vice-presidente da comissão para o biênio 2015/2016. Por aclamação, foi eleito presidente da comissão o Senador Paulo Bauer e vice-presidente o Senador João Capiberibe. A presidente eventual passou então a presidência ao Senador Paulo Bauer, que fez seu discurso de posse. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às quinze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, Airton Luciano Aragão Júnior, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente eleito da comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Bauer

Presidente da Comissão de Transparência e Governança Pública

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vamos abrir a nossa reunião. Declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Transparência e Governança Pública, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos da Comissão e eleição do Presidente e do Vice-Presidente, para o biênio 2015-2016. Até o momento, temos a seguinte indicação: para Presidente, o Senador Paulo Bauer, para Vice-Presidente está em aberto. Então, acho que poderíamos discutir quem seriam os candidatos.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu acho que, por justiça, Senadora Marta Suplicy, a ideia, o requerimento da criação foi do Senador Capiberibe. Proponho que o Vice-Presidente, já que há um acordo de partidos, de lideranças...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – A ideia é...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – A ideia é dele, do Senador Capiberibe.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Acolho a ideia com alegria. Então, se o Senador Capiberibe acatar a indicação de seus pares, ele é o candidato a Vice-Presidente.

Muito bem, temos uma indicação, para a Presidência, do Paulo Bauer; para Vice, do Senador Capiberibe.

Não havendo outra chapa, consulto os senhores membros se concordam em realizar a votação por aclamação.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Um momento. (*Pausa.*)

Estamos aguardando a presença de mais um Senador, que agora já se encontra aqui, Senador Cristovam.

Foi aprovada a votação por aclamação.

Então, agora colocamos em votação, por aclamação novamente, os nomes dos Senadores Paulo Bauer, para Presidente, e Capiberibe, para Vice-Presidente da Comissão de Transparência e Governança Pública, no biênio 2015-2016.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Declaro eleitos, por aclamação, os Senadores: Paulo Bauer, para Presidente, e Capiberibe, para Vice-Presidente.

Convido os eleitos a ocuparem os seus lugares à Mesa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Eu quero, inicialmente, agradecer a Senadora Marta Suplicy, pela atividade de instalação, que aqui presidiu, desta Comissão. Isso é um fato histórico, porque a Senadora Marta Suplicy sempre se destacou em todas as atividades do Senado e nos dá muita alegria com a sua contribuição para que os trabalhos desta Comissão comecem de forma efetiva e de forma a alcançar os objetivos a que se propõe.

Quero agradecer a todos pela votação do meu nome para Presidência. Também agradeço à Liderança do meu partido e à Bancada do PSDB pela indicação do meu nome. Aqui também, quero saudar o Senador João Capiberibe, eleito, neste momento, para ser o Vice-Presidente.

Na verdade, é preciso registrar que o Senador João Capiberibe, de justiça, deveria ser o Presidente desta Comissão, uma vez que foi o autor do requerimento para a sua criação e foi quem defendeu a instalação e a criação desta Comissão, tanto na CCJ quanto no Senado como um todo.

Mas, pela circunstância da divisão das comissões pelas Bancadas partidárias, coube ao PSDB ocupar a Presidência, neste período, desta Comissão. No entanto, tenho certeza de que, na condição de Vice-Presidente, pela sua história, pela sua contribuição para o Senado e para o País, o Senador João Capiberibe será, sem dúvida nenhuma, um membro desta Comissão e da sua direção que vai se destacar e que vai ter, de nossa parte, total atenção, apoio e liberdade para nos ajudar nessa tarefa.

Eu quero, ao mesmo tempo, dizer a V. Exªs que é uma Comissão nova, tem uma missão diferente. Em muitos momentos, ela pode ter atividades e responsabilidades que se confundem com outras atividades e responsabilidades já em curso, tratadas por outras Comissões da Casa.

Vamos, no cumprimento da missão que nos cabe, fazer com que ela se afirme, fazer com que ela se mostre muito útil e, principalmente, atenda aos interesses da sociedade, porque, sem dúvida nenhuma, nos dias de hoje, transparência é uma obrigação, além de ser uma das grandes forças e forma de preservação da democracia.

Sabemos que a sociedade hoje quer, precisa e pode receber todas as informações de todos os atos públicos, seja do Congresso, seja do Poder Executivo, seja do Poder Judiciário, porque, assim, estaremos dando a todos os brasileiros a condição de exercer na plenitude a sua cidadania, o que é, por si só, um dever.

De outro lado, falar em governança pública é falar em modernidade é falar em avanço, é falar em algo que o Brasil precisa adotar. Nós ouvimos, de quando em vez, algum discurso, algum plano de governo, alguma ação da administração pública, por exemplo, na desburocratização, e parece que tudo está relacionado à eliminação de um simples carimbo.

Na verdade, a governança pública é muito mais do que isso. Precisamos ver como os Governos podem interagir e como cada órgão do Governo pode trabalhar melhor em benefício da população. Por isso, é nosso desejo contar com a contribuição de cada um dos Srs. Senadores, que têm, sabidamente, grande experiência, muito conhecimento e muita vivência com toda essa questão da governança pública.

E, por essa razão, convido e convoco a todos para que possamos efetivamente cumprir a tarefa que nos é delegada nesta data não só no exercício da Presidência e da Vice, mas também na realização dos trabalhos de cada um dos integrantes designados pelos seus partidos e pelas lideranças de suas bancadas.

Temos já agendada uma reunião, a cada semana, às quartas-feiras, às 11h30 da manhã. Trata-se de um horário que conflita com reuniões de outras comissões, sabemos disso, mas precisaremos viabilizar assim mesmo as ações.

Como hoje é o primeiro dia e ainda não temos a pauta definida, penso que seria prudente agendarmos a primeira reunião para a quarta-feira da próxima semana e não para amanhã. Amanhã seria impossível, já que todos os Senadores, membros da Comissão, já devem ter a sua agenda de amanhã completa de atividades.

Então, peço que todos anotem o compromisso e a necessidade de estarem presentes aqui na quarta-feira da semana seguinte, quando então teremos a próxima reunião.

Com muito prazer, concedo a palavra ao Senador João Capiberibe, autor da proposição que criou esta Comissão e Vice-Presidente eleito nesta reunião.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente, Senador Paulo Bauer, Senadora Marta Suplicy, meus caros Senadores e Senadoras, na verdade, é de fato uma Comissão nova, a 13ª Comissão Permanente do Senado, desde a criação desta Casa. E é uma Comissão que está sintonizada com essa transformação que a sociedade está vivendo.

Hoje, as nossas relações se dão mais no campo virtual do que no campo real. A comunicação em alta velocidade, a comunicação em rede, essa comunicação horizontal, onde todos falam com todos, estabelece uma nova exigência que o Estado brasileiro tem certa dificuldade em corresponder, que é abrir as portas do Estado para o acompanhamento da sociedade, que contribui com 36% do PIB, para manter o Estado.

E é exatamente em função não só dessa contribuição pesada que a sociedade está dando ao Estado, mas em função de toda a influência que o Estado exerce na sociedade, é inevitável que aqui, no Senado, estabelecêssemos um centro de discussão, de debates e de formulação para a abertura dessas informações ao conjunto da sociedade.

Vivemos a experiência bem-sucedida da Lei da Transparência, que tornou públicas todas as receitas e despesas e que obrigou os entes públicos a exporem, através dos portais de transparência, a sua receita e a

sua despesa. A partir disso, começa a despertar na sociedade a necessidade do controle social, do acompanhamento dessa despesa final.

É o conjunto da sociedade que sustenta o Estado. Daí a importância de o Senado acenar com essa perspectiva de abertura ainda mais ampla do Estado brasileiro.

Confesso que ainda há algumas caixas-pretas que precisamos abrir. Certamente, aqui será um fórum de discussão para a abertura, para a revelação à sociedade de várias instituições criadas para atender às aspirações sociais.

Eu diria que nós devemos começar pelas agências reguladoras, com a contribuição de todos nós a essas agências que cuidam de vários aspectos e de necessidades do povo brasileiro. Fico imaginando cada um de nós. Quando não andamos com um, andamos com dois celulares na mão. Cada celular contribui com uma taxa, que hoje é de R$13 por celular. Portanto, uma pequena fortuna é arrecada a cada ano. Tenho quase a convicção de que 99% dos Senadores e da sociedade brasileira não têm ideia de para onde vai esse dinheiro e em que ele é investido.

Eu falo de um único fundo, o Fistel, mas poderia falar de tantos outros fundos, resultado da contribuição de todos nós, mas não temos um acompanhamento muito claro disso.

Por último, eu diria que, no processo de democratização do País, a informação é o item número 1.

O Estado republicano brasileiro – antes de ontem, nós comemoramos a Proclamação da República – é uma República que começou com um golpe militar, uma República que começou muito fechada. A primeira Constituição republicana de 1891 excluiu o direito do voto aos analfabetos, ou seja, cassou os direitos políticos de 95% da sociedade brasileira. Portanto, foi um Estado organizado por poucos, para poucos e muito fechado.

Ao longo do século XX, houve várias interrupções da Constituição democrática, da constituição das instituições democráticas no País. Isso tudo terminou atrasando a necessária abertura do Estado para a sociedade, que sustenta, com sua contribuição, todas as nossas atividades.

Portanto, eu vejo que estamos aqui instalando uma Comissão que vai ter muito trabalho. O nosso trabalho é revelar essas informações, revelar como funciona e jamais fiscalizar. Jamais haverá essa dúvida em relação ao nosso trabalho, porque já existem instâncias fiscalizadoras. O que nós pretendemos na Comissão é revelar as informações para que a sociedade, o cidadão, com as informações disponíveis, possa acompanhar a ação das diversas instituições do Estado brasileiro.

Eu queria agradecer aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras pelo apoio dado ao projeto de resolução, que culminou com a aprovação em plenário, e também pela nossa indicação para compor a Vice-Presidência com o Senador Paulo Baeur. Faço isso com muita satisfação. Vou trabalhar com o Senador Paulo Bauer nessa fase inicial de instalação e de construção desse processo.

Quero dizer-lhes que estou muito satisfeito com essa possibilidade. E direi mais: esta Comissão certamente será uma das comissões mais importantes desta Casa, nos próximos anos, em função das transformações que a sociedade está vivendo, da velocidade da informação e da exigência que, hoje, a sociedade determina para que possamos abrir todas as informações possíveis.

Era isso.

Muito obrigado a todos.

Vamos ao trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Agradeço ao Senador João Capiberibe pela sua manifestação e também o cumprimento.

Ouço a palavra do Senador Anastasia, que solicitou a oportunidade de falar.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

De maneira rapidíssima, quero saudar o eminente Presidente, Senador Paulo Bauer, pela sua eleição, bem como o Senador João Capiberibe, como Vice-Presidente e autor da iniciativa dessa resolução, que discutimos com V. Exª na CCJ.

Quando da votação, recebeu o nosso aplauso e a aprovação unânime.

Sr. Presidente, conversávamos, há pouco, de fato, que, como se trata de uma comissão nova, nós a construiremos do zero. Por isso mesmo, como é um tema extremamente delicado, importante, relevante, como o Senador Capiberibe ressalvou e V. Exª também, nós vamos ter de identificar, de maneira muito clara, o limite da sua atuação para não haver superposição com a Comissão de Fiscalização e com a CCJ.

Os temas, quer da transparência, quer da governança, permitem um universo de ações e de assuntos que podem ser aqui tratados, inclusive na parte de qualificação de Municípios e Estados, utilizando o Interlegis, que tem um corpo técnico muito qualificado.

Eu queria só fazer essa menção. A Comissão contará com todo o meu apoio e trabalho. Apenas lamento, porque soube hoje que as reuniões serão às quartas-feiras, às 11h30. Sendo membro titular da CCJ, tenho

o receio da superposição. Aliás, confesso a V. Exª que me estressa muito essa mania de o Senado intercalar e interpor as reuniões uma por cima da outra. Como sou muito enquadrado, gosto de ficar presente o tempo todo, mas há uma dificuldade objetiva.

De todo modo, vamos ver como começa. V. Exªs terão todo o meu apoiamento num tema tão relevante como esse.

Parabéns a ambos pela eleição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Agradeço a V. Exª.

Certamente, a sua preocupação com relação à compatibilidade de horários vai ser objeto de uma análise nossa e também com relação à presença de todos os membros desta Comissão em outras comissões, já que ela é a última que se cria. Vamos verificar se há necessidade e possibilidade de alterarmos a data e o horário das reuniões, de forma compatível, para que haja sempre o quórum necessário e o maior número de Senadores presentes.

Consulto se mais alguém deseja usar da palavra.

Senador Cristovam, V. Exª tem a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Quero parabenizar o Senador Capiberibe. Quando ele me trouxe essa ideia, eu a achei formidável. Parabenizo também o Senador Bauer, que vai ser o Presidente.

Mas quero dizer algo mais. Fiz uma proposta de resolução pela qual a Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle se dividiria em duas, porque, ao ser Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, abandonou Fiscalização e Controle, e eu não gostaria que abandonasse Meio Ambiente. Eu queria que fosse uma Comissão de Fiscalização e Controle.

Esta Comissão, Senador Capiberibe, faz desnecessária a minha proposta. Acho que esta Comissão pode ser muito bem uma Comissão de Fiscalização e Controle, Senador Bauer, se pudermos trabalhar. A transparência é fiscalização e é controle. Só é preciso um pouco mais de agilidade na hora de levar adiante aquilo que a gente descobrir, graças à transparência.

Então, fico muito feliz por estar nesta Comissão.

Penso que vou retirar a minha proposta de resolução para mudar a Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle. Mas, antes de tomar essa decisão, vou conversar com os dois Presidentes, com os Vice-Presidentes, com o Relator e com o criador, para saber se devo manter ou não a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Pois não. Agradeço a V. Exª.

Consulto se mais algum Senador deseja usar da palavra. (*Pausa.*)

Não há mais quem queira fazê-lo.

Antes de encerrar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Está encerrada a presente reunião.

Convoco a próxima reunião ordinária para o dia 25, às 11h30, ou em outro horário e em outra data, que informaremos a V. Exªs, se for o caso.

Muito obrigado.

(Iniciada às 15 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 44 minutos.)

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, AGENDADA PARA O DIA 2 DE DEZEMBRO DE 2015, ÀS 11 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19

Às onze horas e trinta e nove minutos do dia dois de dezembro do ano de dois mil e quinze, no Plenário nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Paulo Bauer, reuniu-se a Comissão de Transparência e Governança Pública com a presença dos Senadores Paulo Paim, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Romero Jucá, Antonio Anastasia, João Capiberibe, Donizeti Nogueira, Sandra Braga e Dário Berger. Deixaram de comparecer os Senadores Cristovam Buarque (com ausência justificada), Fátima Bezerra, Telmário Mota, Raimundo Lira, Marta Suplicy, Lúcia Vânia, Fernando Collor e Vicentinho Alves. O Presidente declarou aberta a reunião, destinada à apreciação de três requerimentos para realização de audiências públicas. ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 1 de 2015, de autoria do Senador João Capiberibe, que requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, na Comissão de Transparência e Governança Pública – CTG, para debater: "Swap" Cambial, prejuízo ou rentabilidade para o país? RESULTADO: Aprovado, com a substituição do Presidente do Banco Central do Brasil por um representante daquela instituição na relação de convidados. ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 2 de 2015, de autoria do Senador João Capiberibe, que requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, na Comissão de Transparência e Governança Pública - CTG, para debater: A transparência e o funcionamento das Agências Reguladoras Federais. RESULTADO: Aprovado, com a inclusão do Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária entre os convidados. ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 3 de 2015, de autoria do Senador Paulo Bauer, que requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de conhecer os produtos e serviços oferecidos no âmbito do Programa Interlegis às casas legislativas estaduais, distrital e municipais, especialmente quanto à contribuição para a transparência e a governança pública dessas instituições. RESULTADO: Aprovado, com a inclusão da Diretora da Secretaria de Transparência do Senado Federal entre os convidados. Em seguida, foi proposto pelo Presidente, e aprovado pelos presentes, novo horário para realização das reuniões da comissão: terças-feiras a partir das catorze horas e trinta minutos. O Senador João Capiberibe fez convite aos presentes para acompanharem a exibição de documentário sobre a Lei da Transparência noutro plenário da Casa, naquela tarde. O Presidente convocou nova reunião para a terça-feira, dia oito de dezembro, às catorze horas e trinta minutos e, nada mais havendo a tratar, encerrou a reunião às doze horas e três minutos, lavrando eu, Airton Luciano Aragão Júnior, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Bauer
Presidente da Comissão de Transparência e Governança Pública

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Havendo quórum regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Transparência e Governança Pública da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à apreciação de três requerimentos para realização de audiências públicas: dois de autoria do Senador João Capiberibe, Vice-Presidente desta Comissão e um de minha autoria.

Quero ressaltar, para efeito de registro nos Anais desta Comissão, que, na manhã de hoje, será realizada, a partir, agora, de meio-dia, uma sessão do Congresso Nacional convocada pelo Presidente do Congresso Nacional e do Senado, Senador Renan Calheiros.

Será uma sessão importante, na qual decidiremos questões relacionadas ao Orçamento da União para o exercício de 2016 e também ao déficit fiscal que o Governo administra neste final de exercício de 2015.

A reunião está atraindo a atenção de todos os Srs. Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas. É por isso, certamente, que temos um quórum baixo hoje para deliberação e votação. Mas, felizmente, como não temos nenhuma matéria em caráter terminativo, poderemos decidir por votação simbólica.

O primeiro item da pauta é um requerimento de S. Exª o Senador João Capiberibe.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 1, de 2015
- Não terminativo -

Nos termos do art 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, na Comissão de Transparência e Governança Pública – CTG, para debater: "Swap" Cambial, prejuízo ou rentabilidade para o país?
Sugiro que sejam convidados:
- Presidente do Banco Central;
- Representante da Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN;
- Coordenadora do Movimento Auditoria Cidadã - Maria Lúcia Fatorelli;
- Presidente da Kaduna Consultoria - Roberto Gianetti da Fonseca;
- Analista do Seguro Social, Contador e Economista – Clodoaldo B. Neri Junior.

Autoria: Senador João Capiberibe

Concedo a palavra ao autor para justificar a sua proposição.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente, Senador Paulo Bauer, esta é a segunda reunião desta Comissão, mas é a primeira de caráter administrativo, de trabalho. Estamos iniciando agora uma longa caminhada.

Esta Comissão, certamente, tratará de temas de maior interesse da cidadania, porque a transparência interessa a esses contribuintes que entregam ao Estado brasileiro 36% das suas energias e também o poder de regular e de buscar o equilíbrio na sociedade. E o Estado brasileiro foi construído lá atrás, depois da proclamação da República, por um reduzido grupo de brasileiros.

Sempre gosto de recordar que, em 1891, quando da proclamação da primeira Constituição republicana, o índice de analfabetismo no Brasil era de 86%, e a Constituição republicana proibiu o voto aos analfabetos. Ou seja, ela cassou os direitos políticos de 86% da população. Restaram 14%. Desses 14%, 7% eram mulheres, que tampouco tinham direitos civis previstos, porque o Código Civil brasileiro havia sido feito à imagem e semelhança do código civil francês, que, mesmo no período revolucionário de igualdade, fraternidade e liberdade, não contemplava a mulher.

Então, restaram 7%, que organizaram o Estado republicano brasileiro. E foram os homens brancos que fizeram isso, porque os negros, recém-libertados, eram, todos, analfabetos.

Então, 86% de analfabetos, uma parcela muito significativa, ficaram com direitos políticos suspensos.

Depois, houve um processo de alfabetização, a mulher passou a votar em 1932... Mas, ainda assim, é um grupo muito reduzido, que terminou inaugurando os dois brasis, o Brasil conectado e o Brasil da exclusão. Isso se arrastou até os nossos dias e o Estado foi organizado de uma forma muito fechada.

Aí, com a democracia – e temos o mais longo verão democrático da história do Brasil, que começa em 1985 e chega até os nossos dias –, há uma pressão pela abertura do Estado, e a transparência, com, sobretudo, a tecnologia digital e as redes, terminou nos proporcionando algo inimaginável há 20 anos, que é exatamente permitir uma radiografia completa do funcionamento do Estado.

Esse requerimento, Sr. Presidente, é para que possamos entender esse mecanismo de *swap* cambial, uma operação complexa, uma operação financeira de que o Banco Central lança mão e que, neste ano, causou um prejuízo para o País de R$115 bilhões, do mesmo tamanho do déficit que devemos decidir hoje na reunião do Congresso.

É fundamental que isso seja explicado para a sociedade, porque o prejuízo de R$115 bilhões é coberto pelo Tesouro e, certamente, faz falta para várias atividades, ações e serviços que o Governo presta à sociedade.

Então, pensamos em convocar esta audiência pública para que haja uma explicação para todos nós.

O Banco Central vem usando o *swap* desde junho de 2013, quando o dólar atingiu o valor de R$2,40. Acontece que, quando a moeda norte-americana sobe, o Banco Central registra perdas. E neste ano nós tivemos uma desvalorização brutal, um empobrecimento gigantesco da sociedade brasileira, pela desvalorização do real. Então, esses prejuízos se acumularam e atingiram esses R$115 bilhões.

Por isso, queremos ouvir aqui um representante do Banco Central capaz de nos explicar não numa linguagem especializada, mas numa linguagem que a sociedade entenda, porque nós não trabalhamos aqui para poucos, nós representamos o conjunto da sociedade do nosso Estado e da sociedade brasileira. Então, queremos que essa representação do Banco venha aqui e nos explique didaticamente quais as causas e por que lançar mão de *swaps* cambiais num momento em que o dólar se valoriza diante do real.

Era isso, Sr. Presidente.

Eu gostaria de ver aprovado esse requerimento para a gente ter essa oportunidade de conhecer o que nos levou a ter um prejuízo gigantesco de R$115 bilhões de julho para cá.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Obrigado, Senador Capiberibe.

De fato, V. Exª aborda um tema importante. Quando se trata de questões financeiras e monetárias, há sempre aquela observação e aquela justificativa de que tudo deve obedecer a critérios de sigilo bancário, a critérios de estratégia econômica que, se publicada e divulgada, produzirão efeitos danosos à economia, a bolsa de valores, etc. e tal.

Na verdade, precisamos definir e identificar melhor o que é transparência e o que é impotência. O cidadão, o próprio Legislativo, as próprias instituições de fiscalização não têm potência alguma para interferir em questões como essa que V. Exª aborda. Nem tribunal de contas, nem Comissão de Assuntos Econômicos, nem o Congresso Nacional tem qualquer poder. Quando o Governo brasileiro decide, por exemplo, por uma operação ou por uma desvalorização cambial, o País paga a conta e ninguém toma conta.

Então, V. Exª tocou em algo muito pertinente para o debate nesta Comissão, e, portanto, eu o cumprimento pela providência.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Só quero acrescentar uma informação.

Todos nós perdemos, porque esses R$115 bilhões foram pagos por todos os brasileiros e brasileiras. Se todos perdemos, espero que o Banco Central nos diga quem ganhou, porque alguém ganhou. Se alguém ganhou, nós queremos a nominata de todos aqueles que tiveram lucros fantásticos nessas operações cambiais dos últimos meses. Acho isto muito importante, porque nós somos os donos do dinheiro. Está sendo pago com a contribuição de cada um de nós. Então, é fundamental que a gente saiba, que o Banco diga aqui quem ganhou. Foram alguns brasileiros? É possível. Foi gente de outros países? Nós queremos saber. Esta é a função da transparência: jogar luz naquilo que é obscuro, naquilo que é desconhecido da sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Lá em Santa Catarina existe uma frase, uma fala que diz, tratando de ganhos e perdas, que, quando você ganha dinheiro, ou você tira da terra ou tira de alguém. E a gente precisaria, nesta Comissão da Transparência, saber se veio da terra ou se veio de alguém.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O segundo requerimento também é de autoria do Senador João Capiberibe.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 2, de 2015

- Não terminativo -

Nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, na Comissão de Transparência e Governança Pública - CTG, para debater: A transparência e o funcionamento das Agências Reguladoras Federais.

Sugiro que sejam convidados:

- Senador Walter Pinheiro (PT/BA);

- Diretor Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, José Carlos de Souza Abrahão;

Autoria: Senador João Capiberibe

Eu me permitiria, Senador Capiberibe, incluir neste seu requerimento, se V. Exª acatar, mais um diretor-presidente de agência nacional, desta vez a de saúde propriamente dita, não a de saúde suplementar, porque saúde suplementar é uma... Penso que...

Não sei se falamos da mesma instituição. A Anvisa tem esse nome de suplementar? (*Pausa.*)

É outra coisa. A Anvisa é uma agência. E a Agência Nacional de Saúde Suplementar é outra agência.

Justifico a V. Exª essa sugestão porque, há poucos dias, foi editada não sei se uma medida provisória ou um decreto, pela Presidente da República, aumentando substancialmente os valores que a Anvisa cobra pelo registro de medicamentos. E, curiosamente, pelo que eu soube, a Anvisa é a única agência que não permanece com os recursos em seu caixa. Todos os recursos pagos para a Anvisa, a título de taxa, etc., são recolhidos em favor do Ministério da Fazenda, que, por sua vez, os repassa depois na medida da necessidade para a Anvisa. Foi uma informação que recebi extraoficialmente e que, obviamente, talvez justifique a falta de velocidade e de resolução por parte da Anvisa para tantos problemas que a saúde enfrenta.

É mais ou menos o seguinte: o dinheiro que as empresas pagam para a Anvisa, que foi aumentado em coisa de 300% ou 400% agora, este ano, não vai para a Anvisa. O recurso vai para o Ministério da Fazenda e é dividido, parte vai para a Anvisa, parte vai para o Ministério da Saúde. Ou seja, a instituição que tem a função de fiscalizar e que deveria ser independente, na verdade, não tem dinheiro para fiscalizar e se torna dependente.

Por isso, acho que o propósito do seu requerimento é muito interessante, mas, se ele contemplasse também a Anvisa, dada essa situação que aqui estou relatando, certamente, nós enriqueceríamos muito o debate da matéria.

V. Exª tem a palavra para justificar o seu requerimento.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Com certeza, na verdade, são tantas as agências, que a gente fatiou. Mas eu acho importante, já que a gente está trazendo a Agência Nacional de Saúde, trazer também a Anvisa.

Qual a ideia? Entender o funcionamento das agências, que nasceram e são órgãos do Estado para regular essa relação entre consumidores e empresas prestadoras desses serviços. E são instituições muito recentes, dos últimos 10 ou 15 anos. Então, a sociedade não tem o domínio do seu funcionamento.

Então, a ideia é, primeiro, tomarmos conhecimento do seu funcionamento e, então, depois, através de propostas, de projetos de lei que devem surgir aqui, torná-las transparentes diante dos olhos do conjunto da sociedade.

Essa informação da Anvisa que V. Exª traz, infelizmente, é igual para todos os fundos vinculados às agências. Esses fundos são recolhidos... Por exemplo, obtive a informação de que o Fistel, que é o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, arrecada bilhões todos os anos. Para cada celular que usamos – e há mais de 200 milhões de celulares –, se não me engano, a taxa de recolhimento é de algo em torno de R$13,00. Ora, se há 200 milhões de celulares, a receita é gigantesca. Há esse dinheiro também. Mas, no entanto, as agências funcionam precariamente.

Tenho a informação de que vamos receber aqui o Presidente da Associação Nacional das Agências Reguladoras, Thiago Cardoso Henriques Botelho, que vai exatamente fazer uma radiografia da gestão dessas agências e também dos seus fundos, pelos quais as agências se responsabilizam.

A maioria dos recursos, pelo que eu sei, pelas informações iniciais, vai para a vala comum do Ministério da Fazenda, o que dificulta até a função e a ação das agências reguladoras. Daí a importância de nós, no Senado Federal, e daqueles que vão nos acompanhar, da sociedade como um todo, entendermos o seu funcionamento, para podermos aqui aprimorar isso de forma transparente para o conjunto da sociedade brasileira.

Por isso, peço a aprovação desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Muito bem!

Apenas registro que o Presidente da Anvisa, o Sr. Jarbas Barbosa da Silva Júnior, fica inserido, fica incluído no requerimento de V. Exª. Correto? (*Pausa.*)

Então, aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O item 3 é um requerimento de minha autoria.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 3, de 2015

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de conhecer os produtos e serviços oferecidos no âmbito do Programa Interlegis às casas legislativas estaduais, distrital e municipais, especialmente quanto à contribuição para a transparência e a governança pública dessas instituições.
Propõe para a audiência a presença do seguinte convidado:
Antônio Helder Medeiros Rebouças, Diretor-Executivo do Instituto Legislativo Brasileiro.

Autoria: Senador Paulo Bauer

Acho que o Interlegis faz um grande trabalho de integração entre o Poder Legislativo como um todo, a partir do Senado Federal, e que conhecermos melhor quais os mecanismos que esse instituto tem para propagar todas as informações e também para coletar informações é muito útil para os trabalhos desta Comissão, principalmente no âmbito da governança e da transparência.

Coloco a matéria em discussão.

V. Exª tem a palavra.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente, seria possível incluir um representante da Comissão de Transparência do Senado?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Por que não? Se essa for sua sugestão, poderemos colocá-lo, sim.

A Comissão de Transparência...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Aliás, é uma secretaria.

A assessoria está me ajudando dizendo que se chama Secretaria de Transparência.

Não há nenhum problema quanto a incluir o titular da Secretaria de Transparência. Poderíamos, sim, fazê-lo.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – É que há a Secretaria e a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – O.k.!

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Então, seria um representante da Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Da Secretaria de Transparência.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – É a Srª Elga Mara Teixeira Lopes.

Vai ser uma audiência interessante, porque aqui estarão o Helder e a Elga.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Ótimo!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Vai ser uma dupla sertaneja bem identificada aqui.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Daremos informações nossas para a coletividade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – O.k.!

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O item 4 da pauta não é um requerimento, mas uma proposição que faço aos Srs. Senadores presentes e que já foi motivo de comentário na reunião de instalação desta Comissão.

Depois de analisarmos a questão abordada pelo Senador Antonio Anastasia, na primeira sessão, quanto à superposição do horário ordinário das nossas reuniões com as reuniões da Comissão de Constituição e Justiça, que ocorre também às quartas-feiras, a partir das 10h da manhã, analisamos os horários das demais Comissões, assim como as respectivas composições das mesmas, para apresentar aos membros desta Comissão de Transparência e Governança Pública a proposta de alterarmos o horário regimental previsto para sua realização.

Diante dessa análise que fizemos, e já comentei isto com o Senador Capiberibe, que é o Vice-Presidente desta Comissão, parece-nos que seria melhor marcar as reuniões para as terças-feiras, às 14h30. Assim, teríamos tempo de fazer a reunião sem conflitar com o horário das outras comissões e com tempo suficiente para debate e discussão antes de a Ordem do Dia se instalar na sessão do Senado, o que ocorre depois das 16h. Penso que esse dia e essa hora são compatíveis com a agenda da maioria dos Senadores, que já estarão em Brasília e, inclusive, terão terminado seu almoço.

Portanto, coloco o assunto em discussão e para a apreciação dos presentes.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente, estou totalmente de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – O.k. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir o assunto, eu o submeto a apreciação e a votação.

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado o novo horário de reunião desta Comissão.

Não havendo mais nada a tratar...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Pois não, Sr. Senador.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Eu gostaria de fazer um convite a V. Exª e a todos os presentes.

Às 14h, haverá a apresentação de um documentário sobre a Lei Complementar nº 131, a Lei da Transparência, no Plenário 2 da Ala Senador Nilo Coelho, no Senado, e, em seguida, um debate sobre a crise econômica brasileira com três economistas da UnB.

O documentário dura dez minutos e conta um pouco da história e da evolução da transparência no nosso País.

Convido V. Exª e convido todos aqueles que estão presentes nesta Comissão para estarem às 14h no Plenário 2, na Ala Senador Nilo Coelho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Eu agradeço o convite, Senador, mas lamento informar que não poderei ir porque terei uma reunião, com almoço, a partir das 13h, na Embaixada da Áustria. Como sou Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Áustria, eu não poderei faltar àquele compromisso, que, aliás, vai conflitar com o horário de sessão do Congresso Nacional, que começa às 12h, ao meio-dia.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Eu queria só fazer uma correção: vai ser no Plenário nº 7, aqui, da Ala Alexandre Costa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Será no Plenário nº 7 da Alexandre Costa. Está registrado.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Às 14h.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Está registrado.

Não havendo mais nenhum assunto a tratar, encerro a presente reunião convocando nova reunião para a próxima terça-feira, às 14h30.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 3 minutos.)

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, AGENDADA PARA O DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2016, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15

Às catorze horas e cinquenta e dois minutos do dia dezesseis de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 15 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Paulo Bauer, reuniu-se a Comissão de Transparência e Governança Pública com a presença dos Senadores Fátima Bezerra, Telmário Mota, João Capiberibe e Vicentinho Alves. Deixaram de comparecer os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim, Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka, Romero Jucá, Antonio Anastasia, Lúcia Vânia e Fernando Collor. O Presidente declarou aberta a reunião, destinada à apreciação de requerimento. ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 4 de 2015, de autoria do Senador Telmário Mota, que requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, na Comissão de Transparência e Governança Pública – CTG, para conhecer e debater o Referencial Básico de Governança, do Tribunal de Contas da União. RESULTADO: Adiado por falta de quórum. Em seguida, o Presidente comunicou aos membros sua decisão de fixar a terceira terça-feira de cada mês para realização de audiências públicas na Comissão, com início às quinze horas, de modo a permitir a deliberação da pauta na primeira parte da reunião, a partir das catorze horas e trinta minutos. Em outra comunicação, determinou prazo de duas reuniões para que os senadores membros apresentem, mediante requerimento, sugestões de políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para avaliação pelo Colegiado ao longo do exercício. Nada mais havendo a tratar, encerrou a reunião às quinze horas e um minuto, lavrando eu, Airton Luciano Aragão Júnior, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Bauer
Presidente da Comissão de Transparência e Governança Pública

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Transparência e Governança Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à apreciação de requerimento para a realização de audiência pública de autoria do Senador Telmário Mota.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 4, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do Artigo 90, combinado com o Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão de Transparência e Governança Pública (CTG) realize Audiência Pública para conhecer e debater o Referencial Básico de Governança, do Tribunal de Contas da União, um documento basilar para a boa prática da governança na Administração Pública.
Indica como convidado expositor o Presidente do Tribunal de Contas da União, o Excelentíssimo Senhor AROLDO CEDRAZ.

Autoria: Senador Telmário Mota

Com a palavra, para justificar a proposição, o Sr. Senador Telmário Mota, que hoje está comemorando o primeiro dia do seu novo ano de vida, já que ontem ele estava de aniversário e, por isso, merece o nosso aplauso e o nosso abraço.

V. Exª tem a palavra. (*Palmas.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, depois que ficamos com 30 anos de idade, são muitos anos repetidos e qualquer aplauso nos deixa muito tímidos!

Agradeço a V. Exª por esta oportunidade.

Sem nenhuma dúvida, esta Comissão, como todas do Senado, tem uma importância fundamental para o bom desempenho dos serviços públicos do nosso País. E esta Comissão tem um objetivo bem maior, que é desburocratizar, facilitar, fiscalizar, principalmente neste momento de várias denúncias que nós vivemos. Cada hora mais, é preciso que se feche o círculo para que não haja nenhum desvio da coisa pública.

Quanto ao nosso requerimento, considerando a primeira parte que V. Exª já leu, eu quero só justificar que o referencial vai ao encontro da missão deste Colegiado, afirmando que a governança no setor público

compreende essencialmente os mecanismos da liderança, estratégia e controle, postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Como bem disse V. Exª, indico, como convidado expositor o Presidente do Tribunal de Contas da União, o Exmo Sr. Aroldo Cedraz.

Este é o nosso requerimento. Eu espero que ele seja aprovado para que possamos ouvir o Presidente do Tribunal de Contas para discutirmos este documento referencial, basilar, da fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Não havendo mais quem queira discutir, eu coloco a matéria em votação.

Se todos estiverem de acordo, a matéria...

Não há quórum para votar infelizmente. Deveremos aguardar a próxima reunião para fazê-lo.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, como o nosso quórum mínimo é de nove Senadores – se não me falha a memória – nós só temos o quórum para abertura. Então, já fica lido o requerimento, que deverá ser colocado em votação na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Perfeitamente, e a próxima reunião está convocada para a próxima terça-feira, dia 23 de fevereiro, às 14h30.

Em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2015, da CTG, realizaremos audiência pública naquela reunião com o objetivo de conhecer os produtos e serviços oferecidos no âmbito do programa Interlegis às Casas Legislativas estaduais, distrital e municipais, especialmente quanto à contribuição para a transparência e a governança pública dessas instituições. Já estão convidados para a mesma o Sr. Antônio Helder Medeiros Rebouças, Diretor Executivo do Instituto Legislativo Brasileiro, e a Srª Elga Mara Teixeira Lopes, Diretora da Secretaria de Transparência do Senado Federal.

Também quero aproveitar para deixar consignado e registrado que esta Presidência, ouvida a Assessoria da Comissão, decidiu que nós vamos ter, como data fixa no calendário de trabalho da Comissão para audiências públicas, sempre a terceira terça-feira do mês. Portanto, nessa data as audiências públicas serão realizadas. Eu falo das audiências públicas ordinárias, essas que são fruto de requerimentos votados – lembro que, uma vez aprovado o requerimento de V. Exª, nós já teremos quatro audiências aprovadas e agendadas previamente.

Portanto, se houver necessidade por força de alguma situação excepcional, nós poderemos fazer uma audiência pública, dentro do calendário, de forma excepcional, mas a regra estabelecida é que seja sempre na terceira terça-feira do mês. Assim, os Senadores e Senadoras poderão se programar para estarem presentes nas audiências.

Devemos também considerar o seguinte. Este é um ano curto do ponto de vista de atividade legislativa, por esse motivo as atividades serão mais intensas no primeiro semestre e menos intensas no segundo. Devido a isso, nós vamos ter que fazer, também nas datas para audiências públicas, deliberações. A audiência pública sempre será marcada para 15h, não 14h30, de forma que, das 14h30 até às 15h, poderemos deliberar alguma matéria, algum requerimento, alguma questão que precise de votação, de relatório e de manifestação dos Srs. Senadores.

Eu tenho certeza de que, a partir da próxima reunião e nas seguintes, nós vamos começar a ter uma frequência maior e mais integral de todos os membros. Efetivamente, esta Comissão, por ser uma comissão nova, ainda precisa construir a sua pauta de trabalhos. Ela não tem nenhuma matéria, nenhum projeto de lei que esteja distribuído a seus membros para relatar, mas, a partir da semana que vem, espero que o Presidente da Casa também nos transfira os projetos de lei que requeremos para que venham a merecer a nossa apreciação. Assim, a Comissão vai efetivamente ganhando espaço na agenda dos Srs. Senadores e Senadoras e também importância no contexto dos trabalhos legislativos.

Não há como deliberar. Eu iria propor a dispensa da leitura da ata, mas não é possível diante da falta de quórum para deliberação.

Há uma comunicação para fazer.

Comunico, segundo prescrição regimental contida no art. 96-B, que a Comissão deve selecionar as políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo que serão objeto de avaliação pelo Colegiado ao longo do exercício. Para tanto, os Senadores podem encaminhar suas sugestões, mediante requerimento, à Secretaria da Comissão. Ao final da Sessão Legislativa, a Comissão apresentará relatório com as conclusões das avaliações realizadas.

Mas eu quero determinar à Assessoria da Comissão que nós enviemos, para todos os membros da Comissão, um ofício informando a respeito dessa determinação regimental, dando um prazo de duas sessões para que todos se manifestem, até porque, se cada membro indicar um assunto específico, nós terminaremos por não

analisar nenhum. Eu entendo que nós devemos ouvir todos os Senadores e ver quais as políticas públicas mais importantes e que mais têm relação com o trabalho desta Comissão para que elas sejam objeto de avaliação.

Portanto, vamos fazer esta semana o comunicado e, não na próxima reunião, mas na seguinte, vamos deliberar qual ou quais as políticas merecerão o nosso acompanhamento e a nossa avaliação.

Não havendo mais nada a tratar na presente reunião, convoco os senhores membros da mesma para comparecerem, na próxima terça-feira, à reunião ordinária que aqui iremos realizar com audiência pública.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 1 minuto.)

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, AGENDADA PARA O DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2016, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13

Às quinze horas e cinco minutos do dia vinte e três de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Paulo Bauer, reuniu-se a Comissão de Transparência e Governança Pública com a presença dos Senadores Garibaldi Alves Filho, João Capiberibe, Valdir Raupp e Wellington Fagundes. Deixaram de comparecer os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Telmário Mota, Raimundo Lira, Marta Suplicy, Waldemir Moka, Romero Jucá, Antonio Anastasia, Lúcia Vânia, Fernando Collor e Vicentinho Alves. O Presidente declarou aberta a reunião, destinada à apreciação de requerimentos e realização de audiência pública. ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 4 de 2015, de autoria do Senador Telmário Mota, que requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, na Comissão de Transparência e Governança Pública – CTG, para conhecer e debater o Referencial Básico de Governança, do Tribunal de Contas da União. RESULTADO: Adiado por falta de quórum. ITEM 2) MINUTA DE REQUERIMENTO, de autoria do Senador Paulo Bauer, que requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinados com os arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, observado o disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e nos arts. 8º e 9º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda as seguintes informações relativas à alçada da Caixa Econômica Federal na condição de administradora das loterias federais: 1) relação dos ganhadores dos prêmios de quaisquer loterias cujo valor pago por prêmio tenha sido superior a R$ 1 milhão nos últimos oito anos; e, 2) relação dos ganhadores de mais de um prêmio, por tipo de loteria, qualquer que tenha sido o valor do prêmio, no mesmo período. As informações a serem encaminhadas devem conter: i) número do CPF; ii) número do concurso; iii) data do sorteio; iv) data do pagamento; v) valor do prêmio; vi) localidade em que foi feita a aposta ou adquirido o cartão. RESULTADO: adiado por falta de quórum. Não havendo quórum para deliberar sobre os itens da pauta, o Presidente deu início à audiência pública, com a finalidade de dar conhecimento dos produtos e serviços oferecidos no âmbito do Programa Interlegis às casas legislativas estaduais, distrital e municipais, especialmente quanto à contribuição para a transparência e a governança pública dessas instituições, em atendimento ao Requerimento nº 3/2015-CTG, de autoria do Senador Paulo Bauer. Compareceram à audiência, na qualidade de expositores, o Senhor Antônio Helder Medeiros Rebouças, Diretor-Executivo do Instituto Legislativo Brasileiro, e a Senhora Elga Mara Teixeira Lopes, Diretora da Secretaria de Transparência do Senado Federal. Antes das apresentações, fez uso da palavra o Senador João Capiberibe, para fazer comunicados aos membros. Foi registrada a presença do Senhor Carlos Fernando Mathias de Souza, ex-Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Findas as apresentações, o Presidente abriu a palavra aos senadores presentes, dela fazendo uso o Senador João Capiberibe. Após leitura e debate sobre participações da sociedade recebidas por meio do Portal e-Cidadania, o Presidente encerrou a reunião às dezesseis horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, Airton Luciano Aragão Júnior, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Bauer

Presidente da Comissão de Transparência e Governança Pública

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Cumprimentando todos os presentes, especialmente o nosso Vice-Presidente, Senador Capiberibe, quero informar que, havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Transparência e Governança Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Não há quórum para deliberarmos sobre os itens que se encontram na pauta. Por isso, vamos diretamente à segunda parte da reunião, que se constitui na realização da audiência pública que tem como finalidade "Conhecer os produtos e serviços oferecidos no âmbito do Programa Interlegis às casas legislativas estaduais, distrital e municipais, especialmente quanto à contribuição para a transparência e a governança pública dessas instituições".

Os convidados são Sr. Antônio Helder Medeiros Rebouças, que convido para tomar assento à mesa. Ele é Diretor-Executivo do Instituto Legislativo Brasileiro; e a Srª Elga Mara Teixeira Lopes Diretora da Secretaria de Transparência do Senado Federal, a qual convido para compor a Mesa.

Sejam bem-vindos!

Eu informo que a presente reunião está sendo realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas a res-

peito dos assuntos que aqui serão abordados e apresentados pelos nossos convidados podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Pois não, Senador.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Antes de iniciarmos a audiência pública, gostaria de fazer dois comunicados. O primeiro é que, na semana passada, dei entrada, na Mesa do Senado, no Projeto de Lei que recebeu o nº 43/2016, que faculta aos partidos políticos apresentarem até 30% das suas listas de candidatos à eleição proporcional para disputar eleição exclusivamente nas redes sociais.

A ideia e a compreensão que temos é de que a tecnologia digital e as redes sociais estão mudando as relações das pessoas. As pessoas se relacionam bem mais através do ciberespaço, do virtual, do que na vida real. Isso ocupa hoje um bom tempo das pessoas e nós não podemos ficar atrás. A política não pode ser o retrocesso da sociedade, a política tem que ser a vanguarda e conduzir o processo.

Então, a ideia é permitir que aqueles candidatos que optarem por fazer suas campanhas exclusivamente pelas redes sociais assim procedam. É uma opção, não é obrigatório, mas, uma vez optando, eles saem do mundo real, ou seja, perdem o direito ao rádio e à televisão, mas ganham esse diferencial que certamente vai atrair muito a atenção.

Hoje nós temos já um contingente de mais de 50% da sociedade brasileira conectada. São mais de 117 milhões de pessoas nas redes. A diferença é que enquanto o candidato da rede... Na verdade, estabelecemos um gasto, que deve sair às custas do candidato, de até dez salários mínimos, para pagar serviços de internet, essas coisas.

A diferença de um candidato que vai disputar pelas redes sociais é que leva uma desvantagem, porque vai disputar um pouco mais da metade dos eleitores, talvez 60% a 65% dos eleitores, mas ele também tem um diferencial, pois o eleitor vai poder escolher entre um candidato que vai gastar R$2 mil na campanha e outro que vai gastar R$2 milhões. Eu confesso que votaria naquele que vai gastar R$2 mil, porque não terá compromissos digamos obscuros. Vai ser muito claro, porque nas redes sociais se pode interagir permanentemente e conhecer melhor os candidatos.

Então, esse é o projeto que já está tramitando na Casa. Claro que para essa eleição não será possível, isso vai ficar para 2018. Por enquanto é só nas eleições proporcionais, até porque, na eleição majoritária, vai acontecer na hora em que tivermos a universalização da conexão no Brasil, que ainda está distante, mas tenho certeza de que vai acontecer. Um dia vamos chegar lá. Temos hoje mais celulares no Brasil do que população. Então, certamente caminharemos para a universalização da internet.

O segundo comunicado é um convite. Quero convidar V. Exª e todos os nossos convidados aqui que vão apresentar o serviço de Interlegis. Talvez tivesse sido o caso de nos conectarmos com todas as assembleias legislativas, câmaras municipais, para acompanhar esta audiência pública, porque vamos tratar de assuntos de interesse direto dos legislativos municipais e estaduais.

Mas o convite seria para, amanhã, às 20h, pelo Twitter, quando vamos fazer a primeira fiscalização virtual. Estamos fazendo ampla mobilização através do Twitter e do Facebook; criamos uma página de eventos – o evento chama-se Twittaço da Transparência, com a *hashtag* #Transparência – e quem tem Facebook pode convidar seus amigos. Cada pessoa no Facebook pode convidar até 500 outras pessoas para participar. Ainda há pouco, soube que há em torno de sete mil pessoas convidadas, 200 já confirmaram participação. Aqueles que estiverem dispostos a controlar a aplicação de recursos públicos, acho que esse é o caminho.

As nossas instituições – isto não sou eu que digo, todas as pesquisas mostram – não merecem confiança. A sociedade brasileira desconfia das suas instituições, e com razão; não lhe tiro a razão. Então, a oportunidade de controlar gastos públicos está dada. A lei da Transparência permitiu isso, tornou obrigatória a exposição das receitas e despesas públicas. Elas estão na internet. No nosso caso, Senadores, estão lá todas as nossas despesas, custo de passagem aérea etc. Tudo aquilo que gastamos está à disposição do cidadão que paga imposto. Então, a lei permite que tenhamos acesso a essas informações, mas não é suficiente. Não basta a lei. Aprendemos, depois de algum tempo, que é necessária uma mobilização da sociedade brasileira para exercer esse controle, para evitarmos a má aplicação do dinheiro, a corrupção.

Todos os dias temos notícias de desvios de recursos. Um dia desses em São Paulo era a merenda escolar, no outro dia... Enfim, todo dia há notícias no rádio e televisão. Se nos mobilizarmos...Amanhã é uma oportunidade, porque o que é que vamos fazer? Vamos oferecer passo a passo os caminhos, os *links* para que as pessoas acompanhem a despesa até o detalhamento. Vamos poder chegar ao preço do quilo do leite, do quilo do arroz comprado pelas prefeituras, vamos acompanhar tudo aquilo que as universidades brasileiras consomem, enfim, tudo aquilo que o internauta quiser. Amanhã ele pode dizer: "Olha, quero que vocês me digam como são gastos os recursos de verba indenizatória, por exemplo". E vamos ser obrigados a fazê-lo. Aí, vamos

dizer: "Escolha o Senador". Certamente, vão me escolher, não é? E aí vai a minha página também como objeto de transparência, mas não há problema, porque transparência foi feita para isto, para que o cidadão que paga imposto acompanhe.

A carga tributária do Brasil não é a maior do mundo, mas já é uma carga tributária bastante pesada. No entanto, os benefícios dessa carga tributária não são suficientes. Quando falamos o tamanho da carga tributária e o serviço que ela presta, podemos ver que estamos entre os últimos, ou seja, pagamos muito imposto para a qualidade do serviço que é oferecido à sociedade.

Então, não vejo outra saída a não ser o controle social dos gastos públicos através do ciberespaço, através da rede mundial de computadores.

Era isso. Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Obrigado, Senador Capiberibe.

Cumprimento V. Exª pela iniciativa, pela autoria do projeto, que especifica uma nova forma de processo eleitoral, bem como pela iniciativa de fazer amanhã essa mobilização em nome e em favor da transparência em todo o País.

Dando sequência aos nossos trabalhos, informo que, de acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará suas exposições por até 15 minutos e, em seguida, depois da exposição de ambos, abriremos a fase de interpelação por três minutos pelos Senadores e Senadoras inscritos. As participações de cidadãos serão trazidas à Mesa pela Secretaria da Comissão para que sejam lidas oportunamente e respondidas ou comentadas pelos convidados ou Senadores presentes.

Com a palavra inicialmente o Sr. Antônio Helder Medeiros Rebouças.

O SR. ANTÔNIO HELDER MEDEIROS REBOUÇAS – Quero agradecer inicialmente ao Presidente Paulo Bauer, ao Senador João Capiberibe, a oportunidade de, com muita honra, servidor desta Casa que sou, Consultor do Senado, estar aqui fazendo uma apresentação do órgão que hoje coordeno.

Queria registrar também, Sr. Presidente, a presença do Ministro do STJ, Carlos Fernando Mathias de Souza, que foi o primeiro reitor da nossa Universidade do Legislativo. É uma honra para nós tê-lo aqui presente aos nossos debates.

Agradeço a Drª Elga também.

Sr. Presidente, eu deixei com V. Exª e com o Senador Capiberibe o que seria o mote da nossa apresentação. Refiro-me a essa matéria do jornal *Folha de S.Paulo*. Eu gostaria de fazer a minha apresentação tomando por base essa discussão, quer dizer, essa constatação de que metade das Câmaras Municipais do País não têm *sites* na internet. E eu queria trazer isso não como um problema tecnológico, mas como um problema de natureza política e de legitimidade. É a partir daí que eu gostaria de fazer a minha apresentação.

O Instituto Legislativo Brasileiro é a escola de governo do Senado Federal. Assim como a Enap e a Esaf, o Instituto Legislativo Brasileiro é, efetivamente e por regulamento, a escola de governo do Senado Federal. E digo mais, Sr. Presidente: é a única escola de governo hoje que emite os seus próprios diplomas sem recorrer a uma universidade. Imaginem que, hoje, a Escola Nacional de Administração Pública, se promover um curso de pós-graduação, precisa buscar em uma instituição universitária a chancela dos diplomas que emite. O ILB, hoje, tem esse credenciamento junto ao MEC de emitir os seus próprios diplomas. Estamos agora em processo de recredenciamento.

Então, são dois os eixos: trabalhamos com a política de capacitação institucional do Legislativo e temos, também dentro do ILB, o Programa Interlegis, que é o programa que dá capilaridade ao Instituto Legislativo Brasileiro, justamente junto às Assembleias e Câmaras Municipais.

Uma breve história.

Em 1997, foi criado o ILB e o Interlegis.

De 1999 a 2015, nós tivemos uma parceria com o BID, que foi muito importante para o desenvolvimento de todo o sistema de trabalho do Interlegis.

Em 2013, houve a fusão do ILB com o Interlegis, que hoje recebe o nome de Instituto Legislativo Brasileiro.

Essa é uma breve apresentação do histórico da nossa escola de governo.

Como eu dizia, hoje, nós temos dois eixos estratégicos, que são, justamente, a parte de educação, dividida em educação superior, presencial e à distância. No particular, Sr. Presidente, eu queria registrar que recebi agora – com o que fiquei muito contente – da nossa Diretora de Ensino a Distância a informação de que, no ano de 2015, o Instituto Legislativo Brasileiro certificou mais de 60 mil pessoas em cursos a distância, e cursos estes, muitas vezes, voltados a temas de interesse do cidadão, tais como Direito do Consumidor, Direito Eleitoral e tantos outros temas que interessam à sociedade de uma forma geral. São cursos abertos à sociedade. Então, no ano de 2015, nós tivemos, aqui, 60 mil certificados.

Na parte do desenvolvimento institucional, nós trabalhamos, por meio basicamente do Programa Interlegis, nos itens integração, modernização e governança das Casas Legislativas estaduais e municipais.

São esses os dois eixos do nosso trabalho.

Ultimamente, Sr. Presidente, Senador Paulo Bauer, nós, até por orientação da Mesa Diretora, estamos, cada vez mais, colando o trabalho do ILB/Interlegis às Comissões temáticas do Senado Federal. Não faz sentido uma escola de governo como a nossa trabalhar exclusivamente sob o ponto de vista de treinar servidores. Não é só isso! O nosso trabalho envolve o desenvolvimento institucional e o trabalho em parceria com as Comissões temáticas. E vou dar um exemplo aqui para que os senhores tenham uma ideia de como é possível fazer isso.

No ano de 2013, a então Presidente da Comissão de Direitos Humanos nos procurou porque S. Exª tinha um problema específico com relação ao conceito de direitos humanos no seu Estado, o Espírito Santo. Então, nós tínhamos de desenvolver alguma forma de comunicação com a sociedade para explicitar o que são direitos humanos, porque, no Espírito Santo, por exemplo, o Estado de S. Exª, segundo ela, os direitos humanos eram concebidos como uma coisa negativa, era empatia com a bandidagem.

Nós precisávamos trabalhar esse tema dos direitos humanos e se pensou em fazer, por meio dos nossos instrumentos de disseminação de informação, inclusive de ensino a distância, de cartilhas didáticas, uma parceria com as secretarias estaduais de educação do Brasil inteiro para que nós difundíssemos essa noção dos direitos humanos

Então, estou dando um pequeno exemplo de um trabalho que é possível se fazer a partir do desenvolvimento institucional dos trabalhos do ILB, mas atrelado à questão das comissões temáticas do Senado Federal.

E na questão das políticas públicas, Presidente Paulo Bauer, sempre que nós estamos indo aos Municípios para fazer capacitação, principalmente das Câmaras de Vereadores, nós temos chamado a atenção, por meio dos consultores que estão presentes nesses eventos, que a Câmara Municipal – isso é uma coisa que não é tão fácil de se colocar, principalmente nos Municípios menores – tem a capacidade, inclusive de natureza constitucional, de legislar sobre política pública. Nós fizemos alguns pilotos tentando capacitar os Vereadores a legislarem sobre questões relacionadas a microempreendedorismo, por exemplo. Nós temos uma lei complementar que trata do assunto, que dá competência inclusive aos poderes municipais de fazerem compras aos microempreendedores. No entanto, a informações não chega à Câmara de Vereadores e, naquele momento, nós queríamos capacitar os vereadores a legislarem sobre essas matérias.

A questão dos resíduos sólidos também é um trabalho legislativo de órbita essencialmente municipal, mas que também – talvez na maioria das Câmaras municipais do Brasil – nós não tenhamos a capacidade legislativa e de informação dos Vereadores para legislar sobre essas matérias, então, as políticas públicas estão no eixo estratégico de atuação também do Interlegis agora nas nossas capacitações dos Municípios.

Um pouco dos nossos cursos. Hoje estamos com o quinto curso, Presidente Paulo Bauer, de Orçamento Público, que é o nosso novo curso de pós-graduação. Fizemos em Administração Legislativa, Ciência Política, Comunicação Legislativa e Direito Legislativo. Este último agora foi feito em parceria com o Tribunal de Contas da União, vamos iniciar agora, e com a Controladoria-Geral da União e a Secretaria de Orçamento Federal (SOF). Nós vamos lançar agora, estamos só botando na rua essa pós *lato sensu* em Orçamento Público. Além dos nossos cursos presenciais e a distância aos quais eu já me referi.

Presidente Paulo Bauer, aqui é uma Comissão de Transparência e Governança. Esses são exemplos de portal que nós desenvolvemos gratuitamente para as Câmaras municipais. As Câmaras municipais têm, com esse trabalho que o Interlegis faz... É um portal. Veja ali, Santa Inês, no Maranhão – o outro Município não estou lendo bem –, Sete Lagoas e Xangri-Lá. São quatro exemplos de portais que nós desenvolvemos gratuitamente nas nossas oficinas junto aos Municípios. O senhor viu, há pouco tempo, na matéria que nós colocávamos aqui, que metade das Câmaras de Vereadores do Brasil não tem um portal. Então, o Portal Modelo é o carro-chefe do Interlegis e é desenvolvido gratuitamente para as Câmaras municipais. Nós vamos lá e em dois ou três dias capacitamos os servidores locais a desenvolverem esse *site* para prestarem as informações relacionados à Lei de Responsabilidade Fiscal, à Lei de Acesso à Informação e do próprio Processo Legislativo. Em algumas situações – a Drª Elga sabe disso, porque já dirigiu o órgão e foi uma das incentivadoras desse projeto – nós, inclusive, colocamos áudio e vídeo para as transmissões das sessões por Videostream.

É um produto que é o carro-chefe do ILB, desenvolvido de forma gratuita para as Câmaras municipais.

No Rio Grande do Sul – caso mais recente –, o Tribunal de Contas do Rio Grande tem utilizado como um dos critérios para dar esse selo de transparência na internet às Câmaras municipais a utilização dos portais do Interlegis. Então, isso é um reconhecimento a toda equipe que está conosco dos trabalhos e da eficácia das oficinas de capacitação.

Então o Tribunal de Contas dá esse selo.

Dos selos que foram atribuídos às Câmaras municipais, boa parte é de câmaras que têm os produtos Interlegis.

Aí estão as estatísticas: 2.000 Municípios atendidos na modalidade de ensino a distância; 130 câmaras municipais em 10 Estados já receberam oficinas de Portal Modelo.

Nós também fazemos, Presidente Paulo Bauer, consultorias específicas e curtas para reformulação do regimento interno das câmaras municipais. O senhor veja – o senhor deve conhecer essa realidade bem mais que nós aqui, que somos técnicos –: muitas câmaras municipais ainda têm regimentos baseados na Constituição anterior à de 1988. Então, para o senhor ter uma ideia, hoje, Presidente Paulo Bauer, nós estamos hospedando em nuvem 500 *sites* de câmaras municipais.

Aí é um mapa do Brasil da distribuição dos nossos trabalhos ao longo do... Quiçá o Estado de Santa Catarina esteja bem atendido pelo Programa Interlegis!

Presidente, nós falávamos aqui de hospedagem de *sites*. Veja que hoje nós hospedamos o *site* da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau. Num determinado momento de crise política no país, os organismos multilaterais, falo isso com muita honra para o Programa Interlegis, convocaram o Interlegis e as equipes montaram todo o trabalho de, vamos dizer assim, informatização do Parlamento da Assembleia Nacional Popular. E até hoje nós mantemos em nuvem aqui no Interlegis o *site* da Guiné-Bissau. E tem uma razão política de ser. O senhor poderia perguntar: "Por que eles mantêm?" Exatamente por essa volatilidade da política local pode ser que, num determinado período de crise, se tire o *site* do ar. Então, até por questões de segurança, hoje, o Interlegis hospeda o *site* lá da Assembleia Nacional Popular.

Presidente, nós vamos agora passar à parte de: com que nós podemos colaborar com a Comissão presidida por V. Exª. Mais uma vez eu tomo como eixo aqui a Lei Anticorrupção, que é a Lei 12.846, de 2013. Eu chamei a atenção especificamente para o art. 7º, no seu inciso VIII, que está prevendo a existência, em todas as instituições públicas do Brasil, estaduais, municipais e federais, nos três níveis de Poder, a existência de mecanismos de procedimentos internos de integridade. Então, fiz questão de grifar porque eu acho que o Programa Interlegis... O senhor vai ver e todos os que estão aqui presentes e os que nos assistem vão perceber como o programa Interlegis e o ILB poderão colaborar especificamente com os itens da Lei Anticorrupção. Então chamo a atenção para os procedimentos chamados procedimentos de integridade.

O que é um programa de integridade? Isso foi regulamentado pelo Decreto Federal nº 8.420, de 2015. Na verdade, é um conjunto de mecanismos e procedimentos internos de auditoria, de incentivo a denúncias de irregularidades, mas que tem também um caráter, uma índole preventiva. Então, tem um caráter preventivo. É um trabalho que não é só de denúncia pela denúncia policialesca, mas no sentido de detectar e sanar desvios, de nós nos antecedermos. Isso é a noção de controladoria. O sentido de acender a luz amarela. Então, o Programa de Integridade hoje é uma realidade no nosso marco jurídico brasileiro.

A partir daí, Presidente e senhores que aqui nos ouvem...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO HELDER MEDEIROS REBOUÇAS – Já estamos acabando.

Então, passo para as ações propostas.

Como ação proposta que o Programa Interlegis e o ILB, juntamente com a Diretora da Secretaria de Transparência, que pode nos ajudar muito nisso porque é uma área que está bastante afeita às atribuições dela... Presidente, é possível que, dentro dessa regulamentação e dos desdobramentos da Lei Anticorrupção, a Comissão que V. Exª preside tenha a iniciativa de apresentar um projeto de resolução do Senado que crie um programa de integridade no Senado Federal. Todas as instituições privadas – principalmente as privadas hoje – estão desenvolvendo um programa de integridade. As estatais, até pelos problemas que houve recentemente na Petrobras, estão desenvolvendo um programa de integridade.

E acho que é possível e é devido, se assim for o entendimento político desta Casa, que o Senado Federal tenha, na sua dimensão administrativa e legislativa – não somente administrativa, mas também legislativa –, um programa de integridade.

Eu acho que a Comissão que V. Exª preside é a Comissão que tem a competência para dar início a esse projeto. E o ILB, juntamente com a Drª Elga, da Secretaria de Transparência, se coloca à disposição da Comissão, Presidente, para coordenar os trabalhos de assessoramento técnico, de apoio. É um produto que eu já gostaria de submeter aqui à apreciação de V. Exª.

Bom, além disso, pelas experiências que já tivemos com outras Comissões, caso seja do desejo da Comissão e da Presidência de V. Exª, nós podemos fazer seminários regionais da Comissão. A Comissão é nova e já houve experiências aqui, inclusive de sessões plenárias que o Presidente do Senado quis fazer em diversas regiões para levar o debate legislativo. Acho que é uma oportunidade que a Comissão teria de fazer seminá-

rios regionais nas regiões macroeconômicas brasileiras, justamente para disseminar que talvez as Assembleias Legislativas criem as suas comissões de transparência e governança. E por que não as Câmaras Municipais de maior porte?

Nós já fazemos isso nos Municípios e colocamos à disposição de V. Exª também.

Uma outra proposta com a qual nós do ILB poderíamos colaborar, pela experiência que temos com as redes colaborativas, Presidente Paulo Bauer, é que V. Exª desse o passo inicial para criação de uma rede nacional de transparência e governança do Legislativo. A CGU já procura fazer isso dentro da esfera do Executivo. Vejo como uma oportunidade técnica e política de a Comissão criar essa rede.

Nós do ILB, com o Programa Interlegis, pela *expertise* que temos nas redes colaborativas, daríamos simplesmente o apoio tecnológico. Essa Rede Nacional de Transparência envolveria o Tribunal de Contas da União, as Assembleias Legislativas, as Câmaras e os demais tribunais de conta. Acho que seria uma iniciativa importante com a qual podemos colaborar.

Inspirado pelo convite, já estamos providenciando, Sr. Presidente, a criação do primeiro curso de Governança e Transparência no Senado, presencial, dentro das nossas atividades normais de ensino. E um curso a distância também para disseminar essa cultura da transparência de da governança.

Acho que, numa esfera política que não nos cabe adentrar, se for do desejo de V. Exª, podemos avançar tanto no curso a distância, como numa cartilha para fazer parceria com as secretarias estaduais de educação e disseminar essa cultura anticorrupção no meio do ensino médio brasileiro. Talvez seja um trabalho de maior fôlego, mas o ILB, hoje, está apto também a colaborar.

É isso, Presidente, o que tínhamos a apresentar. Contamos com o apoio político de todas as Comissões para que o ILB e o Interlegis continuem seu trabalho institucional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Muito obrigado, Dr. Antônio Rebouças, pela sua exposição muito bem formulada e de forma sintética e objetiva, certamente muito apropriada para este momento e para avaliação desta Comissão.

Passo a palavra, agora, a Srª Elga Mara Teixeira Lopes, Diretora da Secretaria de Transparência do Senado Federal, que também vai fazer sua exposição por 15 minutos.

A SRª ELGA MARA TEIXEIRA LOPES – Boa tarde, Presidente Paulo Bauer! Boa tarde a todos os colegas presentes!

Agradeço o convite e espero que, no dia de hoje, as informações que estamos trazendo aqui sirvam de instrumento, tanto para o cidadão, quanto para a imprensa, quanto para as ONGs e, sobretudo, para a Comissão no trabalho de transparência.

A Secretaria de Transparência do Senado Federal foi criada há dois anos pelo Presidente Renan Calheiros. Antes, éramos a Secretaria de Pesquisa e Opinião, com especialidade em opinião pública. Somos cinco concursados da área e um grupo de servidores agregados. Em 2013, essa Secretaria foi trazida para a Presidência do Senado para fortalecer a transparência na Casa, que era o principal compromisso do Presidente Renan em 2013.

A gente trabalha em três frentes. A transparência ativa com o Portal da Transparência, que a gente vai ver que hoje é um dos melhores portais de instituição pública do País, já recebeu alguns prêmios. No portal divulgamos informações públicas da parte administrativa e da parte legislativa, vamos ver os acessos que temos tido. Nós trabalhamos com a parte de controle social, foi criado um Conselho de Transparência, Senador, de que participam ONGs e setores da Casa. Hoje participam Transparência Brasil, Ethos e a ABI (Associação Brasileira de Imprensa). Temos reuniões sistemáticas, estabelecemos metas, sofremos cobranças saudáveis dessas ONGs e procuramos dar respostas rápidas para elas. Acho que o resultado do portal e do trabalho de transparência é muito também devido à presença da sociedade civil dentro do Senado. Aplicamos pesquisas de opinião com metodologia científica, estatística como Ibope, como Datafolha, todos os meses e enquetes também no Portal do Senado. Juntamente com o Conselho de Transparência, nós decidimos avançar. Depois que o Senado chegou a um nível de maturidade de transparência em 2014, resolvemos avançar na proposta de criação de indicadores de transparência para todo o Legislativo. É por isso que a criação da Comissão e o apoio dos Senadores hoje é vital. Veremos como.

Aqui é a Gestão de Sistemas de Informação que trabalhamos em parceria com a Casa toda para atualizar. Nós não somos provedores de informação, apenas harmonizamos essas informações todas juntas no portal, mas toda Casa participa do processo de transparência do Senado.

Nós estamos reformulando esse portal permanentemente. Temos 2,3 milhões de acessos, uma média de 130 mil por mês. As informações são, sobretudo, disponibilizadas pelo setor de informática, que é o Prodasen, pela Diretoria-Geral e por nós, numa parceria desses três órgãos. Estou falando isso porque tem sido exemplo para muitas Casas Legislativas, como funciona. Na medida em que os pedidos de informações vão chegando,

procuramos disponibilizar já aquela informação no Portal para que um outro cidadão que faça o mesmo questionamento já tenha, por transparência ativa, aquela informação no portal.

Pela FGV nós fomos reconhecidos. Fizeram uma checagem no Brasil todo, que nós nem sabíamos que estava acontecendo. Tomamos conhecimento já com o resultado. Fomos reconhecidos como a instituição com melhor desempenho de todos os órgãos legislativos: 100% das demandas foram atendidas; a Câmara Federal com 81%; as Assembleias, 58% e as Câmaras de Vereadores com 56%, as que têm portal.

O Senado é também o mais ágil ao responder em média ao cidadão em 15 dias, quando o prazo legal é de 30.

Também a ONG Artigo 19, que é especializada em questões de liberdade de imprensa, reconheceu o trabalho de transparência no Senado, foi amplamente divulgado.

A participação da sociedade e o controle social dentro do Senado. Ao longo da existência da Secretaria de Transparência e do DataSenado 3,4 milhões de brasileiros já foram ouvidos em pesquisas telefônicas, *on-line* e em enquetes.

A expressão do cidadão dentro do Senado ocorre de forma individual se ele tem um assunto de interesse dele ou provocamos o cidadão sobre assuntos de interesse do Brasil, relacionados à imagem do Senado, relacionados à violência doméstica contra mulheres e a uma série de assuntos ligados às políticas públicas. Está aí o desmembramento desses números.

Exemplos de algumas pesquisas nas áreas de segurança pública, saúde, meio ambiente, violência e reforma política. Todas as pesquisas aplicadas pelo DataSenado são disponibilizadas no Portal do Senado. É o único órgão do Brasil que faz isso. Muitos órgãos compram a pesquisa – acabamos de fazer um levantamento: cerca de 58 órgãos públicos compram pesquisa de opinião, mas nem todos ou quase nenhum órgão disponibiliza como nós esses dados.

Isso tem provocado vários desmembramentos com parcerias, como a SEPPIR, com relação à violência contra a juventude negra, com uma série de pesquisas que nós fazemos. Também fizemos parceria com a Unicamp, que é o maior depositário de pesquisas de opinião do País, e com a Universidade de Columbia, em que recentemente aplicamos uma pesquisa para a CCT. E vários estudos, no Brasil e no mundo, são feitos com os nossos números, que são absolutamente confiáveis. As pesquisas são feitas com metodologia.

Agora vamos entrar no Índice de Transparência, Senador.

Esse é um instrumento que foi sugerido pelo Conselho de Transparência, com base, sobretudo, no índice Cidade Transparente, da ONG Ethos, que faz parte do Conselho. O cidadão quer saber como está sendo gasto o dinheiro dele pelo Poder Legislativo, seja municipal, seja estadual, seja federal. Esse índice permite ao cidadão, a agrupamentos e à imprensa medir em que nível está essa transparência. Esse índice acaba de ser concluído e foi feito com base em dados internacionais do Inter-Parliamentary Union, ligado à ONU, da Lei de Acesso à Informação e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Foi um trabalho que levou um ano para ser feito e surgiu do Conselho. Foi apresentado em novembro do ano passado ao Presidente do Senado, e aberto para consulta pública, para que o Brasil todo pudesse dar sua contribuição, fazer críticas e sugestões. Essas contribuições foram levadas em consideração, foram agrupadas, e foi consolidado o índice que nós agora estamos disponibilizando ao Brasil todo, por meio da Comissão, desta audiência.

Está aqui a apresentação, os conselheiros todos presentes.

E qual é o objetivo? É criar uma forma de medir essa transparência, para onde está indo e como está sendo gasto o dinheiro, o que o Poder Legislativo está fazendo.

O Índice de Transparência tem quatro dimensões: a legislativa, o que está sendo discutido e votado; a administrativa, onde está sendo gasto o dinheiro, os contratos, os salários, os gastos dos Parlamentares; o quão abertas as Casas estão à participação popular; e a aderência ao que determina a Lei de Acesso à Informação.

Abaixo de cada dimensão, as subdimensões, as divisões para que isso seja feito, e os indicadores. Ao todo, são 68 indicadores de fácil mensuração.

Hoje, esse trabalho está consolidado no Portal da Transparência do Senado e no Interlegis, num ambiente colaborativo, que é o Colab, do Interlegis, para todas as assembleias e câmaras, mas ele está começando a ser divulgado agora.

Aqui, um exemplo da transparência legislativa: proposições legislativas, disponibilização de documentos, consulta às leis, agenda legislativa, comunicação, comissões, Parlamentares. São subdivisões dessa dimensão.

Transparência administrativa – recursos humanos, licitações e contratos, estrutura administrativa, planejamento estratégico, como é feito o gasto dos Parlamentares. É um quadro que qualquer pessoa pode preencher. Basta entrar no portal da Assembleia, no portal da Câmara, e preencher os dados para que a própria pessoa possa medir em que nível a transparência está.

Outra subdimensão é Participação e Controle Social, que abrange a existência de conselhos e a participação popular.

Aderência à Lei de Acesso à Informação, em que nível as perguntas estão sendo respondidas, como é feito o fomento à transparência dentro das Casas, etc.

Como eu disse, são 68 indicadores. E a nota é de zero a um: zero, meio ou um.

Aqui, um exemplo. Na parte administrativa, transparência administrativa: licitações e contratos, estrutura administrativa. A Casa divulga a informação.

Ela tem uma nota para cada subitem desse, indicando o quão está fácil, o quão abrangente está aquela informação disponibilizada. Ela está disponibilizada de forma total, rapidamente, ou a pessoa tem que pedir? É atual aquela informação? Existe uma série histórica ou a Casa disponibiliza em janeiro e só volta a disponibilizar em outubro, por exemplo? E ao final disso, esse índice gera um conceito que pode ser de "a" a "e". Então, a Casa, com "a" de transparência, que é o mais elevado, estaria totalmente transparente nessas quatro dimensões: administrativa, legislativa, aderência à LAI e controle social.

Aqui é uma sugestão de como pode ser feita a aplicação, Senador Capiberibe, do indicador de transparência. Por exemplo, nessa iniciativa do Twittaço, amanhã, de fiscalização, ela pode usar o indicador de transparência, pode ser divulgado como uma arma, um instrumento para que a população faça essa avaliação. Ou pode-se juntar grupos de técnicos, com a ajuda de uma ONG, ou com estímulo do próprio Presidente da Casa, e promover a aplicação do indicador de transparência.

Isso aqui é sugestão também. Isso pode ser disponibilizado. Isso pode ser feito antes e levado para a Presidência, não é uma coisa impositiva, não é uma lei. É um trabalho técnico. Primeiro foi disponibilizado para as ONGs que fazem parte do Conselho de Transparência do Senado e agora para toda a população.

Nós levamos, para criar esses indicadores, a Constituição Federal, a Lei de Acesso à Informação, a Lei de Responsabilidade Fiscal, sobretudo na parte legal. E vale dizer que as Casas Legislativas que têm hoje os produtos do Interlegis, Dr. Hélder, já têm uma nota boa de transparência, porque o Portal do Interlegis já foi feito em cima da Lei de Acesso à Informação, assim como os outros produtos do Interlegis levaram em consideração os critérios de transparência. De forma gratuita, a Casa que tem decisão política de promover a transparência tem os produtos do Interlegis, tem os técnicos do Interlegis, também, para ajudar a colocar no ar esse portal, esse *site*, e tem um indicador para aplicar. Então, realmente, basta ter vontade política.

Aqui são exemplos de índices, o universo onde o nosso indicador de transparência está navegando. Aqui é a parte técnica. É basicamente isso.

(Soa a campainha.)

A SRª ELGA MARA TEIXEIRA LOPES – Eu já estou terminando.

E nós gostaríamos de sugerir, Senador, se nós conseguirmos criar redes de integridade, que os indicadores de transparência sejam aproveitados para essa rede que envolveria todo o Legislativo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Agradeço à Drª Elga pela sua exposição e cumprimento ambos os convidados pela participação.

Certamente, esta Casa, através dos meios de comunicação com a sociedade, fica ainda mais valorizada com as informações aqui apresentadas.

Eu consulto o Senador Capiberibe se deseja fazer algum questionamento, como autor que foi do requerimento para que esta audiência acontecesse.

V. Exª tem a palavra.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado, Presidente. Obrigado aos expositores.

Eu lamento profundamente que hoje seja dia de agenda de fim de mundo aqui, no Senado. Pode ser que o mundo termine hoje. Nós terminamos com essas agendas.

Há dias em que ficamos tão assoberbados com dois ou três compromissos. Um dia desses, eu dei de cara com uma porta de vidro aqui. Eu vinha tão agoniado, correndo de um lado para o outro, que passei direto. Mas, enfim, eu perdi a primeira parte, mas consegui acompanhar minimamente. Mas eu tenho ideia, mais ou menos, de como foi, digamos, o enredo da primeira palestra.

É verdade que há uma resistência política de várias instituições principalmente ao cumprimento da Lei Complementar nº 131, no sentido da exposição das receitas e despesas públicas, inclusive aquelas instituições que deveriam fiscalizar, como o caso dos tribunais de contas. Os tribunais de contas, as assembleias legislativas, as câmaras de vereadores resistem. Aqui está a matéria da *Folha de S.Paulo*.

Nós somos legisladores, mas nós temos a função de fiscalizar também. Então, nessa função de fiscalizar, eu tenho recorrido, com muita frequência, à Procuradoria-Geral da República. Inicialmente, eu tinha uma dúvida sobre a quem recorrer. Marquei uma audiência com o procurador, e ele me disse: "Você encaminha para cá, que daqui, então, nós vamos tomar as providências necessárias". E tenho feito isso com bastante frequência.

No ano passado, eu participei de uma mesa redonda na Unicamp; a mesa era sobre outro tema, mas eu entrei no Portal da Transparência da Unicamp, e não havia detalhes dos gastos da Unicamp. E não são pequenos! A Unicamp tem um orçamento acima de R$1 bilhão, e não havia nada, nenhuma referência, absolutamente nada. E aí eu falei isto lá para os alunos: "Como é que um centro de conhecimento e de saber como a Unicamp não cumpre a lei?" A USP também não cumpre a lei. Os tribunais de contas não cumprem a lei!

Então, com muita frequência, eu tenho feito denúncias ao Ministério Público, que é o fiscal da lei. E pasmem: alguns do Ministério Público não cumprem a lei! Então, fica aí uma situação delicada. Nós aqui legislamos para que se faça cara de paisagem em torno da lei? Não é possível.

Eu tenho insistido no cumprimento, principalmente no que diz respeito às despesas públicas. São duas leis importantes, uma delas, a LAI (Lei de Acesso à Informação), que é uma lei passiva, onde se tem que demandar a informação; é preciso acionar o ente público para que este informe. Eles também resistem a prestar a informação. Eu tenho feito requerimentos de informação, e, quando não recusam, apesar de a lei estabelecer 20 dias, eles usam o tempo que bem entendem.

Então, é necessário que nós melhoremos e criemos mecanismos mais exigentes para o cumprimento da lei.

Estou com um projeto de lei tramitando, o PLS 570/2015, que trata de melhorar, digamos, a apresentação das informações nos portais, porque esse é outro grave problema. Às vezes, você tem que passar horas para encontrar, porque não existe a obrigatoriedade de sistematizar, embora a regulamentação tenha estabelecido algumas normas na hora de apresentar os dados na internet.

Enfim, temos várias dificuldades para o cumprimento da lei. Daí a importância da mobilização da sociedade.

A Lei Complementar nº 131 foi feita com o olhar do cidadão em relação ao Estado, tendo em vista, inclusive, que o Estado republicano brasileiro foi organizado por pouca gente. Eu tenho dito isso, e as pessoas têm duvidado. E eu digo: "Basta olhar o Censo de 1890". Pelo Censo de 1890, nós tínhamos 14% de alfabetizados. Vejam só! E aí, na Constituição de 1891, proibiram o analfabeto de votar. Em tese, ficariam participando ativamente da política e organizando o Estado brasileiro 14%. Se considerarmos que a metade são mulheres, e as mulheres tão pouco tinham direitos políticos, restaram o quê? Sete por cento, todos brancos, e todos homens. Foram eles que organizaram o Brasil. Organizaram desse jeito que está aí.

E no Brasil nós sempre tivemos problema de rompimento do processo democrático. Quando a sociedade começa a pressionar muito, temos um retrocesso. Ultimamente, vivemos o mais longo período democrático da história do Brasil, que nos permite aprovar leis como a Lei de Acesso à Informação, a Lei da Transparência, a Lei de Combate à Corrupção e tantas outras. Então nós caminhamos realmente para uma inclusão democrática maior da sociedade brasileira. E temos um instrumento fantástico que está aí, à nossa disposição, que é a tecnologia digital.

No processo de ampliação da participação popular, temos dois grandes sistemas: o dos gregos, lá nos primórdios da democracia, e depois essa democracia moderna que conhecemos: a democracia representativa. Agora, com a tecnologia digital, só nos falta construir o método de participação.

A minha expectativa em relação a esse Twittaço Açoita da Transparência é de que isso vai nos abrir as alternativas de participação do conjunto da sociedade brasileira, que se distanciou. O cidadão olha o Poder Público com enorme desconfiança; não o olha como se estivesse a seu serviço. Ele não tem esse olhar, digamos, utilitário do Poder Público.

Todo o esforço que o Senado tem feito... É realmente meritório o trabalho sobre transparência do Senado Federal. Talvez nós sejamos hoje uma das instituições mais transparentes do País. Dá para perceber que há um grau bem elevado de transparência.

Agora, como se atrai o cidadão para participar de uma forma muito mais ativa e impedir que os desmandos aconteçam?

Primeiro, deve-se universalizar o cumprimento da lei.

Imagine, é preciso uma pressão gigantesca para fazer com que se cumpra a lei. E os próprios tribunais de justiça são outra instituição muito resistente à transparência. Pelo menos hoje nós sabemos que alguns juízes e desembargadores ganham salários estratosféricos, de 70 mil, 80 mil. Alguns recebem até R$150 mil por mês.

Antes da transparência, nem isso nós sabíamos. E já se começa uma articulação para coibir isso. Há leis tramitando para que de fato se cumpra o teto constitucional, não se criem atalhos. Se se aprova uma lei para estabelecer um teto, criam-se algumas maneiras de burlar a lei. E termina ficando por isso mesmo.

Então a Comissão, Presidente... Estava falando com o Senador Garibaldi, que me perguntou: "Como é?" Eu disse: vamos lá. Creio que esta Comissão terá um papel muito decisivo nos próximos anos, na República brasileira, porque vai trabalhar com temas de interesse coletivo, não apenas de interesse do Estado.

Nós legislamos mais para dentro do que para fora. Se fizermos um balanço de tudo aquilo que nós aprovamos, veremos que aprovamos mais leis que interessam ao Estado do que à sociedade. Então, a Comissão terá um papel muito importante nos próximos anos.

Eu assisti só ao começo. Realmente você tem inteira razão. A questão não é tecnológica, é política. A resistência não é porque há dificuldade em... E que seja caro esse procedimento. Implantar os sistemas de transparência tampouco, não é caro.

Eu me lembro de que lá atrás, o primeiro Estado que colocou as suas contas na internet em tempo real...

O que nós fizemos? E pode ser feito em qualquer... Pode ser feito hoje ainda.

Nós desenvolvemos um programa para extrair os dados da nota de empenho da ordem bancária e jogar direto na internet.

Então, o funcionário aqui empenhava uma compra, emitia nota de compra, que, imediatamente, estava na internet. Lá no início do século, em 2001, em 2002, nós fizemos isso. Eu insisti muito com a CGU que fosse em tempo real. "Ah, mas se cometem muitos erros." Eu disse: "Erro é da natureza humana, nós corrigimos, mesmo com todas as críticas", porque quando político comete erro, é condenado antes de qualquer coisa – não há problema, eu acho que nós temos que correr esse risco –; mas eles insistiram em dar 24 horas para publicar, para colocar as informações no portal.

Agora nós estamos analisando, estamos estudando uma ação judicial para que a regulamentação não se sobreponha à lei. A lei diz que é em tempo real, aí o Governo regulamenta atropelando a lei. Então, nós estamos estudando, a Consultoria Legislativa do Senado está estudando uma ação, para que nós voltemos àquilo que a lei determina.

Portanto, era isso.

Muitíssimo obrigado.

Muito interessantes as informações que acabamos de receber, e vamos aproveitar para divulgar as informações com as câmaras e as assembleias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Muito obrigado, Senador.

Eu consulto o Dr. Antônio se tem alguma observação a fazer com relação às ponderações do Senador Capiberibe.

Por favor.

O SR. ANTÔNIO HELDER MEDEIROS REBOUÇAS – Senador Capiberibe, eu anotei aqui atentamente as observações de V. Exª. Eu faço aqui rapidamente, Presidente, umas observações.

Eu testaria a hipótese de que a opacidade da informação trabalha em favor do subdesenvolvimento. Acho que maior transparência, maior conteúdo informacional gera redução de custo de transação, usando aqui uma linguagem dos economistas. Isso funciona na iniciativa privada. Eu acho que pode funcionar. Quanto mais transparente uma instituição, maior é a chance de ela ser reconhecida como instituição proba. Eu vou dar um exemplo aqui para V. Exª.

Nas nossas andanças pelos Municípios brasileiros, Presidente, Paulo Bauer, chamou a atenção, num determinado Município do Estado do Norte, uma placa, um investimento que eu acho que seria algo em torno de R$500 milhões, num Município pequeno daquele, de escoamento de soja. Havia um entendimento por parte daquela comunidade empresarial de que o funcionamento das instituições naquela localidade foi um fator determinante para a alocação daquele empreendimento naquele local, ou seja, eles disseram: "Aqui, minimamente nós temos uma câmara municipal que funciona", porque ela realmente funcionava, a Prefeitura tinha uma ação direcionada para a política pública.

Então, eu acho que o bom funcionamento das instituições contribui, principalmente hoje, Presidente, Senador Capiberibe, num momento de dificuldade fiscal, para atrair investimento privado. Usando uma expressão muito típica do Nordeste: o camarada não vai para onde as coisas são esculhambadas. Então, se houver um funcionamento mínimo das instituições, isso é um fator de atração. Eu colocaria a opacidade informacional como elemento inibidor de investimento privado.

A outra questão que eu anotei é do Ministério Público. Eu só quero dar um dado para V. Exª. Sempre que há ação do Ministério Público em cima das câmaras municipais na celebração de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), imediatamente, no Interlegis, é associada, com isso, uma demanda maior. Então, muitas vezes, é o próprio Ministério Público que pressiona as câmaras municipais, dentro dos TACs, e isso tem gerado demanda para o Interlegis.

Por fim, outra hipótese também que eu testaria. Embora constitucionalmente tenhamos ambiguidades e vaguezas com relação à atribuição das câmaras municipais, acho que a melhoria do Legislativo municipal, principalmente, e depois do estadual tende a colaborar com a melhoria da imagem do Congresso Nacional. É uma hipótese a ser testada, porque hoje nós, que somos, com muito orgulho, servidores do Legislativo, ainda enfrentamos aí índices de não reconhecimento e até certa ilegitimidade por parte da população.

Acho que um trabalho de melhoria institucional das câmaras municipais tende, a médio e longo prazo, a melhorar a imagem da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Muito obrigado.

Drª Elga, algum comentário? Alguma informação?

A SRª ELGA MARA TEIXEIRA LOPES – Só um comentário rápido, Senador Paulo Bauer, sobre o que o Senador João Capiberibe falou e que, no final das contas, contribuiu muito. O trabalho de transparência talvez seja uma das principais pontes entre a opinião pública, entre o cidadão brasileiro e o Poder Público. Talvez uma parte significativa da classe política ainda não tenha percebido isso. "Não entendo o que o brasileiro pensa..." O político parece sempre surpreendido com o que as pessoas pensam. Mas esta é uma hipótese que a gente já sabe que é verdadeira: a utilização correta do dinheiro público é prioridade um para o povo brasileiro.

Então eu acho que tudo que a Comissão fizer e tudo com que a gente puder contribuir para que a Comissão faça o seu trabalho e desempenhe suas funções, é válido, nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Muito obrigado.

Nós temos aqui...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Pois não, Senador.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Apenas um comentário. Acho que a transparência realmente pode se transformar em sucesso empresarial ou político.

Eu atribuo muito o resultado do meu desempenho eleitoral à interlocução direta com a sociedade. Quando eu fui Prefeito de Macapá, coloquei um placar na frente da Prefeitura com receitas e despesas. Nas minhas campanhas, dificilmente eu tenho apoio de um Prefeito ou de um Vereador. Eles não simpatizam muito comigo, porque eu tenho uma interlocução direta. A transparência me permitiu isso, e faz parte do mandato a formação em educação política. Então, nós trabalhamos intensamente a formação política do cidadão, para que ele se aproprie do Estado, das informações do Estado.

Nós estamos trabalhando no ciberespaço, no campo virtual, mas temos também um trabalho na vida real. Todos os dias nós nos reunimos com a comunidade para discutir como acompanhar o Orçamento, como acompanhar as despesas. As nossas equipes trabalham permanentemente, os nossos assessores, para formação da cidadania, e eu acho que esse é o nosso papel político, um papel fundamental que nós temos de desenvolver.

Agora, quanto à tecnologia digital, parece-me que nós políticos temos realmente dificuldade de perceber até aonde podemos chegar. Eu acho que esse projeto de lei que vai tramitar na Câmara e aqui no Senado, que permite campanhas exclusivas, vai nos permitir aprofundar o debate.

As prefeituras, hoje, poderiam já formar toda uma administração virtual capaz de mobilizar a comunidade. Hoje, por exemplo, essa questão da dengue e do zika vírus poderia ser trabalhada já organizando os distritos virtuais para combater. Nós somos, em alguns casos, a vanguarda do atraso, porque chegamos depois. Se os Prefeitos usassem efetivamente esses instrumentos que nós temos hoje... Porque eu tenho a curiosidade de, em todas as reuniões que vou, perguntar: "Quem está no Facebook?" Mais da metade da sala levanta a mão. Ora, nós brasileiros não guardamos segredo entre duas pessoas, agora imagine entre a metade das pessoas! Então, nós temos esse mecanismo de comunicação e a gente precisa estimular o Poder Público, estimular a política a lançar mão dele, para melhorar a vida coletiva no nosso País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Muito bem.

Nós temos aqui três questionamentos apresentados por quem está acompanhando esta reunião pela internet. A primeira pergunta é endereçada à Drª Elga e foi feita pela cidadã Bruna Vasconcelos, do Estado de São Paulo. A pergunta é a seguinte:

Gostaria de saber por que o Portal de Transparência do Senado não coloca na página relativa às despesas dos Senadores o valor do auxílio-moradia recebido. Atualmente aparece apenas se o Senador recebe ou não o auxílio-moradia, sem informar o valor.

A SRª ELGA MARA TEIXEIRA LOPES – Nós colocamos o valor do auxílio-moradia.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ELGA MARA TEIXEIRA LOPES – Nós colocamos, sim, e colocamos também o regulamento de quanto é esse auxílio-moradia. Mas a gente pode entrar em contato com essa cidadã, ver qual é a dificuldade dela na pesquisa e ajudá-la a encontrar a informação, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Só para esclarecer, o valor não é informado, porque existe um ato da Direção do Senado que define qual é o valor. E, se o ato está mencionado, na própria página da internet do Senado, é possível acessar esse ato e identificar o valor que é pago.

A SRª ELGA MARA TEIXEIRA LOPES – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Portanto, não há nenhum segredo, não há nenhuma informação que não esteja disponível. É só uma questão de aumentar um pouquinho o espaço, a abrangência da pesquisa, mas eu naturalmente...

A SRª ELGA MARA TEIXEIRA LOPES – Mas nós vamos entrar em contato com a cidadã e ajudá-la a fazer essa pesquisa.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Mas quem... Por exemplo, o auxílio-moradia é para quem não usa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Para quem não usa apartamento funcional.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Apartamento funcional.

A SRª ELGA MARA TEIXEIRA LOPES – Isso.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Porque não há um cálculo do aluguel do apartamento funcional. Talvez seja isso que a pessoa queira saber?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Não, a verdade é que, se nós temos 81 Senadores na Casa e 50 ou 30 recebam auxílio-moradia, todos terão apontado o valor idêntico, porque não há diferença de um para outro. Por isso, certamente, o valor não é mencionado, porque seria repetitiva a informação para cada caso, para cada Senador.

A SRª ELGA MARA TEIXEIRA LOPES – Exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Mas acho que a resposta está dada.

O Dr. Antônio tem uma pergunta que lhe é endereçada pela cidadã Anna Flavia Schmitt Wyse Baranski, de Santa Catarina: "Haverá alguma campanha para deixar o trabalho do Interlegis mais visível aos olhos da sociedade?"

O SR. ANTÔNIO HELDER MEDEIROS REBOUÇAS – Gostaria de agradecer à Anna, de Santa Catarina, e informar à cidadã que, desde o ano passado, o Programa Interlegis está numa campanha de divulgação de todos os seus produtos. E, agora, ainda mais com essa cobrança da cidadania, nós vamos intensificar o máximo possível esse trabalho de divulgação, por meio da nossa área de comunicação.

Atualmente, nós estamos procurando, Presidente, colocar, em sistema de videoconferência, todos os seminários que nós estamos fazendo, no nosso auditório, mas é importante essa observação. E nós vamos continuar nesse esforço para divulgar ainda mais os trabalhos do Interlegis Brasil afora.

Agradeço a contribuição da cidadã.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Muito obrigado.

Nós temos aqui também uma pergunta do Sr. Helder Neres, do Rio Grande do Norte. Ele cita: "O Portal e-Cidadania é disponibilizado através do Programa Interlegis ou através de alguma iniciativa de *software* livre/público?"

Eu consulto se o Dr. Antônio pode responder essa pergunta.

O SR. ANTÔNIO HELDER MEDEIROS REBOUÇAS – O trabalho... Inclusive, Presidente, eu fui, agora há pouco, informado pela assessoria de que o Programa Interlegis não é, digamos, o gerente do e-Cidadania, que hoje pertence à secretaria de uma comissão do Senado Federal que gera esse programa, mas não é o Interlegis que atualmente gerencia este programa; está sob a tutela da Secretaria-Geral da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Muito obrigado.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Pois não, Senador.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Queria fazer uma solicitação à Agência Senado, para disponibilizar, nas suas redes sociais, no rádio, na televisão, um chamado para o Twittaço de amanhã – solicito, encarecidamente, acho que é importante. A Agência Senado tem uma legião de seguidores, e seria muito importante convidar as pessoas para participar.

A SRª ELGA MARA TEIXEIRA LOPES – Qual é o caminho para isso, Senador?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – O caminho é Twittaço da Transparência. Você entra na página, há lá um evento, há todas as informações. É preciso colher as informações e encaminhar à Agência Senado para o Twitter, Facebook, Instagram, para as redes sociais da Agência Senado.

A SRª ELGA MARA TEIXEIRA LOPES – Senador, se o senhor me permite...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Pois não.

A SRª ELGA MARA TEIXEIRA LOPES – Eu gostaria de complementar a pergunta feita pela Bruna Vasconcelos, de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Pois não.

A SRª ELGA MARA TEIXEIRA LOPES – O auxílio-moradia para os Senadores que não ocupam apartamento funcional é de R$5,5 mil sob a apresentação de nota fiscal. Eles só têm direito se apresentarem a nota. E esse auxílio foi criado para evitar pagamento de diárias e onerar os cofres públicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Muito obrigado.

Bom, nós ouvimos aqui as respostas, as informações. Eu apenas quero, como Presidente, fazer o registro de que a transparência, embora nós sempre tenhamos como foco a questão financeira, a questão dos gastos públicos, é muito mais abrangente.

Eu percebo que a sociedade hoje, já tendo à disposição muitas informações, comparativos, tribunais de contas, Ministério Público, instituições como estas do Senado, dando notícias dos gastos públicos, tem já, à sua disposição, informações de grande importância para avaliar a eficiência do serviço público em termos de gasto.

Claro, sempre haverá dúvidas, sempre haverá questionamentos, e é bom que assim seja, porque o exercício da cidadania, efetivamente, se faz melhor quando o cidadão consegue avaliar a importância não do valor, mas a importância do efeito e do resultado do gasto público.

Nós queremos educação de melhor qualidade, saúde mais próxima das pessoas, segurança pública para todos, acima de tudo, mas nós percebemos que, não só na administração federal, mas em muitas administrações estaduais e municipais, não há uma aplicação dos recursos públicos de forma muito racional ou, em muitos casos, até de forma econômica. Mas os dados já existem.

Agora, quando se fala em transparência, é preciso dar ao cidadão a garantia e a segurança de que ele está sendo respeitado. E aí nós vemos hoje muitas deficiências e falta de transparência na informação sobre o andamento do processo, sobre a sequência dos atendimentos, sobre as filas de espera, sobre os programas institucionais e oficiais que contemplam determinadas camadas menos favorecidas da sociedade.

Há muita dúvida, há muito questionamento se de fato aquele programa está chegando para as pessoas para as quais foi criado, se de fato o programa e os recursos aplicados naquele programa se fazem necessários daquela forma, se de fato as pessoas... Só para citar um exemplo, eu sou de Santa Catarina, um dos Estados que tem o menor índice de Bolsa Família do País; nós temos em Santa Catarina, por exemplo, os 13 Municípios do Brasil que têm o menor índice, o menor número de beneficiários do Bolsa Família. Graças a Deus, não precisam.

Mas quando a gente vê, em outras cidades, o número de beneficiários do Bolsa Família ser coisa de 20% ou 30% da população economicamente ativa, não é possível acreditar que todos eles estejam desempregados ou vivem em situação de miséria – não é possível acreditar. E nós sabemos que existe uma economia informal, que existem pessoas que trabalham.

E aí a pergunta é muito simples: por que não dar divulgação e notícia do nome dos beneficiados, para que o outro cidadão de bem, trabalhador, que paga, enfim, aquele benefício, saiba quem é merecedor dele? Ele ajudaria o poder público a fiscalizar esse ato do Governo, esse programa social. Porque se, na minha rua, eu não preciso de um programa social e do benefício que ele me traz, no outro lado da rua, pode ter alguém morando que se beneficie.

E na hora que a transparência chegar ao ponto de noticiar o nome daquele cidadão, eu serei fiscal do Governo, eu vou denunciar a existência de um benefício indevido para alguém que dele não precisa.

Então, quando se fala em transparência e se fala em dinheiro, eu fico muito à vontade, eu sou contador, eu conheço de finanças muito bem e acho que é perfeito, não há porque guardar sigilo ou segredo de qualquer despesa pública. Mas nós precisamos avançar e fazer com que a transparência chegue em outro ponto, chegue em um ponto além, para que a própria sociedade faça a transparência ter efeito prático, não só no valor que se gasta, mas na justiça social que nós queremos.

Essa é uma questão importante. Essa é uma questão que precisaria ser feita. Aliás, a transparência deveria ir até além, falando dos serviços públicos, explicando o que cada serviço público efetivamente realiza e por quê.

Eu dizia ao Senador Capiberibe esses dias que, nos aeroportos brasileiros, diferentemente de todos os aeroportos do mundo, nós embarcamos e, antes de passar pelos raios X, nós encontramos um profissional uniformizado que, com uma pequena máquina, faz a leitura do código de barras do nosso cartão de embarque. Ninguém sabe para que serve aquilo, mas eu sei. Eu sei e posso dizer: é inconcebível que isso exista, porque aquele funcionário que é pago 24 horas por dia, em todos os aeroportos – porque há voo dia e noite – e com turnos inclusive sequenciais, porque trabalham em pé, logo têm alguma dificuldade para se manterem lá por várias horas, e por isso há troca de turno, essa coisa toda. Aquele cidadão, aquele profissional está lá para fazer a leitura de código de barras, a fim de que a Infraero saiba quanto cobrar das companhias aéreas a título de taxa de embarque. Pasmem: a Infraero cobra das companhias aéreas de acordo com o que a maquineta do

profissional contabiliza naquele breve momento em que ele aperta um botão e nós ouvimos um barulhinho eletrônico da máquina.

Eu pergunto: uma companhia aérea que cobra de um cidadão uma taxa de embarque não deveria repassar essa taxa de embarque à Infraero, integralmente? Com certeza sim, porque eu, como cidadão, fiz o pagamento, e eu não fiz o pagamento para a companhia, eu fiz o pagamento para o órgão estatal que é responsável pelos aeroportos, chamado Infraero.

O que acontece? Se eu compro o meu bilhete aéreo numa companhia aérea, pago R$54 de taxa de embarque e não embarco, e perco o bilhete – já que eu não vou passar por aquela maquininha antes dos raios X, quando o cidadão faz aquele "toque" –, simplesmente o meu dinheiro ficou com a companhia aérea, não foi para a Infraero, porque a companhia aérea não paga para a Infraero o valor total que ela arrecada a título de taxa de embarque. Ela paga para a Infraero o total que a Infraero lhe cobra por conta daqueles funcionários. Então, eu pergunto: por que não mandar a companhia aérea pagar tudo, dispensar aquele funcionário daquele trabalho – digo isso porque ele é oneroso; ele aumenta o custo da viagem aérea para todos nós – e dar a esse profissional uma outra atividade, talvez dentro do próprio sistema de transporte aéreo?

Nós temos que ter sim transparência, não apenas do dinheiro, mas também do que cada servidor, do que cada serviço público tem como responsabilidade e como atividade. Aí nós vamos descobrir se é preciso mais gente ou menos gente neste ou naquele setor, se o que nós estamos pagando efetivamente está indo para o caixa do Poder Público, ou se está se perdendo no caminho, no caixa de alguém. Só para citar um exemplo.

Então, eu acho que esta Comissão, efetivamente, tem muito a fazer, tem muito a discutir, não só na questão da transparência, mas também no que está ligado a ela, graças à iniciativa do Senador Capiberibe, que foi o proponente. Isso é exatamente a governança pública. Nós sabemos, por exemplo, que a Anvisa tem centenas de processos empilhados, esperando a análise técnica, para que as empresas de medicamentos possam comercializar medicamentos no Brasil, medicamentos que existem em outros países, como Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra, França, Itália, México, há mais de dez anos sendo comercializados. E no Brasil, por causa de procedimento eminentemente burocrático, eles ainda não podem ser vendidos, porque têm que ter a autorização da Anvisa. E eu pergunto: será que nós precisamos ter isso como um serviço público que não chega ao cidadão?

Se nós tivéssemos a transparência e pudéssemos saber quais os medicamentos que estão aguardando na fila, certamente médicos, profissionais de saúde e todos, pela via da transparência desses requerimentos, iriam poder questionar e até dizer para a Anvisa, ou para quem fosse autoridade pública, se aquilo está, efetivamente, tirando a vida de alguém ou fazendo retardar a volta da saúde de alguém. Aí nós estaríamos fazendo transparência no sentido amplo da palavra.

Bom, de qualquer forma, eu agradeço muito...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Pois não, Senador.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Se me permita, sobre essa questão do Bolsa Família, talvez fosse o caso de acionarmos aqui – a Comissão acionar – o Procurador-Geral, porque a lei é clara, a lei diz "toda e qualquer despesa pública tem que ser publicizada". Bolsa Família é uma despesa pública. Então, nós poderíamos encaminhar pela Comissão um documento ao Procurador Janot para que ele tome providência no sentido do cumprimento da lei e sugerir que o Governo coloque esses dados...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – ... num *site* que possa ser acessado.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – No *site* da transparência por Município, do mesmo jeito que se faz a transparência. Não tem a Secretaria do Tesouro Nacional e hoje nós podemos acompanhar tudo? Também as despesas... Porque a gente resolve isso com muita rapidez.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Perfeito.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Vamos tomar providências.

Bom, agradecendo, então, a presença dos nossos convidados e, naturalmente, muito vamos ter que fazer pelas propostas, pelas sugestões aqui apresentadas, eu agradeço, eu quero agora comunicar que a Comissão recebeu a primeira matéria para apreciação. É o Projeto de Lei nº 178, de 2012, de autoria do Senador Blairo Maggi, que altera o Código Tributário Nacional, para dar ampla transparência aos dados fiscais dos contribuintes.

Eu consulto se o Senador Capiberibe se sentiria à vontade para relatar essa matéria, já que é a primeira que chega na Casa, então já o designo como o Relator, e convoco a próxima reunião para a próxima terça-feira, 1º de março, às 14h30.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 15 horas e 5 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 28 minutos.)

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, AGENDADA PARA O DIA 1º DE MARÇO DE 2016, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13

Às catorze horas e cinquenta e oito minutos do dia primeiro de março do ano de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Paulo Bauer, reuniu-se a Comissão de Transparência e Governança Pública com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Antonio Anastasia e João Capiberibe. Deixaram de comparecer os Senadores Cristovam Buarque (com ausência justificada), Fátima Bezerra, Paulo Paim, Telmário Mota, Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Romero Jucá, Lúcia Vânia, Fernando Collor e Vicentinho Alves. O Presidente declarou aberta a reunião, destinada à apreciação de requerimentos. ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 4 de 2015, de autoria do Senador Telmário Mota, que requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, na Comissão de Transparência e Governança Pública – CTG, para conhecer e debater o Referencial Básico de Governança, do Tribunal de Contas da União. RESULTADO: adiado por falta de quórum. ITEM 2) MINUTA DE REQUERIMENTO, de autoria do Senador Paulo Bauer, que requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinados com os arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, observado o disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e nos arts. 8º e 9º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda as seguintes informações relativas à alçada da Caixa Econômica Federal na condição de administradora das loterias federais: 1) relação dos ganhadores dos prêmios de quaisquer loterias cujo valor pago por prêmio tenha sido superior a R$ 1 milhão nos últimos oito anos; e, 2) relação dos ganhadores de mais de um prêmio, por tipo de loteria, qualquer que tenha sido o valor do prêmio, no mesmo período. As informações a serem encaminhadas devem conter: i) número do CPF; ii) número do concurso; iii) data do sorteio; iv) data do pagamento; v) valor do prêmio; vi) localidade em que foi feita a aposta ou adquirido o cartão. RESULTADO: adiado por falta de quórum. Não havendo quórum para deliberar sobre os itens da pauta, o Presidente encerrou a reunião às quinze horas, lavrando eu, Airton Luciano Aragão Júnior, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Bauer

Presidente da Comissão de Transparência e Governança Pública

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Transparência e Governança Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos. No entanto, não há quórum para deliberar sobre os itens da pauta.

Comunicado.

De acordo com o que decidimos na primeira reunião do ano, determinei à Secretaria que encaminhasse ofício circular aos senhores membros informando o prazo para sugestão de políticas públicas a serem avaliadas pela Comissão ao longo do ano, conforme art. 96, "b", do Regimento Interno.

Assim sendo, os Senadores interessados devem fazê-lo mediante requerimento até a próxima segunda-feira, dia 7 de março.

Não havendo o quórum, como já mencionei, para deliberar a respeito dos dois requerimentos que temos aguardando deliberação, eu consulto os Srs. Senadores presentes se desejam usar da palavra, se têm alguma informação ou algum registro a fazer. (*Pausa.*)

Não havendo, convoco a próxima reunião para terça-feira, dia 8 de março, às 14h30, quando faremos a escolha das políticas públicas, bem como, havendo o quórum, votaremos as matérias pautadas.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas.)

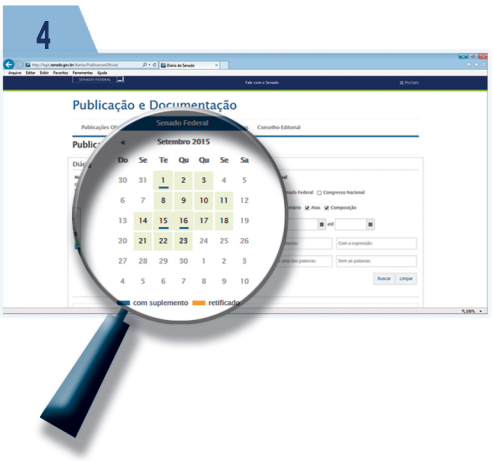
Já sabe pesquisar o diário na Internet?

Siga o passo a passo!

Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.

Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.

Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um *link* para os diários da **Câmara dos Deputados**.



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.

Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: www.senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211